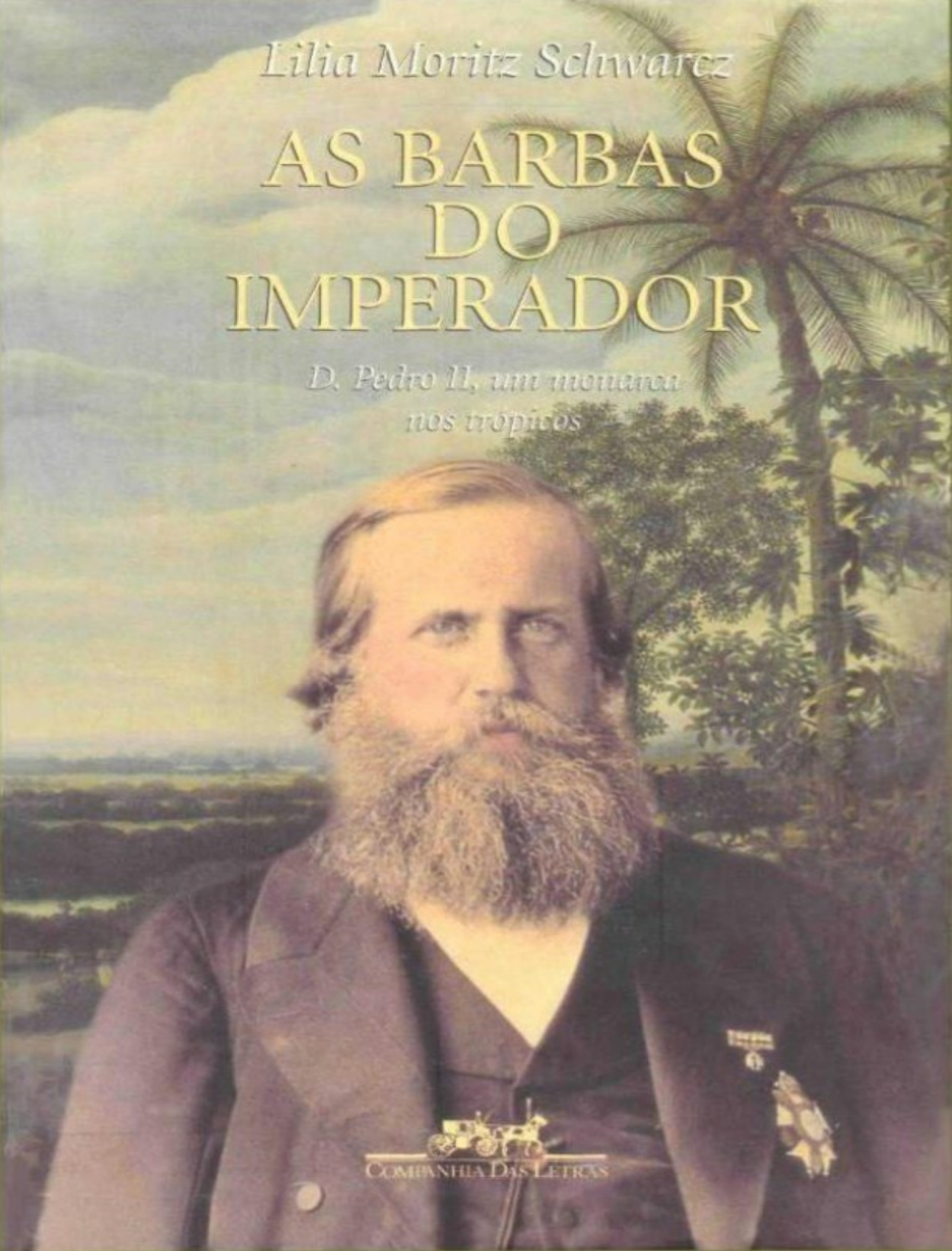
Lilia Moritz Schwarcz

AS BARBAS DO IMPERADOR

D. Pedro II, um monarca nos trópicos



Companhia das Letras

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.site*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

LILIA MORITZ SCHWARCZ

AS BARBAS DO IMPERADOR

D. Pedro II,
um monarca nos trópicos

Copyright © 1998 by Lilia Moritz Schwarcz

Capa e projeto gráfico:
Hélio de Almeida

Ilustrações de capa e quarta capa:
Paisagem com jibóia de Frans Post, século XVII (MASP)
D. Pedro II, século II (CPCL)
e D. Pedro II, 1873, Angelo Agostini em Revista Ilustrada

Fotos das ilustrações da capa:
Luis Hossaka e
Lúcia Mindlin Loeb

Assistente de produção:
Sylvia Mielnik

Assessoria técnica:
Nelson Mielnik

Editoração eletrônica:
Acqua Estúdio Gráfico

Índice remissivo:
Maria Cláudia Carvalho Mattos

Preparação:
Márcia Copola

Revisão:
Cecília Ramos
Carmen S. da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schwarcz, Lilia Moritz

As barbas do imperador : D. Pedro II, um monarca nos trópicos / Lilia Moritz Schwarcz. — São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

ISBN 85-7164-837-9

1. Monarquia 2. Monarquia — Brasil 3. Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891 4. Pedro II, Imperador do Brasil, 1825-1891 — Obras pictóricas I. Título

98-
4670
CDD-923-
181

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Imperadores : Biografia
923.181

-

1999

Todos os direitos desta edição

reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (0xx11) 866-0801
Fax: (0XX11) 866-0814
e-mail:
editora@companhiadasletras.com.br

Este livro nasceu dedicado a duas grandes figuras: meus filhos.

Para o Pedro, que sempre quis saber se a pesquisa era uma homenagem ao seu nome ou o contrário. Deixemos como está.

Para a Júlia, que, além de ter lido a tese de ponta a ponta, me presenteou com a mais linda dádiva. Não faz muito tempo olhou para mim com aquele seu jeito e disse que quer ser historiadora.

Nada como o futuro.

NOTA: Esta pesquisa foi apresentada originalmente como concurso de livre-docência no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), tendo contado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), de 1994 a 1996, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de 1996 a 1998.

Só uma coisa não fez o grande monarca
durante todo o seu feliz reinado: foi a barba.

Mendes Fradique,
História do Brasil pelo método confuso

Durante uma sessão recente do Círculo Lingüístico de Nova Iorque [...] relembrava-se a etimologia do nome do tio, em certas línguas romanas: o grego theios dando em italiano, espanhol e português zio e tio e acrescentava-se que, em algumas regiões da Itália, o tio se chamava barba. A "barba", o "divino tio", quantas sugestões estes termos trazem.

Claude Lévi-Strauss,
Antropologia estrutural

SUMÁRIO

Acervos consultados e suas abreviaturas

Introdução. D. Pedro II é pai dos brancos

1. "A roupa nova do rei": reflexões sobre a realeza

2. Nasce um Império nos trópicos

3. O órfão da nação: "O céu sabe o que faz"

4. O pequeno grande rei

A grande sagração. O espetáculo é digno dos reis

5. O grande imperador

Se o imperador já tem barbas... é hora de casar

6. Vida de corte: a boa sociedade

Política entre pares

7. "Um monarca nos trópicos": o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II

Formando uma cultura local: "A ciência sou eu"

8. Como ser nobre no Brasil

Manuais de bons costumes: ou a arte de bem civilizar-se,

9. As residências de d. Pedro

O grande cenário: o Paço da Cidade

Lar, doce lar: o Paço de São Cristóvão ou Palácio da Boa Vista

Fazenda de Santa Cruz: um "celeiro de escravos-cantores"

Petrópolis: a cidade de Pedro

10. O Império das festas e as festas do Império

11. A Guerra do Paraguai: o "voluntário número um"

12. Um monarca-cidadão

13. A revolução do daguerreótipo entre nós

14. Um monarca itinerante

15. Exposições universais: festas do trabalho, festas do progresso

16. A monarquia vai cair

D. Pedro banana: o imperador nas caricaturas

A terceira viagem ao exterior: um monarca enfraquecido

Enquanto isso... a Abolição

17. A República não pode mais esperar a morte do velho imperador

O Baile da Ilha Fiscal: "A monarquia tropeça mas não cai",

República ou "Os senhores são uns doidos"

18. O exílio e a morte de um imperador: novamente o mártir da nação

19. Um fantasma chamado d. Pedro

Considerações finais. "Se o povo forma o corpo, o rei, a cabeça"

Cronologia

Genealogias

Bibliografia

Notas

Créditos fotográficos

Agradecimentos

ACERVOS CONSULTADOS E SUAS ABREVIATURAS

Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro (ACRJ)

Arquivo Nacional (AN)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Biblioteca Mazarine — Paris (BM)

Biblioteca Municipal Mário de Andrade (BMMA)

Biblioteca Nacional de Paris (BNP)

Coleção André de Toral (CAT)

Coleção Caio Augusto B. Lucchesi (CCABL)

Coleção d. Pedro Gastão de Orléans e Bragança (CPGOB)

Coleção Emanoel Araújo (CEA)

Coleção Embaixador João Hermes (CEJH)

Coleção Gilda de Mello e Souza (CGMS)

Coleção Guita e José Mindlin (CGJM)

Coleção Manuel Paula Ramos (CMPR)

Coleção Pedro Correa do Lago (CPCL)

Coleção Roberto Menezes de Moraes (RMM)

Coleção Roger Viollet — Paris (CRV)

Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

Fundação Maria Luísa e Oscar Americano (FMLOA)

Fundação Museus Castro Maya — Rio de Janeiro (FMCM)

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — Rio de Janeiro (IPHAN)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Museu Britânico — Londres (MB)

Museu da Imagem e do Som — São Paulo (MIS)

Museu da República (MR)

Museu de Arte de São Paulo (MASP)

Museu do Itamaraty (MI)

Museu Histórico Nacional (MHN)

Museu Imperial de Petrópolis (MIP)

Museu Mariano Procópio (MMP)

Museu Nacional de Belas-Artes (MNBA)

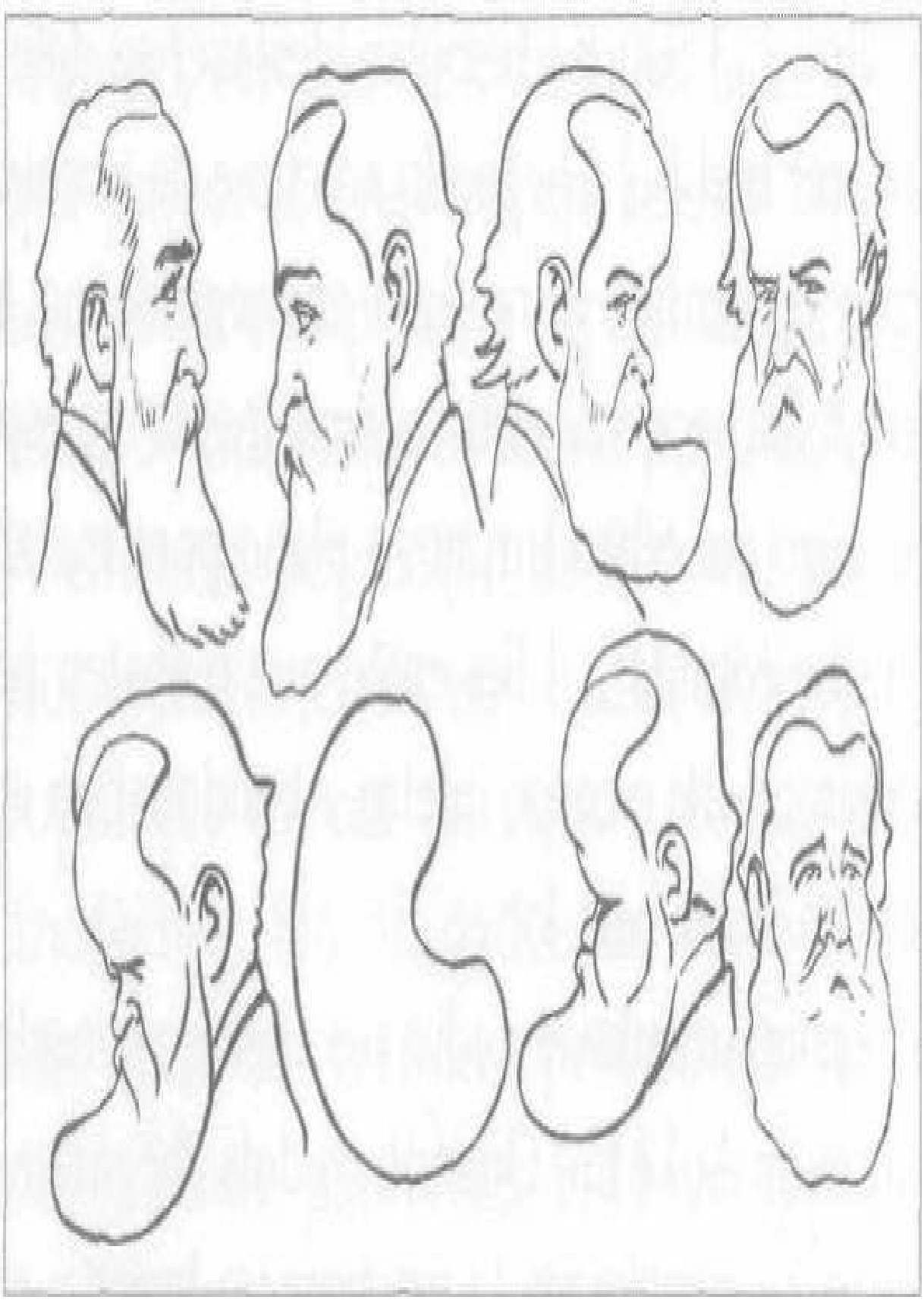
Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP)

National Portrait Gallery, Londres (NPG)

Real Gabinete Português de Leitura (RGPL)

INTRODUÇÃO

D. PEDRO II
É PAI DOS BRANCOS



Pedro II e os lápis de seu tempo, MMP

Os índios Jê-Timbira narram a origem do homem branco com base nas aventuras de Aukê:[1]

> Uma rapariga de pátio de nome Amcukwéi estava grávida. Certo dia, quando em companhia de muitas outras tomava banho, ouviu de repente o grito de "preá". Admirada, olhou para todos os lados sem descobrir de onde o ruído partira. Logo depois escutou-o novamente. Voltando para casa, deitou-se na cama de varas, e o grito se fez ouvir pela terceira vez, reconhecendo ela, agora, que o som partira do interior do seu próprio corpo. Foi a criança quem falou: "Minha mãe, tu já estás cansada de me carregar?". "Sim, meu filho", respondeu ela, "saia [...]" Amcukwéi começou a sentir as dores de parto e foi só para o mato. Deitando folhas de pati no leito do chão prometeu: "Se fores menino eu te matarei, se fores menina eu te criarei [...]". Nasceu um menino e Amcukwéi cumpriu sua palavra: cavou um buraco, sepultou seu filho, ainda vivo, e voltou para casa. Sua mãe, vendo-a chegar, perguntou pela criança e, quando se inteirou do sucedido, ralhou com a filha: que tivesse trazido o menino porque ela, a avó, o criaria. Não contente com isso, a mãe de Amcukwéi desenterrou a criança e depois de lavá-la trouxe-a para casa. Amcukwéi não lhe quis dar de mamar, mas a avó o amamentou. Foi então que o pequeno Aukê levantou-se e disse: "Então não me queres criar?". Amcukwéi, muito assustada, respondeu: "Sim, eu te criarei".
>
> Aukê cresceu rapidamente. Ele possuía o dom de transformar-se em qualquer animal [...] Então, um dia, seu tio resolveu matá-lo. Estando o menino sentado no chão comendo bolo de carne, o tio bateu nele, forte e por trás, com um cassetete, enterrando-o atrás da morada. Na manhã seguinte, porém, o menino, cheio de terra, voltou [...] Seu tio resolveu desfazer-se dele de outra maneira: chamou-o para buscar mel [...] Chegando ao cume da terceira serra, o irmão de Amcukwéi agarrou o menino, atirando-o em seguida no abismo. Mas Aukê transformou-se em folha seca e desceu

> vagarosamente em espirais até o chão [...] O tio, no entanto, logo concebeu um novo plano para matar Aukê: sentando-o numa esteira, deu-lhe comida [...] Foi então que o abateu pelas costas, usando um cassetete, e queimou-lhe o corpo inteiro. Abandonaram em seguida a aldeia, mudando-se para um lugar bem longe.
>
> Algum tempo depois Amcukwéi pediu aos chefes e conselheiros que mandassem buscar as cinzas de Aukê [...] Quando os dois chegaram ao lugar, descobriram que Aukê tinha se transformado em homem branco: construíra uma casa grande e agora criava negros [...] e cavalos de madeira do bacuri. O rapaz chamou os dois enviados e mostrou-lhes a sua fazenda. Depois mandou chamar Amcukwéi para que morasse com ele. Aukê é agora o imperador d. Pedro II, pai dos brancos. [grifos meus][2]

Qualquer história permite, por certo, várias narrativas e inúmeras leituras.[3] Neste caso, o mito de Aukê ajuda a entender a monarquia brasileira como uma experiência partilhada por diversas visões e sujeita a muitas recuperações. No caso, Aukê torna-se branco, o Branco por excelência, senhor e distribuidor das riquezas, identificado, por sua vez, com d. Pedro II. Assim, se o mito anuncia uma situação de desigualdade, remete também a um sentido que lhe é anterior ao misturar cosmologias. Com efeito, o monarca parece aglutinar nesse contexto representações distintas. Pai de todos os brancos, na versão do mito jê; d. Sebastião nos trópicos, em um transplante do mito português introduzido por Bonifácio, que, leitor de Vieira, encarna em um Bragança o papel de "encoberto"; rei que divide a realeza com o príncipe Obá, o qual percorre as ruas do Rio; paródia do rei do Congo com sua rainha Ginga — d. Pedro II, por meio dessas releituras de época, é um "monarca com muitas coroas". Homenageado em algumas festas, tal qual o rei dos reis, em outras é esquecido ou torna-se personagem subalterno. Às vezes o cortejo passa diretamente por d. Pedro, e desvia em sua homenagem; outras vezes a procissão segue longe e obriga o monarca a tomar parte dela como figurante quase secundário.

Imperador que empresta o nome à festa do Divino — na feliz

tradução de José Bonifácio —, d. Pedro II compactuou com uma cultura que, ao mesmo tempo que se europeizou com sua presença, tornou-se mestiça, negra e indígena no convívio, por certo desigual, de tantas culturas. Na dinâmica interna entre estas vingaram a reelaboração e a criação de novas imagens e rituais.

Afinal, como explicar a permanência, por quase sessenta anos, de uma monarquia rodeada de repúblicas por todos os lados? Como entender o enraizamento de uma realeza Bragança, mas também Bourbon e Habsburgo, em um ambiente tropical, cercado de indígenas, negros e mestiços? A resposta é estranhar o que parece tão natural em nossos compêndios de história. Longe das luxuosas cortes européias, a capital da monarquia brasileira, em 1838, possuía cerca de 37 mil escravos numa população total de 97 mil habitantes, e em 1849, em uma população de 206 mil pessoas, 79 mil cativos. Além disso, 75% dos escravos eram, em média, africanos,[4] dado que indica a importância da população de cor na cidade do Rio de Janeiro. Por outro lado, os grupos indígenas, tão afastados da corte e dizimados de forma bastante sistemática, eram convertidos, porém, em símbolo da monarquia. Distantes enquanto realidade, ganhavam vida na representação: nos quadros e alegorias, nas esculturas e nos títulos de nobreza.

Nesse ambiente, a corte e os paços representavam ilhas com pretensões européias cercadas de mares tropicais, e sobretudo africanos, por todos os lados. Testemunhos de época falam de como as ruas eram

tomadas pelos negros — escravos ou não —, que se dedicavam às mais diferentes ocupações e preenchiam os lugares com seus gestos, cores e expressões tão peculiares. "Se não soubesse que ela fica no Brasil poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação como uma capital africana, residência de poderoso príncipe negro, na qual passa inteiramente despercebida uma população de forasteiros brancos puros. Tudo parece negro [...]", dizia Lallemant em 1859.[5]

D. Pedro II era, portanto, imperador, o grande monarca e "pai dos brancos", mas aparecia, muitas vezes, em meio a outras divindades. Afinal, reis e príncipes africanos "pontilham a história dos escravos trazidos para a América"[6] — com direito a beija-mão e salamaleques, como bem mostrou Debret em suas descrições de funerais de príncipes africanos no Rio de Janeiro.

Enterro do filho de um rei negro, Debret, 1834. CGJM

Com efeito, as relações entre Brasil e África — oficiais ou não — caracterizaram-se, desde os tempos coloniais, por uma troca mais alargada do que se pode, à primeira vista, imaginar. Partes opostas do mesmo comércio negreiro de seres humanos, centralizado por Portugal, entre os dois continentes desenvolveram-se ligações que excederam o aspecto exclusivamente econômico. Segundo Alberto da Costa e Silva, "a África recebeu e africanizou a rede, a mandioca e o milho, enquanto o Brasil fazia seus o dendê, a malagueta e a panaria da Costa".[7] Na verdade, as trocas se deram nas duas direções, e dos dois lados do Atlântico ficava-se sabendo o que acontecia. Não é à toa que foram dois reis africanos — Obá

Osemwede, do Benim, e Ologum Ajan, de Eko, Onim ou Lagos — os primeiros a reconhecer a independência do Brasil.[8]

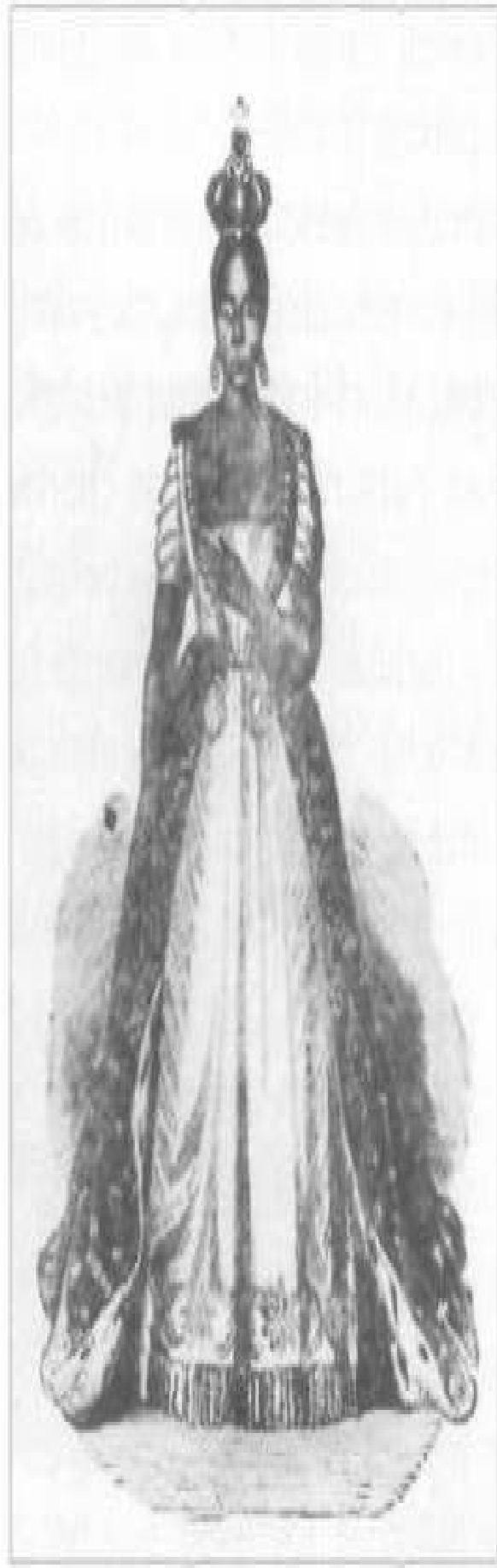
É por isso mesmo que, em pleno território brasileiro, reis e nobres africanos, vendidos como escravos por motivos de guerra ou por simples desafetos, desterrados em função do "infame tráfico", buscaram reconstruir estruturas políticas e religiosas de suas terras distantes. Caso famoso é o de Nan Agotiné, a mãe do rei Guezô, do Danxomé, Dangomé, Daomei ou Daomé, que, vendida por traficantes, teria refeito seus altares e sua corte na Casa das Minas, em São Luís do Maranhão.[9] Outros voltaram à terra, como o príncipe Fruku, que viveu no Brasil durante 24 anos e retornou à Costa dos Escravos com o nome de d. Jerônimo. Lá chegando, disputou o trono do Danxomé e só por pouco perdeu para Agonglo. Como diz Verger, "africanos do Brasil e brasileiros da África [...] conseqüência imprevista do fluxo e refluxo do tráfico de escravos [...]".[10]

Além dos príncipes oriundos de elites dirigentes na África, habitaram no Brasil os reis alegóricos, das congadas, cavalhadas e batuques, que, no curto espaço das festas, representavam a autoridade máxima então constituída, isso para não falar das chefias tribais. Essa convivência entre tantos reis — imaginários ou não — permitia o surgimento de compreensões diferentes da realeza e mesmo de certa recepção positiva da monarquia. Escreve João José Reis: "Havia uma mentalidade monarquista, por assim dizer, circulando entre os negros, que parece ter sido recriação de concepções africanas de liderança, reforçadas em uma colônia, e depois um país, governado por cabeças coroadas. É aliás conhecida a popularidade de d. Pedro II entre os negros cariocas [...] A visão do rei como fonte de justiça [...] existia igualmente na América, inclusive entre os escravos".[11]

Por outro lado, na medida em que a realeza representava uma instância de poder comum a diferentes universos culturais, nos rituais várias monarquias se encontravam, a despeito da total ausência de liberdade nas esferas sociais e políticas. Os "reis" que habitavam o Brasil tinham uma convivência não democrática mas ao menos freqüente: "o rei Baltasar, o rei do Congo e o vice-rei de Portugal" iam homenagear o

Imperador do Divino, fazendo o mesmo com os reis magos, no dia de Reis. Essas "majestades" também honraram o príncipe d. João VI na ocasião de sua coroação. Na Independência, o "rei Carlos Magno e seus doze pares de França" homenagearam o imperador Pedro I com espetáculos de cavalhadas. E que não se esqueça do rei Obá, que todo sábado se dirigia ao palácio a fim de beijar a mão do imperador Pedro II, nos últimos anos do Império.

Esses reis dialogavam não só entre si mas também com os santos. Com efeito, no Brasil religião e realeza estão ligadas de forma muito peculiar. Aqui não se atribuem ao rei poderes mágicos ou transcendentais, como no caso clássico francês dos reis taumaturgos estudados por Bloch,[12] porém de toda maneira o ritual local aprimora o "fraco" cerimonial dos Bragança. No Brasil, os imperadores passam a ser ungidos e sagrados, numa tentativa de dar sacralidade a uma tradição cuja inspiração era antiga mas a realização datada. Nesse movimento, ao mesmo tempo que os monarcas ganham santidade, os santos, quando muito adorados, ganham realeza no Brasil. O Divino Espírito Santo recebe um império, o deus Momo vira, anos mais tarde, rei Momo. De qualquer modo, mantos imperiais convivem com mantos divinos, e o imaginário da realeza acaba permeando fortemente o catolicismo brasileiro, da mesma maneira que uma série de manifestações populares, como o Carnaval — com seus impérios, reis, rainhas e enredos —, se nutre de cenas da monarquia.[13]



Entre tantas "coroas e santos" não seria mesmo o caso de eleger uma interpretação fiel da realeza européia e de suas tradições, mas sobretudo de entender como nesse ambiente, ainda que com base em leituras diferentes, a hierarquia e a autoridade real eram retraduzidas e compreendidas.

É Gilberto Freyre, em seu texto "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical",[14] quem conclui que o monarca, apesar de sua alma protestante, adotou, em determinados períodos do Império, uma ritualística local. Com seu manto verde como a nação, a coroa e a murça de penas de papo de tucano, mais próprios a um "Luís XIV dos trópicos", d. Pedro II dialogava com seus súditos, assim como eles o reimaginavam valendo-se de leituras particulares.

Desse modo, sem esquecer a existência das relações de dominação, inegavelmente assimétricas entre senhores e escravos, é possível voltar os olhos para o diálogo entre categorias culturais distintas e perceber a presença de elementos comuns, se não em seu conteúdo ao menos em sua forma, que permitem entender o estabelecimento de um repertório local e particular de imagens da monarquia.

Para citar apenas alguns elementos isolados: o que significa inventar uma corte em território americano, buscar todas as regras na mais fiel tradição medieval européia, mas adotar nomes e títulos indígenas? Como explicar um príncipe que se veste com o rigor majestático das grandes cortes, porém introduz uma murça de penas de papo de tucano, tal qual um cacique, e um manto com ramos de café e tabaco? O que dizer da famosa Fazenda de Santa Cruz, tirada dos jesuítas quando de sua expulsão e protegida pelos monarcas portugueses aqui residentes, que agrupava um número elevado de escravos-cantores de música sacra? De que maneira entender um imperador que sentava na frente dos estandes brasileiros das exposições universais — verdadeiras festas de exibição dos feitos tecnológicos e industriais das nações capitalistas — e exibia sua coroa ao

lado de produtos indígenas e da arte popular?

Por outro lado, se for correta a versão que diz ser o termo império não só uma referência à extensão do território,[15] ou uma homenagem de d. Pedro I a Napoleão — segundo seus biógrafos, sua maior influência —, mas uma alusão ao imperador da festa do Divino, estaríamos diante de um regime que desde os momentos de fundação dialogava com as culturas locais, criando novos significados para tradições longínquas.[16]

Cada um desses temas — que resultaram em capítulos específicos — fala em seu conjunto de uma "monarquia tropical", entendida como uma exceção no contexto local e exótica diante dos exemplos europeus. Na verdade, no interior do continente americano, o Brasil era visto com desconfiança pelas demais repúblicas, para as quais era difícil entender a opção pelo regime monárquico e sua continuidade. Mesmo levando-se em conta o acalentado sonho de Bolivar[17] — que não só se inclinou para a monarquia como se deparou com a fidelidade da maior parte da população à Coroa —,[18] a experiência do general Iturbide no México em 1822, ou mesmo o frágil Império haitiano de Dessalines, que durou de 1804 a 1806, para não falar da dramática e breve experiência do arquiduque austríaco Maximiliano (primo de d. Pedro II, fuzilado em junho de 1867),[19] o fato é que, como afirma Francisco Iglésias, todas as demais experiências monárquicas em território americano têm caráter "quase tribal e anedótico, quando não são farsas trágicas como no caso mexicano".[20] A partir da doutrina Monroe (1823) — mais conhecida por seu lema "A América para os americanos" —, a imagem do regime monárquico ficou associada a alguns países europeus, ao passo que aumentou a ingerência norte-americana no sentido de coibir o surgimento de realezas nas Américas.[21]

Cercado de repúblicas, o modelo monárquico brasileiro contava, portanto, com obstáculos adicionais para o seu reconhecimento: de um lado, o boicote das demais nações americanas; de outro, a difícil comunicação com os países europeus (desconfiados da relação estreita que o Estado imperial continuava mantendo com os países africanos e com o comércio negreiro).

Dessa forma, mesmo após o reconhecimento inglês e o português, parecia necessária a afirmação de uma imagem que distanciasse a monarquia brasileira da idéia de anarquia — tão comumente associada às repúblicas americanas —, do "comércio de almas" e de um sistema escravocrata persistente e difundido, sobre o qual se estruturavam a sociedade e a economia local. É justamente por isso que desde os primeiros anos de independência houve um investimento evidente na divulgação de uma representação ao mesmo tempo comum e peculiar desse longínquo império. Comum, na medida em que se procurou afirmar todo o tempo a feição européia de nossa monarquia — aparentada não só aos Bragança como aos Bourbon e Habsburgo — e o caráter civilizacional do Império, afeito às novas tecnologias e idéias de progresso. Peculiar, já que havia o Atlântico a nos separar e toda uma realidade social e geográfica a nos distinguir. Velho conhecido dos viajantes, o Brasil foi sempre destacado como o local da "grande flora" — com sua vegetação edênica —, mas também como o país da miscigenação extremada, dos indígenas e da escravidão. Não havia, pois, como deixar de lado a faceta tropical do jovem Império.

Na tentativa de garantir e criar uma nova nação, desvinculada da "pátria", que era ainda portuguesa, as elites do sul do país apostaram claramente, portanto, na monarquia e na conformação de uma ritualística local. A realeza aparecia, em tal contexto, como o único sistema capaz de assegurar a unidade do vasto território e impedir o fantasma do desmembramento vivido pelas ex-colônias espanholas. É nesse sentido que a monarquia se transforma em um símbolo fundamental em face da fragilidade da situação. Transcendendo a figura humana do rei, as representações simbólicas do poder imperial evocavam elementos de "longa duração"[22] que associavam o soberano à idéia de justiça, ordem, paz e equilíbrio. Afirmava José Bonifácio em Notas íntimas: "Acusam-me alguns de que plantei a Monarquia. Sim, porque vi que não podia ser de outro modo então; porque observava que os costumes e o caráter do povo eram eminentemente aristocráticos; porque era preciso interessar às antigas famílias e aos homens ricos que detestavam ou temiam os demagogos [...] Sem a Monarquia não haveria um centro de força e união, e sem esta não

se poderia resistir às cortes de Portugal e adquirir a Independência Nacional". Entre continuidades e rupturas dinásticas, persistências rituais e atualizações, misturaram-se valores seculares e profanos: não se abriu mão da origem européia, mas esta se combinou com um ambiente singular.

É, portanto, privilegiando essa dimensão simbólica da representação da realeza que se pode penetrar em facetas pouco estudadas, porém fundamentais na recuperação de modelos de sociabilidade até hoje presentes. Coube à monarquia brasileira seguir um trajeto ao mesmo tempo próprio e comum, que correspondeu à essência de uma cultura enxertada mas que acompanhou a diferenciação da sensibilidade local. Aí estaria "uma cópia bastante original"; uma cultura que se construiu com base em empréstimos ininterruptos, os quais, no entanto, incorporou, adaptou e redefiniu ao justapor elementos externos a um contexto novo.

Talvez seja essa a razão da pouca legitimidade inicial dos símbolos republicanos, em um país ainda atrelado à eficácia e à inserção alargada dos emblemas da realeza. O fato de os ícones da República mais bem-sucedidos — como o hino e a bandeira — estarem de alguma maneira ligados à simbologia monárquica evidencia não apenas o pequeno impacto da "invenção de tradições" republicanas,[23] como sobretudo a penetração de uma simbologia imperial, para além dos marcos políticos oficiais.[24]

José Murilo de Carvalho[25] demonstrou como a mesma elite que ajudara a derrubar a monarquia lutava pela implantação de uma simbologia particular para o recém-instalado Estado republicano, sem conseguir, no entanto, impor um imaginário particular. A história da escolha do Hino Nacional, logo nos primórdios do novo regime, é significativa: a despeito do resultado final do apressado concurso, que já em 20 de janeiro de 1890 pretendia eleger uma nova composição para representar o país, acabou ganhando o velho hino de Francisco Manuel da Silva, que nem ao menos havia entrado na competição. "Prefiro o velho!!!", teria dito o marechal Deodoro, deslocando o que ficara em primeiro lugar — o hino de Leopoldo Miguez, com letra de Medeiros e Albuquerque — e oficializando-o, no mesmo decreto, como Hino da Proclamação da República.[26] O Hino

Nacional continuava a ser o mesmo da monarquia, apesar da suspeita de que teria sido d. Pedro I seu compositor.

Mesmo a bandeira nacional, apesar das inúmeras explicações surgidas a posteriori (que falavam do verde de nossas matas e do amarelo das riquezas minerais), continuava a ostentar seus vínculos com a tradição imperial: o verde, cor heráldica da Casa Real Portuguesa de Bragança; o amarelo, cor da Casa Imperial Austríaca de Habsburgo. Além disso, o desenho republicano reaproveitava o losango da bandeira imperial — que representava uma homenagem de d. Pedro I a Napoleão —, apenas retirando-se o brasão monárquico, com as armas imperiais aplicadas, para introduzir o lema positivista de "ordem e progresso".[27]

Se essa versão é exata, estaríamos diante de um caso de redefinição, típico do nosso processo cultural: elementos tradicionais do armorial europeu, com seu significado preciso de homenagem aos soberanos da jovem nação, acrescidos de uma modalidade de distribuição do espaço na bandeira francesa, passavam a representar nossa realidade física, destituídos de seu significado anterior. A fisionomia da bandeira republicana, considerada durante gerações como expressão autêntica de características da terra, "teria nascido de transposições, substituições e invenções, que deram ao brasileiro a idéia de simbolizar o que ele tem de mais específico".[28]

É certo que esses não são ícones escolhidos livremente — e nesse sentido populares —, mas é certo, também, que sua recepção acaba gerando um consenso que encontra neles imagens ou representações do país. A questão seria, dessa maneira, entender não tanto o fracasso da simbologia republicana, tão bem analisado por José Murilo de Carvalho em A formação das almas, mas antes o impacto do imaginário monárquico, presente até hoje não apenas nesses elementos da retórica patriótica como em toda uma concepção de sociedade ainda impregnada da mística dos títulos de nobreza, das ordens honoríficas e dos rituais de consagração. Conforme afirma Sérgio Buarque de Holanda: "A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção

de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida inteira da nacionalidade, como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional".[29]

Nessa batalha simbólica, travada entre República e Monarquia, melhor do que descobrir vencedores é repensar a importância da dimensão cultural. Seguindo as pistas de Bronislaw Baczo,[30] que aponta para a relevância do estudo de sistemas simbólicos de uma sociedade, percebemos como todo regime político estabelece em sua base um imaginário social constituído por utopias e ideologias mas também por mitos, símbolos e alegorias, elementos poderosos na conformação do poder político, especialmente quando adquirem aceitação popular.

A criação de símbolos, por sua vez, não é gratuita e arbitrária; não se faz no vazio social. Ao contrário, os símbolos são reelaborados em razão do contexto cultural em que se inserem, além de que o maior ou menor sucesso de sua manipulação encontra-se diretamente vinculado a uma "comunidade de sentidos". Portanto, para compreendermos por que em momentos de mudança certos símbolos vingam e outros não, devemos atentar não só para a emissão como também para a recepção e divulgação, ou seja, para o consumo desses mesmos símbolos, que não é em si aleatório nem mero objeto de manipulação.

Dessa maneira, se por parte das elites é possível perceber um uso quase instrumental da "figura do rei" — uma intenção muitas vezes abertamente expressa de construção de uma representação de porte nacional, por meio da oficialização e proliferação de rituais, da criação de monumentos e de um "passado" cuja continuidade temporal levaria ao Império —, já na releitura das festas populares o que está presente é a imagem mítica do rei, de um rei sagrado e religioso que nesse sentido não tem data nem lugar.

Colocar a questão nesses termos implica admitir que o significado se faz em contexto, mas também privilegiar certa singularidade cultural, uma análise sincrônica que se vale do repertório específico de cada cultura. Na fronteira entre a história e a antropologia, essa perspectiva permite

pensar, ainda, em permanências e releituras — em "estruturas mentais" — e, desse modo, na razão da fortuna ou do fracasso de determinadas simbologias, igualmente manipuladas.

Muitos são os sinais do uso de uma farta simbologia por parte dessa monarquia tropical, mas é talvez na produção iconográfica e na originalidade dos rituais que se concentram, de forma mais evidente, os rastros de tal trajeto, os sinais do diálogo com a realidade externa, retraduzida em termos locais. Como veremos, essa história não começa com d. Pedro II, porém é sobre ele que incide uma quantidade maior de imagens e de representações, como se o "corpo do rei" mediatizasse essas duas instâncias: a criação política e institucional de realeza de um lado, a figura mítica, marca do imaginário popular, de outro.

Imperador de 1840 a 1889, d. Pedro II teve sua vida contada a partir de episódios repletos de dramaticidade e destacada com base neles. Primeiro monarca nascido no Brasil, Pedro de Alcântara foi comparado ao Menino Jesus na tradição portuguesa, revisto como Imperador do Divino na ladainha brasileira, entendido como um novo d. Sebastião pelos últimos fiéis das previsões de Vieira. Filho de Bragança, Habsburgo e parente direto dos Bourbon, d. Pedro era reconhecido como um pequeno deus europeu, cercado por mestiços. Órfão de mãe com um ano, de pai aos dez, imperador aos catorze e exilado aos 64, no seu caminho é difícil notar onde se inicia a fala mítica da memória, quando acaba o discurso político e ideológico; onde começa a história, onde fica a metáfora.[31]

A saída é acompanhar passo a passo as trajetórias que envolveram a figura de d. Pedro II, que de órfão da nação se transforma em rei majestático; de imperador tropical e mecenas do movimento romântico vira rei cidadão, para finalmente imortalizar-se no mártir exilado e em um mito depois da morte, com vistas a recuperar não tanto a sua história, mas antes sua memória, ou melhor, a seleção de determinadas memórias nacionais. Esse é ao menos o percurso que as imagens convidam a seguir. Nesse processo, nem sempre o discurso institucional caminhou junto com a ideação mais popular do rei que dialogou com contextos ainda anteriores à independência do Brasil, ou da vinda de d. João. No entanto, durante o

Segundo Reinado e mesmo na "retradução" do exílio do rei na Europa é possível perceber como o "corpo do rei" é suporte para batalhas simbólicas de ordem diversa.

É certo que d. Pedro II não centralizou todas as decisões do Império, tampouco tomou parte do conjunto das manobras. Muitas vezes foi inserido numa grande representação como parte e não como artífice. É por isso mesmo que pouco importa descobrir se o monarca foi mais ou menos culto, muito inteligente ou pouco dotado. Melhor do que personalizar é buscar os caminhos de construção desse mito de Estado, desse monarca tropical.

Portanto, é tendo como cenário o Segundo Reinado, momento fundador de um modelo de nacionalidade, que se buscará entender os mecanismos de construção simbólica da figura pública desse monarca, em suas associações com o fortalecimento do Estado. Fértil na produção de um amplo leque de imagens, o Império brasileiro se destacou em seu papel de criador de ícones nacionais — entre hinos, medalhas, emblemas, monumentos, dísticos e brasões —, assim como concentrou esforços na boa costura da imagem do monarca, que parecia simbolizar a pátria. A idéia é, portanto, recuperar meios e processos pelos quais toma forma uma grande representação de d. Pedro II e do Império brasileiro. Tendo por base uma visão alargada do processo que leva à consolidação da imagem do governante, se buscará não só as grandes instâncias de efetivação, como as pequenas e cotidianas medidas. Se o exame da iconografia oficial revela facetas das produções da elite carioca, já os rituais e comemorações indicam outras leituras, mais populares, da mesma monarquia.

A reflexão sobre a monarquia brasileira leva, assim, à reconstrução de um sistema político (ligado à elite carioca que cerca a realeza), mas também a um imaginário monárquico, percebido justamente por meio da análise de rituais, costumes e tradições. No caso, porém, é a figura do imperador que está colocada bem no meio das duas instâncias, e não há outra opção senão percorrer a sua biografia destacando, contudo, momentos e locais da edificação dessa história, quando privilegiadamente recontam-se certos episódios em detrimento de outros.

Os capítulos foram construídos, pois, com base em documentos

inéditos, iconografia do período e uma vasta bibliografia sobre d. Pedro II. Se de um lado essa produção foi de grande serventia, de outro foi preciso "driblá-la". Muitas vezes laudatórias e em alguns casos — logo após a proclamação da República — francamente contrárias, as biografias constroem uma personagem, pelo elogio ou pelo descaso, destacada de qualquer contexto. Nelas, também, é difícil entender onde começa a história, onde termina o mito. Feito mito ainda jovem, d. Pedro II nas imagens oficiais é sempre mais velho que seu pai, confusão que atrapalha até hoje as crianças na escola, mas fala igualmente de uma iconografia política que se constrói por meio da história, que lembra um pouco e esquece muito, guarda certas imagens na memória e apaga outras.[32]

D. Pedro II na visão oficial presente nos manuais de história: um monarca sempre mais velho. Cromocart

NOTA AO CAPÍTULO 1: Em vez de introduzir ao longo do texto autores e obras que balizaram teoricamente este livro, optei por elaborar um capítulo que fizesse um balanço sobre esse tipo de produção. Procurei realizá-lo de maneira acessível ao público não especializado; porém, os leitores menos interessados nos aspectos teóricos da representação da realeza podem prosseguir a leitura a partir do capítulo 2.

“A ROUPA NOVA DO REI”:

REFLEXÕES SOBRE A REALEZA

O manto do rei, em O Antonio Maria, 1880. MMP

> Terminada a leitura os Peri — que não sabem onde fica exatamente o Brasil — calam-se, sem saber o que dizer. Mas ambos estão abalados, seus rostos não demonstram mais a hostilidade do início; qualquer rei, seja o rei dos pigmeus ou o rei dos índios antropófagos, tem uma aura e um poder que impressionam.
>
> Rubem Fonseca, O selvagem da ópera

Há muitos anos atrás, em um reino bem distante, vivia um imperador mais conhecido por seu orgulho e elegância do que por seus feitos e atos de bondade. Dizia-se que o monarca possuía milhares de pares de sapatos, centenas de mantos e trajes, uma infinidade de jóias e adereços. A fama do rei era tal, que muito longe, a léguas e mais léguas, cantava-se em verso e prosa as histórias desse imperador vaidoso.

Certo dia o pequeno vilarejo saiu de sua monotonia habitual. Foi noticiada a chegada de dois visitantes renomados, reconhecidos como os mais habilidosos dos alfaiates. Comentava-se à solta os ricos tecidos, o corte impecável, o caimento divino de seus trajes que já tinham vestido reis e imperadores.

Mas dessa feita o traje havia de ser especial, para o mais especial dos reis. O material a ser empregado era tão precioso, que continha um segredo: somente os mais sábios, os mais inteligentes poderiam ver o esplendor das novas vestes. (Eis enfim o maior prêmio para o nosso rei vaidoso: uma roupa cujos limites entre o visível e o invisível estariam só fragilmente delineados.)

Começaram os preparativos. Mandou-se buscar ouro e pedras preciosas nos lugares mais distantes. As sedas, brocados e diademas foram encomendados de roldão. Botões, fios e jóias não paravam de chegar. Enquanto isso, os dois distintos alfaiates eram remunerados de forma régia. Afinal, era preciso ser generoso diante de tão grandioso traje.

Os trabalhos evoluíam bem, até que houve a primeira prova. O rei,

ansioso por ver seu novo traje — que entre centenas seria o predileto —, entrou pontualmente no ateliê. Era hora de iniciar o ato. Com gestos refinados, os artífices começaram a vestir o monarca, que mal cabia em si de tanta satisfação. No entanto, o contentamento transformava-se rapidamente em apreensão, à medida que o rei notava que não via nada, a não ser seus já conhecidos trajes de baixo. Porém, como seus serviçais não diziam nada — ao contrário, soltavam exclamações de admiração diante de tão magnânima veste —, o rei resolveu se calar, ou melhor, achou por bem assumir a atitude geral, que estava mais para a consagração do que para o questionamento.

Na verdade, após a primeira prova a fama "das novas vestes do rei" alcançava todo o reino, onde só se comentavam as propriedades milagrosas do traje e seus efeitos maravilhosos. Foi assim que a procissão seguinte foi aguardada com grande expectativa. Afinal, o rei iria estrear sua roupa nova e desfilaria diante de todos os súditos.

Chegou o grande dia. Os dois alfaiates terminaram de vestir o monarca e se afastaram da cena, que agora pertencia ao rei. O imperador, um pouco desajeitado naquela situação, não se dava por vencido e, empunhando orgulhosamente seu cetro e sua coroa, partiu para o cortejo. Na corte, ninguém falava do que via ou do que não via; ao contrário, todos elogiavam a beleza da veste, o esplendor da figura do rei, tão bem adornado com suas novas roupas.

Mas era hora de ganhar as ruas. Toda a nobreza se postou para dar início ao desfile, inclusive, é claro, o nosso rei vaidoso. A princípio tudo correu bem: todos admiravam o caráter milagroso daquelas vestes, e o rei, mais seguro, começava a comportar-se com desenvoltura.

Até que ocorreu o inesperado. Um menino que não havia sido informado sobre as histórias que cercavam as vestes do rei, ao olhar cena tão bizarra, exclamou em alto e bom som: "O rei está nu!". Esse foi só o início, pois, após o primeiro toque, a multidão, até então contida, passou a gritar e assobiar, rir e gargalhar diante da nudez inesperada do rei.

O monarca e sua corte, desnudados diante dos acontecimentos, voltaram correndo ao palácio, vexados e humilhados. O rei bem que

> tentou perseguir os dois alfaiates farsantes, mas já era tarde demais. Aquelas alturas, eles já estavam bem longe, enriquecidos com o ouro do monarca, felizes com a sorte de um golpe bem dado.[1]

Esse conto, escrito em meados do século XIX por Hans Christian Andersen, é bastante conhecido, mas tem neste caso uma função original. É um bom pretexto para a reflexão sobre aspectos particularmente definidores da realeza moderna: seu caráter teatral, a dimensão simbólica do poder político.[2] Se qualquer sistema político carrega consigo esse tipo de dimensão, é talvez na monarquia que se concentra, de maneira mais formalizada e evidente, o uso de símbolos e rituais como alicerce do poder.

De volta à nossa história: em que tipo de regime a força do teatro da corte permitiria que a farsa se prolongasse dessa forma? Em que sistema o ritual ganharia tal relevância de modo que só um menino, o qual não compactua com sua eficácia, pôde anunciar a encenação que ali se montava sem que ninguém, até então, se pronunciasse? É apenas na monarquia que a etiqueta alcança tal importância que realidade e representação confundem-se em um jogo intrincado. Nesse sistema em que o ritual não está só nos costumes mas consta das próprias leis, e em que a etiqueta não é secundária, porém parte fundamental do sistema,[3] o que importa é ver o que o monarca vê. É o olhar do rei que faz o milagre, é o consenso em torno de seu poder ritual que "veste os nus".

Essa pequena história nos introduz também no universo da etiqueta, parte fundamental na estrutura desse tipo de Estado, e não um adereço. Foi Norbert Elias quem revelou as fortes relações que existiam entre a corte e seus rituais: "É a estrutura social da corte que permite compreender o fenômeno do luxo".[4] Entender a sociedade da corte significa entrar na lógica da realeza, de uma vida que gira em torno do rei e de um tipo de expediente que pressupõe uma exposição e afirmação constantes. Em cada gesto, segundo Elias, estaria presente uma economia simbólica, um "fetiche do prestígio".[5] Com efeito, por trás do ritual residiria uma concepção profunda de etiqueta, garantia de certa estabilidade de posições, marca

visível de relações que se constituem de forma invisível.

Em "A roupa nova do rei" vemos, portanto, a etiqueta jogando seu jogo. Como um ritual cegamente realizado o cortejo segue seu caminho, os nobres admiram o que o rei também pretende admirar. Tal qual um "argumento cênico",[6] a etiqueta transforma-se em um fim em si mesmo, parte integral e essencial do Estado da corte.

Mas o conto de Andersen evoca uma compreensão ainda mais profunda acerca do caráter mítico que envolve a própria concepção da realeza, denominada por Kantorowicz uma forma dual de poder;[7] o "corpo duplo do rei" associa de maneira excepcional o elemento transitório e humano ao corpo místico: perene, fundamento inatingível do reino. Lado a lado estão o homem mortal e o rei divino, sujeitos dos rituais de consagração, entre coroações, funerais, procissões e outras cerimônias da corte. É assim que, respaldada na teologia jurídica medieval, a imagem do rei se separa aos poucos da Igreja, em seu movimento de secularização, incorporando, porém, os atributos de um corpo místico.

É o próprio Kantorowicz quem destaca a famosa tragédia de Ricardo II, de William Shakespeare — o primeiro de um conjunto de quatro dramas conhecidos como Segunda Tetralogia —, como o texto que transformou em estrutura o que era apenas uma metáfora.[8] Nessa obra, em que ocorre uma transgressão básica (envolvendo a usurpação da coroa, seguida de regicídio), digladiam-se as duas figuras do rei: o rei divino encarnado e a pessoa física que exerce o poder. O sistema simbólico, por trás da ação dramática, revela de forma quase didática o direito divino e a personalidade desse rei mortal. Na peça, Shakespeare faz do rei e do seu poder "um fulcro de relações simbólicas entre o sangue, a seiva, a terra; entre o homem, a planta, a natureza".[9]

Ricardo II é um rei culpado e como tal reduzido a sua singularidade de homem. O rei que jamais morre é aqui substituído pelo que morre todos os dias, que sofre por dores morais. Afastando-se do maravilhoso, Ricardo é a cada dia menos rei, assim como o monarca criado por Andersen. Quando o rei é visto nu, ele deixa de ser rei, para se transformar

exclusivamente em um de seus pólos mais fracos: a sua passageira humanidade.

Mas não é essa a lógica da realeza clássica, que serve de modelo para boa parte das teorias, como bem mostra Marc Bloch. Em Os reis taumaturgos o famoso historiador procura desvendar o lugar do maravilhoso na política, a eficácia mágica da realeza, buscando compreender o poder de cura dos reis franceses e ingleses entre os séculos XII e XVIII. Longe da explicação racional, Bloch encontra no próprio "desejo do milagre" a eficácia da crença no poder taumatúrgico. Diz ele: "Como vimos, os fiéis súditos do rei da França ou do rei da Inglaterra não pediam mais que isso. Sem dúvida, nem se sonharia em proclamar um milagre se não se estivesse habituado a esperar dos reis precisamente um milagre".[10] Apesar de oscilar, e por vezes considerar a idéia do milagre da cura real como um "erro coletivo", Bloch acaba evidenciando a importância da crença na "consciência popular" e conclui que "o que criou a fé no milagre foi a idéia de que ali devia haver um milagre".[11] Chamado por Barbey o "segredo fundante da realeza", a adesão à vontade real, em virtude de suas origens "supra-humanas", parece ter sido comum, a despeito das especificidades contextuais, não só nas realezas da Antiguidade como nas monarquias clássicas do Ocidente: "A monarquia muda, mas fica o mistério".[12]

Esse é, portanto, o terreno da cultura, de uma cultura política, cuja eficácia é simbólica e não exclusivamente racional.[13] E preciso entender o milagre com base no desejo do milagre, no fenômeno da crença em um poder diverso e superior à própria humanidade. O paralelo com o famoso texto de Lévi-Strauss sobre a eficácia do feiticeiro é, nesse sentido, evidente. Afinal, é essa mesma lógica que leva o autor a concluir que o que explica a cura não são os cânticos e poções do xamã, mas o fato de que um grande "xamã" é obra do consenso. "Quesalid não se tornou um grande feiticeiro porque curava seus doentes; ele curava seus doentes porque se tinha tornado um grande feiticeiro."[14] Dessa maneira, assim como não há por que duvidar da adesão dos monarcas — e/ou dos feiticeiros — à sua missão, é também claro que, em ambos os casos, a lógica da crença no

milagre é anterior e mais forte do que o milagre em si, já que baseada em um consenso que é coletivo e simbólico.

Assim, se a origem da monarquia divina ocidental é datada, diferente é a procura do maravilhoso, que acaba por vincular simbolicamente um homem a uma nação e dotá-lo de um poder que o separa dos demais mortais. Foi James G. Frazer quem, em trabalho clássico — O ramo de ouro —, partindo de pressupostos evolucionistas, chamou a atenção para a recorrente idéia de um "deus-homem", ou de seres dotados de poder divino e sobrenatural, freqüentemente encontrados na literatura da Antiguidade. Deuses encarnados em homens, cabia a esses reis sagrados regular o curso da natureza, para o bem de suas sociedades, sendo eles muitas vezes responsabilizados por más colheitas ou infortúnios de ordem geral.[15] Há, portanto, certa estrutura que se repete e se retraduz, como se pudéssemos encontrar muitas versões dessa monarquia mítica, exemplos variados e momentos particulares desses "deuses que se apresentavam sob forma humana".[16]

Mas, apesar de a estrutura ser semelhante, é no período moderno, com o fenômeno dos monarcas absolutos europeus, e mais especificamente a partir da metade da Idade Média, que se dá "forma ao maravilhoso", com a homogeneização dos rituais que envolvem a realeza. Nesse contexto, afirmam-se duas realidades complementares: a sagração e a hereditariedade.[17] A hereditariedade garantia a mística do corpo santo dos reis, oficializada pelo ritual de sagração, que dramatizava e dava visibilidade à sacralidade do monarca. Enfim, era o peso espiritual que recobria o poder do rei e fazia dele um governante, distinto e distante de seus súditos.[18]

Apoiado em uma espécie de universalidade, o carisma real — que, segundo Kantorowicz, durou no Ocidente mais do que duzentos anos e tomou meia dúzia de países — singularizou-se ao justificar sua existência e ordenar suas ações com base em histórias, insígnias, cerimônias e formalidades, muitas vezes herdadas e em outros casos recém-criadas. "A roupa nova do rei" de Andersen não significava, portanto, só ostentação, vaidade e luxo. Fazia parte fundamental da efetivação do próprio poder do

rei.

A monarquia se servirá, desse modo, do ritual de maneira oficial e cotidiana. Era por meio do ritual que o rei multiplicava sua imagem, estendia seu poder, impunha sua representação. De acordo com o antropólogo C. Geertz, essa ritualização da política é mais aparente em monarquias tradicionais: "O intenso foco sobre a figura do rei e a construção explícita de um culto — que viria a ser uma religião completa — em torno dele tornam tão palpável o caráter simbólico da dominação que nem mesmo hobbesianos e utilitarianos poderiam ignorá-lo".[19] É em Negara que Geertz, ao analisar a estrutura social de Bali, encontra um "Estado-teatro", e passa a discutir as formas simbólicas e teatrais da política tradicional. A idéia é provar como a política é ação simbólica: "Os cerimoniais do Estado do Bali clássico eram teatro metafísico: teatro concebido para exprimir uma visão da natureza fundamental da realidade e para, ao mesmo tempo, moldar as condições de vida existentes em consonância com a realidade".[20] Nesse grande ritual — em que representação e realidade se encontram absolutamente vinculadas —, enquanto o rei e sua corte apareciam como fac-símiles da ordem definida pelo imaginário, por outro lado se reproduzia e produzia a estrutura geral dessa sociedade. Em meio a um grande ritual o rei é transformado em ícone, imagem mestra, que, como representação, não morre jamais.[21]

Enfim, como pessoa e mito o rei é sobretudo um objeto ritual, uma imagem evidente do poder. Estamos, portanto, diante de um tipo de "Estado construído", e particularmente marcado, como mostra Janine Ribeiro, pelo elevado grau de artifício, por determinada ética que se articula a uma estética particular: "Rara sociedade terá dado tal relevo aos momentos em que a vida se oferece ao escrutínio alheio, aos olhos e ouvidos de todos; rara cultura terá aparecido assim teatralizada, tanto por se fazer espetáculo quanto por se assumir como representação, factícia, artificial".[22]

Pessoas de "necessidades ilimitadas", os monarcas, sobretudo europeus dos séculos XVII e XVIII, se fazem cercar de um aparato extraordinário, uma extensão de seu corpo: "palácios para alojar sua corte,

seus ministros, suas amantes; avenidas para fazer desfilar suas carruagens e seus guardas; teatros para divertir-se; manufaturas para aumentar seus rendimentos; igrejas para nelas submeter-se a seu Deus".[23] É essa relação "narcísica" do príncipe com suas obras que se transmuta em ato público e em ostentação da soberania, para gerar uma prática de espetáculo. Como um grande simulacro, o direito divino do príncipe se inscreve por meio desse cerimonial, não permitindo que os espectadores permaneçam distantes e livres, já que são presas desse jogo de deslumbramento. Não fosse um pequeno detalhe imprevisto, a roupa do rei de Andersen seria mesmo a mais bela, só ofuscada pela beleza do espetáculo.

P. Burke insiste nessa noção de espetáculo ao apresentar os monarcas modernos como os inventores do marketing político. Atento ao tema da persuasão, Burke reflete sobre as estratégias de Luís XIV e de sua corte, sobre a preocupação com a divulgação da imagem pública do príncipe e sua constante revisão. Por intermédio de pintores, escultores, alfaiates, peruqueiros, dançarinos, poetas, coreógrafos e historiadores o rei era celebrado e glorificado, uma vez que o objetivo central consistia em "persuadir o público de sua grandeza".[24]

Interessante, porém, é entender não apenas a articulação das imagens da realeza e sua manipulação, mas principalmente como os enunciados são incorporados pelos súditos, que alteram, valorizam, reduzem, selecionam, omitem os discursos veiculados. Com efeito, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades, deslocando-se, dessa maneira, o pólo de discussão dos meios para os grupos, integrados em práticas sociais mais amplas. Por certo, importa saber por que no conto o rei aceitou a farsa de vestir uma roupa que não via; porém, é mais instigante ainda entender como a comunidade acreditava, ou queria acreditar — assim como o próprio monarca —, no milagre dos espertos alfaiates.

É nesse sentido que a abordagem cultural tem muito a dizer às análises sobre recepção e às teorias que entendem a política como um jogo fechado em si só. Particularmente M. Sahlins tem chamado a atenção para o fenômeno da circularidade cultural, presente nos constantes encontros

entre cosmologias diversas. "Somente quando apropriado por e através de um esquema cultural é que o evento adquire uma significância histórica."[25] Por meio do conceito de "estrutura da conjuntura" — a realização prática das categorias culturais em um contexto específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos —, Sahlins destaca a importância da antropologia na reavaliação funcional dos significados na ação e ilumina o terreno minado dos "riscos simbólicos" e da ressignificação cultural.

Se é evidente que havia nesse teatro da corte uma intenção, por vezes previsível, é também fato que sua leitura é múltipla e contextual. "O problema agora", diz Sahlins, "é fazer explodir o conceito de história pela experiência antropológica de cultura",[26] o que significa destacar a noção de dinâmica cultural e da circulação de idéias.[27]

É desse relacionamento circular elaborado de influências recíprocas, de cima para baixo, bem como de baixo para cima, que se faz a cultura. Nesse sentido, não basta imaginar apenas uma recepção cultural passiva por parte dos grupos populares e nem mesmo um estranhamento absoluto da cultura oficial. A cultura é dinâmica na medida em que está sempre em movimento, alimentada por um jogo contínuo.

A pequena história de Andersen é, portanto, uma boa introdução para este trabalho, que pretende refletir sobre as formas de construção simbólica da figura pública de d. Pedro II. Também no Brasil a monarquia investiu em sua afirmação ritual e teatral. Títulos, cortejos, procissões, manuais de civilidade, pinturas, história e poesia fizeram parte da construção desse processo que por meio de memória e de monumentalidade procurava ganhar espaços na representação nacional.

Além disso, o Império brasileiro produziu muitas imagens, que parecem constituir parte fundamental de sua efetivação. Em diferentes momentos da vida de d. Pedro II, a ampla iconografia encontrada é quase um trunfo, e as imagens parecem dirigir a reflexão.

Com efeito, já se foi o tempo em que os pesquisadores sociais acreditavam na exclusividade das fontes escritas. Chamada por J. Le Goff

de "imperialismo dos documentos escritos",[28] essa tradição foi cedendo lugar a uma perspectiva que incorporou outros tipos de materiais, sobretudo iconográficos, porém reservando a estes um caráter decorativo e colado à estrutura explicativa. Como afirma Ginzburg,[29] "são demasiado freqüentes as articulações entre obra de arte e contexto postas em termos brutalmente simplificados". Muito mais difícil é, dessa maneira, a recuperação analítica da intrincada rede de relações que cada produto artístico contém, ou mesmo a intenção de buscar a lógica interna desse tipo de produção.[30]

No entanto, no caso deste trabalho, importa pouco refletir sobre a qualidade pictórica das iconografias ou, por exemplo, sobre a relevância artística das obras da Academia Imperial de Belas-Artes. Ao contrário, abrindo-se mão de qualquer pretensão crítica, ou da avaliação da maior ou menor qualidade das obras, a opção é restringir a abordagem ao conceito que Panofsky deu à iconografia: o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras.[31]

Mais interessante é recuperar o que este tipo de documento tem a nos dizer enquanto representação de uma época. Na verdade, a origem de boa parte do material aqui utilizado é, no mínimo, reveladora. Foi d. Pedro II quem, logo após seu banimento, resolveu "doar ao Brasil" sua coleção particular e a ela deu o nome da esposa, recém-falecida no exílio: Coleção Teresa Cristina Maria. São mais de 20 mil fotos, retratos, óleos, xilografias e litografias distribuídos entre órgãos públicos da sua ex-corte: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, mais tarde, no Museu Imperial de Petrópolis.[32]

Com base em centenas de retratos da família imperial, em paisagens e imagens de instituições nacionais; no testemunho das viagens do imperador e de sua passagem por exposições universais ou visitas a estabelecimentos científicos; no registro de experimentos ou das marcas da Guerra do Paraguai, guardadas apenas nos uniformes militares... compõe-se um esforço de construção e de perpetuação de determinada memória nacional. Trata-se, portanto, não de um amontoado de imagens, mas de

uma "coleção" feita de muitas lembranças e de várias lacunas. Se o Dicionário Aurélio tem razão em sua definição, estamos diante de um "conjunto ou [de uma] reunião de objetos da mesma natureza ou que têm qualquer relação entre si". O seu coletivo revela como são pequenos os limites entre os poucos momentos de intimidade de um monarca e a sua feição oficial de estadista. Afinal, a coleção carrega não só as imagens do imperador e de sua família como os grandes temas do século XIX — as artes, o urbanismo, a arqueologia, a biologia, a botânica, a mineração, a saúde pública... —, os eventos mais importantes da época e retratos de "nossa gente".

A coleção mostra ainda o que o imperador vê e, pela falta, aquilo que não vê ou quer esquecer. É assim que, se os trópicos aparecem a todo momento, a escravidão está ausente, como um figurante oculto das cenas. Com efeito, é uma certa civilização que aparece representada, selecionando uma memória e um tipo de lembrança.

Como qualquer coleção, a "de d. Pedro" guarda, também, um tipo de classificação. Não basta, porém, recuperar sua lógica original; é possível interpretar as alegorias, descobrir alterações e fazê-las dialogar com os contextos a que dizem respeito. Como se verá, as imagens distinguem-se por sua técnica — xilogravura e litogravura, pinturas a óleo, aquarelas, nanquim e carvão, caricaturas e fotografias a partir dos anos 60 (entre daguerreótipos, ferrotipias ou ambrotipias) — e pelo momento a que se referem. No entanto, entre tantos retratos oficiais, imagens feitas para a divulgação no exterior, desenhos apenas rascunhados, ou as poucas cenas de maior intimidade, podemos encontrar regularidades dignas de destaque, referências que só o conjunto do material pode ofertar. Com efeito, são mais de Seiscentos Pedros que nos observam, enquanto os observamos, como se pudéssemos ver não apenas o crescimento cronológico dessa personagem, mas momentos diversos de sua construção como símbolo do Estado.

Nesse processo selecionaram-se os momentos em que a atuação e presença de d. Pedro são mais evidentes. É por isso mesmo que os primeiros capítulos — sobre a vinda da família real e a infância do

imperador — são mais ligeiros e os outros mais detidos. Nesses momentos, fortemente pautada em uma agenda de festas, rituais e imagens, a monarquia brasileira se serviu à larga das representações simbólicas que envolvem o poder monárquico e que evocam elementos históricos de longa duração, associando o soberano à idéia de justiça, ordem, paz e equilíbrio. Modelo suficiente para se opor à imagem das repúblicas americanas, tão caracterizadas por guerras civis e associadas à anarquia; modelo para impor uma imagem civilizacional "à européia".

É, assim, no privilégio à dimensão simbólica, aos mecanismos de construção da memória da monarquia brasileira, que se pode encontrar novidade nessa história tão conhecida e vasculhada pelas biografias. Tal recorte, se não permite elaborar um sistema total de explicação, introduz uma dimensão nova: o terreno mágico, sagrado e simbólico de uma realeza que, ao mesmo tempo que — nas mãos da elite local — atualizou a tradição, a fez dialogar com as representações locais — "aparatos intelectuais", anteriores a seu estabelecimento.

NA VISÃO DA CARICATURA, A MONARQUIA COMO TEATRO RITUAL

Teatrologia política, em O Besouro, 8/8/1878. D. Pedro aparece no centro do teatro grego em meio a um templo pagão. Trata-se do teatro da política

brasileira. MMP

Teatrologia política: brevemente grande récita de curiosos, em O Besouro, 1878-79. D. Pedro com louros de César escreve o enredo "da peça nacional".

Os gladiadores no circo: Ave Cesar, morituri te salutant!, em O Besouro, 1878-79. D. Pedro "toma a cena" como chefe romano. MMP

2

NASCE UM

IMPÉRIO NOS TRÓPICOS

Entrada na baía do Rio de Janeiro, de Rugendas, 1835. CGJM

> Havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros.
>
> Auguste de Saint-Hilaire

Vários historiadores têm procurado entender a originalidade da monarquia brasileira vinculando-a à chegada da família real ao Brasil em 1808. De fato, é no mínimo inusitado pensar numa colônia sediando a capital de um império. Chamada por Maria Odila Leite da Silva Dias de a "internalização da metrópole",[1] a instalação no Brasil da corte portuguesa, que fugia das tropas napoleônicas, significou não apenas um acidente fortuito, mas antes um momento angular da história nacional e de um processo singular de emancipação.[2] Fuga ou golpe político, o fato é que com d. João e sua família, e contando com a ajuda inglesa, transferiam-se para o país a própria corte portuguesa — cujo número estimado de pessoas chegava a 20 mil, sendo que a cidade do Rio possuía apenas 60 mil almas — e várias instituições metropolitanas. Mas não era só: comerciantes ingleses e franceses, artistas italianos e naturalistas austríacos vinham junto com os baús. Difícil imaginar choque cultural maior.

Transformado em Reino Unido já em 1815, o Brasil distanciava-se aos poucos de seu antigo estatuto colonial, ganhando uma autonomia relativa, jamais conhecida naquele contexto. O Estado português, humilhado, perseguido e transplantado, reproduziu no Brasil o seu aparelho administrativo,[3] e do Rio de Janeiro o regente, denominado também "rei do Brasil", administrava todo o seu império.

A partir de então o Rio de Janeiro será capital de Portugal e de suas possessões na África e na Ásia, e os portos brasileiros se abrirão ao comércio britânico (seguindo o acerto feito com a Coroa inglesa, que assegurou o transporte da corte mas trocou-o por esse acordo comercial),

alterando radicalmente a situação da colônia portuguesa na América.

Entraria no Brasil, também, toda uma agenda de festas e uma etiqueta real que, abaixo do equador, ganhou um colorido ainda mais especial. Com efeito, vêm junto com a burocracia lusitana os te-déuns, as missas de ação de graças, as embaixadas, as grandes cerimônias da corte. A construção de monumentos, arcos de triunfo e a prática das procissões desembarcaram com a família real, que tentou modificar sua situação desfavorecida repatriando o teatro da corte e instaurando uma nova "lógica do espetáculo" que tinha, entre outros, os objetivos de criar uma memória, dar visibilidade e engrandecer uma situação, no mínimo, paradoxal. Exemplo significativo é o da coroação de d. João VI. Enquanto o arquiteto Grandjean de Montigny[4] erguia para a ocasião monumentos grandiosos, esperava-se com ansiedade a noite de 13 de maio de 1818, quando seria encenado o Himeneu — drama alegórico em quatro atos que tecia elogios à monarquia lusitana — e apresentado o quadro Bailado histórico, de Jean Baptiste Debret (1768-1848), obra em que o artista unia os deuses da mitologia clássica aos personagens históricos portugueses. Na pintura que segue, d. João VI em uniforme real é sustentado por figuras que caracterizam as três nações unidas — Portugal, Brasil e Algarve; logo abaixo, ajoelhados, encontram-se Himeneu e Amor, com os retratos do príncipe e da princesa reais. Debret e Montigny esmeravam-se em dar à decadente corte portuguesa um ar solene e engrandecedor, procurando vincular por meio da pompa e da simbologia do ritual um império alijado à heróica Antiguidade clássica.

Não obstante, com a dramatização da história e em face da riqueza do espetáculo, meticulosamente encenado pelos representantes da realeza, entravam em contato os grupos locais e os adventícios recém-chegados; nas ruas, o brilho do ritual encantava a população, tão acostumada às procissões barrocas e seus monarcas. Mas dessa vez, enfim, o Brasil tinha um rei.

Sem entrar nos meandros dessa história,[5] o que importa destacar é que a vinda da família real representou um fator fundamental para que a solução monárquica criasse raízes no Brasil e garantisse a unidade

territorial. Os próprios acontecimentos que envolvem o Sete de Setembro de 1822 parecem ser mais uma resposta à corte de Lisboa, e à sua tentativa de recolonização, do que a expressão de uma vontade nacionalista e separatista. Ao contrário, conforme Ribeiro,[6] aqui, "o sentimento nacional não se combinava, necessariamente, com intenções separatistas". No entanto, se é inegável a importância da corte para tornar mais viável a solução monárquica, sua presença não a garantia. A emancipação viria com ou sem a monarquia, sendo essa uma opção política.[7] No campo político, contavam as elites locais com dois problemas fundamentais: manter a unidade política, de um lado, garantir a ordem social, de outro.[8] É nesse sentido que o poder simbólico de um "rei", acima das divergências de ordem particular, acaba se impondo como saída.

Decoração para balé histórico realizado no Teatro da Corte, no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1818, por ocasião da aclamação do rei d. João VI e do casamento do príncipe real d. Pedro, seu filho. Deuses da mitologia grega contracenam com a realeza portuguesa. Debret, 1834. CGJM

As interpretações variam quando se trata de hierarquizar os eventos, mas convergem no sentido de ressaltar a importância da opção premeditada pela monarquia. "A decisão de fazer a independência com monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas etc, foram opções políticas entre outras possíveis", conclui Carvalho,[9] destacando do mesmo

modo a homogeneidade da elite política brasileira do período, basicamente educada em Portugal e nos moldes da realeza.

A saída imperial, segundo Alencastro,[10] representava uma justaposição de elementos novos e antigos. Em primeiro lugar, d. Pedro I contava com os exemplos de Napoleão I e de Francisco II, seu sogro. Mas as referências imediatas não são só européias: mais próximo do contexto brasileiro, o caso mexicano é significativo. Em 1822, buscando conter as tentativas espanholas de recolonização e para dar conta da rebelião republicana e nativista, a alta aristocracia mexicana proclama um imperador no México, o general Iturbide, que recebe o título de Augusto I. Para além desses exemplos contemporâneos o Império brasileiro marcaria, ainda, a volta e o prolongamento dos desejos milenaristas da época da Reconquista e do movimento de expansão lusitano. Nesse sentido, esse império criado no século XIX significaria o anúncio de uma nova era, cantada em verso e prosa desde os tempos de d. Sebastião, quando Portugal despediu-se de seu maior momento de apogeu e conquistas.

Como símbolo da união, a realeza parecia ser a melhor saída possível para evitar a autonomia e possível separação das províncias; somente a figura de um rei congregaria esse território gigantesco, marcado por profundas diferenças. É assim que as elites locais optam pela monarquia, na esperança de ver no jovem rei um belo fantoche.

Mas a política não estava nas mãos exclusivas dos proprietários rurais brasileiros. Ao contrário, de um lado a diplomacia britânica reconhecia a independência e negociava o tratado assinado com Portugal, todavia impunha um freio crescente à presença "brasileira" no continente africano e ao plano de tornar Angola independente, incorporando-a ao Império brasileiro.[11] Por outro lado, para lá do território brasileiro e de suas fronteiras americanas, a emancipação brasileira provocou reação em várias regiões africanas, integradas à zona de exportação do Império. Na Guiné, em Angola e em Moçambique, grupos de mercadores africanos propõem a união com os rebeldes do Rio de Janeiro. Não é coincidência, pois, o fato de o reino de Daomé ter sido o primeiro a reconhecer o Império brasileiro.[12]

A independência do Brasil era obtida, dessa maneira, valendo-se de compromissos intercontinentais. Era preciso garantir a continuidade do comércio lícito, com os Estados Unidos e a Europa, assim como a importação de escravos africanos. O governo brasileiro permanecerá, porém, intimamente ligado ao "comércio infame", questão que, apesar da pressão britânica, só se resolverá em 1850.[13]

Frutos de muitos acordos, a originalidade e a garantia de uma emancipação monárquica, em pleno contexto americano e republicano, não eram tarefas fáceis, nem interna, nem externamente. Nesse sentido, foi fundamental a figura de José Bonifácio — futuro tutor dos filhos do monarca —, que juntamente com a elite do Centro-Sul, a qual gravitava em torno da nova corte, empenhou-se na manutenção da unidade territorial do Império brasileiro, impedindo que se repetisse o exemplo da América espanhola. Era assim que se tomavam na ex-América lusitana as medidas necessárias para que se evitasse a alternativa republicana, então considerada a "vocação natural das Américas".[14]

Coroação de d. Pedro I pelo bispo do Rio de Janeiro. No capricho e na encenação detalhada dos rituais o estabelecimento e a oficialização de uma nova memória. Óleo sobre tela de Debret, 1828. MI

Foi por isso que, logo após a independência política de 1822, investiu-se muito no cerimonial da realeza brasileira e no estabelecimento de determinadas memórias. D. Pedro foi aclamado imperador em 12 de outubro de 1822 — data a princípio considerada mais importante que o

próprio Sete de Setembro. Além disso, desejando romper com o costume português, de um lado, e influenciado pela sagração e coroação de Napoleão, em 1804, de outro, d. Pedro I envolve-se na realização de uma importante cerimônia religiosa, de origens bíblicas, e regida, com detalhes, pelo livro I do antigo Pontifical romano. Nesse documento estabelecia-se que os soberanos deveriam ser ungidos e sagrados no contexto solene da missa pontifical, costume que os reis portugueses haviam abolido fazia muito tempo. A cerimônia aconteceu no dia 1° de dezembro de 1822, na então Capela Imperial, sendo celebrada pelo capelão-mor d. José Caetano da Silva Coutinho, que sagrou o novo imperador e o coroou com óleo santo. Como testemunho do acontecimento ficou a grande tela de Jean Baptiste Debret, que retrata pormenorizadamente o caráter rigoroso e fiel do ritual. Por meio da alteridade buscava-se destacar o surgimento de uma nova história, por suposto diferente da antiga metrópole portuguesa.

O novo império, contudo, não só dialogaria com a tradição: introduziria elementos da cultura local. Construía-se, a partir de então, uma cultura imperial pautada em dois elementos constitutivos da nacionalidade emergente: "o estado monárquico, portador e impulsionador do projeto civilizatório, e a natureza, como base territorial e material deste Estado".[15]

Com efeito, ainda em 1822, é elaborada pelo mesmo artista — que já fora responsável por criar todas as imagens oficiais do período de d. João VI — uma alegoria especialmente idealizada para o pano de boca de uma apresentação teatral que celebrava a coroação de d. Pedro primeiro imperador do Brasil. Debret, "um neoclássico de quatro costados"[16] e discípulo direto de David, talvez em razão do sentimento social aguçado de sua escola, encontra empecilhos para dialogar com um contexto tão diverso de sua França revolucionária. Segundo Rodrigo Naves, o elogio da virtude e da exemplaridade deveria se mostrar por meio da forma ideal e da caracterização do heroísmo neoclássico. No entanto, em face do cotidiano da escravidão e de uma corte transplantada, parecia difícil traduzir essas "idealidades formais para uma realidade totalmente estranha aos pressupostos".[17]

Nesse caso, porém, a alegoria deveria agradar: nela o Império do

Brasil apareceria com toda a sua pompa mas também originalidade. Além de estar confiado a Debret todo o programa de festas, ficou sob a responsabilidade do artista esse primeiro símbolo oficial da realeza brasileira. Diz Debret: "[...] Em tais circunstâncias, sentiu o diretor do teatro mais do que nunca a necessidade de substituir a pintura de seu antigo pano de boca representando um rei de Portugal cercado de súditos ajoelhados. Pintor de teatro, fui encarregado da nova tela, cujo bosquejo representava a fidelidade geral da população brasileira ao governo imperial, sentado em um trono coberto por uma rica tapeçaria estendida por cima de palmeiras".[18]

Pano de boca do Teatro da Corte, Debret, 1834. CGJM

Tendo passado pela inspeção e aprovação do imperador e de José Bonifácio, a pintura sintetizava uma série de elementos dispersos da nova nacionalidade. Nada melhor do que dar voz à própria descrição reveladora do "discípulo de David":

> [...] O governo imperial é representado, nesse trono, por uma mulher sentada e coroada, vestindo uma túnica branca e o manto imperial brasileiro de fundo verde ricamente bordado a ouro; traz no braço esquerdo um escudo com as armas do Imperador e com a

> espada na mão direita sustentando as tábuas da Constituição brasileira. Um grupo de fardos colocados no envasamento é em parte escondido por uma dobra de manto, e uma cornucópia derramando frutas do país ocupa um grande espaço no centro dos degraus do trono. No primeiro plano, à esquerda vê-se uma barca amarrada e carregada de sacos de café e de maços de cana-de-açúcar. Ao lado, na praia, manifesta-se a fidelidade de uma família negra em que o negrinho armado de um instrumento agrícola acompanha a sua mãe, a qual, com a mão direita, segura vigorosamente o machado destinado a derrubar as árvores das florestas virgens e a defendê-las contra a usurpação, enquanto com a mão esquerda, ao contrário, segura ao ombro o fuzil do marido arregimentado e pronto para partir [...] Não longe uma indígena branca, ajoelhada ao pé do trono e carregando à moda do país o mais velho de seus filhos, apresenta dois gêmeos recém-nascidos para os quais implora a assistência do governo [...] Do lado oposto, um oficial da marinha [...] No segundo plano um ancião paulista, apoiado a um de seus jovens filhos que carrega o fuzil a tiracolo, protesta fidelidade; atrás dele outros paulistas e mineiros, igualmente dedicados e entusiasmados, exprimem seus sentimentos de sabre na mão. Logo após esse grupo, caboclos ajoelhados mostram com sua atitude respeitosa o primeiro grau de civilização que os aproxima do soberano. As vagas do mar, quebrando-se ao pé do trono, indicam a posição geográfica do Império. [grifos meus][19]

A alegoria de Debret representa, sem dúvida, "o Estado corporificado no trono imperial, que cumpria uma missão de submeter a seu domínio um outro diferente de si. Cumpria ainda uma missão civilizatória diante deste outro".[20] Mas não basta ficar na análise exclusivamente política dessa imagem. É possível dizer que estamos diante de uma "grande inauguração": a de uma representação mais ou menos formalizada de uma monarquia que aqui se instala, buscando tradução em elementos tropicais.

Se o desenho já não fosse em si evidente, a descrição de Debret cuidaria do resto. Valendo-nos de ambos vemos como o pano de boca de

Debret condensa, em uma só cena, elementos fundamentais da nova identidade. O trono, bem no centro da cena, garante o olhar em direção à representação do imperador — com o P e a coroa logo acima da figura: a imagem de uma mulher que carrega a Constituição, no caso o símbolo maior do progresso ocidental.

A tela é toda concebida com base na idéia de que uma nova civilização se montava, decididamente, nos trópicos. Negros em atitude de fidelidade dividem a cena com uma indígena (uma autóctone) de pele branca mas que carrega os filhos "ao modo do país". Selvagens ao fundo, com suas flechas, declaram lealdade ao lado de paulistas, mineiros e da Marinha, em plano mais evidente. Caboclos recuperam, por meio da imagem, "o grau de civilização" a que podem chegar. As frutas, bem no centro, são todas tropicais, além das palmeiras e da vegetação, que compõem um quadro decididamente exótico. Por fim, as vagas do mar deságuam no grande trono, assim como o Atlântico, que nos separava e unia à "civilização". Enfim, vindo de um artista que se esmerou em elaborar uma série de símbolos para essa corte tão singular — entre retratos, uniformes e condecorações —, o pano de boca aparecia como um forte ícone de um Estado criado sob o signo da diferença.

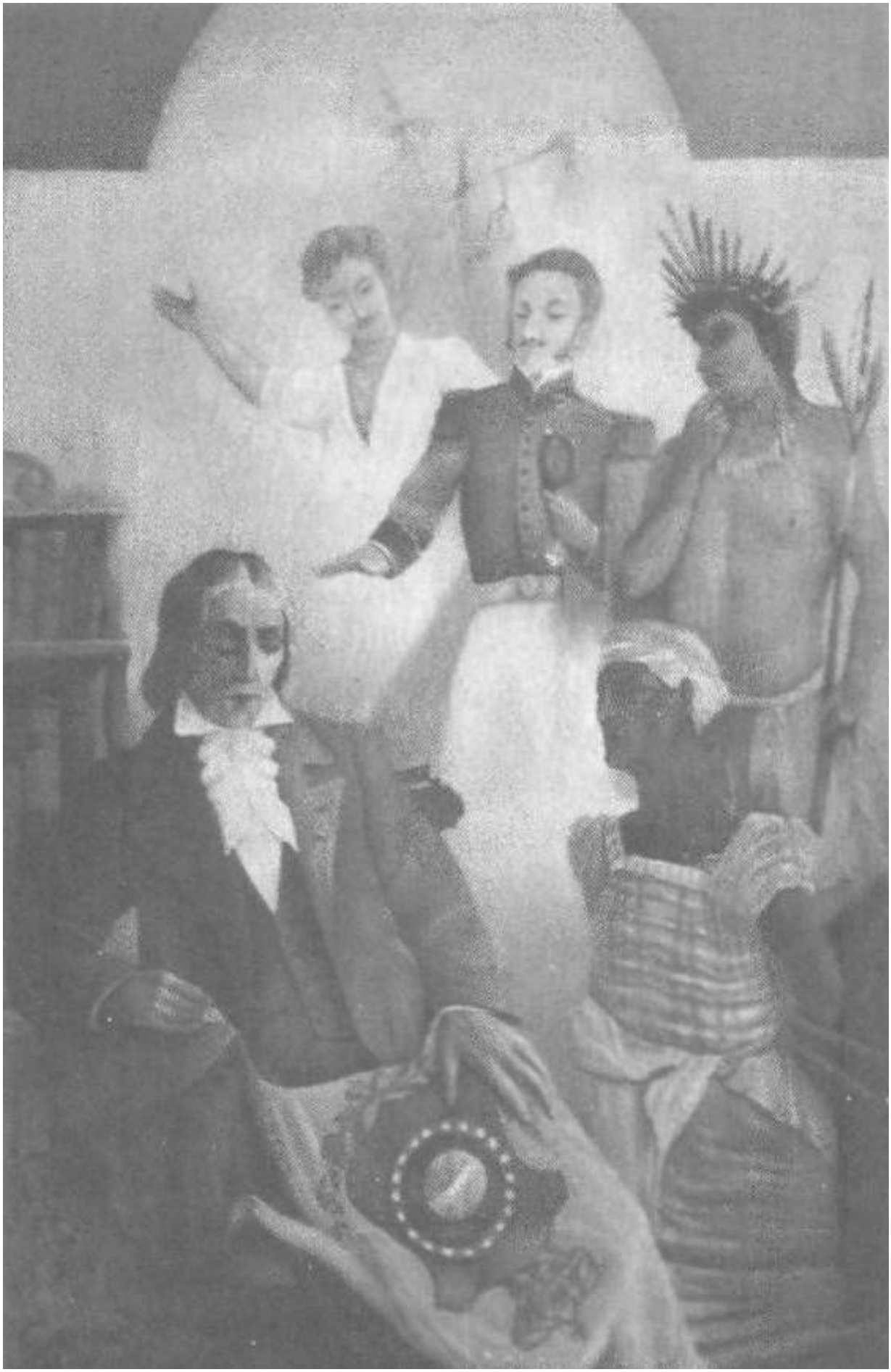
Destacando a monarquia brasileira de sua matriz lusitana, os novos símbolos da terra ganham um caráter inaugural, como se toda a história começasse no ato que constituía a nação independente. Unidas e irmanadas por meio da realeza — representada pela figura da mulher sentada no trono com o texto da Lei nas mãos —, uma nação miscigenada arma-se para defender a monarquia constitucional, legitimada pela adesão de "seu povo".[21] No entanto, apesar dessa exuberância de detalhes, na imagem de Debret, como afirma Naves, "há uma rigidez mal resolvida, a produção de uma grandiosidade meio naif fiel talvez ao espírito acanhado da monarquia brasileira, mas muito limitada enquanto pintura".[22]

Não havia como esquecer a existência da escravidão, que por sua vez tornava a monarquia brasileira absolutamente singular. Na época, 45,6% de um total de 79 321 pessoas eram escravos no Rio de Janeiro,[23] dando às ruas um colorido especial. Nesse Império, o universo do trabalho

resumia-se ao mundo dos escravos. Vendedores ambulantes, negras quituteiras, negros de ganho oferecendo-se como pedreiros, barbeiros, alfaiates, funileiros e carpinteiros eram figuras obrigatórias nas ruas da cidade.

Mas a vivacidade das ruas não correspondia à estrutura da sociedade, hierarquizada, violenta e desigual. Aí se apresentava a grande contradição, que não se limitava ao traço de Debret: como afirmar a imagem civilizada e constitucional dessa monarquia ao lado da realidade escravocrata?

Não obstante, nas imagens oficiais era a mistura de elementos que dava colorido à jovem nação que se emancipava. Cem anos depois, um artista popular anônimo mostrava como era forte o imaginário desses momentos inaugurais. No quadro a seguir, d. Pedro I aparece ao lado de José Bonifácio, o artista Debret logo atrás. Trata-se da elaboração dos emblemas do novo país, mas o que mais interessa é a união de personagens. Perto das figuras oficiais uma negra escrava (ajoelhada) e um indígena com expressão pensativa observam a grande cena. Bela imagem de congraçamento, nessa releitura popular de inícios do século XX.[24]

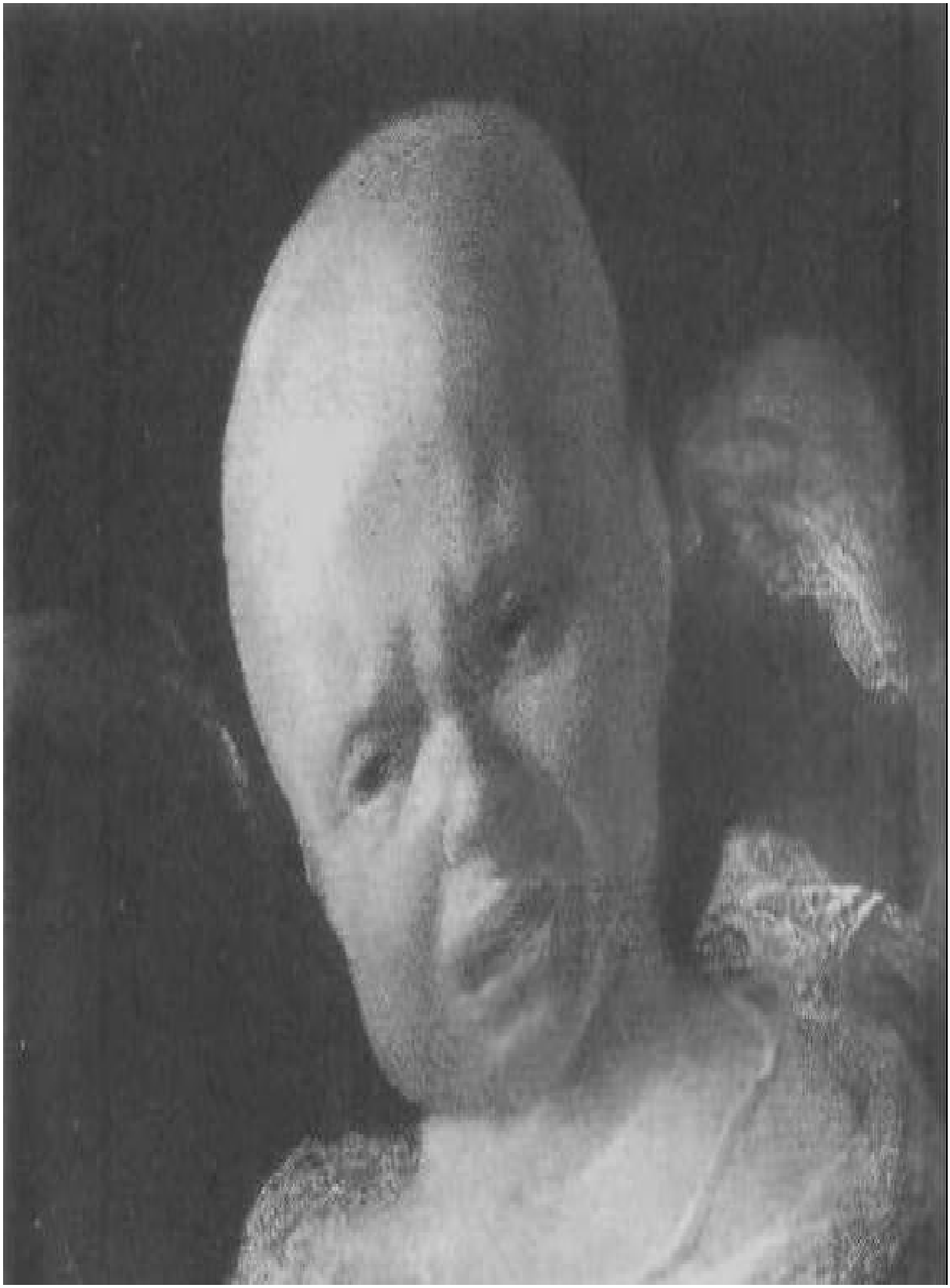


Óleo sobre tela inspirado na obra de Eduardo Sá denominada Fundação da pátria brasileira. Anônimo. Em destaque, os tipos nacionais cujas cores estão ainda mais realçadas. O branco na figura do pintor Debret, o indígena guerreiro e a negra (em posição que revela submissão) observam a cena. Ao centro d. Pedro I e José Bonifácio aparecem como os verdadeiros artífices da independência. CEA

3

O ÓRFÃO DA NAÇÃO:

"O CÉU SABE O Q UE FAZ" [1]



D. Pedro de Alcântara, óleo sobre tela de Debret, 25 x 33 cm, 1826; detalhe. MI

Madrugada alta de 2 de dezembro de 1825. Nesse dia a corte do Rio de Janeiro acordou com o estrondo das salvas em fortalezas e navios. Nascera às duas e meia o príncipe-herdeiro de todas as esperanças nacionais, ou ao menos das elites brasileiras, tão preocupadas com o fantasma do desmembramento do país.[2]

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga era um nome tão grande quanto as aspirações que giravam em torno desse "pequeno príncipe" de 58 centímetros: o primeiro a nascer em território nacional. O imperador vinha ao mundo antes do menino, ou parafraseando Roberto Da Matta: "d. Pedro II não nasceu, foi fundado; tornou-se patrimônio nacional";[3] já nasceu como "um rei autóctone".[4]

O jornalista Pedro Plancher, do Spectador Brasileiro, na ocasião, apressava-se em vincular a data de nascimento do príncipe-herdeiro à sorte eminente: "A anarquia morreu na França no dia 2 de dezembro; a coroa de Carlos Magno vingou nesse dia os atrozes insultos feitos aos netos de Henrique IV. O céu sabe o que faz".

O herdeiro do trono trazia no nome, assim como seu pai, a homenagem ao santo padroeiro: Pedro de Alcântara. A Casa de Bragança era devota de certos santos e entre eles estava esse, um santo de origem espanhola, sempre associado aos doentes e canonizado logo após a Contra-Reforma.

Única imagem em que d. Pedro aparece no colo de uma mucama negra ou ao lado de algum escravo; certos autores questionam, também, se a personagem representada seria de fato o futuro imperador do Brasil. A obra é atribuída a Debret. MMP

Antes mesmo do nascimento de Pedro II, estavam dadas as ordens

para os procedimentos que participariam e festejariam a encarnação do primeiro príncipe brasileiro. Três tiros de foguete anunciariam a chegada de um menino; fosse menina, apenas dois. E nos dias seguintes, até o batizado, se fariam demonstrações festivas com repiques de sinos, salvas e luminárias. Desse modo, seria impossível ignorar que a monarquia instalada pelos portugueses em terras tropicais — recém-libertas de seu jugo colonizador pelo próprio príncipe português — se revigorava, ressurgindo num ad eternum e dessa vez muito bem enraizada. E apesar de já nascer sob uma monarquia constitucional, o menino herdeiro da Coroa era apresentado à nação justificado pela ação divina de míticos anjinhos.[5]

Desenho a bico-de-pena que ornamentava o termo de reconhecimento de d. Pedro II como príncipe-herdeiro do trono. A. do Carmo, 1825. Os anjos abençoam o futuro imperador. MMP

Com efeito, a imperatriz d. Maria Leopoldina de Habsburgo (arquiduquesa da Áustria e filha de Francisco I, imperador da Áustria) e d. Pedro I (da Casa Real Portuguesa de Bragança) já tinham quatro filhas e "imploraram aos céus" para que daquela vez viesse o tão esperado varão. Depositavam-se nele as esperanças de continuidade do recém-fundado

Império.

Não eram poucas, portanto, as promessas atribuídas a essa personagem que teria sua vida toda coberta por uma aura mística, resultado de uma concepção divina herdada da monarquia medieval européia, mas, sobretudo, do contexto político e cultural local. Pela linha paterna, o príncipe imperial descendia de reis e antepassados ilustres, imortalizados pela prosa portuguesa. D. Pedro era o oitavo duque de Bragança, cuja família estava entrelaçada com os Capetos da França.

Pela linha materna, d. Pedro era ligado ao imperador Francisco I, da Alemanha, da Áustria, da Hungria e da Boêmia, ele mesmo filho de Leopoldo II, imperador da Alemanha e irmão de Maria Antonieta, mulher de Luís XVI. Descendia também de Francisco José, duque de Toscana, marido de Maria Teresa, imperatriz da Alemanha, da Áustria e da Boêmia.[6] Sua genealogia — como aliás a de todos os monarcas — ia longe: chegava a santo Estêvão, rei da Hungria; a Filipe II, a Filipe IV; aos reis de Aragão e Castela, e aos reis da França.[7]

Carregando a criança imperial, portanto, a herança dos Bourbon, dos Habsburgo e dos Bragança, seu batizado cercou-se de uma mística incomum. Os "fantasmas" de tantos reis, imperadores e aventureiros, príncipes ilustrados, românticos ou melancólicos, acompanhariam a vida desse príncipe de tanta tradição européia, aliados ao imaginário local, impregnado pela lógica das festas populares, em que a realeza era quase um emblema.

Mas, já na primeira infância, a representação do "órfão da nação" começa a se delinear. Na verdade, se nos meses seguintes à independência d. Pedro I foi aclamado por conta de sua alta linhagem, juventude (o rei fora elevado ao trono com 24 anos) e até em virtude da virilidade, comprovada por suas histórias amorosas, essa situação iria logo se modificar. O Império não andava nada bem, entre outros motivos, por causa do voluntarismo do jovem imperador d. Pedro I, pai de Pedro de Alcântara.[8] Os reflexos da imposição da Constituição de 1824 se faziam sentir, sobretudo em razão do artigo 98, que criava ao lado dos poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário um quarto poder: "O poder moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao imperador como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que, incessantemente, vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos".[9] Contrariando as máximas da época que diziam que "o rei reina, mas não governa", d. Pedro era investido de um poder maior, acima dos demais, quase absoluto. Como afirmava o artigo 99: "A pessoa do Imperador é inviolável e sagrada. Ele não está sujeito a responsabilidade alguma".

Fortemente influenciado por Benjamin Constant, e por sua obra Curso de política constitucional, o texto da Constituição era explícito na divisão dos poderes. O Legislativo ficava concentrado nas assembléias representativas, com a sanção do monarca; o Poder Executivo, nos ministros; o Judiciário, nos tribunais. O monarca, por sua vez, permanecia no centro dos três poderes, na definição de Constant, como uma "espécie de poder neutro".

Apesar de o artigo de número 100 determinar a originalidade do título real no Brasil — "Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil — e tem o tratamento de Majestade Imperial" —, todos os demais precisavam quão limitadas eram as práticas democráticas no país, em virtude da existência desse quarto poder. Sobretudo o artigo 101 explicitava as atividades e inferências do monarca, que podia nomear senadores, convocar a assembléia geral extraordinária, sancionar decretos e resoluções da assembléia, suspender interinamente resoluções dos conselhos provinciais, prorrogar ou adiar assembléias gerais, dissolver a câmara de deputados, nomear livremente ministros de Estado, suspender magistrados, conceder anistias em casos urgentes.

No Brasil, portanto, o rei reinava e mandava, como dizia claramente o artigo 126 da Constituição ao afirmar que o imperador governava, isto é, "dirigia física e moralmente os governados. Pensava, ordenava, agia como o comandante de um navio que manda executar e executa".[10]

Diante da imposição da figura do rei, toda a história parlamentar dos

primeiros anos do Império ficou marcada pela tensão política e pelo medo da restauração. Em Pernambuco, em 2 de julho, estoura a Confederação do Equador, que representava uma primeira reação das províncias do Nordeste: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Pará. A execução dos líderes do movimento gerou descontentamento e um novo nacionalismo, cada vez mais misturado com evidentes manifestações de antilusitanismo.

Ao assinar o tratado de 1825 com Portugal — que reconhecia a independência do Brasil mediante a concessão de vantagens financeiras desiguais —[11] e sobretudo em virtude da manutenção da condição de herdeiro do trono português, d. Pedro I passava a concentrar as atenções e as decepções gerais. O fato de o monarca conservar o direito à coroa de seus ancestrais só acirrou a desconfiança dos políticos daqui, os quais temiam a união dos dois reinos.

A política antiliberal do primeiro imperador brasileiro não se resumia, porém, ao plano interno. No âmbito externo, o monarca mantinha a política expansionista de Portugal, que pretendia estender as fronteiras meridionais do Brasil até as margens do Prata. O resultado foi a desajeitada Guerra da Cisplatina, com a Argentina, cujo desenlace quase só agradou à Inglaterra. A província Cisplatina se transformou no Uruguai, e os dois contendores saíram igualmente derrotados.

Por sinal, a Inglaterra era uma das grandes beneficiárias da política de d. Pedro I. Sua aceitação quase instantânea da independência e a oferta de se transformar em mediadora entre Brasil e Portugal nuançavam os interesses imediatos britânicos.

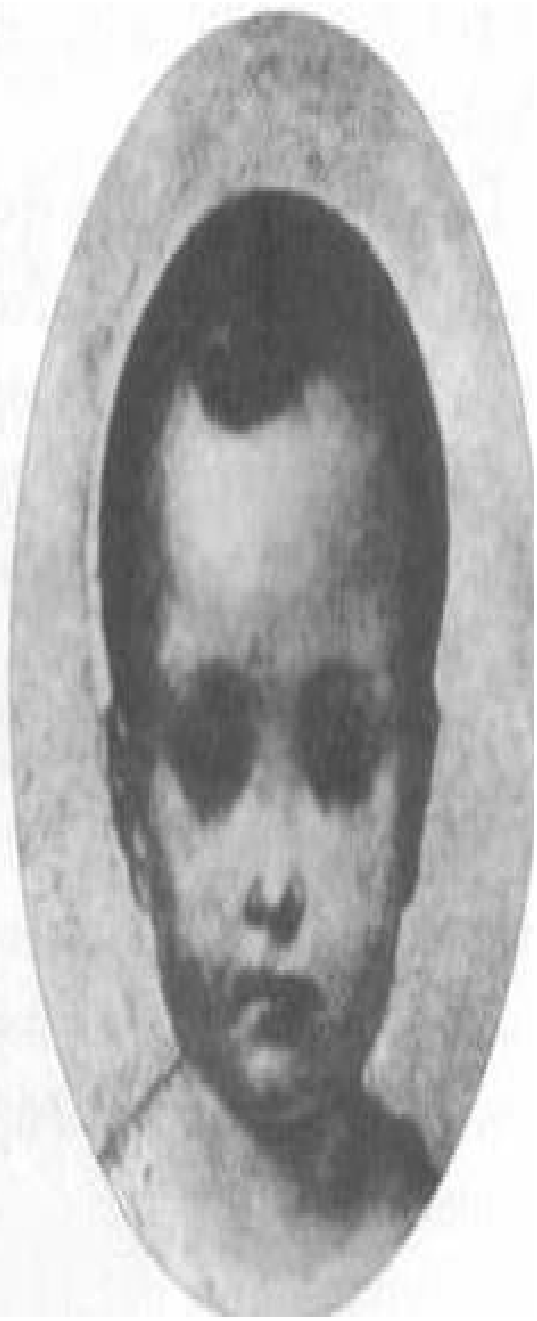
No plano privado a situação era igualmente tensa. Na época do primeiro aniversário do príncipe Pedro — 2 de dezembro de 1826 —, sua mãe já se encontrava enferma, vindo a falecer dez dias após a data. Como se não bastasse, pairavam suspeitas sobre a causa da morte da imperatriz. Essa foi a época dos grandes amores de d. Pedro I, e não eram poucos os boatos que falavam do desgosto de Leopoldina, "assassinada pelo ciúme" que sentia das inúmeras amantes de seu marido: "Mulheres infames, como outras Pompadour e Montespan se não piores, por não terem instrução".[12]

O imperador, conhecido por seu caráter impetuoso, abandonava cada vez mais a imperatriz, e tornava públicos os seus casos, como fizera a 12 de outubro, ao elevar a viscondessa de Santos a marquesa.[13]

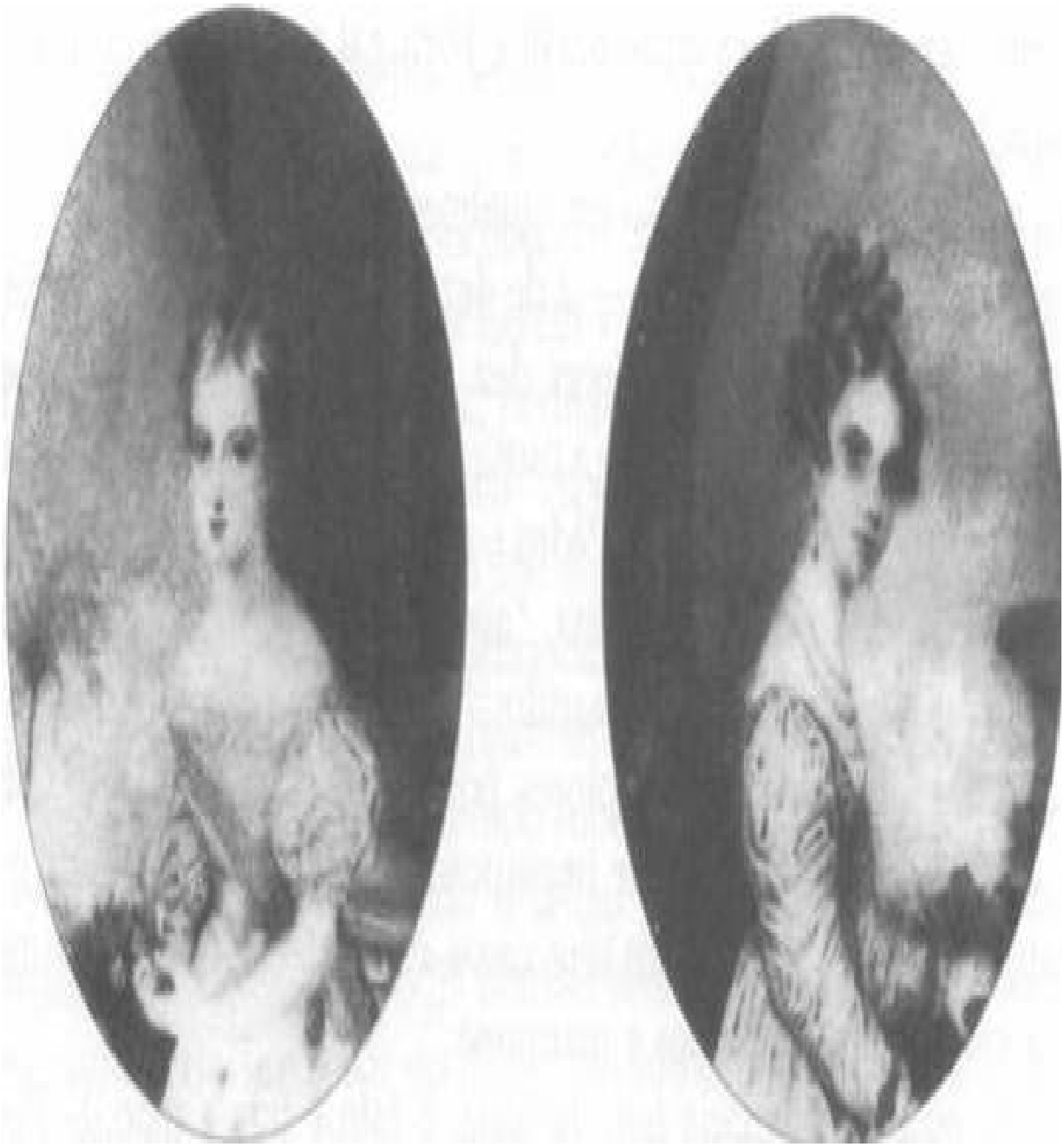
Lenda ou não, memória feita história, o fato é que a mãe de Pedro II sucumbiu a um parto prematuro, o que contribuiu ainda mais para a construção popular da imagem do "mártir da nação", cuja mãe — diziam — "morria de tristeza" e em conseqüência dos maus tratos do marido.

Isolado no Paço, esquecido em conseqüência das conturbações políticas e da doença da mãe, Pedro de Alcântara era antes um pequeno símbolo, a lembrança de um monarca "genuinamente brasileiro" de futuro promissor. Pouquíssimas são as imagens dessa fase: um ou outro quadro do futuro imperador deitado em almofadas verdes, da cor da bandeira e da pátria, ou desenhos em que d. Pedro aparece retratado com uma desengonçada touca, ou, por fim, a única imagem de d. Pedro no colo de sua mãe, ao lado das irmãs d. Maria da Glória, d. Januária, d. Paula e d. Francisca Carolina. (Ver figs. 1 a 3 do caderno-cor 1.)

A princesa Maria da Glória. MIP



D. Pedro aos dez meses. Poucas imagens retratam o imperador em sua primeira infância. MMP



As irmãs de d. Pedro: d. Francisca Carolina e d. Januária. FBN

Talvez a pintura mais conhecida da sua infância seja a que mostra d. Pedro sentado ao lado de um vistoso tambor. No entanto, nessa imagem, mesmo a cena oficial se impõe à representação familiar e pessoal. Os emblemas da monarquia estão por toda parte: no tambor, no jaleco do menino; e a cor verde do paletó do imperador indica a marca heráldica de seus pais. Porém, e apesar dos ícones nacionais espalhados, essa é provavelmente a única pintura da época que revela o príncipe em ambiente

de intimidade, com brinquedos, e até mesmo um tímido sorriso nos lábios. (Ver fig. 3 do caderno-cor 1.)

Começam, também nessa época, as inúmeras tentativas para a obtenção de uma nova esposa para d. Pedro I. A má fama do imperador brasileiro parecia impedi-lo, todavia, de aspirar à mão de uma princesa de boa linhagem das cortes européias. Após três anos, o monarca finalmente se casa com d. Amélia de Leuchtenberg, princesa da Baviera, de dezesseis anos de idade, e cuja beleza, dizem os documentos, teria sossegado os humores do rei.

No entanto, a calmaria seria breve. Em Portugal, já em 1828, tivera início uma grave crise de sucessão ao trono,[14] enquanto no Brasil os abusos do voluntarismo político de d. Pedro I acabariam por levá-lo à abdicação em 7 de abril de 1831. Tal qual um instrumento, colocado no trono pela mão das elites, era também por elas destituído. O monarca partiu, assim, para Portugal, com a firme intenção de recuperar o trono para sua filha, d. Maria da Glória, deixando para trás o príncipe d. Pedro, com pouco mais de cinco anos, e as princesas imperiais d. Januária e d. Francisca, todos sob os cuidados do tutor que o imperador designara: José Bonifácio de Andrada e Silva, seu antigo inimigo político nos últimos anos.[15]

AMALIE

A bela d. Amélia. FMLOA

As imagens seguintes falam da saída de d. Pedro I e da aclamação de seu filho, mas desenham dois ambientes diversos. Na primeira, d. Pedro I parte com d. Amélia e d. Maria da Glória, em um cenário repleto de negros e escravos sempre representados em atitude que revela submissão. Na outra, mais uma vez Debret é convidado para transformar a aclamação do pequeno d. Pedro em um momento idealizado e celebrativo. Novamente, o lado instrumental do ritual dialoga com a aclamação popular que faz do jovem imperador a realização dos augúrios há tanto "rezados".

Partida de d. Pedro I, d. Maria da Glória e d. Amélia para Portugal.
Em Jorge Caldeira, 1995

Aclamação de d. Pedro II, Debret, 1834. CGJM

Eis que se iniciavam as Regências[16] e uma nova fase da história brasileira. Foi C. Prado Jr., em Evolução política do Brasil, quem primeiro destacou a importância da participação popular nas lutas regenciais. Segundo o historiador, as revoltas do período significaram uma reação das classes médias, especialmente urbanas, contra a política oligárquica dos grandes proprietários. José Murilo de Carvalho, por sua vez, em Teatro de

sombras, encontra nessas rebeliões a melhor expressão das dificuldades de estabelecimento do sistema nacional de dominação com base na solução monárquica. Por outro lado, em relação a d. Pedro, começava a ficção de um menino de seis anos que permanecia sob a orientação de dirigentes e tutores. Transformado mais uma vez em órfão, o "pupilo da nação"[17] teve que ser colocado em uma pequena bancada para que, assustado, pudesse observar a multidão que o aclamava.

Não obstante, na vida dos reis separações entre pais e filhos representam sempre momentos solenes. Na pequena tabaqueira de ouro feita nessa época, a dramaticidade da hora converte-se em instante de glória. D. Pedro I entrega a coroa brasileira ao filho e estende a mão a d. Maria da Glória, futura rainha de Portugal. (Ver fig. 7 do caderno-cor 1.) O caráter sereno da ocasião resume a imagem oficial da despedida de Pedro I e sua firme intenção de "fincar pé" nos dois reinos.

Como em um passe de mágica, a realidade virava mito e o mito realidade.[18] É isso que deixam transparecer as biografias mais tradicionais, que descrevem a partida de d. Pedro I envolta em um clima de grande emoção, além de destacarem frases de efeito da jovem madrasta, d. Amélia, que entre lágrimas pedia "às mães brasileiras que cuidassem de seu pequeno, assim como zelavam por seus próprios filhos", ou declamava: "Adeus querido imperador, vítima da tua grandeza antes que a saibas conhecer" (carta de 25 de abril de 1831).[19]

Com a abdicação de d. Pedro I, apesar das conspirações anteriores ao Sete de Abril, a continuidade da monarquia ficava, porém, assegurada e o pequeno d. Pedro II passou a ser aclamado nos jornais como o consolidador de nossa independência, como o monarca que, nascido em solo brasileiro, iria se voltar para os interesses da pátria.

D. Pedro passa, de forma alegórica, o reinado de Portugal para sua filha Maria da Glória. FMLOA

As primeiras notícias dessa "revolução sem sangue" falam das

esperanças na efetivação de uma monarquia constitucional, livre dos abusos de um monarca autoritário e vinculado aos interesses do Estado português: "Concidadãos! Já temos pátria; temos um Monarca símbolo de vossa união, e da integridade do Império, que educado entre nós, receba quase no berço as primeiras lições da Liberdade Americana, e aprenda a amar o Brasil que o viu nascer [...]".[20]

Entretanto, os nove anos das Regências se desenvolveriam em clima conturbado, com uma série de rebeliões estourando em diversos pontos do país, dividindo-se os pasquins da época segundo as tendências de seus proprietários e do próprio momento político, que se debatia entre projetos centralizadores e descentralizadores. Interessante, nesse sentido, é a fundação do jornal intitulado D. Pedro I, em 1833, que defendia a restauração da monarquia portuguesa, logo seguido pela criação, alguns meses depois, do jornal D. Pedro II, que advogava a união de todos contra a mesma restauração.[21] O pequeno imperador emprestava, portanto, o nome para uma causa que simbolizava — a independência brasileira — mas que pouco conhecia.

No entanto, para além desses momentos destacados, quase nada se sabe sobre o período da infância do segundo imperador. Não fossem os relatos sobre o monótono cotidiano do jovem d. Pedro e das irmãs e a descrição de seus medíocres professores, mais parece que o futuro imperador dormia "o sono dos justos", à espera do "eterno despertar".

Em carta de 8 de maio de 1838, d. Pedro escreve à rainha d. Maria da Glória, sua irmã: "Querida e muito amada irmã. Aproveitamos a viagem a Paris que faz o Sr. Antônio Carlos d'Andrada, irmão do nosso Tutor, para dar-lhe notícias. Há muito tempo estamos privados das suas, assim como das de nossa querida Mamãe [...] Aqui esforçamo-nos em seguir o seu exemplo: Escrita, Aritmética, Geografia, Desenho, Francês, Inglês, Música e Dança dividem os nossos momentos; fazemos constantes esforços para adquirir conhecimento e somente a nossa aplicação pode trazer um pouco de lenitivo às vivas saudades que nos faz experimentar a separação [...]".[22] Dessa maneira, longe de parte da família, restavam os estudos, que d. Pedro, como bom herdeiro, levava a sério.

Nos ingênuos exercícios de caligrafia, as lições do rei: fazer o bem, sustentar o justo, temer a Deus ou encontrar seu próprio nome em meio a um quadro com letras dispersas. No relato das testemunhas, nos depoimentos das tantas biografias e documentos, tudo parece se encadear, como se d. Pedro esperasse o momento certo, tal qual em uma velha história, quando todos aguardam o final feliz que conhecem previamente.

A B C D E F G H

A NECESSIDADE

de Religião e Instrucção

para a estabilidade dos Imperios,

riqueza e gloria dos Imperantes,

he especialmente consignada

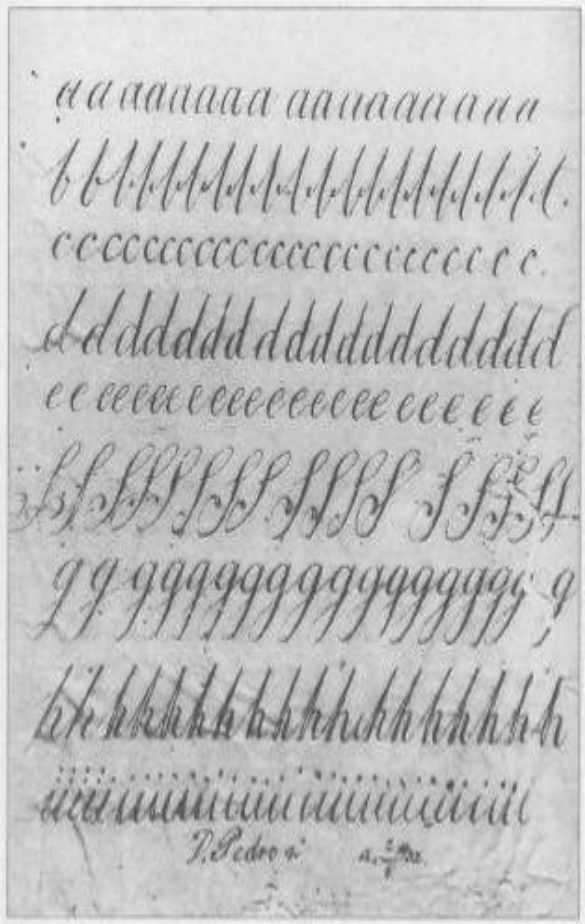
na Sagrada Escriptura.

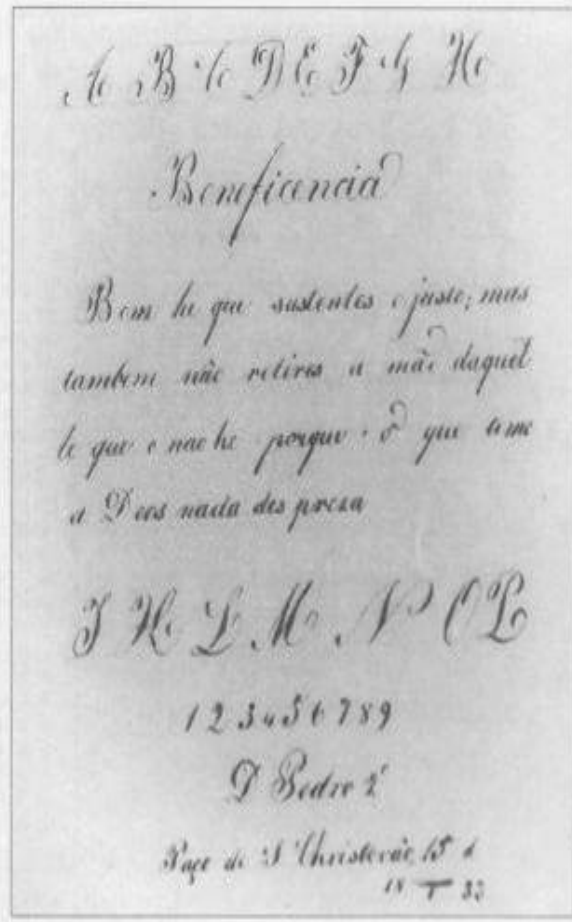
I S M N O P Q

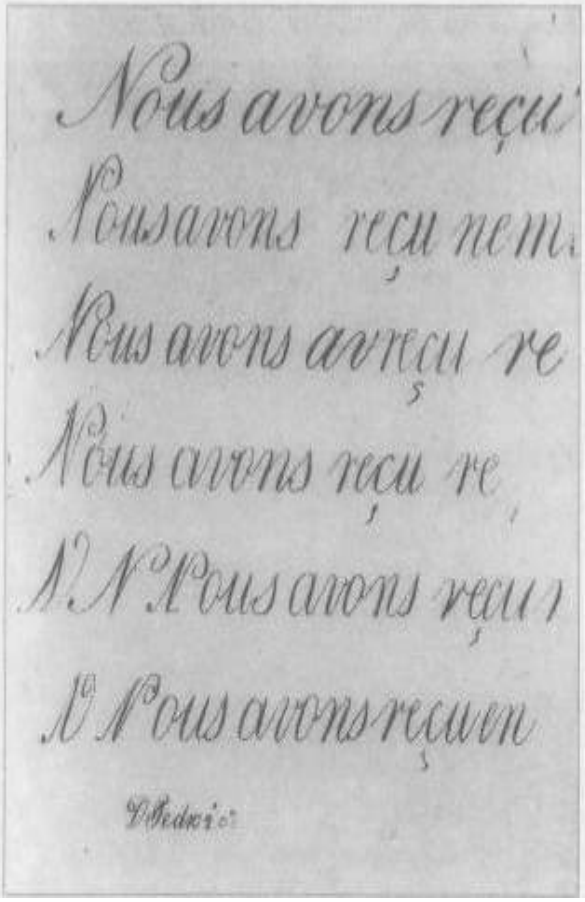
D. Pedro 2.

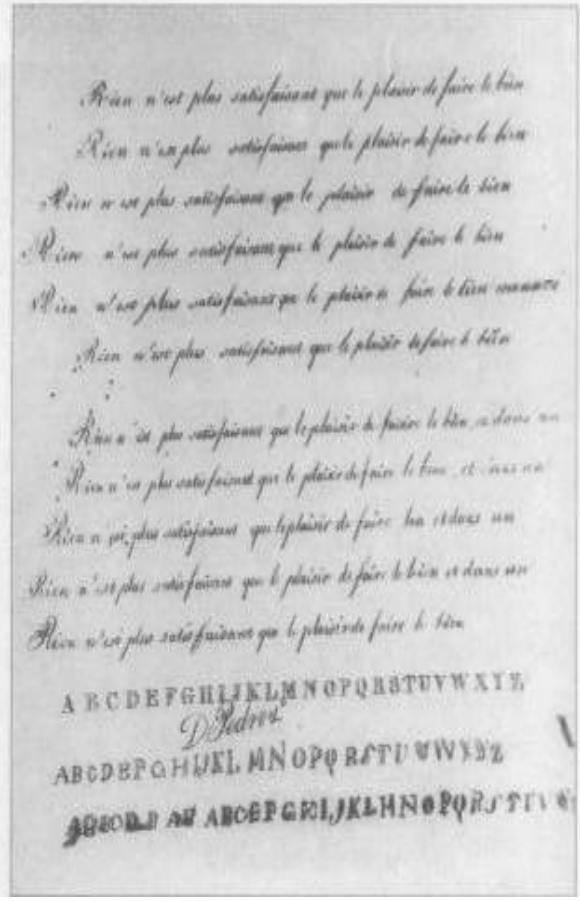
Paço de S. Christovão, 13 de Dezembro de 1852

A "necessária" estabilidade do Império virava tema de redação e de prática para o jovem herdeiro. MMP


D. Pedro 2º

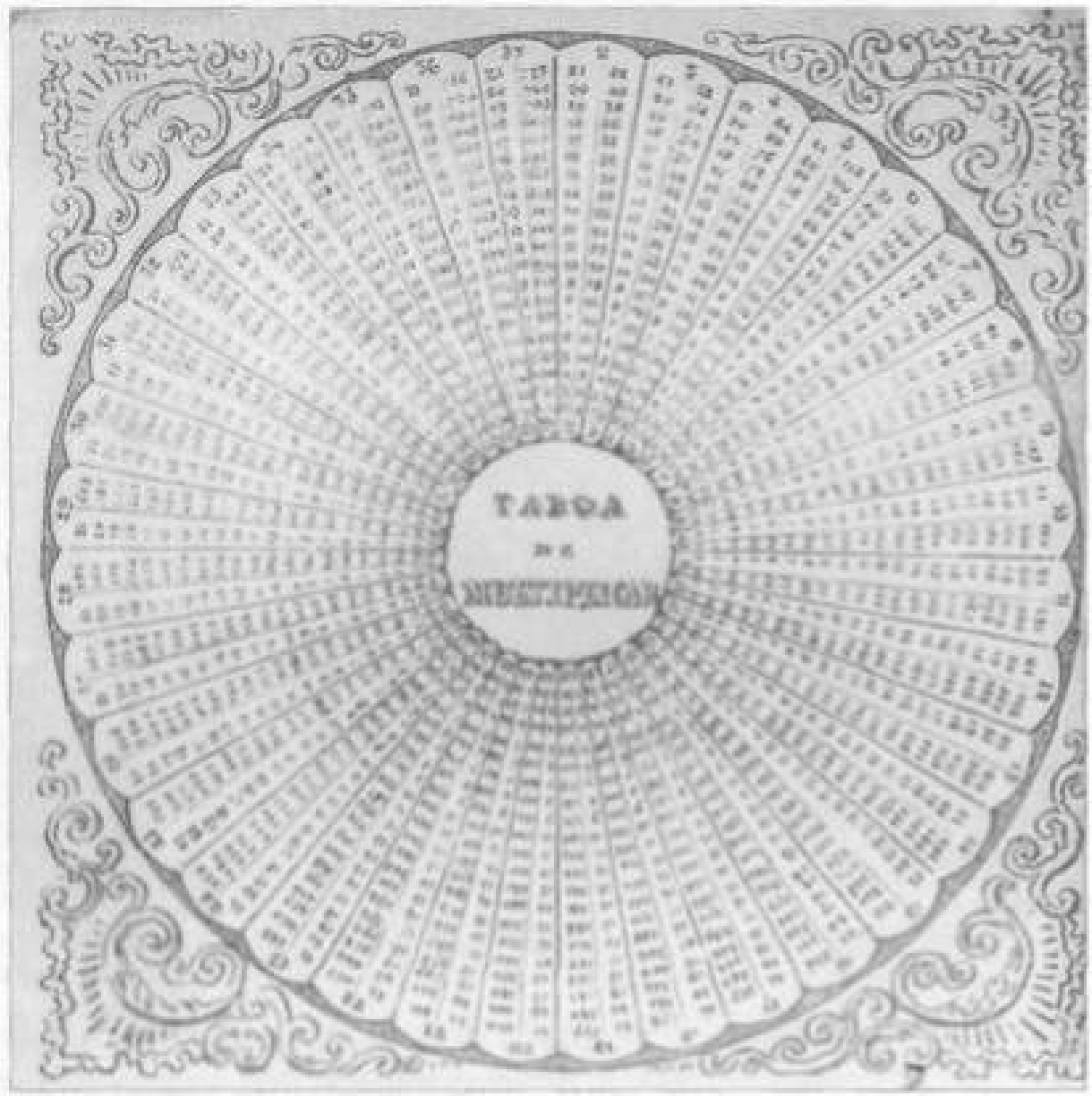

A B C D E F G H
Beneficencia
Bem he que sustentes o justo; mas tambem não retires a mão daquelle que o nao he porque o que teme a Deos nada desprezа
I K L M N O P
1 2 3 4 5 6 7 8 9
D. Pedro 2º
Paço de S. Christovão 15 de 18 T 33


Nous avons reçu
Nous avons reçu nem
Nous avons avreçu re
Nous avons reçu re
N N Nous avons reçu
N Nous avons reçu en
D. Pedro 2º


Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
Rien n'est plus satisfaisant que le plaisir de faire le bien
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
D. Pedro 2º
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ

Exercícios de caligrafia: nas lições, as obrigações do futuro imperador. MMP

Português e matemática: áreas privilegiadas na instrução do monarca. No primeiro caso, um pouco de distração — achar seu próprio nome em meio ao amontoado de letras. MMP



Em pauta está sobretudo o tedioso cotidiano do jovem herdeiro e as regras estritas que, seguidas com a precisão de um relógio, mantinham d. Pedro afastado de seus súditos. Levantar-se cedo, canja nas refeições, banhos sempre de água fria e visitas com hora marcada. Vejamos as determinações do Paço: "S. M. I. acorda às 7, almoça às 8, descanso às 9, aulas até 11:30, passeios até 13:30, jantar às 14 em ponto (junto com o médico e o camareiro-mor), passeio às 16:30 e às 17:00 no verão, 18:30 banho, 20:00 ceia, 10:00 dormir".[23] Só encontrava as irmãs depois do almoço, ficando em sua companhia por uma hora. No restante do tempo,

permanecia com os criados, que tinham permissão de lhe dirigir a palavra apenas quando interrogados.

Nesses momentos das Regências, d. Pedro II era, portanto, sobretudo uma imagem manipulada de forma cuidadosa pelas elites locais. Significativo nesse sentido é o impasse gerado em 24 de setembro de 1834, com a morte, em Lisboa, do duque de Bragança (ex-d. Pedro I do Brasil). Se até então a determinação da tutoria era um encargo do pai, a partir desse momento (e com o falecimento anterior de Leopoldina) restava a questão de decidir a quem caberia tal tarefa: a d. Amélia ou à Assembléia Geral (que anteriormente já ratificara a indicação de Bonifácio e depois de Itanhaém).

O jogo é tão evidente que, apesar da obtenção da promessa de que d. Amélia só reivindicaria a tutela das crianças imperiais brasileiras se estas saíssem do Brasil, em 1836 grupos opositores ao então regente Feijó tentavam usar a tutoria imperial como pretexto político para seu afastamento. No entanto, a situação tendeu a ficar estabilizada quando Feijó é substituído por Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda) na Regência e Itanhaém se mantém em sua posição de tutor.[24]

A partir de então, uma das primeiras providências foi chamar novamente d. Mariana de Werna (afastada em razão dos desentendimentos com José Bonifácio) e sua filha d. Maria Antônia. Ambas eram muito estimadas por Aureliano Coutinho e Paulo Barbosa, os dois homens que mandavam no Paço e em tudo o que dizia respeito às crianças imperiais.

Como se vê, transformado em uma "instituição nacional" muito antes de ter qualquer possibilidade de comando em suas mãos, d. Pedro convertia-se em uma representação política guardada ciosamente pelas elites locais.

Os mestres, os horários rígidos, os costumes, a solidão e os conselhos que recebia quase unicamente da Dadama, do mordomo-mor Paulo Barbosa e do influente Aureliano Coutinho revelam a triste realidade de uma personagem que vai sendo esculpida como monarca, que deveria ser de todo diferente de seu pai, no caráter, na educação e sobretudo na

personalidade. Por isso mesmo, festas, só as mais oficiais, como mostra o convite de 1° de setembro de 1844, em nome do imperador mas assinado por Paulo Barbosa.

A influência desses três personagens na vida de d. Pedro é de tal monta que mal se encontram descrições que falem do jovem príncipe sem a remissão a um desses nomes. D. Mariana de Werna (futura Condessa de Belmonte) como camareira-mor cuidava da gestão do cotidiano do Paço; Paulo Barbosa ficava com as finanças e os rituais oficiais que incluíam d. Pedro; por fim Aureliano Coutinho (futuro visconde de Seperuba) exercia uma espécie de professorado político, imiscuindo-se inclusive em decisões regenciais. A ingerência do grupo era tão evidente, que se falava em "facção áulica", em "camarilha" ou "clube da Joana" (já que o grupo se reunia nas imediações da Boa Vista, onde corria um riacho de nome Joana) para referir-se à força decisória desse "grupo palaciano" diante do inexperiente, jovem e apático monarca.

Ill.mo e Ex.mo Sr.

Sua Magestade O Imperador me Ordenou convidasse a V. Ex.ª e sua familia para o Sorão que O Menino Augusto Senhor Dá no Paço da Boa Vista no dia 19 do corrente, ás 7 horas e meia da tarde.

Paço, em 12 de Setembro de 1844.

O Brazilhero Paulo Barbosa da Silva

Lª Galdo

Convite em nome do imperador e assinado por Paulo Barbosa, mordomo da Casa Imperial. CPCL

Enquanto isso, os poucos retratos do período repetem sempre a imagem de um menino "nascido rei", ocupado com seus afazeres oficiais. Com efeito, já nesse momento ligava-se o jovem príncipe a certa sacralidade. É ao menos esse tipo de idealização que vemos na imagem a seguir, de 1839, e em outras do mesmo período, em que d. Pedro paira por sobre as nuvens. O esplendor da criança que surge como que voando, longe da mundanidade de seus súditos, é que parece impor-se como representação. Nada mais coerente diante de sua pouca interferência nos destinos imediatos da nação.

D. Pedro II na imagem oficial de sempre;
dessa feita está perto do céu. Graciliano
Leopoldino dos Santos, 1839. MMP

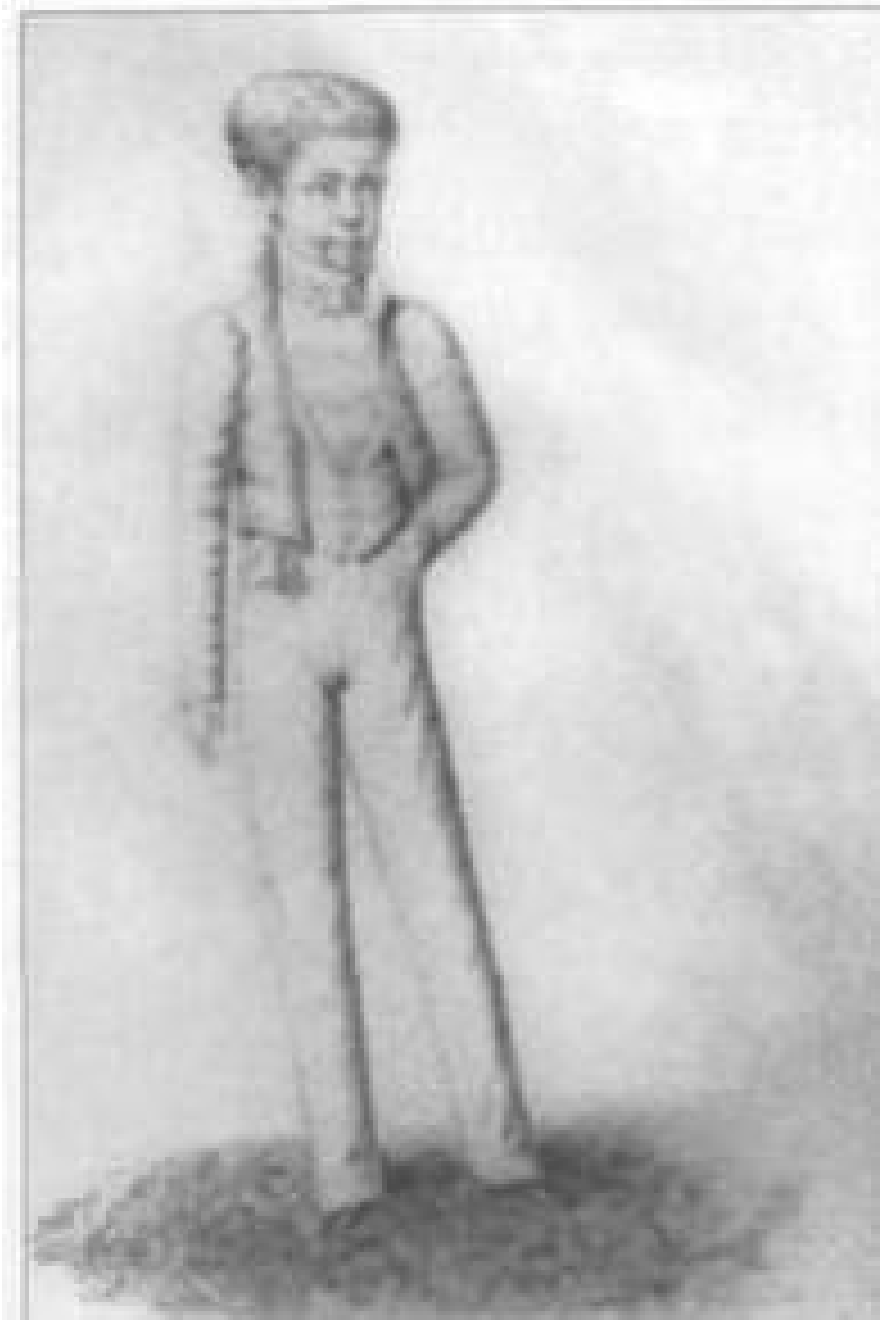
No diário do príncipe de Joinville (futuro marido da princesa Francisca), desta forma surge descrito o menino de doze anos: "O imperador tem muito da família austríaca, mas seus modos são os de um homem de quarenta anos. 03.01.1838". Nesse e em outros documentos, destaca-se não só a necessária e estratégica representação do amadurecimento precoce do monarca, mas a ilustração do jovem adulto. Mas é sobretudo com a substituição de José Bonifácio na tutoria (em 15 de dezembro de 1833)[25] e a morte do pai, em Lisboa, em 24 de setembro de 1834, que a produção pictórica sobre o futuro monarca acelera-se: d. Pedro II aparece como um herdeiro ciente de suas responsabilidades, cuja imagem começa a ser veiculada dentro e fora do país. Composto sobretudo de retratos oficiais, esse novo conjunto de imagens passa a delinear um traço que acompanharia a representação de d. Pedro pelo resto de sua vida: a dissimulação. Se é fato que o olhar de esguelha, a expressão impassível e serena são marcas da retratística da realeza como um todo, no caso de d. Pedro é interessante notar como essa atitude se colará à própria personalidade.

Nas imagens a seguir, que mostram um monarca quase adolescente, é difícil depreender qualquer sentimento particular. Por vezes usando traje militar, em outros momentos à paisana, cercado de símbolos que prendem o olhar aos diversos ícones do poder (entre uniformes, condecorações, brasões, ou símbolos da terra, como o cacau e o tabaco) ou portando um lenço ao pescoço, a expressão é sempre recorrente: d. Pedro jamais encara aquele que o observa; é o rei que olha sem jamais ser interpelado. Na moeda que circulou ainda no período regencial, a criança refulge cercada por estrelas. Era o teatro da política que se impunha e se confundia com a realidade, colaborando no estabelecimento de uma memória nacional.

D. PEDRO APÓS A ABDICAÇÃO DE SEU PAI E ATÉ OS TREZE ANOS.

O HERDEIRO "AGUARDAVA" SEU FURUTO REINADO . FBN

Desenho de Aleixo
Boulanger, c. 1834. MIP



D. Pedro na infância, entre nove e treze anos, sempre cercado dos símbolos de seu reinado. FBN

Mesmo quando retratado ao lado das irmãs, a sua imagem sempre oficial não desaparece. No documento da página seguinte, por exemplo, apesar de a cena mostrar uma situação rara de maior descontração, é d. Pedro quem carrega a faixa e ganha o centro da tela. Assim, se a roupa preta dos três irmãos poderia ser interpretada como um sinal de luto em virtude da morte do pai, por outro lado a economia de elementos que

completam o quadro — entre poucos móveis e um grande globo do lado direito — parece indicar um ambiente austero e regrado, uma sala de estudos apropriada para a formação de um dirigente da pátria.

D. Pedro com suas irmãs Francisca e Januária, 1839. MIP

D. Pedro com suas irmãs no Palácio de São Cristóvão.
O luto dos irmãos apresentado em ambiente de estudo e trabalho.
Desenho de Félix Emílio Taunay, c. 1837. MMP

. Pedro com suas irmãs, tendo ramos de afé e de fumo como moldura, 1840, FBN
alecido em Portugal em 834. MMP

D. Maria da Glória abraça estátua de seu pai, d. Pedro I,

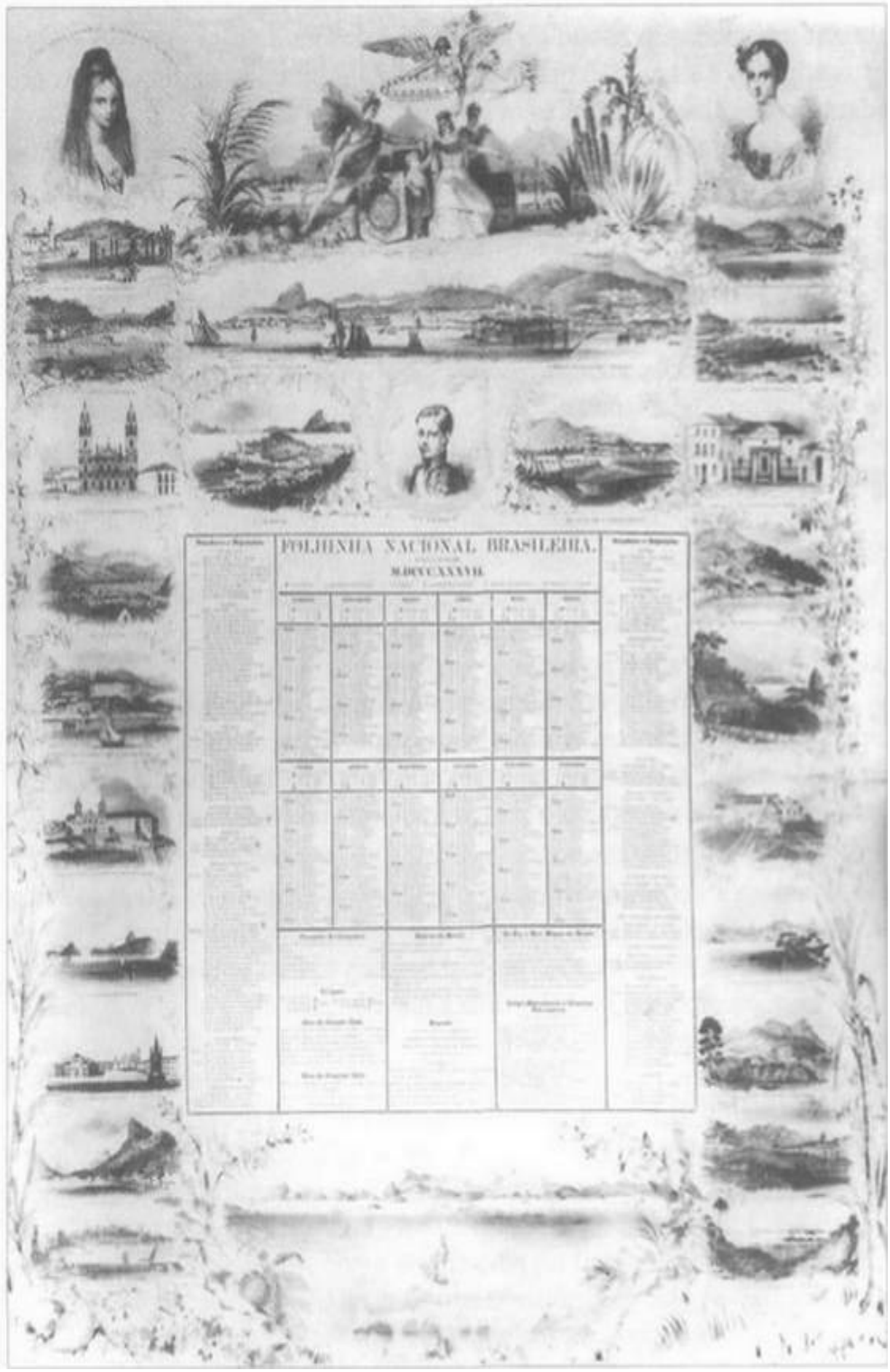
Poucas são as passagens que conferem humanidade ao futuro imperador, o qual geralmente aparece descrito em atitude séria e compenetrada e voltado para seus estudos. Mas às vezes é o menino peralta que surge, como no relato sobre uma das visitas diárias à sala das irmãs. Conta Pedro de Alcântara ao influente mordomo-mor Paulo Barbosa: "Às 8 almocei. Depois fui à casa de lições para ver as manas. Acontece que estando as manas sem prestar atenção eu lhes adverti e elas me deram as costas: eu lhes dei um soco sem ser de propósito e elas logo se banharam em lágrimas. Retirei-me, dali a pouco veio ter comigo D. Mariana dizendo-me que as Manas estavam chorando e que eu devia fazer as pazes com elas. Não quis. Que mentira!!".[26]

Outra imagem interessante desse período é uma folhinha publicada em 1837. Nela, o pequeno príncipe aparece bem no centro — com suas irmãs dispostas nos topos esquerdo e direito da imagem — e rodeado de paisagens cariocas e tropicais. Esse documento reitera uma representação cada vez mais freqüente, que associa a monarquia aos trópicos. Nesse caso, porém, o que mais chama atenção é a alegoria existente no centro, ao alto: deusas distantes convivem com palmeiras e abacaxis, ao lado de uma pequena personagem que, junto a um brasão monárquico, aprecia a tranqüilidade da cena. Em meio ao conturbado ambiente regencial — tão marcado por rebeliões e movimentos de insurreição — desenhava-se um panorama idílico em que a perfeição da natureza combinava com o caráter santificado e pretensamente estável da monarquia, ainda resguardada no silêncio do Paço. Mais uma vez o lado secreto da realeza lhe conferia sacralidade.

São, portanto, poucos e selecionados os retratos de Pedro de Alcântara durante a infância. Sempre oficiais, essas representações mostram a face de um menino que não se separa da nação, que é rei a todo momento, como cenário montado em tempo integral nesse teatro previsível. Valendo-se da reduzida iconografia do período, percebe-se, também, como foi se moldando a imagem de um rei eternamente velho. Com efeito, as imagens constroem um príncipe diferente do antigo monarca d. Pedro I, quase seu anti-retrato: responsável já quando pequeno, pacato e

educado. Não se esperava do futuro monarca os mesmos arroubos do pai, tampouco "a má imagem" de aventureiro, da qual d. Pedro I não pôde se desvincular. O novo imperador era um mito antes de ser realidade: seria justo mesmo se não o fosse, culto mesmo sem inteligência criativa, de moral elevada mesmo tendo amantes. Tal qual o rei de Andersen, d. Pedro II estava sendo meticulosamente vestido, e os limites entre o visível e o invisível esfumavam-se no ar.

Separado do mundo da política, d. Pedro não imaginava ser convidado em breve para a missão que o aguardava. Ao contrário, "a Regência" aos poucos se firmava, já que desde o Ato Adicional de 1834 garantia-se não só uma certa descentralização no poder, como instituía-se um regente único e eleito.[27] O Rio de Janeiro também havia mudado bastante a partir da vinda da corte em 1808. Em 1836 a população chegava a 200 mil pessoas, "cada vez mais acotoveladas no quadrilátero central",[28] e outros costumes passavam a fazer parte da agenda da corte. Moda e comércio na rua Direita, novos hotéis abriam suas portas, o hábito de fazer refeições fora de casa ganhava mais e mais adeptos, e é em 1835 que o italiano Basini introduz no Brasil um doce adaptado ao calor dos trópicos: o sorvete.[29]


FOLHINHA NACIONAL BRASILEIRA.
M.DCCC.XXXVII.

Folhinha Nacional Brasileira, 1837. A monarquia brasileira se associa de forma cada vez mais freqüente aos trópicos. MIP

Saía-se, também, mais das casas. Fora as missas aos domingos e dias santificados, as festas religiosas, as procissões, as cerimônias oficiais ou os recebimentos nos Paços imperiais, a principal ocupação social na corte eram, agora, as visitas, que mobilizavam toda a família (e mesmo os serviçais escravos). Para tanto, a indumentária masculina também se alterava: era o fim dos calções curtos, substituídos por calças compridas, combinadas com a cor das casacas. Estas eram normalmente quatro: uma preta para as missas de defunto ou atos solenes; outra verde com botões amarelos para as cerimônias oficiais; outra ainda azul para as visitas, e por fim uma cor de rapé para passear folgadamente pela rua Direita.[30]

Era, portanto, nesse meio marcado pela simplicidade e pelo acanhado dos costumes que o pequeno imperador vivia, mais voltado a seus estudos. Porém, se a tranqüilidade e o controle pareciam reinar no Paço, diferente era a situação nos corredores do Parlamento, na imprensa e nos clubes de facções que disputavam o poder.

Eclodiam, também, em diferentes províncias, rebeliões que, apesar das especificidades, possuíam objetivo semelhante: a descentralização. A Balaiada no Maranhão, a Sabinada na Bahia, Carneiradas em Pernambuco e a Cabanagem no Pará revelavam o perigo iminente da desagregação do país.[31]

4

O PEQ UENO

GRANDE REI

Retrato oficial de d. Pedro II por ocasião da sua coroação. FBN

Desde 1835 cogitava-se antecipar a ascensão ao trono de d. Pedro, prevista pela Constituição para 1843, quando completaria dezoito anos. O ambiente conturbado das Regências e o caráter descentralizador das medidas animavam a elite carioca no sentido de apostar na saída monárquica. Em 1838 os jornais da corte comentavam à solta a futura coroação do imperador e seu caráter obrigatoriamente sagrado: "[...] Adeus tempo da verdadeira monarquia em que a realeza era considerada como símbolo da divindade sobre a terra. Hoje em dia não há mais respeito por coisa alguma. Vejam só o tutor quer fazer do Imperador simplesmente um rei cidadão [...] Se o jovem monarca objeto de nosso amor e de nossas queridas esperanças for senão um rei cidadão como o atual rei da França, que será de nós todos! [...] o Paço é considerado simplesmente como o domicílio do Imperador. Que lástima!!".[1]

Com efeito, se o projeto de antecipar a maioridade não passou, a princípio, de uma manobra política, o certo é que aos poucos a medida foi tomando "ares de salvação nacional". É o partido liberal, em 1840, com a criação do Clube da Maioridade, que dá forma ao projeto; mas a tarefa não era realmente difícil. Afinal, os próprios governistas pareciam favoráveis a pôr fim ao regime eletivo das Regências. Segundo Lyra, nem o regente Araújo Lima (marquês de Olinda), nem Feijó novamente, nem os dois Andrada, Eusébio de Queirós ou Bernardo de Vasconcelos, enfim, nenhum dos políticos influentes da época parecia convencido da continuidade do regime.[2] Até Olinda, apesar de saber da intenção dos liberais de alijá-lo do poder, não se opôs frontal-mente à maioridade; era a instabilidade da ordem política e a inquietação diante das várias rebeliões que levavam a se enterrar o regime antes de sua morte.

Resolvidos então os embates na Câmara e no Senado, constituiu-se uma comissão que se dirigiu ao Paço para solicitar formalmente a aquiescência do monarca, que contava na época catorze anos. Alguns biógrafos alegam que d. Pedro, quando consultado, teria afirmado que o "negócio deveria ser realizado pelos Andrada e seus amigos".

Anos depois veio à tona uma nova versão, que revela como o rapaz, de tão imerso em seus próprios afazeres no Paço, andava totalmente alheio às competições políticas que giravam em torno de sua pessoa.

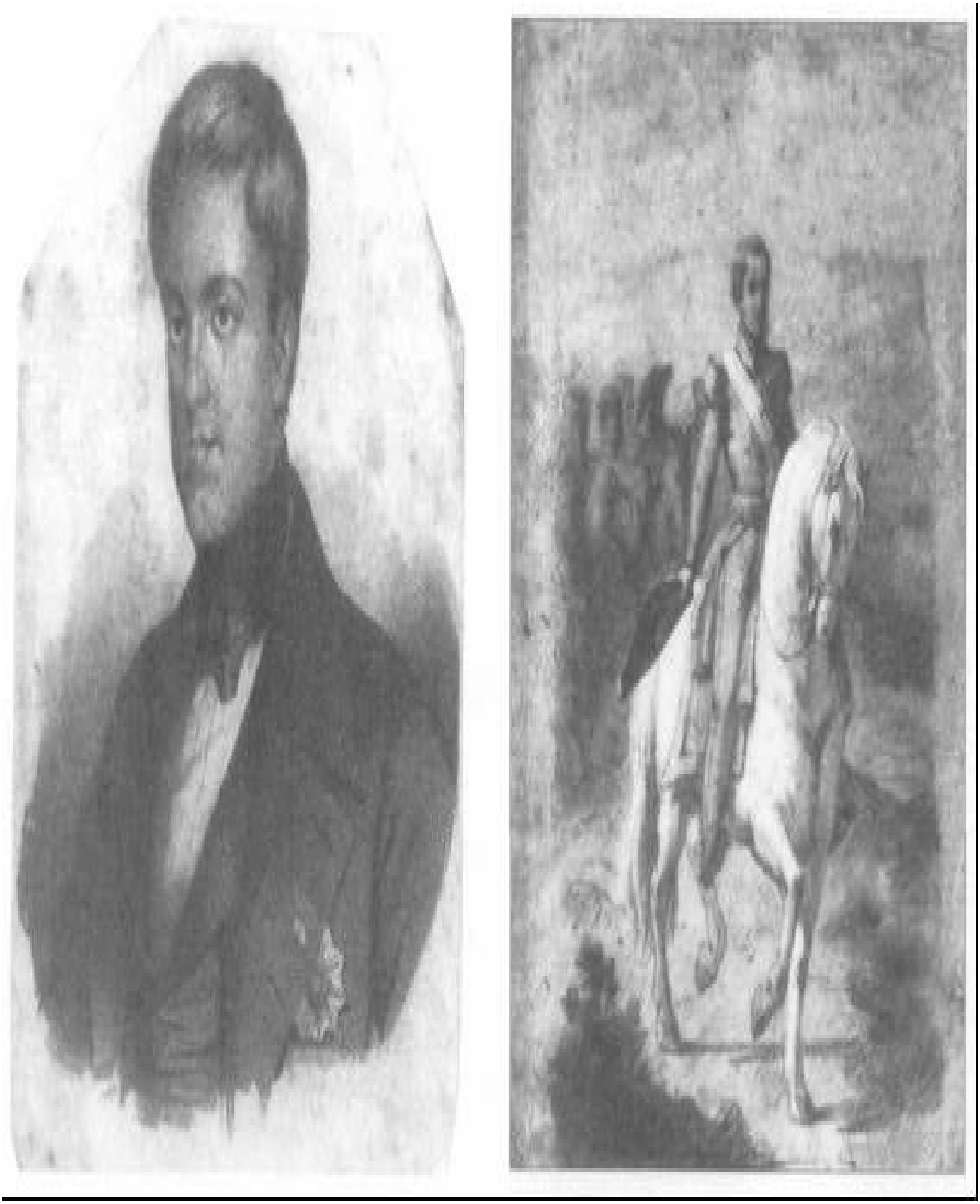
Em relato datado de março de 1840, Pedro de Araújo Lima, homem de confiança no Paço, conta como foi sua conversa com d. Pedro sobre o tema da maioridade. Comenta o político que, depois de ter explicado a situação ao príncipe e indagado sobre sua opinião, este apenas teria dito: "'Não tenho pensado nisso.' O relator surpreendido retrucou: 'V. Majestade ainda não tem pensado no negócio?'. 'Sim', dignou-se ele a responder, e acrescentou: 'Já tenho ouvido falar mas não tenho dado atenção'".[3]

A versão de alguns biógrafos oficiais é, no entanto, bem diferente. Segundo os cronistas do Império, d. Pedro encontrava-se pronto para assumir o cargo para o qual se preparara. Dizem que, consultado em 1840, teria dito: "Quero já!", revelando um lado missionário e mesmo uma maturidade emocional dificilmente imaginável para sua pouca idade e experiência. Forjava-se, então, a representação legendária que acompanharia o monarca até a morte: o porte impassível, a cautela nas palavras, o caráter enigmático e pouco suscetível. Segundo os relatos, a não ser pelas pernas finas e pela voz estridente, d. Pedro era a encarnação de um monarca europeu sacralizado e afastado da "mundanidade". Com o tipo dos Habsburgo — queixo longo, olhos muito azuis, o cabelo liso e aloirado — d. Pedro destacava-se em meio a uma população composta em boa parte de mestiços e mulatos, e, nesse contexto, ganhava destaque.

Mas voltemos ao golpe. Oliveira Lima dirá que a maioridade não passou de "uma revolta do instinto de conservação".[4] Ninguém lembrou de perguntar sobre os méritos do régio adolescente. Mais uma vez era o símbolo que se impunha à pessoa. Era a representação e o prestígio da instituição que deveria "salvar a nação".

Retratos do jovem monarca, em diferentes situações, correm o Império nos momentos da sagração: mecanismo de difusão de uma certa memória. FBN

Nas novas imagens da época, é um elegante adolescente que aparece retratado, às vezes em trajes oficiais, raramente com roupa de passeio, mas sempre portando ícones de seu lugar e posição. D. Pedro tornava-se uma boa e necessária imagem a ser divulgada nos jornais, nas repartições, no papel-moeda ou mesmo nas litografias que passavam a ser distribuídas, tal qual presente, à corte.



Imagens de d. Pedro na época da sagração e alguns anos depois. O monarca é tão jovem quanto seu Império. Faltam-lhe, porém, as barbas. FBN

O semblante sério e compenetrado pouco combinava com a

fisionomia jovem, a voz fina e a pele lisa de d. Pedro.[5] Com efeito, "as barbas do imperador" foram motivo de constante debate e de grande apreensão desde os primeiros anos de sua adolescência. Quando aparecerem serão fartamente retratadas, ficarão brancas logo após a Guerra do Paraguai e quase duras em seu retrato fúnebre. Nesse momento, porém, faziam muita falta. Não ajudavam a esconder a reduzida idade do imperador. Preocupação semelhante apresentam os jornais da época quando não se cansam de enaltecer as qualidades prodigiosas de d. Pedro: sua educação, sua inteligência, sua cultura, seu domínio de línguas mortas e vivas, além da arte da equitação e da esgrima: "[...] não soubesse o quanto o desenvolvimento intelectual desse Príncipe excede à sua idade deixando ver em tão verdes anos, tal grau de penetração e discernimento, que faria honrar a mais um estadista afeito, pela experiência e pelo estudo ao conhecimento difícil dos homens".[6] Não são poucos os artigos que, como estes, encobrem a pouca idade do imperador, com a exaltação de sua "maturidade precoce" e "prodigalidade intelectual".

A expectativa de um imperador capaz de por sua posição garantir segurança e estabilidade ao país é tão presente que d. Pedro, em uma de suas primeiras proclamações aos rebelados rio-grandenses-do-sul, em agosto de 1840, fala como o grande pai — ou melhor, repete, com autoridade, um discurso escrito por outros —, do alto de seus catorze anos de idade: "Se continuardes porém surdos à minha voz, acabará o tempo da clemência, e soará bem mau grado meu a hora do castigo [...] Eia Rio-Grandenses deponde aos pés do trono as armas fratricidas, vinde aos braços do vosso monarca que, como o sol, traz luz para o filho desvairado".[7]

Unindo a autoridade da qual se via ungido à metáfora poderosa de Luís XIV, o brilhante Rei Sol, o pequeno monarca tornava-se grande à frente de seus súditos, tanto quanto a peça que se montava. O imperador iniciava sua vida cívica envolto de um suntuoso teatro, o da sua precoce maturidade. As roupas de adulto, os gestos maduros, as lições avançadas, a fama de filósofo, tudo contribuía para fazer do monarca um personagem excepcional, estranho a si mesmo. Talvez o momento em que essa situação

se evidenciou de forma mais clara tenha sido o ritual de sagração e coroação de d. Pedro II, em 1841. Um espetáculo jamais visto estava para acontecer. Este deveria ser mesmo "memorável", no sentido de imprimir uma memória; fazer guardar, por meio do ritual, o novo início de uma história cívica e nacional. Nele, duas dimensões se manifestariam: o caráter estratégico imposto pelas elites, o lado maravilhoso e sacro que envolve a coroação dos reis.

A GRANDE SAGRAÇÃO. O ESPETÁCULO É DIGNO DOS REIS

O impulso descentralizador das Regências não fora suficiente para eliminar os anseios da elite carioca, que voltava ao princípio monárquico. Com o golpe da maioridade o imperador encarnava seu Império, e garantia-se a unidade e a continuidade. Desenlace do período da reação conservadora (1836-40), marcado pelo retraimento dos liberais e das medidas de descentralização, o golpe da maioridade selou a sorte da monarquia no Brasil.[8] Faltava apenas lidar com a reduzida idade do monarca: um detalhe desprezível diante de tão grande e detalhado ritual.

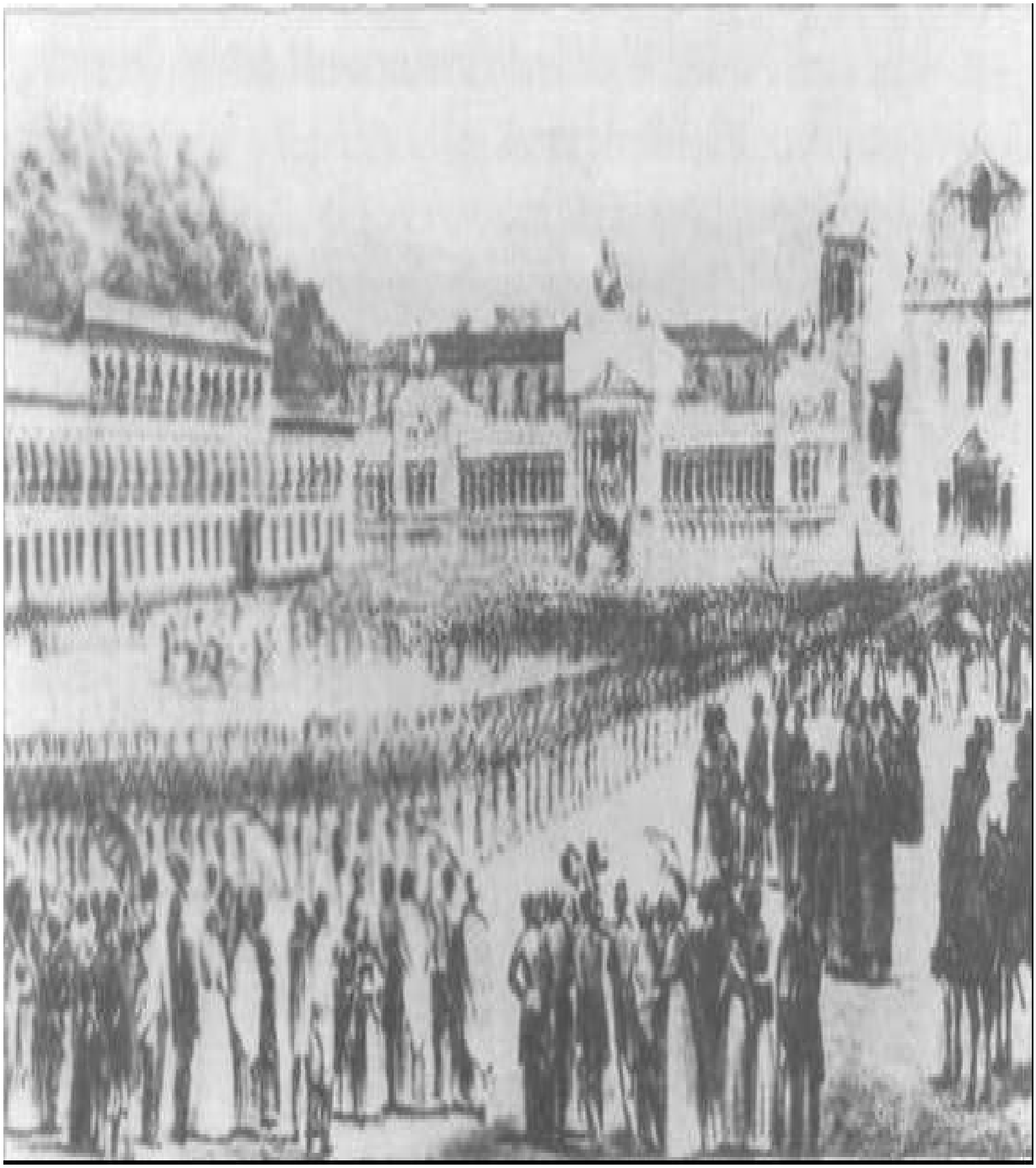
Este é, talvez, a única imagem mais "realista" que restou de d. Pedro II na época da sagração. Nela nota-se não só a feição de menino, como a desproporção do manto (que se arrasta a seus pés) e a altura elevada do cetro, detalhes que serão sanados nas imagens oficiais do ritual. FBN

LES CONTEMPORAINS

DOM PEDRO II, EMPEREUR DU BRÉSIL (1825-1891)

Le règne de dom Pedro II est un des plus longs de l'histoire. Il n'a pas été très accidenté. Il est du moins intéressant au point de vue de l'évolution sociale accomplie durant cette période par le Brésil. Quant à la physionomie même du souverain, elle se détache avec un relief extraordinaire. Dom Pedro II fut bien le type du monarque moderne, qui règne sans gouverner, fait bon visage à tous les partis et se laisse détrôner sans grande objection, mais qui, en tant qu'homme privé et « particulier » amateur, sait faire preuve, à l'occasion, de qualités supérieures, surtout dans le domaine intellectuel.

Le jeune Pedro avait cinq ans lorsque son père, Dom Pedro Ier, fut renversé par une révolution à laquelle, comme il arrive



Imagens oficiais da coroação de d. Pedro II em jornais nacionais e estrangeiros, 1841. Na primeira, em uma publicação tardia a imagem aparece associada ao reinado e à vida do monarca. Na última, o rigor e o aparato do ritual. FBN

No dia 18 de julho de 1841 o Rio de Janeiro amanheceu mais uma vez em festa. A corte, vestida com o máximo rigor, aguardava pelo maior ritual já preparado no país. Sempre se dissera que d. Pedro deveria reinar

como seu parente Luís Filipe de Orléans, que ao se aliar à burguesia e jurar a Constituição ficou conhecido como um monarca-cidadão. Mas a sagração estava mais para o modelo napoleônico, ou era antes uma recuperação dos mais requintados rituais das monarquias européias do que uma exaltação de "modernidade".

O folheto impresso na ocasião — Disposições para a sagração de S. M. o imperador — é um rico exemplo das intenções de expor a grandiosidade do Estado monárquico e criar uma tradição. Três programas, e ainda regras para o banquete e disposições gerais, compõem o pequeno volume de dez páginas que foi distribuído pela corte.

O "Programa n° 1" trata das regras para a entrada do imperador na capital do Império, em grande cortejo do Paço de São Cristóvão ao Paço da Cidade. Marcado para iniciar-se ao meio-dia de 16 de julho, envolvia centenas, milhares de pessoas, que deveriam incorporar-se a ele em ocasiões precisas do percurso, em posições e com atitudes minuciosamente descritas. Cada um com sua função e seu instante de glória. Piquetes, alas de coches, marchas, carruagens, arqueiros, girândolas, tiros e salvas que estrondariam em momentos predeterminados, tudo se fazia instrumento para a atenção, a atração, a sedução e, por que não?, para a intimidação.

O "Programa n° 2" refere-se à sagração, que aconteceria no dia 18 de julho, e regula a formação do préstito que acompanharia o jovem Pedro até a Capela Imperial e toda a maravilha da longa cerimônia. Abundam os signos, os símbolos; as insígnias surgem entre alas formadas pelos grandes do Império, os gentis-homens e os veadores, carregadas com pompa e ostentação pelos porta-insígnias. E não são poucas: o manto do fundador do Império, a espada imperial do Ipiranga, a Constituição do Império, as oferendas, o globo imperial, o anel e luvas, o manto do imperador, a mão da Justiça, o cetro, a espada do imperador, a coroa... todo um arsenal de símbolos que passaram a representar o Império. E ainda estandarte, pálio, armas, bandeiras e os hinos da Independência e o do Imperador, as continências, as entoações em latim, tudo surgindo, acontecendo e soando com absoluta precisão.

Em seguida, o banquete — aí, um detalhe, entre tantos, bem curioso: o imperador não tem suas mãos lavadas pela água que o gentil-homem, em instante determinado, deverá lhe oferecer: suas mãos são, sim, purificadas, como havia muito não se fazia no ritual português. De fato, as gestualidades — plenas de significados —, marcadas pelas Disposições, dirigem a estética do espetáculo para atingir o emocional e o espiritual; fica-se entre os céus e a terra. A própria Constituição torna-se um signo sacro, desenrolada com um quê de suspense após os vivas que seguem à coroação e colocada junto a um missal.

O "Programa n° 3" estabelece o calendário dos dias seguintes: o dia para receber as felicitações, a noite das iluminações, a visita ao Teatro de São Pedro de Alcântara, o baile. E ainda as disposições gerais, na insistência em que nada falhe.[9] (Ver fig. 10 do caderno-cor 1.)

Com uma agenda tão carregada, os cofres públicos sofreriam um grande desfalque, mas a demonstração parecia estar acima dos interesses materiais. Na verdade, a maioridade do jovem príncipe era aguardada não mais como segredo de Estado, e sim como uma estratégia, ou melhor, uma saída para aliviar o medo do desmembramento. Já um ano antes, quando deputados e senadores a proclamaram, uma canção anunciava certa expectativa:

Suba ao trono o jovem Pedro,
Exulte toda a Nação;
Os heróis, os pais da Pátria
Aprovaram com união.
Vista seda, traje a púrpura,
Exulte toda a Nação;
Os heróis, os pais da Pátria
Aprovaram com união.
Foi abaixo a camarilha,
De geral indignação;

Os heróis, os pais da Pátria

Aprovaram com união.

Outros versos também eram ouvidos nas ruas. Menos otimistas, nesse caso a pouca idade do governante é que parece estar em questão: "Queremos Pedro II,/ Embora não tenha idade,/ A nação dispensa a lei,/ E viva a maioridade". E ainda outros, já não tão lisonjeiros: "Por subir Pedrinho ao trono,/ Não fique o povo contente;/ Não pode ser coisa boa/ Servindo com a mesma gente". Este, com vocabulário realmente popular: "Quem põe governança/ Na mão de criança,/ Põe geringonça/ No papo da onça".[10]

Obras foram realizadas de janeiro a julho, utilizando materiais nobres e profissionais destacados: madeiras, tecidos, vidros, tintas, ferragens; carpinteiros, pintores, fogueteiros, costureiras, artistas consagrados e aprendizes. O projeto foi elaborado e executado pelo arquiteto e pintor Manuel de Araújo Porto Alegre, que recebeu uma gratificação mensal de 250$000. Além disso, ele próprio pintou as obras mais relevantes para a decoração e orientou os trabalhos de um grupo de discípulos. Marc Ferrez, pelas esculturas realizadas para a ocasião, recebeu o dobro. Lustres de cristal, arandelas, globos, lâmpadas e revérberos, dúzias e dúzias de copos de vidro de várias cores, fino assoalho, ouro e prata para dourar e pratear, torneações, inscrições, talhas, bordados; franjas, canutilhos, cordões, retroses — tudo de ouro fino; papel para forro de paredes, metais dourados, veludos, damascos e sedarias, franjões e galões de ouro, telas de ouro e de prata, riquíssimas tapeçarias, numerosíssimos lustres e outras obras dos mais finos cristais... são palavras que saltam aos olhos durante a leitura do documento de prestação de contas e da descrição da famosa Varanda.[11]

A Varanda era na verdade um edifício provisório construído no largo do Paço. De amplas proporções, tomava toda a extensão que separava o Paço da Capela Imperial, ligando-se a eles, e dividia-se em três partes principais: um templo e dois pavilhões, um de cada lado do templo central com as respectivas galerias que os comunicavam com ele.

Símbolos e alegorias foram criados com o propósito de denotar os

anseios da elite política do país e o perfil que o jovem Pedro deveria representar para a nação e, paralelamente, para os súditos do Império: a imagem do novo reino. Começando pela própria palavra templo, nome dado à parte central do edifício em que se instalaria Pedro II depois de coroado, cujo sentido nos remete a culto religioso, exposição divina e respeito. Num plano mais físico está a denominação dos pavilhões laterais: Amazonas e Prata, em homenagem aos gigantescos rios, demarcadores de fronteiras e imensos como o Império, e que eram representados por duas estátuas colossais. "O Amazonas sentado e recostado sobre um jacaré, tendo na mão direita uma cornucópia cheia de frutos do Brasil [...] e a do Prata com iguais atributos." Sacralizava-se portanto o culto, mas a monarquia era decididamente americana.

Dois leões magníficos — a força e o poder — posicionavam-se ao pé da escadaria que, do Pavilhão Prata, descia à Capela Imperial. No ático dos pavilhões, bigas e carros de triunfo; no do templo, quatro cavalos puxando um carro triunfal que acomoda o gênio do Brasil sustentando o cetro imperial e coroado de louros. A escada imperial que descia do templo à praça terminava com as estátuas da Justiça e da Sabedoria e a inscrição: "Deus protege o Imperador e o Brasil".

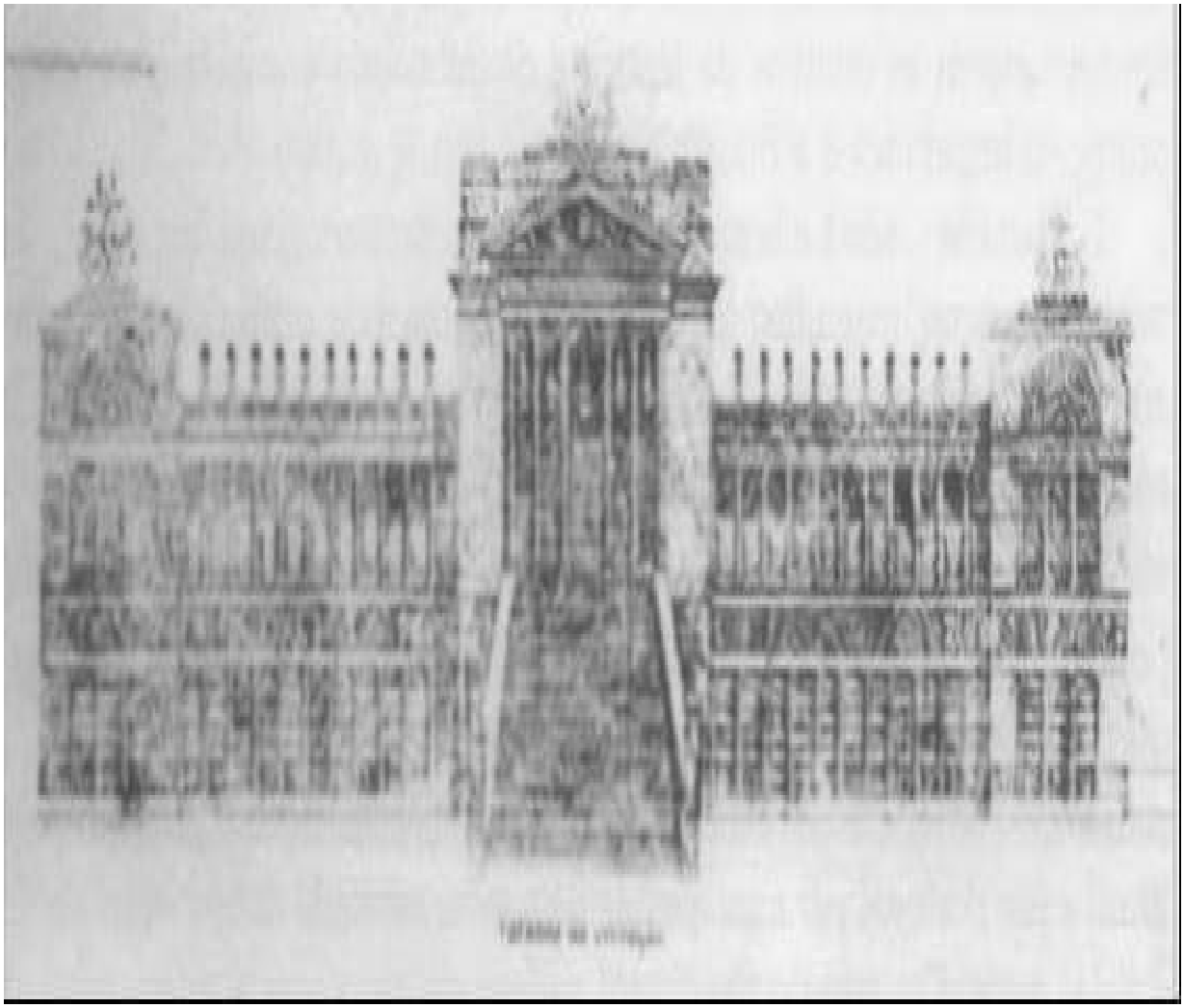
No templo central, e bem nas alturas, a sala do trono, cujo "aspecto [...] é verdadeiramente magnífico [...] onde se encontra todo o primor e luxo das artes, toda a pompa da decoração [...] surpreende o observador e corresponde ao alto emprego a que é destinada. Duas coisas principais devem ali ferir a vista: a primeira é o trono imperial pela sua elegância e riqueza, pois é o primeiro que o Brasil terá visto com tanto fausto; a segunda é o teto, cujo quadro central representa o Imperador D. Pedro I dando a dois filhos seus as coroas de Portugal e do Brasil e sendo ele ao mesmo tempo coroado pelo Brasil e por Portugal por uma auréola de estrelas, símbolo da imortalidade".[12]

Há mais. Do lado do Brasil, um padrão de ouro com a esfera de suas armas; aos pés de Portugal, reverdecem os louros de sua antiga glória, rodeados por estrelas, que simbolizam as províncias do Império, e ainda os signos do zodíaco que regem as datas de nascimento e da

elevação ao trono do novo imperador (Sagitário e Câncer), tudo sobre um fundo azul. Além disso, para fortalecer bem a imagem e a tradição do predestinado soberano, grandes medalhões representam Carlos Magno, Francisco II, Napoleão e Pedro, o Grande. E, claro, armas de Portugal e da Áustria, raízes da Casa Imperial brasileira. No arco que cobre o trono, os perfis de Pedro I e d. João VI. Ao fundo do mesmo arco, um gênio conduzido por uma águia — símbolo da realeza — descendo com um ramo de palma em uma das mãos e uma coroa na outra; ambos olham na direção do imperador.

Por fim, na mesma sala do trono, a grande e apoteótica proposta aos destinos históricos do país: "Ao aspecto do Imperador investido do exercício de seus direitos constitucionais, os vícios, as calamidades, os crimes que dilaceravam o império durante o estado anormal e anárquico do país na menoridade, fogem espavoridos para o inferno donde haviam saído e alguns sucumbem logo, notando-se que a vaidade é a que tem mais força vital e será a última a ceder o lugar à sabedoria e à virtude do novo regime. Ao passo que os vícios se retiram, as ciências, as artes, as virtudes cívicas vêm tomar o seu lugar, e trabalhar, ao abrigo do trono, na prosperidade e glória do império e do monarca".

Pelas galerias e pavilhões, homenagens e feitos históricos bem selecionados no sentido de dar feição a uma narrativa imperial — o Fico, a Independência; ilustres da pátria têm seus nomes gravados em peças sustentadas por colunas — aí são citados alguns nomes indígenas: Caramuru, Araribóia, Tibiriçá.[13] Recortando o tempo e os acontecimentos, e tendo a monarquia bem ao centro, são fortalecidos os pressupostos de uma nova história oficial.



A Varanda: arquitetura e decoração do artista Manuel de Araújo Porto Alegre, futuro barão de Santo Ângelo, que se tornaria, também, um grande cenografista dos teatros da capital do Império. MIP

A mobilização e os gastos para a realização da cerimônia pareciam não ter limites. O aparato foi rigorosamente planejado, e as despesas, que não eram poucas, corriam por conta dos cofres públicos. Os detalhes das normas, regulamentos e disposições para a eficácia dos espetáculos monárquicos costumavam ser impressos na Typographia Nacional e distribuídos aos integrantes da cerimônia — a corte — com alguma antecedência a fim de que, como bons atores, se preparassem para a atuação e não cometessem falhas. Para o grande ato de sagração e coroação de Pedro II, o conde de Valença recebeu honrosos convites — melhor diria "convocações" — impressos em fino papel canson e assinados

por Cândido José Araújo Viana:

> Tendo Sua Majestade O Imperador determinado fazer a Sua entrada solene na Capital do Império, em grande Cortejo, no dia 16 do futuro mês de julho; e Havendo O Mesmo Augusto Senhor por bem que V. Exª O acompanhe não só naquele Ato, como também no da Sua Sagração e Coroação, que deve ter lugar no dia 18 do referido mês: Assim o participo a V. Exª remetendo-lhe junto um exemplar dos Programas, que se devem observar, para lhe servir de governo. Deus guarde a V. Exª [...]
>
> Paço em 22 de Junho de 1841
>
> Tendo Sua Majestade o Imperador designado o dia 19 do corrente para receber pela uma hora da tarde, no Paço da Cidade, as Felicitações pelo faustíssimo motivo de Sua Sagração e Coroação; e havendo o Mesmo Augusto Senhor por bem que V. Exª O acompanhe n'aquele ato: Assim o comunico a V. Exª para o seu conhecimento. Deus guarde a V. Exª [...]
>
> Paço em 9 de Julho de 1841

A Condessa de Valença mereceu convite personalizado, já que sua atuação diferenciava-se da do marido:

> Incumbindo-me Sua Majestade o Imperador de convidar a V. Exª para assistir, no dia 18 do futuro mês de Julho, ao Ato da Sua Sagração e Coroação em uma das tribunas da Imperial Capela: Assim o cumpro, remetendo por essa ocasião a V. Exª um exemplar dos Programas, que se devem observar. Deus guarde a V. Exª.
>
> Paço em 22 de Junho de 1841

Denunciando alguma confusão nos preparativos das festividades, ainda outro convite, impresso em cartão e com timbre do Império, foi enviado à Condessa, dessa vez assinado pelo mordomo Paulo Barbosa e

convocando-a para instalar-se numa das janelas do Paço da Cidade, no dia 18 de julho, a fim de assistir às cerimônias.[14] Pequenos deslizes que não embaraçam a grandiosidade do evento.

Uma vez pronto o cenário e preparados os atores, o grande momento. Com efeito, a fortuna despendida e o efêmero aparente da comemoração são justificados pela própria natureza dos estados monárquicos: a suntuosidade do ritual é um elemento básico para sua manutenção e impregna a cultura local.

Por sua vez, o pobre garoto assustado, com seus quinze anos, mal escondia o temor debaixo da roupa tão volumosa e desajeitada, da coroa pesada e especialmente esculpida para aquela ocasião, do cetro comprido que continha na ponta uma serpe, o símbolo dos Bragança,[15] do manto verde, com os ramos de cacau e tabaco, que se arrastava pelo chão, em razão da baixa estatura do novo imperador, da murça feita de penas de galo-da-serra e idealizada na época de seu pai como homenagem às aves e aos caciques da terra. Diziam, na época, que a murça de galo-da-serra teria sido encomendada por um comerciante a um grupo de índios Tirió, como presente ao imperador. A peça tornou-se, então, fundamental na indumentária dos imperadores brasileiros, sendo substituída, nos anos 60, por outra, feita de penas de papo de tucano. Nesse caso, não só o colorido era mais vivo, como sua manufatura mais artificial. De toda forma era a monarquia que, simbolicamente, "tropicalizava-se".

Além disso, observando a seqüência de imagens sobre a sagração, anteriormente expostas, veremos que se na primeira o monarca se parece um pouco consigo próprio — um menino atrapalhado com os detalhes da vestimenta um pouco grande —, na maior parte delas o que se nota é tão-somente uma representação de d. Pedro. (Ver também fig. 11, do caderno-cor 1.) Saudado em várias línguas como o novo grande imperador, coroa na cabeça, à moda dos demais monarcas europeus, só mais tarde é que d. Pedro guardaria a coroa a seu lado, sobre uma almofada verde, como determinava o cerimonial dos reis Bragança, que eram aclamados, e não coroados.

No entanto, nas imagens oficiais, o nosso imperador mais se parecia com um Bourbon da França, ou um Habsburgo da Áustria, mesmo porque a monarquia brasileira reintroduzira o ritual da sagração, havia muito abolido em Portugal. Negava-se a matriz lusitana, mas buscava-se maquiar a juventude do Império brasileiro com ancestrais mais longínquos e legítimos.

Tomando de empréstimo um ritual secular europeu, os políticos brasileiros preparavam-se para dar à cerimônia um caráter verdadeiramente grandioso. Nas palavras do historiador Arno Mayer, a coroação era de fato o mais solene e resplandecente espetáculo do poder, saturada de simbolismo histórico e religioso.[16] Na verdade, era o ritual de coroação que iniciava o imperador no exercício do poder soberano, assim como todos os elementos presentes estavam repletos de significado e eram manejados segundo uma coreografia precisa.[17]

No caso brasileiro, portanto, ocorreu uma exacerbação do econômico ritual português. O imperador foi aclamado, coroado e sagrado, como se a perfeição do evento corrigisse a fragilidade do momento político e o inesperado golpe selasse, pela exaltação, a desconfiança mais geral.

Mas o ritual comportava ainda algumas inovações. Embora a coroação e a sagração de Pedro II também tivessem acontecido em uma igreja católica, elas se limitaram à iniciação ao poder político. Afinal, Pedro de Alcântara seria nomeado "d. Pedro II, Imperador Constitucional do Brasil, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos". Misturavam-se, dessa maneira, "velhos e novos rituais". A sagração e a unção se achavam novamente presentes, porém d. Pedro, à semelhança de boa parte da realeza contemporânea, transformava-se em um monarca constitucional.

Mas o espetáculo estava mais para o maravilhoso do que para o exercício burocrático da troca de poder. Comecemos pelas insígnias, que compõem parte fundamental da encenação. A eficácia dos novos símbolos — a espada, o cetro, o manto, a coroa — garante a força da "tradição imperial", recém-inventada. Boa parte da indumentária foi especialmente concebida e feita para a ocasião, a não ser o traje, que havia pertencido a Francisco I, o avô de Pedro II.

O manto do novo representante do Império, todo em veludo verde com tarja bordada, semeado de estrelas de ouro, dragões e esferas, e forrado de cetim amarelo, lembrava as cores e emblemas das casas de Habsburgo e Bragança, e teria sido confeccionado em trinta dias, por senhoras da elite. A escolha do verde americano para a cor do manto era também uma homenagem ao Novo Mundo, assim como a forma de poncho, numa referência às "vestimentas da terra".

A espada, que havia pertencido a d. Pedro I, era de prata dourada e tinha nas lâminas as armas portuguesas. Na bandeja em que ela era carregada, constaria também o livro constitucional com capa de veludo verde, coberto com um fitão da imperial Ordem do Cruzeiro.

A Constituição do Império continha nos ângulos esferas armilares e foi escrita com uma caligrafia exemplar. O globo imperial, insígnia indispensável nas sagrações de imperadores, era composto de uma esfera armilar de prata, tendo na eclíptica dezenove estrelas de ouro, cortadas pela cruz da Ordem de Cristo: símbolo europeu, porém adornado pelo céu do Brasil. O anel, usado no dedo anular da mão direita, incrustado de brilhantes, apresentava no centro dois dragões presos pela cauda. As luvas do monarca foram feitas com seda e bordadas com as armas do Império.

O cetro era de ouro maciço e media dois metros e meio, altura elevada para um garoto de quinze anos. Dois olhos de brilhante destacavam-se na imagem da serpe, símbolo dos Bragança presente no cerimonial brasileiro.

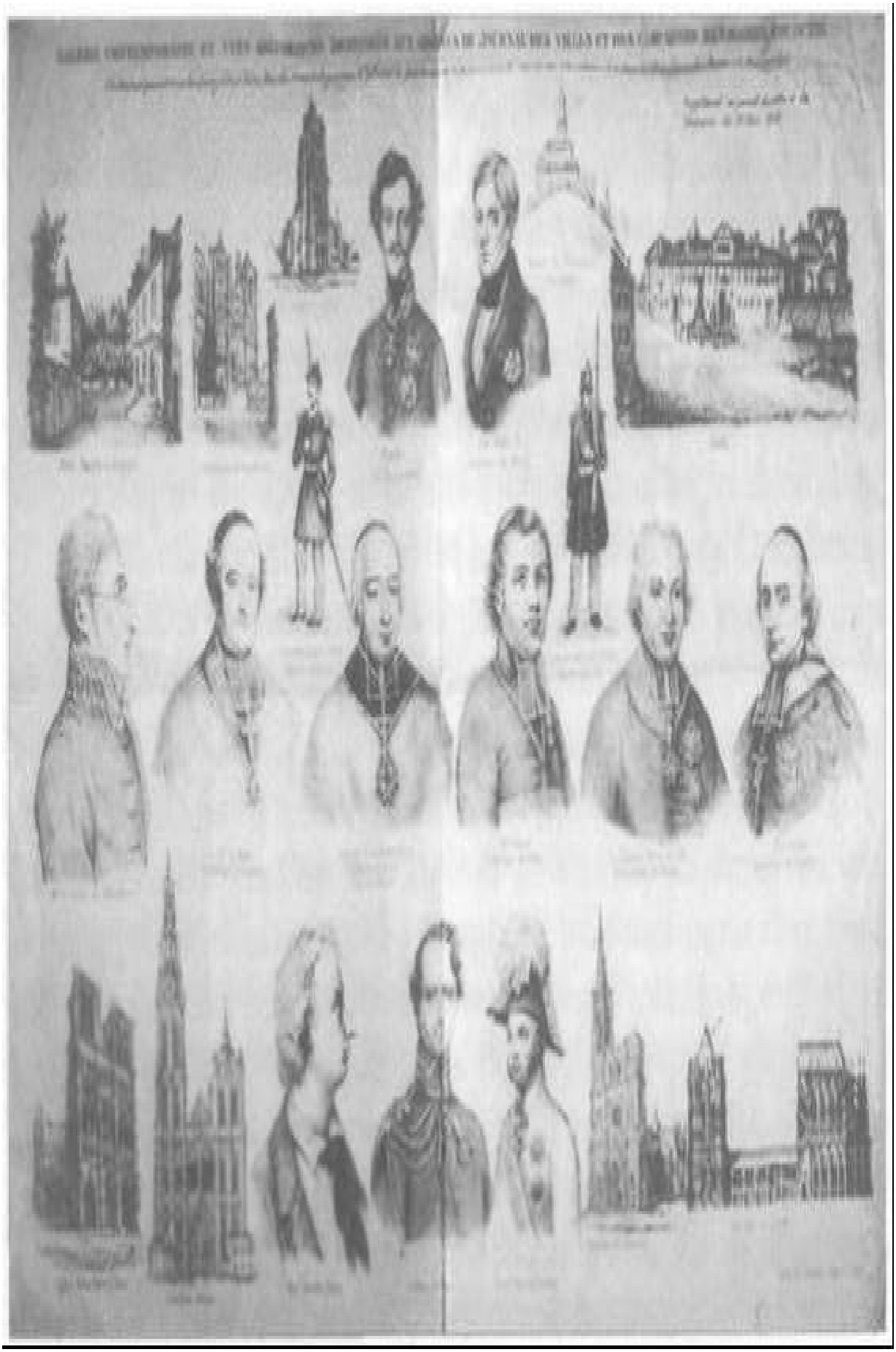
A "mão da Justiça", baseada na mão direita do imperador, foi modelada em gesso por Marc Ferrez, logo após a sagração, e distribuída aos grandes da corte, que passavam a expô-la em suas casas tal qual um sinal de pertencimento à "boa sociedade". A espada do imperador tinha uma cruz teutônica, enriquecida de grossos brilhantes, e no punho lia-se "D. Pedro II".

Por fim a coroa, feita especialmente para a ocasião, tinha por base uma cinta de ouro e era fechada por oito cintas imperiais do mesmo metal. No remate havia uma esfera de ouro sustentando uma cruz. A altura de dezesseis polegadas tornava-a um pouco pesada para a cabeça do pequeno

imperador. A base da coroa era ornada com pérolas e brilhantes, parte dos quais foi retirada da antiga coroa de d. Pedro I, dizia-se, em razão da pressa e da falta de dinheiro.[18] Tudo "novo", assim como deveria ser novo e inaugural o Segundo Reinado: o Império de um monarca "genuinamente brasileiro, unificado pela cultura". (Ver esses objetos no caderno-cor 1, figs. 12 a 18)

Brasões imperiais.

FMLOA e MMP



Campagne, suplemento, 31/3/1842. D. Pedro II, na época da sagração, rodeado de europeus ilustres. No Brasil e no exterior divulgava-se a imagem do novo governante do imenso território americano. CPCL

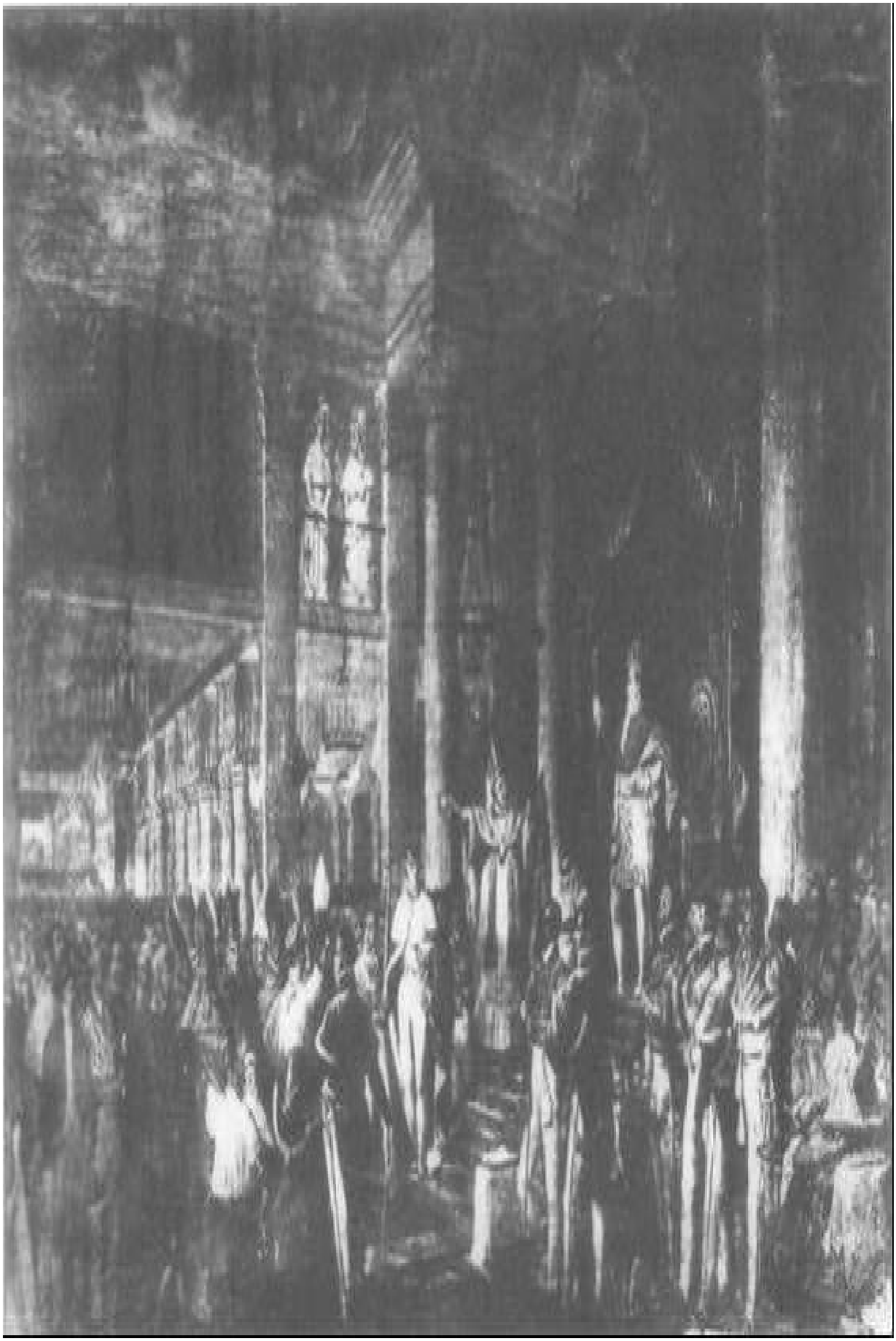
O diálogo entre o estilo europeu e os novos elementos nacionais é evidente. A constelação Cruzeiro do Sul e outras estrelas brasileiras mostram o céu do Brasil. O cabeção de penas de papo de tucano, a obreia ruiva de penas de galo-da-serra fazem referência aos nossos indígenas: um adorno de caciques, como se comentava na época. A cor das pedras fala do colorido local. Finalmente, na moeda comemorativa da sagração, é um indígena (ou quase um europeu de cocar) quem coroa o pequeno monarca, mal-e-mal sentado em seu trono.

Moeda comemorativa da sagração: o indígena coroa d. Pedro e pisa no dragão que representa a barbárie; a coroa simboliza a civilização. L. Ferrez, 1841. MMP

Outra moeda comemorativa da sagração; já nesse contexto, o indígena com seus instrumentos representa a nação, 1841. MMP

O grande cortejo levou a multidão, que se comprimia na rua Direita, à loucura. Na Capela Imperial, por sua vez, achava-se reunida a corte, que esperava na forma de costume pelo beija-mão[19] e pelo início da cerimônia. Conta-se que como os cabeleireiros franceses eram raros, e não davam vazão à freguesia nos dias de festa como o da coroação, senhoras que tinham sido penteadas na véspera dormiram calçadas e recostadas em

travesseiros, só para não estragar seus ricos penteados.[20]



Ato solene da coroação do imperador: em destaque, na varanda, as duas princesas imperiais, e ao centro, de perfil, a figura corpulenta do mordomo-mor Paulo Barbosa. Estudo de Manuel de Araújo Porto Alegre, c. 1843. MHN

Obedecendo ao modelo recente de Carlos X, em que o antigo juramento cedera lugar ao compromisso pleno da Constituição, o arcebispo passou a ungir o soberano nos pulsos, no braço direito, nas espáduas, prolongando-se o ato de onze e meia da manhã até as duas horas da tarde. O calendário das atividades foi seguido com tal esmero, que mais parecia uma versão autêntica da mais tradicional das sagrações européias. A confundir, apenas as pessoas com sua cor mais morena e a pobreza do ambiente, tão bem disfarçada.

Revelador é o discurso pronunciado por José Martiniano de Alencar, orador oficial do Senado, perante S. M. I. em louvor de sua sagração e coroação. Estavam todos reunidos no Paço da Cidade e coube ao pai do futuro literato indianista resumir o teor ao mesmo tempo sacro e profano da cerimônia a que todos assistiam:

> Se na série de acontecimentos algum pode haver, que excedendo ainda aos mais faça que dele se comece a contar a duração de outros [...] era na vida dos monarcas; esse acontecimento, esse ato é, sem dúvida o da sua sagração e coroação. Aí a intervenção da religião parece estabelecer uma espécie de contrato entre a divindade e a realeza o Monarca sagrado, renova a sua aliança com o povo; a divindade vem infundir-lhe os auxílios eficazes da sua graça, para bem desempenhar as altas funções que lhe são acometidas. Então o Escolhido, o Querido do povo, torna-se o escolhido de Deus, o Ungido do Senhor. Tais são os saudáveis efeitos do religioso ato que com entusiasmo presenciamos [...] O Senado espera que V. M. I. aceitará os sentimentos de adesão e lealdade à sua Sagrada Pessoa [...] e confia com religiosa esperança que a Divina Providência abençoará e fará feliz seu glorioso Reinado.[21]

As festas de coroação prolongaram-se por nove dias, só se

encerrando no dia 24 de julho, com um grande baile de gala no Paço da Cidade. Às cinco horas da tarde chegavam os primeiros dos 1200 convidados. O imperador apareceu às oito da noite, acompanhado por suas irmãs e dignitários do Paço. A ceia foi servida à meia-noite e em cada pavilhão da Varanda foi colocada uma mesa com oitenta talheres, onde os convidados se sucediam.

O baile só terminaria às duas horas da madrugada e, com ele, as festas da coroação.[22] Uma impressão viva deixou o barão Daiser em sua correspondência ao príncipe de Metternich: "Devo dizer, a bem da verdade, que a Corte ostentou nessa ocasião um luxo em équipages, em librés e em mobiliário de toda a espécie, realmente espantoso neste país, onde os recursos são muito limitados, onde outrora tudo faltava, e onde há tão pouco e, por assim dizer, nenhum precedente; porque tudo que se tinha feito ao tempo de dom Pedro I, não se aproximava nem de longe do que vimos atualmente, nem da riqueza, nem em bom gosto, nem em dignidade [...] O golpe de vista no momento em que o Imperador se apresentou ao povo da balaustrada da Varanda era magnífico e possivelmente incomparável por causa da natureza do local [...] o sol estava deslumbrante e o mar calmo e belo, na sua cor de veludo celeste".

Talvez a sagração de d. Pedro II represente mesmo um primeiro momento em que se fundem duas instâncias. De um lado, era evidente o lado instrumental do ritual por parte das elites, que com ele recolocavam um imperador como símbolo da nação, e encontravam na monarquia um sistema necessário de arbitramento dos conflitos entre elas. Ou seja, tomado desse ângulo, tratava-se claramente de um golpe das elites e para as elites. De outro lado, porém, a riqueza do ritual e a força de sua divulgação levaram a uma explosão do imaginário popular, que, na "chave das festas", relia a mística desse pequeno rei brasileiro, "sagrado e encantado".

Vejamos agora mais de perto. Não restavam dúvidas sobre a qualidade do ritual. O monarca brasileiro havia de ser mesmo constitucional e sagrado. Novidades transplantadas e aprimoradas no Novo Mundo, afinal a construção de uma figura pública deve ser alterativa. Repicaram os sinos,

soaram as salvas, e a multidão saudou o novo imperador. Com a pesada coroa na cabeça, arrastando seu longo manto e com a murça de plumagem dando-lhe o aspecto ingênuo de Imperador do Divino, subiu d. Pedro os degraus que levavam ao trono e olhou para a turba a seus pés. Assim pequeno, ele mais se assemelhava a uma figura alegórica, que mal disfarçava o rapaz de olhar perplexo.

Mas retornemos à multidão. A riqueza das insígnias e o rigor do ritual de sagração do jovem monarca encheram os olhos, deslumbraram o público, encantado diante de um espetáculo tão grandioso. Com efeito, a coroação e a sagração representaram um momento central para a afirmação de um passado real, uma tradição imperial que até parecia consolidada e próspera. Esqueça-se a idade do soberano, o apressado na realização do ritual e o caráter postiço da encenação. Tinha-se mesmo a impressão naquele momento de que as dificuldades políticas das Regências haviam se diluído por conta exclusiva do ritual. Dessa feita, ninguém se lembrou de gritar que "o rei estava, de fato, nu".

Medalha comemorativa da coroação
de d. Pedro II; nesse caso o modelo parece
europeu

e medieval. J. Sturz, 1841. MMP

5

O GRANDE IMPERADOR

D. Pedro II em trajes de "grande gala". FBN

O período que vai de 1841 a 1864 — ano do início da Guerra do Paraguai — representa uma fase importante para a consolidação da monarquia brasileira. Com efeito, as rebeliões regenciais da Bahia, Pará e Maranhão haviam sido debeladas com a ajuda do general Lima e Silva, que na época ganhou o título de barão de Caxias, pelos serviços prestados.[1] Também nesse momento, o Gabinete da Maioridade, composto de Antonio Carlos e Martim Francisco Andrade, anistiaria simbolicamente os rebeldes que se entregaram às autoridades, o que em muito colaborou para acalmar os ânimos e receios gerais. A Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, continuava sendo, todavia, um ponto crítico em princípios do Segundo Reinado.

Assim, em meio a esse ambiente político, ainda, conturbado e da troca sucessiva de partidos no poder,[2] as tentativas de sufocar as rebeliões separatistas acabaram se transformando no grande tema do Império, colocando-se, no final, acima das divisões partidárias.

Enquanto isso, afastado dos negócios e da direção do Estado, d. Pedro II completava sua educação, mais dirigida para as ciências e para as letras, conforme competia a um monarca. Tudo indicava que d. Pedro se limitaria a "reinar", a cuidar das artes, da cultura e das ciências, sendo a política e a economia áreas de atuação que não o mobilizavam. O "grande imperador" era, então, apenas uma representação de si, cumprindo de forma ritual, pomposa e elaborada uma agenda oficial feita para apresentá-lo apenas em momentos destacados.

Paulo Barbosa, seu mordomo, era talvez a única pessoa que o ligava à realidade e que o mantinha minimamente informado, ao menos das atividades e despesas do Paço. Em nota datada de 1842, d. Pedro lhe perguntava: "Como se chama o Arauto? Como se chama o mestre-de-cerimônias? Quais foram os ofícios que não tinham lugar em exercício? Como se acha o primeiro ajudante do mestre-de-cerimônias? Quantos são os moços da Câmara e quais são seus nomes?".[3] Ou então: "Não sei exatamente quanto se despende com as cavalariças. Não sei qual é a

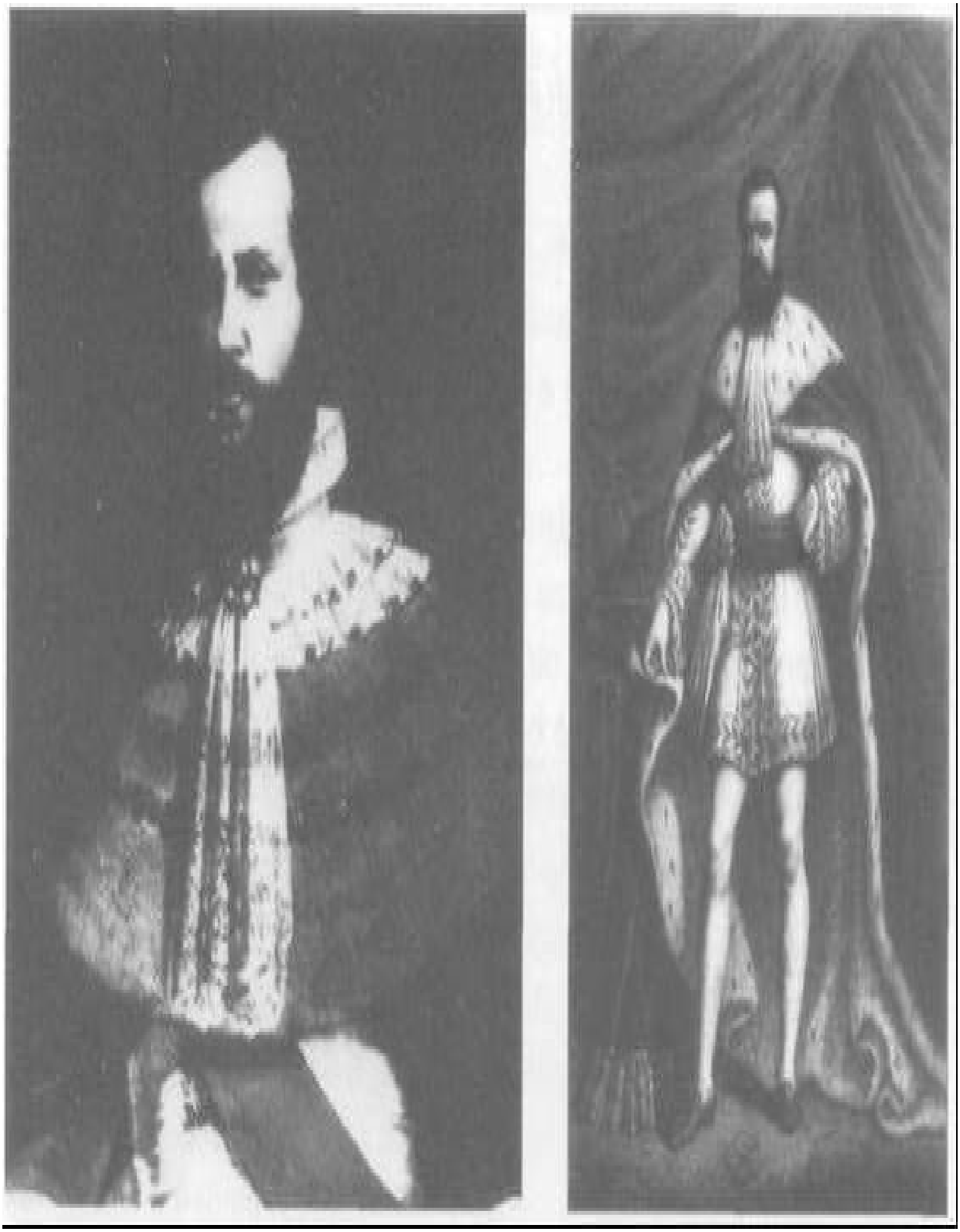
redução possível no serviço [...] A verba das cozinhas é a terceira não é? [...]" (26/2/1863).

A iconografia do período ilustra bem a representação "à européia" que nesse momento se colava a d. Pedro II. Barba ainda inexistente, o imperador, em pose altiva, mal se parece consigo próprio: nos novos retratos o monarca é bem mais velho e seu rosto é no mínimo estranho quando comparado aos anteriores. Alijado das agitações do dia-a-dia e isolado em seu palácio, o jovem soberano nas pinturas mais se assemelhava a um monarca europeu, uma réplica dos modelos do Velho Mundo, não fossem os adereços próprios da Casa Imperial brasileira.

Coroação de d. Pedro II em 18 de julho de 1841; na litogravura, um monarca mais velho. FBN

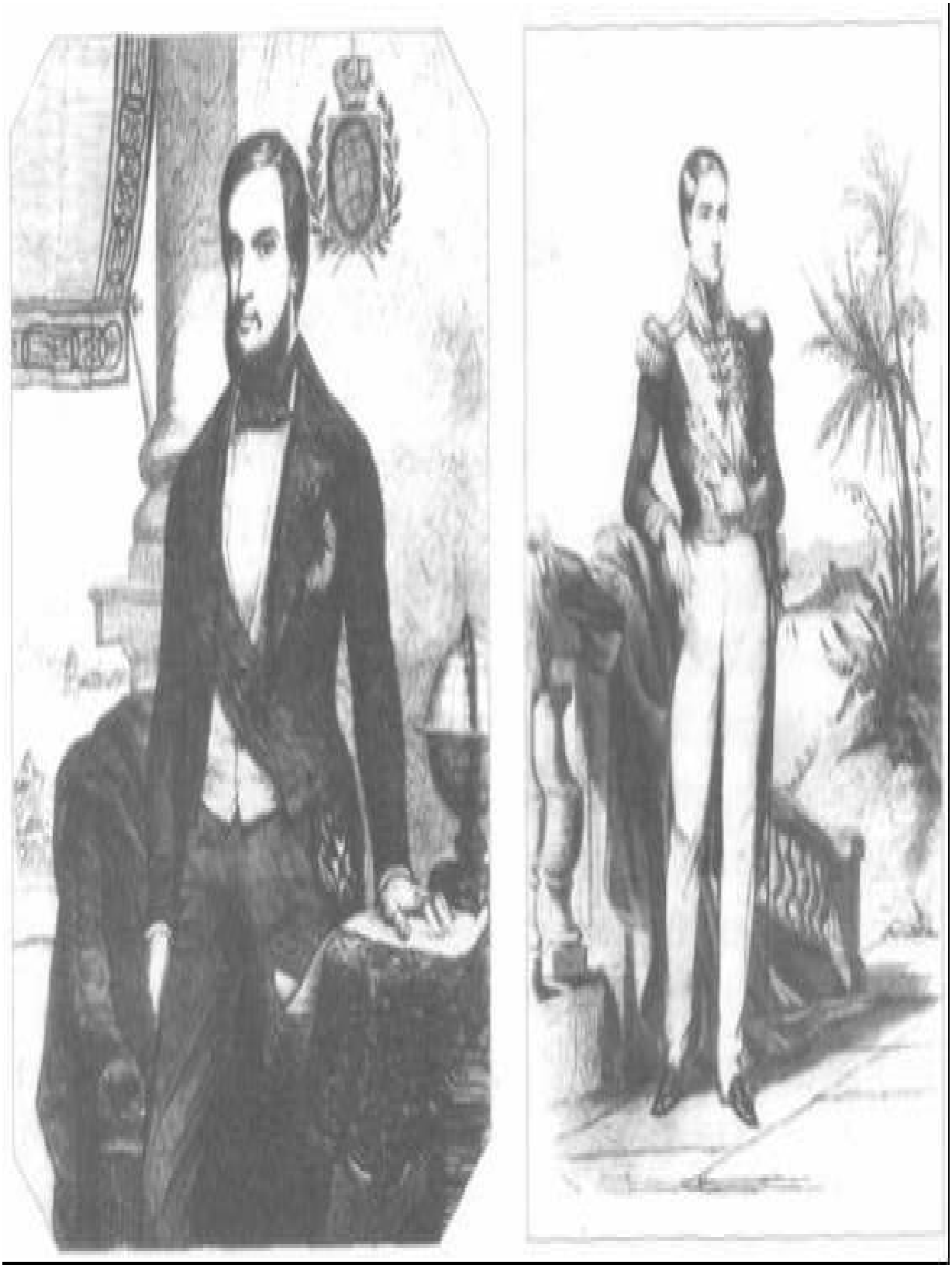
Nesse contexto, as imagens pictóricas cumprem, portanto, um papel fundamental: produzem, no imaginário, por meio das imagens expostas nas repartições, casas da corte e jornais, um monarca que era invisível no cotidiano da população. D. Pedro II restava isolado no Paço e só existia por meio das pinturas, que mostravam um rei seguro, jovem e forte. Um símbolo mais calcado no imaginário da realeza do que na realidade do pacato e solitário adolescente.

Na série seguinte de retratos, feitos nos anos 40, d. Pedro ainda lembra uma idealização. Olhar distante, a murça disfarçada, as pernas mais grossas do que na realidade, o imperador parece apenas corresponder a modelos compostos alhures. Em um momento em que tudo se passava como se ele fosse um bom fantoche, nada melhor do que a imagem fixa: exemplar como cópia. Até sua barba crescera repentinamente, tema que não passou despercebido aos contemporâneos: "Sua Majestade traz a aparência diferente, até suas barbas estão mais e mais formadas".[4] Peça de iconografia política, tal qual a murça e o manto, a barba do imperador transforma-se em elemento destacado na sua representação.



Pedro em trajes imperiais; o monarca mal se parece consigo mesmo, 1841. FBN

Nesse momento, também é digna de nota a produção mais acentuada de retratos, todos eles quase idênticos entre si. A não ser pela falta ou pela introdução de determinados objetos — que apesar de parecer acidentais são visivelmente planejados —, dir-se-ia que todos os retratos são iguais. Note-se, nesse sentido, a presença ou a ausência do trono de Pedro II — mais ou menos evidente na cena; o cetro, a coroa, a espada, a Constituição que ora aparecem ora desaparecem. O rosto direciona-se mais para a esquerda, mais para a direita, mas a expressão é sempre a mesma: não se depreende qualquer traço de emoção.

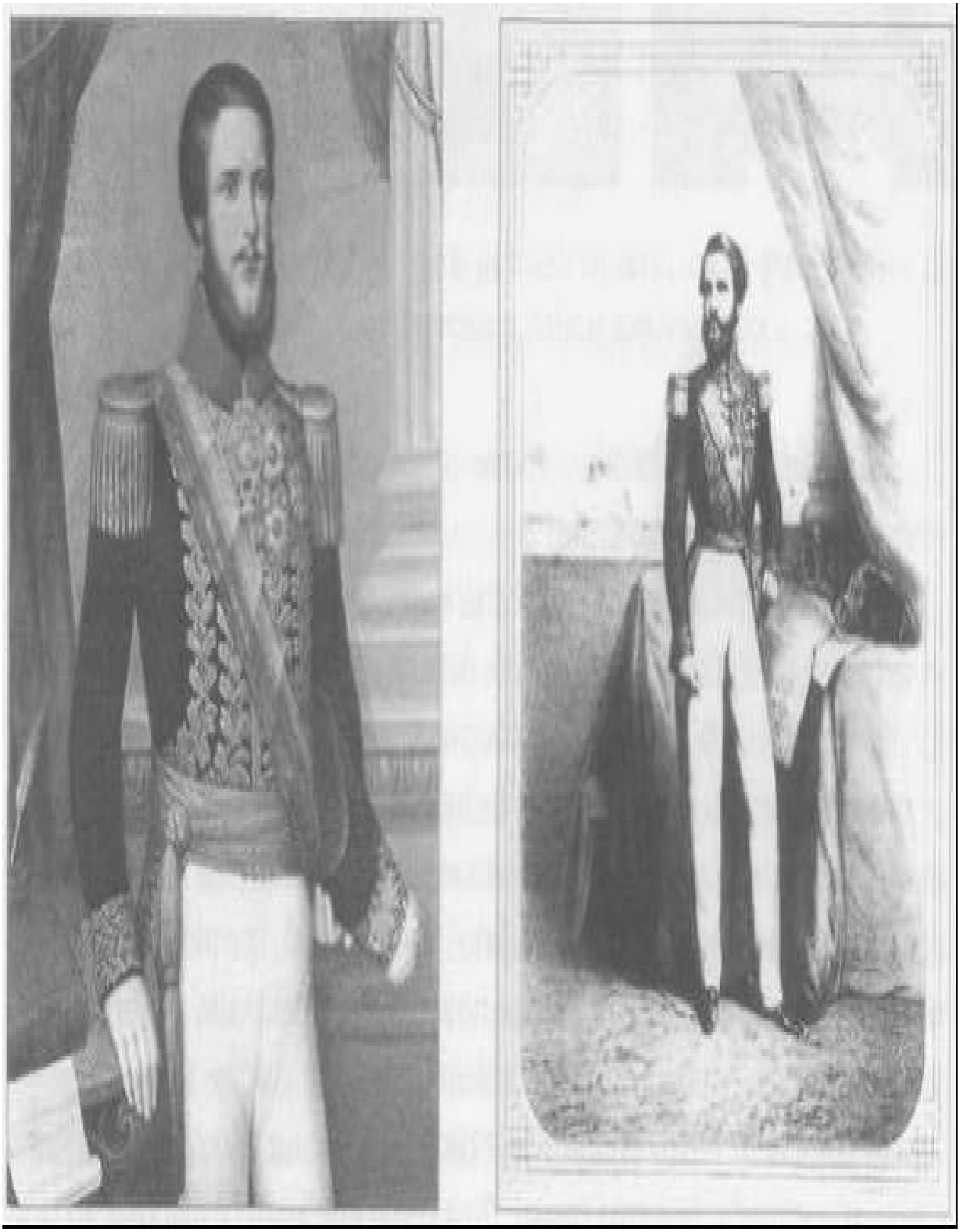


Duas imagens aos vinte anos, mais ou menos barbado. FBN

Seguindo a voga do retratismo, tão característico dessa época, as imagens adotam um tipo modelo que combina o particular (dado pelos objetos e pelos entornos) com o formal; ou seja, a expressão que lembra qualidades universais como a sabedoria e a bonomia

É essa técnica que vemos elaborada no conjunto de retratos que, como num "jogo das diferenças", revelam pequenas variações (na luva, nos sapatos, na cinta) no interior da mesma cena, reproduzida muitas vezes. O cenário supostamente igual não é aquele da ilustração anterior, assim como os elementos devem ter sido dispostos de diversas maneiras. A imagem do monarca é, porém, basicamente a mesma, como se fosse necessário reprisar o artificialismo daquela situação; o teatro desse jovem monarca envolto em tantos detalhes de cena. Por certo, conforme o costume e a técnica da época, utilizou-se um ou outro retrato oficial como suporte para as diferentes imagens, no entanto o resultado é uma representação que se multiplica. Nas repartições, nos jornais nacionais e estrangeiros, nas festas da corte, nos lenços e moedas, o rosto de d. Pedro "espalha-se" e é só dessa forma que ganha realidade, já que até então o imperador "reinava", mas de fato "não governava".

Duas imagens produzidas no final da década de 40; a expressão é idêntica — o que difere é apenas o formato do bigode e a luneta em uma das mãos, sem dúvida uma referência ao gosto pela astronomia. FBN



Tendo como base o óleo de C. d'Almeida (à esquerda, 1852, FMLOA) e a obra de Krumholz (litogravura, FBN), em que d, Pedro II aparece como um monarca constitucional, já que apóia uma das mãos em uma mesa onde está exposto um livro com as leis do Brasil, vários outros retratos foram produzidos.

Outras imagens veiculadas na década de 40; geralmente em traje de média gala, o jovem monarca mantém a mesma expressão distante. FBN

Na seqüência de desenhos vemos o imperador um pouco mais velho, vestido com trajes militares.

Com a maioridade os rituais se cristalizavam. A paramentação completa — a roupa de "grande gala" — só deveria ser usada nas festas cívicas: aniversários, Fico, juramento constitucional, dia da Maioridade, proclamação da Independência e abertura e fechamento do Parlamento. Já a "média gala" compreendia o traje militar e era reservada às ocasiões menos oficiais. Por fim, por ocasião de "alívio do luto" recorria-se à "pequena gala". Mas voltemos aos desenhos; a estrutura é novamente semelhante: a expressão do rosto é idêntica, só varia a indumentária. Pretensamente secundários, esses objetos compõem novos equilíbrios a cada pintura: uma luva de seda, uma luneta apresentada de forma casual, uma coroa que aparece disposta ao lado ou um fundo mais tropical adorna a cena.

Nas imagens da época percebe-se, portanto, a tendência de caracterizar um monarca mais maduro, cuja imagem deveria ser veiculada à exaustão. O alvo era alcançar não só o imenso território nacional, como as nações "civilizadas" do estrangeiro. Internamente, por meio dos periódicos e da distribuição pública buscava-se unificar um país muito grande e disperso. O Almanak Laemmert,[5] por exemplo, divulgava festas, costumes e o calendário da Casa Imperial, além dos retratos de d. Pedro II. Fora do Brasil, era também grande a curiosidade da imprensa e dos almanaques especializados nas realezas européias. No Almanak de Gotha, por exemplo, o jovem rei brasileiro era constantemente retratado. Porém, quanto mais velho melhor. Como dizia a imprensa da época: "Finalmente, nosso monarca apresenta barbas".[6]

SE O IMPERADOR JÁ TEM BARBAS... É HORA DE CASAR

Seguindo a prática das demais realezas, era chegada a hora de casar o imperador, para que sua imagem de adulto atingisse concretude. Aliás, os imperantes portugueses sempre respeitaram a tradição de "bem casar", pelo menos no que se refere às cerimônias.[7] Nesses momentos, redobram-se esforços nas entradas triunfais, nos beija-mãos, nas ações de graças e nos novos monumentos. No Brasil não seria diferente; afinal, d. Pedro se aproximava dos seus dezoito anos, e encontrar um bom partido era tarefa difícil, uma vez que se tratava do rei de um império distante e exótico. Os biógrafos variam nas datas, mas a maior parte deles afirma que, mesmo antes da coroação, já estavam em curso as negociações para o casamento do monarca, que só se efetivaria anos depois. Dizia-se que d. Pedro, de caráter tímido, corava ante a idéia de casar-se, no entanto as tratativas seriam feitas, sem a sua participação, à moda das cortes européias.

Em carta de Pedro de Araújo Lima ao mordomo-mor, Paulo Barbosa, assim é comentada a posição de d. Pedro II diante do casamento:

> Perguntei-lhe se ele autorizava a iniciar uma negociação na qual eu não queria dar nem um passo sem seu consentimento porque esse negócio tocava de perto a sua pessoa e que havia de influir na felicidade doméstica. Ele teve a bondade de me dizer que eu podia fazer o que entendesse melhor. Eu fui me explicitando em lhe pedir a licença competente que ele teve a bondade de me dar. Depois perguntei-lhe se tinha em vista alguma casa européia onde esse casamento se efetuasse e ele me disse que não se lembrava de nenhuma e que eu poderia escolher onde julgasse conveniente. Depois expliquei que Convinha realizar os esponsais o mais breve possível, para que ele estivesse habilitado para entrar no exercício do poder [...] O Imperador ficou muito satisfeito com essa comunicação [...] Isso se passou em fins de 1839.[8]

Esse diálogo revela interesses das várias partes e as estratégias diante do casamento. Em primeiro lugar, é evidente como "entre reis" o casamento é mesmo um negócio de Estado. Era preciso elaborar uma lista de princesas solteiras e jovens, em inícios dos anos 40, e Bento Lisboa é encarregado da tarefa. Afinal, possíveis pretendentes existiam: d. Maria,

arquiduquesa de Saxe; princesa Alexandrina, filha do rei da Baviera; infanta Luísa, prima da rainha de Espanha...

Para d. Pedro II, do mesmo modo, não era sua "felicidade doméstica" que estava em jogo, mas as exigências públicas: o casamento significava a efetivação da maioridade. Além disso, o que Araújo Lima chama de "bondade" não é mais do que a absoluta falta de posicionamento desse monarca que — como no caso da maioridade — era deixado alheio das grandes questões políticas. O casamento, porém, é um tema de mediação entre as esferas públicas e privadas. É público, porque os reis jamais se casam apenas com quem e porque querem. É privado, pois do contrato devem resultar os filhos, que, todavia, são também os herdeiros da nação. Mais uma vez, a pessoa pública é quem vence a pessoa privada, e o jovem rei termina a conversação dizendo: "Ainda não havia pensado nesse caso".

Com o aceite ou não de d. Pedro II as negociações tomam rumo, envolvendo três esponsais ao mesmo tempo: de d. Pedro e de suas duas irmãs. Mas o casamento do imperador era sem dúvida o mais estratégico de todos.

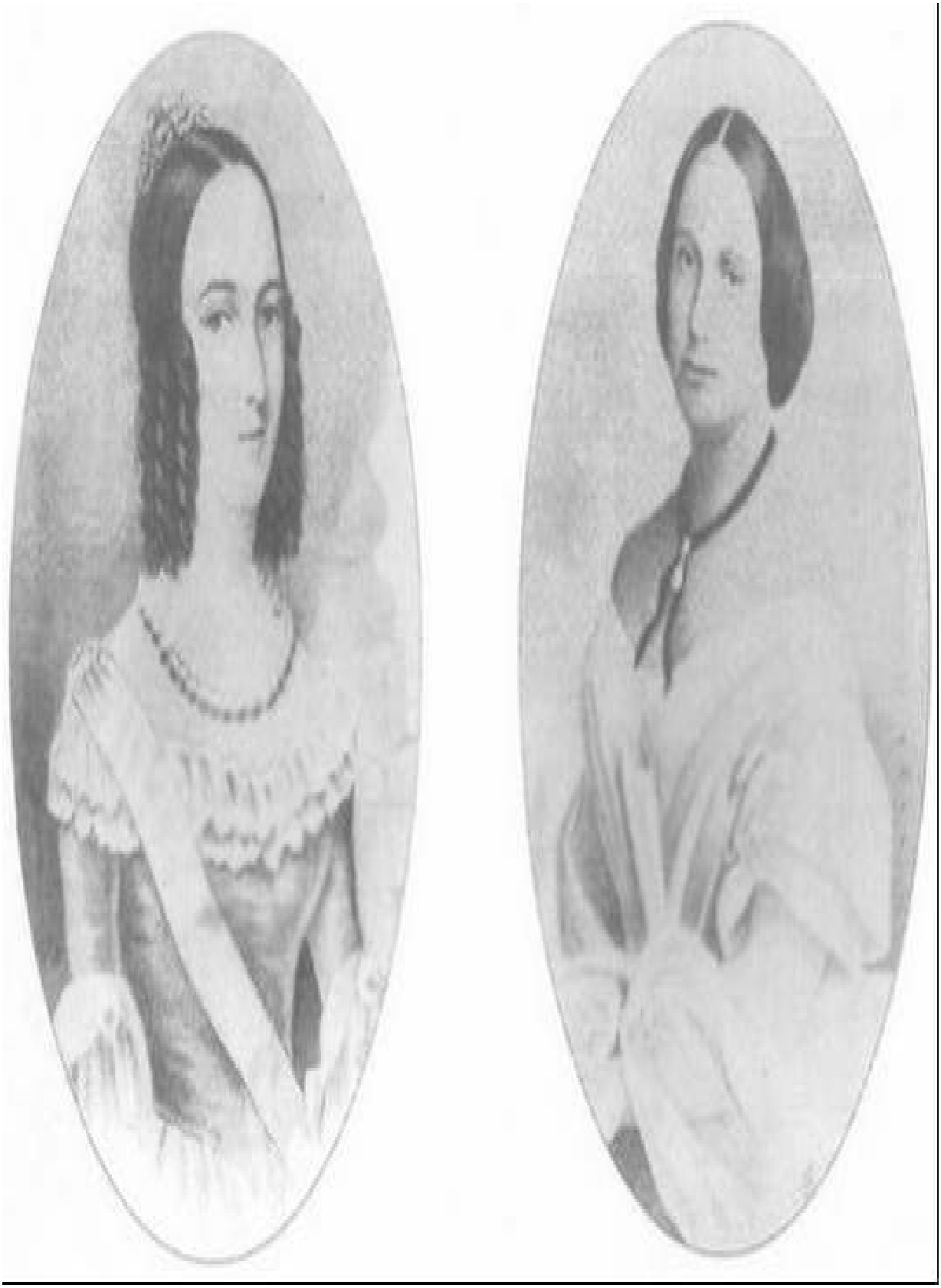
Em 1842 o influente Araújo Lima (da facção áulica) enviou à Europa Bento Silva Lisboa, um alto funcionário da corte a ele diretamente subordinado, com a tarefa de "procurar uma Habsburgo não comprometida". A missão não era, porém, fácil, já que d. Pedro, imperador de um território "distante e desconhecido", era considerado, além do mais, pobre.

Nas altas-rodas de Viena, o representante brasileiro era motivo de chacota, assim como "seu imperador americano". Dizem os relatos que após um ano, descartando a idéia de encontrar uma princesa da alta realeza, Bento Lisboa acaba consolando-se com a proposta de um Habsburgo mais afastado das rodas da corte: o rei Fernando II das Duas Sicílias, um Bourbon, no entanto, do ramo de Nápoles.

A noiva foi então encontrada, e em 23 de julho de 1843 o adido José Ribeiro da Silva chegava com a escritura e um pequeno retrato de Teresa Cristina Maria, princesa das Duas Sicílias. Teresa era Bourbon por parte de três de seus avós, Habsburgo por parte da outra avó. Não sendo a família

dela muito abastada, seu dote era, portanto, minguado. Ademais, a princesa era quatro anos mais velha que o imperador. No entanto, dizia-se que era boa cantora, além de ser sobrinha de Maria Amélia, rainha dos franceses e irmã do rei de Nápoles, Fernando II. Católico em extremo, esse rei satisfaria os ânimos dos conservadores no Ministério. Proibira o uso da barba no seu reino, alegando que esse era um sinal republicano.

Mas faltava observar o retrato. Contam os relatos que o monarca, apesar de sua habitual moderação, afirmou ter gostado da imagem, que na verdade realçava apenas as qualidades físicas da futura imperatriz. No primeiro retrato aparecia uma jovem com belo penteado, um leve sorriso e cachinhos emoldurando um rosto gorducho. Atrás o Vesúvio, prova da origem da futura esposa.

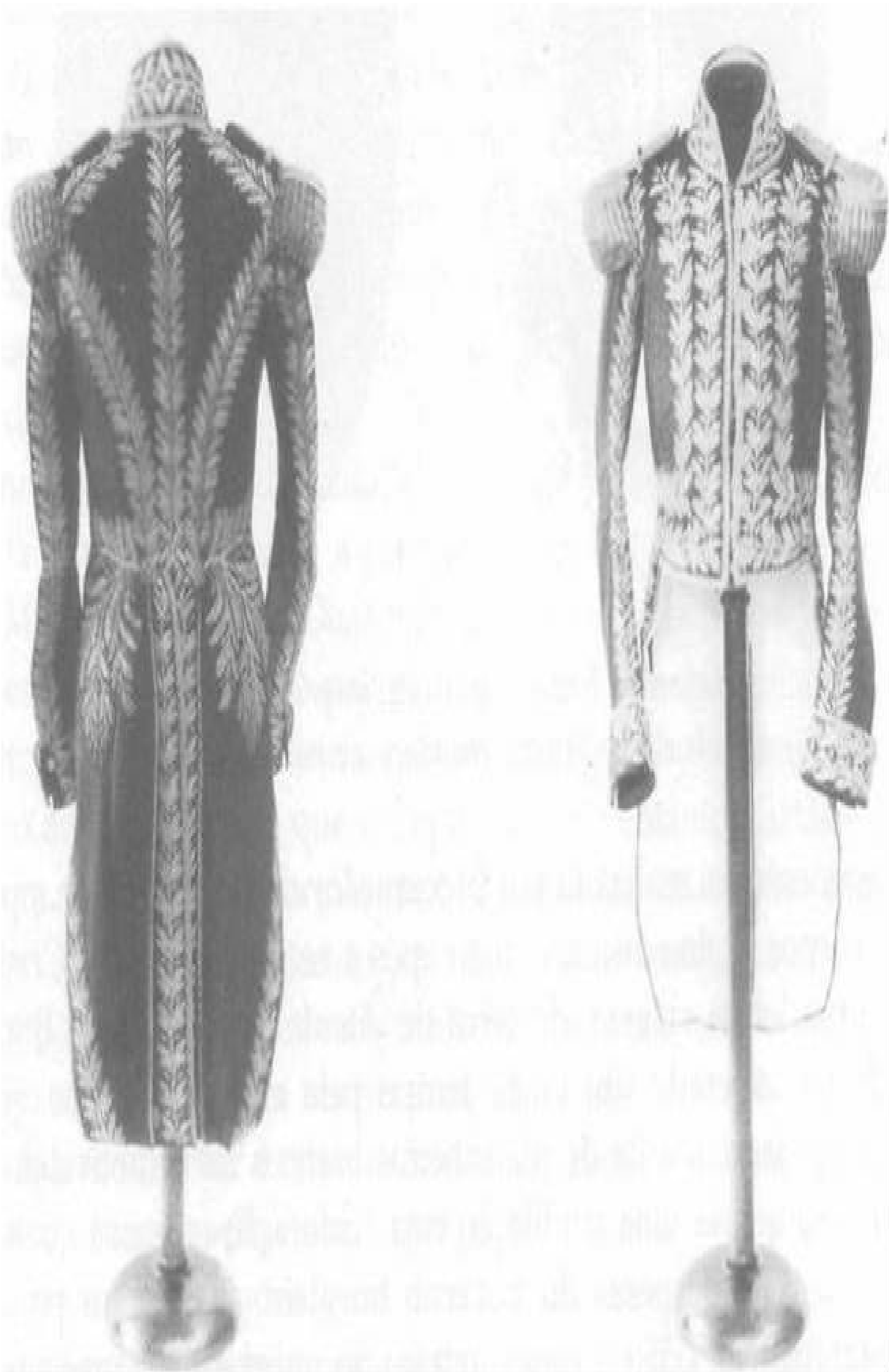


Imagens de Teresa Cristina enviadas a d. Pedro II;
na primeira, o Vesúvio emoldura a cena. MMP e MIP

O casamento foi realizado por procuração, em Nápoles, com a presença dos dois corpos diplomáticos, e, logo após a cerimônia, Teresa Cristina enfrentava uma longa viagem, de cerca de oitenta dias, rumo ao Brasil. Isso depois de ter esperado um longo tempo pela embarcação que vinha do Brasil. Na verdade, a falta de marinheiros brancos foi o motivo do atraso. Afinal, não se queria uma tripulação cuja "coloração causasse qualquer estranhamento". As despesas do governo brasileiro não foram poucas. No total, gastaram-se 3:555$000 com o retrato do imperador, o presente para a futura imperatriz (um anel de rubi e ametistas, circundado por brilhantes) e barras de ouro. Mal parecia que Teresa Cristina partia para uma monarquia cuja especificidade política e cultural era motivo de comentários nos círculos europeus. (Ver fig. 21 do caderno-cor 1.)

No dia 3 de setembro de 1843, a fragata Constituição — especialmente enviada à Itália para buscar a futura imperatriz do Brasil — aportava na baía do Rio de Janeiro. Tudo estava pronto para a cerimônia, que, como sempre, fora absolutamente regulamentada. Sua Majestade, com o uniforme de almirante, chegaria a bordo da lancha imperial, enfeitada na coroa com o dragão dourado dos Bragança. Os 24 remadores, portando fitas brancas com as cores das Duas Sicílias, saudariam o soberano com um triplo "hurra", enquanto o Partênope dispararia a estibordo uma salva de canhão. Três outras embarcações levariam os ministros. O imperador faria um breve cumprimento e só então se dirigiria para os aposentos de S. M. a imperatriz, onde estariam suas damas de honra e seu irmão, o conde d'Áquila — o futuro marido da irmã de d. Pedro, d. Januária.

Às onze horas o casal real sairia de bordo e iria em carruagem real rumo a um te-déum e ao ritual do beija-mão. Depois seguiriam um minucioso roteiro que incluía folguedos, jantar de gala no Paço de São Cristóvão e bailes nas paróquias em que os escravos estavam autorizados a exibir suas danças em homenagem a S. M. Imperial, "mãe dos brasileiros".[9] Exótico ritual de casamento, com a mistura de tantos costumes.



Fardão usado por d. Pedro II em seu casamento: os mesmos símbolos da terra. MMP

No entanto, malgrado as informações que lhe haviam chegado sobre as virtudes da imperatriz, d. Pedro só pôde notar-lhe os defeitos: Teresa Cristina era baixa, gorda, e além de tudo coxa e feia. A decepção estampou-se no rosto do jovem monarca, que, dizem, chorou nos braços da Condessa de Belmonte, a Dadama, sua aia.

Sobre a reação do imperador este foi o comentário de Alcindo Sodré: "Nos primeiros dias o jovem desapontado deixara de ser aquele temperamento ensimesmado e lacônico para lastimar-se tristemente: ora debruçava-se no regaço da Dadama, ora no ombro de Paulo Barbosa [...] Não faltou-lhe, todavia, o conforto do carinho e do encorajamento: 'Lembre-se da dignidade do seu cargo', dizia-lhe o mordomo. 'Cumpra seu dever, meu filho!', balbuciava-lhe a Condessa de Belmonte".[10]

Melhor sorte coube às duas princesas imperiais, que também tiveram seus casamentos arranjados nesse contexto e logo viajaram para as cortes européias. D. Francisca, a bela Chica, como a chamavam, casaria em 1843 com o príncipe de Joinville, filho de Luís Filipe da França, o que tornava ainda mais próximos os vínculos entre as duas monarquias. D. Januária contrairia núpcias com o conde d'Áquila, irmão de Teresa Cristina, no mesmo ano.[11] Mantinham-se, assim, as relações que vinculavam a monarquia brasileira às demais realezas européias.

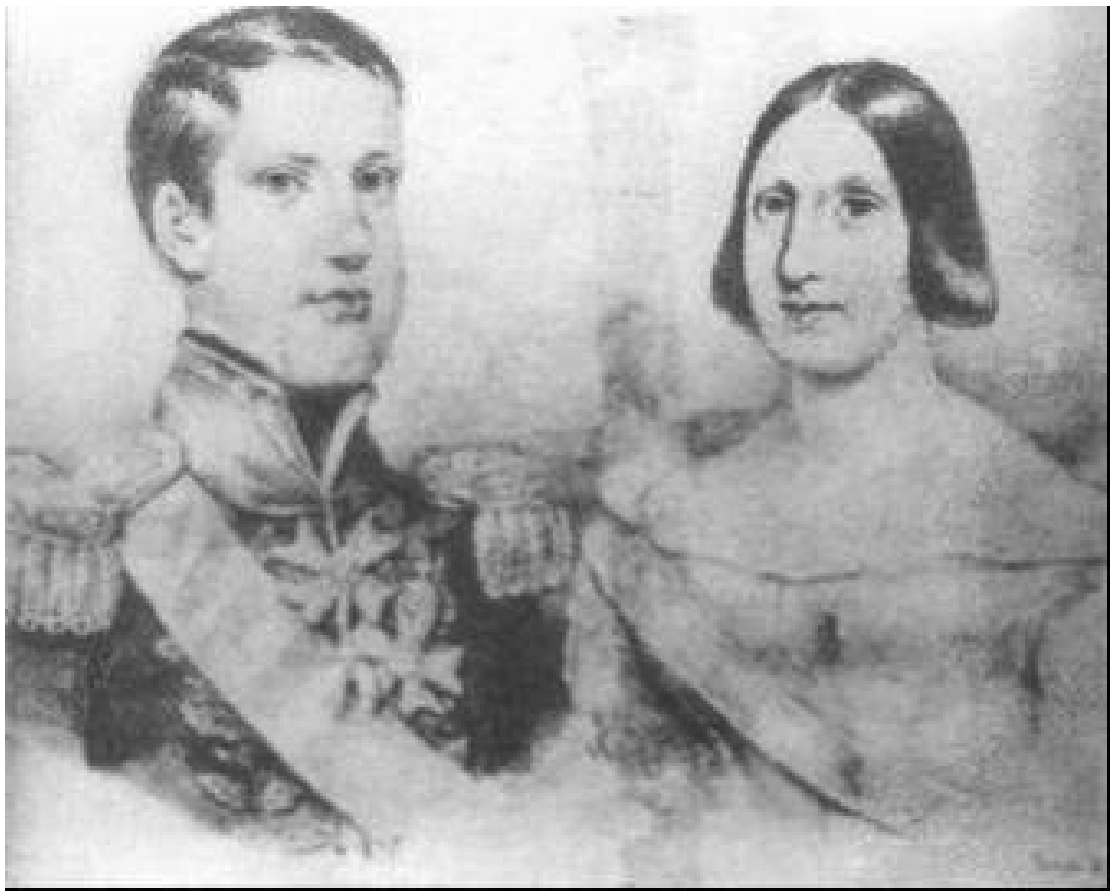
Retratos de Teresa Cristina já como imperatriz brasileira; nas novas

imagens, uma silhueta diferente. MMP e MIP

Teresa Cristina em litografia feita já no Brasil. Bem ao centro destaca-se o retrato de d. Pedro no broche que porta a imperatriz. MMP

O conde d'Áquila à época do casamento da irmã. MMP

Enquanto isso, Teresa Cristina passa a ser retratada com mais freqüência. Custa-se a descobrir que é a mesma pessoa que está na primeira pintura recebida pelo imperador e nas demais — feitas após o desembarque da imperatriz. Mas nos "negócios de Estado" importam pouco as preferências pessoais. Nas imagens oficiais, os noivos aparecem satisfeitos, assim como compete a um jovem casal.



O casal imperial à época de suas núpcias. Na montagem, recorreu-se a uma imagem do imperador na época da sagração. Litografia de Gati e Dura, 1843. MMP

20 DE MAIO
DE 1842

Moedas comemorativas do casamento real: indígenas, trabalho e as insígnias das duas nações. MMP

Anagrama comemorativo do casamento de Suas Majestades Imperiais oferecido à imperatriz d. Teresa Cristina Maria. MMP

Contam os biógrafos que apesar de todo o ritual e das medalhas comemorativas o casamento demoraria um pouco para se concretizar, na esfera íntima. Em 1845 nasceria o primeiro filho do casal, d. Afonso, que não viveria muito tempo: faleceu em 11 de junho de 1846, em razão da febre amarela que contraíra. Em 1846 Teresa Cristina dá à luz uma menina, Isabel, e em 1847 nasce Leopoldina. D. Pedro Afonso, o quarto filho do casal, também morreria com um ano de idade, em 10 de janeiro de 1850, na Fazenda de Santa Cruz. Os jornais diziam que mais uma vez se abatia, sobre a família imperial brasileira, a "sina dos poucos varões da casa de Bragança".

Com a chegada dos anos 50 novas imagens do monarca são produzidas. Nelas estão evidentes os efeitos da idade no imperador, mas também um estilo recorrente: nos retratos oficiais o modelo é ainda europeu. A não ser pela coroa depositada em uma almofada ao lado, todo o ambiente é estranho ao local. É como se d. Pedro vivesse sempre em um cenário previamente montado e até então dialogasse pouco com os temas e cores de seu Império.

D. Pedro II em trajes imperiais e a coroa apoiada a seu lado, o que lembra o costume dos Bragança. FBN

Mas as imagens revelam mais. Na verdade, a própria oscilação percebida nos retratos, que representam um imperador ora mais velho ora mais novo, parece indicar um uso político dos mesmos. Não obstante os contratempos pessoais, d. Pedro II caminhava a passos largos para a maturidade, mesmo sendo, ainda, tão jovem.

É nesse contexto que o imperador passará a se inteirar mais e mais das questões do Estado. Na verdade, d. Pedro anda na contramão das demais realezas. Na Europa o ano de 1848 foi marcado por uma onda de revoluções que começou em Paris, com a derrubada da monarquia em 24 de fevereiro, passou pela Alemanha, Baviera, Áustria, Hungria e Milão, para chegar em seguida à Sicília. Em pouco tempo, numa vasta área, "centenas de pequenos reinos, ducados e principados, foram defenestrados do poder sem muita hesitação".[12]

As princesas Isabel e Leopoldina em momento de lazer, devidamente documentado, gravura de S. A. Sisson, c. 1855. MMP

Leopoldina Teresa numa sala do Paço. A monarquia brasileira veiculava a imagem das novas herdeiras. MMP

As próprias irmãs de d. Pedro sentiram na pele os efeitos do movimento. Francisca, casada com o filho de Luís Filipe de Orléans, rei da França deposto, é obrigada a se exilar na Inglaterra. Januária, a outra irmã, casada com o filho do rei de Nápoles e da Sicília, escapou de lá por pouco.

Enquanto isso, d. Pedro II, um jovem rei de 22 anos, vivia no "melhor dos mundos". Com a recente estabilidade política e financeira, obtida mediante a entrada do café brasileiro no mercado internacional, convertia-se no centro das atenções: o maestro da cena cultural, o pêndulo das decisões políticas. É esse o momento em que o imperador assumirá uma postura mais ativa junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e procurará formar uma geração de intelectuais e de artistas — segundo Freyre,[13] tão jovens como ele —, que passarão a refletir sobre uma nacionalidade brasileira. É a época do indigenismo de fundo romântico, dos quadros grandiosos da Academia Imperial de Belas-Artes, dos exames no Colégio Pedro II. O imperador transformava-se aos poucos em um "monarca tropical". É isso que mostra a bela caixinha, que divulgava no cotidiano a representação de um Império de símbolos cruzados: d. Pedro II no centro, de um lado a indígena, de outro a civilização. (Ver fig. 29 do caderno-cor 1.)

A corte nesse contexto também era outra. Maior, mais diversificada, tornava-se um centro difusor de modas e costumes. Nela a família imperial reinava, monopolizando aos poucos a maior parte das atenções.

VIDA DE CORTE:

A BOA SOCIEDADE

O Brasil elegante da rua do Ouvidor, H. Fleiuss,

em A Semana Ilustrada, 1862. MMP

O ano de 1850 significa, de fato, um marco decisivo na história do Segundo Reinado. No poder, desde 1848, estava um Ministério nitidamente conservador: Araújo Lima (marquês de Olinda), Eusébio de Queirós, Paulino José Soares de Sousa e Joaquim José Rodrigues Torres. A Câmara seguia a mesma coloração, tendo um liberal para 110 conservadores. É esse Ministério que terá de legislar sobre questões fundamentais: o problema da estrutura agrária, o incentivo à imigração e, por fim, a espinhosa questão do tráfico de escravos.

O "comércio infame" passa a sofrer grande pressão da Inglaterra,[1] que em tal conjuntura diplomática sentia-se lesada no que se referia ao tráfico de escravos. Sem esquecer o contexto internacional, marcado por uma grande expansão comercial,[2] o fato é que Londres progressivamente estabelecia uma distinção entre os países em que a escravidão era autorizada e aqueles que mantinham o tráfico, embora proibido.[3] Assim, apesar de compactuar com o tráfico, o Estado imperial tinha na interdição uma condição fundamental para legitimar sua autonomia política. Por outro lado, a manutenção do negócio jogava o Brasil dentro do grupo de "nações bárbaras", imagem essa bem oposta à feição civilizada que o Império brasileiro sempre procurou passar.

A determinação não era, no entanto, de fácil assimilação no interior do país, profundamente dependente da mão-de-obra escrava. Entre os anos de 1841 e 1850, 83% do total de africanos transportados para a América viriam para o Brasil, 12% iriam para Cuba e o restante se dividiria entre Porto Rico e Estados Unidos.[4] Isso sem pensar nos lucros auferidos pelos traficantes, na medida em que a organização ganhava dimensões continentais.

Diante de uma questão de tal vulto, não se podem entender as novas leis do Império de forma isolada. Com efeito, a Lei de Terras, a

abolição do tráfico e a reforma da Guarda Nacional são medidas vinculadas. A polêmica Lei de Terras de 1850, apresentada pela primeira vez em 1843, visava organizar o país para o fim eventual do trabalho escravo —[5] tendo sido aprovada poucos dias após a interrupção do tráfico —, enquanto a centralização da Guarda buscava fortalecer a posição do governo perante os proprietários, cuja reação ao final do tráfico e às tentativas de regulamentação da posse da terra teria sido negativa.[6]

Além disso, um outro visitante inesperado vem se somar à lista de eventos que competem pela data de 1850: nesse mesmo ano a primeira grande epidemia de febre amarela assolou a capital do Império, chegando o obituário aos milhares.[7]

Por fim, a publicação do Código Comercial, no mesmo ano, tinha como objeto legislar sobre a maré de negócios que se abateu sobre o país com a liberação do capital empregado no negócio negreiro.

Mas foi o final do tráfico que trouxe maiores conseqüências. Como se tratava de uma atividade generalizada, quando foi encerrada, uma massa de recursos apareceu da noite para o dia. Investiu-se muito na infra-estrutura do país e acima de tudo nos transportes ferroviários. De 1854 a 1858 foram construídas as primeiras estradas de ferro, as primeiras linhas telegráficas e as primeiras linhas de navegação; a iluminação a gás chegou às cidades, e começou a crescer o número de estabelecimentos de instrução. Com o fim da aplicação no mercado negreiro as importações também aumentaram em 57,2% no período de dois anos: uma grande notícia para um governo que — vivia basicamente do imposto de importação.[8]

A extinção do tráfico também coincidiu com a alta do café nos mercados estrangeiros. Deficitário durante o período de 1840 a 1844, o comércio de café torna-se extremamente lucrativo a partir de 1845. As vendas subiram 23% entre 1850 e 1851, e o otimismo passou a ser a nova palavra de ordem no Império. A situação financeira era de fato diversa, como mostra Afonso Celso.[9] Para o ano de 1831, logo após a abdicação de d. Pedro I, a receita geral do Império foi orçada em 11:171:520$000. Em

1840, depois da maioridade, subiu a 16:310:571$000, para em 1862-63 chegar a 48:343:182$000.

Esse período ficou conhecido também como "a era Mauá", com seus investimentos volumosos na área financeira e industrial,[10] e como a "era da estrada de ferro" no Brasil. Com efeito, na década de 50 concentram-se os esforços com relação a esse tipo de empreendimento que simbolizava, no contexto, o avanço e o progresso das nações.[11]

Inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1858, L. A. Moreau. O Império fez entre 1854 e 1889 cerca de 10 mil quilômetros de estradas de ferro. FBN

Além disso, o êxito da política brasileira no Prata, com a derrota do líder uruguaio Oribe por tropas brasileiras, pôs fim à questão territorial que consistiu em um motivo, entre outros, para a abdicação de d. Pedro I.

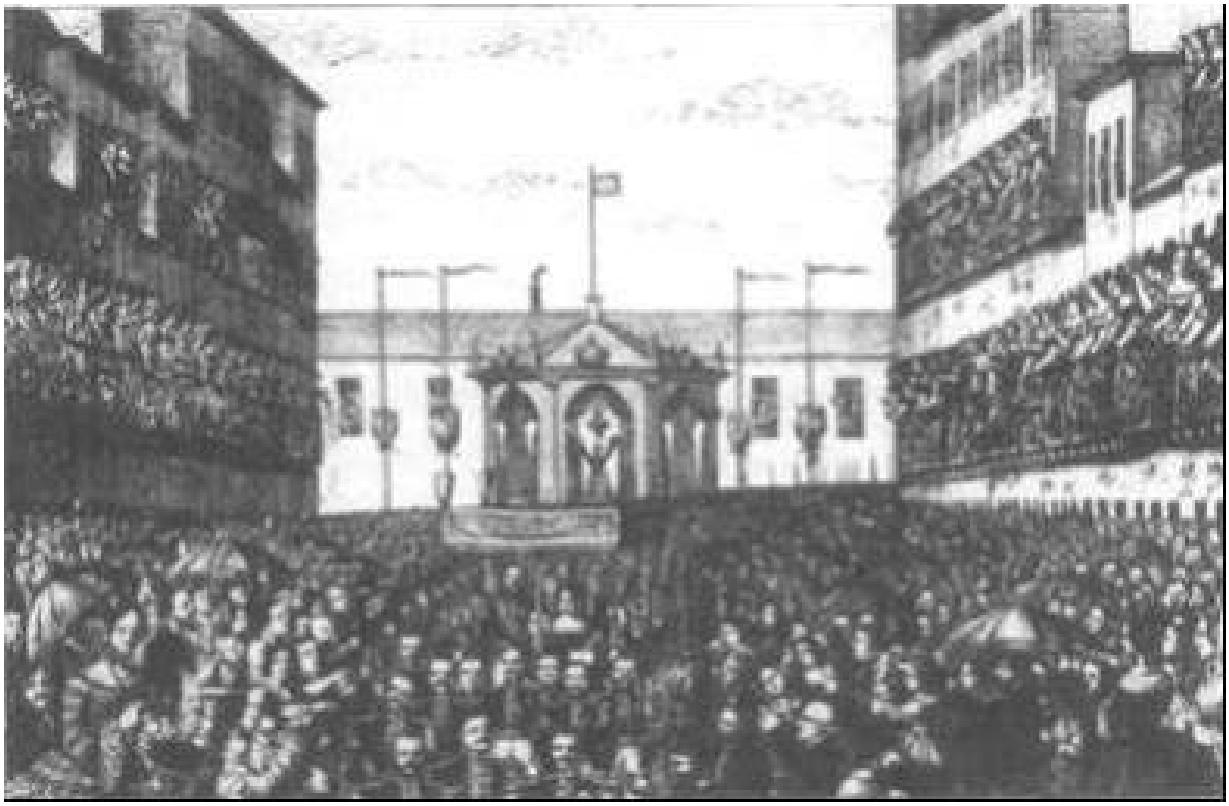
Em parte como conseqüência da frustrada Lei de Terras e da abolição do tráfico entrava em cena, também, uma política de atração de imigrantes europeus. Contudo, o Brasil tinha poucas condições, nesse contexto, de competir com outros países, em especial com os Estados Unidos, que ofereciam maiores facilidades na aquisição de terras, possuíam um sistema de transporte mais apropriado e não tinham escravos em boa parte do país. É por isso que como alternativa ao braço europeu, desde 1850, pensou-se em trazer trabalhadores chineses, tendo alguns chegado já em 1856.

A política de imigração continuaria mesmo sem grandes sucessos, particularmente a partir da revolta dos parceiros de Vergueiro, na fazenda de Ibicaba, em 1856, seguida da proibição de emigração pelo governo prussiano em 1859.[12] No entanto, com a entrada do governo no financiamento da imigração européia, o Império não só mudava sua imagem, como "se branqueava" com a introdução de suíços e alemães que se dirigiam às fazendas de café. Afinal, apesar do iminente fim da escravidão, não era possível esquecer o receio que pairava nos meios científicos do "futuro de um país de raças mestiças",[13] tampouco o medo do haitianismo, em um país onde a maioria da força de trabalho era escrava. Em 1849, por exemplo, havia no Rio de Janeiro 110 mil escravos para 250 mil habitantes.[14]

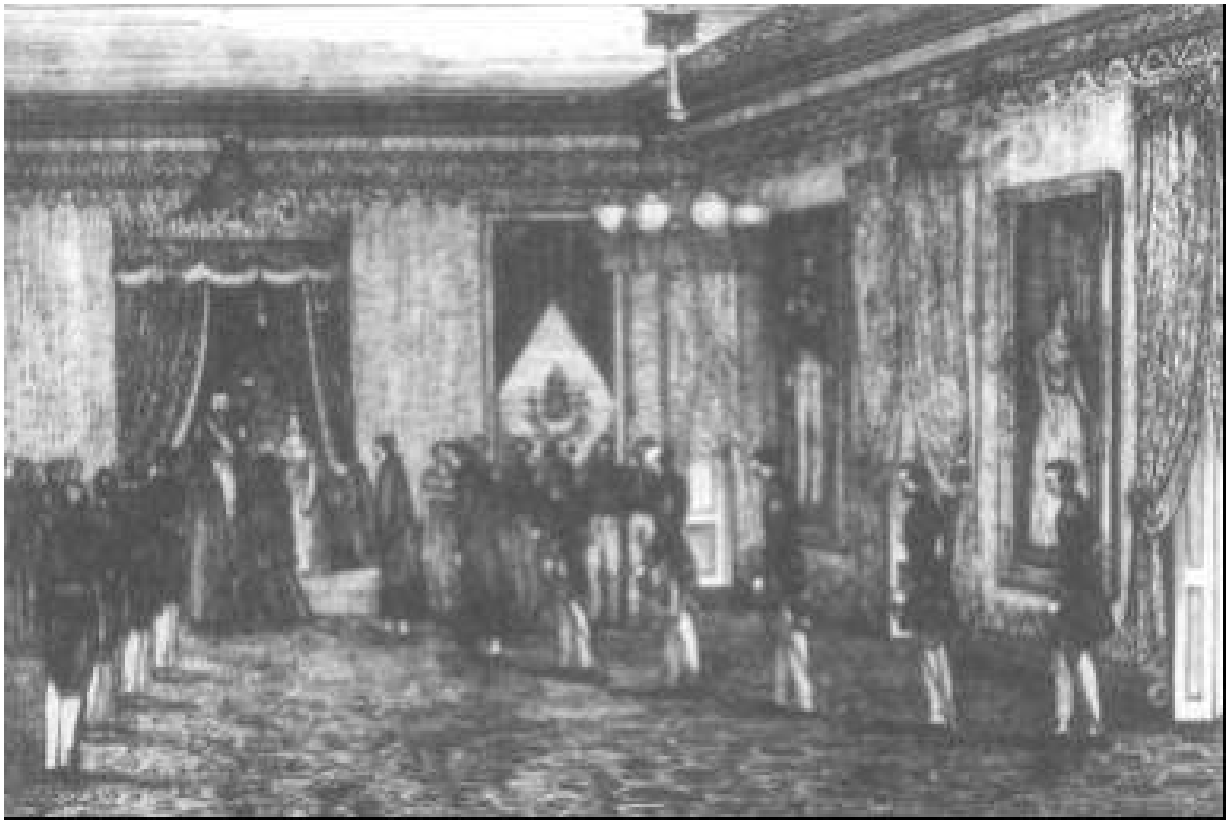
Mas a década de 50 seria sobretudo associada à estabilidade financeira e ao momento de paz vigente no país, e com eles a popularidade do imperador cresceria. Nas viagens que passa a empreender pelo Brasil, o monarca é recebido de forma calorosa, e a cada ocasião repete-se o teatro da corte, que, como vimos, era um elemento básico para o fortalecimento do poder real. As imagens da passagem por Recife, em 1859, atestam, além do jogo ritual — entre procissões e beija-mãos —, a visibilidade da

realeza. Com as viagens, a realeza não só aumentava a sua visibilidade, como simbolicamente o monarca tomava posse de seu vasto território. "Ver e ser visto": eis uma nova lógica que implica unificar, também, a nação.

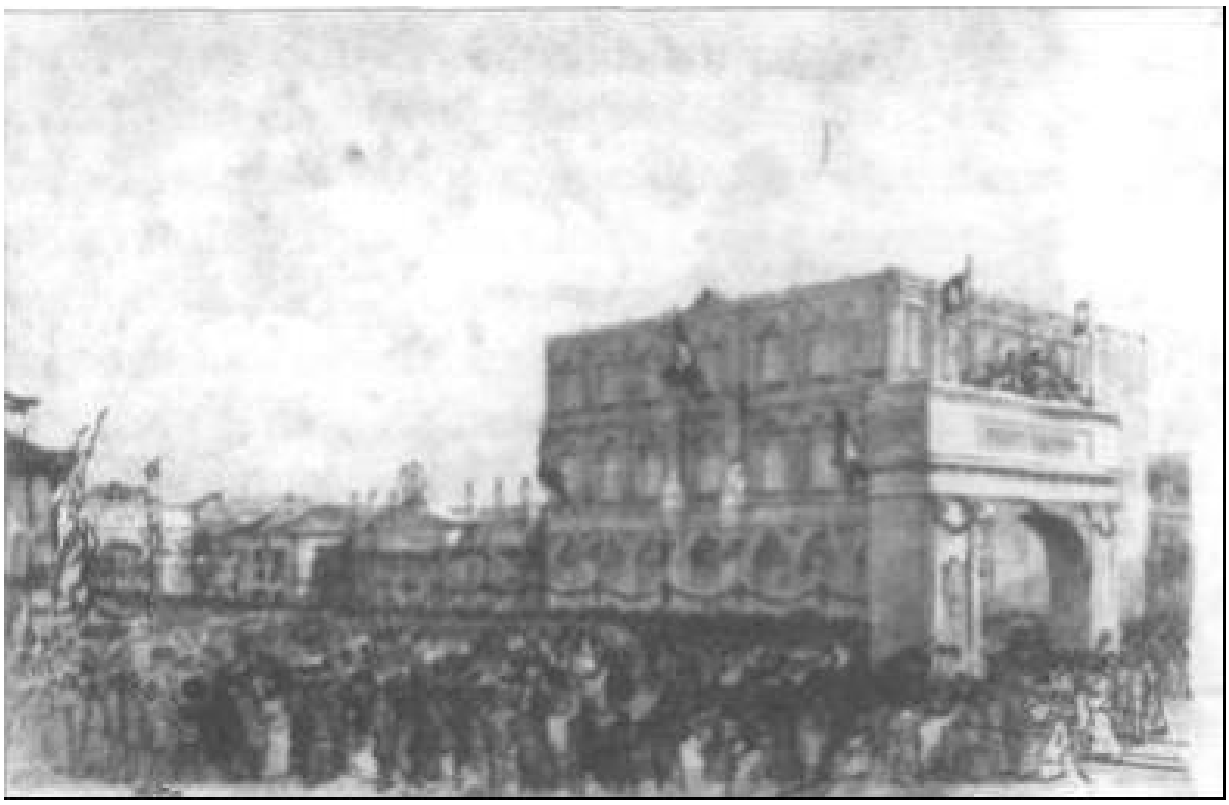
Monitor das famílias, 1859. Desembarque de Suas Majestades Imperiais em Recife. Nas imagens o povo nas ruas aclama os monarcas. FBN



Monitor das famílias, 1859. Vista da multidão à rua do Colégio, em Recife, durante a visita de d. Pedro II. FBN



Monitor das famílias, 1859. Sala do Paço em Recife na ocasião do ritual do beija-mão. FBN



O retorno à corte. "Uma Paris nas Américas", 1860. FBN

Era na cidade do Rio de Janeiro, porém, que se sentiam mais de perto os resultados do final do tráfico, cujo capital passava a ser investido também em novas edificações e nas distintas lojas da corte. Na verdade, toda a urbanização da cidade vivia uma verdadeira revolução. O modelo era a Paris burguesa e neoclássica, mas a realidade local oscilava entre bairros elegantes e as ruas do trabalho escravo. Nos lugares de acesso mais fácil foram construídos palácios majestosos, edifícios monumentais e amplas avenidas. Destacavam-se os prédios da Academia Imperial de Belas-Artes e do Palácio do Comércio; as grandes avenidas que levavam ao Paço Real, em São Cristóvão — abertas um pouco mais tarde —, e os primeiros jardins públicos: o Campo de Santana e a Quinta da Boa Vista.

A corte ganhou, ainda, outras melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedo (1853), iluminação a gás (1854), rede

de esgoto (1862), abastecimento domiciliar de água (1874) e bondes puxados a burro (1859). Esse era o tempo do bonde a tração animal, que substituía, com vantagens, as antigas gôndolas, cadeirinhas e liteiras levadas por escravos. Mesmo assim, novos problemas apareceram: só se subia nos bondes calçado e os animais, posto que domesticados, às vezes teimavam e "reagiam" ao itinerário.

Nas novas avenidas, melhor pavimentadas, o tílburi entrava no lugar do cabriolé, com grande velocidade e preços mais convidativos: o aluguel era anunciado por mil réis. Ao menos é o que narra Machado de Assis em seu conto "Anedota do cabriolé": "Cabriolet está aí, sim, senhor, dizia o preto que viera à matriz de S. José chamar o vigário para sacramentar dois moribundos. A geração de hoje não viu a entrada e saída do cabriolet no Rio de Janeiro. Também não saberá em que o cab e o tilbury vieram para o rol dos nossos veículos de praça ou particulares. O cab durou pouco. O tilbury anterior aos dois, promete ir à destruição da cidade".[15]

O mundo dos passeios ao longo das avenidas e dos novos hábitos de consumo também se alterava rapidamente. Para o recente comércio fino, a rua Direita — que misturava estabelecimentos de moda com pequenos armazéns de secos e molhados e lojas vulgares — parecia não ser mais suficiente. O acanhado das ruas, o odor de esgoto, o serviço urbano dos escravos, o cheiro de maresia, tudo contribuía para a decadência do local. "Nascia a mística da rua do Ouvidor, onde se inauguravam uma atrás da outra lojas de modistas francesas, floristas, joalheiros e charuteiros."[16] Por oposição ao reduzido comércio de outrora, surgiam os passeios à tarde, os chás nas cafeterias elegantes, a indumentária requintada com tecidos ingleses e modelos vindos de Paris.

Mulheres percorriam as ruas com suas saias amplas e longas — que lhes cobriam as pernas —, seus xales de seda da Índia e seus chapéus sempre pequenos. Costureiras de nomes estrangeiros cuidavam da moda, enquanto os penteados ficavam por conta do concorrido salão do senhor Charles Guignard. Isso sem esquecer a perfumaria Desmarais, que não permitia que o calor dos trópicos e a falta de banhos gerassem um odor já considerado "natural".

Das confeitarias a preferida era a Carceler, que servia sorvetes em forma de pirâmide ao preço de 320 réis. Valor um tanto alto quando comparado ao de um par de botinas de couro, que custava 8 mil-réis. Mas tudo tem sua explicação. Afinal, se a pele era brasileira, já a fábrica de gelo vinha dos Estados Unidos.[17]

Os cafés eram muitos; Alcazar, Belle Helène e Café de la Paix, os mais requisitados. Lá o cafezinho saía por sessenta réis e o copo de refresco por duzentos.[18]

Os restaurantes locais ofereciam, também, cardápios para "paladares e bolsos variados". Um bom almoço custava de I$500 a 2$000 réis, porém um mais modesto ficava em Seiscentos. Por sinal, almoçava-se em geral às dez horas e jantava-se às quatro da tarde uma boa refeição: sopa, bife, arroz com galinha, espinafre, marmelada e doce de figo. Um bom "caldo de substância" (preparado à base de legumes e galinha escaldada) completava a refeição; além do vinho do Porto, das frutas, do pudim de laranja ou do arroz de leite de canela, que selava um bom menu. Após esse cardápio todo sobrava lugar para a ceia, tomada em geral em casa, lá pelas oito horas da noite.

Para uma corte de modos afrancesados a análise ligeira dessa relação é no mínimo reveladora. Marmelada com vinho do Porto, sopas com arroz e canelas... temperos e frutas dos trópicos.

Mas se o costume de comer fora começava a estabelecer-se, o mesmo não pode ser dito do hábito de "pousar". Os hotéis da corte eram ainda poucos e inconfortáveis; os melhores, o Hotel França e o Hotel dos Estrangeiros, cuja diária variava de 6 mil a 12 mil-réis. Apesar de menos afamado, o Hotel Aurora (na Tijuca) chegava a cobrar 30 mil-réis e exigia a metade do pagamento adiantado, "salvo quando a pessoa for reconhecida ou recomendada".[19]

Completavam o glamour da corte as livrarias Garnier e Irmãos Laemmert e casas de banho como a Pharoux, que possuía o convidativo anúncio: "Vá tomar banho na Pharoux que é do que o senhor precisa".

Nesse contexto, a rua do Ouvidor transformava-se no símbolo dileto

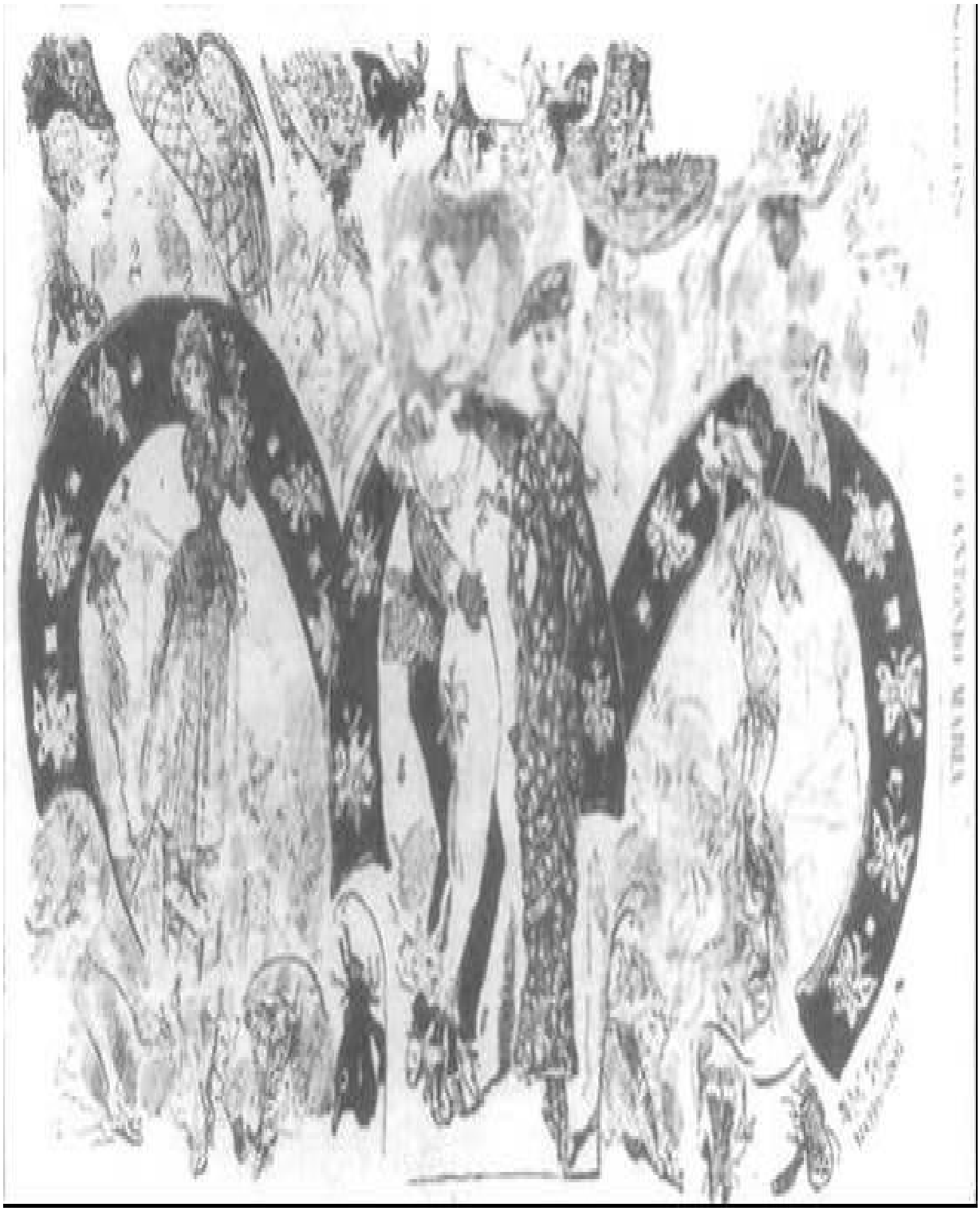
dessa nova forma de vida em que se pretendia, nos trópicos, imitar a mesma sociabilidade das cortes ou dos mais recentes bulevares europeus. Horácio, uma das personagens principais de A pata da gazela, de José de Alencar, sintetiza o modelo masculino adaptado aos hábitos da corte: o "rei dos salões", um homem preocupado exclusivamente com a própria elegância. Nas palavras de José de Alencar, Horácio era "um dos príncipes da moda, um dos leões da Rua do Ouvidor",[20] ou então "o leão mais querido das belezas fluminenses, o Átila dos Cassinos, o Genserico da Rua do Ouvidor".[21] Nas descrições, por vezes raivosas, de Alencar, a corte era como Horácio e a rua do Ouvidor: frívola, artificial e fútil.

A mesma impressão deixam alguns contos de Machado de Assis. Talvez o mais significativo seja "Fulano", que relata a história de Fulano Beltrão, um homem simples cuja ascensão social e política levou a mudanças profundas em seus hábitos. Um deles foi "mostrar-se na Rua do Ouvidor";[22] outro, consolar a morte de sua mulher de maneira, no mínimo, original: "O amigo dividiu a dor com o público; e se enterrou a mulher sem aparato, não deixou de lhe mandar esculpir na Itália um magnífico mausoléu, que esta cidade admirou exposto na Rua do Ouvidor, durante perto de um mês".[23]

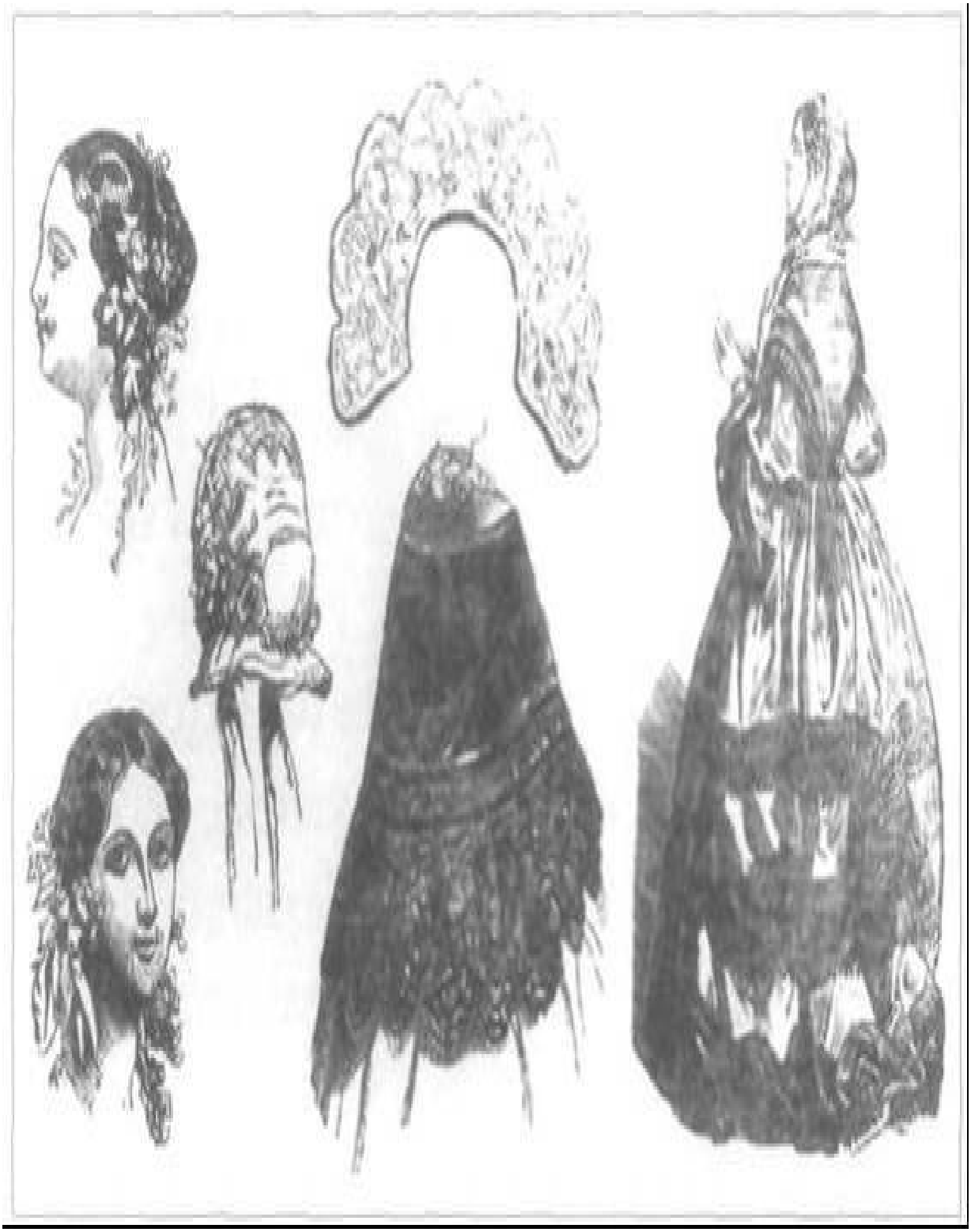
Palco para diferentes encenações, a rua do Ouvidor não só acumulava as lojas de moda como se tornava local privilegiado para o jogo simbólico de pertencimento a essa sociedade: "Alguém chamou-a de rainha da moda e da elegância; outrem do estrito 'Fórum' onde se debatem todas as questões da política, do comércio e da literatura, das artes e sobretudo das modas; 'nervo simpático da população que repercute as suas impressões por todo o corpo da gigantesca cidade'. Estourou em 1862 com as grandes lojas — 'Notre Dame de Paris', 'Wallersteinet Masset', 'Desmarais', 'Bernardo Ribeiro' [...] Aqui grupos de senhoras elegantes passam elegantemente vestidas, com todo o apuro das mais belas parisienses, parando como borboletas que pousam pelas vitrines de flores, jóias, sedas, grinaldas [...]".[24]

Loja da rua do Ouvidor em momento de promoção. H. Fleiuss, em A Semana Ilustrada, 1865. MMP

O passeio público, no Rio de Janeiro, desenho e litografia de Bertichen. Em Pinho, 1942



Modas e fantasias, em O Antonio Maria, 4/9/1879. MMP



Modas e adereços, em A Ilustração Luso-Brasileira. MMP

NO BAILE DO CASSINO

que o corpo do commercio deu em festejo da inauguração do cabo *electrico submarino* vio-se [illegible] mocinho em uma posição tão melindrosa que parecia involvido pelas caudas dos *anjuns* [illegible]

Moda feminina e costumes da corte. H. Fleiuss, em
A Semana Ilustrada, 1874. Em Pinho, 1942

Mas não era só a rua do Ouvidor que concentrava as atenções locais. A cidade fluminense, sede da corte, passará a funcionar como um pólo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo

o país, além de se transformar no cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social da boa sociedade. Não é à toa que enquanto as "mocinhas casadoiras" sonhavam com as diversões da corte, os grandes fazendeiros do interior e de outras províncias temiam pela entrada de seus filhos nas "delícias da Babilônia fluminense".[25] José de Alencar, em O tronco do ipê, contrasta a "naturalidade" das raparigas de fazenda com "certos costumes de importação das senhoras da corte; com maneiras arrebicadas à francesa, cuidando unicamente de modas e de toucador".[26] "São gostos [...]", diz Adélia no mesmo romance, "[...] O teu deve ser melhor que o meu, pois vives na corte e eu sou apenas uma roceira."[27]

Faziam parte da corte os "sócios", independentemente das facções políticas, que nesse contexto quase não importavam. Formação, carreira, titulação e relações pessoais não deixavam de constituir uma identidade entre os elementos que formam o segmento que vimos denominando de "mais próximos [...] Fisionomias sisudas e indiferenciadas roupas escuras fazem com que as diferenças entre Saquaremas e Luzias se esvaneçam. Todavia quanto mais se assemelham, mais tendem a se apresentar diferentes dos demais componentes da boa sociedade', dos quais são os representantes privilegiados [...] Sublinham sua marca de distinção, que tem sua expressão a mais acabada no monopólio do discurso, gerado na Casa, burilado na Academia de Direito e exercitado nas tribunas formais e informais, nos salões e no Parlamento".[28]

Essa é a época, também, dos grandes fazendeiros de café, que erguem no campo e muitas vezes na cidade residências suntuosas. Trata-se dos solares, "grandes construções, cuja mais acentuada característica era o volume, a largueza, o número de janelas, nesses chamados solares residiam uma parte do ano e neles de raro em raro, ofereciam um baile ou orgulhavam-se de aí hospedar um magnata: o Imperador, ou algum presidente de província".[29] É preciso dizer que nesses lugares morava-se, às vezes, com mais conforto do que nos paços municipais.

Mas é na capital, durante os anos de 1840 a 1860, que se cria uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. A corte se opõe à província,

arrogando-se o papel de informar os melhores hábitos de civilidade, tudo isso aliado à importação dos bens culturais reificados nos produtos ingleses e franceses. Nas casas os homens jogam voltarete, gamão, xadrez e whist, e os moços o jogo da palhinha. Já as mulheres divertem-se com jogos de prenda, de flores, do bastão, do amigo ou amiga e do lenço queimado.

Nos teatros completava-se a cena. Era lá que se ia para ver e ser visto. Entre os teatros existentes destacava-se o São João (inaugurado em 12 de outubro de 1812), onde a corte, a cada espetáculo, dava mostras do luxo local. Além desse, o Lírico Fluminense, no Campo da Aclamação, apresentava bons espetáculos. José de Alencar, em A pata da gazela, comenta como "representava-se no Teatro Lírico a Lucia de Lammermoor, o mais sublime poema de melancolia [...]".[30] Outro teatro de sucesso era o Lírico, também chamado Provisório, já que sua construção nunca terminava. Foi nesse teatro que Carlos Gomes apresentou sua primeira ópera, A noite do castelo, e estreou O Guarani, em 2 de dezembro de 1870, em homenagem ao aniversário do imperador. Vários músicos internacionais, e mesmo nacionais, como Francisco Manuel da Silva e Henrique Oswald, passaram por esses teatros.

A italiana Adelaide Ristori foi a primeira atriz dramática que o Brasil conheceu. Hansen & Weller, 1869. FBN

Martins Pena teve algumas de suas comédias encenadas nesses

teatros e deixou, por meio da fina ironia, testemunhos importantes sobre hábitos e modismos da época. As futilidades da corte e seu afrancesamento estão presentes em várias obras do teatrólogo. Neste trecho de Os dois ou O inglês maquinista, Pena ironiza a mania da corte de estudar francês:

> Clemência — As mestras da Júlia estão muito contentes com ela. Está muito adiantada. Fala francês e daqui a dois anos não sabe mais falar português... [...] É muito bom colégio. Júlia cumprimenta aqui o senhor em francês.
>
> Júlia — Ora mamã.
>
> Clemência — Faça-se de tola!
>
> Júlia — Bon jour, Monsieur, comment vous portez-vous? Je suis votre serviteur.
>
> João — Oui, está muito adiantada...
>
> Clemência — Como é mesa em francês?
>
> Júlia — Table.
>
> Clemência — Braço?
>
> Júlia — Bras.
>
> Clemência — Pescoço?
>
> Júlia — Cou.
>
> Clemência — Menina!
>
> Júlia — E cou mesmo, mamã, não é primo? Não é cou que significa?
>
> Clemência — Está bom, basta.
>
> Eufrásia — Estes franceses são muito porcos. Ora, veja, chamar o pescoço, que está ao pé de cara, com este nome tão feio...[31]

O estrangeirismo dessa elite, e a importação excessiva, é outro motivo de chacota para Martins Pena. Na peça Um sertanejo na corte, o

caipira Tobias não consegue entender o que é nem para que serve o piano e insiste em chamá-lo de "pião, pião, seja lá como for".[32] Em O caixeiro da taverna, Francisco se queixa: "É uma mania e todos vão com ela; é obra estrangeira e basta. Não se vê por essa cidade senão alfaiates franceses, dentistas americanos, maquinistas ingleses, médicos alemães, relojoeiros suíços, cabeleireiros franceses, estrangeiros de todas as seis partes do mundo [...]".[33] Os ingleses, muitas vezes chamados por Pena de "misters yes", também saem chamuscados na peça As casadas solteiras. Diz Jeremias: "Quem serão esses dois? Parecem-me ingleses [...] Há-de ser, Há-de ser [...] É fazenda que não falta para cá. Não gostam do Brasil, Brésil non preste! mas sempre vão chegando para ganharem algum dinheiro [...]".[34]

Mas a verve dirige-se de fato contra a "mania de francês". Martins Pena, quando descreve o seu Sertanejo na corte, mostra o descompasso entre a moda e a realidade local:

Primeiro cigano — Assim mesmo que é a moda em Paris.

Tobias — Em quê?

Primeiro cigano — Em Paris.

Tobias — Não conheço esse homem...[35]

De fato, Martins Pena estava coberto de razão. Basta uma olhada nos jornais da corte para perceber a profusão de produtos do estrangeiro ou que, como aparato de venda, levam o nome de cidades e países do exterior como chamariz. Neles, a corte dos trópicos mais se parece com Paris.

No entanto, mesmo na veia crítica de Pena, a corte não deixa de aparecer como o local mais divertido do país, sobretudo quando comparada à vida no campo. Aninha, em O juiz de paz da roça, diz: "Como é bonita a corte! Lá que a gente pode se divertir. Teatros, mágicas, cavalos que dançam... Quanta coisa! Quero ir para a corte!".[36] Marcelo, quando se queixa da rua do Ouvidor, na peça O diletante, ouve a resposta pronta de José Antônio:

Marcelo — Enfim, a Rua do Ouvidor é confusão de coisas e de

gentes a passarem de baixo para riba, a fazerem uma bulha tal, que me fizeram tonto.

J. Antônio — Homem, goze primeiro os prazeres da Corte. Não queira se enterrar na vida do sertão. Vá ao teatro ouvir Norma, Belisário, Ana Bolena, Furioso...[37]

Mas se os teatros eram uma das grandes atividades da corte, as maiores diversões consistiam sem dúvida nos bailes e serões. Wanderley Pinho define de maneira precisa as artes que se esmeram em um salão: "a de receber ou preparar um ambiente de cordialidade e espírito; a de entreter uma palestra ou cultivar o humor; a de dançar uma valsa ou cantar uma ária, declamar ou inspirar versos, criticar com graça e sem maledicência, realçar a beleza feminina nas invenções da moda [...]".[38] Segundo o mesmo autor, os bailes conheceram seu momento de apogeu durante o Segundo Reinado e até a Guerra do Paraguai, mais exatamente entre 1840 e 1860. É certo que tudo começou com d. João VI e com a chegada da corte, que trouxe consigo novas roupas, adornos e até cabeleireiros. Foi, porém, nos tempos de d. Pedro II que os salões adquiriram uma feição não só social como política. Segundo Pinho, favoreceram o debate entre partidos, e as conciliações.

"Não se faz política sem bolinhos", dizia Cotegipe, e nisso parecia acreditar também Nabuco, que entre 1851 e 1852, enquanto foi presidente da privíncia de São Paulo, reunia em seu palácio Saquaremas e Luzias — conservadores e liberais — para bailes, recepções e partidas.[39] Por certo nossos saraus foram menos literários que os franceses (até mesmo porque os literatos preferiam reunir-se em confeitarias, cafés e teatros), mas tiveram, ao menos, a originalidade da conciliação.

Donizetti, Rossini, Verdi eram os preferidos nos saraus-concertos, principalmente naqueles em que compareciam Suas Majestades Imperiais. No entanto, se numa monarquia cabe ao rei e à sua família dar o tom da vida social, no caso da corte brasileira o "remado social" de d. Pedro II foi curto. A função durou pouco. Durante os primeiros anos do casamento, na corte ou em viagens a outras províncias o imperador mostrou-se animado.

Todavia, com o tempo foi se revelando cada vez mais avesso às atividades sociais.

Club Fluminense, desenho e litografia de Bertichen. Em Pinho, 1942

Um baile no Cassino, desenho. MMP

Jockey Club

16 de Julho de 1868

Diploma oferecido pelo Jockey Club, 1868. MMP

Com efeito, o último baile no Paço deu-se no dia 31 de agosto de 1852, por ocasião do encerramento do trabalho das câmaras. A festa foi concorrida, contando com a presença de 548 senhoras e 962 cavalheiros, e S. M. se divertiu em dezenove contradanças, das vinte quadrilhas, quatro schottisches e seis valsas. De fato, o monarca valsava mais que sua esposa, a qual, em razão de suas dificuldades físicas, pouco se movia pelos salões.

Mas as festas não seriam mesmo a marca de d. Pedro II. Em São Cristóvão jantava-se em família às cinco horas. Depois, em caso de bom tempo, passeava-se pelo jardim, para então se tomar o chá. Nesse meio tempo as princesas tocavam, viam fotografias, jogavam prendas, para tudo acabar às nove e meia da noite.[40]

No entanto, se o rei não fez a corte, esta fez moda por si só. Roupas elegantes para senhoras, sem esquecer os enchimentos, que permitiam milagres arredondando partes sem forma do corpo. O ramalhete nas mãos das damas, o charuto para os homens, os bailes nos cassinos, entre gros grains (gorgorões), filós, fios de ouro, plumas, rendas de Bruxelas e da Inglaterra, flots de filó, e os leques de marfim, madrepérola, tartaruga ou sândalo... enfim, aí está toda uma terminologia que revela uma descoberta fundamental: a vida da corte.

Com ou sem o imperador a sociedade carioca experimentava as maravilhas da convivência social e fazia dos trópicos o último grito da moda parisiense. Porém, mais uma vez recorramos à ironia de Martins Pena. As regras dos bailes, mal interiorizadas, levavam a confusões e revelavam como o teatro, muitas vezes, mal-e-mal colava-se ao cotidiano. Em Um sertanejo na corte, Tobias tira Inês para dançar e quando esta lhe propõe um "galope", o pobre fazendeiro responde: "Oh, oh, oh...! Esta é boa! Então o meu cavalo também sabe dançar e portanto pode vir a essa coisa".[41]

Não se enganem, portanto, aqueles que pensam que o Rio de Janeiro é Paris. A corte era uma ilha cercada pelo ambiente rural, por todos os lados, e a escravidão estava em qualquer parte. No fundo, a elegância européia e calculada convivia com o odor das ruas, o comércio ainda miúdo e uma corte diminuta, e muito marcada pelas cores e costumes africanos.

No triste conto "Pai contra mãe", Machado de Assis relembra "os ofícios e aparelhos deixados pela escravidão":[42] a máscara, o ferro de pescoço e a triste profissão daqueles que se dedicavam a prender os escravos cuja fuga era noticiada nos inúmeros anúncios que apareciam diariamente nos jornais da corte. Cândido Neves caçava "preto fugido" e se orgulhava de sua função. Até que, na iminência de ter que entregar o próprio filho por falta de dinheiro, prende uma mulata que, grávida, aborta o bebê que carregava no ventre. "Nem todas as crianças vingam",[43] sentenciou Neves, como que querendo expulsar para longe o fantasma presente da escravidão.

Na ótica da corte, o mundo escravo, o mundo do trabalho, deveria ser transparente e silencioso. No entanto, o contraste entre as pretensões civilizadoras da realeza — orgulhosa com seus costumes europeus — e a alta densidade de escravos é flagrante. Segundo Alencastro,[44] os cativos representavam de metade a dois quintos do total de habitantes da cidade do Rio de Janeiro no decurso do século XIX. A corte reunia em 1851, de acordo com o Almanak Laemmert[45] a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos em 266 mil habitantes. Tal volume de cativos levava a uma divisão fundamental: de um lado, a rua do Ouvidor, com seus hábitos requintados e europeus; de outro, uma cidade quase negra em suas cores e hábitos africanos.

No núcleo urbano do município formado pelas nove paróquias centrais, as porcentagens eram menores, mas o impacto da presença negra era ainda maior. Esse constituía o centro nervoso da corte, sede dos principais edifícios públicos, praças e do comércio mais importante do Império. Do total de 206 mil habitantes que moravam na área, 79 mil

(38%) eram escravos.[46]

Eduardo Silva[47] descreve, ainda, como bem nas cercanias do Paço existia o "reino do Obá", composto de africanos, crioulos e raças mistas, que podiam ser escravos, libertos ou homens livres de cor. Conhecida como "pequena África", essa região, segundo o censo de 1849, apresentava um número revelador: de cada três habitantes, um era africano. Existiam, portanto, 74 mil africanos livres e escravos na capital do Império.[48]

Dividindo espaços, a corte da rua do Ouvidor tentava fazer da escravidão um cenário invisível. Não obstante, entranhado não só no município neutro do Império como em todo o território nacional, o cativeiro existente no Brasil era uma ameaça constante à estabilidade da monarquia e contrastava com o brilho civilizatório desse reino americano.

Contudo, não era apenas a escravidão que ofuscava os projetos civiliza-tórios do Império; não se pode esquecer o caráter isolado da corte e dos poucos centros urbanos. Com efeito, o peso da população rural era enorme quando comparado ao da urbana. A população das capitais do Império representava 8,49% da população total em 1823, 10,41% em 1872 e 9,54% em 1890.[49] Para completar o quadro, mais ou menos 50% dessa população concentrava-se em apenas três capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Recife — 59% em 1832, 48% em 1872, 58% em 1890.[50] Percebe-se, portanto, ao mesmo tempo, a importância da corte como centro irradiador mas também seu caráter de exceção. A moda era para poucos. A escravidão era e seria, até o final do reinado de d. Pedro II, a grande contradição de seu Império, que pretendia, quase, europeu.

CRIOULO FUGIDO.

RS. 50$000

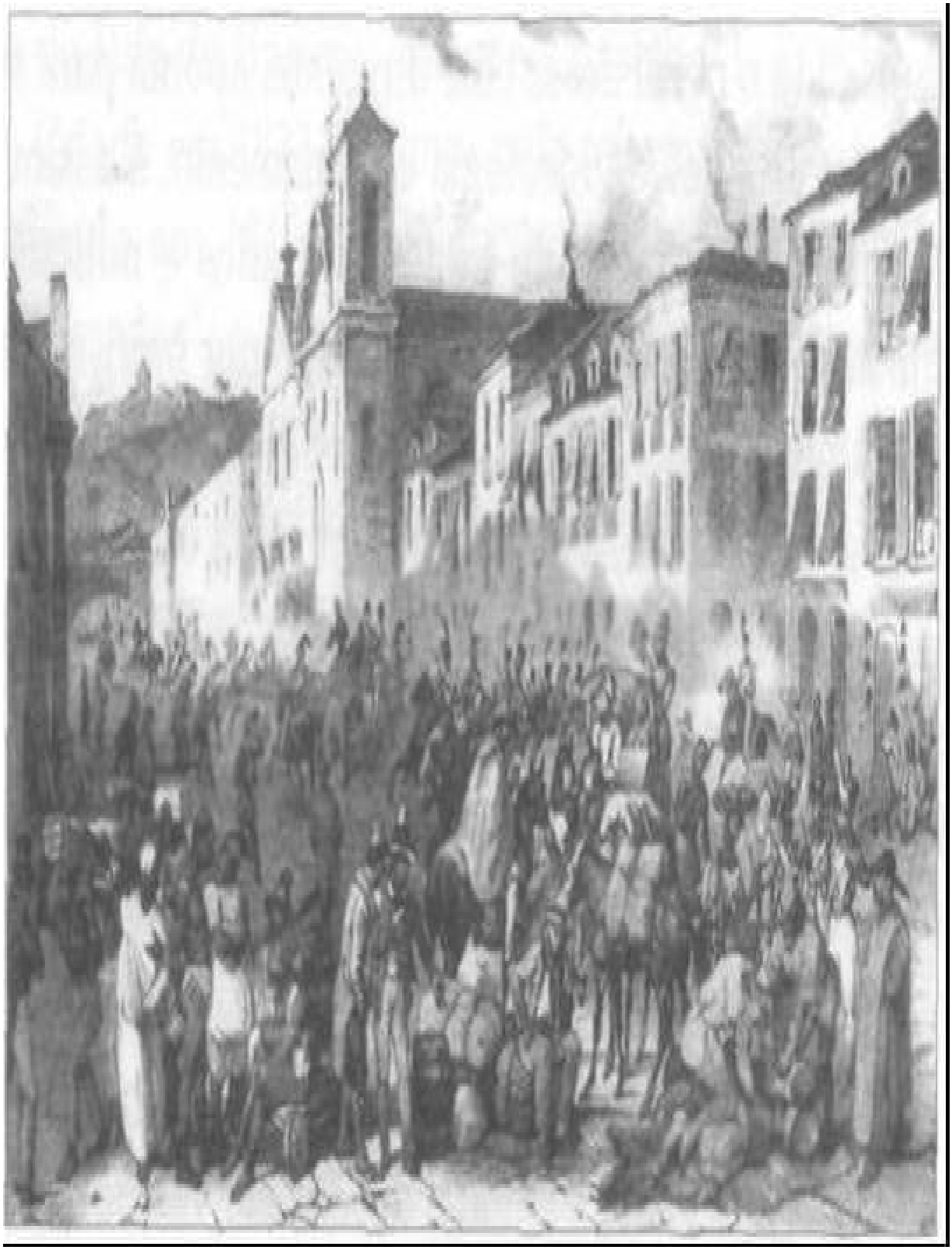
DE ALVIÇARAS

Anda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1854, o escravo crioulo de nome

FORTUNATO,

de 30 e tantos annos de idade, com falta de dentes na frente, com poucas ou nenhuma barba, baixo, reforçado, e picado de bexigas que teve ha poucos annos, é muito pachola, mal encarado, falla apressado e com a bocca cheia olhando para o chão; costuma às vezes andar calçado intitulando-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na côrte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quitanda n.º 77, receberá 50$000 de gratificação.

Anúncio de escravo fugido, veiculado no Almanak Laemmert, Rio de Janeiro. Esse tipo de documento aparecia diariamente e às dezenas em diferentes periódicos brasileiros. FBN



A rua Direita: um desfile de escravos. Rugendas, 1835. CGJM

POLÍTICA ENTRE PARES

Também o exercício da política era para poucos: no Segundo Reinado, um grupo bastante especial tomará para si o encargo dessa atividade, sobretudo a partir da década de 50, momento em que se vivenciará no país um período de maior estabilidade financeira e política.

Pode-se dizer que as lutas políticas iniciadas nas Regências só se esgotam em 1845, com o final da Guerra dos Farrapos, e sobretudo em 1849, quando é sufocada a Praieira, em Pernambuco, rebelião que, apesar de ter começado durante o Segundo Reinado, fechou o ciclo de revoltas do período anterior. Na verdade, durante os dez primeiros anos após a maioridade, um regime de incertezas prevalecerá, sendo que, em treze anos, onze gabinetes se substituem no poder.

Isto é, desde a morte de d. Pedro I, em 1834 — que determinara a passagem da maior parte de seus partidários para as fileiras dos monarquistas, chamados então de "conservadores" —, dois partidos revezaram-se no poder. Os conservadores triunfaram nas eleições de 1836, governando de 1837 a 1840. Nesse ano a oposição liberal — que assumiu o governo aliada a alguns conservadores — torna-se vitoriosa e permanece no poder até 1841. Mais uma vez os conservadores, de 1841 a 1844; liberais, de 1844 a 1848; conservadores, de 1848 a 1853, e é em 1853 que se inaugura a "conciliação", misturando representantes dos dois partidos nacionais e marcando uma nova orientação na política imperial.

Essa união durou apenas cinco anos, mas revelou não só as fragilidades dos dois partidos, como as potencialidades de intervenção de d. Pedro II. Segundo José Murilo de Carvalho, "na ausência de uma classe burguesa poderosa capaz ela própria de regular as relações sociais por meio de mecanismos do mercado, caberia ao Estado [...] tomar a iniciativa de medidas de unificação de mercados, de destruição de privilégios feudais, de consolidação de um comando nacional, de protecionismo econômico".[51] É o mesmo autor que, analisando o perfil dessa elite dirigente, aponta para sua homogeneidade interna, em termos de ideologia e treinamento. É assim que o setor burocrático, inicialmente dominado por magistrados e militares,

com esse processo estatizante vai sendo aos poucos tomado por profissionais liberais e advogados: os famosos "bacharéis" da era de d. Pedro II.

Com efeito, a elite brasileira de até então poderia ser caracterizada como "uma ilha de letrados num mar de analfabetos".[52] A educação era inclusive marca distintiva dessa elite, em um país onde, como mostrava o recenseamento de 1872, apenas 16% da população era alfabetizada. Isso sem falar da população escrava, em que o índice de analfabetismo chegava a 99,9%. Além disso, boa parte da elite optava pela formação jurídica, em Coimbra até a independência, e a partir de 1828 em duas províncias que passaram a contar com formação em direito: São Paulo e Olinda; depois, em vez de Olinda, Recife.[53]

A própria vida escolar da elite brasileira era bastante previsível. Famílias de mais recursos contratavam tutores particulares, que preparavam seus pupilos para a entrada em liceus, como o Botafogo para as meninas e o Atheneu e o Vitória para os meninos, ou, de preferência, no Colégio Pedro II, o qual, criado em 1837, era o caminho certeiro para os almejados cursos jurídicos e já garantia um diploma de bacharel em letras.[54] A partir daí o destino era ou a Europa ou os quatro cursos de direito e de medicina, este último no Rio de Janeiro ou na Bahia.[55]

Nos cursos de direito, particularmente, formavam-se não apenas juristas e advogados mas também deputados, senadores e diplomatas, isto é, toda a burocracia do Estado. No entanto, o incentivo à formação de juristas geraria um excedente de bacharéis e a procura de emprego público — tão ironizados por Machado em seus contos —, assim como o caráter clientelístico da burocracia imperial[56] e o papel centralizador do Estado.

Bacharel, durante o Segundo Reinado, aos poucos transformou-se em um termo que carregava, além de uma qualificação, um capital simbólico fundamental. Na prática o bacharel era alguém com diploma em direito — dentro ou fora do país. Todavia, jovens formados em matemática ou letras também podiam portar o título e disputar as cada vez mais escassas vagas de emprego público. É por isso que Silvio Romero em Doutrina contra

doutrina[57] caricatura a imagem desse grupo sempre de casaca e mendigando algum emprego, que de preferência seja mais de fachada do que exija empenho pessoal. São os advogados sem clientes, os médicos sem clínicas, os escritores sem leitores, os magistrados sem juizados, que fazem do diploma uma distinção, uma forma de sobrevivência estável e facilitada.

Mas, embora existisse todo "um baixo clero" à espera dos cargos fáceis, não se pode acreditar na idéia da centralidade absoluta do Estado e do imperador. Na verdade, a maior parte das grandes decisões da política nacional eram tomadas pelos representantes do Executivo e do Legislativo, além dos conselheiros de Estado, ministros, senadores e deputados.[58]

No topo da elite do Império estava o Conselho de Estado: o "cérebro da monarquia". Criado em 1823 e extinto pela reforma de 1834, o Novo Conselho é reinstaurado em 1841 e permanece até o final do Império. Esse é o "grupo do imperador"; o cargo é vitalício, podendo ser suspenso, pelo monarca, por tempo indeterminado.

Já os ministros, de acordo com a Constituição imperial, representavam o Poder Executivo. O imperador era, porém, o titular e tinha total liberdade de escolha. Em 1847, com a introdução da figura do presidente de Conselho, d. Pedro II passou a apenas indicar o presidente, que, por sua vez, nomeava os demais.[59] A interferência e o poder de veto do imperador, aliados à própria formação singular do Ministério brasileiro, levaram a vida dos gabinetes a ser muito curta. Afinal, até 1861 foram seis os ministérios, e após essa data mais sete.[60]

Na linha de frente do Império viriam a seguir os senadores. Mais uma vez era o imperador que escolhia os nomes em listas tríplices, obtidas por meio de eleição popular, valendo-se de critérios rígidos: o pretendente à vaga deveria ter idade mínima de quarenta anos e renda de 800 mil-réis anuais. O grande poder dos senadores advinha da vitaliciedade do cargo, que permitiu a alguns de seus membros permanecer no posto por mais de trinta anos.

Era no Senado vitalício que o imperador, ainda menino, iria encontrar

"as sumidades políticas" da nação. Alguns eram mais ligados ao Primeiro Reinado e ao período das Regências, como Barbacena (o diplomata da Independência), Paranaguá (presidente do Senado) ou Feijó, o grande líder e regente em 1835, mas nessa época já marcado pela elevada idade. Ao lado deles, surgiam as novas figuras da política, como Abrantes, Olinda, Bernardo Vasconcelos, Paula Sousa, Monte Alegre ou Sapucaí, que mantivera até poucos anos sua função de professor de d. Pedro II. O senador que por mais tempo se manteve no cargo foi o visconde Sousa Queirós, que, nomeado em 1848, só perderia a posição em 1889, com a proclamação da República. Depois dele, o visconde de Suaçuna, que, indicado em 1839, faleceria em 1879.[61]

Em um degrau mais baixo na hierarquia do poder estariam os deputados. Estes eram, na opinião de Carvalho, "os mais numerosos e os menos poderosos",[62] mas o cargo era um passo fundamental para futuros postos de maior evidência. Os requisitos mínimos para eleição eram idade mínima de 25 anos e renda de 400 mil-réis.

Os homens da Câmara eram, em geral, de gerações mais recentes. Muitos deles, sobretudo os futuros estadistas do Império, foram alunos das escolas de direito do Recife e de São Paulo e acompanharão o imperador até o final do Segundo Reinado: Sales Torres-Homem; Nabuco, o Velho; Wanderley (futuro barão de Cotegipe); Paranhos (futuro visconde de Rio Branco); Pedreira (futuro visconde de Bom Retiro, companheiro de infância de d. Pedro e talvez único confidente); Carvalho Moreira (barão de Penedo); Zacarias, e Saraiva.

Enfim, aí estava congregada a "elite política" que, nos anos 50, como que observava o amadurecimento do imperador. Nesse momento, contudo, ele fazia parte de uma estrutura na qual era só um elemento evidente, um símbolo a ser exibido. No meio de políticos mais ou menos experientes d. Pedro não era, mesmo, "sujeito da cena".

Com o tempo, porém, e tendo o Poder Moderador nas mãos — que lhe dava a primazia do veto em várias instâncias —, além de contar com uma elite bastante homogênea, apesar de dividida entre dois partidos, d.

Pedro II, cada vez mais, reinará, governará e se tornará, aos poucos, uma espécie de fiel da balança. Era inclusive comum, em meados do século, ouvir dizer que não havia nada mais parecido com um Saquarema — apelido dos conservadores em razão de seus principais líderes serem fazendeiros da região que tinha esse nome e localizava-se no norte do Rio de Janeiro — do que um Luzia (como eram conhecidos os liberais) no poder. Afirmava Afonso Celso: "Liberais e conservadores passam pelo poder sem deixar vestígio que os distinga. Ao observador que os contempla à distância histórica, afiguram-se de uma identificação perfeita. Não se lhe percebe quase o revezamento. É que o sai para que eu ocupe o seu lugar é a mola real de todas as lutas, a consubstanciação de todos os programas".[63] Também Machado de Assis, no famoso conto "Teoria do medalhão", descreve os bons conselhos que um pai dedicado dá a seu filho sobre as vicissitudes da política local: "[...] Nem política. Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma idéia especial a esses vocábulos [...]".[64]

Bordalo ironiza a "política entre pares" do Segundo Reinado. Abertura das Câmaras: estão abertos os fagundes. Falem os fagundes. Legislem os fagundes, em O Besouro. MMP

Retóricas constitucionais, em O Besouro. MMP

Mas é preciso problematizar essa certeza acerca da absoluta mesmice existente entre os partidos do Segundo Reinado. Como afirma Rohloff Mattos, o provérbio imperial teria chegado até os dias de hoje e serviria para sublinhar negativamente a falta de programas e a semelhança entre os partidos brasileiros.[65] No entanto, para além das similitudes, existem nuances importantes. Segundo Mattos, tomando o intervalo de tempo decorrido entre o final das Regências e a conclusão do movimento praieiro, em 1848, e a posterior unificação sob o nome Luzias — a partir de então conhecidos como partido liberal —, pode-se prever uma política tendente à descentralização provincial.[66] As perdas políticas sofridas desde 1842 teriam ficado marcadas logo na alcunha do partido, Luzia, nome do local de sua derrota. Por outro lado, os liberais se tornariam célebres, ainda, por adotar as propostas dos adversários sempre que voltavam ao governo.

O nome Saquarema fala de um outro local; dessa feita reduto dos chefes conservadores, com grande parentela naquela localidade. A rápida expansão do termo Saquarema, por sua vez, pode ser explicada, segundo Mattos, pelo predomínio liberal entre 1844 e 1848. Carregando também um sentido maledicente, já que lembrava "protegido" ou "favorecido", o nome mais se parecia com um revide dos Luzias — tão estigmatizados por seu apelido — que arriscavam associar Saquarema à idéia de "sacar".

Mais do que o termo Luzia, Saquarema enraizou-se durante o Império, sendo associado aos conservadores fluminenses e, nos primeiros anos do Segundo Reinado, à sua "santíssima trindade": Rodrigues Torres (futuro visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Sousa (futuro visconde do Uruguai) e Eusébio de Queirós.

Mas essas oscilações podem ser esclarecidas. Na verdade, a própria história dos partidos brasileiros é recente. Foi só a partir das Regências que surgiram os dois partidos que dominaram a cena durante o Segundo Reinado. Segundo Carvalho,[67] o partido conservador teria sido formado por uma coalizão entre ex-moderados e ex-restauradores, e sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos propunha a reforma das leis de descentralização. Já os defensores da descentralização passaram a ser

chamados de liberais.[68]

No entanto, essa diferenciação política só pode ser inferida com base nos discursos dos políticos e debates parlamentares em torno da questão da descentralização, uma vez que nenhum dos partidos apresentara, até então, qualquer programa oficial.[69]

Carvalho arrisca ainda uma outra distinção: "O partido conservador representaria a aliança da burocracia com o grande comércio e a grande lavoura de exportação, enquanto o partido liberal unia profissionais liberais urbanos com a agricultura de mercado interno e de áreas mais recentes de colonização".[70] São justamente esses fatores e tal composição que gerariam a tendência do partido conservador à defesa da centralização, por oposição ao grupo liberal.

Não há, portanto, só simulacros entre Luzias e Saquaremas. Na opinião de Mattos[71] existem inclusive hierarquias, pois, após o fracasso dos liberais e a maioridade, os conservadores praticamente dominaram o cenário político do Segundo Reinado.

Contudo, em alguns aspectos a proximidade dos partidos era tamanha que permitia aos contemporâneos ironizar a ausência de plataformas explícitas, a arte da bajulação ao imperador e a prática "espetacular" da política, no pior dos seus sentidos. Narra Afonso Celso que os parlamentares eram mestres na pose e na adulação à imprensa, que publicava discursos e pronunciamentos. Para outros, "a deputação era um divertimento. Casados, deixam as esposas na província e levam no Rio folgada vida de solteiro, freqüentando teatros e lugares equívocos".[72]

Palco para o ritual da política,[73] o Parlamento convertia-se no local predileto para discursos longos e pouco ouvidos. Segundo Afonso Celso, ainda, um dos defeitos capitais dos pronunciamentos da época era sua grande extensão. "Dominava o preconceito de que discursos de menos de uma hora, e, em certos debates, de menos de duas horas, não prestavam. Por isso os oradores fugiam da concisão, diluíam as idéias, amontoavam digressões, usavam mil artifícios, no intento de se demorar na tribuna.

Falavam com os olhos fitos no relógio, esforçando-se por não ficar aquém do prazo prescrito. Apreciavam, pois, as interrupções e os apartes que lhes proporcionavam ensejo de prolongar-se."[74] Vem desse período o "estilo barroco" e empolado, e o uso excessivo de citações das falas dos políticos brasileiros, que lhes dá um perfil peculiar.

Por outro lado, até esse momento, d. Pedro II e os políticos que o cercavam não sabiam exatamente de que modo exercer o Poder Moderador, apesar de este constar da Constituição. Entretanto, é a partir desse contexto que têm início as primeiras intervenções do monarca, que com o tempo utilizará com freqüência o quarto poder, de sua exclusiva competência. O motivo é o fortalecimento da figura de d. Pedro, que se seguiu à reconciliação temporária dos partidos[75] e à consolidação do Império.

É nessa época que, pela primeira vez, percebe-se a atuação mais direta do monarca. Nas anotações do livro de Gonçalves de Magalhães, A Confederação dos Tamoios, datado de 1856 e especialmente dedicado a d. Pedro II, lemos a homenagem do autor e a resposta do homenageado.[76] Comecemos por Magalhães: "Senhor! Não é simples motivo de participar por especiais favores devidos a V. M. I. e sim um sentimento patriótico profundo e de elevado reconhecimento pela prosperidade de nosso país, devido à soberania, amor e justiça que tão altamente brilham no Trono de Vossa Augusta Pessoa [...] Vossa Majestade que bem deseja ser amado por suas virtudes públicas e privadas que tanto edificam o Brasil como um todo [...] A instrução pública, a completa liberdade de imprensa, a tolerância dos cultos [...] tudo faz do Brasil uma nação e dá ao mundo um Príncipe perfeito [...]" (grifos meus).

D. Pedro, por sua vez, escrevia entre garranchos, na página 11 do livro, que lhe faltavam duas grandes obras: "organizar moralmente a nacionalidade, formar uma elite". Com efeito, a partir desse momento o monarca, até então pouco freqüente na cena política e cultural, se dedicará às duas tarefas de regente. Conformar uma cultura própria e oficial, criar uma nobreza particular. Ao lado do projeto civilizacional, que implica pensar no papel do país no concerto das nações, era hora de prever um projeto

nacional calcado em uma cultura particular e distante de tudo o que lembrasse a escravidão.

A
CONFEDERAÇÃO
DOS
TAMOYOS
POEMA
POR

Domingos José Gonçalves de Magalhães

RIO DE JANEIRO

TYPOGR. TYPOG.—DOUS DE DEZEMBRO—DE PAULA BRITO

IMPRESSOR DA CASA IMPERIAL

1856.

Capa do livro A Confederação dos Tamoios, 1856, da coleção imperial, com dedicatória de Gonçalves de Magalhães ao imperador, seu "grande mecenas". MMP

“UM MONARCA NOS TRÓPICOS”:

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, A ACADEMIA IMPERIAL

DE BELAS-ARTES E O COLÉGIO PEDRO II

Alegoria no centro ilumina o Império tropical. Em
A Ilustração Luso-Brasileira, 11/8/1858. MMP

Todo o cenário político e econômico parecia favorável a d. Pedro II, que brilhava, enquanto figuração, bem no centro de seu reino. Na revista A Ilustração Luso-Brasileira de 1858 aparecem reproduzidas as representações positivas que incidiam sobre a monarquia:

> O seu império imenso recortado de rios caudalosíssimos e constantemente coberto de uma vegetação maravilhosa, que vai debruçar-se no oceano [...] é hoje considerado o ponto central da civilização do Novo Mundo [...] salvo da anarquia que pouco a pouco devora os outros estados da América do Sul [...] É lá que floresce, no seu solo virgem, um novo ramo da antiga e transplantada árvore dos Bragança [...] Os primeiros anos não foram felizes. O Brasil estava bastante inculto para compreender a nobreza do lugar que tinha de ocupar entre as nações civilizadas [...] foi o imperador D. Pedro II que o pacificou e lhe deu a prosperidade que hoje se vê naquele magnífico império cujo destino está, mais do que em outras nações ligado com o de seu monarca [...] [grifos meus][1]

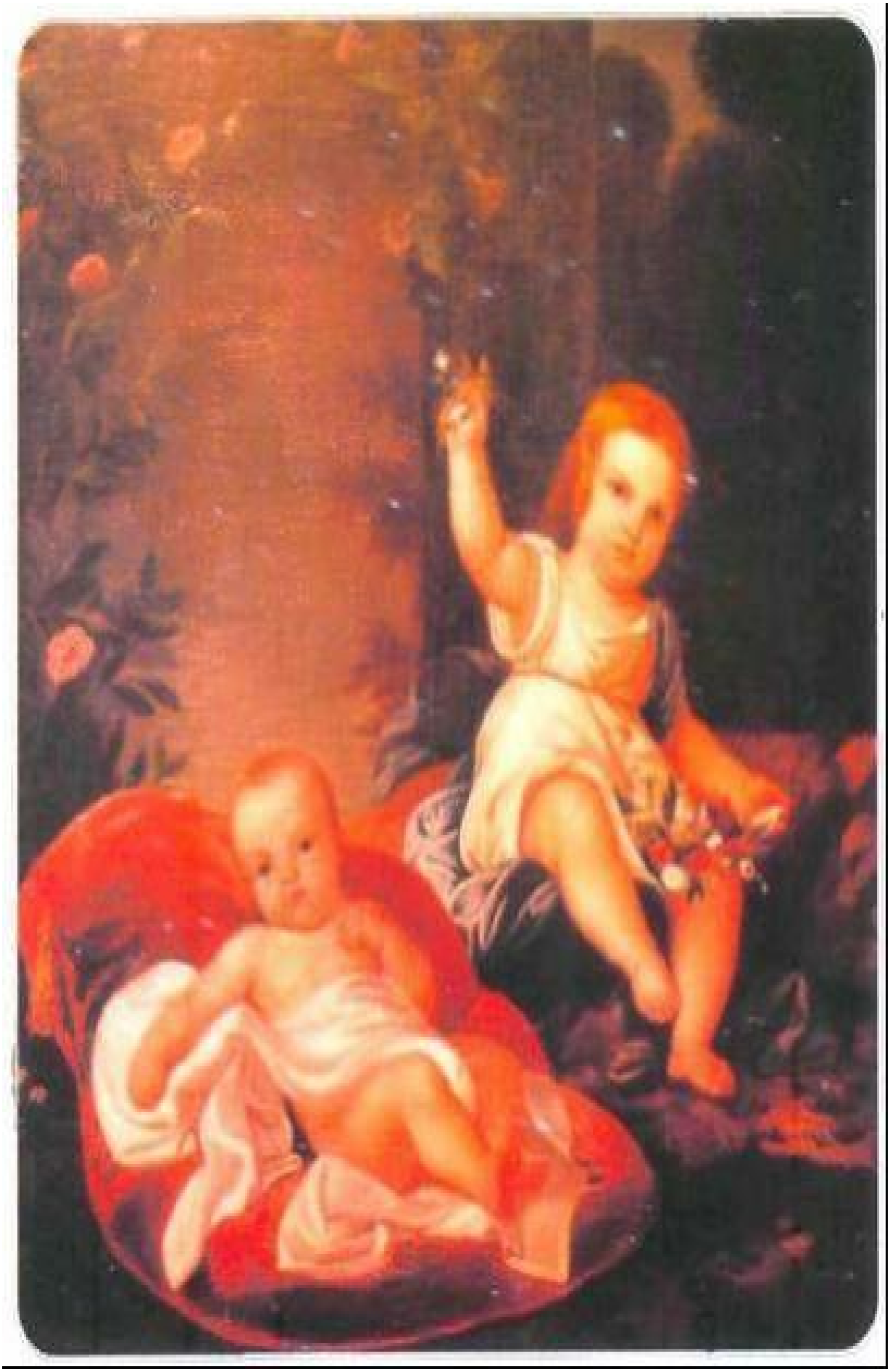
Em "solo virgem [...] a transplantada árvore dos Bragança florescia e fazia civilização". Passadas as revoltas das Regências o país era entendido como um oásis em meio à confusa situação latino-americana, e um monarca de linhagem e estilo europeus parecia garantir a paz e, por extensão, a civilização. Por outro lado, depois de um período de maior "reclusão", d. Pedro começava a aparecer na cena pública. Colaboravam, para essa nova atitude, não só o afastamento de Paulo Barbosa, que partia para a Europa em licença, como o fim do professorado de Aureliano Coutinho.

A esses eventos pode-se acrescentar a criação da figura do presidente do Conselho de Ministros, em 1847, fato que contribuirá no sentido de garantir um maior poder de intervenção por parte do imperador. Dessa maneira, se até então o monarca era antes um menino imerso na rotina de suas lições e submisso ao grupo mais conhecido como "facção áulica", a partir de então, e contando 24 anos completos, d. Pedro se preparava para interferir na criação de uma política cultural mais evidente no país.

FORMANDO UMA CULTURA LOCAL: "A CIÊNCIA SOU EU"

É, portanto, a partir dos anos 50 que o imperador passa a tomar parte de um projeto maior: assegurar não só a realeza como destacar uma memória, reconhecer uma cultura.

Se no plano da política externa uma monarquia encravada bem dentro do continente americano gerava desconfianças, mesmo internamente era também preciso criar uma identidade. Pode-se entender dessa maneira a fundação apressada, ainda na época de d. Pedro I, das duas faculdades de direito do país em 1827 — uma em Olinda, outra em São Paulo —, a reformulação das escolas de medicina em 1830, assim como a criação de um estabelecimento dedicado "às letras brasileiras". Em 1838, tendo como modelo o Institut Historique, fundado em Paris em 1834 por vários intelectuais, entre eles dois velhos conhecidos do Brasil — Monglave e Debret —, forma-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (o IHGB), congregando a elite econômica e literária carioca. É justamente esse recinto que abrigará, a partir da década de 40, os românticos brasileiros, quando o jovem monarca d. Pedro II se tornará assíduo freqüentador e incentivador, com a maioridade, dos trabalhos dessa instituição. A partir dos anos 50 o IHGB se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais. Assim, com seus vinte anos, a suposta marionete se revelaria, aos poucos, um estadista cada vez mais popular e sobretudo uma espécie de mecenas das artes, em virtude da ambição de dar autonomia cultural ao país.

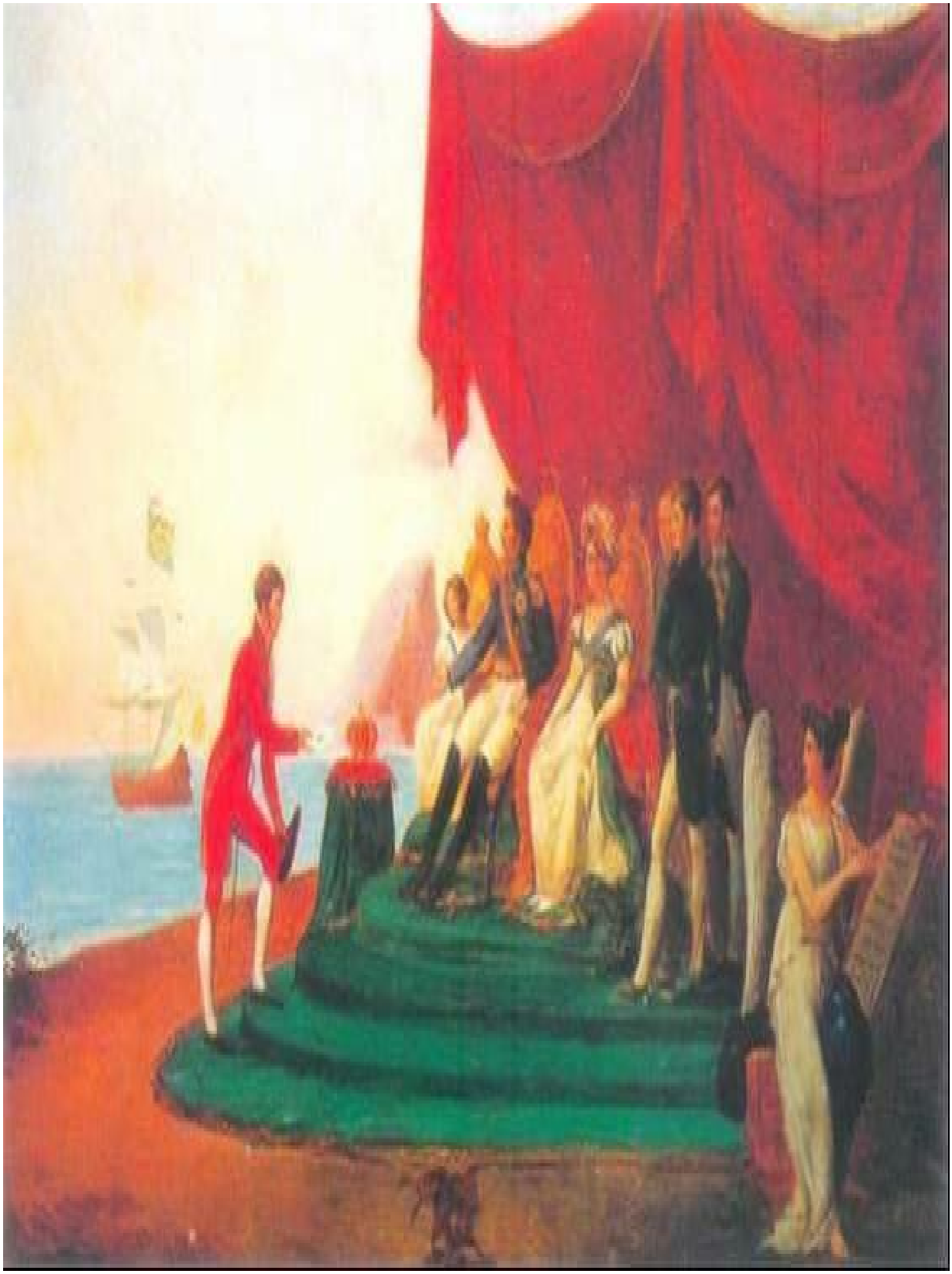


1. D. Pedro com sua irmã Maria da Glória cm fundo falso de rosas. Os trópicos como cenário. FMLOA

2. D. Leopoldina de Habsburgo e seus filhos, tendo Pedro de Alcântara no colo. Domenico Failluti. MP.

3. O menino d. Pedro no Paço: emblemas e símbolos por toda parte. Armand Julen Pallière, c. 1830. MIP

4. D. Pedro I, ainda criança. MMP

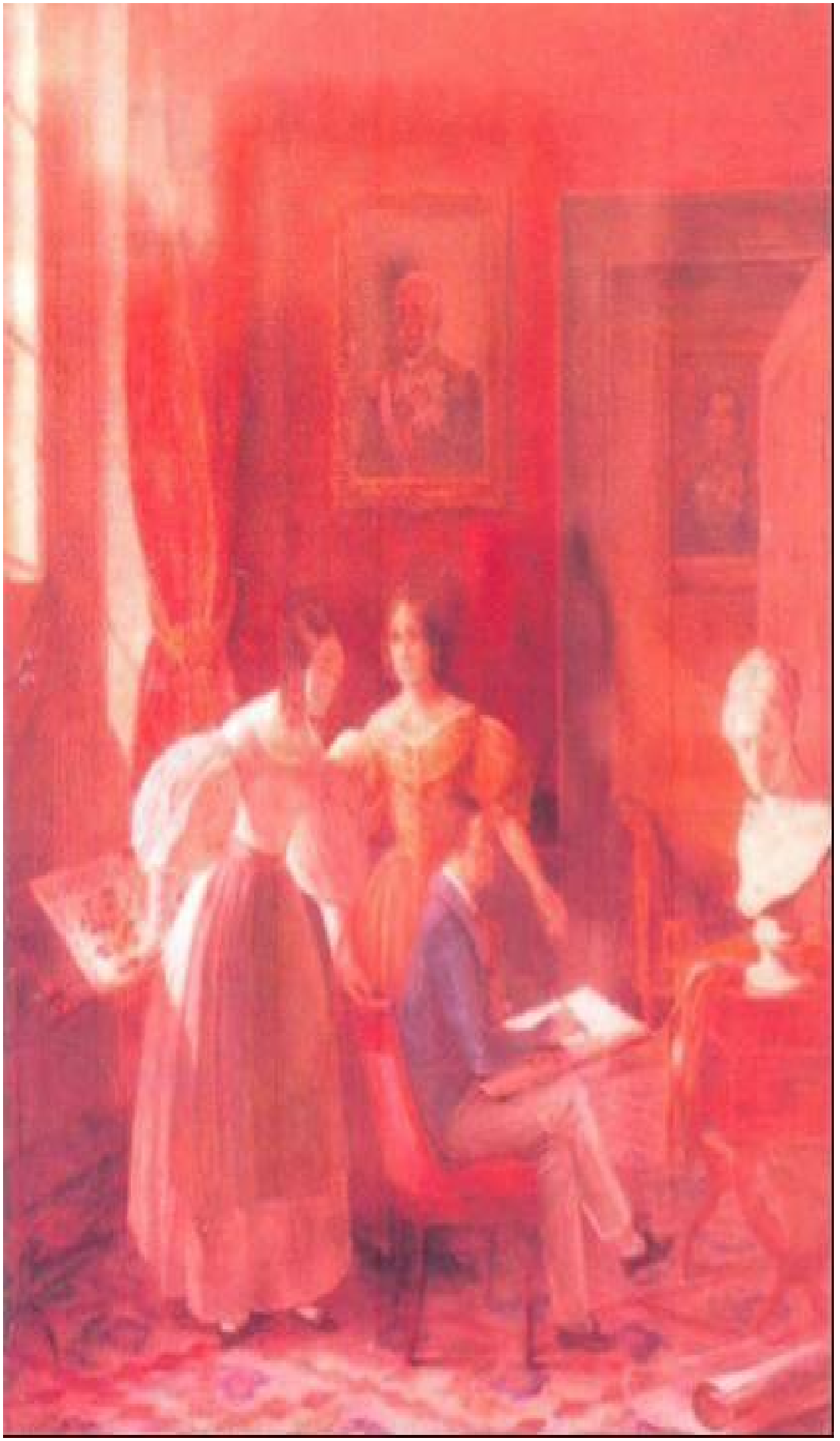


5. Reconhecimento do Império do Brasil e de sua independência. A cena retrata a entrega das credenciais do embaixador Charles Stuart, mediador inglês. Ao fundo, um navio da frota inglesa que, no entanto, arvora somente as bandeiras portuguesa e do Império. À direita, uma figura alada, representando a história, grava na pedra o "grandioso acontecimento". Ao

centro, o primeiro imperador, a imperatriz d. Leopoldina e a princesa d. Maria da Glória (futura rainha de Portugal). Por fim, conforme o rito português, a coroa permanece na almofada deixada ao lado. Leon Tirode. MI

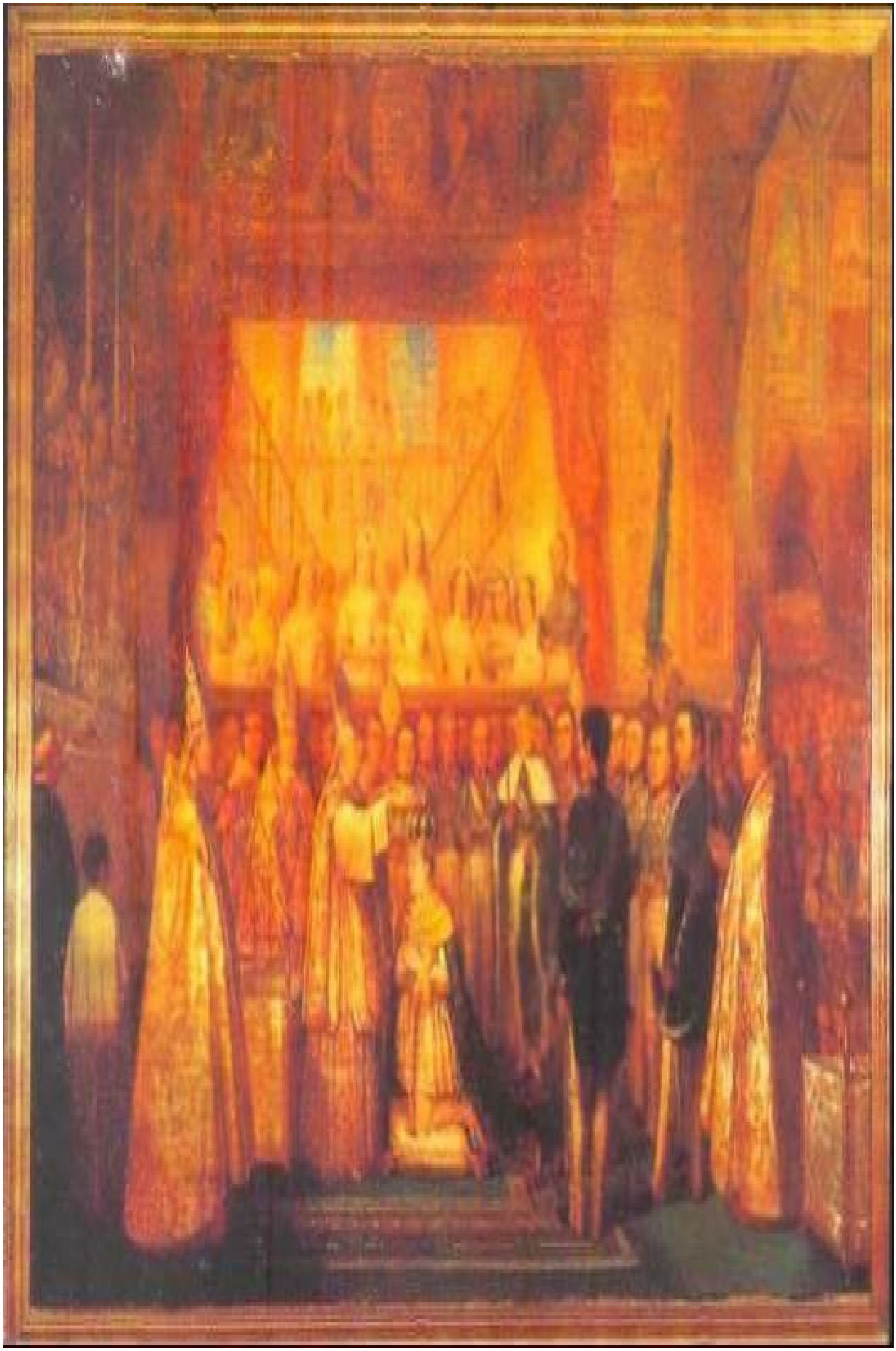
6. Retrato da segunda imperatriz do Brasil, d. Amélia, duquesa de Bragança, cuja beleza foi sempre destacada pelos biógrafos. D. Amélia acompanhou d. Pedro I quando este voltou para Portugal. Viveu na França e depois em Portugal, lá falecendo em 1873. Óleo sobre tela de Friedrich Durck. MIP

7. Tabaqueira de ouro feita no século XIX. Nela vê-se uma cena alegórica em que estão sendo coroados d. Pedro II (que fica no Brasil), de um lado, e d. Maria da Glória (que vai a Portugal), de outro. Em um só gesto, dois reinos. MIP



8. Uma das raras cenas que retratam o futuro imperador em ambiente privado. Na imagem, enquanto d. Pedro desenha um busto esculpido, suas duas irmãs interrompem a lição de bordado para observá-lo. O óleo na parede traz a imagem do avô, d. João VI. FMLOA

9. Mesmo antes do Golpe da Maioridade, aos doze anos de idade, d. Pedro já é desenhado como o futuro imperador. Aparece retratado com farda militar, evidenciando a alta função de comandante-em-chefe das Forças Armadas. No peito a placa da Grã-Cruz do Cruzeiro e o Tosão de Ouro. No fundo vê-se o trono com a sigla Pedro II e a serpe: insígnia da dinastia dos Bragança. No menino, as marcas do poder. Félix Émile Taunay, 1837. MIP



10. O ato de coroação do imperador d. Pedro II. Na imagem que documenta o evento de 18 de julho de 1841, o imperador, com catorze anos de idade, recebe a coroa imperial das mãos do primaz do Brasil, d. Romualdo Antônio de Seixas. O acontecimento é retratado com grande pompa pelo artista, que destacou alguns personagens importantes da corte. Logo atrás, um pouco acima, as irmãs do imperador assistem à solenidade. Óleo de François René Moreaux, 1842. MIP

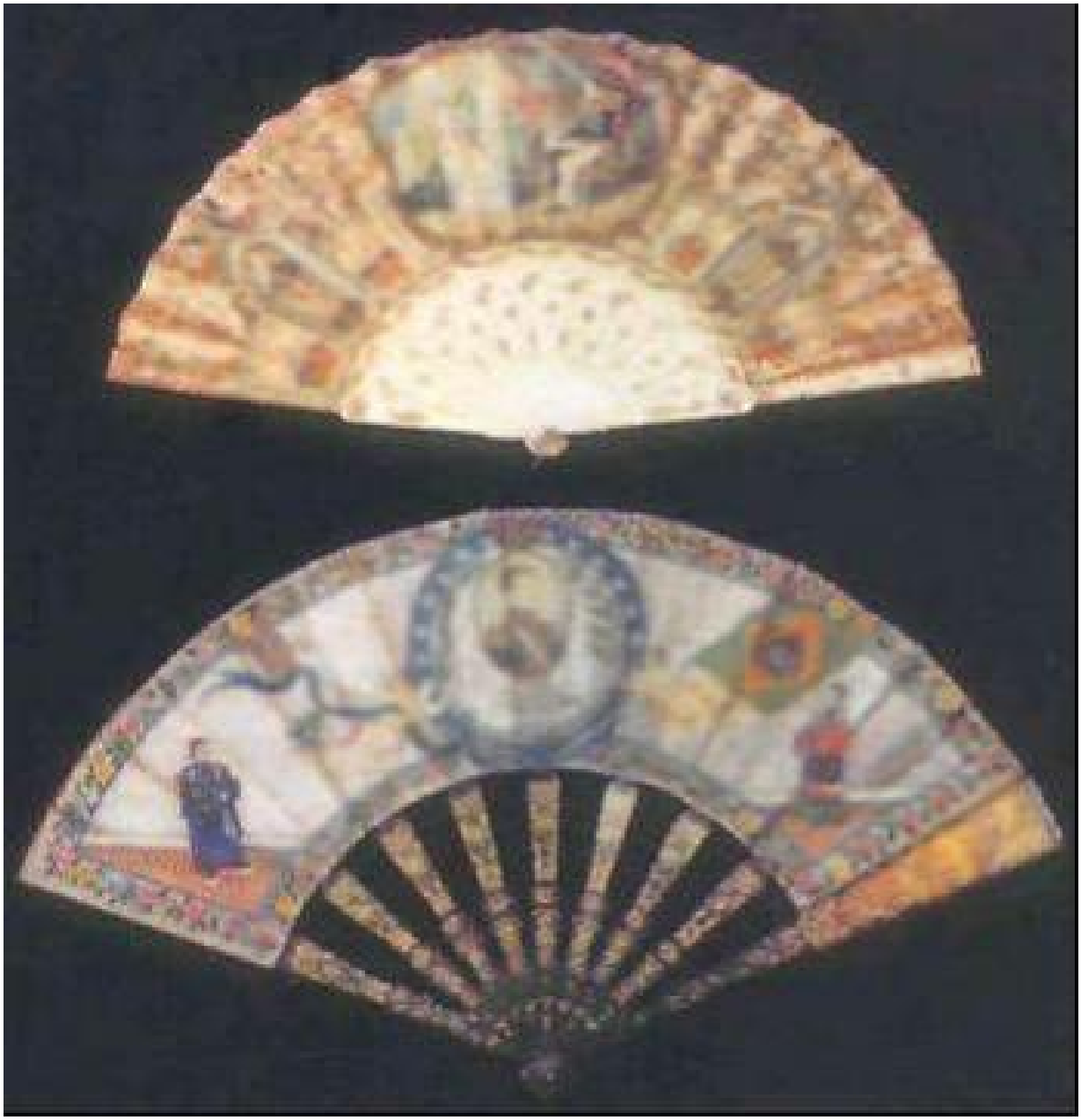
.1. D. Pedro II, emperur du Brésil. Em diferentes jornais, nacionais ou estrangeiros, a imagem do jovem monarca americano corre o mundo. FBN

NO RITUAL DA SAGRAÇÃO O APURO DOS DETALHES. DESFILES DE PERSONALIDADES E DAS INSÍGNIAS QUE IDENTIFICAVAM O NOVO IMPERADOR, O PRIMEIRO NASCIDO NO BRASIL

12. Na primeira imagem vemos a coroa de d. Pedro I, desmontada para a feitura da coroa de seu filho, que aparece na imagem ao lado. Diferentemente do que ocorria em outros reinos, no nosso caso a cisão deveria ser total. Se o Segundo Império deveria ser,"inaugural", o mesmo deve ser dito de seus símbolos, que, nesse caso, não passavam de "pai para filho". MIP

13. Ordem da Rosa, instituída em 17 de outubro de 1829, para comemorar o casamento de d. Pedro I com d. Amélia de Leuchtenberg, que, dizem, tinha especial predileção pela cor. MIP

14. Ordem Imperial do Cruzeiro, instituída em 1° de dezembro de 1822. MIP



15. Leques comemorativos: o primeiro em homenagem ao casamento de d. Pedro II com d. Teresa Cristina, o segundo por ocasião da maioridade e sagração. O uso dos leques vem desde d. João VI e adquire mais força durante os governos de d. Pedro I e d. Pedro II. A maior parte desses objetos provinha da China, e eram encomendados, aqui no Brasil, nas conhecidas "Casas da Índia". Bastante numerosos na rua do Ouvidor, esses estabelecimentos transmitiam o pedido para Cantão, onde eram confeccionados os famosos leques, que serviam também

para divulgar a imagem do novo monarca,
dentro e fora do país. MIP

16. Mão da justiça. Mão do imperador d. Pedro II. Feita em bronze dourado na época da maioridade, a peça original, moldada em gesso, serviu de modelo para muitas cópias, fundidas em bronze e bronze dourado, na Casa da Moeda. Marc Ferrez, 1841. CPCL

17. Na imagem vemos o cetro portado por d. Pedro II na ocasião da coroação, espécie de bastão de comando, insígnia exclusiva da realeza. Feito para a sagração de d. Pedro I, o cetro é todo de ouro com brilhantes incrustados, pesa .2,51 kg e mede 2,5 m. Uma altura um pouco elevada diante do tamanho ainda diminuto do jovem monarca. MIP

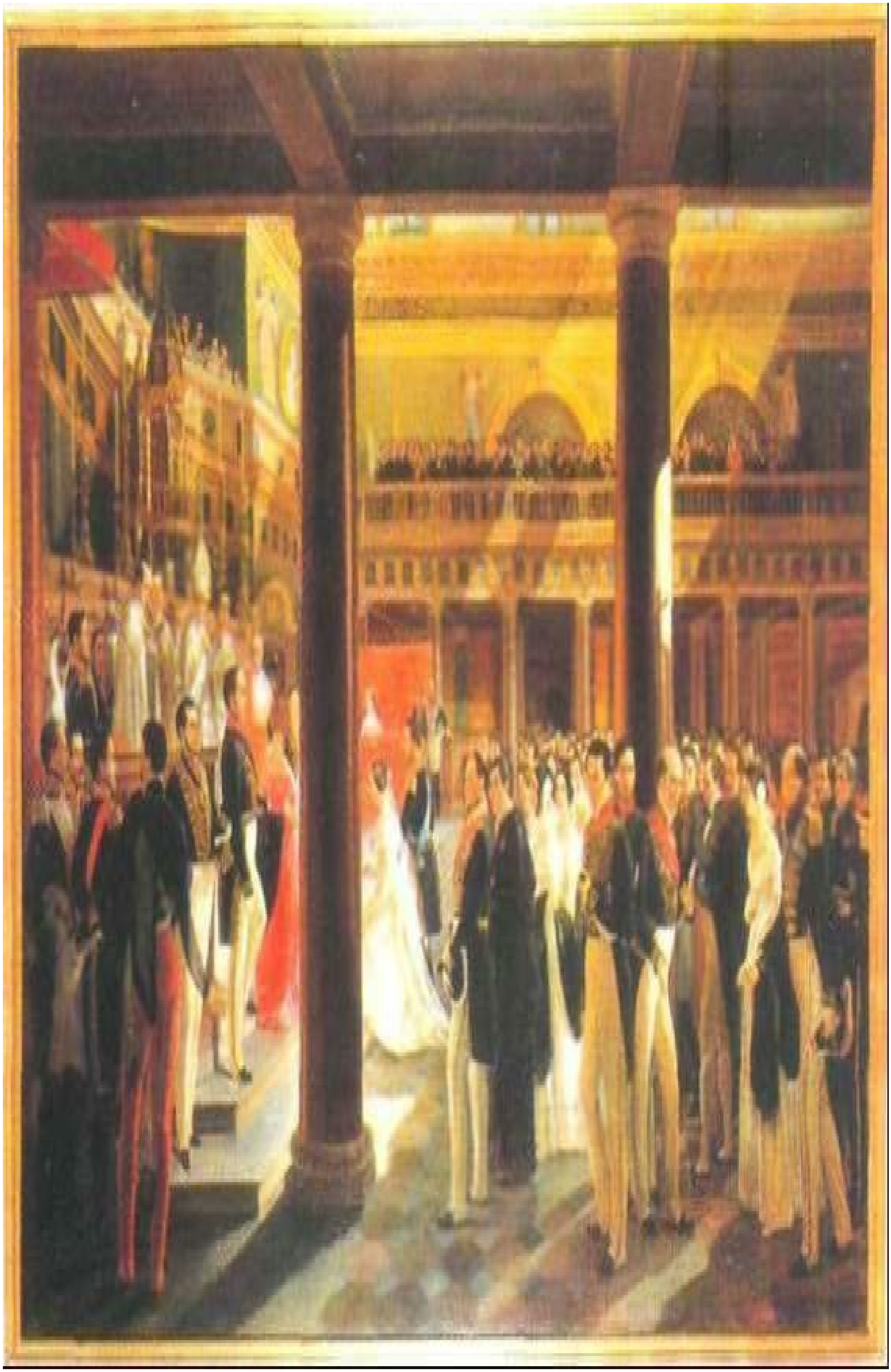
18. Bastão do mordomo-mor da Casa Imperial, cargo ocupado sempre por um fidalgo de antiga linhagem e de grande importância política. Feito de bronze dourado e marfim, e medindo 1,4 m, o cetro traz, mais uma vez, a figura da serpe, que representa a dinastia Bragança. MIP

19. Carruagem de gala utilizada por d. Pedro II. Também conhecida como "carro cor de cana" ou "monte de prata". MIP

20. Trono de d. Pedro, com a imagem da serpe bem ao centro. MIP

21. Retrato de d. Teresa Cristina. O retrato deve ter sido feito em 1843, quando o compromisso matrimonial com o imperador do Brasil já estava negociado. Basta observar a miniatura usada por Teresa Cristina, na qual se vê a efígie do imperador (provavelmente uma reprodução da mesma tela ao lado). No fundo, seguindo uma técnica da época, o pintor colocou como cenário a cidade de Nápoles e o vulcão: o Vesúvio em plena erupção. Segundo os relatos, foi este o retrato que d. Pedro recebeu antes da chegada da noiva. Na imagem, somente as qualidades da futura imperatriz é que aparecem destacadas. José Correia de Lima, c. 1843. MIP

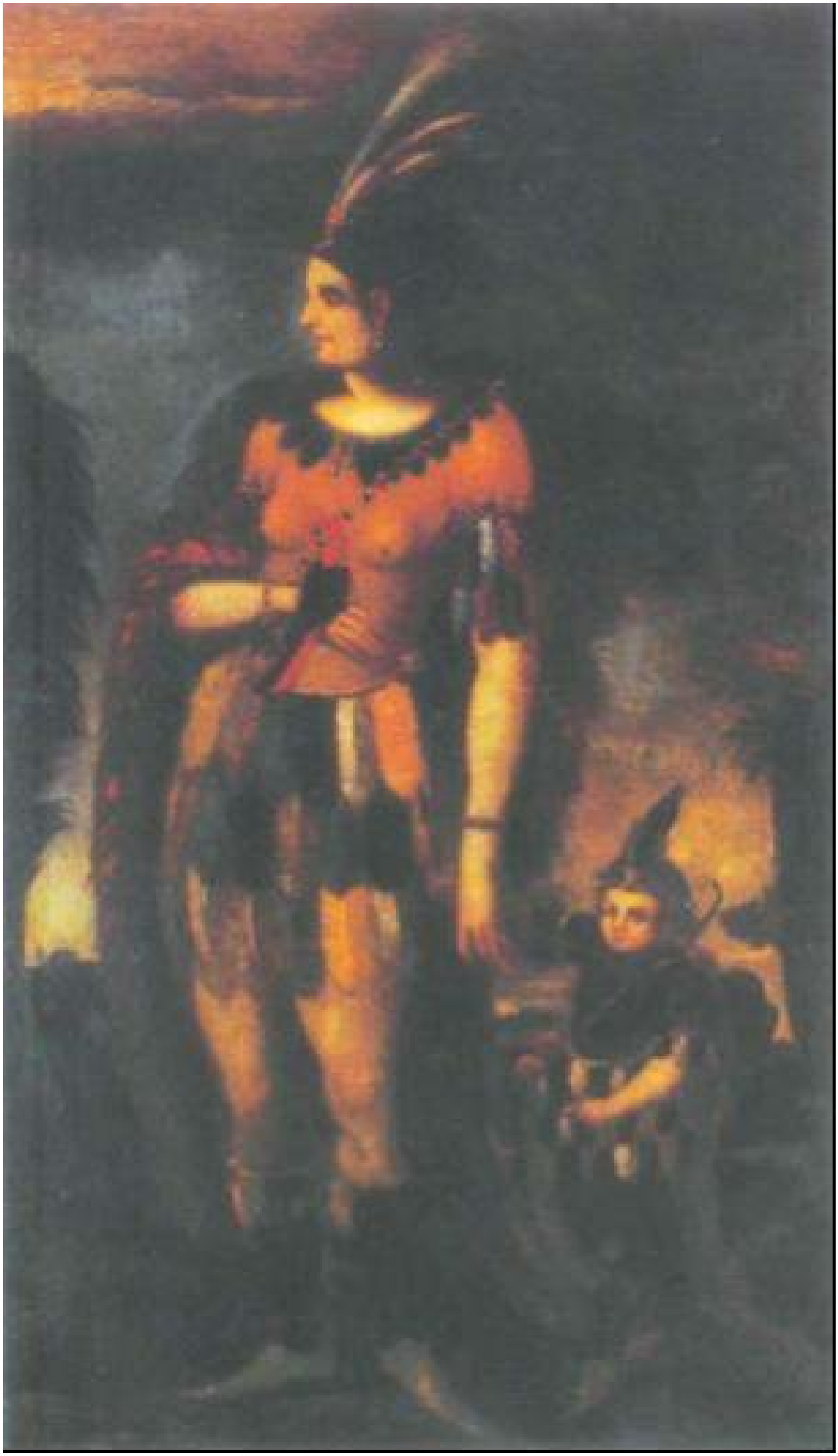
22. Retrato de d. Pedro II. Parece ser esta a pintura usada como modelo e que se encontra no centro do colar da futura imperatriz, na tela ao lado. FMLOA



23. Casamento por procuração da imperatriz d. Teresa Cristina. A cerimônia realizou-se na Capela Real Palatina de Nápoles, em 30 de maio de 1843. Óleo de Alessandro Cicarelli, 1846. MIP

24. Retrato de d. Pedro por volta da década de 50. Com indumentária de grande gala, o monarca aparece cercado pelas insígnias de seu Império. Nas vestimentas destacam-se a murça feita de papos de tucano e o manto com o céu do Brasil. FMLOA

25. A princesa Leopoldina em ambiente tropical; filha de d. Pedro II, morreria aos 24 anos. F. Krumholz, 1851. FMLOA



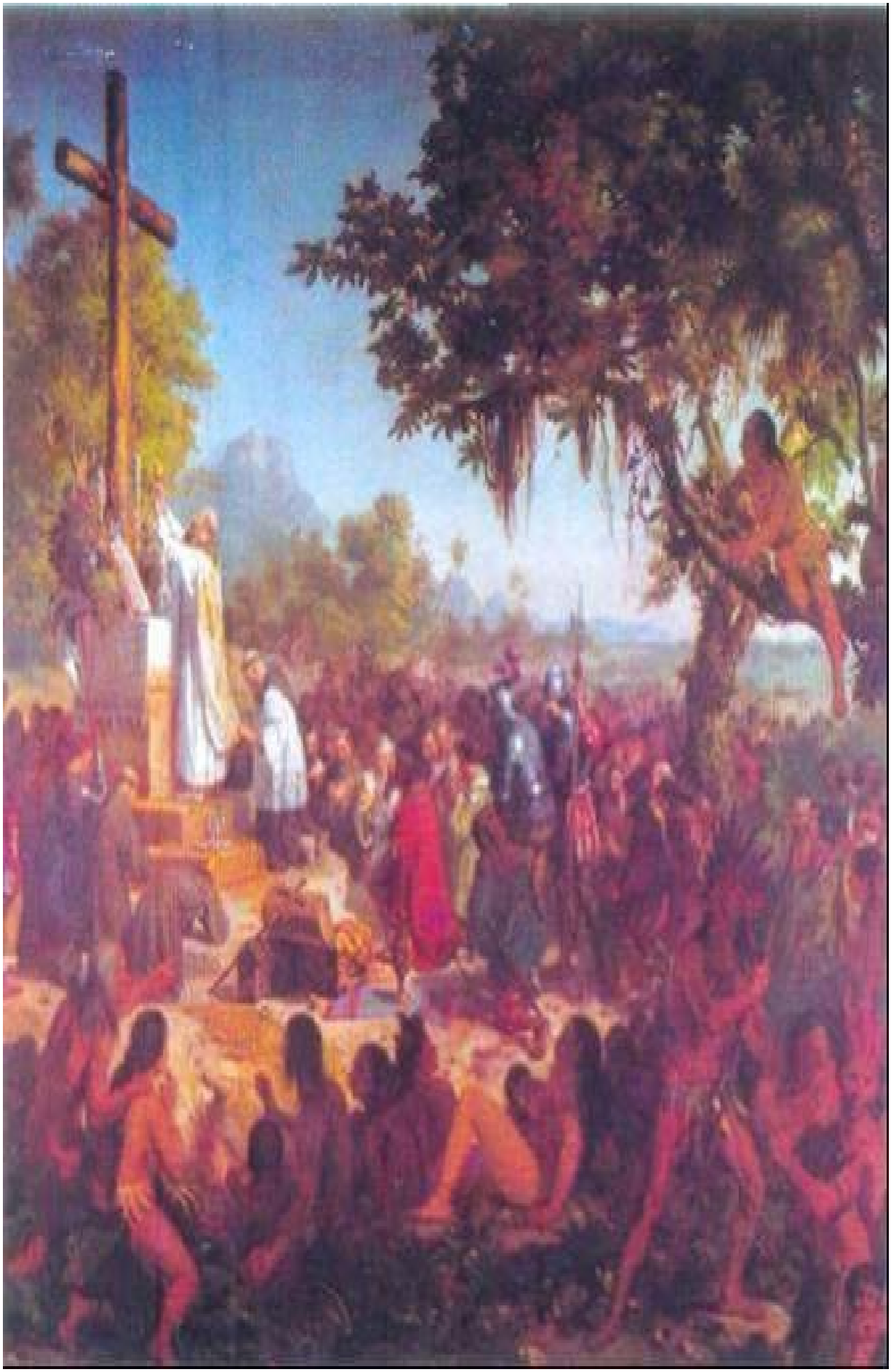
26. Muito antes da voga local do indigenismo romântico, o Brasil já era representado com base em sua população "exótica" e de costumes "estranhos". Na imagem, uma alegoria da América: mãe e filho. Óleo de Niccolo Frangipane, 1590. CEA

27. Dois painéis: de um lado, a "civilizada Europa", com seus quadros, tonalidades e paisagens temperadas; estranhas; do outro, a "bárbara América" com seus índios, animais e cores. Óleo sobre cobre de Jan van Kessel, Bayerische Staatsgemaldessammlungen, Munique, 1666

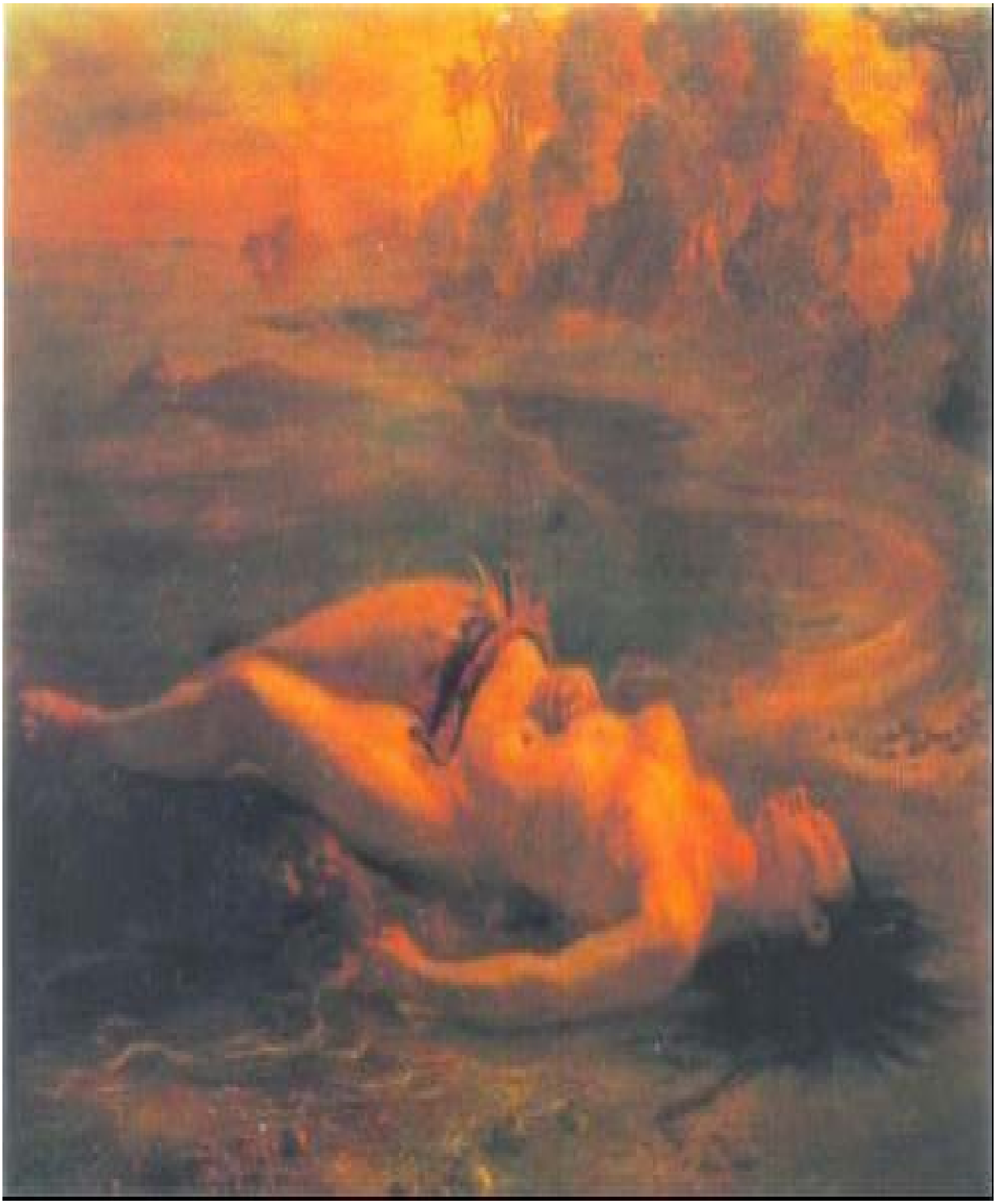
28. Cenário da ópera O Guarani, no Teatro Scala de Milão: 3° ato, cena 3. Aquarela de Cario Ferrario, 1870. MIP

29. Tabaqueira de meados do século feita de esmalte e ouro. D. Pedro aparece bem ao centro, ladeado por duas figuras alegóricas: à esquerda, a Marinha de Guerra; a direita, a Marinha Mercante. Tudo emoldurado em ambiente tropical.

30. Vestimentas usadas por Ceci, Peri e demais personagens na primeira apresentação de O Guarani. Estilizados, os indígenas brasileiros — imperadores da selva — contracenam com a "nobreza" transplantada para os trópicos. Milão, 19/3/1870. Em Fernandes, 1994

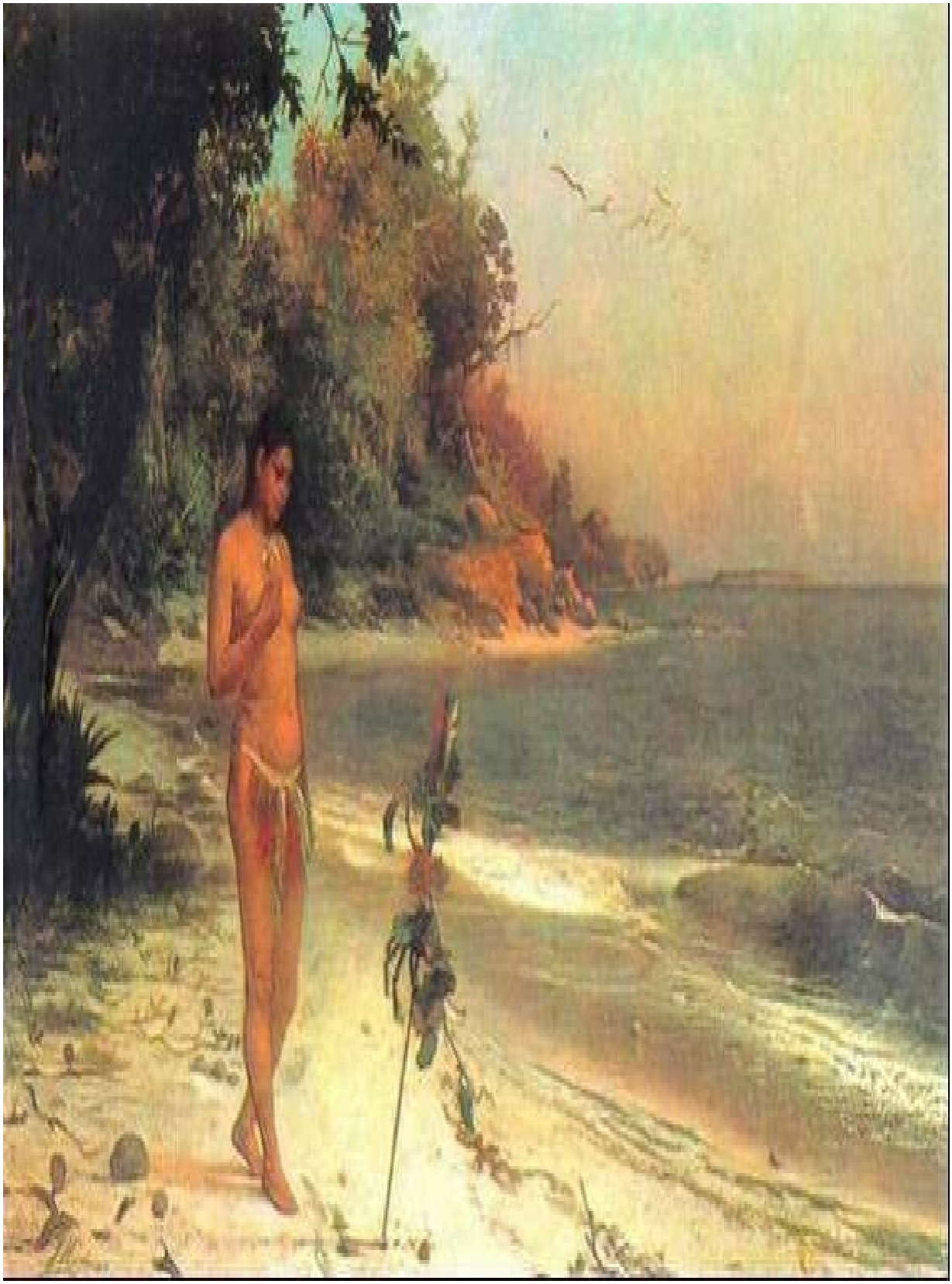


31. A primeira missa no Brasil. Feita por Victor Meireles de Lima, um dos protegidos do grupo de d. Pedro, a obra é inspirada no livro de Gonçalves de Magalhães, Confederação dos Tamoios. O círculo se fechava; o imperador cercava-se de literatos, historiadores e pintores. Óleo sobre tela, 1860. MNBA

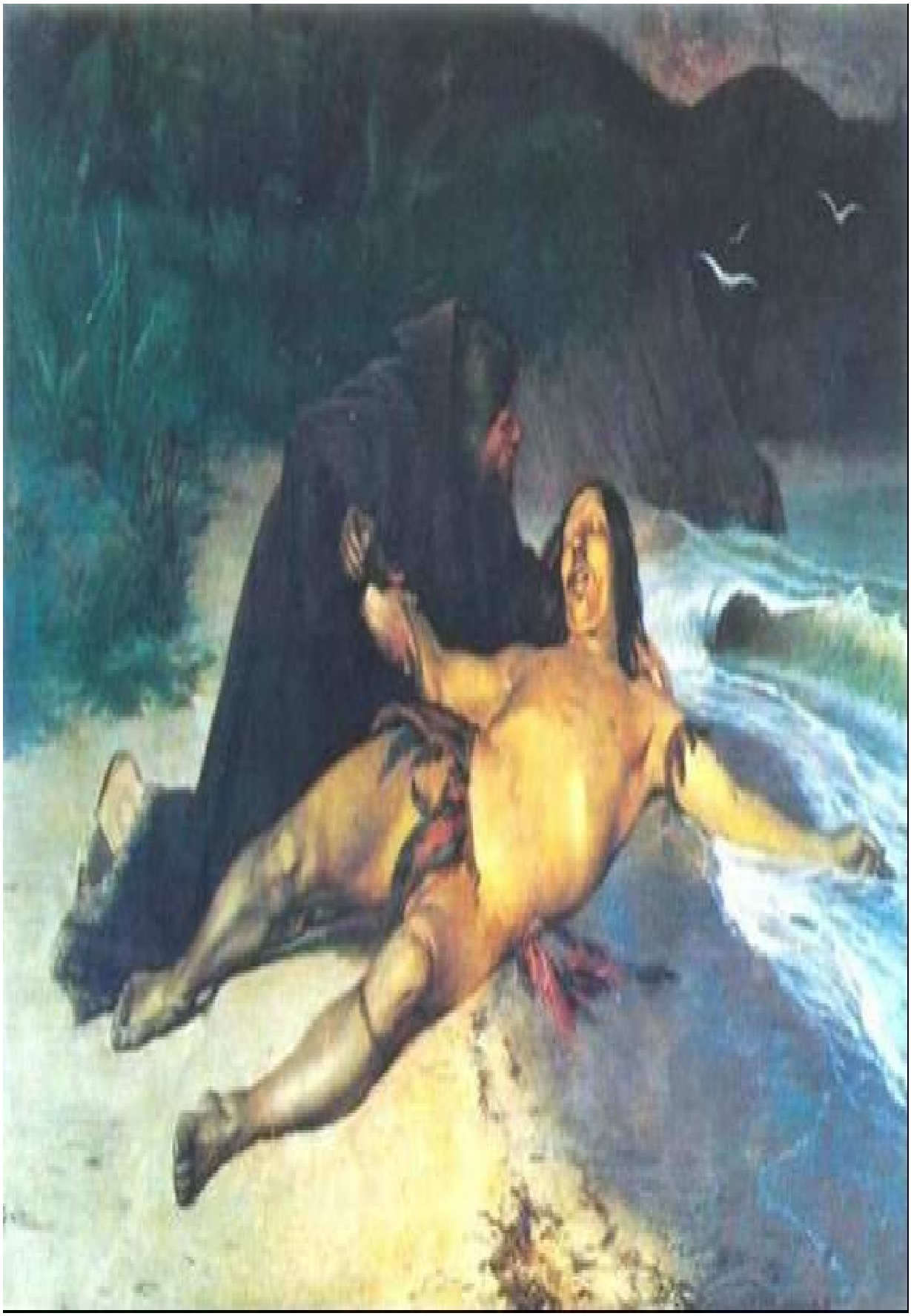


32. Exemplo do academicismo romântico, que junto com o grupo do IHGB selecionou o indígena como modelo de representação do país. Neste caso, o pintor Victor Meireles de Lima retrata a lenda de Moema. Óleo sobre tela,

1866. MASP



33. A personagem Iracema, do romance de José de Alencar, ganha as telas neste quadro de José Maria de Medeiros, datado de 1881. MNBA



34. Novamente o indígena aparece retratado como o modelo e a vítima

maior a simbolizar o novo Império. O último Tamoio, óleo sobre tela de Rodolfo Amoedo, 1883. MNBA

35. D. Pedro na abertura da Assembléia Geral.. Famoso quadro de Pedro Américo de Figueiredo e Melo retratando o imperador em cerimônia realizada em 3 de maio de 1872. O quadro é também conhecido como "Fala do trono", referindo-se à prática do monarca de só portar os trajes majestáticos, a partir dos anos 70, na abertura e encerramento da Assembléia. Na sala aparecem vários políticos influentes, e na tribuna imperial estão, entre outras personalidades, d. Teresa Cristina, a princesa Isabel e o conde D'Eu. Óleo sobre tela, 1872. MIP

É nesse contexto, em que o imperador passa a imiscuir-se cada vez mais na vida intelectual de seu Império, que o IHGB se transformará, de modo crescente, em seu local de predileção. Mas a relação do monarca com o IHGB não data dessa época. Já em 1838, d. Pedro II é convidado a ser o "protetor" da instituição. Em 1839, "oferece", com a interferência de Paulo Barbosa, uma das salas do Paço Imperial da cidade para as reuniões do Instituto. Em 1840, por ocasião do aniversário do monarca, é cunhada a medalha que continha em sua parte posterior os dizeres: "Auspice Petro Secundo. Pacifica Scientiae Occupatio". Em 1842 o próprio monarca torna-se membro do instituto francês, e entre 1842 e 1844 institui prêmios destinados aos melhores trabalhos apresentados no IHGB. Mas até então d. Pedro ocupava sua cadeira como mera figuração.

Na verdade, composto, em sua maior parte, da "boa elite" da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para esse país tão recente, "não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história [...]", eis nas palavras de Januário da Cunha Barbosa[2] a meta dessa instituição, que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria "fundação da nacionalidade".[3]

Se desde o início o Estado entrava com 75% das verbas da instituição, a partir de 1840 d. Pedro II passará a freqüentar com assiduidade as reuniões na sede localizada no Paço Imperial. Dessa data em

diante, o Instituto Histórico funcionará como uma espécie de porto seguro, um estabelecimento oficial para as experiências do jovem monarca, crescentemente empenhado em imprimir um "nítido caráter brasileiro" à nossa cultura. A participação do imperador não era, portanto, a partir dos anos 50, apenas financeira. Ao contrário, d. Pedro interessou-se pessoalmente pelo IHGB, tendo presidido um total de 506 sessões — de dezembro de 1849 até 7 de novembro de 1889 —, só se ausentando em caso de viagem. Tal fato torna-se ainda mais relevante se comparado à pouca participação do monarca na Câmara: lá só aparecia no começo e no final do ano, para abrir e fechar os trabalhos.

Por meio, portanto, do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, d. Pedro II tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural.

Coube ao monarca, em uma de suas primeiras participações efetivas no IHGB, em 1849, a seguinte proposta de debate: "O estudo e a imitação dos poetas românticos promovem ou impedem o desenvolvimento da poesia nacional?". D. Pedro e a elite política da corte se preocupavam, dessa maneira, com o registro e a perpetuação de uma certa memória, mas também com a consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura "genuinamente nacional". Era assim que o imperador lançava as bases para uma atuação que lhe daria a fama e a imagem do mecenas, do sábio imperador dos trópicos. Seguindo o exemplo passado de Luís XIV, o monarca formava a sua corte ao mesmo tempo que elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem.[4] Em uma situação de consolidação do projeto monárquico, a criação de uma determinada memória passa a ser uma questão quase estratégica.

A comparação com os grandes monarcas europeus era nesse sentido recorrente no IHGB, onde se exaltava a importância e a história dos reis para o engrandecimento da cultura nacional. "[...] A proteção às letras

é o mais valioso atributo e a jóia mais preciosa da coroa dos príncipes; por ela se fizeram grandes Luís XIV em França, e os Medici na Itália, quando acolhiam as ciências e as artes que escapavam das ruínas do Império grego [...]"[5]

Com efeito, a cada discurso, a cada solenidade, reafirmava-se a associação entre o nosso imperador e os demais grandes príncipes. "Fica bem claramente perceber que a munificência de Augusto em Roma, de Luís XIV em França, de d. Diniz, d. João V e d. José em Portugal deve também fulgurar no Brasil, acolhendo os literatos, que em todos os tempos têm recomendado por seus escritos ao respeito e a admiração do mundo os nomes e os feitos dos grandes príncipes."[6] Fazendo desfilar toda a "nata da realeza" européia, essa instituição ajudava a legitimar um modelo de monarquia cujos exemplos poderiam retornar à Antiguidade — a Filipe e Alexandre da Macedônia; Augusto, Trajano, Marco Aurélio em Roma; ou Aristóteles, Xenócrates e Sexto — ou encontrar inspiração nos reis mais modernos, como Carlos II da Inglaterra; Luís XIV da França; Cristina da Suécia; Leopoldo e José da Alemanha; Frederico II da Prússia; Pedro, o Grande, e Catarina da Rússia, ou os soberanos pontífices Leão X, Sisto V, Benedito XIV.[7]

Modelos não faltavam, mas havia originalidade na cópia. O romantismo aparecia como o caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções que permitiam afirmar a universalidade mas também o particularismo, e portanto a identidade, em contraste com a metrópole, mais associada nesse contexto à tradição clássica. O gênero vinha ao encontro, dessa maneira, do desejo de manifestar na literatura uma especificidade do jovem país, em oposição aos cânones legados pela mãe-pátria, sem deixar de lado a feição oficial e palaciana do movimento.

O projeto literário toma forma já em 1826, quando Ferdinand Denis e Almeida Garrett chamavam atenção para a necessária substituição dos motivos clássicos e convenções em favor do aproveitamento das características locais. Os brasileiros deveriam se concentrar na descrição de sua natureza e costumes, dando realce sobretudo ao índio, o habitante

primitivo e o mais autêntico, segundo Denis.[8]

Foi só mais tarde, porém, que o romantismo se associou a um projeto de cunho nacionalista. Nesse processo foi decisiva a conversão de um grupo de jovens brasileiros residentes em Paris, mais ou menos entre 1832 e 1838, e que lá foram acolhidos por intelectuais franceses que tinham vivido no Brasil e faziam parte do Institut Historique. Esses mesmos literatos publicaram em 1836 os dois únicos números da revista Niterói, considerada um marco do romantismo brasileiro. Seguindo o lema "Tudo pelo Brasil e para o Brasil", os organizadores da publicação previam a busca e exaltação das originalidades locais.

No título, Niterói, ficava evidente o programa nativista, anunciado já no primeiro número por Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-88), que seria, em futuro próximo, um dos protegidos do imperador. O nome fora descoberto na narração do francês Thevet, viajante do século XVI, e tencionava indicar aos brasileiros a fonte de inspiração da nova literatura: a cultura indígena, que aqui convivia com a escravidão. Na verdade o viajante colaborava com a própria representação do continente americano, nesse contexto, que nos mapas, nas ilustrações isoladas ou nos grandes quadros comparativos aparecia sempre associado ao indígena e às suas práticas exóticas: o canibalismo, a poligamia, a nudez e a "falta de religião".[9]

América, gravura anônima no livro de
Arnoldus Montanus, 1671. CGJM

Mas nessa revista o modelo era um pouco diferente. Segundo Candido, advogava-se um espírito moderno que "consistiria em romper a coexistência e promover o triunfo da literatura nacional, que no caso brasileiro deveria levar em conta a capacidade poética do índio".[10] A própria característica moderada do grupo, em seu desejo de reforma, ajudou na recepção desse projeto, em meio a um ambiente pobre e ainda preso ao neoclassicismo. Trabalhando com as noções de autonomia e patriotismo, o grupo propunha uma transição para o academicismo branda e quase imperceptível.

América, Gilles Rousselet e Charles le Bru. BM

Na imagem as representações da América: a rede (e a preguiça), a nudez e o canibalismo ao fundo; enquanto isso, a metrópole colonizadora chega com seus símbolos de civilização. Gravura em metal de Theodore Galle e Jan Van der Straet, 1589. Em Belluzzo, 1994

Com Magalhães, conviviam Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-79), menos conhecido por sua vida literária do que por sua atuação na Academia de Belas-Artes; Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-91);[11] Joaquim Manuel de Macedo (1820-82);[12] Gonçalves Dias (1823-64) — considerado por Antonio Candido o único autor de real qualidade da geração —, e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78), o fundador da historiografia brasileira,[13] formando o grupo imediatamente vinculado ao imperador.[14]

São exatamente esses escritores que passarão a freqüentar o IHGB a partir de 1840, tendo na revista do Instituto — que começa a ser editada em 1839 — um órgão dileto de divulgação de suas idéias. Por outro lado, o caráter oficial e respeitável do estabelecimento auxiliou na aceitação do grupo e do projeto de renovação literária, sobretudo em razão da presença constante do imperador. Este, por sua vez, embora tenha contribuído decisivamente para o fortalecimento do grupo, patrocinando as diferentes atividades, gerou um certo conformismo palaciano, tolhendo as iniciativas mais rebeldes ou mais alternativas.[15] Com efeito, tomando a dianteira nesse movimento, o monarca selecionou um grupo e de forma direta afastou outros. Na verdade, é com a entrada de d. Pedro II no IHGB e seu mecenato que o romantismo brasileiro se transforma em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as "originalidades locais".

Sabia-se muito pouco a respeito dos indígenas, mas na literatura ferviam os romances épicos que traziam chefes e indígenas heróicos, amores silvestres com a floresta virgem como paisagem. Os antigos dicionários de nossas línguas nativas feitos pelos jesuítas passaram a ser estimados, pois neles se escolhiam termos indígenas que poderiam ser entremeados às estrofes dos novos poemas.

O próprio imperador, inspirado por essa voga, além de propor a criação de gramáticas e dicionários, começa a estudar o tupi e o guarani, que lhe seriam úteis durante os litígios com o Paraguai, na década de 60, e

mesmo para que ganhasse uma espécie de liderança do movimento romântico.[16] Cunhava-se então a representação do sábio mecenas. Era d. Pedro II quem patrocinava, particularmente, projetos de pesquisa de documentos relevantes à história do Brasil, no país e no estrangeiro. Ele também se interessou pelas pesquisas de etnografia e lingüística americana. Ajudou, de diferentes maneiras, o trabalho de cientistas como Martius, as pesquisas de Lund, de Gorceix, dos naturalistas Couty, Goeldi e Agassiz, dos geólogos O. Derby, Charles Frederick Hartt, do botânico Glaziou, do cartógrafo Seybold, além de vários outros naturalistas que estiveram no país. D. Pedro financiou ainda profissionais de áreas diversas, como advogados, agrônomos, arquitetos, um aviador, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e muitos pintores. Não é à toa que nessa época tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB: "A ciência sou eu". Sem dúvida, uma clara alusão ao dito de Luís XIV; uma referência ao momento em que d. Pedro passa a ser artífice de um projeto que visava, por meio da cultura, alcançar todo o Império.

O INDÍGENA COMO SÍMBOLO NACIONAL

Mas se cabia à historiografia formar um panteão de heróis nacionais, criar um passado e buscar continuidades temporais, foi na área da literatura que a atuação de d. Pedro II ganhou maior visibilidade. Debaixo da proteção direta do monarca tomava força o movimento que pretendia promover a autonomização da literatura brasileira, sob os moldes do romantismo e da convenção do indianismo. A própria revista Guanabara, fundada em 1850 por Porto Alegre, Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo, entre outros, em seu primeiro número salientava o apoio do imperador aos literatos. Delineavam-se, então, as bases de uma "política literária". É nesse contexto que Magalhães publica A Confederação dos Tamoios (1856), que fora diretamente financiada por d. Pedro, e, depois de longo preparo, era aguardada como o grande documento de demonstração de "validade nacional" do tema indígena.

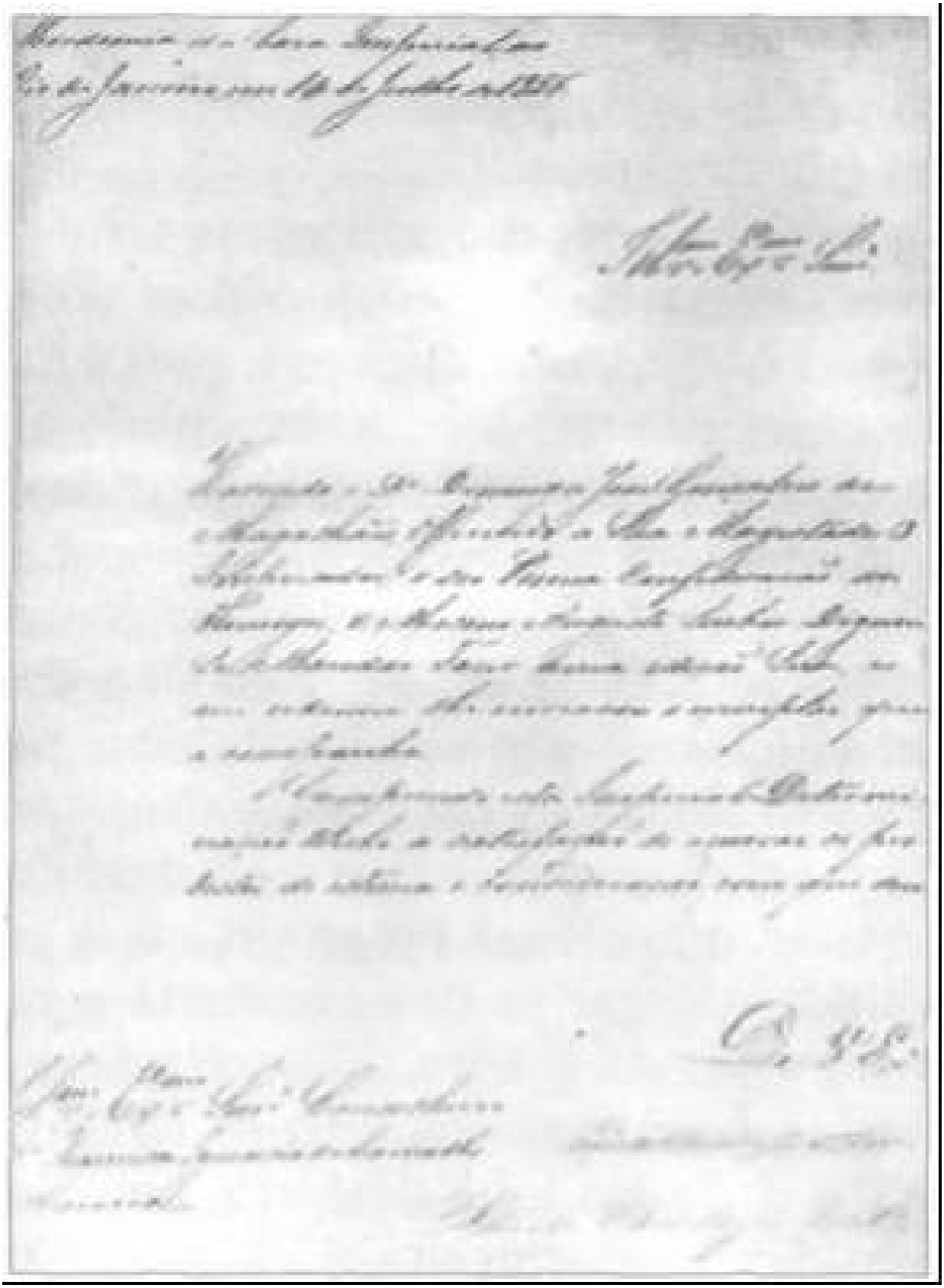
Retornando de certa forma ao modelo do "bom selvagem" de Rousseau, Magalhães construía, sob encomenda, o que deveria ser o maior épico nacional centrado na figura dos heróis indígenas, com seus atos de bravura e gestos de sacrifício. Tentando fundir a "excentricidade romântica com a pesquisa histórica", esse autor acreditava ser possível superar as especificidades regionais para se chegar a um mito nacional de fundação.[17] Apesar do fraco resultado, a importância do livro associou-se a seu vínculo institucional. A própria obra começa com uma grande declaração à "Vossa Majestade Imperial". Nela, Magalhães fala do "sentimento patriótico e da profunda admiração que teriam inspirado esse trabalho literário". Todos os elogios seriam para d. Pedro, aquele que "o Brasil todo ama, e admira [...] o príncipe perfeito todo empenhado em promover o bem de seu povo". Dedicado ao imperador, o livro apresentava uma trama em que se opunham os colonizadores portugueses vilãos aos indígenas naturais e determinados.

Inspirada em artigo de Baltasar da Silva Lisboa publicado na revista em 1834, a obra conta a saga da "brava nação Tamoio", que luta pela liberdade contra os agressores portugueses — estes sim caracterizados como selvagens e aventureiros. Porém, as oposições não se limitam aos pares acima descritos. Enquanto os brancos podem ser divididos entre portugueses brutos e colonizadores (os quais parecem representar a impureza do ato que transforma uma nação livre em escrava) e brancos religiosos (jesuítas mancomunados com o futuro Império), também os indígenas se encontram divididos: de um lado os silvícolas bárbaros ou (pela sua simplicidade) catequizados; de outro os aborígines indomáveis e livres como a natureza. Nessa batalha de cores o par enaltecido é o que lembra a pureza — os portugueses do futuro Império (que representam a unidade nacional e sobretudo a fé cristã, que se cola ao sacrifício dos nativos), os indígenas não conspurcados pela civilização. É num momento particularmente significativo da trama que Tibiriçá, índio converso da tribo Guaianá, tenta convencer seu sobrinho rebelado, Jagoanharo, das vantagens do mundo civilizado. Após a conversa, é Jagoanharo quem tem um sonho divinatório em que prevê, em pleno século XVI, a chegada da família real, a independência, o Império, a guerra na região do Prata e por fim o reino do justo monarca Pedro II. Interrompendo essa grande narrativa de fundação

da monarquia, Magalhães declama:

> Vê que fica a vitória aos defensores
> Deste império da Cruz, da justa causa
> Que Deus ama e protege; e que lá fogem
> Tintos de sangue os feros inimigos
> da nascente, brasília liberdade[18]

Transformado em uma monarquia dos justos, o Império aparece contraposto à colonização portuguesa, terreno da desigualdade. Mas é a chegada de Pedro II a mais aguardada: "Esse infante gentil, que no seu berço pelo sol tropical foi aquecido [...] e se Pedro lançou do Império as bases, Outro o fará subir à mor altura [...]".[19] Aclamado como um "gênio em tenros anos", que "por voto da nação empunha o cetro",[20] d. Pedro II surge no romance de Magalhães como um messias da paz, um mensageiro de Deus. Em meio a seu sonho o índio selvagem declara: "Índio! Se amas a terra em que nasces-te/ E se podes amar o seu futuro/ A verdade da cruz aceita e adora".[21]



Carta do mordomo da Casa Imperial comunicando a Gonçalves de

Magalhães a remessa de uma edição especial de A Confederação dos Tamoios. Manuscrito, 14/6/1856. MMP

É assim que a literatura cede espaço ao discurso oficial e o indígena transformado em um modelo nobre toma parte, mesmo que como perdedor, da grande gênese do Império, agora nas mãos de d. Pedro II. Nas palavras dos grandes sacrificados da história, os indígenas até então não catequizados, o destino era irrevogável: "Araraí! Tu não sabes quanto império/ Tem uma idéia nova, grande e santa,/ que a alma penetra e o coração subjuga".[22]

Como um exemplo a ser seguido, o indígena surgia como herói e vítima de um processo que o atropelava. Nascido livre, morto em liberdade:

> Grande futuro o céu
>
> O índio seguirei. Vítima ilustre
>
> De amor do pátrio ninho e liberdade
>
> Ele que nasceu nos lega o exemplo
>
> De como esses dois bens amar devemos [...]
>
> Imitemos Aimberê que morreu defendendo
>
> A honra, a cara pátria e a liberdade [23]

A primeira missa — tema também do quadro de Vítor Meireles de Lima (ver fig. 31 do caderno-cor 1), sem dúvida inspirado na obra de Magalhães — fecha os destinos das diferentes personagens desse romance. Todavia, o épico termina do mesmo modo que começou: como uma ode ao monarca "que justo empunha o cetro do Brasil [...] cujo apoio deve ser da liberdade, da justiça e da paz o altar sagrado".[24] Como um "fardo da civilização" o Império se impunha por meio da representação do indígena,

mas, também, sobre o indígena: sua grande vítima.

José de Alencar, famoso autor romântico, apesar de vinculado indiretamente ao grupo, teceu, nessa época, sérias críticas ao livro de Magalhães. Usando o pseudônimo de Ig, Alencar afirmava que os indígenas da Confederação poderiam figurar em um romance árabe, chinês ou europeu. A ironia desagradou ao imperador, que, sob o pseudônimo de O Outro Amigo do Poeta, escreveu no Jornal do Commercio artigo de apoio a Magalhães. Em carta datada de 25 de março de 1860 dizia o monarca ao conselheiro Saraiva: "[...] já eu fiz o plano de defesa do poema [...] eu não abandono posição de defensor e elogiador [...] Talvez seja ocasião de uma pena florida escrever algumas poesias fazendo realçar as belezas da Confederação [...] não queria que o Ig [José de Alencar] se empavonasse mais descobrindo um único adversário [...] Quanto a ele, ou se entra no grupo, ou se está fora [...]".[25]

Também na política Alencar se desentenderia com d. Pedro II. Eleito deputado e depois ministro da Justiça, o literato tanto se opôs à política oficial que o imperador desta maneira teria se referido a ele: "É teimoso esse filho de padre". E d. Pedro foi à desforra. Em 1869, sendo Alencar o mais votado dos candidatos indicados numa lista tríplice para ocupar uma vaga no Senado, teve seu nome vetado pelo monarca, que com o ato revidava as críticas do literato à obra de Magalhães. Segundo Lyra,[26] d. Pedro teria dito sobre José de Alencar: "É homem de valor, porém, muito mal-educado".

É evidente, portanto, que o imperador conformava um grupo e um tipo de imagem do país, e mostrava o quanto era poderosa a sua reação contra aqueles que a ele se opusessem. Na verdade, a rixa entre d. Pedro II monarca e o literato não pararia por aí. Alencar, em A guerra dos mascates, escondia em meio às personagens ficcionais alguns políticos da época e até mesmo o próprio d. Pedro (que aparece como Castro Caldas). Mesmo anos mais tarde, em dois números do semanário O Protesto, Alencar seguiria atacando as qualidades intelectuais do monarca: "Não seria muito mais feliz esse povo se seu defensor perpétuo [...] estivesse agora cogitando na difícil solução da situação financeira e perscrutando os males que nos

afligem?".[27]

A despeito das cisões[28] — já que é sabido que d. Pedro II fazia amigos e inimigos, e são conhecidos os ataques da assim chamada "geração boêmia", que investia contra o clientelismo do monarca e o caráter oficial da literatura romântica —, d. Pedro II continuaria a centralizar tal grupo, delimitando aliados e inimigos. Além de Magalhães (depois visconde de Araguaia), Araújo Porto Alegre (mais tarde barão de Santo Ângelo) — nas artes — e Gonçalves Dias mereceriam a atenção do imperador, a quem parecia não escapar a significação nacional de um movimento como esse.

Considerado como o grande autor romântico brasileiro, Gonçalves Dias trouxe o indianismo para a poesia, ao mesmo tempo que respondia à provocação de Ferdinand Denis, o qual em 1826 afirmara: "A América deve ser enfim livre em sua poesia como em seu governo". Nem tão livre era o governo, e reduzido era o circuito imperial. De toda maneira, partindo de documentos da história e da etnografia produzidos no IHGB, Gonçalves Dias cria uma poética dedicada à formação do país: terra virgem, intocada até os primeiros contatos com a civilização. Entre seus Primeiros cantos (1847), Segundos cantos (1848) e Últimos cantos (1851), logo louvados no país, Gonçalves Dias dedicou muitos poemas à América e suas gentes.

Seu poema mais célebre, I-Juca-Pirama,[29] trazia para o Brasil o modelo do canibalismo heróico, expresso nos recintos literários do instituto carioca. Tal qual uma refeição ritual, só se comia o bravo, o espírito indomável livre até na morte. É esse o argumento do poema de Gonçalves Dias, que reconta a história de um bravo guerreiro tupi feito prisioneiro pelos Timbira, o qual espera por sua morte mas teme pela sorte do pai — velho, fraco e cego —, a quem servia como guia.

O drama todo retoma a questão da bravura do herói guerreiro. Diante do choro do jovem tupi, os Timbira o soltam: não se mata e come o covarde. No entanto, o encontro com o pai é marcado pela decepção. O velho tupi lamenta a fraqueza do filho e o maldiz:

Tu choraste em presença da morte?

Na presença de estranhos choraste?

Não descende o cobarde do forte;

Pois choraste, meu filho não és!

Possas tu, descendente maldito

De uma tribo de nobres guerreiros,

Implorando cruéis forasteiros,

Seres presa de vis Aimorés.

Possas tu, isolado na terra,

Sem arrimo e sem pátria vagando,

Rejeitado da morte na guerra,

Rejeitado dos homens na paz,

Ser das gentes o espectro execrado;

Não encontres amor nas mulheres,

Teus amigos, se amigos tiveres,

Tenham alma inconstante e falaz! [...][30]

É então, como um "espírito incorruptível", que o jovem guerreiro se afasta do pai e resolve provar sua bravura enfrentando sozinho os Timbira. Estes, reconhecendo o valor do tupi, concedem-lhe o sacrifício da morte em terreiro. Filho e pai reconciliam-se: "Este, sim, que é meu filho muito amado".[31] Por fim, para garantir a "veracidade" da narrativa, Gonçalves Dias põe na boca de um velho timbira a memória dos feitos heróicos: "E à noite nas tabas, se alguém duvidava/ do que ele contava,/ Dizia prudente: — 'Meninos eu vi!'".[32]

O índio despontava assim como um exemplo de pureza, um modelo de honra a ser seguido. Diante de perdas tão fundamentais — o sacrifício em nome da nação e o sacrifício entre os seus —, surgia a representação idealizada, cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país. Entre a literatura e a realidade, a verdadeira história nacional e a ficção, os limites pareciam tênues. No caso, a história estava a serviço de uma literatura mítica que, junto com ela, "selecionava origens" para a nova

nação.

Foi, portanto, nos decênios de 50 e 60 que o Brasil conheceu a consagração do romantismo, cuja manifestação considerada a mais "genuinamente nacional", o indianismo, teve nele o momento de maior prestígio, alcançando, além da poesia e do romance, a música e a pintura.

Paradoxalmente, e a despeito das desavenças pessoais de d. Pedro II, em 1865 era publicado o romance que se tornou uma espécie de ícone dessa geração, apesar da inserção contraditória de seu autor em meio aos demais indianistas. Iracema, o livro mais conhecido de José de Alencar, não só trazia os temas e paisagens caros ao gênero, como em seu nome (e invertendo-se as letras) incorporava o anagrama de América.

Seguindo de perto a moda do indianismo, era Alencar quem afirmava ser "o conhecimento da língua indígena o melhor critério para a nacionalidade da literatura".[33] Nas suas obras uma demonstração constante dos conhecimentos sobre a natureza e os naturais do Brasil transparece a ponto de muitas vezes o caráter didático e mais etnográfico do texto e das notas impor-se, em detrimento da narrativa.

Mas voltemos a Iracema. No romance a bela "virgem dos lábios de mel" aparece retratada em meio a um passado mitificado, nesse caso o cenário intocado do Nordeste de inícios do século XVII. A obra representa o nascimento do Brasil, conseqüência, mais uma vez, do sacrifício indígena. O casal central — Martim e Iracema — simboliza os primeiros habitantes do Ceará, e de sua união resultará uma nova e predestinada raça. Em meio à trama, Iracema morre para que seu rebento Moacir (o "filho do sofrimento") viva, e Martim deixa as praias do Ceará para fundar novos centros cristãos. A partir de então deveriam ter todos "um só Deus, como tinham um só coração".[34]

Mais uma vez distantes do Brasil do século XIX, tão marcado pela escravidão negra, heróis brancos e indígenas convivem em um ambiente inóspito. Se existem alguns indígenas bárbaros, eles se resumem a poucos grupos isolados. Como os europeus, os silvícolas são acima de tudo nobres. Nobres se não nos títulos, ao menos em seus gestos e ações.

É essa a interpretação também presente em Ubirajara,[35] em que o próprio José de Alencar destaca, em sua "Advertência", ser esse "um livro irmão de Iracema". "Irmãos" na medida em que ambos são definidos, por seu autor, como "lendas", "aparentados" no uso de compêndios históricos da época e "irmanados" no tratamento. Nas duas obras vemos destacadas a "magnanimidade do drama selvagem" e as críticas às descrições mais condenatórias emitidas por "missionários que encarneciam assim a importância da sua catequese; e aventureiros que buscavam justificar-se da crueldade com que tratavam os índios".[36]

As experiências de Alencar com o indianismo, contudo, não haviam começado com Iracema e Ubirajara. Publicado originalmente em folhetins no Diário do Rio de Janeiro, entre janeiro e abril de 1857, O Guarani ganhava a forma de livro no mesmo ano. Dividido em quatro partes — "Os aventureiros", "Peri", "Os Aimorés" e "A catástrofe" —, o romance se passa no século XVII, às margens do rio Paraíba. Seu principal protagonista é Peri, o grande herói da obra e par romântico para a loura e alva Ceci. Já no título, Alencar pretendia representar o indígena brasileiro em seus primeiros contatos "em um momento de vigor e não degenerado como se tornou depois".[37]

Peri é a própria representação do bom selvagem rousseauniano: forte, livre como o vento, fiel e correto em suas ações. A trama se desenvolve em torno de dois grandes fatores de tensão. De um lado, Peri protege a família do fidalgo português d. Antônio de Mariz (pai de Ceci) do ataque dos "bárbaros Aimorés". De outro, ajuda a desvendar todas as artimanhas do "malvado Loredano", "aventureiro" que só queria as riquezas da família e a beleza de Ceci. Mais uma vez o embate se dá entre nobres e selvagens. Selvagens são os Aimorés e os aventureiros brancos. Nobres são todos aqueles que têm ou merecem tal título em virtude da bravura e altivez de seus atos. É assim que o tema da nobreza de Peri volta constantemente nas páginas do romance, como a indicar um feliz encontro entre uma nobreza branca, que veio ao Brasil oriunda da Europa, e os "nobres da terra". É de d. Antônio de Mariz a frase: "Crede-me Álvaro, Peri é um cavalheiro português no corpo de um selvagem".[38] Em outro momento

do livro Alencar interrompe a ação para emitir o seguinte juízo: "Enquanto o índio falava um assomo de orgulho selvagem da força e da coragem lhe brilhava nos olhos negros e dava certa nobreza ao seu gesto. Embora ignorante, filho das florestas, era um rei; tinha a realeza da força".[39] Peri como espírito era nobre, e até rei.

Não podendo impedir a desgraça maior que se abateria sobre a família Mariz, Peri tenta salvar Ceci, que venera com paixão, separados apenas por duas naturezas: "uma filha da civilização, o outro filho da liberdade selvagem".[40] Ambos terminam juntos, anunciando um amor quase platônico entre o índio e a "virgem loura", levados pela torrente de um rio. O futuro é a vida no Rio de Janeiro ou "o céu que os une". Só os leitores de Alencar guardam a resposta.

Peri era, portanto, muito diferente dos demais indígenas, "nos quais a braveza, a ignorância e os instintos carniceiros tinham quase apagado o cunho da raça humana".[41] Descritos como ignorantes, bárbaros e possuidores de instintos canibais, os Aimorés representavam os selvagens, que, de tão "diabólicos", deveriam ser esmagados pela "civilização".

É assim que, em uma terra de passado e nobreza recentes, Alencar recria um passado mítico com seus senhores valentes e bondosos, e indígenas fiéis e honrados. Trata-se de um encontro de dignidades: o cavalheiro e o selvagem. Mais que isso, Peri era rei nas florestas: "Esse monarca das selvas cercado de toda a majestade e de todo o resplendor da natureza";[42] "[...] no meio do deserto, livre, grande, majestoso como um rei".[43] Nessa "corte tropical" nada mais justo do que imaginar um rei das selvas, que conviveria com a realeza dos civilizados e lhes deveria vassalagem, séculos depois.

Anos mais tarde, em 1870, estrearia, no Scala de Milão, a ópera composta por Antônio Carlos Gomes (1836-96) chamada O Guarani, cujo libreto foi inspirado no romance de mesmo nome de Alencar. Tendo seu trabalho financiado por d. Pedro II,[44] a obra de Carlos Gomes combinava as normas européias com o desejo de exprimir os aspectos considerados mais

originais em nossa cultura. Compunha-se música romântica mas de base indígena, como a afirmar uma identidade ao mesmo tempo universal e particular. (Ver figs. 28 e 30 do caderno-cor 1.)

José de Alencar em pose que lembra o lugar do escritor e do intelectual. Foto de Alberto Henschel. MHN

Homenagem da Revista Ilustrada ao ilustre Carlos Gomes. A estréia é em Milão, mas o fundo do desenho mistura a "clássica" Europa com as linhas do Pão de Açúcar. Em Revista Ilustrada, 1889-90. MMP

Bordalo faz grande homenagem à ópera O Guarani, encenada no Teatro Lírico em 1878: o indígena oferece flores ao músico. Em O Besouro, 19/10/1878. MMP

Na primeira apresentação o exotismo do cenário aliado às vestes dos habitantes primeiros do Brasil parece ter agradado. Os indígenas locais podiam ser até gregos em sua indumentária, assim como brancos em sua coloração. O que mais importava, porém, era a construção de uma memória para esse Império americano.

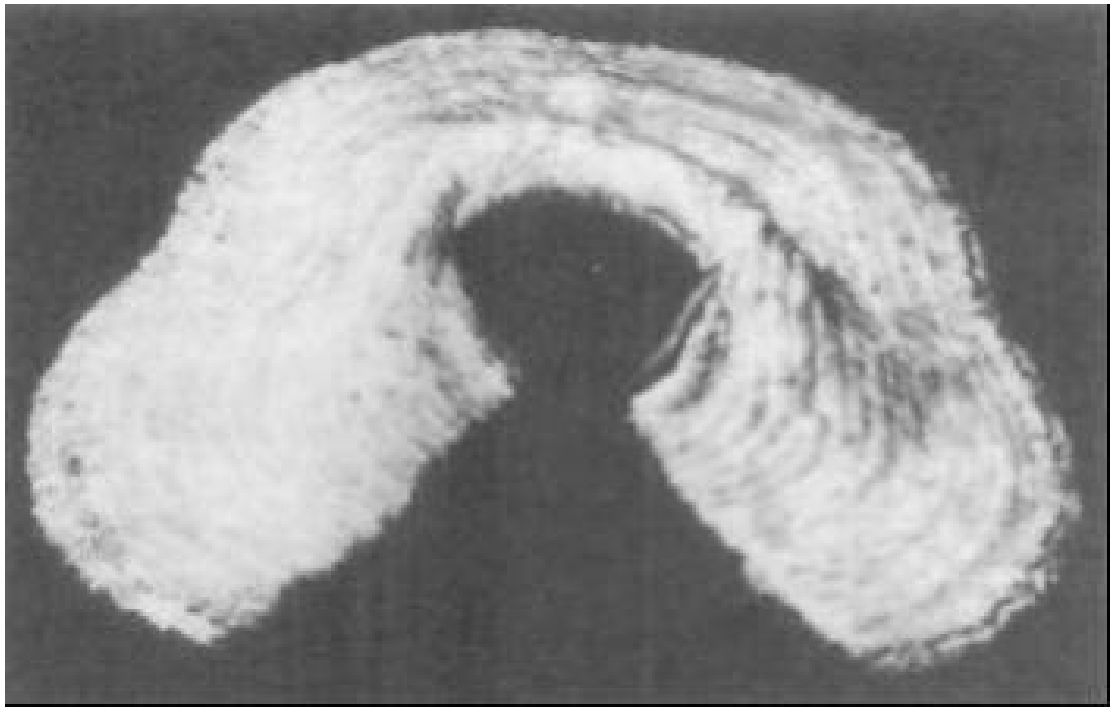
Como se vê por meio desses e de outros autores, o romantismo no Brasil não foi apenas um projeto estético, mas também um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo. Diferente do movimento alemão de finais do século XIX, tão bem descrito por Elias,[45] o nacionalismo brasileiro, pintado com as cores do lugar, partiu sobretudo das elites cariocas, que, associadas à monarquia, esforçavam-se em chegar a uma emancipação em termos culturais. Os temas eram nacionais, mas a cultura, em vez de popular, era cada vez mais palaciana e voltada para uma mera estetização da natureza local.

Atacados de frente por historiadores como Varnhagen, que os chamava de "patriotas caboclos",[46] os indianistas brasileiros ganharam, porém, popularidade e tiveram sucesso nesse contexto na imposição da representação romântica do indígena como símbolo nacional. O próprio Machado de Assis, mais afastado desse grupo, em crônica intitulada "Notícia da atual literatura brasileira", reconhece "um certo instinto de nacionalidade"[47] vigente nesse estilo épico. É significativa, também, a resposta de Magalhães ao grande historiador do Império. Acusado de ser fantasioso e de defender os selvagens em detrimento dos civilizados, é desta maneira que reage o literato, protegido do imperador: "Nós que somos Brasileiros, porque no Brasil nascemos, qualquer que seja a nossa origem indígena, portuguesa, holandesa ou alemã, fazemos causa comum com os que aqui nasceram antes de nós e consideramos como estrangeiros

os mais homens. Assim fazem todos os homens a respeito de seus compatriotas".[48] Por fim, além de defender-se das acusações de lusofobia, Magalhães acaba concluindo: "A Pátria é uma idéia, representada pela terra em que nascemos. Quanto à origem das raças humanas, isso é questão de história, pela qual não se regula o patriotismo. De resto, o herói de um poema é um pretexto, uma regra d'arte para a unidade da ação [...]".[49]

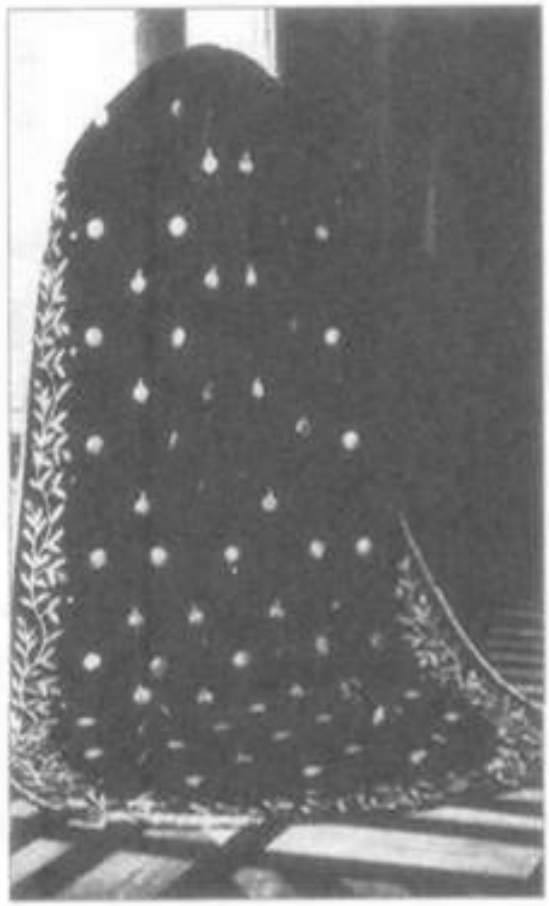
Fazendo da literatura um exercício de patriotismo, esse gênero ganhava lugar nos planos do Estado. A valorização do pitoresco da paisagem e das gentes, do típico em vez do genérico, encontrava no indígena o símbolo privilegiado. Representando a imagem ideal, o indígena encarnava não só o mais autêntico como o mais "nobre", no sentido de se construir um passado honroso. Por oposição ao negro, que lembrava a escravidão,[50] o indígena permitia indicar uma origem mítica e unificadora. Aí estava a ambigüidade desse grupo chamado por Antonio Candido "geração vacilante".

A natureza brasileira também cumpriu função paralela. Se não tínhamos castelos medievais, templos da Antiguidade ou batalhas heróicas para lembrar, possuíamos o maior dos rios, a mais bela vegetação. Entre palmeiras, abacaxis e outras frutas, apareciam caracterizados o monarca e a nação, destacando-se a exuberância de uma natureza sem igual. O ritual da realeza seguia à risca esse estilo mestiço e tropical, por meio da ininterrupta mistura de elementos do lugar e estrangeiros. Por mais que tenha partido de d. Pedro I e de Bonifácio a iniciativa de elaborar — junto com Debret e outros participantes da Missão Francesa — uma ritualística local, foi com d. Pedro II e seu longo reinado que se tornaram visíveis a originalidade do protocolo e o projeto romântico de representação política do Estado. Com a Ordem do Cruzeiro do Sul, sempre no peito, em meio a uma coroa de estrelas, os ramos de tabaco e café, a coroa clássica de louros (simbolicamente substituída, por Gonçalves Dias em Os Timbiras [1857], por uma outra feita com flores brancas de acácia e as amarelas do sassafrás, numa metáfora iluminadora do indianismo), a murça de penas de galo-da-serra e depois de papo de tucano — quase um cocar da realeza —, a medalha de Paissandu... tudo colaborava para a construção de uma identidade feita de muitos empréstimos e várias incorporações.



A famosa murça, nas palavras de d. Pedro II uma homenagem aos caciques da terra, fazia parte da indumentária imperial, e era confeccionada de penas de galo-da-serra e depois de penas de papo de tucano. FBN

Mas o projeto cultural escapava aos poucos dos circuitos restritos a essa intelectualidade e ganhava as classes médias urbanas, que viram nele uma resposta às aspirações de afirmação nacional. Se em um momento inicial o indianismo foi antes uma forma de obscurecer a inserção da escravidão no país, aos poucos, porém, valendo-se dos poemas épicos, dos romances, das telas grandiosas e das óperas, o movimento passou a exercer uma clara influência sobre setores mais amplos, em particular na corte, cada vez mais acostumada com a introdução de imagens, termos e produtos de inspiração indígena.

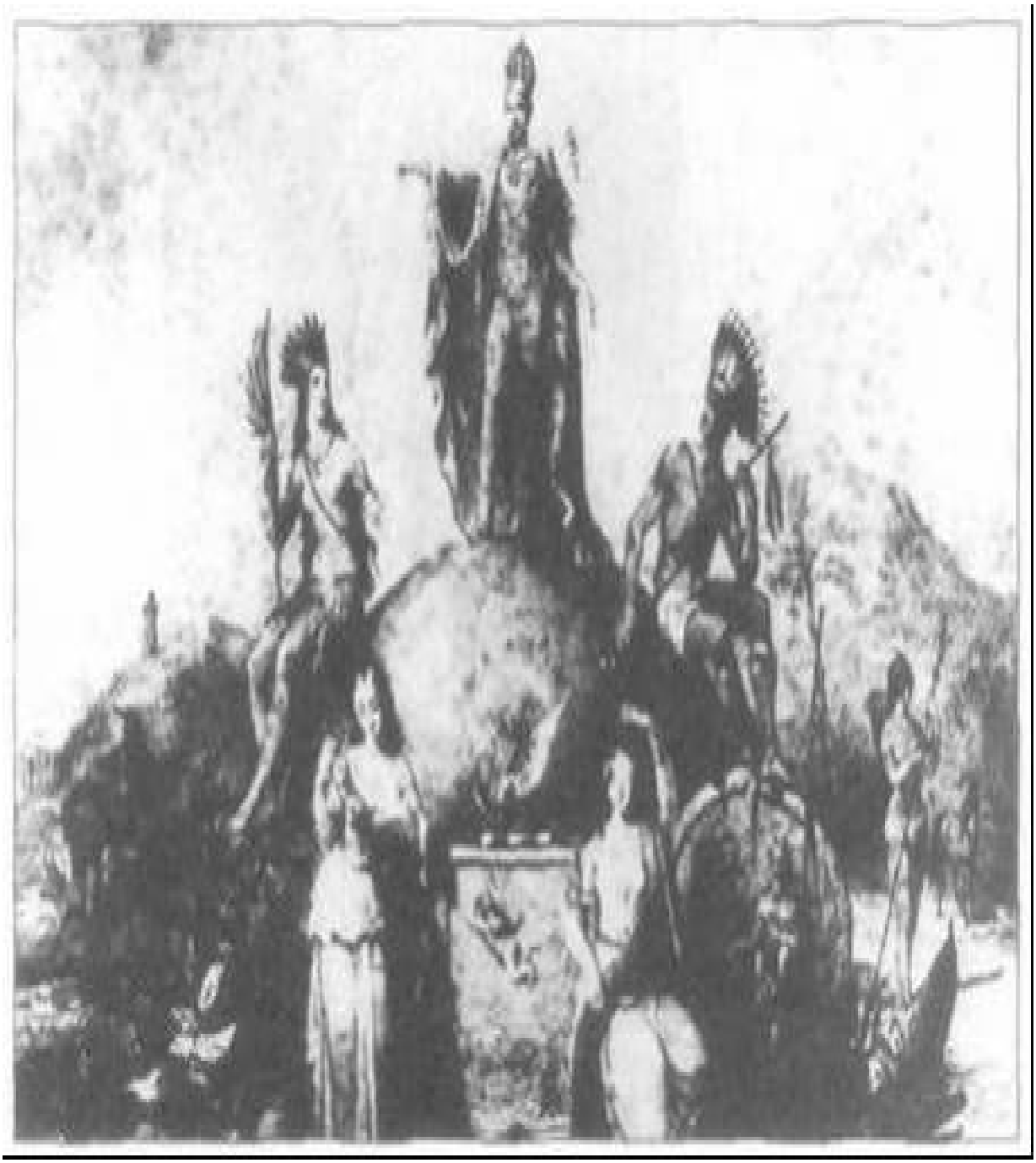


Trajes de gala; nas indumentárias da realeza os símbolos da terra: cacau, café, tabaco e o céu do Brasil, FBN

No Jornal do Commercio, indígenas aparecem em propagandas de produtos da corte, 1853. FBN

O indianismo chega também à iconografia política e vai fazer parte

da representação do poder imperial e das cerimônias oficiais. Nas imagens da época, ele deixa de ser apenas um modelo estético para se incorporar à própria representação da realeza: o Império realizava, então, uma "mimesis americana".[51] É assim que junto a alegorias clássicas surgem indígenas quase brancos e idealizados em ambiente tropical. Na figura seguinte, ao lado de querubins e alegorias, são os indígenas, como encarnação de um passado mítico e autêntico, que parecem legitimar o monarca, nessa imagem imediatamente posterior à sagração.



D. Pedro sagrado por indígenas da terra e divindades.

Litogravura, c. 1840. FBN

Acclamação
de D. Pedro II

A coroação de d. Pedro II. A mesma ilustração é
agora usada com outros objetivos políticos:
a legitimação do próprio Gabinete da Maioridade. MMP

A seguir, vemos d. Pedro II, já mais velho, sendo coroado com os tradicionais louros, mas cercado por ramos de tabaco e café, além de frutas tropicais. Nesse caso, porém, o rito da coroação aparece envolto de símbolos de progresso e modernidade — o vapor, o navio, o globo, os livros e a paleta —, que vinculam o monarca tropical aos ganhos da civilização. Intitulada O sonho do gigante, a ilustração traz um poema de Castro Lopes que fala da idolatria do povo a esse "cidadão brasileiro [...] patriota de um povo tão injuriado".

O sonho do gigante, em Galeria do Bazar Volante, 1863.
As vestes majestáticas em primeiro plano e
ao fundo os ícones do progresso. MIP

As cosmologias se misturam de maneira ainda mais evidente na próxima ilustração. Divulgada em finais dos anos 1860, a gravura destaca no centro da cena o imperador, o qual divide espaço com um indígena — mais elevado, já que sobre um pedestal — que carrega a bandeira da monarquia e coroa d. Pedro com os clássicos louros. Este, por sua vez, recebe a coroa segurando um ramo de café na mão esquerda. Os elementos se mesclam: o indígena porta os signos da realeza ocidental, enquanto o imperador carrega um emblema da riqueza local. Mas a representação não se resume a esses elementos centrais. À direita vemos o brasão da monarquia, junto com a chama eterna e a coroa pousada no livro da Constituição. Por fim, mais à esquerda, o navio e os trabalhadores parecem indicar o progresso da nação. Tudo isso vem emoldurado para presente, com um poema que mais uma vez destaca o monarca brasileiro, "idolatrado em uma terra afortunada". Os retratos são, com freqüência, os mesmos, retirados das imagens oficiais; os contornos é que se alteram incorporando novos elementos. Com efeito, é o diálogo entre os literatos do IHGB e outros setores que se afina, multiplicando a imagem do monarca pelo país afora.

Defensor perpétuo do Brasil, xilogravura, 1869. O indígena, representando o Império, coroa com louros o novo monarca: na iconografia as posições se invertem. FBN

A ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS-ARTES:

UMA IMAGEM OFICIAL PARA O PAÍS[52]

Também na Academia Imperial de Belas-Artes — criada em 1826, porém muito implementada durante o reinado do jovem monarca d. Pedro II —, a vertente romântica, que elegeu o exótico como símbolo local, proliferou e adaptou-se ao projeto de Pedro II em outras áreas.[53] No plano pictórico, a Academia é a grande responsável por uma transformação que vai se evidenciando a partir de então: o barroco é relegado a segundo plano e o neoclassicismo passa a imperar, sobretudo na corte e em algumas capitais.[54] No resto do país predominava, ainda, o academicismo, bem como o retratismo, grande moda entre as famílias abastadas até a difusão da fotografia.

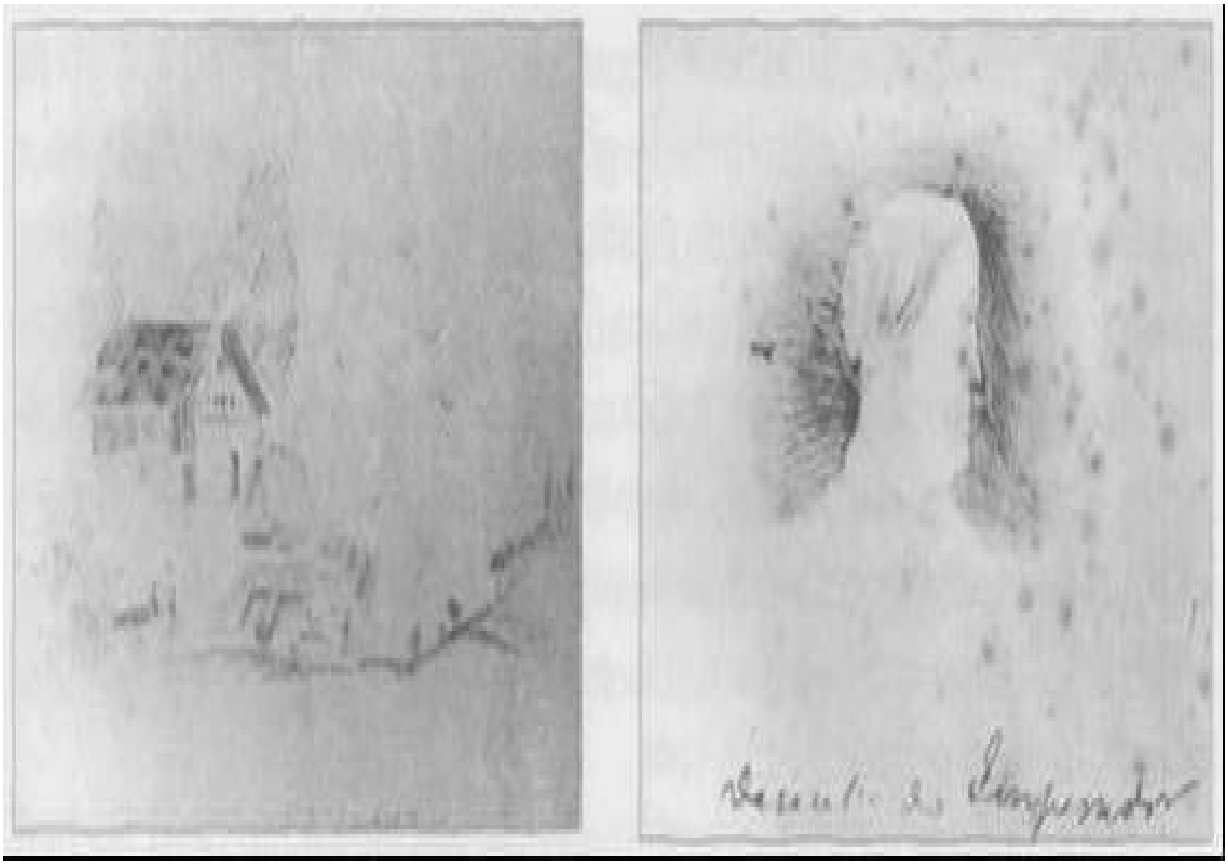
O estabelecimento representava o resultado imediato da Missão Francesa que chegara ao Brasil em 26 de março de 1816 com o intuito de aqui fundar uma academia de artes. No entanto, a escola só passaria a funcionar dez anos depois, e mesmo assim enfrentando muitas dificuldades de ordem econômica. Foi apenas durante o Segundo Reinado que a Academia viveu uma situação mais estável, sobretudo graças aos auxílios públicos e privados do monarca. Empreendendo uma política semelhante à do IHGB, O imperador passou a distribuir prêmios, medalhas, bolsas para o exterior e financiamentos, assim como participou com assiduidade das Exposições Gerais de Belas-Artes, promovidas anualmente, ou entregou insígnias das Ordens de Cristo e da Rosa aos artistas de maior destaque. Em 1845, d. Pedro passou a custear o Prêmio Viagem, aberto anualmente, e que financiava um pensionato no exterior durante o período de três anos.

Muito poderia ser dito sobre a Academia, mas de pronto basta lembrar que a relação do monarca com essa instituição era, também, estreita. Afora o apoio financeiro e oficial, os vínculos com d. Pedro II ficam claros pelo volume de retratos produzidos sob encomenda tendo como modelo o imperador. Taunay, por exemplo, fez um quadro de d. Pedro II que serviu para ser copiado por alunos, para todas as províncias do Império e repartições da corte. O mesmo pode ser dito de Manuel de Araújo Porto Alegre e de Pedro Américo, cujo quadro D. Pedro na abertura da Assembléia Geral mostra o imperador com seus trajes majestáticos, coroa na cabeça, manto com apliques de ramos de café e tabaco, murça de

penas de papo de tucano e o cetro com a serpe dourada. (Ver fig. 35 do caderno-cor 1.)

Mais uma vez o lado palaciano da instituição é digno de destaque. Com efeito, o círculo se fechava. O monarca financiava artistas que, entre outras atividades, responsabilizavam-se pelos retratos mais oficiais de d. Pedro. Estes, por sua vez, circulavam sob forma de litografia, para outras partes do Império, ajudando a fixar uma memória de idade breve.

Muitos desses artistas foram inclusive professores de d. Pedro II e de suas irmãs — como Simplício Rodrigues de Sá e Félix Émile Taunay —, e tornaram-se depois pintores oficiais da corte. O imperador conheceu Pedro Américo quando este era aluno do Colégio Pedro II e pintava às escondidas um retrato seu. Tal ato só podia ser respondido por outro: o monarca matriculou-o na Academia de Belas-Artes e financiou seus estudos. Mas essa não foi uma exceção: Vítor Meireles também foi estudar na Europa, assim como Almeida Júnior, Castagnetto, Francisco Sá, Daniel Bérard e Rodolfo Bernardelli. Para d. Pedro II, ele próprio um retratista amador, que recheava seus diários com pequenas ilustrações feitas a lápis, proteger esse tipo de artista era quase uma obrigação de Estado; uma forma de garantir uma iconografia oficial. Nesse sentido, não só a Academia, por meio de concursos, premiava os ganhadores com bolsas e viagens ao exterior, como d. Pedro II, pessoalmente, financiava seus protegidos, que ficaram a partir de então conhecidos como "os pensionistas do imperador". A Academia estava de tal maneira ligada aos destinos do monarca que, no ocaso do Império, a própria escola entrou em decadência, com um grande número de cadeiras vagas e o final da política de financiamento.[55]



Desenhos feitos por d. Pedro II em seu diário; ao lado do primeiro aparece a seguinte reflexão: "Casinha bonita com trepadeiras que mal se animam a trepar na varanda"; no segundo vemos o perfil da princesa Isabel; 1871. MIP e MMP

No entanto, mais do que avaliar a qualidade pictórica da produção acadêmica, o que interessa destacar é como, nesse local, a exaltação do exótico, da natureza e do indígena romântico se tornou uma marca. Na verdade, durante o período colonial, o barroco se impôs como gênero, e teve nas corporações e nos escravos artistas relevantes. É por isso mesmo que um dos objetivos da Academia foi de forma contrastiva mudar padrões, estilos e técnicas. O centro inauguraria todo um didatismo, uma nova pedagogia, com exigências de nível de escolaridade, currículos mínimos e cursos de anatomia. Nesse universo acadêmico predominava a pintura histórica, sobretudo de inspiração bíblica, cenas de gênero, alegorias e retratos, guinada essa que trazia para a pintura a mesma intenção, já manifestada na literatura, de ruptura.

Como uma espécie de reação ao barroco, o academicismo importa da França a dimensão ética, que contempla a exemplaridade, a virtude e o modelo. Submete-se a dimensão sensível a uma conformação rigorosa em que a vontade prevalece sobre o mundo das paixões. Não obstante, diferente do exemplo militante e revolucionário francês, no Brasil o academicismo se fez palaciano ao retornar ao modelo histórico e grandiloqüente imediatamente vinculado ao projeto imperial.

Produtora, a partir de então, de todas as imagens oficiais do Império, a Academia ditará não só estilos como temas: o motivo nobre, o retrato, a paisagem e a pintura histórica estarão em voga, trazendo para as telas representações do Império próximas da produção literária do IHGB. Em boa parte realizadas no exterior, em razão da política de financiamento,[56] essas obras apresentavam uma idealização da paisagem e da população, coerente com o olhar de quem descreve de longe, sem contato com a realidade. É o caso das obras de Vítor Meireles de Lima, A primeira missa no Brasil (1860) e Moema (1866), ou de José M. de Medeiros, Iracema (1881), que fazem parte do ciclo indianista, o qual chega à pintura mais tarde do que chegara à literatura: só na década de 60. Nesses quadros, os indígenas passivos e idealizados compõem a cena sem alterá-la fundamentalmente: são quase um elemento colado à paisagem tropical. (Ver figs. 31 a 33 do caderno-cor 1.)

Esse é também o caso de O último tamoio (1883), de Rodolfo Amoedo (ver fig. 34 do caderno-cor 1), e da escultura em terracota de Francisco Manuel Chaves Pinheiro, denominada Índio simbolizando a nação brasileira (1872). Chaves produziu o documento mais emblemático de sua geração ao embutir no título da sua obra a intenção do projeto indianista. Com uma postura corporal idêntica à do imperador em sua imagem oficial elaborada por Pedro Américo (ver fig. 35 do caderno-cor 1), que o retrata na Fala do Trono, o indígena de Chaves carrega o cetro da monarquia em vez de sua arma, um escudo com o brasão imperial em lugar de sua borduna. O cocar está na cabeça, mas é o manto do rei que cobre a "nudez natural" desse "símbolo nobre e puro de nossa origem". Meio índio, meio nobre; meio selvagem, meio rei, o indígena da escultura de Chaves sintetiza e torna

concretas representações dispersas.

Índio simbolizando a nação brasileira, escultura de Francisco Manuel Chaves Pinheiro, 1872. Produzida no mesmo ano que o quadro de Pedro Américo — D. Pedro na abertura da Assembléia Geral —, traz elementos semelhantes; mas muda a personagem: sai o imperador, entra o indígena. MNBA

D. Pedro II e Almeida Júnior: a representação do mecenato, G. P. Pinheiro. MNBA

O romantismo brasileiro alcançou, portanto, grande penetração, tendo o indígena como símbolo. Na literatura e na pintura os índios idealizados nunca foram tão brancos; assim como o monarca e a cultura brasileira tornavam-se mais e mais tropicais. Afinal, essa era a melhor resposta para uma elite que se perguntava incessantemente sobre sua identidade, sobre sua verdadeira singularidade. Diante da rejeição ao negro escravo e mesmo ao branco colonizador, o indígena restava como uma espécie de representante digno e legítimo. "Puros, bons, honestos e corajosos", os índios atuavam como reis no exuberante cenário da selva brasileira e em total harmonia com ela. Como dizia Magalhães: "A Pátria é uma idéia, representada pela terra em que nascemos [...] De resto, o herói de um poema é um pretexto [...]".[57] Pátria sem ser nação, no Brasil os símbolos "surgiam" na mesma velocidade em que se consolidava a imagem do Império. E assim, por meio do indianismo, realizava-se um velamento da colonização.

A imaginação muitas vezes cede espaço ao didatismo, que confere ao romance ou à pintura a credibilidade necessária. Viajantes, cronistas, historiadores, nomes como Gabriel dos Santos, Rocha Pita, Manuel da Nóbrega, saem dos compêndios e entram nas notas explicativas que acompanham o texto, as quais, por seu turno, servem de base para a pintura. Mais uma vez história e mito caminham lado a lado: o índio teria sim existido em um passado remoto e glorioso, e era ele, assim mitificado, que inspirava os dramas românticos produzidos na corte, os quadros grandiosos ambientados nos trópicos, as belas óperas que apresentavam, para o exterior, um Império exótico mas nobre. Como diz o provérbio: "Se non è vero, è ben trovato". Ou na versão de Gonçalves Dias: "Meninos eu vi".

Apesar das críticas do grupo realista e do grupo boêmio, que

entenderam o gênero como excessivamente imaginoso, subjetivo e muito vinculado e dependente do Império,[58] a representação romântica criou raízes no país. Sua popularidade talvez advenha menos do que contém de artificial e exterior e mais de seu processo de invenção, reelaboração e adaptação à realidade dos trópicos. Como um bom selvagem tropical, o indígena mitificado permitiu à jovem nação fazer as pazes com um passado honroso, anúncio de um futuro promissor. Se dissensões existiam, o projeto oficial tratava de apagá-las.

Tal é a absorção do símbolo que na década de 80 ele se tornará matéria privilegiada da imprensa satírica. Fazendo um uso oposto ao mesmo tempo que paralelo, Angelo Agostini, na Revista Ilustrada, selecionará a figura do indígena como ícone da nação que é enganada. Estranho destino: de modelo de patriotismo a elemento de contestação.[59]

Na visão irônica de Agostini vemos lado a lado o imperador e o indígena; ambos encarnam a nação: o primeiro como seu chefe, o segundo como símbolo da nação, muitas vezes frustrado e entristecido; nesse caso é o símbolo que ri do modelo. Em Revista Ilustrada. IEB

Mas estamos ainda em outro contexto, longe dos conturbados anos 80. Em meio a um momento de grande estabilidade, assegurada a monarquia, o projeto cultural ganhou força na política imperial. Em seu diário de 1861, d. Pedro II fazia um balanço de sua atuação: "[...] Sou dotado de algum talento; mas o que sei devo-o sobretudo a minha aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, meus principais divertimentos [...] Nasci para consagrar-me às letras e às ciências e, a ocupar posição política, preferia a de presidente da República ou ministro à de imperador [...] Confesso que em 21 anos muito mais poderia ter feito; mas sempre tive o prazer de ver os efeitos benéficos de onze anos de paz interna devidos à boa índole dos brasileiros".

Como um mecenas das artes, d. Pedro II enraizava sua imagem de governante. Também a tranqüilidade política lhe fora benéfica. Com ela podia se dedicar ao que julgava ser a sua real tarefa. D. Pedro era dado a novidades, gostava de estudar línguas e ciências exóticas, e a palavra progresso, para ele, vinculava-se à ciência e ao intelecto. Como diz Caldeira: "Entre os amores do rei não estava a doutrina econômica".[60] Antes de mudar as estruturas econômicas parecia mais urgente, para d. Pedro, mudar os espíritos, e nesse sentido o imperador nunca escondeu quão enfadonha lhe parecia a política. Mas nem só de arte vivia nosso rei mecenas. Línguas, astronomia, mineralogia e geologia faziam parte do elenco de paixões de d. Pedro II. Conhecedor do assunto, o monarca convidou geólogos como Charles Hartt e Orville Derby para dirigir a Comissão Geológica do Império — que recolheu 500 mil amostras —, e em 1864 dava ao inglês Thomas Sargent a primeira concessão para explorar petróleo no Brasil. Isso sem esquecer outra grande iniciativa do governo imperial: a criação, em 1876, da Escola de Minas de Ouro Preto. Henri

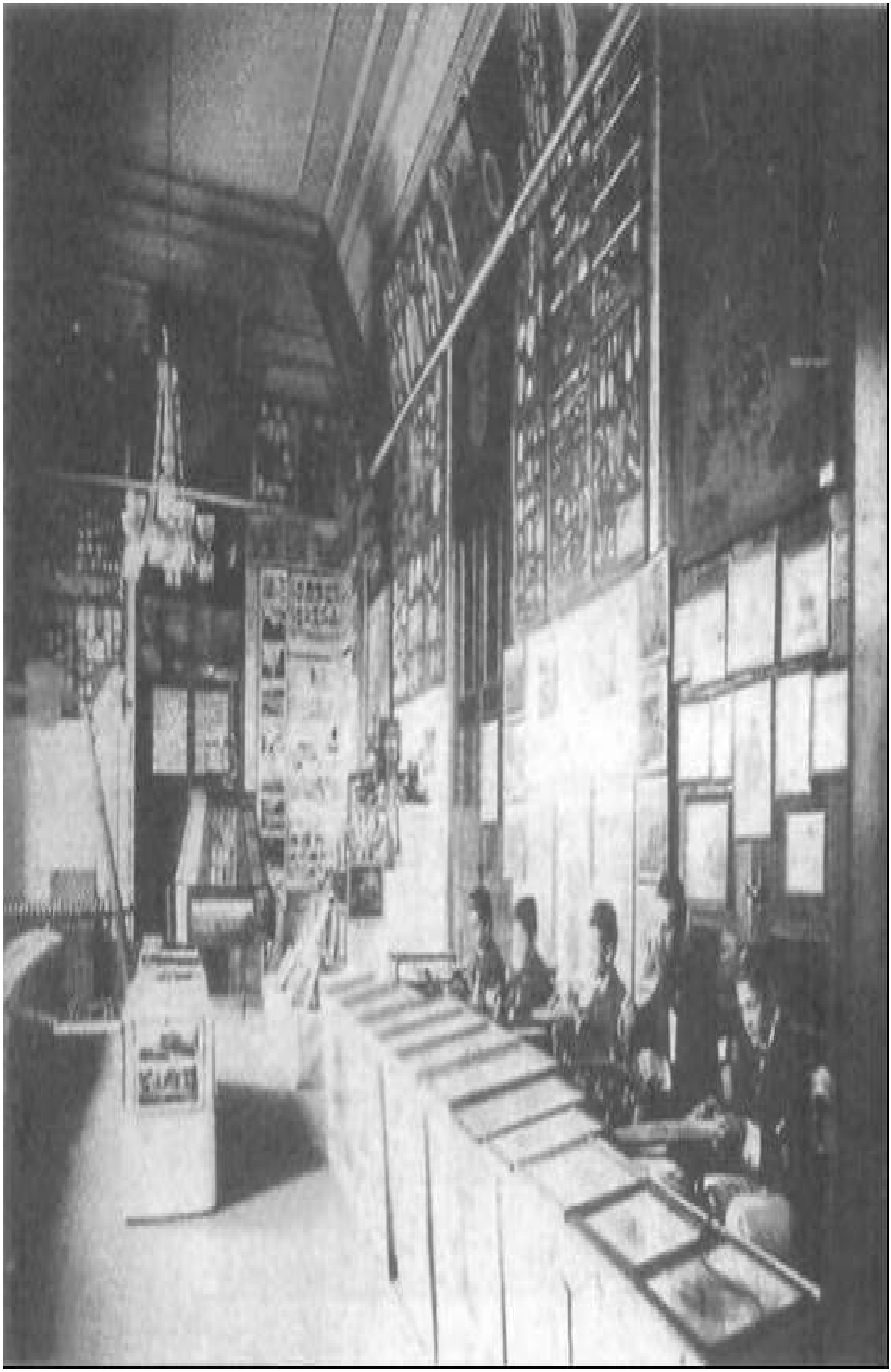
Claude Gorceix, o primeiro diretor da escola, foi indicado por Auguste Daubrée, amigo e colega de d. Pedro II na Academia de Ciências de Paris.

O COLÉGIO PEDRO II: EXAMES E PROVAS

Poliglota, assíduo correspondente e sócio de várias instituições internacionais mesmo antes de sair do país, d. Pedro II tinha junto ao trono uma biblioteca, um museu, além de um laboratório e seu famoso observatório astronômico. Interessado na educação, o imperador freqüentava concursos nas escolas de Medicina, Politécnica, Militar e Naval. Isso sem falar do Colégio Pedro II, a grande predileção do monarca. Fundada em 1733, a instituição teve diversos nomes — Casa dos Meninos Órfãos de São Pedro, Seminário de São Joaquim, Imperial Seminário de São Joaquim — até ficar conhecida como o Imperial Colégio Pedro II. Extinto em 1818, o seminário foi restituído, em 1821, pelo então príncipe d. Pedro. A escola seria definitivamente patrocinada por d. Pedro II e receberia seu nome em 2 de dezembro de 1837. A partir de então o seminário transformou-se em colégio de instrução secundária e, em seguida, foi elevado à condição de Imperial Colégio Pedro II. O colégio é reinaugurado em 25 de março de 1838 pelo imperador, e em 27 de abril do mesmo ano recebe os primeiros alunos. De orfanato humilde, o "Pedro II" — como era chamado — se transformaria na "glória" do nosso ensino; uma espécie de "símbolo de civilidade", de um lado, e de pertencimento a uma elite, de outro.

Com seu uniforme imponente, a lembrar as cores do Brasil — casaca verde com botões amarelos (que a partir de 26 de dezembro de 1855 traziam em relevo o símbolo P II do monarca), chapéu alto de pêlo, a gravata de volta, o boné chato —, o colégio convertia-se aos poucos na forte imagem do imperador, que investia grandemente em sua representação de erudito. Afinal, era d. Pedro quem, em carta a José Bonifácio, o Moço, orgulhava-se de dizer: "Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha casa e o Colégio Pedro II". Se a frase é claramente de efeito, na boca de quem jamais abdicou do Poder Moderador revela, no

mínimo, a relação estreita que uniu d. Pedro II a esse colégio, o único que, de certa forma, escapava ao ensino excessivamente livresco, anticientífico e pouco abrangente da época. Com efeito, apesar de obrigatória, a instrução primária era insuficiente: as escolas, poucas, estavam quase todas centralizadas na corte.



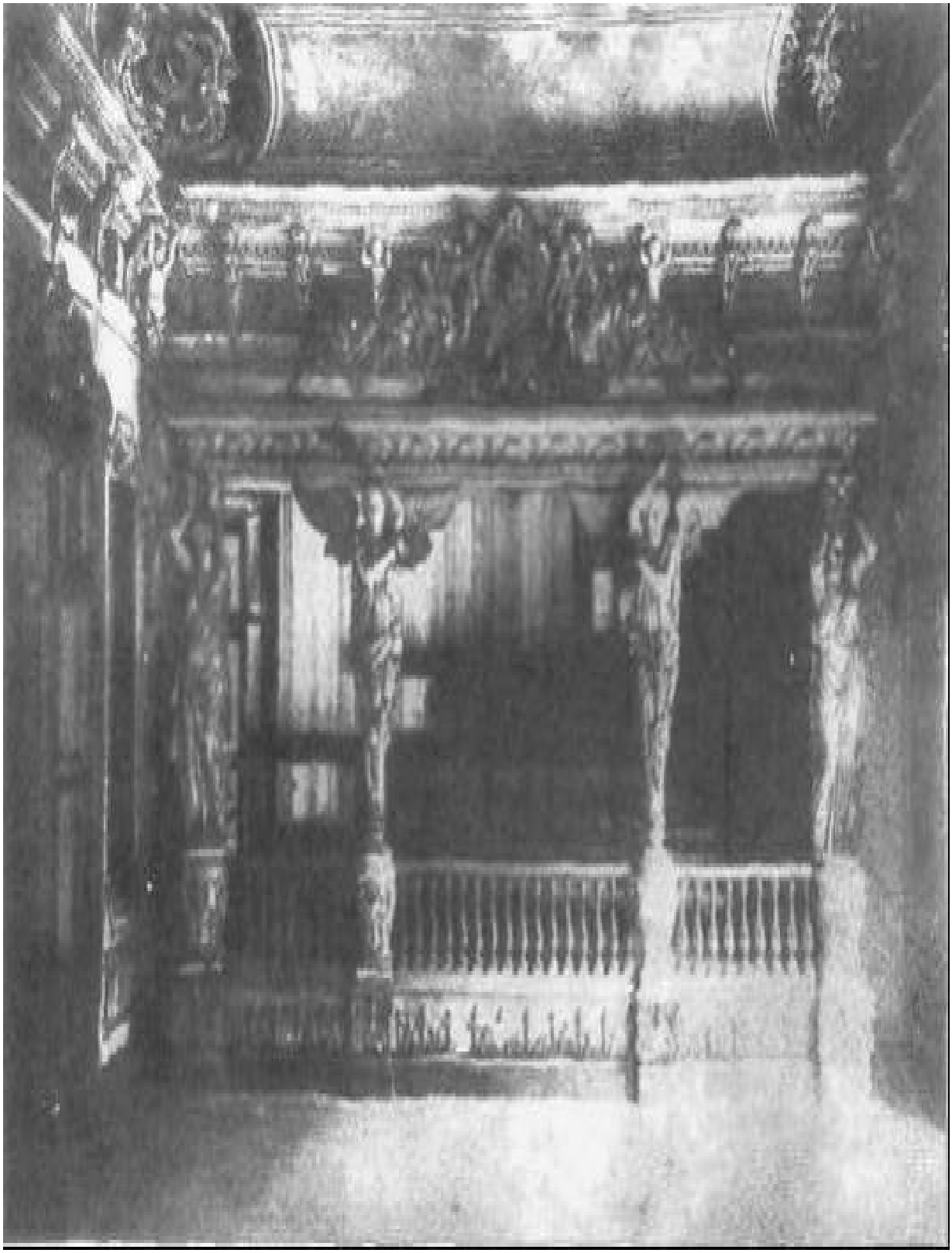
Sala de exposição dos trabalhos dos alunos do Colégio Menezes Vieira, Rio de Janeiro. Exceção em meio a um ambiente com poucas ofertas educacionais. Foto gelatina, 19 x 26 cm, entre 1875 e 1889. FBN

O monarca parecia, porém, desconhecer essa realidade e concentrar-se, sobretudo, no "seu colégio", como costumava dizer, onde assistia a provas, selecionava professores e conferia médias. Em seu diário escreveria d. Pedro II: "Se não fosse imperador do Brasil quisera ser mestre-escola", uma opção que condizia, ao menos, com a representação que mais e mais se divulgava.

É por isso mesmo que o Império investiu tanto na reforma por que passou o colégio já em 1874. Argumentava o ministro João Alfredo que "o culto das letras e das ciências seria um dos principais títulos de glória do reinado do príncipe cujo nome honrava a instituição e cuja generosidade para com ele não se desmentiria".[61] Bethencourt da Silva, discípulo de Grandjean de Montigny, um dos próceres da Missão Artística Francesa de 1816, foi contratado e alterou consideravelmente o antigo seminário, cuja face principal olhava para a rua Larga de São Joaquim e as demais para as ruas da Imperatriz e da Prainha. O famoso Salão D. Pedro II foi adornado com esculturas dos grandes sábios da humanidade, e entre as duas portas da frente havia espaço suficiente para armar o trono imperial com os seus característicos dragões da Casa de Bragança.

Inaugurado em 27 de fevereiro de 1875, o Salão D. Pedro II tornou-se o local obrigatório para as colações de grau dos bacharéis em letras e dos doutores em medicina, isso sem falar das turmas de graduados do colégio, que, ao som de música, recebiam seus tão esperados diplomas das mãos do monarca ou da sua consorte, passaporte seguro para um futuro promissor na corte.

Colégio Pedro II, 1861. MMP



Tribuna de música do Salão do Colégio Pedro II. Esculturas em homenagem aos grandes sábios da humanidade e o trono dos Bragança.
Em Revista da Semana, 28/11/1925. MMP

O mecenato de d. Pedro II conheceu, ainda, outras facetas. É famosa a admiração do monarca pela ópera e a sugestão que fez a Wagner, em 1857, quando passava por momentos de dificuldade, encomendando-lhe uma obra lírica para o Rio de Janeiro. O pedido foi recusado, mas em 1876, quando assistia, ao lado do imperador da Alemanha e de outros soberanos alemães, à Tetralogia de Wagner, encenada em Bayreuth, d. Pedro II se autodenominou "um wagneriano histórico" e não de primeira hora, como os demais. Mais uma vez a "memória patriótica" seleciona certos episódios em detrimento de outros. Wagner era, nesse momento, um ícone à altura desse Império.

Em 1857, d. Pedro criava, também, a Imperial Academia de Música e a Ópera Nacional, destinadas a formar músicos nacionais e difundir o canto lírico.

O monarca interessava-se ainda pela medicina, financiava o estudo de médicos brasileiros e apoiava o hospício da corte que, em 1850, recebia o seu nome. A primeira Comissão Científica do Império (1859) — apelidada por seus opositores de Comissão das Borboletas — fez diversas coletas em províncias do Norte e também foi patrocinada por d. Pedro.

Dessa maneira, se os negros africanos não lhe "motivavam a imaginação" de tão vinculados ao cativeiro, o mesmo não se pode dizer dos indígenas. De voga científica a moda artística e literária, os "selvagens" foram tema de concursos históricos, geográficos, lingüísticos e de etnografia. Dicionários e novas gramáticas foram editados sob os auspícios do imperador, isso sem falar de sua biblioteca sobre lingüística e etnografia indígenas.[62]

Enfim, imagem ou não, o fato é que boa parte do dia-a-dia do monarca era tomada por seus estudos. É desta maneira que nosso "rei sábio" divide o seu ainda sereno cotidiano no ano de 1861: "Pretendo distribuir assim o tempo. Acordar às seis e até as sete grego ou hebraico. Dez horas almoço. Das doze às catorze exame de negócios e estudo. Jantar às cinco e meia e passeio. Das nove às onze escrita desse livro e dormir.

Às sextas assisto às lições de inglês e alemão dadas às minhas filhas [...] Às terças-feiras Lusíadas das sete e meia às oito da noite. Quarta latim com minhas filhas. Quinta Lusíadas [...] Domingos e dias santos leituras de Lucena [...] das raízes gregas à noite. O tempo que não tem emprego será ocupado com leituras, conversas ou recebimento de visitas [...]".[63]

Na mesma medida em que d. Pedro revelava não ter paciência para as questões práticas, "sobrava-lhe tempo" para dialogar com os trópicos. Desse contato ambos saíram alterados: os indígenas nunca foram tão brancos; o monarca jamais foi tão tropical. Entre muitos ramos de café e tabaco, por vezes cercado de alegorias, coroado como um César em meio a coqueiros e paineiras, com o livro na mão, d. Pedro II é mais e mais um sinônimo da nacionalidade.

Ministério de 1853, litografia. FBN

Ministério de 1859, litografia. FBN

Ministério de 1861, litografia. FBN

Dedicando-se à astronomia, engenharia, medicina, hebraico e à tradução de textos clássicos, d. Pedro II abria os salões literários no Palácio de São Cristóvão, dirigia as reuniões do Instituto Histórico, ia à ópera, acompanhava exames no Colégio Pedro II e inaugurava as exposições anuais da Academia de Belas-Artes. Aí estavam as colunas de sua construção. A imagem eram os trópicos e o indígena idealizado.

Fora desses modelos, porém, o "mecenato" de d. Pedro era quase inexistente. Mais conhecidos como "os artistas do imperador", os literatos e acadêmicos que circundavam o monarca constituíram um grupo singular que acumulava prêmios e cargos de destaque na política do Segundo Reinado. Alijadas desses ambientes, a assim chamada geração boêmia (representada por Paula Nei, Coelho Neto, Artur e Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, entre outros) e uma série de outros artistas reivindicavam um espaço autoral, livre da interferência da corte. Nos livros A República (de Coelho Neto) e Mocidade morta (de Gonzaga Duque) tem-se um relato de uma parte significativa dessa geração que, sobretudo nos anos 80, se incompatibilizou com as instituições acadêmicas financiadas pelo Império e cujo testemunho revela a existência de grupos divergentes com relação ao projeto cultural palaciano.

Além disso, apesar do interesse do imperador pela instrução e pelas ciências, os gastos nessa área, segundo Carvalho,[64] foram modestos. Mesmo no que se refere à educação primária, embora a Constituição de 1824 a definisse como obrigação do Estado, pouco foi feito na maioria das províncias nesse sentido. O governo central cuidava de fato era da educação superior, com exceção da corte e, como vimos, de algumas instituições de ensino secundário que entravam no elenco de predileções do imperador: além do Colégio Pedro II, o Imperial Observatório, o Museu Nacional, o Arquivo Público, a Biblioteca Nacional, o Laboratório do Estado, o Jardim Botânico e a Academia Imperial de Belas-Artes. De resto, a falta de

instrução era uma grande realidade para a maior parte do país, onde não parecia haver interesses provinciais no aumento do número de cidadãos esclarecidos.

Mais uma vez a corte era uma exceção nesse cenário: no final do Império dizia-se que 50% da população era alfabetizada. Era natural, portanto, que de maneira crescente a corte se transformasse em um centro irradiador. De lá se ditavam os novos rumos da política, e partiam as modas literárias, as regras de linguagem — divulgadas nos discursos dos políticos publicados nos jornais —,[65] os hábitos no vestir e do gestual, os costumes de higiene e as novas regras de etiqueta que se enraizavam cada vez mais nessa elite, que, no Brasil, imaginava viver na Europa, ainda que cercada de escravos.

Nada, porém, mais próximo das vogas da corte do que os projetos oficiais desses românticos. Durante vinte anos esse grupo se ocupará em criar uma cultura nacional, no plano das artes plásticas, da literatura e da música. O lado de estrategista de Magalhães, o teatro e a arquitetura "miscigenada" de Porto Alegre, a atividade indigenista de Gonçalves Dias são facetas de um romantismo reformista, mas coadunado com a "onda tropical" que se afirmava como projeto nacional. Em lugar dos cativos, o Império oficializava acima de tudo seu lado tropical. O indianismo salta dos romances e das telas, ganha a iconografia política e até os anúncios de jornais para se tornar um modismo que atacou muitas das famílias "patrióticas" brasileiras, levando-as a trocar seus nomes lusitanos tradicionais — Sousa, Pereira, Almeida e Oliveira — por outros de clara inspiração indígena: Caramuru, Acaiaba, Tibiriçá, Periassu e tantos outros.[66]

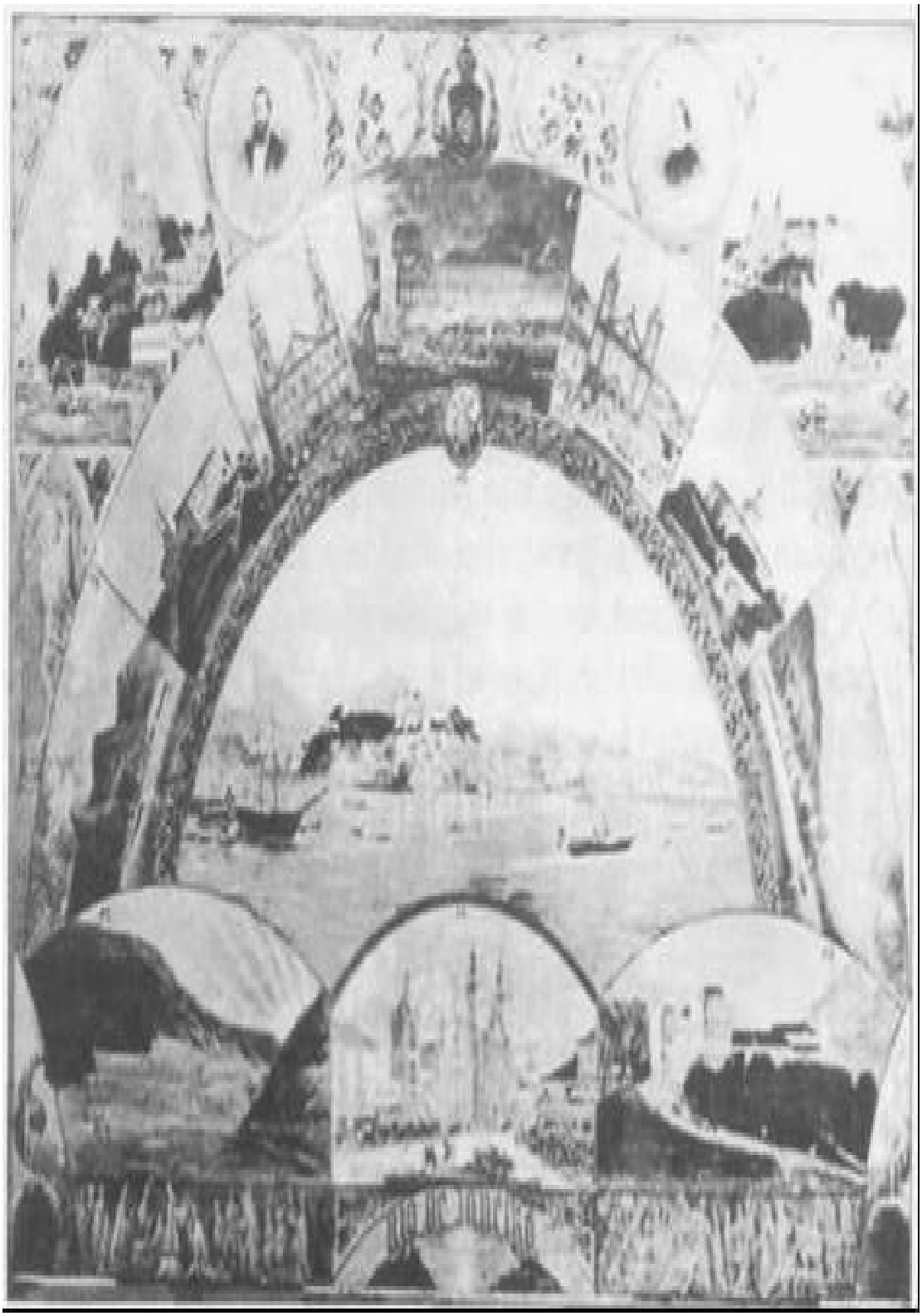
Nessa época, também, o monarca passará a distribuir títulos para a sua nobreza improvisada, com designações indígenas e topônimos tupis, de pouco agrado para aqueles que os recebiam. Maciel Monteiro será o barão de Itamaracá; Pereira da Fonseca, o marquês de Maricá; Gonçalves de Magalhães, o visconde de Araguaia; Torres-Homem, o visconde de Inhomirim; Araújo Viana, o marquês de Sapucaí; Cardoso Menezes, o barão de Paranapiacaba, sendo estes apenas alguns exemplos da tradução tropical de um costume europeu.

Mantinham-se os títulos, bem como a hierarquia entre eles — duques, marqueses, condes, viscondes e barões com ou sem grandeza —, porém o nome era local e indígena, como veremos no próximo capítulo.

O indígena porta o cetro e o manto
do monarca. Medalha. MMP

Medalha e símbolo do IHGB; como homenagem a d. Pedro II trazia a inscrição Auspice Petro Secundo.
Pacifica Scientiae Occupatio. IHGB

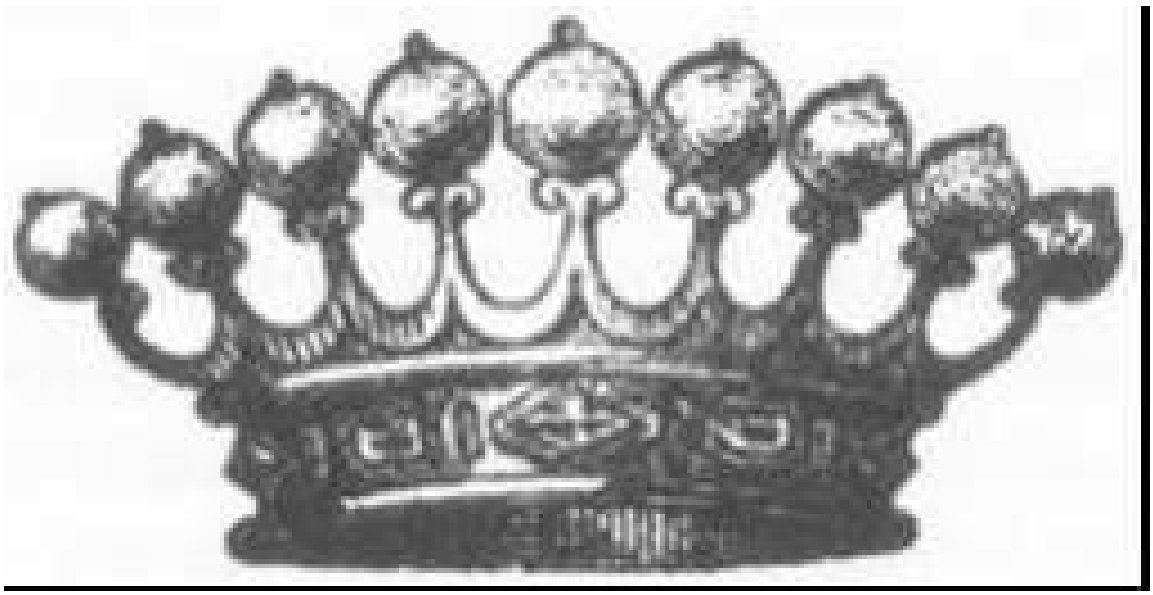
O caricaturista Angelo Agostini ironiza o pouco interesse de d. Pedro pela política: Esperam que Sua Majestade, que em matéria de política pinta perfeitamente, dê alguns toques, em Revista Ilustrada. CEA



O monarca e seu Império. A natureza convive com a civilização.
Aquarela de H. Fleiuss, 1860. MMP

COMO SER NOBRE

NO BRASIL[1]



Escrito em co-autoria com
Angela Marques da Costa

Foi nos tempos de d. João VI que a colônia americana tomou um "banho de civilização" e conheceu suas primeiras instituições culturais: o Museu Real, a Imprensa Régia, o Real Horto, a Biblioteca Real. Mas o monarca português traria mais. Transplantaria para o país todo o ritual da Casa de Bragança, que incluía uma agenda de festas, cortejos, uniformes e titulações.

Data dessa época o estabelecimento de uma heráldica brasileira, cujo marco inaugural foi a criação, em 8 de maio de 1810, da Corporação de Armas, imediatamente vinculada à Casa Imperial. O processo de titulação que ora se iniciava, seguiria o modelo lusitano tradicional, com a inovação

do transplante: o rei de armas, que trazia no seu nome "de Portugal e Algarve", acrescentava agora "América, Ásia e África". O reino crescia, assim como aumentava a sua corte.

Durante o período em que permaneceu na Colônia (1808 a 1820), d. João teria tempo de nomear alguns titulares — mais exatamente 254, entre onze duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões —,[2] além de garantir a nobreza àqueles que já a portavam desde Portugal. Esse era o início de uma corte "migrada e recriada", que no reino da América introduzia algumas regras que lembravam uma Europa distante. Realizando uma verdadeira cruzada de nobilitação, d. João pagaria pelos favores com títulos e honras, enquanto a elite dirigente carioca também se esforçou para ganhar a proximidade do rei.

Com o retorno de d. João a Portugal e já no Primeiro Remado, em meio aos acirrados debates em torno do projeto de 1823 e da Constituição de 1824, um item passava quase despercebido em face dos temas mais polêmicos que tanta contenda geravam. Tratava-se do artigo 102, item XI da Constituição política do Império. Nele se garantia na letra da lei o que fora dado costumeiramente, ou seja, entre as competências do imperador, como chefe do Executivo, ficava assegurado o direito "de conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa dos serviços feitos ao Estado, dependendo as mercês pecuniárias da aprovação da Assembléia, quando não estivessem já designadas e taxadas pela lei". Além disso, como parte das atribuições do polêmico "Poder Moderador", no artigo 142, item vu, constava que cabia ao monarca "conceder remunerações, honras e distinções, em recompensa de serviços, na conformidade da lei e procedendo a aprovação da assembléia geral".

Formalizava-se, dessa maneira, o nascimento de uma nobreza que surgia umbilicalmente vinculada ao imperador, guardando-se, porém, algumas originalidades. Em lugar do que acontecia no modelo europeu, que recompensava os bons serviços com títulos não só vitalícios como hereditários, no Brasil os nobres "nascem e ficam jovens". A hereditariedade só era garantida para o sangue real, enquanto a titularidade se resumia ao seu legítimo proprietário.

O caráter inédito da nobreza brasileira não estaria apenas associado a esse aspecto. Gravava-se nos brasões a especificidade das cores, representações e motivos da corte brasileira. Nas mãos do primeiro monarca a nobreza cresceria muito, não mais porque seu reino seria breve. É assim que, de 1822 a 1830, d. Pedro I faria 119 nobres, entre os quais dois duques, 27 marqueses, oito condes, 38 viscondes com grandeza e quatro sem grandeza, e vinte barões, sendo dez com grandeza e dez sem.

Seria, no entanto, sob a batuta do segundo imperador que vingaria o projeto monárquico e que se enraizaria a "corte tropical". Pedro II reinou tendo a seu lado um segmento social que se diferenciou dos demais pela ostentação de um título de nobreza e pelo uso de um brasão: símbolos de distinção e de prestígio. Só no período que vai de 1870 a 1888, ano do final do reinado de d. Pedro, o monarca criaria 570 novos titulados, os quais correspondiam, por sua vez, à nova elite que acompanhava o jovem imperador.

Com efeito, durante todo o Império, o total de atos concedidos chegaria a 1439 — mesmo porque um só titular poderia receber mais de um título —,[3] número que, na verdade, correspondia a uma nobreza meritória, bastante diversa da nobreza de nascimento, típica das cortes européias. Assim, se muitas vezes eram momentos especiais que levavam à concessão de títulos — "aniversário de S. M. Imperial", "dia da sagração e coroação de S. M. I.", "por motivo da chegada da Imperatriz", "por motivo do casamento, do batizado ou de aniversários oficiais" —, em vários casos era o desempenho que recomendava o recebimento da honra. É assim que entre os motivos relacionados destacam-se: "serviços prestados", "provas de patriotismo", "por fidelidade e adesão a S. M. I.", "serviços contra a cólera-morbo", "serviços na Guerra do Paraguai", ou até "por trabalhos nas exposições universais".

Oficialmente, no país, os titulares formavam o nível mais alto da sociedade local, mas na prática, como diz João Camilo de Oliveira Torres,[4] eram uma elite selecionada com base no mérito ou na projeção, sem privilégios ou pressupostos de bens materiais ou de vínculos à terra. Comerciantes, professores, médicos, militares, políticos, fazendeiros,

advogados, diplomatas, funcionários representavam e se faziam representar, por meio dos próprios brasões, como os melhores em seu ramo. Sem a hereditariedade, que garantia a perpetuação, era preciso provar no ato a importância da conquista. Recente como a nação, tão jovem como seus imperadores era a nobreza titulada no Brasil.

Entre os titulares brasileiros, outras hierarquias vingavam: enquanto todos eram nobres, apenas alguns eram "grandes do Império". Tal privilégio, basicamente honorífico, era inerente aos títulos dos duques, marqueses e condes, mas reconhecidos apenas aos viscondes e barões com grandeza. Era esse pequeno grupo de elite que, segundo o Almanak Laemmert, ia à frente nos cortejos reais, ou acompanhava de perto Suas Altezas Imperiais e recebia o tratamento de "Excelência".

Além desses titulados e brasonados convivendo no cotidiano do palácio real, uma entourage selecionada ocupava cargos e exercia funções, compartilhando assim tanto das formalidades como das intimidades do imperador e obtendo por isso determinado status. Os conselheiros de Estado, fidalgos e oficiais das casas Real e Imperial formavam, junto com a nobreza titulada, o grupo especial que durante o Segundo Reinado viveu, na América, uma nova versão da corte, só incomodada pelo sol de quarenta graus, mais própria ao clima dos trópicos. Estes últimos viviam, muitas vezes, nos paços, ao lado da família imperial, tentando seguir de perto a etiqueta européia "atrapalhada", ainda, pela coloração diferente da corte. Com efeito, não foram poucos os viajantes que "estranharam" a "cor marrom" dos pajens imperiais.

Mas, no Brasil, os termos se confundiam e se dividiam. Na teoria, nobres eram aqueles que recebiam títulos do imperador. Na prática, porém, a palavra era mais elástica. A corte podia representar o grupo de pessoas mais chegadas ao rei, e também os titulados. Por outro lado, era, ainda, "a corte do Rio de Janeiro", tendo como referência o Paço de São Cristóvão. É essa mesma "corte" que até os anos 80 funcionará como uma espécie de centro propulsor: a moda, as gírias, a política, a cultura partiam de lá.

Nesse sentido, se pertencer à corte — à carioca — era um direito relativamente amplo, ser titular, ser nobre era um privilégio de poucos. Mais

uma vez, nesse caso, a balança ficava nas mãos da instituição monárquica, que prolongava sua memória cercando-se de um círculo de selecionados. Era a elite, sobretudo carioca, que virava — literalmente — corte.

NOBREZA: UM ADORNO DOS REIS

Nobre quer dizer "conhecido, notável, ilustre, célebre".[5] O nome fala, portanto, de uma condição: a nobreza passa por momentos diversos, mas, a partir do período moderno, tornou-se um adorno dos reis, um crédito especial da monarquia, que torna certos elementos diferentes dos demais. A história da corte, absolutamente colada à realeza, se inicia junto com os próprios soberanos, que são, na verdade, os primeiros nobres da hierarquia social.

Dizem que já os Albanos e os Sabinos dobravam o nome de seus representantes mais destacados. O costume chegou até os romanos e seus descendentes, que passaram a usar apelidos. Na França, com os gauleses, começava a voga dos nomes de distinção. O mesmo se deu com os espanhóis, diferentemente dos portugueses, que a princípio só empregavam patronímicos (nomes dos pais), e depois adotaram a moda dos apelidos ligados à terra e, mais tarde, a feitos militares.

De toda maneira, a nobreza, sobretudo a partir do regime absoluto, foi um capital simbólico fundamental. Na França, o grande modelo nessa matéria, as idas e vindas da legislação revelam como essa foi durante muito tempo uma questão central. O regime feudal e a titulação são abolidos em 4 de agosto de 1789, como se sinonimizassem a antiga ordem decadente. Em 21 de janeiro de 1790 declarava-se o final de qualquer distinção de ordem. Ainda no mesmo ano, Luís XVI abolia a nobreza hereditária e todos os títulos. Por outro lado, em 1804 instituía-se novamente a nobreza, para em 1814 retomarem-se os títulos da velha nobiliarquia. Em 1848 é a vez da Segunda República de abolir a nobreza, para em 1852 Luís Napoleão Bonaparte restabelecer os títulos mas não a nobreza (no que se refere aos privilégios que existiam anteriormente).

Depois desse ato, porém, nenhum outro texto suprimiu oficialmente os títulos na França, o que levou a situação a permanecer intocada, encoberta pela inconstância das leis e pela força do costume.[6]

Com efeito, a partir do Renascimento a importância da corte cresce em todos os países da Europa, e é entre os séculos XVII e XVIII que esse tipo de organização se torna representativo dos modelos, costumes e da política da época. Talvez o exemplo mais acabado desse tipo de estrutura tenha existido no século XVII, durante o reinado de Luís XIV. Assim, se na Inglaterra o Parlamento teve um papel decisivo no sentido de tolher a autonomia do rei, se a Alemanha sempre se dividiu de acordo com a especificidade dos senhores e de suas regiões, foi na França que se desenvolveu a expressão mais perfeita da sociedade da corte, com um argumento cênico aprimorado. Nesse momento, e em Versalhes, deu-se a ligação mais evidente entre "a grandeza do reino e a grandeza da corte",[7] quando, após o processo de domesticação,[8] a nobreza passaria a orbitar em torno do rei e da corte, que se convertia no centro de sua existência. Era lá que se afirmava o modelo de uma vida sempre pública, por oposição ao modelo burguês do século XIX, e de uma sociedade cujo teatro internalizado reafirmava a cada momento uma hierarquia rígida que funcionava, ao mesmo tempo, como mecanismo de sua constante efetivação.

Categorias perceptíveis diferenciavam esses homens do resto da multidão. Não só as habitações, mas todo o vestuário, as expressões, cores, hábitos e festas organizavam de maneira visível elementos que faziam parte de uma profunda concepção do mundo e de suas diferenças. Como afirma Elias, "isso que nós chamamos hoje em dia como luxo é na realidade uma necessidade de uma sociedade estruturada".[9] É assim que, nessa corte das marcas exteriores, cada detalhe se converte em símbolo de status, cada forma é uma demonstração de hierarquia, cada detalhe é uma regra de prestígio. Em tais sociedades do "fetiche do prestígio",[10] desenvolve-se uma sensibilidade estética que pode ser resumida na concepção da etiqueta: um conjunto de regras que ordenava modos de vestir, agir e se comportar. A etiqueta, por sua vez, transforma-se em

elemento fundamental para essa coletividade da exibição, cuja influência implicava possuir uma série de privilégios. Era a etiqueta que garantia a maquinaria do cerimonial, o rigor do ritual, mas era também por meio de uma leitura dela que se identificava a intrincada hierarquia do mundo dos titulares e de fidalgos da corte.

No entanto, "cada reino tem a nobreza que merece" ou que lhe compete. Foi dessa forma que variaram as versões, assim como se incorporaram modelos diferentes, vinculados às tradições mais distintas. No caso brasileiro, tratava-se de uma corte afastada no tempo e no espaço cujo ritual introduziu o modelo da nobreza portuguesa, que já representava em si um exemplo pouco rigoroso no qual só de longe se reconheciam as influências do exemplo francês.

ORIGENS DA NOBREZA EM PORTUGAL: UMA DESCRIÇÃO[11]

A nobreza lusitana representa uma ramificação da estrutura espanhola. Afonso Henriques, quando mudou para solo português, amoldando-a à nova realidade, vinculou-a à coragem militar demonstrada. Com efeito, diferentemente do que ocorre na nobreza francesa, que nasce com os gauleses e guarda uma formação feudal, ligada à posse da terra, em Portugal o elemento predominante sempre foi o valor militar. Assim, enquanto de na França referia-se à questão territorial — à posse de terra —, em Portugal significava "proveniente de", ou lembrava o local de uma batalha vencida.[12] Data de 1183 o primeiro documento heráldico português: o brasonário real de Afonso Henriques com seu sinal rodado.[13]

Era a nobreza, então, dividida em graus, conforme a importância de seus integrantes na sociedade. Infanção, do espanhol infanzón, "filhos de alguém", nobres de sangue, termo que deu origem à palavra fidalgo — "filho de algo" —, a qual logo se generalizou; cavaleiro, em suas origens espanholas, ele mantinha cavalos de sela para a guerra e por isso o rei o favorecia com regalias, depois os cavaleiros passam a ser os membros das ordens de cavalaria; escudeiro, era o filho de nobre que ainda não havia

recebido armas e cujo dever consistia em ajudar os cavaleiros a se vestir, combatendo na retaguarda. Esses primeiros nobres, fortificados em propriedades adquiridas por direito de conquista e partilhadas com a Coroa, e totalmente livres de tributos e encargos, tinham como única obrigação a prestação de serviços militares.

Aos poucos, porém, o monarca português vai submetendo e vinculando a nobreza ao seu poder, fortalecendo assim um dos seus atributos característicos: o de chefe da nobreza e, como tal, dispensador das graças e mercês a ela inerentes, fazendo valer o seu título como o primeiro, o a-priori. De fato, no século XIV o rei suprimiu o direito dos ricos-homens de armar cavaleiros. Nessa época, a palavra fidalgo caiu em desuso e foi substituída pelo termo conde, que, além da distinção, representava a propriedade, o condado.

No século XV, a fidalguia seria definitivamente submetida ao rei pelos filhamentos, expediente burocrático que legalizava a descendência dos "filhos de alguém". Os direitos e privilégios inerentes à fidalguia são então limitados à terceira geração, e a geração seguinte (a quarta) deveria cumprir novamente a formalidade do filhamento, comprovando também os serviços prestados ao trono. A nobreza vai se tornando, portanto, cada vez mais palaciana e sujeita ao rei.

É com d. Afonso V, em 1466, que se faz um esforço no sentido de oficializar certas normas, fixando-se em primeiro lugar a competência do rei de armas, que passaria a escrever a genealogia dos nobres e orientá-los na elaboração dos brasões. Ainda no Quatrocentos, a nobreza seria organizada em duas ordens, cada uma com três graus, adquiridos pelos serviços prestados: em primeiro lugar, moço-fidalgo, fidalgo-escudeiro, fidalgo-cavaleiro; em segundo, moço da câmara, escudeiro-fidalgo, cavaleiro-fidalgo.

Apesar das disputas de poder recorrentes entre nobreza e Coroa (terras, jurisdição, privilégios), pode-se perceber como determinadas funções palacianas vão, aos poucos, sendo exercidas pela nobreza. As mercês e as ocupações na casa do rei se misturam. Além disso, uma camada intermediária entre a nobreza e a plebe também vai viver ao redor

do rei: ser moço de estribeira, escudeiro, cavaleiro raso, é então possível a plebeus que ascendem dessa maneira à nobreza.

Em 1512, d. Manuel I estabelece por meio de uma série de atos o regimento oficial heráldico, codificando e regulando a concessão e o uso de armas e brasões naquele reinado. É nesse mesmo caminho, o qual visa assegurar o controle da nobreza por parte da Coroa, que Filipe I expede o alvará de 1597, obrigando os fidalgos a documentar as suas titulações mediante a apresentação de árvores genealógicas, previamente aprovadas pelo rei de armas, e que se estabelece o brasão como o primeiro testemunho de fidalguia.

Por outro lado, um tipo diverso de distinção conferida pelo rei diferenciava determinadas pessoas da gente comum: eram os títulos de nobreza. No século XVIII, durante a monarquia de d. José, os títulos e as honras de nobreza foram ampliados e passaram a distinguir também escritores, artistas, diplomatas, comerciantes, industriais, banqueiros de prestígio junto ao monarca, além dos militares e políticos que prestavam serviços à Coroa. Os títulos eram concedidos pelas cartas de mercês, e desde 1466 os que os recebiam já eram obrigados a pagar pela mercê ao cartório da nobreza.

A partir de então os títulos usados em Portugal seguiram o modelo e o significado empregados na Europa continental. Eram eles: duque, do latim dux, "o que conduz as tropas", título mais importante concedido pelo monarca;[14] marquês, de origem alemã, mark, que significa "sinal", "marca", ou "região", representava o que governava a fronteira — os confins eram delimitados por um sinal, uma marca, e os funcionários designados para a vigilância das fronteiras eram denominados "marqueses"; conde, do latim comes, "companheiro", "assessor do soberano", aquele que recebia o "cometimento" devia ser justo, imparcial e zelar pelas crianças, órfãos e viúvas — traz já no título o vínculo à posse de terra (condado); visconde, do latim medieval vicecomes, designado pelos condes para substituição no governo; barão, do latim baro, cujo significado está ligado a varão, "homem valente que combatia junto ao rei".

No entanto, o sentido imediato dos títulos tendeu a diluir-se, mesmo

porque com o correr dos anos eles passaram a significar apenas honrarias ou um meio para participar de disputas e hierarquias da corte. Com efeito, os titulares eram originariamente reconhecidos como nobres, e apesar de sua coesão aparente eram marcados por uma forte divisão, estabelecida pelo título que ostentavam. Podia-se ascender na hierarquia, assim como existiram casos de mudança de título. O processo torna-se de tal forma complexo que a partir da dinastia dos Bragança, além das distinções acima expressas, os barões e viscondes se subdividem, seguindo a tradição espanhola, em duas novas qualificações: "com grandeza" ou "sem grandeza".

Por fim, é preciso destacar que os títulos recebidos eram hereditários, como nos demais modelos europeus, mas diferentemente do que determinavam as regras francesas e espanholas, o que reinava em Portugal era a hereditariedade "presuntiva": para cada novo título era necessário um novo decreto. Interessante pensar que essa pequena discrepância seria relida em território brasileiro como uma possibilidade de se negar o direito à hereditariedade.

ARMARIA E BRASÕES: UMA LONGA HISTÓRIA EM UM BREVE RELATO

Os estudos sobre a arte e a utilização dos brasões — composição, uso e interpretação dos mesmos —, de tão antigos e costumeiros, formalizaram-se valendo-se de uma especialidade denominada "heráldica".[15] Se a origem de tal prática é remota, foi, entretanto, no final do século XII, durante as cruzadas, que essa simbologia ficou sujeita a regras fixas de composição, ditadas e fiscalizadas pelo poder real e por instituições a ele vinculadas.

Segundo Tostes,[16] foi com base nos valores da cavalaria e de sua indumentária, utilizada na guerra, que se criaram os primeiros símbolos de família. A princípio, os emblemas e cores constantes dos escudos e elmos dos cavaleiros e das selas de suas montadas destinavam-se à identificação

dos combatentes. Com o passar do tempo transformaram-se, porém, em símbolos de família, de grupos, e é nesse contexto que surge a heráldica.[17]

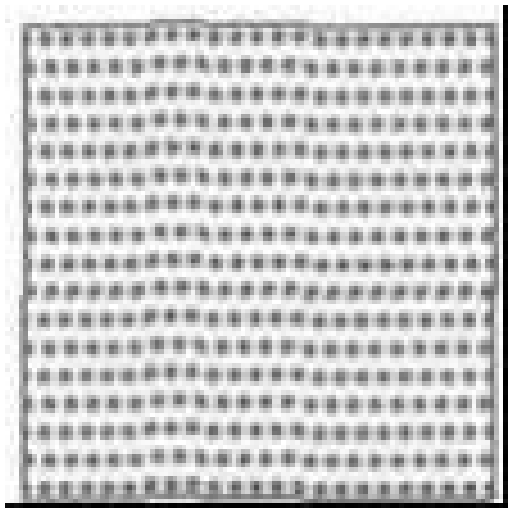
Aos poucos, no entanto, tais distintivos de ordem prática ou religiosa foram se constituindo em representação individual de heroísmo e, mais tarde, em galardão concedido aos vassalos que se notabilizavam a serviço de um senhor, tornando-se hereditários por mercê e por memória. É no século XIII, com a divisão das armas heráldicas, que essa prática é formalizada de maneira mais rígida, e o brasão passará a ser um símbolo em si.

Mas se no início eram feitos militares que distinguiam e justificavam o porte de um brasão, a partir de finais da Idade Média os motivos se multiplicavam: de domínio, posse ou soberania (príncipes soberanos, senhores feudais, países, províncias, cidades e vilas); de patrocínio (proteção de autoridade real); de família (do chefe de uma linhagem, brasões transmissíveis por sucessão); de pretensão (brasões que trazem dos pais e de cujo domínio seu titular se julga com direito); de comunidade (ordens militares, religiosas, civis, confrarias, corporações, instituições e sociedades). De toda maneira, o controle real impedia que os brasões fossem originais ou mesmo "criativos". Esses brasões eram rígidos, assim como as possibilidades de representação, que deveriam ser sempre matéria de aprovação prévia.

Com o final das guerras, o escudo passou a representar a parte central dos brasões e seguiu modelos diversos, mas sempre guardando as regras do contexto: o escudo oval era usado pelas mulheres e pelo clero, e os escudos das diferentes nações variavam em formato e dimensão.

As cores heráldicas eram também fixas. Dividiam-se em: metais (ouro e prata), esmaltes (vermelho ou goles, azul ou blau, verde ou sinopla, negro ou sable, púrpura e, em alguns países, alaranjado) e peles (arminhos, contra-arminhos, veiros e contra veiros, veirados e contraveirados). Cada cor poderia ser representada graficamente em preto e branco, por traços e pontilhados convencionados: regra fundamental em um momento em que a impressão em cor era quase impossível.

AMARELO (ouro):

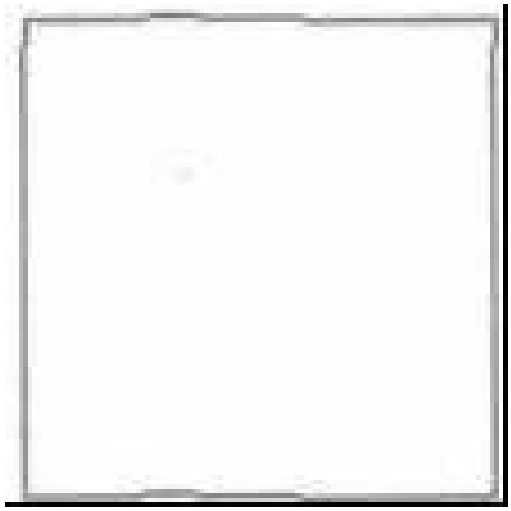


representa a compreensão, o respeito, a majestade.

Planeta: Sol

Pedra: topázio

BRANCO (prata):

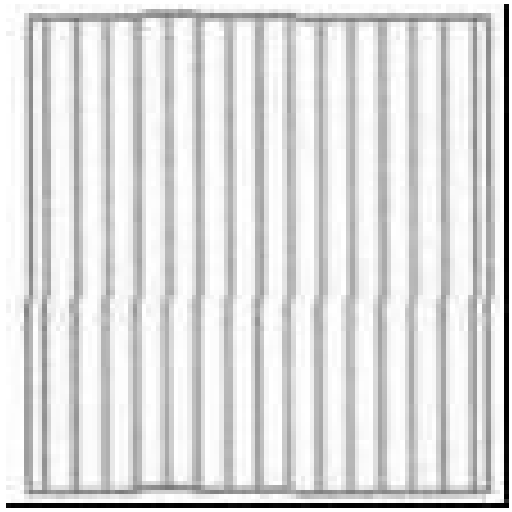


representa a clareza, a inocência, a castidade, a alegria.

Planeta: Lua

Pedra: pérola

VERMELHO (denominação heráldica: goles):



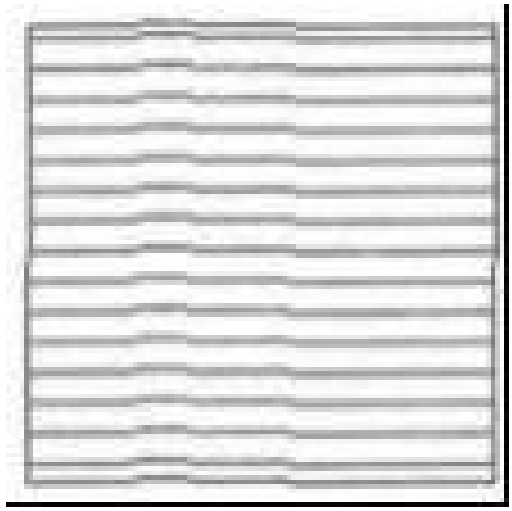
representa a coragem, a impaciência em servir o país natal, o sangue derramado a serviço do Estado.

Planeta: Marte Flor: cravo

Pedra: rubi Ave: pelicano

Arvore: cedro

AZUL (blau ou azur):



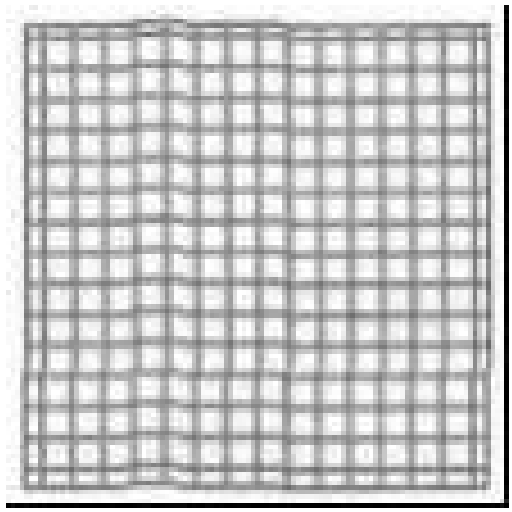
representa o céu, a felicidade eterna, a fidelidade.

Planeta: Júpiter Árvore: álamo

Pedra: safira Flor: violeta

Metal: aço

NEGRO (sable):

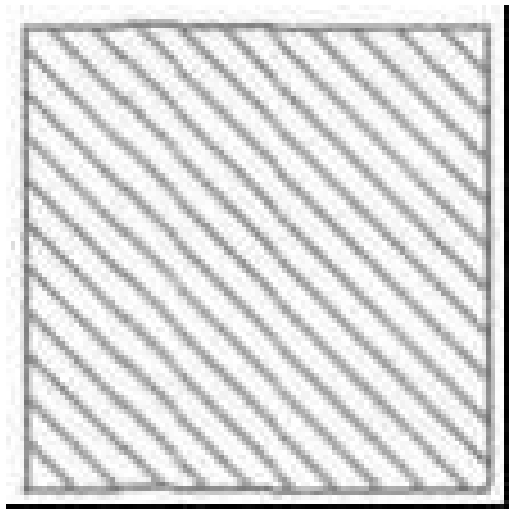


representa a tristeza.

Planeta: Saturno Árvores: oliveira e pinheiro

Pedra: diamante Ave: águia

VERDE (sinopla):



representa a liberdade, a esperança, a saúde, a beleza.

Planeta: Vênus Árvore: loureiro

Pedra: esmeralda Flor: sempre-viva

Metal: azougue Ave: papagaio

ROXO (púrpura):

representa a majestade.

Planeta: Mercúrio Animal: leão

Pedra: ametista Peixe: baleia

Árvore: Sabina

Desse modo, em um momento em que a reprodução gráfica era muito deficiente e as sociedades basicamente iletradas, a descrição das cores e o rigor de seus detalhes significavam uma garantia de que se entendia, pela minúcia, o que às vezes era impossível decodificar de outras formas.

As partições do escudo estavam, igualmente, sujeitas a regras. As peças e figuras eram fixadas em sua posição, assim como as peças honrosas, cuja colocação — vertical, horizontal, oblíqua, contrabanda ou barra, e cruzada — representava situações diferentes. Além disso, para que fosse possível a utilização de mais de um esmalte sobre o escudo foi necessário dividi-lo em partes. Essa partição também seguiu leis que determinavam a leitura do brasão, tal qual um documento. Em duas, três ou quatro partes, os escudos deveriam ser analisados partindo-se sempre da direita para a esquerda, da parte superior para a inferior.[18]

Existiam ainda as figuras heráldicas, às quais, várias vezes, não era dada grande importância, sobretudo no caso dos escudos europeus. São muitas as figuras, mas é a cruz — o símbolo cristão por excelência — que vai aparecer mais repetidamente e com o maior número de variações. Por outro lado, os animais, menos antigos que as formas geométricas, quando ganham formas heráldicas passam a ser estilizados. Esse é o caso do "leão em rompante" — que significa comando e coragem —, sempre representado de perfil, mostrando a língua, com a cauda levantada. Como ele, outros bichos aparecerão com relativa freqüência, simbolizando atributos diversos. Entre leopardos, lobos, raposas, cães, veados, cavalos, cabras, águias, galos, falcões, pavões, pombos, cisnes, pelicanos, alguns insetos, poucos peixes e algumas conchas, eis que alguns escudos falavam, como os totens, de seus

animais, mas particularmente de qualidades a eles associadas.

Além dos animais reais, criaram-se também figuras fabulosas e quiméricas, que foram, porém, pouco utilizadas nas armas. São elas o grifo (misto de águia, leão e leopardo), a serpe (estilização do dragão, corpo de crocodilo, asas de morcego e cabeça de águia, símbolo dos Bragança), unicórnio, sereia, basilisco (cabeça de galo e corpo de dragão), hidra (serpente de sete cabeças), salamandra, fênix (águia de perfil que sempre aparece sob as chamas), centauro, pégaso e a esfinge.

Podiam aparecer, mesmo que com constância bem menor, vegetais e flores, que eram igualmente estilizados, dificultando-se sua identificação. Para terminar, símbolos ainda mais raros, como homens, elementos celestes (o Sol, a Lua e as estrelas), elementos da terra (ar, rios, montes e mar) e construções (castelos, torres, pontes).[19]

Enquanto os símbolos acima descritos representam o interior do escudo, os elementos externos mostram hierarquias, armas de cidades e graus nobiliárquicos. Estamos falando, sobretudo, da coroa, das condecorações e das divisas.

A coroa foi utilizada já na Antiguidade, e desde Carlos Magno era adorno de todos os príncipes reais. No entanto, seu uso estendeu-se aos senhores feudais assim que estes tiveram acesso à nobiliarquia. A partir do século XVI é que as coroas surgiram decorando os brasões, e nos séculos XVII e XVIII foram estabelecidas formas diferentes para cada categoria de coroa: a do papa, do imperador, do rei, duque, marquês, conde, visconde, barão.

Existem ainda as diversas ordens, cuja origem primeira se vincula a acontecimentos políticos e religiosos. Seria demasiadamente longa uma lista que desse conta de todas as que existem mundo afora. Dentro dos limites deste capítulo basta lembrar os exemplos mais antigos em Portugal — Ordem de Cristo, Ordem de Santiago da Espada e Ordem de Aviz — e as ordens brasileiras que se durante o período colonial apenas imitaram as portuguesas, a partir da vinda de João VI primaram pela "originalidade". São elas: Ordem da Torre e da Espada, Ordem de Nossa Senhora da Conceição

de Vila Viçosa (ainda no período do Reino Unido), ordens imperiais do Cruzeiro, de Pedro I e a da Rosa (quando o primeiro soberano já reinava no Brasil).

Dessa maneira, na mesma proporção em que aumenta o número de brasonados, desenvolve-se uma especialidade que nas mãos dos Estados reais controla, autentica e ordena a arte dos brasões. Na verdade, cada traço poderia indicar legitimidade ou bastardia; valentia ou difamação; aliança ou descendência; posição ou domínio. Em tal simbologia nada era aleatório — das cores às divisões e motivos —, revelando como, nessa sociedade iletrada, o brasão era um discurso fundamental.

Não se trata de esgotar o tema;[20] o que importa é entender a rigidez das leis heráldicas para que se dimensione a retradução em terras tropicais. Já Portugal interpretou as leis da heráldica européia à sua maneira, e é aí que começa a inspiração brasileira.

O TRANSPLANTE: DISCUTINDO UMA NOBREZA BRASILEIRA

D. Pedro I, voluntarioso na vida e na política, não abriria mão da prerrogativa de conceder títulos, honras e distinções. Um rascunho de projeto da Constituição, grafado pelo Chalaça[21] e com emendas do imperador, previa, ao tratar "Do monarca", no artigo 19: "O direito de agraciar é de competência do monarca, assim como conferir honras e distinções de qualquer qualidade contanto que não pecuniária". Após a palavra honras, d. Pedro acrescentou títulos. No mesmo documento, o artigo que trata das garantias da Constituição assegura "a existência da nobreza pessoal e vitalícia como prêmio de serviços feitos; a abolição de todos os privilégios ou qualificações feudais".[22]

No Brasil, no entanto, os títulos estavam começando a ser criados. É assim que o artigo 102 define o imperador como chefe do Poder Executivo, e entre suas atribuições estabelece as seguintes: "11° — conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa dos

serviços feitos ao Estado, dependendo as mercês pecuniárias da aprovação da Assembléia, quando não estiverem já designadas e taxadas por lei". A iniciativa ou indicação de pessoas para receber títulos e distinções poderia partir dos ministros de Estado, ou mesmo daqueles que eram próximos ao imperador, o qual teria sempre a palavra final: como chefe do Poder Executivo e detentor do Poder Moderador.

A nobreza oficializava-se, assim, no Brasil, por meio das mãos de um monarca polêmico e em tempos de contestável legitimidade. Afastada dos privilégios da ordem estamental, a nobreza sobrevivia na Europa quase por costume. Com isso, no Brasil, ganha maior originalidade: a decadência do modelo na Europa não impedia a força da cópia. É assim que, no país recém-independente, a monarquia reinventava uma nobreza com base no transplante de suas formas, que seriam preenchidas, porém, com novos conteúdos, símbolos e coloridos.

É fato que a vida pública do jovem rei não correria bem, mas a instabilidade política não impediria o enraizamento da prática da titularidade. Às vésperas da abdicação de d. Pedro I e da aclamação do menino Pedro, o expediente de conceder títulos a brasileiros que se destacassem por serviços julgados relevantes pelo imperador e seus ministros — militares, econômicos, políticos, sociais e culturais —, sem descartar as agraciações de cunho mais pessoal, já havia se tornado rotina: "A monarquia portuguesa, fundada há 736 anos, tinha em 1803, época em que foi reformado o quadro, 16 marqueses, 26 condes, 8 viscondes e 4 barões. O Brasil, que tem 8 anos como potência, conta já no seu seio 28 marqueses, 8 condes, 16 viscondes e 21 barões", noticiava a Aurora Fluminense em 1829.

A prerrogativa de conceder títulos e honras parece ter sido uma das primeiras faculdades exercitadas por Pedro II. No dia de seu aniversário de quinze anos, havia apenas quatro meses como chefe de Estado, o imperador menino escrevia em seu diário que "logo após o café da manhã [...] teria tido tempo para [...] meditar sobre as mercês, a fim de ver se eram ou não justas".[23]

Leis específicas foram promulgadas em 1847, alterando apenas o

procedimento judiciário de confirmação de nobreza e do uso de brasão, nos casos de armas hereditárias que vinham de Portugal. Se até então procedia-se junto ao Juízo de Varas Cíveis, agora era por meio do Juízo dos Feitos da Fazenda, com audiência do procurador dos Feitos e recurso da Relação, que se formalizava a alegada nobreza.

> O decreto n° 499, de 31 de janeiro de 1847, firmava: "— a concessão de brasões de armas, e sobre a expedição dos despachos, tanto para a nomeação dos oficiais mecânicos da Casa Imperial, e provimento de todos os ofícios dela, cuja apresentação, na forma das leis em vigor, pertença ainda ao Mordomo-Mor, como para o levantamento de Armas Imperiais na frente de alguma morada.
>
> 1° O Rei de Armas não concederá jamais o uso de brasão de armas, sem precedência da justificação de nobreza, em que haja a necessária, e concludente prova exigida pela Provisão de 3 de julho de 1807, a qual impõe aos pretendentes a obrigação de produzirem, além das testemunhas, documentos autênticos, que provem legalmente pertencerem eles às famílias, com que querem entroncar-se; devendo proceder-se a esta justificação pelo Juízo dos Feitos da Fazenda, com audiência do Procurador dos Feitos, e recurso da Relação.

Outro decreto do mesmo ano procurou definir os empregos honoríficos da Casa Imperial, dividindo-os em oficiais maiores (alferes-mor, gentil-homem da câmara, veador, mordomo-mor, porteiro-mor, entre outros) e menores (almoxarife, escrivão da casa, estribeiro pequeno, mestre da cozinha, guarda-jóias, oficial da casa, músico da casa, só para ficarmos com alguns exemplos). Formalizavam-se títulos, ocupações e tudo o que cercava a monarquia e seus paços.

Sem modificações significativas, a Nobre Corporação dos Reis de Armas — o cartório da nobreza — foi instalada na corte do Rio de Janeiro em 1810, dando continuidade, em terras brasileiras, aos habituais procedimentos lusitanos para a formalização das mercês de títulos e cartas de brasões. Eram encarregados do serviço um rei de armas, um arauto, um passavante e um escrivão dos brasões da nobreza e fidalguia do Império.[24]

O rei de armas era um oficial menor, cuja função consistia, como vimos, em escrever a genealogia dos nobres, orientando-os na elaboração dos brasões.[25] Acompanhavam-no em suas atribuições o arauto e o passavante. Deveria trazer no peito os escudos, em prata, das armas reais e assim assistir aos atos solenes, às exéquias e aos levantamentos dos reis. Exercia também funções semelhantes às dos rituais portugueses, nas ocasiões de levantamento de um novo monarca, em que, após o desenrolar da bandeira real pelo alferes-mor, o rei de armas deveria iniciar a aclamação dizendo: "Ouvide! Ouvide! Ouvide! e o alferes respondia: Real! Real! Real! por Nosso Senhor Rei de Portugal!".[26]

O escrivão da nobreza e fidalguia do Império era encarregado de registrar em livros as concessões de títulos e brasões.[27] O decreto imperial não bastava, porém, para que o novo titulado tivesse o direito de usar o título; o pagamento de taxas para o recebimento da carta de mercê nova, e seu respectivo registro em livro, era necessário para completar a legalização dos trâmites. Da mesma forma, o direito ao uso de brasões dependia de um acerto de contas, seguido de registro.

Se os critérios para a concessão de títulos e demais mercês nunca tiveram regulamentação legal específica, já os tributos resultantes dessas mesmas concessões mereceram maior atenção. Para a aquisição da carta de brasão, de títulos de tratamento e de cargos na Casa Imperial pagava-se o imposto do selo. No decorrer das décadas, foram inúmeros os decretos e leis versando sobre alterações nos custos desse imposto, mas o certo é que o negócio envolvia significativa soma de dinheiro, conforme anunciava, por exemplo, o decreto de 1879.[28]

Nessa data, as cartas de mercês para títulos de tratamento

custavam pequenas fortunas: para usufruir o título de duque, deveriam ser pagos 2:450$000 (dois contos e quatrocentos e cinqüenta mil-réis); de marquês, 2:020$000; conde, visconde e barão com grandeza, l:575$000; visconde, l:025$000; barão, 750$000. Uma carta de brasão de armas custava 170$000. Também se pagava pelo título de Conselho e pelos tratamentos de Excelência e Senhoria.[29] Além disso, gastos adicionais, com papéis e tramitação, ultrapassavam por vezes o preço do próprio selo, como revela a tabela anexa ao Armorial brasiliense, de Aleixo Boulanger, com os preços vigentes em 2 de abril de 1860:

Requerimento a S. M. o Imperador e passos a respeito — 30$000

Pergaminho para álbum quatro folhas — 32$000

Carta de Nobreza e Fidalguia em caracteres góticos dourados — 130$000

Cópia das armas, para a Secretaria do Império — 25$000

Dita — para o Arquivo do Rei de Armas — 25$000

Composição de Armas Novas, conforme os preceitos da ciência heráldica — 40$000

Encadernação de veludo — 50$000

Escrevente da Carta de Nobreza — 40$000

Despacho à Secretaria do Império — 10$000

Emolumentos do Escrivão de Nobreza e Fidalguia — 50$000

Ditos — do Rei de Armas — 50$000

Novos Direitos, no Tesouro — 20$000

Selo da Carta de Nobreza — 70$000

Total dos gastos — 366$000

Depois de tanta despesa, os titulares mereciam certa proteção. O uso indevido de títulos, condecorações e brasões era assunto de polícia: dava cadeia e multa. Em 1871, o crime foi qualificado de estelionato e punido como tal.[30]

TEMPOS DE D. PEDRO II

Durante o Segundo Reinado o uso dos títulos de nobreza tendeu a expandir-se. As mercês honoríficas eram assim classificadas:

1. Títulos de duque, marquês, conde, visconde e barão.

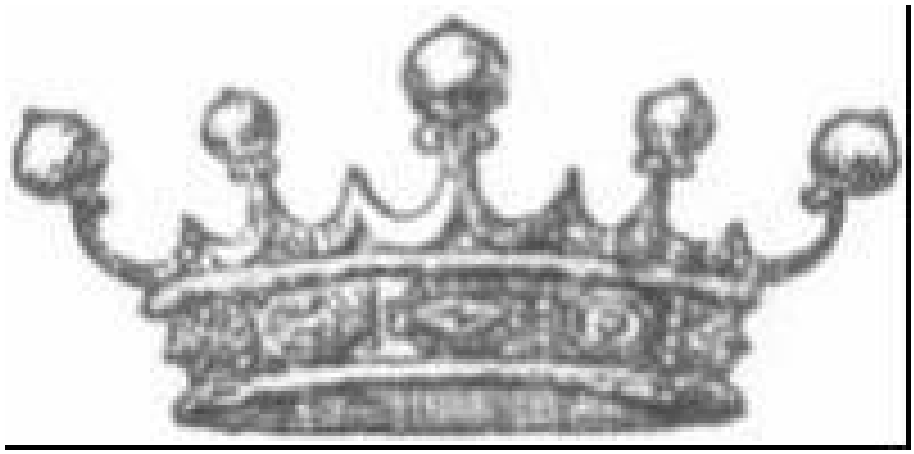
2. Título de Conselho[31] e os tratamentos de Excelência e Senhoria, quando não anexos a emprego ou graduação.

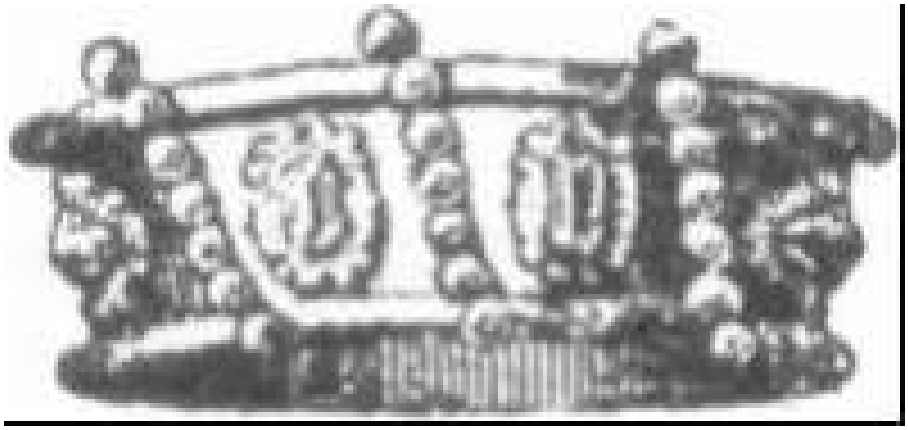
3. Empregos da Casa Imperial: maiores e menores.

4. Condecorações das várias ordens do Império.

5. Graduações militares honorárias.

Duque, marquês, conde, visconde e barão: cabia ao monarca eleger aqueles que iriam ostentar uma dessas distinções, que permitiam o uso simbólico de uma coroa, cujo desenho diferenciado espelhava o título recebido. As coroas dos titulares brasileiros eram inspiradas no desenho das francesas, que por sua vez serviram de modelo a boa parte da nobreza européia.





Barão

Visconde

Conde

Marquês

Duque

Modelos de coroas.

Quanto mais alto o título maior o apuro

A vaga noção de "serviços prestados ao Estado" e a ausência de leis regulamentadas para a concessão de títulos reforçavam a subjetividade da seleção. Afinal, quem eram os escolhidos do rei? Em sua maior parte, a nobreza foi formada por pessoas relacionadas às atividades econômicas produtivas (fazendeiros): parlamentares, militares e profissionais liberais.

Em seguida, vinham os ocupantes de cargos públicos — incluindo os cargos da Casa Imperial —, comerciantes e negociantes; por fim, professores, intelectuais, os chamados capitalistas, que viviam de rendas; médicos, diplomatas, banqueiros, sacerdotes.[32] Essa classificação não é, porém, tão simples, pois muitos titulares acumularam atividades diversas: eram freqüentes os fazendeiros com atribuições militares e/ou cargos públicos e/ou parlamentares...[33] Há ainda casos em que se ignora a ocupação dos agraciados, pessoas de biografia obscura cujos motivos para receber a honrosa distinção permanecem desconhecidos.[34]

Os títulos eram concedidos a representantes de todas as localidades do Império, mas a província do Rio de Janeiro e a cidade da corte foram as mais contempladas. Em seguida, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul. E depois Paraíba, Mato Grosso, Sergipe, Alagoas, Maranhão, Ceará, Pará. Por fim, Espírito Santo, Paraná, Piauí, Amazonas e Rio Grande do Norte. Os dados que se seguem, referentes ao ano de 1869, espelham o que se acabou de constatar:

Localidades/ Províncias e Corte	Número de Titulares em 1869
Corte	55
Rio de Janeiro	39
Bahia	24

Pernambuco	22
Minas Gerais	19
São Paulo	17
Rio Grande do Sul	10
Paraíba	7
Mato Grosso	4
Sergipe	4
Alagoas	3
Maranhão	3
Ceará	2

Pará	2
Espírito Santo	1
Paraná	1
Piauí	1
Amazonas	—
Rio Grande do Norte	—
No exterior	11
Sem localização	13
Total	238

Fonte: Almanak Laemmert, 1869.

Durante os períodos do Reino Unido e dos dois reinados, foram concedidos, como vimos, por volta de 1400 títulos.[35] Os titulados por d. João VI foram 254. Nos nove anos que Pedro I governou, houve a entrega de cerca de 150 mercês, uma média de mais de dez novos nobres por ano. O período regencial passou em branco: em 1831, foi proibido aos regentes conferir títulos, honras, ordens militares e distinções.[36] Portanto, nos 48 anos de seu reinado, d. Pedro II elegeu em torno de mil novos agraciados, uma média de aproximadamente vinte títulos anuais. Além disso, se avô e pai teriam insistido nos títulos mais elevados, foi d. Pedro II que criou a "hegemonia do baronato sem grandeza": título mais baixo da hierarquia, distribuído com generosidade aos barões cariocas do café. Em seus últimos anos de reinado — de 1878 a 1889 — ele teria feito 370 barões sem grandeza, 155 só entre os anos de 1888 e 1889.

Por seu turno, boa parte desses barões eram "velhos conhecidos" — companheiros já idosos importantes na política e na cultura do Império, que d. Pedro II ajudara a criar. Com efeito, o monarca não só faria um uso maior do seu direito de titular, como alteraria o perfil da jovem nobreza brasileira. Segundo Sérgio Buarque de Holanda,[37] com d. Pedro II a velha nobreza dos senhores agrários tende a ceder seu posto a uma outra, sobretudo citadina, que é a das letras. Tudo indica, portanto, que o monarca, além de se imiscuir no projeto de "formar uma tradição", cercava-se de uma corte de selecionados.

No final do Império havia 387 titulares, o que não quer dizer que as concessões fossem diminuindo com o tempo: em 1849 foram criados treze novos títulos e três elevações.[38] Em 1859, três novos títulos. Em 1869, duas elevações, uma delas agraciando o único duque do Império.[39] Em 1879, foram 25 novos títulos e cinco elevações. E em 1889, último ano do Império, são distribuídos títulos em abundância: 107 novas mercês e onze elevações. Ainda no dia 15 de novembro, Elias Dias de Novais, de São Paulo, recebeu o título de barão de Novais.

Ano	Novos Títulos	Elevações
1849	13	3
1859	3	—
1869	—	2
1879	25	5
1889	107	11

Curiosamente, no período de maior popularidade do imperador, a distribuição de concessões foi reduzida, tendo aumentado durante a sua progressiva decadência, o que parece indicar não apenas um uso privado dos títulos como uma manipulação política dos mesmos. Em épocas de

crise a entrega de uma concessão ou de um novo título podia funcionar em dois sentidos: compensava descontentamentos, e ajudava a recuperar as finanças do Estado.

Por outro lado, os agraciados também pareciam aprovar, apreciar e desejar elevações e títulos. Raras vezes, estes últimos foram rejeitados: Prisciano de Barros Acióli Lins, tenente-coronel da Guarda Nacional e proprietário do Engenho Tinoco, recusou o título de barão do Rio Formoso, concedido por d. Pedro II em janeiro de 1882, declarando-se republicano. Já Francisco Baltasar da Silveira, quando, ao se aposentar da carreira da magistratura (1886), lhe ofereceram um título nobiliárquico, ponderou que não possuía meios suficientes para manter o brilho da ostentosa posição e aceitou apenas a grã-cruz da Ordem de Cristo. A grande maioria, porém, recebia com prazer os "passaportes para a corte".

Na tabela a seguir, que registra a quantidade de titulares existentes no Império nos anos de 1869, 1879 e 1889, verifica-se a prodigiosa inflação da nobreza nesse período, mas somente em seus graus mais modestos: muitos viscondes e barões.

	Titulares		
	1869	1879	1889
Duque			
	1	1	—
Marquês			
	11		

	7
	7
Conde	
	11
	8
	10
Visconde	
	36
	55
	54
Barão	
	180
	249
	316
Total	
	239
	320
	387

Fonte: Almanak Laemmert, 1869, 1879 e 1889.

Por fim, é preciso destacar um aspecto particular da lógica dessa nobreza. A quantificação de títulos apresentada inclui as mulheres, que também os receberam. No entanto, a distribuição oficial de mercês ao sexo

feminino foi irrisória. Durante todo o período imperial, apenas cerca de trinta mulheres (aproximadamente 2,5% do total de titulados) tiveram seus atos considerados dignos de distinção.[40]

Os motivos dessas concessões, quando definidos, referem-se aos feitos caridosos da escolhida, ou a sua proximidade à Casa Imperial, ao imperador ou à imperatriz. Assim, Mariana Carlota de Werna Magalhães Coutinho, que cuidou do menino Pedro II, e foi camareira-mor, recebeu o título de Condessa de Belmonte em 1844 e também foi nomeada dama da imperatriz. Josefina de Fonseca Costa, aia e dama da imperatriz, foi designada baronesa e viscondessa de Fonseca Costa, tendo até armas próprias.[41] Caso bastante lembrado é o de Luísa Margarida Borges de Barros, dama da imperatriz, aia das princesas, amiga e, dizem, amante do imperador — a Condessa da Pedra Branca —, mais conhecida pela titulação do marido francês: Condessa de Barral. O título Pedra Branca não era, porém, seu. Recebeu-o da família, mas o manteve em razão da posição que ocupava.

Nas ocasiões em que o imperador concedeu mercês a viúvas de titulares, as novas graças tinham sempre a qualidade de elevação de grau de nobreza em relação aos títulos dos maridos falecidos. É o caso, entre outros, da Condessa de Andaraí — Maria Cândida Rooke —, viúva do visconde do mesmo nome, ou de Maria Romana Bernardes da Rocha, do Rio de Janeiro, que após a morte de seu marido, conde de Itamarati, recebeu o título de marquesa. A viúva Raquel Francisca Ribeiro de Castro (Campos, no Rio de Janeiro), muitos anos após a morte do barão, tornou-se viscondessa de Muriaé, caso idêntico ao de Querubina Rosa Marcondes de Sá (Paraná), viscondessa de Tibaji.

Há casos de mulheres cujos maridos não eram titulados mas que, ao ficarem viúvas, mereceram seus próprios títulos: a baiana Francisca de Assis Viana Moniz Bandeira, baronesa do Alenquer, era viúva de Custódio Ferreira Viana Bandeira, que nunca foi titulado.[42] Deu-se o mesmo com Carlota Leopoldina Moreira de Castro Lima (Lorena, em São Paulo), viscondessa de Castro Lima, e com Eugrácia Maria da Costa Ribeiro (Rio de

Janeiro), a Condessa da Piedade.[43] E, ainda, com a fazendeira mineira Inês de Castro Monteiro da Silva, baronesa de São José do Rio Preto, Francisca Maria do Vale de Abreu e Melo, baronesa de São Mateus, e Maria Teresa de Sousa Fortes, baronesa e viscondessa de Monte Verde.[44]

Ana Rufina de Sousa Franco Correa não foi baronesa por pouco. Três anos após o falecimento de seu marido, o político paraense Angelo Custódio Correa, o imperador resolveu homenagear a viúva pelos serviços prestados ao Estado pelo finado marido e, em decreto de 2 de dezembro de 1858, concedeu-lhe o título de baronesa de Cametá. Ela, porém, já novamente casada, o perdeu.[45]

Já a primeira baronesa de Santana passou a portar o título porque seu filho, Mariano Procópio Ferreira Laje, quando consultado pelo conselheiro Saraiva sobre o nome que deveria constar no título que o imperador iria lhe conceder, rejeitou a distinção para si, indicando a mãe para recebê-lo.[46]

Até aqui, falamos de mulheres que utilizavam títulos por concessão à sua própria pessoa. Mas as esposas de titulados, apesar de o título ser conferido por decreto imperial apenas e exclusivamente aos maridos (e não ser hereditário), usufruíam da distinção, e eram também consideradas nobres e chamadas pelo título de nobreza que pertencia aos cônjuges, como se este tivesse sido concedido ao casal. Um bom exemplo desse costume está no romance Esaú e Jacó (1904), de Machado de Assis. A personagem Natividade, no dia de seu aniversário, estranha a ausência de cumprimentos e da costumeira jóia que Santos, o marido, anualmente lhe ofertava:

> [...] Nada. Então sentou-se, e, abrindo a folha, ia dizendo consigo: "Será possível que não lembre o dia de hoje? será possível?". Os olhos entraram a ler à toa, saltando as notícias, tornando atrás...
>
> Defronte o marido espreitava a mulher, sem absolutamente importar-lhe o que parecia ler. Assim se passaram alguns minutos. De repente, Santos viu uma expressão nova no rosto de Natividade; os olhos dela pareciam crescer, a boca entreabriu-se, a cabeça ergueu-se, a dele também, ambos deixaram a cadeira, deram dois passos e caíram nos braços um do outro, como dois namorados

desesperados de amor. Um, dois, três, muitos beijos. Pedro e Paulo, espantados, estavam ao canto, de pé. O pai, quando pôde falar, disse-lhes:

— Venham beijar a mão da senhora baronesa de Santos.

Não entenderam logo. Natividade não sabia que fizesse; dava a mão aos filhos, ao marido, e tornava ao jornal para ler e reler que no despacho imperial da véspera o Sr. Agostinho José dos Santos fora agraciado com o título de Barão dos Santos. Compreendeu tudo. O presente do dia era aquele; o ourives desta vez foi o imperador [...][47]

"Presentes" como esse não eram, porém, tão comuns. É bom lembrar que alianças entre famílias tituladas não eram procedimentos raros. Segundo Tostes, o casamento entre famílias nobres foi o fator que mais contribuiu para preservar a riqueza e o prestígio por elas adquirido, além de garantir a continuidade de um tipo de matrimônio cujo perfil já era costumeiro.[48]

UM NOME BEM TROPICAL

Bujuru, Sirinhaém, Batovi, Coruripe, Ingaí, Subaé, Itaipé, Juruá, Parangaba, Piaçabuçu, Saramenha, Sincorá, Uruçuí, Itapororoca, Aratanha, Cascalho, Tacaruna, Aramaré, Icó, Poconé, Quissamã, Saicã, Sinimbu, Toropi, Tracunhaém, Solimões, Jurumirim, Ururaí... Era assim que os nobres passavam a ser majoritariamente denominados, conferindo uma qualidade indígena e tropical aos velhos títulos medievais. Nomes bem brasileiros para gente que se vestia de veludo e lã, tomava o chá das cinco e lia em francês, refrescada por um abanador negro e humano comprado no mercado perto do cais do porto. Aderia-se assim às tendências da época, ao verniz exótico dos trópicos, eternizados nos romances de José de Alencar e nos versos de Gonçalves Dias. É certo que várias vogas desse tipo apareciam no país. Esse foi o caso na Bahia em 1823, quando, após a independência,

um "furor patriótico" alterou nomes. Mas dessa vez a "moda" parecia mais "enraizada". Com efeito, a voga indianista, pintada nos quadros da Academia e exaltada nos romances do grupo que se reunia em torno do IHGB, chegava também aos títulos nobiliárquicos. E a nobreza brasileira passava a ostentar no nome a particularidade desse Império americano e de sua formação: um país recente cuja singularidade era representada por meio de um modelo de selvagem e de natureza.

Os nomes citados acima, muitos de origem guarani, indicavam, em geral, uma localização geográfica relacionada de alguma forma à pessoa agraciada com a mercê: lugar de nascimento ou de atividade política ou de propriedade ou de batalha. Por vezes, feitos militares eram reconhecidos pela apologia do meio tecnológico e estratégico utilizado, como, por exemplo, o título de barão do Amazonas concedido a Francisco Manuel Barroso da Silva cuja vitória nas campanhas do Paraguai, a bordo da fragata Amazonas, foi considerada uma das maiores façanhas da história naval.

De toda maneira, elaborar denominações aos títulos era também uma prerrogativa do imperador, que, além de concedê-los, os criava ainda que contra a vontade do agraciado — que passava a ostentar um nome de difícil compreensão, ao menos no mundo das refinadas cortes européias, pouco acostumadas a "Quixeramobins" e "Batovis".

Existem, inclusive, casos de alteração. Acontecia, às vezes, de dois ou até três agraciados receberem a mesma titulação, apesar de não terem nenhum parentesco. Um exemplo é o dos barões de Água Branca, título preservado por um deles, Joaquim Antônio de Siqueira Torres (Alagoas), mas mudado em cartório pelo outro, Joaquim Inácio Ramalho, que passou a denominar-se barão de Ramalho. Outras designações sofreram mudanças, sem motivo aparente a não ser a troca do nome inventado pelo próprio sobrenome: Albino Rodrigues de Alvarenga, visconde de Alvarenga, foi antes barão de São Salvador de Campos; o barão de Itaqueri, Francisco da Cunha Bueno, teve seu nome modificado para visconde de Cunha Bueno; temos o barão de Melo e Oliveira em substituição a barão de São João de Rio Claro; o barão de Paquequer, Joaquim Luís Pinheiro, tornou-se visconde de Pinheiro. Contrariando os exemplos acima, temos o de José de Oliveira Barbosa, que

de barão do Passeio Público passou a chamar-se visconde do Rio Comprido. Raros eram os que, de imediato, já recebiam os próprios nomes, como o visconde de Beaurepaire Rohan, o barão de Pinho Borges e o barão de Pinto Lima: casos ocorridos já em finais do Império.

Portanto, para construir um Império na América, o rei seguia as regras primeiras da nobreza européia — guardava a hierarquia dos títulos e suas instituições —, mas inovava nos nomes. Nesse terreno éramos mais do que nunca uma corte tropical.

ARMAS EM VERDE-AMARELO: HERÁLDICA E IMAGINAÇÃO

O verde e o amarelo, o café e o tabaco, símbolos representativos do novo Estado nacional, vão aparecer rapidamente, logo após a independência. Para substituir a simples esfera armilar de ouro em campo azul — armas instituídas por lei de 1816 —, o decreto de 18 de setembro de 1822 determinou: "Será de ora em diante o escudo de armas deste Reino do Brasil, em campo verde uma esfera armilar de ouro atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma esfera de 19 estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de café e tabaco, como emblemas da sua riqueza comercial, representados na sua própria cor, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação".

Em 1° de dezembro do mesmo ano, a coroa foi decretada imperial. Sob o verde-amarelo real, e a ele atrelado, um emaranhado de símbolos figurados em desenhos e cores irá representar a nobreza típica — por ser atípica — de um Estado nacional em formação, porém distanciado de uma verdadeira libertação consciente e autônoma.

A nação tem suas cores orgulhosamente exibidas em honra ao imperador: em um baile em sua homenagem, em 1848, "mais de sessenta senhoras apresentaram-se ostentando nos trajes as cores nacionais e nos cabelos um ramo de café".[49]

Mas, além desses símbolos nacionais, vigorou ainda um outro espaço de exibição da originalidade. Todo nobre titulado por decreto do imperador poderia, se quisesse, usufruir do direito de uso de um símbolo iconográfico, alguma marca particularmente criada para vincular uma imagem específica à distinção conferida. Entrava no cenário verde-amarelo a heráldica, que determinava as regras para compor desenhos e cores, cujos significados deveriam representar as qualidades que diferenciariam aquele nobre de seus congêneres e da gente comum. Para tanto, o titulado teria de encaminhar um requerimento ao imperador solicitando autorização para o uso de armas próprias. Podem-se estabelecer quatro categorias de solicitações:[50] as "armas limpas" seriam as primeiras de uma família, caracterizando o candidato como chefe de linhagem, e eram as mais freqüentes; as "armas hereditárias" significavam o pedido de uso de brasão já autorizado para algum ascendente, em geral o pai; as "armas de descendência" referem-se aos titulares abrasonados que requeriam o direito de seus filhos também usarem o brasão, e por fim as "armas antigas", que eram solicitações para o uso, no Brasil, de brasões de origem portuguesa.

Com a aprovação de d. Pedro, os trâmites seguiam então o caminho burocrático de praxe: a autorização era expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império por aviso ou ofício ao rei de armas, que por sua vez providenciava a carta de brasão, entrando então em cena o escrivão, para o registro no Livro de registro de brasões e armas da nobreza e fidalguia do Império, o qual só era efetuado após o pagamento das devidas taxas e impostos.

As cartas, assinadas pelo imperador, reconheciam e confirmavam mais uma vez as distinções do nobre em questão, detalhando suas titulações e honrarias. Esclareciam ainda a não-hereditariedade, mas a possibilidade de seus descendentes virem a usar o brasão. Vejamos como funcionava esse expediente, Valendo-nos do ilustrativo caso do marquês do Paraná:

> Por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Faço saber aos que esta Minha Carta de Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia virem

que, atendendo ao que me apresentou Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, Conselheiro de Estado, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, Grão-Cruz da Ordem de Cristo e Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Provedor da Santa Casa de Misericórdia, que tendo sido condecorado por Mim com vários Títulos honrosos vinha pedir-Me que para guardar a memória de tão alta distinção, lhe concedesse o uso de um Brasão de Armas cujo modelo Me apresentou iluminado com cores e metal. E assumindo Eu a sua Petição, hei por bem outorgar uso das mencionadas Armas e mando meu Principal Rei de Armas que pelo respectivo Escrivão faça casar o escudo e Armas, segundo o sobredito modelo ficando lançado no Livro de Registro delas, para serem transmitidas aos seus vindouros, quando o requererem e lhes for por Mim novamente concedidas, e são a saber: Um escudo esquartelado ao primeiro e segundo com uma bordadura de ouro com quatro flores-de-lis de azul, e quatro folhas de figueira do natural, sendo o primeiro de goles e o segundo de azul e sobre eles um leão de Ouro, rompante, armado de prata. Terceiro e quarto, um campo de goles, uma banda em azul coticada de ouro com três flores-de-lis do mesmo metal, entre dois Carneiros de prata, armado de ouro Coroa de Marquês. Timbre leão do escudo com uma folha de figueira na testa. Divisa: Por unum sea una. Ordens de Cristo e Imperial do Cruzeiro. O qual escudo e Armas poderá usar gozar em tudo e por tudo, quer em tempo de paz, quer de guerra; e bem assim as poderá trazer em seus firmais, anéis, sinetes e divisas, pô-las em suas Casas, capelas e mais edifícios, e finalmente, deixá-las sobre sua própria sepultura, pelo que quero e sou servido que haja ele, e todos os seus descendentes, todas as honras, privilégios, isenções, liberdade, graças, mercês e franquezas, que devem ter os Fidalgos e Nobres, nunca podendo seus sucessores usar deste Brasão sem que a cada um deles seja novamente por Mim confirmado. Mando portanto aos Meus Ministros, Desembargadores, Auditores, Promotores, Juizes de

> Direito Civil e Crimes e a todas mais Autoridades Judiciárias do Império e com especialidade aos Meus Reis de Armas, Arautos e Passavantes; e a quaisquer outros oficiais e mais pessoas, a quem esta Minha carta foi mostrada e conhecimento dela pertencer, que em tudo lhe cumpram e guardem, e a façam inteiramente cumprir e guardar como nele se contém sem dúvida ou embargo que nele se queira pôr, visto ser assim Minha Mercê, pagou dez Mil-réis de direito de Chancelaria, conforme o conhecimento em forma passado pela Recebedoria do Município da corte, em oito do corrente mês de Novembro (1855), sob o número [...] consignado pelo escrivão e Tesoureiro da Mesma, o qual fica arquivado.

No documento, portanto, estão bem delimitados "os direitos e os deveres". A escolha dos motivos do brasão é um privilégio de seu proprietário. A concessão, no entanto, é de uso exclusivo do brasonado, só podendo ser ratificado por novo decreto imperial.

O desejo de ostentar um brasão somado à pompa do título se manifestou sem muita ênfase: da relação de 1400 titulados durante os dois reinados, cerca de 166 tiveram carta de brasão, ou seja, em torno de 15%.[51] Se considerarmos o estudo de Smith de Vasconcellos, mais voltado para o levantamento dos brasões da nobreza brasileira, teremos o total de 295 brasões, ou seja, cerca de 25%.[52] Ao que tudo indica, ostentar o título em situações públicas e tê-lo impresso em algum jornal local era mérito suficiente e significava muito diante das grandes despesas da confecção de um brasão. O próprio agraciado poderia, fazendo uso das leis heráldicas,[53] criar seu brasão, que deveria ser previamente aprovado, ou recorrer aos préstimos de especialistas na matéria. Na verdade, a profissão de desenhista heráldico existia no país, mas esse tipo de serviço representaria uma despesa a mais na lista de gastos, já em si volumosos.[54] Depois de tantas dificuldades, aqueles que optavam pelo uso de armas próprias não fizeram por menos: nas grades dos portões residenciais, nas fachadas dos edifícios, nas portinholas das carruagens, nas pinturas decorativas dos salões e das capelas privativas, no mobiliário, nas tapeçarias, nas baixelas de prata, nos cristais, nas louças e utensílios domésticos, nos papéis de

carta e lacres da correspondência, nas jóias, por todos os lugares materializava-se a distinção.

A heráldica no Brasil acompanhou as características do romantismo local: revestiu-se de cores da terra, nem sempre com a arte que se requeria e observando a clássica ordenação. Em 1846, o conselheiro José Antônio da Silva Maia julgava, com dureza, o desempenho dos oficiais de armas, que exerciam seus cargos "sem terem a instrução que neles desejou D. Manuel".[55]

São muitos os elementos que em terras brasileiras serão lidos de forma original. O verde e o roxo, raramente representados na Europa, foram bastante utilizados pela nossa nobreza: cor da família Bragança, o verde aparece aqui nos mais diversos tons, tanto nas figuras como nos campos. Quanto às figuras, as geométricas são as mais antigas, e surgem nos brasões da nobreza brasileira em proporção relevante.[56] Especialmente a cruz, como símbolo cristão, é usada na heráldica ibérica desde o início, pelos primeiros cavaleiros. Apesar de distante da realidade brasileira do século XIX, os feitos medievais encantavam alguns de nossos nobres, como o barão de Cambai, que trazia em seu brasão um cavaleiro armado, encimado por uma cruz-de-malta.[57]

Mas o que chama muito a atenção é o uso das figuras em uma proporção superior à heráldica européia e a introdução de animais locais, menos freqüentes nos demais brasões. Ademais, recorre-se bem menos aos animais fantásticos, o que indica uma leitura mais pragmática e realista nos brasões brasileiros. É assim que, se por certo aparecem os imbatíveis leões e águias, leopardos, cavalos e lobos, também são freqüentes os carneiros, serpentes, peixes, conchas, ou os insetos locais, como as abelhas.

À fauna, somam-se os vegetais: a flor-de-lis — símbolo da França — convive com rosas, oliveiras, palmas, videiras, pinhas, trigo, trevos, castanheiras. Isso sem falar dos exemplos ainda mais próprios do contexto local: cana, café, mangueira. Além deles temos os minerais: rochedos, corais, diamantes. Por fim, o céu do Brasil, o sol, estrela, e as luas:

crescente, virada, contornada, figurada.

Objetos de guerra, tão ao estilo da heráldica européia, coroas, caravelas, torres e castelos povoaram o universo simbólico dos brasões nacionais. No entanto, alterando o modelo, dividiram espaço com instrumentos da terra — martelos, rodas, enxadas e ferraduras. E seres humanos, em geral santos ou patronos, ou então partes do corpo — cabeças, mãos, corações, braços —, mais raros nos outros modelos, entraram na heráldica nacional, como a demonstrar o caráter privado e pessoal de nossas relações.

"Figuras dos tempos medievais" atravessaram o Atlântico, e aqui, fora de seu contexto histórico, foram adaptadas ou substituídas por novas criações, agora inspiradas em símbolos que representariam o que a nobreza brasileira pensava de si, ou aquilo que gostaria que dela pensassem.[58]

Além disso, um bom número de nossos titulares procurou perpetuar o próprio nome ou dos seus ascendentes nas figuras de seu brasão — são os símbolos falantes: oliveiras, pinheiros, carneiros, leões, lobos, bezerros, pavão, robalo, rosas, cunhas, caldeiras, correias, torres, serras. Muitos desses brasões eram desenhados no escudo esquartelado (dividido, por uma cruz, em quatro partes), e em cada quartel aparecia o brasão de ramos diversos da família. Na maior parte dos casos, a figura associava-se ao nome de família do nobre e não ao seu título. Na verdade, diferentemente da concepção mais simbolista, presente na heráldica européia, no Brasil tratou-se de dar aos brasões uma leitura pragmática e às vezes não só explícita como direta.

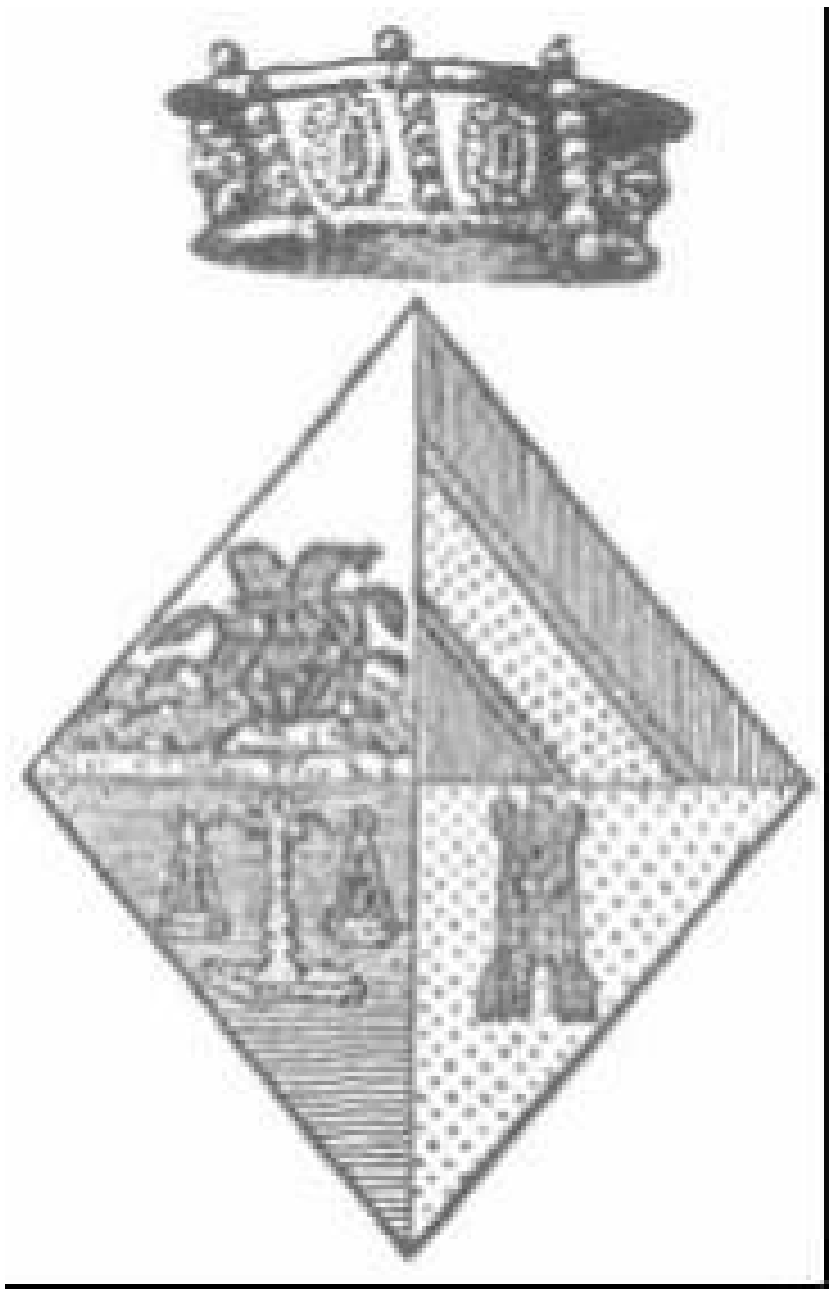
É o que ocorre com o brasão do visconde do Rio Branco, em que um rio em cor prata surge figurado. E de Delfim Carlos de Carvalho, que por seu feito na batalha do Riachuelo, recebeu o título de barão da Passagem. Nesse caso, o brasão teve como objeto identificar não só o nome pessoal, como o título a que fez jus. Materializou em seu brasão um delfim — símbolo imediato de seu nome —, uma moeda — leia-se Carlos —, e uma bolota de carvalho — representação imediata de seu sobrenome. Por outro lado, um grande vapor encouraçado navegando em um rio azul ondeado de prata, com a divisa "Avante!", completa o desenho. Se existisse qualquer

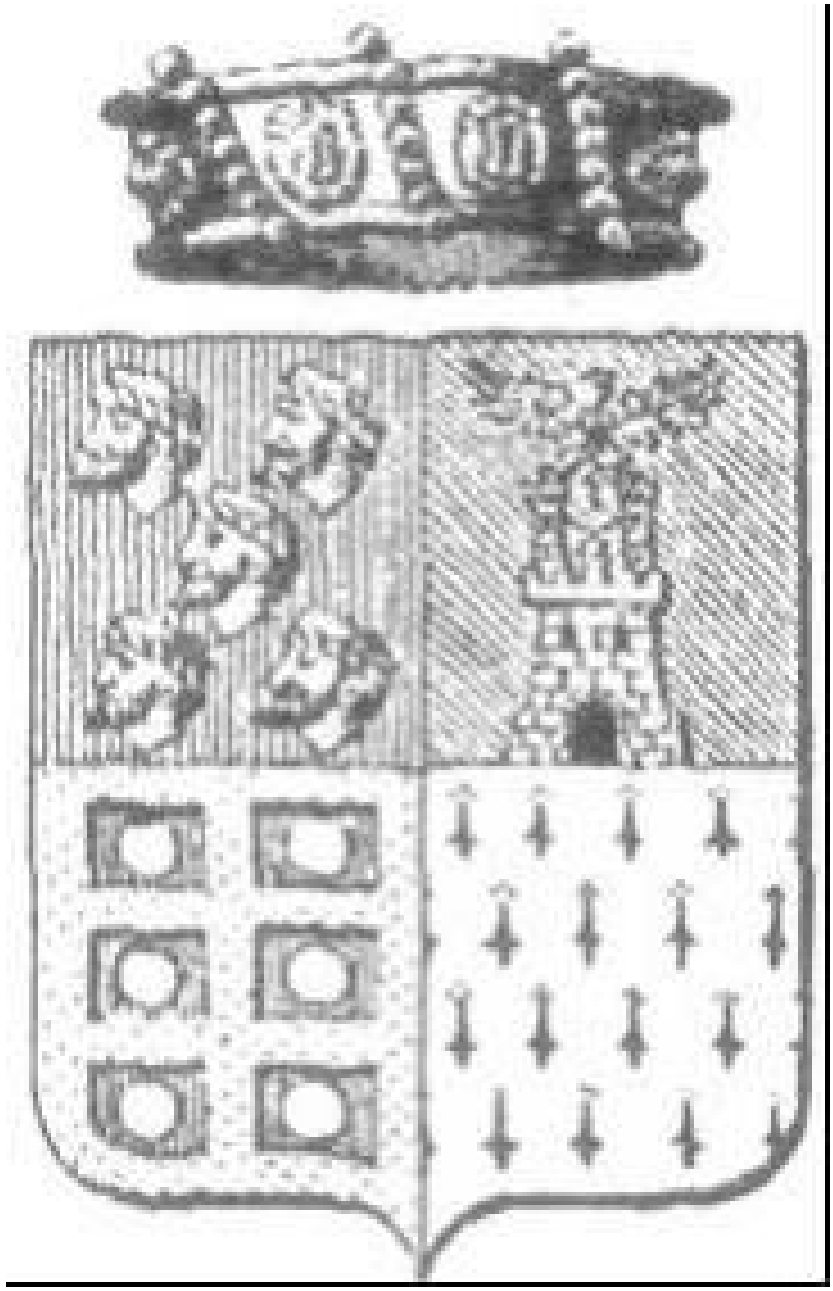
dúvida acerca do papel do barão nos embates do Paraguai, esse brasão havia de saná-la.

Brasão do barão da Passagem, Delfim Carlos de Carvalho, que — como em outros casos —, por decreto, foi autorizado a usar coroa de conde.

Também o barão de Oliveira Roxo figurou uma oliveira, como tantos

outros, mas em campo esmaltado de roxo. José de Amorim Salgado, barão de Santo André, estampou num quartel de seu brasão as armas dos Salgado: um saleiro de ouro entre duas torres e sob as pernas abertas de uma águia. Forçando a mão, o barão de Gravataí não hesitou em colocar um pé de gravatá em seu brasão, e o visconde da Bahia (José Lopes Pereira) destacou moscas que atrapalham sempre as plantações. Por fim o barão e visconde de Quixeramobim introduziu cinco melros sem pés e bicos.





Barão de Santo André,
José de Amorim Salgado

Barão de Gravataí

Visconde da Bahia, José Lopes Pereira

Barão e visconde com grandeza, marquês de Quixeramobim, Pedro Dias Paes Leme

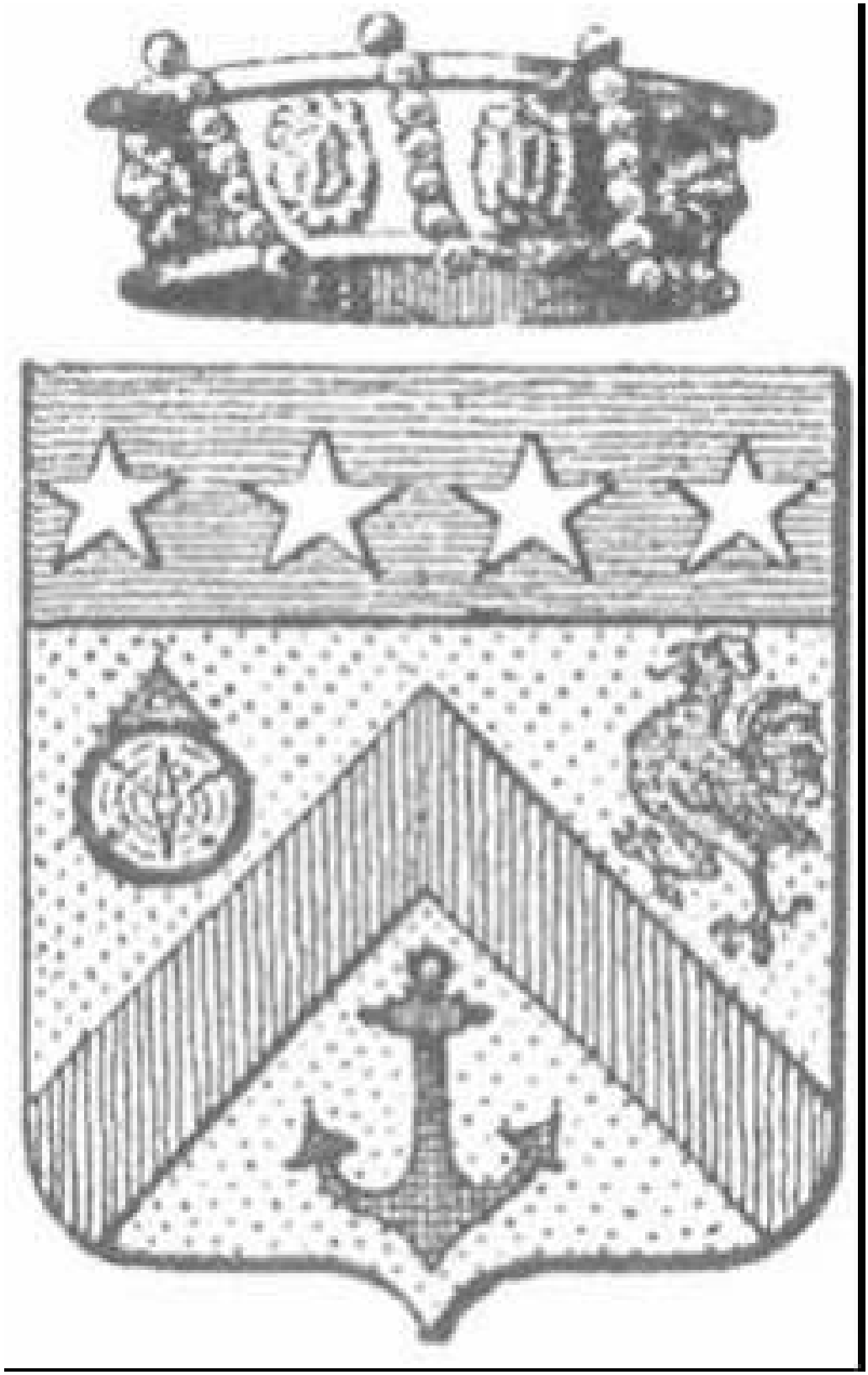
Brasões vinculados à fonte de riqueza são bastante originais: Boaventura José Gomes, agricultor e barão de Itaquatiá, tinha em seu escudo partido em contrabanda, numa parte, instrumentos de trabalho, como machado, enxada, pá, ancinho, e, na outra, uma paisagem onde

pastam bois e vacas. Bem semelhante é o brasão do fazendeiro de Iguaçu, Francisco Pinto Duarte, o barão do Tinguá. E não podemos esquecer o barão de Mauá, que apesar de representar um projeto de modernidade para o país,[59] não deixou de se encantar com a lógica simbólica tão pouco "racional" da nobreza. Em seu brasão figuram uma locomotiva a vapor negra e trilhos, um navio a vapor e quatro lampiões de gás, símbolos pouco usuais na heráldica brasileira mas reveladores do papel do empresário. Para completar, uma faixa com uma divisa: "Labor improbus omnia vincit", traduzida erroneamente como "O trabalho honrado sempre vence". Na verdade, o dito queria dizer, literalmente, "o excesso de esforço tudo vence", mas "vence", nesse caso, poderia ser traduzido como "destrói", significação que, quem sabe, até o próprio Mauá desconhecia.

Brasão do barão de Mauá, com o famoso dito:
"O trabalho honrado sempre vence"

O "saber" era, também, registrado nos brasões: livros, penas, globos, compassos. A balança da Justiça aparece em brasões de advogados. No do barão de Vila do Conde, doutor em direito e fazendeiro baiano, figuram-se duas penas, um barrete de magistrado, duas canas-de-açúcar e um anel de rubi. Nesse Império dos bacharéis, tão estimados por Pedro II, uma marca de saber podia valer tanto quanto um símbolo de propriedade.

As Forças Armadas, independentemente dos feitos notáveis, também mereceram atenção de seus componentes, e foram bem representadas: o barão da Laguna, almirante reformado da armada, fez-se lembrar pela bússola e pela âncora; e o capitão do 2º Regimento de Milícias da Corte e visconde de Guaratiba figurou um canhão de artilharia.



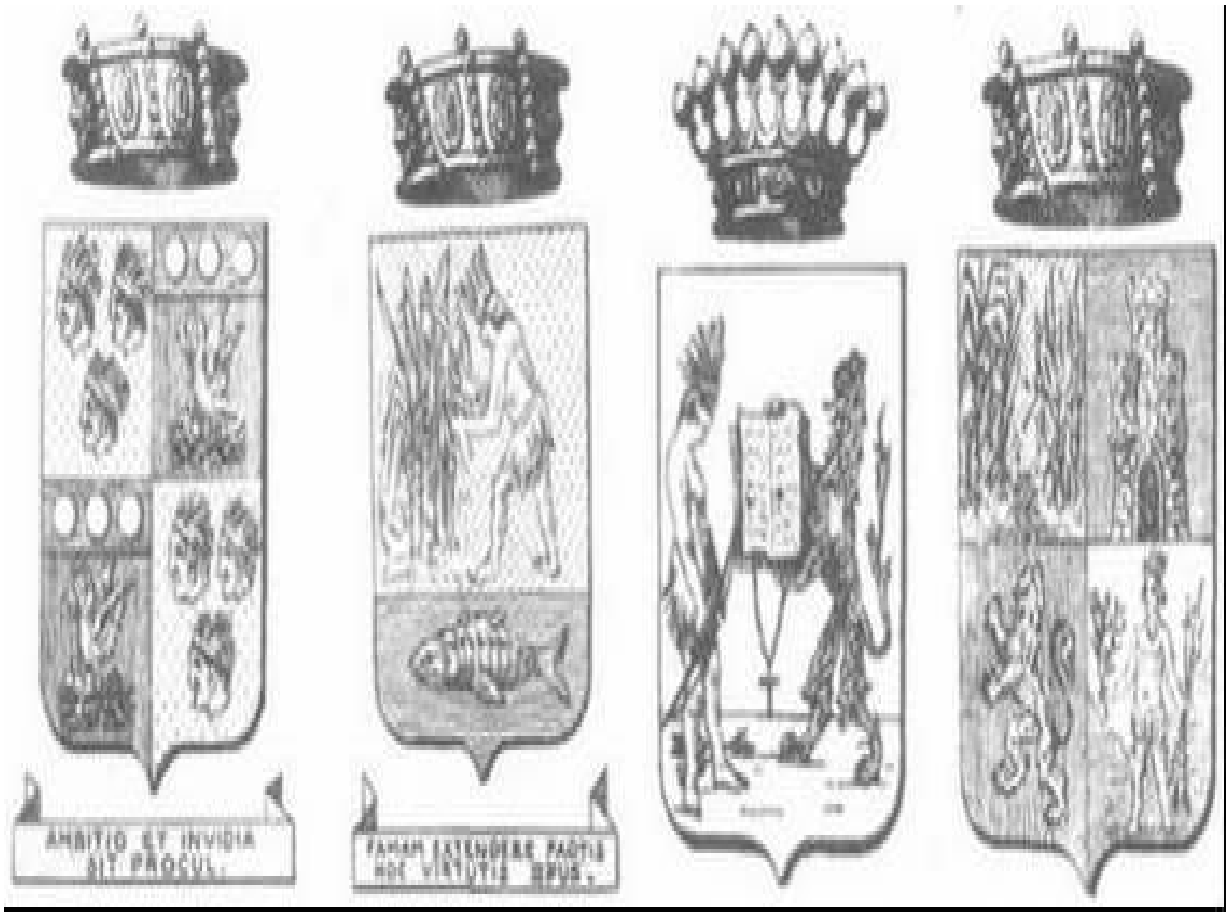
Barão da Laguna

Por fim, símbolos bem brasileiros. A cana-de-açúcar e o café geraram riqueza, nobreza, e foram homenageados em inúmeros brasões. Uma suçuarana em ouro sobre fundo verde e dois colhereiros em prata sobre fundo azul compõem as duas faixas do brasão do barão do Catu. E os ditos leopardos, que se assemelham antes a onças-pintadas, aparecem mais amiúde.

As palmeiras, insinuadas nas armas inglesas, surgem nas armas da família Lopes, e no brasão do barão de Maranguape: só que sobre esta palmeira há um corvo pousado.

Barão e visconde de Maranguape

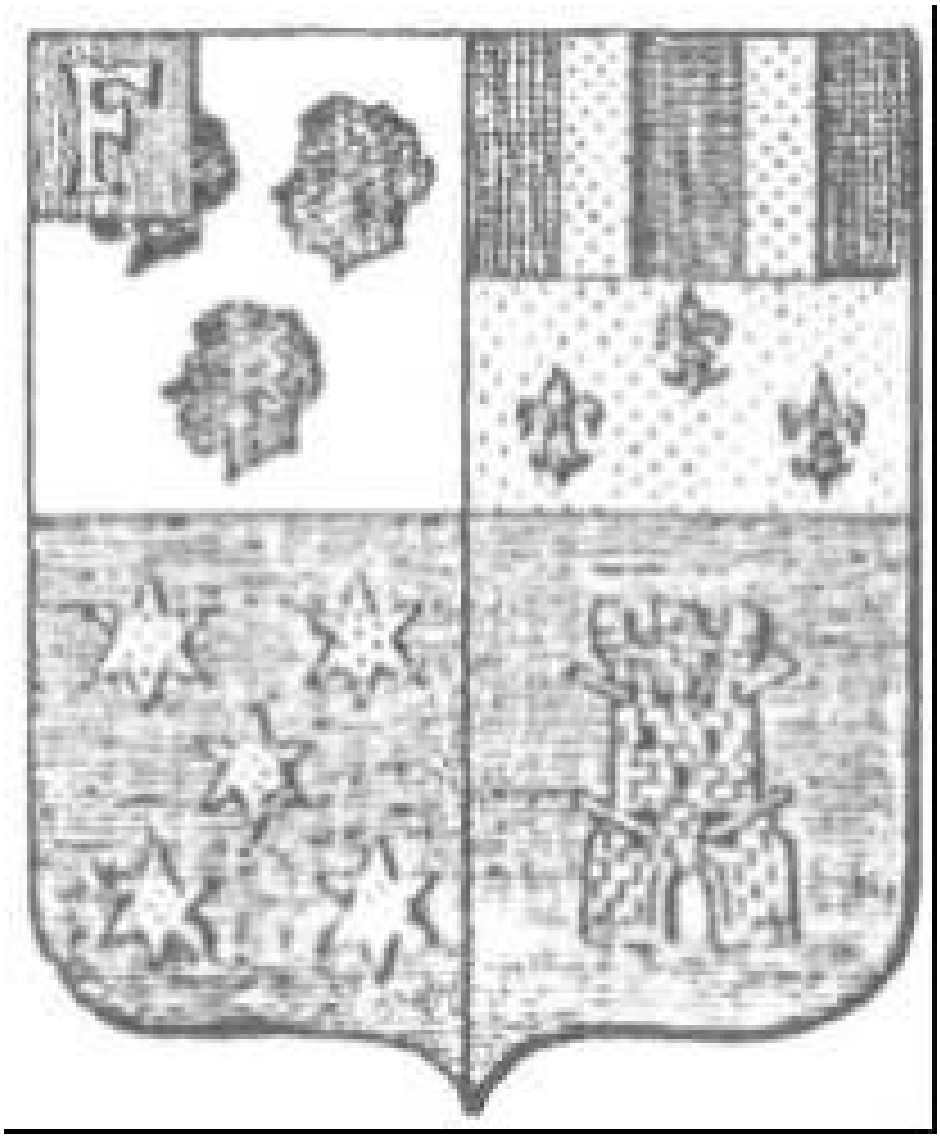
Uma mangueira em cujos galhos estão pousados três sabiás divide o brasão de Bento Lúcio Machado, o barão de Jacareí, com... um machado. Para "o mais típico atributo nacional" — o índio —, apelaram os barões de Japaratuba, do Rio Negro, de Antonina, de Barra Mansa, de Vila Maria: cabeças de índios (dispostas como as cabeças de mouros, tão usadas na Europa); nativo segurando um ramo de café e um arco e flecha, um nativo cortando cana, um indígena sendo catequizado.



Índios são representados nos brasões dos barões do Rio Negro, de Vila Maria, de Antonina,[60] de Japaratuba

Procurar vestígios da história do Brasil do século XIX nos brasões dos indivíduos titulados pelo imperador significa trombar de frente,

portanto, com a auto-imagem que essa nobreza pretendia perpetuar: européia mas "romanticamente nacional", tradicional mas ligeiramente moderna, rica, sábia, cristã, catequizadora, vitoriosa, conquistadora. Escravocrata? Nem pensar... Um único brasão iria registrar a figura de negros, e ainda assim copiando o estilo europeu: no primeiro quartel do escudo de Francisco Martins de Almeida vagam, em campo de prata, três cabeças de negro, com pendentes nas orelhas e narizes, e colares, tudo em ouro...



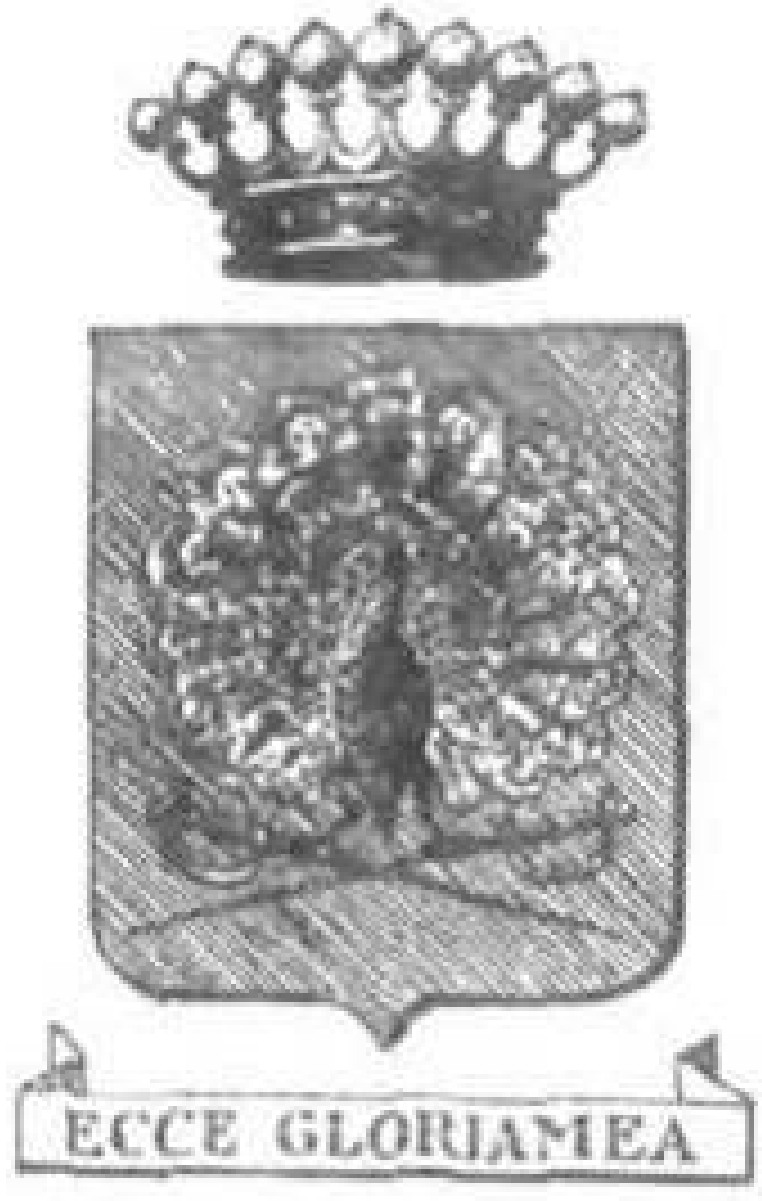
Brasão de Francisco Martins de Almeida

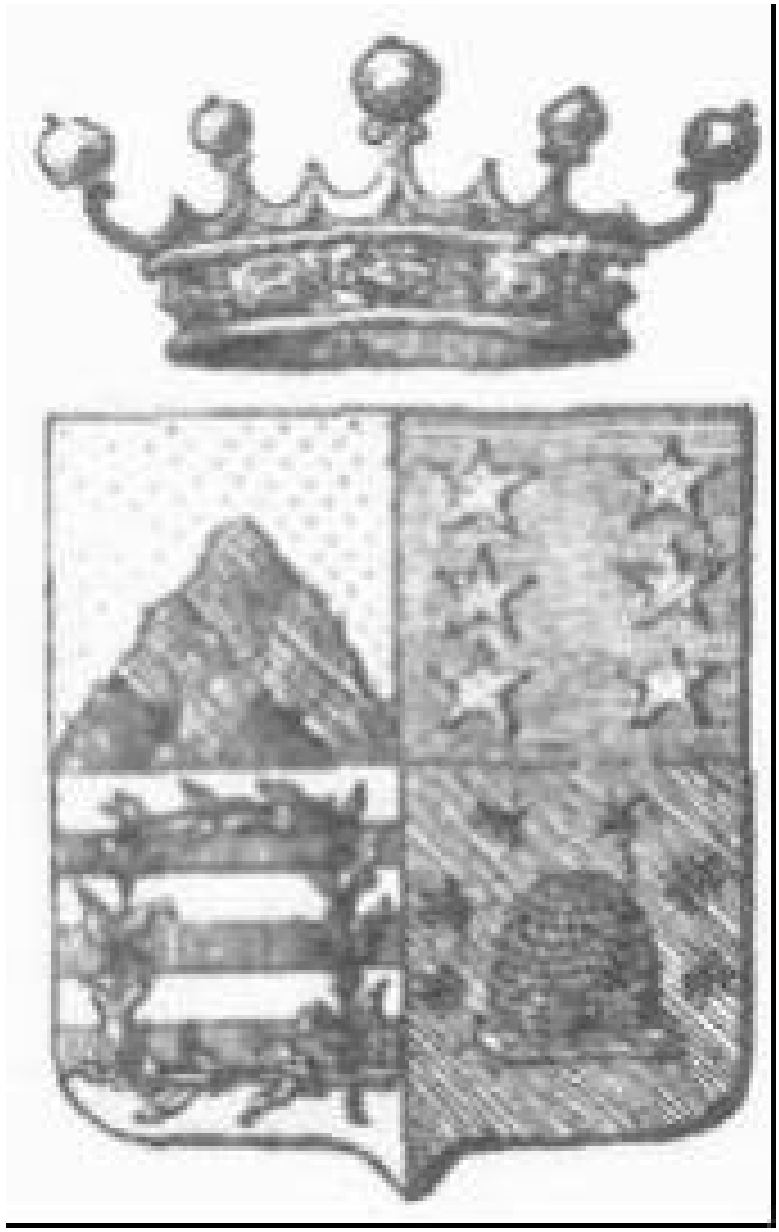
MEU?

Considerando os brasões como um espelho em que o nobre reflete a imagem que gostaria de ver (e que vissem), ao mesmo tempo que produz uma outra, e observando o repertório de brasões compilados por Smith de Vasconcellos, arriscam-se certas categorias, com base em alguns brasões mais originais em sua composição.

Procurando nas imagens qualidades representadas conforme a pretensão do brasonado, temos uma série de classificações possíveis, que organizariam conjuntos de brasões. A primeira imagem evidente é a do nobre, que é seu próprio nome. Que no seu nome se explica, se compõe, se expõe; é o que basta, o que o faz: EU SOU. A segunda se ordena em torno do nobre orgulhoso de seu saber. São os doutores: orgulhosos de seu julgamento, de suas leis, de seu conhecimento: EU SEI. O usineiro que transforma a cana-de-açúcar, o fazendeiro de café. São os que têm a terra, o dinheiro e o poder: EU TENHO. Imagens dos que fazem a guerra, defendem a pátria, constroem o país de amanhã: EU FAÇO. E também dos que têm riqueza porque acreditam no trabalho duro: TENHO PORQUE FAÇO. Finalmente, os que expõem o país exótico, romântico e catequizador em que vivem: EU ME UFANO.

EU SOU


ECCE GLORIAMEA

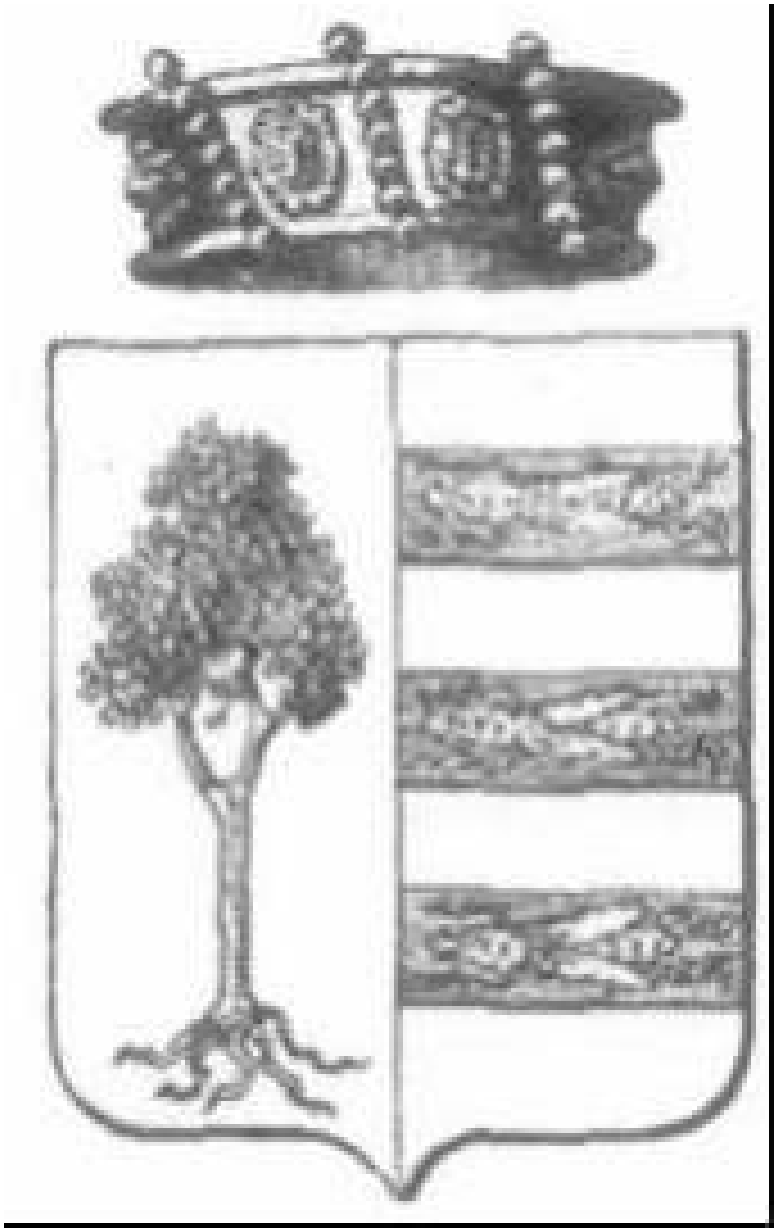


BARÃO, VISCONDE E CONDE DE ITAGUAÍ (com grandeza)

Antônio Dias Pavão

BARÃO E VISCONDE DO SERRO FORMOSO

Francisco Pereira de Macedo



VISCONDE DO RIO BRANCO

(com grandeza)

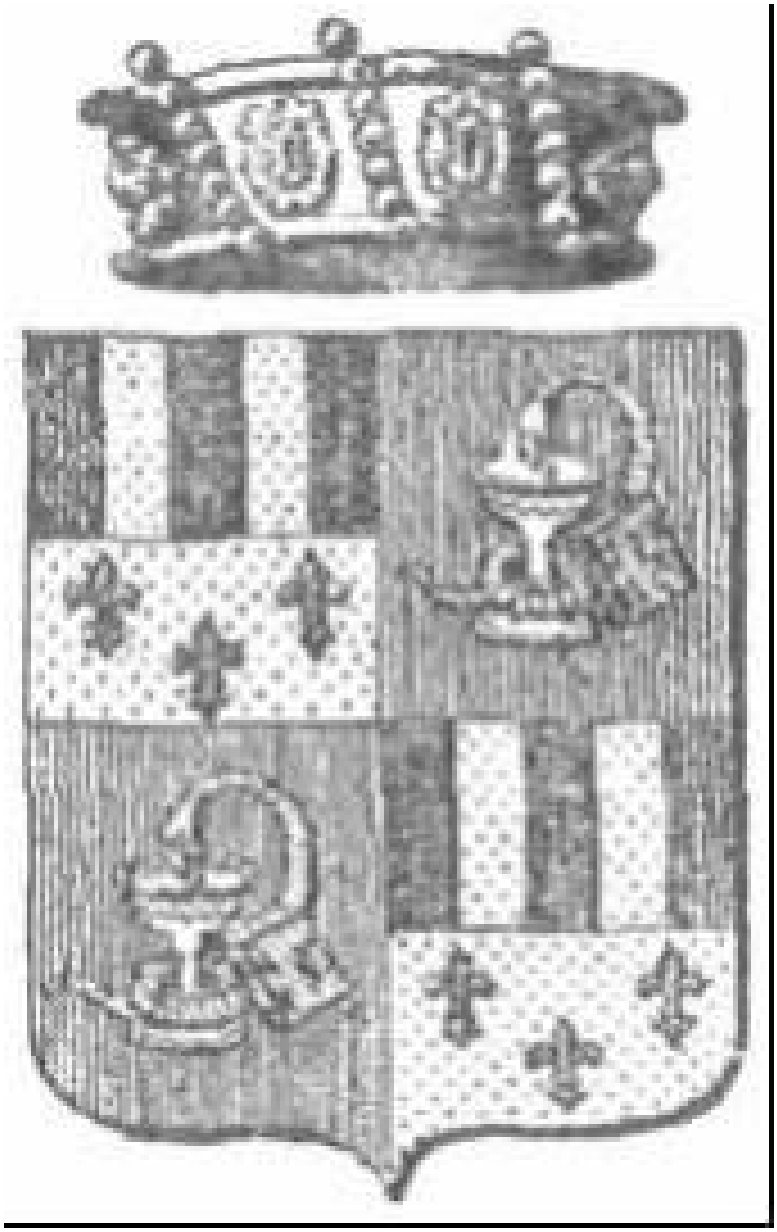
José Maria da Silva Paranhos

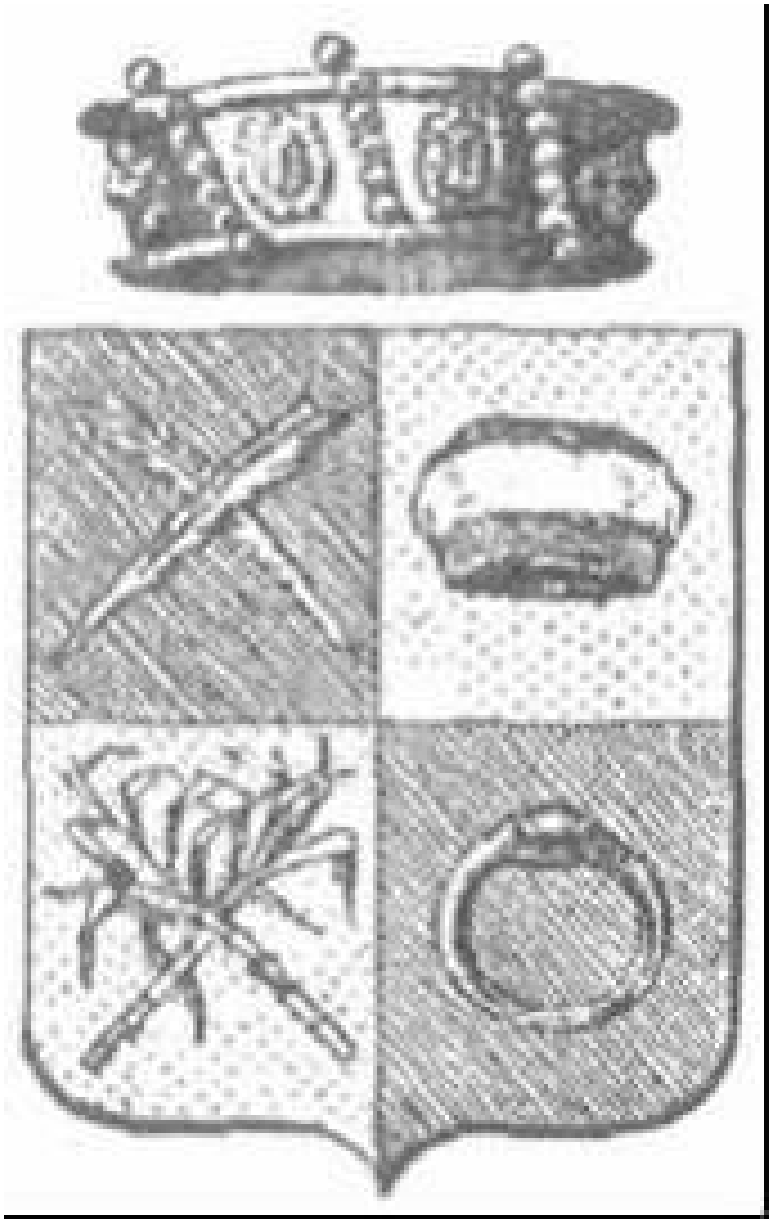
BARÃO DE OURICURI

Manuel Inácio de Oliveira

Comendador da Imperial Ordem da Rosa

Eu sei





BARÃO DE VILA DO CONDE

Dr. João Gomes Ferreira Veloso

BARÃO DE SÃO FÉLIX

Dr. Antônio Félix Martins

LABOR ET FIDES

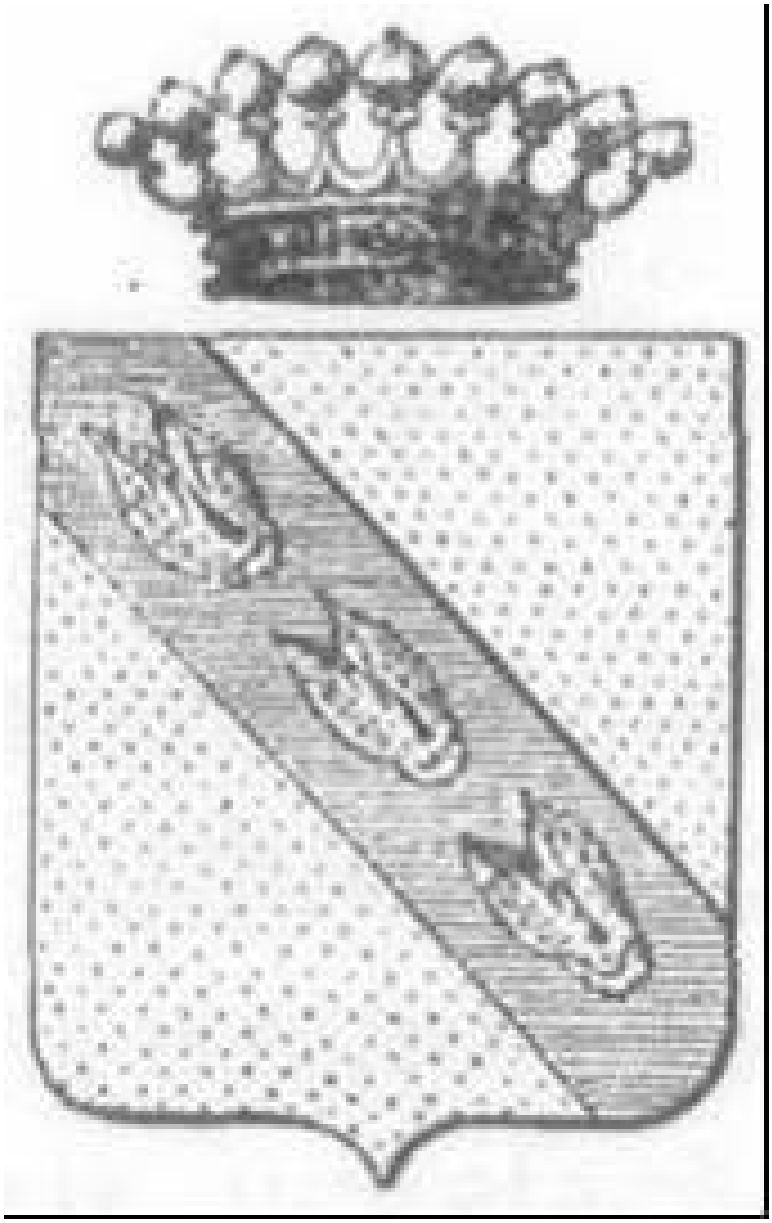
BARÃO DE RAMIZ (com grandeza)

Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão

BARÃO DE SÃO LUÍS (1° barão)

Paulo Gomes Ribeiro de Avellar

Eu tenho



BARÃO DE MAMANGUAPE

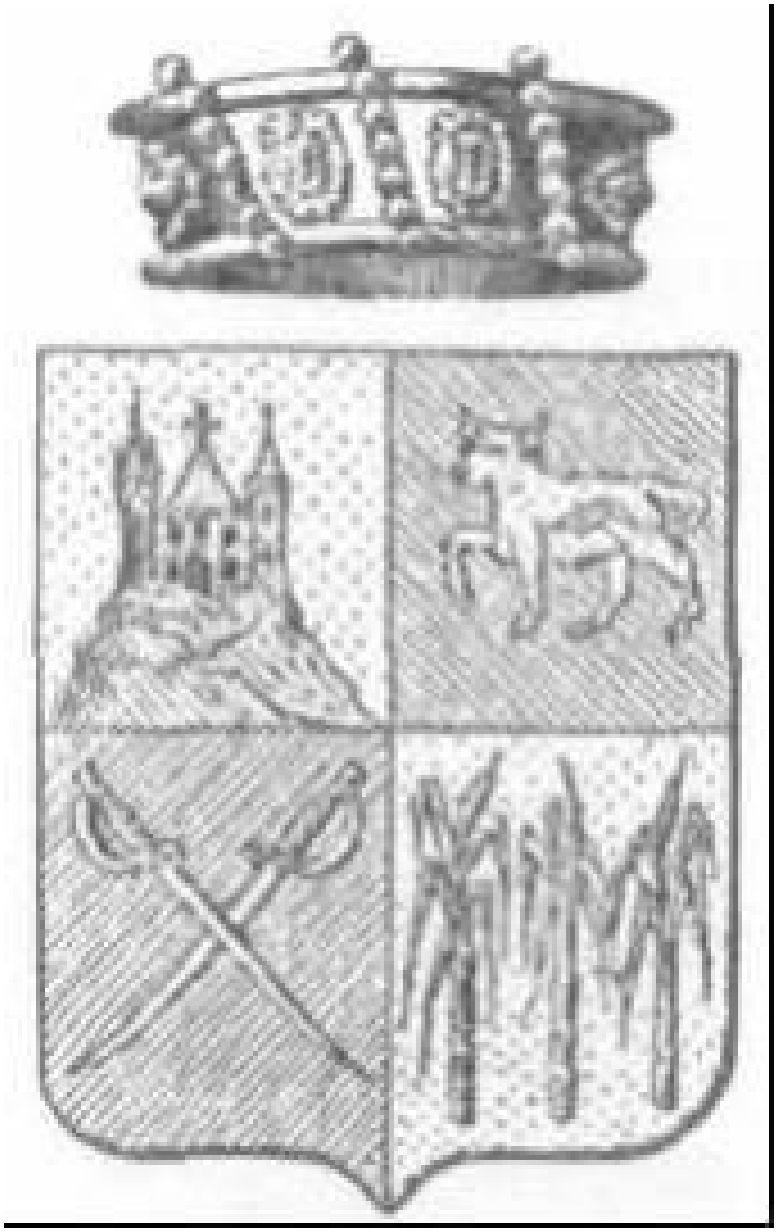
(com grandeza)

Flávio Clementino

BARÃO DE SANTA JUSTA

(1° barão com grandeza)

Jacinto Alves Barbosa

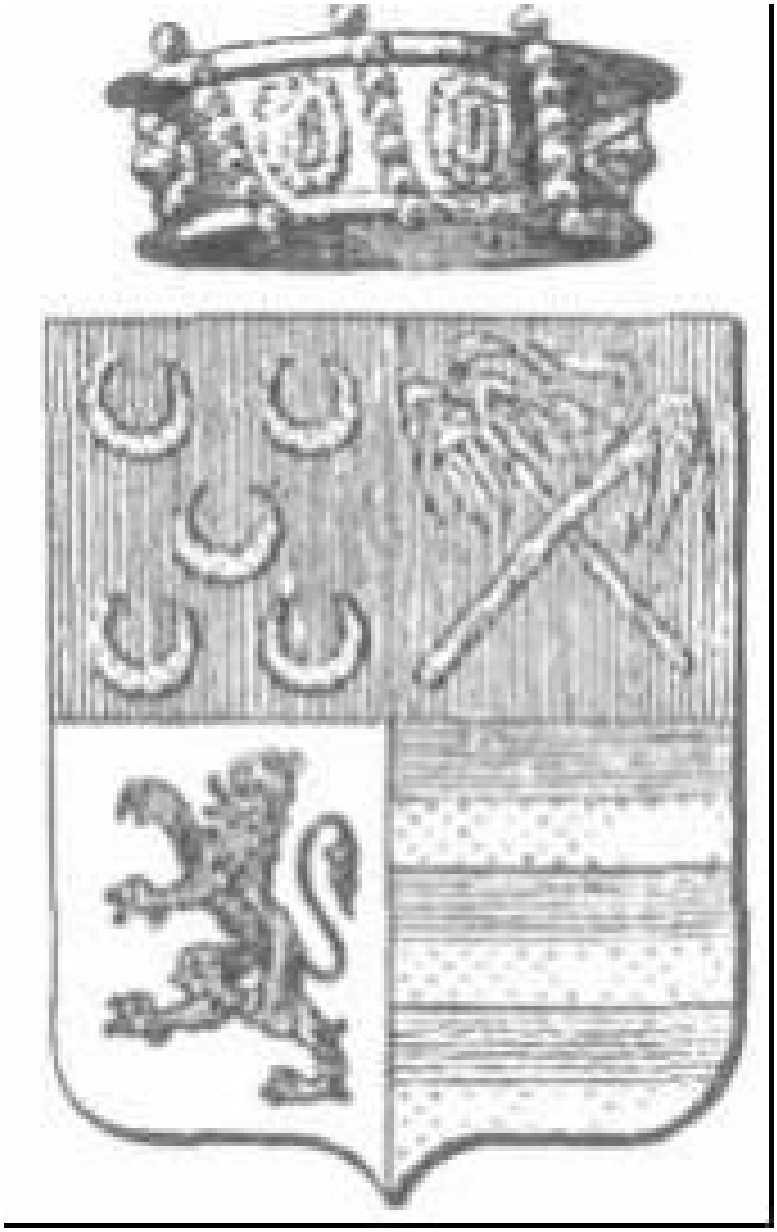


BARÃO DE SÃO FIDÉLIS

Antônio Joaquim da Silva Pinto

BARÃO DE SÃO TOMÉ

Francisco Gonçalves Penhas



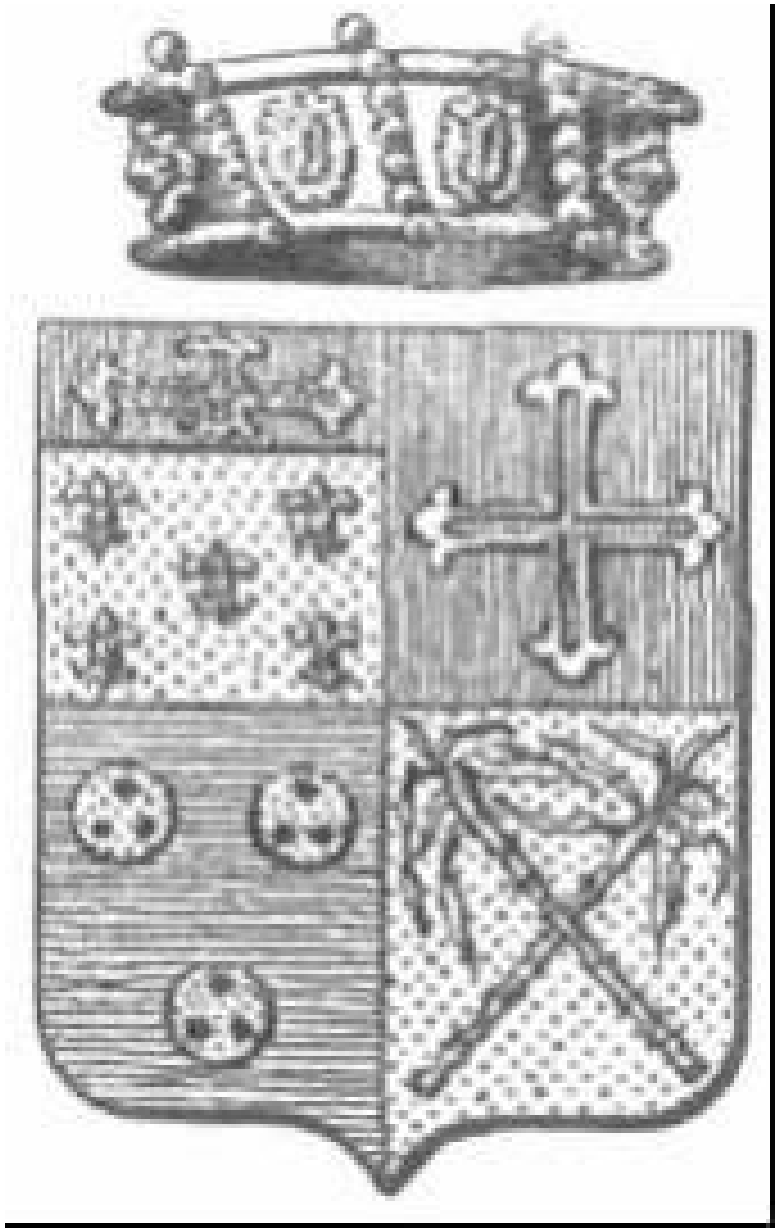
BARÃO DE SÃO JOÃO DA BARRA

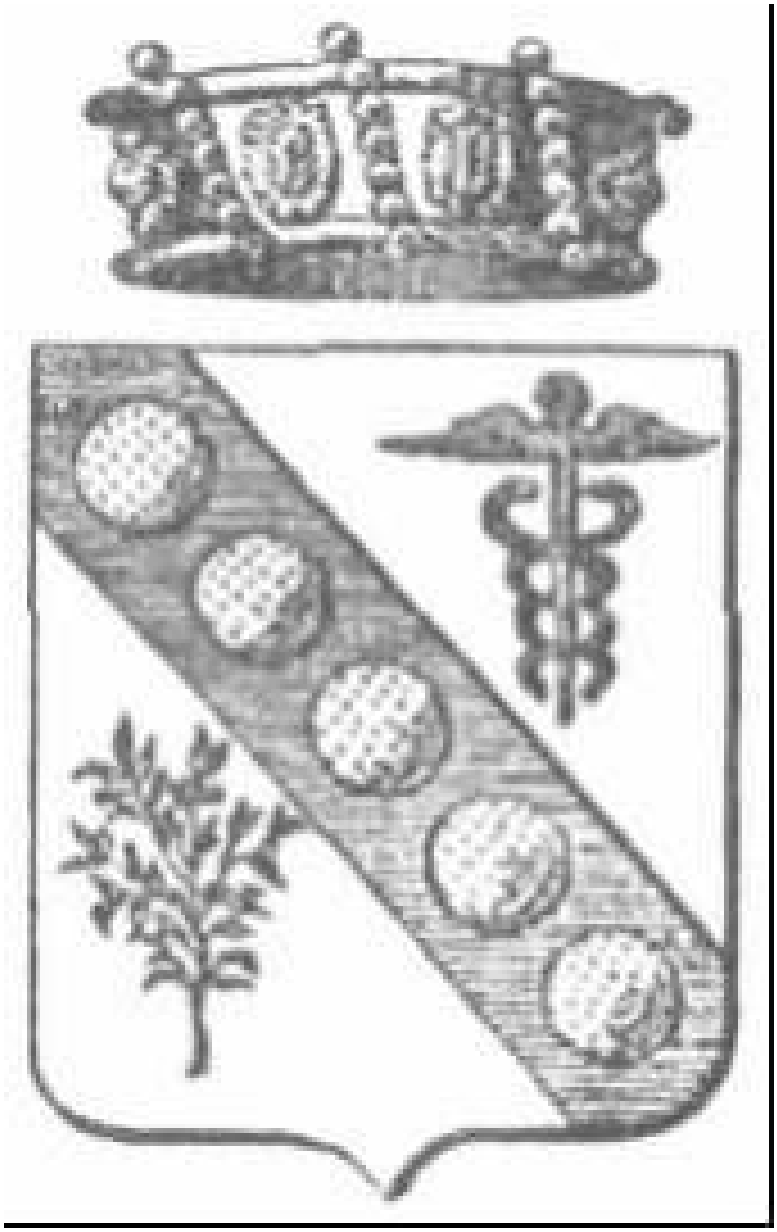
(1° barão com grandeza e visconde)

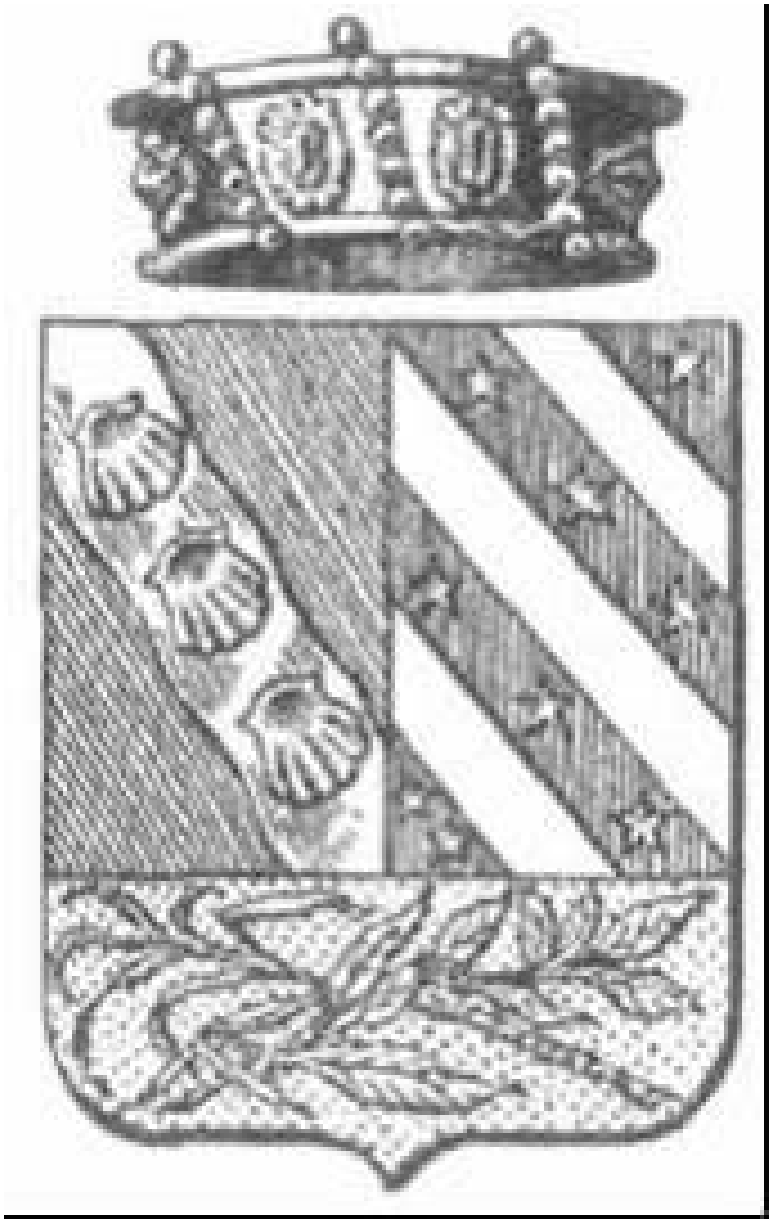
José Alves Rangel

BARÃO DE BEMPOSTA

Inácio Barbosa dos Santos Werneck







BARÃO DE GOYANNA
(3° barão)
João Joaquim
Rodrigues
da Cunha Rego Barros

BARÃO DE IGUAPE
(2° barão)
Inácio
dos Santos
Pereira Dutra

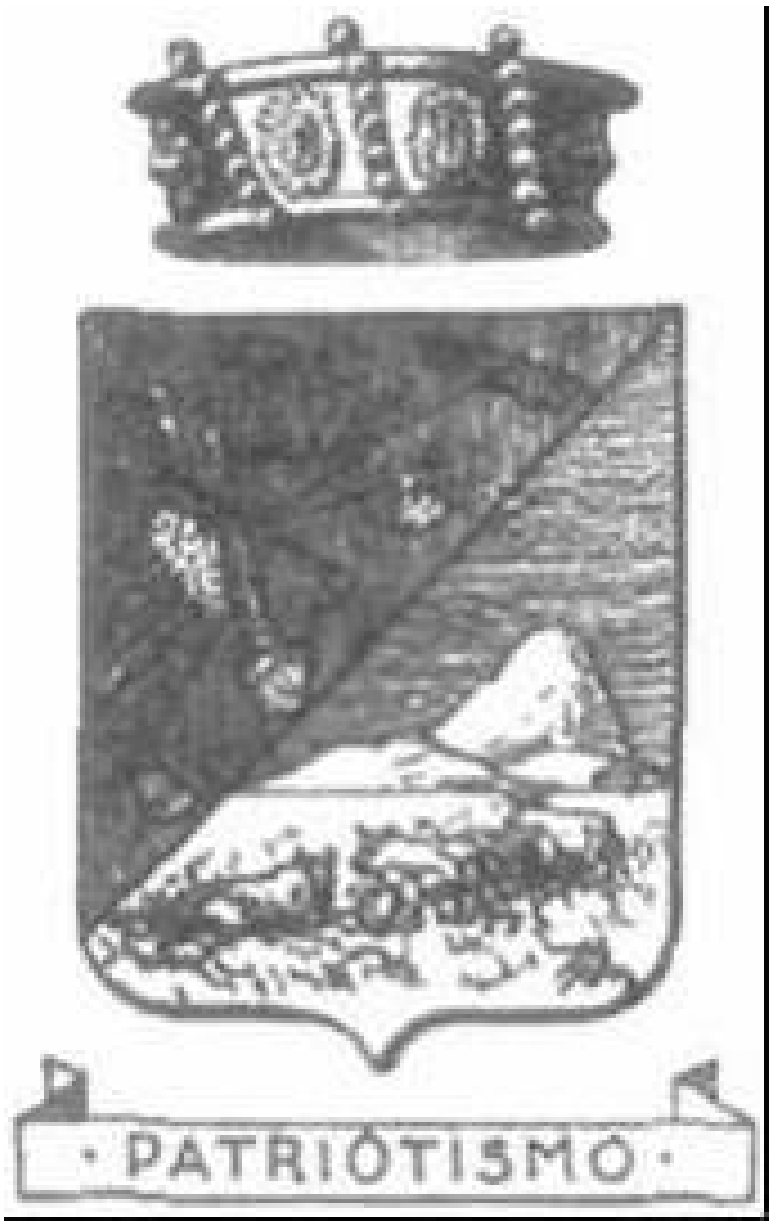
BARÃO DE SILVEIRAS
Antônio Tertuliano

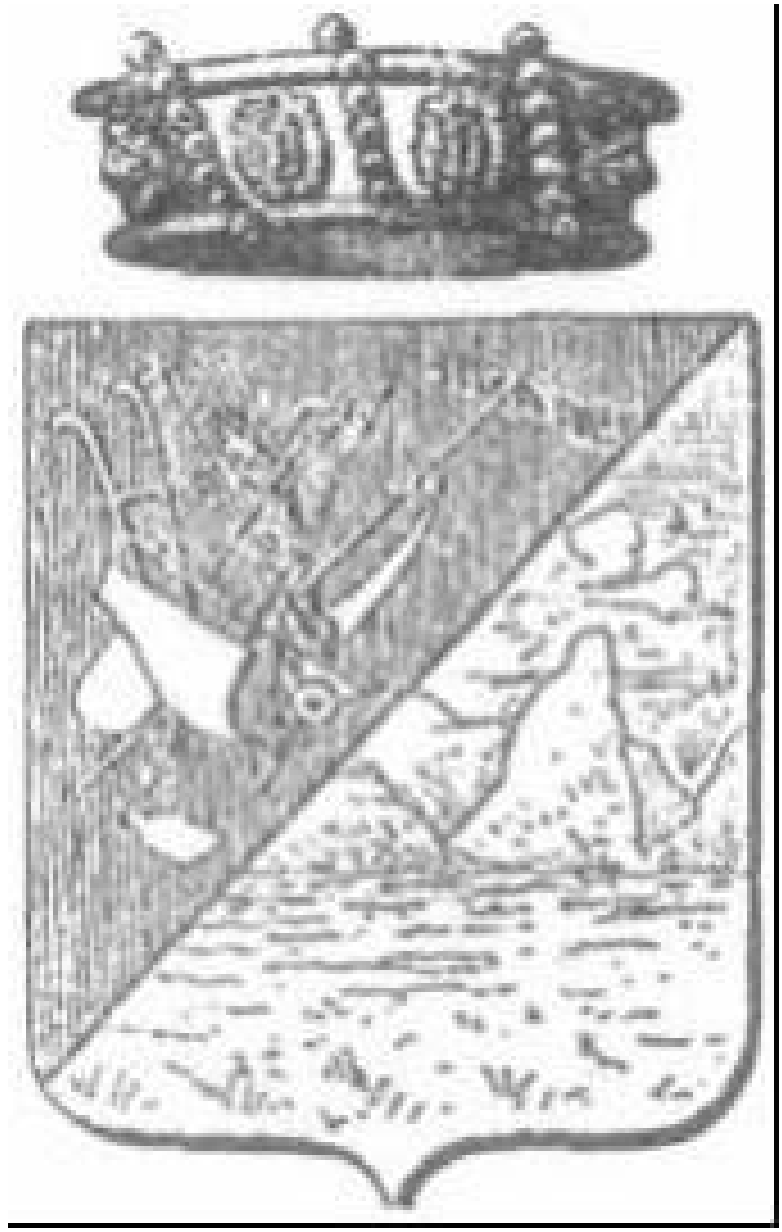
Eu faço

BARÃO DE MELGAÇO
(com grandeza)

Augusto Levergen

Tenho porque faço


·PATRIÓTISMO·



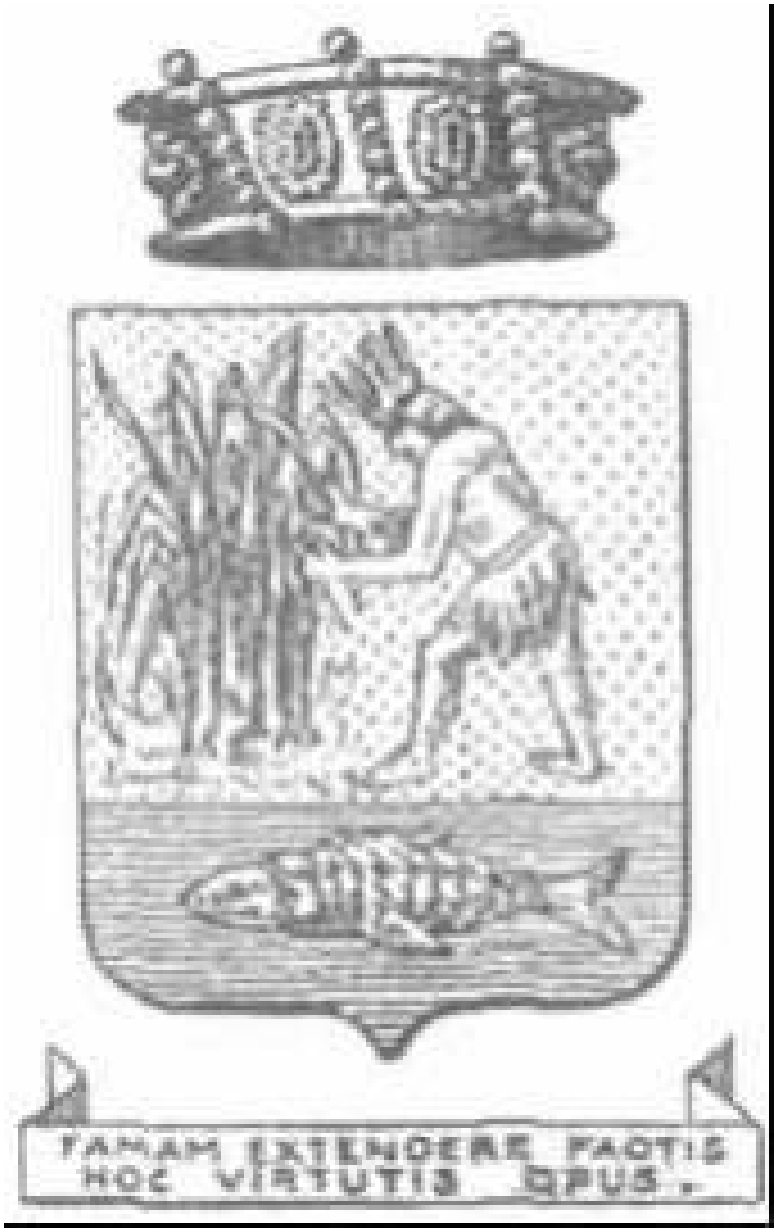
BARÃO DE ITAQUATIÁ

Boaventura José Gomes

BARÃO DO TINGUÁ (2º barão)

Francisco Pinto Duarte

Eu me ufano


FAMAM EXTENDERE FACTIS
HOC VIRTUTIS OPUS.

BARÃO DE ANTONINA

(com grandeza)

João da Silva Machado

BARÃO DE VILA MARIA

Joaquim José Gomes da Silva

"CADA PAÍS TEM A NOBREZA QUE MERECE"

A nobreza brasileira transpôs para cá, portanto, a arte heráldica, modificada pela influência do meio e da cultura local, assim como

adotaram-se figuras emprestadas da terra e de alusões particulares. Mitos e fatos históricos, animais, vegetação e a própria toponímia tornavam-se símbolos de uma nobreza em formação.

Mas a cópia, quando da chegada, já encontrou a heráldica decadente em sua leitura e rigor simbólico. No Brasil, perdeu-se a representação mística e em seu lugar surgia a evocação direta das conquistas materiais. Na verdade, o afastamento próprio de quem vivia tão longe, no Novo Mundo, levou à construção de armas muitas vezes estranhas no que se refere às regras heráldicas, não só na composição como na representação.

Longe dos animais fantásticos e das referências simbólicas a uma história longínqua, a nobreza brasileira desenhava e inventava seu passado recente, sua juventude paradoxal. Nos pequenos detalhes afirmavam-se as particularidades: nas figuras abundantes, nas regras e divisões pouco fixas, na aberração das cores e combinações. Mas era também na frouxidão das regras, no relaxamento na obtenção de brasões, ou nos critérios pessoais do imperador que se configurava uma corte original. Acostumados com o uso do Poder Moderador, os monarcas fizeram das titulações um exercício de voluntarismo da realeza.

Nas mãos de d. Pedro II, também em virtude do longo período de seu reinado, a nobreza ganharia um colorido todo especial. Não só os nomes indígenas como o perfil de seus componentes lembravam o caráter exótico da corte. Novos ricos da terra, profissionais liberais, alguns poucos negros (como o barão de Tijuca), ainda menos indígenas (como o barão de Guapi), artistas e literatos do círculo do monarca faziam da corte um grupo de amigos diletos — uma imagem de civilidade.

No entanto, é a não-hereditariedade da nobreza brasileira que lhe confere um caráter singular. A antiga Colônia, feita Império, vê nascer uma corte alternante e de vida breve. No Brasil não se é nobre para sempre, é em vida que se louvam os feitos, e, diferentemente da estabelecida nobreza européia, os titulares tropicais são circunstanciais. Na verdade percebe-se toda uma lógica que trabalha com essa exceção. Já na época de d. João a concessão de títulos significou não só um expediente "honorífico", mas um verdadeiro "toma lá, dá cá". Elias Antônio Lopes, negociante estabelecido na

Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão — que se tornou residência oficial do regente —, foi logo nomeado "Commendador da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real". D. Pedro II, por seu turno, selecionava momentos e muitas vezes, como no último ano de reinado, utilizava seu privilégio valendo-se de estratégias diversas. Era comum, em primeiro lugar, dar títulos a pessoas de idade avançada, quando o uso deles seria breve. Nesse sentido, a quantidade de titulares a cada década não era elevada — em média três centenas —, como se fosse possível controlar o reduzido número daqueles que, em certo contexto, fariam parte da nobreza.

Por outro lado, com freqüência, a titulação representava uma compensação política. No final da Guerra do Paraguai, d. Pedro faria muitos nobres, assim como em 1888 — após a libertação dos escravos —, quando vários proprietários ressentidos transformavam-se em barões sem grandeza. Além disso, se os títulos garantiam status, significavam gastos para o contemplado e receitas para o Estado. Estranha nobreza essa, que aguardava os títulos mas literalmente pagava pelo resultado de seus, não poucos, esforços e adulações junto ao imperador.

É por isso que se pode dizer que no Brasil não existiu uma nobreza no seu sentido mais tradicional. Na verdade, vingou uma titularidade meritória e honorífica que se afastava dos privilégios da hereditariedade ou dos vínculos de terra. Sua singularidade talvez nos fale de uma situação particular de afirmação da individualidade em lugar de uma ancestralidade. Em um contexto de aburguesamento, em que a virtualidade e a ascensão pessoal eram qualidades fundamentais, surge uma nobreza que se afirma por seus feitos particulares, inscritos nos brasões, nos títulos e grandezas. Enquanto na antiga Europa é nobre quem é, ou seja, quem nasce como tal, no Brasil a nobreza é um estado passageiro afirmado por uma situação política, econômica ou intelectual privilegiada.

De toda forma, o título continuou a ser um símbolo utilizado por poucos. Em comum com o modelo europeu do século XVII estava a figura central do rei, que por meio da concessão ou não de títulos estimulava alianças ou disputas e mantinha-se no centro da cena. Mas, como não há rei sem uma corte, foi assim que, aos poucos, a nobreza se firmou no país,

sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, onde conviviam conselheiros, oficiais dos paços e titulares. Mais particularmente, os títulos se enraizaram entre nós.

Subversão fundamental, a nobreza, que no Brasil não consistia em prerrogativa de nascimento, era galardão e prêmio; o resultado de um esforço, de uma realização particular, sem transferência: uma meritocracia e não uma aristocracia. Sem nenhum privilégio, enquanto na Europa vemos o aburguesamento da nobreza, no Brasil ocorre o oposto: é a burguesia que se enobrece. Além disso, assim como herdamos de Portugal o "personalismo"[61] trouxemos uma brasonaria que, em vez de lembrar a família e o grupo de filiação, era sobretudo um mérito individual, cuja confirmação estava nas mãos do rei.

Como diz Holanda, "em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida".[62] É assim que ao lado de um monarca tão jovem como d. Pedro II, de uma nação tão recente como o Brasil, de uma monarquia destituída de passado, surge uma nobreza que é sua representação e imagem, tão breve como a experiência monárquica no Brasil. A hereditariedade era só da família imperial.

Títulos	
D. João	
D. Pedro I	
D. Pedro II	
Total	

Duques	

1,68%

1,49%

0,09%

0,38%

Marqueses

10,92%

20,15%

1,88%

4,35%

Condes

41,18%

5,97%

3,94%

7,51%

Viscondes

25,21%

26,57%

17,18%

19,96%

Barões

21,01%

35,82%

76,81%

67,60%

Fonte: Lista do Grupo Histórico do Arquivo Nacional, também citada por Carvalho[63]

Mas, se esse é um privilégio comum aos monarcas brasileiros, foi d. Pedro II que se utilizou com mais freqüência desse instrumento, mediando sua relação com os proprietários baseada, também, na distribuição controlada de títulos.

Por meio do quadro anterior percebe-se não só a distribuição "mais generosa" de títulos por parte de d. Pedro II, como uma farta oferta do título de barão — sobretudo sem grandeza. Segundo Carvalho,[64] essa honra era reservada basicamente aos proprietários de terra, que se distinguiam pela riqueza econômica, e não tanto aos políticos, aos quais eram oferecidos títulos mais elevados. "Assim é que apesar de os barões constituírem 77% dos titulares de D. Pedro II, eles representavam apenas 14% dos ministros do Segundo Reinado que possuíam títulos."

Dessa maneira, o baronato virou sinônimo e marca distintiva dos grandes cafeicultores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; uma forma de cooptação, mas também de compensação por ocasião das leis abolicionistas de 1871, 1885, 1888. "Enquanto 51 títulos foram distribuídos no qüinqüênio 1860/ 64, entre 1870/74 o número subiu para 120. Nos últimos qüinqüênios do Império foram concedidos 238 títulos de barão, 173 dos quais em 1888 e 1889. A Coroa tentava pagar em símbolo de status o que tirara em interesse material."[65]

Esses poucos dados já indicam a relação tensa que se estabelecia entre o monarca e seus barões. O Brasil não era uma economia mercantil como Portugal, e sim uma economia de produtores agrícolas com mão-de-obra escrava. No Império dos bacharéis a política escapou-lhe das mãos e restavam-lhe, nesse momento, os troféus que a Coroa concedia. Como

disse Holanda, "o império dos fazendeiros [...] só começa com a queda do Império".[66]

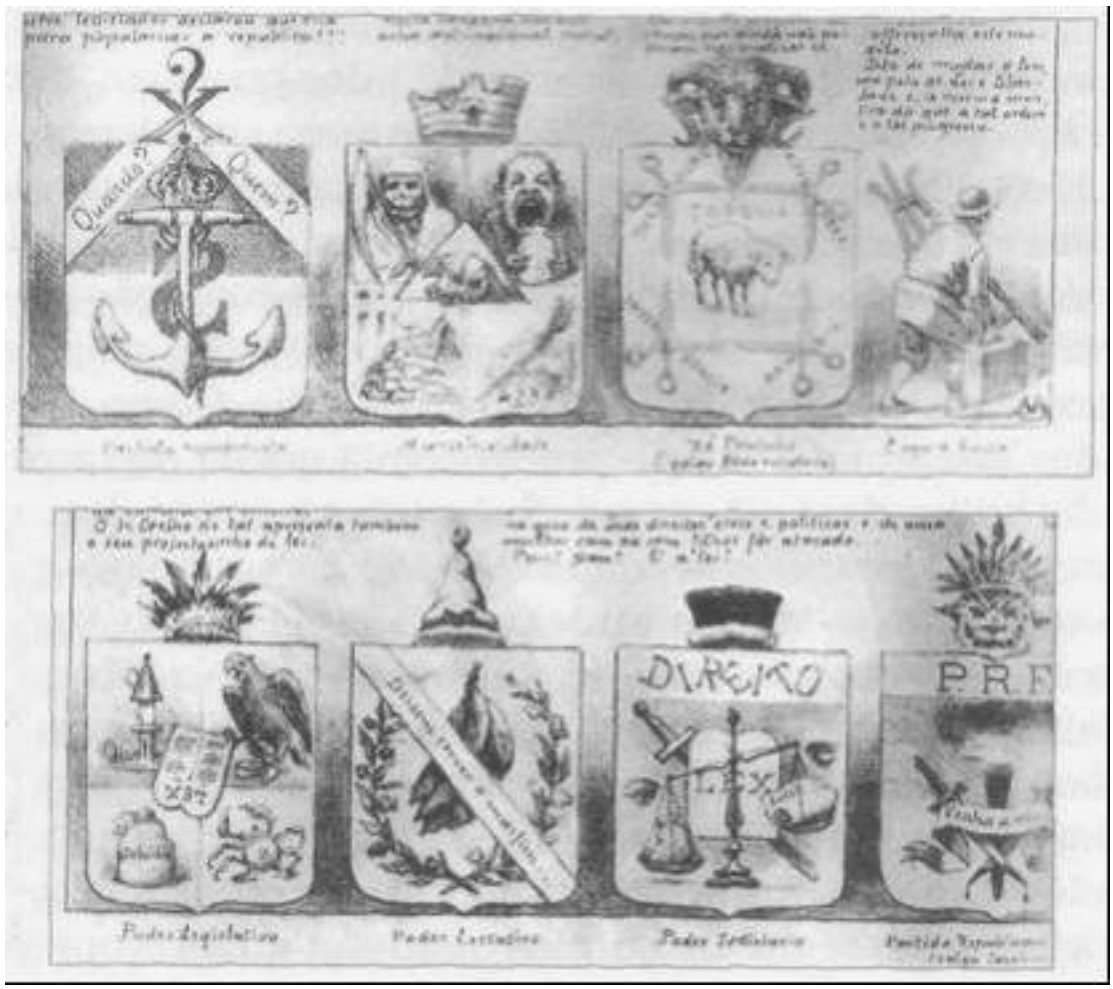
Longe do brilho da corte, se a influência econômica desses barões do café foi indiscutível durante o Segundo Remado, o mesmo não pode ser dito — de forma categórica — de sua égide política e, sobretudo, social. Eduardo Silva[67] comenta que "contra o mito do brilhante e aristocrático passado rural aparece uma nobreza nem sempre acostumada ao uso de sapatos e garfos, que dorme em redes e habita não exatamente em mansões e castelos, mas em choças". Citando Freyre, Silva fala sobre os "barões de tamanco" que trocavam os rr pelos ff, que poucas letras conheciam e que nos últimos tempos do Império vangloriavam-se de seus títulos obtidos a quatro contos cada um.[68]

Era assim que com a corte, e com sua nobreza que se reunia na rua do Ouvidor, conviviam os fazendeiros titulados, os nobres das províncias que, ao receber títulos honoríficos, revelavam um lado igualmente verdadeiro desse Império, acima de tudo, rural.

Mas se a nobreza brasileira foi original, e se distanciou dos padrões de sociabilidade europeus, soube construir sua estrutura utilizando-se das franjas, dos detalhes que as leis heráldicas permitiam imaginar. Suas cores eram diferentes, porém possíveis; suas figuras eram excessivas, mas previsíveis. Num movimento evidente de ressignificação, a nobreza brasileira representou uma leitura tropical de um modelo distante europeu. No entanto, revestiu-se de um rigor compatível. O costume fará parte do texto da lei, o ritual não é matéria apenas do costume, mas está assentado na Constituição. Lentamente os títulos de nobreza foram ganhando reconhecimento. Não foi por coincidência que um dos primeiros atos da República brasileira, ainda em 24 de fevereiro de 1891, aboliu os títulos honoríficos imperiais. Tendo a nobreza como companheira próxima do rei, e dele dependente (ao menos para receber o título), sua continuidade poderia simbolizar a sobrevivência da própria monarquia.

Era dessa maneira que, em meio a um duplo ato falho, extinguia-se a titularidade. Floriano Peixoto enviou correspondência a Rio Branco

informando-o sobre a medida. Nessa ocasião, teria endereçado o envelope ao "Barão do Rio Branco", e este de pronto teria respondido com um "Ciente" e traiçoeiramente assinado "Barão do Rio Branco". Além desse deslize, há outro: na Constituinte de 1891, vários nobres assinaram como titulares, e sem usar parênteses.

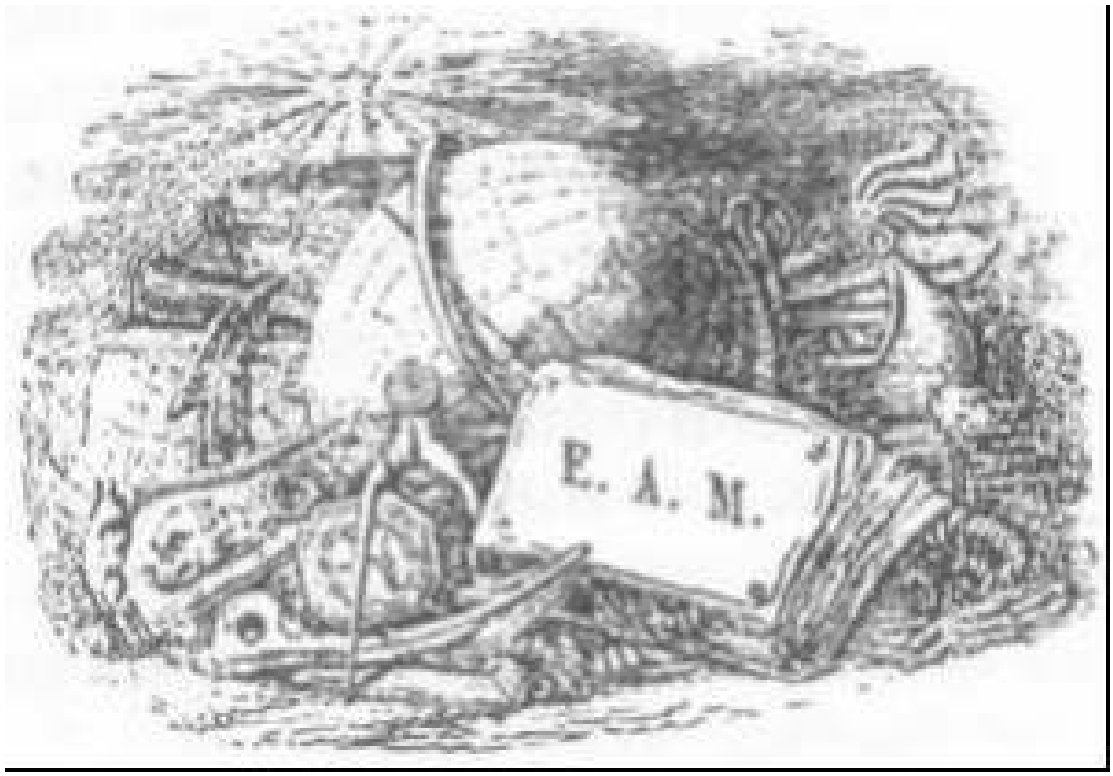


D. Quixote, 1896. A revista publica brasões monárquicos ironizando a nova situação. MMP

Mais representativa do que esse tipo de anedotário político é a prática que vingou no Brasil, entre as famílias nobres do Império, de manter não o título — que corresponde a posição na hierarquia da nobiliarquia — mas a denominação, qual seja, o nome que acompanha o título, incorporando-a ao próprio nome de nascimento. É o caso de Rio Branco, o qual, tendo o título de barão, passou a se chamar José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, e de tantos outros, que assim buscavam justificar uma origem "quatrocentona" e distinta. Esqueceu-se a não-

hereditariedade, para se conservar a forma. Como símbolo, a titularidade permaneceu enquanto um tipo de "tradição", constantemente acionada quando se trata de afirmar certo prestígio, autoridade e passado. Em um país de história curta e memória rarefeita, dizer-se nobre é passar um atestado de antiguidade — mesmo que breve — em um ambiente em que, com freqüência, se reclama da falta de tradição.

MANUAIS DE BONS COSTUMES: OU A ARTE DE BEM CIVILIZAR-SE[69]



Abertura do Manual
enciclopédico, 1879. CCABL

No final do século XVIII, pouco antes da revolução que convulsionou todo o mundo ocidental, a elite francesa adotou algumas regras e padrões à mesa, assim como regulou condutas e posturas para os locais públicos e, sobretudo, de grande convivência social.

É certo que tais regras não têm origem nesse momento e apenas na

corte francesa, mas é lá que, em nome da "etiqueta" e da "civilidade", começou-se a normatizar dos grandes aos pequenos detalhes da vida social cotidiana. O guardanapo substituiu o lenço durante as refeições; o garfo deixava, aos poucos, de ser utilizado exclusivamente para se tomar sopa — haja vista que as sopas na França eram naquele momento bem mais sólidas do que hoje em dia — e fazia as vezes das mãos no manuseio dos alimentos. Os pratos são trocados com maior regularidade (de preferência a cada nova refeição), e a faca é introduzida para cortar carnes previamente trinchadas, já que as unidades familiares tornam-se menores e o antigo hábito de trazer à mesa grandes pedaços de animal passa a lembrar o canibalismo: essa prática tão oposta à "civilização". Além disso, estabelece-se de maneira mais precisa o uso da faca, em virtude de sua associação com a morte e o perigo, que sugeriam, sempre, os atos pouco polidos e controlados. É também comum, nesse contexto, a reprimenda àqueles que insistiam em limpar os dentes com tal objeto cortante. "Tudo em nome da civilização."

O emprego diferenciado desses utensílios não só representava, em seu conjunto, sinal de repugnância a tudo o que lembrasse a animalidade, como indicava novos locais de sociabilidade. Saber como dispô-los e de que forma manuseá-los era um claro indício de pertencimento a elites diferenciadas.

Mas não eram só os hábitos à mesa que se transformavam. Também a fala da corte foi sendo modelada e regulada, na medida em que nesse espaço não havia lugar para a livre manifestação dos sentimentos e intenções. Ao contrário, as expressões mais corriqueiras passam por séria revisão e tornam-se matéria a ser oficializada, assim como se normatizam certas fórmulas na arte de cumprimentar ou de agradecer, manifestar apreço ou tristeza, congratulação ou pesar.

Em nome da "cortesia" alteravam-se, ainda, comportamentos sociais. Falar em tom moderado, não interromper ninguém, não se impor à conversação eram mais do que conselhos generosos: constituíam normas úteis e reveladoras de bons ou de maus comportamentos. Costumes hoje explicados de modo racional, por causa da higiene, nesse contexto eram

justificados apenas em nome do "embaraço" ou mais precisamente da "etiqueta". Não parecia fino escarrar à mesa, assim como não era considerado polido palitar os dentes — na frente dos outros — com as próprias unhas. A "civilização" impunha novos hábitos à mesa, sobretudo em meio à corte francesa, essa grande impulsionadora de modas, que fazia, de seus costumes, hábitos nacionais e, aos poucos, ocidentais.

Na verdade era a "etiqueta" que organizava tal teatro da corte, estabelecendo categorias claras, que distinguiam os homens desse mundo do resto da multidão. Não só nos hábitos, mas também no vestuário, nas expressões e nos gestos criavam-se e marcavam-se, de maneira visível, diferenciações sociais, mais dificilmente perceptíveis nessas sociedades, em boa parte iletradas, de finais do século XVIII.

Como mostra Norbert Elias em O processo civilizador, nesses ambientes a etiqueta não era um adereço e sim um instrumento fundamental.[70] Em sociedades como essas, rigidamente estruturadas e cujas marcas exteriores convertiam-se em símbolos de status, demonstração de hierarquia e de regras de prestígio, desenvolve-se uma determinada sensibilidade ritual, uma "maquinaria do cerimonial", cujo resultado, além de uma regulamentação de influências e posições, é o controle e a contenção dos sentimentos e da manifestação de sensações.

Com efeito, muito se tem comentado o fato de a "civilização" ter levado a uma divisão crescente entre esferas privadas e públicas, entre os comportamentos mais secretos e os sociais. O que importa, no entanto, é perceber como a ruptura, entre a demonstração ou a contenção de sentimentos, foi sendo absorvida de modo crescente, até tornar-se um hábito compulsivo e internalizado.

Mas, se a voga partia da corte, ela serve de modelo para outras classes e países, sendo difundida e assimilada de formas diferentes, conforme o local onde se insere. Trata-se de um código específico de comportamento, mais tarde denominado de civilizado, que se surgiu inicialmente nas grandes cortes européias, a partir do século XIX disseminou-se por estratos e espaços mais amplos. O comportamento nobre e cortês passa a ser comparado aos modos rudes do camponês, e a

postura oposta à deste é recomendada e ensinada a adultos e crianças.

Paralelamente à conformação desses padrões toma força, a partir de finais do século XVIII, mas sobretudo durante os séculos XIX e XX, um novo gênero literário dedicado às boas maneiras e comportamentos. Com a maior alfabetização e o crescimento da indústria editorial torna-se popular uma série de guias cujo propósito final é estabelecer regras e modelos de sociabilidade.

Apesar de conter diferenças entre si, esses manuais, publicados ou traduzidos em várias línguas e países, apresentavam estilos e conteúdos muito semelhantes. Escritos de forma clara e didática, dedicavam-se à "ciência da civilização" e introduziam seus leitores nas especificidades que marcavam a nova vida de sociedade. A organização dessas obras era também particular. Concebidos como guias, "escolas para o mundo", os manuais possuíam uma estrutura original que privilegiava uma leitura rápida e objetiva. A consulta era fácil, e podia-se ir direto ao tema selecionado, sem precisar passar, obrigatoriamente, pelos demais.

Muitas vezes, já nos títulos descrevia-se a matéria. Esse é o caso do manual escrito por Boitard Pierre em 1872, que trazia na capa a volumosa referência: Novo manual do bom-tom, contendo modernismos, preceitos de civilidade, política, conduta e maneiras em todas as circunstâncias da vida indispensáveis à mocidade e adultos para serem benquistos e caminharem sem tropeços pela carreira do mundo. É certo que nem todos os guias eram tão explícitos em sua abertura; porém, no conjunto, apresentavam uma linguagem acessível cuja utilização freqüente os transformava em uma espécie de livro didático quando o tema era a civilidade.

No entanto, se é possível entender como os manuais divulgavam modelos de conduta então almejados, também fica evidente a maneira como apontavam os limites nas concepções de higiene e de sociabilidade da época. Do mesmo modo que não se estabelecem regras se não há a intenção de burlá-las, torna-se claro como tais guias cumpriam funções específicas: criar uma civilização, impor modelos de etiqueta a sociedades carentes desse tipo de escola.

Com um estilo direto e quase duro, os manuais ensinavam a arte de comer e de se comportar, chegando a detalhes reveladores, como no caso de O cozinheiro imperial ou A nova arte do cozinheiro e do copeiro em todos os ramos, escrito e publicado no Brasil pela primeira vez em 1852. Nele podem ser encontradas receitas de iguarias, mas também avisos claros, que não se limitam a determinar o arranjo dos garfos e talheres:

> É na mesa onde se vê a torpeza e a má educação do homem que não é gastrônomo [...] serve-se dos pratos com a mesma colher que vinte vezes meteu a boca, dá nos dentes com o garfo, engravata-os com ele, com os dedos ou com a faca, o que causa nojo aos circunstantes. Quando bebe nunca limpa os beiços [...] Bebe apressado o que lhe causa tosse, rebeca metade do que bebeu no copo e racia as pessoas que ficam a ilharga, fazendo além disso asquerosos esgares. Se intenta trinchar alguma peça nunca lhe acha as junturas e depois de forcejar um balde, quebra-lhe os ossos e salpica com molho a cara aos circunstantes e ele fica manchado com a gordura e as migalhas que lhe caem no guardanapo cuja ponta meteu ao sentar-se pela casa da casaca. Acontece-lhe também deixar cair a xícara ou o pires e entornar sobre si o café. Verdade é que todos esses acidentes não são delitos criminosos, mas são ridículos e fastidiosos entre as pessoas de bem [...]

Junto com a civilidade vinha, portanto, o aumento do embaraço e da vergonha sob a forma de refinamento ou como civilização. É por isso mesmo que em nome da etiqueta destacavam-se as regras de higiene enquanto marcas de civilidade. Os manuais, sobretudo a partir do século XIX, aconselham a evacuação diária, o asseio pessoal — a fim de evitar que uma imensa nuvem de insetos paire sobre a pessoa —, banhos de quinze em quinze dias ou ao menos uma vez ao mês, além da troca de roupa-branca (entenda-se "roupa de baixo") tão logo esteja suja, suada ou úmida.

O sucesso do gênero ligava-se, assim, à sua abrangência. A arte de falar em público é, por exemplo, assunto de especial interesse. Napoleon Raisson Horace publicou em 1829, em Paris, uma obra que teria grande

circulação dentro e fora de seu país. Com o sugestivo título Code de la conversation — Manuel complet du langage, élégant e poli, o livro se propõe a ser um grande manual sobre as leis da conversação. Tomando o seu tema de forma literal, o autor começa dando explicações acerca do tamanho das línguas e advertindo que aqueles que possuem línguas muito compridas devem evitar pô-las em demasia para fora da boca, para não incomodar os demais convidados. A obra continua versando sobre o uso da gramática, da conversação e das mãos, que de preferência, e quando possível, devem permanecer nos bolsos. Para as mulheres os conselhos são diretos: não fica bem esticar a conversação. É melhor ser simples, breve, evitar frases longas e palavras difíceis. Contar piadas, prática tão comum já nas reuniões da época, é também objeto de reflexão: não se deve contar a mesma piada mais do que três vezes, em uma mesma reunião, e muito menos rir antes dos demais.

Abordando, dessa maneira, os mais diversos temas concernentes à sociabilidade, os guias do bom-tom impuseram-se como gênero e voga. Era por meio deles que se chegava à cortesia, era atentando às suas lições que se desvendavam os melindres da etiqueta.

Mas, se tais modelos partiram da França, não ficaram restritos a esse território. Os guias cruzaram fronteiras e extrapolaram os limites da corte. É o caso do Código do bom-tom ou Regras da civilidade e de bem viver, publicado em Portugal, pela primeira vez, em 1845. Nesse caso, no entanto, é o homem de Igreja quem instrui os leitores sobre os segredos do mundo social. Ensinar o ritual (de forma didática), para que ele se interiorize e pareça "natural", explicar como agir nas mais diferentes situações de convívio social são os objetivos do guia que, escrito em português, ganha leitores fiéis, também, em meio à nobreza titulada, recém-criada no Brasil imperial, com quem Roquette mantém contatos freqüentes.[71] Tendo vivido em Paris e em Londres e, ao mesmo tempo, ciente das especificidades da corte portuguesa, Roquette fez de seu convívio com a nobreza e a realeza européia um instrumento para a educação polida de seu país. Como dizia o cônego, a dificuldade da civilização estava em copiar, porém, adaptando às condições do local:

"Deveis saber que toda a nação é ciosa de seus usos e costumes, e que a que muda caprichosamente, só por imitar o estrangeiro, já perdeu o sentimento de sua independência e caminha para a sua decadência". Contudo, se era preciso guardar tradições locais, o Código não deixa dúvidas acerca do lugar de onde partiam as modas. "Com o coração em Portugal, os olhos em vós e o sentido na França",[72] é dessa maneira que caminha este manual, assim como os demais livros desse gênero, que introduzem o público português e brasileiro nos costumes e no próprio idioma da França. Vem da França, também, ou melhor, da França do período absolutista, o princípio de hierarquia que orienta todo o livro e esconde a desigualdade social sob o manto de uma naturalidade, quase, biológica. Diz o autor da obra: "Não me pergunteis por que nesta sociedade, que saiu de um só homem, uns parecem felizes, outros desgraçados; uns mandam e outros obedecem [...] Notai somente que a natureza fez aristocratas, isto é, criaturas privilegiadas ou mais fortes, mais belas, mais inteligentes, mais valentes que as outras, e não vos admireis que os homens tenham imitado a natureza; a igualdade não existiu nunca na terra; porém ai daqueles que se esquecem que ela existe diante de Deus".

Já longe das sociedades estamentais, a saída é, portanto, jogar as diferenças sociais para o plano da natureza e do costume, assim como concluir com a idéia de que "a sociedade tem sua gramática", a qual é preciso estudar, do mesmo modo que se estudam leis e regras nada arbitrárias. O esforço está, pois, concentrado em convencer a corte da necessidade de adoção das regras de etiqueta, mesmo diante dos "novos tempos". Termos como polidez, civilidade, cortesia e urbanidade ganham as páginas dessas obras, introduzindo o leitor nas novidades desses conceitos e atitudes que, segundo Roquette, por exemplo, constituem "um verdadeiro passaporte para entrar nas casas nobres e passar por um cavalheiro bem-criado, tal qual se aprende nas salas de Paris".[73]

Contando com indicações minuciosas, os guias procuram regulamentar e cercear os impulsos nos mais diferentes lugares: na igreja, nos batizados e casamentos, nas festas e enterros, nos paços ou entre amigos, no dia-a-dia ou nas viagens. O suposto é que há uma etiqueta para

cada local. É preciso controlar as conversas e estabelecer os momentos em que se chora (e em que não se chora). O espirro deve ser domesticado e limitado às horas de maior privacidade, e também a conversação. E necessário saber falar, assim como calar, e usar o olhar de maneira a alcançar a todos.

Tudo tem sua "lógica" e sua ordem, da mesma maneira como um belo jantar que começa com o guardanapo, que deve ser colocado sobre os joelhos, continua com a sopa (que precisa ser saboreada com uma colher e não com o garfo), com o ovo (cujas cascas restam sob o prato), depois a ave (cujo nome — frango, galinha, capão ou peru — não deve ser mencionado), isso para não falarmos do pão (que se parte com as mãos e não com os dentes ou com a faca). E os manuais não esquecem os lembretes. Quando o café está quente, não se pode deitá-lo no pires, mas deve-se bebê-lo pouco a pouco; também nunca se embebe o pão no vinho, ou no molho, ou com ele se enxuga o prato. Não se deve engolir com precipitação, não se põe a sopa na boca quando está muito quente, nem grandes bocados de comida. Não se mastiga de maneira que se ouça na outra ponta da mesa, não se serve ao outro com a mesma colher que se estiver usando, além de não se poder pôr os pés no vizinho ou os cotovelos no prato dos demais. Com relação aos palitos, os conselhos são mais estritos ainda: sirva-se de palitos à vontade, mas não os deixe ficar na boca, no cabelo, na casaca, atrás da orelha e tampouco fale conservando-os entre os dentes.

A quantidade de "nãos" que fazem parte dos livros do gênero é de tal monta que não deixa dúvidas sobre a característica cerceadora desse tipo de obra. No entanto, por mais que a etiqueta seja uma "ciência da artificialidade", o bom aluno é aquele que faz tudo parecer "natural e sem qualquer precipitação", "decora" todas as matérias da civilidade e reage a elas como se fossem matéria de sua mais profunda individualidade.

Enfim, mesmo uma primeira olhada nesses guias deixará claro o conteúdo, assim como a abrangência. Não há atividade social que não seja passível de regulamentação, não há atitude que não possa ser controlada. Tal postura fica ainda mais evidente quando os livros se dedicam a

regulamentar bilhetes, cartas e convites. Nesse caso percebe-se como, diante do possível erro, fruto da inexperiência, é melhor reproduzir textos previamente elaborados do que correr o risco de se enganar. Os modelos de carta são variados: dos mais formais aos mais intimistas, das missivas de negócio às notas pessoais. Cartas de pêsames ou de felicitações, cartas de saudades ou de escusa, cartas morais ou de conselho... é ingênuo quem pensa que o bom estilo é aquele que guarda originalidade. Ao contrário, está na ciência das regras a verdadeira e única correção. Em caso de casamento, por exemplo, dão-se parabéns "pela acertada eleição que fez da Senhora N; todos a aplaudem, pois não podia ser mais prendada [...]".[74] Em caso de morte as palavras são ainda mais certeiras: "Sinto como coisa minha, este golpe, que V. Sª sente; mas são disposições do céu, a que nos devemos resignar...".[75]

Boa parte dos códigos destacam ainda peculiaridades no comportamento de cada um dos sexos. Aos homens polidez e urbanidade e às mulheres um falar suave e um ar reservado. O homem se distingue por sua fala inteligente e correta; a mulher, por sua atitude modesta e silenciosa. Se a atitude dos homens deve ser cerceada, o controle sobre as mulheres é ainda mais rigoroso: "se se calarem, cala-te também. Se te divertires, não mostres senão uma alegria moderada; se estiveres aborrecida dissimula e não dês a conhecer. Nunca por tua vontade prolongue a conversação. Aceita e come o que te oferecem e quando desejes outra coisa não o diga. Não ostentes em público tuas prendas".[76] Enquanto aos homens recomendam-se no máximo três copos de vinho (e não mais que duas qualidades), às mulheres sugere-se que não bebam vinho nenhum, pelo menos até a idade dos quarenta.

Diante de tal disparidade, a própria conversação entre os sexos deve ser pautada: "fale sempre às senhoras com voz mais branda que aos homens, não as trate por 'tu', não conte nenhum acontecimento desagradável, grosseiro e ainda menos cruel e sanguinário; enfim não se refira a nada que desagrade à sensibilidade característica do sexo feminino. Nas viagens o homem não esquece um bom livro, papel e tinteiro para escrever; já a mulher contenta-se com alguma obra de mão e, quem sabe,

um livro de botânica".[77]

Os manuais de boa conduta são obras, portanto, que propõem o mais absoluto controle das emoções e sentimentos e ainda regulam as propriedades de cada sexo. Nos conselhos estão descritas as máximas do comportamento polido que pede sempre a dissimulação em lugar da sinceridade. Se tiver que declarar os seus sentimentos diante de dois rivais, esquive-se e alegue seu escasso talento. Nunca diga do que gosta e do que não gosta, e evite fazer questões. Tente saber, com disfarce, sobre a história das pessoas com quem conversa, mas jamais pergunte diretamente. Nunca reclame com virulência contra nenhuma questão. Abra mão de suas posições, sempre, e nunca sustente uma discussão, mesmo que tenha certeza de suas convicções.

A civilização leva sempre à restrição dos costumes, e não ao objetivo oposto, e a dificuldade está em evitar o gesto natural, conter as manifestações mais imediatas. Reprimir o espirro (ou fazer o menor ruído possível), não coçar a cabeça e muito menos meter os dedos no nariz, não levar a mão à boca ou roer as unhas com os dentes, nunca escarrar na casa, no fogo ou janela abaixo, jamais arrotar ou dar mostras de ter ventosidade no estômago: eis aí descritas atitudes e gestos que passam a ser matéria de rigor.

A arte do teatro nunca esteve tão em voga, e jamais se fez tanta matéria sobre o controle das sensações e dos sentimentos. "Qual é a vantagem da polidez? À força de representar o papel da generosidade, do desinteresse, da abnegação de si mesmo, consegue ela inspirar estas qualidades; não é a falsidade que nos faz dissimular nossos defeitos senão a vontade de escondê-los."[78]

Essa arte de esconder correu o mundo e desembarcou nas paragens até então afastadas do convívio iluminado da "civilização". Em Portugal mas também no Brasil, a voga dos manuais de civilização se iniciou em meados do século XIX. Diante de uma realeza isolada, em meio às demais repúblicas americanas, de um Império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição e de uma nobreza titulada recém-criada, tais

guias foram recebidos com o entusiasmo daqueles que tentam apagar as pistas de seu caráter recente e bastante improvisado.

Ainda em tempos de d. João, por exemplo, "[...] Somente os homens usam faca; mulheres e crianças se servem dos dedos. As escravas comem ao mesmo tempo, em pontos diversos da sala, sendo que por vezes suas senhoras lhes dão um bocado com as próprias mãos [...] os pratos não são trocados [...] por outro lado os dedos são usados com tanta freqüência como o garfo [...]"[79]

Muito úteis eram os novos guias, aqui consumidos por sua "novidade". Era por meio desses guias que se espelhava a civilização européia, era levando em conta seus conselhos que se coloriam os trópicos com tintas mais temperadas. Na maioria das vezes traduzidos e em alguns casos escritos por autores do local, os manuais da "arte de civilizar-se" foram sempre bem-vindos. Com efeito, é só nesse momento que as cidades tomam novo impulso e que as elites rurais passam a conviver socialmente com mais intensidade. Com o café e o fenômeno dos fazendeiros absenteístas, que deixavam a sede de suas fazendas e iam viver nos grandes centros, a vida em comunidade ganha força, assim como os programas sociais propriamente ditos. Bailes, teatros, jantares e concertos são novidades nessa corte que tem, até a década de 80, a família imperial como modelo e centro de sociabilidade.

Nesse local, portanto, nada como saber se portar nos recônditos do lar e, sobretudo, nos lugares de maior circulação. O ato de andar pelas ruas ficava, dessa maneira, também sujeito a regras: "1) Ter o corpo perpendicular ou quase ao solo. 2) Não mover os braços à maneira de pêndulos. 3) Caminhe em linha reta sem fazer oscilações. 4) Não correr, não andar muito vagarosamente, nem com afetação. 5) Caminhe com o bico dos pés um pouco para fora e olhe freqüentemente para o chão, a fim de não tropeçar".[80]

"Educação social", eis o nome da matéria que versava sobre a boa relação do homem com outros homens. A regra era a contenção, ou melhor, a manifestação na medida certa, sem exageros ou negligências. Os

cumprimentos, por exemplo, "têm lugar: 1) Para mostrarmos interesse a) quando estão doentes; b) depois de longa ausência. 2) Toda vez que nos encontrarmos com pessoa de intimidade".[81] Ou seja, para cumprimentar nada como encontrar ocasião conveniente. Os cortejos, "a ação pela qual se manifesta aos outros os nossos sentimentos de humanidade", deveriam seguir uma gestualidade própria: "a) tirar os chapéus; b) tirar luvas; c) voltar-se para a frente". Por fim as visitas teriam que esperar por um motivo especial: "D Para se ver a pessoa visitada e inteirar-se do seu estado. 2) Para lhe fazer cumprimentos de congratulação e pêsames. 3) Por ocasião de boas festas. 4) Por ocasião de separação e que se chama de despedida".[82]

Nesse mundo, que tentava ajustar-se a regras de civilidade, a arte de escrever, quando possível, devia ser controlada. Erros gramaticais não são permitidos, assim como deixar uma carta sem pronta resposta. Por outro lado, o assunto da carta deveria sempre começar por temas amenos e gerais, sem que se esquecessem os termos necessários: Alteza: tratamento vocativo dos príncipes da Casa Imperial; Parente: tratamento honorífico de parentes da Casa Real; Excelência: tratamento próprio dos grandes da corte, ministros, senadores e conselheiros; Senhor, Senhora: no caso dos titulados, são termos que demandam um conhecimento prévio para que se evitem gafes inexplicáveis.

Era importante não só utilizar o título certo como na hora certa: era proibido exagerar. No livro La science du monde (1877) — várias vezes anunciado nos jornais da corte —, existem alertas explícitos quanto ao uso das titulações: "Devemos evitar esse recurso e, ao contrário, mencionar o título sem realçá-lo como se fosse uma coisa muito natural, o que, aliás, ele efetivamente é". O segredo consistia, portanto, em fazer parecer natural o que era artificial e em fazer parecer artificial o que na maioria das vezes foi entendido como natural.

Longe do mundo isolado do campo, na corte carioca dos anos 60, os horários passam a ser pautados por festas, rituais e passeios. Uma roupa para cada ocasião, passeios na rua do Ouvidor, encontros nas confeitarias, desfiles nos teatros, etiqueta nos jantares: era a nova agenda de atividades

que cercava as elites, sobretudo da província do Rio de Janeiro. Nesse contexto os guias transformaram-se em bíblias, e a artificialidade, em naturalidade mal disfarçada.

É assim que o jovem Império é inundado por essa literatura de "civilidade" constituída de tratados de cortesia, manuais de savoir-vivre, regras de etiqueta, elementos de moral e guias de bom-tom.[83] Divididos em dois gêneros — pedagógico (destinado às crianças) e cortesão (cujos leitores eram adultos) —, esses manuais concordavam em acenar para os ganhos da civilidade e da arte de se comportar socialmente.

Na verdade, sua voga tardia (já que o primeiro tratado europeu data do século XVI e é tributado a Erasmo com o livro Civilitate morum puerillium, de 1530) fala muito de um contexto específico em que, na própria França, a leitura dos manuais, em declínio, limitava-se à burguesia em ascensão.

No Brasil é justamente o grupo vinculado ao monarca que fará dessa literatura um reforço às distâncias sociais e aos comportamentos distintos. É em nome da civilidade que tratados são editados e reeditados, como é o caso de O novo manual do bom-tom, que em 1900 chega à sexta edição. Thomas Ewbank, em suas descrições sobre os pregões ambulantes da corte, cita o Manual de polidez como exemplo dos milhares de obras vendidos nas ruas da capital brasileira. Manuais também apareciam nos anúncios de jornais da corte, como no Correio das Damas, jornal português que circulou no Rio de Janeiro de 1836 a 1850 e que estampava anúncios do Manual de etiqueta e civilidade.[84]

Gilberto Freyre, atento aos hábitos culturais, em Casa-grande & senzala destaca como rapazes e moças eram incentivados pelos pais a ler as obras dedicadas às regras de etiqueta: '"A sociedade tem sua gramática', escreveu em 1845 o autor do Código do bom-tom que alcançou grande voga entre os barões e viscondes do Império, os quais, para tomarem ar de europeus [adotaram] as regras de bom-tom francesas e inglesas".[85]

Tendo um monarca à frente dessa corte dos trópicos, a presença da

família imperial é que acabava conferindo sucesso, ou não, ao evento, da mesma maneira como o soberano é que conservava em suas mãos o direito de fazer barões e viscondes, e alguns poucos marqueses e duques. Jovem, como a própria nação, a nobreza brasileira vivia o curto tempo de uma geração e aprendia às pressas as regras da vida na corte.

Sistemáticos e diretos, esses guias revelam não só as aspirações de uma época como, por oposição, os limites nas concepções de higiene e de sociabilidade. Por outro lado, ajudam a desenhar a fragilidade dessa corte que de tão recente mal tivera tempo de criar uma civilização particular. Assim como é certo que a Europa também não era tão progredida, como gostava de se fazer representar — afinal os hábitos também lá precisavam ser regulamentados —, no caso do Brasil a "falta" encontra-se potencializada. Aqui tudo se deu ao contrário, primeiro surgiu a forma e depois tratou-se de preenchê-la com conteúdo ao mesmo tempo comum e particular. A corte brasileira se constitui quando os hábitos já estavam havia muito "regrados".

Mas nesse caso era só seguir os conselhos de R. C. M. — autor anônimo de O cozinheiro imperial. O segredo era introduzir as receitas européias, principalmente francesas e italianas, mas acrescentar a elas temperos brasileiros. Também para os nobres daqui a saída foi semelhante: um sistema europeu com o qual combinou-se um tempero brasileiro. "Mandioca brasileira, batata européia; taroba brasileira, alcachofra européia; bananas, maçãs; amendoim, sapucaias, castanhas-do-pará, mindubirana, brasileiros — amêndoas, nozes, avelãs européias; jiló brasileiro, berinjela européia";[86] assim se deu a lógica de substituição de ingredientes europeus por tropicais.

Mas não só os alimentos "tropicalizaram-se", também os utensílios variaram. Cabaças e cuias são usadas nas cozinhas da nobreza brasileira, assim como farinheiras de madeira, de pilão, isso sem falar da arte de enfeites de papel, nos dias de festa, emprestados dos tabuleiros das baianas.[87] Além desses utensílios, as panelas de barro ganham lugar especial ao lado da porcelana da Companhia das Índias, ou da prataria da família imperial. Com efeito, como diz Lemos,[88] "a adoção do cardápio

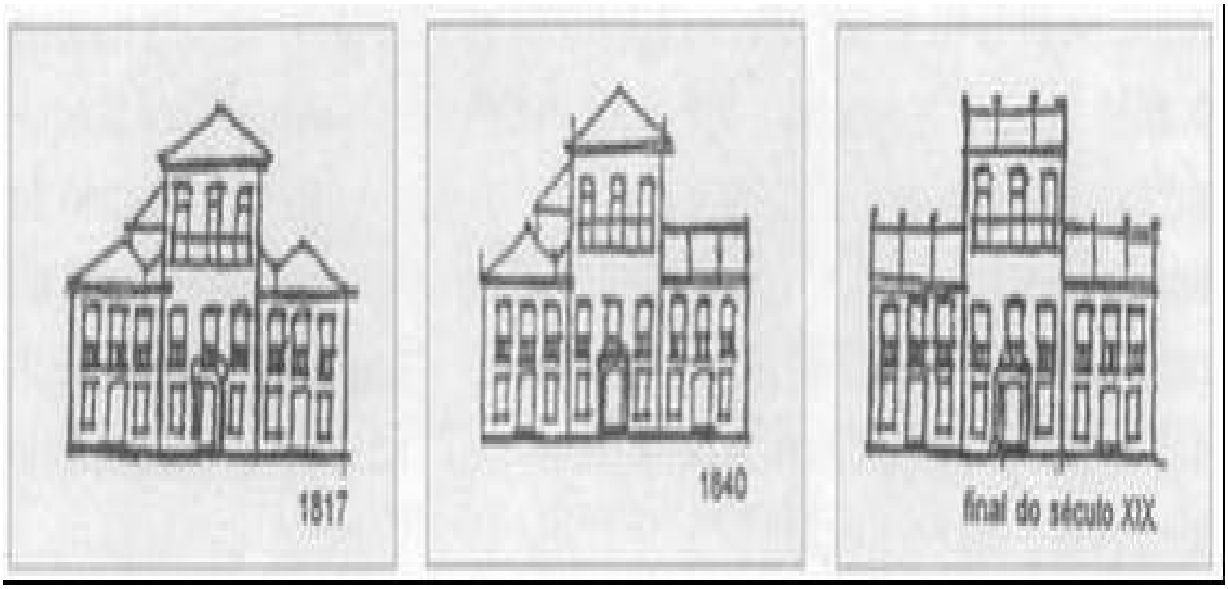
indígena introduziu nas cozinhas e zonas de serviço das moradas brasileiras equipamentos desconhecidos no reino".[89]

Nas cozinhas da corte, vasilhas de barro e gamelas de pau mexidas com colher de pau dão o "toque" aos alimentos, além dos temperos (pimenta, canela e coentro), que lhes imprimem um sabor local. Por fim, as carnes e caças "exóticas" falam dessa culinária que se forma com empréstimos e inovações. Muitas vezes a falta é que leva à criação. Nos costumes, na nova heráldica ou no cardápio "agora refinado" da nobreza brasileira vemos, mais uma vez, desenhada essa certa originalidade resultante de uma releitura, mais ou menos pragmática, das regras de fora nesse contexto tão particular.

Também no estabelecimento de uma nobreza nacional e de uma etiqueta local havia intencionalidade. Nesse caso, era a corte que, enquanto encenação, aproximava-se da representação da monarquia. Diante de aparato tão formalizado fica difícil perceber onde começa o artifício, onde se inicia a própria história. Na verdade, mais importa pensar como se construía em detalhes uma determinada memória. Enquanto no IHGB criava-se uma história e na academia uma retratística particular, cabia à heráldica legislar sobre uma corte que escondia sua "menoridade". Nessa teatralização da política falta falar do cenário: os paços imperiais, monumentos onde se "desenrola a peça e o enredo".

AS RESIDÊNCIAS

DE D. PEDRO



O Paço da Cidade rascunhado em três tempos diferentes.
Em Guia do Paço Imperial, 1995

Escrito em co-autoria com

Angela Marques da Costa

Na construção simbólica da figura pública do imperador d. Pedro II, a representação de seus suntuosos palácios é uma constante. Ao lado das reproduções do monarca e de sua família aparecem, freqüentemente, desenhos e, mais tarde, fotos das residências do monarca. Longe de ser

uma feliz combinação, na recorrência há um sentido.

Se a casa de um nobre era um distintivo de classe e seu aspecto exterior era símbolo da posição, da importância e da hierarquia de seu chefe, o palácio do imperador deveria ser ímpar. Na França de Luís XIV, a palavra palais só podia ser empregada quando se referisse à habitação do rei; à nobreza caberia o hôtel.[1] Sem tanta rigidez, o Império brasileiro do século XIX também manteve uma diferenciação. Palácio era o do imperador ou de membros da família imperial. Os representantes da nobreza e da corte que habitavam nas cidades moravam em palacetes.

Os palácios do imperador eram administrados pela Casa Imperial, que, como uma instituição bem estruturada, compunha-se de repartições diversas, subordinadas à mordomia-mor. O mordomo-mor, nomeado pelo imperador como os outros empregados, era o oficial mais importante: responsável pelas finanças do monarca, todos os demais oficiais deviam-lhe obediência. Poderoso, tinha íntima comunicação com o rei e com o Ministério, a quem prestava contas.

O dinheiro para a sustentação dos palácios e da família imperial vinha do Tesouro Público sob a denominação de "dotação" e era encaminhado ao mordomo, com quem o Ministério tratava as "ações ativas e passivas concernentes aos interesses da Casa Imperial", conforme previsto na Constituição. Ainda na carta da lei, os palácios e terrenos que d. Pedro I possuía naquela ocasião ficariam pertencendo a seus sucessores, e a nação cuidaria das aquisições e construções que julgasse convenientes para a decência e recreio do imperador e sua família.[2] Aí estava montada toda uma importante maquinaria para a construção da representação desse monarca, que, cercado de fidalgos e empregados descritos por sua cor "caju", tinha nos paços o cenário ideal para a sua encenação.

O GRANDE CENÁRIO: O PAÇO DA CIDADE

Como sabemos, quando o príncipe regente português d. João chegou

de malas e bagagens para residir no Brasil, houve um grande alvoroço na cidade do Rio de Janeiro. Afinal, era a própria encarnação do rei — figura que até então pairava apenas no imaginário local —, que aqui desembarcava. D. João não precisou, porém, caminhar muito para alojar-se. Logo em frente ao cais estava localizado o Palácio dos Vice-Reis.[3] Além de abrigar a família real, o mesmo prédio iria tornar-se a sede administrativa do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve, recebendo a denominação de Paço Real, reservada por lei às residências dos príncipes.[4]

Algumas reformas e modificações foram feitas para a nova ocupação. Na parte nobre do Palácio, ou seja, nos cômodos voltados para o mar e para a praça — o largo do Paço —, instalou-se a sala de audiências — depois o trono e os alojamentos da família real. No segundo andar ficavam os fidalgos da corte. O Convento do Carmo, logo nos fundos do Paço, foi requisitado para a acomodação da rainha d. Maria e suas damas, e, ligando os dois edifícios, construiu-se um passadiço.[5] Outro passadiço também pôs o Paço em comunicação direta com a Casa de Câmara e Cadeia, e ali se instalaram acompanhantes e criados da corte.[6] Foi, no entanto, sob o reinado de Pedro II que um terceiro passadiço uniu o Paço à tribuna da Capela Imperial, passando pelo Convento do Carmo. Evitava-se assim que a família imperial tivesse de descer às ruas e percorrer o corpo da igreja.

Em 1817, foi construído um terceiro pavimento na fachada do Paço voltada para o mar, destinado a servir de aposento para o rei. Assim, no Paço Real, o regente português morava e exercia suas funções públicas. Ao seu redor, toda a corte, instalada nas melhores moradias, e os habitantes da cidade, que a tudo assistiam, provavelmente constrangidos, espantados e fascinados com tanta novidade. No espaço físico onde se reinava para valer, os limites entre a vida pública e a vida privada eram delineados por um lance de escadas, por uma porta bem torneada ou por pesadas cortinas de veludo.

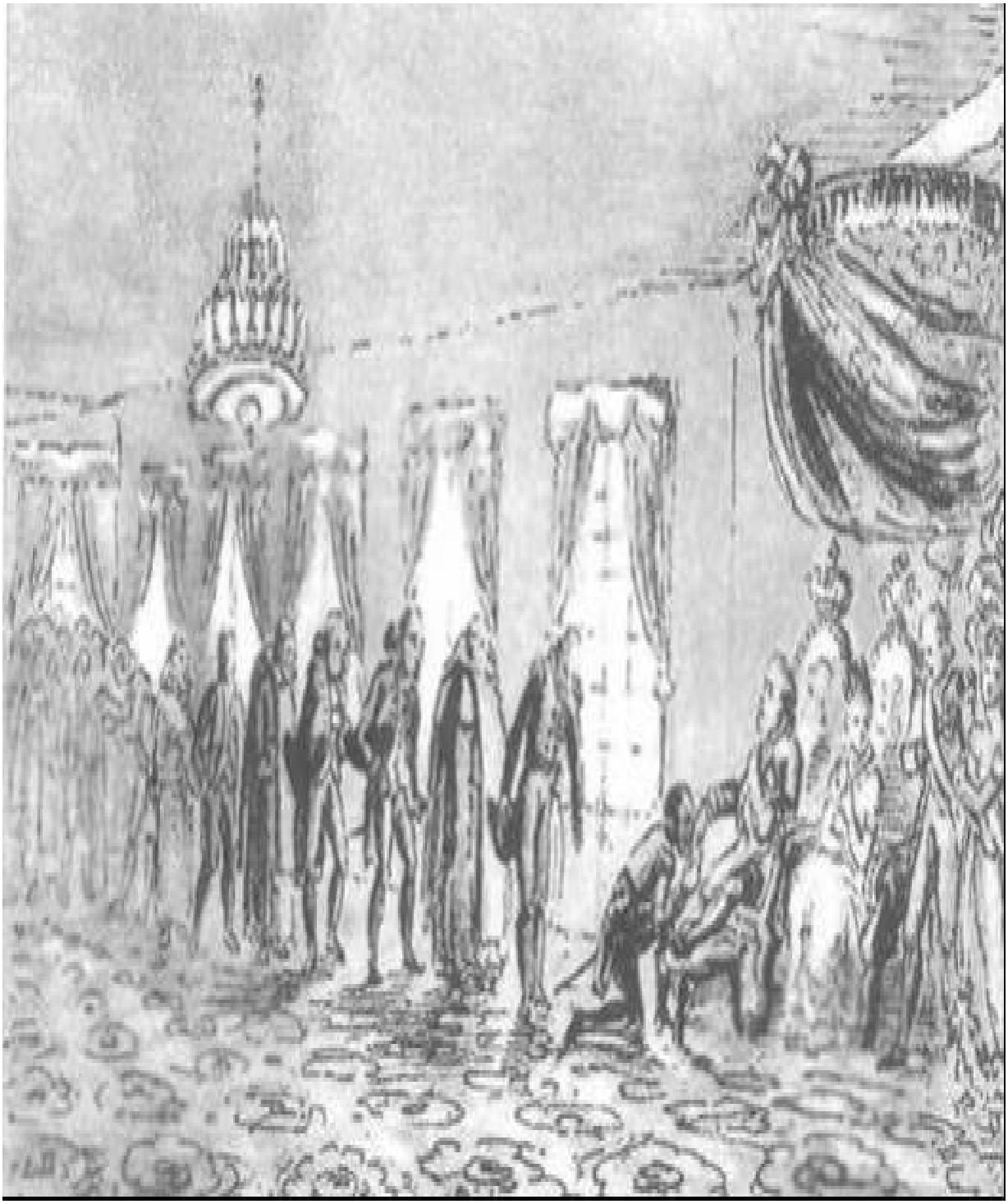
O Paço em 1808, aquarela de Richard Bate, 1808.

Nessa época, o Palácio dos Více-Reis. MIP

O Paço Imperial. IHGB

Foi em 1820, doze anos depois de ter chegado ao Brasil, que d. João alterou seus costumes habitacionais. Talvez em busca de privacidade, ou de um lugar mais cômodo e saudável, mudou-se para o distante bairro de São Cristóvão, para a Quinta da Boa Vista, propriedade que lhe foi então ofertada por um rico comerciante. No entanto, continuou a exercer as funções monárquicas — sobretudo as que exigiam, por sua natureza, maior evidência — no Paço da Cidade, onde manteve seus aposentos e hospedava-

se ocasionalmente.[7] De fato, cerimônias pomposas, o beija-mão e os grandes festejos, eram ainda realizadas naquele local, bem à vista de todos: como o batismo da princesa Maria da Glória, a vinda de d. Leopoldina para o casamento com o príncipe d. Pedro, assim como fora o caso, em 1818, da aclamação de d. João VI rei.



O costume português do beija-mão: demonstração ritual de servilismo.

Anônimo, 1826. CGJM

Os habitantes da cidade que não participavam diretamente desses rituais aderiam de outras maneiras, enfeitando suas casas, cobrindo as janelas com colchas ou tapetes e agitando lenços para saudar os soberanos; conservavam, assim, antigos hábitos lusitanos em terras brasileiras.

Com a partida do rei português e a declaração da independência em 1822, o Paço, agora Imperial ou da Cidade, como era então chamado, continuou a representar o núcleo do poder político do novo Estado em formação. Ali mesmo, no amplo largo que o rodeava e no prédio da antiga cadeia, que anos antes abrigara funcionários de d. João VI, foram instaladas as primeiras câmaras parlamentares do país independente.

D. Pedro I morava, como o pai, na Quinta da Boa Vista, também denominada de Paço de São Cristóvão, mas o Paço da Cidade conservou a vocação de sede administrativa e cenário para os necessários espetáculos da monarquia. É dessa época o relato de um oficial alemão:

> O Paço Imperial não difere muito dos outros edifícios da cidade. Seu interior não é deslumbrante e há centenas de casas particulares melhor alfaiatadas, mas sua posição transforma-o em um palácio das fadas. Por todos os lados o ar refrescante do mar penetra nos altos aposentos abobadados. A vista que dele se descortina sobre o ancoradouro e a baía é surpreendentemente bela. A seus pés se estende uma praça limitada por um cais maciço, onde durante horas se observa o colorido formigar da multidão. Emolduram-na casas de bom gosto e esplêndidas igrejas. O imperador não reside no Paço. Além dos dias de gala em que ali recebe, todas as sextas-feiras dá audiências públicas, bastando para isso utilizar as salas da frente, porque é raro um grande comparecimento. Usa-se o resto do vasto edifício para as repartições de vários ministérios. Demais muitos

funcionários da corte nele residem.[8]

Com Pedro II o Paço da Cidade continuou sendo a sede oficial da corte, local de despachos, de recepções oficiais, dos acontecimentos solenes, sempre de acordo com rígido protocolo. Dali saía o soberano para os atos públicos a que tivesse de comparecer: a instalação do Parlamento, as revistas de tropas, as inaugurações pomposas. Os momentos em que a monarquia se mostrava com todos os seus símbolos de poder e prestígio tinham como cenário inevitável o Paço da Cidade. Assim, o dia do Fico, as sagrações dos dois imperadores, a assinatura da Lei Áurea, os cortejos de batismos, missas e te-déuns, aniversários, casamentos e funerais dos membros da família imperial... enfim, as ocasiões de gala, que representavam uma monarquia que fazia a sua própria história e se pretendia eterna pois hereditária, poderiam ficar eternizadas, pela força do impacto, na mente dos espectadores que se amontoavam pelas ruas para assistir à mágica do espetáculo e assim reforçá-la. Se o luxo interior era às vezes pequeno, a encenação sobrepunha-se ao acanhado do local.

Anniversarios.		Logares.	Horas.	Uniforme.	Observações.
Janeiro	1	Cumprimento do boas annos	Imp. Quinta da B. V.	1 ás 7 da t.	Grande gala.	
»	6	Dia de Reis	Paço da Cidade	11 da m.	Segunda dita	S. M. e Imperatriz Ouvem a Imperial Capella.
»	8	S. M. o Sr. D. Pedro I Fallecimento Rei no Brasil	Imp. Quinta da B. V.	1 ás 7 da t.	Grande dita.	
»	11	Fallecimento da Sr. Duqueza de Lages, Irmãa de S. M. o Imperatriz	»	11 da m.	Gala interior	
»	13	Dia da Sr.ª Conceição da Misericordia, Irmã da mesma Sr.ª	»	»	»	
»	14	Dia da Sr.ª D. Paula, Irmã de S. M. o Imperatriz	Convento da Ajuda	»	»	
»	20	Dia de S. a. S. a Sr.ª D. Luiza Carlota, Irmã de S. M. o Imperatriz	Imp. Quinta da B. V.	»	»	
Fevereiro	2	Nossa Senhora das Candeias	Paço da Cidade	11 da m.	Segunda gala	Missa.
»	3	Fallecimento da Sr.ª D. Maria Amalia, Irmã de S. M. o Imperatriz	Imp. Quinta da B. V.	11 da m.	Gala interior	
Março	11	Annuncio da Primeira a Sr.ª Condessa d'Aguiar	»	1 ás 7 da t.	Segunda gala.	
»	11	Dia de S. M. o Imperatriz	Paço da Cidade	1 da tarde.	Grande dita	Em Beija-mão.
»	16	Annuncio da Encarnação	»	Meio dia.	» »	S. M. e Imperatriz Ouvem a Imperial Capella. Na Igreja onde assistir a Sr.ª Infanta.
Abril	1	Elevação de S. M. o Imperador ao Throno	Imp. Quinta da B. V.	1 ás 7 da t.	» »	
»	11	Fallecimento do Sr. Principe de Capua, Irmão de S. M. o Imperatriz	»	11 da m.	Gala interior	
Maio	11	Dia de S. M. o Rei dos Belgas, Irmão da mesma Senhora	»	»	»	
Junho	11	Fallecimento da Primeira a Sr.ª D. Leopoldina	»	1 ás 7 da t.	Segunda gala.	
»	11	Acclamação de S. M. o Imperador	»	»	» »	
»	13	Fallecimento de S. A. I. a Sr.ª Condessa d'Iguassú	»	»	» »	
»	13	Fundação da Misericordia	»	»	Grande gala.	
»	24	Annuncio da Primeira Imperatriz a Sr.ª D. Thereza	Paço da Cidade	1 da tarde.	» »	Em beija-mão
»	11	Dia de S. M. o Imperador Pedro	Imp. Quinta da B. V.	1 ás 7 da t.	Segunda gala.	
Agosto	5	Dia de S. A. a Sr.ª Princeza do Joinville	»	»	» »	
Setembro	8	Conversão de Pedro Imperador Imperatriz	»	»	Segunda gala.	
»	»	Annuncio da Primeira Imperatriz	Paço da Cidade	Meio dia.	» »	S. M. e Imperador Ouvem a Imp. Capella. Na Igreja onde Capella de Sr. Cruzes.
»	11	Fallecimento da Augusta Mãe de S. M. o Imperador	Imp. Quinta da B. V.	11 da m.	Gala interior	
»	14	Dia de S. M. Imperial o Sr. D. Pedro	»	»	» »	
Outubro	11	Dia de Nossa Senhora	»	1 ás 7 da t.	Grande gala	
»	11	Dia de S. Pedro de Alcantara	Paço da Cidade	11 da m.	» »	S. M. o Imperador Ouvem a Imp. Capella e vão a S.ª Igreja de Santa Anna cumprir um grande voto em Imperial Chapa de Sr. Vida.
Novembro	1	Fallecimento da S. a. S. a Sr.ª D. Maria Amelia, Irmã de S. M. o Imp.	Imp. Quinta da B. V.	11 da m.	Gala interior	
»	2	Dia de Augusto Pai da patria Brasileira	»	»	» »	
»	11	Dia de S. M. Fidelissima a Sr.ª D. Maria I.	»	»	» »	
Dezembro	1	Dia da Acclamação Imperial de Coimbra	Paço da Cidade	11 da m.	Segunda gala	S. M. o Imperador Ouvem a Imperial Capella.
»	2	Baptisado de S. M. o Imperador	»	Meio dia.	Grande dita	Missa.
»	2	Fallecimento de S. A. a Sr.ª Princeza da Beira, Irmã de S. M. o	Imp. Quinta da B. V.	11 da m.	Gala interior	
»	11	Dia da Augusta Mãe de S. M. o Imperador	Convento da Ajuda	»	» »	
		Quarta Feira de Cinza	Paço da Cidade	»	» »	Em todos estes dias S. M. Fidelissima a Sr.ª D. Maria I. Pela Quarta Feira Santa a Corte dirá cumprimento na Paço da Cidade as 9 e Meia horas da manhã, e para assistir ao Officio da Quinta Feira Santa e Sabbado de Aleluia, ao Officio das Trevas e Benedicção para assistir a S. M. Fidelissima a Sr.ª D. Maria I.
		Domingo de Ramos	»	»	» »	
		Quarta Feira Santa	»	»	Segunda gala e dita.	
Festas moveis		Quinta Feira da Ceia	»	»	Gala interior	
		Domingo de Paschoa	»	»	Segunda gala.	
		Dia de Corpus Christi, Festa e Procissão	»	»	» »	S. M. Ouvem a Imperial Capella, Assistem à Festa e acompanham a Procissão.

N. B. Nos dias em que ha beija-mão no Paço da Cidade as pessoas que forem cumprimentar a Sua Magestade o Imperador devem apresentar-se em grande gala, e bem assim nas representações publicas que Ouvirem logar nestes dias, e no dia 3 de Maio.

Em occasião de luto, grande gala suspende o luto pesado.

A segunda gala altera o luto pesado.

A grande e pequena gala suspendem o luto alliviado.

Tabela dos dias de rituais da corte, Secretaria de Negócios do Império, 14/5/1863. MMP

O calendário das festividades, sempre divulgado, era bem claro: em 1843, d. Pedro II resolveu estabelecer, além dos dias de festa nacional determinados por lei, os de comemorações de grande gala na corte. Nesses dias — exceto 6 de janeiro —, deveria haver cortejo no Paço da Cidade, pelo meio-dia, para Suas Majestades e Altezas Imperiais. Eis a tabela:

Janeiro /01 — Ano Bom.

Dito /06 — Festividade dos Reis.

Março /11 — Aniversário natalício da Sereníssima Princesa Imperial. Dito /14 — Aniversário natalício de Sua Majestade A Imperatriz.

Julho /18 — Aniversário da Sagração e Coroação de S. M. O Imperador.

Dito /23 — Aniversário da Aclamação da Maioridade de S. M. O Imperador.

Setembro /04 — Aniversário de casamento de Suas Majestades Imperiais.

Outubro /15 — Dia do Augusto Nome de Sua Majestade A Imperatriz.

Dito /19 — Dia do Augusto Nome de Sua Majestade O Imperador. Dezembro /26 — Boas Festas.[9]

Em 1° de janeiro de 1857, um impresso divulgava as tabelas dos dias de grande gala em que o imperador receberia apenas para cumprimentos e não mais na cidade, mas na Quinta da Boa Vista. Ainda assim as pessoas deveriam trajar-se de acordo com as normas estabelecidas em 1840 e apresentar-se das cinco às sete da tarde.[10] No ano de 1864, das 35 cerimônias previstas, 24 deveriam acontecer na Boa

Vista, nove no Paço da Cidade e duas no Convento da Ajuda.

De fato, d. Pedro II introduziu algumas mudanças nos costumes inaugurados pelo avô, levando para a sua esfera privada — o Palácio de São Cristóvão, onde morava — alguns dos rituais que antes aconteciam no Paço da Cidade. Já em 1846 determinou a transferência do local das audiências públicas, que passaram a ocorrer aos sábados, em São Cristóvão.[11]

O acesso ao imperador tornava-se difícil, dada a distância entre a cidade e o longínquo bairro. Talvez o trajeto entre os dois paços imperiais tenha sido facilitado em 1847 pelo chefe da polícia, o qual pretendeu instaurar um sistema de mão única nas ruas da cidade que crescia, havendo para isso endereçado uma solicitação ao mordomo de Pedro II esclarecendo suas intenções: "[...] as seges, carros, tílburis e carroças transitem em um só sentido, para o que marcarei umas por onde eles devam subir e outras por onde desçam [...] não ousaria pôr em prática semelhante medida sem que primeiro V. Excia. me fizesse a honra de fazer que ela constasse na Augusta Presença de Sua Majestade o Imperador [...] para ele [...] escolher as ruas por onde tinha de vir para a cidade e aquelas por onde tinha de ir para a Imperial Quinta e ordenar as disposições [...] O meu pensamento abrange de preferência a idéia de facilitar o trajeto do Augusto Senhor".[12]

Geralmente considerada como o primeiro daguerreótipo brasileiro e datada de 1840, a foto atribuída a Louis Compte deve ter sido tirada nos anos 50, já que a fachada do Paço Imperial apresenta uma platibanda inexistente na década anterior. Em Vasquez, s. d.

De toda maneira, já em meados dos anos 70 o acesso a São Cristóvão era fácil. A primeira linha de bondes a tração animal foi inaugurada na cidade em 1868, e em pouco tempo esse tipo de transporte expandia-se pela corte.[13] A partir de então as solenidades ocorrerão nos dois paços, e os monarcas serão assistidos por um grupo seleto de ajudantes. Além da nobreza e dos corpos político, militar e religioso, os oficiais da Casa Imperial é que detinham a função mais visível nos grandes momentos. Seus cargos já continham embutidas as atribuições, bem definidas por força de tradicionais leis lusitanas: auxiliavam o imperador tanto na vida privada como nas cerimônias públicas, em papéis de maior ou menor destaque.

Imprimiam-se programas à profusão para todas as celebrações de porte, sempre relacionadas à família imperial, que aparecia como "o grande mote civilizador" da história do Brasil, a razão dessas atividades que deveriam, por sua pompa e esplendor, inscrever-se na memória e criar uma tradição.

Despendia-se muito dinheiro nessas ocasiões. Costumavam-se erguer palanques, passadiços, pavilhões, decorá-los luxuosamente e com obras de arte. No batismo da princesa Isabel, mais de oito contos foram gastos só na construção e ornamentação do passadiço que se levantou no largo do Paço e que chegava até a Capela Imperial.[14] Já as despesas com o enterro do príncipe d. Afonso atingiram quase treze contos.[15]

Depois das festas, os objetos que não tinham mais serventia eram enviados ao almoxarifado do Paço da Cidade ou de São Cristóvão. Adquiridos pelos cofres públicos, passavam a pertencer à Casa Imperial. Difícil era ter pleno controle sobre o novo patrimônio. Em 1846, após os festejos do batizado do príncipe d. Afonso, "sumiram" vários tapetes e globos utilizados na decoração do palanquim que foi montado na praça da Constituição. Só restou à mordomia, quando foi dar explicações ao Tesouro, afirmar que os objetos simplesmente se estragaram.[16]

PROGRAMMA

Para o recebimento de Suas Magestades Imperiaes no regresso de Sua viagem ás Provincias de S. Pedro, Santa Catharina, e S. Paulo.

PROGRAMMA E INSTRUCÇÕES

RELATIVAS AO

BAILE DA ASSEMBLÉA ESTRANGEIRA,

DE FAZENDA

do Solemne Acto da Nascença e Coroação

DE

S. M. I. O SENHOR DOM PEDRO II.

Relação das pessoas nomeadas para pegarem nas curas do Pallio debaixo do qual SS. MM. hão de transitar desde o lugar de seu desembarque no Arsenal de Marinha até a Capella Imperial, á qual relação se refere o Aviso desta data.

1.º Turma. — Do lugar do desembarque á rua dos Pescadores.

2.º Turma. — Da rua dos Pescadores á de Alfandega.

3.º Turma. — Da rua da Alfandega á do Ouvidor.

4.º Turma. — Da rua do Ouvidor á Capella Imperial.

Programma para o acompanhamento e enterro do Serenissimo Principe Imperial o Senhor D. Affonso.

Alguns programas distribuídos na corte por ocasião de diferentes solenidades imperiais. MIP

O Paço da Cidade e a Capela Imperial continuaram sendo cenários de solenidades até o fim do Império, apesar da transferência de algumas delas para São Cristóvão. Mas nem tudo era tão rigoroso. O Paço serviu igualmente de palco para outras distrações do imperador, que por vezes permitia a hospedagem de viajantes e artistas no andar térreo do edifício; alguns chegaram inclusive a instalar ali suas oficinas.[17] Foi ainda d. Pedro II quem autorizou, como vimos, que numa das salas do primeiro andar se realizassem, durante certo tempo, as sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O mesmo ocorre com sessões da Academia de Medicina. E alguns dos oficiais nomeados para funções da Casa Imperial, por graça do monarca, moraram na nobre residência. Em 1878, o escrivão da nobreza e fidalguia Aleixo Boulanger, que também ocupou o cargo de rei de armas, solicitou ao imperador que o deixasse alojar-se naquele Paço por estar em dificuldades financeiras.[18]

Avaliar a aparência, as divisões internas, suas funções e a riqueza material dos palácios imperiais não é tarefa cômoda. As opiniões e descrições de viajantes, diplomatas e contemporâneos e mesmo as posteriores, de estudiosos, são contraditórias: é comum — em especial os estrangeiros da época — considerarem os palácios desprovidos de encantos relevantes. Outros, porém, reforçam sua imagem de solidez e requinte. Em estudos feitos posteriormente, prossegue a não-coincidência das informações. Um inventário do Paço da Cidade realizado em 1859 descreve tudo o que existia em cada ambiente do palácio e fornece a seqüência das salas: "sala do trono, ante-sala do dossel, sala do dossel, ante-sala da tocha e sala da tocha, onde havia um círio sempre aceso, sala encarnada, sala grande amarela, sala azul dos estrangeiros" — todas de frente para a praça do lado norte. E ainda as salas novas: "sala de jantar n° 1, sala 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8; sala dos grandes, sala dos camaristas, das damas, gabinete dos despachos" e outras mais.[19]

No entanto, se dúvidas persistem quanto à aparência do Palácio, é fato que durante todo o reinado o Paço da Cidade foi o cenário dileto da

monarquia. Sua estrutura imponente simbolizava a força da realeza, sua centralidade na corte era sinônimo do poder de difusão da monarquia.

LAR, DOCE LAR: O PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO OU PALÁCIO DA BOA VISTA

Foi um belo presente. D. João aceitou "de bom grado" o palacete construído em vasto terreno pelo comerciante, e agora doador, Elias Antônio Lopes, naquele distante bairro de São Cristóvão, e que se transformou, a partir de 1817, em propriedade do Estado e na moradia da família real. Considerada na época a "melhor e mais ampla de todas as construções existentes",[20] parecia servir para acomodar sem constrangimentos d. João, sua filha viúva d. Maria Teresa, o neto d. Sebastião e os filhos, d. Pedro e d. Miguel (Carlota Joaquina preferiu continuar morando num palacete em Botafogo). Ali residiam também muitos dos oficiais da Casa Real e membros da corte. O Palácio situava-se bem longe da cidade, mas em compensação era fresco e arejado, e o príncipe-rei ali desfrutava de uma vida campestre e mais privada, só comparecendo no Paço da Cidade por ocasião das comemorações e solenidades públicas. O local foi então denominado Real Quinta da Boa Vista, em virtude de sua localização privilegiada: de lá, na direção do Caju, via-se o mar; de outro ângulo, a floresta da Tijuca e ainda o Corcovado.[21]

E o gosto foi virando tradição. Foi lá que o imperador d. Pedro I sempre morou, foi lá que nasceu d. Pedro II: o Paço da Boa Vista ou de São Cristóvão, de real a imperial, tornou-se a residência oficial dos monarcas até o fim do Império.[22]

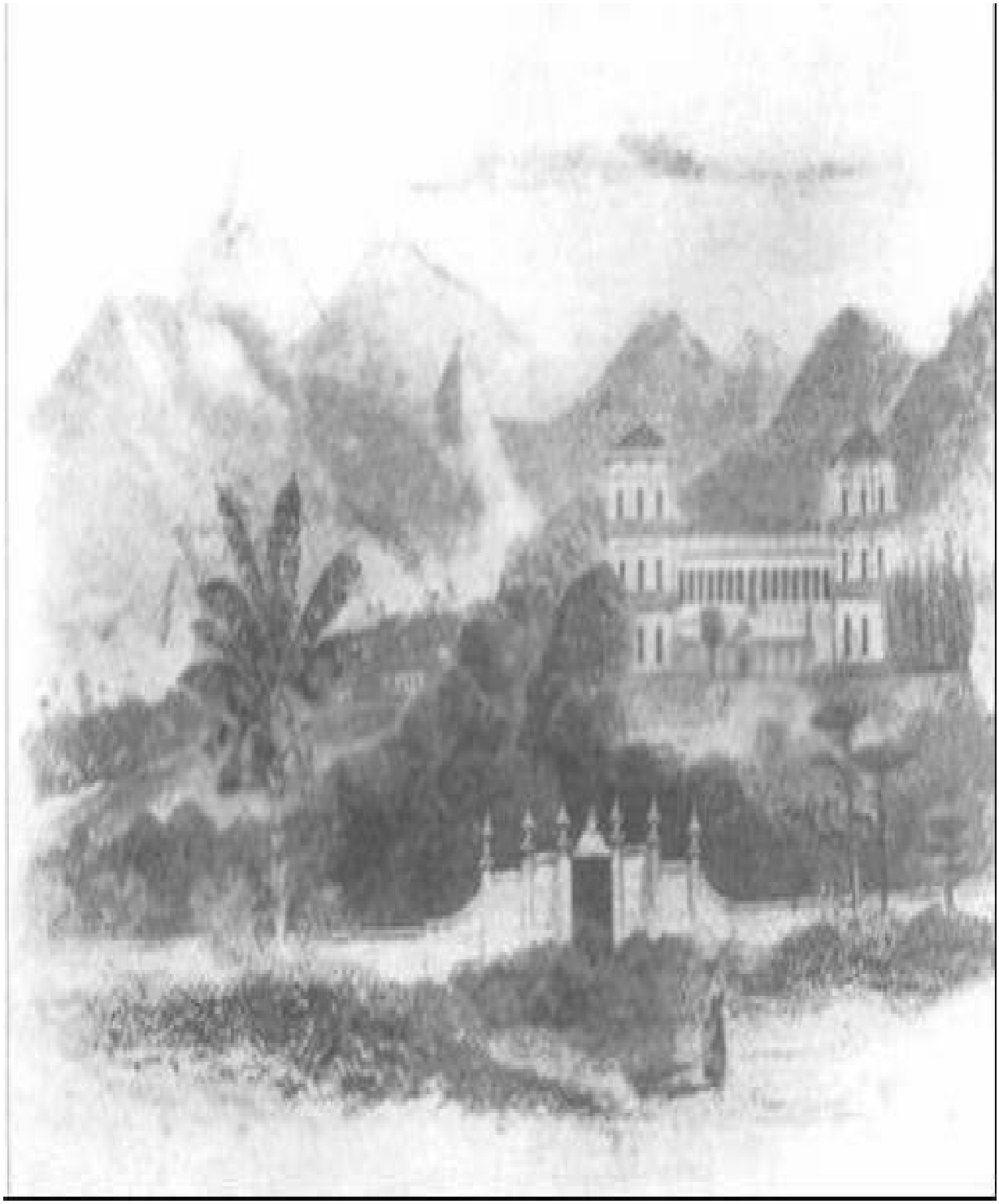
Por seu exterior, o Palácio sempre impressionou. Sofreu alterações, é certo, tendo sido ampliado com a aquisição feita por d. Pedro I — e paga pelo Tesouro Público — de terrenos pertencentes aos herdeiros do comerciante doador.[23]

Viajantes desse período descreveram o prédio como um quadrado

fechado, com pátio interno e varanda de três faces, e uma série de janelas envidraçadas que defendiam os moradores do clima abrasador.[24] No entanto, o edifício passou por reformas sucessivas.

Logo a princípio, d. João — mal acostumado com a "proteção britânica" — adquiriu suntuosos portões de ferro feitos na Inglaterra. Para instalá-los, veio o arquiteto John Johnston, que, tendo recebido aqui também a incumbência de ampliar o Palácio, projetou construir quatro pavilhões (torreões) neogóticos, um em cada canto do prédio. Porém, antes de regressar a seu país, o inglês erigiu apenas um deles — o norte — com três quartos e duas salas. Nessa ocasião, formou-se uma larga praça na frente do edifício, sustentada por muros de arrimo que delimitavam o espaço reservado ao palacete e uma área adjacente, isolando-o dentro da própria Quinta.

Já na época da implantação do Império, o então afamado arquiteto e decorador Manuel da Cunha caprichou no aspecto palaciano da morada imperial.[25] Em 1827, d. Pedro I resolveu dar continuidade ao projeto de Johnston e, sob a direção do francês Pedro José Pezerat, edificou-se o pavilhão sul. Só que houve uma modificação de estilo: esse torreão ganhou feições neoclássicas e era constituído por cinco salas e uma saleta. Vários desses aposentos, como a sala chinesa e a do toucador, foram ocupados pela imperatriz d. Amélia. A cor da fachada era então amarela, com molduras brancas.[26]



A Quinta da Boa Vista ao tempo da infância de d. Pedro II. MMP

D. Pedro II nasceu e cresceu nesse Palácio, entre o neogótico e o neoclássico. Só mais tarde, em 1845, durante a viagem do imperador às províncias do Sul, é que outra grande reforma, comandada por Manuel de

Araújo Porto Alegre,[27] uniformizou a estética do edifício, que foi também bastante ampliado. Outro momento de significativas alterações deu-se de 1857 a 1861: foi quando Mário Bragaldi pintou e decorou luxuosamente os aposentos da família imperial, que ficavam no torreão sul, e os salões do trono, do conselho e do corpo diplomático (sala dos estrangeiros ou dos embaixadores). Percebe-se com clareza que d. Pedro II transportou para o Paço da Boa Vista muitos de seus afazeres de monarca, atraindo para lá setores selecionados da vida política e social do país. Recebia ainda, em audiências públicas semanais, os súditos da nação, que se deslocavam até o distante bairro e eram atendidos na varanda.[28] Praticava, pois, seu ofício tanto no reduto público oficial — o Paço da Cidade — como nos salões de sua própria casa.

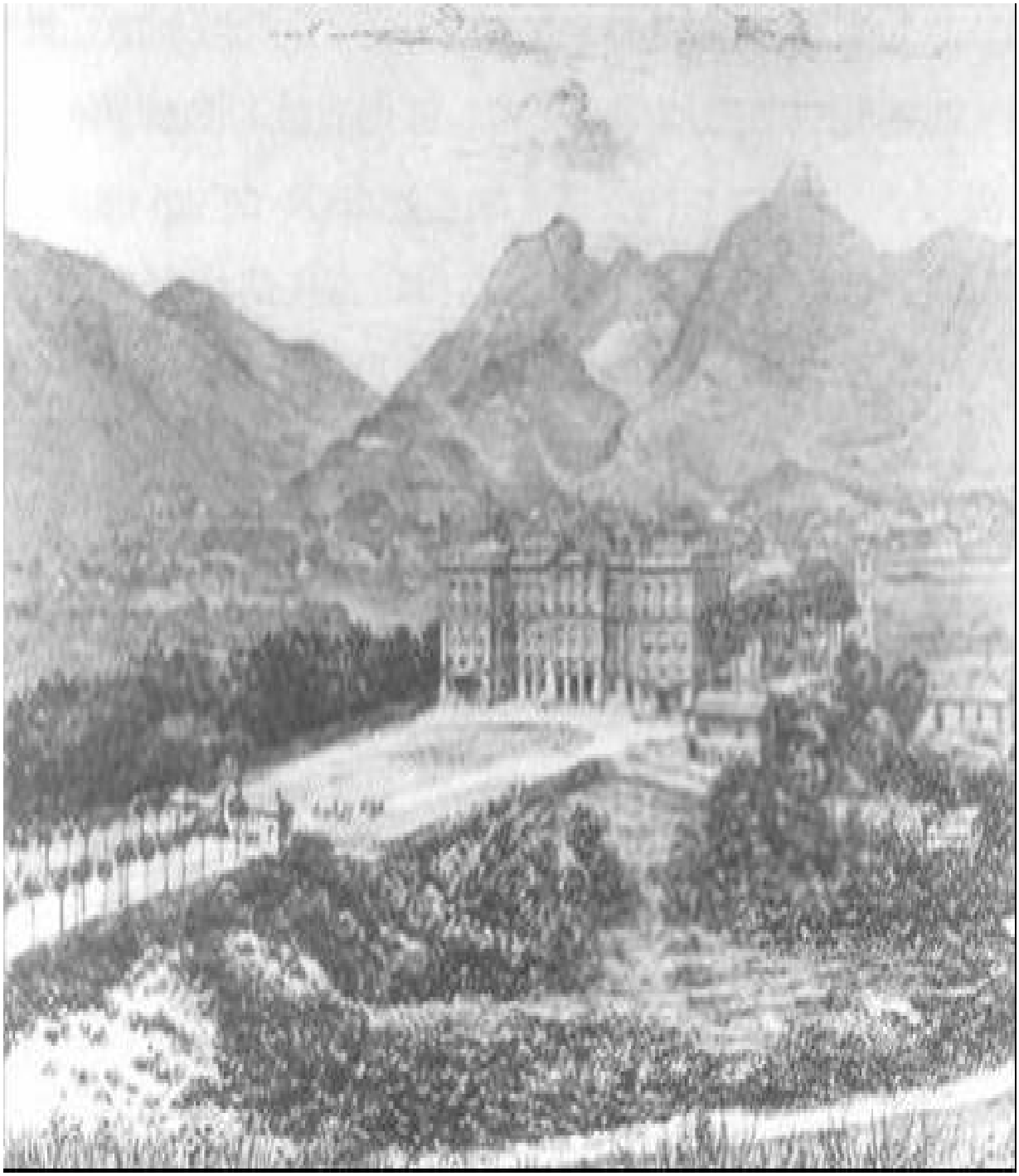
Os relatos vacilam nas considerações sobre o luxo e o decoro, o requinte e a simplicidade — referentes à decoração interior do Palácio. Observa-se, no entanto, uma certa insistência em preservar a representação de um imperador modesto e desligado dos confortos e riquezas materiais, voltado para os espaços mais íntimos e diletos, onde convivia com alguns de seus "afetos": a biblioteca; o terraço superior todo em vidros, onde estava instalada uma luneta de alcance de G. Dolond; o chamado "museu do imperador", cujo acervo fora iniciado por sua mãe, Leopoldina: numismática, mineralogia, arqueologia e antropologia encontravam-se aí representadas por objetos antigos e modernos dos quatro cantos do mundo — enfim, um belo gabinete, bem à moda. D. Pedro II dispunha também de um herbário com exemplares de madeiras, plantas, flores e frutos, mais conhecido como seu "gabinete de botânica".

As terras que circundavam o Palácio eram de vastas proporções. Formaram-se ruas: a Primeira... a Nona, a do Beco, a do Imperador, a do Portão da Coroa, a de Sant'Ana, a Custódio, a do Parque, a do Rio da Joana, a da Horta... A cozinha, a mantearia, a enfermaria, a farmácia, ficavam atrás do Palácio, como se fosse preciso conservar afastada a escravaria. Construíram-se casas, sobradões, hospital, escola, tudo diretamente vinculado ao imperador. Lá moravam muitos dos servidores do Palácio e suas famílias, oficiais de maior ou menor importância, alguns membros da

corte e gente sem perfil definido a não ser o de protegidos do imperador.

Aos domingos, o acesso à "nobre região" seria livre: qualquer um poderia passear por ali, mesmo que não tivesse nenhuma ligação com os habitantes do Palácio ou das 160 casas construídas nos terrenos da Quinta.[29] E atrativos havia. D. Pedro II investiu em projetos de embelezamento da paisagem assim que voltou de sua primeira viagem ao exterior. Pagou caro ao célebre paisagista francês Auguste François Marie Glaziou para poder usufruir e proporcionar à cidade o seu próprio Bois de Bologne. Na década de 70, um belo e organizado parque substituiu a variedade de mata selvagem que brotava naturalmente e crescia por todos os lados. Se antes, ao entrar na Quinta, tomava-se um caminho irregular e estreito para atingir os suntuosos portões do Palácio, agora uma alameda imponente de frondosas sapucaias rigorosamente alinhadas conduzia o visitante rumo ao imperador. A própria princesa Isabel, lembrando-se dos jardins da Quinta, descreveu, entre as imagens de mangueira e tamarineiros, uma outra "soberba alameda de bambus, cujos cimos se cruzavam tão alto que formavam uma verdadeira abóbada de catedral".[30] No entanto, o glamour não duraria para sempre. Apesar de Glaziou ter continuado no cargo de diretor de parques e jardins, e recebendo polpudos vencimentos mensais, até o fim do Império, há notícias de que nos anos 80 o jardim andava malcuidado — de resto, como tudo o que então cercava o imperador.

A despeito de um certo conforto do Palácio o imperador ausentava-se bastante. Na década de 60 tinha um cotidiano agitado. Após o almoço — comido sempre às pressas — costumava passar pelas instituições de ensino e pesquisa ou pela academia a fim de assistir a aulas e exames; visitava quartéis, navios de guerra, hospitais; comparecia a teatros e concertos; ia também a bailes e jantares — muitas vezes junto com a imperatriz: todas as quintas, jantavam na casa de sua filha Isabel.[31]



Quinta da Boa Vista ou São Cristóvão. Desenho de Lavasseur
com base em foto de Marc Ferrez, 1889. MMP

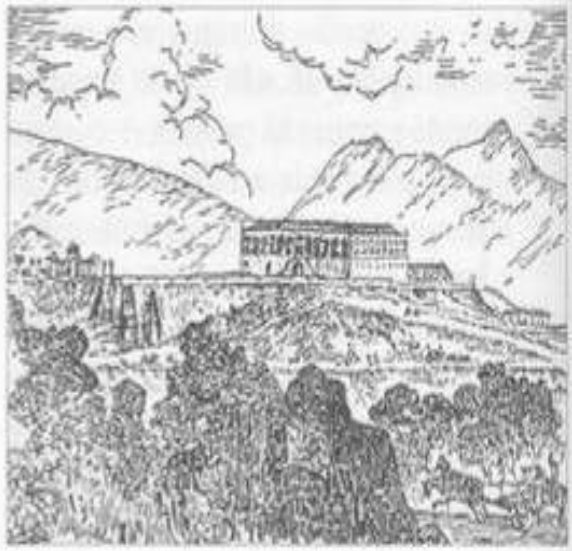
Para os dias comuns, o imperador contava com um serviço de guarda móvel, fornecido pelo 1- Regimento de Cavalaria, que o acompanhava. O destacamento, que ficava alojado na Quinta Imperial e

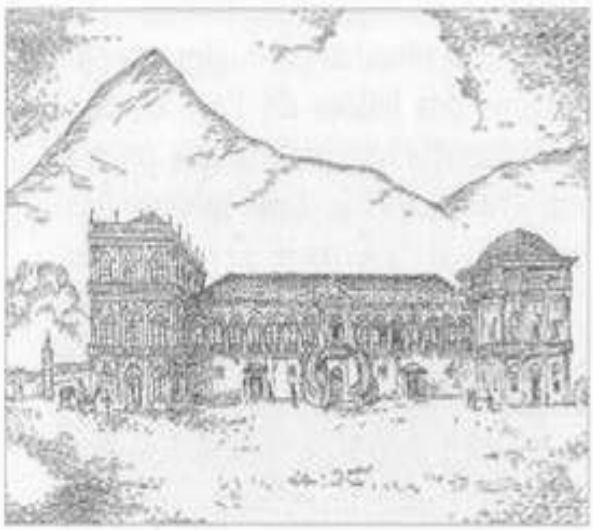
sempre a postos, era comandado por um capitão, ao qual se subordinavam um tenente, um alferes, dois cadetes (batedores) e 24 praças com um clarim. Quando a imperatriz saía com seu esposo, iam em dois carros: no da frente, o casal, acompanhado do camarista e semanário, e no outro as damas do Paço. Os cadetes-batedores tomavam a dianteira desimpedindo o caminho e facilitando o trânsito; o capitão galopava ao lado da portinhola direita do carro principal, e os outros oficiais seguiam atrás com os 24 praças e o clarim, que tocava continuamente uma marcha militar. Quando o monarca saía só, o contingente dos praças era reduzido para meia dúzia.[32] Impossível não perceber sua passagem pelas ruas da cidade. Rituais necessários para uma monarquia que se quer visível.

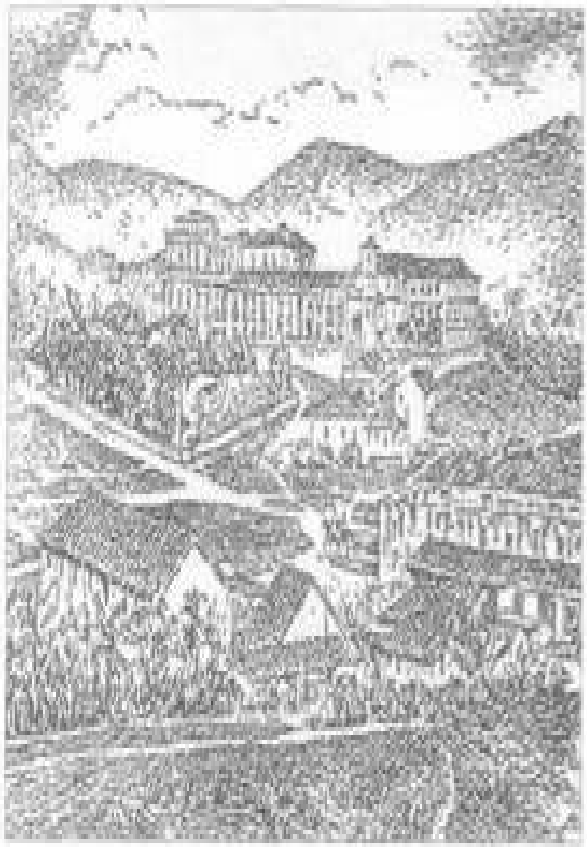
Mais discretos eram os passeios do casal imperial para os banhos de mar. Ainda de madrugada, e sem a companhia de semanários, iam até a ponta do Caju, onde tinham uma chácara cujos fundos davam na praia. Ali, os cadetes e os seis praças (o pequeno piquete, apesar da presença da imperatriz) ficavam no portão e o capitão acompanhava o casal até o mar.[33]

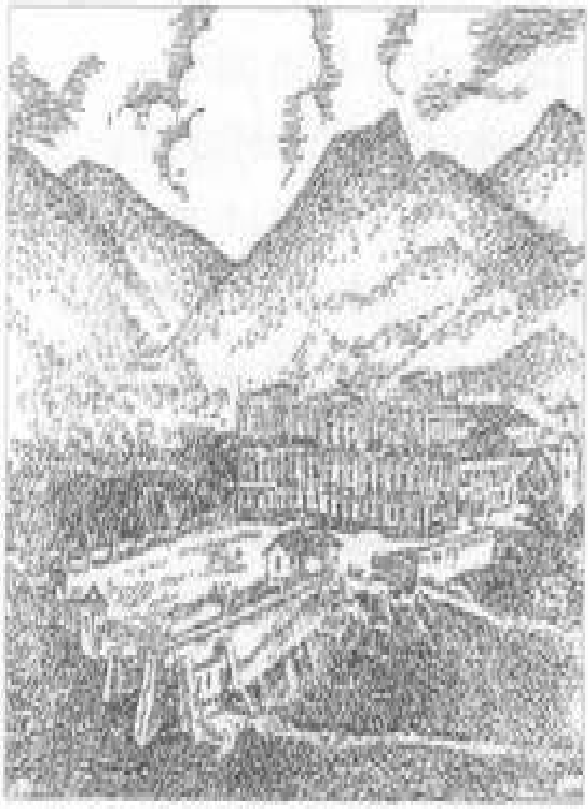
Mas voltemos ao Palácio: é impossível negar a riqueza do mobiliário e dos objetos que se acumulavam dentro dele, relacionados pontualmente em inventários da Casa Imperial e nas listagens dos leilões do Paço de São Cristóvão, realizados após o banimento da família imperial. O que parece mesmo certo, porém, é o desleixo, algum abandono e o clima melancólico existentes, lá pela década de 80, também no Paço da Cidade. O aspecto do Palácio pode também ter ficado mais pálido se comparado aos luxuosos casarões que foram sendo construídos pela cidade, ocasião em que a família imperial deixava de ser o centro das atenções.

O Palácio da Boa Vista por certo teve momentos de maior e menor cuidado, mas o prédio propriamente dito parecia inabalável. No decorrer de sete décadas, e pelas mãos de três gerações, a monarquia foi transformando sua habitação mais privada numa visível representação simbólica: cada vez mais imponente, sólida e grandiosa. A seqüência de imagens não deixa dúvidas.[34]









Doze desenhos do Paço da Boa Vista, em São Cristóvão, percorrem o século: as gravuras de Alberto Lima foram inspiradas em desenhos de Debret,

Ender, Planitz, D'Hastrel, Martinet, e fotos de Frond, Klumb,

Stahl & Wahnschaffe e Ferrez. Em Auler, 1952

FAZENDA DE SANTA CRUZ: UM "CELEIRO DE ESCRAVOS-CANTORES"

Fazenda de Santa Cruz. Aquarela de Debret, 1818. CGJM

Quando d. João chegou ao Rio de Janeiro, em 1808, instalou-se no Paço da Cidade, mas depois fazia sua morada na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão. No entanto, ainda uma outra propriedade foi posta à disposição dele, em usufruto: a Fazenda de Santa Cruz.

Não muito distante, a cerca de sessenta quilômetros da cidade, essa fazenda pertencera aos jesuítas e fora formada por eles, tendo sido, porém, confiscada e incorporada aos bens da Coroa portuguesa em 1759, quando a ordem foi extinta pelo marquês de Pombal e os padres foram expulsos do Brasil.

É certo que não se tratava exatamente de um palácio; no entanto, suas grandes proporções permitem destacá-la. Ocupava uma área imensa, cujo traçado ia das ilhas de Guaraqueçaba e de Itinguçu à serra de Mata-Cães em Vassouras, de onde se avistavam infindáveis campos banhados pelo rio Guandu e afluentes; fazia limites ainda com Guaratiba, Marapicu e Mangaratiba.[35]

Mar, praia, mata, planície, serra, montanha... À pródiga natureza somou-se a atuação dos jesuítas, que fizeram daquilo tudo um modelo de racionalidade, convivência e rentabilidade. Obras de engenharia hidráulica transformaram os campos pantanosos em férteis pastos, onde 22 currais chegaram a abrigar mais de 11 mil cabeças de gado vacum, afora os cavalos de raça, os caprinos, ovinos, lanígeros, e ainda as aves e outros animais domésticos — ricos em quantidade e variedade. Plantações e pesqueiros; oficinas e indústrias, as mais diversas — casa de farinha, olaria, forno de cal, serralhe-ria, carpintaria, fiação, ourivesaria; ali se fazia de tudo. As terras foram compartilhadas com 26 foreiros, formando-se pequenas propriedades dentro da fazenda. Incluíam também uma aldeia de índios Carijó, administrada pelos padres.

E escravos, muitos escravos (1600 na ocasião da expulsão dos jesuítas), que recebiam segundo os relatos tratamento diferenciado do habitual. Trabalhavam três dias para os padres, outros três nas suas próprias lavouras e criações; os domingos consagravam-se ao descanso e, é claro, às missas. Os escravos eram responsáveis por seu próprio sustento, cada chefe de família podia criar até dez cabeças de gado nos

pastos da fazenda, e a boa conduta era premiada. Moravam em casas construídas em dois aglomerados que ladeavam o convento, dando origem a bairros, com ruas, becos e travessas que convergiam para o largo em frente ao mesmo convento. Os castigos eram previstos por normas estabelecidas e não excluíam os próprios padres infratores.[36] Muitos escravos fugiam, e formaram-se alguns quilombos nas matas selvagens, dentro das próprias terras imensas da fazenda.[37] Tinham assistência hospitalar e farmácia, com bons recursos. Sua cultura manifestava-se com rigor nas brechas dos insistentes, disciplinados e rígidos ensinamentos e práticas católicas cotidianas ministrados pelos padres.

A casa que os jesuítas construíram para sua habitação era sólida mas tinha proporções simples e aparência de convento. Capricharam mesmo na capela, em cujo altar havia um mecanismo em forma de concha que poderia ser aberto e fechado durante as cerimônias, causando sensação.[38] E uma grande cruz de madeira, que colocaram no largo em frente ao convento, foi o que deu nome à fazenda e à região. Era em torno desse cruzeiro que anualmente, no mês de maio, os habitantes da região festejavam o dia de Santa Cruz.[39]

Agora o mais curioso: escravos e escravas, ainda adolescentes, eram iniciados por mestres-jesuítas no conhecimento da música sacra, formando corais, tocando instrumentos e gerando novos mestres. Pela arte e qualidade de seu desempenho, esses músicos foram tomando fama, e a escola foi ficando conhecida, tendo sido denominada Conservatório de Santa Cruz.[40]

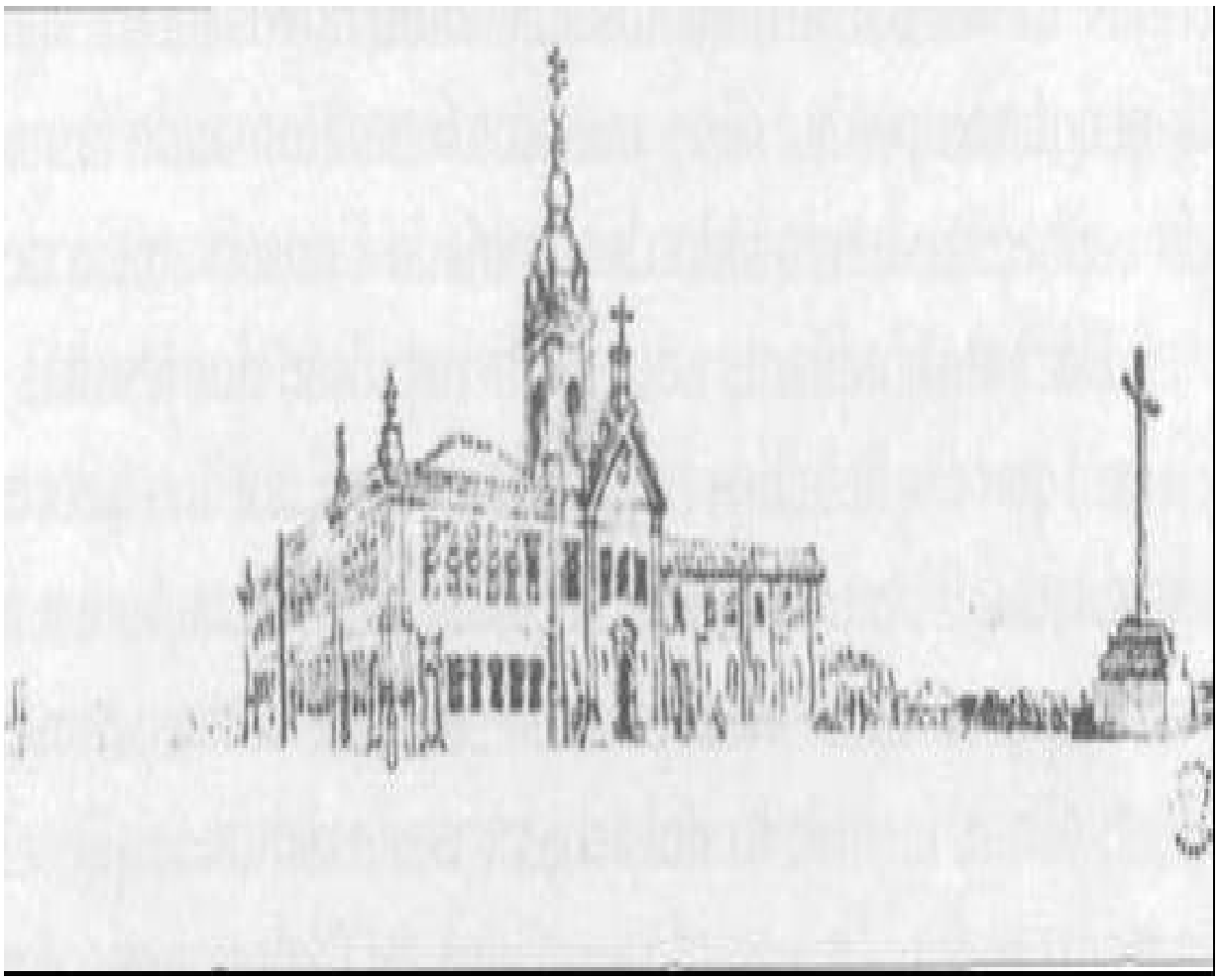
Durante cinqüenta anos — da expulsão dos jesuítas até a vinda da família real para o Brasil — a fazenda passou por um processo de decadência e estagnação,[41] nunca mais alcançando a organização e a rentabilidade daqueles tempos. Mas os mestres-músicos continuaram, como puderam, a exercer o seu ofício, formando novas gerações e dando seqüência à tradição; confirmaram, assim, ser esse "o primeiro estabelecimento em que a música teve sério cultivo, sendo certo que ali se educaram virtuoses notáveis, não só instrumentistas como cantores aptos

para todas as solenidades do culto e também para execução de óperas".[42]

A escola de música, ou Conservatório, recebeu novo impulso com d. João VI; na verdade, os reis portugueses carregavam consigo uma tradição musical. Aliás, não só a atividade dos escravos-cantores foi implementada, como toda a fazenda. Em 1817, reformou-se radicalmente o prédio, que ganhou aposentos amplos e preciosas pinturas; redecorou-se a capela, prevendo gloriosas apresentações de orquestra e coral, tudo ao gosto e conforme os costumes dos palácios reais portugueses. E Santa Cruz passou a ser a residência de verão da família real e, depois, da imperial. As festividades e solenidades promovidas e ali realizadas por d. João ficaram famosas pela pompa e pelo esbanjamento de alegorias — procissões e missas na riquíssima capela reformada e paramentada, luxuosas tapeçarias nas janelas do palácio, iluminação,[43] fogos, salvas e foguetes, e música, muita música. Predominavam, entre outras, a tradicional festa de maio e a de Nossa Senhora da Conceição, em novembro. Deu o que falar a cerimônia ocorrida em 1818 quando d. João, que lá estava, recebeu a notícia de que a revolução pernambucana fora sufocada. Também a pompa e fausto da procissão de Corpus Christi em 1819 e as festas da Semana Santa de 1820 tiveram repercussão.[44]

Em 1822, uma viajante inglesa, Maria Graham, maravilhou-se da vista magnífica das extensas planícies com os rebanhos de gado, entre tufos de floresta natural; por um lado o horizonte estendendo-se até o mar, pelos outros montanhas e morros. "O próprio palácio ocupa o lugar do velho Colégio dos Jesuítas. Três alas modernas: a quarta contém a bela capela dos reverendíssimos padres e uns poucos aposentos aceitáveis. A parte nova foi feita pelo rei D. João VI, mas os trabalhos se interromperam com sua partida. Os apartamentos são belos e mobiliados com conforto. Neste clima, as tapeçarias de parede, quer de papel, quer de seda, estão sujeitas a rápido estrago por causa da umidade e dos insetos."[45] Impressionou-se ainda com o reboque das paredes, feito de bom barro amarelado, com cornijas, barras e frisos pintados de belos desenhos de arabescos compostos de frutas, flores, pássaros e insetos do país: "Tudo criado por artistas mulatos e negros crioulos".

Quanto à criação de gado, ocorreu uma drástica redução, se levarmos em conta o período dos jesuítas: 4 mil cabeças. Por todo o período imperial irá observar-se um grande descompasso entre o enorme potencial da fazenda e a insolúvel ineficácia administrativa.



A cruz como marca da fazenda. Desenho de Maria Graham, 1823. MB

D. João, amante do cantochão gregoriano e não tanto da tradição barroca seguida pelos jesuítas,[46] encantou-se mesmo foi com a orquestra e os escravos-cantores, ficando "estupefato e tomado de indizível alegria ao encontrar no famoso conservatório dos jesuítas, uma capela coral como nunca tinha havido no Brasil, o mesmo acontecendo aos fidalgos, nobres e

eméritos músicos que o acompanhavam".[47]

Os escravos-músicos dedicavam muito tempo ao estudo teórico e à prática instrumental, sob a orientação de mestres como o músico, compositor e regente José Maurício — padre mulato conhecido como o "Mozart brasileiro" —, que despertou respeito e ciúme no português Marcos Portugal, prestigiado mestre de música de d. João desde os tempos de Lisboa. Do Conservatório saíram também os primeiros professores de música que o Rio de Janeiro conheceu, como Salvador José (que foi mestre de José Maurício), e cantores negros ficaram bastante famosos atuando na cidade, como o modinheiro Joaquim Manuel.[48]

Logo que ouviu a orquestra e o coral, d. João requisitou os primeiros violino, clarinete e fagote, bem como as cantoras Maria da Exaltação, Sebastiana e Matildes, para integrar a orquestra da Real Capela do Paço da Boa Vista, que se apresentaria em cerimônia especial.[49] E assim nasceu uma nova vocação para a fazenda, que passava a fornecer escravos-músicos ali criados e formados aos paços imperiais da cidade. O costume inaugurado por d. João foi seguido depois pelos imperadores, e os músicos de Santa Cruz eram constantemente transferidos para integrar a orquestra, o coral ou a banda do Paço de São Cristóvão e da Capela Imperial.

Com a partida de d. João e mais tarde de d. Pedro I, e a ausência dos famosos mestres,[50] que abrilhantaram as duas primeiras décadas do século, o Conservatório ficou meio apagado. Mas a reorganização de uma banda, criada originalmente em 1818 e agora denominada Banda de Música da Imperial Fazenda, voltou a trazer popularidade aos músicos de Santa Cruz.

Nas estadas dos novos imperadores na fazenda, a banda apresentava-se a eles todos os dias, e os músicos eram constantemente convocados para tocar em São Cristóvão, em solenidades e recepções. Quando solicitado, e depois de receber a devida autorização do administrador da fazenda, o grupo percorria todos os cantos da província, tocando em solenidades, festas, bailes. Em 1856, participou dos festejos do Divino Espírito Santo, em Itaguaí, tocando por dez dias. Esteve em Valença,

Campo Grande, Marapicu, Realengo, São Pedro e São Paulo, Maxambomba e outras localidades.

A banda fazia boa figura também na aparência. Reorganizada, trocou a calça e jaqueta do velho uniforme por um reluzente fardamento: azul, com quepe da mesma cor, guarnição vermelha, galões e botões dourados. Um cinturão preto envernizado ostentava fivelões dourados, que foram substituídos por prateados em 1888. Os sapatos eram pretos e, a partir de 1871, fornecidos pela Casa Clarck.[51] Em 1841, a banda apresentou-se num baile oferecido por d. Pedro II no Paço da Cidade, e, pela descrição de um oficial da Marinha americana, os trajes usados pelos músicos eram "de muita gala": "Finalmente o camareiro da corte, com seu pequeno bastão encabeçado de ouro, deu o sinal e, no fundo do salão, uma banda de 13 ou 14 músicos negros, em trajes de veludo vermelho enfeitados e listrados de renda dourada, começou a tocar uma alegre valsa".[52]

As bandas negras eram famosas na corte. No caso, banda de música dos escravos de Antônio Luís de Almeida, 1870. Em Schnoor e Castro, 1995

Tocavam de tudo: rabecas, violoncelos, clarinetas, rabecões, flautas,

fagotes, trombones, trompas, pistons, requintas, bumbos, oficlides, flautins de ébano, bombardinos e bombardões. Executavam marchas militares e patrióticas, valsas, modinhas, quadrilhas. E óperas, as de preferência de Pedro II e de Teresa Cristina. Era por isso mesmo que a Casa Imperial pagava as despesas: partituras, métodos, cadernos pautados, instrumentos e peças como cordas, peles, chaves, arcos e varas, que eram fornecidos pela Casa Arthur Napoleão.

Na década de 30, a banda contava com 36 músicos: trinta instrumentistas e seis cantoras. Em 1856, havia um mestre, quatro cantoras no coro e 22 instrumentistas. Destacava-se então o escravo Antônio José, primeira flauta, que em 1860 recebeu de d. Pedro II a carta de liberdade, "por suas execuções primorosas, que tanta fama emprestavam à banda da Fazenda".[53] De fato, o imperador foi bem claro: "Na aula de música ouvi um excelente flautista, um bom cornete-a-piston e uma requinta já inferior mas sofrível. Uma escrava cantou afiada a bela ária da Elvira sem ser o 1° ato do Hernani. O todo da orquestra incomoda às vezes os ouvidos; mas ainda assim acham-se adiantados e o mestre Joaquim de Araújo Cintra parece zeloso".[54] Em 1867 Joaquim de Araújo Cintra apresentava ao imperador a relação "de 34 músicos escravos" da fazenda, assim como destacava os instrumentos que tocavam e sua conduta: "boa, regular, rebelde" ou mesmo "embriagada".

Em 1887, segundo o Almanak Laemmert de 1888, eram 31 músicos negros que integravam a banda, o que não destoava do ambiente musical da corte, no qual, com freqüência, descrevem-se bailes privados animados por grupos de escravos-cantores e instrumentistas. José de Alencar, em O tronco do ipê,[55] narra a ocorrência de uma festa na casa de um rico fazendeiro em que não faltou nada, nem mesmo "o som de música dos pretos da fazenda, que tocavam quadrilhas e valsas", indicando um costume de se empregar escravos-cantores e instrumentistas em ocasiões especiais.

D. 1059

Relação dos muzicos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Nos	Nomes	Instrumentos q. tocão	Conducta
1	João Francisco	Rabeca	bôa.
2	Fernando Joaquim	d.a	d.o
3	Carlos Joze	d.o	d.a
4	Calixto da Cruz	d.a	d.a
5	Manoel dos Passos	Violeta	regular.
6	Florentino Pereira	Violão selo	d.o
7	Sebastião Esteves	d.o	d.o
8	Belisario Joaquim	Contra baixo	bôa.
9	João Ignacio	d.o	regular
10	Antonio Joze	Trompeta	d.a
11	João do Carmo.	d.a	d.a
12	Joaquim Cordeiro	Clarineta	bôa
13	João Fernandes.	d.a	rebelde.
14	Manoel dos Santos 2.o	d.a	regular
15	Manoel de S.ta Anna	Piston	bôa
16	Targino Joze	d.o	regular
17	Virgilio Joaquim	Clarim	rebelde
18	Pedro Maria	Trompa	regular
19	João Leocadio	d.o	d.a
20	Joze Teixeira	d.a	d.a
21	Manoel Alves	Trombon	d.a
22	Joaquim Gonsalves	d.o	d.a
23	Narciso de Lemos	d.o	Embreaga-se
24	Ignacio Joze	Requinta	regular
25	Carlos Maria	Basso	d.a
26	Luiz de S.ta Anna	d.o	Embreaga-se.
27	Firmino Mendes.	Tenor	d.o

Relação dos músicos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, com a descrição de instrumentos e da conduta dos cativos, 1860. MIP

Mas não era só música a vida da Fazenda de Santa Cruz. Administrada por um superintendente que se reportava ao mordomo da Casa Imperial, a fazenda não conseguia sair de um estado bem distanciado de suas potencialidades. O único setor que não parava de crescer era o da escravaria. Em 1834, contavam com 2065 escravos.[56] Em 49, 2128. Em 55 chegou a ter 2235 escravos. Dizia um deputado da época que o alto índice de músicos devia-se à ociosidade em que se encontravam.[57]

Os escravos já não desfrutavam do tempo para dedicar a si mesmos, como na época dos padres. Em alguns aspectos o sistema antigo persistia, em outros não: os cativos eram agora "vestidos e alimentados à sua custa para o que tem os sábados, domingos e dias santos de guarda dispensados".[58] As crianças, antes sustentadas pelos padres, agora o eram por suas próprias famílias. Em 1860, os escravos queixavam-se de fome: tinham lhes tirado o sábado e domingo em troca de ração para que nesses dias também trabalhassem para a fazenda. E os membros da família de algum escravo fujão nem ração recebiam.[59]

Carpinteiros, pedreiros, ferreiros, curtidores, oleiros, falquejadores, tanoeiros, campeiros, sapateiros, carreiros, lavradores, feitores, enfermeiros, tecelões, cesteiros, parteiras; a multidão de escravos era dividida em "esquadras" de trabalho (sistema e denominação do tempo dos jesuítas) e por suas mãos eram forjados todos os produtos da fazenda.

A fazenda tinha três feitorias — grandes lotes de terras arrendadas para terceiros — que lhe eram subordinadas: Peri-Peri, Bom Jardim e a da Serra ou Santarém, e que lhe proporcionavam uma boa renda. E recebia também foros e laudêmios. Em 1875, mais de setecentos foreiros e arrendatários espalhavam-se por ali.

Sempre conhecida como fazenda de gado e de boas pastagens, a

Santa Cruz nunca chegou nem perto do número de cabeças de outras épocas, mas faturava-se aí alguma coisa — também alugando-se pastos —, além de fornecer os animais necessários para a Casa Imperial. Mais tarde, um matadouro iria gerar mais renda. Alguma receita se obteria também com as plantações de arroz e café, um pouco de chá, com a olaria, armazém, aguardente. Apesar de sua má administração ter sido sempre criticada, a fazenda arrecadava uma renda superior ao seu custeio.[60]

Os próprios escravos, como mercadorias, rendiam bem; escravos de ganho eram alugados, em geral por prazos de três a seis meses, e os preços variavam conforme sua especialidade. Na década de 60, os torneiros eram os que mais rendiam, seguidos pelos oleiros, bombeiros, barbeiros e pedreiros. Depois vinham os carpinteiros e copeiras; o serviço menos valorizado era o dos ambulantes.[61] E já que criavam escravos-músicos, também cobravam pela presença deles nas solenidades e festas.[62] Outra utilidade: sem gerar receitas, eram deslocados em grande número para fornecer seus serviços nas quintas, paços e outras repartições da Casa Imperial. Os escravos só não podiam ser vendidos: o imperador detinha o poder de usufruto da escravaria, que fazia parte da propriedade. Podia, no entanto, alforriá-los.

A fazenda foi cenário de luxo para d. João VI ritualizar costumes monárquicos portugueses, os quais começaram a tropicalizar-se em virtude da força do clima, que rapidamente desfazia as finas sedas usadas para cobrir as paredes do palácio — como atestou a viajante inglesa —, e da presença de novos povos e culturas. Foi ainda palco para as extravagantes caçadas de d. Pedro I e para as vistorias de d. Pedro II aos famosos escravos-cantores.

D. Pedro II usufruiu também dos ares de Santa Cruz, fugindo do calor da cidade e fazendo o papel de fazendeiro cioso de suas terras. Mas suas idas à fazenda irão rarear depois da construção de um novo palácio de veraneio em clima mais ameno, no alto da serra dos Órgãos. Aliás, o soberano não construiu apenas um novo palácio de veraneio, mas toda uma cidade, e, pretendia ele, à sua imagem e semelhança: Petrópolis. Mesmo sem a presença assídua dos imperadores, talvez ainda menos estimulados

em conseqüência das tristes lembranças causadas pela morte de seu pequeno filho naquela propriedade, a fazenda prossegue em sua sorte.[63]

Mappa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

EMPREGOS.	Homens	Mulheres	Meninos	Meninas	Crianças		Somma.	OBSERVAÇÕES.
					Masculinos	Femininos		
Ordenanças	31	22	»	»	»	»	53	Relação da Escravatura da Imperial Fazenda... 1853
Feitores, e Contramestres	9	»	»	»	»	»	9	Idem idem 9.
Pedreiros	22	7	»	»	»	»	29	Fazenda de Sahirinha em maio 375
Ferreiros	2	»	»	»	»	»	2	2.1028
Ferradores, e Boualeiros	16	2	»	»	»	»	18	
Candieiros	1	1	»	»	»	»	2	
Carreiros	2	»	»	»	»	»	2	
Oleiros	20	1	»	»	»	»	21	
Carregadores	9	»	»	»	»	»	9	
Ferradeiros	2	»	»	»	»	»	2	
Enfermeiros	11	6	5	»	»	»	24	
Serviço do campo	25	9	»	»	»	»	34	25 Escravos que de a 11 de Junho de Junho de 1853, pertencem à Fazenda Velha, com [illegible]
Os mesmos do supernumerario	»	»	»	»	»	»	»	
Os Ferreiros	1	1	»	»	»	»	2	
Os mestres dos officios	»	»	2	»	»	»	2	
Carreiros, e Cavalleiros	12	7	»	»	»	»	19	
Feitores	8	»	9	»	»	»	17	
Empregados subalternos	37	11	323	153	»	»	602	
Portaria	»	»	2	»	»	»	2	
Em serviço pessoal por substituição	29	»	22	»	»	»	51	
Em Tarefa	»	»	43	»	»	»	43	
Casa de roça, e olaria	»	»	27	»	»	»	27	
Gratuita por velhice, e soltarias	17	»	50	»	»	»	67	
Roceira de 1ª parte	»	»	»	»	168	170	338	
Agricultores proprios Lavr.	»	22	»	15	»	»	37	
Gratuita	1	»	»	»	»	»	1	
Agricultores da Gratuita	1	13	1	6	»	»	21	
Gratuitos nas Colonias, e Fazd. e outros reparticos de S. I.	102	76	90	70	27	27	392	
Temporarios	17	1	1	»	»	»	19	
Tanoeiro	2	»	»	»	»	»	2	
Totaes	383	253	568	344	195	197	1.185	

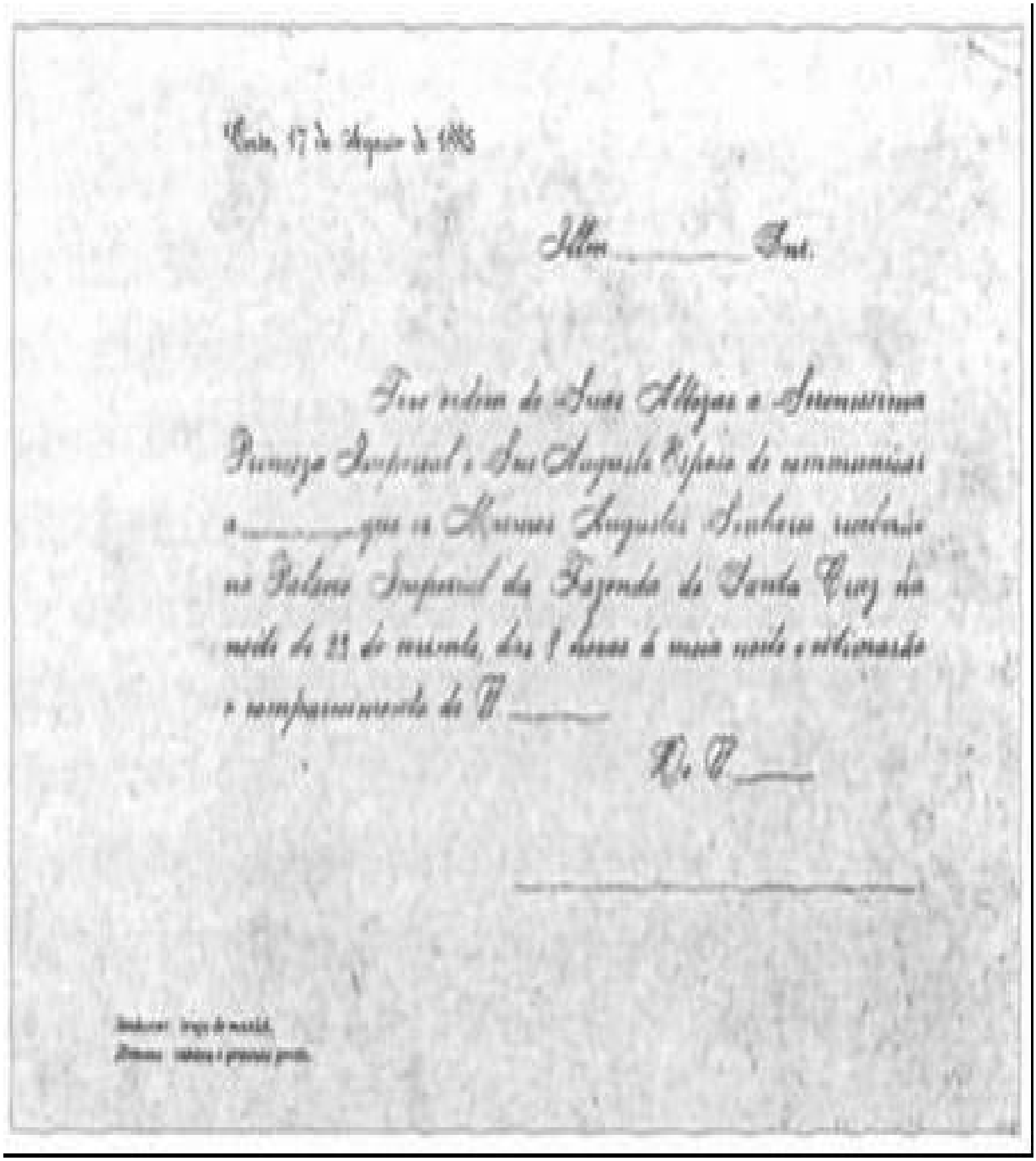
Imperial Fazenda de Santa Cruz, em 31 de Junho de 1853.

Mapa da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz. IHGB

Os rituais religiosos continuam a ocorrer, com ou sem a figura do imperador. E festas e bailes para a corte, como bem gostavam a princesa Isabel e o conde D'Eu, eram promovidos naquele palácio, aonde se chegava após curta viagem. Em 1885, uma convidada para um baile da princesa gastou, em trem expresso, pouco mais de uma hora para ir até lá.[64] Nessa época, eram três os trens que iam e voltavam diariamente.[65]

O imperador já não veraneava em Santa Cruz, mas ia para lá em eventuais e breves viagens de inspeção, percorrendo a horta, as plantações, os currais, as benfeitorias, palestrando com os foreiros. Chegava ao "campinho" — espécie de horto —, sabatinava crianças da escola, ouvia os alunos-músicos, revistava seus instrumentos, tomava leite, perdia-se pelas salas e salões do palácio-sede, e ia ver o pôr-do-sol no mirante de onde avistava quase toda a Marambaia de um lado e de outro a vasta planície. À noite, depois de escutar o tambor dando o toque de recolher dos escravos, tomava chá fabricado lá mesmo — "tão bom como o da China" —, e deitava-se para ler até o sono chegar.[66]

Planta do povoado da Imperial Fazenda de Santa Cruz. IHGB



Convite impresso: a princesa Isabel e o conde D'Eu recebem no palácio de Santa Cruz, 1885. MIP

PETRÓPOLIS: A CIDADE DE PEDRO

A corte mudou-se para Petrópolis, lá foi nosso Imperial Senhor gozar fresco, Ângelo Agostini, em Revista Ilustrada, 1881. IEB

"Que projeto sem pés nem cabeça! Só mesmo justificável no Brasil onde nada há mais apetecível do que tomar-se fresco! Aquele sol árido e montanhoso coisa alguma poderá oferecer, nem mesmo que ali se gaste o que Versailles custou a Luís XIV!"[67] Foi assim que o diplomata francês Júlio Itier avaliou o plano da Casa Imperial de construir um palácio na região "alpina fluminense" quando, em 1844, passou pelo Brasil e foi até a serra da Estrela, mais precisamente para o local conhecido como Córrego Seco. Essa impressão era plenamente justificável, pois na Fazenda Córrego Seco, lá no alto da serra, não havia nada além da natureza típica de serra tropical, com ligeiros toques de clima temperado. De fato gastou-se muito dinheiro e foi preciso dar tratos à bola para povoar a região, que abrigaria um palácio para o imperador, sua família e amigos.

O lugar era famoso por contar com algumas fazendas extensas e isoladas, como a do padre Correa, onde o primeiro imperador se hospedava de quando em quando.[68] Era também por ali que passava uma trilha para

Minas Gerais, mais tarde Estrada da União e Indústria.

A fazenda fora comprada em 1830 por d. Pedro I — que pagou cerca de 20:000$000 (vinte contos) pela propriedade — com a pretensão de construir ali um palácio para o verão: o ar ameno da montanha romperia com o bafo úmido da corte na temporada quente. No entanto, os planos do primeiro monarca não foram em frente. Após a abdicação em 1831 e sua morte em 1834, pessoas a quem d. Pedro I devia entraram na justiça européia e brasileira para defender seus créditos. Assim, a fazenda da serra fluminense, avaliada em 13:974$000, foi destinada a credores do monarca falecido, para cobrir suas dívidas assumidas em testamento. Em 1840, por ocasião da maioridade de d. Pedro II, as questões referentes ao inventário e à partilha de bens ainda se arrastavam pelos tribunais. O governo brasileiro, então, entrou em ação e pagou na justiça o valor da fazenda, liberando-a de sorte incerta. E fez mais: apesar de incorporada ao patrimônio nacional, ficava pertencendo a Pedro II e seus sucessores.[69] Marca do regime monárquico, o público e o privado servem-se reciprocamente.

Em 1843, estando toda a situação financeira sanada, a mordomia da Casa Imperial dá início à administração da Córrego Seco. Até então, as terras estiveram arrendadas a terceiros. Talvez o mordomo Paulo Barbosa, desde 1833 no cargo, já viesse arquitetando o destino da fazenda, pois, no mesmo ano de 1843, todo um plano de ação foi por ele apresentado, tendo sido aprovado oficialmente pelo jovem imperador.[70] O próprio mordomo explicaria mais tarde sua intenção de construir um local onde Suas Majestades pudessem se proteger e refugiar das invasões das pestes ou de inimigos. E apesar da resistência de conservadores que não queriam quebrar a tradição dos verões imperiais na Fazenda de Santa Cruz — bem mais próxima da cidade-corte —, d. Pedro o entrou de cabeça na sedutora e ousada empreitada. Eis que, assim, um sonho acalentado pelo pai torna-se realidade nas mãos do filho. E para coroar o acontecimento, o lugar foi batizado de Petrópolis, por sugestão de Paulo Barbosa, inspirado, por sua vez, na russa Petrogrado: "Lembrei-me de Petersburgo, cidade de Pedro, recorri ao grego e achei a cidade com esse nome no arquipélago e sendo o Imperador D. Pedro, julguei que lhe caberia bem o nome".[71] Talvez tivesse

ocorrido ao mordomo, ainda, a distante idéia de José Bonifácio, que já em 1823 propusera a edificação de uma nova capital para o Império no interior do Brasil, a qual então deveria chamar-se Brasilea ou Petropole.[72]

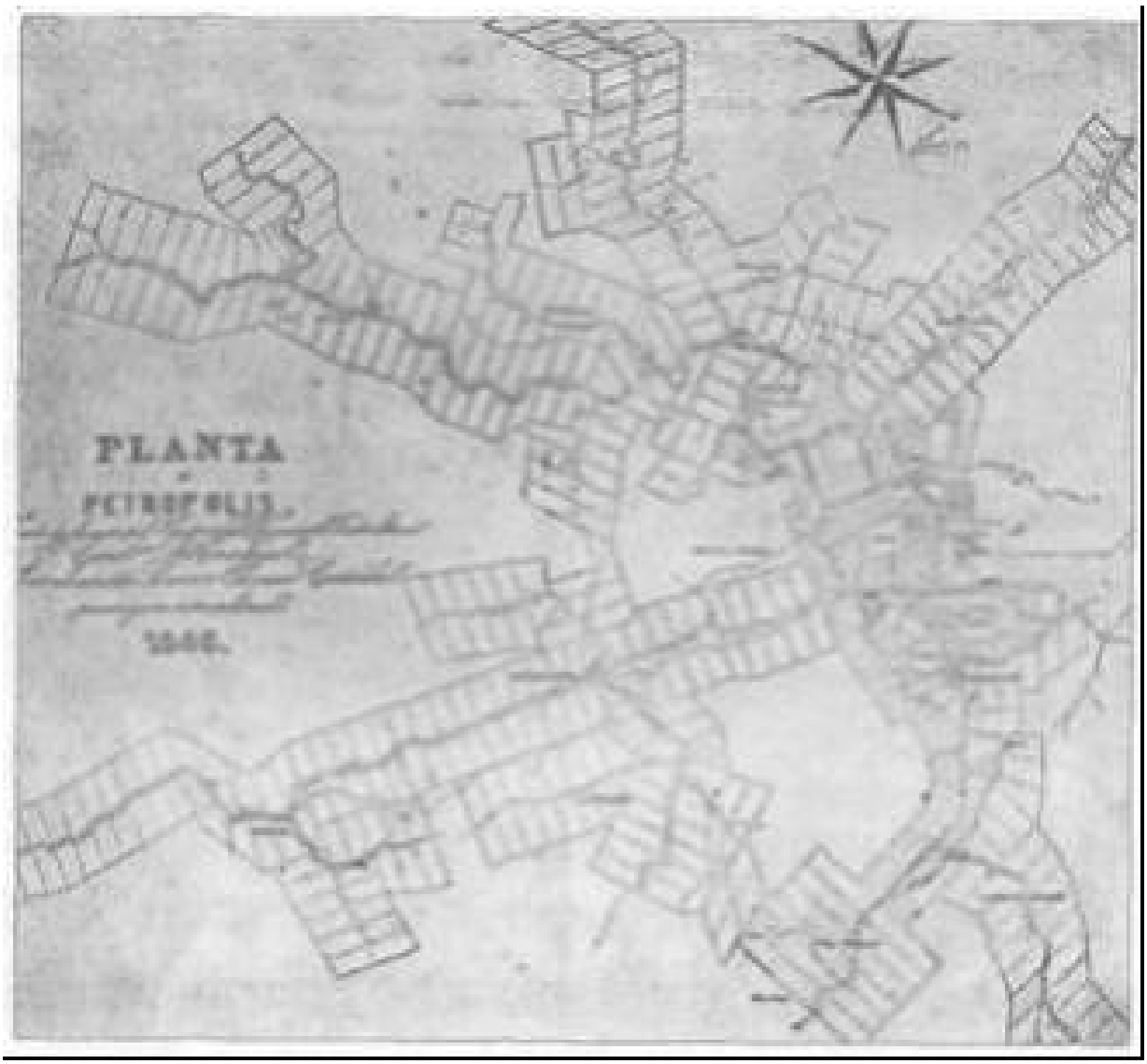
A fazenda seria arrendada ao major engenheiro Frederico Koeler por I:000$000 anuais — preço bem camarada, pois o antigo arrendatário pagara I:800$000.[73] O major teria que separar uma área para a edificação de um palácio para o imperador, com suas dependências e jardins; outra área para uma povoação, que deveria ser aforada a particulares, e ainda um terreno para a construção de uma igreja com a invocação de são Pedro de Alcântara — santo de devoção do monarca — e para um cemitério.[74]

Além de arrendatário, o major Koeler tornou-se também o superintendente da fazenda, subordinando-se à mordomia da Casa Imperial. Imediatamente o plano foi posto em ação. Para povoar a região deserta, a saída encontrada foi criar uma colônia agrícola, motivo por que também se nomeou Koeler diretor da colônia, o qual se vinculou ao governo da província do Rio de Janeiro, encarregando-o, ainda, da construção da estrada que subia a serra. E assim, nesse poderoso triângulo — Casa Imperial, governo da província e administração da fazenda e da colônia —, o major-engenheiro foi desenvolvendo o projeto.

A primeira demarcação de terrenos foi feita em 1844, e logo foram apurados alguns prazos de terra. D. Pedro II doou lotes a "certos homens notáveis pelos serviços prestados ao Estado",[75] garantindo e delineando o perfil de uma vizinhança a seu gosto.

Os primeiros colonos, todos imigrantes alemães que para cá vieram com o objetivo de trabalhar inicialmente na construção da estrada, erguiam suas moradas, plantavam as primeiras hortas e davam existência real a Petrópolis. Os deveres e direitos dos imigrantes que ali se estabeleciam como foreiros eram bem claros: tinham o domínio útil da terra; já do senhorio, o domínio direto era do Estado. Ficava estabelecido, também, que os gastos com as passagens, adiantados pelo governo da província, deveriam ser reembolsados. E no contrato as condições vinham bem explicadas: "— recebiam terreno pelo sistema de aforamento em que

deveriam pagar emphyteusis perpétuo, ou seja, 5 mil-réis anuais, em cada janeiro e para sempre; (esse tributo começaria a vigorar depois de algum tempo do ato do contrato — até nove anos); — poderiam vender a propriedade, pagando 2.1/2% de seu valor à casa imperial (laudêmio); o novo proprietário passaria então a pagar a perpétua enfiteuse.[76] Se não respeitassem o contrato, os foreiros poderiam ser despejados e as terras voltariam in commisso ao imperador".



Plantas de Petrópolis, 1846 e 1854. MIP

Os novos moradores da fazenda tinham, ainda, crédito para comprar vacas, cabras, galinhas e porcos, e deveriam quitá-lo em três anos. Os navios continuavam chegando da Europa, as famílias crescendo, e em 1859 a população alemã compunha-se de 3300 pessoas. A propriedade imperial também aumentou, com a compra de fazendas vizinhas, como Quitandinha, Itamarati e Morro Queimado. Em 1853, a fazenda tinha aforado 1218 prazos.

Mas não eram só alemães os responsáveis pelo trabalho duro de construir estradas, carregar pedras e madeiras e erguer as paredes do palácio de d. Pedro II: escravos vindos da Fazenda de Santa Cruz, da Casa de Correção e do Arsenal da Marinha lá estiveram desde o início, e não entravam na contagem do item "Pessoal", uma vez que pertenciam à própria obra. Já em 1845, um relatório de Koeler atesta que "[...] os escravos de Sua Majestade que vieram de Santa Cruz, 16 mulheres, 17

homens e 6 crianças, chegaram aqui com total falta de roupas [...]".[77] Em 1853 eram quarenta, e os mais velhos recebiam uma gratificação semanal de 320 réis. Africanos livres, na mesma ocasião, chegaram a mais de vinte, estes incluídos no dito item "Pessoal", junto com os alemães, totalizando aí 96.[78]

Registo N.º 465

PRAZO DE 2ª CLASSE N. 747 FORO ANNUAL RS. 50$000

PETROPOLIS.

Escriptura de Contracto de Aforamento perpetuo.

Detalhe de contrato de aforamento, 1848. MIP

Entre as casas comerciais que logo foram se estabelecendo na rua do Imperador, um mercado de escravos para suprir as necessidades locais chamava a atenção. E, como sempre onde há escravos há quilombos, Petrópolis não foi exceção, tendo um deles ficado célebre: o Quilombo da Vargem Grande. Outro, situado no sertão de São José do Rio Preto, deixou como herança a denominação atual da localidade: Quilombo.[79]

Três anos depois de assentadas as bases que orientariam a construção da sonhada cidade para o imperador, o mordomo já não era o mesmo, pois José Maria Velho da Silva sucedera a Paulo Barbosa, que estava afastado em viagem à Europa, e o major Koeler, acusado de falcatruas, fora demitido do cargo de diretor da colônia pelo governo provincial, morrendo em seguida num acidente. Até 1847, ano de sua morte, já havia gasto na construção de um quarto do palácio duzentos contos, valor considerado exagerado. Sucedem-lhe Ribeiro Cirne (1847-53), o

engenheiro José Maria Rabelo e por fim Vicente Marques Lisboa. E a execução do projeto prosseguiu, sempre de vento em popa.

No verão de 1849-50, a família voltou novamente para Santa Cruz, mas a morte do filho de d. Pedro empurrou de vez os moradores de São Cristóvão para os verões serra acima. Ademais, nesse mesmo ano a febre amarela vitimou para valer os habitantes da cidade-corte, levando aqueles que tinham meios a seguir a mesma rota do imperador. Além de oferecer os prazeres da convivência com a Coroa, Petrópolis convertia-se em rota de fuga da febre amarela, em uma espécie de política sanitária da corte.

Petrópolis foi tomando forma. Tudo aconteceu a toque de caixa. Onde não havia nada, surge de repente uma povoação, e por deliberação do governo da província do Rio de Janeiro cria-se o distrito de Petrópolis já em 1844, na freguesia de São José do Rio Preto do termo da Paraíba do Sul.[80] Em 1846, passou de curato a freguesia, sob a invocação de são Pedro de Alcântara, anexada à vila da Estrela e ao município de Magé. Pulando um estágio na escala administrativa, pois nunca foi elevada a vila, em 1857 Petrópolis já era cidade, inaugurando sua Câmara Municipal e seu corpo de legisladores.[81] Porém, como município de um estado centralizado, era como os outros: engrenagem da monarquia, sem autonomia judiciária, só podendo executar o que deliberava com a aprovação do governo provincial, por sua vez atrelado ao poder central, que nomeava seus presidentes. "Sem recursos financeiros e sob regime de rigorosa tutela, a autonomia municipal era uma mera medida decorativa, de que a única exceção era a eleição direta dos vereadores [...] mas sempre solícito com a sua menina dos olhos, que jamais abandonou, não deixou o imperador de providenciar recursos provinciais para que nada faltasse ao novo município" (grifos meus).[82] Vale lembrar que votar era um privilégio bem guardado: Petrópolis inaugurou-se como cidade contando com seis eleitores!

A subida da serra foi ficando cada vez menos árdua, como resultado da repentina e grande movimentação: gente, animais, sementes, material de construção, mobiliário — a pé, no lombo de burros ou de escravos, a cavalo, nas carroças, tudo se dirigia serra acima, rumo à nova cidade, construída especialmente para o deleite e proteção do imperador.

No início, gastavam-se mais de quatro horas para chegar lá. Aos poucos, a situação melhorou, sobretudo após a construção das estradas de ferro. Primeiro uma linha na baixada, e em 1884 a viagem inaugural do trem que subia a serra até a nova cidade. O trajeto era o seguinte: tomava-se um barco na Prainha — no cais Pharoux, bem em frente ao Paço da Cidade — e em pouco mais de uma hora se alcançava o porto, que depois recebeu o nome de Porto Mauá; daí até a raiz da serra eram dezoito quilômetros, que o trem percorria em cerca de uma hora. A terceira etapa, a subida da serra, feita em diligência ou carruagem, demorava por volta de duas horas, contando-se a paragem para a troca de animais no meio do percurso. Com a chegada do trem, tudo ficou bem mais rápido. E a construção da Estrada da União e Indústria, que ia até Juiz de Fora, facilitaria a locomoção pelos arredores.

O Palácio foi surgindo, ala por ala, grandioso e imponente, ficando praticamente pronto em 1856, já com Paulo Barbosa de volta à mordomia. A arquitetura externa, projetada por Koeler e Bonini, e a interna, por Araújo Porto Alegre, Guilhobel e Rebelo, encantavam os olhos dos súditos do Império brasileiro e dos viajantes, que ali se sentiam menos estrangeiros.

Projetado e construído para abrigar a família imperial, o Palácio não podia fazer feio. Era a casa do imperador, sua representação mais clara, seu símbolo de demonstração de hierarquia. Segundo Elias: "A casa do imperador apareceria como o produto mais visível de interação entre a grandeza do Império e a grandeza da corte".[83]

E o novo Palácio não "fugia à regra". Sólida construção, esteios de madeira de lei; o saguão de entrada impressionava com seu piso preto e branco em mármore belga e de Carrara, tendo ao fundo duas colunas gregas. Madeiras, as melhores da terra, nos assoalhos desenhados, portas, esquadrias, janelas: cedro, jacarandá, peroba, pau-cetim e pequiá-rosa. Ferragens de qualidade. Tetos de estuque elaborados, ricos em motivos e símbolos; aí Porto Alegre — conhecido como o introdutor de motivos brasileiros na arte decorativa e arquitetônica — fez a festa: entre os modelos clássicos europeus e os símbolos da família imperial (coroa, iniciais dos imperadores, dragões dos Bragança), aparecem abacaxis, cajus,

pitangas, araçás, goiabas. No quarto do casal, papoulas — a famosa "dormideira" para inspirar o sono de Suas Majestades.[84]

O parque e os jardins foram executados pelo francês João Batista Binot, que preferiu introduzir, entre as espécies nacionais, palmeiras da Austrália, cedros da Índia, incensos, bananeiras de Madagascar... Havia ali um viveiro de aves raras estrangeiras, e cuidar delas pessoalmente era um dos prazeres do imperador.[85]

VIAGEM PITTORESCA

A

PETROPOLIS

PARA SERVIR DE

ROTEIRO AOS VIAJANTES

E

RECORDAÇÃO DESTE AMENO TORRÃO BRASILEIRO

POR ***

ADORNADO COM 6 VISTAS.

RIO DE JANEIRO

EDITORES-PROPRIETARIOS

EDUARDO & HENRIQUE LAEMMERT

DOZE HORAS EM DILIGENCIA

Guia do Viajante

DE

PETROPOLIS A JUIZ DE FÓRA

PELO PHOTOGRAPHO DE

SUAS MAGESTADES E ALTEZAS IMPERIAES

E DA

Imperial Academia das Bellas-Artes

R.T — H. KLUMB

Rio de Janeiro.

NA PHOTOGRAPHIA KLUMB

1872

Guias de viagem para Petrópolis. Um caminho ainda longo. MIP

Th. C.

OS

ESTABELECIMENTOS UTEIS

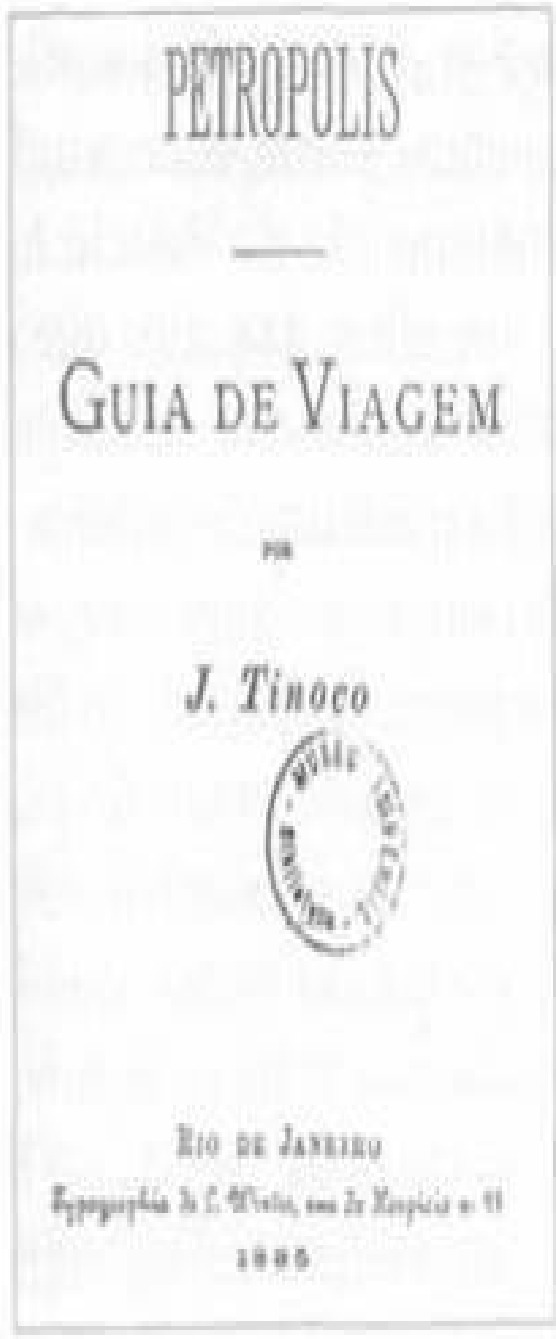
DE

PETROPOLIS

PETROPOLIS

Typ. de H. P. Sudré. — Rua Theresa n. 64.

1870



PETROPOLIS

GUIA DE VIAGEM

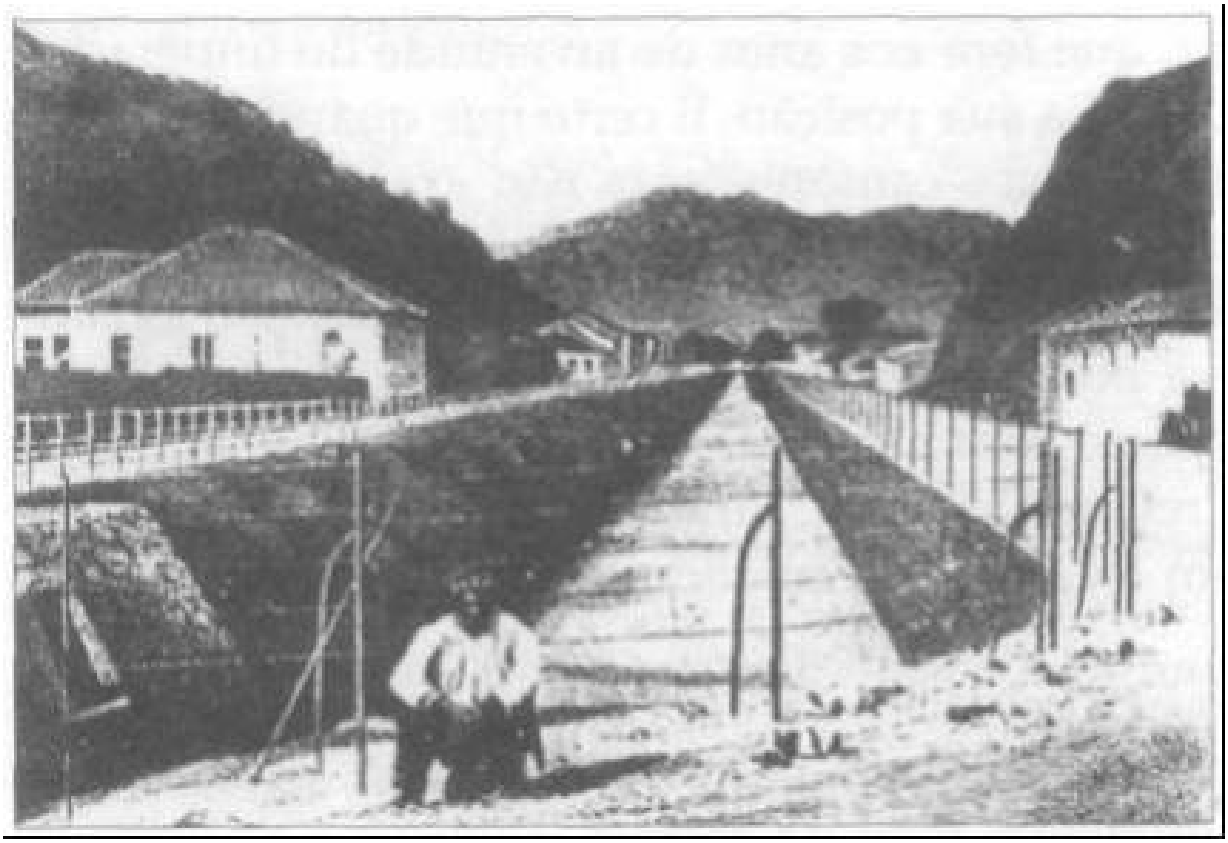
POR

J. Tinoco

Rio de Janeiro

1886

Propagandas e prospectos sobre Petrópolis. MIP



Rua do Imperador, H. Klumb, 1862. Escravo em destaque. MIP

Hotel Inglês, litografia de H. Klumb, 1872. MIP

A casa dos semanários, dos oficiais e dos criados, a cozinha, as cavalariças e alojamentos, enfim, tudo e todos que davam o suporte para as necessidades de manutenção do Palácio e da família imperial ficavam nos fundos, bem longe dos olhos daqueles que entravam pela porta da frente.

As obras terminaram por volta de 1850, e ajudaram a adicionar mais uma faceta à representação pública de d. Pedro II. A cidade de Pedro, a qual apontava ao longe por conta da catedral neogótica surgindo bem no meio da mata, apresentava um palácio no interior da floresta; este se transformaria no local dileto do monarca, que não perdia oportunidade de escapar e se dirigir para seu refúgio nas montanhas: "Amanhã vamos a Petrópolis inaugurar um novo hospital e colocar pedra na nova igreja. Aproveito e deixo-me ficar nessa minha cidade querida. Volto na segunda e chego entre 9 e 10. A tarde é livre. Às 15 vou ver as obras da estrada de ferro D. Pedro II. Às 22 pretendo voltar a Petrópolis e só no dia seguinte voltar à recepção no Paço" (grifos meus).[86]

O imperador passou no total quarenta verões em Petrópolis, durante as férias da Câmara e do Senado, sobretudo após a construção da estrada de ferro, quando em apenas algumas horas chegava-se à cidade.

A Fazenda de Santa Cruz, que fora nos anos de juventude do imperador a sua propriedade predileta, perdia sua posição. É certo que quando passava por lá, orgulhava-se de seus escravos-cantores, mas não era com a mesma freqüência que voltava ao local. Por outro lado, sua moradia principal continuava a ser a Quinta da Boa Vista, mais conhecida como Paço de São Cristóvão. Todavia, d. Pedro II dava pouca atenção ao grande edifício que restava sem qualquer reforma. O aspecto sombrio deste parecia colado às lembranças da infância e do breve reinado do pai. Também o Paço da Cidade se convertia mais e mais em um local da oficialidade, bom para os despachos de quartas e sextas.

Na verdade, as atenções recaíam sobre Petrópolis. Na relação de despesas de 1858 da Casa Imperial, discriminada por Paulo Barbosa,

percebe-se a importância da estância no montante total de gastos:

Imperial Guarda-Roupa
— 9467$

S. A. I.
— 8459$

S. P. D. Leopoldina
— 8100$

Despesas e Almoços Paço da Cidade
— 4932$

Boa Vista
— 92 849$

Obras e reparos
— 58 445$

Imp. cocheira
— 100 894$

Livros, impressões, ouro, brilhantes, teatros
— 36 335$

Santa Cruz
— 26 426$

Petrópolis
— 199 002$[87]

Despendeu-se muito dinheiro com a construção do Palácio e com as estadas anuais da família imperial. Mas havia a receita gerada pelos foros (enfiteuses) e laudêmios, que em 1849 foi de 7:699$082 e, em 51, 9:134$250; em 53, os foreiros deveriam pagar 11:766$887. E ainda se faturava na serraria, vendendo-se material provisório que perdera a serventia (telhas, zinco etc). A dotação mensal para emprego na obra era de 6:000$000. Interessante é que em determinados balancetes, como a prestação de contas referente ao período de janeiro de 1845 a junho de 1848, o valor da despesa e da receita coincidia exatamente, no caso 277:897$860.[88] Fenômeno idêntico ocorre no ano de 1882, quando os números são iguais: 21:302$403.

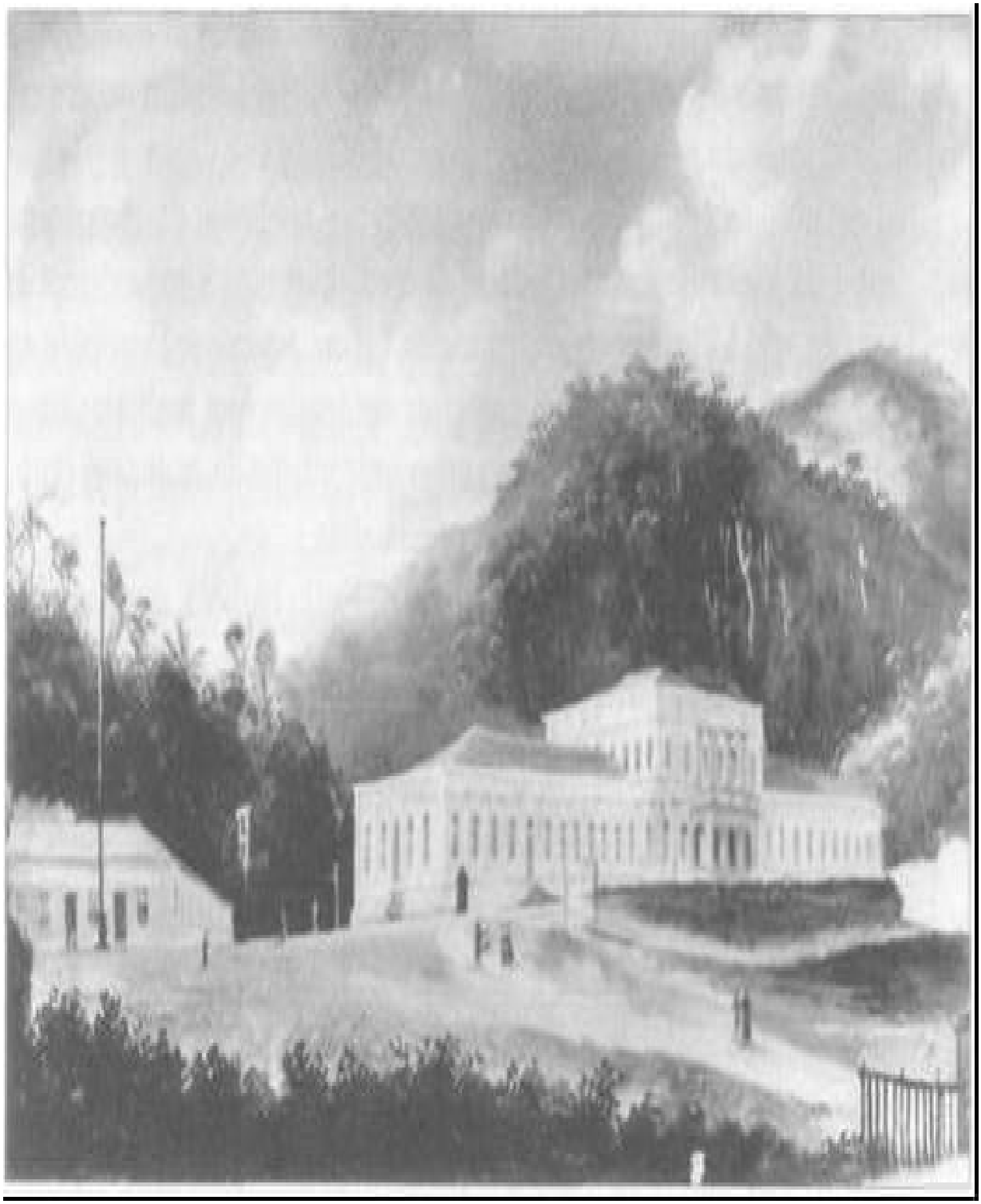
No entanto, os gastos para a manutenção dos símbolos da monarquia são, dentro da lógica de uma sociedade de corte, inerentes à sua existência; nesse sentido, não há luxos nem desperdícios.[89] E era assim que Petrópolis se convertia não só no abrigo seguro contra as epidemias que maltratavam o Rio de Janeiro durante o verão,[90] como na grande vitrine da realeza e, claro, da corte, pois aonde ia o imperador, a corte ia atrás.

Ernesto de V. Magalhães, na carta ao amigo Paulo Barbosa, desta maneira se refere à cidade:

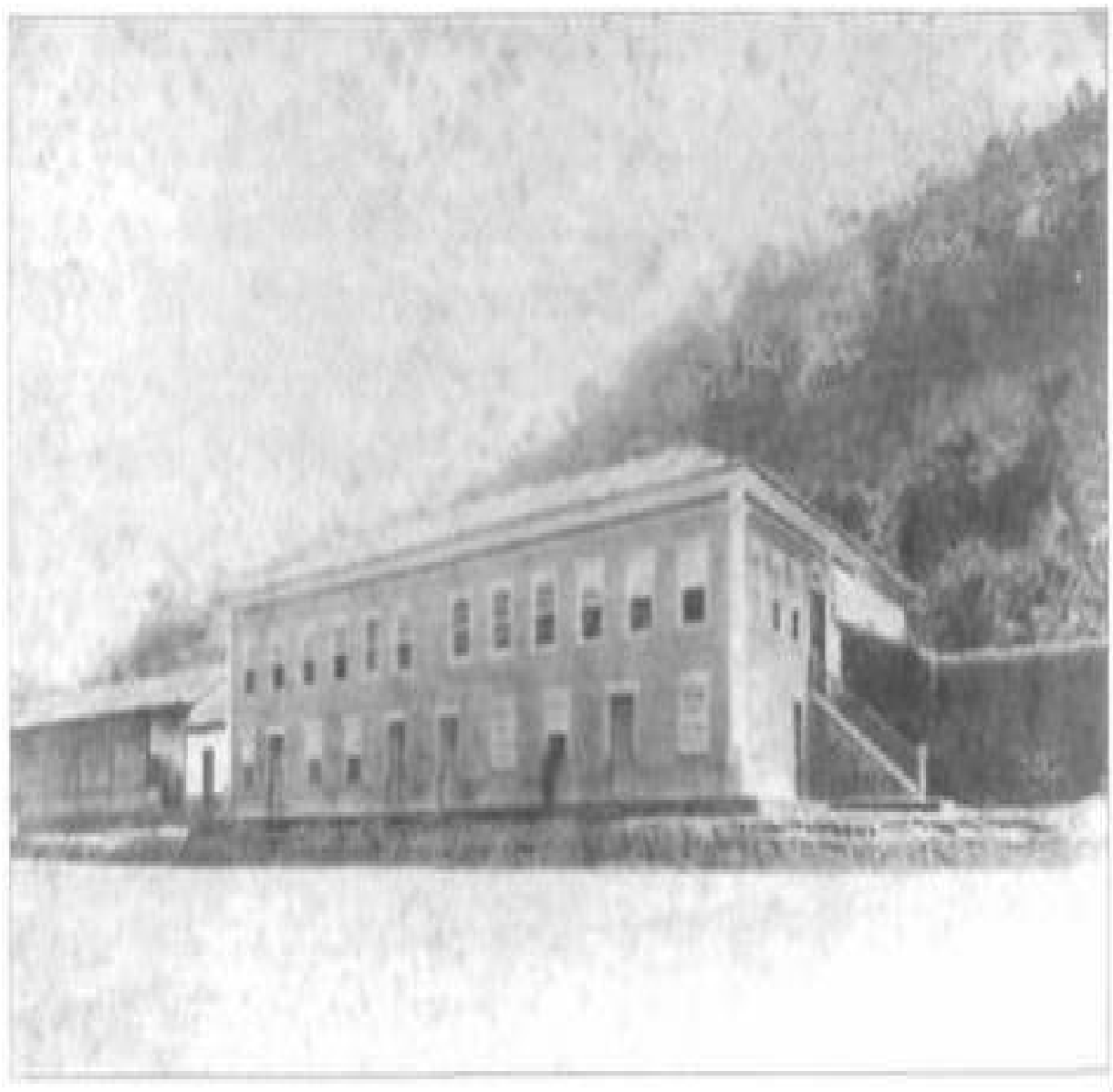
> Não quero acabar essa carta sem te falar um pouco na tua Petrópolis que para mim também é Paulópolis... Quem via charcos agora só vê belas ruas, com lojas, açougues, magníficos hotéis, o Palácio sobre a colina fazendo uma linda vista, principalmente com a vinda do Imperador, pois sempre vem a corte esperá-lo. Ranchos de madamas, foguetes, enfim um ar de festa que faz um lindo efeito. Vindas do Hotel Bragança, do Hotel Suíço eram várias as pessoas que chegavam da cidade e queriam ser apresentadas ao Imperador. Ora a reunião de tudo isso forja uma impressão européia... No verão quem não se apressa em Petrópolis não acha casas para ficar. A corte está toda lá... A Família Imperial troca nos dias de hoje Santa Cruz por Petrópolis. [grifos meus][91]

Com efeito, com a distribuição de lotes de terra em torno do Palácio, os diplomatas e políticos do Império, cansados de se hospedar em hotéis, passaram a construir seus próprios palacetes em Petrópolis. Nos anos 60 já se contavam às dezenas as mansões de nobres cariocas, com seus baronetes, marqueses e viscondes que "na estação" escolhiam o local como sede para os encontros políticos e bailes sociais. A cidade torna-se uma espécie de vila européia, e lá todos vivem como se estivessem "na civilização". Durante o ano, saraus e a política maçante da corte do Rio de Janeiro; nas férias, os bons ventos temperados. Não fossem os serviçais negros, que dividem o espaço com os imigrantes alemães, dir-se-ia que estávamos em uma nova Europa. Afinal foi Gobineau quem estranhou, logo na primeira visita, a cor mais escura das damas de companhia da imperatriz. No entanto, nesse local, o cativeiro ficava recluso. Nada melhor para uma corte que vivia mirando um espelho europeu mas convivia com o espectro da escravidão.

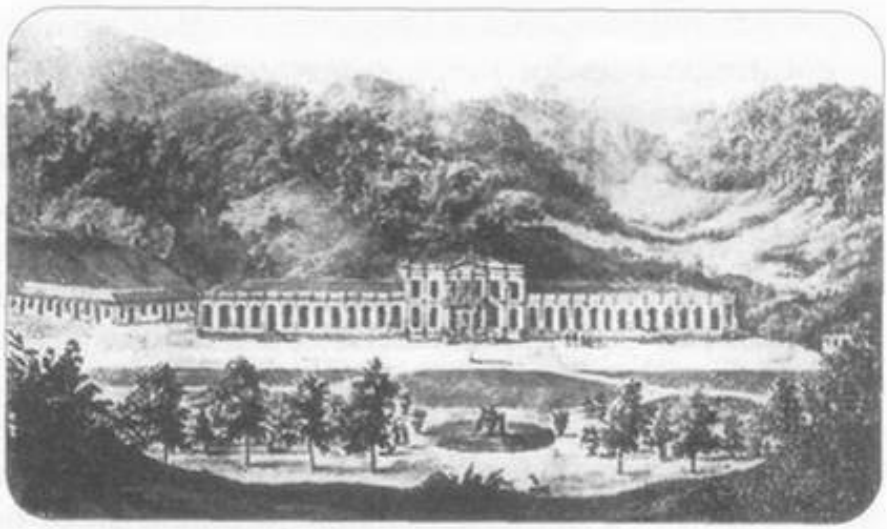
Aos poucos, porém, as temporadas do imperador e sua família deixaram de se restringir ao pico do verão; passavam, anualmente, cerca de cinco meses no alto da serra. D. Pedro descia ao Paço da Cidade para as solenidades de praxe e retornava a seguir. Ainda subia a serra em outros momentos, por menor tempo. E na década de 80, já doente, pouco se afastou da cidade construída à sua imagem e semelhança.

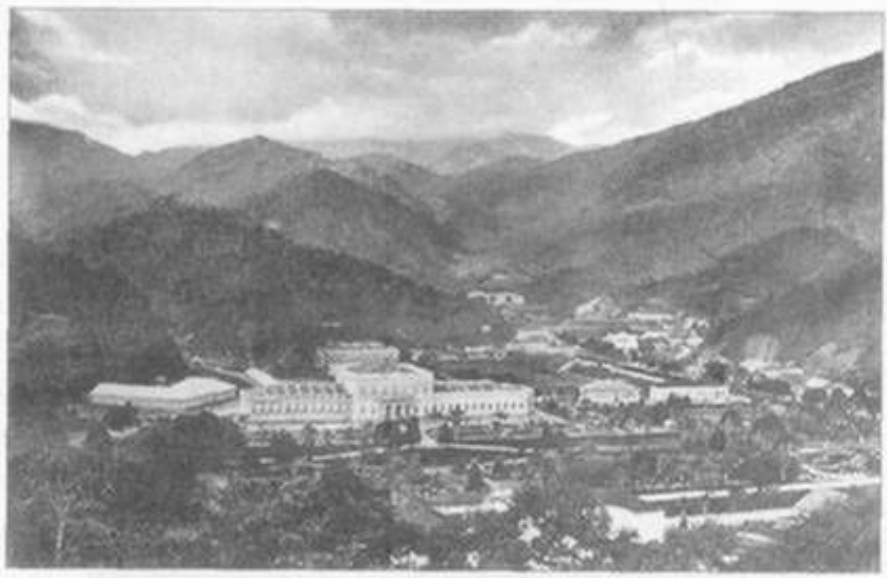


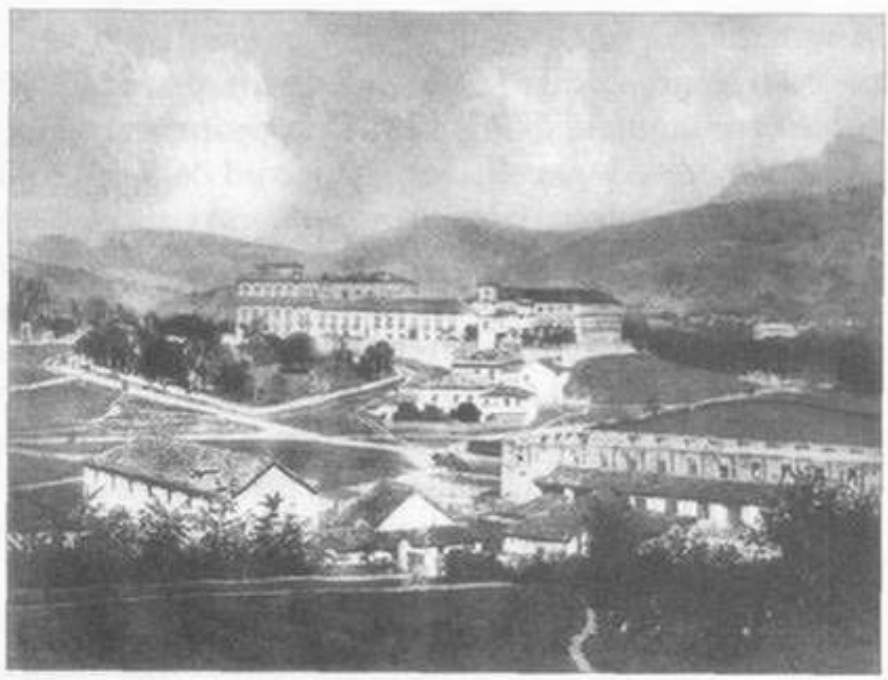
O Palácio de Petrópolis. IHGB



Local onde o imperador costumava repousar no caminho de Petrópolis. IHGB







Petrópolis, vista geral. MIP

Sempre que a família imperial lá chegava, a cidade a esperava em festa. O município encarregava-se dos preparativos, começando por nomear uma comissão que arrecadava um bom dinheiro por subscrições para arcar com as despesas. E convocava a população para participar das festas em homenagem à chegada do imperador: bandas de música, casas enfeitadas, luminárias, fogos de artifício. Antes da construção da estrada de ferro, as carruagens imperiais eram aguardadas já no alto da serra, e na entrada de Petrópolis o imperador recebia a chave da cidade. Cortejo, aclamações, as colchas de damasco nas janelas, tapetes de flores; além disso, o te-déum na matriz, cujo dia e hora seriam definidos pelo próprio imperador.[92] E novos elementos da cultura local foram se inserindo e tomando espaço nos rituais dos festejos que homenageavam o monarca: arcos de verdura ornando as estradas, rústicos instrumentos musicais, trovas...[93]

Estação de trem, Marc Ferrez, 1883. Era chic aguardar a chegada do trem. MIP

Em Petrópolis, como em São Cristóvão, a vida privada e a vida

pública do imperador são tenuamente demarcadas. Na própria arquitetura do Palácio, a vida pública merece lugar de destaque, com os belos salões no andar térreo para receber os senadores e os diplomatas em cerimônias requintadas. O que era bem prático, pois os estrangeiros logo passaram a ter suas casas na cidade da serra, distanciando-se assim dos incômodos que a populosa cidade à beira-mar lhes causava. Novos rituais se inauguram: o monarca, sempre de casaca e com as insígnias do Cruzeiro e do Tosão de Ouro, acompanhado pelo camareiro ou por algum criado vestido em libré, aparece aos olhos da cidade em seus passeios a pé, suas idas à estação, em visitas às escolas e, já mais velho, indo às duchas. Atos de natureza pública adquirem um caráter de realização pessoal do imperador, e a recíproca também é verdadeira. Como núcleo simbólico da sociedade, o monarca Pedro II faz de seus hábitos os de sua corte, influenciando em movimento centrífugo a todos que novamente para ele convergiam em busca de prestígio e fortalecimento político.

Na "cidade de Pedro" vão pipocando finos hotéis, teatros, restaurantes, cervejarias, confeitarias, bilhares, cabeleireiros e barbeiros, hospital, sociedades de música, igreja e capelas, comércio elegante, casa de banhos e duchas, bons colégios, palacetes. Fábricas de boas cervejas e de tecidos se desenvolvem com vigor.

Em fevereiro de 1859, o jornal O Paraíba registrou: "Petrópolis anima-se. A emigração da corte aumenta dia a dia; as casas alugam-se, os hotéis enchem-se, e os divertimentos se sucedem como as trovoadas, e os carros se cruzam como raios. Há bailes populares, saraus burgueses, saraus aristocráticos, cavalinhos artificiais, jogos de argolinha, há jantares, há missa todos os domingos e dias santos, representa-se, canta-se e dança-se no teatro, fazem-se e pagam-se visitas, há enfim jornais para ler, jornais para rir e caricaturas que enojam".[94] Já o Mercantil, mais analítico, mostra com quantas andorinhas se fazia um verão: "É em pleno verão, janeiro ou fevereiro, que Petrópolis ostenta todo o seu esplendor: mas o que assinala a estação não é a folhinha, não é o calor, não é o giro do sol ou da terra; é a vinda da família imperial. Para os cortesãos, para os ricos ociosos, para o que se chama o bom-tom, o imperador é o termômetro.

Enquanto se conserva em São Cristóvão, ninguém das classes mencionadas sente vontade de emigrar: mas logo sua majestade imperial sobe, o calor lá embaixo se torna insuportável, e as andorinhas se desprendem o vôo".[95]

Em tudo Petrópolis pretendia-se elegante e civilizada. Para a mais fina sociedade, aquela que compartilhava com o imperador as festas e saraus, não faltava nada. Bailes, companhias francesas de comédia, teatro nacional, concertos musicais e recitais, conferências, variedades: d. Pedro era assíduo freqüentador de todos os eventos, apesar de permanecer neles durante pouco tempo. Até prado de corridas havia naquelas regiões montanhosas, para ninguém perder o chic e emocionante hábito. E eram quatro: o Jockey Club de Petrópolis, desde 1857, numa planície próxima à raiz da serra; o Hipódromo de Petrópolis, em Itaipava; o Prado Vila Teresa, numa pequena planície no alto da serra, e o Derby Club, em Correas.

Serviços de água, gás e esgotos não poderiam faltar à moderna cidade, e um contrato para o estabelecimento desses serviços foi assinado em 1888. Daí a orgulhosa quadrinha:

Tem cavalo de corridas
E, portanto, um prado tem;
Vai ter gás, vai ter esgotos
E água muita também.[96]

E, claro, havia as recepções semanais da "festeira" princesa Isabel e de seu marido, o conde D'Eu, que representavam uma extensão, um "braço" do imperador em suas atividades de monarca, em suas relações com a corte. A princesa, sempre ciosa de suas ocupações palacianas, seguia a moda à risca, e tratou logo de construir um pavilhão, todo em cristal, cuja estrutura de ferro foi encomendada e importada da França: ali deveriam realizar-se exposições de horticultura, a primeira em 1875. A idéia não agradou a todos, pois no local onde foi montado o pavilhão existia um esplêndido jardim, o passeio público, que teve de ser desativado. Mas os esforços para uma bela exibição de modernidade associavam-se ao fortalecimento da imagem da família imperial. Afinal, "o Palácio de Cristal", uma imitação da imponente construção inglesa, especialmente erguida para

a abertura da primeira Exposição Universal em 1851, era uma representação direta das aspirações do reino.

Palácio de Cristal de Petrópolis, cuja estrutura
foi toda importada da França, em foto recente. MIP

Os meetings diários na estação para aguardar a chegada do trem, passeios pelas estradas e ruas entre as chácaras, as exposições e bailes no Palácio de Cristal e visitas ao Hotel Orléans representavam momentos de convivência do imperador e dos príncipes com a elite carioca. Além disso, o

cotidiano matutino da família real era desvendado com mais facilidade: a princesa com seu cab, o conde D'Eu montado em seu cavalo puro-sangue, ou a carruagem imperial com poucos viadores de serviço e uma dama da imperatriz.[97] Petrópolis representava, portanto, uma outra corte: repleta das atividades sociais, mas onde a distância do rei era atenuada por seu dia-a-dia um pouco menos marcado por uma agenda de compromissos e rituais oficiais.

Fechemos este capítulo. Foi Norbert Elias, em seu estudo precursor sobre a sociedade da corte na França de Luís XIV — modelo bem-acabado da monarquia absolutista —, quem destacou a importância das residências dos representantes da nobreza e do palácio do rei como fontes para se compreender aquela sociedade. Na lógica dos cômodos e das despesas, na sociedade que circunda o rei, na arquitetura portentosa, vemos a afirmação simbólica do monarca.

No Brasil não se deixou por menos: os palácios do imperador desdobravam-se, seguindo o padrão português de construir vários paços, e seus estilos suntuosos sobressaíam nas pinturas da época. No entanto, o luxo estava mais no seu exterior do que no seu interior; outra característica que lembrava o pequeno espaço reservado à privacidade dos monarcas. Se isso tudo é verdade, é fato, também, que o Brasil não era a França — por mais que se desejasse —, e a corte de d. Pedro não foi exatamente Versalhes. Afinal, uma rápida olhada no grupo doméstico de empregados que trabalhavam para a família imperial serviria para convencer — qualquer transeunte — de como eram negros-escravos que executavam o trabalho manual no Brasil. A civilização que d. Pedro II e sua corte almejavam era, portanto, uma exceção dentro de seu grande Império. Um modelo talvez; uma idealização, quem sabe. De toda forma, os palácios compunham o cenário da realeza local. Assim como não há monarca sem corte, não há rei sem palácios. Estes são parte fundamental desse processo de construção da figura pública. Devem ser, dessa forma, "memoráveis"; assim como tudo o que cerca o imperador e que cuida de sua "memória": sua vida, sua morada, sua literatura e seus rituais.

EXPOSIÇÃO D'HORTICULTURA DE PETROPOLIS
SOB A PROTECÇÃO
DA
AUGUSTISSIMA FAMILIA IMPERIAL
E
SENHORAS DE PETROPOLIS

Exposição de Horticultura de Petrópolis, 2/2/1875. MMP

10

O IMPÉRIO DAS FESTAS

E AS FESTAS DO IMPÉRIO

Festas populares Carlos Julião, 1795. FBN

Escrito em co-autoria com

Valéria Mendonça de Macedo

O Brasil do século XIX, excluindo-se a primeira e a última década, conviveu intensamente com a realeza. De 1808 a 1889 os brasileiros acostumaram-se a ter um rei à frente da cena política. Mas se d. João, d. Pedro I, d. Pedro II e a princesa Isabel — esta, quando da ausência de seu pai — ocuparam o espaço formal do mando executivo, no dia-a-dia interagiram com outros reis e rainhas. Estamos falando de uma série de personagens que lideravam as festas populares e que, provenientes de reinos distantes — presentes na memória dos escravos africanos ou nas lembranças dos saudosos colonos portugueses —, povoaram o nosso assoberbado calendário de festas. Oriundo de tradições diversas e de cosmologias particulares, esse puzzle ritual fez do Brasil o país das festas, o depositário de um arsenal de símbolos, costumes e valores. Contudo, mais do que isso, tal qual um caleidoscópio, essas tradições não foram apenas se reproduzindo, como o movimento rotineiro de um motor. Ao contrário, dinamicamente, acabaram por criar festas próprias e leituras originais de um material que lhes era anterior. Nesses rituais, teatralizava-se um grande jogo simbólico e, entre outros figurantes, a realeza era personagem freqüente, porém não sempre principal.

O que se procurará entender, portanto, é a presença de "várias realezas" nas festas brasileiras com base no relato de viajantes, folcloristas e de meros curiosos que, por motivos de ordem diversa, presenciaram e descreveram festas do século XIX. Tais relatos revelam a existência de um rico imaginário acerca da realeza, que não se resumia aos acontecimentos que d. João, seu filho e seu neto mandavam festejar.

Dessa maneira, se as elites e o sistema monárquico tinham outros mecanismos para divulgar o Império brasileiro, era por meio das festas que se chegava a uma "realeza mística". Nesse caso, quando os monarcas não compareciam em pessoa, carregava-se o seu retrato ou qualquer outra representação; não importa. Na verdade, estamos falando de uma realeza retraduzida pelo imaginário popular, às vezes distante e destacada da imagem do "rei", como representante máximo de um sistema de governo,

ou de sua constante produção pelas elites cariocas. Aí impera uma outra lógica, cuja estrutura remonta ao período colonial e permite uma tradução diversa da mesma monarquia.

Ou seja, ao lado de um calendário de datas cívicas, como que na "moleza do costume", organizou-se uma agenda de festas populares, também celebradas pelos reis e pelos "grandes do Império". Nelas, temos um resumo de como interagiam diferentes "cabeças coroadas": reis reais ao lado de reis imaginados. Nas festas cívicas e nos aniversários oficiais eram os reis portugueses e o primeiro monarca nascido no Brasil que regiam a harmonia do ritual; nas demais procissões de rua, entretanto, eram os imperadores do Divino e outras figuras do imaginário popular que tomavam a cena, mesmo que de forma breve e passageira.

D. Pedro II, talvez por ter reinado durante mais tempo ou em virtude de ter participado pessoalmente dos eventos citados, aparece com muita freqüência nos relatos que o descrevem como parte integrante desses acontecimentos. Na pena interessada e às vezes indignada de uma série de viajantes europeus e norte-americanos que estiveram no Brasil no século XIX — os quais, influenciados por uma visão católica e sobretudo protestante, criticaram os "rituais misturados" que observavam — ou aos olhos de alguns folcloristas, esse monarca é presença cativa.

Eram muitas as ocasiões em que as realezas se encontravam. Em primeiro lugar, nas aparições públicas, nos cortejos reais, procissões e festas cívicas — como a coroação, as comemorações do dia da Independência, ou da Maioridade, de aniversários ou de falecimentos. Nesses momentos a população se acercava do monarca, assistindo aos cortejos e trocando acenos.

Por outro lado, nas demais festas e procissões populares — como o dia de Reis e a festa do Divino, as cavalhadas, congadas e batuques, o entrado ou o Carnaval — outros reis ou rainhas, em meio a enredos religiosos, contavam histórias diferentes desta terra, de sua população e de seu destino.

Além disso, examinando os registros das cerimônias de coroação de reis negros, eleitos entre os escravos, percebe-se a coexistência entre

monarcas, como se a festa suspendesse por algumas horas o conflito e congregasse autoridades de ordens diferentes: padres e mães-de-santo, senhores de escravos e seus cativos. Chamadas por Gilberto Freyre de "catolicismo adocicado",[1] relações se reinventavam nesses espaços, em um ambiente, por certo, marcado pela violência e pela diferença. Tendo a festa vários donos, estabeleciam-se, nesses momentos, relações um tanto difusas entre o distante continente africano, os reis locais e a Coroa portuguesa.

Existe ainda o transplante de cultos sebastianistas para terras brasileiras no século XIX. Tradição portuguesa e européia, oral e escrita do século XVI, a mística teria origem na conturbada trajetória de d. Sebastião, o Desejado, e no trágico fim de seu remado na batalha de Alcácer Quibir. Mais do que sua história pessoal, o que há de especialmente relevante nessa personagem é como, a despeito de seu "desaparecimento desonroso", a figura de d. Sebastião encarnou e reapropriou a si o mito do "encoberto", a crença no retorno de um rei salvador que traria de volta para Portugal sua antiga posição no cenário internacional. Nas leituras tardias de Bandarra — o sapateiro Gonçalo Annes Bandarra —, na obra de Vieira, que predizia o Quinto Império, nos falsos reis, retornava-se sempre ao "reino do desejado".[2] Por estranhos caminhos e por ser depositário de muitas crenças, d. Pedro II era não só um monarca de origem portuguesa como uma espécie de imperador do Divino e, talvez, a esperança de consagração do III Milênio, prevista por Vieira em História do futuro (1718).

D. Pedro II estava envolto, portanto, por "muitas realezas". Nesse país das festas fica difícil encontrar apenas uma leitura vitoriosa, esteja ela nas procissões e folias, nos paços imperiais, ou "no fundo do mar", como d. Sebastião.

O IMPÉRIO DOS VIAJANTES: "CATÓLICOS E PROTESTANTES NA TERRA DO SOL"

Os viajantes constituem uma fonte de informação fundamental para

se entender as festas do Império, em vista, muitas vezes, da ausência de registros escritos da população majoritariamente iletrada. Boa parte deles, mais interessados em entender a flora e a fauna, deparavam-se, porém, com o estranho fenômeno dos homens.

No entanto, se os indígenas chamaram atenção de início, em razão do canibalismo e da poligamia, a partir do século XIX é o caráter mestiço de nossa população que mais desperta curiosidade.[3] Tratava-se, contudo, não apenas de uma população biologicamente misturada; eram também mestiçados os costumes e a religião. Onde começava o culto cristão e onde terminava a festa popular: eis uma questão difícil de entender, sobretudo para aquele que, recém-chegado à terra, ainda apanhava para se habituar ao clima e à língua.

Por outro lado, boa parte dos viajantes provinha de culturas protestantes e/ou germânicas, distantes de tal "universo cruzado". Nesse sentido, o diálogo da herança ibérica com a cultura africana e indígena resultará numa configuração diversa e afastada dos modelos comedidos, ascéticos e racionalistas, que, por certo, serviam de inspiração para esses cientistas estrangeiros.

Se, como diz o antropólogo C. Geertz,[4] para compreender uma cultura é preciso adentrar sua teia de significados, a ponto de poder distinguir uma piscadela maliciosa de um simples fechar de pálpebras, talvez sejamos obrigados a desconfiar das pistas viciadas que esses viajantes possam ter deixado. Analisam o que vêem utilizando seus próprios referenciais valorativos, muitas vezes sem procurar compreender o significado particular que possam ter tais manifestações populares. Dessa forma, o que se ganha na descrição das festas, perde-se na interpretação, ou ao menos em sua leitura no interior do universo cultural brasileiro. No entanto, essa mesma relação de estranhamento ajuda a distinguir certos elementos que de tão familiares parecem até "naturais".

Os viajantes são, porém, muitos, e diferentes os contextos em que estiveram no país. No dia 7 de dezembro de 1809, o inglês Henry Koster aportou em Recife.[5] Nessa época, o Brasil sofria rápidas e profundas

transformações em razão da chegada de d. João e da corte portuguesa ao Brasil. Koster acompanhou de perto tais mudanças, ao mesmo tempo que ridicularizava a incorporação de alguns costumes europeus, pouco adequados ao Brasil. O viajante também se revelou um crítico feroz do regime escravocrata, sem deixar de admirar a beleza dos brasileiros, e sobretudo da mestiçagem: "É entre as mulheres de cor que se podem fixar as mais belas, com mais vida e espírito, maior atividade de espírito e de corpo, mais adaptadas ao clima. Os mestiços parecem ser os verdadeiros habitantes do país. As feições são boas, e a cor, mesmo quando é desagradável nos climas europeus, não parece má nesse ambiente, mas o padrão da idéia de beleza, segundo as convenções da Europa, os mais lindos espécimens de forma humana, tenho-os visto entre as mulatas".[6]

Bastante diversa é a posição de Spix e Martius. Os dois naturalistas alemães vieram ao Brasil, juntamente com outros cientistas, contratados pelo imperador Francisco I, pai da arquiduquesa d. Leopoldina, que na época se preparava para casar com o herdeiro da Coroa portuguesa: d. Pedro de Alcântara. Permaneceram no país de 1817 a 1820, período em que percorreram muitas províncias brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Amazonas. A maior parte de suas observações dizem respeito à vegetação. Contudo, não lhes escapam os costumes do povo: as danças negras, as festas religiosas, procissões e, entre outros, os ritos sebastianistas.[7] Em vários momentos de sua obra, o Brasil aparece como um país novo mas que em seu curto tempo de existência incorporou elementos de diversas culturas, os quais aqui coexistiriam de maneira insólita: "Que é que poderá trazer o quarto século para um país, que em apenas três pôde assimilar todas as orientações e graus de civilização, pelas quais o gênio da humanidade conduziu o Velho Mundo durante milênios?".[8]

No entanto, apesar das análises negativas, e da aceitação das teses de detração de Corneille de Pauw,[9] esses naturalistas se mostram otimistas em relação ao futuro brasileiro. Foi pelo menos essa a versão que deram quando se hospedaram em Minas Gerais na casa de um sebastianista convicto: "O Sr. Inocêncio procura sorte no Brasil;

asseguramos-lhe, embora não esperando por D. Sebastião, compartilhar a mesma certeza de que o Brasil ainda estava em caminho para a sua melhor florescência".[10]

Se alguns viajantes vinham para cá com objetivos previamente definidos, outros procuravam por um propósito logo ao desembarcar. Esse é o caso de Carl Seidler, que chegou ao Brasil em 1825 sem alardeadas pretensões científicas ou intelectuais. Foi assim que acabou permanecendo no país durante dez anos e tornando-se oficial do Exército imperial. Seus comentários a respeito da sociedade brasileira e de d. Pedro I são bastante depreciativos. O viajante nutria grande antipatia pelo primeiro monarca, tendo-o apelidado de Pedro Napoleão e Imperial Pequeno Polegar,[11] por causa de seu caráter despótico. Criticava igualmente a falta de virtude das mulheres brasileiras (caracterizando-as como "fáceis") e a religiosidade do povo, que impregnava as cerimônias religiosas de "vícios", como a bebida e a sensualidade. Considerava o mulato um "remendo da natureza" e se incomodava com sua presença na vida cultural da elite brasileira, já que os músicos e atores do Teatro Imperial descenderiam em sua maioria de africanos.

Motivos religiosos também serviam de justificativa para a aventura da viagem. É o caso de Daniel Parish Kidder, um reverendo norte-americano que permaneceu no país de 1836 até 1842 e, na qualidade de missionário metodista, foi considerado o pioneiro do protestantismo no Brasil. Sua estadia corresponde, portanto, ao conturbado período das Regências, que termina um ano antes da partida de Kidder, quando ocorre o golpe da Maioridade. Assim como acontecia com a maioria dos viajantes, o que mais constrangia o reverendo Kidder era a escravidão e a falta de decoro nas cerimônias religiosas.

Amigo de Kidder, o reverendo Fletcher chegou ao país, numa missão evangélica, em 1851 e permaneceu até 1865. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde conviveu com d. Pedro II. Para escrever O Brasil e os brasileiros (1857) incorporou partes do livro de Kidder (Reminiscências de viagens e permanências no Brasil, 1845), mas a falta de referências corretas a esse autor torna difícil discriminar quando

começam as descrições de um de quando terminam os comentários do outro. Fletcher presenciou o que poderíamos chamar de "período áureo" do Império, quando o Brasil gozava de boa estabilidade política e econômica e era bastante popular. Não é à toa que, contaminado pelo ambiente, o religioso não poupa elogios ao monarca brasileiro, reverenciando sua "tolerância religiosa,[12] sua bondade para com a população".

Também por curiosidade profissional enfrentavam-se as agruras de um "país selvagem". Esse é o caso do médico Robert Avé-Lallemant, que percorreu o Nordeste brasileiro no ano de 1859. Esteve, portanto, no país na mesma época que Fletcher, só que percorreu as províncias do Nordeste em vez de ficar na corte. Em Viagens pelas províncias da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe (1859), vemos o que a beleza e a sensualidade das negras e mulatas causaram na mente desse profissional, que nesses momentos com certeza esquecia seus apuros científicos.

No mesmo período, o príncipe Ferdinando Maximiliano de Habsburgo, primo de d. Pedro II, visitou a Bahia. Pouco simpatizou com os brasileiros, e seus comentários — em Bahia 1860 — Esboços de viagem (1861) —, além de bastante espirituosos, não escondem uma grande curiosidade e até aversão pelos costumes locais.[13]

Por fim, não faltaram os jornalistas, como Carl von Koseritz, um alemão que morou durante 32 anos no sul do Brasil. Em seu livro Imagens do Brasil, Koseritz apresenta uma coletânea das matérias que publicou na imprensa brasileira em 1883, ano em que permaneceu no Rio de Janeiro e teve oportunidade de se encontrar várias vezes com d. Pedro II. É curioso comparar seus comentários a respeito das aparições públicas do imperador e de sua aceitação popular com os de Fletcher. Enquanto este último não se cansava de exaltar o luxo e a pompa do palácio e dos cortejos reais, Koseritz traça um quadro caricatural e decadente da corte e de d. Pedro II. Descreve-o como um homem humilde e bondoso mas que perdera a majestade ao se descuidar da manutenção e da aparência de seus palácios, trajes e carruagens. Segundo Koseritz, a falta de etiqueta fazia de d. Pedro um imperador quase indiferente a seu povo, que sentia falta do antigo brilho da corte. A distância de trinta anos entre os textos revelava marcas

profundas na monarquia. Para além das simpatias pessoais, os viajantes acompanhavam a própria decadência do Império e o fim de seus rituais, que já não encantam.

Mas se os viajantes variavam muito em seus propósitos, interpretações e prognósticos, em alguns aspectos concordavam: o fascínio pela natureza, a aversão ao regime escravocrata e a indignação contra os rituais religiosos. Aí as condenações eram quase unânimes. Além de se afastar da "pureza." das celebrações religiosas européias, esses rituais promoviam, aos olhos dos viajantes, uma mistura extremada de grupos e de "raças" (para usar um termo que lhes era comum) totalmente inaceitável. Se todos esses rituais, populares e coloridos, eram um tanto exóticos para os estrangeiros, o que dizer da participação do imperador e da corte em tais festejos? Nesse caso, as condenações eram severas, já que parecia impossível conceber a mistura das velhas tradições dos Habsburgo com as "crendices" de africanos e mulatos.

AS FESTAS DO IMPÉRIO

> O Estado ia buscar a sua força, que era deveras real, às suas energias imaginativas, à sua capacidade semiótica de fazer com que a desigualdade encantasse.
>
> Clifford Geertz

Geertz, ao estudar o "Estado-teatro" em Bali no século XIX, nos ajuda a pensar a própria monarquia brasileira. Com essa "capacidade semiótica" de fazer com que a "desigualdade encantasse", por meio das cerimônias públicas — em cortejos ou à frente das procissões, usando seus trajes de gala —, a monarquia transformava suas aparições em espetáculos, pelo menos até os anos 70. Os motivos eram variados — natalícios, feitos históricos, festas religiosas oficiais —, mas em todos montava-se a mesma maquinaria do espetáculo, que transformava realidade em representação.

Mas essa não é propriamente uma "invenção" local. Na verdade, tanto os portugueses como os africanos, em seus países de origem, tinham o costume de assistir a cortejos reais e procissões. No caso de algumas nações africanas, eram comuns, desde o século XVIII, as cerimônias de coroação de reis locais, isso sem falar dos reis e rainhas das congadas, chegan̂cas e do maracatu. Quanto aos portugueses e seus descendentes, além de habituados às procissões, conheciam as cavalhadas, uma festa bastante difundida em que cavaleiros medievais — divididos em cristãos e mouros, sob o comando do "imperador Carlos Magno" — desfilavam e realizavam jogos eqüestres e lutas simuladas.

Com tantas heranças, e havendo monarcas "de verdade" morando no país, no século XIX, os cortejos reais alcançam grande popularidade. Nesses momentos, vários grupos sociais compartilhavam o espaço das ruas e muniam-se de diferentes formas de manifestação cultural com um intuito comum: homenagear o imperador. Espaço privilegiado para a construção de uma representação da monarquia, as festas transformavam-se em instrumentos estratégicos na afirmação quase diária da realeza.

Por ter ficado mais tempo no poder, d. Pedro II foi o monarca brasileiro que teve maior participação nesses eventos. Desde criança, com a renúncia de seu pai, Pedro II se tornou, enquanto representação, uma mistura de "pequeno d. Sebastião com imperador do Divino", e com isso um monarca divino mas brasileiro, que encarnava as esperanças do povo. Seidler estava no Rio de Janeiro na ocasião da renúncia de d. Pedro I e dos vivas a d. Pedro II:

> Fogos de vista, iluminações, em suma festejos de toda espécie transformaram de repente no mais puro azul etéreo o céu político até então toldado e prenhe de temporal. Sonhavam os brasileiros com um futuro feliz, que julgavam próximo, entretanto estava longe [...] Ébrios de vitória, tontos de alegria, como das libações alcoólicas raiando pela loucura, contavam uns aos outros coisas do heroísmo brasileiro, do amor à liberdade e do "espírito nacional que atingia as estrelas". Não havia na terra povo mais enérgico, mais grandioso; todo mulato esfarrapado imaginava que era príncipe, porque a seu

> ver o nobilitava o seu "eu sou brasileiro verdadeiro", que pronunciava com orgulho [...] Paradas, nas quais fazia parte a guarda nacional recém-criada, procissões, bailes, representações e festejos de toda espécie foram realizados e nessas ocasiões também se exibia, como interessante bonequinha, o pequeno imperador. Costumava então o Sr. tutor ir à esquerda, o regente à direita e esses dois inimigos jurados levam no meio a criancinha sobrecarregada de estrelinhas e brilhantes [...] De cada vez ajuntavam-se milhares de negros e mulatos e faziam ouvir em choro inarmônico o seu "Viva D. Pedro II".[14]

Nessas paradas e procissões como que se uniam ideários e lógicas diversas. De um lado a elite, representada pela figura do tutor e do regente, circunda o pequeno rei, fazendo dele uma espécie de "fantoche reluzente". De outro, a população nas ruas, tomada pela grandiosidade do espetáculo, vê no jovem rei o motivo místico das procissões que se seguem há quase quatro séculos: "a criancinha sobrecarregada de estrelas e brilhantes". "Todo mulato", o povo surge nas descrições "esfarrapado", basicamente africano, mas orgulhoso com seu novo monarca.

Durante a Regência, Kidder assistiu às comemorações do aniversário de d. Pedro II na Bahia:

> Apresentavam-se os baianos para celebrar, a 2 de Dezembro, o aniversário do jovem Imperador. Essa data destaca-se de maneira especial entre os "dias de grande gala" ou feriados nacionais. São em número de seis as datas cívicas comemoradas no Brasil. Inicialmente temos o dia 1° de Janeiro, em que Sua Majestade recebe os cumprimentos do estilo. A 25 de Março celebram os brasileiros a promulgação da constituição. A 7 de Abril, passa-se o aniversário da ascensão do Imperador ao trono. A 3 de Maio, tem lugar a cerimônia da abertura da Assembléia Nacional. Sete de Setembro é o aniversário da proclamação da independência. E, finalmente, o último rol é o dia 2 de Dezembro, natalício do Imperador. Em todos esses dias, exceto a 3 de Maio, Sua Majestade dá recepção em palácio. Os presidentes das Províncias, como

> representantes especiais da Coroa, seguem o exemplo do Soberano, com idênticas solenidades nas diversas capitais provinciais, com a diferença, porém, que essas autoridades não recebem as honras imperiais, como se tributadas às suas pessoas. O lugar de honra, na sala do cortejo, é invariavelmente ocupado por um retrato de Sua Majestade [...] Além do cortejo costumeiro, as festas se prolongariam por três dias consecutivos, havendo, ainda, iluminação durante três noites. No primeiro dia haveria solene "Te-Déum", com sermão; no segundo, um baile oficial em palácio, e, no terceiro, uma exibição sem precedentes, de fogos de artifício no Morro da Vitória e no Campo de São Pedro [...] Em outro lugar, sobre uma eminência a cavaleiro do oceano e da baía, construíram um pavilhão em estilo de templo grego. À frente dessa armação, sustentado pelas colunas principais, colocaram um grande retrato de Sua Majestade que naquele dia completava quatorze anos. Nos salões desse "palacete", havia bandas de música cercadas por numerosas senhoras e pelos dignitários da província. O retrato do Imperador permaneceu coberto por uma cortina até o momento em que o presidente, chegando, puxou o dossel e ergueu repetidos vivas à sua Majestade, à Família Imperial, à nação brasileira e ao povo da Bahia; vivas esses que eram seguidos de ruidosas aclamações do povo enquanto que milhares de rojões riscavam o firmamento num ruidoso pipoquear.[15]

Dessa maneira, a cada 2 de dezembro a memória do imperador — marcada com a lembrança de seu aniversário — se multiplicava pelo país afora. Mas, como o rei não pode dividir sua presença, na corte recebia os cumprimentos em pessoa, e nas outras províncias, são os presidentes, como representantes especiais da Coroa, que tomam seu lugar, sem, é claro, fazer jus às honras especiais. Nesse caso "vai o retrato": na frente dos salões, nas procissões e em grandes estandartes. Junto com ele, segue uma simbologia mais profunda que alia a figura de d. Pedro II à religiosidade e sacralidade que a situação permite.

Por outro lado, além de personificar a esperança de ver surgir no Brasil o grande Império perdido por Portugal, d. Pedro tinha em comum com

d. Sebastião o fato de ambos terem sido ungidos e sagrados na cerimônia de coroação. Na verdade, a unção e sagração dos reis portugueses deixara de ser um costume desde d. Sebastião. Havia séculos a cerimônia caíra em desuso, sendo os reis da dinastia Bragança, por exemplo, apenas aclamados. Mas, com a independência do Brasil, a ex-colônia tirava do mofo o costume, e como vimos não só d. Pedro I como seu filho recuperam o ritual e o transformam em cerimônia pública, para delírio da população:

> Já D. Pedro I, inaugurando um novo Império, entendeu de boa política cercar a sua investidura das cerimônias religiosas que proclamavam o direito divino, e restaurou a tradição medieval da sagração. Realizou-se esta na catedral, a 1° de dezembro de 1822, com um pomposo e longo cerimonial, demasiado extenso para ser aqui descrito. A coroa lhe foi posta sobre a fronte pelo bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho. Revestido das insígnias imperiais, o manto, a coroa, o gládio e o cetro, assistiu D. Pedro à missa, prestou juramento, comungou e ouviu o Te-Déum. Vindo de São Cristóvão, acompanhado por d. Leopoldina e as personagens da Corte, dirigiu-se d. Pedro, de carruagem, para o campo. E de registrar-se que, como expressão simbólica, os estribeiros que davam guarda à sege haviam sido escolhidos: um branco, um índio, um pardo e um preto, em vistosos uniformes [...] Idêntica cerimônia, ainda com maior pompa e luxo, repetiu-se em 18 de julho de 1841, para a unção, sagração e coroação de D. Pedro II [...] Foram sempre essas cerimônias celebradas com imensa assistência do povo. No âmbito da catedral apenas penetravam, enchendo-a à cunha, a família imperial, as autoridades, as personalidades da nobreza, as representações diplomáticas, as câmaras, os notáveis. A massa popular compacta derramava-se pela praça e suas adjacências, nos espaços deixados livres pela tropa em formatura. Após as solenidades oficiais, seguiam-se, por toda a cidade engalanada, festejos populares coroados à noite por exibições de fogos de artifício nas praças. A suntuosidade dessas festas de coroação deixou, por longos anos, fundos traços gravados na memória dos contemporâneos.[16]

É digno de nota o fato de estarem todas "as raças" representadas no cortejo de d. Pedro I. No caso, sendo "um branco, um índio, um pardo e um preto", estariam presentes antes as categorias fundantes: quatro e não três.

Kidder encontrava-se no Rio de Janeiro na ocasião da coroação de d. Pedro II e narra como toda a cidade estava mobilizada diante de tão imponente acontecimento:

> Assim, por mais dois meses a esperada cerimônia da coroação continuou sendo o assunto principal de todas as conversas e o objetivo dos preparativos a que todos se entregavam afanosamente, desde o Imperador e as princesas, até os escravos descalços. Finalmente, a 18 de Julho de 1841, realizou-se o acontecimento tão ansiosamente esperado. A pompa da cerimônia excedeu às mais ousadas expectativas. O esplendor do dia; os milhares de pessoas, inclusive estrangeiros, que apinhavam as ruas; as magníficas e custosas decorações dos logradouros públicos e das casas; os arcos de triunfo; as bandas de música e as salvas de artilharia; a perfeita ordem e a tranqüilidade que reinavam em todos os cortejos e cerimônias públicas daquele dia, bem como quase tudo o mais que se poderia imaginar ou desejar, parecia concorrer para que as festividades fossem das mais memoráveis celebradas em terras do Novo Mundo [...] À noite a iluminação foi das mais deslumbrantes e as celebrações se prolongaram por nove dias consecutivos. Se é que pompa e exterioridades podem assegurar a estabilidade do governo e o respeito à coroa, tudo se fez pelo Brasil naquele dia, dentro dos recursos disponíveis [...] Considerou-se da mais alta importância cercar o trono de um esplendor tal que para sempre refulgisse aos olhos do povo. Pode-se, entretanto, conjeturar se em lugar de robustecer o sentimento cívico do povo essa política não teria dado lugar a uma predileção mórbida pelas cerimônias pomposas, que só seria satisfeita com a sua freqüente repetição.[17]

Apesar de criticar a estrutura do ritual, Kidder é o primeiro a destacar (não sem certa ironia) o poder "que a pompa e a exterioridade"

tem para a estabilidade do poder representado pela figura esplendorosa do trono. A mesma crítica de Kidder ao que diz ser a "predileção mórbida pelas cerimônias pomposas" é reiterada na descrição da comemoração do aniversário da Independência do Brasil: "Passamos no Recife o dia 7 de Setembro, data em que se comemora a passagem do aniversário da Independência brasileira [...] Houve também parada militar. Nessa ocasião nos convencemos de vez de que as comemorações cívicas não visam à melhoria do espírito público nem de sua moral. O que todos desejam é ver e serem vistos".[18]

Enfim, as grandes datas cívicas se ajustavam ao formato dos cortejos populares e ganhavam novos adornos e leituras, em virtude de seu apelo teatral: na lógica do "ver e ser visto" reconstroem um rei mítico, próximo do imaginário local. Koseritz é outro viajante que anos depois, na década de 80, assistiu a uma comemoração da Independência:

> Ontem [7/9/1883] foi a grande data nacional, o dia da independência do jugo português [...] nos metemos no bonde à noite e fomos aos bairros populares, para ver a festa do povo no largo do Rossio e gozar a iluminação da cidade [...] Recebeu-nos um mar de luzes, pois ali todas as casas da praça estavam iluminadas, e o jardim, que cerca a estátua de Pedro I, brilhava no clarão de milhares de bicos de gás. Uma formidável massa humana enchia a praça e eu não compreendi realmente o que toda essa gente fazia ali, pois além da iluminação não havia absolutamente nada a não ser a música que tocava nos dois coretos [...] Mas lá do alto escuro o fundador do Império olhava embaixo o mar de luzes e a multidão em movimento [...][19]

Não se tratava, portanto, de uma homenagem ao imperador d. Pedro I — havia muito deposto —, mesmo porque sua estátua estava imersa na escuridão. A data era quase um pretexto para a festa, a fundação do Império brasileiro era um motivo nobre para justificar a comemoração.

Fletcher, que viveu no Rio de Janeiro durante o período da maturidade do imperador, presenciou festividades cívicas e religiosas em

que d. Pedro esteve presente. A festa da Glória, na descrição do reverendo, tem como principal atração o cortejo imperial:

> [...] Anunciam a chegada da comitiva Imperial, que, quando o tempo o permite, deixam as suas carruagens no começo da ladeira e lentamente a sobem até o alto da igreja. A ladeira foi previamente coberta de flores e de folhas de canela silvestre [...] Em certas ocasiões, bandos de crianças, vestidas de branco, dos diferentes pensionatos, estão esperando, no alto do morro, para beijar as mãos de Suas Majestades. É o mais lindo número do espetáculo — o Imperador, com sua estatura majestosa, e a Imperatriz, com seu sorriso amável, passando lentamente pelas fileiras de meninas, que, com os olhinhos brilhando, não deixam de fazer idéia da parte importante que estão representando.[20]

A festa da Glória é nesse sentido exemplar. Parte oficial na agenda do Paço, nessa festa o povo "toca no rei" como se universos distintos, de fato, nesses poucos momentos, se "tocassem": o rei de dinastia e o rei do imaginário.

Em meio à população, e como um adorno, o imperador e a imperatriz são parte integrante do cortejo. No carregado calendário das festas oficiais, a família imperial tinha seu lugar cativo. Em janeiro era o "ano bom" e o "dia do Fico"; em fevereiro, "falecimento de d. Maria Amélia" (irmã de S. M. o imperador); em março, "o juramento da Constituição"; maio era o mês de aniversário do irmão da imperatriz; julho era o mês de aniversário da sra. d. Leopoldina, "natalício da princesa imperial sra. d. Isabel" e aniversário da sagração do imperador; agosto, aniversário da princesa de Joinville; setembro, casamento de Suas Majestades imperiais e Independência do Brasil; outubro, dia de Santa Teresa; novembro, aniversário de d. Maria II, e dezembro, natalício de S. M. o imperador.

Para cada ocasião uma roupa diferente, para cada data um ritual especial. Mas as festas do Império não eram exclusivamente oficiais. Ao contrário, na maior parte do ano, as festas populares enchiam de cores o Império. Nessas ocasiões é o soberano quem cede o seu lugar.

O IMPÉRIO DAS FESTAS

> "Feriados" no entender de muitos naturais do país são aqueles aos quais todos os outros dias estão subordinados. É pelo tempo das festas que a natureza produz as mais saborosas frutas e as mais lindas flores. Velhos e moços aguardam as festas com viva ansiedade. Humildes e abastados gastam, então, livremente. Os ricos estadeiam sua opulência e os pobres chegam, às vezes, a vender o seu último escravo — que aí se considera o mais indispensável de todos os haveres — para comprar roupa nova, adornos e doces para as festas [...][21]

Num país escravocrata, fortemente hierarquizado, as festas dos "brancos" ocorriam — em sua maioria — no interior dos palácios e teatros, cenário para bailes e saraus, ao passo que as festas dos "negros" se realizavam nas ruas da cidade e nas senzalas das fazendas. Enquanto nos bailes a corte se vestia à européia e transformava a escravidão numa cena quase transparente, nas festas populares as cores e adereços eram outros. Além disso, nos dias de festa religiosa vários grupos sociais convergiam para um mesmo espaço e comungavam, por meio de rituais formalmente católicos, algo além da hóstia sagrada.

É fato que as comemorações cívicas também provocavam movimento nas ruas. Contudo, em tais eventos o povo era antes espectador. Essa posição mais passiva se invertia por ocasião das procissões e festejos, quando o público se transformava em membro integrante do cortejo; membro da corte do seu santo de devoção. A mistura de pessoas, grupos e "raças" costumava chocar os estrangeiros que presenciavam tais cerimônias. Spix e Martius, por exemplo, ao assistir a uma procissão do Senhor do Bonfim na Bahia, se pronunciaram desta forma:

> Igualmente atrativos para o observador são as particularidades das diferentes classes e raças, que se manifestam, quando,

acompanhando uma procissão religiosa, passam pelas ruas da Bahia. O luxuoso préstito de numerosas irmandades de gente de todas as cores, que procuram exceder-se mutuamente com a riqueza de suas roupas, bandeiras e insígnias, alas alternadas de beneditinos, franciscanos, agostinianos, carmelitas calçados e descalços, mendicantes de Jerusalém, capuchinhos, freiras e penitentes, escondidos estes sob seus capuzes; e, além desses, as tropas portuguesas de linha, e as milícias pacíficas da capital; a gravidade e unção dos padres europeus e todo brilho do culto romano antigo, no meio do barulho selvagem de negros exaltados, e quase queria dizer meio pagãos, e cercados pelo tumulto de mulatos ágeis: tudo isso constitui um dos quadros mais importantes da vida, que o viajante possa encontrar. Como num espelho mágico, o espectador, admirado, vê passarem representantes de todas as épocas, de todos os continentes, de todos os gênios, toda a história da evolução humana, com os seus mais elevados ideais, as suas lutas, culminâncias e obstáculos; e esse espetáculo, único, que nem a própria Londres ou Paris poderiam oferecer, aumenta ainda de interesse [...][22]

Trazendo de longe a tradição das procissões, essas populações recriavam nas ruas seus "antigos reinados". Além da mistura de camadas sociais, causava estranhamento a ostentação das roupas e gestos, a sensualidade e a alegria. Supõe-se que, nesses locais, o "sentimento religioso ou cívico" passava ao largo e as comemorações se transformavam em pretexto para o exercício da sociabilidade.

É particularmente notável que todas as celebrações religiosas sejam julgadas interessantes e importantes na proporção da pompa e do esplendor que ostentam. O desejo de ter toda exibição possível é geralmente o argumento decisivo pelo qual se pede o patrocínio governamental e que se emprega em todos os apelos, para conseguir o auxílio e a liberalidade do povo.[23]

[...] Poucas pessoas parecem olhar a procissão com sentimentos elevados. Todas podem ver as mesmas imagens ou

> outras parecidas nas igrejas quando quiserem: se o propósito é de edificar o povo, uma maneira ao mesmo tempo mais eficiente e menos barulhenta poderia ser adotada. Parece haver pouca solenidade ligada a essas cenas, e é compartilhada quase só pelos pobres irmãos, que se cansam e transpiram debaixo dos andores [...] Não há classe que tome parte nessas paradas santas com mais zelo do que a gente do povo. Ficam, além disso, especialmente satisfeitas, de vez em quando, em avistar um santo de cor, uma Nossa Senhora representada em imagem que tem pele cor de azeviche.[24]

Kidder também se indigna por ver chamadas de "religiosas" algumas festas que, em seu entender, "beiram o ridículo":

> Soubemos que naquela ocasião é que se realizavam as maiores festividades religiosas do ano, na Paraíba, pois no dia 5 de Agosto celebrava-se a festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade [...] Grandes fogueiras ardiam em vários pontos do pátio. Em torno delas acotovelavam-se negros ansiosos por queimar baterias de foguetes a certos trechos dos atos litúrgicos que se realizavam na igreja. Terminava a novena, todo o povo acorria ao campo, para apreciar os fogos de artifício que se queimavam desde as nove horas até depois da meia-noite. Os que tivemos ocasião de ver eram muito malfeitos. Não obstante, o povo se pasmava e aplaudia freneticamente. Se se tratasse de divertimentos para africanos ignorantes, seriam mais compreensíveis essas funções, mas, como parte de festejos religiosos (em honra a Nossa Senhora Padroeira), celebrados em dia santificado e com a presença entusiástica de padres, monges e do povo, temos que confessar francamente que nos chocou bastante e teria sido melhor que não os tivéssemos presenciado. Uma das mais penosas impressões que colhemos foi ver famílias inteiras, inclusive senhoras e senhoritas, ao ar úmido da noite, admirando cenas que não só tocavam as raias do ridículo, mas, ainda, eram acentuadamente imorais — e dizer-se que tudo isso se fazia em nome da religião![25]

Kidder e Fletcher fornecem, mesmo que pela rejeição, elementos interessantes para se avaliar a importância das festas no Brasil. Em tais momentos, negros convertidos ao catolicismo acabam se valendo das festas e procissões religiosas para criar elementos de identificação: aderem aos rituais católicos, mas introduzem novas versões para eles. A prática de pintar os santos de negro e fazer as procissões em ambiente descontraído são pequenas pistas para entrar nesse mundo da releitura das práticas culturais.

Por outro lado, a temática religiosa está sempre presente, mobilizando escravos, seus senhores e o próprio monarca, que é o primeiro a incorporar em seu calendário oficial uma agenda de festas. Mesmo que o ritual em questão não seja explicitamente católico — como os batuques e danças de origem africana —, sua ocorrência coincidia com as festividades religiosas. Esse é o caso do dia de Reis, do Império do Divino, da festa de Nossa Senhora do Rosário e de muitas outras.

Além disso, muitas vezes as comemorações cívicas, as cerimônias de coroação e os cortejos imperiais eram também saudados com batuques e congadas, manifestações pouco previsíveis na etiqueta da corte. Enfim, era difícil separar mundos: o catolicismo dos reis portugueses misturava-se a olhos vistos com a religiosidade dos escravos africanos, e esse tipo de adesão, particular, dos negros ao catolicismo era motivo de comentário para vários viajantes, como Kidder, Fletcher e Koster:

> O negro não batizado sente que é um ser inferior e mesmo não podendo calcular o valor que os brancos dão ao batismo, deseja que o estigma que o mancha seja lavado, ansioso de ser igual aos camaradas. Os africanos há longo tempo importados estão imbuídos do sentimento católico e parecem esquecer que já tiveram eles próprios posição semelhante [...] Não são considerados como membros da sociedade mas como animais brutos, até que sejam levados em massa a confessar seus pecados e receber os sacramentos. Os escravos possuem sua Irmandade como as pessoas livres, e a ambição que empolga geralmente ao escravo é ser admitido numa dessas confrarias, e ser um dos oficiais ou

> diretores do conselho da Sociedade. Às vezes, da própria soma de dinheiro que o escravo habilidoso está reunindo para comprar sua liberdade, retira um pouco para a ornamentação de um Santo, para ser elemento de importância, como doador na associação em que figura. Os negros têm uma invocação da Virgem (eu quase diria, Uma Virgem) que lhes é particularmente votada. Nossa Senhora do Rosário é mesmo, algumas vezes, pintada com a faces e as mãos negras [...] Essas idéias mudam as lembranças dos costumes do seu país e o conduzem para o caminho de uma nova natureza, separando-o completamente das práticas de outrora.[26]

Com efeito, o "catolicismo dos negros" foi, nesse momento, caricaturado pela qualificação depreciativa dos viajantes que muitas vezes o vinculavam à devoção a Nossa Senhora do Rosário. Veneração semelhante testemunhou Kidder quando de sua visita a Maceió:

> Perto dessa casa haviam colocado, na rua, uma cadeira coberta com pano e, sobre este, uma imagem encerrada numa redoma [...] Ao pé da santa estava sentado um negro velho com um xale sobre os ombros e uma bandeja na mão. Perguntando-lhe o que tinha naquele escrínio, respondeu ele: "Nossa Senhora do Rosário". — "Que está fazendo ela?" — "Pedindo esmolas para a construção de uma igreja." Prosseguimos a conversa por mais alguns minutos e o preto teve, então, ensejo de fazer profundos elogios às miraculosas virtudes da imagem que, pelo que víamos — não pelo que ouvíamos —, pouca diferença tinha de uma boneca.[27]

Foi na Paraíba — assistindo a uma festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade — que Kidder descobriu quantos nomes tinha, no Brasil, a Virgem Maria: "Perguntávamos que santa era essa e apenas souberam nos dizer que essa Nossa Senhora é a mesma Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário e diversos outros nomes que dão à Virgem Maria! Duvidamos que a mitologia grega ou romana tivesse sido mais confusa".[28]

Dizem os relatos que o nome Rosário adviria do fato de os escravos

serem analfabetos e, não podendo ler a Bíblia, apegarem-se às contas do rosário. Lenda ou não, o fato é que não só a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é muito antiga, datando seus primeiros registros do ano de 1711 (momento que coincide com a primeira notícia oficial da nomeação de um rei do Congo no Brasil),[29] como seu reconhecimento por parte da população negra é evidente.[30] Por outro lado as grandes irmandades "brancas" — das quais os negros não podiam fazer parte — eram também bastante atuantes no Brasil, a ponto de chamar a atenção de Koster, que se espantou com o grande número de templos: "O número de igrejas, capelas e nichos de santos nas ruas, é perfeitamente absurdo. A elas são ligados uma multidão de confrarias religiosas leigas, das quais os membros são negociantes ou pertencentes ao comércio, e também mulatos e negros livres. Continuamente estão mendigando para círios e outros artigos consumidos em louvor do patrono".[31]

Fletcher procura definir as irmandades desta maneira:

> Essas instituições [...] Compõem-se geralmente de leigos, e denominam-se "Ordens Terceiras", como por exemplo a Ordem Terceira do Carmo, da Boa Morte, do Bom Jesus do Calvário etc. [...] Usam uma espécie de vestimenta semelhante à do clero, aos domingos e dias santos, com distintivos, pelos quais se conhece cada Irmandade. Uma jóia razoável e uma subscrição anual são exigidas de todos os membros, cada qual ficando com o direito de ser auxiliado pelo fundo geral em caso de doença e pobreza, assim como para os funerais em caso de morte. Os irmãos contribuem para a construção e conservação das Igrejas, providenciam para o socorro dos enfermos, enterram os mortos e mandam dizer missa para as almas. Em resumo, logo depois do Estado, são os mais eficientes auxiliares que sustentam os estabelecimentos religiosos do país.[32]

Em Pernambuco, Henry Koster teve que negociar com a Irmandade Negra de Olinda um arrendamento de terra:

> Por intermédio de pessoas que tinham relações de amizade com os

> principais membros da Irmandade, obtive o arrendamento das terras que me interessavam. Assisti a uma sessão plena desses diretores pretos, e ouvi os argumentos favoráveis e contrários à decisão da entrega de toda propriedade nas mãos de uma só pessoa. O negócio terminou logo que um deles se ergueu e lembrou aos companheiros que a Comunidade estava em débito e o novo rendeiro pagava um ano de rendas adiantadamente... Bebemos, primeiro em honra de Nossa Senhora do Rosário, depois do presidente da Irmandade e do novo arrendatário. Esses companheiros nos divertiram muito pelas suas cortesias, uns com os outros e para as pessoas brancas presentes, mas mostrando a importância que imaginavam possuir...[33]

Apesar de Koster zombar da "importância que imaginavam possuir", é o viajante quem comenta as vantagens de se pertencer a uma irmandade. Com efeito, segundo o autor, muitos escravos doavam às irmandades parte do dinheiro que juntavam para comprar sua alforria, e a elas se ligavam a fim de obter maior prestígio.

Spix e Martius assistiram a uma festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário, no Rio de Janeiro, e, apesar do tom jocoso, não deixaram de reconhecer sua importância:

> Alguns dias depois da nossa chegada, fomos convidados por alguns de nossos compatriotas para assistir uma festa de igreja, que os negros celebravam no dia de sua padroeira, Nossa Senhora do Rosário. Uma capela sobre uma ponta de terra na baía, pouco distante da quinta real de São Cristóvão, à qual acudimos, encheu-se à tarde com um sem-número de gente de cor e a orquestra dos pretos de São Cristóvão tocou uma música alegre, quase engraçada, à qual sucedeu um sermão patético; foguetões e bombas, defronte da igreja e do mar tranqüilo, realçavam a solenidade.[34]

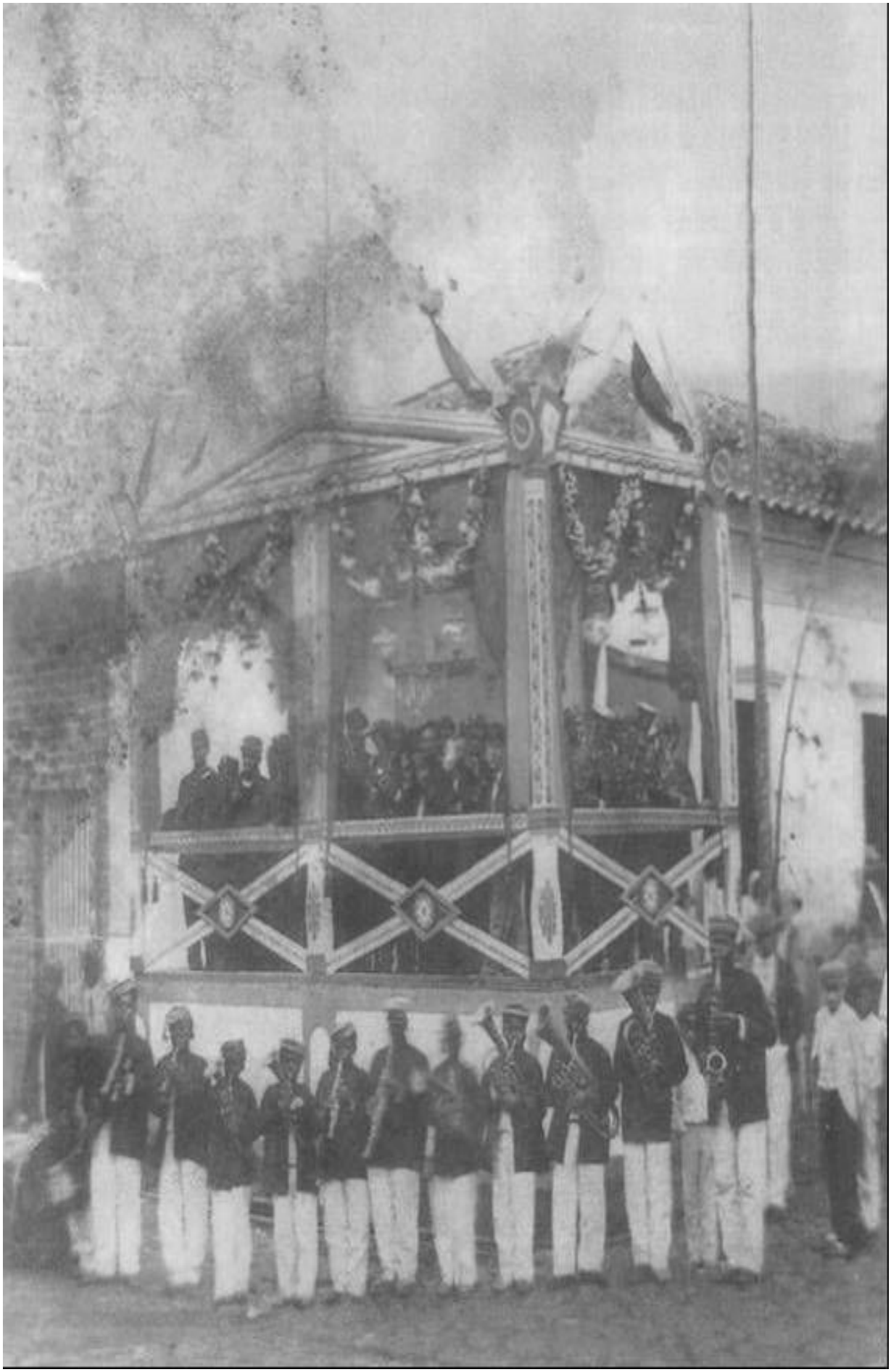
A "orquestra dos pretos de São Cristóvão" representa apenas um dos muitos exemplos da participação negra em bandas idealizadas para o prazer de senhores brancos. Koster comenta admirado a organização

peculiar existente na fazenda do coronel Simplício Dias da Silva, subgovernador da Parnaíba: "Tem ele casa magnífica, banda de música composta por seus escravos, alguns dos quais educados em Lisboa e Rio de Janeiro".[35]

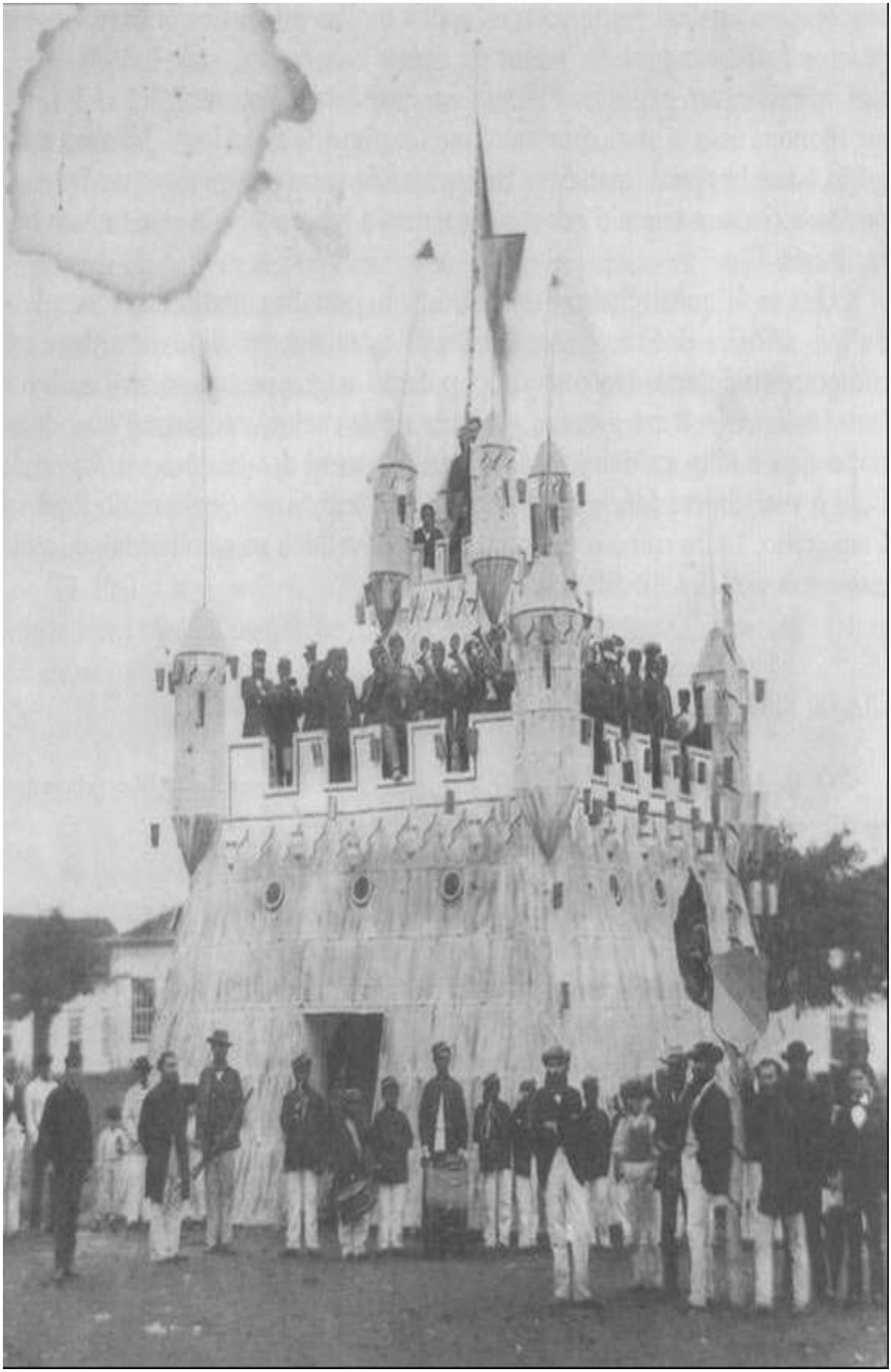
Mas esse não é um exemplo isolado: "Fez-nos ouvir a música que se usa nessa parte do país. Três negros com gaitas de foles começaram a tocar pequenas toadas enquanto estávamos jantando, mas pareciam tocar em tons diversos um do outro e, às vezes, supunha que um deles executava peças de sua própria composição... A posse de uma dessas bandas empresta um certo grau de superioridade e, conseqüentemente, os ricos plantadores têm orgulho pelos seus músicos".[36]

Seidler conta que negros e mulatos participavam de orquestras e espetáculos dramáticos no teatro,[37] fato que muito o indignava, pois dizia que "das vendas mais reles foram buscar mulatos bêbados para figurarem na banda musical imperial".[38]

Nas fazendas das províncias realizavam-se festas para Nossa Senhora do Rosário promovidas pelos próprios negros, mas com a participação da população branca, como presenciou Koster numa propriedade em Pernambuco: "A festa, a que eu desejava assistir, era a de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros. As despesas que ocorrem são satisfeitas pelos escravos da propriedade, e a festa é inteiramente dirigida por eles. Três frades oficiariam no altar, mas os foguetes, fogos de vista e todos os outros artigos são providenciados pela comunidade escrava [...] Antes do início dos cânticos e orações da Capela, a gente preta estendeu muitas esteiras ao ar livre, e nosso povo se foi sentar para conversar ou comer bolos e doces, de todas as espécies, que estavam expostas à venda em quantidade enorme".[39]



"Houve depois do espetáculo animado baile tocando em todos os atos a banda de música, composta de 20 figuras, escravos do visconde, excelentes e variadas peças, mostrando pela boa execução a habilidade e gosto do mestre a cuja direção está confiada." O Cruzeiro, 28/4/1879. CES



Banda negra do Vale do Paraíba. Castelo do tipo medieval
como cenário para banda de escravos. CES

Bandas negras eram, portanto, uma espécie de voga local. Não era à toa que a Casa Imperial financiava um grupo de escravos-cantores na Fazenda de Santa Cruz: o modelo era europeu, mas a realização e a arte tinham que ser locais.

O mundo que d. Pedro II encontrou era, portanto, muito mais complexo do que a lógica da conversão. No Brasil os ritos foram lidos com base em códigos particulares. No caso da população negra, se sua participação nas festas religiosas já era grande, ganhava ainda maior entusiasmo quando se tratava da padroeira deles. Era só aqui que o rei dos cristãos virava rei do Congo, e a Virgem Maria era reconhecida como Nossa Senhora do Rosário. Com efeito, assim como os negros eram convertidos ao catolicismo, o catolicismo era por eles modificado.

DIA DE REIS

Mello Moraes, ao tratar das comemorações natalinas na Bahia, fala sobre os divertidos foliões vestidos de reis magos:

> Então esses personagens, vestidos de reis Magos, dedilhando as cordas de seus instrumentos, dançavam e cantavam [...] Os escravos de bons senhores enchem espaços circunscritos das algazarras dos batuques [...] Os bailes pastoris, que desenham com mais firmeza os traços fisionômicos da Noite de Natal na Bahia, executam-se nas habitações remediadas e pobres, e nos palácios dourados da opulência [...] Os bordões argênteos dos violões, contrastando com os dedos negros dos tocadores crioulos; as pastoras bronzeadas e da cor do ébano, dançando, cantando e dialogando em frente de um presepe de galhos de pitanga; aquelas

> mulheres de turbantes vistosos, adornadas de colares, braceletes e pedrarias, deleitam e transportam melhor a imaginação a regiões do Oriente, à pátria do sol.
>
> Dir-se-á que aqueles bustos fundidos de trevas e de crepúsculos morenos, fizeram parte da comitiva dos reis de Sabá, da Pérsia e da Babilônia à mensagem de Belém; que aqueles clamores, erguidos por um povo de raças diversas, nada mais eram do que o eco enfraquecido, por quase dois mil anos, do rumor das caravanas dos Magos com o seu séquito de reis vencidos, odaliscas e cativos, com seus camelos que se ajoelhavam ao peso das resinas e do ouro, dos amuletos e dos diademas de cem dinastias, para ofertarem ao Deus nascido.[40]

Essa é uma descrição da famosa festa de Reis que se realiza logo no início do ano. Com seus séquitos exóticos e seu enredo particular, o ritual, de origem européia, lembra sempre a lógica do país, que na esfera religiosa é compartilhada por muitos reis. Muitos africanos, ao chegar ao Brasil, convertidos pela força do sistema, abraçaram a religião católica e seus santos, mas mudaram nomes, feições e conteúdos. Por outro lado, acrescentaram um novo panteão, na medida em que, sem abrir mão de seus reis e santos africanos, os cultuaram à discrição e em meio às festas em que reverenciavam as majestades portuguesas e, posteriormente, os imperadores brasileiros.

Fletcher também assistiu ao dia de Reis, mas no Rio de Janeiro e na década de 50: "A epifania é celebrada em Janeiro, e é chamada Dia de Reis. A passagem desse dia santo se faz de modo a não escapar da lembrança dos mais indiferentes, pois, de manhã cedo, o açougueiro bondosamente nos manda a carne grátis. A festa dessa data se realiza na capela Imperial, na presença do Imperador e da Corte, que lhes emprestam verdadeiro caráter majestoso".[41]

D. Pedro II é presença constante nas festas de Reis e lhes "empresta verdadeiro caráter majestoso". No diálogo entre realezas, nesse caso é o rei do Brasil quem vai prestar homenagem aos reis magos do

Oriente.

AS PROCISSÕES

As procissões eram comuns já desde os tempos coloniais e mantiveram-se presentes durante o Império, quando cortejos eram freqüentemente descritos. Seidler assistiu a uma procissão que contou com a presença de d. Pedro I:

> Esta capela [Capela Imperial] é apenas um realejo no teatro imperial, e assim parece, encarado o panorama em linhas amplas. D. Pedro costumava aqui comparecer pontualmente ao serviço religioso, até mesmo acompanhar desde aqui a procissão, em ocasião de festa, como pajem fiel e portador de pálio episcopal, e era muitas vezes extremamente ridículo ver como o monarca de um dos maiores e mais ricos países da terra se extenuava a acompanhar pedaços de paus dourados e figuras de santos [...] Tais procissões festivas estão na ordem do dia, e quase diariamente são vistas a serpear com suas variegadas cores pelas ruas principais do Rio. Vão precedidas por música militar, a tocar, e nas festas mais importantes, como por exemplo de Coração de Jesus ou de Nossa Senhora de Conceição, tomam parte os principais funcionários do estado, com as pesadas estátuas da Madonna, em tamanho natural e crucifixos — quanto mais coloridos e mais pesados, melhor. Seguem-se os outros santos, na ordem hierárquica, a variar com a tradição e a quadra do ano, todos sobrecarregados mais do que a decência manda, com roupas, asas e pedraria legítima, todos seguidos de pajens ricamente vestidos, velas de cera acesas, com a chama oscilante a espalhar claridade baça [...] Por último o cortejo interminável dos senhores do capítulo, religiosos e monges das mais diversas ordens no traje barroco da sua regra. Muitos beijos, bebida e rapé [...] até as guardas com suas espingardas, e cobrem os olhos, como se houvesse algo que ver, que não tolice humana.[42]

Como diz Seidler, essas procissões coloridas estavam "na ordem do dia" e eram partilhadas pelo soberano, que acompanhava o cortejo. Presentes nas procissões, os imperadores brasileiros emprestavam ao santo a majestade e, ao mesmo tempo, estendiam, com o santo, sua própria realeza. O príncipe Maximiliano também se horrorizou com essa "religiosidade mulata", quando assistiu à festa do Senhor do Bonfim na Bahia:

> Na praça e em volta da igreja, havia um movimento confuso de feira. Negros nos mais coloridos e berrantes trajes de festa empurravam-se e corriam, com barulhos e gritos estridentes. Carruagens com senhoras em romaria ou carregando gente curiosa da cidade procuravam dirigir-se para o terraço da igreja, através da maré humana, como barcos em ondas impetuosas. Pequenos grupos de fornecedores de cachaça formavam as ilhas, no mar de pessoas. Um palanque, semelhante àquele erigido para o Imperador,[43] na Praça do Teatro, anunciava coisas maravilhosas para a tarde que se aproximava [...] Em longa fila, estavam sentadas, junto a uma das paredes, moças negras, alegres — sua graça bronzeada não estava escondida, mas envolta em gazes transparentes e lenços de cores berrantes — em meio a um falatório estridente, nas posições mais confortáveis, sensuais e desleixadas, vendendo, parte em cestos, parte em caixas de vidro, toda espécie de bugigangas religiosas, amuletos, velas e comestíveis. Para um católico respeitável, todo esse alvoroço deve parecer blasfêmia, pois nessa festa popular dos negros, misturavam-se, mais do que o permitido, resquícios do paganismo na assim chamada romaria [...] Todo o conjunto apresentava um toque oriental e selvagem, numa moldura civilizada [...] De repente, tudo me ficou claro, e fui tomado por um arrepio de indignação: era nosso padre amarelado, que levava a cabo, tranqüilamente, para si mesmo, o ritual da missa. Os sacerdotes brasileiros afirmam que se tem de levar os negros, dessa maneira, a temer a Deus; eles não compreenderiam algo mais sublime, e só através da alegria jovial, misturada com cachaça, poder-se-ia prendê-los, mais ou menos, à igreja. Para os senhores de escravos,

> tal opinião é, sem dúvida, muito cômoda, pois ela ratifica definitivamente os negros como semi-animais, dissimulando de certa forma a escravidão [...] [grifos meus][44]

Em ambas as descrições despontam elementos comuns. Em primeiro lugar, uma profunda rejeição a essa mistura de campos: o profano interferindo no sagrado; a sensualidade e a cachaça coexistindo com os santos. Por outro lado, Maximiliano verbaliza a aversão à idéia de que um padre branco reze a missa dos negros, mesmo diante do argumento do controle por parte da Igreja. A despeito de seu profundo mau humor, talvez Maximiliano tenha razão: os padres estão longe de dominar a situação.

Anos antes, Spix e Martius, que também observaram uma procissão em homenagem ao Senhor do Bonfim, partilhavam posições semelhantes às de Maximiliano e Seidler. Nessas procissões exercitava-se o jogo da "promiscuidade das diversas raças":

> Para as classes inferiores, são os passeios, nos dias de festa, os divertimentos preferidos, e aproveitam-se da ocasião dos dias santificados dos diversos padroeiros para festejar no Recôncavo com as feiras, que são concorridas por grande multidão. Os festejos de Nosso Senhor do Bonfim [...] atraem inumerável aglomeração de povo, e duram, com a iluminação da igreja e dos edifícios próximos, alguns dias e noites. O vozerio e os divertimentos extravagantes do grande número de negros, ali reunidos, dão a essa festa popular uma feição estranha e excêntrica, da qual só pode fazer idéia quem observou as diversas raças na sua promiscuidade.[45]

Koseritz, em 1883, fala de um estranho espetáculo da corte. Longe dos bailes e dos saraus, das reuniões com ministros ou conselheiros, d. Pedro participava, como figurante, de uma "procissão do Corpo de Deus":

> [...] nas proximidades da Capela Imperial encontramos uma tal multidão (bem mais de 10 000 pessoas) [...] Não se pense que ela estava ali para saldar o novo Ministério; não, ela queria comparecer à clássica procissão do Corpo de Deus [...] e à qual, ainda hoje, comparecem o Imperador, seus Ministros etc. que carregam o pálio

> que cobre o Santo Sacramento. Nessa ocasião o Imperador traz os ornatos semimonacais da Ordem de Cristo, e os membros da corte ficam em grande gala — razão suficiente para o ajuntamento do povo.[46]

Essa mesma procissão, em que, "antigamente, comparecia o glorioso são Jorge", tinha sido presenciada por Fletcher décadas antes. De cabeça descoberta, como os demais fiéis, d. Pedro II é que seguia, nesse caso, o ritual:

> A procissão de "Corpus Christi" é diferente da maioria das outras: a única imagem exposta é a de São Jorge, designado no calendário como o "defensor do império". Como este "Santo Cavalheiro da Capadócia" tornou-se o defensor do Brasil não sou capaz de atinar; porém o seu festival, caindo como cai no dia de "Corpus Christi", é celebrado com grande pompa, numa festa realizada de dia, e que dá a volta de toda cidade [...] O imperador passa de cabeça descoberta, carregando uma tocha, nessa procissão, imitando a piedade de seus antepassados, seguido pela corte, os cavalheiros e a Câmara Municipal em grande aparato, com suas insígnias e bordados. Onde quer que o imperador passe nessa ocasião, os moradores das ruas rivalizam uns com os outros na ostentação de tapeçarias, de ricas sedas e damasco, penduradas nas janelas e balcões de suas residências.[47]

Mas, assim como eram freqüentes as procissões, vários eram os santos homenageados. Interessante é o caso de são Benedito, também cultuado pelos negros de todo o país. Veja-se essa procissão realizada em Sergipe em homenagem ao santo, que era negro e tinha descendência etíope (apesar de ter nascido na Itália): "Na plaga sergipana, a festa de S. Benedito celebra-se na elegante matriz de Nossa Senhora da Piedade, no dia 6 de janeiro [...] fechava o ciclo das janeiras, tal a sua pompa, tal o esplendor absorvente das do Natal e Reis [...] Essa folia, esta festança preliminar era exclusivamente dos negros: vestidos como de costume, ufanos de seu padroeiro [...] procissionalmente, dançando e cantando, em torno da igreja e em giro pelas ruas...".[48]

O IMPÉRIO DO DIVINO

Câmara Cascudo comenta as origens e a importância da festa do Divino no Brasil:

> Em Portugal dizem ter sido a festa do Divino instituída pelo rei D. Dinis e rainha Dona Isabel, em Alenquer, no século XIII [...] No Brasil era festa querida, especialmente no sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, etc. Na Bahia era festejada igualmente. O Imperador do Divino podia ser criança ou adulto, neste caso, uma das pessoas abastadas da localidade, fazendo prodigalidades para eclipsar o antecessor. Da popularidade da folia do Divino, basta lembrar que José Bonifácio preferiu o título de "Imperador" ao de Rei por aquele ser mais conhecido e amado pelo Povo, no hábito de Imperador do Divino. Essa é a razão de Dom Pedro I ter sido Imperador e não Rei do Brasil.[49]

Quando a monarquia chegou ao Brasil, o imperador do Divino já era figura popular e reconhecida. Anterior à própria realeza nacional, o pequeno "rei divino" serve de modelo para o "rei real", que lhe toma o nome e a inspiração. Festa da maior relevância na agenda popular, já na época em que d. João mudou-se para a Colônia costumava encantar:

> Vizinho da Igreja de Sant'Ana ficava o Império do Espírito Santo. Tradicionais são, até hoje ainda no interior, as festas do Espírito Santo, entre as mais populares e freqüentadas, promovidas por ocasião do Pentecostes pelas respectivas irmandades [...] o peditório, com os irmãos de opa levando a bandeira do Divino; o "imperador" à frente, correndo as casas a solicitar auxílio para maior brilho dos festejos; a recepção do bando pelas famílias, levada a bandeira a todos os aposentos da casa para abençoá-los; as propriedades atribuídas aos pedacinhos das fitas multicores que em profusão pendiam da haste do estandarte [...] as missas e procissões solenes com todo o aparato litúrgico e a contribuição da

> tradição; e, por fim, os festejos, que se prolongavam por uma semana ou mais, em frente ao "império", numa mescla de diversões profanas, nas barraquinhas numerosas, com as cerimônias rituais celebradas na capelinha [...] São velhos costumes e práticas que os portugueses trouxeram e aqui criaram raízes e vicejaram. Com pequenas variantes locais, as Festas do Divino obedecem em todo o Brasil a um padrão tradicional e uniforme [...][50]

Segundo Coaracy,[51] a população inteira acudia às festas do Espírito Santo. Os próprios vice-reis, cercados pelas altas personalidades, atravessavam a turba para visitar o Império. Das festividades que no decurso do ano quebravam a monotonia da vida cotidiana, as do Espírito Santo figuravam entre as de maior popularidade e as que alcançavam maior freqüência.

> No domingo de Pentecostes, a grande festa do Espírito Santo é celebrada. Em preparação para ela, bandos precatórios vão pelas ruas, muito tempo antes, para angariar fundos. Nessas expedições, os angariadores vestem uma capa vermelha nos ombros: — fazem grande exibição de emblemas, em cujas dobras se vê uma pomba rodeada por um halo ou diadema. São esses emblemas carregados à mão e suspensos até as janelas para que as pessoas os possam beijar; levam os "irmãos" uma salva de prata ou um saquinho de seda, para escolher os donativos esperados de todos, ou pelo menos daqueles que beijam o emblema; o público é devidamente notificado da aproximação desses augustos personagens por uma banda de música de negros maltrapilhos, ou pelo acompanhamento de tambor das alegres crianças, que às vezes carregam o estandarte. Coleções dessas imagens são muito freqüentes nas cidades do Brasil [...][52]

Mello Moraes relata como eram animadas as festas do Divino que se realizavam nas cidades próximas ao Rio de Janeiro:

> Por vales e serras, por estradas e povoados, meses antes da festa do Espírito Santo, garridos foliões dispersavam-se em bandos no interior da Província do Rio de Janeiro, angariando esmolas para as

> festas das capitais dos municípios [...] Desde então, três, quatro ou cinco bandeiras, de conformidade com a extensão das freguesias ou distritos, punham-se em marcha [...] a bandeira do Divino, onde uma pomba pintada sobre um fundo de raios solares destacava-se no campo de seda vermelha da referida bandeira, franjada de ouro, de prata ou de lã, de acordo com as posses das irmandades, encimada por uma pomba de pau, prateada ou dourada, suspendendo o vôo de um monte de iriadas fitas [...] A notícia de que andavam bandeiras, não havia casa que não se julgasse honrada de receber-lhes a visita, não havia um pobre que, em sua palhoça humilde, deixasse de se prevenir para o favorável agasalho dos foliões [...] Apenas começava as novenas, os carros de bois trazendo famílias, romeiros a cavalo, peregrinos livres e escravos caminhando a pé, demandavam a matriz da vila [...] E a festa, pomposa, opulenta, magnífica terminava na igreja [...] E conjuntamente, no centro de quatro varas pintadas de encarnado, vinha o imperador, um menino de dez a doze anos, vestido de casaca de veludo verde e manto escarlate, calção, meias de seda, sapatos afivelados, com coroa e cetro, tendo ao peito o refulgente emblema do Espírito Santo. Dois mordomos, de casaca, chapéu de pasta, espadim e calção, suspendiam-lhe o roçante manto [...] Nessa ocasião ocorriam as cavalhadas, executava-se o tradicional torneio de cristãos e mouros.[53]

Mas não apenas no interior as comemorações eram populares. Na corte as celebrações tinham igual porte:

> Até o ano de 1855, nenhuma festa popular no Rio de Janeiro foi mais atraente, mais alentada de satisfação geral [...] Na época em que fizemos passar essa festa [1853-55], em três freguesias dessa capital armavam-se impérios e coretos [...] As músicas de barbeiros, que eram compostas de escravos negros, recebendo convites para as folias, ensaiavam dobrados, quadrilhas, fandangos [...] Quarenta dias antes do domingo do Espírito Santo, a banda dos pretinhos, precedendo ruidosa turma, parava no Largo da Lapa, defronte de um império de pedra e cal [...] Ao passo que a música

> extasiava os circunstantes e reunia toda a gente, dois negros possantes perfuravam o chão com alavancas pesadas e pontudas. Findo esse trabalho, fincava-se o clássico mastro, encimado por uma pomba de madeira recentemente prateada, flutuando um pouco abaixo a bandeira do Divino, com as suas douraduras brilhantes e seus matizes vivíssimos [...] Um [dos foliões] conduzia pela mão o imperador, que era um menino de oito a doze anos, vestido de casaca vermelha, calção e chapéu armado [...] No império, o imperador, com seu manto verde e sua coroa dourada, dominava no meio de sua corte...[54]

Como conta o folclorista, desde a fundação do Império os "reis de verdade" dialogavam com os "reis do imaginário", os quais, por sua vez, também ajudavam a sedimentar a imagem da realeza brasileira. Em meio aos festejos do Divino, era o pequeno imperador, vestido com seu manto verde e usando sua coroa dourada — as cores de nossa bandeira e do manto imperial —, quem, como diz Moraes, "dominava no meio de sua corte".

AS CAVALHADAS

Spix e Martius encontravam-se em Tijuco (Minas Gerais) quando assistiram a uma tripla comemoração: homenageava-se a coroação de d. João VI[55] e a coroação de um rei do Congo, e realizavam-se as cavalhadas:

> Cavaleiros trajando veludo vermelho e azul, ricamente bordado a ouro, armados de lanças, figuraram combates entre mouros e cristãos, e, nesses desafios, faziam lembrar a bela época cavalheiresca da Europa. Antes de começar esse combate simulado, cruzaram-se cristãos e mouros; depois, separaram-se em duas filas, e correram uns contra os outros, atacando-se ora com lanças, ora com espadas e pistolas. No seguinte carrossel da argolinha, conseguiram com grande agilidade, uns após outros, enfiar o anel em rápida correria desde o camarote do intendente até o fim da

> pista fronteira, onde ele estava pendurado [...] Uma linda diversão, que fazia lembrar a galantaria do tempo da cavalaria, consistia em levarem os cavaleiros lindas romãs de cera, cheias de flores, que beijavam como presente de sua dama, e depois as atiravam, correndo, uns nos outros, enchendo de flores o campo de batalha. Esses divertidos espetáculos encerraram-se com corridas em fila, formando meandros, volteios e círculos, nos quais os atores se mostraram exímios cavaleiros, e assim passaram simbolicamente da luta guerreira à amizade e ao amor cristão.[56]

No interior do Brasil, em pleno século XIX, realizavam-se rituais em que figurantes mestiços representavam uma luta aguerrida entre mouros e cristãos. Cena inusitada, se retirada de seu contexto, as cavalhadas tornam-se populares na colônia tropical, onde pouco se sabia da história européia mas se cultuava metaforicamente um determinado conflito e uma certa vitória.[57]

Em passagem pela Bahia, Spix e Martius assistiram a um espetáculo que tinha a pompa cavaleiresca e medieval das cavalhadas, e estranharam:

> Rapazes, vestidos como mouros e cavaleiros cristãos, acompanhados de música barulhenta, passaram pelas ruas, até uma espaçosa praça, onde estava plantada uma árvore, guarnecida com as armas portuguesas, semelhante à "árvore-de-maio" alemã. Combate violento travou-se entre as duas hostes, dando particularmente ao cavaleiro, que representava São Jorge, ocasião de fazer brilhar as virtudes de fidalgo do padroeiro de Ilhéus. Ambos os partidos, porém, segundo os costumes verdadeiramente romanescos, olvidaram em breve a inimizade, num banquete ruidoso, seguindo-se o baile com o sensual lundu e o quase imoral batuque.[58]

As cavalhadas são presença constante na maioria das grandes comemorações brasileiras, sejam elas cívicas ou religiosas. Apesar de diversas vezes não haver a representação explícita de um rei, em muitas cavalhadas os cavaleiros se dizem os "pares de França do imperador Carlos Magno". Estranho caminho que faz da história uma grande metáfora.

Em 1859, Lallemant assistiu a um cortejo mascarado, realizado no Ano-Novo em Canavieiras, em que combatiam católicos e infiéis. No caso, cristãos lutavam contra mouros, com o acréscimo de outras personagens e mascarados:

> [...] Vieram então as máscaras. Separaram-se bruscamente em duas classes. A primeira era formada pelos eqüestres. Um representava um botocudo, pintado de encarnado vivo com todos os atributos da floresta e um estandarte brasileiro. Um outro era um cavaleiro azul, outro um arlequim e os demais conforme o plano ou o acaso lhes punha nas mãos um pedaço de pano de cores. Ao seu lado ia um pequeno exército do tempo dos Cruzados, infantaria cristã e infiéis, que se batiam em redor dum forte improvisado diante da igreja, uma nova Jerusalém. Isso tudo se fazia com grande dignidade, com séria e santa consciência. Esse corpo de patrícios andou durante algumas horas dum lado para o outro e praticou na vila os maiores absurdos, mas sempre com perfeita consciência de sua nobreza [...][59]

Misturando botocudos com cavaleiros medievais e arlequins, essa festa representava uma tradução por si só. A lógica da comemoração era maior do que o objeto comemorado: nada mais distante do que a representação das cruzadas em um contexto americano. Aqui mulatos feitos mouros e feitos cristãos travavam uma batalha simbólica, cuja dinâmica resumia uma leitura local.

AS CONGADAS

Assim como as cavalhadas, as congadas simulam combates entre cristãos e mouros. Porém, seus participantes não são senhores de terras, mas escravos e libertos, negros ou descendentes de africanos. Essa é talvez a versão ainda mais popular das cavalhadas. O enredo das congadas é bastante fixo: o rei do Congo, que é o rei dos Cristãos, recebe uma embaixada do rei dos Mouros — a qual, em algumas variantes, pode ser a

embaixada da rainha Ginga. Em questão está a conversão dos infiéis, que, recusando o pedido, entram imediatamente em conflito. Simulados por meio de bailados, os embates se desenvolvem, até que os mouros são derrotados e convertidos ao cristianismo. Henry Koster presenciou uma congada em Pernambuco, em 1814:

> Fomos a praia do mar para assistir ao batismo do Rei dos Mouros [...] Os moradores das redondezas, são divididos em dois grupos: Cristãos e Mouros [...] Na praia erguiam-se dois tronos [...] O Rei dos Cristãos ocupou um trono e o Rei dos Mouros o outro, ambos com bonitos vestidos e mantos. O ato começou pelo primeiro enviar ao último um dos seus oficiais a cavalo, exigindo que, sem demora, recebesse o batismo, o que foi recusado [...] A guerra estava declarada. Numerosas jangadas e canoas, de cada facção, movimentaram-se para a Fortaleza no meio da água, uns para atacá-la, e outros para defendê-la [...] Houve muita descarga e por fim, com luta terrível de parte a parte, a Fortaleza foi tomada pelos Cristãos [...] Os dois exércitos se encontraram na praia e se bateram, de corpo a corpo, mas, para terminar, o Rei dos Mouros foi feito prisioneiro, arrancado de seu trono e batizado a força [...][60]

Segundo Alfredo João Rabaçal[61] o primeiro registro de congadas data de 6 de junho de 1760, quando, na cidade de Santo Amaro, na Bahia, comemorava-se o casamento de d. Maria I de Portugal com o príncipe d. Pedro. O segundo documento é de 1793, quando uma congada foi realizada com o objetivo de festejar o nascimento da princesa da Beira. Em 1818, na cidade de Tijuco (Minas Gerais), como parte das festividades populares da coroação de d. João VI, encenou-se outra congada.

Pode-se observar, portanto, que as três primeiras referências a congadas ocorrem justamente em momentos em que se comemoram eventos políticos relacionados à realeza portuguesa. Dá-se, dessa maneira, um diálogo entre os reis do Congo, "dons Joões e dons Pedros", ou entre as rainhas Gingas, "donas Marias e princesas da Beira". Entre reis e rainhas simbólicos ou reais, foi se construindo o que poderíamos chamar de um "imaginário da monarquia" no Brasil.

É ainda Rabaçal quem descobre registros históricos da existência da congada em todos os estados brasileiros. Um documento interessante é retirado da obra de Silvio Romero. Datado de 1883, o registro se refere a uma congada na cidade de Lagarto (Sergipe), no dia de Reis, quando era celebrada a festa de São Benedito: "Os Congos são uns pretos, vestidos de reis e de príncipes, armados de espadas, e que fazem uma espécie de guarda de honra a três rainhas pretas. As rainhas vão no centro, acompanhando a procissão de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, e são protegidas por sua guarda de honra contra dois ou três do grupo, que forcejam por lhes tirar as coroas. Tem um prêmio aquele que consegue tirar uma coroa, o que é vergonha para a rainha".[62]

Além da metáfora mais imediata, que opõe colonizados a colonizadores, a congada representa um questionamento acerca da constituição de uma nação brasileira. Com efeito, a congada é um rito que fala muito sobre o Brasil do século XIX: dois povos ou duas nações se encontram em conflito ou em meio a alguma espécie de negociação. Em questão está o diálogo entre as "embaixadas" africanas e portuguesas, que disputam uma hegemonia se não política, ao menos cultural. Ao final, a conversão ao cristianismo é certa, assim como o domínio político europeu é inquestionável. No entanto, como no reino da cultura a lógica é diversa, o resultado revela uma dinâmica que não repete a mesma história da dominação política. Afinal, todos se convertem ao cristianismo, mas o conversor é o rei do Congo, o que de alguma maneira garante uma vitória e uma memória africanas.

O BATUQUE

Batuque, Rugendas, 1835. CGJM

Entre as festas não religiosas, o batuque é das mais difundidas. Trata-se de uma dança que ocorria em ocasiões especiais — como casamentos e comemorações — mas também em noites comuns. Comenta Câmara Cascudo, em nota ao livro de Koster,[63] a origem africana do ritual:

> Formado o círculo saltam para o meio dois ou três pares, homens e mulheres, e começa a diversão. A dança consiste num bambolear

> sereno do corpo, marcado por um pequeno movimento dos pés, da cabeça e dos braços. Estes movimentos aceleram-se conforme a música se torna mais viva e arrebatada, e, em breve, admira-se um prodigioso saracotear de quadris que chega a parecer impossível poder-se executar sem que fiquem deslocados os que a ele se entregam [...] As canções que acompanham estas danças lascivas são sempre imorais e até mesmo obscenas, em regra histórias de amores, descritas com a mais repelente e impudica nudez.

Seidler descreve um batuque durante cerimônia de casamento entre negros, no Rio Grande do Sul, guardando o mesmo olhar crítico:

> Mal era meio-dia, surgiram os esperados hóspedes, na maioria negros e mulatos, em geral enfeitados de trapos multicores e toda espécie de bugigangas, além disso trazendo máscaras negras, de papel, que aplicavam ao rosto, apenas com aberturas para os olhos e o nariz [...] Acompanhava a música um berreiro de alegria, muito pior que o de mil papagaios na floresta virgem brasileira e ameaçava romper-nos o aliás rijo tímpano do ouvido. Começou depois ao ar livre um baile, que regulava com a música e a cantoria. Imaginem-se as mais detestáveis contrações musculares, sem cadência, os mais inocentes requebros das pernas e braços seminus, os mais ousados saltos, as saias esvoaçantes, a mímica mais nojenta, em que se revelava a mais crua volúpia carnal — tal era a dança em que, desde o começo as graças se transmudavam em bacantes e fúrias.[64]

Mais uma vez, a observação do ritual parece permitir conclusões sobre padrões culturais. No caso de Spix e Martius, no entanto, o que causa espanto é o fato de "grupos considerados inferiores"[65] — os negros — poderem demonstrar tamanha organização e entusiasmo nas festas e danças, como o batuque: "Quem tiver ocasião de assistir às cantigas e danças alegres, amiúde exaltadas a entusiasmo desenfreado, que são executadas ao pôr-do-sol, nas ruas da Bahia, por numerosos grupos de negros, dificilmente se persuade de que estes sejam os mesmos escravos, que, pelas exageradas descrições de escritores filantropos, julgam

rebaixados à condição de animais, de instrumentos boçais do mais vil egoísmo e de todas as paixões vergonhosas".[66]

Tal qual um ritual compartilhado, o batuque parece representar, aos olhos do viajante, uma espécie de "desconto do cotidiano". Como compensação das dificuldades da semana, o ritual liberta das penas do cativeiro. Estranha é essa consciência dos viajantes: julgam culturas do mesmo modo pelo qual avaliam avanços da civilização, mas entendem os rituais negros como espaços de liberdade. "Nos dias de festa também lhes [aos escravos] é permitido de se entregarem livremente a seus folguedos. Costumam então reunir-se em lugares a isso destinados, perto das cidades, para esquecerem com a música e a dança as penas e tristezas da semana [...] Não se pode esperar grande harmonia de semelhante instrumental, mas os negros com ele sentem-se bem felizes, pois durante essas horas têm a ilusão de serem independentes e livres."[67]

Não são poucos os viajantes que comentam o falatório, as cantigas e a agitação dos negros, mesmo nos dias não festivos, no cotidiano das ruas. Fletcher conta que carregadores negros, os quais trabalham nas vielas da corte, "freqüentemente trazem à mão um instrumento de música, semelhante a uma matraca de criança, que eles sacodem no compasso duplo de alguma canção rústica da Etiópia".[68]

Lugares para a manifestação de uma liberdade quase virtual, porque afastada do cotidiano da escravidão, os batuques e lundus significavam o "espaço do outro". Com sua "licenciosidade e ritmos frenéticos", revelavam o descontrole que o dia-a-dia reprime.

> Tudo respirava sossego, paz e descanso noturno. Mas, defronte de mim, do outro lado da praça, o diabo fazia das suas nos ecos finais duma festa da igreja [...] Entre cada pregão [leilão na igreja], uma música estridente tocava alguns trechos de fados ou lundus, essa desordenada tarantela de negros, na qual cada um faz todos os trejeitos e movimentos impudicos possíveis. Quanto mais desenfreada a licenciosidade, tanto mais ruidosos os aplausos [...] até altas horas da noite rolou a bacanal dos negros para celebrar a

festa da igreja católica.[69]

A despeito da comunicação restrita, nesse jogo todos saem alterados: festas negras e rituais religiosos de tradição européia. Como dizem Spix e Martius, "as formalidades na prática da religião são observadas por essa raça com tanto fervor, que tomam eles a dianteira sobre os brancos, e estes, em muitas circunstâncias, deixam-lhes, de certo modo, a precedência".[70]

Nesses momentos, a cena é controlada pelos negros, que, como dissemos, se converteram ao catolicismo mas também o converteram.

O ENTRUDO E O CARNAVAL

Cena de Carnaval, Debret, 1835. FMCM

O Carnaval brasileiro é hoje associado à mestiçagem: à música e à dança negra. Mas quando chegou ao Brasil, importado de Portugal, era principalmente uma festa das elites, que dançavam ao som de marchinhas e fandangos. No início do século passado, existiam sobretudo os bailes públicos — realizados nos salões e teatros — e os bailes mascarados, que,

segundo Coaracy,[71] ocorriam desde 1835. Foi a partir de 1855 que o Carnaval ganhou as ruas com os carros alegóricos do Congresso das Sumidades Carnavalescas. Mas muito anterior ao Carnaval e bem mais popular era o entrado, também originário de Portugal. "Segundas e terças-feiras antes de Cinzas são os dias próprios para o Entrado mas o divertimento, como no caso vigente, pode começar uma semana antes do prazo. Água e pós para cabelo são os ingredientes indicados para lançarem uns aos outros, mas, freqüentemente não guardam equilíbrio e tudo quanto se pode agarrar, esteja limpo ou sujo, é atirado, de todas as partes, para inocentes e culpados."[72]

Apesar do tom crítico, Koster parece ter se divertido com o entrudo:

> Nosso grupo não podia deixar passar a oportunidade sem praticar o divertimento do entrudo mesmo que a época de sua celebração estivesse ainda longe uma semana [...] Potes e panelas saíram na cozinha e foram introduzidos para enegrecer e besuntar-nos os rostos a todos. Conseguimos aqui ver as senhoras da casa. Por toda parte eram rigorosamente guardadas e naturalmente reservadas para que tomassem parte entre nós. Os rapazes que tinham relações com a família puderam interessá-las na brincadeira, e as senhoras e as escravas participavam valentemente da luta. Ocorreu um episódio que provocou gargalhadas e que é uma característica. Um homem, que encontramos aqui, dizia aos que brincavam que não o molhassem porque estava adoentado. Não percebia, entretanto, que não observava para os outros a indulgência solicitada para ele mesmo. Um do grupo, vendo isso, atacou-o com um colherão de prata cheio de água [...] As mulheres, especialmente, o atacaram em regra. Voou para a estrebaria, montou seu cavalo e galopou furiosamente mas, por infortúnio seu, esqueceu que o caminho por onde operaria a retirada, passava por baixo das janelas da casa e, ao defrontá-las, duas tinas de água alagaram-no, a ele e à montada [...][73]

Fletcher deixa seu testemunho sobre a festa:

> O entrudo, estende-se por três dias antes da Quaresma e é geralmente considerado pelo povo como uma visível determinação para compensar por meio de divertimentos, o longo retiro que irão guardar na Quaresma [...] Antes de ser suprimido pela polícia, constituía um notável acontecimento. Não era com chuva de confeitos, que as pessoas se saudavam nos dias do entrudo, mas com chuveiros de laranjas e ovos, ou antes com bolas de cera feitas com a forma de laranjas e ovos, cheia de água. Esses artigos são preparados antes em grandes quantidades, e expostos à venda nas lojas e nas ruas. A casca era forte bastante para permitir que fosse lançada a grande distância, mas, no momento do choque, fazia-se em pedaços, espalhando água por onde caísse. Diferentemente de qualquer brincadeira análoga de bolas de neve, nos países frios, esse jogo não se limitava às crianças ou às ruas, mas era feito na alta-roda, tanto quanto na classe inferior, fora e dentro de casa. O consenso geral parecia permitir que cada um se divertisse à vontade, molhando o próximo, quer quando uma visita entrava em casa, quer quando o transeunte passava pela rua. De fato, todo aquele que saísse nesses dias experimentava uma ducha, e, achava melhor levar consigo um guarda-chuva; pois no entusiasmo da brincadeira, as bolas de cera logo se consumiam, e, seguiam-se-lhes as seringas de brinquedo, bacias, tigelas e, às vezes mesmo, baldes de água, que eram usados sem piedade, até que ambos os partidos ficassem totalmente ensopados [...] Os magistrados dos diferentes distritos formalmente se declaravam de ano para ano contra o entrudo, porém com pouco efeito até 1854, quando um novo chefe de polícia, com grande energia, pôs fim ao violento entrado, seus combates e duchas. O entrado agora se realiza de um modo seco, porém ainda divertido, no estilo de Paris e Roma.[74]

Ao que tudo indica, a despeito das críticas dos viajantes e da proibição das autoridades, o entrudo mobilizava largas faixas da população, que se dedicavam ao "jogo", esquecendo momentaneamente diferenças sociais, etárias e sexuais. Mesmo com a proibição de 1854, o entrudo continuou a ser realizado, porém em menor escala. O ritual sobreviveu não

só como expressão — pois toda vez que alguém mencionava algum acontecimento passado dizia: "Ainda no tempo que se praticava o grosseiro entrudo" — mas como festa.

Após o entrudo, é o Carnaval que se impõe. Mello Moraes descreve o primeiro desfile alegórico do Rio de Janeiro: foi em 1855, quando houve a passeata do Congresso das Sumidades Carnavalescas. Nessa data, uma comissão dirigiu-se ao Palácio de São Cristóvão a fim de pedir que d. Pedro II e as princesas estivessem no Paço da Cidade na ocasião da passagem do Congresso. O pedido foi atendido e o imperador assistiu ao desfile desse grupo seleto, do qual faziam parte vários "homens de letras", como José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Pinheiro Guimarães, Augusto de Castro, Laurindo Rabelo.

> O Imperador, a Imperatriz e as Princesas observavam do passadiço do palácio a animação dos festejos, esperando um pouco retirados pelas Sumidades, cuja tardança os impacientava. [...] O povo abria-se em fileiras defronte do paço; de envolta com a multidão os "velhos cabeçudos", de cajado e luneta, suspendiam no ar as enormes carrancas de papelão, saracoteando; os "diabinhos" barbudos reviravam as máscaras, enrolando à cinta a cauda vermelha... A expectativa era inexcedível! A família imperial chegava às sacadas, e os "vivas" e hurras, como uma pirâmide sonora que enfiasse a grimpa na imensidade, tinha por base ondulante o pasmo de toda aquela população [...] E os sons se escutavam de perto, de muito perto... Logo após, transpunha o largo do Paço a banda marcial do Congresso das Sumidades Carnavalescas, vestida com o pitoresco uniforme dos cossacos da Ucrânia [...] Impossível fora descrever o entusiasmo das multidões![75]

Com seu caráter transgressor, o entrudo era uma espécie de irmão mais velho do Carnaval. Este, por sua vez, congregando sobretudo setores da elite e a própria família imperial, viveu seu apogeu, no entender de Mello Moraes, já entre 1854 e 1871. Nessa época foliões ganhavam as ruas, fazendo da festa um feriado nacional.

No entanto, não há como deixar de notar a clivagem social existente

entre o entrudo e o Carnaval: o primeiro mais individualista e anárquico, "o segundo uma brincadeira mais organizada, intelectualizada e comandada do alto dos carros ou dos salões das grandes sociedades".[76] Até 1870, inclusive, eram constantes as reclamações contra o comportamento do público que se reunia na zona central da corte para assistir aos préstitos do entrudo. Na verdade, o "novo Carnaval" fazia parte de um projeto "civilizatório" mais amplo que, nesse caso, procurava mudar o caráter do ritual brasileiro, transformando-o numa cópia do modelo europeu veneziano.

É por isso mesmo que o Carnaval com suas Sociedades era marcado pela condição mais elevada de seus participantes, diferenciados da plebe que se divertia nas ruas. Estudantes, artistas, jornalistas, literatos... compunham as Grandes Sociedades, que foram sendo criadas durante as décadas de 60 e 70.[77]

Para espanto da elite carioca, porém, em plena década de 80 o Carnaval convivia nas ruas com o entrudo, revelando o abismo existente entre as práticas populares e os projetos europeus das elites da corte. Em carta datada de 22 de fevereiro de 1887 e postada em Petrópolis, o imperador escreve à Condessa de Barral: "Nada há de novo. Tem chovido bastante; porém faz calor ainda. O Entrudo tem sido, graças a Deus, bem tranqüilo no Rio e aqui quase nenhum...".[78]

Mesmo revelando seu lado mais palaciano e elitista, o Carnaval não deixou de se mostrar propício à crítica política. Personagem freqüente dos carros alegóricos, d. Pedro surgia, nos anos 80, ora como Pedro Banana ora como Pedro Caju, numa alusão à sua falta de participação nos últimos anos do Império. Mas é só com a queda da monarquia que se passa a eleger um rei do Carnaval. Com efeito, o rei Momo é uma invenção recente, datada de 1933. No século XIX ele não era rei, mas um deus grego: zombeteiro, pândego e amante da galhofa. Nos anos 30 vira Rei Momo e logo depois cidadão. Novos tempos, novos termos.

É raro o viajante que tenha percorrido as províncias do Nordeste do Brasil no século XIX não comentar as cerimônias de coroação do "Rei de Congo".

> No mês de Março tem lugar a festa anual de Nossa Senhora do Rosário, dirigida pelos negros, e é nessa época em que elegem o Rei de Congo, se a pessoa que exerce essa função morre durante o ano, resignou por qualquer motivo ou haja sido deposta pelos seus súditos. Aos negros do Congo permitiram a eleição do Rei e da Rainha entre os indivíduos dessa nação. Os escolhidos para esses cargos podem ser escravos ou negros livres. Esses soberanos exercem uma espécie de falsa jurisdição sobre seus vassalos, da qual muito zombam os brancos, mas é nos dias de festa em que exibem sua superioridade e poder sobre seus companheiros [...][79]

Esses rituais, com sua pompa e luxo, datavam, segundo Câmara Cascudo, do século XVII. Compostas de danças e cantos coletivos, tais festas populares negras evocavam episódios guerreiros africanos, realizados, porém, em dias santos católicos.[80] Em Minas Gerais, como já citamos, em meio às festividades de coroação de d. João VI, em 1818, Spix e Martius acompanharam a coroação de um rei africano. A atitude dos viajantes é sempre semelhante, da mesma maneira que o padre, no relato de Koster, menospreza a cerimônia e zomba dela:

> Já desde a nossa chegada a Tijuco se haviam tomado disposições para solenizar a coroação do rei com festejos patrióticos, que haviam sido ao mesmo tempo organizados em todo Brasil [...] Arautos abriam o séquito, seguia o coro de cantores e mais quatro figurões, que, representando as vastas possessões da monarquia portuguesa, traziam, decorado com os emblemas do europeu, índio, oriental, negro e americano, um globo terrestre, acima do qual estava a imagem de D. João VI [...] Também os negros esforçaram-se por festejar, a seu modo, essa extraordinária solenidade patriótica; a escolha de um rei dos negros ofereceu-lhes para isso a

> melhor oportunidade. É costume dos negros do Brasil nomear todos os anos um rei e sua corte. Esse rei não tem prestígio algum político nem civil sobre os seus companheiros de cor; goza apenas da dignidade fútil, tal como o rei da fava, no dia de Reis, na Europa, razão por que o governo luso-brasileiro não põe dificuldade alguma a essa formalidade sem significação. Pela votação geral, foram nomeados o rei Congo e a rainha Xinga, diversos príncipes e princesas, com seis mafucas (camareiros e camareiras), e dirigiram-se em procissão solene, à igreja dos pretos... O recém-eleito, negro forro e sapateiro de ofício, ao avistar o intendente, ficou tão tímido que, ao ser convidado para sentar-se no sofá, deixou cair o cetro. O afável Ferreira da Câmara apanhou-o, e, rindo, o restituiu ao rei, já cansado de governar, com as palavras: — "Vossa Majestade deixou cair o cetro!" [...] O novo rei dos negros recebeu oficialmente a visita de um enviado estrangeiro à corte do Congo (a denominada congada)... Concluiu-se, afinal, a festança com o brado do rei dos pretos, que o seu povo todo repetiu: — "Viva El-Rei D. João VI!" — Quão interessantes são as reflexões do pensador, que, em retrospecto e visão do futuro se ligam a essa estranha festa![81]

Na ocasião, dois reis foram coroados: o português e o africano. A saudação vai para d. João VI, mas quem é entronado, no ato, é o rei do Congo. Por sua vez, os emblemas dos arautos eram decorados com modelos que falavam, conjuntamente, de universos diferentes: "europeu, índio, oriental, negro e americano". A festa se desenvolve de tal maneira que se constituiu numa afirmação da soberania portuguesa, a qual, porém, apesar de respeitada, não preenche o espaço de um rei entre os negros nessa colônia dos trópicos.

Para os negros, a coroação de d. João VI é quase um pretexto para a escolha de um novo rei do Congo. Para os grupos brancos, a nomeação de um rei do Congo é antes uma homenagem ao verdadeiro rei, que vem de Portugal.

Mello Moraes também descreve a coroação de um rei negro, na

Capela de Nossa Senhora da Lampadosa. No dia 3 de dezembro de 1748 a irmandade negra do Santo Rei Baltasar recebeu autorização para coroar um dos seus membros, no dia de Reis:

> E pelas ruas, pela cidade, internando-se nas fazendas do Engenho Velho, do Engenho Novo, de Santa Cruz, nos limites da autorização concedida, levas de pretos, dançando e cantando [...] Homens, mulheres, e crianças, em largo regozijo da liberdade de um dia, esqueciam por instantes as palmeiras de sua terra, os fetiches de seu país, aguardando a cerimônia da coroação do soberano, e rendendo culto ao Santo Rei Baltasar, que lhes recordava, pela cor que tinha, a cor de sua pele e de seu destino [...] Da capelinha, de portas fechadas, o capelão à janela recreava-se do selvagem espetáculo, e os negros da nação, em pleno dia de Reis, julgavam-se venturosos de sua sorte, esquecendo-se dos desertos de sua terra e das travessias do mar.[82]

Africanos das mais variadas nações, segundo Moraes, rendiam culto ao Santo Rei Baltasar. A despeito das concessões dos folcloristas e mesmo que na África as nações pudessem ser inimigas, no Brasil a identidade parecia ser maior que a diferença.

Depois de tantos reis, não se pode deixar de mencionar uma rainha africana que como personagem viveu em terras brasileiras. Estamos falando da "Rainha Ginga e de sua corte", que se fizeram presentes em procissões de Nossa Senhora do Rosário e de são Benedito, e por vezes nas congadas, quando substituíam a personagem do rei dos Mouros. Avé-Lallemant assistiu a uma festa em que essa rainha estava representada:

> Foi um grande dia para a gente de cor. Os negros e as negras fervilhavam diante da igreja e nas ruas adjacentes. Toda a antiga corte da Rainha Ana Chinga parecia estar reunida; um quadro africano original, genuíno. Não pude realmente deixar de acompanhar com a vista muitas negras, e algumas eram perfeitas como belezas da Costa da Mina. Algumas delas primorosamente cinzeladas em basalto, em completo négligé com o busto seminu dum lado, esplendidamente eretas, as rijas formas flexíveis, arredondadas,

> dum negro brilhante, muitas com as espáduas nuas até muito embaixo, nas costas ornadas de hieróglifos nitidamente talhados na pele, símbolos talvez de certa origem nobre. Hieróglifos que o europeu não decifra e ainda menos os separa, mas que entre africanos têm uma significação [...][83]

Esse orgulho da "corte [de] [...] Chinga" (ou Ginga) corresponde ao perfil histórico da rainha, que, diz a lenda, teve uma relação ambígua com os portugueses. Apesar de convertida ao catolicismo e de exercer grande fascínio sobre os europeus, não deixou de guerrear e de se indispor com os colonizadores.[84] A mesma complexidade na esfera da cultura esteve presente no cotidiano dos escravos e de seus senhores no Brasil. Anseios paralelos de resistência e de aceitação "faziam embaixadas" e expressavam sua dualidade em rituais como a congada e tantos outros. Talvez por isso mesmo essa rainha tenha atravessado o oceano, virado símbolo e, na congada, faça o papel de adversária dos cristãos, assim como do rei do Congo. Exemplo da ambigüidade, Ginga é um pouco de tudo: diálogo e rejeição, aliança e guerra.

Mas as opiniões acerca da importância dos reis negros não são unívocas. Mário de Andrade, por exemplo, é bastante crítico em relação ao papel das coroações desses reis negros, e em especial do rei do Congo. Diz que, nas fazendas, ele servia de intermediário entre o senhor e os outros escravos.

> Nem é pra estranhar que o branco esperto, profano como religioso, instigasse os pretos a esses reinados de fumaça. Uma das peças dos Congos colhidos por mim, reza: Nosso Reis é só quem manda Pra nóis tudo trabaiá! Um texto assim deve provar a verdadeira função social desses reinados coloniais de Congos. Num tempo em que a escravaria predominava em número, os reis e rainhas negros, com os quais os padres e senhores condescendiam, a que os chefes profanos da Colônia chegavam a honrar e prestar homenagem como se fossem reis legítimos: esses reis de fumaça eram bons instrumentos nas mãos dos donos, e a escravidão revoltada (mais revolta que revoltada...) do escravo... Os reis de fumaça

funcionavam utilitariamente para os brancos.[85]

É difícil discordar de Mário de Andrade. Muitas vezes as realezas negras acabavam por amortecer conflitos latentes entre senhores e escravos. Mas a cultura não é somente um reflexo da estrutura política, e como temos visto, se é manipulada, também "manipula" ao evidenciar imaginários que transcendem o contexto mais imediato. Ao mesmo tempo que, nesse caso particular, funcionava como instrumento de dominação, era também um espaço para a releitura. Representava, portanto, uma forma de incorporar o domínio português ao universo cosmológico e valorativo próprio de algumas nações africanas.

A eleição de reis do Congo, a formação de irmandades negras, a promoção de festas e procissões com santos padroeiros particulares significavam uma maneira de criar "lealdades próprias" e de se ver como membro de um grupo, e assim "menos estrangeiro". A veneração de reis e santos particulares representa, de algum modo, a construção de uma nação, de um "Brasil Familiar" dentro do "Brasil Estrangeiro". É certo que essa afirmação não muda em nada a condição escrava, antes aumenta os instrumentos de dominação. No entanto, é por meio da cultura que tais mundos dialogam e que grupos excluídos das posições políticas e sociais mais elevadas abrem brechas para atribuir significados específicos e paralelos aos rituais oficiais. Esses costumes foram como que minguando com o processo de urbanização das cidades, junto com a própria sorte da monarquia. Essas festas não fazem mais parte do calendário oficial, mas sobrevivem quase como um etos, nesse país ainda marcado pelo "tempo dos feriados". Nelas o rei oficial cede lugar ao rei imaginário, tantas vezes festejado.

REI OBÁ, O AMIGO DE D. PEDRO, E OUTROS REIS UM TANTO LOUCOS

Na corte do Rio de Janeiro, bem perto do Paço de São Cristóvão, havia uma região conhecida como "pequena África". Comentadores da vida

carioca, como Lima Barreto, falavam "da aringa africana" quando percebiam, lá pelos lados da Prainha, da Conceição e de Santa Rita, a proliferação de mandingas, ervanários, quitandas e galinheiros. Bem nesse local vivia uma realeza africana que se destacava por ser "amiga" do imperador d. Pedro II:

> [...] figura marcante nas recepções de São Cristóvão, o alferes Galvão, enganoso título sob o qual se abriga uma ilustre personalidade, isto é, nada mais nada menos do que o rei Obá II, da África, um pretendente à coroa, que, destituído de seu direito à herança, ambiciona hoje a soberania sobre toda a África. Galvão é um negro nascido na Bahia e seu pai, Obá I, foi de fato rei na África; foi porém vencido numa guerra e vendido como escravo no Brasil, onde mais tarde comprou a sua liberdade, muito tarde, porém, para regressar à África e reconquistar o seu trono. Seu filho, que no Brasil se chama Galvão, fez campanha contra o Paraguai e destacou-se tanto por bravura que foi nomeado alferes honorário do exército. A honra parece que lhe subiu à cabeça, porque logo que o pai morreu ele lançou pela imprensa daqui um manifesto a todos os povos da África, no qual ele comunicava que, como Obá II, subia ao trono, e desde então regala o público, de tempos em tempos, com manifestações pela imprensa, que são menos corretas do que interessantes, e na qual ele discute os assuntos brasileiros como Obá II. Ele é naturalmente monarquista e conservador, pois é um príncipe... Obá II é um negro grande e forte, com barba à Henrique IV; usa finas roupas pretas e um pince-nez de ouro, com vidros azuis. Trata a todos de cima para baixo, como convém a um príncipe; avança sem olhar para os lados até a primeira fila [...] Com seu sorriso superior observa então os demais, saúda displicentemente o pessoal do serviço e espera com dignidade a chegada do Imperador. Então, porém, derrete-se o seu orgulho como manteiga ao sol. Não é como de príncipe a príncipe que ele vai ao aperto de mão. Não; Sua Majestade Obá II dobra os joelhos como um miserável vassalo e, sempre de joelhos, beija a mão do Imperador... E isto se repete mais ou menos em cada sábado.[86]

Eduardo Silva comenta como o príncipe Obá, ou d. Obá II,[87] reinava na "pequena África", liderando festas e rituais locais. Andava pelas ruas como se estas fossem os salões de seu palácio e, devidamente paramentado, era saudado com reconhecimento: "Obá! Ó Príncipe Obá!". Recebido regularmente por d. Pedro, Obá vestia-se, nessas ocasiões, com seu uniforme militar. Algumas vezes, os guardas do palácio alardeavam sua chegada, dando-lhe tratamento de rei, ao que Obá reagia comovido, respondendo com gorjetas e agrados. Mello Moraes também conta a história do rei Obá, acrescentando detalhes interessantes de sua vida política: "Conta-se que no dia 2 de dezembro [aniversário de d. Pedro], que seguiu-se à proclamação da República, o príncipe Obá, como de costume, dirigiu-se ao paço para cumprimentar o Imperador; que, encontrando as portas fechadas, ou sendo despedido, enfureceu-se e prorrompeu em 'vivas' e disparates. O que há nisso de autêntico não afirmamos; o que é certo, porém, é que o governo provisório cassou-lhe as honras de alferes, sobrevivendo ele apenas alguns meses a esse desgosto".[88]

No dia imediato ao seu falecimento, os grandes jornais da corte dedicaram artigos biográficos a Obá. Nestes, ele se transformava em uma figura dileta em meio à interminável galeria de tipos que habitavam as ruas da corte.[89]

É interessante pensar nessa relação entre "realezas" tão diversas mas que, em alguma medida, se fundiram com o fim do Império. D. Pedro II recebia um monarca que misturava títulos africanos com medalhas da Guerra do Paraguai,[90] todavia o tratava como um rei de verdade. Este, por sua vez, reconhecia a hierarquia: curvava-se como um vassalo perante um rei que parecia, pela superioridade, ser seu suserano. Por outro lado, a lealdade monárquica foi mais forte do que os "ventos agitados da política". Afinal, d. Pedro não resistiria aos novos tempos, assim como Obá, que morreria quase junto com a monarquia.

Mas Obá não é um exemplo isolado. Mello Moraes salienta que figuras como o rei Neuvangue, a rainha Nembanda, os príncipes Manafundos, o feiticeiro Endoque e os Uatuafanos — escravos vassalos do rei — eram

presenças tradicionais nas festas africanas celebradas no Rio de Janeiro do século XIX. Além dessas personagens, popular no cenário da corte era Sua Alteza o príncipe d. Miguer Manoer Pereira da Natureza, Sová, Gorá, Vange. Mais conhecido como "príncipe natureza", o negro Miguel — um ex-escravo, empregado da Marinha depois de liberto — costumava dizer que era do Conselho de Sua Majestade e "fidelíssimo súdito do Sr. D. Pedro II do Brasir, condecorado pelo Sr. D. Miguer I de Portugar, grão-cruz dos príncipes de Marta do tempo de Afonso Henriques".[91]

OUTRAS COROAS

Estranho mundo, o que os viajantes conheceram. Imperadores tropicais em palácios, quase europeus, ao lado de reis africanos escravizados mas que reinavam entre os cativos. Fletcher conta a história de um rei africano que veio ao Brasil, vendido como escravo:

> Houve um preto mina, no Rio, notável pela sua altura, que era chamado pelos outros "O Príncipe", sendo de fato do sangue real de seu país natal. Fora feito prisioneiro de guerra e vendido para o Brasil. Dizem que os seus "súditos", no Rio, uma vez libertaram-no à sua custa: — ele voltou para a África, empenhou-se numa guerra e foi feito prisioneiro pela segunda vez, tendo sido recambiado para o Brasil. Se foi novamente entronizado, não sei, mas a perda de sua realeza não deveria ter pesado muito em seu espírito, pois foi um excelente carregador, e, quando um dos meus amigos embarcou, o "Príncipe" e sua tropa incumbiram-se de transportar a sua bagagem para bordo.[92]

Rei que é rei não perde a realeza, e é assim que, sem o "cargo" mas com a "pose", muitos reis africanos continuavam a ser respeitados como tal. Situação paradoxal: essas realezas conviviam com condições extremadas — de um lado a escravidão, de outro o reconhecimento devido a uma monarquia distante. De fato, quando chegavam ao Brasil, os escravos deixavam de ser identificados pelo reino ao qual pertenciam, isso

para não falar de suas antigas hierarquias. Por isso mesmo, ora recuperavam estruturas que não correspondiam mais à realidade africana, ora elegiam reis do Congo, que não eram necessariamente do Congo, porém representavam reis africanos locais. "A eleição do Rei do Congo, pelos indivíduos provindos dessa região africana, parece tender a recordar-lhes as tradições da terra natal. Mas os Reis do Congo brasileiros invocam Nossa Senhora do Rosário e são vestidos como vestem os brancos. Conservam, é verdade, a dança do seu país, mas nessas festas são admitidos pretos africanos de outras nações, crioulos, negros e mulatos, e todos se movimentam de forma semelhante nessas cerimônias que cada vez mais lembram o Brasil em vez da África."[93]

D. SEBASTIÃO — IMPERADOR DO IMAGINÁRIO

No Carnaval de 1996, uma famosa agremiação carioca apresentou o seguinte samba-enredo:

> No fundo do mar
>
> Tem um castelo que é do rei Sebastião
>
> Tem mandinga, tem segredo
>
> Meu amor eu tenho medo de sonhar com assombração.

Com efeito, entre os "reis que cruzaram o Atlântico", consta o misterioso d. Sebastião. Desde o século XVI, quando reinava em Portugal e desapareceu, segundo a lenda, misteriosamente na batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, d. Sebastião foi cercado de uma forte mística. "Vítima do fervor religioso", o rei português teria sumido sem deixar vestígios e em seu lugar iniciava-se um movimento de claras características messiânicas. Conhecido como "sebastianismo", o movimento tem origem portuguesa, mas ganha muitos adeptos brasileiros. Os relatos a seguir tratam de cultos sebastianistas no Brasil do século XIX, que envolviam manifestações de fanatismo, idéias apocalípticas do fim do mundo e o nascimento de uma nova era.

Pouco antes de visitarmos Pernambuco, deram-se lamentáveis ocorrências no interior da província... Para que o leitor possa compreendê-los bem, lembraremos que ainda existe em Portugal e até certo ponto, também no Brasil, uma seita denominada dos Sebastianistas. O dogma fundamental dessa seita é que D. Sebastião, Rei de Portugal, que em 1577 empreendera uma expedição contra os mouros, na África, da qual jamais voltou, vive ainda e algum dia reaparecerá na Terra. Contudo, o ponto principal da crença é que o rei voltará, vivo ainda, sem jamais ter morrido. Os portugueses esperam seu reaparecimento em Lisboa, mas os brasileiros acham mais natural que ele venha ter, em primeiro lugar, à sua cidade de São Sebastião. Entretanto, certo espertalhão sem escrúpulos, de nome João Antônio, instalou-se em recanto afastado da Província de Pernambuco, próximo a Piancó, Comarca de Flores, à espera da volta de D. Sebastião. O local em questão estava situado dentro de uma floresta onde havia duas cavernas. A isso o impostor chamou de reino encantado, próximo a se desencantar, quando então D. Sebastião apareceria à frente de um exército, coberto de glória e poder para dar a riqueza e a felicidade a todos que, na expectativa de seu regresso, se associassem ao tal João Antônio. Como era de se esperar, o fanático logo conseguiu prosélitos que dentro em pouco se convenceram que o reino imaginário só se desencantaria quando regado com o sangue de uma centena de crianças inocentes! Na falta de crianças, homens e mulheres deveriam ser imolados. As vítimas, porém, ressuscitariam depois de alguns dias e entrariam na posse de enormes riquezas. Ao que parece o profeta não teve coragem de levar a cabo seu plano sanguinário, mas delegou poderes a um de seus asseclas [...] Depois de numerosas cenas por demais horríveis para serem aqui reproduzidas, começou ele a matança de seres humanos... No curto espaço de dois dias João Antônio havia assim assassinado, a frio, vinte e um adultos e vinte crianças, quando um irmão do profeta, invejoso de "sua santidade", assassinou-o e tomou seu lugar.[94]

Mesmo revelando um imenso horror e ceticismo, o relato de Kidder

evidencia como essa seita se reproduzia no Brasil. Mas não são apenas os brasileiros miseráveis e desesperançados que aderem ao sebastianismo. Na serra do Caraça, perto de Vila Rica, Spix e Martius se hospedaram na casa de um sebastianista que parecia estar em uma boa posição social: "O porte de nosso distinto hospedeiro, homem grisalho, era um tanto solene, e, involuntariamente, nos fazia lembrar os quakers. De fato, ele era um dos adeptos do sebastianismo, os quais estão sempre à espera da volta do Rei. Estes sebastianistas, que se distinguem por sua diligência, economia e caridade, são em maior número no Brasil, e, especialmente, em Minas Gerais, do que na própria mãe-pátria".[95]

Estranha coincidência leva Estácio de Sá a fundar, mesmo antes da morte de d. Sebastião, em março de 1565, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em homenagem ao infante.[96] A partir de então, e em vista do triste destino do jovem rei, locais diferentes lutam pela primazia de seu retorno.

Mas não é só. Já na época da fundação da monarquia brasileira José Bonifácio, leitor de Vieira, insistia nas correlações entre uma realeza na América e a emergência do milenarismo do Quinto Império — "o Império da terra sobre a terra" —, conforme previra o religioso em História do futuro (1718). Na época do nascimento de d. Pedro II, este foi saudado não só como o primeiro rei "genuinamente brasileiro", mas como um pequeno d. Sebastião, que resumia as esperanças da jovem nação. Entre cosmologias cruzadas, a mística portuguesa tornava-se um tema brasileiro.

Não há, por certo, como deixar de desconfiar dos relatos dos viajantes protestantes, tão preocupados em descaracterizar esses rituais mestiçados. Também é preciso repensar nas datas e dados de certos folcloristas, muitas vezes pouco interessados em comparar informações e documentos. No entanto, é possível ler e recortar esses textos, mesmo porque a rejeição ou a exaltação são, também, dados em si reveladores. É assim que neste capítulo vimos descrito o outro lado da "elite da rua do

Ouvidor". Se a corte se divertia nos salões e em clubes privados, escondendo a imagem pouco européia do Império brasileiro, o povo ganhava as ruas e dava continuidade às práticas coloniais do "país das festas". Por outro lado, enquanto na corte procurava-se apagar a presença de uma grande população de origem africana e, ao contrário, desenhava-se a representação de um Império europeu, que no máximo dialogava com a cultura indígena, já no relato dos viajantes naturalistas, sua distância e ojeriza lhes permitem observar o país com outras lentes. Nessa perspectiva, a nação surge como negra e mestiça; mestiçada em sua cultura. Talvez comece dessa maneira a representação de uma cultura popular mestiça feita de brancos, índios e sobretudo negros. É no olhar dos estrangeiros que aparece a diferença, e não na visão oficial do Império.

Mas as festas falam mais. Devem, nesse grande Império americano, ser grandiosas e "memoráveis", ao mesmo tempo que se associam a uma tradição que lhes antecede. Longe da recepção das elites, dessa vez é a realeza que rebate no sagrado e vice-versa. Nesse caso, talvez d. Pedro esteja inserido em uma representação em que é parte e não agente. Segue a procissão, assim como é sua imagem ou um retrato que vai junto ao cortejo. Com efeito, nesse caso é difícil separar o público do privado e do religioso.

A partir dessas festas reconhecemos, mais de perto, um imaginário popular que passa ao largo do mundo oficial da política. Nesse sentido, a participação era sobretudo religiosa e social. Como diz o historiador José Murilo de Carvalho, "podia ser encontrada nas grandes festas populares, como as da Penha e da Glória e no entrudo; concretizava-se em pequenas comunidades étnicas, locais ou mesmo habitacionais...".[97]

De toda forma, mais ou menos ligadas ao projeto institucional das elites de dar visibilidade ao Império, nesses rituais se divulgava a representação da realeza, mesmo que de formas pouco usuais.

Em meio a tantas esperanças d. Pedro virava um rei com muitas coroas; reinava como um rei entre reis. Festas também não faltaram. Em 1864 casavam-se as filhas de d. Pedro: d. Isabel e d. Leopoldina; a primeira em 15 de outubro e a segunda em 15 de dezembro. Dizem que na chegada

dos pretendentes — Gastão, o conde D'Eu (filho do duque de Nemours, casado com Vitória de Saxe-Coburgo), e seu primo Luís Augusto, o duque de Saxe (primo-irmão de Gastão) — acertou-se tudo: Augusto para Isabel, Gastão para Leopoldina.

Com o convívio, porém, as irmãs trocaram os pretendentes. Mais uma vez a corte conheceu a riqueza dos casamentos reais. O primeiro deles seria o mais importante, afinal Isabel era a princesa-herdeira do Império do Brasil. O segundo, no entanto, manteria a pompa e a riqueza do cerimonial. Só faltou, mesmo, o "balão do Sr. Wells", especialmente encomendado por Isabel.[98]

Mas o ambiente começava a mudar. Os maus ventos da guerra batiam no Império e alterariam a mística de uma realeza sacralizada pela Igreja católica, elevada pela releitura popular.

O casal imperial com filhas e genros. Insley Pacheco, 1865. MMP

O conde D'Eu, Margeon
e Van Nagel, c. 1870. MMP

Princesa Isabel. Insley Pacheco,
1869. MMP

Princesa Leopoldina. Stahl & Wahnschaffe, década de 60. MMP

Luis Augusto de Saxe-Coburgo. Stahl & Wahnschaffe, década de 60. MMP

NO IMPÉRIO DOS DIAS FERIADOS AS DATAS RELIGIOSAS, POPULARES E OFICIAIS SE MISTURAM

CALENDÁRIO DAS FESTAS RELIGIOSAS* NO RIO DE JANEIRO DURANTE O SÉCULO XIX[99]

JANEIRO

Ano-Bom* (1) (dia de gala)

Reis* (1 a 6) (dia de gala)

Dia do Fico (9)

Falecimento do Sr. Duque de Lecce, Irmão de S. M. a Imperatriz

Festa do Senhor Bom Jesus de Iguape (19)

Festa de São Sebastião* (20)

Procissão de São Sebastião* (27)

Festa de São Crisóstomo (27)

FEVEREIRO

Festa de Santo Amaro (1)

Nossa Senhora da Candelária (2) (dia de gala)

Purificação de Nossa Senhora* (2)

Festa de São Brás (3)

Falecimento da Sra. D. M. Amélia, Irmã de S. M. o Imperador

Entrudo (período do Carnaval)

Carnaval*

Procissão de Quarta-Feira de Cinzas/Procissão de Santo Antônio*

Procissão de Nosso Senhor dos Passos* (segunda quinta-feira da Quaresma)

Festa de São Elói (20)

Festa de São Matias Apóstolo

MARÇO

Aniversário Natalício da Sereníssima Princesa Imperial* (11)

Aniversário Natalício de Sua Majestade a Imperatriz (14)

Festa de São José* (19)

Festa de São Bento (21)

Juramento da Constituição do Império* (feita em 1824) (25)

Paixão e Anunciação de Nossa Senhora* (25)

Procissão do Triunfo* (sexta-feira que precede o Domingo de Ramos)

ABRIL

Domingo de Ramos*

Festa de São Francisco de Paula*

Elevação de S. M. I. ao Trono* (7)

Festa de Nossa Senhora das Dores (10)

Festa do Santíssimo Sacramento (12)

Festa de São Jorge* (23)

Quarta-Feira Santa* (40 dias após o Carnaval, em março ou abril)

Quinta-Feira Santa*

Sexta-Feira da Paixão*/ Procissão do Enterro

Sábado de Aleluia*/ Malhação do Judas

Domingo de Páscoa*

MAIO

Festa de São Filipe e São Tiago (1)

Ladainhas*

Abertura da Assembléia Nacional* (3)

Invenção de Santa Cruz (3)

Festa de São Gonçalo Garcia (8)

Festa de Nossa Senhora da Piedade (13)

Festa de Santa Rita de Cássia (22)

Festa do Divino Espírito Santo* — Dia de Pentecostes (40 dias após a Páscoa, em maio ou junho)

JUNHO

Festa de São Bartolomeu (1)

Festa de Nosso Senhor dos Passos (1)[100]

Festa de Jesus, Maria e José (2)

Festa de São Gonçalo (2)

Festa da Santíssima Trindade* (3)

Páscoa do Espírito Santo (6)

Procissão do Corpo de Deus (Corpus Christi)*/ Procissão de São Jorge (7)

Festa do Sagrado Coração de Jesus* (7)

Festa de Nossa Senhora da Piedade (10)

Festa de Santo Antônio de Lisboa (13)

Festa do Corpo de Deus (17)

Festa de Santana (22)

Festa de São Joaquim (22)

Festa de São Fidélis de Sigmaringa (24)

Festa de São João Batista (24)

Festa de São Tadeu (25)

Festa do Santíssimo Coração de Jesus (25)

Festa de Santa Apolônia (26)

Festa do Senhor do Bonfim (28)

Festa de Santo Antônio (28)

Festa de Nossa Senhora do Sacramento (28)

Festa de Nossa Senhora da Conceição (28)

Festa de São Pedro (29)

Festa de São Paulo (29)

JULHO

Procissão de Santa Isabel (2)

Festa da Misericórdia* (2)

Procissão da Visitação de Nossa Senhora (2)

Festa de Nossa Senhora do Monte Carmo (12)

Natalício da Princesa Leopoldina (13)

Festa do Carmo (16)

Festa da Coroação e Sagração (18)

Festa da Maioridade (23)

Triunfo de Santa Cruz (26)

Natalício da Princesa Isabel (29)

AGOSTO

Festa de São Lourenço (10)

Procissão de Nossa Senhora da Boa Morte* (14)

Festa da Glória* (15)

Festa de São Bartolomeu (24)

Festa de São Joaquim (domingo seguinte à festa da Glória)

SETEMBRO

Aniversário de casamento de S. M. I. (4)

Independência do Império* (7)

Festejos da Senhora da Victoria (8)

Festa do Nascimento de Nossa Senhora* (8)

Festa de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (9)

Festa de São Roque (20)

Festa de Nossa Senhora das Mercês (20)

Festa da Santa Cruz* (21)

Festa de São Mateus (21)

Festa de São Pedro Gonçalves* (23)

Festa de São Roque (23)

Festa de Nossa Senhora do Bom Parto (27)

Festa de São Miguel (29)

OUTUBRO

Festa da Penha (3)

Festa de São Francisco (4)

Festa de Nossa Senhora do Rosário (11)

Aniversário de Pedro I (12)

Festa de Santa Teresa de Jesus (15) (dia de gala)

Festa de Nossa Senhora da Conceição (16)

Festa de Nossa Senhora das Dores (18)

Aniversário de São Pedro de Alcântara (19)

Festa de São Simão e São Judas (28)

Festa de São Miguel (29)

NOVEMBRO

Festa de Todos os Santos* (1)

Dia de Finados/ Procissão dos Ossos* (2)

Festa de Nossa Senhora das Dores

Festa de Nossa Senhora da Lampadosa

Festa de Nossa Senhora do Valle

Primeira Dominga do Advento*

Festa de Santo André (30)

Festa de Nossa Senhora da Conceição e da Boa Morte

DEZEMBRO

Festa da Imperial Ordem do Cruzeiro*

Aniversário de Pedro II* (2)

Festa de Conceição de Nossa Senhora, padroeira do Império (8)

Festa de Nossa Senhora da Conceição (11)

Festa de Santa Luzia* (13)

Festa de São Tomé (21)

Natal* (25)

Boas Festas (26)

(*) As festas com um sinal de asterisco (*) são as oficiais.

II

A GUERRA DO PARAGUAI:

O "VOLUNTÁRIO NÚMERO UM"[1]

D. Pedro II. CPCL

Nem tudo eram festas. Ao contrário, a década de 70 significou uma guinada na pacata política imperial: o soberano participaria de modo ativo do conflito com o Paraguai e assumiria no campo da política a centralidade que já vinha obtendo na área cultural. Paradoxalmente, se a Guerra do Paraguai representa o apogeu do Império de d. Pedro, o momento de maior maturidade, significa também, mesmo que visto de forma retrospectiva, o início da queda. O apogeu, pois em seu primeiro ano a contenda trouxe muitos benefícios à figura do monarca, que, como "rei guerreiro", tornava-se ainda mais popular no imaginário local. Mas esse é também o anúncio do declínio futuro. A guerra não seria tão curta como imaginavam d. Pedro, ministros, generais e até seus aliados: a Argentina e o Uruguai. Por outro lado, nos anos de guerra o governo brasileiro dedicou-se de tal maneira a ela que pouco tempo sobrou para as reformas internas. Ademais, foram enormes os gastos com a luta: 614 mil contos de réis, onze vezes o orçamento governamental para o ano de 1864, criando um déficit que persistiu até 1889.[2]

Mas a guerra fez mais: imprimiria marcas profundas na imagem pública de d. Pedro II. Nos últimos dois anos do embate, quando o conflito estava praticamente acabado, o imperador tomou como uma questão pessoal a tarefa de caçar o "caudilho López", o que acabou lhe custando bastante caro. Por fim, foi o Exército que o Estado imperial criara durante a querela, em padrões mais modernos e organizados, que ajudou a derrubar — juntamente com o Partido Republicano Paulista — a monarquia. Não são poucos, portanto, os reflexos dessa guerra nos destinos futuros do Império brasileiro.

Vamos — brevemente — ao cenário. Mesmo antes da guerra de 65, a tempestade se aproximava. Em 1862, quando o Império orgulhosamente se preparava para participar da Exposição Universal de Londres,[3] estoura a Questão Christie. William Dougall Christie, representante da Inglaterra na corte brasileira desde 1860, criou vários impasses diplomáticos durante sua

estada no país. Chocou-se com o Gabinete Caxias, por haver subtraído à ação da justiça brasileira alguns tripulantes de uma fragata inglesa surta no Rio de Janeiro. Depois, ainda em 1861, divulgou outro incidente, dessa feita provocado pelo naufrágio, na costa do Rio Grande do Sul, da barca Prince of Wales, e seu saque subseqüente.[4] Para piorar, no ano seguinte, três oficiais ingleses que andavam bêbados pelas ruas da corte, foram presos por desacato à polícia, ato que foi entendido por Christie como um ultraje à Inglaterra. Como represália ordenou que o comandante da esquadra britânica no Rio de Janeiro bloqueasse o porto, impedindo a chegada dos navios brasileiros, o que quase causou um grave problema internacional e por pouco não levou a uma crise com a Grã-Bretanha.

Na verdade, as atitudes de Christie eram recebidas por políticos brasileiros em tom de zombaria. "Aprendeu diplomacia no território dos mosquitos", dizia o barão de Penedo. Essas são "as loucuras de Mr. Christie", resumia Zacarias.[5] Mas a maior das "loucuras" do representante inglês foi ter deixado de comparecer ao aniversário de d. Pedro II, em 2 de dezembro de 1862, quando todo o corpo diplomático fora convocado. A situação era tão delicada que pela primeira vez desde a construção do Palácio de Petrópolis o imperador deixava de subir para a estância no verão — como fazia todos os anos logo depois do Natal —, a fim de poder acompanhar os acontecimentos. Diante da enérgica intransigência do imperador, foi Christie quem cedeu, todavia as relações entre os países ficaram suspensas durante dois anos. Foi só então, quando d. Pedro II se encontrava acampado em Uruguaiana, que um enviado especial inglês se curvou perante o monarca brasileiro, reconhecendo a culpa inglesa no incidente. Um caso singular mas que revelava os humores da época.

Também na década de 60, o primo-irmão de d. Pedro, o arquiduque Maximiliano, foi fuzilado no México. Maximiliano havia reinado por dois anos, apoiado pelas tropas francesas, quando estas se retiraram em virtude da pressão norte-americana.[6] O antigo presidente, Benito Juárez, tendo retomado forças, acaba voltando ao poder e dando fim à frágil e curta experiência de um imperador colocado no poder tal qual um fantoche.

Apesar de ter tomado conhecimento do destino de Maximiliano

mesmo antes de seu desenlace, d. Pedro pouco intervira na questão. Talvez tenham ficado na memória de nosso imperador as notas irônicas do arquiduque quando este visitou o Brasil. Em seu Esboço de viagem (1860), Maximiliano traçava um perfil impiedoso dessa corte, aos olhos dele, por demais provinciana. (Ver fig. 2 do caderno-cor 2.)

Os anos 60 marcam também o momento de recrudescimento da campanha pela abolição da escravidão. Com o final do tráfico de escravos em 1850, a questão servil entra na agenda do Império.

No entanto, a nova crise na região do Prata retardaria o andamento das negociações e se transformaria em uma questão nacional, suprapartidária. Apesar da vitória final, a desastrosa Guerra do Paraguai (também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança e La Guerra Grande) teria conseqüências mais negativas do que positivas para o governo imperial brasileiro. Findo o embate, uma rachadura evidente estava criada nos alicerces desse Império tropical.

Na verdade, as tensões nas fronteiras do Prata andavam apenas momentaneamente serenadas no início da década de 60. O quebra-cabeça não estava terminado. Em torno de dois grandes rios, o Uruguai e o Paraguai, quatro nações dividiam fronteiras: Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Nesse terreno, quatro contendores aplicavam-se em bem desempenhar o complicado jogo das fronteiras. Em questão estavam, além do local e do acesso à navegação na bacia platina, a hegemonia da região e os diferentes processos por que passavam os Estados nacionais envolvidos.

Os primeiros incidentes são bem anteriores aos anos de guerra. A crise ministerial de 1849 — quando Olinda é obrigado a sair do Gabinete — já fora provocada pelos impasses da política do Rio da Prata. Não se chegava a um veredicto sobre o rumo a seguir com relação ao ditador argentino, d. Juan Manuel Rosas, que ambicionava concretizar um velho sonho: reconstituir o antigo Vice-Reinado do Prata. Para tanto já tinha assegurado o domínio do Uruguai, com o apoio de Oribe, e ameaçava agora a fronteira do Rio Grande do Sul.

Olinda sabia das intenções de Rosas, mas, talvez lembrando da política de d. Pedro I, insista em continuar negociando. O ministro foi então

afastado da presidência do Conselho e em seu lugar entrou Eusébio de Queirós, ministro da Justiça. Segundo alguns documentos e biografias, a participação do imperador teria sido, já nesse contexto, bastante decisiva. Com efeito, a essas alturas, o monarca era pai de família, libertava-se de seus antigos tutores, atuava na cena cultural e passava a interferir mais diretamente nos rumos da nação.

A partir de então (e até o final da Guerra do Paraguai) "os negócios do Prata" se constituirão no principal objetivo da política internacional brasileira. Como diz Lyra[7] o Prata será uma escola política para grande parte da elite. Paranhos (futuro visconde do Rio Branco), Sinimbu, Pimenta da Veiga (mais tarde marquês de São Vicente), entre tantos outros, tiveram papel destacado nos andamentos das negociações. O imperador tomava as decisões de impacto, mas esses homens é que conduziam o grosso do trabalho. É por isso mesmo que, durante esse período, a pasta dos Negócios Estrangeiros foi sempre considerada a mais importante. No entanto, ao menos essa guerra foi curta. Com Paulino na pasta de Estrangeiros e a entrada oficial do Brasil na guerra em 1851, fecha-se o cerco e Rosas capitula em fevereiro de 1852.

O equilíbrio era, porém, precário: em 1864 estoura a Questão Uruguaiana. Desde 1863 uma guerra civil dividia o país entre os adeptos do Partido Colorado (chefiado pelo general Venancio Flores) e os partidários do Partido Blanco, liderados por Atanasio Aguirre, que assumira a presidência desse país tão dividido entre facções. Por sua vez, o Brasil e a Argentina apoiavam Flores, na medida em que ambos temiam a política mais nacionalista proposta pelos blancos, que, além do mais, opunham-se aos tratados humilhantes assinados entre Brasil e Uruguai.[8]

Com a ruptura nas negociações de paz, em 21 de julho de 1864, o governo imperial dava ordem a Saraiva que enviasse um ultimato a Aguirre. A Questão Uruguaiana parecia ter se encerrado em 15 de fevereiro de 1865, quando Aguirre passou o governo a Villalba, que foi eleito presidente pelo Senado e logo elaborou acordo de paz com o Brasil.

Mas a guerra recomeçaria com outros jogos e sobretudo um novo

inimigo: o Paraguai. Enquanto na Argentina os federalistas eram vencidos pela candidatura de Bartolomé Mitre — que passava a liderar um processo de centralização do Estado —, no Brasil o Partido Liberal chegava ao poder, após duas décadas de domínio do Partido Conservador. Por outro lado, no Paraguai morria, em 1862, Carlos Antonio López. Seu filho, Francisco Solano López, não só o substitui no poder como dá continuidade à política do pai: importar tecnologia do estrangeiro para desenvolver internamente o país.[9]

López, porém, entraria rapidamente em choque com o Império brasileiro. Em primeiro lugar, a monarquia não acolhera bem a tentativa — frustrada — do chefe paraguaio para mediar o conflito entre Brasil e Uruguai. Além disso, o Paraguai disputava com o Brasil o papel de fornecedor de erva-mate no mercado latino-americano.

Para fechar finalmente o quadro e indicar as diferentes zonas de tensão, falta destacar como os federalistas argentinos, apesar de vencidos, continuavam atuando e viam, assim como o Paraguai, no porto de Montevidéu uma alternativa para o comércio exterior. Formavam-se desse modo dois blocos, ainda informais. De um lado, federalistas argentinos, blancos uruguaios e o Paraguai; de outro, o Império brasileiro, o Partido Colorado e o governo argentino.

Como se vê, o cenário da guerra estava montado e só faltava o estopim. Ele surge em território uruguaio, em 1864, quando o governo brasileiro envia uma esquadra comandada pelo almirante Tamandaré para averiguar supostas violências perpetradas contra brasileiros lá residentes. Agora era a vez de o governo brasileiro lançar novo ultimato exigindo providências em seis dias e a punição dos responsáveis.

Como não se atendeu o pedido brasileiro, a resposta foi imediata: uma curta e temporária invasão no Uruguai. A partir de então a guerra tinha início, articulando os aliados em dois blocos. Em 10 de novembro, as autoridades paraguaias, sem romper previamente as relações diplomáticas com o Império, aprisionam o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que subia o rio Paraguai rumo ao Mato Grosso, e em dezembro de 1864 as tropas de López penetram com sucesso em Mato Grosso. Quatro meses depois, em abril de 1865, a Argentina é invadida: López atacava Comentes e logo em

junho investia sobre o Rio Grande do Sul.

Em atitude bastante inesperada, assim que se teve notícia do ocorrido, o imperador resolveu partir para a fronteira. Segundo Joaquim Nabuco, em Um estadista do Império, a reação não combinava com d. Pedro II, para quem o militar era, "aos olhos de estudioso insaciável da ciência, se não uma futura inutilidade, uma necessidade que ele quisera utilizar melhor, em vez de um militar, um matemático, um astrônomo, um engenheiro".[10] Ninguém imaginava tanto arrojo de um monarca cuja postura civil e avessa à mais rudimentar experiência da guerra poderia expô-lo a perigos inúteis. Na opinião de Oliveira Lima, o imperador estava muito longe de ser um chefe marcial e não se interessava por assuntos bélicos. Exagerava inclusive em seu "paisanismo". Para intrigá-lo com o Exército, contava-se que ao assistir a um desfile militar teria dito: "São todos uns assassinos legais".[11] A notícia foi, portanto, mal recebida e mal entendida pelo Gabinete, que se manifestou contra a partida de Pedro II.

O imperador pronto para a partida para Uruguaiana: a guerra ainda como cenário pintado ao fundo. S. A. Sisson. MIP

No entanto, animado com o sucesso de sua postura durante a Questão Christie, d. Pedro II assumia cada vez mais a imagem de "rei da guerra" — "o voluntário número um", como diziam na época — e, sem dar ouvidos a ninguém, rumava para o sul, em 7 de julho de 1865, na companhia do ministro da Guerra, Ângelo Ferraz (depois barão de Uruguaiana). A saída do Santa Maria provocou certa comoção, pois com d. Pedro II seguia seu genro, o duque de Saxe (marido de sua filha menor), e o conde D'Eu, em viagem de núpcias, juntava-se a eles em Caçapava. O trajeto era longo e à noite armava-se a barraca grande, de formato quadrado, na qual se abrigavam o imperador, os príncipes e os oficiais-generais. Nas imagens oficiais o monarca se vestia para o combate.

Duas imagens semelhantes de d. Pedro, ainda no Paço. Manuel Chaves Pinheiro. MIP

O poncho utilizado por d. Pedro em Uruguaiana. MMP

A marcha terminou em Uruguaiana, onde o imperador encontrou os chefes militares brasileiros — Porto Alegre, Caldwell e Tamandaré — e se preparou para a reunião com seus aliados: o presidente Mitre e o presidente Flores.

Mas para quem, afinal, servia essa guerra? Qual o motivo do empenho inesperado do monarca brasileiro, que até então, e em tantos documentos, destacara sua intenção moderada e não intervencionista?[12] As interpretações variam. Segundo uma determinada linha da historiografia, a origem da guerra estaria na ambição desmedida de López, em seu caráter ditatorial e autoritário. Esses estudos insistem na personalidade truculenta de López, em sua política fraudulenta, e na aversão que d. Pedro II teria ao perfil de caudilho do presidente paraguaio. Trata-se, portanto, de uma explicação claramente personalista, que oblitera outros lados da questão e os arranjos estratégicos que se estabeleciam nesse momento.

Por outro lado, mais recentemente tomou força um tipo de análise, mais conhecida como "revisionista", que encontrou na posição imperialista inglesa a explicação do conflito. Ciosa de manter sua influência financeira no local, a Inglaterra teria se imiscuído no conflito, forjando oposições e selando amizades. Nesse caso, o inimigo comum seria o Paraguai. Inimigo inglês em razão do modelo econômico mais autônomo que criava — distante do Império escravocrata brasileiro e de uma Argentina dominada por uma oligarquia de latifundiários e mercadores —, inimigo brasileiro por conta do estopim que surgira. López apareceria, nessa perspectiva, como um paladino antiimperialista, vítima da conspiração internacional.[13] No entanto, tais estudos fazem sentido em meio a uma conceitualização mais ampla, que revela a existência de uma divisão internacional do trabalho, mas falham por causa da falta de dados e de evidências empíricas.

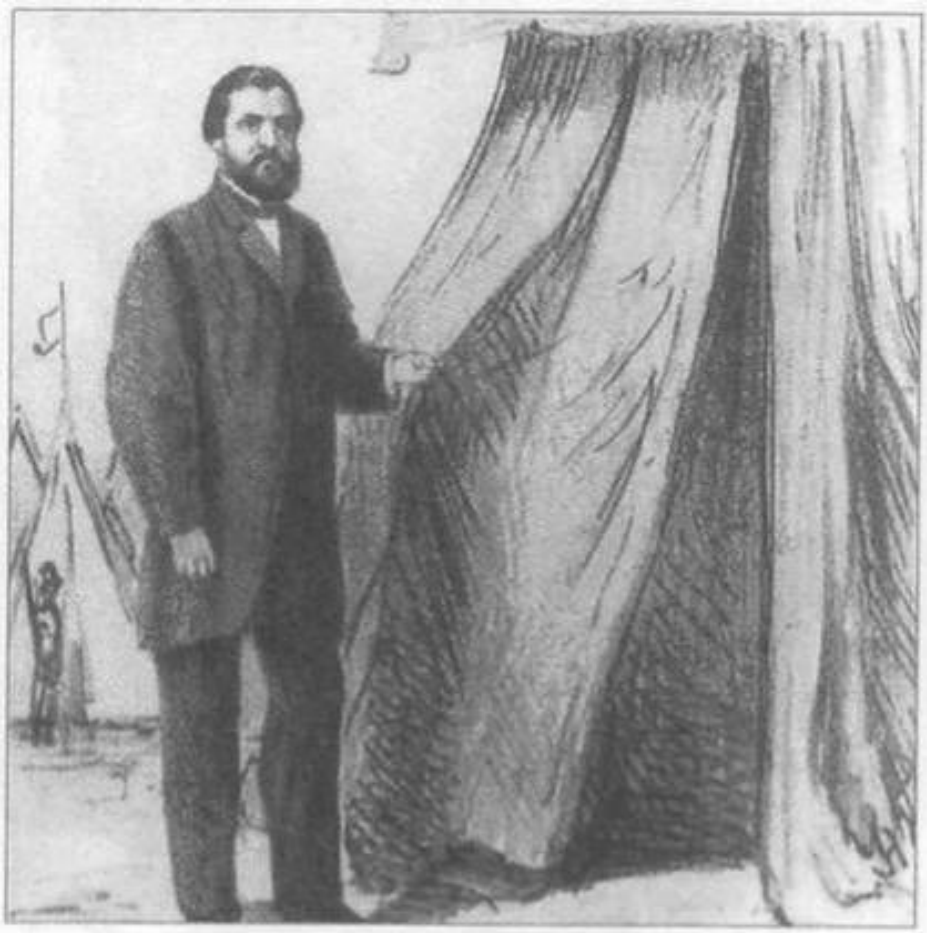
Existe ainda uma terceira interpretação, que atenta mais para os diferentes processos de formação nacional por que passavam os países envolvidos, e para os interesses geopolíticos e econômicos da região

platina.[14] Para o Brasil, por exemplo, era importante garantir a navegação dos rios Paraná e Paraguai, pois através deles a província do Mato Grosso mantinha contato com o resto do país. Além disso, o comércio realizado na região do Prata era dos mais dinâmicos dentro da economia local.

Quanto à Argentina, apesar de sufocadas as intenções expansionistas, era ainda latente seu interesse em anexar territórios vizinhos. É só dessa maneira que se pode entender o apoio imediato do Império brasileiro à independência do Paraguai e do Uruguai.

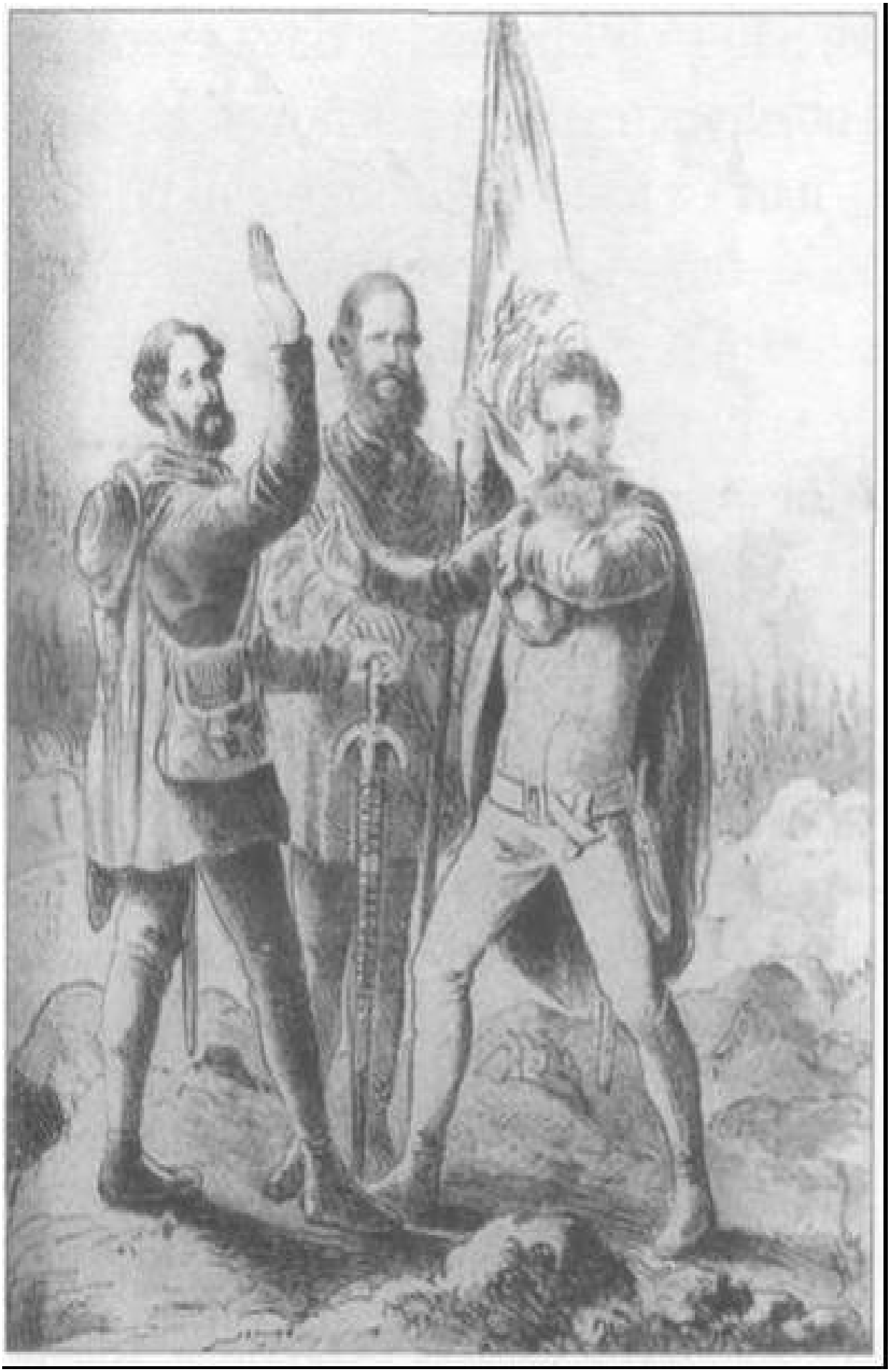
Com relação ao Paraguai, reconhecida a independência e contidos os ímpetos argentinos, afloraram as divergências sobre as fronteiras e a navegação dos rios. O Império queria garantir a livre navegação no rio Paraguai, enquanto o governo paraguaio condicionava essa decisão à formalização das fronteiras à altura do rio Branco (os representantes brasileiros reivindicavam o rio Apa como marco).[15] Por outro lado, asfixiado pela burguesia de Buenos Aires, o Paraguai procurava um terceiro caminho, uma saída para a Europa via Montevidéu. Isso sem esquecer as velhas desconfianças que pairavam sobre o Brasil, esse gigantesco Império escravocrata; sem dúvida, um imenso fantasma diante das pequenas repúblicas sul-americanas, assustadas com possíveis imperialismos internos. E assim que, para além dos motivos imediatos e das provocações de parte a parte, a região mais parecia um grande caldeirão de água quente prestes a estourar, como, de fato, estourou.

Mas é hora de voltar ao encontro dos três representantes em Uruguaiana. Segundo Lyra,[16] era a primeira vez que os três chefes supremos aliados se reuniam, mesmo porque d. Pedro II jamais havia estabelecido contato pessoal com presidentes latino-americanos. Mitre tinha então 45 anos e era, segundo as descrições, alto e elegante. Já Flores, bem mais velho, vestia-se como um homem do pampa. Imagine-se o espanto desses dois dirigentes ao se deparar com o imperador usando trajes militares, à frente de sua "barraca real", e tendo o sr. Francisco Pinto de Mello na função de mordomo. Ou imagine-se a comoção nacional diante da divulgação dessas imagens que anunciavam a guerra.



1865

Tendo como base as fotos de guerra, as revistas ilustradas mostram a tenda do imperador, com seu mordomo à frente, ou o próprio monarca à frente de seu exército. Até então tudo parecia uma grande festa. Desenho de H. Fleiuss, em A Semana Ilustrada, 1865. MMP



A Tríplice Aliança: os três chefes são apresentados como "três heróicos suíços". Desenho de H. Fleiuss, em A Semana Ilustrada, 1865. MMP

Em 1° de maio de 1865, em Buenos Aires, foi assinado o Tratado Secreto da Tríplice Aliança. Nele se determinava que só se negociaria a paz mediante a deposição de Solano López. Estabeleciam-se, também, novas fronteiras entre os países litigantes ao final do combate, assim como se sentenciava que o Paraguai, enquanto nação agressora, pagaria pelos gastos e prejuízos decorrentes da guerra.

A prepotência nos termos do tratado era evidente: os aliados pareciam animados com a rendição em Uruguaiana e supunham — iludidos — que se trataria de uma guerra rápida, acima de tudo se levada em conta a clara vantagem militar sobre o Paraguai. Demograficamente os aliados chegavam a 11 milhões (sendo 9,1 milhões brasileiros), enquanto o Paraguai dispunha de uma população de 318144 habitantes. No plano econômico os países aliados obtinham com o comércio exterior em torno de 36 milhões de libras, ao passo que no Paraguai os números não eram superiores a meio milhão de libras.[17] Considerando-se essas condições desiguais, o Paraguai entrava fragilizado na guerra, mais ainda porque depressa perdia os aliados em quem se apoiava.

A evolução numérica do exército brasileiro é também clara: 18 mil recrutas em 1865; 67365 em 1866; 71039 em 1867; 82271 em 1869.[18] Apesar de contar apenas com a Guarda Nacional (criada em 1831 e reorganizada em 1850), o Exército imperial ganhava corpo rapidamente a partir de poucas convocações compulsórias e do alistamento voluntário, que foi mais evidente durante o primeiro ano da guerra, quando a participação no evento era considerada um grande ato de patriotismo; uma verdadeira "cruzada patriótica".[19]

Nesse momento, não só o imperador dava exemplos de bravura, como os mais diferentes objetivos explicavam novos alistamentos. Machado

de Assis, em Iaiá Garcia, narra a história de Jorge, um perfeito "dandie da Rua do Ouvidor; que ali podia ter nascido, ali poderia talvez morrer",[20] e que só trabalhava para ter seu nome impresso no Almanak Laemmert.[21] É ele que, perdidamente apaixonado por Esteia e não vendo seus amores correspondidos, se propõe — para impressionar a donzela — a combater no Paraguai. Sem pensar muito na guerra e muito distante de um ato de patriotismo, ele encarava o embate como uma forma romântica e desesperada de declaração amorosa. Na partida, Jorge se preocupava mais com o vinco do uniforme e o brilho das botas: estava bem longe "do teatro da guerra".[22] Esse é também o caso do Senhor X, que no conto "Um capitão de voluntários",[23] de Machado de Assis, tendo descoberto que sua mulher o traía com um bom amigo, alista-se como "capitão de voluntários" (mesmo depois de haver anunciado que era contra a guerra) e morre em combate.

Isso para não falar do tom de ufanismo que se instaurou na corte, que comemorava como podia cada nova batalha. Fulano Beltrão, mais uma personagem de Machado de Assis, resolve celebrar a vitória de Riachuelo com um baile no qual "meteu um troféu de armas navais e bandeiras no salão de honra, em frente ao retrato de Imperador", além de "fazer à ceia, alguns brindes patrióticos, como tudo consta nos jornais de 1865".[24]

1865

Quem não é pelo Brasil, é contra o Brasil. O ufanismo é o tom do momento e está presente no desenho de H. Fleiuss, em A Semana Ilustrada, 1865. MMP

Nos primeiros anos da guerra todos os atos se transformavam em marcas de heroísmo e patriotismo; d. Pedro, o primeiro dos heróis, em desenho de H. Fleiuss, em A Semana Ilustrada, 1865. MMP

Também a Marinha imperial crescia, passando de 45 navios armados, em 1865, a 94 belonaves em 1870, no final do conflito. A Argentina, por sua vez, contava com um Exército pequeno em 1865 — 6 mil homens — mas bem treinado, e o Uruguai com 4 mil soldados, que logo se reduziram a mil. Já com relação à força terrestre paraguaia, estima-se um total de 55 mil homens, número que foi diminuindo drasticamente no decorrer do combate.

Todos esses dados reunidos levavam a uma grande euforia e a um otimismo geral, sobretudo por parte do imperador, que nesse momento surgia à frente do Estado: "A guerra vai bem", escrevia d. Pedro II à Barral em 1865, "e espero que pouco durará. Espero que até março esteja terminada como convém ao Brasil".[25] Nesse momento, ninguém se identificava tanto com a guerra como o imperador, que acumulava, até aí, pontos em sua popularidade.

Mas a rendição de Uruguaiana não representou o fim do embate. Ao contrário, tinha início então uma guerra de cinco anos e cheia de sacrifícios. E certo que em outubro de 1865 López renunciou à ofensiva, tendo sido derrotado no Rio Grande do Sul, todavia a luta estava longe de seu final.

López resistia, e o Império se via mais e mais desprovido de aliados, tendo de arcar quase sozinho com o conflito. E nesse momento que a guerra deixa de ser uma unanimidade para se tornar cada vez mais impopular. Ademais, principiavam as discórdias internas no Exército brasileiro. Tamandaré já estava velho e cansado, e a saída veio das mãos do governo imperial: Caxias contava com grande prestígio e além de general era senador pelo Partido Conservador (isso tudo em um período em que o poder estava nas mãos do Partido Liberal). A entrada de Caxias marca, então, uma nova fase na guerra e a reorganização do Exército.

O general chegou ao Paraguai em novembro de 1866 e encontrou um Exército desfalcado e desanimado. A região era insalubre e o despreparo geral. Além disso, começava a rarear a apresentação de voluntários brasileiros, o que obrigou o governo a intensificar o recrutamento

obrigatório. Os ânimos se acirram e os antigos elogios se transformam, mais e mais, em críticas ferozes como as do Correio Mercantil que, em 9 de novembro de 1866, classificava a guerra de "o açougue do Paraguai".

Com o acirramento do combate passou-se a utilizar cada vez mais a população negra na conformação do Exército brasileiro. Como condição de entrada, alforriavam-se os escravos, o que também representava um bom negócio para os senhores, indenizados ao fornecer esse tipo de "voluntário". Não se tem uma estimativa correta da entrada de cativos e nesse sentido os autores apresentam dados diversos. Robert Conrad estima em 20 mil o número de escravos que teriam conseguido a liberdade com a guerra. Já Ricardo Salles afirma que esse contingente não teria ultrapassado 10% do conjunto da tropa. O certo é que com o desenvolvimento da guerra esse tipo de participação revela-se cada vez mais efetiva.

O próprio imperador incentivava a compra de escravos: "Forças e mais forças a Caxias", escrevia ele em dezembro de 1866, "— apresse a medida de compra de escravos e todos os que possam aumentar o nosso exército".[26] Com efeito, a Casa Imperial não só libertava, nesse contexto, alguns cativos particulares, como ajudava na compra e indenização, revelando o caráter emergencial de empresa. A "mudança na coloração" do Exército do Brasil não passaria, porém, despercebida aos críticos jornais paraguaios, que passavam a chamar os soldados brasileiros de "los macaquitos". O Cabichuí, órgão diretamente ligado a López, trouxe uma série de charges apresentando não só os soldados como macacos, mas também seus generais, o imperador e a imperatriz.

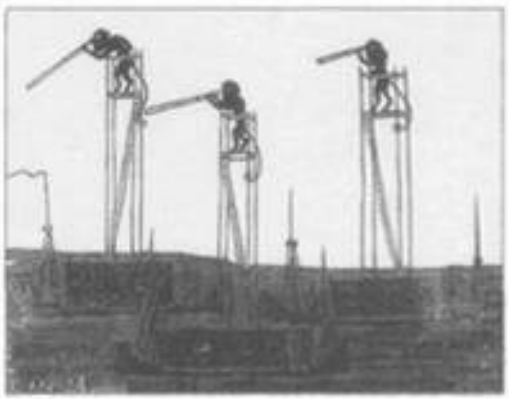
Esse tipo de representação parecia só aumentar a obstinação de d. Pedro II, que, associado a macacos, tornava-se ainda mais inflexível em sua perseguição ao "caudilho López". Este, por sua vez, reagia investindo internamente no culto à própria personalidade — por intermédio da imprensa que manipulava e censurava — e executando traidores ou os responsáveis pelas derrotas sofridas nas batalhas.

Enquanto isso, na corte procurava-se nuançar o acirramento da guerra e dos ânimos. Naquele ambiente protegido a vida continuava, e o monarca cumpria, após seu retorno, a antiga agenda de monarca: visitava

escolas, examinava provas e percorria hospitais. Na imagem seguinte, todo o cenário parece ligar o monarca à imagem de Cristo ou à de seu santo padroeiro — são Pedro de Alcântara —, conhecido por sua ação junto aos doentes.

O Exército brasileiro é retratado nos jornais paraguaios como um bando de macacos com rabos e orelhas.

EL CABICHUÍ E EL CENTINELLA. CAT



O imperador e mesmo a imperatriz lideram, segundo os irônicos jornais paraguaios, um exército de macacos. El Cabichuí, CAT

D. Pedro visita doente de cólera. Óleo de François-René Moreaux, 1867. FBN

Estamos no ano de 1867 e, enquanto no Brasil um surto de cólera assustava a população, o combate nas fronteiras ainda não mostrava sua face mais sangrenta. D. Pedro II continuava, portanto, com suas atividades cotidianas, mas se fazia retratar de modo diferente: os velhos símbolos da terra — o café, o fumo, o algodão e o açúcar — estavam presentes, porém o traje era, agora, militar.

Em situações diferentes, d. Pedro não abandona mais o uniforme militar e a pequena gala.

D. Pedro II, litografia de Sisson, c. 1865. MIP

Tapeçaria de meados da década de 60. CPCL

尊七十一年俄有六十八兆三千八百六十九萬五千二百五十四圓其人口共一萬二百五十四萬其外移民八兆三千萬有奇議院之額議員四百四十八員上議院議員一百三十八員二十四年三月也（西紀一千八百九十一年）國會議事堂議會場若開會之時皇帝臨場則坐於正面之高座兩院議員分坐兩側皇帝之左右兩旁有王族及大臣之座席兩院議員皆由人民選舉之其選舉權之有無及選舉人之多寡各國不同有以財產之多寡定之者有以納稅之額定之者有以教育之有無定之者有以年齡之長幼定之者有以職業之貴賤定之者有以住居之久暫定之者有以男女之別定之者有以兵役之義務定之者有以宗教之異同定之者有以人種之優劣定之者有以上諸種種之條件合併而定之者俄國上議院議員皆由皇帝特選之其任期終身下議院議員皆由人民選舉之其選舉權之有無及選舉人之多寡皆以財產之多寡定之凡年納稅額滿二百六十盧布以上者皆有選舉權滿二十五歲以上者有被選舉權滿三十歲以上者有選舉權滿四十歲以上者有被選舉權其任期為五年每年改選五分之一其選舉法分為三等每等選舉人數相同第一等選舉人納稅額最多第二等選舉人納稅額次之第三等選舉人納稅額最少第一等選舉人雖少其權力與第二第三等選舉人之權力相等凡選舉人年滿二十五歲以上者皆有選舉權但有左列各項之一者不得為選舉人一曰現役軍人二曰在學生徒三曰貧民四曰受刑人五曰精神病者六曰聾啞盲人七曰不識俄國文字者八曰不住居本國者凡選舉人年滿三十歲以上者皆有被選舉權但有左列各項之一者不得為被選舉人一曰現役軍人二曰在學生徒三曰貧民四曰受刑人五曰精神病者六曰聾啞盲人七曰不識俄國文字者八曰不住居本國者凡被選舉人年滿四十歲以上者有選舉議長之權議長任期三年每年改選三分之一其選舉法分為兩等每等選舉人數相同第一等選舉人納稅額最多第二等選舉人納稅額次之凡選舉人年滿二十五歲以上者皆有選舉權但有左列各項之一者不得為選舉人一曰現役軍人二曰在學生徒三曰貧民四曰受刑人五曰精神病者六曰聾啞盲人七曰不識俄國文字者八曰不住居本國者凡被選舉人年滿三十歲以上者皆有被選舉權但有左列各項之一者不得為被選舉人一曰現役軍人二曰在學生徒三曰貧民四曰受刑人五曰精神病者六曰聾啞盲人七曰不識俄國文字者八曰不住居本國者凡被選舉人年滿四十歲以上者有選舉議長之權議長任期三年每年改選三分之一其選舉法分為兩等每等選舉人數相同第一等選舉人納稅額最多第二等選舉人納稅額次之

下院各省一人主義其選舉法與上院大略相同其議員編制亦略異其任期五年每年改選五分之一其選舉法分為兩等每等選舉人數相同第一等選舉人納稅額最多第二等選舉人納稅額次之凡選舉人年滿二十五歲以上者皆有選舉權但有左列各項之一者不得為選舉人一曰現役軍人二曰在學生徒三曰貧民四曰受刑人五曰精神病者六曰聾啞盲人七曰不識俄國文字者八曰不住居本國者凡被選舉人年滿三十歲以上者皆有被選舉權但有左列各項之一者不得為被選舉人一曰現役軍人二曰在學生徒三曰貧民四曰受刑人五曰精神病者六曰聾啞盲人七曰不識俄國文字者八曰不住居本國者凡被選舉人年滿四十歲以上者有選舉議長之權議長任期三年每年改選三分之一其選舉法分為兩等每等選舉人數相同第一等選舉人納稅額最多第二等選舉人納稅額次之凡選舉人年滿二十五歲以上者皆有選舉權但有左列各項之一者不得為選舉人一曰現役軍人二曰在學生徒三曰貧民四曰受刑人五曰精神病者六曰聾啞盲人七曰不識俄國文字者八曰不住居本國者凡被選舉人年滿三十歲以上者皆有被選舉權但有左列各項之一者不得為被選舉人一曰現役軍人二曰在學生徒三曰貧民四曰受刑人五曰精神病者六曰聾啞盲人七曰不識俄國文字者八曰不住居本國者凡被選舉人年滿四十歲以上者有選舉議長之權議長任期三年每年改選三分之一其選舉法分為兩等每等選舉人數相同第一等選舉人納稅額最多第二等選舉人納稅額次之

以五月卅三日開院議員選舉於四月上

D. Pedro II, c. 1860. CPCL

A entrada no ano de 1868 foi ainda mais espinhosa. D. Pedro II passa a ser, inclusive, muitas vezes responsabilizado pela continuidade da guerra, por causa de sua obsessão de só a dar por encerrada após a deposição de López. Até Caxias defendeu o final da guerra, em 1868, quando seu partido voltou ao poder. Esse ano ficaria também conhecido em virtude das grandes manobras realizadas. Entre tantas outras batalhas — Itororó, Avaí e Lomas Valentinas —, destaca-se Humaitá e, no início de 1869, a tomada de Assunção pelas tropas brasileiras, que não encontraram qualquer resistência. Ocupada a capital paraguaia, Caxias deu a guerra por terminada, mesmo sem ter conseguido capturar ou matar o chefe paraguaio. Alegando moléstia, o general abandonou o embate, apesar da objeção do imperador. Na chegada do general faltaram festas, foguetes e o próprio imperador. D. Pedro II não viria receber Caxias no cais, mas, paradoxalmente, conferiu-lhe o Grão-Colar da Ordem de D. Pedro I — honraria que desde o início do Império nenhum outro brasileiro havia recebido — e o título de duque: o mais alto grau nobiliárquico do Império, que fazia de Caixas um dos dois únicos duques que o Brasil conheceu. Discordâncias postas de lado, essa era sem dúvida uma maneira de enfatizar, naquele contexto de oposição, a importância daqueles que lideravam a guerra no Paraguai.

Sem Caxias, que permanecia no Rio amargurado pelas críticas à sua atuação, a caça a López continuaria, agora com novo expoente: o conde D'Eu, que passa a chefiar as tropas a partir de 22 de março de 1869. Com 27 anos, o conde, marido da princesa-herdeira do trono brasileiro, não tinha problemas, naquele momento, com os dois partidos brasileiros. Além do mais, a essas alturas a guerra já se tornara apartidária, ou melhor, estava acima dos partidos.[27]

No entanto, a partida do genro de d. Pedro não seria "tão gloriosa", como foi posteriormente descrita. Apesar de o conde D'Eu ter solicitado várias vezes ao imperador, no início da guerra, que fosse enviado ao

Paraguai, nesse momento a situação era diversa: o príncipe titubeava, mas o monarca era incisivo. "Caxias pediu demissão do comando do Exército [...] Em tais condições propus a Você para esse cargo porque confio em seu patriotismo e iniciativa. O Governo pensa como eu [...] é preciso quanto antes livrar o Paraguai da presença de López [...] julgou que se deve conceder a demissão a Caxias e nomear Você", dizia o imperador em carta ao conde D'Eu datada de 6 de abril de 1869.[28]

Até Isabel enviou carta a seu pai, em 22 de fevereiro de 1869.[29] Nela, a princesa não economizava a exposição de motivos mais ou menos pessoais: "Lembro-me, Papai, que na cascata da Tijuca, há três anos, Papai me disse que a paixão é cega. Que a sua paixão pelos negócios da guerra não o tornem cego! Além disso, Papai quer matar o meu Gaston: Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasse sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-lhe isso quando se está na guerra?...".[30] Mas nem os argumentos mais sentimentais foram suficientes para demover o imperador. Agora o conde D'Eu se achava à frente de um exército de 26 mil homens, cansados e loucos para desertar. Aí estava uma tarefa inglória: o príncipe-consorte se transformava numa espécie de capitão-do-mato, atrás de López.

Na véspera do triunfo, litografia. O conde D'Eu na guerra. MMP

O conde D'Eu e alguns oficiais do estado-maior, em Vila do Rosário: um exército mestiçado, 13/1/1870. MMP

No dia 12 de agosto, no primeiro confronto, setecentos paraguaios foram mortos e 1100 aprisionados. Em 16 de agosto outra batalha: Campo Grande para os brasileiros; Acosta-Nu para os paraguaios. E mais baixas: 2 mil paraguaios morreram e 2300 foram feitos prisioneiros. Dessa feita Solano López enviara adolescentes e crianças para a luta, e o resultado — posto que positivo para o Brasil — pareceu, quando divulgado, vexaminoso.

A guerra continuava de maneira cada vez mais sinistra. A perseguição ao dirigente paraguaio só teve fim em 1° de março de 1870, quando as tropas brasileiras o encurralaram em Cerro Corá e López foi morto junto com seu filho adolescente, nomeado coronel.

O resultado para o Paraguai não foi apenas a deposição de seu dirigente, cuja atitude e comportamento nunca foram consensuais,[31] mas a destruição do Estado nacional. O número das perdas humanas no Paraguai também é objeto de discórdia. As informações, muito imprecisas, chegam até a girar em torno de números exagerados que variam de 800 mil a 1,3 milhão de habitantes. Quanto às estatísticas brasileiras as discrepâncias já começam na relação da quantidade de homens enviados, variando de 100 mil a 140 mil. Em 1870 o número de perdas divulgado pelo governo imperial foi de 23917, desta maneira distribuídas: 4332 mortos, 18597 feridos e 988 desaparecidos.[32]

Batalha de imagens. Na iconografia oficial,a
homenagem ao retorno do conde D'Eu. Longe

do conflito a volta parecia gloriosa, 1870. FBN

Do outro lado, porém, a representação do extermínio nos campos de batalha;

reprodução do quadro Regalo a los suscritores de la Guerra del Paraguay,

de F. Fortury, s. d. Em Marques, 1995

A despeito da oscilação, a guerra terminava com uma vitória abalada pelo número de mortes e pela crueldade das batalhas. A imagem do imperador também saía arranhada; afinal, qual seria o motivo dessa perseguição, que inclusive conseguiu emprestar à memória de López um caráter heróico e patriótico? Existem diversas explicações para a atitude do imperador. Alguns biógrafos sugerem que o dirigente paraguaio teria pedido a mão de uma das princesas em casamento, o que foi considerado afrontoso pelo imperador. Outros afirmam que d. Pedro II não tolerava os governantes americanos e queria dar uma lição aos caudilhos, distanciando sua imagem internacional da dos demais dirigentes sul-americanos. O fato é que o pacífico monarca, o "mecenas das artes" avesso à política transformou-se, nesse momento, no senhor da guerra, no regente inflexível. A nova representação do imperador brasileiro circularia até mesmo na Europa e nos Estados Unidos da América, que apesar de não terem intervido diretamente na guerra mostraram-se mais favoráveis ao Paraguai.[33]

Talvez se possa arriscar um outro argumento. D. Pedro II teria se irritado profundamente com a associação de seu Império a um reino de macacos. Como já dissemos, nos jornais paraguaios, no El Semanario, por exemplo — órgão oficial da política em Assunção —, os brasileiros eram chamados de los macacos, los negros, numa clara referência ao modelo escravocrata e à miscigenação existente no país. No Cabichuí as caricaturas mostravam um exército sanguinário composto de soldados com rabos e orelhas de macaco. Nada mais agressivo para um monarca que queria fazer de sua corte "uma Paris do sol" e para a imagem pública desse Império desenhado sob o signo da civilização européia, nuançada apenas por um colorido tropical, destacado romanticamente pela vegetação e pela população indígena.

A "tríplice infâmia" — nome jocoso dado ao acordo — errou em cheio em sua avaliação. O confronto, que seria breve,[34] acabou durando cinco anos e assumindo proporções dantescas.[35] Em carta a Cotegipe, datada de 23 de outubro de 1869, Penedo desabafava e revelava seu temor

em relação aos destinos do Império: "[...] o Paraguai fica reduzido a mulheres e nós a mendigos. Outras questões virão após e quem sabe o que fará um exército composto de voluntários altaneiros e indisciplinados. A questão da escravidão bate-nos a porta e desorganizará o trabalho. Tudo isso impressiona-me e faz-me esmorecer".[36]

No final da guerra, a imagem brasileira saiu atingida não só fora como dentro do país. Em primeiro lugar, o combate fez nascer uma nova instituição no cenário brasileiro: o Exército. Se em 1865 — antes da assinatura do tratado da Tríplice Aliança — o Exército brasileiro possuía 18 mil homens, um ano depois os números variavam entre 38 mil e 78 mil. Além disso, até antes da guerra o Exército não tinha qualquer importância para o Império brasileiro. Como diz Werneck Sodré, "a caserna continuava a ser o refúgio de desocupados, desqualificados, de malfeitores [...] Não havia na profissão de armas nenhum atrativo econômico ou social. O exército ocupava lugar absolutamente destituído de significação".[37] A sua força fundamental era constituída pela Guarda Nacional, diretamente formada por latifundiários, comerciantes e políticos. Em razão do embate, porém, foi necessária a composição de um novo exército, separado dessa "força de elite".

Quando a guerra terminou e os soldados retornaram orgulhosos "com seus feitos" a profissão das armas tornava-se uma forma de ascensão social e ganhava uma representatividade social descabida na política do Império. Ao mesmo tempo, acostumados a conviver com soldados libertos negros, os militares passavam a negar-se, sistematicamente, a assumir a antiga função que lhes era reservada: capturar escravos fugidos. Enfim, o Exército acumulava descontentamentos com o Império e desejos destrutivos em relação a este. Das suas fileiras sairiam simpatizantes da Abolição e da República.

Com efeito, após o término da Guerra do Paraguai toma forma a campanha em prol da República e sobretudo da abolição da escravidão.[38] É no início da década de 70 que são criados o Partido Republicano, a Sociedade de Libertação no Rio de Janeiro e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. Além disso, em 28 de setembro de 1871, é aprovada a Lei

do Ventre Livre, que apesar de seu perfil conservador significava um passo importante para o final do cativeiro no país.[39]

Mas o imperador, que manifestara por várias vezes sua intenção de assumir a condução do processo abolicionista, como era de se esperar, demorava para conseguir lidar com os obstáculos políticos. Após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América e a vitória da União em 1865, o Brasil convertia-se, juntamente com Cuba, num dos últimos países a permitir a escravidão em seu território. Ao mesmo tempo que divulgava uma imagem civilizada, participava de uma guerra sangrenta e adiava a abolição definitiva da escravidão. Foi também no meio do combate, em 1866, que o imperador recebeu a mensagem da Junta Francesa de Emancipação, assinada entre outros por Guizot, Broglie, Laboulaye, Martin e Montalembert. Na missiva os abolicionistas franceses concitavam o monarca brasileiro a tomar alguma medida prática nesse sentido. Nada podia tocar mais ao imperador do que ser humilhado por intelectuais franceses, e de pronto respondeu: "A emancipação dos escravos, conseqüência da abolição do tráfico, não é senão uma questão de forma e de oportunidade. Quando as circunstâncias penosas [aqui uma referência à Guerra do Paraguai] em que se encontra o país permitirem, o governo brasileiro considerará objeto da primeira importância a realização daquilo que o espírito do Cristianismo há muito reclama do mundo civilizado".[40]

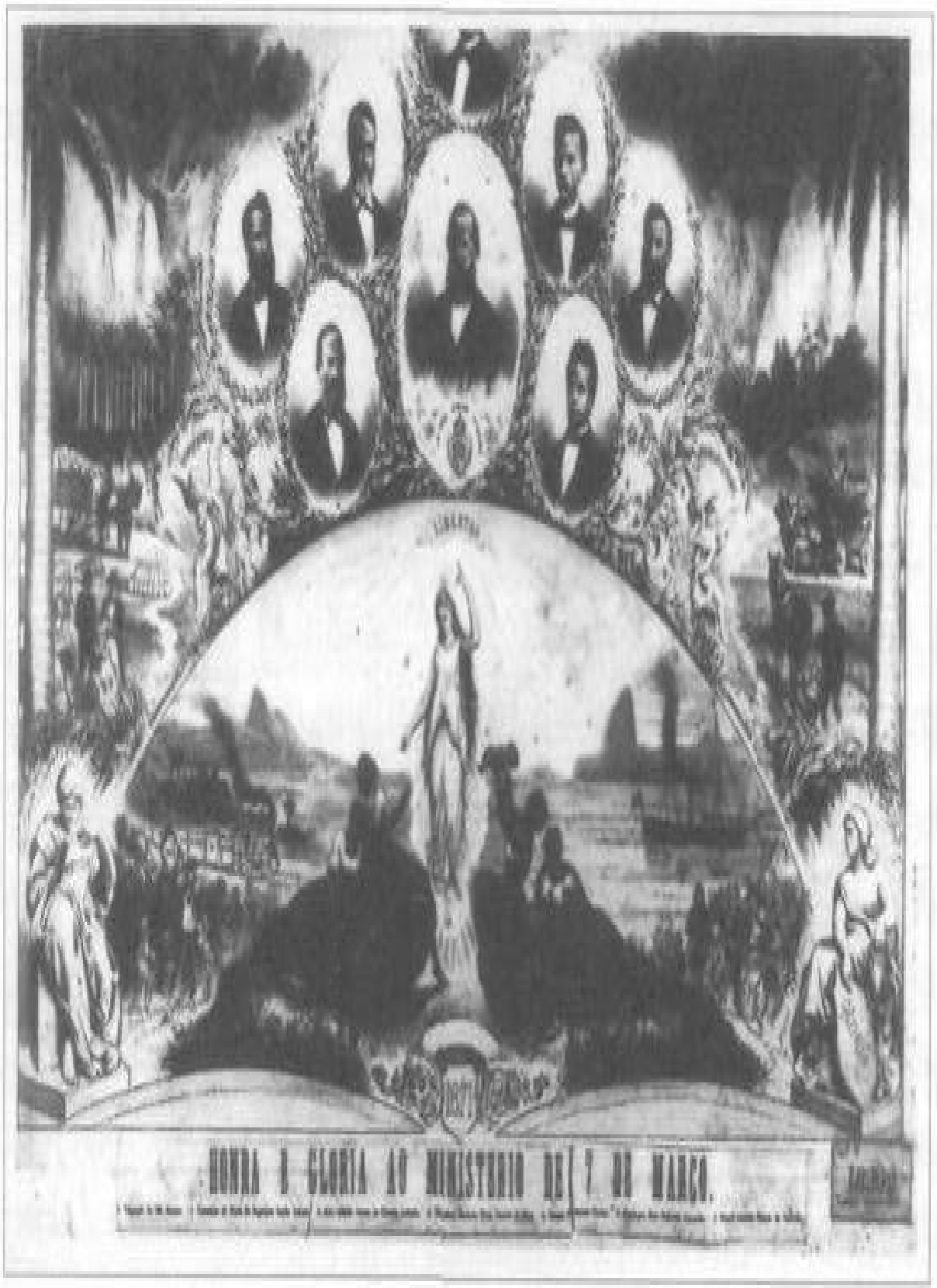
Esse e outros exemplos revelam como, ao que tudo indica, as idéias abolicionistas do imperador não foram uma sugestão da guerra, mas foram antes retardadas por ela (já que, desde 1864, a correspondência com Zacarias revela o temor do monarca, que via com maus olhos o conflito norte-americano e sua possível divisão); o certo é que desde o final do tráfico — durante vinte anos — nenhuma medida mais eficaz foi implementada. Na verdade, a posição do imperador, anunciada de forma pública a partir de 1866, era considerada um "suicídio nacional"[41] e era assim contemporizada. Nesse contexto, os escravos compunham a quarta parte da população e podiam ser considerados os únicos trabalhadores agrícolas existentes. Era por isso mesmo que os homens de Estado não ousavam enfrentar o problema, que, acreditavam, abalaria os alicerces da

Nação.

É só com o final da guerra e a entrada do visconde de Rio Branco, como presidente de Conselho, que a lei, a qual seguia o princípio secular do direito romano — partus ventre sequitor —, no Brasil renomeada Lei do Ventre Livre, ganharia forma e racharia o Congresso.

A lei seria aprovada em 28 de setembro de 1871, mas assinada pela princesa Isabel, que na condição de imperial regente ganha enorme prestígio com o ato. Nessa época, d. Pedro já se encontrava a caminho da Europa. Para alguns historiadores o monarca se ausentava em momentos fundamentais nos destinos da nação; para outros, d. Pedro só buscava garantir o futuro dinástico. Se a medida trazia custos políticos, também garantia louros, a ser colhidos pela herdeira presuntiva.

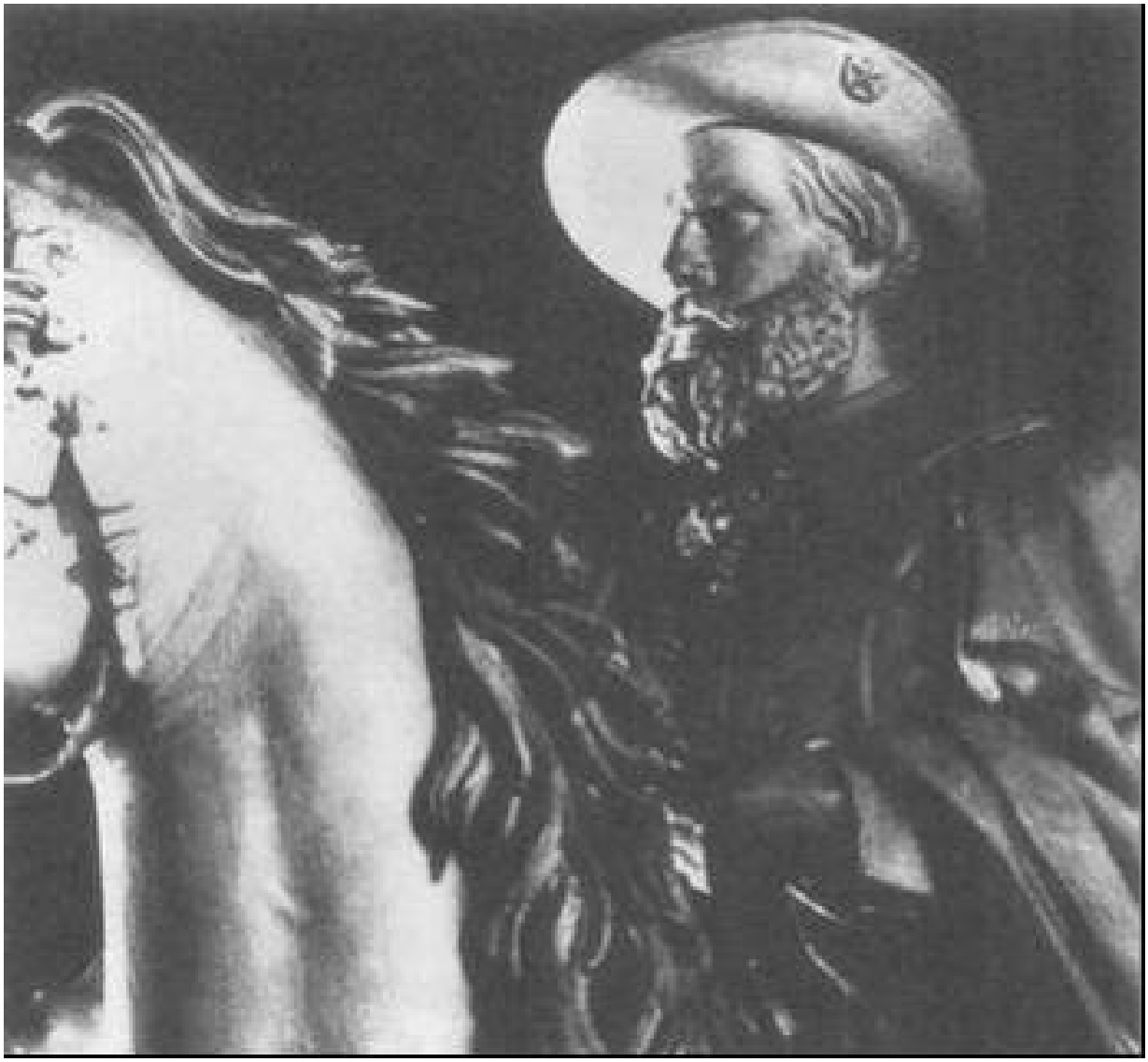
Não obstante, se a nova medida e a vitória final na guerra faziam de d. Pedro um monarca cada vez mais popular, é preciso reconhecer que os cinco anos de combate foram penosos para ele. Segundo os relatos do visconde de Taunay, d. Pedro II tinha se transformado num velho, testa sulcada por fundas rugas, cabeça totalmente branca, "barbas sem mais nenhum fio dourado". A exposição no cenário do embate, o gerenciamento pessoal do conflito, parece que tinham lhe custado caro.



Gabinete conservador de 1871: uma homenagem à Lei do Ventre Livre; os políticos e o imperador dispostos na parte superior da ilustração dividem espaço com a lei, representada na figura da mulher, e com cativos recostados em postura "grata e humilde". Litografia. FBN

Nesse sentido, apesar da ampla divulgação do caráter heróico das batalhas — nos quadros da Academia Imperial de Belas-Artes e mesmo nas revistas ilustradas —,[42] que deveria consagrar heróis como Caxias e mesmo o conde D'Eu, o que se viu foi outra coisa. As fotos e os desenhos mostram um monarca fardado e altivo, mas revelam, também, a tensão em sua face e os primeiros sinais de uma barba que, como diziam, teria ficado branca nesse contexto. Assim, se no começo da guerra, com quarenta anos, um porte seguro e vestindo trajes oficiais, d. Pedro II era a representação de um governante sereno e confiante em sua posição, durante e após o combate a representação é outra: a guerra estará por toda parte.

Na época das grandes batalhas, é como militar que d. Pedro II se apresenta, tentando passar, por meio da expressão compungida, a seriedade e a serenidade que o momento exigia: o Brasil havia gasto 600 mil contos de réis e agravado uma situação de dependência financeira para com a Inglaterra. A cavalo e com chapéu, ou portando uma pequena luneta com um cenário de batalha ao fundo, ou com boné e botas de militar, ou usando um grande casaco sobre o paletó bordado de ramos de café, ou cercado de crianças, o monarca simboliza a nação em guerra.



Estátua eqüestre. Bronze de
Jean Magrou, 1871. FBN

D. Pedro cercado por crianças brasileiras. Luiz Terragno, albúmen, 15 x 18,2 cm, 1865. Em Vasquez, s.d.

A calma e a tranqüilidade que as fotos procuram passar não escondem, porém, a preocupação que a situação exigia. A famosa barba de d. Pedro, verdadeiro objeto de "cultura política" na época, embranquecia a olhos vistos, e começava a delinear-se a conhecida imagem de ancião, pela qual d. Pedro II é reconhecido até hoje.[43] Nessa "batalha de imagens" o "ar bonachão e displicente" de uma série de fotos oficiais elide o desassossego de um rei que vai pela primeira vez à guerra e se dá conta do lado menos brilhante do seu Império.

Três variações da mesma cena; d. Pedro com A princesa Isabel na mesma
ou sem a princesa Isabel. Mesmo no Paço a sessão de fotos
guerra anda por perto, 1870. MMP e MIP

Medalha cunhada durante a guerra; d, Pedro aparece como César laureado, 1868. MMP

12

UM MONARCA-CIDADÃO

D. Pedro em sua biblioteca.

Litografia de S. A. Sisson, 1858. FBN

Os anos da Guerra do Paraguai deixariam marcas profundas na representação de d. Pedro II, que, de alguma maneira, era responsabilizado se não por tudo ao menos pelo prolongamento desgastante do conflito. André Rebouças, que o viu no acampamento de Casa Grande, no Rio Grande do Sul, declarou: "O imperador envelhece a olhos vistos".[1]

Por outro lado, tendo terminado a guerra, reapareciam, como vimos, as pressões pelo final da escravidão. No caso da Lei Rio Branco, de 1871, o projeto surgiu finalmente do próprio Conselho e contou com a oposição dos proprietários de escravos, que começavam, a partir de então, a se voltar contra o monarca. Na opinião de Carvalho,[2] a maior parte dos conselheiros era inclusive favorável à adoção da lei, contanto que se aguardasse o fim do conflito. Muitos — entre eles Rio Branco — temiam as perturbações que poderiam advir da formalização da medida, porém acreditavam, ao mesmo tempo, que era melhor arriscar do que esperar por problemas ainda mais profundos. A idéia era antecipar para melhor controlar: evitar uma guerra civil, como acontecera nos Estados Unidos, ou uma rebelião generalizada de escravos, a exemplo das revoltas ocorridas em algumas colônias européias do Caribe. Era esse o motivo de se retardar a promulgação da lei até o final da Guerra do Paraguai e só então impor a nova medida, dispondo as tropas no país. Tratava-se, portanto, de dar continuidade ao processo abolicionista, mas, ao mesmo tempo, acalmar os humores e implantar um reformismo controlado, em que o povo estivesse afastado do processo decisório.[3]

Mas de toda forma os momentos de consenso haviam passado. Não só se formavam novos setores de oposição, como parte dos proprietários do Vale do Paraíba sentiam-se traídos pela Coroa, que até então defendera o monopólio da mão-de-obra escrava. Estávamos longe da imagem de confraternização que a medalha do Conselho de Ministros procurava comemorar.

Moeda comemorativa da lei de 1871 — mais conhecida como Lei do Ventre Livre —, cunhada pelo Conselho de Ministros: indígenas, negros e brancos "irmanados" em torno de uma mesma lei. FMLOA

Além disso, a adesão das províncias do norte do país à medida foi muito maior que a das províncias do sul, fato que indicava uma grande cisão de interesses. O próprio censo de 1872 explicava a radicalização das posições para com a questão: o norte contava com apenas 37% dos escravos, contra 59% das quatro províncias cafeicultoras (incluindo a corte) e 7,3% das demais províncias do sul e do centro-oeste.[4]

Outros focos de oposição tomavam forma: o Exército (fortalecido após a guerra) e novos grupos políticos, pela primeira vez mais afastados da realeza. Em 3 de dezembro de 1870 é publicado no jornal A República o primeiro manifesto republicano brasileiro, que daria base para a fundação do novo partido em 17 de janeiro de 1872.[5]

No entanto, malgrado as dificuldades, o momento era sobretudo favorável ao Império, recuperado pela imagem da Pacificação. Nesse ínterim, o monarca reinicia seus compromissos corriqueiros e inaugura outros. Cada vez mais afastado das festas oficiais, dos bailes da elite carioca e mesmo das festas populares, d. Pedro II começava a se portar e a se vestir como um "monarca-cidadão", inspirado no seu contraparente Luís Filipe, que nesse contexto já não era mais rei da França.

Sempre de jaquetão e à paisana, o imperador passeava pelas ruas, visitava colégios e ginásios, e presidia exames; conversava amigavelmente com visitantes estrangeiros — entre eles o ministro da França no Brasil, o conde Arthur de Gobineau —,[6] estudava astronomia e línguas mortas, e pensava em sair do país pela primeira vez.

Aos poucos consolida-se, no lugar do cenário ostensivo dos áureos tempos do imperador, um aparato diverso em que os atores à paisana fazem lembrar antes uma "democracia coroada" do que uma realeza. Com um comportamento próximo ao de seus súditos, o monarca se afasta da imagem do "rei forte" e introduz uma nova figuração cuja estranheza ganha as páginas dos jornais: "Um estrangeiro que passeava anteontem pela praia de Copacabana, com o fim de contemplar as baleias, nos exprimia a sua surpresa por ter visto a família real passeando rodeada pelo povo e conversando com a maior afabilidade com as pessoas de todas as classes [...] Suas majestades não eram acompanhadas por nenhum guarda e somente pelo povo [...]"?

A alegoria do indígena ainda ganha o centro da cena, mas elementos novos compõem a representação. Os símbolos de progresso e civilização — globos,

paletas de pintura e livros —, e mesmo SS MM II com filhas e genros,

todos em trajes civis, início da década de 70. MMP

Nas visitas que fazia às províncias, d. Pedro II se irritava e desaprovava os grandes rituais: "Consta que S. M. mandou remeter às presidências toda a economia no seu recebimento, pois evitava o aparato oficial e as despesas particulares [...] A população estava ansiosa de ver o seu Monarca e sua augusta consorte, e esperava-os com satisfação. Nunca se viu na Bahia tanto povo nas ruas".[8]

As imagens reproduzem, ao mesmo tempo que produzem, um espetáculo semelhante. É certo que a nova indumentária não é "inventada" nesse momento, mas é certo também que só então transforma-se em seu uniforme oficial. De cartola e casaca, o monarca se confunde com seus súditos e os políticos que o cercam.

Passeio de Suas Majestades Imperiais pela rua Primeiro de Março.
O monarca acena com a cartola a direita na tela. MIP

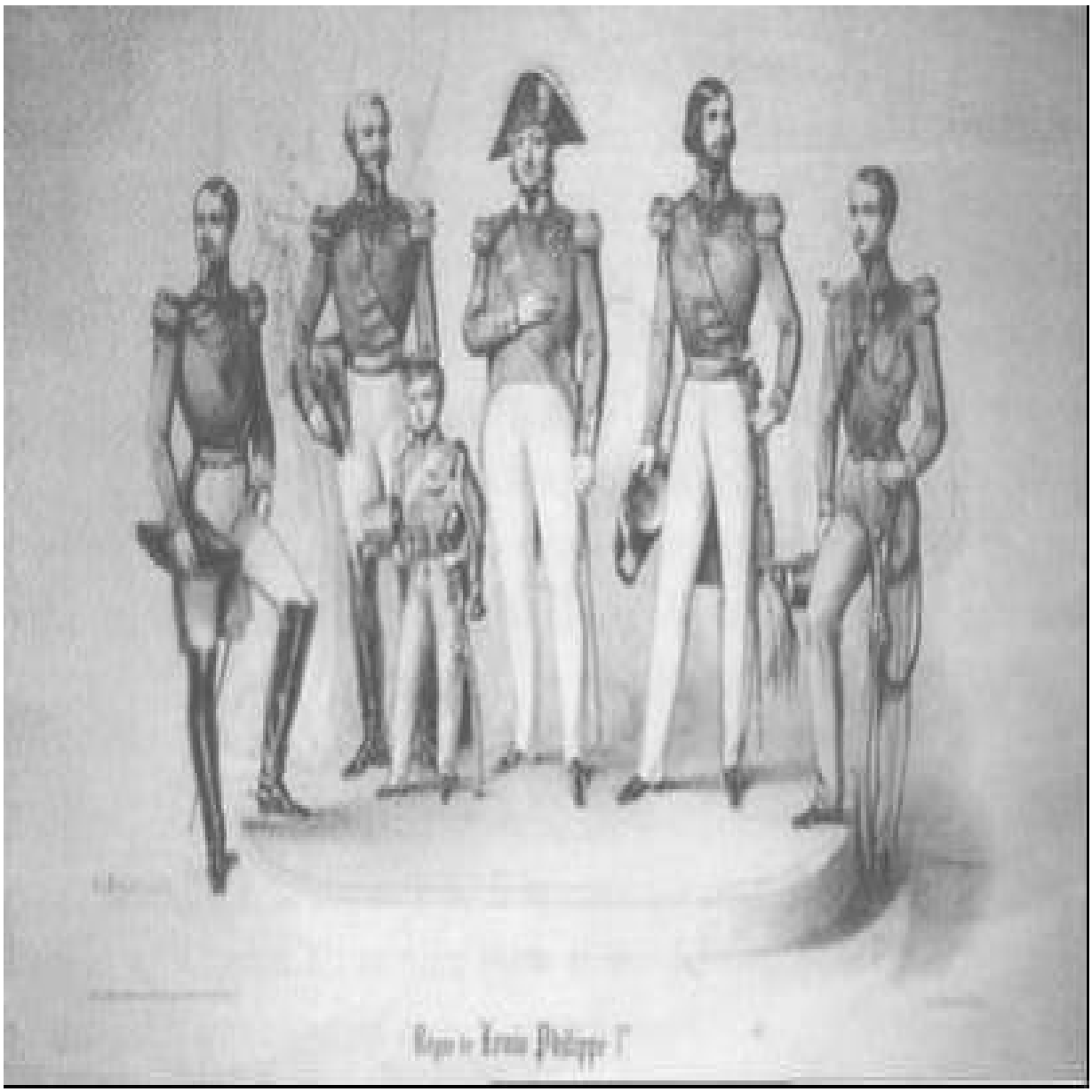
D. Pedro com políticos da época: a representação de mais um civil entre tantos outros. FBN

Com seu "jaquetão", como descrevia o Correio Paulistano de 13 de outubro de 1870, d. Pedro se afastava da imagem do grande imperador e introduzia o modelo do famoso monarca francês Luís Filipe de Orléans, que ficou no poder de 1830 a 1848 e que abandonara as vestes majestáticas para se "aproximar dos cidadãos" e de um governo voltado para a burguesia local.

Mas era antes a indumentária que assemelhava os dois monarcas. Como afirma Morei: "Uma fórmula tradicional qualificara a Monarquia de Julho como 'burguesa'; mas mesmo os liberais brasileiros mais otimistas não podiam utilizar a mesma qualificação para o único império tropical".[9] O Poder Moderador era ainda um privilégio do imperador e o trabalho manual continuava nas mãos de escravos.

Se na política não havia como comparar as duas monarquias, ao menos os laços entre as famílias já eram estreitos: d. Francisca, irmã de

d. Pedro, havia se casado com o príncipe de Joinville, filho de Luís Filipe, e a partir de 1864, com o casamento das duas princesas imperiais, uma com Gastão de Orléans, conde D'Eu, e outra com Luís Augusto, duque de Saxe-Coburgo, ambos netos de Luís Filipe de Orléans, a ligação fica ainda mais próxima.



Família de Luís Filipe de Orléans; pela mudança nas vestes,
a aproximação com a burguesia local. Litografia de Lacauche. CPCL

Como afirma Sérgio Buarque de Holanda, "as fórmulas e as palavras são as mesmas, embora fossem diversos o conteúdo e o significado que aqui passavam a assumir".[10] Na verdade, o monarca tentava dissimular o

poder de que efetivamente dispunha. Designado na época como o "emperrador", d. Pedro não se furtou a utilizar, com grande freqüência, o Poder Moderador, que era de sua exclusiva competência, destituindo ministérios ou dissolvendo o Parlamento.[11]

Dessa maneira, diferentemente da máxima de Thiers, no Brasil — como dizia o líder conservador Itaboraí —, "o rei reina, governa e administra".[12] E certo que o chefe da nação era declarado "Imperador pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos", mas aos poucos ninguém mais acreditava nos "poderes sobrenaturais" desse rei, que mais e mais se portava como um mortal e voluntarioso cidadão.

Com efeito, ao mesmo tempo que o Império conhecia a plenitude do poder, as contradições do regime tornavam-se mais uma vez visíveis: o princípio de soberania popular convivia com a sanção divina; havia um sistema nominalmente representativo, mas carência de uma verdadeira representação; a natureza do regime era aristocrática, porém inexistia uma aristocracia tradicional; o cunho da carta outorgada era monarquista e a Constituição não escrita pendia para o parlamentarismo.[13]

A política de d. Pedro II era também marcada por ambigüidades: o monarca apenas suavizava os rituais. Renunciou na década de 70 ao título de soberano (porque a soberania era do povo); depois de sua primeira viagem à Europa, em 1871, deixou de lado o costume português do beija-mão; manteve a liberdade de imprensa, e rejeitou títulos e estátuas.[14] Porém, resistiu ao debate político, compactuando com um parlamentarismo fraudulento e, apesar de afirmar-se publicamente contrário à escravidão, usou timidamente de seu poder de forma mais explícita no sentido de apressar a abolição desta. Com efeito, se o final da escravidão era matéria da maior apreensão, de toda maneira a política foi antes a de "deixar correr, deixar passar", enquanto se caprichava, mesmo, na fachada europeizante do Império.

Herman Melville relata uma visita de d. Pedro II ao navio de guerra Neversink, em sua escala no Rio de Janeiro. Na ocasião, o imperador e sua comitiva travam o seguinte diálogo:

> Que gosto! Exclamou um Marquês com várias fitas de tecidos, talhadas com vistosos botões, penduradas em seu peito./ Que glória! Exclamou um curvado Visconde cor de café estendendo as duas palmas da mão./ Que alegria! Exclamou um pequeno Conde circunavegando com afetação um compartimento de almas./ Que contentamento é o meu! Exclamou o próprio Imperador, cruzando seus braços reais com complacência e contemplando com serenidade nossas fileiras de soldados./ Prazer, Glória e Alegria — era esse o porte dos três nobres cortesões. E muito agradável mesmo — foi a simples tradução da observação imperial de Dom Pedro.

O autor de Moby Dick simpaticamente traduz as expressões em português para seu público e comenta sobre "as cores de café" da nobreza brasileira.[15] Com efeito, e junto com sua corte mestiçada, aos poucos o imperador adquiria novos hábitos e alterava de maneira insistente sua imagem. A estrutura do país permanecia inalterada, já que não se tocava profundamente na agricultura e na escravidão, os dois grandes alicerces do país. O que se modificava eram os costumes e imagens da monarquia. Os trajes reais seriam utilizados apenas nas datas solenes — Aberturas do Congresso e Falas do Trono —, enquanto nas demais ocasiões d. Pedro se apresentaria como um "monarca moderno" — com o traje de pequena gala, cercado de símbolos de erudição, entre muitos livros, globos, penas de escrever e balaustradas onde se apoiava para agüentar o longo tempo da foto e fazer pose de pensador.

Globos, livros e canetas. Litografia de Léon Noel com base em foto de Victor Frond, c. 1860. MMP

D. Pedro apoiado em balaustrada.

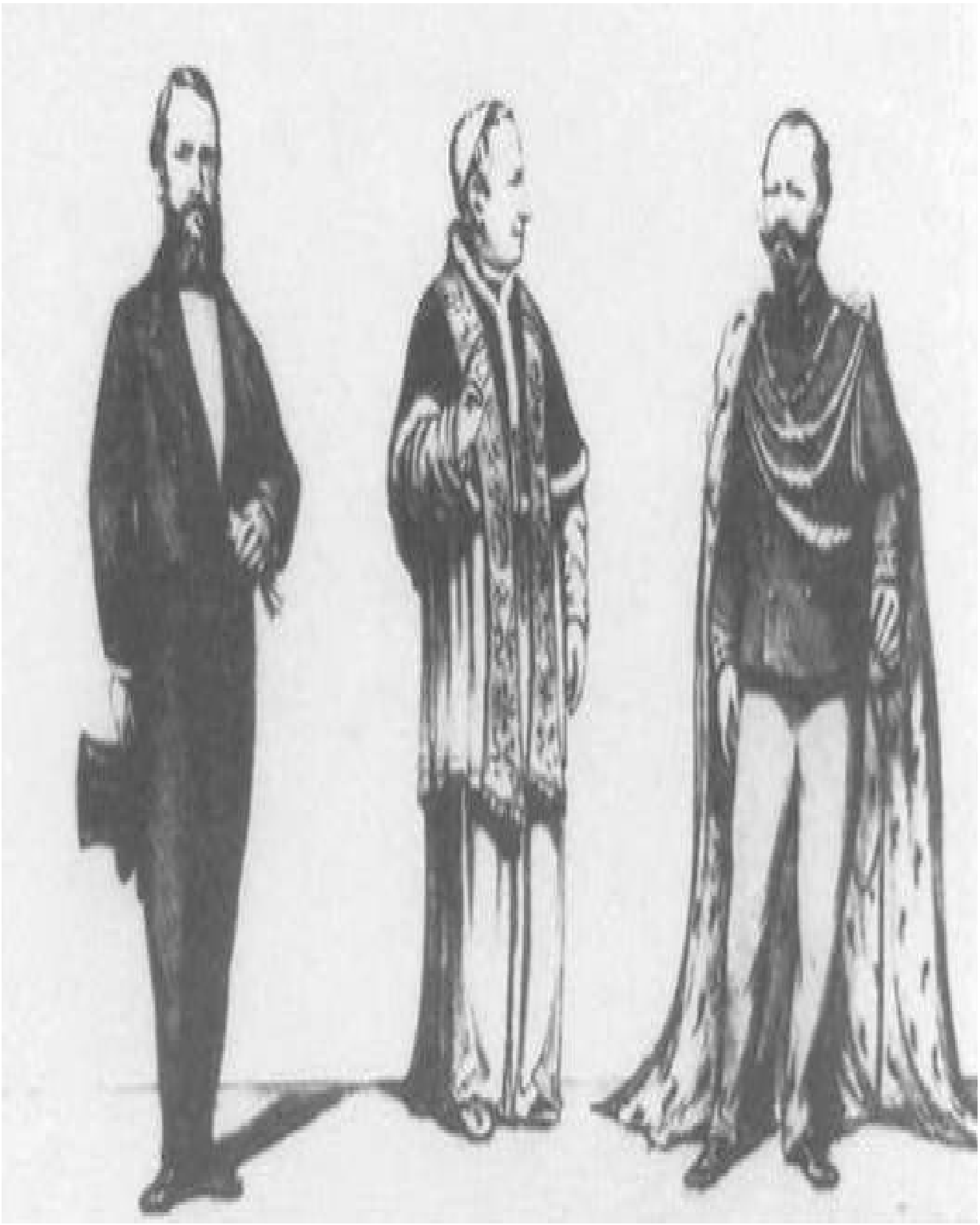
Essa prática se torna ainda mais

comum com a introdução do daguerreótipo e depois da fotografia, quando será preciso permanecer na mesma posição por muito tempo. Victor Frond, meados dos anos 70. MIP

As novas imagens são tantas que não permitem imaginar uma mera coincidência. A representação do cidadão — emancipado com a cultura — afeta a recepção da monarquia, mas, com certeza, ocorre também o contrário. Os novos contextos alteram a idealização do imperador. Nas fotos d. Pedro aparece sempre envolto por livros, como a reafirmar sua mais nobre feição: o sábio mecenas.

Variações sobre a mesma situação, c. 1870. FBN e IHGB

Tal representação ganha ainda maior importância quando contrastada com a dos demais monarcas europeus da época, que não abrem mão de seus trajes imperiais. Em um periódico italiano, por exemplo, d. Pedro II é a única majestade não paramentada. Ao contrário dos outros, em lugar da coroa o imperador brasileiro segura a cartola; em vez do manto, veste apenas um terno discreto e luvas brancas.



Tre sovrani presenti in Roma, 27/11/1871. Já em sua viagem à Europa. FBN

Mesmo quando junto da família — a imperatriz, a princesa Isabel e a princesa Leopoldina —, d. Pedro não abandona os símbolos de erudição: apoiado em um livro, tendo a acompanhá-lo a natureza ou o severo quarto

de estudos. Aí estaria desenhada uma nova memória da monarquia brasileira: a sobriedade e a seriedade daquele que vincula seu governo à cultura.

D. Pedro com esposa e filhas em quarto de estudo. Atrás do imperador, em destaque, um grande mapa e estante com muitos livros. S. A. Sisson, c. 1860. MMP

O imperador cercado por sua família em um jardim do Paço é sempre representado com um livro nas mãos. Fleiuss & Lavide, 1864. MMP

Também nessa época circula uma foto do interior do Paço. Trata-se do estúdio do imperador, onde, além dos emblemas da Casa Imperial presentes nos móveis, o que se vê são pilhas e mais pilhas de livros. Nada mais adequado para esse monarca, que nas imagens oficiais não se vê mais associado à guerra e sim à ciência e ao conhecimento de sua época.

Gabinete de trabalho de d. Pedro II. FBN

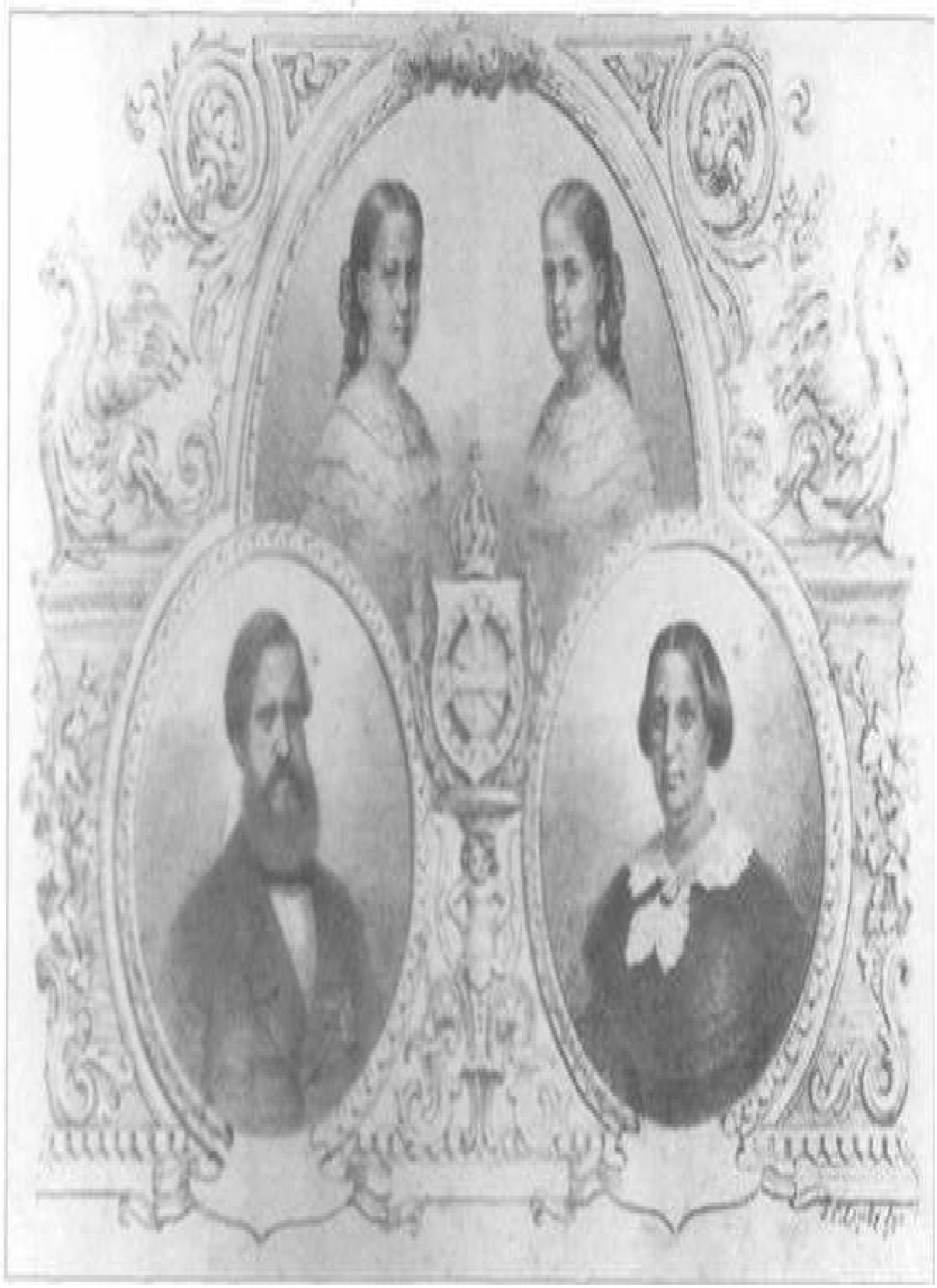
D. Pedro com a família. Destaque ao livro que o imperador carrega.
Litografia de Léon Noel, c. 1865. MIP

D. Pedro com a imperatriz e as filhas: sempre com seu jaquetão e em ambiente de trabalho. Insley Pacheco, c. 1870. MMP

Mesmo mais velho, já com o conde D'Eu, seu genro, exibe idêntica expressão severa, e agora o jaquetão o distingue. Nesse caso, o livro na mão do marido de Isabel completa o ambiente.

O grande número de fotos,[16] desenhos e a regularidade de elementos que ligam o imperador à cultura são de tal monta que, apesar de uma certa oscilação temporal, parecem destacar uma política intencional. Nessas imagens, o rei esquece o ritual majestático e se apresenta como um cidadão do mundo, emancipado pela cultura. Nos retratos que circularão fora e dentro do Império, o novo cenário elide os traços do antigo monarca tropical. Nas novas imagens, d. Pedro associa-se à modernidade; a uma modernidade ocidental idealizada com símbolos de progresso.

D. Pedro e conde D'Eu; a imperatriz e sua filha; os livros nas mãos dos homens. Henschel & Benque, final dos anos 70. CGMS



D. Pedro, a imperatriz Teresa Cristina e sua filha. Gravura, c. 1870. MMP

O próprio recurso à fotografia é original. Diferentemente da maior parte da realeza européia — a qual, nesse contexto, preferia os retratos feitos a óleo à "imagem burguesa" que provinha da fotografia —, d. Pedro II aliou sua nova representação à "modernidade" da tecnologia. Além de dedicar-se pessoalmente à fotografia, o imperador foi um grande incentivador da entrada de profissionais da área[17] no país e passou a veicular e distribuir sua imagem sobretudo em fotos.

A nova técnica permitia não só multiplicar e espalhar a imagem do imperador por todo o Brasil (mesmo porque era mais econômica), como uma representação moderna de d. Pedro II. Interessante nesse sentido é que, nas fotos, o monarca está sempre "vestido de cidadão" e em situações que o ligam à sua atividade intelectual. Técnica e imagem no caso colavam-se: a fotografia servia aos propósitos da modernidade, assim como a pintura ficava reservada aos momentos mais solenes e de realização de rituais.

Valendo-se da fotografia também era possível criar novos subprodutos, entre litogravuras, desenhos à mão livre e até esculturas. Neles, d. Pedro é cidadão e é o jaquetão que o acompanha.

Várias imagens de d. Pedro divulgadas na década de 70 e inícios da de 80. O "uniforme" agora é o jaquetão. FBN

Mais retratos de d. Pedro II durante a década de 70 e inícios da de 80. A representação do monarca-cidadão se difunde. FBN, MMP e MIP

Com seu retrato emoldurado de alegorias, serpes, livros e brasões monárquicos, d. Pedro é, mais uma vez, a própria representação da segurança e da serenidade; de um imperador constitucional alinhado com os avanços de seu tempo.

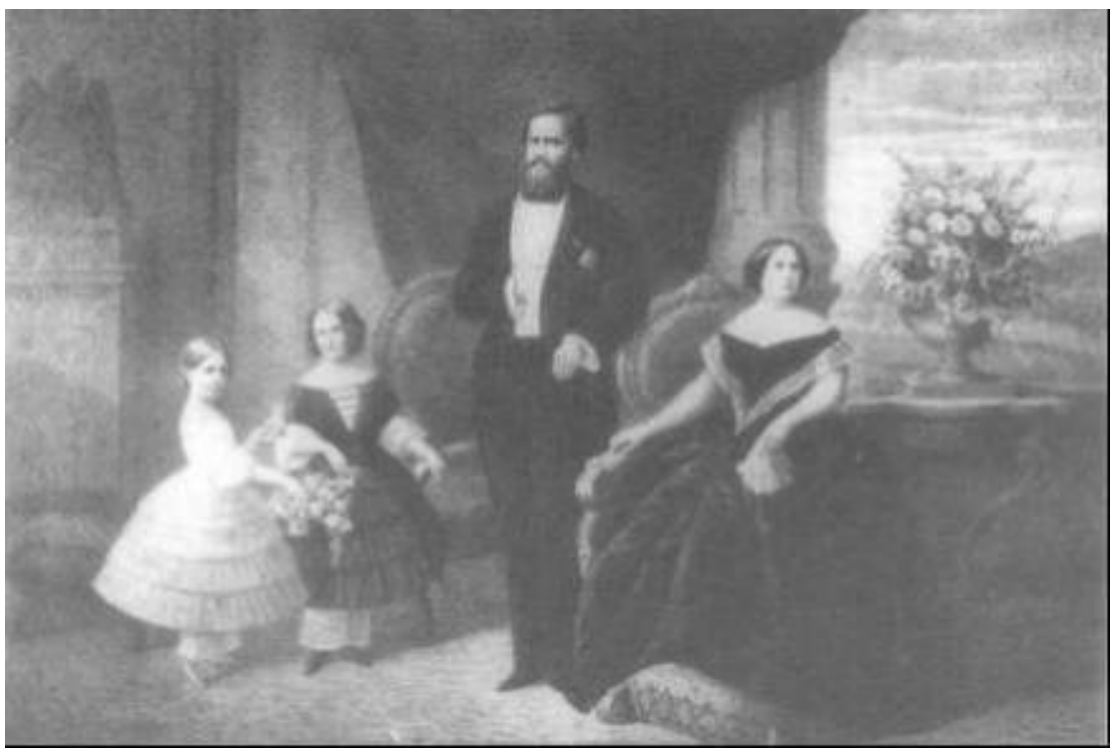
D. PEDRO II

Litografia de Wiegandt, 1879. FBN

II
D. Pedro II
Imperador do Brasil

Litografia de S. A. Sisson. FBN

No mesmo período em que, como diz Freyre,[18] o imperador troca "a coroa pela cartola", começa a se tornar comum d. Pedro II aparecer com uma certa postura corporal inédita: trazendo uma das mãos metida dentro da casaca, numa referência à famosa pose consagrada por Napoleão. Como se verá, nas fotos a seguir e em tantas outras — sentado ou de pé, sozinho, em retratos oficiais ou acompanhado da família —, a pose que celebrizou o general francês surge interpretada pelo monarca americano. Coincidência ou não, o fato é que as imagens, como que em paralelo, vão narrando uma outra história desse mesmo imperador.



D. Pedro com a família.

S. A. Sisson,

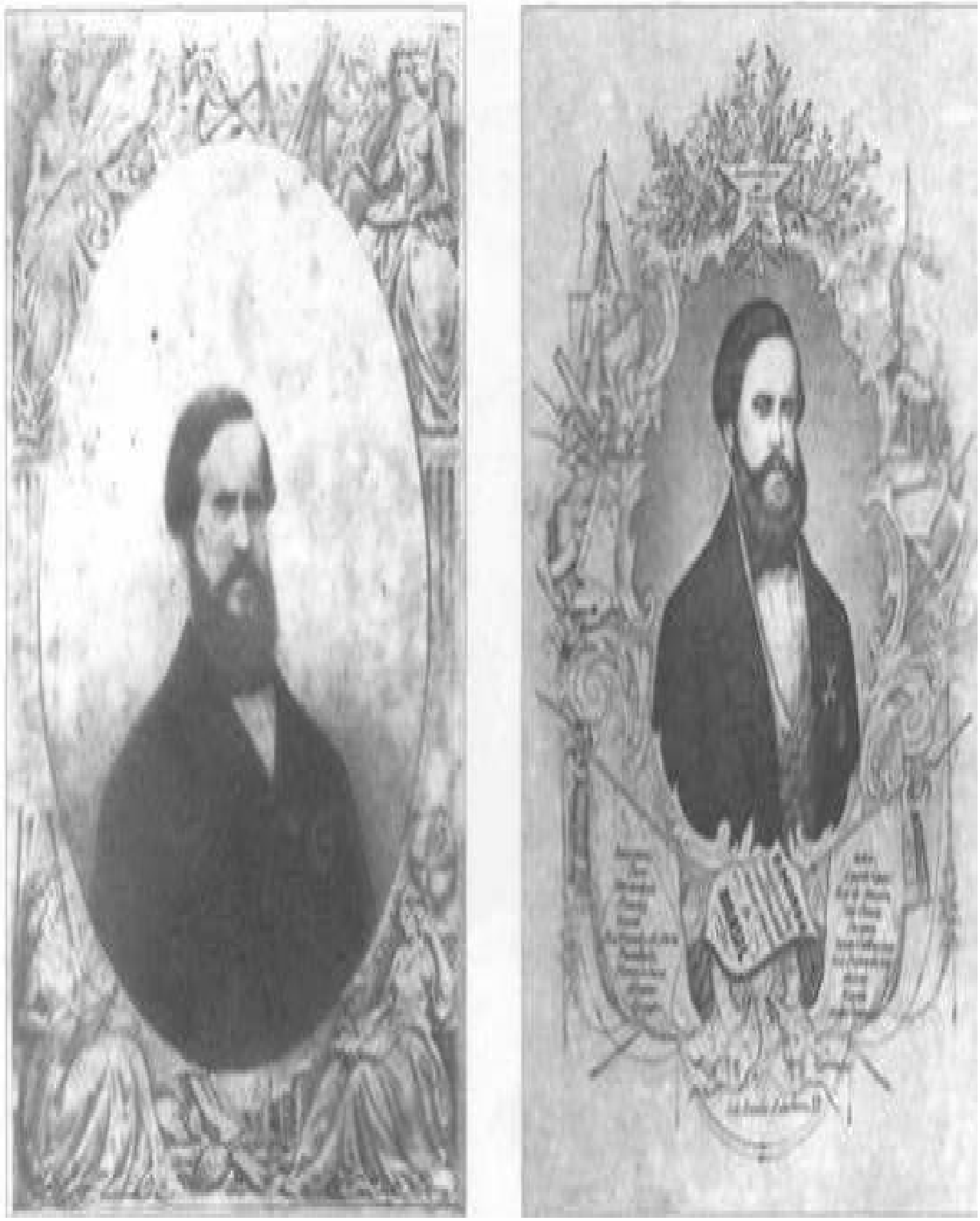
1864. MIP

D. Pedro e Teresa Cristina: a mesma pose, c. 1865. MIP

D. Pedro em pose
característica,
c. 1865. MMP

D. Pedro tendo ao fundo a locomotiva. Distribuído no dia 7 de setembro de 1887 no Teatro de São Pedro de Alcântara. FBN

Os símbolos que emolduram os retratos do monarca vão, também, distanciando-se aos poucos das referências exclusivamente tropicais, na medida em que buscam um diálogo mais imediato com a cultura européia e com o progresso industrial do Ocidente. Nas três imagens que seguem, d. Pedro está cercado de locomotivas, barcos a vapor e símbolos de estudo — figurados pelas paletas, livros e pergaminhos —, ou de deusas da cultura, arte, ciência e indústria, acompanhadas de seus respectivos ícones.

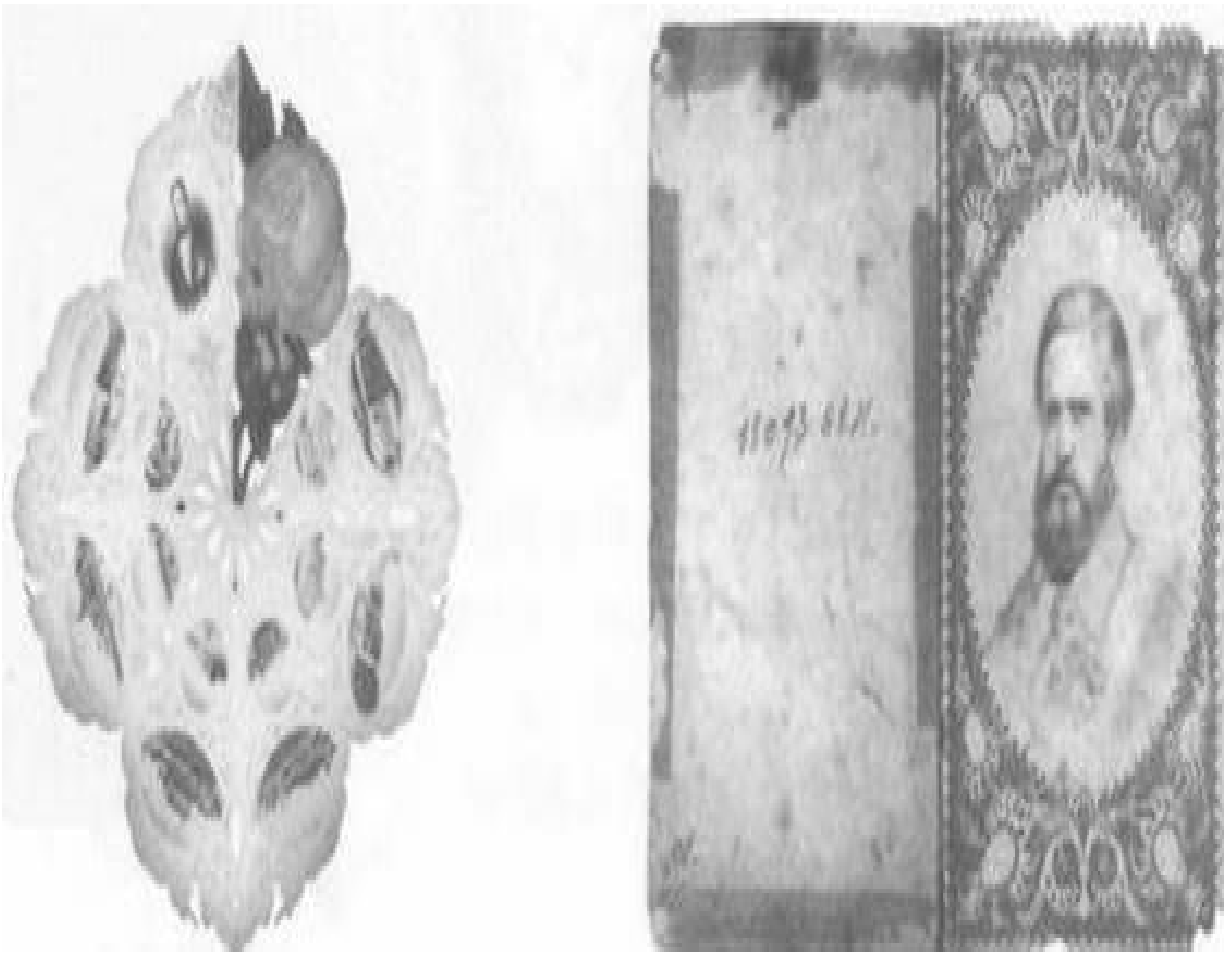


D. Pedro cercado pelas deusas da arte, indústria e cultura. Tipografia Lindé, década de 70. FBN

Medalha que fala da "ilustração vigente no Império". Associação Promotora da Instrução, 1874. MMP

A representação da monarquia encontrará, ainda, espaços inusitados para a sua difusão. Nos objetos de uso pessoal, nas peças da casa, a presença do casal imperial é uma constante. Em lencinhos, leques, jogos de baralho, broches, nas pratarias e nas louças, multiplicava-se a imagem da realeza, como se ela ganhasse o dia-a-dia e penetrasse nos locais de maior intimidade. A memória entra no cotidiano, que se vê tomado pela representação de d. Pedro: mecanismos de construção e manutenção de sua figuração pública.

Objetos de uso pessoal de d. Pedro ou que se disseminaram pela corte e pelo país com as marcas do Império brasileiro e de seu representante máximo



Pequena toalha com retratos
da família real e paisagens
da corte. MIP

Porcelana de Sèvres com os retratos de SS MM II. Presentes distribuídos aos nobres da corte. MIP

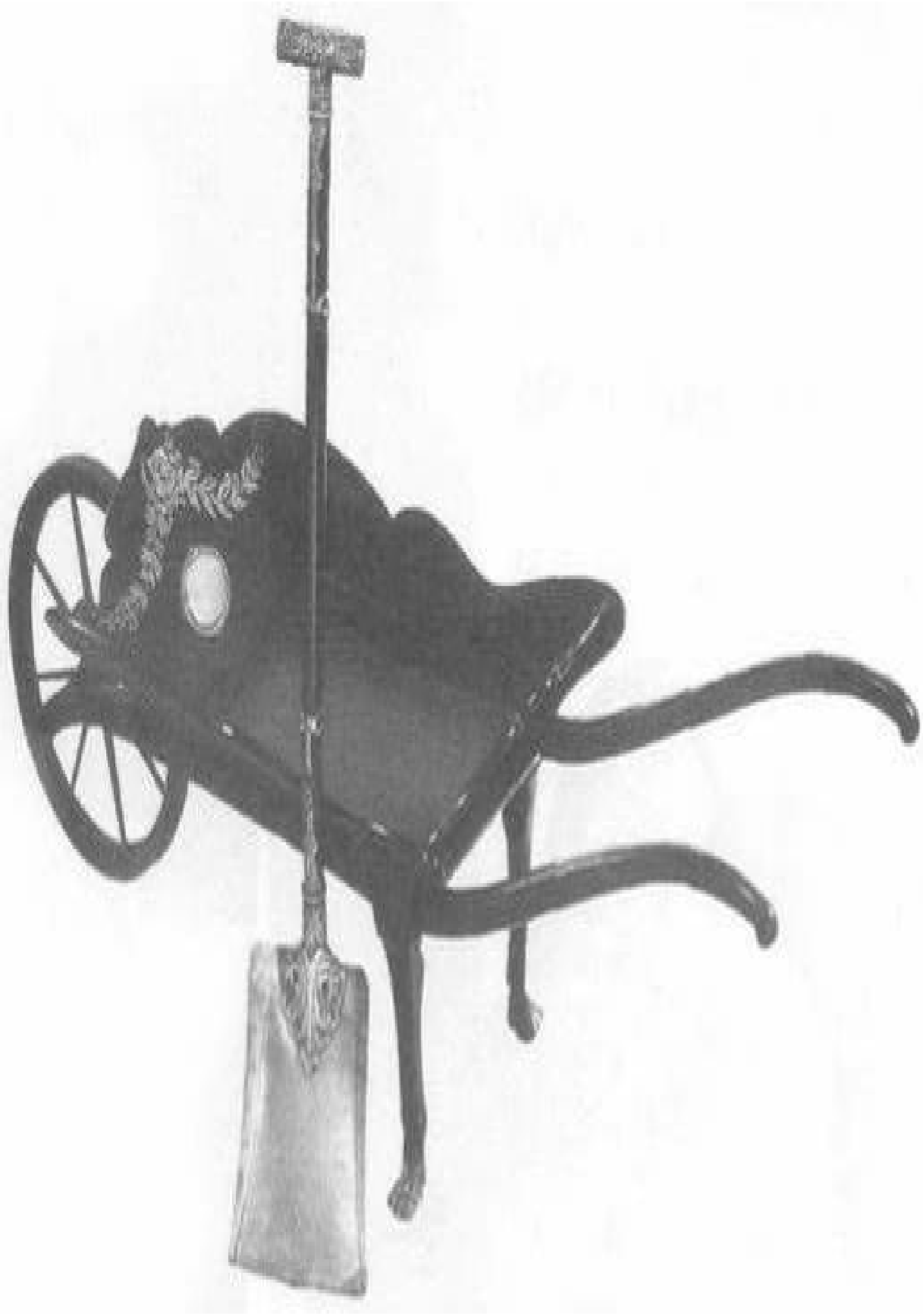
Interior de broches com imagens da família imperial. Adornos daqueles que revelavam intimidade com a Casa Imperial. MIP

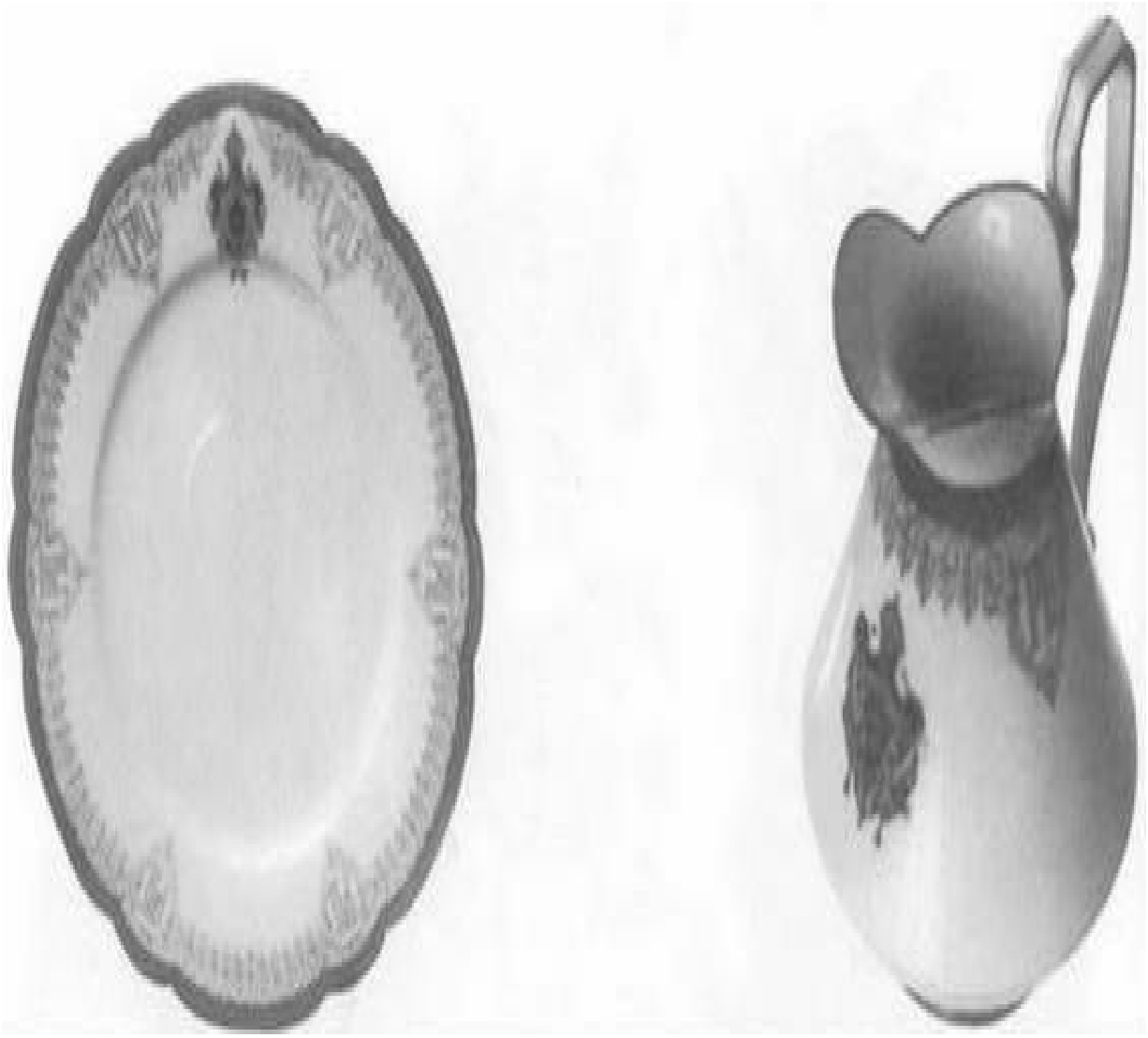
Relógio com busto do imperador feito em mármore. D. Pedro vai para o centro dos salões. MMP

Prato com a imagem
de d. Pedro II. CEA

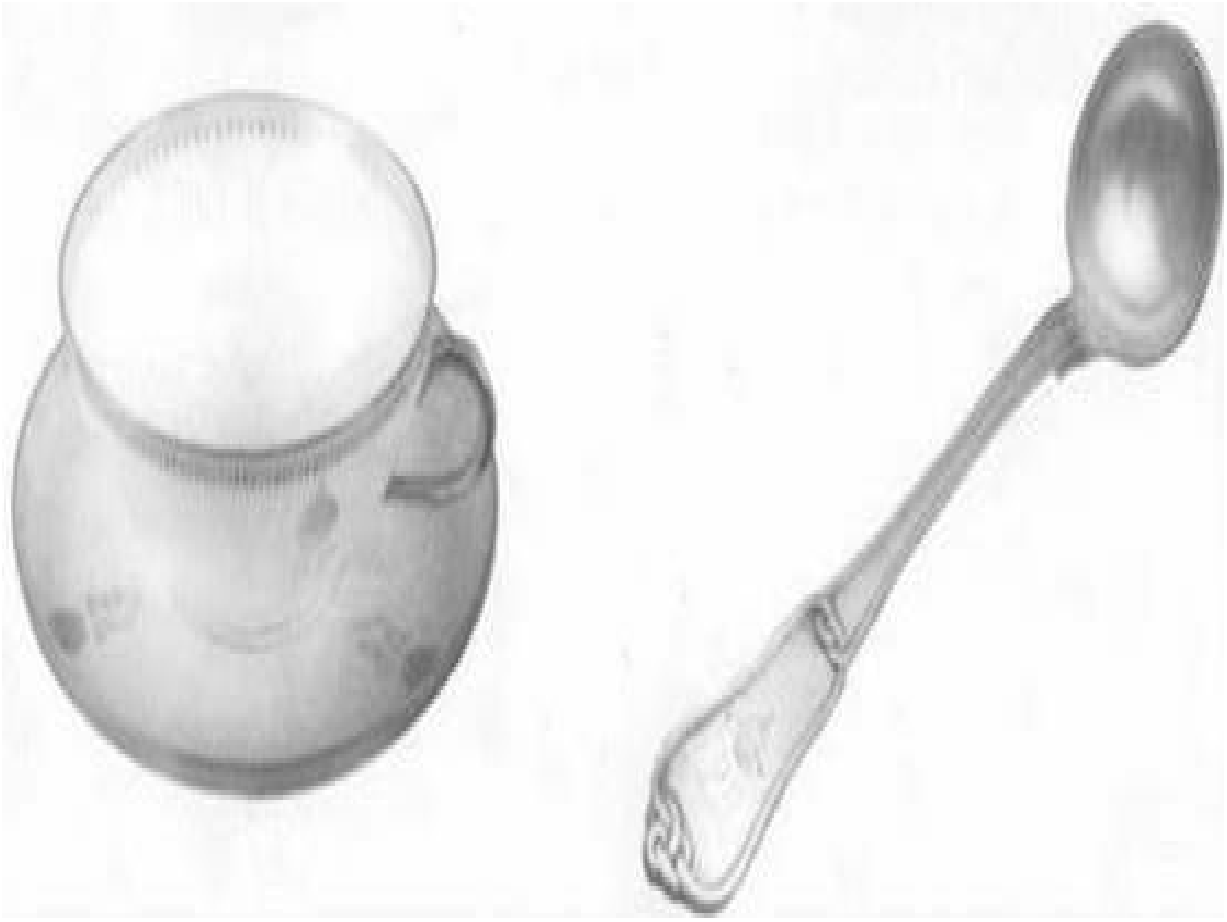
DOM PEDRO II

Copos com símbolos e temas que remetem à monarquia. MMP e FMLOA





Serviço de mesa com as credenciais da família imperial. MMP



Xícara e pires com monograma do imperador. MMP

Espada e bainha com monograma PII. MMP

PII

Nos talins de prata, a efígie de d. Pedro. MMP

Se alguns objetos são de uso popular, e com certeza recriados fora do estrito controle da família imperial, outros fazem parte da coleção privada do soberano, e outros ainda consistem em presentes do monarca à sua "corte". O par de vasos de Sèvres — antes reproduzidos — foi fabricado por ocasião do casamento de Suas Majestades Imperiais. No entanto, já na época foram feitas várias cópias, ofertadas por d. Pedro II em momentos especiais. Dr. Inocêncio M. de Araújo, por exemplo, em lembrança dos serviços prestados no nordeste no período da grande seca, recebeu um par de vasos desse tipo.[19] O imperador distribuía, ainda, fotos suas — em cujo verso havia dedicatórias —, broches e berloques que os agraciados consideravam talismãs. Até nas horas de lazer, no velho e bom jogo de baralho, a realeza estava presente. Era a monarquia que, sobretudo após a guerra, "multiplicava a sua imagem", entrando nos espaços cotidianos vivenciados pela população.

Baralho de cartas em que aparece retratada a família imperial. MIP

Mesmo fora do país, a imagem do monarca, chamuscada em conseqüência da Guerra do Paraguai, aos poucos se reabilitava. A representação do rei-cidadão e civilizado havia de se impor à do tirano da guerra. Abandonando os rituais, sobretudo após a volta da primeira viagem, d. Pedro endossava uma nova representação. Resta saber de que maneira

se dava o impacto dessa figuração no imaginário popular, mais dado à pompa e ao rigor que ligavam o imperador do Brasil à realeza sagrada e mistificada das paradas e procissões.

L'ILLUSTRATION

JOURNAL UNIVERSEL

Na página de abertura do jornal a
imagem "do monarca das Américas".
L'Illustration, 1871. FBN

13

A REVOLUÇÃO

DO DAGUERREÓTIPO ENTRE NÓS

D. Pedro numa seção de fotos. Logo atrás, o apoio para que a imagem vingue. Em Vasquez, s. d.

Se até então a grande maioria das imagens do Império eram compostas de litogravuras, pinturas, esculturas e aquarelas, a partir, sobretudo, de início dos anos 60, como vimos no capítulo anterior, torna-se cada vez mais nítido o predomínio do material fotográfico.

A explicação para o fato está vinculada de maneira bastante direta a d. Pedro II, que não só foi um grande incentivador dessa técnica, como se tornou, ele próprio, um fotógrafo precoce: o primeiro fotógrafo brasileiro, o primeiro soberano-fotógrafo do mundo. O pioneirismo do soberano se evidencia já quando da concessão de seu imperial patrocínio a um fotógrafo, em 8 de março de 1851. Nessa época conferiu o título de Fotógrafos da Casa Imperial a Buvelot & Prat, antecipando-se dois anos à rainha Vitória.[1] Na verdade, d. Pedro fará da fotografia o grande instrumento de divulgação de sua imagem: moderna como queria que fosse o reino.

O primeiro anúncio da invenção do daguerreótipo chegou à corte em 19 de agosto de 1839, por meio de uma notícia publicada em maio no Jornal do Commercio. No mês de agosto, em sessão conjunta das academias de Belas-Artes e de Ciências, deu-se em Paris a comunicação oficial da invenção, e já em dezembro o francês Hércules Florence, radicado em São Paulo, divulga o resultado de suas experiências com o novo aparelho.

Segundo Vasquez,[2] o imperador adquiriu seu equipamento de daguerreotipia em março de 1840, oito meses antes que esses aparatos fossem comercializados no Brasil, motivado pelas demonstrações do abade francês Louis Compte, que trouxera a fotografia para o país em janeiro daquele ano. Em 1841, d. Pedro II já se exercitava na nova arte, enquanto, com grande curiosidade do público, a fotografia era introduzida entre nós, à semelhança do que ocorria no resto do mundo.

O Jornal do Commercio de 17 de janeiro de 1840 noticia de maneira eufórica a chegada da nova técnica: "Finalmente passou o daguerreótipo para cá os mares e a fotografia que até agora só era conhecida no Rio de Janeiro por teoria [...] Hoje de manhã teve lugar na hospedaria Pharoux um ensaio fotográfico tanto mais interessante, quanto é a primeira vez que a

nova maravilha se apresenta aos olhos dos brasileiros [...] preciso ver a coisa com seus próprios olhos para se fazer idéia da rapidez e do resultado da operação. Em menos de nove minutos o chafariz do Largo do Paço, a praça do Peixe, o mosteiro de São Bento [...] se acharam reproduzidos com tal fidelidade, precisão e minuciosidade, que bem se via que a coisa tinha sido feita pela própria natureza, e quase sem a intervenção do artista".

A velocidade do daguerreótipo atraía essa sociedade em que a rapidez se transformava em sinônimo de qualidade e progresso. Essa é a época da invenção do telégrafo, do telefone, do motor de explosão, que em seu conjunto foram concebidos visando solucionar a "pressa" do final do século. Edgar Allan Poe, em 1840, definia a fotografia como um marco da modernidade: "como um invento representativo do milagre e do potencial mágico dos anos modernos [...] como o mais extraordinário triunfo da ciência moderna".[3] Nas palavras de Mandé Daguerre, é notável o orgulho de seu invento:

> A descoberta que anuncio ao público faz parte do pequeno número de invenções que, por seus princípios e resultados, e pela influência benéfica que exercem sobre as artes, contam-se entre as mais úteis e extraordinárias. Consiste na reprodução espontânea das imagens da natureza recebidas na câmara escura, não com suas cores, mas com uma gradação muito fina de tonalidades [...] Qualquer um, com o auxílio do daguerreótipo, poderá obter uma vista de seu rebanho ou sua casa de campo: as pessoas farão coleções de todos os tipos [...] Serão feitos até mesmo retratos, embora a instabilidade do modelo apresente, é verdade, algumas dificuldades (que precisam ser superadas) para um perfeito sucesso.[4]

O mito da fidedignidade, o fascínio do "real", que parece se revelar por meio da fotografia, encobria a carga conotativa, sempre presente nessa técnica, que recortava a realidade pelo olho do fotógrafo.[5] Mas de toda maneira, numa era de certezas e de positividades, a fotografia era incorporada como um exemplo de perfeição da representação. Em meio a uma sociedade em boa parte iletrada, as suas potencialidades são

rapidamente percebidas. No entanto, em busca do lucro fácil, não só a corte foi alvo dos novos especialistas. No Brasil, entre 1840 e 1855, diversas capitais foram visitadas por daguerreotipistas itinerantes, que também fizeram incursões pelo interior, à procura de clientes na aristocracia rural. O resultado é revelador da feição peculiar da nobreza brasileira, muitas vezes escondida em seus casarões de fazenda.

Daguerreótipos tirados na década de 60 na região do Vale do Paraíba. Nas vestes alinhadas disfarçava-se o ambiente rural. Manuel Paula Ramos. CRMM

Fotografias tiradas na década de 60, na região do Vale do Paraíba; nelas vemos
a imagem da aristocracia cafeeira fluminense. Manuel Paula Ramos. CRMM

A foto tornava-se, então, não só símbolo de modernidade como marca de status e de civilização; uma distinção nas mãos de poucos. Assim, se os usos e funções políticas da fotografia no século XIX tenderam a se expandir, de outro modo dialogaram com o imaginário local, que por meio dela reproduzia imagens e paisagens — como o fez Marc Ferrez a partir da década de 70. Mas a nova técnica também servia para atestar enriquecimento pessoal. Sobretudo essa nova corte urbana, em vista da morosidade e dos preços ainda mais elevados dos retratos a óleo, aderia ao retrato fotográfico, feito às dúzias para ser dado de presente ou trocado.

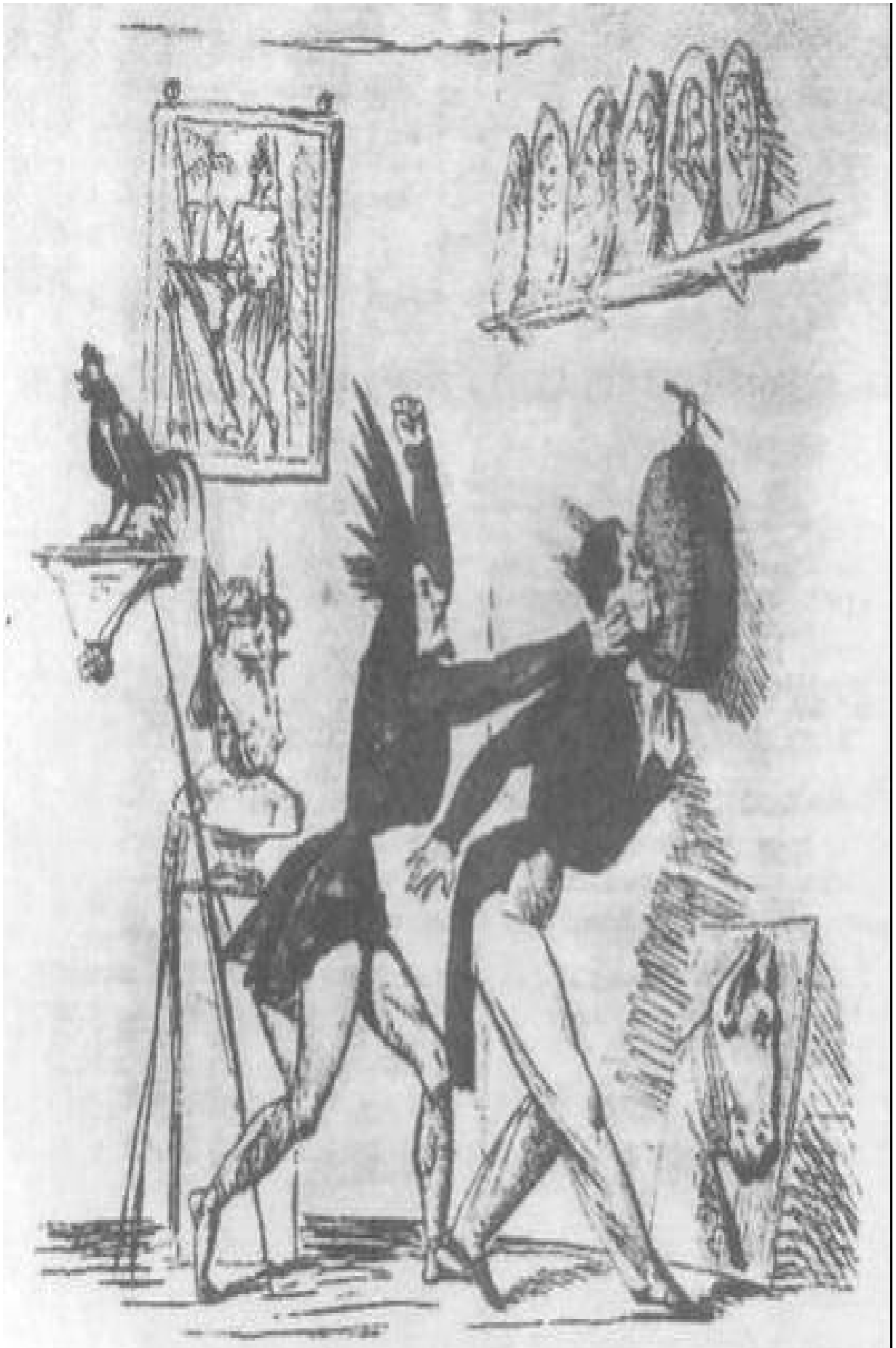
Retratos por dúzias. A. Agostini, em Vida Fluminense, 1/1/1870. CEA

É dessa maneira que se explica o sucesso das caries de visite, que se popularizam a partir da segunda metade do Oitocentos. Com poses bem definidas e objetos selecionados, o estúdio se converteu em um palco para a auto-representação, variando os temas e motivos: colunas, balaustradas e palmeiras.

Entretanto, apesar das maravilhas da nova técnica, que alguns atribuíam às misteriosas artes mágicas, a daguerreotipia implicava um tempo de exposição excessivamente longo, incapaz de registrar os objetos em movimento. Esse é o momento em que aparecem as imagens de cidades-fantasmas, vazias de transeuntes, que as lentes das máquinas eram incapazes de captar. Daguerre acabaria retratando o primeiro ser humano ainda em 1839, de maneira puramente acidental, quando visava uma paisagem de um bulevar em Paris.

Por outro lado, com a voga dos retratos nos anos 50, os clientes se contentavam com o "fisionômetro e o fisionotipo",[6] ou passavam a se sujeitar a verdadeiras sessões de tortura, na medida em que permaneciam imóveis, com a ajuda de instrumentos especiais, como ganchos que seguravam o pescoço durante muito tempo, na esperança de evitar que o mínimo movimento invalidasse a foto; um verdadeiro troféu.[7]

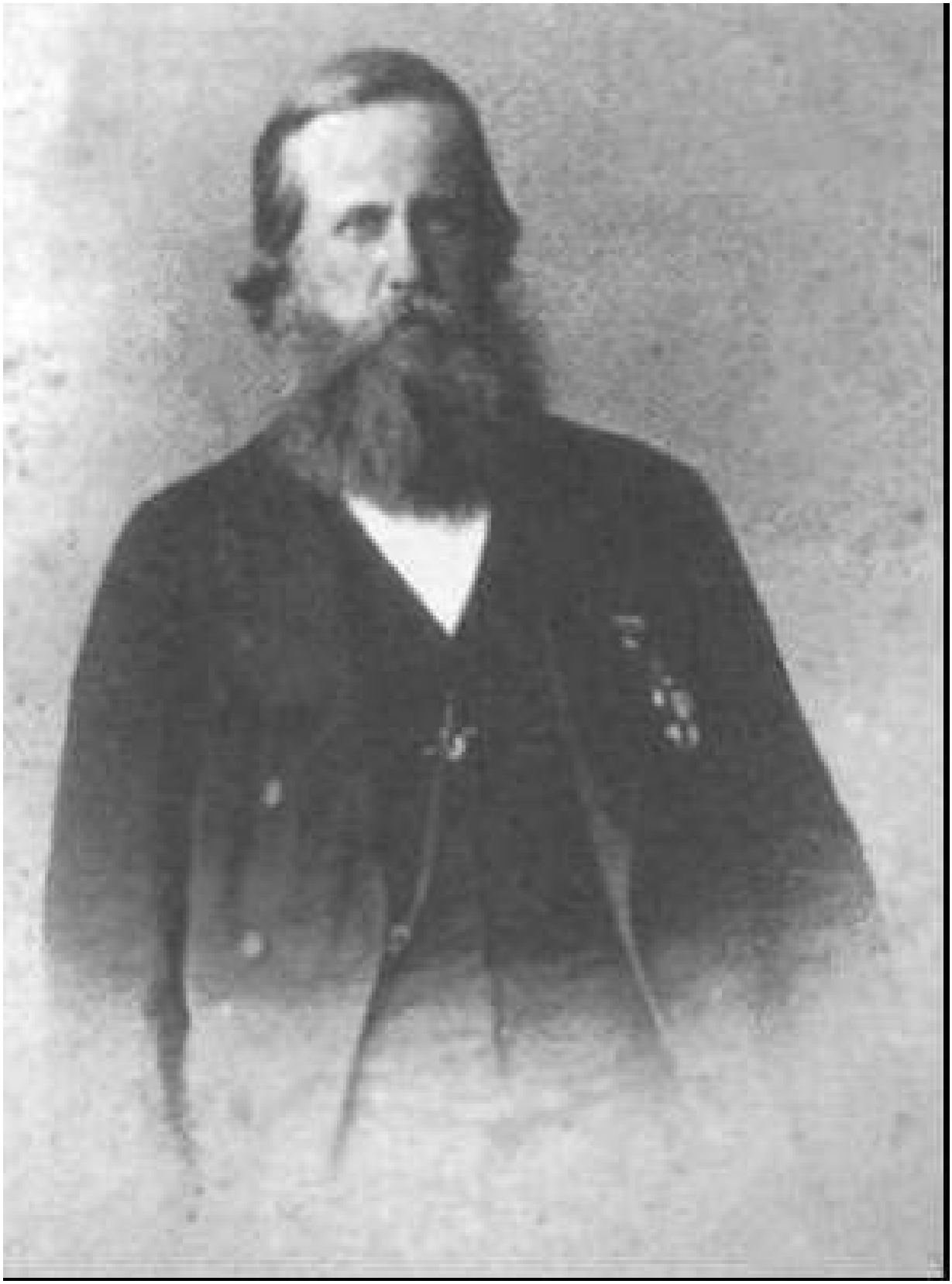
Na imagem que abre este capítulo vemos o próprio monarca d. Pedro II sendo imobilizado por trás, para que o daguerreótipo chegasse a bom termo; a seguir, uma caricatura de Rafael Carvalho ironiza as técnicas de pintura e retratística. Nelas temos dois lados, igualmente verdadeiros, dos usos da nova técnica. Na primeira, sua manipulação para fins mais oficiais; na segunda, a ironia diante da verdadeira mania que se instaurou no Império.



"Novas técnicas de retrato". Destaque para os temas indígenas presentes na oficina, e as orelhas de burro no cliente e na escultura do próprio jegue. Rafael Mendes de Carvalho, 1840. Em Cunha, 1984

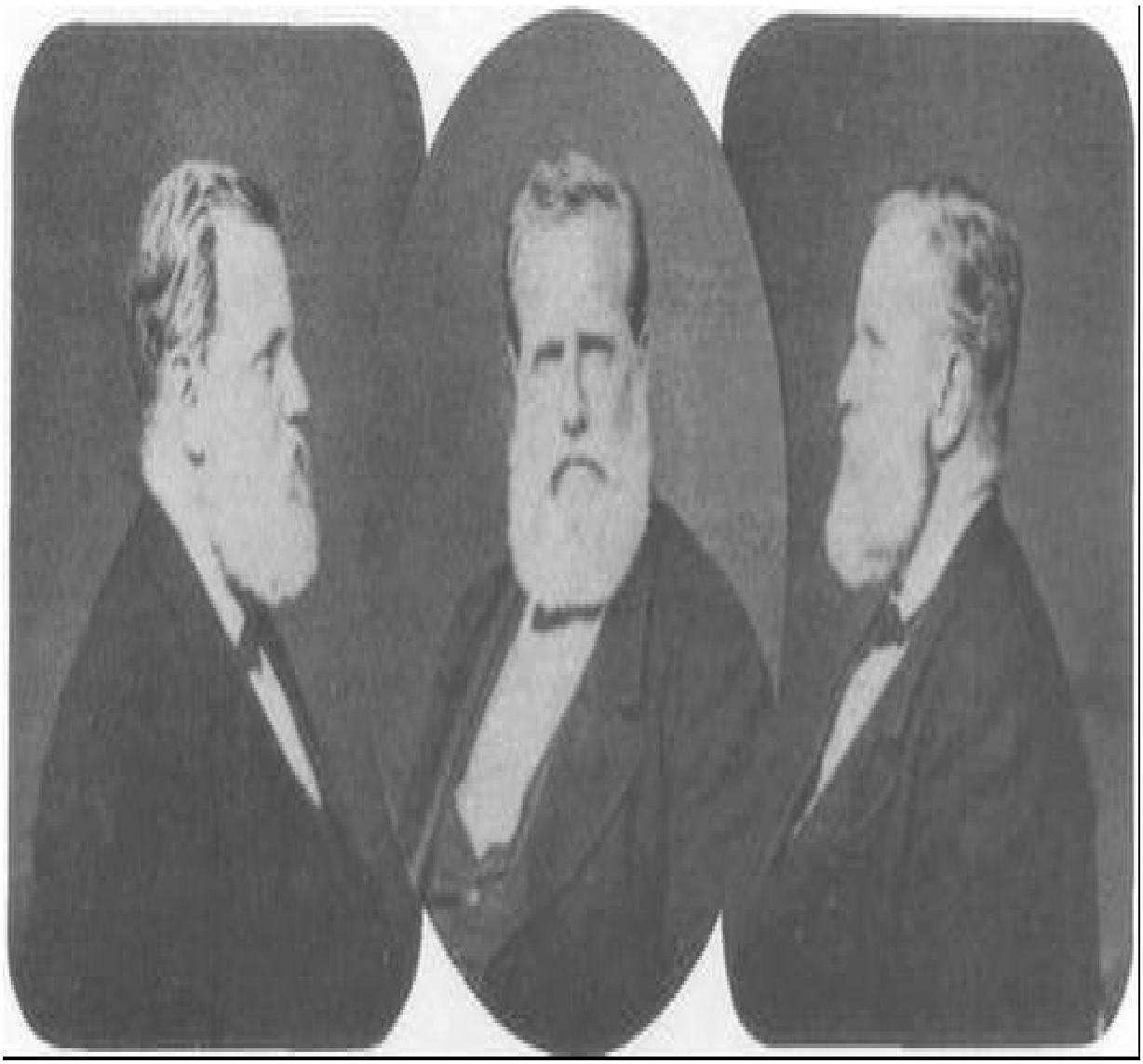
A moda levou inclusive os fotógrafos ambulantes a se fixar em endereços elegantes, como os hotéis da cidade. A partir de 1854, o próprio Almanak Laemmert passa a ter uma seção denominada "Oficinas fotográficas" e, de 1866 em diante, apenas "Fotógrafos". Quando chegam os anos 70 a concorrência se torna mais agressiva e os preços mais baixos. A Casa Modelo Carneiro, em anúncio na Gazeta de Notícias de 2 de fevereiro de 1878, expõe desta maneira seus novos preços:

> Os proprietários deste estabelecimento, sempre solicitados em acompanhar todos os progressos que se realizam na sua arte, tendo feito freqüentes viagens à Europa [...] participam aos fregueses que acaba de chegar de Paris o seu sócio Tavares trazendo novidades! Todos os sistemas! Todos os melhoramentos! [...] Sendo praxe dessa casa entregar os melhores retratos e mais baratos. * redução de preços:
>
> Uma dúzia de retratos em cartão de visita — 5$000
>
> Uma dita de ditos esmaltados — 12$000
>
> Uma dita de ditos imperiais — 15$000 [...][8]



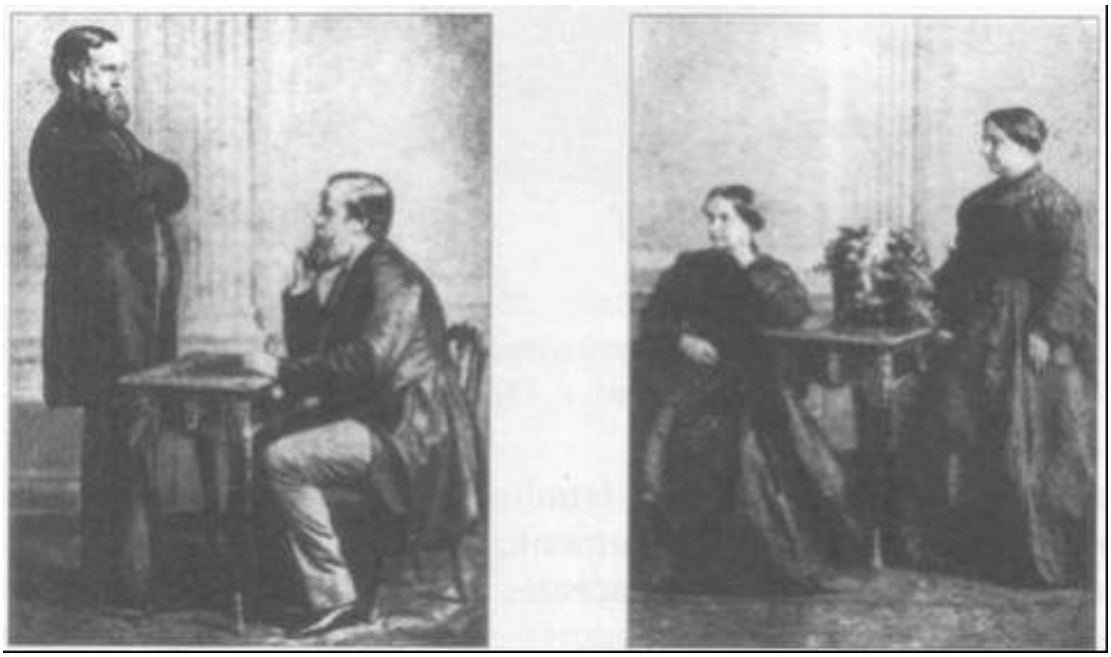
D. Pedro II, primeiras experiências fotográficas, c. 1870. CPCL

Quanto à coleção privada da família imperial, em razão das péssimas técnicas de conservação e ao banimento apressado de d. Pedro em 1889, muitos daguerreótipos a ela pertencentes perderam-se; sobretudo, são raros os documentos de comprovada autoria do imperador. Partidário de experiências e novas modas, d. Pedro II fotografa e se faz fotografar com insistência, em especial a partir de finais da década de 50, quando a fotografia propriamente dita viria a substituir o daguerreótipo. Segundo Besouchet,[9] o imperador enviou centenas de retratos aos amigos, amigas, conhecidos, nobres e parentes do mundo todo, utilizando a nova técnica de forma a evidenciar ainda mais sua presença em todo o Império.



D. Pedro, frente e perfil. R. H. Klumb, albúmen, c. 1875. Em Vasquez, s. d.

A maior parte das imagens, no entanto, guardam o rigor e o caráter oficial da família imperial. São poucas as situações que denotam a intimidade, a qual talvez seja indevida para um imperador. Somente em duas fotos vemos as figuras do imperador e da imperatriz duplicadas, como que brincando com as possibilidades da técnica ou revelando a encenação presente na fotografia.



Duas experiências fotográficas. Carneiro & Gaspar, albúmen, c. 1867. FBN

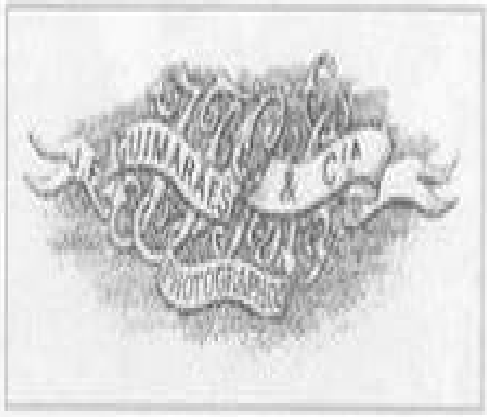
Muito diferente é a imagem de 1855, cuja autoria é atribuída a d. Pedro. Na foto, com sua pose napoleônica cada vez mais habitual, o monarca é um exemplo de seu lugar e condição, e a fotografia não passa de um instrumento interessante para potencializar a visibilidade da monarquia.

D. Pedro II, c. 1860. Possível auto-retrato feito no Palácio de São Cristóvão. CDPOB.

Grandes fotógrafos se consagraram no Brasil, como H. Florence e Victor Frond, ou mais tarde Marc Ferrez, além de uma série de firmas que aqui se instalaram, prometendo maravilhas para essa corte encantada com os avanços europeus. Muitos se fizeram fotografar, contudo nenhuma outra família gastou tanto quanto a Casa Imperial. Era inclusive comum encontrar nos jornais anúncios em que os profissionais expunham sua condição de "fotógrafos da família imperial", como chamariz para outros clientes.

A própria princesa Isabel fora discípula de Revert Henrique Klumb, que recebia por suas aulas particulares de fotografia 400 mil-réis por ano. Mas as despesas por certo não se limitavam às classes. No Livro de Receitas e Despesas da Casa Imperial, d. Pedro, no período de 1848 a 1867, consumiu em fotografias de Buvelot 730$000, Victor Frond 9:127$000, Joaquim Insley 243$000, Stahl 730$000, Klumb 2:815$000, Carneiro & Gaspar l:600$000, Carneiro & Smith l:045$000, Casa Leuzinguer 237$000, totalizando dezoito contos e 796 mil-réis. Além disso, foram comprados álbuns de Victor Frond e de outros fotógrafos, elevando a soma a um total de 22 contos e 528 mil-réis, o que corresponde a trinta vezes mais do que o imperador teria recebido para seus gastos no ano de 1846.[10]

MARC FERREZ
88, R. DE S. JOSÉ
RIO DE JANEIRO
da Marinha Imperial e da Commissão Geologica


GUIMARÃES & CIA
PHOTOGRAPHOS

VALLEY PACKARD

CARNEIRO & GASPAR
60 Rua de Gonçalves Dias
RIO DE JANEIRO
58 Rua da Imperatriz
S. PAULO
CASA EM PARIS
Rua de Rivoli 79

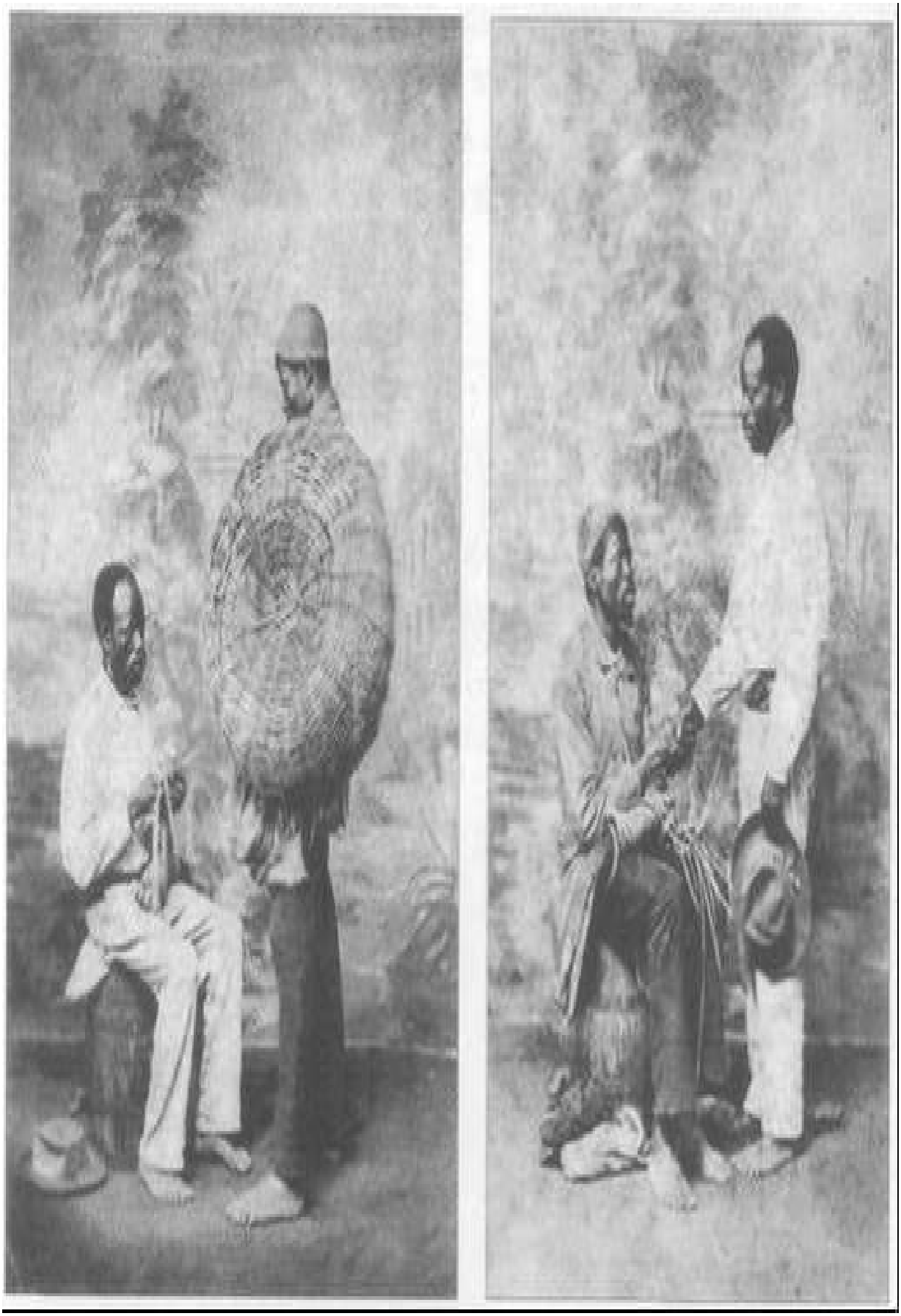
STAHL & WAHNSCHAFFE
Photographos
de S. M. o IMPERADOR
Rua do Ouvidor 117
RIO DE JANEIRO

PACHECO
PHOTOGRAPHO DA CASA IMPERIAL
60 Rua de Gonçalves Dias
RIO DE JANEIRO.

Guilherme Gaensly
BAHIA
Largo do Theatro
Nº 92

Verso de fotos elaboradas por grandes fotógrafos da época. CPCL

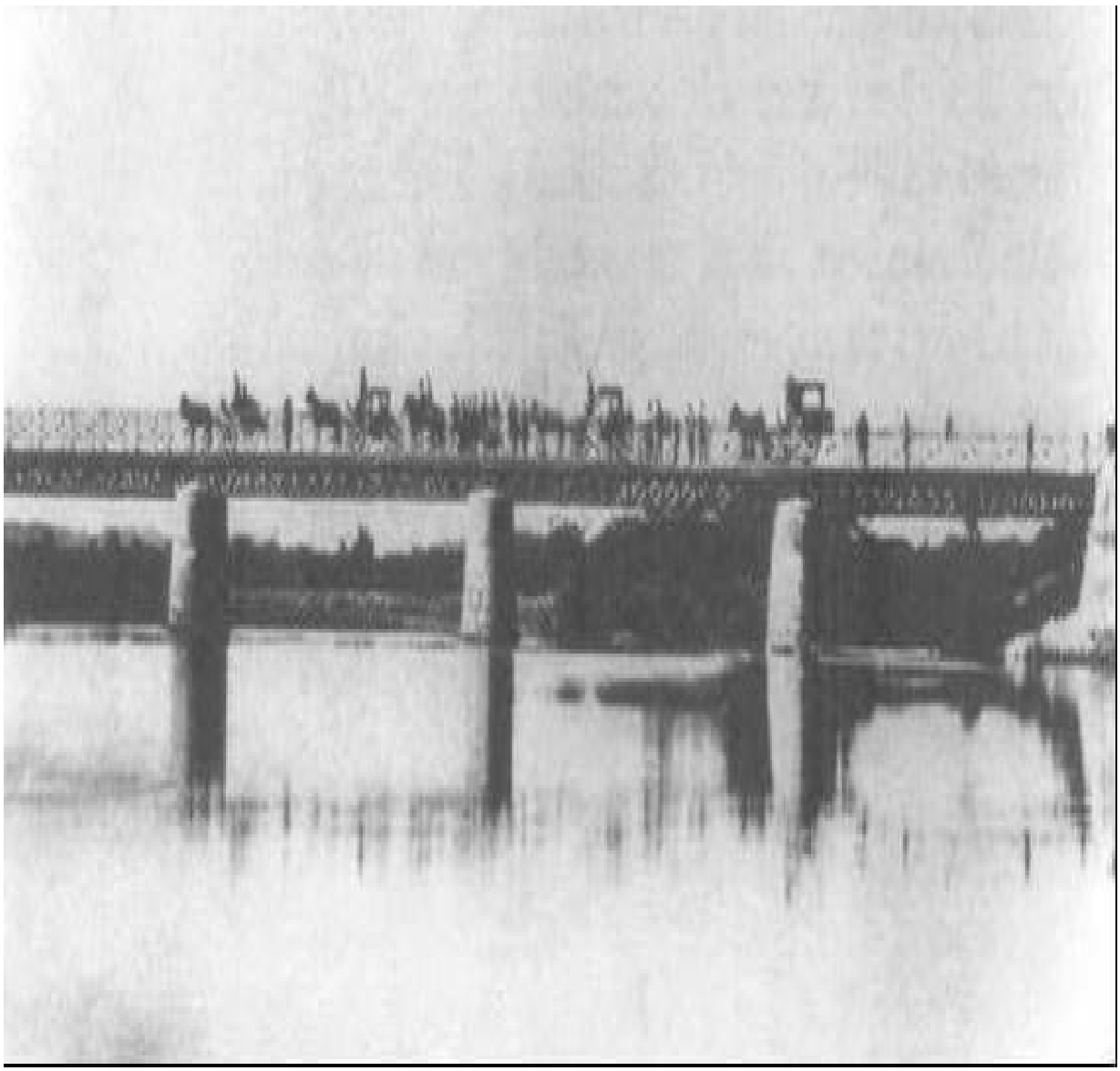
A família real também aderiu à voga das cartes de visite. Dizia-se que d. Pedro adorava receber fotos de presente, assim como distribuí-las. Talvez a prática explique, ao lado das facilidades que a nova técnica oferecia, o grande aumento de imagens que se verifica no momento. A fotografia possibilitava multiplicar a visibilidade da monarquia e ampliar as situações em que esta se via retratada. Utilizando-se de uma aura de objetividade, o monarca aparecia de forma "real", por mais que a paisagem, os elementos, a expressão e a indumentária muitas vezes criassem ambientes imaginários. Nesse sentido, as fotografias do soberano eram muitas vezes representação e jogo de cena. Em uma monarquia tropical como essa, até a escravidão aparecia retratada nas cartes de visite, que percorriam o país e alcançavam a curiosidade européia.



Nas fotos de Christiano Júnior, os exóticos escravos africanos da América; a distingui-los, os pés sempre descalços. Junto a estas fotos, feitas entre

1864 e 1866, apareceu a seguinte nota nos jornais da época: "Tipos de pretos... coisa muito própria para quem se retira para a Europa". CSPHAN

A representação cada vez mais presente do monarca civilizado e cidadão não apagava, portanto, as marcas de seu Império quase africano. De toda maneira, diante da realeza, que traz consigo a idéia da imortalidade, o novo recurso permitia a ilusão da perenidade das coisas e se transformava em um ícone de época. De um lado representava a modernidade, de outro facilitava a nosso imperador cientista experimentar-se. Nas viagens que o monarca passará a empreender, a fotografia o acompanha de perto.



Carruagem de d. Pedro II em viagem pelo Brasil. O imperador e sua comitiva parecem ter parado e posam para o fotógrafo, que observa a cena de longe, 1868. MIS

14

UM MONARCA ITINERANTE

Retrato de d. Pedro II, com chapéu típico. FBN

Diz Lyra que "os reis são grandes passeadores".[1] D. Pedro não fugiria à regra, mas no seu caso as viagens seriam também estratégicas: ajudariam mesmo que simbolicamente na demarcação das fronteiras desse grande Império, além de contribuir para alargar a recepção da imagem da monarquia interna e externamente. Em suas viagens o monarca tomava posse e unificava a representação.

No entanto, até a década de 70, o nosso imperador, tão versado em línguas e em culturas estrangeiras, não havia saído do país. É certo que já conhecia parte significativa de seu Império. Em 1845 tinha se aventurado a ir às províncias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, ausentando-se da corte por seis meses. Em 1847 foi a vez de ele percorrer a província fluminense e se hospedar nas casas de fazenda.

Mas a cidade-corte não era o Brasil, e era preciso que o imperador fosse visto por todo canto, prestigiando assim as localidades mais distantes. A presença de d. Pedro II em outras cidades e províncias era mesmo necessária até para que a monarquia se fortalecesse e preservasse a unidade nacional. Foi assim que entre 1859 e 1860 o monarca visitou o nordeste, tendo sido recebido com grandes festas na Paraíba, no Espírito Santo, na Bahia, em Pernambuco e em Sergipe.

VIAGEM

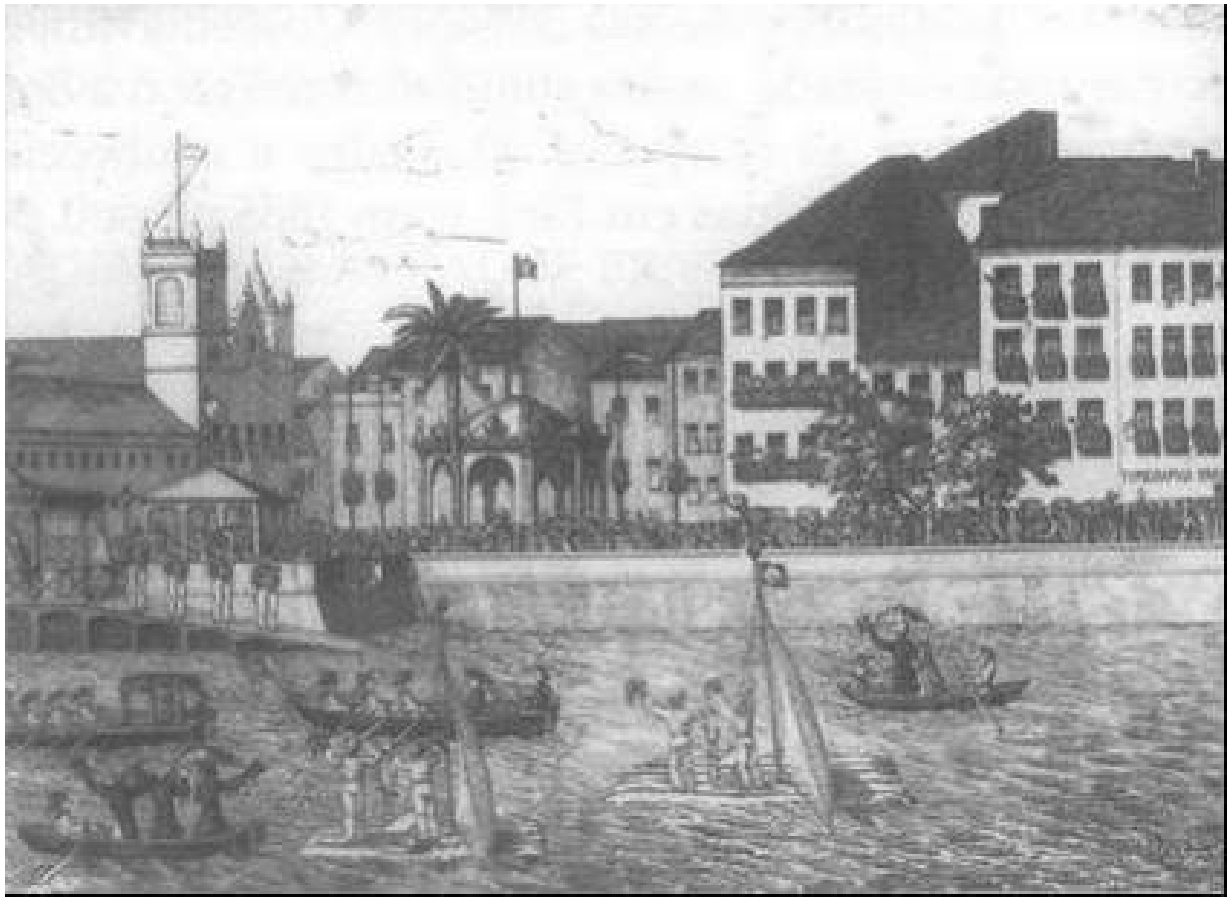
DE SUA MAGESTADE IMPERIAL

nas Provincias do Norte

Mapa dos donativos e esmolas que a Casa Imperial fez em sua visita às províncias do norte, 11/3/1860. MMP

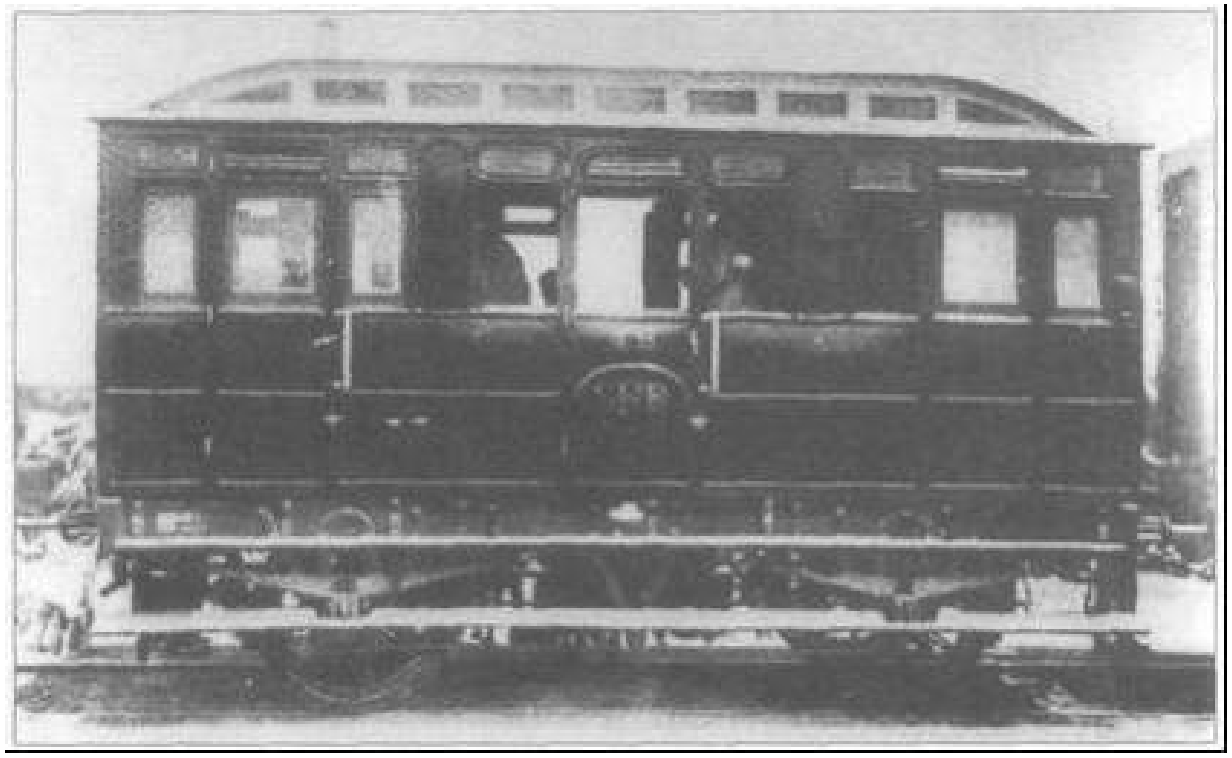
Com d. Pedro II viajavam, também, os rituais monárquicos e alguns cerimoniais: disposições para a partida do imperador e seu séquito, os programas municipais e provinciais para a chegada do soberano a diferentes cidades, as recepções grandiloqüentes em seu retorno à corte; nestas, os moradores eram instruídos a iluminar a frente de suas casas e a orná-las com tapeçarias, ao mesmo tempo que as ruas pelas quais passasse o cortejo imperial deveriam ser areadas e juncadas de folhas e flores.[2] Se o cenário variava, o script era o mesmo: precisão e pompa.

Em Recife foi um alvoroço. O imperador e a imperatriz iriam chegar, e não se poupou esforço nos preparativos: nomeia-se comissão, iluminam-se as ruas, enfeitam-se as casas; bandeiras, missas e te-déum, bandas de música, repique de sinos e lencinhos de cambraia agitando-se no ar. Para as acomodações da corte, mobiliário das mais nobres madeiras, pratarias, tapeçarias, sedas e veludos, cristais finíssimos e um belo faqueiro de ouro — tudo emprestado pelas mais abastadas famílias pernambucanas. Na Bahia repetiram-se as solenidades; por onde passassem, os soberanos reafirmavam sua soberania.



Monitor das famílias, litografia, 1859. Recife recebe d. Pedro II. MIP

A corte festeja a volta de d. Pedro, 1869. FBN



Carro de viagem de d. Pedro. MIS

Gastava-se muito dinheiro nessas ocasiões. Costumavam-se construir palanques, decorar toda a cidade, assim como se comunicava com antecedência a roupa apropriada para as recepções. D. Pedro II conheceu as milagrosas águas termais de Poços de Caldas em 1861, e em 1865 passou por Juiz de Fora.

D. Pedro e comitiva às margens do rio Paraibuna. R. H. Klumb, 1861. MMP

D. Pedro em Poços de Caldas. FBN

As viagens da família imperial geravam tal comoção que, muitas vezes, as cidades se preparavam mesmo antes da formalização da visita. Esse é o caso de Alcântara, que se adornou para a recepção mas fugiu ao itinerário, ou de vários outros relatos falando de visitas que, na verdade, não existiram. Nesse caso, até parece que a representação se deslocava à frente do próprio monarca.

A PRIMEIRA VIAGEM: UM IMPERADOR BRASILEIRO À SOLTA

Mas era hora de finalmente visitar o mundo que o imperador só conhecia por meio dos livros. É assim que, em 1871, o monarca se anima a realizar sua primeira viagem ao estrangeiro. Nada mais coerente com a imagem cosmopolita que d. Pedro II agora portava.

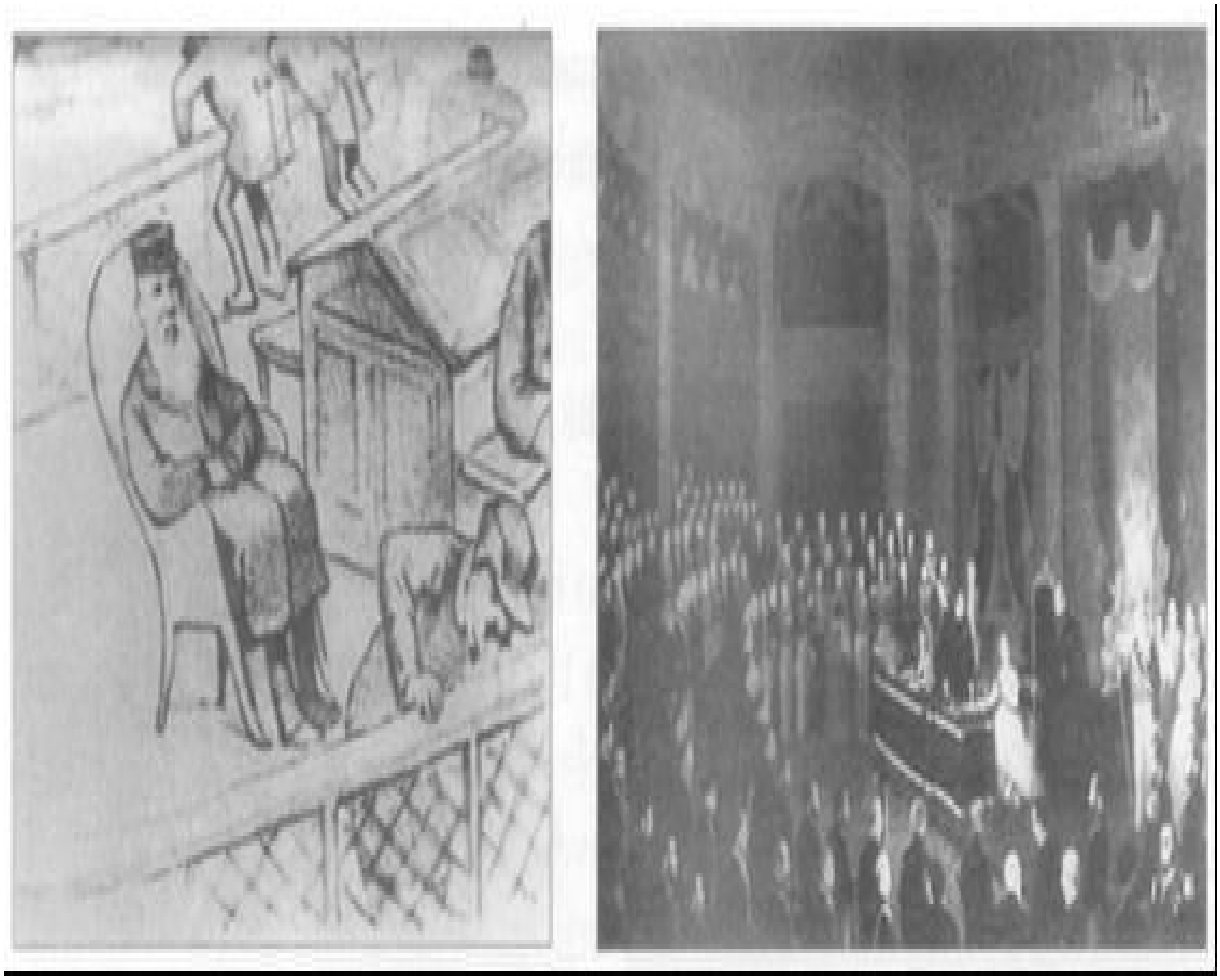
A viagem ocorreria, porém, em um ambiente conturbado. No plano externo, a proclamação da Terceira República na França deixava evidentes as fragilidades da realeza. Por outro lado, no Brasil, o problema da mão-de-obra escrava se associava mais e mais ao sistema monárquico, e os jornais abolicionistas ganhavam aos poucos espaço e popularidade.

A própria viagem de d. Pedro virava tema de controvérsia partidária, opondo personagens como o visconde do Rio Branco e José de Alencar. Movido por questões pessoais — o imperador teria eliminado o autor de Iracema[3] da lista para o Senado — e pela convicção de que o país passava por um momento grave (que a inexperiência de Isabel não poderia contornar), Alencar proclamava que a viagem do imperador era inoportuna.

No entanto, a despeito da polêmica, a questão se resolveria graças a motivos práticos e de ordem não política: a princesa Leopoldina de Saxe-Coburgo faleceu, deixando filhos menores de quem o imperador precisava cuidar. Decretado luto oficial por seis meses, o monarca parte em 25 de maio de 1871 rumo à Europa e ao Oriente Médio. A Câmara é obrigada a dar aval à viagem, e Isabel se torna regente provisória pela primeira vez

aos 24 anos.

Casal Saxe-Coburgo. MMP



Telegrama de Lisboa anuncia que d. Pedro passa bem; a tripulação nem tanto... Angelo Agostini. MMP

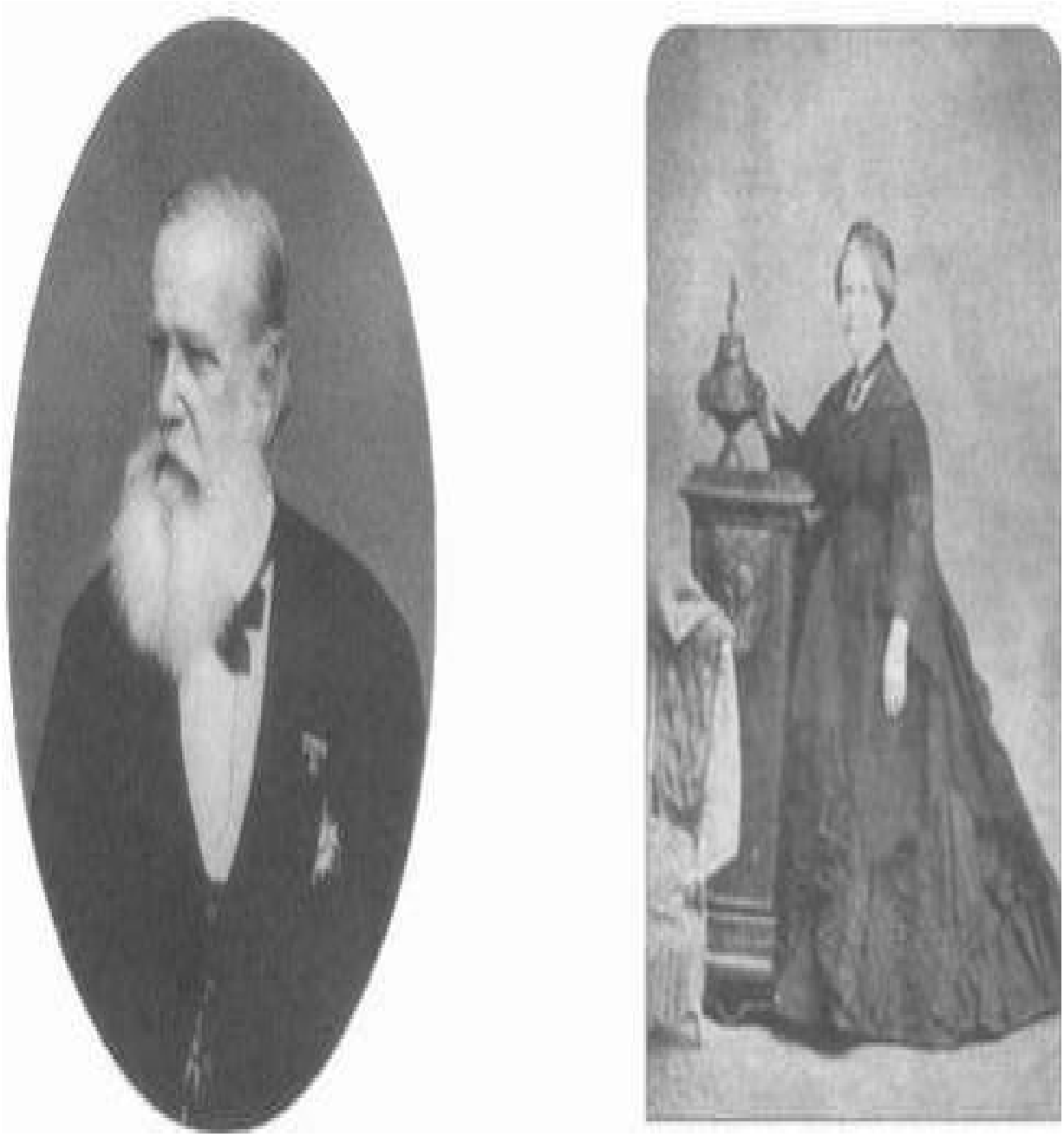
Mapa do Império do Brasil com Isabel no centro e serpes acima, 1871. FMLOA

A viagem se iniciou de maneira imprevista. Em Lisboa, um pequeno incidente paradoxalmente ajudaria a delinear a imagem que o imperador comporia no exterior. Obrigado a permanecer no lazareto durante dez dias, por causa das epidemias reinantes, ele teria recusado um serviço diferenciado, afirmando que realizava uma viagem não oficial, como cidadão. Não se furtou, porém, a lá receber o rei e a rainha de Portugal, autoridades civis e militares, mostrando a distância que existe entre um simples cidadão e um "monarca-cidadão". Seu primeiro encontro foi com a madrasta, d. Amélia, e com o cunhado, viúvo de sua irmã d. Maria da Glória.

D. Pedro começa então um vasto itinerário pelas províncias de Portugal, país que provavelmente lhe ficara como uma imagem estranha na memória: local de falecimento de seu pai, do reinado de sua irmã, ambos mortos naquele contexto. Mas o ritual da viagem tão esperada não pararia na imagem do passado; o presente aliava d. Pedro ao que reconhecia como "a modernidade e a ciência" de seu tempo. O monarca realiza uma verdadeira "via-crúcis da cultura", encontrando intelectuais portugueses como Castilho e Alexandre Herculano e visitando uma série de instituições de ensino.

É Eça de Queirós que em suas Farpas, em fevereiro de 1872, descreve com ironia a atitude desse monarca que, no exterior, ora negava ora afirmava a sua realeza: "Um instante de atenção! O Imperador do Brasil, quando esteve entre nós (e mesmo fora de nós), era alternadamente e contraditoriamente — Pedro de Alcântara e D. Pedro II. Logo que as recepções, os hinos, os banquetes se produziam para glorificar D. Pedro II — ele apressava-se a declarar que era apenas Pedro de Alcântara. Quando os horários dos caminhos de ferro, os regulamentos de bibliotecas, ou a familiaridade dos cidadãos o pretendiam tratar de Pedro de Alcântara — ele passava a mostrar que era D. Pedro II". Chamado pelo escritor português de

"Pedro da mala", em virtude da pequena valise de couro escuro que levava sempre consigo nas viagens, o imperador despertava a curiosidade com seu teatro de cidadão. (Ver figs. 8 e 9 do caderno-cor 2.)



D. Pedro II em meados dos anos 1870. MIP

Nesse mesmo ano Rafael Bordalo Pinheiro publicava uma pequena brochura intitulada Apontamentos sobre a picaresca viagem do imperador do Rasilb pela Europa. Trata-se de uma paródia ao imperador do Brasil, que com suas pernas finas, pouco dinheiro, jaquetão e mala na mão passeia

pelos diferentes locais e instituições científicas, e despeja sua erudição "de papagaio" em todos os curiosos que o acompanham.

Mas deixemos Bordalo contar e desenhar a viagem do imperador.

IMAGENS RETIRADAS DE APONTAMENTOS SOBRE A PICARESCA VIAGEM DO IMPERADOR DO BRASIL, RAFAEL BORDALO PINHEIRO, 1872. CGJM

APONTAMENTOS

DE

Raphael Bordallo Pinheiro

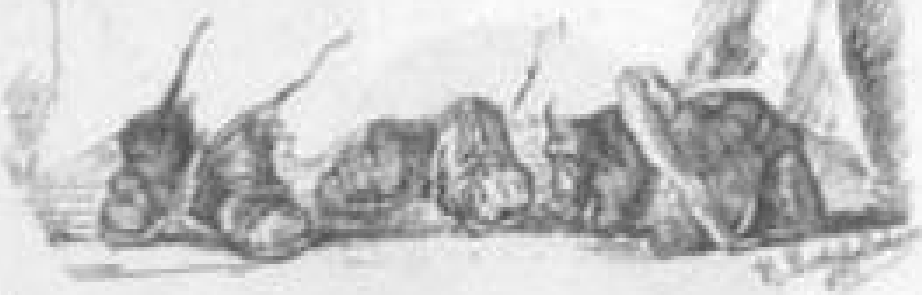
SOBRE A PICARESCA VIAGEM

DO

IMPERADOR DE RASILD

PELA EUROPA

LISBOA
1871



"Rasilb é uma nação florescente que se governa a si própria, mas que tem a condescendência de pagar a um imperador, para que este, a bem da administração pública, das finanças e do público desenvolvimento do paiz, estude hebraico e outras línguas mortas. Um dia S. M. o imperador do Rasilb pressente que o seu povo começa a secar-se com ele e ele com seu povo. Resolve então viajar [...] Resolve pois procurar pelo mundo: 1° Povos que o achem bem. 2° Sábios que lhe digam coisas. E parte mascarado de imperador democrata...

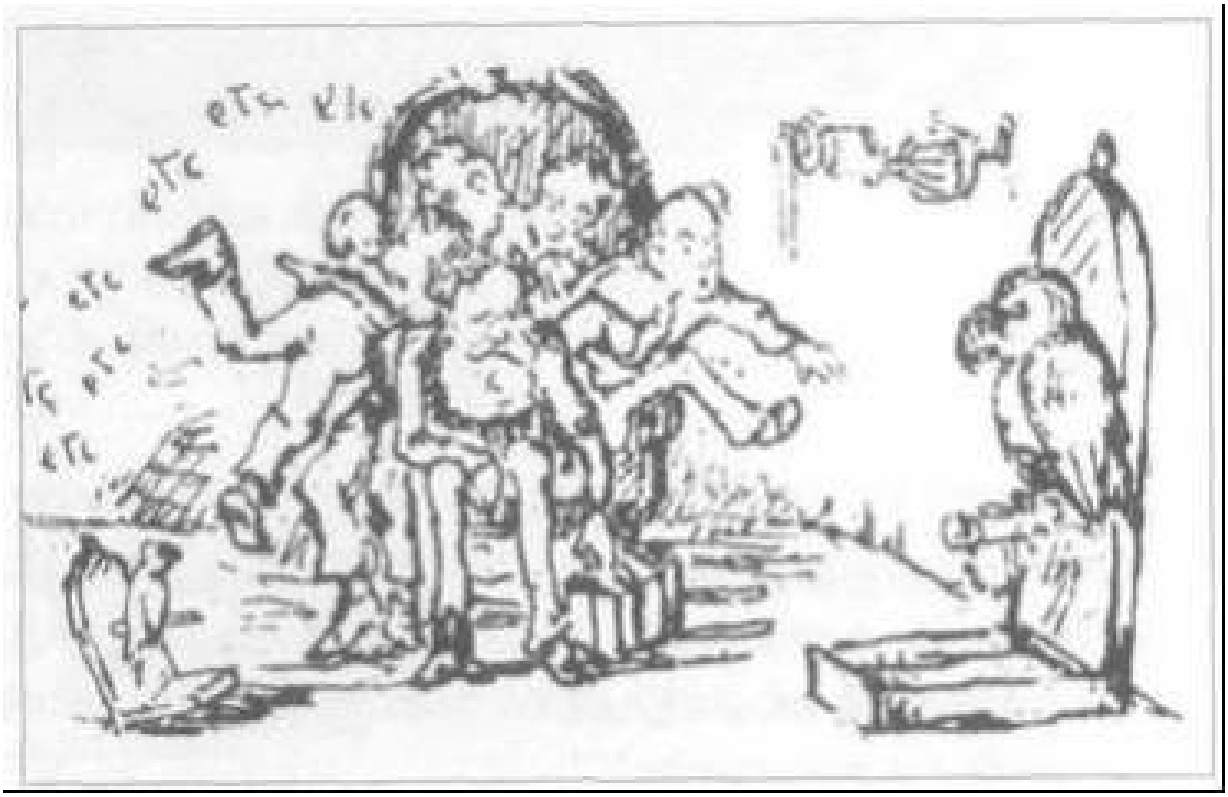
Deixa assim regente a princesa Zuzu-Bibi-Toto Fredegundes-Curegundes (vide almanach de Gotta) e numa prudente lei sobre a escravidão institue que:

Art. 1°: Ficam livres todos os que ainda não nasceram no Império do Rasilb. O que alegra medianamente os futuros pais..."

"...jura nunca deixar a mala, onde leva as pingas e as quinzenas democráticas."

"Então faminto percorre de xale-manta as sociedades científicas. Na geologia discutiu o papagaio pré-histórico."

"Na de belas-artes descobriu cheio de amabilidade o papagaio de Melo."



"Depois etc. e etc, ele etc. sentando-se sempre democraticamente no meio, bem no meio, o mais no meio possível dos sábios."

"Apontamentos e recordações da viagem do imperador do Rasilb: fac-símile de uma folha de sua carteira."

"Vós sois os maiores homens da história [...] Mas olha cá. — Qual de vocês é o maiorzinho?"[4]

Viagens rápidas, demonstração de "democracia entre os sábios", é assim que Bordalo ri da excessiva falta de ritual do monarca brasileiro em viagem.

Foi em Portugal que d. Pedro causou mesmo sensação: não se entendiam facilmente os hábitos desse monarca que, em viagem, abria mão dos rituais. "Na praça da Figueira misturou-se com o povo e com as vendedeiras, de uma dessas comprou três enormes maçãs que ele próprio levou para o carro e pagou generosamente com meia libra. Com os colarejos e saloios conversava familiarmente e discutia os preços. Um

saloio fez essa exclamação: 'Então esse é que é o Imperador? Não se parece nada com reis'."[5]

Chegando à França, d. Pedro II encontrou-se com a Condessa de Barral[6] e com Gobineau, e antes de partir para a Bélgica, onde teriam uma reunião oficial com o rei Leopoldo II, seguiram o mesmo roteiro de visitas a personalidades e instituições.

D. Pedro II visita os ateliês do Moniteur Universel e do Monde Illustré, gravura de Dauderarde. CRV

Na Alemanha o imperador evita o compromisso com Bismarck, mas não perde a oportunidade de conhecer Wagner, um de seus compositores

prediletos. Após a viagem à Itália, o imperador parte para o Oriente — Palestina e Ásia Menor — e é no Egito que se faz fotografar, todo vestido de negro, em contraste com as pedras e a areia.

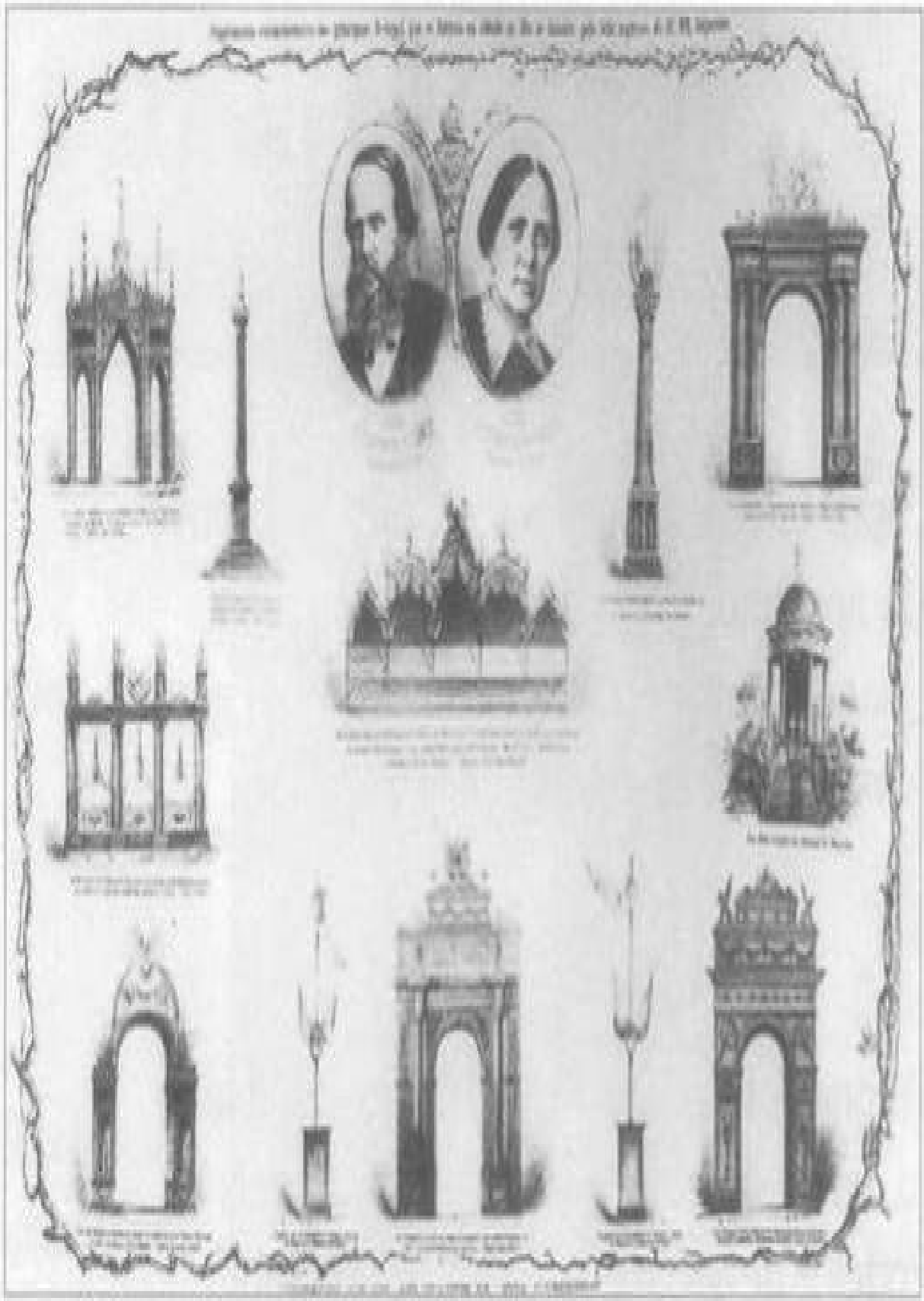
Imagens de d. Pedro, da imperatriz, da Condessa de Barral e do restante da comitiva no Egito: a viscondessa de Fonseca Costa, o visconde de Bom Conselho, o barão de Itaúna e o arqueólogo Auguste Marrich. O. Schoeff, 1872. FBN

Chapéu na cabeça, olhar compenetrado, na primeira foto o monarca é o único que olha diretamente para a câmera, interessado no resultado do trabalho. O imperador volta à Europa carregado de imagens do velho Oriente, que tanto estudara nos livros. Da Itália vai à França, onde é recebido com cautela. No entanto, invariavelmente de preto e sem condecorações, andando devagar pelas ruas, eis que d. Pedro, com seu teatro, começa a convencer Paris. Visita todos os dias a Barral e seu filho

Dominique, e mesmo Gobineau, que aos poucos se incorpora à entourage oficial do imperador.

Mas era hora de retornar ao Brasil. Após dez meses de ausência, em março de 1872, d. Pedro voltava em companhia do duque de Saxe, viúvo de d. Leopoldina, e dois de seus filhos, Pedro Augusto e Augusto Leopoldo, que seriam educados no Brasil. A viagem tinha, assim, seu lado "instrumental". Se dentro do país o imperador viajava e "alastrava" sua memória, fora de seu Império "igualava-se à civilização" e chamava a atenção por seus "hábitos democráticos". Nesses momentos, d. Pedro II era fotografado até a exaustão: aí estava um novo tipo de documento coadunado com a nova imagem do monarca.

A sua chegada é marcada pela dúvida. De um lado, a imponência das imagens fala da popularidade de d. Pedro. De outro, ficava a tensão nas relações com setores das elites dirigentes, que discordavam dos motivos da viagem prolongada de seu imperador.



Suplemento comemorativo do retorno de SS MM Imperiais. Em Vida Fluminense. MIP

As ilustrações laudatórias novamente selecionam o cenário. Nelas, o imperador mais se assemelhava a um monarca triunfante que retorna ao lar como César laureado ou como um Napoleão cruzando monumentos que só por acidente parecem pertencer a um país tropical.

César! fulge mais luz nas saudações do povo
Há nos hinos plebeus mais alma nacional
Quando a mão do Senhor erguem dum gérmen novo
A virtude e o saber em fronte imperial
[...]
Tu que voltas do mar aos Cânticos do Norte
tu, que vens embalado aos hinos do país
Podes e deves crer no público transporte
Como dizer de luz que o povo te prediz
Bem-vindo! diz-te o povo e a frase poderosa
É como que fermente a tríplice oração
Ouve-a tu, que possuis um anjo de esposa
Por mãe a liberdade e um povo como irmão.

Machado de Assis

Composto em 1860, mas reapresentado no retorno de Suas Majestades Imperiais, o poema de Machado de Assis — que acompanhava o folheto de recepção — cantava as glórias daquele que volta do mar, vindo do norte, inspirado pelo Deus dos cristãos e pelos deuses gregos. No entanto, o presente de boas-vindas do, ainda, jovem literato carregava apenas um dos lados da acolhida: a esperança no messias que retornava. Ficava de fora, porém, a ainda tímida desconfiança para com um imperador

que começava a deixar de dialogar com o seu próprio contexto, e se impunha às elites que então controlavam, em boa parte, suas atividades e aparições públicas.

Vestido quase sempre de negro, calças brancas ou pretas, gravata escura, sem dar a mão a ninguém em público, como mandava o protocolo; tendo eliminado o beija-mão por considerá-lo obsoleto, o imperador começava a ser mal compreendido. Por seu lado, enquanto "produto e produção", as imagens revelavam um distanciamento também observado no dia-a-dia. O monarca, encantado com o Velho Mundo, afastava-se de seu Império, na mesma proporção em que as contradições de ordem política e social tomavam uma forma mais evidente. O monarca nunca foi, ao mesmo tempo, tão popular e tão distante.

"LES PLÉIADES": NA PENA DE GOBINEAU UM MONARCA ENTEDIADO

D. Pedro II com seu "uniforme": sempre um livro à mão, CPCL

Com efeito, após a volta da viagem, o monarca revelava sinais de cansaço e tédio por sua missão como governante. Na época, desabafaria com o amigo Gobineau: "As necessidades do Governo estão me consumindo todas as forças".[7]

Gobineau, o famoso autor do Ensaio sobre a desigualdade das raças (1853), durante os doze meses que passaria no Brasil — de abril de 1869 a maio de 1870 — como chefe da delegação diplomática no país, teria desenvolvido uma relação bastante próxima com d. Pedro II, a ponto de saber de suas angústias e desejos.[8] Revelando uma clara ojeriza ao Brasil e aos brasileiros, o conde de Gobineau, nas cartas que enviava à mãe, parecia respeitar apenas o imperador do Brasil, com quem se encontrava aos domingos. Todos os demais, na opinião desse embaixador francês, "pareciam-se com macacos",[9] física e moralmente falando, sendo este um dos motivos de sua chegada atrasada ao Brasil: tendo sido ministro da França em Atenas, acreditava que mereceria, ao menos, um posto em Constantinopla.

D. Pedro, por sua vez, apesar de ter recebido o polêmico ensaio de Gobineau como presente — com dedicatória e tudo —, jamais o comentou: limitou-se a agradecer protocolarmente.[10] Ao imperador pareciam agradar mais as conversas em francês e as impressões do estrangeiro do que compartilhar das posições pessimistas do conde, o qual no limite determinava ser a miscigenação encontrada no Brasil sinal de sua degeneração e falta de futuro.[11] Pouco interessado nesse tipo de debate intelectual, que de certa forma contradizia o indianismo oficial, o imperador fez, aos poucos e por curto período, de Gobineau seu confidente.

São comuns, em tal contexto, as queixas do monarca, que, apesar de não abrir mão de seu poder, declarava que preferia ser professor a assumir posição de tão evidente força política. Imaginário e realidade se confundem nesse momento, sobretudo a partir da publicação de Les Pléiades, romance escrito por Gobineau. Dedicado à Condessa de La Tour — que teria sido a musa inspiradora do conde mas também amante de d. Pedro II —, a obra se inspirava claramente na figura do monarca, que

aparecia retratado alusivamente, ao lado do conde D'Eu, da princesa Isabel e do próprio Gobineau.

Malgrado certas deformações intencionais, nesse romance à clef é fácil reconhecer as personagens. D. Pedro é Jean-Théodore, filho de d. Pierre, um rei que leva uma vida aventurosa em várias cidades de Portugal. Na narrativa, de gosto duvidoso, Théodore interpreta uma personagem desamparada e frustrada com a dureza da vida oficial, que lhe impede a verdadeira vocação. "Pois, o que é um príncipe, diante das preocupações da existência? O mais desarmado dos seres."[12] Semelhante ao fraco Ricardo II de Shakespeare, Théodore é um rei angustiado, nesse caso não pela culpa do regicida mas antes por seus afazeres de monarca.

Na verdade, Gobineau, como companheiro de viagem de d. Pedro, conhecia suas desventuras matrimoniais e punha na boca de Théodore o lamento que era real: "Numa outra ordem de idéias, sua mulher lhe pesava. Isso, para ele, era uma grande infelicidade, pois, no curso de seus erros e, mais genericamente, nos momentos de desilusão, ele teria estado disposto a voltar para ela, a contentar-se com pouco, a não pedir mais do que uma amizade muda benévola".[13]

"Órfão na infância", "órfão no trono", d. Pedro tinha seu mito reescrito nas páginas de Pléiades, acrescentando-se agora a imagem do "mártir da política", daquele que "sofre calado pelo bem da pátria". Na ficção, a representação do monarca que se afasta de seus interesses próprios para encarnar a nação, ganha realidade em meio a esse jogo político que esculpe a memória do governante.

Interessante é pensar que, ao mesmo tempo que Gobineau escrevia seu romance e como Lauze redimia seu amigo Théodore, José de Alencar redigia, sob o pseudônimo de Carlos Eneide, A guerra dos mascates, com o intuito de ridicularizar a figura do imperador. Nada escapou a Alencar: a voz estridente, a capacidade de dissimular, a volubilidade, os rabiscos, o famoso lamento tantas vezes ironizado — "Já sei, já sei!".

Entre os dois livros, que apresentam a mesma personalidade com características tão opostas, fiquemos com ambos. Afinal, cada um à sua

maneira revela as várias faces do monarca: o viajante curioso, o governante irritadiço, o defensor da liberdade de imprensa, o estadista intransigente, o pensador humanista, o detentor do Poder Moderador...

Ao receber o romance de Gobineau, em 1875, o imperador se limitou a agradecer, novamente, e a elogiar o estilo da narrativa. Na verdade, estava mais interessado em sua viagem seguinte, na qual o amigo o acompanharia à Europa e ao Oriente.

RUMO À AMÉRICA

Em 1876, um imperador enfastiado e que não escondia mais sua irritação com a tacanha realidade nacional planejava sua segunda viagem ao exterior. Mais e mais distante dos rituais, da política e da cultura brasileira, d. Pedro II não só se lamentava de sua função, como abria cada vez mais mão de "seus afazeres de rei". Partiria em maio e, após a visita oficial à Exposição Universal da Filadélfia, levaria a imperatriz às águas de Gastein para um tratamento. Depois iria até Jerusalém. Planejada com o mesmo cuidado que a anterior, a viagem incluiria, em doses equilibradas, Estados Unidos, Canadá, um pouco de Ásia, parte da África, Europa (Alemanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Rússia, Turquia, Grécia, Áustria, Bélgica, Holanda, Suíça e Portugal) e especialmente seis semanas em Paris. D. Pedro II, outra vez, faria de sua travessia uma grande maratona; uma espécie de volta ao mundo. O imperador demorara a se aventurar e agora parecia ter pressa.

O motivo oficial da viagem era o mau estado de saúde de Teresa Cristina e a oportunidade de visitar a Exposição da Filadélfia e "verificar o progresso dessa grande nação americana". Nesta, como em outras viagens, d. Pedro teria a chance de exercer sua vocação de "monarca-cidadão". No exterior, o imperador fazia questão de tirar o "dom" e assinar apenas Pedro de Alcântara, portava seu sobretudo preto e gostava de afirmar: "O imperador está no Brasil. Eu sou apenas um cidadão brasileiro".[14]

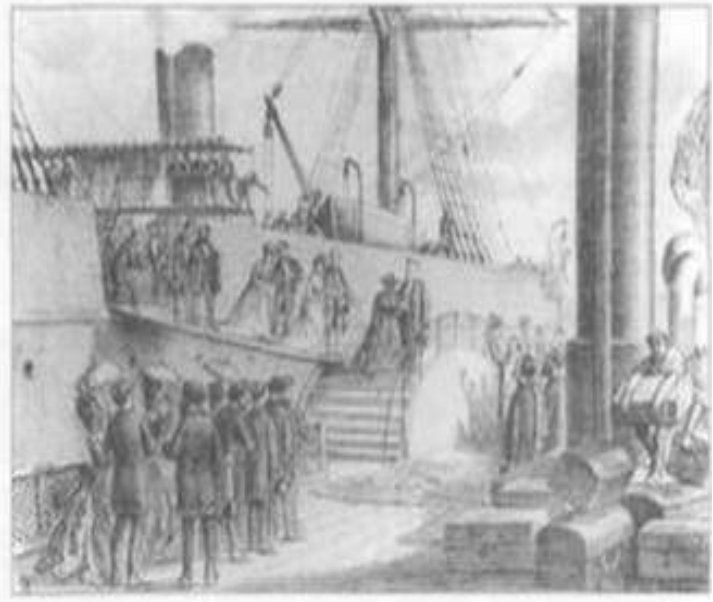
Apesar das habituais oposições, que alegavam novamente a

inexperiência de Isabel como regente (ver fig. 4 do caderno-cor 2), não havia como impedir a partida do imperador, que tomara gosto pelas viagens. Mas não se tratava de uma viagem qualquer. A chegada a Nova York, em abril de 1876, foi cercada de atenção. Porque, afinal, era a primeira vez que um monarca pisava território norte-americano (independente) e se tratava sobretudo de "the only American Monarch" [o único monarca americano].[15] Além disso, na ocasião se comemorava o ano do primeiro centenário de independência da República norte-americana. Era natural, portanto, que o casal imperial despertasse interesse. As imagens publicadas nos jornais da época se dividem entre exaltar o lado cosmopolita do monarca brasileiro e destacar a singularidade do nosso reino tropical.

HIS IMPERIAL MAJESTY DOM PEDRO.
EMPEROR OF BRAZIL.

Vista do Rio de janeiro, capital do Brasil. D. Pedro e sua consorte; personagens urbanos em meio a um império escravocrata. Harpers Weekly, 1876. FBN

O telegrama de boas-vindas do presidente Grant, no entanto, abria simbolicamente as portas desse imenso país republicano. O monarca maravilhou-se de tudo o que viu[16] e se fez fotografar e retratar sempre que pôde, mas era a Exposição da Filadélfia que mais lhe interessava.



D. Pedro se encontra com cidadãos americanos, 1876. IHGB

A exposição teve início no dia 10 de maio, às dez horas, e o imperador, ao que parece, foi um dos primeiros a adentrar o recinto. Sua visita era no mínimo paradoxal: a mostra comemorava cem anos de independência, cem anos de República. Mas d. Pedro não se fez de rogado; inaugurou a feira junto com o presidente americano e portou-se como um "cientista interessado". Durante o passeio na feira, ocorreu um dos episódios mais reproduzidos nas biografias do soberano. Coerentemente com sua representação moderna e ilustrada, d. Pedro percorria a feira mostrando a curiosidade que, segundo os relatos, lhe era peculiar. Foi então que encontrou Thomas Edison e depois Graham Bell, o qual apresentou a sua mais recente invenção: o telefone. Instado a dizer algo, o imperador usou sua habitual demonstração de erudição. "To be or not to be", eis a frase de efeito pronunciada por nosso monarca, que, não contente, ainda afirmou que aquele aparelho "de fato falava" e acrescentou: "Meus parabéns, Mr. Bell, quando a sua invenção for posta no mercado, o Brasil será o seu primeiro freguês". Fato ou folclore, fato feito mito, o caso é que o imperador cercava sua viagem de imagens e acontecimentos a ser reproduzidos. Como teria dito à sua comitiva: "Dessa vez, fizemos boa figura".[17]

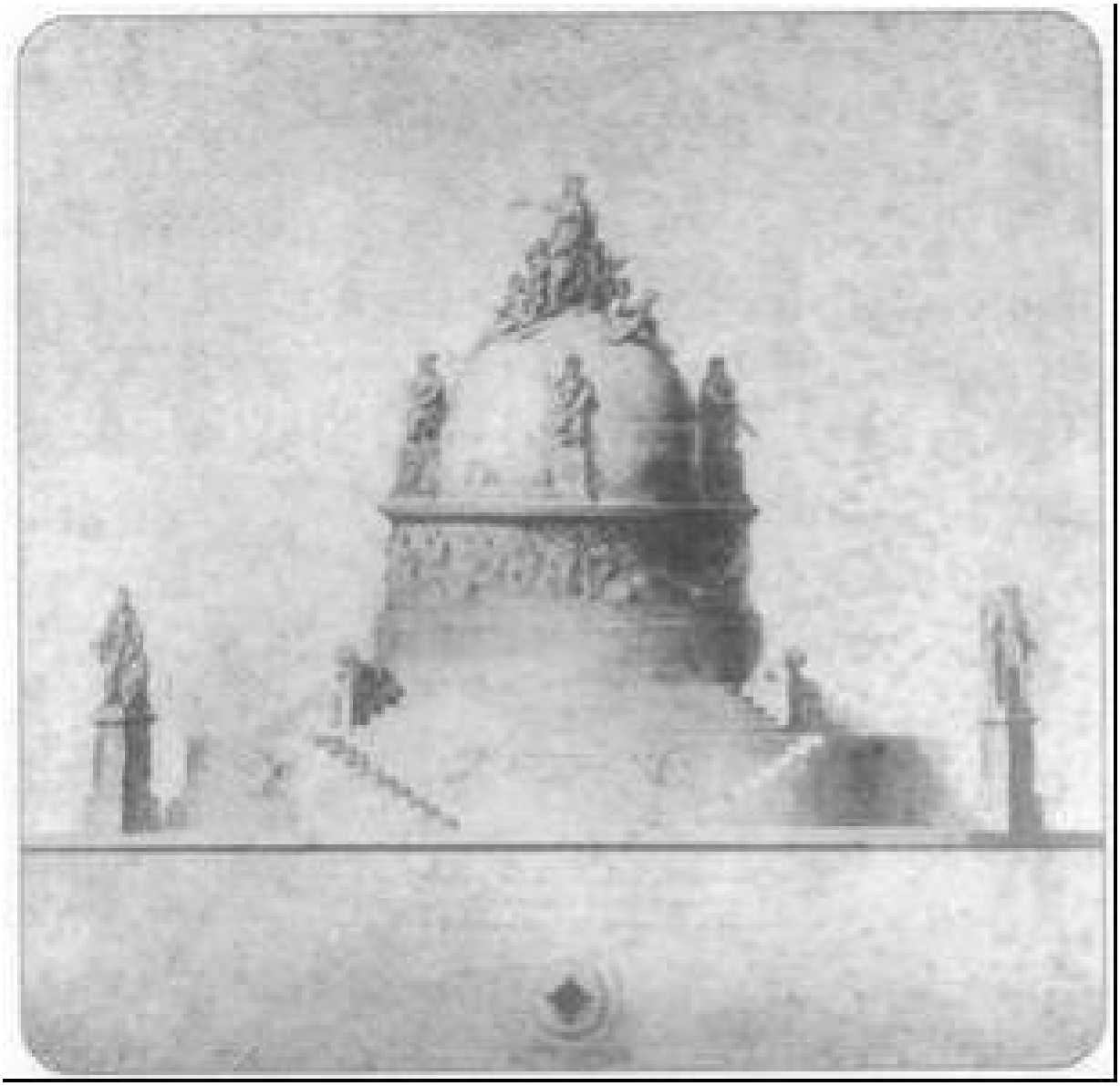
Telefones em exposição, 1889. MMP

O pavilhão brasileiro tinha de tudo para aliar a civilização aos trópicos: alguns instrumentos de moer café, vários objetos indígenas e produtos de nossas florestas. Para completar, d. Pedro II encomendou ao então famoso general Couto Magalhães uma obra científica bem nos moldes da literatura romântica brasileira da época. Em O selvagem — livro que, segundo o autor, saiu pela primeira vez de maneira "um pouco descurada devido à pressa com que a obra foi revista, para figurar a tempo na biblioteca americana da exposição universal" —,[18] o general fazia um levantamento das línguas e lendas dos Tupi, assim como descrevia origens, costumes e as regiões dos selvagens como "método para amansá-los". Não contente em conhecer para bem dominar, o general assina uma obra de caráter oficial, em que "o mito do Tupi, como raça brasileira, superior em suas qualidades, perfectível em seu devir e base positiva para a mestiçagem",[19] aparece representado em sua plenitude.

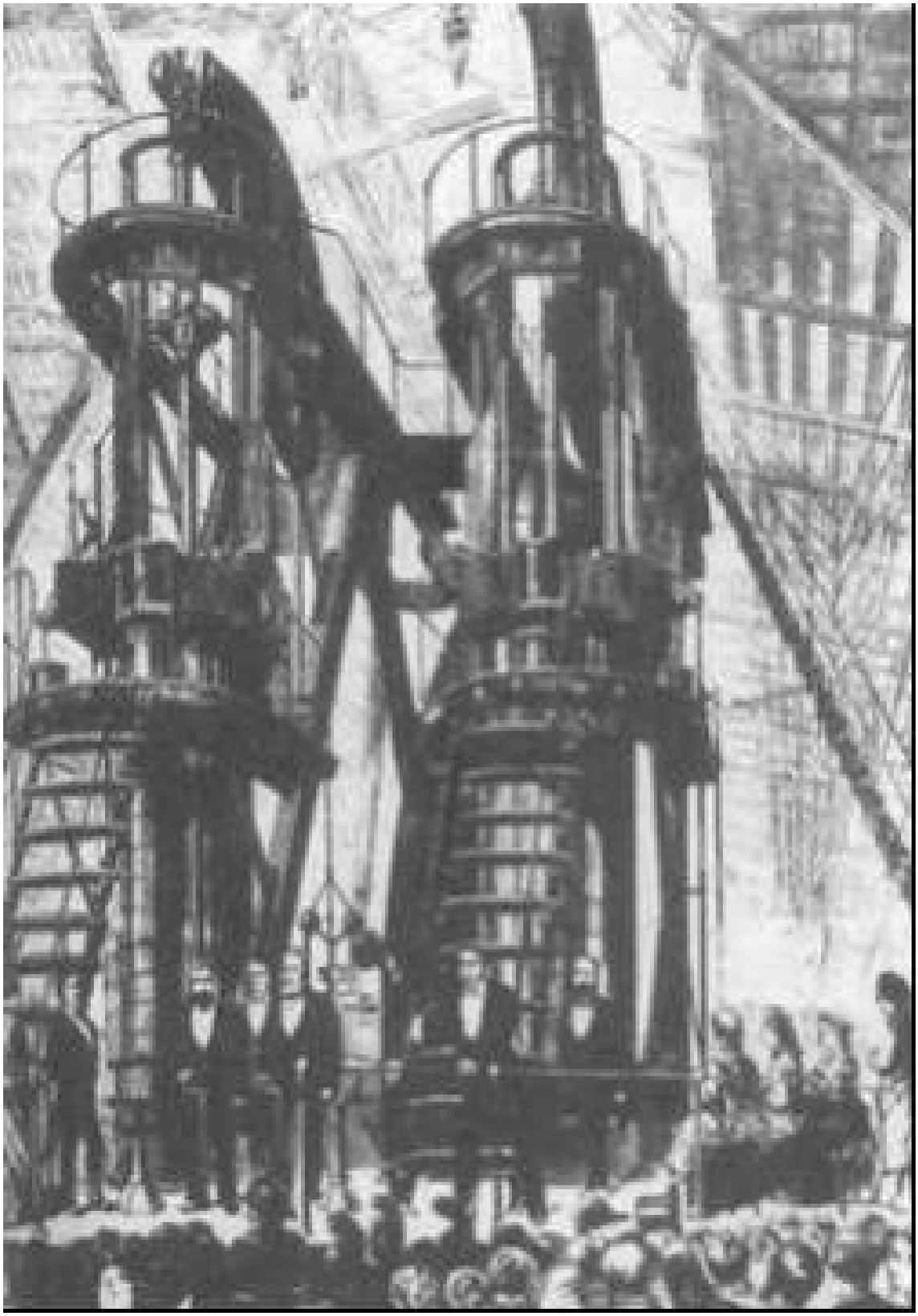
Seguindo a voga indigenista, que encontrava acolhida no Instituto Histórico, na Academia Imperial de Belas-Artes, nos títulos de nobreza e no próprio ritual da realeza brasileira, Magalhães reproduzia em outro contexto

o modelo palaciano em que a base da nacionalidade brasileira estaria assentada na figura do Tupi, esse bom selvagem que combinado ao Império resultaria em uma nova civilização.[20] Nada mais acertado do que mostrar por meio dos produtos e de obras informativas um pouco desse Império americano e tropical que visitava pela primeira vez a grande República americana, berço de um outro modelo de civilização.

Mais estranho, nesse contexto, era o quadro de Pedro Américo exposto no pavilhão brasileiro, intitulado A carioca (ver fig. 10 do caderno-cor 2.). Nele vemos a figura desnuda de uma sensual mulata, representação destoante nessa versão palaciana do Brasil. Se a obra não fosse deslocada, com certeza o poema de Sousândrade desconcertaria: "Antidilúvio paleosauro, Indústria nossa na Exposição. Que coxas! Que trouxas. De azul vidro é o sol patragão".[21] Estranho às rodas literárias do monarca, o poeta simbolista levava para o exterior a hoje reconhecida representação da mulata mestiça como símbolo da "indústria nacional".



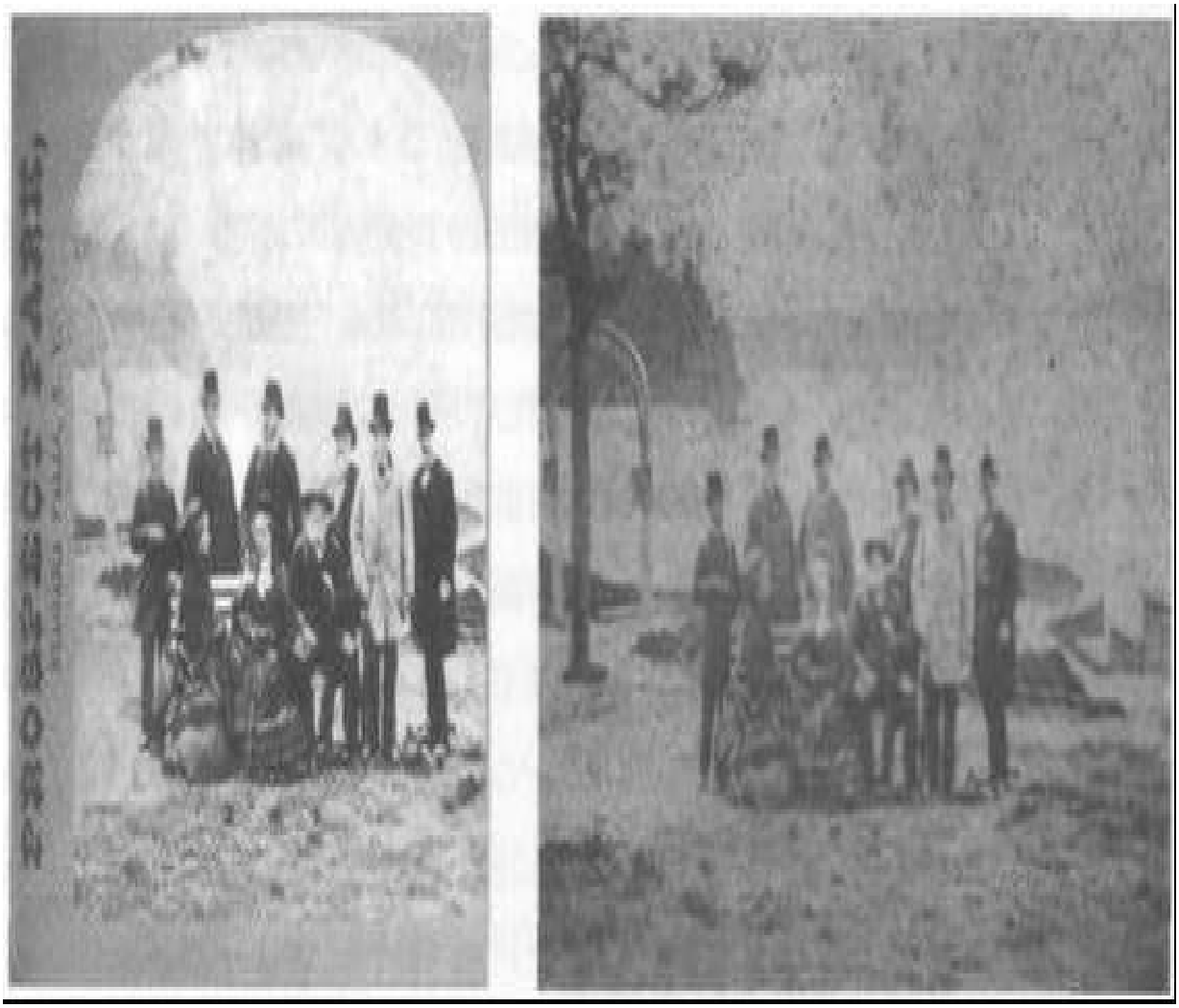
Exposição da Filadélfia; monumento à civilidade americana. IHGB



D. Pedro II e o presidente Grant abrem oficialmente a exposição. Em Hardman, 1988

Nos Estados Unidos, o imperador cumpriria, de novo, um ritual

monotonamente seguido nas demais viagens, que consistia na visita a escolas, instituições, museus e intelectuais destacados. Esteve com Agassiz e Longfellow, inaugurou fábricas e estradas, não perdeu o passeio a Niagara Falls. Com efeito, a viagem lhe Convinha.



Prospect Park, de S. J. Mason. O imperador e sua comitiva em Niagara Falls. FBN e MMP

O visconde de Bom Retiro, que acompanhava a comitiva, mostra-se satisfeito com a saúde do imperador e não deixa de zombar de sua energia: "[...] o Imperador anda cada vez mais ativo levando em muitas ocasiões as atividades a ponto do verdadeiro excesso e causando a constante admiração

dos americanos, que supunham-se os homens mais ativos do mundo".[22]

Em julho, d. Pedro e sua comitiva partem dos Estados Unidos, passam por Londres, em Bruxelas encontram o famoso médico Charcot, e em Gastein deixam a imperatriz, enquanto se dirigem aos países bálticos. Sempre acompanhado por Gobineau, em setembro de 1876 o imperador chega à Grécia com a aura de "rei de desconhecidas gentes, os Tupinambás, os Guaranis, os Botocudos, os Manaus".[23] Recebido como um monarca tropical, d. Pedro estupefazia ao portar-se como um imperador civilizado. Em novembro de 1876 alcançam o Oriente, onde encontram, novamente, a imperatriz e sua comitiva, que incluía a Condessa de Barral.

De volta ao Velho Mundo o imperador passa por Roma, Viena e se detém em Paris, onde é recebido como um rei de um país remoto, parente dos Orléans, os quais já não contavam com a possibilidade da restauração. Lá chegando, novamente marca sua presença, ao menos segundo a visão dos biógrafos, por sua "atitude democrática",[24] pelas frases de efeito que pronuncia e pelos encontros com intelectuais: Quatrefages, Renan, Pasteur e sobretudo Victor Hugo.[25] Mais uma vez, nesse movimento da memória histórica que seleciona, lembra e esquece, é o encontro com um grande intelectual que será largamente reproduzido nos relatos dessa viagem. Imbuído de seu papel, d. Pedro leva a casaca, e mesmo diante da negativa do famoso intelectual francês a recebê-lo, abre mão do protocolo e vai ele próprio à morada de Victor Hugo. Ao ser introduzido pela filha do escritor, Jeanne, como a "Majestade do Brasil", teria afirmado: "Minha filha, aqui existe apenas uma majestade: Victor Hugo". Após a conversação é d. Pedro II que toma a iniciativa de pedir a Hugo uma foto e em contrapartida lhe oferece a sua. Com efeito, várias pequenas cenas e um grande poder de dissimulação vão alinhavando a biografia desse monarca, que vivia mais para a representação pública do que para si próprio. Esse terá sido, sem dúvida, um duro golpe para os republicanos brasileiros, que viam em Victor Hugo um modelo alentado.

Institut de France

Académie des Sciences

Diploma que d. Pedro recebeu do Institut de France, em Paris, 1877. MMP

O imperador no Parque Tivoli, na Dinamarca. Em Illustreret Tidende, Copenhague, 1876. MMP

A CONDESSA DE BARRAL

Dessa época datam também os rumores sobre as relações entre o imperador e a Barral. Tutora das filhas do monarca, após o casamento destas viu suas atividades se restringirem. A partir de então passa a viajar para o exterior como dama da imperatriz e se transforma na companheira de viagem de d. Pedro II. Com ele vai à Inglaterra, à Escandinávia, Alemanha, Grécia, Turquia, Escócia e Holanda.

Nascida na Bahia e filha de diplomatas, a Barral fora educada na França nos tempos do rei Carlos x e era amiga íntima da mana "Chica", motivo por que seu nome chegou aos ouvidos do imperador. Nesse período, d. Pedro procurava uma preceptora ou uma governanta para suas filhas — Isabel Cristina e Leopoldina Cristina —, já muito crescidas e carentes de lições sobre a vida na corte. É certo que as princesas tinham, cada uma, sua açafata ou dama de companhia, as quais, porém, apesar de boas senhoras da corte, não satisfaziam quanto ao grau de educação.[26] Contudo, encontrar uma pessoa experiente e refinada não era tarefa fácil no meio provinciano do Rio de Janeiro. D. Pedro II recorreu primeiro à imperatriz-viúva, d. Amélia, duquesa de Bragança, que na época vivia em Munique e tinha boas relações nas cortes européias.

Mas a indicação viria mesmo da princesa d. Francisca, irmã do imperador, que, casada com o príncipe de Joinville, tinha um palácio em Paris e contava com a viscondessa (depois Condessa) de Barral como dama de companhia. Esta, por sua vez, obrigada a fugir da França em virtude da deposição de Luís Filipe, em 1848, e após uma breve estadia em Londres, instalara-se com seu marido no Brasil. A princípio administrou suas fazendas, todavia o convite, feito em 31 de dezembro de 1856, para ser dama da imperatriz e aia das duas filhas de d. Pedro II, veio a calhar. Para ela, que nessa época tinha quarenta anos, um filho frágil e temporão, três criados e catorze escravos, seria bom "voltar à corte", mesmo que fosse

uma corte de tal modo particular.

Para a Casa Imperial também seria bom contar com a Barral: "falava correntemente as principais línguas vivas, conversava deleitando, escrevia cartas com graça, a naturalidade e a firmeza próprias do estilo epistolar de Madame de Sevigné".[27] Culta e talentosa, segundo relatos da época, a Condessa da Pedra Branca — mais conhecida pela titulação do marido francês: Condessa de Barral — trazia ainda consigo, graças à sua larga convivência na corte de Luís Filipe, os hábitos da nobreza francesa, com a vantagem de ser brasileira.

D. Pedro II, tendo decidido aceitar a indicação da irmã, mandou que seu mordomo, Paulo Barbosa, que conhecia de Paris a Condessa Luísa de Barral e fora amigo do pai dela, lhe escrevesse oficializando o convite.

Paulo Barbosa da Silva, o famoso e influente mordomo-mor. MIP

Como resposta, a Barral fez várias perguntas, tendo recebido outra missiva do monarca, escrita a lápis, na qual ele esclarecia as funções e responsabilidades da nova tutora. Ela se enquadraria na categoria dos

criados de maior representação e poderia morar em São Cristóvão ou nas cidades, "nos aposentos que foram da Condessa de Belmonte com entrada separada". Sua remuneração seria de 12 mil francos por ano, e a Condessa teria direito a uma pensão vitalícia no valor de metade dessa somas, tão logo estivesse concluída a educação das princesas, "e carro para andar".[28]

Ademais, falecera no Rio, na madrugada de 17 de outubro de 1855, vitimada pela cólera-morbo, d. Mariana de Werna, a Dadama, mais tarde Condessa de Belmonte, que fora aia e governanta de d. Pedro II durante tantos anos.

É assim que, a partir de 1856, a Condessa de Barral passa a morar no Paço de São Cristóvão, e inicia-se uma amizade que duraria até o seu falecimento — na França, em 14 de janeiro de 1891, onze meses antes da morte de d. Pedro II — e cuja grande intimidade se converteu em matéria de desconfiança geral na corte. Por sinal, d. Pedro teria uma atitude oposta à de seu pai: a discrição será a marca de suas relações. Ter amantes não era problema. Sobretudo em um reino como o Brasil, seria um mau sinal o comentário geral sobre a escassa virilidade do imperador.

Há histórias e boatos sobre as amantes de d. Pedro II — Condessa de Villeneuve, a Guedes Pinho, Maria Francisca, Condessa de Goiás, a Condessa de La Tour —, mas o que mais impressiona é o silêncio. Comentava-se, inclusive, que d. Pedro distribuía a todos os seus filhos naturais o nome Alcântara Brasileiro, um reconhecimento de filiação e uma homenagem ao santo protetor. É o próprio imperador que, em seu diário de 1861, o único que traz reflexões um pouco mais pessoais, fala com moderação sobre a relação com Teresa Cristina — "Respeito e estimo sinceramente minha mulher, cujas qualidades constitutivas do caráter individual são excelentes" —, que com o passar do tempo se acomodara.

Mas d. Pedro achava-a carola, e parece ter se encantado com a proximidade de uma dama da corte, educada e cheia de personalidade, como a Barral. Depois da partida da Condessa, já na década de 80, é com saudades que ambos relembram os momentos de intimidade. Nas inúmeras cartas trocadas destaca-se o tom afetivo. D. Pedro escrevia suas cartas de próprio punho e a Barral respondia muitas vezes na mesma carta.

Deixemos a discrição por apenas um momento. Em carta datada de 3 de dezembro de 1884, d. Pedro insiste em falar das raras ocasiões de maior privacidade: "D. Pedro: — Lembra-se do hotel Orléans? Barral: — Como não! D. Pedro: — Lembra-se do nome de nosso porteiro? Barral: — Se me lembro do Sr. Rozano. Estou ouvindo o sino!!".[29]

Nascido pessoa pública, d. Pedro pouco espaço tinha para falar de sua privacidade, mesmo porque ela quase não existia. A Barral parece ter ficado como uma boa lembrança.

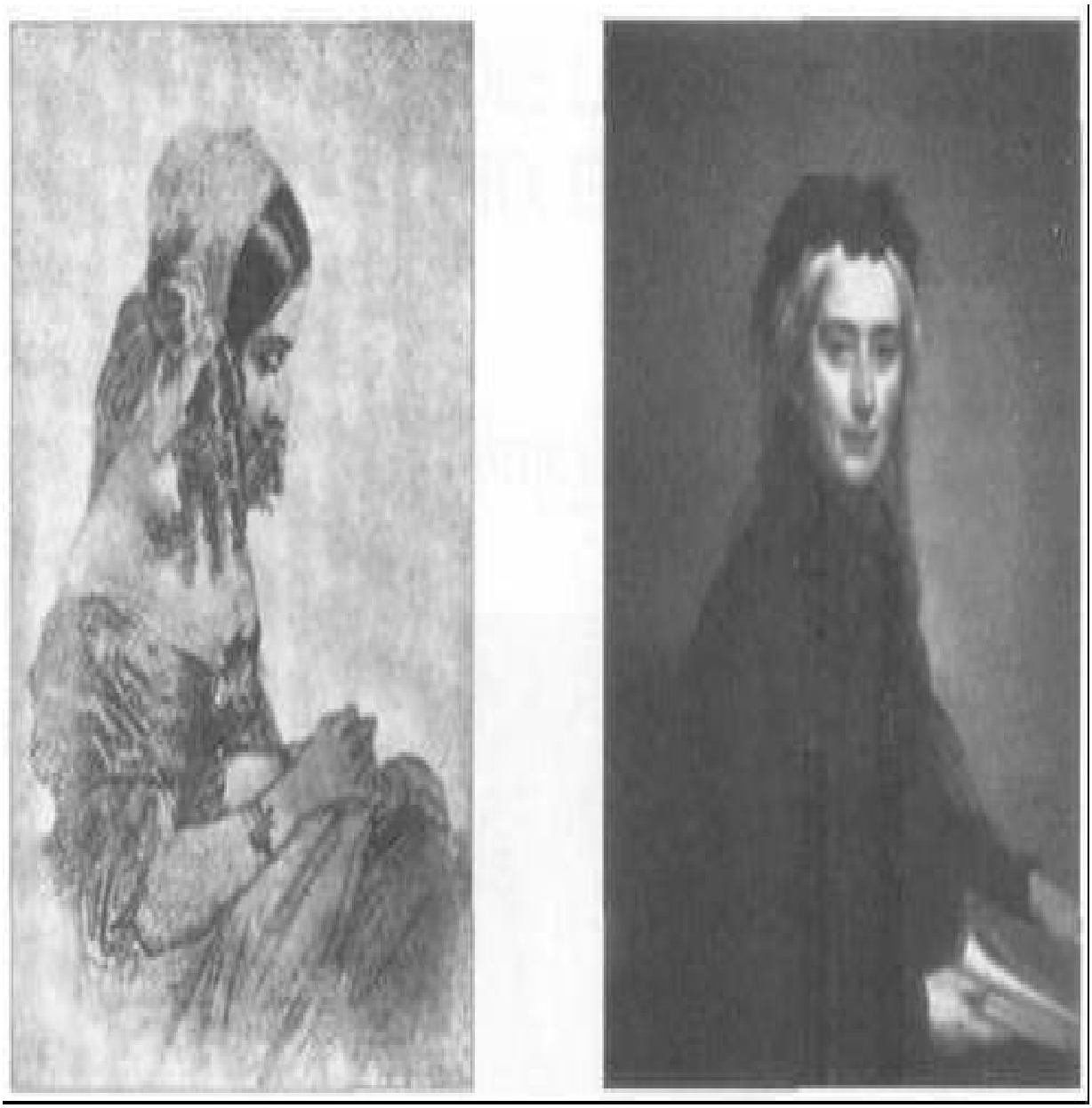
Não obstante, na troca de correspondência são muitas as referências de d. Pedro ao bom ou ao mau tempo e escassos, mas evidentes, os sinais de intimidade: "Hoje choveu a valer quase todo o dia e estouravam os trovões. Quando cai água parece-me que se abre o portão da vidraça do saguão e você me aparece, com seu ruge surge antes que eu possa vê-la".[30]

A Barral, por sua vez, nas cartas que endereçou a d. Pedro II, não deixou de se imiscuir na política local, reclamando de qualquer conflito e pedindo ao monarca que atuasse com vigor. Não lhe faltava, também, o tom carinhoso e pessoal quando lembrava dos momentos passados juntos, e fazia comentários jocosos sobre os garranchos do monarca: "Vai cartinha e leva a meu real amigo minhas saudades e meus agradecimentos por suas cartas de 19 e 24 de setembro. Ele que tome cautela no que escreve porque breve nem eu poderei ler sua letra...".[31]

A época da troca de cartas restitui, não obstante, apenas as recordações dos anos de convivência e acima de tudo o período das viagens, quando rapidamente a Condessa mudava de posição: de tutora das filhas de d. Pedro se transformava em dama de companhia da imperatriz. Na carta de d. Pedro ao visconde de Bom Retiro, o monarca revela a pressa na medida: "Mande passar decreto nomeando a Condessa de Barral dama da Imperatriz e que possa aparecer publicado amanhã pois a Barral acaba de chegar".[32]

Mas é hora de voltar à segunda viagem do monarca. D. Pedro II e a Barral separam-se na Suíça. O imperador voltava para o Brasil em 26 de

setembro de 1877, após dezoito meses de ausência, e a Barral ficava na Europa com seu filho.



Duas imagens da Condessa de Barral; a primeira durante a mocidade (MMP) e a outra no seu mais conhecido retrato. Winteerhalter, 1870. FMLOA

É, porém, nas cartas que o imperador trocou com a Condessa de Barral que aparece com alguma nitidez a angústia da falta de privacidade, já que sua vida era inundada por sua função de monarca: "Enfim é isso que agonia-me principalmente, o homem não pode deixar de ser confundido com

o imperador e serei acusado de egoísmo quando para viver feliz não precisarei senão do gozo de minha liberdade que sacrificarei enquanto for útil...".[33] D. Pedro II, pessoa pública, não tinha espaço para ser "indivíduo", por mais que desejasse, nessa época tão inspirada por amores de fundo romântico. A conclusão de Elias sobre os monarcas nos serve bem: "[...] todos os atos do rei, mesmo os mais privados, tinham o caráter cerimonial de ações de Estado, tal como qualquer ação de Estado nele revestia o caráter de uma realização pessoal do rei".[34]

No caso do nosso imperador, a imagem pública estava sempre acima da própria realidade. Apesar de ter tido uma vida amorosa bastante repleta,[35] a imprensa e os relatos não exploram essa imagem, insistindo, ao contrário, no retrato de um monarca sereno, moralmente elevado, acima das questões mundanas, ou seja, a negação formal de seu pai. Resta saber se a imagem desse "novo rei enfastiado e cidadão do mundo" chegava até as populações da corte, que, provavelmente, estranhavam os hábitos recentes do imperador. De toda forma, para o resto do país ficava a representação cada vez mais forte. É o teatro que se sobrepõe à vida desse soberano que já nasceu rei, mostrando como na simbologia política muitas vezes é a realidade que vira mito.

15

EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS:

FESTAS DO TRABALHO, FESTAS DO PROGRESSO[1]

L'EXPOSITION DE PARIS
DE 1889

Jornal editado em 1888, em Paris, por ocasião da Exposição Universal. MMP

É nessa mesma época que nosso imperador começa a investir, mais e mais, em uma imagem "progredida" para o país no exterior. O "monarca inventor" e adepto das vogas científicas combinava com o cidadão do mundo que viajava como um "turista, que se quer, qualquer".

Em seu diário de finais da década de 80, constante do Arquivo da Casa Imperial, d. Pedro II escrevia: "[...] Durante minhas viagens não tive tempo senão para tornar mais conhecido o Brasil, e travar relações pessoais que já têm sido úteis. Se procurei mostrar aí o que já sabia, foi para que se visse que no Brasil também se estuda ainda mais em outras condições que não as minhas [...]".

Essa imagem civilizada, que o monarca tanto queria passar no exterior, era também divulgada e apreciada na corte brasileira, igualmente dada a estrangeirismos. Em julho de 1883, por exemplo, o bailado Excelsior, da Companhia de Ópera Italiana, administrada pelo empresário Ferrari, agitou a cidade do Rio de Janeiro. Depois de ter estreado no Scala de Milão e causado furor em turnês pelas grandes cidades do mundo, o grupo chegava à modesta corte brasileira. Os 6 mil lugares do espaçoso Imperial Teatro D. Pedro II foram muito disputados durante a temporada, e o próprio imperador do Brasil compareceu a sete das oito apresentações. A seguir a transcrição do encantamento de um espectador com a pompa e o enredo: [...] A impressão do "Excelsior" foi brilhante. O gigantesco bailado enche toda uma noite, e apesar de não ser pronunciada uma só palavra sobre a cena, o espectador não fica cansado. Cerca de 200 mulheres (a maior parte bonitas), entre as quais dançarinas de primeira ordem, lindos costumes, magníficas decorações, magníficos efeitos de luz, artísticos movimentos, não deixam a gente se cansar. O motivo do bailado é a luta da treva contra a luz. A treva (o obscurantismo), é representada por um cavaleiro da Idade Média, e a luz pelo Gênio do Progresso. No começo do bailado o Gênio do Progresso está acorrentado aos pés do Obscurantismo; a Inquisição floresce e a miséria e a decadência reinam sobre o mundo.

Então começa a luta; o Gênio se liberta das cadeias e se levanta em toda a beleza, coroado pelas luzes elétricas. A um gesto seu abre-se o

fundo da cena e aparece o Templo da Ciência; a Luz e a Civilização se dão as mãos e numerosos gênios as cercam bailando.

A segunda parte nos mostra uma povoação camponesa na proximidade de Bremen, à margem do Weser; Papin aparece então, com o primeiro bote a vapor, construído por ele; querem afogar Papin, mas o Gênio do Progresso aparece e o salva; a um gesto seu abre-se novamente o fundo e então se vê o porto de Nova Iorque, locomotivas trafegam por trilhos que ligam dois rochedos e um moderno vapor passa defronte. O Obscurantismo foge e o Gênio triunfa.

A parte seguinte nos mostra o laboratório de Volta, em Como; ele trabalha na construção da sua pilha, e finalmente consegue fazer saltar a centelha elétrica; o Obscurantismo aparece, quer destruir a pilha, mas recebe um choque elétrico que o perturba; o Gênio aparece, o fundo se abre e vê-se um posto telegráfico, onde centenas de gênios recebem e expedem telegramas num bailado realmente encantador. O Obscurantismo foge e a Luz triunfa uma vez mais.

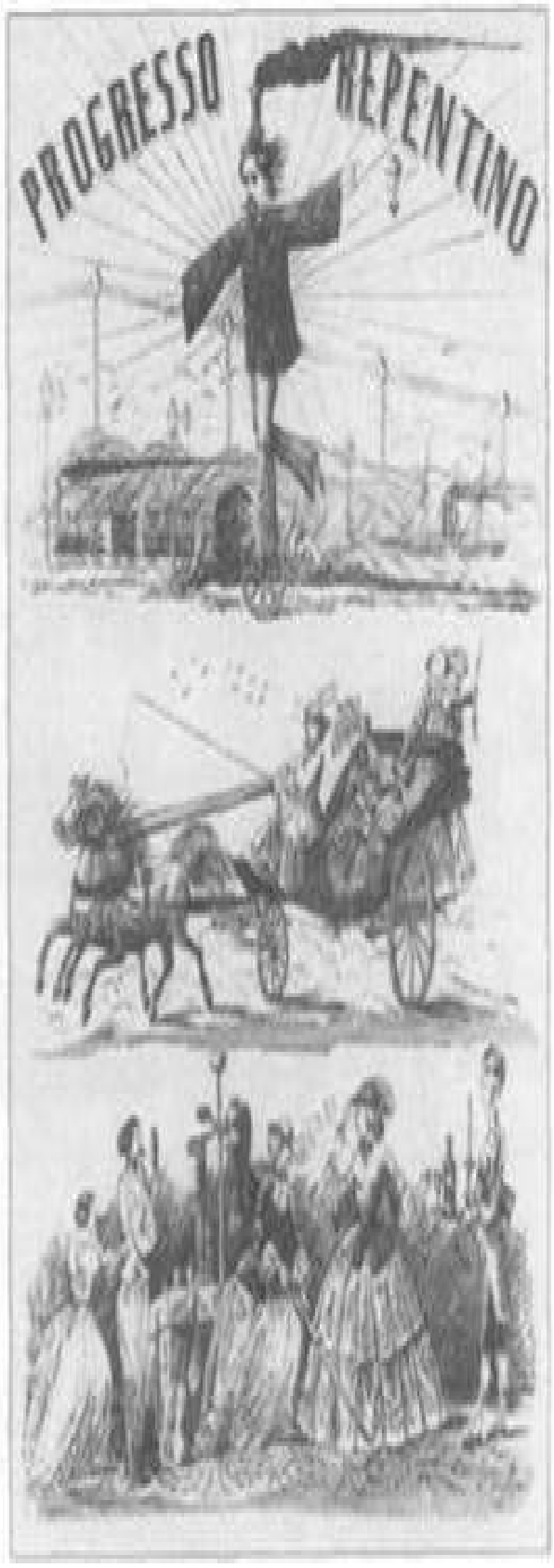
A seguir o deserto do Saara em brilhante montagem, uma caravana, com camelos vivos, atravessa a cena; chega o simum e os beduínos aproveitam a desordem momentânea da caravana para atacá-la e saqueá-la, depois do que fogem a cavalo. O vento do deserto fica cada vez mais forte, a poeira fina cobre a caravana, todo o palco é um turbilhão de poeira. Somente o Obscurantismo permanece e se alegra com a coisa. Agora o Progresso deve melhorar o caminho do deserto... Então aparece o Gênio da Luz, o horizonte se abre e vê-se o canal de Suez, atravessado por orgulhosos navios.

A parte seguinte mostra o túnel Mont-Cenis; os franceses trabalham de seu lado, e o Obscurantismo se ri, mas o Gênio da Luz aparece, as últimas camadas são perfuradas, franceses e italianos se encontram e se abraçam fraternalmente.

A frente o Gênio da Glória, traz o busto de Lesseps. O Obscurantismo está vencido, quer fugir mas o Gênio da Luz o retém, a um sinal seu abre-se o fundo, vê-se a representação alegórica da confraternização de todas as nações e a terra se abre e engole o

Obscurantismo.

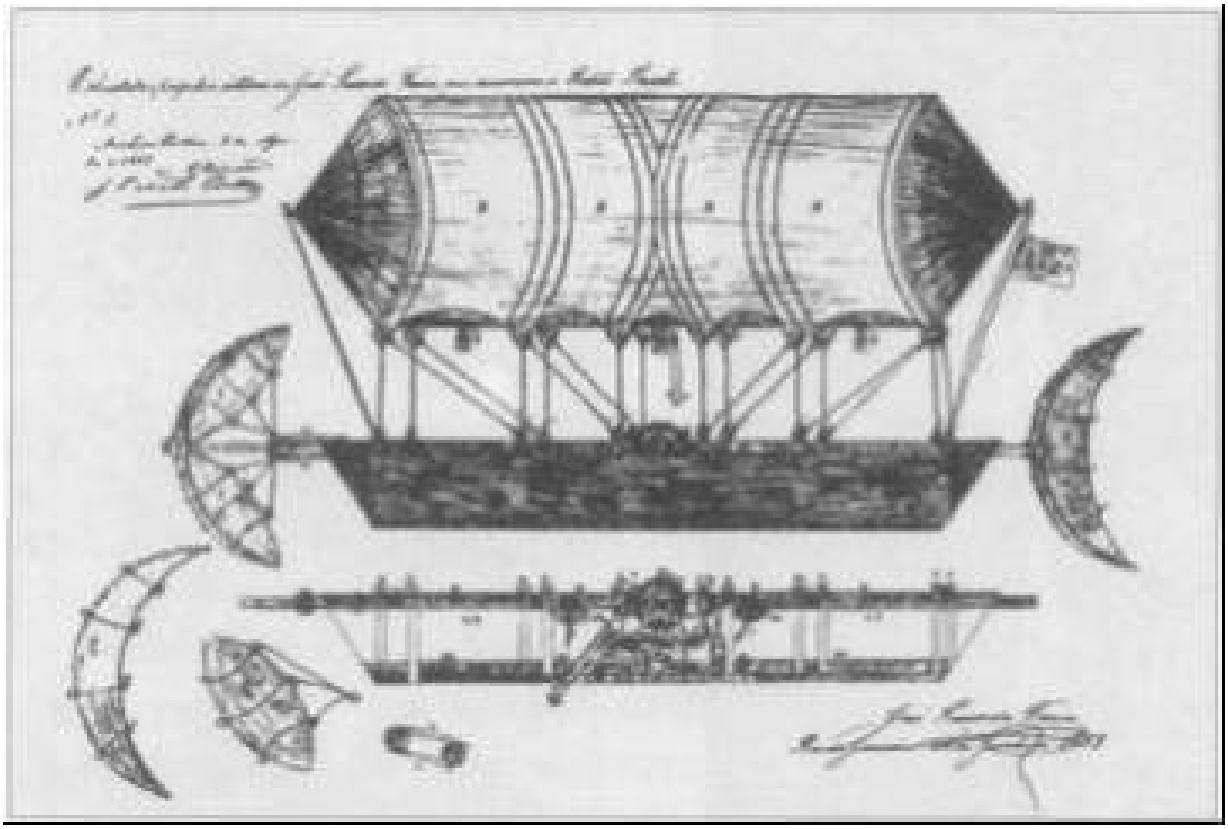
Agora desaparecem as nuvens; a cena nos mostra um grande templo, no qual todas as nações se abraçam; os Gênios do Progresso, da Civilização e da Concórdia as abençoam. O quadro final mostra a apoteose da paz e da ciência em maravilhoso arranjo. Toda a ação é levada com bailados e centenas de dançarinos e dançarinas aparecem juntamente no palco. Os costumes são maravilhosos, os cenários de surpreendente beleza; em suma, nada deixa a desejar e no gênero não se pode ver melhor no mundo.[2]



A fada-eletricidade. Cartão-postal especialmente elaborado para a Exposição Universal de 1900, em Paris. Coleção particular

Vitória da Ciência, derrota do obscurantismo. Desaparecem as nuvens, e quem lidera a cena, para sempre, são o progresso e a civilização com seus símbolos diletos: a pilha, a locomotiva, o telégrafo, o navio a vapor. Mais que uma ilustração, o enredo desse bailado é quase um sinônimo de época. Estamos falando de um momento, portanto, em que uma certa burguesia industrial satisfeita e orgulhosa com o seu avanço via na ciência a possibilidade de expressão de seus mais altos desejos e necessidades. Tal qual componentes de uma revolução industrial sem fim, esses homens passavam a domar a natureza valendo-se de uma miríade de invenções sucessivas. Cada novo invento levava a uma cadeia de novidades, que por sua vez abriam novas perspectivas e projeções. É como se se encerrasse a pujança da Segunda Revolução Industrial, que chegava, finalmente, ao Brasil.

E o nosso monarca não ficava alheio a esse universo. Ao contrário, gostava de se dedicar pessoalmente à seleção dos pedidos de "privilégio industrial" e de "patente de invenções".[3] Dos inventos mais fundamentais aos mais surpreendentes, como os maiôs flutuantes ou os chuveiros portáteis — que incluíam uma mangueira e um balde —, das grandes estruturas aos pequenos detalhes, uma cartografia de novidades cobria os olhos desses homens estupefatos com suas máquinas maravilhosas.



Balão Brasil, 1873. Pedido de privilégio industrial de José Passos Faria. AN

No entanto, nada combinava melhor com esse monarca que se auto-representava como "moderno, cosmopolita e cidadão" do que o espetáculo das exposições universais. Surgidas em meados do século XIX, com o capitalismo industrial, essas feiras eram a melhor expressão da força e da utopia modernistas. Sua origem data do final do século XVIII, quando as primeiras exposições foram realizadas na França e na Inglaterra. Organizadas nacionalmente desde 1844 (em países como Bélgica, Prússia, Áustria e Espanha), é só a partir de 1851 que se transformam em mostras internacionais, contando com a participação de representantes europeus, americanos, orientais e africanos. Essa primeira exibição, que durou 141 dias, apresentava um tipo de estrutura que vingaria nas demais. Trinta e quatro países aceitaram o convite, e seus produtos foram observados por mais de 6 milhões de pessoas que visitaram a feira.[4]

Nessa ocasião, estabeleceram-se quatro categorias, o que se tornaria um padrão de organização para as demais mostras. Os produtos expostos eram divididos nos seguintes grupos: manufaturas, maquinarias,

matéria-prima e belas-artes. Esse tipo de classificação garantia por sua vez que todos os países participassem e contribuíssem, de diferentes maneiras, para o sucesso da feira.

Concebidas de início — por intelectuais, políticos e empresários — como um local de exibição de produtos, técnicas e novas ciências, as exposições se transformaram, gradativamente, em espaços de apresentação da própria burguesia, orgulhosa com seus avanços recentes. Verdadeiros espetáculos da evolução humana, traziam um pouco de tudo: de negros africanos em pessoa à arte francesa, indígenas com seus artefatos e a mais recente das invenções. Compactuando com um ideário evolucionista, nas feiras se realizavam imensos exercícios de classificação e catalogação da humanidade, em que o mundo ocidental representava o topo da civilização, e as culturas indígenas "o passado da humanidade".

Para dar uma noção da imagem que se pretendia passar nessas exibições, nada melhor do que o texto de apresentação da mostra que aconteceu em 1889:

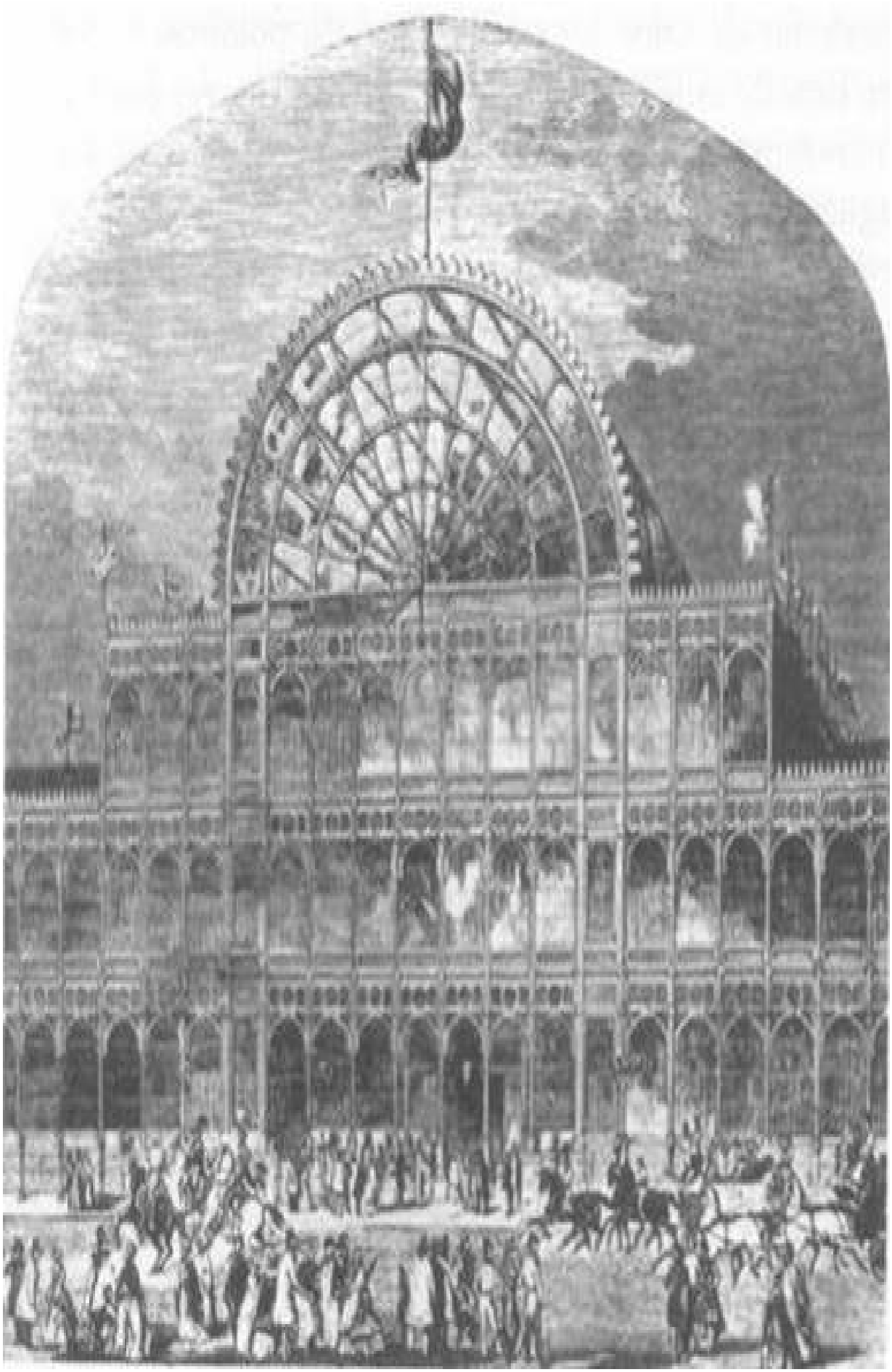
> Por que ver a exposição? Com o mesmo espírito de sua organização: para se instruir, para se divertir. É para todo mundo, todos os anos, para os sábios e para os menos instruídos é uma lição das coisas. O industrial vai achar modelos que aproveitará. O simples camponês tem uma idéia geral e suficiente das maravilhas, do próprio mundo moderno. Outro pode achar o caminho da fortuna devido aos processos de fabricação; outro achará objetos usuais. Os artistas acharão novas fontes [...] O amador saciará sua curiosidade. Há também a restituição de velhas villas [...] mostra-se a história do progresso, a história viva que fala aos olhos. Com esses pavilhões todos os países, todos os estilos de arquitetura, a reprodução de monumentos, e de suas ruas de villa é o mundo inteiro que a exposição concentra. É um tour em torno do mundo não em 24 dias mas em algumas horas. [grifos meus][5]

Apresentadas como uma espécie de parque de diversões para adultos, as exposições compreendiam, como revela o texto, lógicas diferentes: saciavam a simples curiosidade, exibiam o exótico, mas

também revelavam o progresso. Eram até mesmo um grande negócio, em razão não só do número de visitantes como também dos acordos que lá se realizavam, sobretudo nas sessões de maquinarias e matéria-prima.

A cada feira, reacendia-se uma nova competição entre as nações participantes, e, acima de tudo, entre aquelas que sediavam os eventos. O tamanho, o estilo arquitetônico dos prédios, a variedade de pavilhões e de produtos: tudo visava à ostentação perante os outros países.

Guardando a mesma velocidade dessa nova era, as feiras mais se pareciam com "orgias da modernidade",[6] já que cidades monumentais eram levantadas para ser destruídas em seguida, e o espetáculo que se acabara de montar desabava diante de todos. As exposições não se limitavam, dessa maneira, a reproduzir o mundo em que se vivia. Inventaram toda uma nova arquitetura e uma maneira de exibir produtos e objetos.



O Palácio de Cristal, em Londres.
A modernidade é representada
em aço e vidro, 1851. Em Hardman, 1988

A primeira exposição em Londres, por exemplo, criou um símbolo que marcou o imaginário de toda uma época: o Palácio de Cristal. Projetado e construído pelo arquiteto Joseph Paxton, o palácio se transformou rapidamente em uma "catedral do progresso", um monumento da Revolução Industrial inglesa. Nos seis meses em que a exposição esteve aberta, dizem que um quinto da população inglesa visitou esse monumento da modernidade.[7] O palácio, com suas grandes vigas de ferro, dava uma impressão de imensidão, mas podia ser desmontado com a mesma facilidade com que fora erguido. Nos termos de Hardman,[8] inventava-se uma nova monumentalidade, ao mesmo tempo prosaica e reencantada.

Mas as exibições não se limitavam à monumentalidade. Tendo em mente o quadro que segue, o que mais impressiona é o número de expositores participantes e, em especial, de visitantes — presentes aos milhões. Os dados indicam o forte atrativo que essas "festas da modernidade" representavam, e mesmo sua relevância econômica e sociocultural.

EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS (1851-1915)

| Data | | |

1851

Londres

13937

+

6,0

26

4,8

1855

Paris

20839

-

5,2

34

6,7

1862

Londres

28653

-

6,2

25

5,7

1867

Paris

43217

+

6,8

215

7,2

1873

Viena

25760

-

7,3

42

6,2

1876

Filadélfia

60000

-

9,9

285

5,3

1878

Paris

52835

-

16,0

192

6,5

1883

Amsterdam

1885

Antuérpia

1889

Paris

61722

+

32,3

237

5,7

1893

Chicago

+

27,5

685

6,1

1900

Paris

83000

48,1

1904

Saint-Louis

19,7

1915

San Francisco

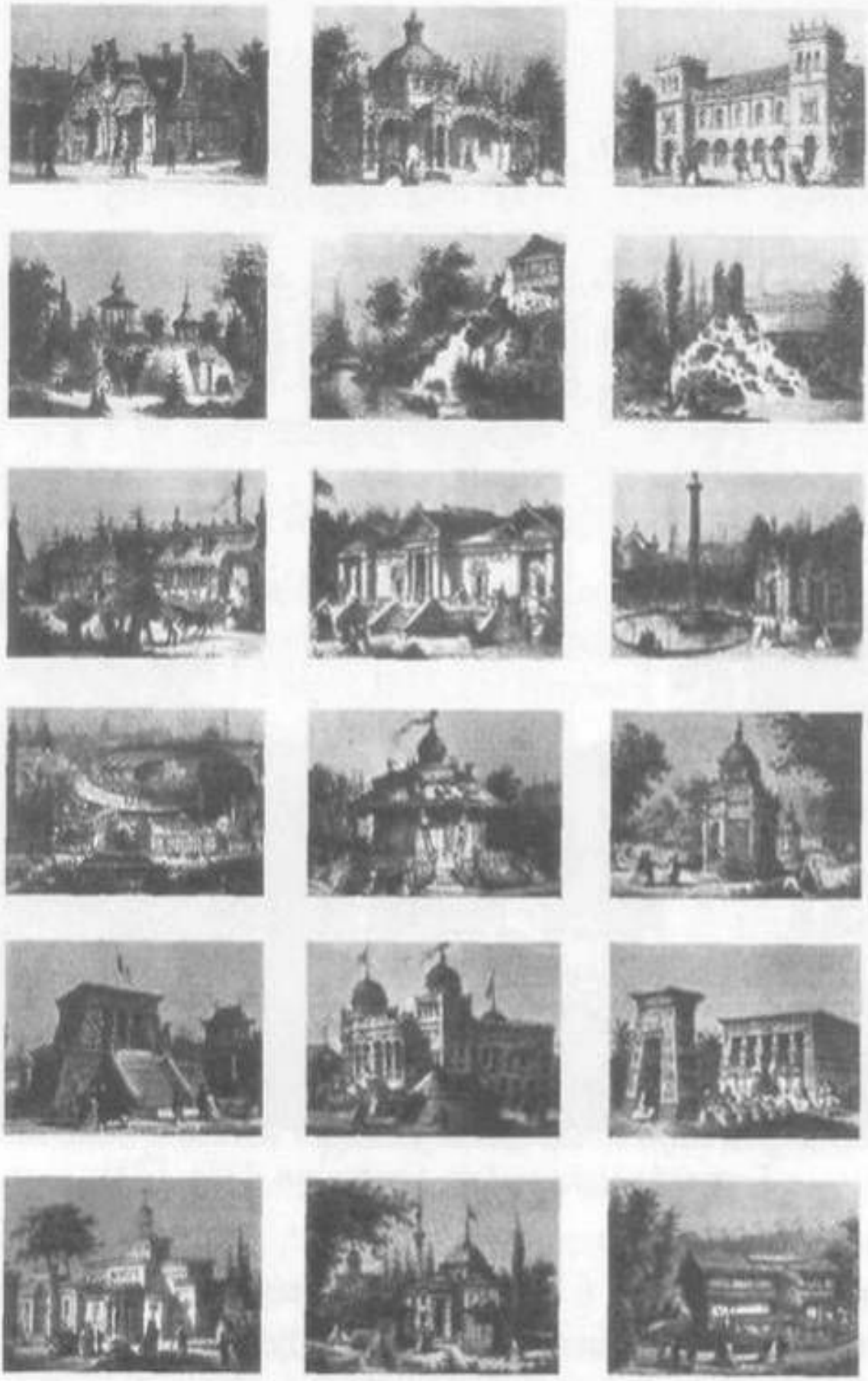
30000

Fontes: F. F. HARDMAN, Trem fantasma, e B. BENEDICT, The anthropology of world's fairs.

Exposição Universal de Amsterdam, 1883. FBN

Outro aspecto evidente é o gigantismo desses eventos e o prejuízo nas finanças, só compensado pela grande propaganda que as feiras rendiam aos países que as abrigavam. A única maneira de entender a disputa que se travava entre as nações, sobretudo européias, as quais se digladiavam com o objetivo de servir de sede para as feiras, é não só avaliar o retorno financeiro delas — já que as exposições promoviam desenvolvimento econômico e expansão de mercado — como compreender seu papel enquanto capital simbólico fundamental.

É lógico que se realizavam esforços no sentido de equilibrar as finanças: começava-se vendendo os ingressos e catálogos (que diminuíam de preço conforme o andamento da feira), depois os produtos e por fim a própria imagem do país. Não obstante, o princípio é que a exposição consistia em uma espécie de troféu, e seu sucesso era sinônimo de prestígio perante as demais nações. É por isso mesmo que, apesar de seu evidente papel comercial, as exposições sempre divulgavam seu caráter de confraternização: "As exposições universais são para o gênero humano o que eram para os gregos os jogos olímpicos, uma reunião de família onde se abjuram ao menos por alguns momentos os ódios acanhados e as rivalidades cegas e onde os espíritos receberão novas simpatias".[9]



Exposição Universal de Paris de 1867: uma "Viagem em torno do mundo" em poucas horas. Coleção particular

É justamente esse o sentido da inovação promovida pela França em 1867, quando se permitiu que cada país construísse o próprio pavilhão de acordo com "a sua imagem e semelhança": um Cottage inglês, um templo mexicano ou um palácio egípcio...[10]

No entanto, desde as primeiras exposições os atrativos se multiplicavam. Não só as fantásticas construções arquitetônicas — como o Palácio de Cristal (1851), a Torre Eiffel (1889) — enchiam os olhos dos visitantes, como as reproduções de vilas, roupas e comidas típicas levavam o público a "viajar", sem sair de um mesmo país.

No fundo, para a grande maioria do público a feira significava diversão (e não a compra de produtos ou inventos). É por isso mesmo que se vendiam muitos souvenirs, cartões-postais e mesmo fotografias. Não foi mera coincidência o fato de a primeira máquina automática de fotografia ter sido instalada na exposição de 1889.

A organização da feira era um elemento fundamental para seu futuro sucesso. Em primeiro lugar, a nação que a abrigava convidava as demais para tomar parte. Esse convite era feito algumas vezes previamente (o que garantia que certos países montassem certames nacionais para a seleção de seus produtos) e, outras vezes, até mesmo durante a realização do evento. Quando chamados, os países deveriam responder com antecedência e, caso aceitassem o convite, mandar a relação dos produtos a ser expostos. A partir de então nada era acidental: o local a ocupar, os gêneros e quesitos de participação... tudo indicava uma lógica e uma divisão geopolítica determinadas anteriormente.

Concebidas no contexto do imperialismo, as mostras buscavam destacar a união, diante de um mundo dividido e de exposições também cindidas. Assim, se é fato que tais eventos não se limitavam aos "países civilizados",[11] é também evidente a qualidade de participação de cada um. O Brasil, por exemplo, por mais que tentasse apresentar suas invenções,

foi sempre reconhecido "pela floresta". Mas pensemos um pouco mais sobre o caráter da presença brasileira nessas exibições. Para o Império, o papel delas era quase estratégico. Lá mostraríamos, além de nossas particularidades nacionais — o indígena, a mata, os produtos agrícolas —, nossa face mais civilizada. É por isso mesmo que, diferentemente das demais nações latino-americanas, o Império brasileiro já tomou parte no terceiro certame realizado. Nada como encenar, em um evento de proporções internacionais, as especificidades desse Império encravado no continente americano.

O BRASIL NA ERA DAS EXPOSIÇÕES

A partir da terceira exposição universal — Londres, 1862 — o Brasil foi presença cativa. No livro dessa exposição, assim aparece definida a importância da presença brasileira naquele local:

> Tornar o Império conhecido e devidamente apreciado de seus espécimes e produtos, dar uma idéia posto que fraca de nossa atividade e civilização, fazendo desvanecer prejuízos que hoje se levantam contra nós. As exposições são os congressos do povo, que preparam a paz do mundo. As festas da inteligência e do trabalho. Diz V. M. I. são sempre motivo do mais fundado regozijo [...] Motivo de engrandecimento de nossa pátria [...] À elevada inteligência de V. M. I. não escapa em todo o seu alcance as vantagens da exposição. Essa é a primeira vez que participamos e a voz da monarquia produz ecos de simpatia.[12]

As razões eram claras. Parecia necessário mudar a imagem externa do país e impor a sua "real face": a civilização. Por sua vez, a participação do imperador não poderia ser mais direta. O monarca investe privadamente na elaboração do estande brasileiro, toma parte nas mostras nacionais, ajuda na seleção dos produtos a ser expostos e entrega pessoalmente os prêmios aos produtores com eles agraciados.

Na verdade, para a concepção do estande que iria representar o

Brasil nos certames estrangeiros, havia toda uma sistemática interna que garantia a qualidade do pavilhão nacional. Em primeiro lugar, cada província realizava suas feiras prévias e os produtos então escolhidos eram enviados para uma mostra nacional, onde seriam selecionados para a feira mundial. Só então é que o Brasil estava pronto para apresentar uma exibição fora de seu território.

As exposições nacionais eram, por sua vez, organizadas e patrocinadas diretamente pelo imperador, que distribuía quatro categorias de prêmios: medalha de prata, medalha de cobre, menção honrosa e prêmio extraordinário e fora do comum. E essas mostras não eram pequenas. Em 1861, por exemplo, 5 mil pessoas visitaram a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, e 76 expositores mostraram 750 objetos divididos em diferentes seções.

O governo imperial financiava esses eventos com exclusividade, mesmo sabendo que as despesas eram sempre maiores que a receita. A primeira Exposição Nacional de 1861, por exemplo, teve gastos da ordem de 66:164$200 e nos 42 dias em que esteve aberta — e foi visitada por 50739 pessoas — obteve apenas 15:367$000 de retorno. O mesmo aconteceu com as mostras de 1868 e 1873, o que parece indicar que o Império investia nas exposições não pensando em seu retorno imediato, mas antes na propaganda e na visibilidade que propiciavam. O vínculo entre as mostras internacionais e o imperador era de tal monta que não deixa de ser revelador o fato de a primeira exposição nacional ter sido aberta na ocasião do aniversário de d. Pedro II. Aí estava uma bela forma de homenagear o seu maior incentivador e, mais uma vez, de "tornar memorável a sua imperial figura".

Para a primeira apresentação internacional, em 1862, o Brasil levou o que tinha de melhor: café, chá, erva-mate, guaraná, arroz, borracha, tabaco, madeira, fibras vegetais, abelhas, algodão e feno. Alguns produtos de nossa indústria também foram apresentados — maquinaria em geral, materiais para estrada de ferro e construção civil, telégrafos, armamentos militares —, mas não despertaram atenção. Apesar de a intenção ser, também, mostrar como o Brasil fazia parte dessa orquestra das nações "progredidas", os prêmios ficaram para o café e a cerâmica marajoara. Como sempre, lá fora era o nosso lado exótico que estava em pauta.

Medalha da Terceira Exposição Nacional de 1873. FMLOA

EXPOSIÇÃO NACIONAL

Alegoria da Exposição Nacional de 1875: a modernidade e os trópicos. Em O Mosquito. Em Hardman, 1988

Já em 1867, a delegação brasileira se preparava para a exibição de Paris. As condições não eram, porém, as melhores; o país se encontrava em guerra. Mas perder uma feira era demonstrar fraqueza, e mais uma vez o Império preferiu optar pelo espetáculo. Vejamos o texto de apresentação da comissão brasileira nessa mostra:

> As condições desfavoráveis em que organizamos a segunda exposição brasileira, achando-se o Império a braços com uma guerra inesperada, absorveram toda a nossa atenção [...] e não permitiram ao Brasil participar vantajosamente na Exposição Universal de Paris, dando uma idéia de suas imensas riquezas naturais e forças produtivas. Para que o Brasil seja uma das maiores nações do mundo não precisa mais do que a comunicação. Nesse intuito parece-nos concernente acompanhar o catálogo de uma notícia sobre o Império, notícia que aliás nem podia ser mais do que um acompanhamento parcial.[13]

Desculpando-se por sua presença mais tímida, o Império brasileiro não deixava de exaltar as próprias potencialidades como nação. No entanto, os anos duros da guerra não elevavam os espíritos. Participar era necessário, mas fundos para a dispendiosa tarefa não havia.

É por isso mesmo que em 1867 e em 1873 a presença brasileira foi ainda tímida. É só em 1876, na Filadélfia, que a qualidade da participação brasileira se altera radicalmente. Como vimos, o próprio monarca estaria lá e era preciso fazer, nas palavras dele, "uma boa figura". Vejamos a advertência que abre as explicações brasileiras para a exposição de 1876: "Se as exposições não podem, ainda, por parte do Brasil significar uma competição na área industrial, elas têm proporcionado ensejo para que o Império seja melhor conhecido e apreciado como região de solo fertilíssimo e nacionalidade pacífica, inteligente e laboriosa".

Parecia certo que o papel do Brasil naqueles certames era específico: o de um país rural. Restava, porém, ressaltar a singularidade da índole nacional. Distante da anarquia das demais repúblicas latino-americanas, o Brasil, recém-saído de uma guerra violenta, queria representar o papel do local de idílio pacífico, onde conviviam indígenas e brancos, cujos produtos estavam igualmente representados.

Apesar de não merecer qualquer destaque especial, a regularidade da participação brasileira chama a atenção. Até o final da monarquia, o Brasil estaria presente nas exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e 1889 (Paris), enquanto outros países da América Latina não tomariam parte sequer de uma feira, ou melhor, a Argentina entrou apenas na de 1889.

Na verdade, a presença constante do Brasil diz muito do esforço do imperador e das elites da corte para veicular uma imagem diversa desse país distante, agrícola, monárquico e escravocrata mas que queria se ver representado como uma nação moderna e cosmopolita. D. Pedro II, em particular, procura se distinguir como um "pioneiro", um homem aberto às novas tecnologias. A precoce introdução do telefone e da fotografia entre nós são exemplos significativos desse tipo de política. De fato, o empenho pessoal do monarca na realização dos estandes brasileiros fala da preocupação com a boa costura da imagem externa da monarquia exótica e única no território americano. No entanto, se a intenção era mostrar a civilização aliada aos trópicos, o efeito final tendia sempre ao último aspecto: o Brasil era sobretudo o país da grande natureza e dos "bons selvagens".

O Brasil na Exposição Internacional de Higiene e Educação em Londres. Nas fotos a seleção da representação romântica de um Império indígena, 1884. FBN

Uma vez dentro das exposições universais, a exibição brasileira obedecia à orientação geral da feira. Os produtos eram classificados em: matéria-prima, indústria leve, indústria pesada e finalmente educação, progresso científico e artístico. Essas categorias eram colocadas em prédios separados e relacionadas em um catálogo geral. Muitos países construíam prédios próprios para alojar os expositores e para deixar ainda mais visível a sua participação.

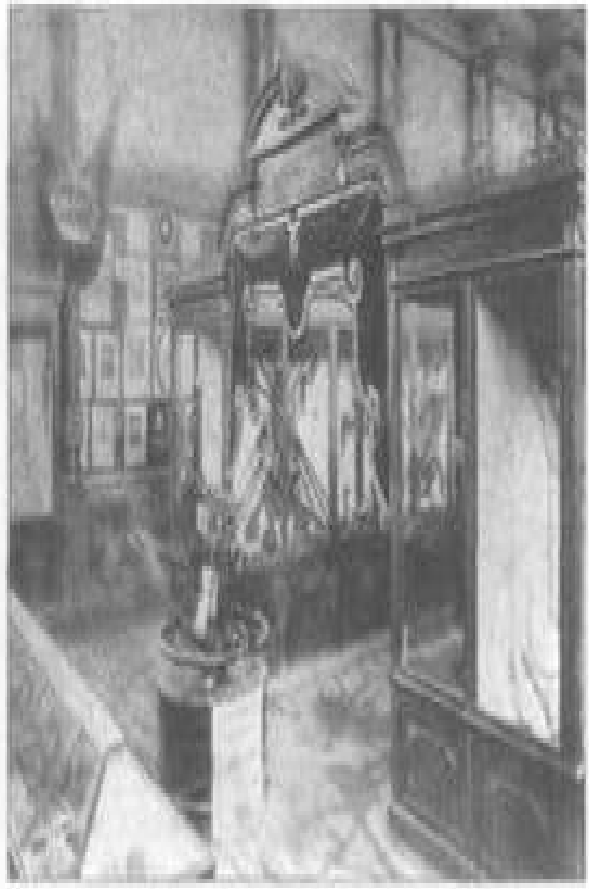
As exibições universais constituíam, portanto, o corolário ideal da política imperialista de finais do século XIX. Em um momento em que a burguesia triunfante pretendia conquistar o mundo todo e quiçá os planetas, como dizia Cecil Rhodes, em que a ciência positiva e determinista acreditava dar conta de todos os temas e espaços, as feiras mundiais cumpriam um papel exemplar: expunham didaticamente o avanço de uns e o atraso de outros; a tecnologia na mão de alguns, o exotismo como um privilégio de outros.

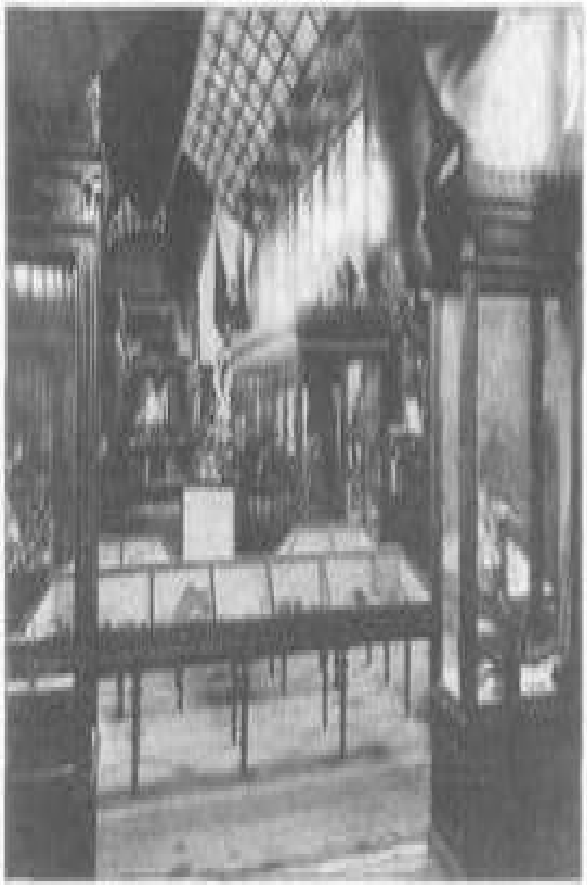
Para o Brasil, com seu "monarca-cidadão, entediado do poder", significavam uma boa ocasião para que a imagem externa do país se impusesse e nos redimisse da marca da escravidão e da própria monarquia. Emancipado por meio da cultura, esse tipo de participação representava, também, a idealização de uma espécie de redenção da situação colonial. É fato que não tínhamos máquinas para mostrar, mas, de toda maneira, estar presente era uma forma de assinalar a proximidade: "Se as exposições universais não podem ainda, por parte do Brasil, servir para a competência industrial, é inegável que lhe tem proporcionado ensejo para melhor ser conhecido e apreciado".[14]

Com efeito, apesar de o Brasil participar nas quatro categorias (manufaturas, maquinarias, matéria-prima e belas-artes), a proporção de produtos, em cada item, era muito diversa. Na verdade, o café, a madeira,

o açúcar e o fumo recebiam a maior quantidade de medalhas de mérito e de menções honrosas, restando poucas distinções para as atividades industriais.[15] Assim, a despeito dos esforços, só convencíamos mesmo no quesito matéria-prima, o que reforçava a representação de um reino tropical, paraíso das frutas e gêneros exóticos.

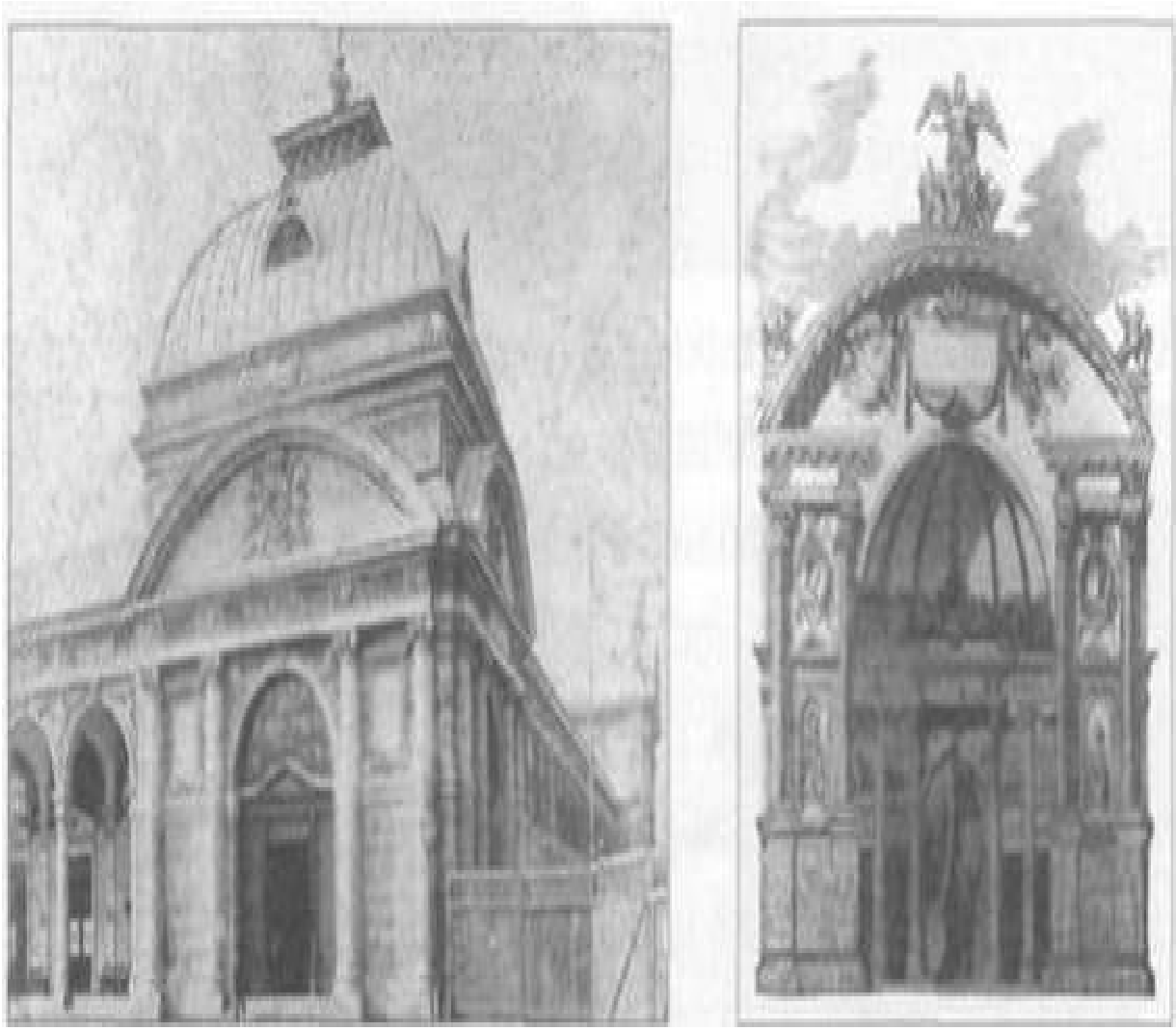
As imagens dos pavilhões brasileiros em diferentes exibições internacionais não deixam margem para dúvida; destacam o trabalho agrícola e os produtos indígenas, entre redes, remos, flechas e plumagens. (Ver fig. 12 do caderno-cor 2.)





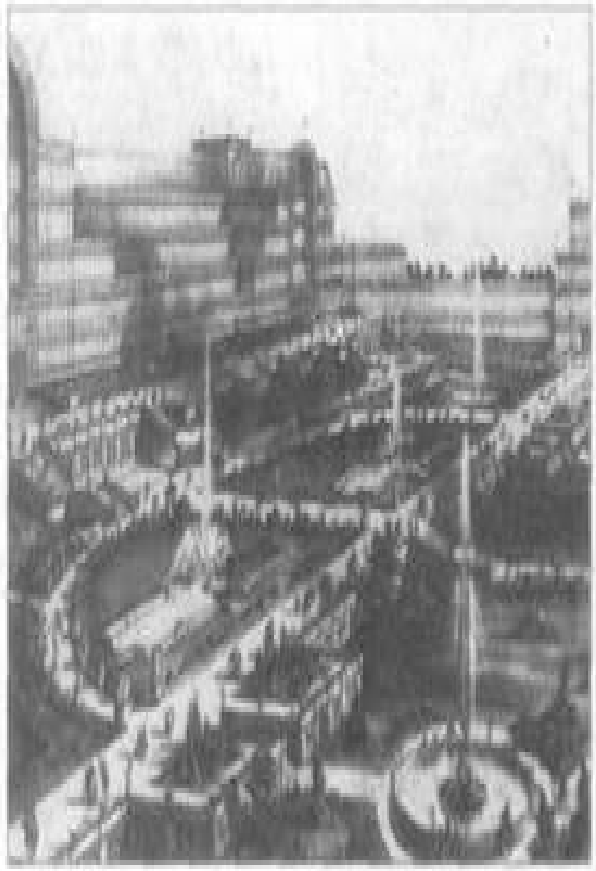
Estandes brasileiros nas exibições de Viena, em 1873, e de Londres, em 1862:
exótico por todo lugar. IHGB

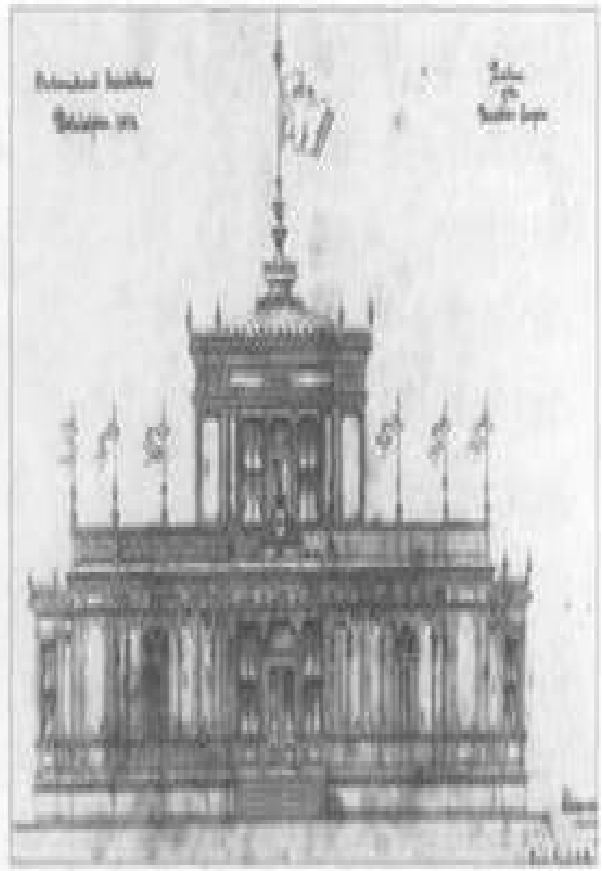
Mas se enganam aqueles que imaginam que os pavilhões brasileiros eram apenas o resultado de um amontoado de produtos da terra. Ao contrário, nessas ocasiões o Império investia pesado. Livros informativos sobre a geografia e a economia do país eram produzidos em francês, alemão, inglês e português, e distribuídos. Providenciavam-se transporte de produtos e instalações e, para coroar o empreendimento, o próprio monarca, muitas vezes, sentava-se bem na frente de seu estande, como que para completar a demonstração.



Imagens de diferentes exposições. FBN

"Monarca sem querer sê-lo", "civilizado em um país escravocrata", "cidadão em uma terra que desconhecia a cidadania", d. Pedro II tinha nas exposições universais um palco ideal para seu cada vez mais esvaziado teatro. Estamos no fim da década de 80 e o monarca mostra sinais evidentes de fraqueza. É hora de participar da exposição de 1889.





Mais imagens de mostras universais: na arquitetura a "modernidade convive com a barbárie". FBN

A GRANDE EXPOSIÇÃO DE 1889: A ÚLTIMA DA MONARQUIA

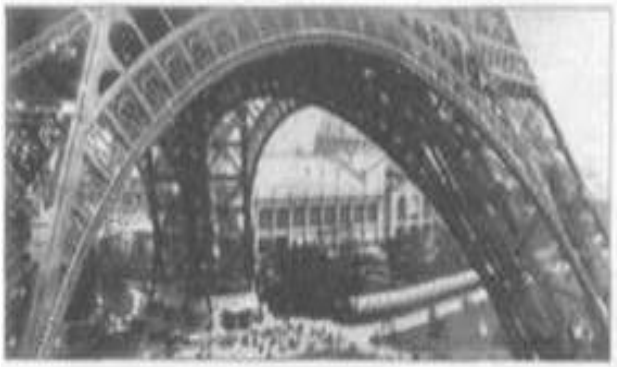
Estava sendo programada para 1889 a maior de todas as exposições. A mostra de Paris deveria superar as demais, pois comemoraria o centenário da Revolução Francesa e pretendia representar a modernidade e a cidadania de finais de século.

Anunciado com muito tempo de antecedência, já em 10 de novembro de 1884, o evento francês — a sétima exposição universal e a 15- nacional — calculava a emissão de 30 milhões de bilhetes e a participação de 38 mil expositores. O local previsto incluía o Palácio, o Jardim de Trocadero, o Campo de Marte, Quai d'Orsay, L'Avenue de Suffren, Ministère des Affaires Étrangers, L'Esplanades des Invalides, além da construção de um monumento idealizado para a ocasião: nada mais, nada menos que a Torre Eiffel.

IMAGENS DA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS DE 1889;
A TORRE EIFFEL É A GRANDE VEDETE DA FEIRA, CELEBRA A VITALIDADE INDUSTRIAL DO PAÍS E O TRIUNFO DA REPÚBLICA. MMP

L'EXPOSITION DE PARIS

L'EXPOSITION DE PARIS



Diferentes edificações construídas especialmente para a ocasião da exibição em Paris. MMP

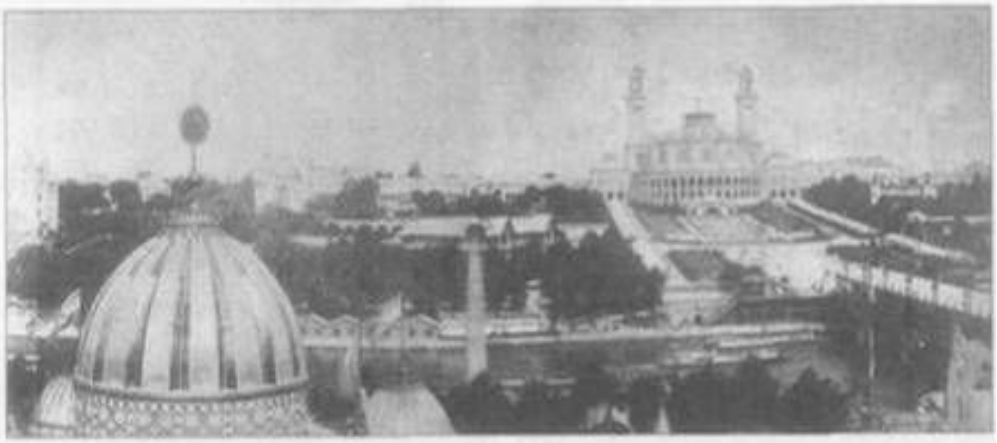
O espaço foi calculado em setenta hectares, quarenta quilômetros só no interior da exposição. As seções estariam divididas em: obras de arte, educação e ensino, mobiliário e acessórios, tecidos, roupas, indústria extrativa, indústria mecânica, eletricidade, produtos alimentares, agricultura, vitricultura, piscicultura e horticultura. Depois vinham os estandes particulares, que eram decorados pelos próprios países participantes segundo as características que os singularizavam.

Prevista como um grande evento, a exibição foi logo entendida como uma exaltação da República e prontamente boicotada pelas monarquias, sobretudo européias. D. Pedro, no entanto, depois de se aconselhar com Cavalcanti e Eduardo da Silva Prado, resolve aderir à exposição e dar, dessa maneira, uma mostra de sua "posição progressista". No Guide Bleu da exibição de 1889, que teria pertencido a d. Pedro II, o organizador, M. Berger, destacava: "É o único soberano que fez isso!", e nosso imperador sublinhou a frase com seu lápis azul, tendo comentado: "É a verdade".[16]

O número 552 da Revista Ilustrada de 1889, apesar do seu tom satírico, não deixa de elogiar a atitude da monarquia brasileira:

> Realmente a exposição de 1889 pode simbolizar a apoteose do mundo moderno. Só um povo tranqüilo, consciente de sua força, crente na civilização poderia produzir as magnificências que ali se vêem [...] Logo desde o início dos trabalhos notou-se que as monarquias fazem greve contra a exposição [...] Todavia os combatentes da democracia tiveram bastante força para imporem uma representação [...] Como exceção que nos honra lá figura oficialmente o nosso país talvez a única monarquia que vencendo preconceitos aderiu à grande comemoração dos direitos do homem [...].
>
> Eduardo da Silva Prado, F. J. Santa Anna Nery e o visconde de

Cavalcanti, em 14 de março de 1888, foram incumbidos dos trabalhos. A comissão contava com 800 mil francos vindos do Rio de Janeiro, 50 mil da Bahia, 100 mil de Minas Gerais e outras pequenas doações para as tarefas que deveriam, dessa feita, garantir a construção de um estande particular. Os produtos foram submetidos à aprovação em uma exposição no Rio de Janeiro, inaugurada pelo imperador.



Ainda Paris em 1889. IHGB

Os trabalhos iam bem, mas em junho Cavalcanti lamentava a localização central de nosso pavilhão: estávamos bem no Campo de Marte, porém exatamente à direita da Torre Eiffel. Era isso que d. Pedro havia pedido, mas o resultado decepcionava: o pavilhão brasileiro ficava diminuto diante da monumentalidade da torre.

Mesmo assim, o estande brasileiro "não faria feio". Ocupava um espaço de 1200 metros quadrados e, desses, quatrocentos eram cobertos. O pavilhão compreendia três andares, galerias e um átrio. O assoalho fora feito de madeira do Brasil executada no Rio de Janeiro. A decoração era também especial: seis estátuas representavam os seis principais rios do Brasil (Amazonas, Tocantins, Madeira, São Francisco, Parnaíba, Paraná), com plantas, arbustos e grandes ramalhetes. Fontes ornavam os outros ambientes, assim como a bandeira brasileira, com destaque ao verde e ao amarelo de suas cores.

A construção era de ferro aparente, com a cúpula e os frisos decorados com guirlandas e camafeus. Outra galeria apresentava faianças e vasos artísticos. Outra, ainda, trazia uma coleção de flores e plantas do Brasil. A estrutura exterior estava igualmente coberta por plantas do Brasil, sobretudo palmeiras e orquídeas. Um pequeno lago, cuja temperatura — 30°C — era mantida por um sistema de aquecimento especial, apresentava vitórias-régias do Amazonas com proporções elevadas: a coqueluche do estande.

Além disso, para deleite dos visitantes, o estande brasileiro apresentava um "gracieux pavillon de dégustation", para o consumo de produtos do Brasil: café, mate, licores de frutas. E, por fim, o "palais de l'Amazone", dedicado à história dos indígenas da ilha de Marajó. Lá estavam expostas urnas funerárias, vasos, estátuas, flechas, botoques, arcos, máscaras indígenas, cestos, objetos em pluma, instrumentos de guerra, e retratos de Botocudo, de índios do rio Negro e de mestiços do Amazonas.

Os jornais franceses, encantados, não se cansavam de descrever a maravilhosa "arte dos selvagens", tão bem organizada pelo diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, dr. Ladislau Netto.[17]

Ao todo, a seção brasileira contava com 1600 expositores e era a maior mostra jamais apresentada pelo Império. Nos estandes gerais o Brasil ainda exibiu "sua civilização": "elementos de educação", "material de arte e de desenho", "aparelhos de fotografia", "tecidos e perfumes", "produtos de caça e agrícolas", "máquinas e aparelhos mecânicos", "materiais de ferro e arquitetura"; mas o que agradou mesmo foi o exótico e a floresta: ""Você gostaria de estar em plena vegetação fantástica? Aproxime-se do Palácio do Brasil': era dessa maneira que se apresentava o estande brasileiro, apesar dos esforços contrários para divulgar também 'nossa indústria e civilização'".[18]

No Journal Exposition de Paris de 1889[19] a reação não era menos entusiasta: "Não perca as grandes atrações à sua espera. Correr sob um túnel de folhagem ao longo das árvores, dessas terríveis árvores, demasiado próximas da rua, todas com mangas, com as quais lhe dizem para tomar cuidado. Não ponha a cabeça nem a perna para fora". Com efeito, inaugurado no mês de julho, o estande brasileiro provocou a curiosidade dos franceses, tão interessados em descobrir "os produtos naturais de um império latino e americano particularmente rico em matérias de origem mineral e vegetal [...] A vitória-régia, essa planta aquática gigante que vai florir na Europa".[20] O jornal elogia ainda as coleções de madeira e de pedras preciosas e o palácio dos indígenas.

Na verdade, muitos elementos chamavam a atenção de quem percorresse o pavilhão brasileiro: o estilo tropical, a monarquia selvagem, as riquezas naturais e a população com seus produtos bárbaros e mestiços.

MINISTÈRE DU COMMERCE, DE L'INDUSTRIE ET DES COLONIES

EXPOSITION UNIVERSELLE INTERNATIONALE DE 1878

DIRECTION GÉNÉRALE DE L'EXPLOITATION

CONGRÈS

Le Rapporteur général,

Le Directeur général,

G. Berger

Cette carte présentée à l'entrée des salles de séances du Congrès donne droit à l'entrée gratuite dans l'enceinte de l'Exposition.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

EXPOSITION UNIVERSELLE DE 1878

MÉDAILLE D'OR

A Madame la Baronne de Cavalcanti

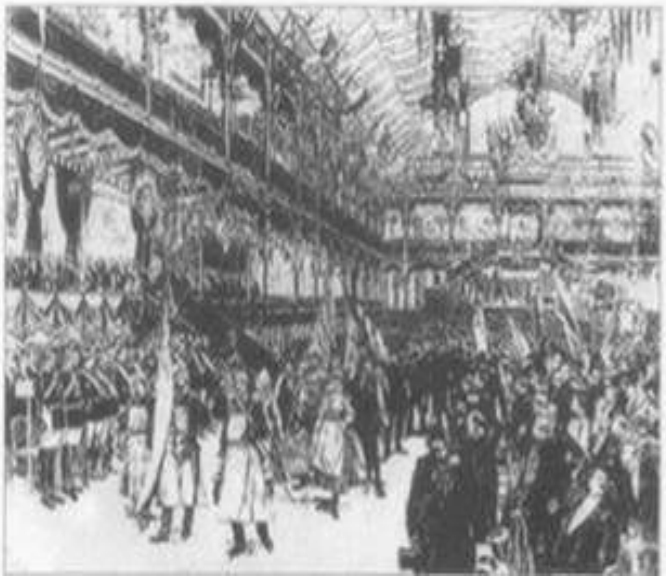
BRESIL

Convites e diplomas distribuídos durante a exposição de 1889. MMP

Mais uma vez a monarquia brasileira não passava despercebida, mas era destacada apenas em um de seus lados: o caráter exótico. Ninguém falava da civilização que o imperador tanto prezava. Com efeito, d. Pedro fizera força nos certames estrangeiros para revelar a faceta progressista de seu Império. Em 1876 inaugurara, com o presidente Grant, uma exposição comemorativa da independência da primeira colônia que impusera o modelo republicano para quase todo o resto da América. Em 1889, rompíamos com o boicote das monarquias tentando mostrar que éramos "a mais republicana das realezas" e que, em se tratando de direitos humanos, conformávamos mesmo uma monarquia-cidadã.

A mágica deu certo, mas só em parte. Que o Brasil e seu imperador fizeram sucesso no exterior, isso fizeram. Porém, mais uma vez não era a representação civilizada que se colava ao grande Império e sim as suas excentricidades.

Mesmo dentro do país o glamour da realeza brilhava cada vez menos. O monarca tropical, atento às festas e aos rituais, era muito mais popular do que a sua versão "cidadão". Com seu jaquetão preto, d. Pedro mais parecia, como dizia Gilberto Freyre, "um imperador cinzento em uma terra de sol tropical".[21] Triste sina... O apoio à exibição da República francesa não fora suficiente para reforçar a imagem pública da monarquia brasileira. Quatro meses depois de ter montado o nosso pavilhão, uma homenagem às repúblicas democráticas do mundo, era a vez de a realeza se despedir do Brasil.



La distribution des récompenses au Palais de l’Industrie, 1889. CPCL

16

A MONARQUIA VAI CAIR

As Falas do Trono fabricadas pelos
nossos governos, parecem não ter
outro fim senão abalar o próprio trono
e colocar a monarquia
em tristíssima posição, em Revista
Ilustrada.
Vê-se atrás de d. Pedro o conselheiro
Rodolfo Dantas. CEA

No conto "O espelho" Machado de Assis relata um estranho episódio na vida de Jacobina, que quando completou 25 anos foi nomeado alferes da Guarda Nacional, para satisfação geral dos familiares. Diz Jacobina:

> Eu pedia-lhes que me chamassem Joãozinho como dantes e abanavam a cabeça brandindo que não, que era "senhor alferes". Jacobina acaba aceitando o convite de passar alguns dias em um sítio de sua tia, que, como mostra de sua afeição, manda instalar um grande espelho em seu quarto. A partir de então o alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou uma parte mínima de humanidade [...] A única parte de cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente; a outra dispersou-se no ar e no passado.[1]
>
> Em outra oportunidade, ao olhar novamente para o espelho, Jacobina não pôde perceber sua "figura nítida e inteira, mas vaga, esfumaçada, difusa sombra de sombra".[2] Foi então que se lembrou de vestir a farda de alferes: "o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso".[3]

Nessa pequena história podemos reconhecer metaforicamente os impasses de nosso monarca-cidadão. Ao despir suas roupas majestáticas d. Pedro ficava nu (como no velho conto de Andersen) ou perdia sua imagem no espelho de Machado. Só havia reflexo diante da figura do grande rei, sem ela d. Pedro não encantava mais o imaginário local.

Com efeito, a partir do retorno da segunda viagem, e a despeito do belo te-déum que comemorou o seu regresso, o imperador mais parecia um estrangeiro em terras próprias. Quase como espectador, observava os movimentos políticos — em especial o crescimento do Partido Republicano e do abolicionismo —,[4] assistia de camarote à demissão do Gabinete Conservador e à subida dos liberais, afastados do poder fazia dez anos. Os graves problemas que assolavam o país, como o movimento sedicioso ocorrido nas províncias da Paraíba e de Pernambuco, em 1874, apelidado de Quebra-Quilos, ou a terrível seca de 1877, pareciam não afetá-lo.

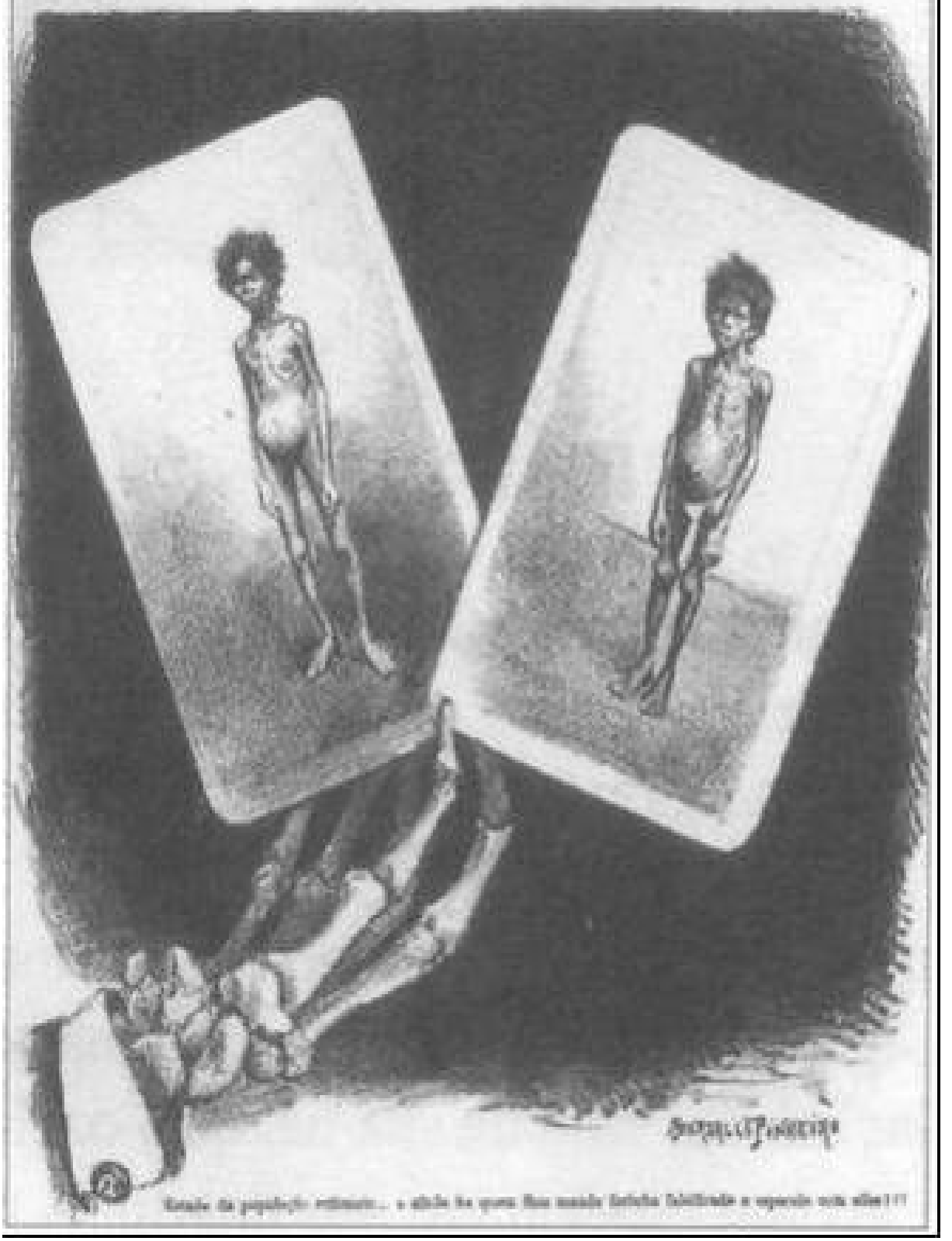
Páginas tristes: cenas e aspectos do Ceará, Rafael Bordalo Pinheiro, em O Besouro, 20/7/1878.

PAGINAS TRISTES.

Scenas e aspectos do Ceará

(Para S. Magestade, o sr. governo e os srs. fornecedores verem)

(Copias fidelissimas de photographias que nos foram remettidas pelo nosso amigo e collega José de Patrocinio)



Estado da população estimada... e ainda ha quem fica mando fazinha falsificada e esperando com ellas!!!

O monarca abandonara, também, uma série de rituais. A divisa que escolhera — um P maiúsculo em cor azul, enlaçado por uma fita — completava sua imagem distante, o beija-mão deixara de existir e havia muito o monarca limitara o uso de trajes majestáticos apenas às ocasiões mais solenes, como a Fala do Trono.[5]

No ano de 1883, Koseritz traria uma visão diversa da corte carioca, com suas insistentes críticas à falta de luxo e de etiqueta. Diferentemente dos relatos de meados do século, que exaltam a pompa e a riqueza do ritual, nesse caso o viajante não perdoa a pobreza da indumentária imperial, a decadência dos palácios — do Paço de São Cristóvão e do Paço da Cidade —, o mau estado das carruagens. Segundo o jornalista alemão, os gastos com caridade e com o patrocínio de estudantes e cientistas não rendiam ao imperador adoração ou agradecimento sincero. Para piorar, os desfiles

imperiais, segundo Koseritz, não mais enchiam os olhos da população reunida.

> O povo soberano não deixaria passar tal espetáculo, e também não deixaria de ver a grande exibição da corte, — em conjunto um prazer inocente. Consegui em companhia de meu amigo Jansen e de Silvio Romero, arranjar um lugar na passagem da corte, e logo começou também o desfile. Estranho espetáculo! Sobre animais ofegantes passou primeiro, a galope, uma unidade de cavalaria, brandindo os sabres virgens e desembainhados, e logo depois vieram quatro carruagens de corte, com os fidalgos e camareiros de serviço, e damas de honra. Carruagens de corte disse eu, mas de que espécie!... Todas vinham do século passado [...] A douração de há muito ficou preta, os estofamentos se foram, tudo está no mais triste estado. Igualmente tristes são as velhas librés que vestem cocheiros na sua maioria negros, e que parecem, assim, macacos num circo de cavalinhos [...] Uma depois da outra pararam as velhas carruagens diante da entrada e esvaziaram a sua carga: uma dama de honra, (a senhora Baronesa de Suruí), velha e horrenda, mas fortemente decotada e cinco ou seis familiares da corte, metidos em uniformes verdes outrora brilhantes, bordados a ouro, o tricórnio sob o braço, o espadim à cinta e as pernas finas metidas em calções e meias de seda, — assim saltaram eles dos seus carros, fazendo pensar num Carnaval [...] de um carro não menos velho e escangalhado, saltam o conde D'Eu e a herdeira do trono. Ele traz o grande uniforme de marechal-de-campo, e causa muito boa impressão. Vê-se nele o soldado, e o orgulho de sua alta principesca, (que, de resto, não exclui uma penosa preocupação com as questões de dinheiro), está escrito na sua fronte. A Princesa envelheceu rapidamente, seus traços ganharam qualquer coisa de duro, mas o seu cabelo louro vai sempre bem com a sua tez saudável e as suas formas cheias. Ela estava vestida com bastante simplicidade e trazia poucos diamantes. O povo deixou-a caminhar, e somente aqui e ali se ouviram alguns sarcasmos sobre o conde, que não goza de nenhuma grande estima. Agora chega a respeitável Imperatriz. Seu

> carro era um pouco melhor, mas sempre bastante gasto e estragado [...] Trazia um pesado vestido decotado, cerimoniosamente semeado de brilhantes e, nos seus cabelos, completamente brancos, cintilava um diadema de brilhantes, enquanto no pescoço trazia o famoso colar de diamantes, que constitui o seu maior tesouro [...] Finalmente aparece o Imperador: quatro batedores de libré nova, quatro cavalos com ricas arreatas e uma carruagem, se não nova, pelo menos completamente restaurada, guarnecida e ornada de prata e a coroa imperial sobre a portinhola, anunciaram a sua chegada. Nenhum aplauso o saudou, nem mesmo um simples "viva". Ele próprio pareceu sentido com isso porque, depois de descer do carro, endireitou-se em toda a sua altura e mergulhou um olhar longo e agudo sobre o povo que o cercava. Não lhe pude achar majestade, com seus sapatos de fivela, meias de seda, calções, gola de penas e manto de veludo verde, sob o qual brilhavam as condecorações de ouro. Especialmente o curioso ornamento de penas, (papo de tucano), produz uma impressão quase carnavalesca. O Imperador caminha um pouco curvado e envelheceu muito ultimamente. Também está ficando visivelmente calvo, e as grandes preocupações, talvez também os padecimentos físicos, cavaram-lhe fundos sulcos nas faces. Na sua frente servidores carregam a coroa e o cetro, e a espada pende à sua esquerda [...] Em conjunto, a impressão total da festa era mais de molde a sugerir o sentimento do cômico que o do respeito. Quando a monarquia exibe o seu luxo, deve ser de forma imponente e grandiosa, o que não é o caso, aqui. Eu sei bem que o Imperador não pode ter uma corte brilhante porque ele emprega a sua lista civil em bens de caridade, mas por mais nobre que isto seja, não justifica a falta de tato de se apresentar velhos cacarecos como luxo imperial.[6]

Carruagens velhas e sem douração, uniformes desbotados acompanham um imperador cuja paramentação dá "impressão quase carnavalesca". Diante de tal espetáculo faltam os "vivas do povo", que parece não mais se encantar diante da pobre e mundana encenação. O mesmo ocorre com os outrora vistosos paços.

> O mais modesto de todos é, decididamente, ainda, o Imperador. Seu velho palácio na cidade é uma barraca [...] Velho, podre, arruinado, maltratado, nunca pintado de novo, ele está ali, em face do cais Pharoux, como um antigo telheiro. É verdade que este chamado Paço da Cidade só muito raramente é utilizado pelo Imperador e sua família, porque ele habita sempre São Cristóvão, mas este último palácio [...] não deve ser muito melhor. Passa-se uma coisa rara, na situação do Imperador: ele não possui nenhuma fortuna pessoal e sua lista civil, já de si insuficiente, vai na maior parte para obras de beneficência, de modo que ele não pode manter nenhuma pompa na corte, nem pode fazer nada para dar brilho às suas residências [...] Sem dúvida isso é muito honroso para o homem, mas contribui pouco para dar o necessário prestígio ao Imperador [...] Ainda mais cômica (e, para um europeu, inconcebível), é a circunstância de que todo o andar térreo da ala interna do palácio imperial está alugado a negociantes, barbeiros etc! Isso não aconteceria ao mais modesto dos príncipes alemães, mas aqui é inevitável, pois as rendas do Imperador são insuficientes para as suas obras de caridade. Em questões políticas me vi muitas vezes na obrigação de censurar o Imperador, de sublinhar o seu procedimento com críticas por vezes muito vivas; entretanto respeito o homem, como todo cidadão honrado deve respeitá-lo, porque ele é um senhor de grande coração, amigo e benfeitor de seus semelhantes, que afasta de si qualquer luxo, para minorar a miséria alheia.[7]

D. Pedro era recuperado como "um grande cidadão", mas tornava-se "cômico" todo o seu aparato. Comentava-se que o Paço da Cidade se transformara, com o tempo e a falta de uso, em um velho palácio decadente e abandonado, com seus móveis velhos e sem valor, já que o imperador só dormia lá durante a Semana Santa. Na década de 80 havia apenas um encarregado de limpeza e dois serventes. Para chegar aos quartos de dormir, no segundo andar, passava-se por corredores escuros, iluminados com velas ou lâmpadas de querosene.[8] Mesmo o Paço da Boa Vista sofria problemas, como os cupins. Em carta datada de 9 de julho de

1886 fala-se sobre as dificuldades: "Não há palácio na cidade em estado de receber visitas imperiais. Os cupins têm comido até as roupas que hoje só servem para os cortejos. É melhor ficarmos com Petrópolis".[9]

Na verdade, as procissões reais e suas personagens, com o tempo e com a própria decadência da monarquia brasileira, deixam de fascinar. Ao contrário, se até os anos 70 toda a vida cultural girava em torno da corte, a partir dos anos 80 novos grupos se formam, desvinculados do antigo brilho da família imperial.[10]

De Londres, em 22 de março de 1887, Penedo manda uma carta a Cotegipe informando sobre as comemorações do aniversário de cinqüenta anos de reinado da rainha Vitória. São dignos de nota os conselhos que o embaixador brasileiro dá aos soberanos brasileiros:

> Como sou sinceramente monarquista e falo aqui em nome do Imperador sentiria muito que o monarca da América não se mostrasse pressuroso em felicitar a rainha, sendo ele depois da rainha Vitória o soberano de mais antigo reinado [...] Bem sei do estado espiritual do Imperador, mas parece-me que o Conde D'Eu poderia ser mandado com carta autografada para apresentá-lo no Júbilo. É primo segundo da rainha e faria bem efeito e ao mesmo tempo genro do Imperador. O príncipe D. Pedro Augusto estaria também indicado para essa incumbência. É igualmente primo da rainha e neto do imperador [...] Se não me excedo em explicações resta a dizer que o príncipe D. Pedro Augusto não se pode apresentar na corte sem um uniforme qualquer (suponho que ele não o tenha) seria uma grande cruz, pois seria um cisne preto. [grifos meus][11]

Como se vê, esses não são mais tempos de Luís Filipe. O grande padrão de monarquia reside na Inglaterra e dita valores. Estamos falando da era vitoriana, época que recebeu o nome de uma rainha graças ao impacto de sua atuação como centro e símbolo do Império.[12] A força da realeza inglesa não se restringiu, porém, ao amplo domínio territorial. Nessa época, também, a monarquia aglutinou e personificou mudanças de padrões

morais, de comportamento e conduta. A imagem da família exemplar é inseparável da própria monarquia, a qual não abre mão da etiqueta, da pompa e do ritual que sempre foram a essência da realeza. (Ver figs. 6 e 7 do caderno-cor 2.)

Mas no Brasil as coisas eram diferentes. A falta de elegância e de pompa de nosso monarca e de sua família era tão evidente que, algumas vezes, os demais integrantes da comitiva se destacavam na comparação com o "pobre imperador". Já na década de 60, comentava o "intolerante" Maximiliano que negros, em cortejos de suas irmandades, apresentavam-se de maneira mais distinta que o próprio d. Pedro II:

> Diante do portão do Arsenal, estava à nossa disposição uma assim chamada carruagem da moda, para nos conduzir a uma festa religiosa que os negros deveriam realizar hoje, no local de romaria de Nossa Senhora do Bom Fim, como todos os anos, nesse dia [...] Era uma carruagem leve, riquíssima. Atrelados a ela, quatro cavalos brancos dançavam em arreios luxuosos, como cavalos de uma carruagem de coroação. Na boléia, estavam sentados dois indivíduos negros como graxa de botas, mas sua carne exótica estava coberta com belas sobrecasacas verdes, repletas de galões e alamares de prata, calções de veludo, polainas, gravatas e luvas bem alvas. Grandes colarinhos com pontas compridas, emoldurando a cara de dentes arreganhados, alcançavam a carapinha. Aí, encontrava-se atravessada, com o Fion fora de moda, a gravata enfeitada com uma borla prateada e longa, que ora fustigava os ombros, ora dançava, para lá e para cá, diante do rosto.[13]

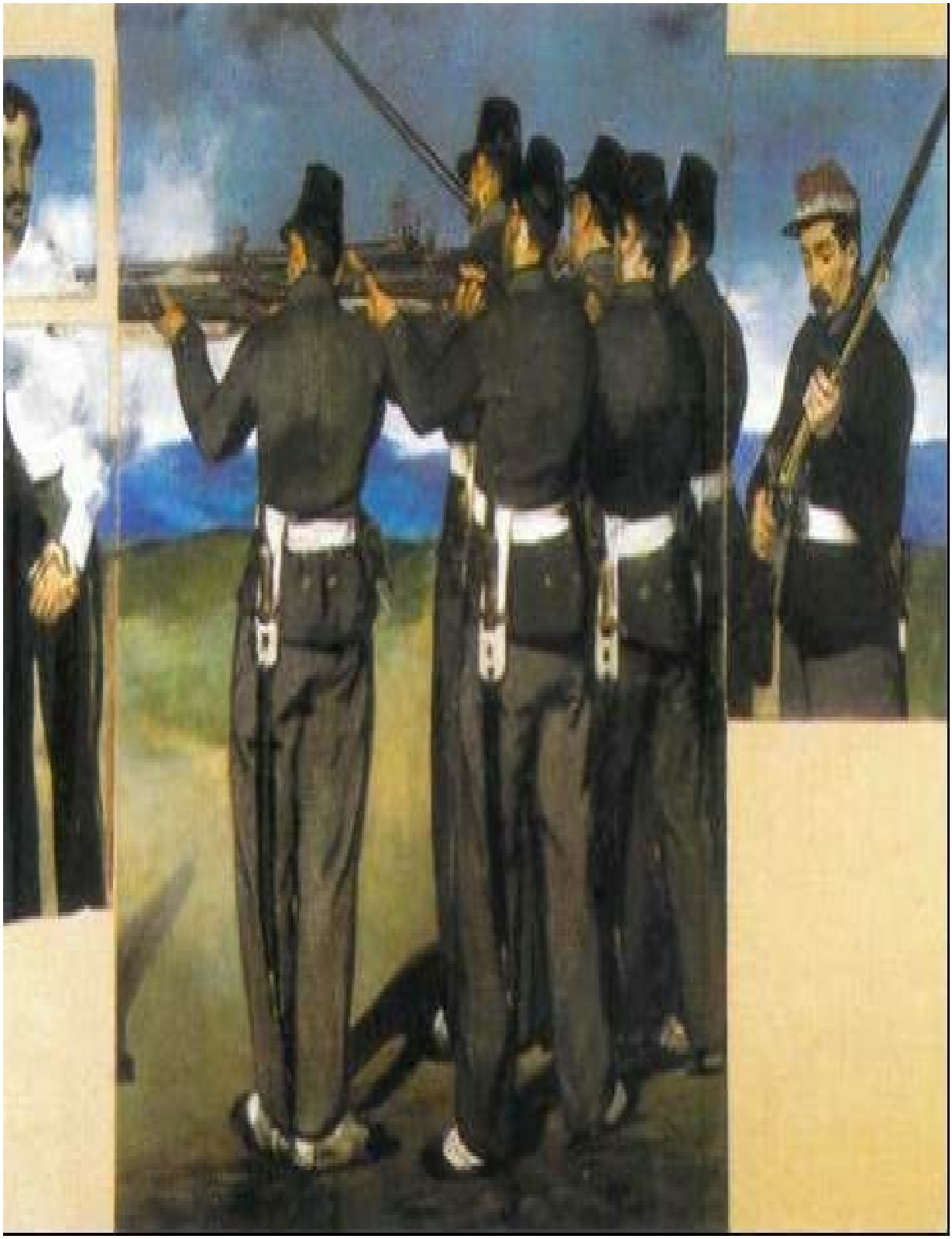
Dizia-se que, no caminho que fazia quase todos os dias de São Cristóvão para o Paço da Cidade, d. Pedro abanava a cabeça de um lado para o outro enquanto seus batedores, de espada em punho, gritavam para os carroceiros portugueses que atravancavam as ruas: "Oh seu galego!! Sai do caminho!!".[14]

Ina von Binzer presenciou a chegada de d. Pedro a São João del Rei em 1881: "Finalmente chegou o trem: a locomotiva quebrara-se pelo

caminho e o Imperador foi obrigado a esperar duas horas na estação que ainda estava sendo atapetada e acarpetada. Mas, nada disso prejudicara o seu bom humor [...] Arranjaram também um concerto e um baile? Ouvimos quando ele indagou".[15]

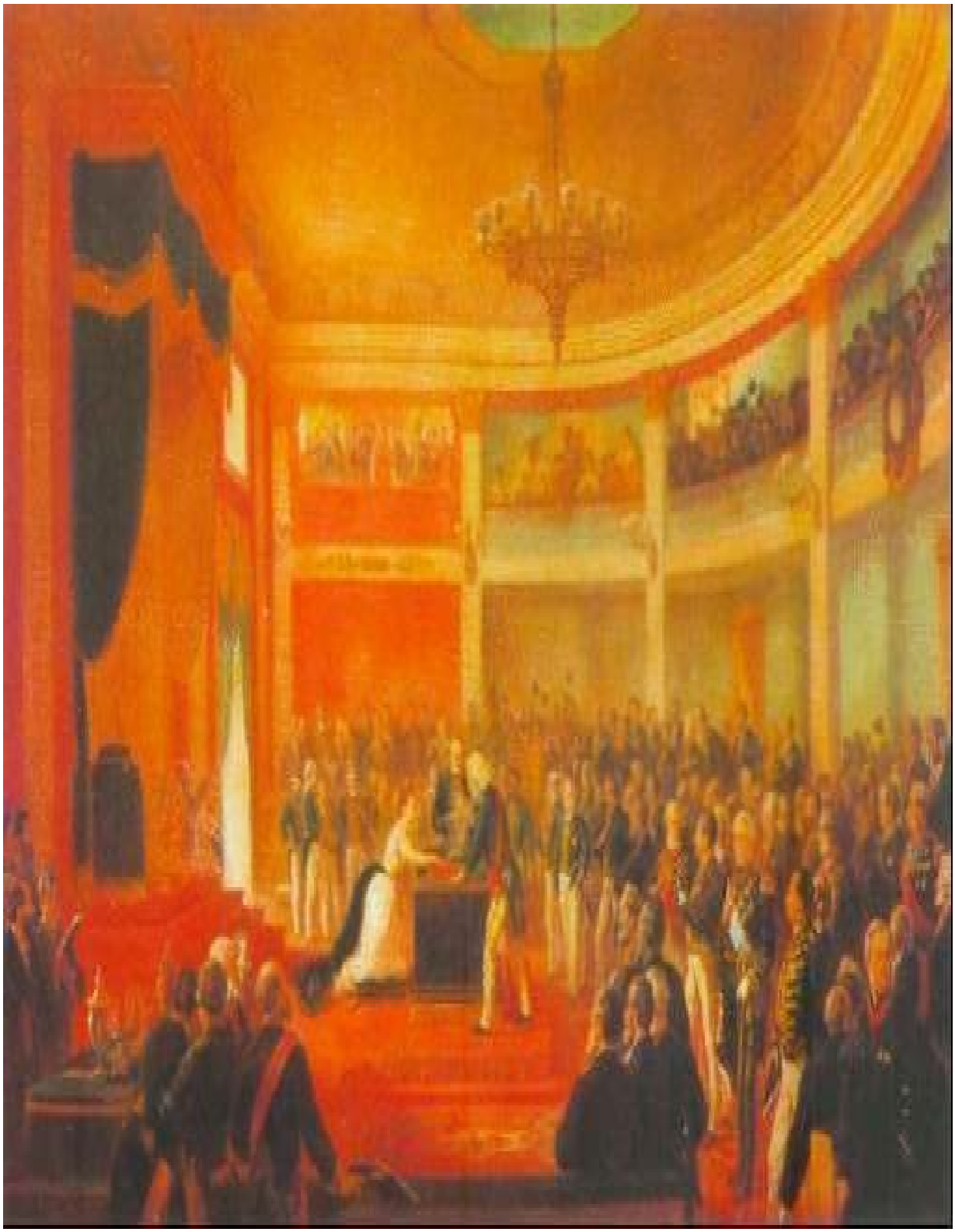
A etiqueta fora do lugar, por certo, pode se tornar motivo de riso. Mas voltemos a d. Pedro. Monarca em uma sociedade que valorizava seus ritos e festas, o imperador abria mão não só de uma série de valores caros à realeza enquanto sistema, como também de elementos destacados nesse contexto particular, tão marcado por uma agenda de festas. Em primeiro lugar, nos últimos anos da monarquia d. Pedro II abandonava uma "ética da ostentação" para vestir a imagem de um senhor envelhecido, enfadado com o poder. Por outro lado, se nos anos 80 mal agüentava as datas cívicas e oficiais, o que dizer do calendário dos rituais populares? Era como se o rolo compressor da política o mantivesse cada vez mais afastado dos negócios do Estado e das aparições públicas.

1. Festa do Divino. Costuma-se dizer que o nome imperador foi escolhido, entre outros motivos, por causa deste ritual, que a cada ano elegia um novo "Imperador do Divino". José Bonifácio teria dito a d. Pedro I que o povo já conhecia o termo graças à festa. Aquarela sobre papel, século XIX. Coleção particular



2. Execução de Maximiliano. Primo-irmão de d. Pedro, Maximiliano, depois de reinar dois anos no México, foi fuzilado pelas forças locais, lideradas pelo antigo presidente, Benito Juárez. A tela de Monet foi recortada por antagonistas do arquiduque europeu e mantida dessa maneira na National Portrait Gallery. Óleo sobre tela

3. D. Pedro em trajes militares; ao fundo, ícones de erudição e sabedoria — globo, livros e pinturas —, objetos que "acompanharão" o imperador nas representações futuras. Anos 60. MMP



4. Juramento da princesa Isabel. Em 1871 a princesa Isabel assumiu

provisoriamente, e pela primeira vez, o lugar de seu pai, em virtude da viagem de d. Pedro II ao exterior, O juramento, prestado em 20 de maio do mesmo ano, é retratado de forma grandiosa por um artista da Academia Imperial de Belas-Artes que fazia parte do circulo íntimo da corte. Óleo sobre tela de Victor Meireles de Lima, 1875. MIP

5. O imperador d. Pedro II. Datado de 1875, o quadro de Delfim Maria Martins

da Câmara, aluno da Academia Imperial de Belas-Artes, retrata o monarca cinco

anos após a Guerra do Paraguai. Cabelos levemente grisalhos, barba branca,

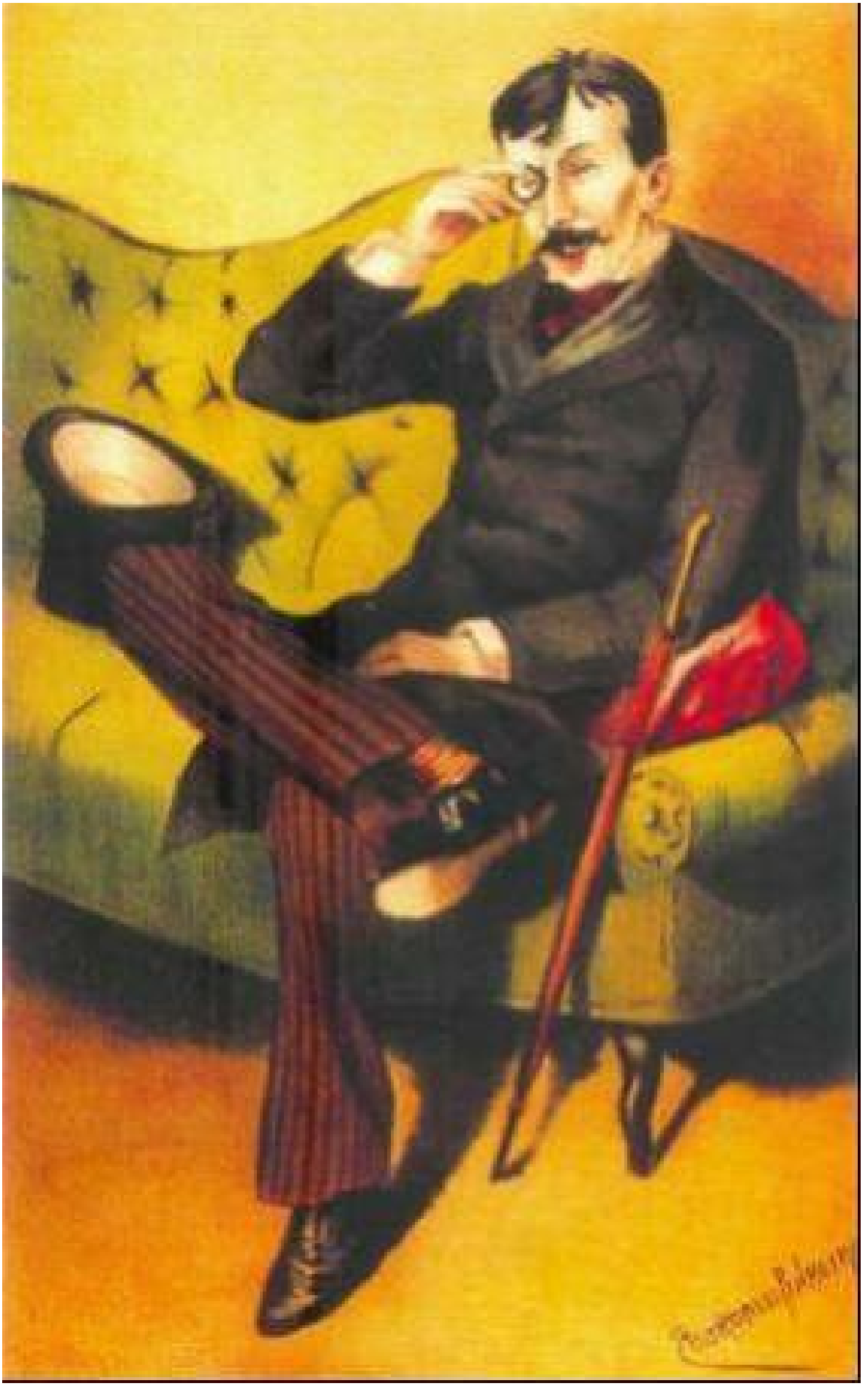
d. Pedro é representado como o regente maduro "de um vasto e pacífico Império".

Óleo sobre tela. MI

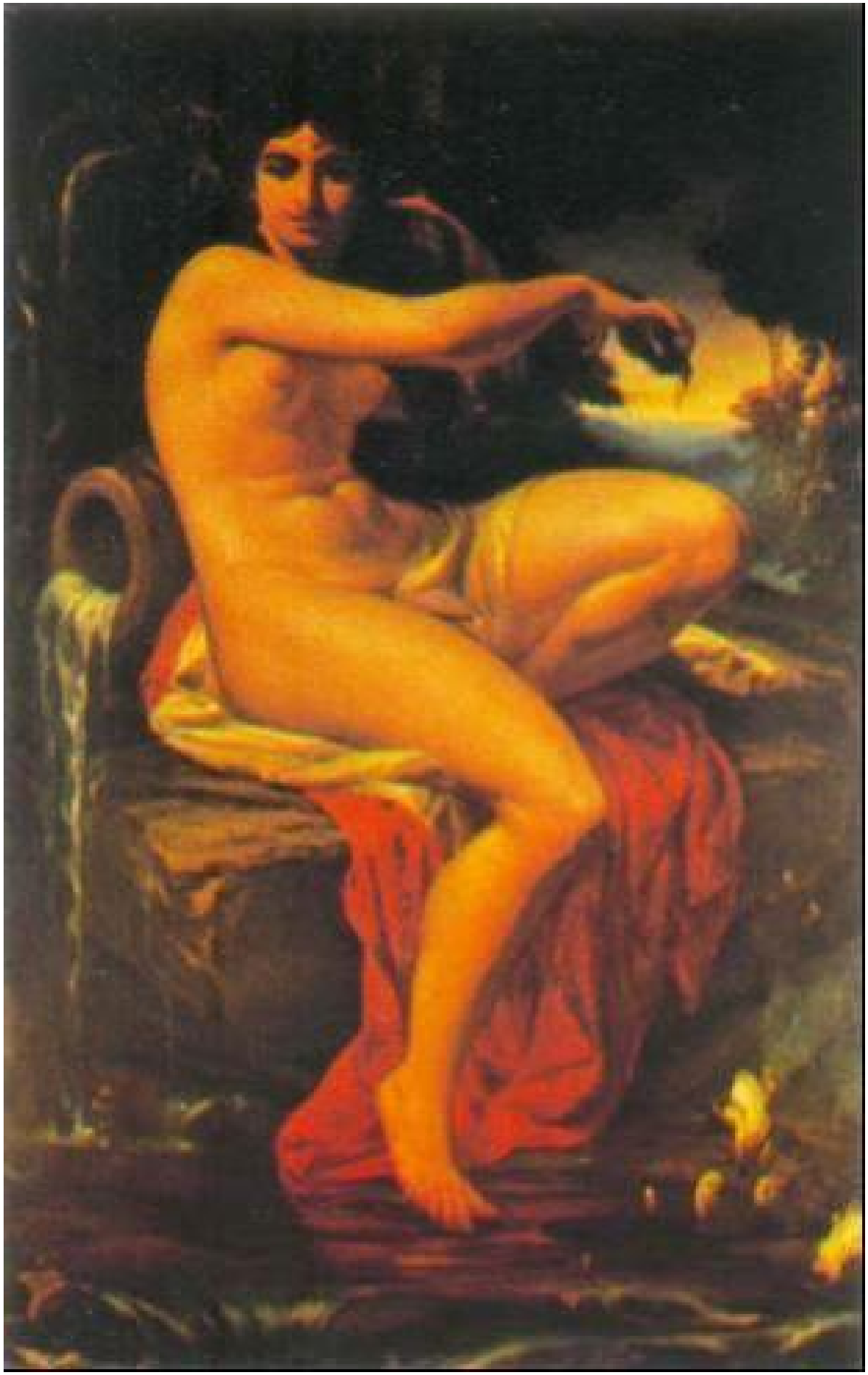
6. Elizabeth I (1533-1603). Nesta tela de finais do século XVI, em cujo fundo se vêem raios e trovões, a rainha da Inglaterra, vestida com todo o rigor, literalmente pisa em seu Império. Óleo sobre tela de Marcus Gheeraetrs the Tounger, 1592. NPG

7. Queen Victoria (1819-1901). Contemporânea de d. Pedro II, a rainha Vitória, nas telas oficiais, mantém a imagem de "grande Majestade" e as insígnias de seu Império. Óleo sobre tela de sir George Hayler, 1863. NPG

8. No Álbum das glórias, o caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro, em 1880, passa para o desenho a representação do monarca d. Pedro II conforme descrita por Eça de Queirós. Nela o imperador brasileiro (distante da imagem oficial da realeza) seria retratado com seu jaquetão, mala na mão, a murça de papos de tucano saindo pela fresta, a coroa e o cetro ao lado. Tudo isso emoldurado com o "teimoso" dito de d. Pedro: "Já sei, já sei!". Em Araújo, 1996



9. Eça de Queirós também não escaparia da pena irônica de Bordalo, em 1880. Outra frase mereceu o escritor português: "Honny soit qui mal y pense". Em Araújo, 1996



10. A Carioca. A primeira versão deste quadro de Pedro Américo foi ofertada a d. Pedro II em 1864, mas rejeitada "por ser demais licenciosa". Foi então comprada pelo rei da Prússia e, segundo Heitor Lyra, fazia parte de nosso estande na Exposição Universal da Filadélfia, junto com a poesia de Sousândrade que destacava a importância das "coxas" para nossa indústria nacional. Uma outra composição foi finalizada em 1882 na Itália e doada, anos mais tarde, ao Museu Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro. Óleo sobre tela. MNBA

CHEMINS DE FER PARIS-LYON-MÉDITERRANÉE

EXPOSITION UNIVERSELLE

1889

DE PARIS

INAUGURATION DE L'EXPOSITION

BILLETS D'ALLER & RETOUR

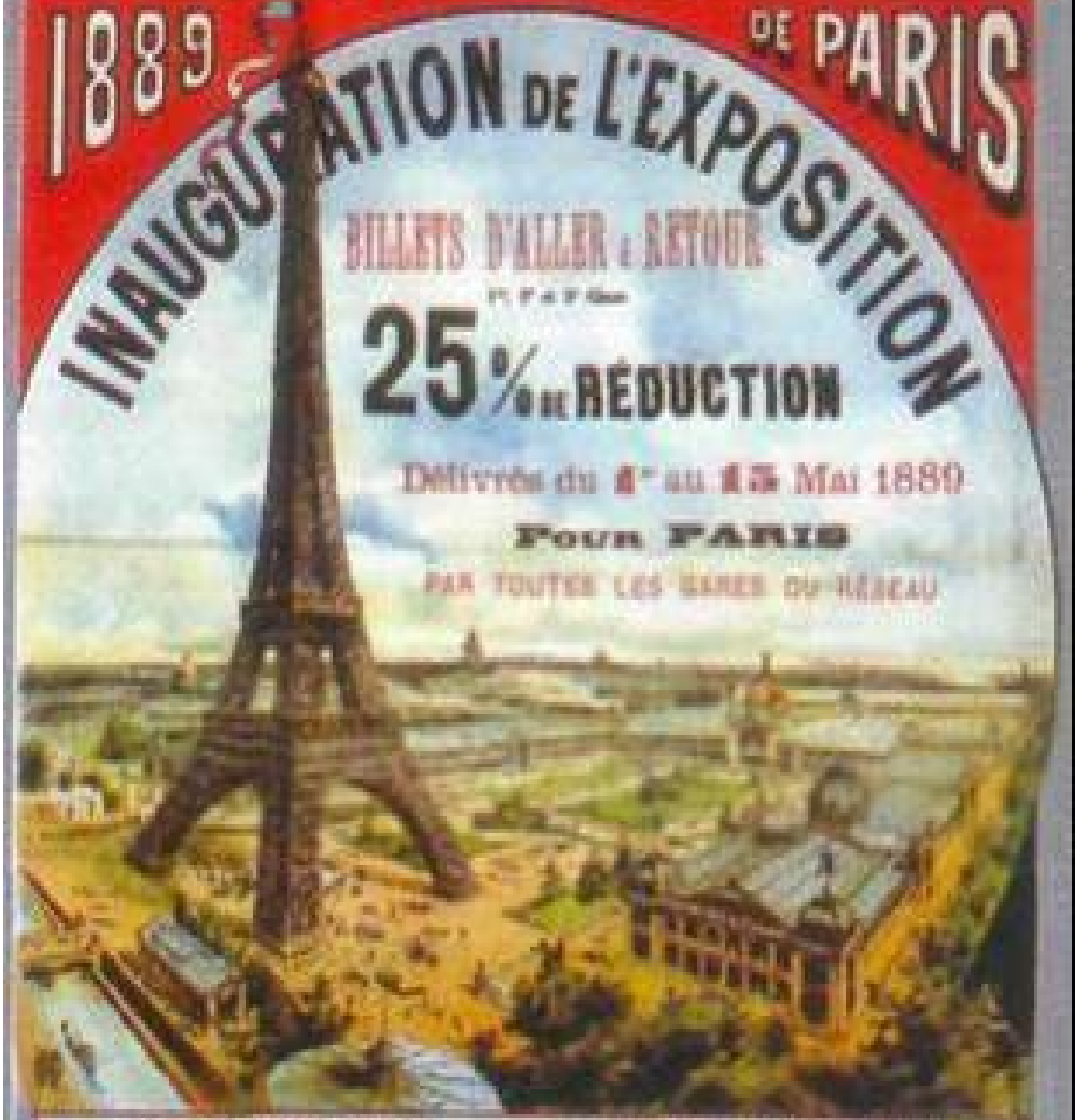
1re 2e 3e Cl.

25 % DE RÉDUCTION

Délivrés du 4er au 15 Mai 1889

POUR PARIS

PAR TOUTES LES GARES DU RÉSEAU



VALIDITÉ

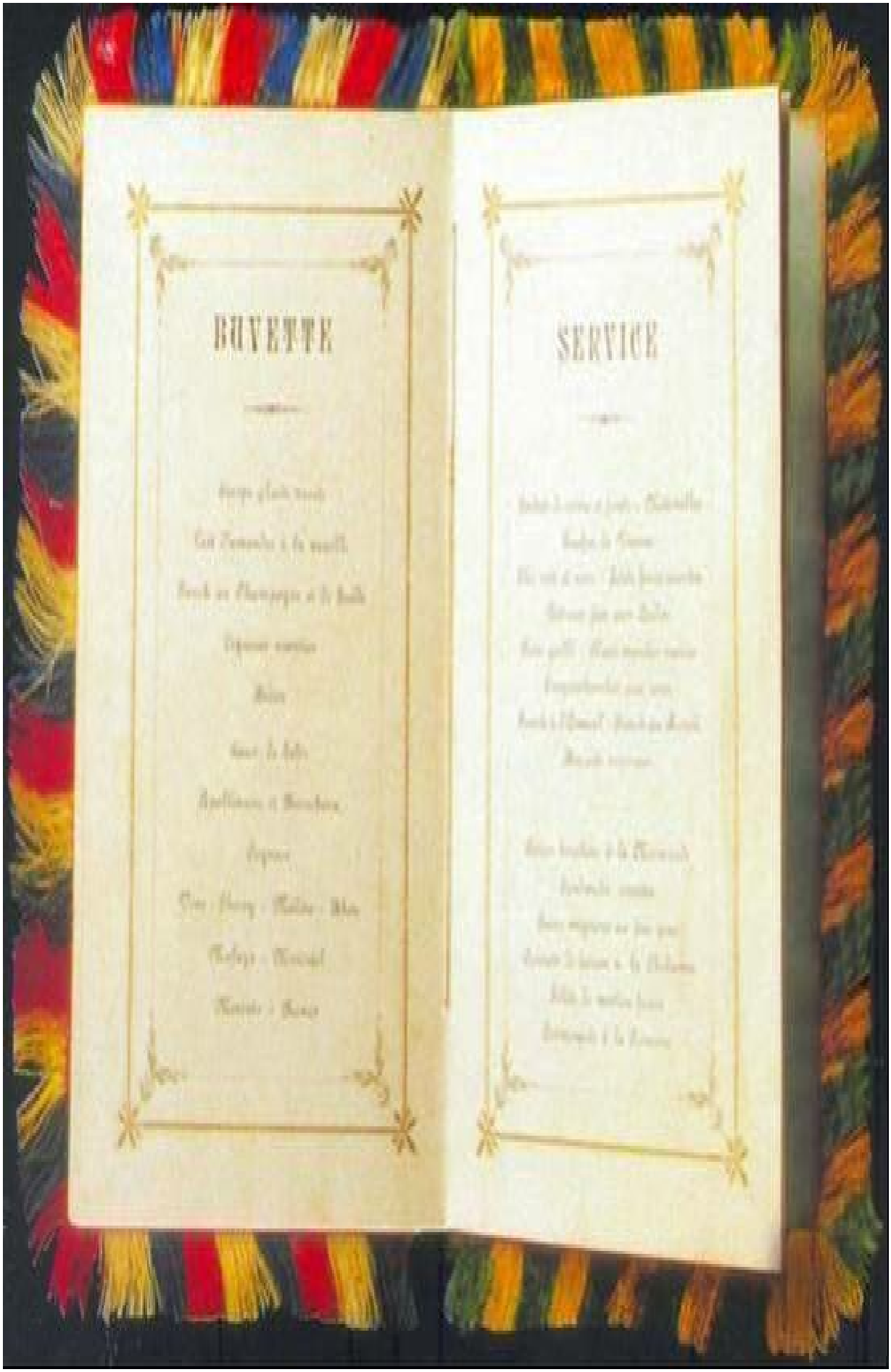
Jusqu'à 300 kilom. 4 jours
De 301 à 500 — 6 —
De 501 à 700 — 8 —
De 701 à 900 — 10 —
De plus de 900 kilom. 12 jours

LES BILLETS ALLER ET RETOUR SONT DÉLIVRÉS

Toute les Trains (Express & Rapides compris)

FRANCHISE DE 30 K. DE BAGAGES

11. Cartaz da Exposição Universal
de 1889 em Paris. Em destaque, o desconto nas passagens de trem
por ocasião da inauguração.
Em Lemoine, 1989



BUVETTE

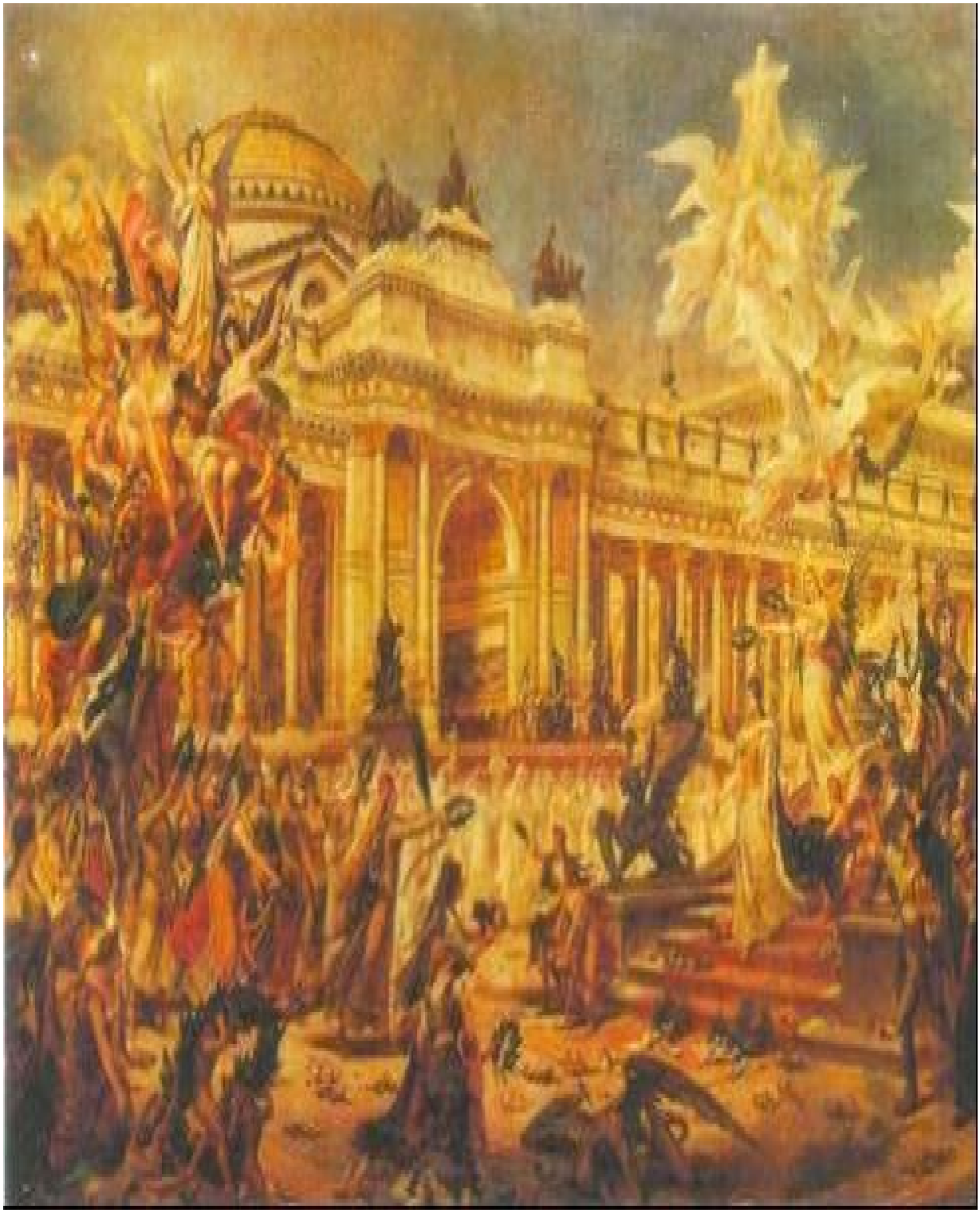
SERVICE

13. Cardápio apresentado por ocasião do Baile da Ilha Fiscal. No dia 9 de novembro de 1889 o governo brasileiro oferecia um lauto jantar aos oficiais do encouraçado chileno Almirante Cochrane. A peça era forrada de cetim e trazia as cores das bandeiras brasileira e chilena. O Império andava, porém, com seus dias contados. FMLOA

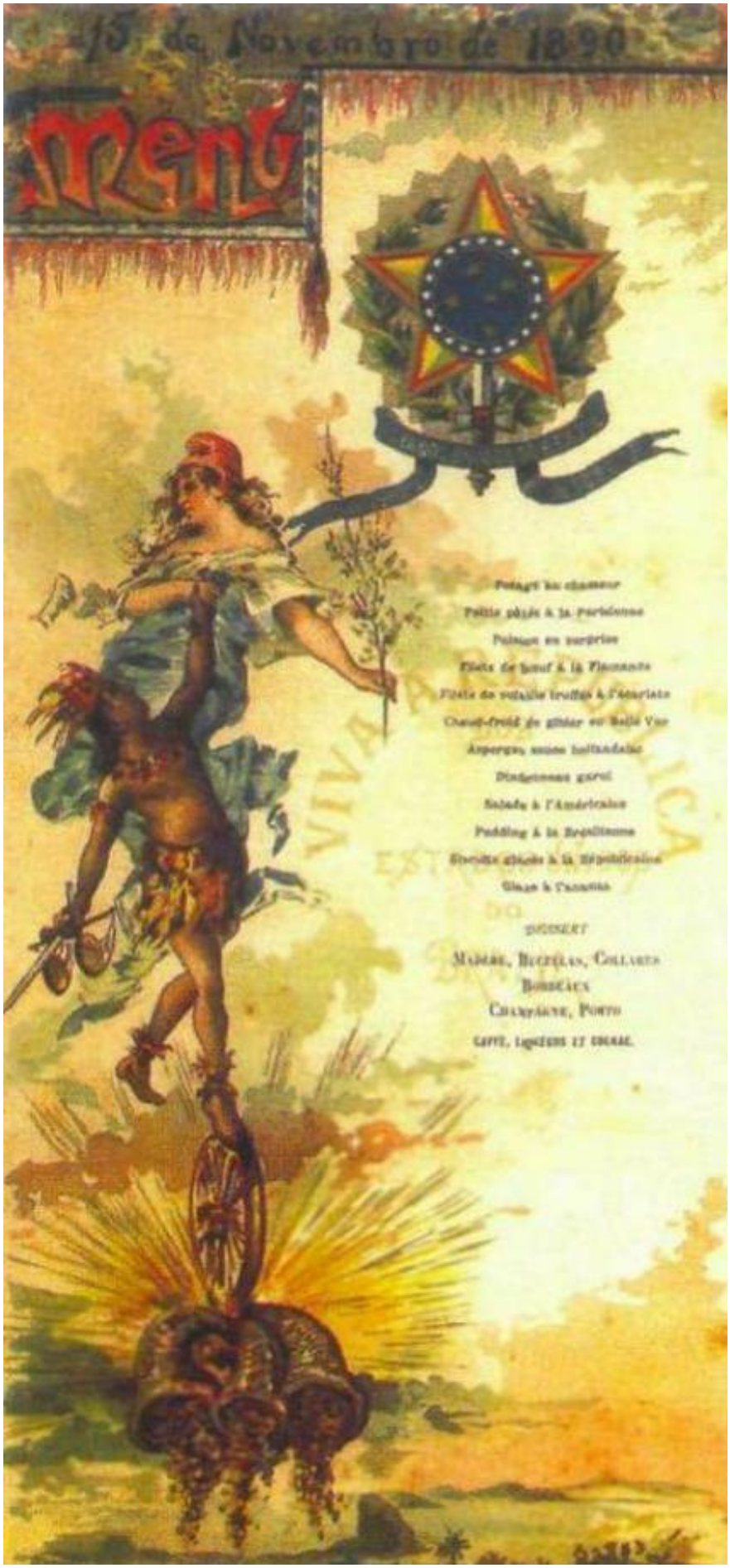
14. Xícara de cafezinho especialmente produzida para o baile: as bandeiras do Império brasileiro e do Chile simbolizam a união entre as duas nações. MMP

15. Alegoria da República. Pintor popular baiano retrata a partida da família real, em novembro de 1889, em "ritmo de festa" e com muita imaginação. Na verdade, d. Pedro partiu de madrugada e não de dia; na surdina e não

em meio à multidão. Na tela vê-se, ao fundo, a família real entrando em uma pequena embarcação (com d. Pedro acenando) e, em destaque, os líderes republicanos, com suas feições retratadas de forma realista. Enquanto a alegoria feminina simboliza a nação brasileira, mais urna vez a população negra é desenhada como coadjuvante, representando o caráter pacífico do movimento. Anônimo, óleo sobre tela, 1889. FMLOA



16. Paz e concórdia. O pintor Pedro Américo de Figueiredo e Melo vincula a República à figura feminina. Óleo sobre tela, 1902. MI


15 de Novembro de 1890
Menu
Potage au chasseur
Petits pâtés à la parisienne
Poisson en surprise
Filets de bœuf à la Financière
Filets de volaille truffés à l'Américaine
Chaud-froid de gibier en Belle Vue
Asperges sauce hollandaise
Dindonneau garni
Salade à l'Américaine
Pudding à la Brésilienne
Glace à l'ananas
DESSERT
Madère, Bucellas, Collares
Bordeaux
Champagne, Porto
Café, liqueurs et cigares.

17. Neste menu oferecido pelo cônsul-geral do Brasil em Lisboa — João Vieira dos Santos —, em comemoração do primeiro aniversário da República, Bordalo dispõe, lado a lado, o indígena romântico e a alegoria feminina republicana, 1890. Em Araújo, 1996

FACULDADE DE MEDICINA
RIO DE JANEIRO

NAS CAMPANHAS DO INÍCIO DO SÉCULO, E SOBRETUDO A PARTIR DOS ANOS 20, NOVOS ESTILOS E MOTIVOS EVIDENCIAM-SE: NAS PROPAGANDAS, A MULHER, SÍMBOLO MAIOR DA REPÚBLICA, É PERSONAGEM CENTRAL. MUITAS VEZES, AO LADO DAS FIGURAS FEMININAS, SURGEM IMAGENS FOTOGRAFADAS QUE FALAM DA AGILIDADE E DO SUCESSO DOS NOVOS ESTABELECIMENTOS, EM SUA MAIOR PARTE, INDUSTRIAIS.

LUCTEMOS contra a TUBERCULOSE

COMPANHIA CALÇADO BORDALLO
BORDALLO & C.ª

FABRICA DE PERFUMARIAS E SABONETES
Samberi
A. G. DA CRUZ

CASA CONTEVILLE

21. Perfumarias Lambert — Rio de Janeiro. A propaganda não só se utiliza da mulher como ícone, mas também percebe nela um nicho consumidor. MMP

Companhia de Loterias Nacionaes do Brasil

HERVATARIA GUARANY
EUGENIO LA MAISON

CALÇADO SOUTO

A SUL AMERICA

Associação Protectora da Infancia Desamparada

27. Associação Protetora da Infância Desamparada. Mulheres ao centro, indústrias bem ao fundo. MMP

Officium Regis, officium Capitis.

EMBLEMA XIII.

En Caput: hìc Opifex ſenſus Natura locavit,
Et toto ſolus corpore tactus ineſt.
Sic Caput Imperij, Populi cui corpus obedit,
Guſtat pro cunctis, inſpicit, audit, olet,

28. Trecho de Príncipe perfeito — Manual pedagógico destinado à educação do príncipe. Escrito por Francisco Antônio Novais Campos em 1790, foi oferecido como presente a d. João antes de sua chegada ao Brasil. Os emblemas que ilustram a obra são de autoria de d. João Solórzano. FBN

He officio do Rey o da Cabeça.

VERSAÕ.

29

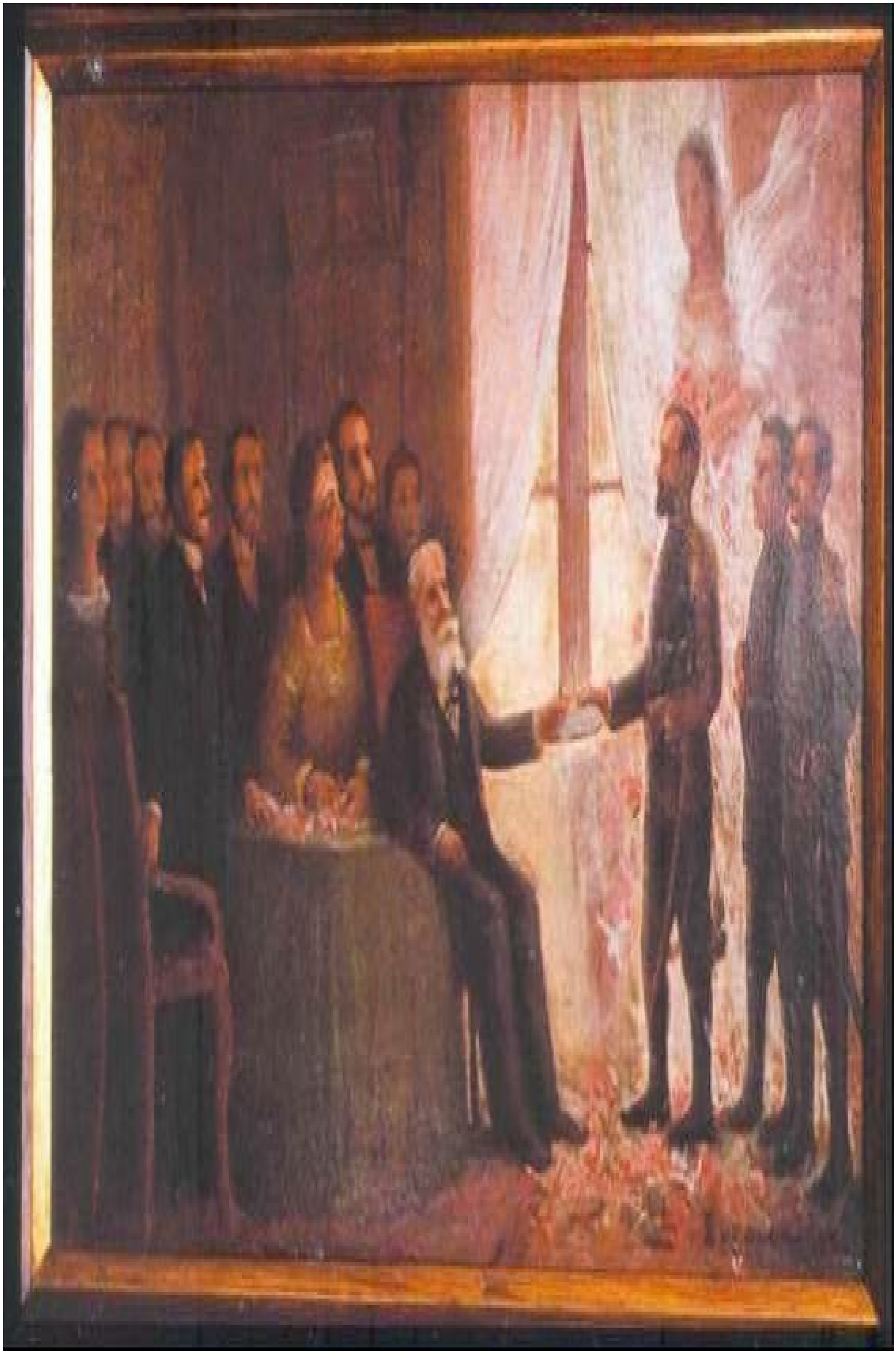
SONETO.

A' Cabeça q̃. vedes Mageſtoza,
Chegar naõ póde humana architetura,
Por q̃. quatro ſentidos nella apura,
A natureza em tudo cauteloza.

Pôz no réſto da maquina fermoza,
Oſentido, q̃. falta o qual procura,
Servila em tudo, por q̃. em pena dura,
Lhe impôz o obedecer por Ley forçoza.

Se o Povo fórma o Corpo, o Rey Cabeça,
Os ſentidos trazer deve apurados,
Para q̃. prompto o ſirva, e lhe obedeça.

Por todos vélle em fim com mil cuidados,
Q'ſó por q̃. nenhum dos ſeos pereça,
Hé q̃. tantos podêres lhe ſaõ dados.



29. Pintor anônimo recria a famosa cena da entrega do telegrama que selava a sorte da monarquia em novembro de 1889. Neste caso, um anjo assiste ao evento: muitas vezes a história vira mito e o mito uma boa metáfora. Óleo sobre tela, década de 40. CEA

50

TELEBRÁS

SÉRIE MUSEUS

30. D. Pedro II como ilustração de cartão telefônico da Telebrás. Sem dúvida um ícone da memória nacional oficial, que é feita de muitas lembranças e de vários esquecimentos.

No entanto, no "país do Carnaval", a festa não pode ser simplesmente abandonada. Estamos falando aqui da importância simbólica na manutenção do poder político. É Geertz que, ao analisar as monarquias inglesa, indiana e marroquina, aponta para o alcance dessa dimensão: "Quando os reis percorrem as regiões interioranas, mostrando-se, comparecendo a festas, conferindo honrarias, trocando presentes, ou desafiando rivais, eles as marcam, assim como o lobo ou o tigre que espalha o próprio odor em seu território, como quase fisicamente parte deles".[16] As palavras do antropólogo ajudam a pensar a monarquia brasileira. As aparições públicas de d. Pedro II, seja nos cortejos reais, seja nas procissões, convertiam-se em demarcações territoriais e vinculavam sua imagem à própria representação do Império.

Também Joaquim Nabuco, o "pai do abolicionismo" que, porém, nunca negou sua ligação com a monarquia, em Minha formação define o caráter singular da realeza: "A pompa, a majestade, o aparato todo da realeza entrava assim para mim nos artifícios necessários para governar e satisfazer a imaginação das massas, qualquer que seja a cultura da sociedade, a realeza passava naturalmente para a classe de instituições a que Spencer chamou cerimoniais como os troféus, os presentes, as prosternações, os títulos etc. [...]" (grifos meus).[17]

Por fim, Norbert Elias,[18] ao utilizar o conceito de "etiqueta" como uma noção fundamental para a compreensão da estrutura da corte, nos dá pistas para pensar o caso brasileiro. Ela não é um adereço da realeza: faz parte da própria definição desta.

Ao descuidar de sua imagem, d. Pedro deixava mais evidentes as fragilidades reais da monarquia, até então vinculada à estabilidade do Estado. Com efeito, não só o "teatro da política" enfraquecia-se; o período era também adverso, e as contradições do Império sobressaíam. Na verdade, as relações entre o Império e a agricultura de exportação nunca

foram questionadas. Era ela que gerava 70% das rendas — via impostos de exportação e importação —,[19] o que resultava em um claro compromisso. No entanto, em tal contexto, a política oscilante adotada pelo Estado com relação à abolição provocava tensões no setor agrário. O caso da Lei do Ventre Livre é exemplar nesse sentido. A coalizão com proprietários do Nordeste irritara os cafeicultores do sul do país e abalara a legitimidade do regime.[20] Segundo Carvalho, o fato ilustra a expressão cunhada por Guerreiro Ramos, "dialética da ambigüidade", que guarda seu sentido nas análises de Joaquim Nabuco, quando afirmara que ao mesmo tempo que o Estado constituía o alicerce da escravidão, era o único que poderia derrubá-la.[21] "Essa é a força capaz de destruir a escravidão, da qual aliás dimana, ainda que, talvez, venham a morrer juntas."[22]

Na opinião de José Murilo de Carvalho, ainda, exigia-se a descentralização do Estado — a redução do controle da economia, a abolição do Poder Moderador —, porém recorria-se a ele quando se tratava de resolver os impasses da política de imigração, os problemas da escravidão, os créditos agrícolas...[23] Estamos, portanto, distantes da imagem do domínio exclusivo dos senhores rurais, mas quebrara-se, a partir da lei de 1871, a aliança do Império com esses setores e a monarquia começava a enfraquecer. Grassava, agora, o medo da desorganização do Estado e da agricultura, pressionada pela questão da abolição.

Enquanto isso, a própria imagem pública de d. Pedro II passava a ser alvo de crítica e sarcasmo. Tão roto e desbotado como os trajes e carruagens de sua corte, era o Império que "estava nu".

D. PEDRO BANANA: O IMPERADOR NAS CARICATURAS

Data dessa época o aparecimento das primeiras caricaturas, que descreviam um "Pedro Banana", um "Pedro Caju"; resultado sobretudo da indiferença com que o monarca encarava os negócios de Estado, ou da

atitude oscilante que começava a ostentar publicamente. Desde os anos 50 a imprensa gozava no Brasil de grande liberdade, e é por isso mesmo que o próprio imperador era um dos alvos mais constantes de ataques e desenhos satíricos. Esse tipo de imprensa será, inclusive, objeto de uma grande expansão, e já em 1876 o Rio de Janeiro contava com meia dúzia de jornais satíricos, geralmente semanais, cuja tiragem chegava a 10 mil exemplares. Entre eles destacam-se alguns mais antigos, como A Semana Ilustrada e O Mosquito, e outros mais recentes, como O Mequetrefe, O Fígaro e a Revista Ilustrada.

Três desenhistas de origem européia eram os mais populares: Angelo Agostini, Luigi Borgomaineiro — ambos italianos e que ilustravam, respectivamente, a Revista Ilustrada e O Fígaro — e Rafael Bordalo Pinheiro, amigo de Ramalho Ortigão e de Eça de Queirós, recém-chegado de Lisboa e autor de O Mosquito.[24]

Esses eram os nomes mais destacados, mas ao lado deles várias revistas e almanaques se dedicavam à caricatura, sobretudo política. Contam-se mais de vinte revistas do gênero,[25] sendo a mais famosa a Revista Ilustrada, de propriedade de Angelo Agostini e fundada em 1876. No final do Império, essa revista era tão popular que vivia exclusivamente de assinaturas,[26] ao mesmo tempo que se convertia em leitura obrigatória, ao menos nos círculos letrados da corte carioca.[27]

Utilizando-se a partir de então das facilidades da fotografia, a caricatura passa a divulgar a feição do monarca e de seus políticos, envolvendo-os, porém, em situações e cenários hilariantes. De forma paradoxal o oficialato ganhava novas formas de divulgação. Não só pela exaltação como pela crítica o Império encontrava espaços de penetração.

Ridicularizando as viagens cada vez mais freqüentes do imperador, caricaturistas como Angelo Agostini e Rafael Bordalo eram impiedosos em suas reproduções. Tínhamos um "monarca itinerante", ligado a uma demonstração constante de sua erudição.

O imperador em sua viagem ao Egito. Em Revista Ilustrada, 1871. IEB

Consta que o nosso infatigável imperador projeta o meio de fazer a volta ao mundo em menos de oitenta dias, A. Agostini,em Revista Ilustrada. Agostini ironiza a ausência constante da família imperial, sempre em meio a viagens, e a compara com a façanha de Júlio Verne. CEA

Anno I. Rio de Janeiro 30 de Setembro de 1877. N. 13

Revista Illustrada

PORTE

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI

PREÇO

Já começamos a sentir os benéficos efeitos da chegada de ss MM Imperiais. Já temos água! O tempo, desejando ser agradável a nosso monarca, fez também o seu festejo, mandando-lhe uma copiosa chuva na última noite das luminárias, A. Agostini, em Revista Ilustrada, 29/9/1877.
MIP

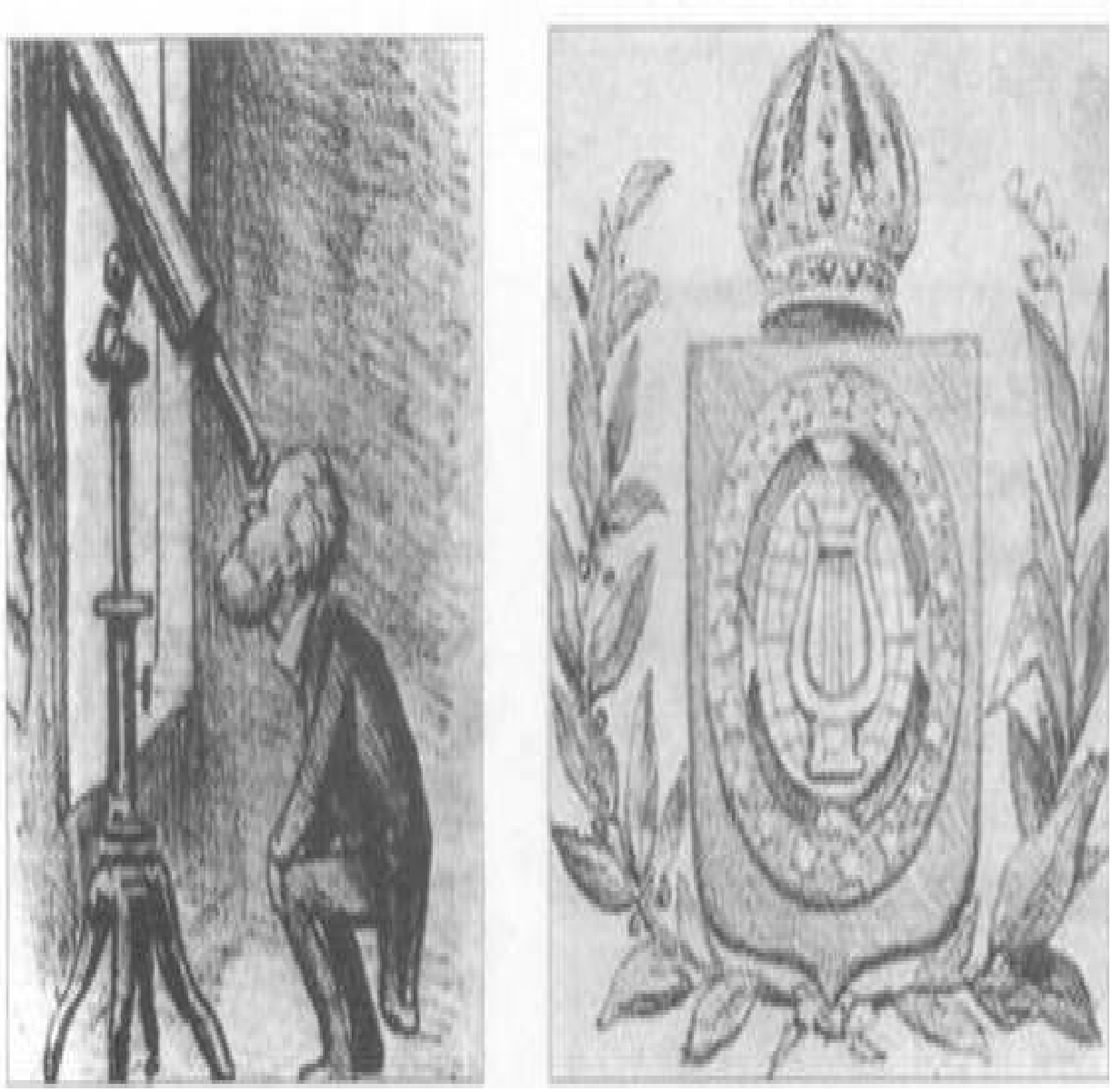
A grande orquestra, Rafael Bordalo Pinheiro, em O Mosquito, 1/4/1876. D. Pedro II parte em viagem e deixa sua filha Isabel como regente, tendo que orquestrar a difícil situação política; no centro, o conde D'Eu vira as páginas da partitura de Isabel, representada como maestro. MMP

Voyage d'un prerdreau autour du monde, em O Diabo a Quatro, 24/6/1877. MMP

Viajera Imperial

Pela rapidez com que d. Pedro II gosta de viajar não duvidamos que brevemente S. M. adotará este sistema. O ilustre séquito que se agüente! Coitados!, A. Agostini, em Revista Ilustrada. Mais uma vez as viagens do imperador são motivo de chacota; na imagem, d. Pedro vai hem à frente no balão, portando sua luneta. MIP

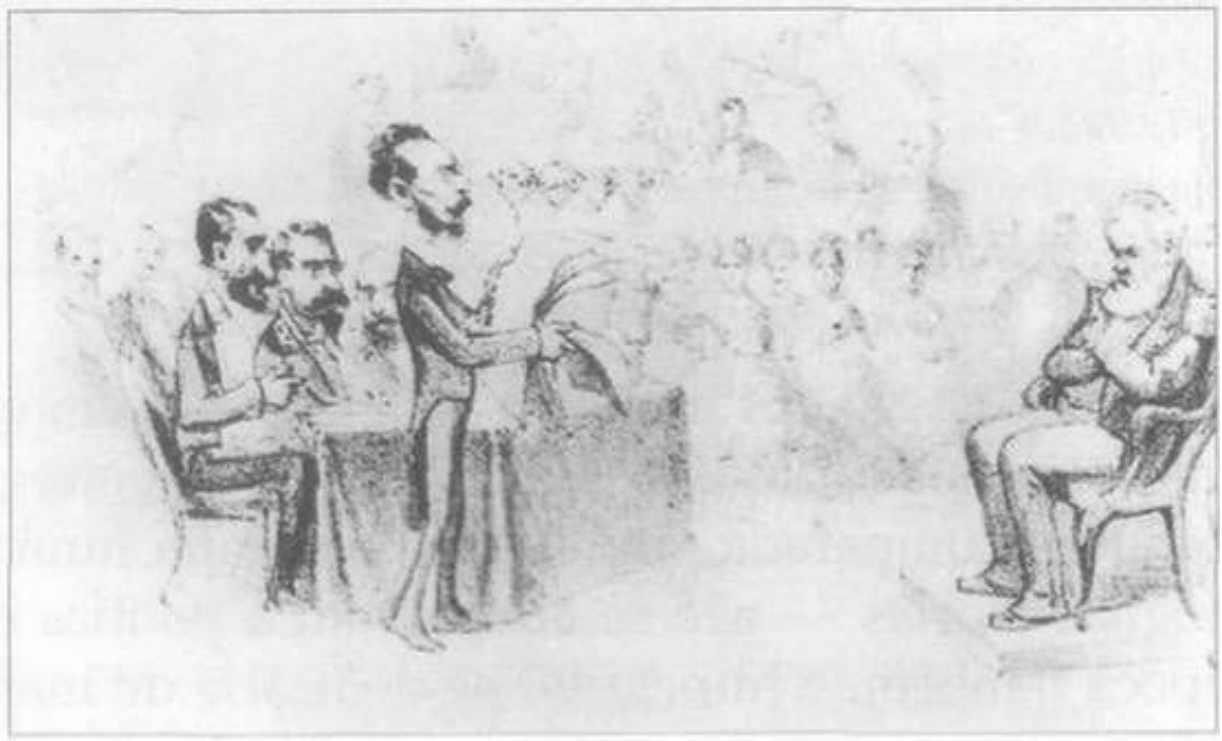
Mas não eram só as viagens imperiais que estavam em questão. Para a maioria dos brasileiros, os estudos a que d. Pedro II se entregava apaixonadamente — literatura comparada, lingüística, geografia humana, etnologia, arqueologia, línguas mortas — não se adaptavam à política ou à vida cotidiana. Nessa época também, o imperador se dedicaria de maneira mais evidente à maçonaria, atitude que descontentaria a Igreja e seria desaprovada, quando divulgada, por uma parcela significativa da população.



D. Pedro II de olho na lua.
Em Revista Ilustrada. CEA

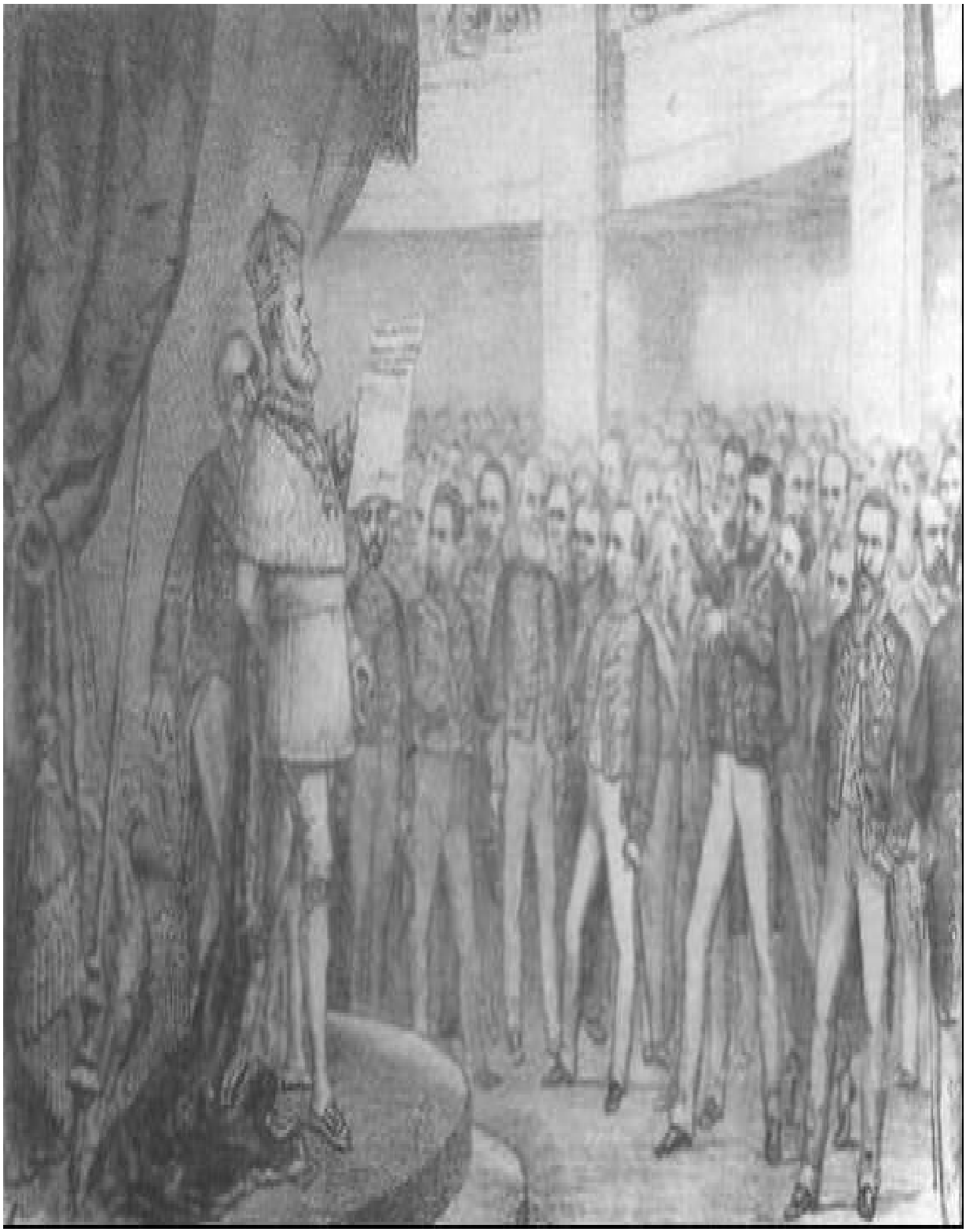
A imagem do velho monarca de longas barbas brancas — consagrada pela representação oficial — também data dessa época e tem na caricatura um grande modelo de difusão. Estamos nos anos 80, e d. Pedro, que ainda não completara sessenta anos, revela cansaço. O imperador dormia nas sessões do IHGB ou quando assistia aos exames do Colégio Pedro II, e se transformava, dessa maneira, no foco de uma série

de charges. Em questão estavam a sua personalidade e capacidade de dissimulação, suas pernas finas, a voz estridente; suas viagens, sua mania de erudição, mas sobretudo a sonolência e a formalidade vazia das Falas do Trono, nas quais o imperador era considerado um porta-voz alienado dos interesses do chefe de gabinete. E assim d. Pedro dorme justamente nas atividades de que tanto se vangloria de participar, ou é apresentado como um joguete nas mãos dos políticos que o cercam.



D. Pedro dorme em uma sessão do IHGB. Em Revista Ilustrada. CEA

El-Rei, nosso Senhor, e amo, dorme o sono da indiferença. Os jornais que diariamente trazem os desmandos desta situação parecem produzir em Sua Majestade um efeito de um narcótico, em Revista Ilustrada, 1887. D. Pedro "lê e analisa" as grandes notícias. CEA



A Fala do Trono e a resposta, em O Mosquito, 1878-79. MMP

Anno IV — Rio de Janeiro 1884 — N. 179

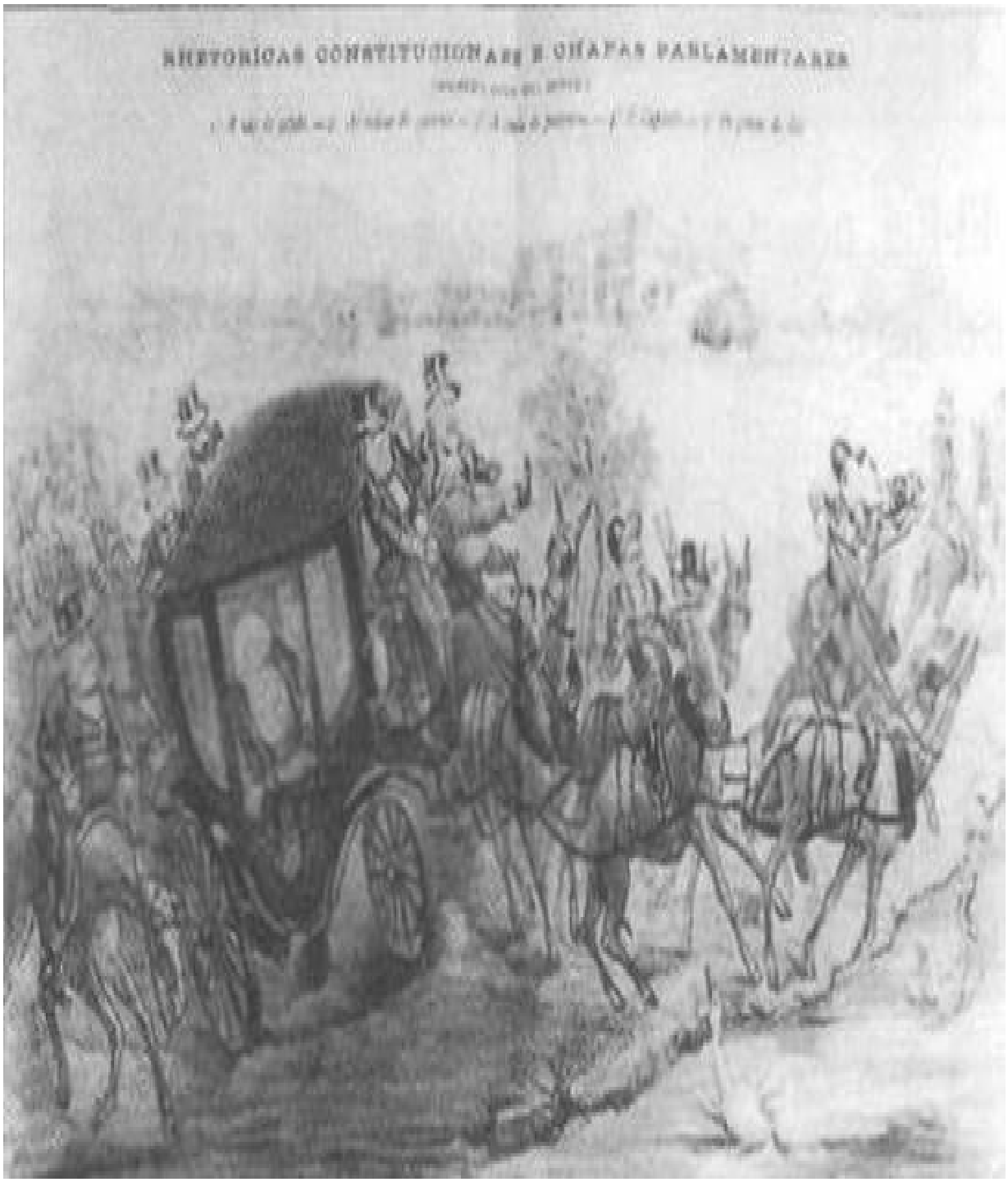
Revista Illustrada

CORTE
Anno 16$000
Semestre 8$000
Trimestre 4$000

Publicada por Angelo Agostini.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas á Rua de Gonçalves Dias, N. 68, 1º Andar.

PROVINCIAS
Anno 20$000
Semestre 11$000
Porte 10$000

A cobertura do manto imperial. Em Revista Ilustrada, 1884. CEA



Retóricas constitucionais: Já sei, já sei... que neste andar, os gajos me ferram

com os burros n'água. Já sei... já sei, em O Besouro, 1878-79. MMP

O monarca aprende a ler. Em Revista Ilustrada. CEA

D. Pedro, nas nuvens, observa a distante realidade.

Em Revista Ilustrada. CEA

De fato, tais caricaturas e uma série de escândalos públicos que começam a acontecer evidenciam a maior fragilidade da figura pública do monarca, que, tendo se afastado da representação divina, convencia pouco como "monarca-cidadão" e menos ainda como o grande mecenas do

romantismo brasileiro. Nesses novos tempos, os romances épicos do indianismo e as pinturas heróicas com seus silvícolas já eram vistos com maus olhos.

O próprio Angelo Agostini institui o indígena como símbolo do povo brasileiro durante o Império. Trata-se, porém, não mais do "indígena valente, representante puro das selvas", mas de uma personagem enfraquecida diante da política imperial e constantemente enganada.

O Império representado pelo indígena demonstra cansaço.
Angelo Agostini, em Revista Ilustrada. CEA

Mas a ironia não constituía exclusividade dos caricaturistas. Já no final do século XIX, a maioria das sociedades carnavalescas eram abolicionistas e republicanas. Os clubes se transformavam num cenário para reuniões e os carros alegóricos faziam muitas críticas ao imperador e à política vigente. Em 1864, por exemplo, a Sociedade Carnavalesca Euterpe Comercial resolveu gastar as verbas originalmente destinadas à construção de carros alegóricos na alforria de escravos. D. Pedro II era alvo de muitas críticas, em especial nos carnavais da última década do Império:

> Cumprindo seus propósitos de abolir o cativeiro por todos os meios e modos válidos, os Fenianos [...], por ocasião do carnaval de 1881, entre os carros de alegoria e de crítica [...] incluíram no préstito um intitulado A Mancha de Júpiter, onde a figura do imperador era apresentada como maculada pelo escravagismo. Coincidindo com igual charge que figurava no cortejo dos Democráticos, a dos Fenianos logrou grande sucesso em todas as ruas por onde passou, provocando a ira da temida Guarda Urbana na ameaça de impedir o acintoso desfile [...] os Fenianos iam distribuindo ao povo O Facho da Civilização, jornalzinho por eles editado, em cujas páginas esclarecendo a crítica feita havia uns versos irreverentes. Colhidos apenas alguns, já que eram muitos, dá-se aqui boa amostra: "[...] Eis o sota escravocrata/ Do reinado da patota;/ Deste reino-patarata/ Eis o sota escravocrata!/ Na sua nádega chata/ Fotografou-se o idiota.../ Eis o sota escravocrata/ Do reinado da patota".[28]

Mais uma vez, dessa feita por meio do humor, os grandes impasses do Império tomavam forma. Questionava-se, ora a abolição, ora o poder pessoal que d. Pedro ainda conservava em suas mãos. No desenho que segue, Bordalo observa, através de uma lente de aumento, como o

imperador brinca com os políticos, fazendo-os saltar a varinha.

Entre o palito e a banana, Rafael Bordalo Pinheiro, em O Besouro, 22/1/1878.

Em Araújo, 1996

Graças à liberdade de imprensa o Brasil conheceu uma maneira divertida de fazer críticas políticas sérias. Com efeito, o humor cumpria um duplo papel. De um lado, mesmo que pela gozação, as caricaturas geravam uma certa simpatia com relação a esse governante, retratado a partir de suas fragilidades. Por outro lado, exposto desse modo à chacota pública, d. Pedro e seu sistema como que desmontavam.

Quem sabe, pensada dessa maneira, a caricatura, apesar de se servir do daguerreótipo, funcione também como sua contraposição: uma construção contrastiva da imagem. A fotografia, utilizada de forma oficial, passava a imagem segura e estável de uma "monarquia civilizada e cidadã". Já as caricaturas "roubavam" as feições, mas "corrompiam" o cenário, destacando as contradições que rondavam o governo e seu imperial representante. Nesse sentido, nada pior para a imagem da realeza brasileira, até então tão bem preservada.

A POLÍTICA DE ESCÂNDALOS: O ROUBO DAS JÓIAS DA COROA

Não é por obra do acaso que na década de 70 uma política deliberada de denúncia dos gastos da Coroa tem lugar na imprensa. Enumeram-se as despesas, comparam-se as finanças do país e cobra-se transparência nas prestações de contas do Estado Real: "Em uma monarquia não se verifica a quantidade de gastos para o bem-estar da realeza, mas sendo uma monarquia constitucional devem-se prestar contas e justificar os excessos".[29]

Uma grande polêmica entre os jornais cariocas, em 1873, gira em torno da conta de d. Pedro II no Hotel do Porto durante viagem a Portugal em 1872. Esse é um bom exemplo da postura da imprensa, que oscilava entre preservar intocável a figura do monarca e colocar em debate as ações deste enquanto cidadão do Império brasileiro. D. Pedro se hospedara com sua comitiva no Hotel do Porto, porém, julgando a conta excessiva, impugnou-a, apresentando um depósito em juízo. Meses depois, no entanto,

a proprietária do hotel, d. Henriqueta Alvellos, veio ao Brasil implorar pessoalmente o pagamento da conta, alegando a falência de seu estabelecimento. Como o pedido dela não foi atendido, recorreu à opinião pública escrevendo no Jornal do Commercio um relato detalhado das enormes despesas do monarca e de sua corte.

As posições se dividem: enquanto o Diário do Rio de Janeiro e A República defendem a necessária preservação da imagem pública de d. Pedro, o Jornal do Commercio advoga o viés constitucional da liberdade de imprensa. Contra ou a favor, evidencia-se uma quebra na imagem do monarca e em sua eficácia simbólica. A mágica, aos poucos, minguava, e d. Pedro II deixava de ser objeto de consenso.

Talvez o maior escândalo político da época tenha sido o que ficou conhecido como "o roubo das jóias da Coroa". O episódio em si não parece merecer muita consideração, entretanto sua forte repercussão é um sinal poderoso de como as críticas e dúvidas acerca da monarquia eram maiores do que as certezas. Tratava-se do desaparecimento de várias jóias da imperatriz, na noite de 17 para 18 de março de 1882, do interior do Paço de São Cristóvão. Nessa ocasião, o monarca regressava de Petrópolis, e só quando chegou ao Paço da Boa Vista foi informado sobre o arrombamento de um guarda-roupa dos aposentos particulares e do roubo de duas caixinhas que continham jóias de grande valor.

O chefe de polícia, o desembargador Trigo de Loureiro, logo foi comunicado e verificou que o assalto teria sido cometido por uma pessoa que conhecia bem a intimidade do palácio. Manuel Paiva e seu irmão Pedro Paiva, um velho servidor do palácio, seriam os principais suspeitos do crime, que estaria sendo acobertado pelo próprio imperador. Presos, apesar de confessarem sua culpa, nem Manuel nem o irmão foram processados pela polícia. As jóias, avaliadas em 40$000, foram encontradas na casa de Manuel Paiva, enterradas em latas pequenas de manteiga.[30]

O episódio alcançou uma grande repercussão sobretudo porque depois de se reaver as jóias os culpados foram soltos sem ter sido punidos. Dizia o Jornal do Commercio em matéria datada de 29 de março de 1873: "A restituição da propriedade pode satisfazer o espoliado mas não as

exigências da moral da sociedade".

Roubo, lama e mysterio!

Não ha quem deixará de concordar que o negocio das joias imperiaes faz ter saudades do Corcario. Sejamos um pouco para poder tratar desse assumpto.

O Sr. Chefe de policia, dando a conhecer o caso que lhe mostrou o escondrijo das joias, mostrou simplesmente ser um tolo.

Mais tolo ainda em disfarçar-se, elle e o seu ajudante, pondo barbas postiças, com receio de algoma cilada.

Se o Chefe receiava realmente que lhe fossem ao pello, teria-se feito acompanhar por toda a guarda urbana.

Mas S. Ex.ª entendeu que as barbas brancas produziriam mais effeito em seus inimigos, e que estes recuariam submissos... (Mas é que S. Ex. sabia com certeza que não mandaria ninguem. Pouco que as barbas entrão? Que grande pachacada!)

Felizmente ninguem quiz attentar contra a preciosa vida de S. Ex., e o grande chefe pode á vontade metter-se na lama e descobrir as joias mettidas em latas de manteiga.

S. Ex. na sua espansão, por logo em liberdade o preso M. Paiva que o acompanhara, e carregou triumphante as preciosas latas de manteiga para a casa do seu ministro da Justiça.

Do onde sahio logo ordem de soltura para todos os indigitados no imperial roubo.

A vista do semelhante proceder, a Imprensa fluminense soltou um grito de indignação!

Toda esta historia é uma indecente farça, e a policia representa um bem triste papel, obedecendo cegamente á vontade de um poder occulto e mysterioso.

A policia diz ter retirado os brilhantes da lama, mas lá deixou ficar a fastiga! Infelizmente o véo do mysterio não é bastante espesso, para que através delle não se veja um poder que a opinião publica julga, justo ou injustamente, envolvido nesse triste negocio.

Escândalo na corte de d. Pedro. A. Agostini, 1882. CEA

Vários jornais deram cobertura ao caso. Um folhetim da Gazeta de Notícias circulou durante vários dias, enquanto a Gazetinha — de cuja redação faziam parte Artur Azevedo, Aluísio Azevedo e Raul Pompéia — publicou um folheto intitulado "Um roubo do Olimpo". Raul Pompéia chegava a acusar o imperador de ter violentado a filha de Paiva e, com medo de uma retaliação, tê-lo soltado. A Gazeta da Tarde, sob o título "A ponte do Catete", redigiu os ataques mais duros ao imperador; ao mesmo tempo, O Mequetrefe, periódico satírico, zombava do chefe de polícia — o desembargador Trigo de Loureiro — e a Revista Ilustrada, com muito humor, cobrava o cumprimento da justiça.

O alcance do escândalo foi tamanho que as agências telegráficas transmitiram a notícia, com proporções exageradas, para o estrangeiro. O fato ganhava maior relevo em virtude da qualidade dos jornalistas — como Raul Pompéia, Araripe Júnior, Artur e Aluísio Azevedo —, os quais transformavam uma pequena notícia em um grande acontecimento.[31]

Demolia-se assim a figura institucional do imperador, cuja popularidade, ao menos na corte, era cada dia menor. Fazendo um paralelo com as análises clássicas de Lévi-Strauss sobre o feiticeiro,[32] o que se pode dizer é que, quando se pergunta demais sobre a lógica das poções e cantos do xamã, é porque sua eficácia não é mais a mesma. D. Pedro sempre teve amantes, mas só nesse momento é que se encontra espaço para ridicularizar publicamente a situação. O monarca cultivou desde pequeno uma erudição bastante superficial e nunca deixou de exibi-la, no entanto é nesse contexto que ela parece absurda e artificial. A corte sempre contou com um orçamento folgado para a realização de seus rituais, porém foi só nessa ocasião que alguém se lembrou de fazer as contas.

É Gilberto Freyre quem se arrisca a interpretar a troca da "coroa pela cartola" como um momento em que a realeza punha em risco sua própria existência. Chamando, como vimos, d. Pedro de "o imperador cinzento de uma terra de sol tropical", Freyre reclama da incompatibilidade entre as expectativas do povo e a nova figuração do imperador: "No meio dos livros, D. Pedro perderá de vista o Brasil que não o queria de cartola mas de coroa [...] Um Brasil que o queria mais ver de cetro, reinando a cavalo, como um São Jorge de verdade, do que para lhe ouvir os discursos e as frase do censor moral, de Marco Aurélio medíocre, de literato de terceira ordem".[33] D. Pedro abria mão da dimensão simbólica inerente à construção de seu poder político e, junto com o agravamento da situação política, escapava-lhe, progressivamente, o controle da situação.

Com a dramatização da cartola burguesa, d. Pedro II perdia, aos poucos, parte da identificação que conseguira. De um lado, com uma imagem cada vez mais secularizada, o imperador descia do trono e sentava com seu povo e era cada vez menos rei. De outro, ao voltar-se para a Europa e esquecer os trópicos, afastava-se do imaginário local e se transformava em um monarca "dos outros", um fantasma dos grandes exemplos europeus. Além disso, nos jornais a pequenez do ambiente doméstico imperial era motivo de matéria. Barral, já longe do Brasil, comenta com o amigo imperador a audácia dos jornalistas: "Quanto aos escandalosos folhetins, isso se deveria levar a chicote e se um dia não se punir severamente libelistas não sei onde irá parar a realeza".[34]

No Carnaval de 1883 um dos carros alegóricos apresentava d. Pedro II só, em um quarto, sob o dístico: "Roubaram-lhe tudo". Outro carro ironiza o interesse do monarca pela passagem do planeta Vênus: de telescópio na mão, ele não pára de procurar pelo planeta perdido nos céus. Também Agostini não deixaria passar a curiosidade do monarca pela astronomia. Nesse caso a imperial cauda leva os políticos pelos ares. Entre a simpatia e a crítica, o exercício da caricatura política expunha as contradições internas do Império.

Mais uma vez Angelo Agostini: o imperador voa pelos ares como um cometa, levando consigo seus políticos. Em Revista

A TERCEIRA VIAGEM AO EXTERIOR: UM MONARCA ENFRAQUECIDO

Os anos 80 marcam a morte de dois dos maiores esteios do Império: o duque de Caxias e o visconde do Rio Branco, além de outros estadistas vinculados ao monarca, como Bernardo Vasconcelos, Aureliano, Paula Sousa, Eusébio, Zacarias e Nabuco, falecidos há alguns anos. Esses falecimentos contribuem para tornar ainda maior o afastamento público de d. Pedro, que mais e mais se dedicava ao estudo de línguas. Já falando correntemente francês, inglês, espanhol, alemão e italiano, o imperador investe ainda mais no estudo dos idiomas clássicos e nacionais, como grego, latim, hebraico, tupi-guarani e provençal.

Por outro lado, a situação interna se tornava cada vez mais tensa em razão das agitações em prol da abolição da escravidão e do fim da monarquia. Uma breve olhada na "agenda" de fatos é suficiente para se ter uma idéia da situação: em 1880 funda-se a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e em 1883 a Confederação Abolicionista. Também nesse ano Castro Alves publica Os escravos e Joaquim Nabuco O abolicionismo, obras cujos autores eram líderes do movimento de emancipação e que passaram a ser — na literatura e na ciência política — livros de referência sobre o assunto. Em 1884 a escravidão é extinta no Ceará e no Amazonas, e em 28 de setembro de 1885 se promulga a Lei Saraiva Cotegipe — que dava liberdade aos escravos com mais de sessenta anos mas garantia seus trabalhos por mais três anos —, apenas acirrando os ânimos. O processo de abolição concretizava-se, dessa forma, pelos extremos: primeiro os recém-nascidos e agora os idosos.

O caráter conservador da medida era, porém, tão evidente que as reações não se fizeram esperar. Afinal, da época da Lei do Ventre Livre à Lei dos Sexagenários a distribuição dos escravos no país tinha se alterado

radicalmente. Segundo o Relatório de 1886, desde 1873, entre manumissões e mortes, o número de escravos tinha sofrido uma redução de 412468. Dessa maneira, as estimativas para 1886 apontavam para uma população escrava de 1133228 e as matrículas de 1887 revelavam a existência de 723419 cativos. Além da redução geral, a distribuição desigual se acelerava: não só os cativos eram deslocados do norte para o sul do país, como as libertações se evidenciavam muito mais na região setentrional.[35] No entanto, assim como ficava claro o perfil paliativo da medida, a lei não deixava de indicar o fim próximo da escravidão. A tática era controlar o processo e evitar o que mais se temia: rebeliões de escravos e a desorganização da agricultura.

De longe, até a Barral escrevia a d. Pedro receando pelo processo. O imperador, por sua vez, em resposta à carta aflita reage: "Petrópolis, 28 de dezembro de 1886 [...] Aqui tem chovido bastante [...] A questão da emancipação vem progredindo e espero ao longe vê-la realizada sem maiores abalos. Meus filhos partem a 5 de janeiro [...] Minha vida é a mesma e quando passo pelo Chalet Miranda não imagina que saudades tenho".[36]

O ano de 1885 pregaria um outro susto: um novo surto de cólera dizimava as forças da população da corte e ajudava a acirrar, ainda mais, os ânimos.

Mesmo assim, o imperador — que tomara um empréstimo de 50 mil libras à casa bancária Knowler Foster, de Londres — mantém-se firme em sua intenção de voltar à Europa, para onde embarca no dia 30 de junho de 1887.

A terceira partida foi cercada por um mar de controvérsias. Os jornais ironizavam a recorrência das viagens, dizendo que d. Pedro II sofria de "motomania, uma espécie de doença que levava ao movimento constante".[37] Alguns alegavam que d. Pedro II fugia das questões políticas que assolavam o país. Ferreira Viana, que chamara o imperador de "César caricato", declarava em discurso na Câmara: "Aquele que ainda ontem era senhor do Império, hoje não é nem senhor de si".[38] Outros afirmavam que

o monarca, além de doente, sofria de inequívoca decadência física, motivada por sua idade avançada. Com efeito, assim como Napoleão III, aos 62 anos d. Pedro parecia um velho consumido, marcado por rugas profundas, um olhar perdido e a imensa barba branca.

IMAGENS DO IMPERADOR D. PEDRO II, EM FINAIS DOS ANOS 80. MMP E FBN

SS MM O imperador e a imperatriz do Brasil, meados dos anos 80.
Imagem veiculada pelo Império. MMP

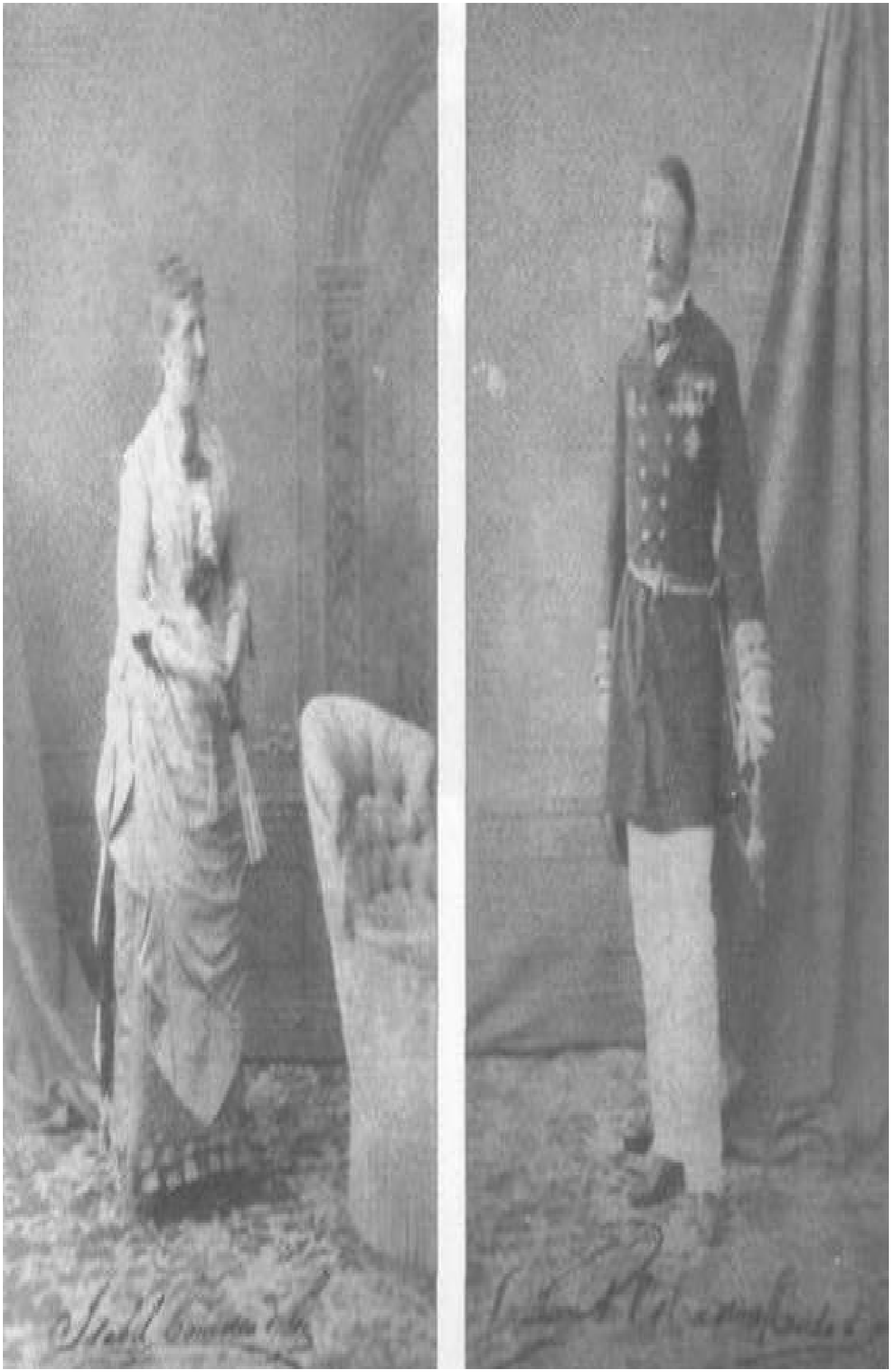
Nas miniaturas, o imperador e a imperatriz em finais dos anos 80. MMP

Mas d. Pedro ia de fato partir, já que o ar do mar e os tratamentos na Europa fariam cessar a anemia. O navio Gironde, que fora chamado por Quintino Bocaiúva, em O Paiz, de "o esquife da monarquia", levava uma pequena comitiva composta pelo príncipe Pedro Augusto, os condes Carapebus, os condes Mota Maia, o dr. visconde de Sabóia, José Maria da Silva Paranhos Júnior e os dois monarcas, com expressões cansadas. O imperador adoecera em 87 e também em inícios de 88. Comentava-se, dessa maneira, que se a primeira viagem fora motivada pelo desejo de conhecer o mundo e a segunda pela doença da imperatriz, a terceira encobria a fraqueza de d. Pedro II.

O imperador e a imperatriz partem para a terceira viagem à Europa; em pé: Condessa e conde de Carapebus; prof. Seybold, conde de Nioac, dr. Mota Maia e o comandante do Gironde; sentados: Teresa Cristina, o imperador e Pedro Augusto. FBN

O mesmo grupo, agora com mais agregados. MMP

A viagem duraria alguns meses, e é novamente a princesa Isabel quem fica no lugar de d. Pedro, pela terceira vez, para a apreensão geral, já que seu marido, o conde D'Eu, tornara-se figura bastante impopular. Corriam muitos boatos sobre a avareza dele, e inclusive acerca de seus negócios espúrios: seria dono — diziam — de "casas de pensão". Jornais como O Diário, de 3 de agosto de 1889, chamavam o genro de d. Pedro de "o corticeiro", "o agiota sem berço", revelando as preocupações que giravam em torno da questão da sucessão. Por outro lado, desde o nascimento do segundo filho de Isabel, quando a família real teria optado pelos trabalhos de um médico francês, comentava-se, com desgosto, o "estrangeirismo" do casal. O fato é que, com o envelhecimento de d. Pedro II, a regência de Isabel tornava-se cada vez mais "permanente". Nesse processo o conde d'Eu virava paulatinamente um "estrangeiro", um intruso; além do mais "pão-duro" dos homens em suas gorjetas sovinas. Mais uma vez, representações até então dispersas ganhavam caráter político.



Isabel e o conde D'Eu, 1887. CEA

Dizem que o próprio d. Pedro II pensara em preparar a sucessão para seu neto, o príncipe d. Pedro Augusto, que desde a morte da mãe — d. Leopoldina — morava com os avós. O jovem príncipe também se manifestava em tom de sucessor: "Eu digo com meus botões se fosse a cabeça do governo organizaria um novo ministério, dissolveria a Câmara e apelaria para a nação fazendo proclamações em todas as províncias [...] Acho que em certos casos é preciso dar um empurrão para a caixa ir ao porão. Guarda isso para seu uso, não quero ser coroado de revolucionário [...] Meu desejo maior seria ver meu avô bom. O futuro porém está oculto. Tudo ignora". Nessa carta, escrita em 16 de fevereiro de 1888, quando acompanhava a convalescença do monarca, em Cannes, o neto de d. Pedro demonstrava não só iniciativa como mais preocupação que o avô com o futuro da nação. No entanto, a "sina dos Bragança", que acometia boa parte dos herdeiros primogênitos, cairia sobre d. Pedro Augusto, que já nesse ano revelava os primeiros sinais de insanidade mental. O imperador, após mais essa decepção, abandonava seus projetos iniciais de sucessão, aumentando o receio geral de um Terceiro Reinado nas mãos de um estrangeiro.[39]

Retrato em tela da princesa Isabel. Edouard Vienot, 1864. MIP

Princesa Isabel escondida pelo filho que segura na balaustrada e que deve ter se movido na hora da foto. Alberto Henschel & Cia., 1882. MMP

De resto, a viagem correria bem. O imperador aporta em Portugal, em 19 de julho, e já no dia 22 se encontrava em Paris. Porém, era um outro d. Pedro que voltava à Europa. Tudo havia mudado; sua "era romântica", representada por Gobineau, Victor Hugo e Wagner, parecia morta.

Depois de algumas consultas, e por conselho de Mota Maia, os médicos de Paris decidem que o imperador deveria descansar na estação de cura de Baden-Baden. A população local, acostumada com a freqüência de outras personalidades — entre elas Bismarck, a rainha Vitória e o príncipe de Gales —, assistia dessa vez aos passeios de um monarca brasileiro e de sua comitiva de 24 pessoas. Silveira Martins comenta que durante a estada d. Pedro tem forças para comparecer a um concerto, cujo regente ofertou o programa à Sua Majestade. O soberano, revelando a pompa que lhe sobrava apenas nas viagens ao exterior, agradeceu dizendo: "Isso não é feito para mim, mas ao nosso Brasil".[40]

D. Pedro em tratamento de águas. Em Revista Ilustrada. CEA

Tendo terminado o tratamento, mais descansado, d. Pedro retorna a Paris, onde procura reavivar sua velha imagem de "monarca-mecenas", visitando intelectuais, como Pasteur e Renan, e fazendo versos e traduções que enviava a amigos e parentes. Depois de seis meses de repouso e com o consentimento dos médicos, iniciou um cruzeiro pela Riviera italiana, voltando, aos poucos, à rotina de suas viagens ao exterior. Longe do Brasil, d. Pedro vivia uma situação idílica e totalmente separada do contexto nacional. Nas imagens ele ainda era um grande imperador, um par para os demais monarcas do mundo.

ENQUANTO ISSO... A ABOLIÇÃO

Em 10 de junho de 1887 a Condessa de Barral escrevera a Isabel: "Não lhe dou parabéns da Regência que vai ter de exercer, mas fiada no seu juízo e nos bons conselhos de seu marido, espero em Deus que tudo ande bem durante essa ausência".[41] Nessa carta premonitória, Barral, talvez inspirada pela própria situação francesa, temia pelo governo de sua protegida. Politicamente a situação se complicava com o avanço dos republicanos, mas era sobretudo a pressão pela abolição da escravidão que chamava o grosso das atenções.

A Lei Rio Branco de 1871 arrefecera os ânimos e levara a campanha pela abolição a entrar, momentaneamente, em colapso. Porém, a partir da década de 80, e divididos em duas grandes correntes — moderados (cujo grande ideólogo era Joaquim Nabuco) e radicais (entre os quais se destacaram Silva Jardim, Luís Gama e Antônio Bento) —, os abolicionistas tomavam novamente as ruas e os jornais.[42] Por mais que o governo recorresse a táticas "reformistas", como a promulgação da Lei dos Sexagenários, o resultado era o oposto; evidenciavam-se as ambigüidades dessa sociedade marcada pela escravidão.[43]

Sem entrar nos meandros desse processo complexo, parece suficiente dizer que para Isabel e seus conselheiros a única saída era se antecipar ao inevitável, mesmo porque a abolição já se realizava à revelia dos governantes, por iniciativas particulares e dos próprios escravos.[44] Os cativos fugiam em massa, afluíam às cidades, e as autoridades eram incapazes de conter movimentos de tal monta.

O quadro abaixo, elaborado por Mattos,[45] mostra a redução no número de cativos na província do Rio de Janeiro a partir da década de 80.

Ano	Número de escravos
1819	146 060
1821	173 775
1823	150 549
1840	224 850
1851	229 637
1872	301 352
1873	289 239
1880	268 881
1882	218 000

1885

162 421

A questão escrava levava à subida e à queda de vários gabinetes. É só em 1884 que o Partido Liberal adere, em grande parte, ao movimento, sendo que a vinculação do Partido Conservador demoraria até 1888. Até então, os dois partidos se solidarizavam no sentido de vincular à lei a desorganização da economia e do trabalho; a ruína do crédito do país. Mas em 1888 o tema já era quase suprapartidário. Fez cair os governos liberais de Dantas e Saraiva e levou à subida dos gabinetes conservadores de Cotegipe e finalmente de João Alfredo, que aprovou a medida de forma rápida e sem a indenização.

Na verdade, não havia mais como adiar o processo. Redigido de maneira simples, o texto da lei era curto e direto: "É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário". O Treze de Maio redimiu 700 mil escravos, que representavam, a essa altura, um número pequeno no total da população, estimada em 15 milhões de pessoas. Como se vê, a libertação tardou demais, e representava o fim do último apoio da monarquia: os fazendeiros cariocas da região do Vale do Paraíba, os quais se divorciavam de seu antigo aliado. Mais uma vez, d. Pedro estava ausente no momento da promulgação da lei e deixava a tarefa e a "autoria" a Isabel, sua herdeira presuntiva.

Comemorada no estrangeiro como a "vitória" do governo imperial, a lei de 13 de maio era recebida no Brasil com uma explosão de júbilo nas ruas. É isso que revelam falas eufóricas, como as de Joaquim Nabuco — nessa época reconhecido como o Príncipe da Abolição:

> 23 de maio de 1888. Meu caro barão [de Penedo]. Está feita a abolição! Ninguém podia esperar tão cedo tão grande fato e também nunca um fato nacional foi comemorado tanto entre nós. Há vinte

> dias vive esta cidade um delírio. Suspende-se tudo e portanto também a correspondência entre os amigos. Mas é tempo de voltar [...] Isabel ficou como a última acoitadora de escravos que fez do trono um quilombo [...] A monarquia está mais popular do que nunca [...] [grifos meus][46]

Com efeito, já no 13 de maio o líder abolicionista José do Patrocínio[47] divulgou a imagem, até hoje popular, de "Isabel, a Redentora", e a monarquia colhia os ganhos e os louros do ato. Popularmente a imagem da realeza, agora também associada ao que ficou conhecido como o "isabelismo", ganhava muito e a monarquia era, de fato, "aclamada nas ruas".

No entanto, a abolição definitiva gerava também perdas materiais e levava ao desprestígio de uma minoria muito ativa e extremamente ligada ao trono e que depressa se bandeou para o lado dos republicanos. Por mais que a monarquia premiasse os proprietários rurais com títulos de baronato e alegasse o caráter inevitável da medida, a falta de indenização selava o rompimento com o Estado.

Tomavam vulto, também, os boatos sobre um Terceiro Reinado nas mãos de Isabel, na mesma proporção em que cresciam as intrigas em torno da figura do conde D'Eu: apresentado como um "francês", um estrangeiro, jamais absolvido pelos brasileiros e comparado à austríaca Maria Antonieta, nunca perdoada pelos franceses.[48]

Divorciavam-se, portanto, nesse momento, duas instâncias de representação. A monarquia, decadente em seus rituais, recuperava o imaginário ao vincular-se ao ato mais popular do Império: a abolição. Mais uma vez a "realeza política" era associada à "realeza mística", senhora da "justiça" e da "segurança". Paradoxalmente, porém, ao afastar-se das elites proprietárias o Império perdia seu esteio e distinguia-se de sua versão mais institucional. Dessa forma, se na iconografia oficial era a imagem popular que "aclamou Isabel nas ruas" que estará presente, nos rumos políticos os caminhos eram bem mais tortuosos. Esse parecia ser mesmo o último grande ato da monarquia.

Lei N. [illegible] de 13 de Maio de [illegible].

Declara extincta a escravidão no Brasil

A Princeza Imperial Regente em Nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. PEDRO II, Ha saber a todos os subditos do IMPERIO que a Assembléa Geral Decretou e Ella sanciona a Lei seguinte:

Artigo 1º E declarada extincta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Artigo 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contem.

O Secretario de Estado dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas e Interino dos Negocios Estrangeiros, Rocharel [illegible] do Conselho de Sua Magestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de [illegible] da Independencia e do Imperio.

Princeza Imperial Regente

Rodrigo A. da Silva

Carta de Lei pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que houve por bem sanccionar declarando extincta a escravidão no Brasil, como n'ella se declara.

[illegible]

Para Vossa Alteza Imperial [illegible]

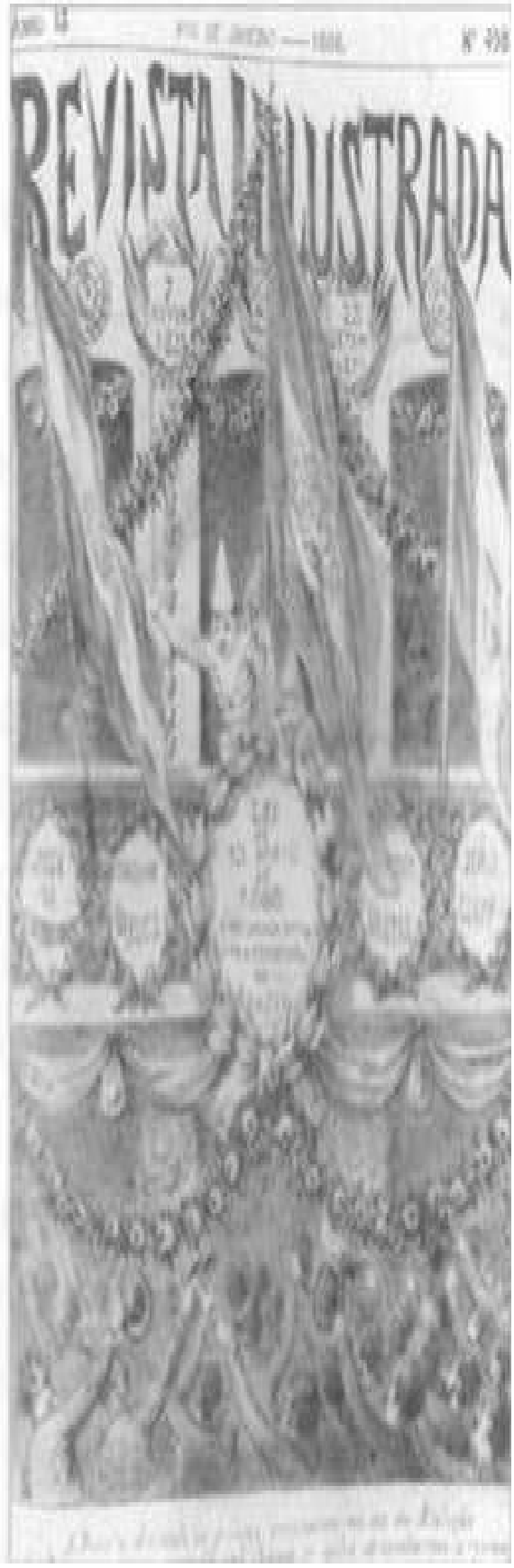
Decreto oficial da abolição da escravidão, 13/5/1888. AN

Moeda da Confederação Abolicionista; a mulher como ícone se cola à princesa Isabel. MMP

Nesta estatueta comemorativa da abolição da escravidão vemos estampada a versão oficial, em que o ato aparece como um "presente" da princesa Isabel, recebido com a maior "gratidão e servidão" pelos, agora, ex-escravos, c. 1888. MMP

Moeda da campanha abolicionista na Bahia; o símbolo é uma jangada. MMP

PROGRAMME



Programme de Fête de l'Abolition de l'Esclavage, Paris, 10/7/1888. MMP

LA AVISPA

PRECIO 15 CENTAVOS

AÑO V. NÚM. 285.

PRECIO 15 CENTAVOS

HOMENAJE

A revista reproduz a primeira página de La Avispa, com a alegoria comemorativa da abolição da escravidão no Brasil; Isabel, com seu manto imperial, mostra as correntes quebradas. Em Revista Ilustrada, 1888. MMP

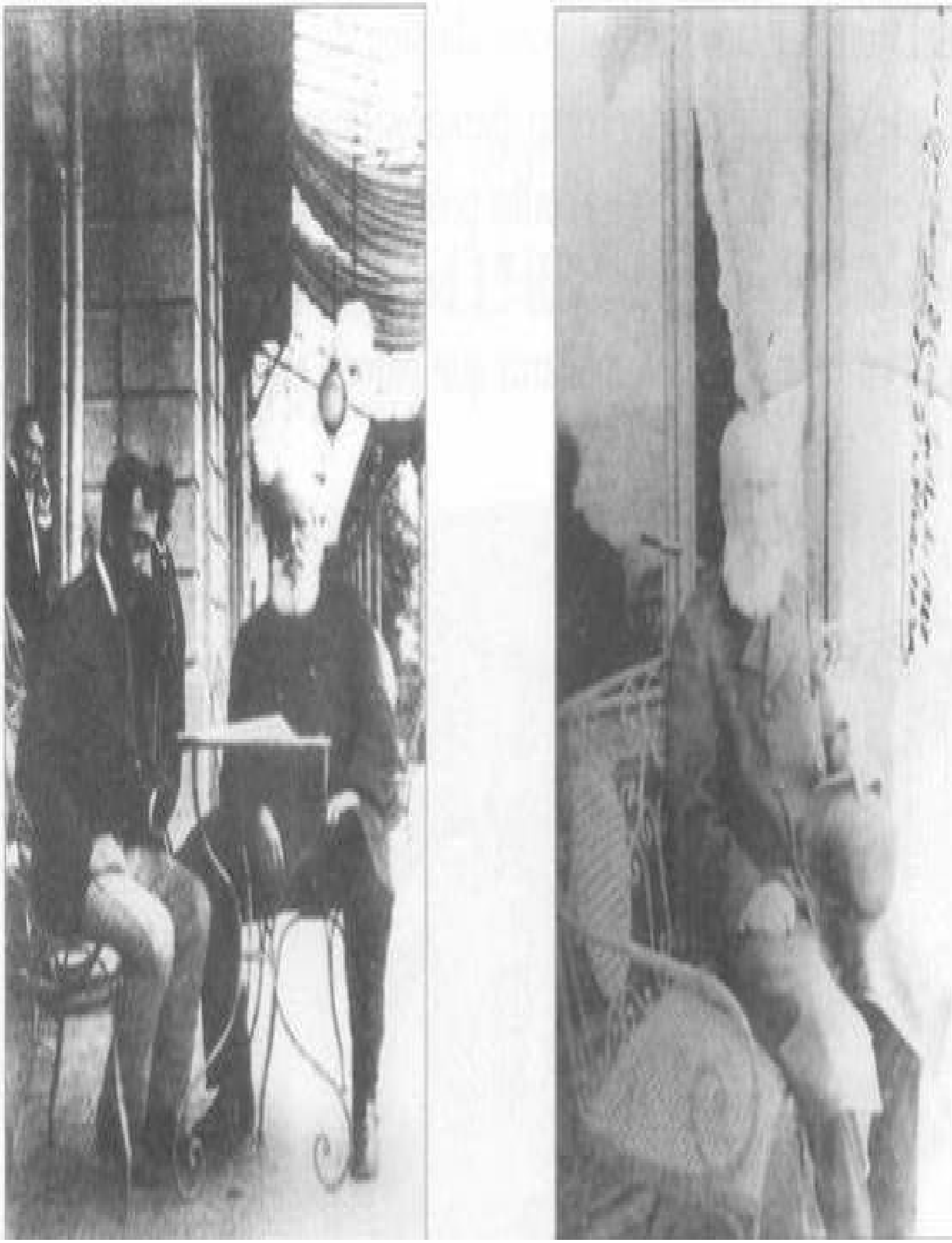
D. PEDRO VOLTOU!

Em Milão, nove dias depois de a lei da abolição ter sido promulgada, o imperador tomou conhecimento da nova situação. Em 22 de maio, quando a saúde do monarca já era considerada satisfatória, a imperatriz resolveu ler o telegrama enviado pela princesa Isabel. O texto começava de forma reticente: "13 de maio de 1888. Petrópolis. Meus queridos e bons pais. Não sabendo por qual começar hoje: Mamãe por ter tanto sofrido esses dias; Papai pelo dia que é, escrevo a ambos juntamente [...]".[49] Boa parte das biografias destacam a resposta "serena" do imperador, que teria sido apenas: "Damos graças a Deus" e a seguir: "Grande povo, grande povo!", o que mais parece uma peça de cultura política do que um comentário daquele que, durante pelo menos cinqüenta anos, teria convivido — apesar de sempre se dizer contrário — com a escravidão.

D. Pedro Augusto, que se encontrava em Aix-les-Bains com o avô, deixou uma pequena nota que revela uma reação um pouco diversa por parte da família: "O Imperador adoeceu a 3 de maio e achamos que ia morrer. Quando o Imperador melhorou um pouco, nesse dia 22, deram pressa em anunciar a ele a grande lei da abolição. O telegrama de felicitações foi redigido [...] 'Felicito a princesa Regente pela feliz medida'. Mandei dois telegramas. O primeiro: Faço votos que tudo termine a contento geral. O segundo: Parabéns pelo triunfo da casa imperial".[50]

Com os "augúrios" do ato que selava a história da escravidão, começava o regresso de d. Pedro. A primeira etapa foi justamente Aix-les-Bains, onde a sua diabetes e o mal cardíaco que o acometia se manifestaram mais uma vez.

Fotomontagem denominada Os soberanos do mundo em 1889; aí estão representados os reis do Brasil, Portugal, Bélgica, Alemanha, Rússia, Áustria; sentada ao lado de Leão XIII, a rainha Vitória. FBN



D. Pedro e seu médico, Mota Maia, na estação de cura de Aix-les-Bains, no Hotel Splendide, julho de 1888. MIP

Mas aos poucos o imperador se recuperava. O navio Congo o levaria ao Brasil, e os médicos, Charcot e Mota Maia, recomendaram-lhe apenas leituras leves. No porto, em Bordeaux, o adeus dos amigos de viagem: Santa Anna Nery, a Condessa de Barral, o dr. Charcot e membros de sua família. Os relatos laudatórios não esquecem da "velha imagem": o monarca, abrindo uma caixa de livros que lhe enviara o IHGB, usava a sua expressão de costume: "Já sei, já sei! fadiga não [...] a poesia!".[51]

No entanto, não obstante os maus ventos, a recepção de d. Pedro excedeu às suspeitas iniciais: "chegava o imperador abolicionista". No alto do Pão de Açúcar, uma enorme bandeira com a inscrição "Salve" parecia redimir os receios. Nessa época, Gusmão Lobo escreveu a Paranhos: "A impressão geral é boa, foi excelente, mas começa o que eu receio. Notam o olhar sem expressão e o semblante doentio".[52]

Homenagem ao retorno de ss MM Imperiais; em cima de uma farmácia a reprodução da foto de d. Pedro II, Teresa Cristina e Pedro Augusto, 1888. MMP

De fato, o imperador, que já partira com a imagem fragilizada,

voltava enfermo. Mais do que isso, a realeza como instituição parecia doente, cada vez mais associada ao atraso e ao estrangeirismo. Estranha separação: d. Pedro II abatido pela diabetes parecia longe dos momentos fortes do "monarca-mecenas" ou mesmo do "monarca-cidadão". Visto desse ângulo era quase um fantasma de si próprio, um fantasma da realeza. Não obstante, tal qual uma imagem cristalizada, o monarca, pela simpatia que despertava, era aos poucos desvinculado da própria instituição que representava. Era como se a imagem de d. Pedro, idealizada de forma mística, ou mesmo como um "bom pai" que "com um ato caridoso abolia a escravidão", ou em virtude de sua aparência mais senil, tomasse um rumo diverso da sina da realeza oficial. É só dessa maneira que se pode entender como, paradoxalmente, ao mesmo tempo que a monarquia perdia claramente a batalha política e ideológica, d. Pedro atingia o ponto mais alto de sua popularidade.[53] E hora de voltar à cena. Nesse contexto era só a figura idealizada do monarca que parecia segurar o regime.

Ao feliz regresso de ss MM, P. Netto, em Revista Ilustrada, 1887-88. MMP

O imperador, a imperatriz e o neto Pedro Augusto, 1888. Esta é a mesma foto que foi exposta na farmácia da corte. MMP

17

A REPÚBLICA NÃO PODE MAIS ESPERAR

A MORTE DO VELHO IMPERADOR

Suas Majestades Imperiais no jardim de Petrópolis: mais uma vez d. Pedro
compõe a cena com um livro, 1889. MIP

O ano de 1889 parecia começar bem. Para quem vivia cada vez mais da arte da dissimulação, era como se um belo artigo tivesse o poder de ser mais e estar acima da realidade. Com efeito, em 28 de fevereiro de 1889, Levasseur comunicou que dera o último retoque no extenso ensaio que seria publicado na Grande Encyclopédie sobre o Império. O texto, que originalmente possuía quinze páginas, com a ajuda do visconde do Rio Branco passou a ter 51, que, como dizia o barão, "em letras grandes, poderiam representar bem umas duzentas ou trezentas".[1]

O espaço que o Brasil ganhou nessa publicação era digno de nota. Só perdia para a Alemanha e, além disso, vinha acrescido de um prefácio de Rio Branco. Ademais, sai também em 1889 a biografia de d. Pedro II, feita pelo grande rabino de Avignon, Benjamim Mossé. Escrita em tom laudatório, a obra é antes uma homenagem a esse imperador do Novo Mundo mas que era um "cultor das línguas clássicas e um estudioso do hebraísmo".[2]

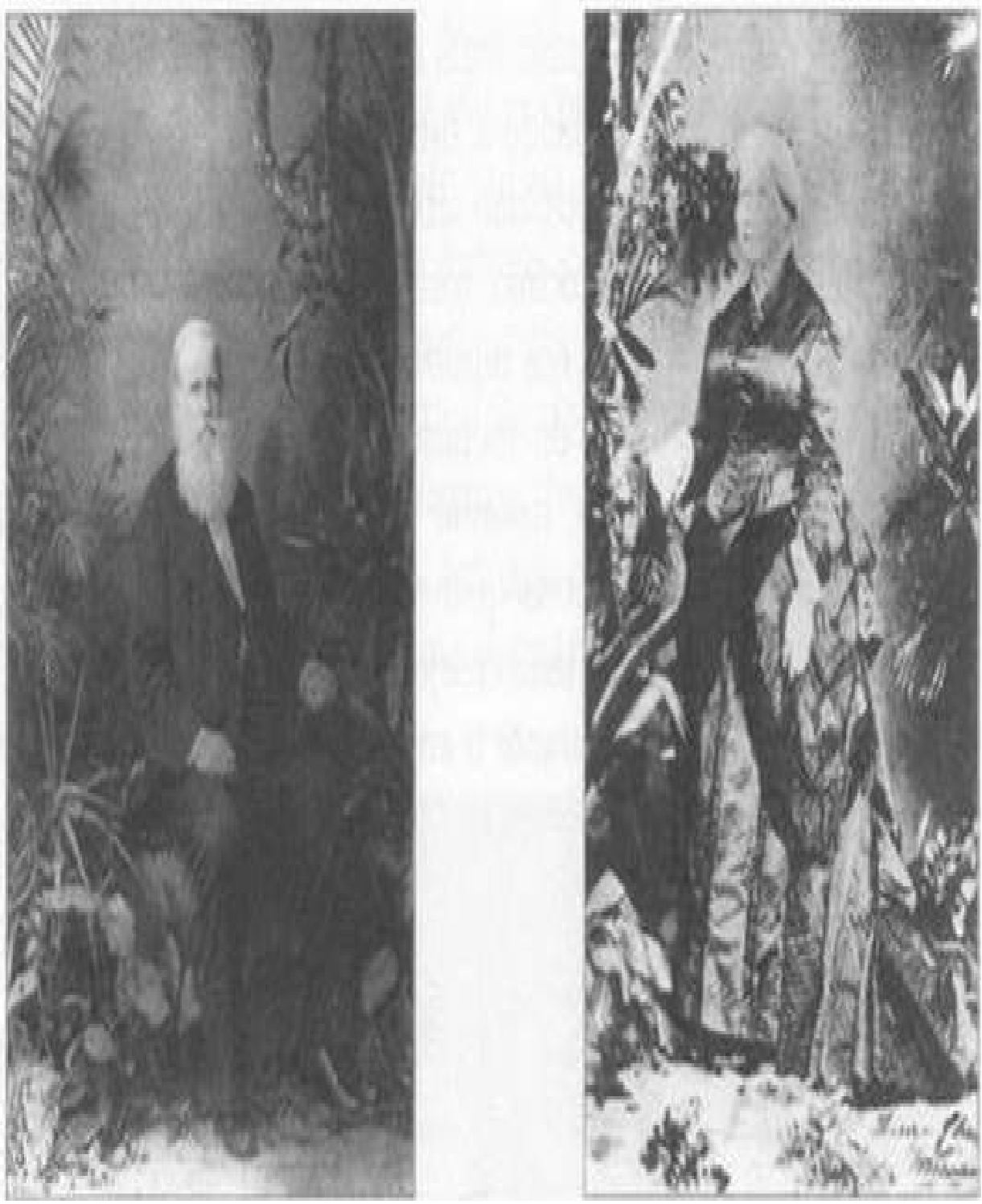
O Brasil, como vimos, participara ainda da importante Exposição Universal de Paris, de 1889. Cavalcanti, Rio Branco, Eduardo Prado se esmeraram na construção de um pavilhão grandioso, com o estilo híbrido dos palácios de fantasia. Contava com uma torre majestosa de quarenta metros e uma cúpula envidraçada e chamativa. Em um quiosque ao lado, vendia-se café a dez cêntimos a xícara. Enormes telas do pintor brasileiro Estêvão da Silva, apresentando frutas tropicais, enfeitavam as salas mais vazias. Seis estátuas colossais representavam os rios do Brasil, e numa enorme bacia flutuava, romanticamente, uma típica vitória-régia. Enquanto a Holanda comemorava o aniversário francês com uma bela tulipa, a nossa espécie selvagem e exótica representava as excentricidades do Brasil. O café e a fúria de nossos rios e de nossa vegetação adornavam o civilizado e grandioso edifício.[3]

Rascunho de desenho de medalha de d. Pedro II, imperador constitucional do Brasil; o café como moldura. Pedro Américo, 1888. MMP

"Para fora", portanto, tudo ia muito bem; mas os símbolos e representações não se impõem apenas por sua pura emissão. Em momentos de crise, a utilização do imaginário e de emblemas nacionais é particularmente visível, e o Brasil não escapa à regra. Ao mesmo tempo que o Império vai à França homenagear a Revolução, a campanha republicana ganha força no Brasil, tomando como pretexto as mesmas comemorações do centenário da República francesa. O exemplo da França, que derrubara os privilégios da aristocracia, passa a ser invocado com insistência, obliterando-se o fato de que aquele país comemorava somente dezoito anos de vida republicana, e não cem, como indicava a data festiva.

No Brasil, era como se a monarquia estivesse garantida exclusivamente graças à imagem ainda forte do imperador. Mas os ânimos

mudavam aceleradamente. Com o jaquetão de sempre, o livro no braço e tendo como cenário um fundo tropical, d. Pedro era cada vez mais uma figura inerte diante da fermentação republicana que estourava, finalmente, no país.



O imperador e a imperatriz em cenário tropical. Insley Pacheco, 1887. CPCL

A GUARDA NEGRA OU "OS NEGROS LEAIS À IMPERATRIZ" E O ATENTADO A D. PEDRO

Mas a cada dia as posições se radicalizavam. No governo liberal de Ouro Preto toma impulso uma idéia já presente na época de João Alfredo: a criação de uma força paralela ao Exército que teria como objetivo proteger a monarquia. O mentor da Guarda Negra fora José do Patrocínio, que revelava desse modo até que ponto eram complexas as questões nesse contexto: abolicionista e democrata, Patrocínio era também um dos responsáveis pela difusão do culto a Isabel. Nesse sentido, embora uma das primeiras preocupações de seus idealizadores tivesse sido evitar o enfrentamento direto, por causa da especificidade da composição da guarda — dizia-se que era formada pela "ralé carioca e por maltas de capoeiras" — e da polarização das posições, os embates não se fizeram esperar.

A situação era de fato paradoxal. Os ex-escravos guardavam lealdade à monarquia e se opunham aos republicanos, chamados de "os paulistas", como se esses últimos fossem os verdadeiros algozes.[4] Os primeiros confrontos se deram em meio a uma conferência de Silva Jardim e foram incentivados por José do Patrocínio, a quem parecia normal que o governo se defendesse das "violências republicanas".[5] Em dezembro de 1888 elementos pertencentes à Guarda Negra invadem a Sociedade Francesa de Ginástica e interrompem a palestra do líder republicano. O incidente resultou em alguns mortos e feridos. Mas esse não seria o único episódio. Com efeito, não paravam de surgir boatos acerca da Guarda Negra. Rui Barbosa a definiu como "um troço de maltrapilhos entoando vivas à monarquia e ao Partido Liberal", uma "capoeiragem autorizada".

Comentava-se que o grupo reunia mais de oitocentos negros libertos amotinados que marchavam para a cidade a fim de lutar contra os republicanos. Quão confiáveis eram esses números, não sabemos. O fato é que negros e abolicionistas reconhecidos, como Patrocínio, tornavam-se leais à monarquia, seus antigos opositores, e encontravam nos republicanos

inimigos mais palatáveis.

Na verdade, a popularidade da monarquia — de uma monarquia cada vez mais próxima da idealização, distante da feição institucional — crescia sobretudo em meio ao povo em conseqüência, ainda, da abolição da escravidão. Na verdade, a abolição teria dado ensejo a grandes festejos populares que não só tomaram uma semana, durante o ano de 1888, como se repetiram no ano seguinte, cinco meses antes da proclamação da República. Segundo José Murilo de Carvalho,[6]

> a simpatia popular se dirigia não só à princesa Isabel mas também a Pedro II como ficou evidenciado por ocasião da comemoração do aniversário do velho imperador, a 2 de dezembro de 1888. Segundo o testemunho de Raul Pompéia, o Paço Imperial foi invadido por uma "turba imensa de populares, homens de cor a maior parte". A polícia teve de intervir para convencer alguns dos manifestantes de que pelo menos vestissem camisa para se apresentarem ao imperador. No meio da multidão, salientava-se a imponente figura do príncipe Obá, um negro que se dizia rei africano. Príncipe Obá adornara de penas sua farda de alferes honorário. A cena foi sem dúvida motivo de riso e chacota e príncipe Obá acabou sendo preso pela polícia. Mas revelava profundo simbolismo: um rei negro, um rei de ruas e becos da cidade, vai paramentado, combinando a farda do mundo oficial com as penas de suas origens africanas e acolitado pela multidão dos miseráveis saudar o imperador de olhos azuis.

No entanto, se de um lado a figura do monarca tornava-se mais popular, de outro eram, também, mais visíveis as críticas e tensões com relação ao regime. O divórcio com as elites, que fizeram subir a realeza e a sustentaram, era evidente.

Em meio a esse ambiente tenso, no dia 15 de junho, quando a família imperial saía do Teatro Sant'Ana depois de ter assistido ao concerto da violonista Giulietta Dionesi, ouviu-se do meio da multidão, que aguardava na calçada, um súbito "viva a República". O imperador não deu mostras de perturbação e pediu ao delegado que "[...] deixasse aquela gente sossegada.

Cada um fizesse o que quisesse [...]".[7]

Até aquele momento, no interior do jogo teatral empreendido com sucesso pela monarquia, o povo parecia apenas se divertir. Porém, poucos minutos depois, quando o imperador já se encontrava em sua carruagem, um tiro foi disparado sem que ninguém notasse. A polícia prendeu às duas da manhã, na rua Gonçalves Dias, o culpado: um português de vinte anos, recém-despedido da casa comercial em que trabalhava. No dia seguinte, uma série de almanaques divulgava a imagem do "regicida" e dramatizava o atentado. Na verdade, se o episódio não oferecia riscos maiores, o fato se transformava em evento quando a ele se colavam uma série de significados.[8] Nesse ano tão intenso, o atentado surgia como símbolo da fragilidade do regime para alguns, amostra dos ânimos exacerbados para outros.

Entretanto, o chefe de polícia da corte, dr. José Basson de Miranda Osório, ameaçava processar pelo artigo 90 do Código Criminal os indivíduos que, nas praças, ruas ou outros lugares, dessem "vivas à República, ou morras à Monarquia". Enquanto isso, Adriano do Vale permanecia num cubículo da ilha das Cobras, esperando pela decisão do júri.[9]

O atentado e o retrato de Adriano do Vale. Em Revista de Portugal, 1889.
MIP

Anno 16 — Rio de Janeiro 1885 — Nº 557

Revista Illustrada

CORTE

PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.
A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas
á Rua de Gonçalves Dias Nº 50 Sobrado

PROVINCIAS

Adriana de Valle, [illegible]

Detalhe em outro ângulo. Revista Ilustrada, 1889. MMP

Com efeito, a partir do segundo semestre a cada dia um novo acontecimento acirrava os ânimos. Em 15 de outubro, por exemplo, data das bodas de prata da princesa Isabel, a Guarda Negra ganhou as ruas do Rio de Janeiro, com seus pelo menos 1500 homens. Em 21 de outubro, morre em Petrópolis, minado pela diabetes, o visconde de Mauá. Os jornais, por sua vez, comentavam ora a onda de anarquia reinante, ora a intenção de d. Pedro de abdicar em favor de Isabel.

Nesse ínterim, o Partido Republicano — formado majoritariamente por agricultores e profissionais liberais paulistas, e a partir de 1888 fortalecido pelos proprietários cariocas, insatisfeitos com a abolição da escravidão —[10] passou a pressionar o Exército e em especial Deodoro, a fim de convencê-los de que o inimigo maior não era o Ministério Ouro Preto, e sim a própria monarquia.

Em tal contexto, porém, a representação de d. Pedro parecia mais forte e destacada da própria realeza como instituição. Era como se Deodoro e vários setores do Exército preferissem aguardar a morte do "velho monarca" e só então precipitar o golpe da República. Com efeito, era o símbolo que resistia diante da realidade decadente. Na verdade, como dizia o representante inglês na ocasião do primeiro ataque sério de diabetes do imperador: "Sua Majestade constitui sozinha o pivô sobre o qual giram os destinos do Império".[11] Antídoto e veneno, a centralidade do poder de d. Pedro fazia dele o "pivô certeiro" de um golpe, mas também, estranhamente, uma imagem que se separava do próprio sistema.

Enquanto isso, o imperador e sua família "se exilavam" em Petrópolis, junto com a corte, e seguiam o mesmo ritual de sempre. Nas fotos, acompanhado da família, e com as barbas agora totalmente brancas, d. Pedro se deixava ficar em sua cidade predileta. Com o velho jaquetão, a cabeça coberta ou não pela cartola, o livro em uma das mãos, a pose que fazia lembrar Napoleão, d. Pedro vivia alheio em seu mundo, distante das tensões políticas da corte. Mais uma vez, as imagens cumpriam uma

função oficial: retratar uma família unida e acima dos dissabores do mundo da política.

A família imperial posa no parque do Palácio de Petrópolis. A. Henschel, 1889. CPCL

Outra versão, quase idêntica, com a família
mais próxima. MMP

Pedro e Luís de Orléans e Bragança. Marc Ferrez, 1886. MMP

Duas versões da mesma foto que ficou celebrizada como a última imagem da família imperial no Brasil; vemos d. Pedro II, Teresa Cristina, a princesa Isabel, o conde D'Eu, d. Pedro Augusto, d. Pedro de Orléans e Bragança, d. Luís de Orléans e Bragança e d. Antônio; na primeira versão todos os homens de chapéu, na segunda sem chapéu.

Otto Hees, 1889. MMP

D. Pedro II, o chefe da família. Walery, c. 1889. MMP

Em Petrópolis, Antônio e Pedro de Orléans e Bragança, e ainda Luís de Orléans. Otto Hees, c. 1888. MMP

Na intimidade, d. Pedro II e Teresa Cristina com amigos; bem à esquerda, o médico do imperador, Mota Maia. MMP

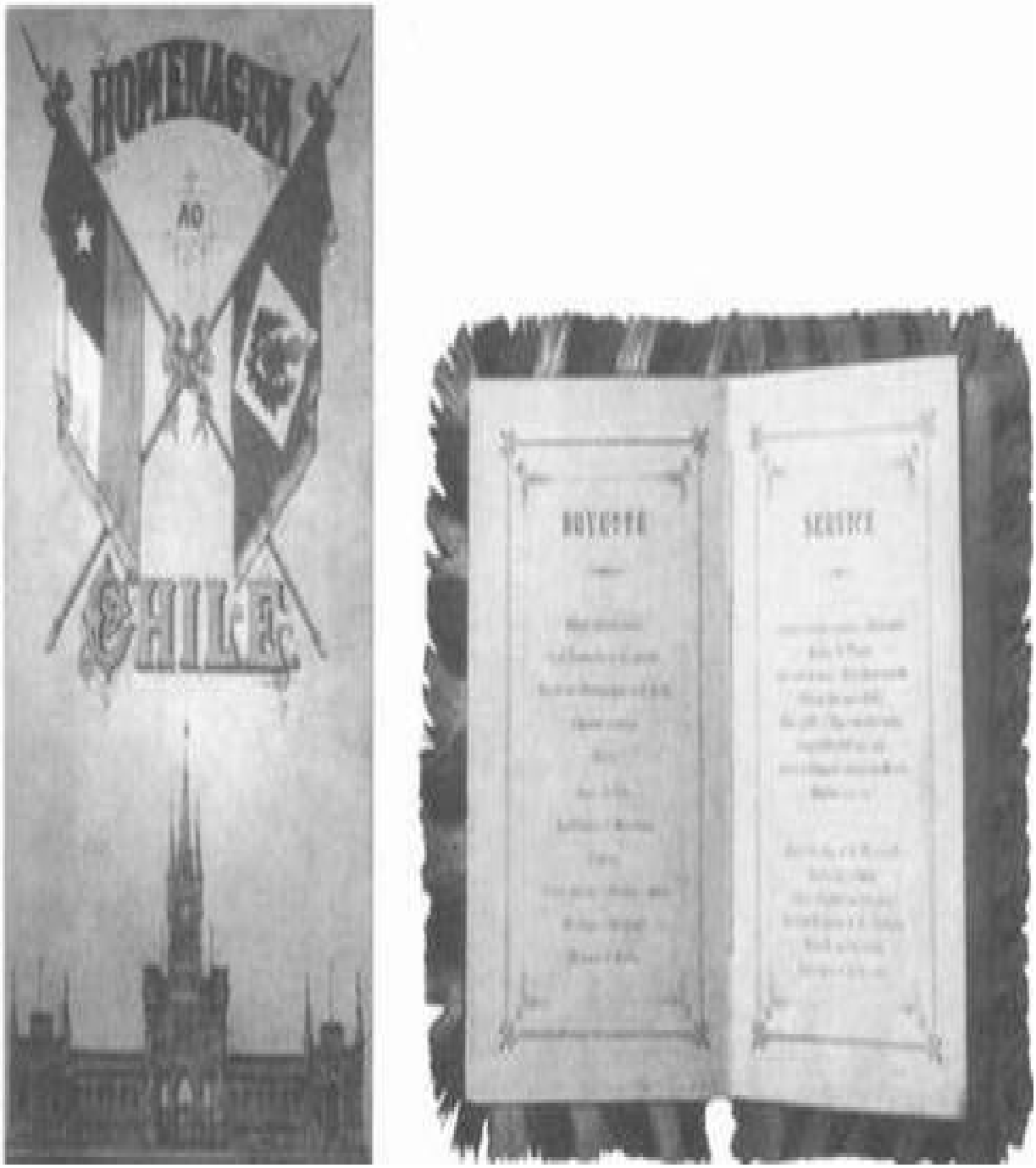
Em família: sentados, Isabel, d. Luís, Teresa Cristina, Pedro Augusto, d. Pedro II e Pedro de Orléans; em pé, d. Antônio, Luís Augusto ,de Saxe-Coburgo e o conde D'Eu. Alberto Henschel, 1885. MMP

Mais uma vez, enquanto as fotos oficiais passavam uma imagem um pouco estranha aos acontecimentos, é nas caricaturas que transparece um monarca fatigado, preocupado com a possibilidade da República. Novamente, o humor abre espaço para um universo de alusões: nos desenhos, a monarquia revela sinais de cansaço e de fragilidade.

Caricaturas que ironizam a situação periclitante do Império brasileiro. Revista Ilustrada, O Mosquito, A Vespa. CEA

O BAILE DA ILHA FISCAL: "A MONARQUIA TROPEÇA MAS NÃO CAI"

Mas um grande espetáculo estava para ser encenado. Era hora de d. Pedro II descer da calma Petrópolis, de onde o mundo da política pouco se aproximava. Na manhã de 9 de novembro o imperador retornava ao Rio para inaugurar, no Caju, o Hospital São Sebastião. Presidiu o Conselho de Ministros, e à noite iria ao baile que o governo oferecia à Marinha do Chile: o famoso Baile da Ilha Fiscal.



Cardápio oferecido no Baile da Ilha Fiscal em 11 de novembro de 1889.
FMLOA

Famoso quadro de Aurélio de Figueiredo, retratando o Baile da Ilha Fiscal; na imagem embaixo à esquerda está o visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros, discursando diante da família imperial; à direita, a coroação de Isabel e a realização do Terceiro Reinado, e por fim, mais à esquerda, a proclamação da República; o baile era mesmo um grande ato. Em Carvalho, 1990

Desse baile, que ficou conhecido na história como o símbolo do final da monarquia, muito se falou. Discorreu-se sobre as orgias infindáveis, a ostentação e o luxo incompatíveis com a situação política, e circularam rumores de que as Forças Armadas teriam sido intencionalmente excluídas da lista de convidados.

Recorda Machado de Assis, em Esaú e Jacó, que ao anoitecer toda a gente correu à praia para ver "a cesta de lustres no meio da escuridão tranqüila do mar".[12] Na ponte de embarque assistia-se ao desfile dos toaletes da corte, entre fardões de gala, casacas condecoradas e vestidos decotados.

O imperador trajava a invariável "casaca preta folgada" e na lapela portava apenas seu "fiel carneirinho" — presente na maior parte das fotos e ilustrações —, que representava a nobilíssima Ordem do Tosão de Ouro. A imperatriz, disfarçando o luto, vestia rendas de Chantilly pretas guarnecidas de vidrilhos.[13]

O salão oblongo, decorado com as bandeiras dos dois países, estava preparado para as danças; porém, da família imperial, só Pedro Augusto valsou. De fato, Suas Majestades Imperiais, o conde D'Eu e a princesa Isabel retiraram-se cedo, à uma da madrugada, "antes da ceia colossal" em que Ouro Preto saudou o Chile.[14]

No carnê de danças que cada senhora recebia, a seqüência dos estilos era rigorosa: "Quadrilha, valsa, polca, valsa novamente, lanceiros, valsa, quadrilha, mazurca, polca, quadrilha, valsa, lanceiros, valsa, polca, galope".[15] Eis aí um vasto programa. Era sábado, e lá dentro todos se divertiam, e muito.

Mas não era para menos. O Baile da Ilha Fiscal tinha se tornado um grande evento, especialmente montado para representar a imponência da monarquia. Tratava-se do primeiro baile oficialmente promovido pelo Império e para tanto foram distribuídos 3 mil convites, enquanto o palácio da ilha Fiscal era transformado em um salão iluminado por milhares de velas.

A festa mais parecia uma grande confraternização. Suspensos os conflitos, reuniam-se num mesmo salão liberais e conservadores, a corte e seus barões, e até mesmo o primeiro-tenente da Marinha, José Augusto Vinhaes, que teria um importante papel no golpe que selaria a sorte do Império alguns dias depois.

O povo, como sempre afastado dos grandes acontecimentos, foi premiado com fandangos e lundus, coroando seus reis enquanto nos salões se evidenciava o cenário da realeza decadente. No largo da Praça, bem em frente à ilha Fiscal, uma banda da polícia com farda de gala se responsabilizava por essa parte da diversão.[16] Mais uma vez, as várias festas do Império se encontravam, apesar dos estilos e motivos um tanto diferentes.

Não faltaram as anedotas. Ao desembarcar, fraco das pernas e amparado por seu médico Mota Maia, o imperador teria dado um leve tropeço. Sem perder a altivez, teria gracejado: "A monarquia tropeça mas não cai". Enquanto isso, os militares se reuniam em seu clube para combinar os últimos detalhes do golpe. Estávamos já em 10 de novembro de 1889; faltavam apenas cinco dias para o final da monarquia no Brasil. O ritual já não funcionava; ao contrário, causava irritação.

REPÚBLICA OU "OS SENHORES SÃO UNS DOIDOS"

> Noite de 14. Isso feito, Aires meteu-se na cama, rezou uma ode ao seu Horácio e fechou os olhos. Nem por isso dormiu [...] Às cinco e quarenta minutos estava de fé. Em novembro, sabes que é dia.
>
> Machado de Assis, Esaú e Jacó

Entrementes, as conspirações corriam soltas. Na verdade, a monarquia se achava cada vez mais isolada. Por um lado, desde 1874 existia um abismo político entre a Igreja e o Estado. O estopim teria sido a prisão de dois bispos — d. Vital e d. Macedo Costas — que tentaram restringir as atividades da maçonaria no Brasil. A resposta de d. Pedro (ele próprio um maçom) havia sido dura, e sua anistia para os prelados em setembro de 1875, antes de viajar aos Estados Unidos, não fora suficiente para apaziguar a situação.[17]

A questão religiosa, Rafael Bordalo Pinheiro, em O Mosquito, 1878. Na caricatura, o imperador é representado "dando a mão à palmatória" ao papa

Pio IX, que teria se imiscuído no conflito; atrás dele os ministros o apóiam, e o clero, na pessoa do cônego José Gonçalves Ferreira, aplaude. Em Araújo, 1996

Por outro lado, os proprietários do Vale do Paraíba, antigos aliados e políticos do Império, depois de a escravidão ter sido abolida — sem haver recebido qualquer indenização — haviam se bandeado para os lados do republicanismo. Conhecidos como "republicanos de última hora", os cafeicultores dessa região contavam com d. Pedro para a manutenção de sua escravaria, que nesse contexto representava boa parte do montante por eles acumulado. Com a promulgação da lei de 13 de maio, os laços que os uniam acabaram por ser rompidos e o Império navegava desgovernado, diante da agitação republicana.

Por fim, era do Exército que partiam as manifestações de maior descontentamento. Em suas fileiras estavam os principais defensores do positivismo e se difundia a idéia da República. Nos recintos do Exército um jovem oficialato entregava-se aos debates acadêmicos e às doutrinas filosóficas; Augusto Comte e Lafitte estavam na ordem do dia. Além disso, descontentes e insatisfeitos, desde o final da Guerra do Paraguai os líderes militares protestavam contra a proibição de que os oficiais se manifestassem sobre assuntos políticos por meio da imprensa. A situação já vinha tensa desde 1884, quando setores do Exército teceram elogios ao líder do movimento dos jangadeiros, Francisco do Nascimento; movimento que pôs fim, antecipadamente, à escravidão no Ceará. Por outro lado, em 1886, diante da recusa do marechal Deodoro da Fonseca — naquela época comandante de armas do Rio Grande do Sul — em punir oficiais considerados insubmissos, o barão de Cotegipe, chefe do gabinete naquele momento, demite Deodoro do cargo, apesar das manifestações de desaprovação. No entanto, a partir de 1887, e sentindo a importância crescente do Exército no cenário político, os conservadores realizam novas tentativas de converter Deodoro em "general do partido" (como anos antes o fora Caxias) e o convidam a voltar para a corte. Deodoro chega ao Rio de Janeiro em janeiro de 1887 e é recebido com entusiasmo pelos alunos da

Escola Militar.

Com a pressão paulista e a liderança de setores descontentes do Exército, o movimento em favor da República se alastrava. Nesse momento, não só Benjamin Constant, do Clube Militar, como Deodoro tiveram papéis destacados no movimento. Todavia, sobretudo Deodoro continuava reticente em virtude da presença do "velho". Segundo Calmon e Lyra[18] o marechal teria dito: "Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito".

Apesar do tom laudatório da maioria das biografias, o que ressalta é como, mais uma vez, a representação do imperador, embora um pouco fragilizada em razão de seu estado físico, era mais forte do que o regime, e de alguma maneira — a despeito das interpretações que menosprezam as personagens — era sua própria presença que parecia segurar um sistema político isolado e enfraquecido.

Os acontecimentos acabam se precipitando. João Alfredo pede demissão em maio de 1888 e ocorre um vazio no poder até que Ouro Preto assuma. Nesse ínterim, o movimento ganhava novos adeptos, sobretudo no Exército, quando, no dia 15, o boato da prisão de Deodoro antecipa o movimento. O marechal Deodoro, após a forte boataria, entra a cavalo no quartel-general, e depois do lapso de dar vivas a Sua Majestade o imperador, à família imperial e ao Exército, prende Ouro Preto, afirmando que levaria pessoalmente a formação do novo governo ao imperador. Essa passagem é objeto de controvérsia. Segundo Lyra,[19] a cena da entrada impetuosa no quartel, representada pela tela de Henrique Bernardelli (cujo estudo se encontra no IHGB), que mostra Deodoro, a cavalo e de barretina na mão, fazendo uma aclamação, é enganosa. Na verdade, teriam errado as interpretações ao afirmar que o quadro de Bernardelli perpetuara o grito de "viva a República" (que não houve) no Campo de Santana. Ao que parece, a República não se proclamou "no berro", nem deu Deodoro um grito homólogo ao também suspeito grito do Ipiranga. O "viva o Imperador" era regimental, significava a unificação do Exército e certa cautela com a separação. A República do Brasil não fora proclamada, mas aclamada.

Henrique Bernardelli retrata Deodoro no momento da proclamação da República; esta tela, apesar das controvérsias, transformou-se em símbolo oficial do Quinze de Novembro. O óleo pertence à Academia Militar das Agulhas Negras.

Deixando um pouco de lado as pequenas passagens, que revelam interpretações diversas do golpe, o que se sabe é que entre a demissão de Ouro Preto e a proclamação da República houve um hiato. O imperador ficara esperando ainda em Petrópolis uma visita de Deodoro que jamais ocorreria, pois, pelo que tudo indica, o marechal evitava encarar de frente o velho monarca. É só quando recebe os telegramas de Ouro Preto em que é participado sobre a deposição do Ministério que, em 15 de novembro, retorna à corte.

Lá chegando reúne-se no Paço com Isabel e o conde D'Eu, e toma consciência da situação ainda muito confusa que então se instalara. Destituído o Ministério, não havia outro gabinete imperial.

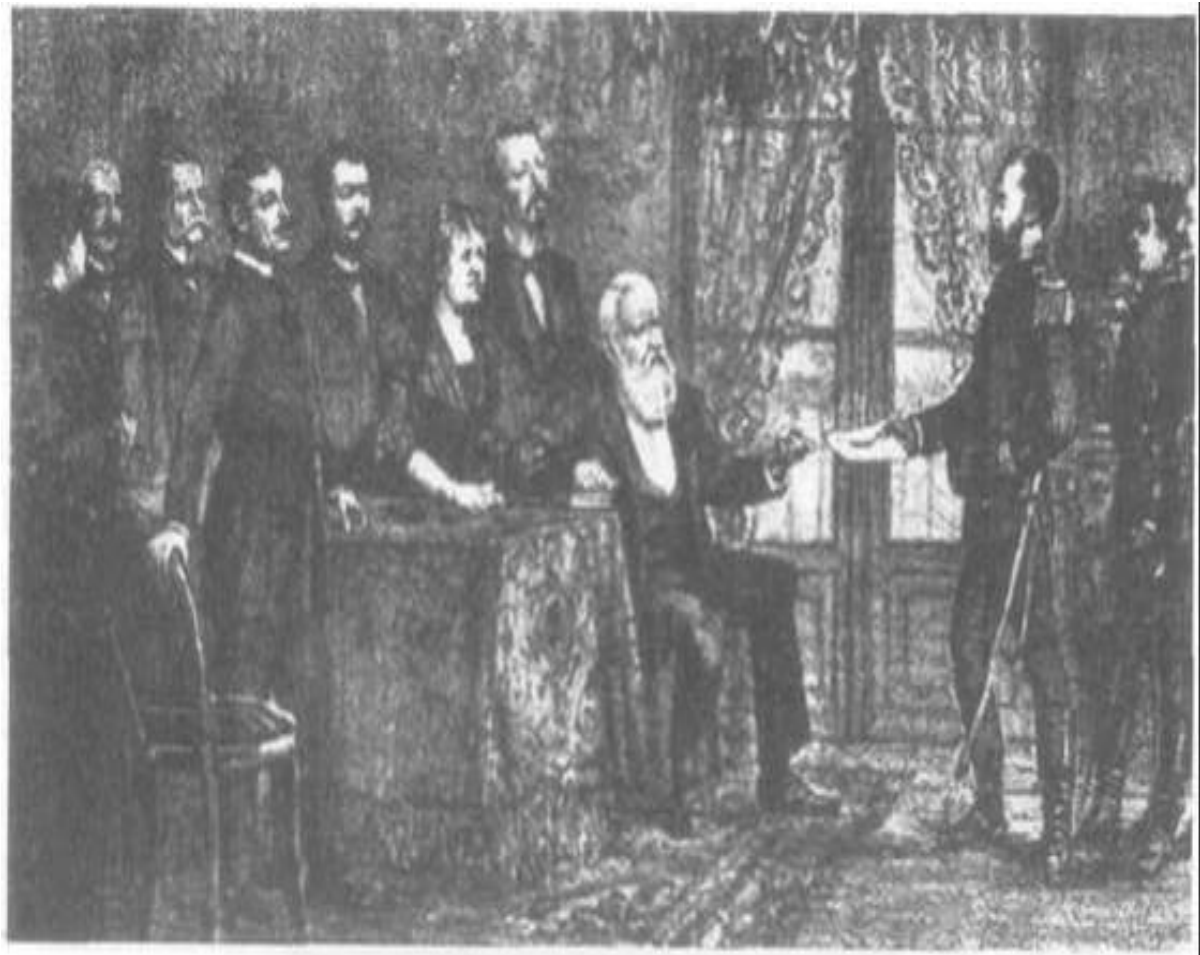
O povo, por sua vez, segundo Aristides Lobo, "assistia a tudo bestializado",[20] ao lado da família imperial, que até o fim não entendeu a atitude de Deodoro e tampouco a participação de Patrocínio, o qual, apesar de sua atuação na Guarda Negra, acabou retornando nesse momento às suas antigas convicções republicanas e agitava o movimento nas ruas. Deodoro, homem-chave na situação, além de doente, com uma forte dispnéia, mantinha-se ainda vacilante, assim como o imperador; este não acreditava na continuidade da revolução, que caminhava, nesse momento, muito lentamente.

Mas a situação se precipita. Em razão de um erro estratégico, é chamado para presidir o conselho Silveira Martins, chefe liberal gaúcho, que estando fora da corte só chegaria em 17 de novembro. Além disso, a indicação era duplamente enganosa, já que Martins era inimigo político de

Deodoro no Rio Grande do Sul. Mesmo assim, é só na noite do dia 15 que a situação se delineia e a República é, de fato, proclamada. Afinal, até então, o movimento não havia se definido, mais parecendo uma agitação interna do Exército.

A despeito da interpretação evidentemente parcial dos biógrafos de d. Pedro, o tom titubeante da movimentação é notável. O constrangimento era tal que, no momento da formalização do novo regime, em vez de mandarem uma delegação de altas patentes, ou de políticos tradicionais e diplomatas estrangeiros, foram enviados oficiais subalternos para comunicar, às três horas do dia 16 de novembro, o banimento da família imperial. A missão foi confiada ao major Frederico Sólon Sampaio Ribeiro, comandante das tropas que cercavam o Paço, que entregou o documento que participava a destituição do Ministério e do próprio imperador, e se retirou, não antes de cometer a "gafe" de chamar duas vezes d. Pedro de Vossa Majestade.[21]

Diferentemente das imagens oficiais, que circularam em jornais brasileiros, mostrando o ato solene de entrega do telegrama que declarava extinta a monarquia no Brasil, a situação era um tanto diversa. Nos desenhos, um imperador recostado recebe a comunicação de uma junta militar, em pose altiva e ereta. Mas a agenda dos fatos era outra. De fato, até mesmo os militares pareciam recear pela continuidade do movimento. Atitude semelhante mantinha o imperador, que logo na sua chegada ao Paço apenas teria dito: "Isso é fogo de palha, conheço meus patrícios". Com efeito, até então, o monarca parecia fiar-se na idéia de que "as monarquias não caem facilmente".



Ainda em Petrópolis, antes de descer à corte, ao ouvir a imperatriz repetir que tudo estava perdido, o monarca teria dito: "Qual senhora, chegando lá isso acaba!".[22] Mas a antiga confiança de d. Pedro estava agora abalada. No telegrama, o governo provisório comunicava a proclamação da República e dava o prazo de 24 horas à família real para que deixasse o país. Segundo os presentes, o imperador se manteve bastante sereno, e as mulheres choraram, enquanto os homens tentavam conter a emoção. Na resposta ao comunicado, o imperador brasileiro mais uma vez aderiria ao teatro e à dissimulação. Parafraseando Napoleão, que teria dito: "Abandono esse país que tanto amei", d. Pedro perpetuaria uma frase de efeito que terminava com a afirmação: "Este país que me é tanto afeiçoado".[23] Em ambos os casos, dois estrangeiros deixavam a pátria de seus súditos sem olhar para trás, altivos como convém aos imperadores, "que não carregam as mesmas emoções dos comuns mortais".

REPARTIÇÃO GERAL
—
TELEGRAPHOS

Trecho do telegrama comunicando ao imperador a proclamação da República. MIS

A partida foi fixada pelo monarca para as duas horas da tarde do dia

17; antes, assistiriam à missa das onze na Igreja do Carmo e esperariam pelo retorno dos filhos de Isabel, que se encontravam ainda em Petrópolis. No entanto, o fantasma da monarquia parecia tão vivo que o governo provisório, temeroso das manifestações favoráveis ao imperador e do choque com estudantes republicanos, comunicou que a partida deveria ser imediata; na madrugada do dia 17. D. Pedro e sua família embarcam, portanto, na calada da noite, e é nesse momento que ocorre o único diálogo tenso. Dizem que o imperador teria perguntado se Deodoro estava "no meio disso" e, ao ouvir a resposta positiva, teria afirmado: "Não sou negro fugido. Não embarco nessa hora", e ainda blasfemado: "Os senhores são uns doidos!".[24]

Já no dia 17 de novembro, porém, chegava às mãos de Rui Barbosa — ministro da Fazenda — uma carta com letra irregular, assinada por d. Pedro de Alcântara e datada do dia 16: "A vista da representação que me foi entregue hoje às três horas da tarde resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com toda a minha família para a Europa, amanhã, deixando esta Pátria de nós estremecida, a qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quase meio século que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me pois eu com todas as pessoas de minha família conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade".[25] Mais calmo, apesar de traído por sua própria letra, o ex-imperador respondia à intimação dos revolucionários, que exigiam seu embarque imediato.

Por sua vez, no mesmo sábado, dia 16 de novembro, o governo provisório publicava a seguinte nota: "Concidadãos: o povo, o exército e a armada nacional em perfeita comunhão de sentimento com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo [...]".[26] Os termos começavam a mudar, assim como os novos tempos.

ERCIO 61

No jornal parisiense as imagens recriam o ambiente; na litografia a proclamação aparece como um ato popular, mais próximo do ambiente da Revolução Francesa. Em L'Illustration, novembro de 1889. MMP

Na pena de um pintor popular baiano fica o testemunho datado de novembro de 1889. (Ver fig. 15 do caderno-cor 2.) Na imagem, a despedida mais se assemelha a uma festa. Porém, a alegoria faz mais: concentra uma série de representações da época. Em primeiro lugar, toda a ambientação é imaginária, já que a família imperial não partiu da Bahia e sim do Rio de Janeiro. Mas o local importa pouco, pois na pintura tudo parece ser, ao mesmo tempo, simbólico, imaginário e real. Ao fundo, do lado direito, aparece a família imperial. No barco estão Teresa Cristina e Isabel (que chora). Adentrando o barco, o conde D'Eu e seus filhos recém-chegados de Petrópolis. Por fim, o imperador, acenando com a cartola para a população e para a Barral (que na realidade já não se encontrava no Brasil).

Abaixo à direita aparece uma série de ex-escravos, que representam a negritude e a miscigenação. A esquerda, uma alegoria feminina simboliza a nação brasileira: a saia vermelha, o Império; a blusa branca, a República. Na cena em primeiro plano, a alegoria recebe o barrete branco das mãos da providência divina — o que marca a falta de derramamento de sangue — e entrega a coroa a Deodoro, Rui Barbosa, Floriano Peixoto e Quintino Bocaiúva (cujas feições são bastante próximas das reais). A bandeira da República não traz os dizeres "Ordem e Progresso", uma vez que o quadro teria sido elaborado no dia 16, três dias antes do dia da Bandeira.

A saída de d. Pedro, todavia, não foi tão colorida, como retratada na pintura. Circundado por alguns exilados e outros auto-exilados — Mota Maia, o conde Aljezur, os barões de Muritiba, os barões Loreto, a viscondessa da Fonseca Costa e o professor Seybold —, o imperador partiu no Alagoas, selando o fim da monarquia mas não do mito chamado d. Pedro.

A República que ficava estava longe de parecer consolidada. O imperador duvidara de sua continuidade até o último instante, assim como

os próprios líderes do movimento. Nada como recorrer mais uma vez a Machado de Assis, em Esaú e Jacó, particularmente ao hilário caso do dono da Confeitaria do Império: "Seu Custódio mal terminara de encomendar uma nova tabuleta para a sua tradicional 'Confeitaria do Império'" quando soube do ocorrido. Pediu, então, ao pintor que interrompesse o trabalho, que a essa altura estava na seguinte situação: "Só algumas das letras ficaram pintadas, — a palavra Confeitaria e a letra d. A letra o e a palavra Império estavam só debuxadas a giz".[27] Contudo, para desespero do sr. Custódio, o trabalho foi concluído. Em vista da necessidade de uma nova placa, Custódio procurou o conselheiro Aires, o qual sugeriu que o nome passasse para Confeitaria da República. Temeram, no entanto, que em poucos meses pudesse haver outra reviravolta e novamente o nome do local tivesse que ser alterado. O conselheiro propôs, então, Confeitaria do Governo, que se prestava a qualquer regime. Mas depois concordaram que qualquer governo tem oposição, e que essa bem poderia quebrar a tabuleta. Aires arriscou ainda que Custódio mantivesse o nome original — Confeitaria do Império — e só acrescentasse "fundada em 1860", a fim de dirimir quaisquer dúvidas. O proprietário, porém, achou que o tom o ligaria a tudo o que "é antigo", o que naquela época de modernidade não soava muito bem. Decidiram, enfim, pôr no estabelecimento o nome do próprio dono: Confeitaria do Custódio. E assim terminava a complexa conversação: "Gastava alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, Custódio em vez de Império, mas as revoluções trazem sempre despesas".[28]

A partida de d. Pedro: maleta na mão, coroa nas costas.
Em Revista Ilustrada, novembro de 1889. MIP

18

O EXÍLIO E A MORTE DE UM IMPERADOR: NOVAMENTE O MÁRTIR DA NAÇÃO[1]

D. Pedro em foto de N. Blanc, Paris, 1890-91. MIP

A saída de d. Pedro foi descrita de forma contraditória. Dizem alguns biógrafos que o povo correu ao porto a fim de dar seu último adeus ao Alagoas, que partia com a antiga bandeira da Coroa imperial. Tais relatos, que transformam a expulsão em uma "festa de despedida", destoam, porém, das crônicas de época. Raul Pompéia, em página melancólica, descreve os últimos momentos do imperador no Brasil de modo bastante distinto:

Uma noite histórica

(Do alto da janela do Largo do Paço)

Às três da madrugada de domingo, enquanto a cidade dormia tranqüilizada pela vigilância tremenda do Governo Provisório, foi o Largo do Paço teatro de uma cena extraordinária, presenciada por poucos, tão grandiosa no seu sentido e tão pungente, quanto foi simples e breve.

Obedecendo à dolorosa imposição das circunstâncias [...] o governo teve necessidade de isolar o Paço da cidade, vedando qualquer comunicação do interior com a vida da capital [...]

Muitos personagens eminentes do Império e diversas famílias, ligadas por aproximação do afeto à família Imperial, apresentaram-se a falar ao Imperador e aos seus augustos parentes, retrocedendo com o desgosto de uma tentativa perdida [...]

Quando anoiteceu foi fechado o trânsito pelas ruas que o rodeiam [...]

Um boato oficial [...] espalhara a notícia de que o Sr. D. Pedro de Alcântara (que se sabia dever embarcar para a Europa em conseqüência da revolução do dia 15) só iria para bordo no domingo de manhã [...]

Pobre D. Pedro! Em homenagem à severidade da determinação do governo revolucionário, ninguém queria ter sido testemunha da

misteriosa eliminação de um soberano [...]

Às três horas da madrugada, menos alguns minutos entrou pela praça um rumor de carruagem. Para as bandas do paço houve um ruidoso tumulto de armas e cavalos. As patrulhas que passeavam de ronda reiteravam-se todas a ocupar as entradas do largo, pelo meio do qual, através das árvores, iluminando sinistramente a solidão, perfilavam-se os postes melancólicos dos lampiões de gás. Apareceu então o préstito dos exilados.

Nada mais triste. Um coche negro, puxado a passo por dois cavalos, que se adiantavam de cabeça baixa, como se dormissem andando. À frente, duas senhoras de negro, a pé, cobertas de véus, como a buscar caminho para o triste veículo. Fechando a marcha um grupo de cavaleiros, que a perspectiva noturna detalhava em negro perfil [...]

Quase na extremidade do molhe, o carro parou e o Sr. D. Pedro de Alcântara apeou-se — um vulto indistinto entre outros vultos — para pisar pela última vez a terra pátria [...]

O embarque foi rápido. Dentro de poucos minutos ouvia-se um ligeiro apito, ecoava no mar o rumor igual da hélice da lancha; reaparecia o clarão da iluminação interior do barco; e, sem que se pudesse distinguir nem um só passageiro, a toda a força de vapor, o ruído da hélice e o clarão vermelho afastavam-se da terra.[2]

Diferentemente da imagem celebrante do anônimo pintor baiano que fazia da saída da família real quase uma festividade, o texto de Raul Pompéia deixa transparecer um misto de sentimentos: culpa, tristeza e mesmo certa vergonha. Em vez da luz forte do sol, temos o escuro da noite; em lugar da recepção calorosa, a partida solitária, sob olhares escondidos.

A família foi acompanhada por alguns auto-exilados, como o dr. Mota Maia, as famílias Loreto, Muritiba, Aljezur, André Rebouças e o príncipe Augusto, que embarcara quase sem bagagem por causa da pressa e das dificuldades de transporte. Mantendo sua aura mítica, o imperador deixava

saber que só levaria a sua primeira edição de Camões — "essa lhe bastava". De fato, d. Pedro confirmava o dito popular: "Os reis não são expulsos, mas partem".

Tendo embarcado no navio Paraíba, é só na ilha Grande que entram a bordo do Alagoas, sendo acompanhados de perto pelo navio Riachuelo, que faria o comboio até que deixassem águas brasileiras. Irritado, porém, d. Pedro dispensa o comboio, mesmo porque este, mais lento, retardava a marcha e o exílio da ex-família imperial.

Mas no Alagoas as notícias chegavam desencontradas. Comentava-se, sem muita certeza, a expulsão de Ouro Preto, e Pedro Augusto mostrava sinais de desequilíbrio emocional. Tudo levava a uma nova imagem de mártir. "Mártir na tenra infância", "mártir no casamento", "mártir na vida" (um sábio que dizia só querer ser professor), "mártir na expulsão precipitada", d. Pedro era agora uma encarnação do "mártir no exílio". Nos poemas escritos no navio completava-se a figura:

> Breve não avisto mais a pátria amada
>
> Como prece de Deus sempre atendida
>
> E passando o dilúvio desprendida
>
> Pomba...[3]

O navio Alagoas, que transporta o
ex-imperador, aporta em Lisboa.
Em L'Illustration, 1889. MMP

É na chegada a Portugal que se formaliza o banimento. Além da expulsão, o decreto de 23 de dezembro de 1889 proibia que a família imperial tivesse imóveis no país, concedendo um prazo de seis meses para a liquidação das propriedades existentes. Destinava, por fim, uma ajuda de 5 mil contos para o estabelecimento do ex-imperador no estrangeiro.

No entanto, em 8 de janeiro de 1890, d. Pedro rejeitava a quantia, afirmando que "não aceitaria ou agradeceria o favor das mãos do general que tudo lhe levara".[4] Só receberia as dotações a que tinha direito por meio das leis e compromissos antes existentes. A reação do ex-imperador só fez por irritar o governo provisório, que em resposta seca, e redigida por Rui Barbosa, comenta a atitude:

> Decreto: 1
>
> [...] o governo provisório mantendo, todavia, essa vantagem ao príncipe decaído era simplesmente uma providência de benignidade republicana destinada a atentar os instintos pacíficos e conciliadores do novo regime ao mesmo tempo que uma homenagem retrospectiva à posição que o ex-imperador ocupava no país [...] A atitude [...] assumida pelo Sr. D. Pedro de Alcântara [...] carrega veleidades inconciliáveis com o sistema republicano.
>
> Decreto: 1. É banido do território brasileiro o Sr. Pedro de Alcântara e com ele toda a sua família.
>
> 2. Fica-lhe vedado possuir imóveis no Brasil devendo o Imperador no prazo de seis meses liquidar os bens que aqui tenha.
>
> 3. É revogado o decreto de 16 de novembro de 1889 que concedeu ao Sr. D. Pedro de Alcântara 5000 contos de ajuda e custo para seu estabelecimento no estrangeiro.

4. Consideram-se extintas as dotações ao Sr. Pedro de Alcântara e sua família. Revogam-se as disposições em contrário.[5]

O decreto revela como d. Pedro conseguira irritar os novos dirigentes, que não contavam com sua negativa. O documento traz consigo as marcas dos ânimos exaltados. É evidente que os artigos 1 e 2 — cuja marca de tinta é diferente — foram colocados após o 3 e 4. Tanto é verdade que, em um ato de descuido, Rui Barbosa esqueceu de transformar o 1 em 2, e restaram dois decretos número 1. O fato é que o ex-imperador surpreendia na sua despedida.

D. Pedro viveria, a partir de então, dos favores dos amigos, sobretudo de Penedo, e alardeando uma simplicidade coerente com a representação de mártir, que publicamente assumia; nada pior para a imagem da República, que preferiria alardear a sua "benignidade" e seus "instintos pacíficos e conciliadores".

Em alguns jornais europeus e especialmente na França certa incredulidade pairava no ar. Comentava-se o caráter pacífico do golpe e até mesmo uma possível retomada do Império, a qual se resumiu, afinal, a imagens, boatos e desenhos sem maior eficácia.

Na verdade, é difícil avaliar o impacto local da proclamação da República, no nível das mentalidades. O certo é que no meio das elites pairou "uma sensação geral de libertação, que atingiu não só as idéias, mas também os sentimentos e atitudes".[6]

LE TROUPIER

LES ROIS S'EN VONT !

Boulanger va offrir ses adieux à Don Pedro pour rétablir l'empire brésilien.

A legenda diz: "O general Boulanger e mme. de Bonnemains oferecem sua espada para o restabelecimento de um Império honesto", em Le Troupier, Paris. CRV

Imagem de d. Pedro à época da coroação, pichado com o "Viva a República". MIP

Para a população negra, porém, a monarquia continuava estranhamente a representar, mesmo que metaforicamente, a libertação. Tal postura pode ser reconhecida na ojeriza que Lima Barreto, o mais popular romancista do Rio, nutria pela República. Neto de escravos, Barreto assistira aos sete anos às comemorações da Abolição e às festas promovidas por ocasião do regresso do imperador de sua última viagem à Europa, ainda em 1888. Nesse sentido, não só o seu livro Triste fim de Policarpo Quaresma representa o final das utopias ingênuas, como o romancista, em suas crônicas, relata como seu pai, logo em 1890, operário da Tipografia Nacional, foi demitido sumariamente pela política republicana.[7]

Caso representativo ou não, o fato é que o novo regime republicano ganhava, publicamente, a batalha ideológica. A República surgia como um recurso à modernidade, à racionalidade nas relações, um sinal dos novos tempos. Nesse jogo caberia ao governo alterar símbolos e todos os traços que lembravam o antigo regime.

Ao mesmo tempo que o novo governo tomava as primeiras medidas, modificavam-se também rapidamente nomes e símbolos, na tentativa de concretizar a mudança de regime. Artur Azevedo, em Vidas alheias, comenta ironicamente a troca veloz dos retratos de repartição:

> Enfermo a 14 de novembro, na segunda-feira o velho Lima voltou ao trabalho, ignorando que no entretempo caíra o regime. Sentou-se, e viu que tinham tirado da parede a velha litografia representando D. Pedro de Alcântara. Como na ocasião passasse um contínuo, perguntou-lhe:
>
> — Por que tiraram da parede o retrato de sua majestade? O contínuo respondeu, num tom lentamente desdenhoso:
>
> — Ora, cidadão, que fazia ali a figura do Pedro Banana?

— Pedro Banana! — repetiu raivoso o velho Lima. E sentando-se, pensou com tristeza:

— Não dou três anos para que isto seja uma república![8]

O Natal republicano. — Trouxe-lhes as maiores novidades do dia, tudo quanto achei de mais republicano.., em Revista Ilustrada, 1889-90. MMP

FRIGOS & TOUCAN

Artigos de toucador, pote com representação da República. CEA

O mesmo jornalista que anos antes ridicularizara o polêmico caso do "roubo das jóias da Coroa", agora brincava com a escassa popularidade do golpe da República, que se afirmava mediante a imposição de uma simbologia nova, obrigatoriamente diversa da anterior. O largo do Paço passou a ser Quinze de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil; o Colégio Pedro II, Colégio Nacional; o Cemitério de São João Batista, Sul-Colombiano; o vistoso conjunto de residências Vila Ouro Preto foi batizado com o nome de Vila Rui Barbosa, assim como se alteravam as moedas do país, sem dúvida uma imagem de circulação alargada. Em Petrópolis o mesmo fenômeno ocorria: a rua do Imperador virava Quinze de Novembro; a da Imperatriz, Sete de Setembro; a rua Bourbon se tornou Cruzeiro, e a da Princesa D. Francisca, rua General Osório; a Bom Retiro, Floriano Peixoto; a Dona Januária, Marechal Deodoro, e assim por diante. Nesse embate, que era também simbólico, nada poderia lembrar, nem sequer enaltecer, o regime destituído.

A voga chegou aos nomes próprios, que passavam a se inspirar nos modelos republicanos norte-americanos — Jefferson, Franklin, Washington —, ou voltavam aos clássicos da Antiguidade romana: Múcio, Mário, Cornélia e Caio.[9] Os rostos e motivos impressos no papel-moeda circulante também mudariam rapidamente: saem d. Pedro II e a monarquia, entram as imagens da nova República dos Estados Unidos do Brasil.

Papel-moeda, uma guerra de imagens: modelos do Império e da República. MIP

Mas a maré de mudanças não se restringiu aos nomes e formalidades. Uma nova lista de festas nacionais substituiria as antigas datas do Almanak Laemmert: o Primeiro de Janeiro celebraria a fraternidade universal; o Treze de Maio, a fraternidade dos brasileiros; o Catorze de Julho, a República francesa; o Vinte e Um de Abril, os precursores (resumidos na figura de Tiradentes). Era preciso reescrever a história do país, criar uma nova memória, que encontrasse agora motivos republicanos.

Machado de Assis, no dia 22 de maio de 1892, em A Semana, escreve com ironia sobre o novo herói da República, Tiradentes, que ganhou proeminência só a partir de 1890: "Esse Tiradentes se não toma cuidado em si acaba inimigo público. Pessoa cujo nome ignoro escreveu essa semana algumas linhas a fim de retificar a opinião sobre o grande mártir da inconfidência [...] Não será possível imaginar que, se não fosse a indiscrição de Tiradentes, que causou o seu suplício, e o dos outros, teria realidade o projeto? Daqui a espião da polícia é um passo [...] Mas ainda restará alguma coisa ao alferes; pode-se-lhe expedir a patente de capitão honorário [...] Antes isso que nada".

O certo, porém, é que o culto a Tiradentes não se iniciou nessa

época. Segundo Carvalho,[10] um dos marcos do processo data de 1872, quando foi publicada a obra de Joaquim Norberto de Souza e Silva — História da conjuração mineira —, que teria gerado grande controvérsia. No entanto, foi só após a República que se intensificou o culto cívico a Tiradentes, e apenas em 1890 a personagem virava feriado nacional.

Além disso, foi também na década de 90 que a figura de Tiradentes, até então pouco retratada, passou a se associar à imagem de Cristo. Décio Vilares distribuiu para o desfile de 1890 uma litografia em que aparecia o busto de Tiradentes, cuja placidez era a própria representação de Jesus Cristo. Em 1892, o mesmo artista voltou a retratar o inconfidente, dessa feita em uma pintura a óleo. Outro artista, ainda — Aurélio de Figueiredo —, terminaria uma nova tela de título significativo: O martírio de Tiradentes. Isso sem falar da representação realista de Pedro Américo, de 1893, que mostra Tiradentes esquartejado sobre o cadafalso.[11]

À memória de Tiradentes. Em Revista Ilustrada, 21/4/1890-92. MMP

TIRADENTES

Tiradentes, litografia de Décio Vilares, Igreja Positivista do Brasil, 1890

Tiradentes, óleo de Décio Vilares, 1892. MMP

A partir desse momento a figura do novo herói ganharia a iconografia política. Não só nas telas, mas também nas revistas satíricas, a imagem de Tiradentes começará a aparecer como mártir e símbolo maior da República.

No primeiro aniversário da independência brasileira, durante a República, a comemoração é distinta: o indígena de um lado, Tiradentes de outro. Gravura anônima. MMP

Mas, como sempre, Machado de Assis se adiantava, por meio do sarcasmo, em relação à sua época. A crítica do escritor não se resume ao novo herói republicano. Ele descreve com humor o cotidiano dos novos títulos, assim como a mudança no vocabulário. A pretensa substituição pelo termo francês cidadão aqui convive com os antigos títulos imperiais:

[...] Tudo pede certa elevação. Conheci dois velhos estimáveis,

> vizinhos, que esses tinham todos os dias a sua festa artística. Um era cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviço em relação à Guerra do Paraguai; o outro tinha o posto de tenente da guarda nacional da reserva, a que prestava bons serviços. Jogavam xadrez, e dormiam no intervalo das jogadas. Despertavam-se um ao outro desta maneira: "Caro major! — Pronto, comendador!" Variavam às vezes: — "Caro comendador!" — "Aí vou major". Tudo pede certa elevação.[12]

Com efeito, se os títulos foram abolidos com base em um dos primeiros decretos da jovem República,[13] conservavam-se os nomes. Esse é o caso de Rio Branco, filho do visconde do Rio Branco, que herdou não só o prestígio como o nome do pai, um ilustre representante da elite do Império. Rio Branco, apesar de monarquista convicto, não deixou de ser convocado, anos mais tarde, por Rodrigues Alves para exercer o cargo de ministro das Relações Exteriores, no qual se manteve até sua morte em 1912.[14]

A substituição do termo corte por capital federal também gerou estranheza. Mais uma vez Machado de Assis:

> Há uma vaga na deputação da Capital Federal [...] Eu digo Capital Federal que é um simples modo de qualificar esta cidade, sem nome próprio, pela razão de ser a designação adotada constitucionalmente. Antes do dia 15 de Novembro dizia-se Corte, não sendo verdadeiramente corte senão o paço do imperador e o respectivo pessoal; mas tinha o seu nome de Rio de Janeiro, que não é bonito nem exato, mas era um nome, Guanabara, carioca, só eram usados em poesia [...] A única esperança que podemos ter é que se faça a capital nova; segue-se naturalmente a devolução de nosso nome antigo ou decretação de outro.[15]

Outros símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, seriam, como vimos, rapidamente modificados. O hino conservou a melodia imperial, a bandeira manteve as cores dos Bragança e Habsburgo, mudando-se, porém, a explicação das mesmas.[16] Por fim, arrancaram o café e o fumo. Diria

Coelho Neto, em Fogo-fátuo, que o café caíra porque a "última medicação de D. Pedro foi a cafeína. Mas o fumo? Não consta que o Sr. Pedro II fumasse [...]".

Além disso, enquanto o indígena foi o símbolo dileto durante o Império — para a exaltação e para a crítica —, a partir da República é a representação da mulher heróica, numa evidente alusão à alegoria francesa, que ganha a cena. Nos anúncios de produtos, nas imagens oficiais e até na pena crítica das revistas ilustradas é agora a figura feminina que representa a República. Aí estava, sem dúvida, uma seleção um pouco artificial em um ambiente em que as mulheres mal-e-mal eram vistas na paisagem pública. Para as senhoras da elite era reservado o primado dos salões e dos bailes, ou o famoso "reinado do lar". O mundo da política e da participação era ainda um privilégio bem guardado dos "cavalheiros".[17](Ver fig. 16 do caderno-cor 2.)

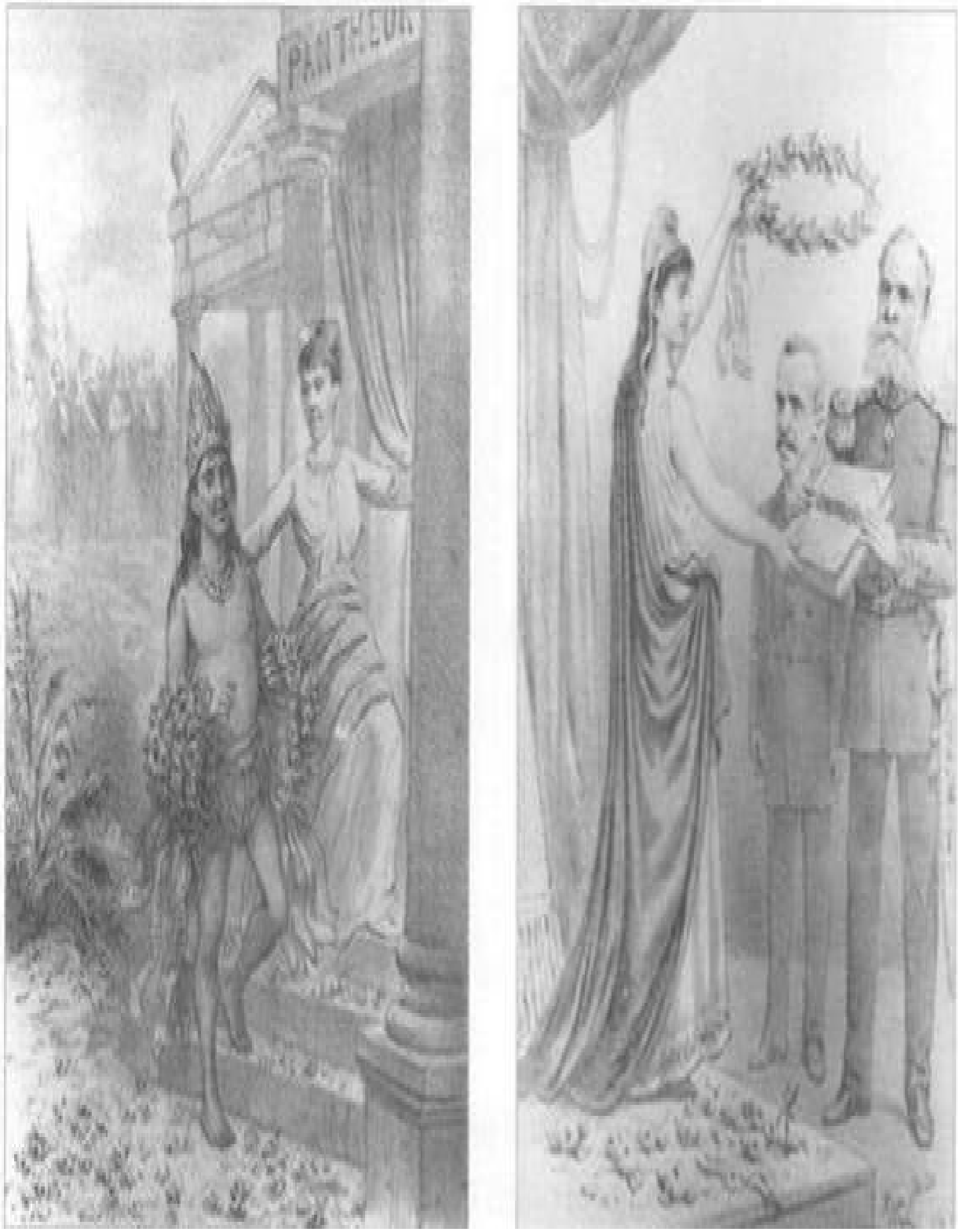
A associação paródica da República se deu já na tradição clássica, especialmente romana, mas foi na França, no período que precedeu a Terceira República, que a figura de Marianne se popularizou. Reconhecida pela imagem da mulher jovem, que veste uma túnica e o gorro frígio — representação que aliava as noções de liberdade, felicidade e fertilidade maternas —, no Brasil a alegoria fracassou, mesmo em sua versão positivista, inspirada em Clotilde de Vaux.

Segundo Carvalho,[18] o esforço inicial partiu da imprensa periódica, que já em 1888 introduzia a figura feminina que andava descalça ou de sandálias, portando a bandeira nas mãos. Nos primeiros momentos, porém, a nova representação da pátria compartilhava, por vezes, espaços com o indígena — figura consagrada no Império — ou mesmo com a imagem de Tiradentes, novo herói republicano.

Nos anos subseqüentes, sozinha, como bebê, acompanhada de seu modelo francês e do indígena do Império ou laureando a Constituição brasileira, o novo símbolo feminino ganha lugar na imprensa satírica brasileira.

Alegoria da República. Manoel Lopes Rodrigues. Em Carvalho, 1996

Um ano!, em Revista Ilustrada, 15/11/1890. MMP



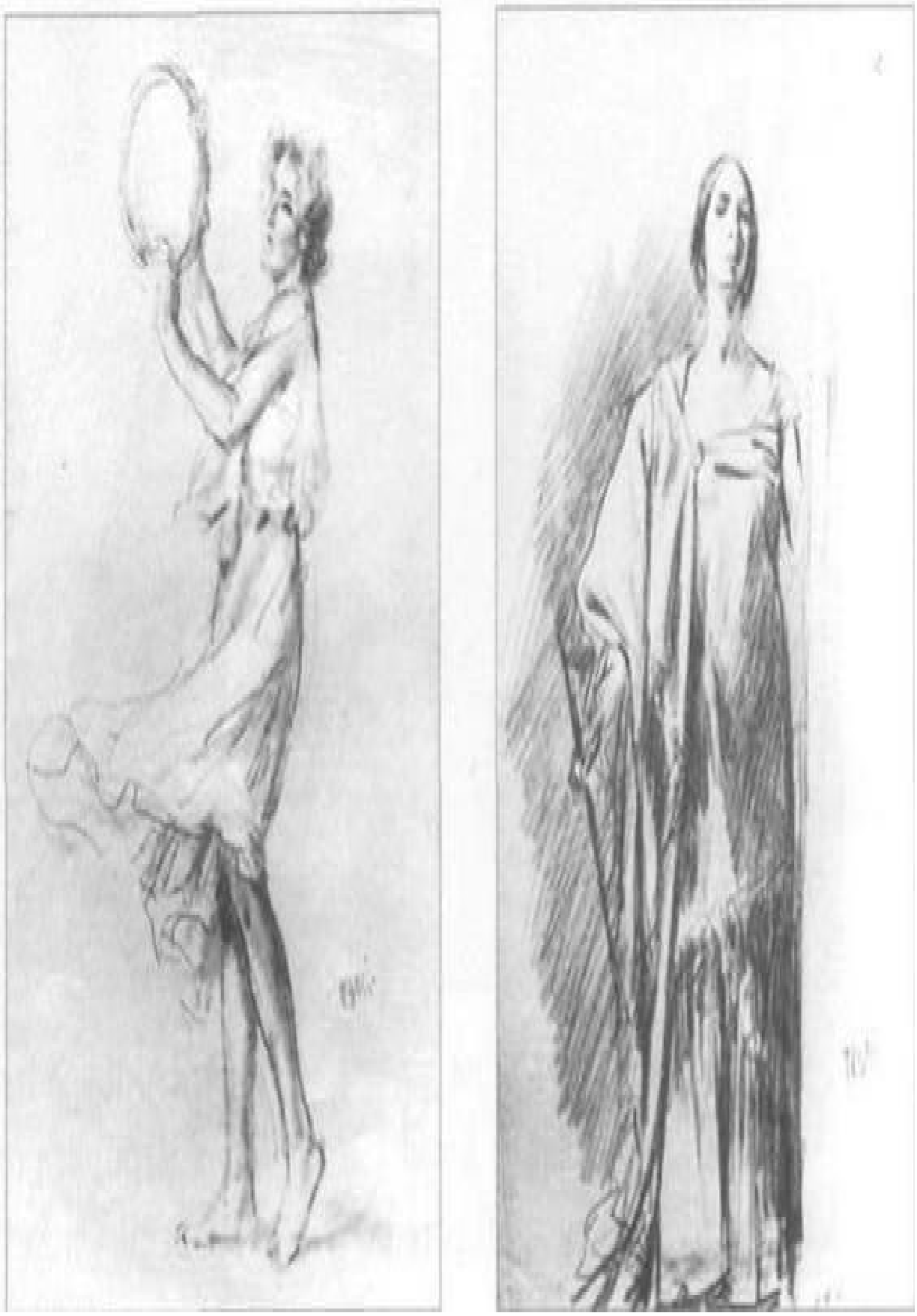
A mulher republicana recepciona o indígena do Império, que adentra o novo cenário político. Em Revista Ilustrada, 1889-90. MMP

A República argentina e os Estados Unidos do Brasil selam pacto. Em Revista Ilustrada, 1889. MMP

Glória à pátria! Honra aos heróis de 15 de novembro de 1889, em Revista Ilustrada, 1889-90. MMP

No entanto, à diferença do que ocorrera com Tiradentes, a penetração desse tipo de representação foi limitada entre os pintores

brasileiros, que, excetuando o positivista Décio Vilares e Bernardelli, basicamente ignoraram a nova simbologia. Mais uma vez, pode-se perceber como o exercício de manipulação simbólica não é aleatório. Ou seja, sem a existência de um respaldo cultural sua manifestação tende a cair no vazio. É o caso dessa frustrada tentativa de imposição de um imaginário feminino (combativo e atuante), nesse momento tão distante da realidade local. (Ver fig. 18 do caderno-cor 2.)



Bernardelli rascunhando a nova representação feminina. Desenhos. MMP

A nova mulher republicana, militante na política e no trabalho.
Desenhos de H. Bernardelli. MMP

São muitos os indícios de que esse tipo de imagem teria pequena recepção. A própria Revista Ilustrada, assim como fizera com a figura do indígena durante o Império, passará a utilizar a figura feminina para mostrar, já em inícios do século, as críticas e a decepção com a República. Em 1908, a revista Fon-Fon! divulgaria um debate sobre a "melhor representação cultural para o Brasil", nem se cogitando mais, portanto, na representação feminina; o grosso das críticas recaía sobre a antiga figura do indígena. Desastrada em sua imposição como representação oficial da República, a idealização da mulher ganhou, porém, espaço nas propagandas modernistas e coloridas, que na época farão parte das revistas ilustradas. Lindos, ativos e cosmopolitas, esses símbolos femininos eram ainda uma imagem distante a ser apreciada. (Ver figs. 23 a 27 do caderno-cor 2.)

Exposição Nacional de 1908: primeiro centenário da abertura dos portos

brasileiros
ao comércio internacional. MMP

Mesmo na historiografia invertiam-se modelos tradicionais de análise. Enquanto o IHGB se mantinha fiel a seu antigo protetor, alguns novos intelectuais combatiam a memória histórica, até então bastante intocada, de d. Pedro. Carlos Mendonça Sussekind, por exemplo, escreve Quem foi d. Pedro II — Golpeando de frente o saudosismo (1929), no qual ataca não só o IHGB, chamando-o de "último reduto sebastianista", como a vangloriosa erudição do ex-monarca. Medeiros e Albuquerque publica o livro Poesias completas de d. Pedro II (1932), em que critica a qualidade literária dos poemas do imperador deposto e ironiza "os louvaminheiros de D. Pedro II [...] que proclamava falar admiravelmente bem as línguas de todos os selvagens do Brasil".[19]

Estando o monarca longe, a batalha simbólica parecia realizar-se, pois, com um vencedor predeterminado. A República brasileira recriava nomes, sons, heróis, símbolos, memórias e monumentos.

Enquanto isso, no exílio, mais um golpe selaria a sorte e a biografia de d. Pedro. Em 28 de dezembro, quando visitava a Academia de Belas-Artes, o imperador foi chamado às pressas ao Grande Hotel do Porto, pois a imperatriz sofrera um ataque cardíaco. Ao chegar ao local, acompanhado por Ouro Preto e seu filho Afonso Celso, encontrou Teresa Cristina já morta, aos 67 anos. Comentam os cultores da vida desse monarca que a imperatriz, nos instantes finais, teria se segurado na baronesa de Japurá e sussurrado: "Maria Isabel, não morro de moléstia, morro de dor e de desgosto". Escrevia-se mais uma página da cultura política deste país: "a grande mãe da pátria morria só, em seu martírio". O imperador, por seu lado, redigia no diário: "Custa-me crer. Sempre desejei precedê-la na morte. Abriu-se um vácuo na minha vida que não sei como preencher [...] Só o estudo me consolará". Nota-se, portanto, como a vida de Pedro II, mesmo nos momentos mais pungentes, aparece cercada de elementos que lhe adornam a imagem. Vinha da Academia de Artes e iria se refugiar nos

livros, ante a dor da perda daquela que com o tempo de convivência se convertera em uma presença constante e solidária. O exílio começava de maneira penosa: a imperatriz morria no Grande Hotel do Porto em Portugal, logo depois da chegada do Alagoas, e d. Pedro Augusto, privado da razão, era internado em uma casa de saúde nos arredores de Viena.

Resta dessa época um poema que d. Pedro teria escrito por ocasião da morte da imperatriz:

Corda que estala em harpa mal tangida

Assim te vais ó doce companheira

Da fortuna e do exílio, verdadeira

Metade da alma entristecida

Como foste feliz! Dorme outro sono

Mãe do povo, acabou-se o martírio;

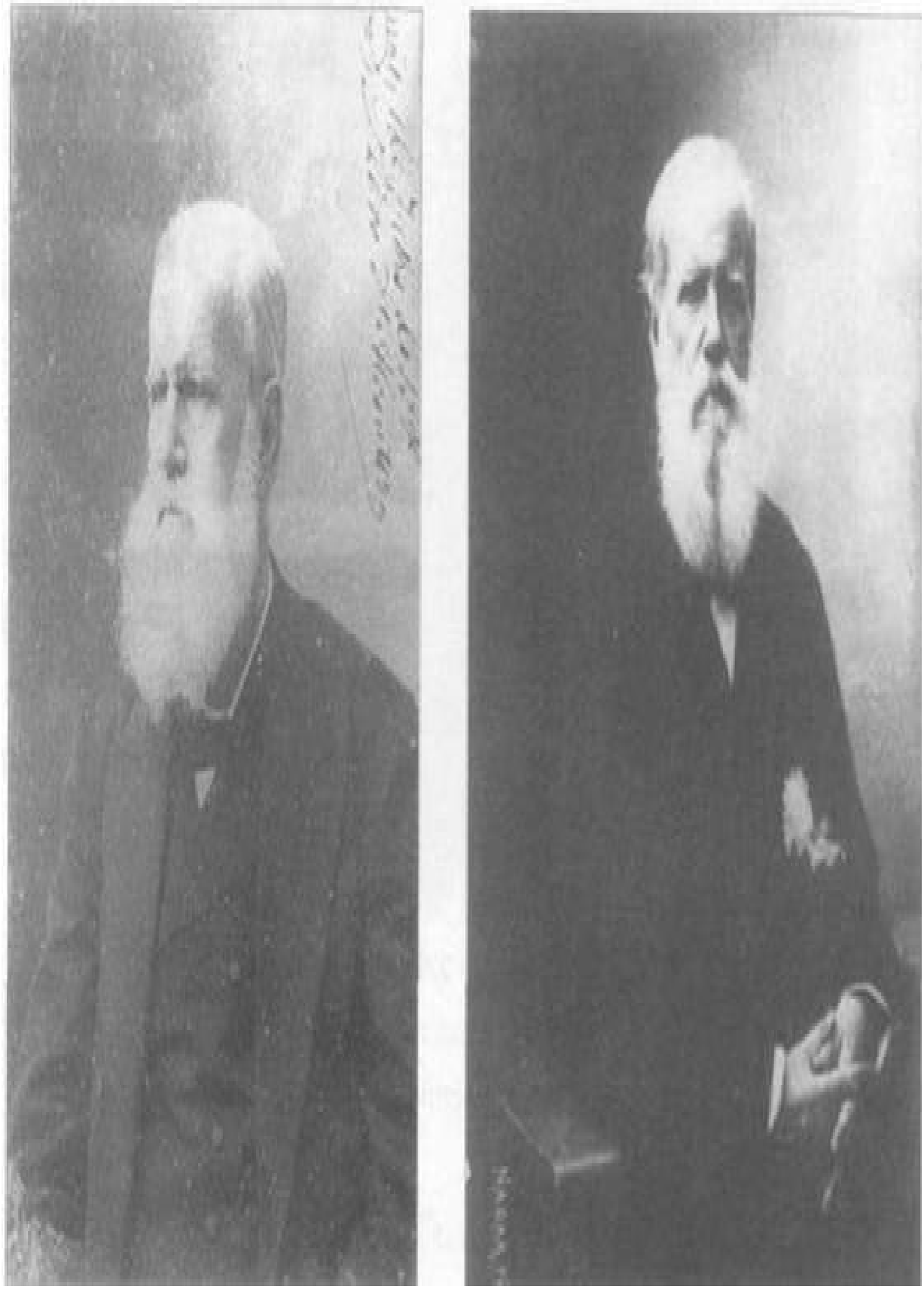
Filha de reis, ganhaste um grande trono [...]

Segundo os relatos, d. Pedro se isolava cada vez mais, acompanhado por seus livros e suas traduções. É dessa maneira que Ouro Preto e o filho o encontram, logo após o falecimento da imperatriz. "[...] Sua Majestade, porém, mal soube de nossa presença ordenou que nos dessem ingresso. Modestíssimo o seu quarto: — a um canto, cama desfeita; em frente, um lavatório comum; no centro, larga mesa coberta de livros e papéis. Um sofá e algumas cadeiras completavam a mobília. Tudo frio, desolado, nu. Os joelhos envoltos com cobertor ordinário, trajando o velho sobretudo, D. Pedro lia sentado à mesa um grande livro, apoiando a cabeça na mão."[20]

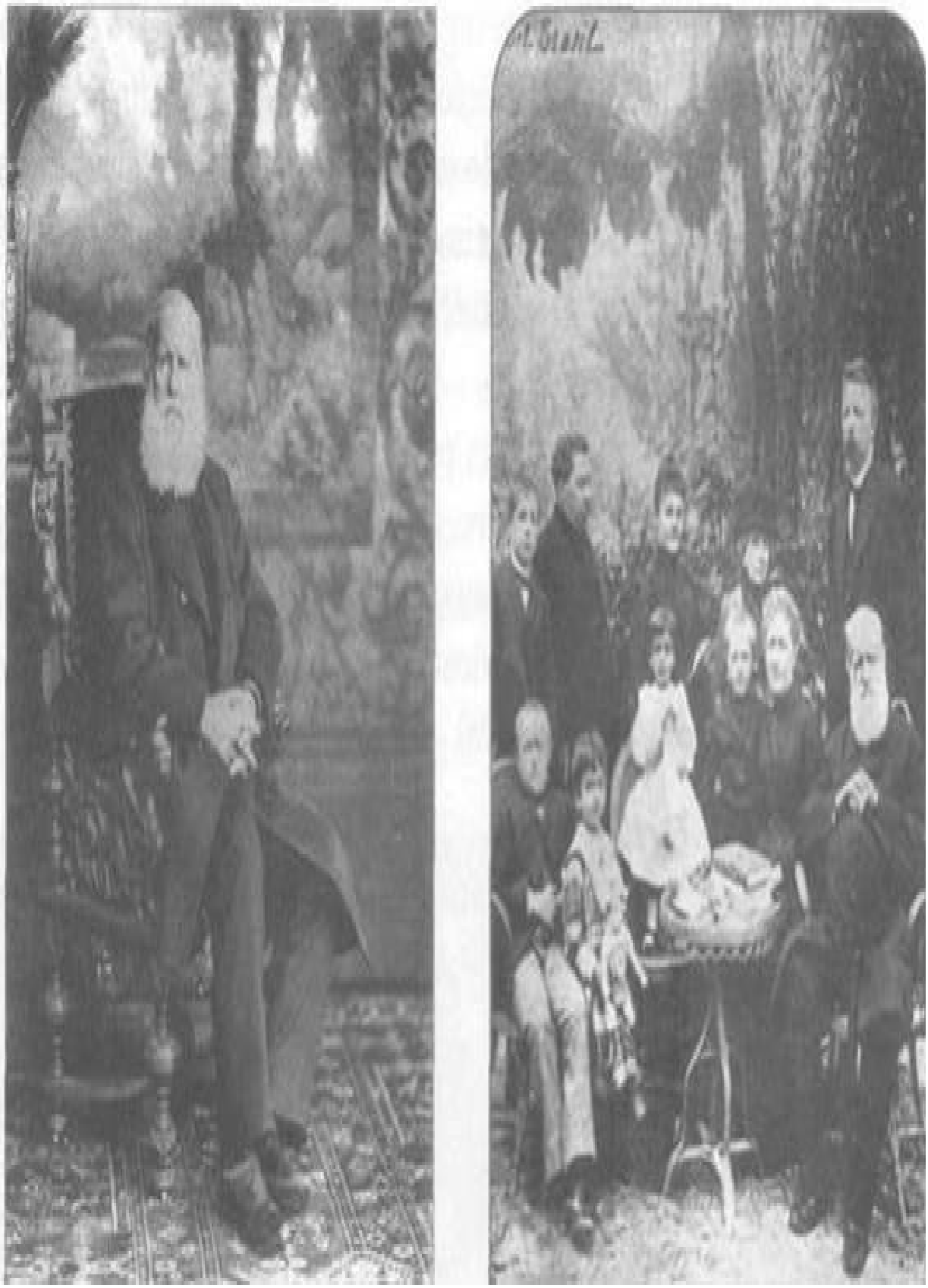
Com efeito, assim como é claro que a memória histórica é mesmo um processo de seleção, o certo é que, nas poucas fotos de época — com a família, os raros amigos, ou na maioria das vezes só —, é sempre a mesma imagem do imperador que se impõe: o olhar vazio, a expressão marcada pelo tempo, o jaquetão, os livros e as escrivaninhas; símbolos, talvez, da única legenda que ainda o acompanhava: a representação de sua erudição.

D. Pedro em Cannes com seu amigo e médico, o conde Mota Maia, 1891. MMP

O ex-imperador em Paris; mesmo no exílio, a prática da leitura, 1889. FBN



D. Pedro no exílio, em fotos de N. Blanc e Nadar, 1890-91. MIP e MMP



D. Pedro em Cannes, 11/3/1890. MIP

D. Pedro, Isabel, o conde D'Eu, os príncipes d. Pedro, d. Luís, d. Antônio, a baronesa de Loreto, a Condessa de Barral, o conde de Aljezur, o barão de

Loreto — em Paris, 1890. MMP

D. Pedro começava, porém, a se organizar no exílio. Para ele a República podia ser transitória, mas sua condição não era reversível. Afinal, "um rei deposto não é mais rei".[21] A partir de então, sua expressão é distante; mantém-se impassível diante dos acontecimentos. O antigo monarca se calava e voltava à velha rotina: visitava instituições, lia e escrevia poemas, encontrava-se com intelectuais de seu tempo.

O imperador se fixou em Cannes por um período curto. De fato, sem a ajuda financeira do governo brasileiro, que ele havia recusado, sua situação era difícil, e só se contornava com o auxílio de amigos mais abastados, como Eduardo Prado e Penedo, e ainda Nioac, em cuja residência de Paris moraria, por pouco tempo, a partir de 1890.

Na litografia vemos a ex-família imperial e alguns de seus amigos reunidos em torno

de uma mesa, mais uma vez, repleta de livros; ali estão: d. Pedro de

Alcântara,

os príncipes Pedro e Luís, o conde Mota Maia, Dominique — filho da Condessa de

Barral —, a princesa Isabel e o conde D'Eu. Detalhe da imagem original, sem o

jardim como cenário. CEA

Cartão com a família imperial enviado por Isabel ao Brasil em que podem ser vistos os dizeres: "Mil saudades", 1902. MMP

QUEM DÁ MAIS?[22]

Nesse ínterim, no Brasil tinha início o leilão dos bens da Casa Imperial. "Quem dá mais" era o que mais se ouvia pelas 41 salas, pelas galerias, capela, passagens e corredores do Palácio da Boa Vista durante os cinco últimos meses de 1890, quando ali foram realizados treze leilões, nos quais se arrematataram lotes e mais lotes de tudo o que recheava a casa dos imperadores.[23] Comentava-se que havia ocorrido "uma devastação".[24] Quando o leiloeiro J. Dias, em julho de 1890, passou a catalogar os objetos imperiais, muita coisa já tinha sumido.

Foi um momento delicado para o governo republicano: fazer desaparecer ícones que remetiam ao ex-imperador e dar novo significado ao sólido edifício que durante tantas décadas representou o coração do Segundo Reinado. Se a casa principal e os vastos terrenos da quinta sempre pertenceram ao Estado, já as chamadas benfeitorias (cocheiras, casas para funcionários, escola, hospital etc.) e todos os móveis, objetos e utensílios, assim como uma numerosa frota de coches, tílburis, vitórias, caleças, carruagens e ainda os animais (cavalos, muares, bezerros, vacas), foram considerados — não sem alguma discussão — propriedade privada do imperador.[25] Tudo isso — desde as benfeitorias e o recheio de todos os edifícios, incluindo os bens do Paço da Cidade — foi leiloado ali mesmo. Deixaram-se de fora, porém, muitos dos objetos: encaixotadas, amontoadas e trancadas num dos salões do palácio, quinze toneladas foram posteriormente enviadas para a Europa; isso sem falar nos estragos e no sumiço de muita coisa, como o misterioso lote 954. Ainda assim, a relação dos 2345 lotes do recheio do palácio — e aí não estão compreendidos os lotes da mantearia, cozinha, cocheiras e demais dependências externas — dá uma boa idéia do ambiente do palácio e não se nota sinal de modéstia: centenas e mais centenas de peças de qualidade. O leiloeiro arrecadou cerca de quatrocentos contos pelos objetos e móveis e 320 pelas benfeitorias, estas adquiridas pelo próprio governo.

O leilão correu sob um clima tenso entre o novo governo e os representantes do ex-imperador. Havia pressa em sua realização, pois o mesmo palácio seria agora utilizado para a instalação das sessões da

Assembléia Constituinte. O próprio leiloeiro pedia a retirada dos objetos em 24 horas, para que as dependências pudessem ser entregues ao governo. Além disso, uma comissão oficialmente constituída para desapropriar a biblioteca e retirar objetos históricos e de arte — que apresentassem interesse "em benefício da pátria e da sociedade em geral" —, e para indenizar o proprietário banido, tropeçou nas investidas públicas feitas pelo advogado do ex-imperador. Os livros — salvo determinados volumes e a coleção de moedas, que foram enviados a d. Pedro — acabaram por ser doados à Biblioteca Nacional e ao Instituto Histórico. O governo, exceto por ter arrematado as benfeitorias, não compareceu em nenhum dos demais leilões. Oficiosamente foi insinuada a presença de um testa-de-ferro na pessoa do engenheiro Bethencourt da Silva, diretor do Liceu de Artes e Ofícios, que comprou muitos lustres, ricos móveis e duas preciosas tapeçarias murais de legítimo gobelin — tudo para decorar a futura Assembléia.[26]

No dia marcado poucos fregueses apareceram, pois se espalhou a notícia de que os objetos interessavam apenas aos monarquistas. Como nenhum "cidadão republicano" queria passar por tal vexame, evitou-se ao máximo a presença naquele local e os preços baixaram até chegar a quantias irrisórias. O leilão durou muitos dias, só terminando o último lote no dia 12 de outubro, com a importância acumulada de quatrocentos contos de réis.

O perfil das pessoas presentes no local era diverso:

> [...] curiosos, amadores de objetos de arte, capitalistas, amigos da família imperial, titulares, aristocratas, espiões do governo, donos de belchiores e ferros-velhos da cidade, tinham o seu objetivo, uns velando a segurança do novo regime, outros em busca de objetos que lembrassem a realeza benemérita e magnânima [...] Era grande o número de pessoas atraídas pelo desejo de ver os objetos de incontestável valor artístico e histórico que guarneciam os andares superiores. O clima foi de grande entusiasmo, apesar de muita gente de destaque ter deixado de ir por medo de se comprometer e outras que sendo hostis ao novo estado de coisas, não queriam

arrostar os desordeiros que espionavam a casa, por própria conta ou de terceiros, fazendo, não raro, achincalhe ao antigo regime.[27]

O governo republicano investiu com vigor para fazer desaparecer rapidamente, ou reformular, os mais representativos símbolos materiais da monarquia. Nos leilões realizados em 1890, pulverizaram-se os milhares de objetos e móveis reunidos desde os tempos de d. João; a casa do imperador foi transformada em abrigo para o mais soberano dos atos políticos: a realização da Assembléia Constituinte, a primeira da nova República.

Mas não eram apenas os bens de d. Pedro que sumiam. A "era de d. Pedro" parecia que se acabava. O ano de 1891 começava com luto: a morte da Condessa de Barral, em 14 de janeiro, em Paris. O ex-monarca acumulava mais uma decepção, ao mesmo tempo que se mudava para o pequeno Hotel Bedford, situado na rue de l'Arcade, número 17, na cidade de Paris.

D. Pedro II no exílio. MMP

Nessa época, preocupava-se com a sua "Fé de ofício": texto de duas páginas e meia em que resumia a própria vida e o reinado de quase meio século. Apesar de enfraquecido, e depois de um tratamento em Vichy, d. Pedro retornava a Paris, mais atento ao que ocorria no Brasil. De seu pacífico exílio, apenas lastima a ausência; porta-se e escreve como o mártir cuja história há de redimir. Fechemos o ano de 1891. Na última frase de seu diário, datada de 1° de dezembro de 1891, d. Pedro deixava bons augúrios: "Um ano melhor do que o passado para mim e para todos os que estimo".[28] Mais uma vez, mito e história desenham igualmente uma

memória nacional esculpida no detalhe.

Votre lettre m'a fait comme toujours
beaucoup de plaisir
Je vais telegraphier à Rio pour le livre dont
vous parlez.
Je compte être le 6 Juin à Vichy et il
me tarde de continuer mes études linguis-
tiques.
Ma santé est bonne et je m'occupe
autant que je puis

Votre tout affectionné
Pedro d'Alcantara

Versailles 30 Mai 1891

Carta enviada por d. Pedro em 1891: anos mais tarde, e acrescida da imagem do ex-monarca, vira peça de civismo patriótico, 30/5/1891. MIP

A' Imperatriz

Corda que estála em harpa mal tangida,
Assim te vás, oh doce companheira
Da fortuna e do exilio, verdadeira
Metade de minh' alma entristecida!

De augusto e velho tronco hastea partida
E transplantada em terra brazileira,
Lá te fizeste a sombra hospitaleira
Em que todo infortunio achou guarida.

Feriu-te a ingratidão no seu delirio;
Cahiste, e eu fico a sós, neste abandono,
Do teu sepulcro vacillante cirio!

Como foste feliz! dorme o teu somno,
Mãe do povo, acabou-se o teu martyrio,
Filha de Reis, ganhaste um grande throno!

D. Pedro d'Alcantara.

Terra do Brazil

Espavorida agita-se a criança,
De nocturnos phantasmas com receio,
Mas se abrigo lhe dá materno seio,
Fecha os doridos olhos e descança.

Perdida é para mim toda a esperança
De volver ao Brasil; de lá me veio
Um pugillo de terra; e nesta creio,
Brando será meu somno sem tardança...

Qual o infante a dormir em peito amigo
Tristes sombras varrendo da memoria,
Oh doce Patria, sonharei comtigo!

E entre visões de paz, de luz, de gloria,
Sereno aguardarei no meu jazigo
A justiça de Deus na voz da Historia!

D. Pedro d'Alcantara.

A imagem e o texto escrito por d. Pedro, "Terra do Brasil", circularam durante o ano de 1891; esse mesmo trecho será gravado na lápide de d. Pedro e de Teresa Cristina, em Petrópolis, anos mais tarde. As duas imagens, nos anos 30, foram estampadas em cartões-postais com destaque à frase: "A justiça de Deus na voz da história." Nesse caso, os cartões estão endereçados a A. Celso e a B. Loreto. Coleção particular.

NA MORTE, OS SÍMBOLOS DO BRASIL

No entanto, uma tosse insistente começava a acompanhar d. Pedro: era uma pneumonia que lhe tomava o pulmão esquerdo. O ex-imperador do Brasil passou o aniversário de 66 anos confinado em seu quarto, com os amigos, a filha e os netos, que não dissimulavam a preocupação. No dia 3 de dezembro chegaram os príncipes Pedro Augusto e Augusto de Saxe para as últimas despedidas. A meia-noite e meia do dia 5 de dezembro de 1891, o antigo monarca falecia e a princesa Isabel tornava-se a sucessora legal do Trono do Império do Brasil: d. Pedro morrera sem abdicar de seu cargo.

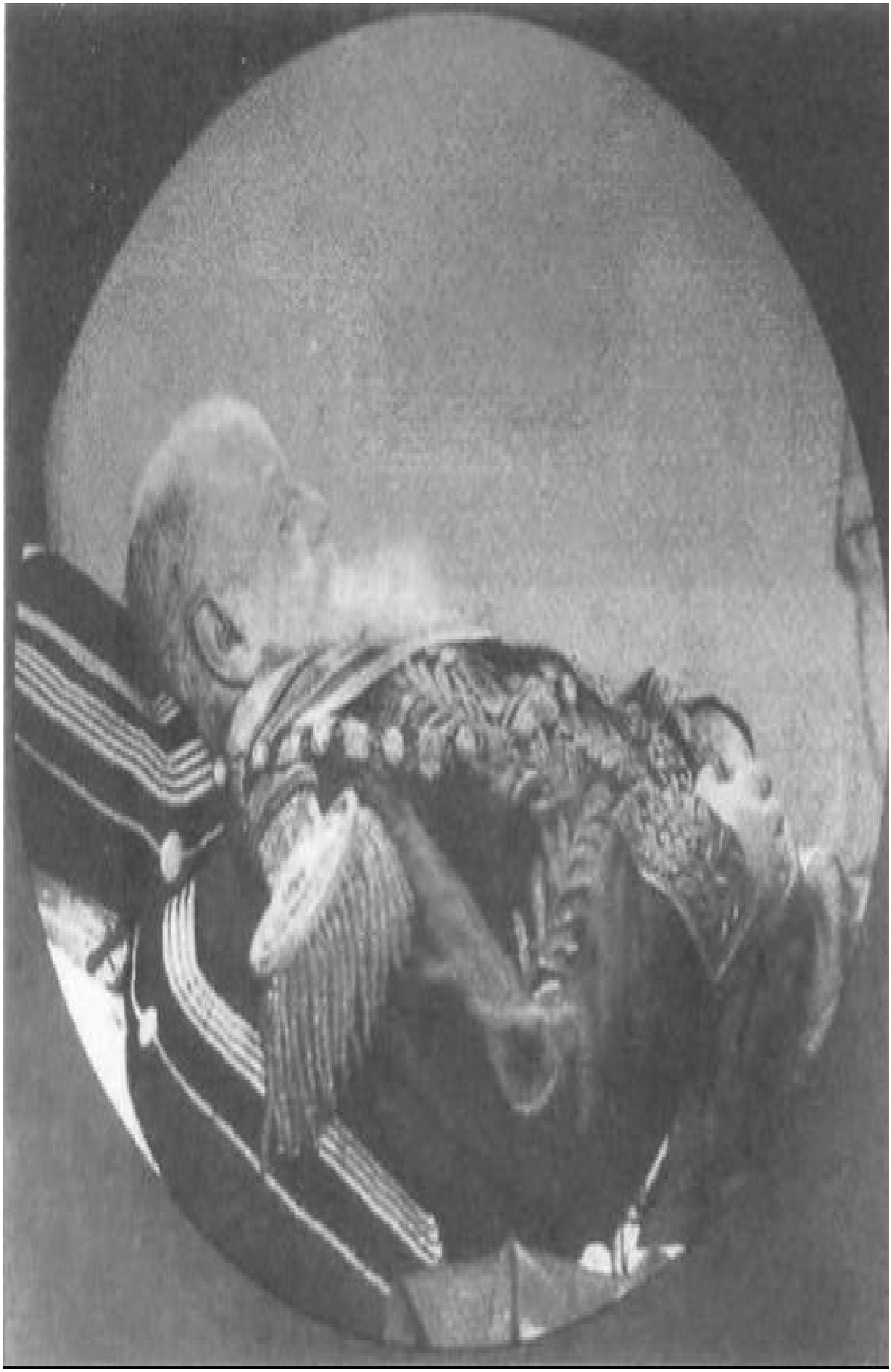
O atestado de óbito foi lavrado por Mota Maia, Charcot e Bouchard, que apresentaram como causa da morte uma pneumonia aguda do lado esquerdo. Em meio à confusão de seu quarto, entre crucifixos e livros de anotações, jazia o imperador, cuja barba, tantas vezes comentada, aparentava estar ainda mais branca, quase artificial em razão da pequena porção de cola que recebera para ficar mais lisa e dura sobre o peito.

Ritual derradeiro, na morte os símbolos ganham papel destacado. Vestiram-no imperialmente, pondo-lhe o colar da Ordem da Rosa sob a barba e, perto do crucifixo de prata, enviado pelo papa, a Ordem do Cruzeiro do Sul, que ele parecia tanto estimar. Duas bandeiras brasileiras foram utilizadas para cobrir as compridas pernas do morto. Como que por acaso, por idéia do fotógrafo Nadar — que buscava um melhor ângulo —, um livro grosso foi colocado debaixo da cabeça do imperador, para mantê-la elevada: pela última vez, e dessa feita como uma feliz coincidência, os livros compunham a imagem de d. Pedro. Por fim, o conde D'Eu completou a cena: encontrou um pacote lacrado que continha terra trazida do Brasil a

pedido do monarca. Sobre ele estava escrito pelo próprio punho de d. Pedro: "É terra de meu país; desejo que seja posta no meu caixão, se eu morrer fora de minha pátria". O ex-monarca seguia à risca o costume oriental de levar para o exílio um punhado de terra da pátria. Diz a tradição que "o galho não esquece o tronco e que a areia faz parte do areai". De manhã, um grupo de brasileiros residentes em Paris deixou no hotel dois ramos — um de fumo e outro de café.

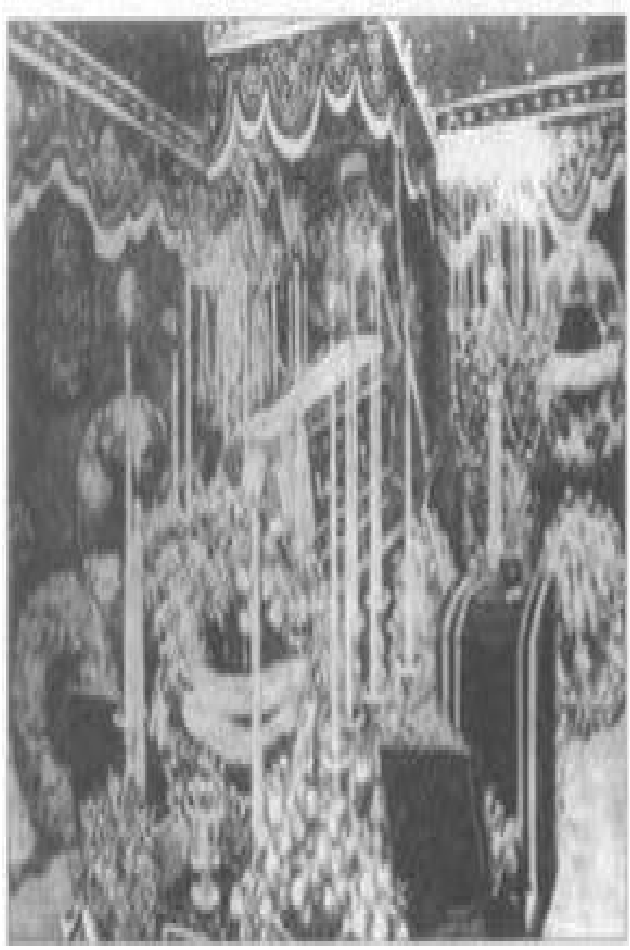
Novamente o ritual e o teatro se confundem com a vida. A imagem do imperador condecorado com elementos nacionais — a terra brasileira, o céu do Brasil representado pelo Cruzeiro do Sul, os ramos de fumo e de café que saem da casaca e se juntam ao féretro — ganha autonomia no imaginário.

Para desconforto do governo brasileiro, d. Pedro recebeu na morte o tratamento e as honras de chefe de Estado; o então presidente francês, Sadi Carnot, mandou um ajudante-de-ordens ao Hotel Bedford para apresentar pêsames. O ritual em Paris duraria três dias e depois o corpo seguiria para Portugal, onde o pousariam ao lado do de Teresa Cristina. Na morte o imperador deposto perde lugar para um rei mistificado que nesse momento parece recuperar o espaço de uma monarquia imaginária em que a figura física não tem quase nenhuma relevância. Nesse caso, "o rei morto é cada vez mais rei". O rei exilado é enterrado como imperador brasileiro, adornado com os símbolos de sua terra. O antigo abandono se converte em mais um grande ritual, como se d. Pedro fizesse jus ao ditado: "Rei que é rei, jamais perde a realeza".



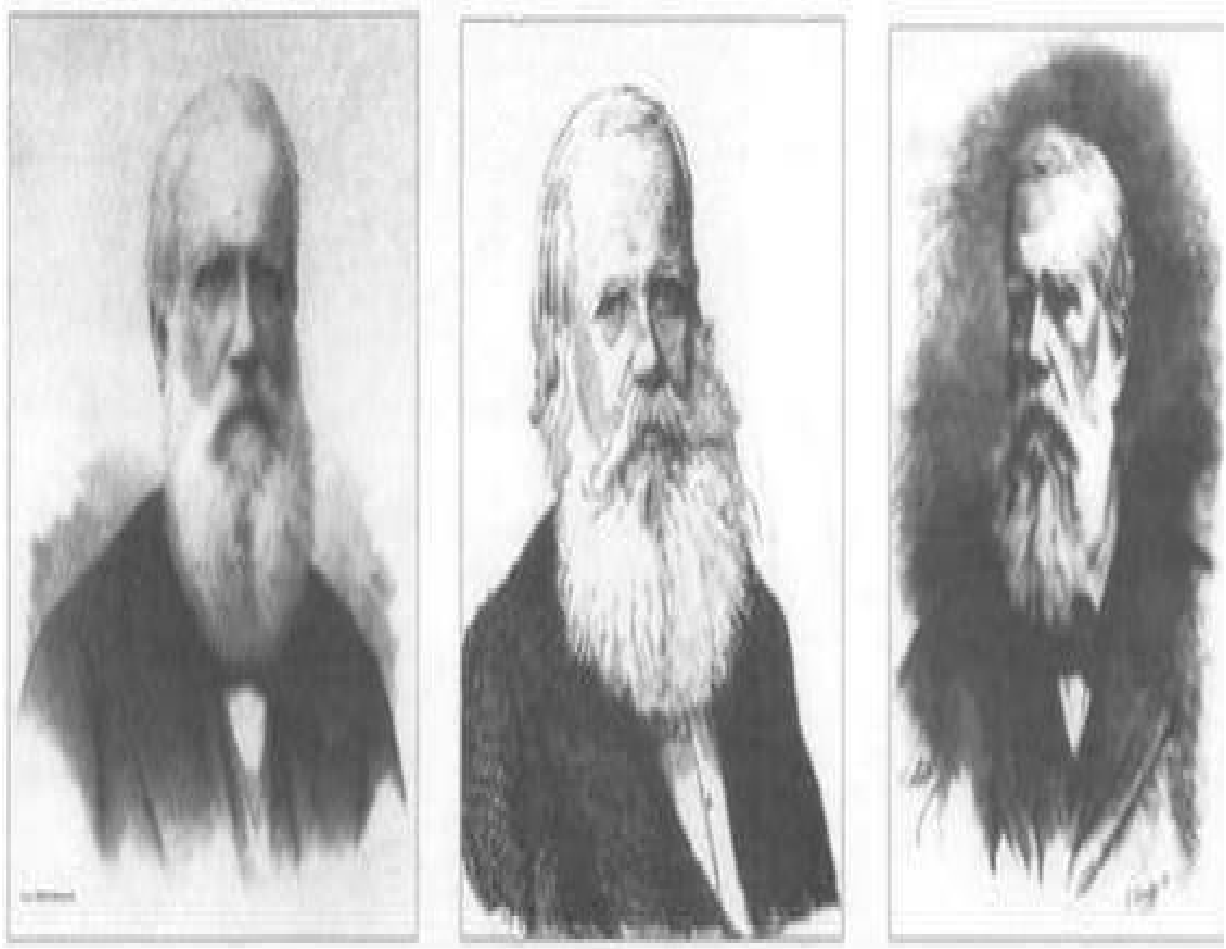
Retrato póstumo; em destaque a cabeça elevada de d. Pedro de Alcântara — apoiada num livro — e sua barba preparada, artificialmente, para a ocasião. Nadar, 1891. CPCL

Desenho de Henri Meyer segundo foto de Nadar. Em Le Journal Illustré, Paris, 20/12/1891. CPCL



Quarto de d. Pedro com leito de morte, também em foto de Nadar. MMP

Paralelamente, nos jornais europeus as imagens do ex-imperador se multiplicam e transformam o enterro de d. Pedro em uma cerimônia de grande projeção, abrilhantada pela presença de boa parte da realeza européia.



Imagens póstumas de d. Pedro, publicadas em diversos jornais por ocasião do falecimento do último imperador do Brasil, 1891. FBN e MMP

Nas fotos e gravuras publicadas pela imprensa internacional, o monarca brasileiro — ora mais envelhecido, ora mais jovem — é, novamente, uma representação de segurança e civilidade. Apesar de acusado por alguns poucos jornais, em virtude da abolição tardia da escravidão, na maior parte das vezes d. Pedro de Alcântara surge consagrado como "um herói civilizador, injustiçado por sua gente".[29]

The Herald escreveria: "Numa outra era, e em circunstâncias mais felizes, ele seria idolatrado e honrado por seus súditos e teria passado para a história como 'Dom Pedro, o Bom'". The Tribune anotaria: "Seu reinado foi sereno, pacífico e próspero [...]". Nas páginas do The Chilian Press: "[...] Os brasileiros que se guardem de uma impostura que pode levar à anarquia e

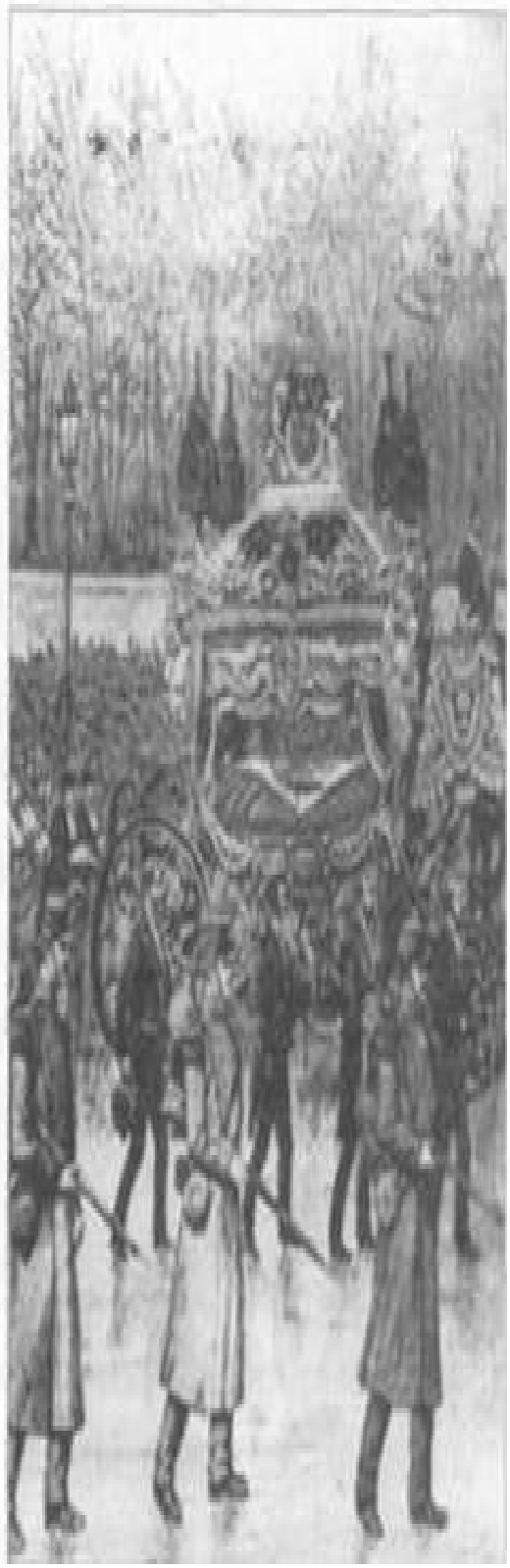
expô-los a uma horda vexatória de tiranetes mil vezes mais intoleráveis do que um único déspota [...]". The Times publica um longo artigo: "[...] Até novembro de 1889, acreditava-se que o falecido Imperador e sua consorte fossem unanimemente adorados no Brasil, devido a seus dotes intelectuais e morais e seu interesse afetuoso pelo bem-estar dos súditos [...] Quando no Rio de Janeiro ele era constantemente visto em público; e duas vezes por semana recebia seus súditos, bem como viajantes estrangeiros, cativando a todos com sua cortesia". O artigo continuava relacionando as línguas que d. Pedro falava e as instituições científicas das quais fazia parte. O Weekly Register se manifestou desta maneira: "[...] Ele mais parecia um poeta ou um sábio do que um imperador, mas se lhe tivesse sido dada a oportunidade de concretizar seus vários projetos, sem dúvida teria feito do Brasil um dos países mais ricos do Novo Mundo". The Globe também não deixou por menos: "Ele era culto, ele era patriota; era gentil e indulgente; tinha todas as virtudes privadas, bem como as públicas, e morreu no exílio".

Como esses, outros artigos da imprensa estrangeira descreveriam com palavras elogiosas o ex-imperador. Enquanto isso, nenhuma manifestação oficial partira do Brasil, apenas expressões de pesar isoladas e particulares.

SA MAJESTÉ L'EMPEREUR DU BRÉSIL
DOM PÉDRO II

TRAIN FUNÈBRE SPÉCIAL
POUR SA MAJESTÉ L'EMPEREUR DU BRÉSIL
DOM PEDRO II

No convite para a celebração do falecimento, d. Pedro II é apresentado como "Sua Majestade, o Imperador do Brasil", 9/12/1891. MMP



No entanto, com a morte do monarca e a repercussão desta no exterior, tomava força o antigo dito: "Rei morto, viva o rei". Certo

sentimento de vergonha começava a ganhar lugar, no Brasil, ao mesmo tempo que se conspirava nos recintos do IHGB O retorno do corpo de d. Pedro. Derradeiro teatro, o féretro "do imperador do Brasil" pareceu comover o mundo e muitos brasileiros que o tinham como vilão. Morre o homem e nasce o mito, nesse movimento que vai transformando a história numa boa metáfora.[30]

Os líderes republicanos, temerosos da grande repercussão que tivera a morte do imperador, silenciaram sobre seu desejo de ser enterrado no Brasil. Quanto maior a movimentação na França, e a divulgação do ocorrido por parte dos jornais, sobretudo europeus, menor era a reação no Brasil. Revelador é o texto do abaixo-assinado promovido pelo Club Republicano Sul-Rio-Grandense, datado de 10 de dezembro de 1891, e que circularia pelas ruas da capital federal. Nele a França é acusada de forma veemente: "O país que simbolizava a República e o progresso vinha agora homenagear o único imperador americano!". Porém, não é só a delação que interessa; por meio da reiteração dos argumentos, percebe-se como a República se calou diante da força e do impacto das manifestações:

> Cidadãos. O Club Republicano Rio-Grandense considerando que os republicanos brasileiros não devem ficar silenciosos ante as manifestações escandalosas que os poucos partidários da extinta monarquia estão promovendo sob o pretexto de comemorar a morte do ex-imperador, e considerando que não podemos ficar indiferentes ante a atitude do governo francês, julgou que deve assumir nesta conjuntura a iniciativa de promover uma reunião aonde será distribuído abaixo-assinado, que deverá ser enviado a Paris [...] Oscar da Cunha Correa, presidente.[31]

Mas essa história renderia muito. Não era hora de trazer os corpos de d. Pedro de Alcântara e de d. Teresa Cristina. Os caixões contendo os restos mortais de Suas Majestades Imperiais só entrariam no país em meio às comemorações do centenário de 1822 e, mesmo assim, sua lápide demoraria a ser inaugurada. Somente um presidente forte e popular, como Getúlio Vargas, conseguiria transformar a inauguração da lápide do casal imperial em trunfo próprio: um ritual de autocelebração em plena Petrópolis, antiga "cidade de Pedro".

19

UM FANTASMA CHAMADO D. PEDRO

Comunicado do falecimento do ex-imperador que circulou no Brasil durante o início de 1892: flores acompanham a imagem do ancião de barbas brancas, 1892. FMLOA

Em 7 de dezembro de 1891, dois dias após o falecimento de d. Pedro, um artigo é escrito e assinado pelo dr. João Mendes de Almeida. A nota permaneceu solta e foi anexada aos documentos pertencentes ao imperador d. Pedro II, pela Biblioteca Nacional, com o código 1.33,6,171:

> A notícia do passamento de S. M. o Imperador D. Pedro II vem pôr à prova os sentimentos da nação brasileira com a dinastia Imperial. A consternação tem sido geral. Mas, mormente D. Pedro II nem por isso desapareceu. Rei morto, rei posto. A dinastia imperial perdura com todos os seus direitos, regalias, normas, privilégios tal qual foi instituída pela constituição política do Império de 25 de março de 1824. Morreu o Imperador! Viva o Imperador! Aos fiéis e leais a Constituição Política do Império mantém célebres as exéquias solenes em comemoração do Império [...] Façamos preces à monarquia. Morreu o rei! Viva o Imperador. Deus há de compadecer-se do povo brasileiro soberano cujos sofrimentos já o avizinham da fome e da miséria.

É certo que o texto acima deve ter expressado a percepção de alguns monarquistas ainda fiéis à Coroa. Mas também é certo que ele representa uma posição culposa, que se tornava mais e mais evidente após a morte de d. Pedro. Tal qual o mito jê de Aukê, é como se uma nova mística se abatesse sobre a população, vinculando a má sorte da República, e os problemas de ordem política e econômica, à partida de d. Pedro II. A tribo de Aukê teve que se tornar nômade, o Brasil ficaria relegado a uma "triste sina".

Tomando de empréstimo as análises de Giesey, em Le roi ne meurt jamais, era como se a antiga estrutura das cortes medievais européias se repetisse. Na verdade, ao anúncio da morte de um rei, sempre seguia a oficialização do seu sucessor. "Rei morto, rei posto" era uma fórmula que permitia dar continuidade à realeza mas que representava o corpo místico e sagrado do rei. O rei não morre jamais.

Guardados os contextos absolutamente diversos, o ex-imperador brasileiro, até então isolado no exílio, com a morte vive como rei e como lenda. Na verdade, o "retorno" já começara a ser comentado e mesmo temido muitos anos antes. Em 1891, d. Pedro doara ao Instituto Histórico parte de sua volumosa biblioteca — composta, dizem, de 50 mil títulos —[1] e de sua bela coleção de fotos. O gesto do ex-imperador era sem dúvida um claro sinal de estima por esse estabelecimento, que lhe fora tão fiel, mas também significava uma forma de perpetuar sua memória guardada nas imagens que durante anos colecionara. O IHGB — que ainda em 1890, quando da visita de Deodoro, proibira-o de sentar-se "na cadeira de d. Pedro" (ordem que o presidente acatou rapidamente) — passou então a liderar um movimento pela preservação da imagem do último monarca brasileiro. Como sinal de luto, logo após a morte do imperador, mantém as portas da instituição fechadas durante sete dias, manda celebrar uma missa solene de sétimo dia, cobre com crepe a cadeira do monarca, oferece um prêmio para a melhor biografia sobre d. Pedro e, por fim, toma providências com vistas a obter autorização para o traslado dos restos mortais do casal imperial.

Estavam dados, portanto, os primeiros passos em direção ao "culto da memória do imperador", a sua "consagração" póstuma: d. Pedro era recuperado não por sua face de governante, mas como um rei místico e sagrado. Nos anos que se seguem o IHGB, em todas as sessões aniversárias, faria referências saudosas ao imperador, apesar das dificuldades vivenciadas pela instituição durante a República. Afinal, o estabelecimento, desde a partida de d. Pedro, havia perdido seu principal financiador. E, a cada 5 de dezembro — data da morte do imperador —, o IHGB cerrava suas portas, numa homenagem bastante isolada, em um país que se esforçava por criar novos heróis para a nação. Além disso, o estatuto de 1891 do IHGB prescreveu que os novos sócios efetivos, a partir daquela data, deveriam pronunciar um discurso sobre d. Pedro II no momento de sua admissão.

É assim que, nesse local restrito, o ex-imperador era cada vez mais glorificado por suas virtudes e esquecido em seus defeitos. Joaquim

Nabuco, por exemplo, ao entrar no Instituto, fez um discurso de exaltação a d. Pedro II: "[...] Para caracterizar a suavidade daquele remado, basta dizer que existindo no país um partido republicano, forte, inteligente e disciplinado, esse partido em deferência ao sentimento público e dando nisto prova a mais completa que até hoje deu de sua prudência, de sua ductilidade e de seu atilamento, tinha resolvido respeitar a monarquia, enquanto vivesse o Imperador, e que só por uma circunstância fortuita foi o trono derrubado em vida de D. Pedro II [...]".[2]

Em outro local e data (1900), no livro Minha formação, Nabuco registraria:

> A abolição no Brasil me interessou mais do que todos os outros fatos ou séries de fatos de que fui contemporâneo; a expulsão do Imperador me abalou mais profundamente do que todas as quedas de trono ou catástrofes nacionais que acompanhei de longe [...] No Brasil a monarquia foi o que vimos, uma magistratura popular. Depois da recepção que dom Pedro II teve nos Estados Unidos da América em 1876, não era mais lícito duvidar de que para a inteligência culta do país a monarquia constitucional era um governo muito superior às chamadas repúblicas Latino-Americanas [...] Tenho convicção de que a raça negra por um plebiscito sincero e verdadeiro teria desistido de sua liberdade para poupar o menor desgosto aos que se interessavam por ela e que no fundo, quando ela pensa na madrugada de 15 de novembro lamenta ainda um pouco o seu 13 de maio [...] A queda do Império pusera fim à minha carreira. [grifos meus][3]

Sabemos que a ligação entre abolicionistas e republicanos nunca fora direta, porém de toda maneira, vindo do político mais carismático do Império,[4] esse tipo de citação causa impacto. Na memória, a monarquia estava ainda viva, assim como um certo sentimento de remorso.

Na verdade, era como se d. Pedro não fosse a monarquia. Caía a realeza mas não o rei, consagrado na morte. Cultor de sua própria memória e da criação de uma história para o país, o segundo imperador seria

imortalizado por seu projeto, por meio da leitura de seus historiadores, das cores de seus pintores, da melodia de seus músicos, dos projetos de suas instituições científicas e até por sua bela Petrópolis, que continuava sendo o local dileto de veraneio da elite republicana.

Mas não é só. O monarca começava a ser recordado nas releituras do povo, que, ao lado dos distantes heróis republicanos, elegia um imperador popular, relido em razão das festas, selecionado com base em símbolos compatíveis com determinado ideário. Nas trovas populares — anteriores e sobretudo posteriores à proclamação da República —, ele era um herói da gente, um filho da terra:

Morreu dom Pedro Primeiro,

Ficou dom Pedro Segundo,

Batendo com as pestanas

Governando sempre o mundo [Nordeste, 1834]

Atirei um limão n'água,

De pesado foi ao fundo.

Os peixinhos responderam:

"Viva dom Pedro Segundo!"

O til pode ser pequenino,

Contém um prazer jucundo;

Relógio para baiano

É mais que Pedro Segundo;

Botina e chapéu de sol

São as grandezas do mundo. [Mato Grosso]

Ó raio, ó sol!

Suspende a lua!

Bravos ao Velho

Que está na rua. [Rio de Janeiro]

A mãe do Deodoro disse:

"Este filho já foi meu;

Agora tá amaldiçoado

De minha parte e de Deus". [São Paulo]

Saiu d. Pedro Segundo

Para o reino de Lisboa.

Acabou-se a monarquia

O Brasil ficou à toa.

Este povo está perdido,

Está sem arrumação,

E o culpado disso tudo

É o chefe da nação. [Canudos, Bahia][5]

D. Pedro é, portanto, apresentado como herói popular, reintroduzido lentamente como um herói oficial. João do Rio, na crônica "A tatuagem no Rio", faz um pequeno tratado sobre essa prática, primeiro pelo mundo afora, depois no Brasil. Passa então a descrever os diversos motivos e as especificidades nacionais. Quando chega aos negros, o cronista dândi das ruas do Rio refere-se às marcas mais recorrentes entre eles: o crucifixo e a coroa imperial. "Esses negros explicam ingenuamente a razão das tatuagens. Na coroa imperial hesitam, coçam a carapinha e murmuram, num arranco de toda a raça, num arranco mil vezes secular e inconsciente: — Eh! Eh! Pedro II não era dono?"[6]

Essa é, talvez, mais uma das muitas manifestações que acompanharam, durante algum tempo, boa parte da população negra brasileira, que ligou o final da escravidão à realeza: a "Isabel, a Redentora", e a seu pai cada vez mais velho e de barbas brancas.

Mas até então a reabilitação da imagem de d. Pedro estava restrita a pequenos circuitos. É justamente em 1892 — quando o IHGB passou a promover uma campanha em favor do traslado dos restos mortais de seu

ex-protetor — que a questão atinge um espectro nacional. Em 1906 é apresentado novo projeto à Câmara de Deputados,[7] e em 1916 a campanha chega ao presidente Venceslau Brás, que aprova a proposta e prorroga a sua formalização para a ocasião do centenário da Independência. Até então a medida não havia sido implementada, pois somente se permitira a entrada dos restos mortais dos ex-imperadores. Os demais membros da família imperial continuavam proibidos de pisar em território nacional.

Em meio a esses trâmites todos, no ano de 1909 torna-se pública uma contenda no mínimo reveladora. Os herdeiros do finado imperador do Brasil movem uma ação pública contra a União, tendo como relator o ministro João Pedro. A apelação civil de número 1701 cobrava da República brasileira os bens pessoais de d. Pedro II — uma coroa de ouro cravejada de brilhantes, o cetro real e o manto —, que teriam ficado em 25 de julho de 1887, quando da última viagem oficial do imperador, no Paço de São Cristóvão e depois, com a República, teriam sido recolhidos no Tesouro (ofício de número 42 de 29 de novembro de 1889). Os termos da ação continham provocações evidentes: "Se se pretende ocultar os furtos de muitos brilhantes que não foram encontrados na coroa reclamada pague o governo. O que não se compreende facilmente é que uma República teime em guardar um símbolo adquirido pelo finado monarca e que somente representa a monarquia".[8]

Mais interessante do que o caso em si, que com certeza é dúbio, é pensar no fascínio que esses símbolos da realeza ainda provocam a ponto de justificar uma exposição desse tipo. O fato é que a República brasileira se negava a abrir mão de insígnias consideradas, por ela própria, como ultrapassadas e "estrangeiras".

É só com o decreto de número 4120 (de 3 de setembro de 1920) que se põe fim à questão, admitindo finalmente a presença de toda a família imperial no Brasil. Nos termos do decreto: "Revoga-se o artigo 1° e 2° do decreto de número 78 de 21 de dezembro de 1889 e autoriza o translado para o Brasil dos despojos mortuários do ex-imperador d. Pedro II e sua esposa Teresa Cristina, bem como a presença da família Imperial".

O PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanccionou a seguinte resolução:

Art. 1.º Ficam revogados os arts. 1.º e 2.º do Decreto n.º 78 A, de 21 de Dezembro de 1889.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a mediante previo assentimento da familia do ex-Imperador D. Pedro II e do Governo de Portugal, trasladar para o Brasil os despojos mortaes do mesmo e os da sua esposa D. Thereza Christina, fazendo-os recolher em mausoléo condigno e para tal fim especialmente construido.

Art. 3.º Fica o governo autorizado a abrir, para tal fim, o necessario credito.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de Setembro de 1920, 99 da Independencia e 32 da Republica.

(Assignado) *Epitacio Pessôa.*

Decreto revogando o banimento da família do ex-imperador e autorizando o traslado dos despojos de d. Pedro e de Teresa Cristina, 3/9/1920. MMP

Imagens de Isabel, do conde D'Eu e família no exílio. Mesmo antes da chegada, as imagens eram guardadas — tal qual amuletos. MMP

Mas o traslado tardaria. Os governos republicanos não passavam por um bom momento. Já iam longe os anos da Revolta Federalista (1891) e do estado de sítio decretado em quatro estados da federação, todavia novos conflitos estouravam. Em 1897 fora destruído o Arraial de Canudos, interpretado na época como um cancro monarquista mas que representava também uma face desconhecida de grandes segmentos da nação brasileira, tão alheios ao projeto de modernidade das elites dirigentes do sul do país.[9] Também nesse caso, estava representada uma monarquia mítica e idealizada, que nada tinha a ver com a dinastia exilada dos Bragança.

Antônio Conselheiro cercado por modernos canhões. Em Revista Ilustrada, nº 728. MMP

Além desses, novos episódios deixavam à mostra as contradições de tal sociedade em formação: a Revolta da Vacina (1904), a Greve Geral de 1917. Na imprensa ilustrada, já fazia tempo que a heroína feminina dava ares de cansaço.

A República parece cansada. Em D. Quixote, n°s 15 e 56. MMP

A República tem receio de
entrar no Congresso Nacional.
Em Revista Ilustrada. MMP

Paralelamente aos impasses vivenciados pela República, recuava aos poucos a ruptura com o passado monárquico, decretada nos primeiros anos do novo regime. O mesmo decreto presidencial que revogava o banimento da família imperial criava o Museu Histórico Nacional, cujo acervo era basicamente voltado ao Império, ou melhor, dedicado ao "culto da saudade", anunciado pelo primeiro diretor do estabelecimento: Gustavo Barroso.[10] A distinção da nobreza brasileira enquanto grupo social e do Império como período histórico inspirou muitos artigos para os Anais do Museu Histórico Nacional, e indicava uma nova voga no país.[11] Até mesmo os títulos abolidos no início da República voltam aos poucos a figurar, pelo costume, como símbolos de distinção.

Rui Barbosa, que vinte anos antes redigira o decreto de banimento da família imperial, em 14 de dezembro de 1920, na sede da Liga de Defesa Nacional, faz um discurso de louvor ao ex-imperador, que volta a chamar de d. Pedro n:

> Esses aplausos não são tão-somente meus. Uma voz da alma energicamente me diz que são também dos meus companheiros na ditadura de 15 de novembro. Eles asseguram presentemente a revogação desse ato obedecendo à justiça como assinaram outrora a sua decretação obedecendo à necessidade. O banimento do senhor D. Pedro II e dos seus não foi ato de proscrição. Foi um elemento de segurança para as cabeças do regime extinto [...] Não era porém lícito segregá-lo da pátria, senão enquanto estivesse por se consolidar o novo regime. Muito há que ele se acha consolidado. Há muito portanto que se devia ter dado essa reparação. Tardou [...] Os partidos, os políticos lhe recusaram tirando-lhe assim ao seu rei a mais gloriosa das coroas.[12]

Republicanos históricos reconsideravam o longo banimento e ponderavam sobre a severidade da atitude. "Tardou", dizia Rui Barbosa, como a desabafar um sentimento que tomava cada vez mais lugar.

Mas a recondução oficial da figura de d. Pedro como herói nacional

se daria mesmo em 1922, quando se preparava uma grande festa de comemoração do centenário da Independência do Brasil. Na ocasião, junto com várias outras celebridades, d. Pedro foi muito festejado.[13] Diversas estátuas seriam inauguradas: na Caixa Econômica, na Escola Quinze de Novembro (o que é quase paradoxal), no Instituto de Cegos Benjamin Constant, na Sociedade Brasileira de Belas-Artes e no Museu Nacional.[14] Os nomes republicanos e imperiais se misturavam e até a estrada de ferro, no trecho de Petrópolis, volta a se chamar Pedro II.

A tradicional Casa Silva mandou bordar uma grande tapeçaria "com dois heróis nacionais a cavalo": Deodoro de farda à esquerda, d. Pedro de casaca e cartola à direita. A moldura em madeira ficou por conta do Liceu de Artes e Ofícios, que caprichou em sua função.

Alegoria do centenário da Independência: Deodoro figura ao lado de d. Pedro II.

Casa Silva, 1922. CEA

O IHGB tomou a responsabilidade da recepção dos corpos do casal imperial só depois de garantir que o conde D'Eu e a princesa Isabel, também banidos até essa data, poderiam retornar ao país. Determina-se então a construção de um mausoléu na Igreja de Petrópolis e as homenagens públicas condizentes. No entanto, tal qual em uma "saga mítica", a princesa Isabel, já envelhecida, não teria forças para voltar: faleceria em 14 de novembro de 1921, em seu castelo na França. O próprio conde D'Eu morreria em 1922, a bordo do Massilia, navio que o transportava para o Brasil com o filho Pedro, o único que acompanharia o desenrolar dos acontecimentos e participaria do centenário da Independência. Nesse momento, operava-se uma estranha consagração: criava-se um novo panteão de heróis, ao mesmo tempo, monárquicos e republicanos. Em meio a Tiradentes, Deodoro, Rui Barbosa, e tendo ao centro a pintura que consagrou o ato de independência do Brasil, d. Pedro aparecia reabilitado, como um grande vulto nacional, neste país tão carente de heróis.

Após trinta anos, "o corpo do rei" retornava envolto em um mar de sentimentos diversos: de um lado, a "exaltação do júbilo patriótico" condizente com a data; de outro, o incômodo de ver de volta o fantasma do rei. Ao menos é essa a sensação que deixa transparecer o artigo publicado em A Semana de setembro de 1922: "O fantasma. Restituído agora, D. Pedro II à terra Pátria [...] levanta-se na alma de alguns republicanos um grito de alarma. — Que vem fazer aqui, de novo, esse fantasma? Esse gesto de terror shakespeariano diante do espectro do irmão a quem tomara da coroa. É em suma o gesto de pavor e de remorso".[15] Escrito por Humberto de Campos, o texto estabelecia um paralelo com a personagem de Ricardo II, só que atormentada, nesse caso, era a nação e não mais o monarca.

Mas o cenário estava mesmo montado para o "congraçamento". A entrada dos corpos no país em 1922 foi descrita como se o próprio imperador fizesse sua volta triunfal: "Tiraram-lhe de bordo lentamente. O fizeram descer ao troar dos canhões e entre descargas da fuzilaria até que finalmente aqueles restos voltaram ao chão sagrado da Pátria. Estava morto mas ainda sua grande figura, 33 anos depois da catástrofe dominava senhorialmente a imaginação da população. Parece que o ambiente eletrizava-se com a aproximação desses despojos envolvidos na saudade mas sobre os quais pairava a indestrutível auréola de um século de glória".[16]

Na imaginação popular, e em meio aos festejos, era como se o rei retornasse e participasse de mais uma procissão. Mas o rei que "dominava senhorialmente a imaginação da população", nada tinha a ver com o imperador deposto. Dessa vez, o "corpo do rei", "místico e sagrado", mediatizava instâncias diversas. Nas mãos das novas elites republicanas passava a figurar ao lado de outros heróis do recém-constituído panteão.

Nas ruas e paradas era o rei dos feitos e procissões que retornava.

O ADEUS DO RIO DE JANEIRO
AOS ULTIMOS IMPERADORES

Existiam, com certeza, muitas vozes discordantes. No entanto, o ambiente geral estava muito mais para a boa recepção do que para a crítica. Em 1925, na revista A Semana, o presidente Artur Bernardes, paramentado com emblemas da República, posa ao lado de uma antiga foto de d. Pedro II, que usa trajes militares. No texto revelador que acompanha a montagem vemos a reviravolta anunciada: "[...] Nós republicanos de hoje, sentimo-nos bastante fortes para nos reportarmos ao passado [...] não recusando ao Imperador a justiça que se lhe deve. Ele amou o Brasil e enquanto teve forças e energia procurou servi-lo rodeando-se dos melhores elementos de época".

O presidente Artur Bernardes, com

sua faixa, é acompanhado, na foto, pelo ex-imperador, retratado em trajes militares. MMP

Assinatura do decreto que autorizava o traslado dos corpos. MMP

Com os símbolos da monarquia e da República unidos por laços, a nota de Bernardes indica o receio dos governos republicanos. O ex-imperador retorna ao país tal qual um fantasma inoportuno. Resta à República mostrar como já se "sente bastante forte" para enfrentar o inimigo agora invisível; "olhar para o passado" sem ter medo de errar.

Mas 1925 não foi um ano qualquer, especialmente para essa história da construção da memória mítica de d. Pedro. Nesse momento, em meio a uma séria crise republicana, deu-se um importante debate que mobilizou a cidade do Rio de Janeiro como um todo. A polêmica girou em torno das comemorações do centenário de nascimento de d. Pedro II, que se dariam no dia 2 de dezembro. Poderia "a República festejar um herói por ela banido"?

Na verdade, a "República do café-com-leite" dava, na década de 20, sinais evidentes da sua pequena popularidade. As mudanças ocasionadas, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, modificavam a feição do país e desarrumavam o jogo tão bem montado pelas oligarquias paulista e mineira. O crescimento industrial e a urbanização punham em cena novos grupos sociais — setores médios, a burguesia industrial, o proletariado —, até então alijados do poder.[17] Em São Paulo, grupos proletários praticamente paralisaram a cidade, em 1917, e o Distrito Federal, em 1919. Em 1922 é fundado o Partido Comunista Brasileiro no Rio de Janeiro, e em São Paulo ocorria a Semana de Arte Moderna de 22, que atacava de frente os padrões culturais vigentes. É também nesse período que tomam forma os movimentos tenentistas: os Dezoito do Forte (1922), no Rio Grande do Sul (1923), em São Paulo (1924). Enquanto isso, Artur Bernardes governava, durante quatro anos, em estado de sítio (1922-26).

É nesse ambiente tenso que, em 1925, entrou na agenda do dia a comemoração do centenário do nascimento de d. Pedro II, o último imperador do Brasil. Mais interessante é observar, como fez Eduardo Silva,[18] a desproporção entre o entusiasmo gerado pelas festividades em

torno do natalício de d. Pedro e o pouco-caso pelo aniversário da República, que completava, então, 36 anos. Uma charge de Storni — Ecos do aniversário —, publicada no jornal A Noite de 18 de novembro, apresentava o seguinte diálogo entre um republicano histórico (representado como um homem velho) e a República (não mais a bela jovem, mas uma matrona gorda): "'Viste como foste festejada este ano?' — perguntava o republicano. 'Festejada? Aonde?' — queria saber a República. 'No estrangeiro!' — respondia o velho republicano".

Ecos do aniversário, Storni, em A Noite, 18/11/1925. Uma República obesa e envelhecida. Em Silva, 1986

Diferentemente das imagens dos últimos anos da monarquia, quando

d. Pedro era visto como um governante enfraquecido, tornava-se claro, nesse contexto, um processo de reabilitação do antigo imperador e a eleição de novos e velhos heróis.

Na mesma época, na Câmara de Deputados, Wanderley Pinho formula um projeto de lei propondo que a data de 2 de dezembro, aniversário do nascimento de d. Pedro, se transformasse em feriado nacional. A reação foi rápida: um grupo de deputados, tendo à frente Ranulfo Bocaiúva Cunha, Simões de Lopes e Joaquim Mello, considerou o projeto uma provocação monarquista e, para se contrapor a ele, sugeriu o culto cívico "permanente" da República. Estava assim aberta uma grande polêmica em torno de quem se devia "festejar". O mais interessante é que, apesar de a querela girar em torno de d. Pedro e da monarquia, era a República que estava em jogo.[19]

Entrementes, a imagem do ex-monarca tomava um novo rumo: d. Pedro se tornava, paradoxalmente, um modelo dos ideais republicanos. Assis Chateaubriand, por exemplo, em artigo de 17 de novembro de 1925 em O Jornal, descreve o "Brasil Tupi" que d. Pedro governou e termina classificando-o de "a mais luminosa e a mais pura encarnação de republicano que ainda tivemos".

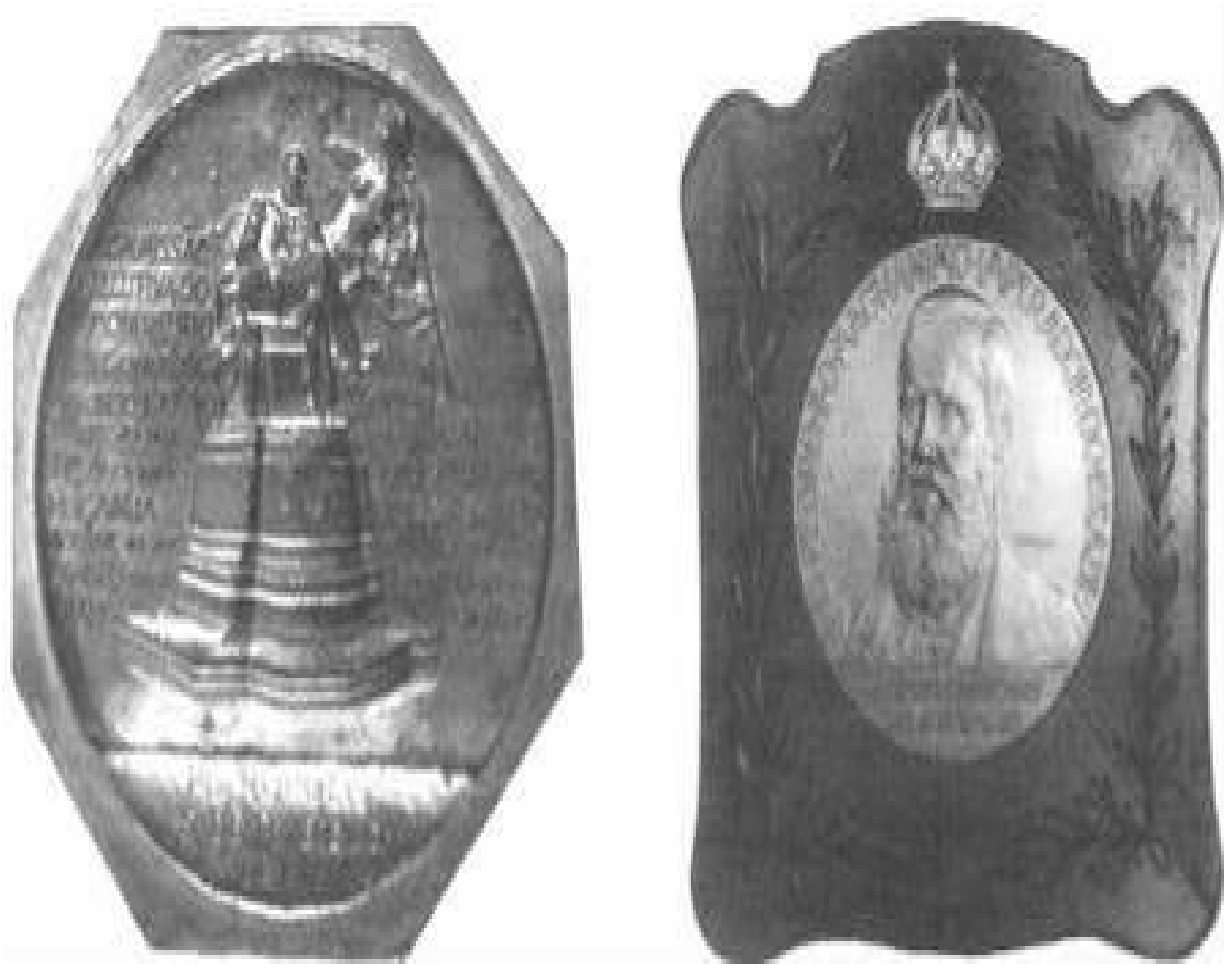
Os debates continuariam na imprensa, polarizando posições mais ou menos favoráveis ao "novo culto" a d. Pedro: enquanto a Academia Brasileira de Letras inicia um ciclo de conferências sobre d. Pedro II, o jornal O Estado de S. Paulo publica artigos sob o título "D. Pedro II, o Magnânimo".

O projeto de Pinho não seria, por certo, aprovado na Câmara. No entanto, mesmo assim, no dia 2 de dezembro a capital da República acordaria em clima de festa. O presidente Artur Bernardes declarou feriado nacional; lojas, navios, pavilhões e monumentos amanheceram embandeirados, e as solenidades se multiplicavam com a presença dos netos e bisnetos do homenageado: o príncipe d. Pedro de Alcântara, a princesa Elisabete e seus filhos. O IHGB e outras instituições patrocinaram várias missas, e a festa se espalhou por diversos locais, como o Colégio Pedro II, a Sociedade de Geografia e a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Lugares não faltaram: o imperador estava sendo reabilitado até mesmo por republicanos históricos. A idéia era mais uma vez separar o imperador do Império. Para os republicanos, d. Pedro aparecia como o melhor deles; para os monarquistas o elogio era, claro, outro. De uma forma ou de outra, acabava-se apoiando o centenário: estranha aliança entre o velho e o novo. Festejava-se o rei destronado, mas não o regime abolido. Na memória popular, o brilho da realeza é que era selecionado.

Não parecia existir um perigo real do retorno da monarquia; a República mostrava-se menos preocupada com a volta do regime do que com suas próprias fraquezas. Nesse contexto, o homem feito mito é que era elevado. Nos medalhões comemorativos, nas homenagens dispersas pelo país, o ex-monarca ressurgia como um "imperador magnânimo". Mas era a comemoração de Petrópolis que devia ser especial; afinal, essa era a cidade de Pedro. Em meio a desfiles, bandas, recepções e solenidades, uma grande estátua como que simbolizou o conjunto dos festejos. Nela d. Pedro seria lembrado pela imagem que mais prezou: a de um "monarca-cidadão", a do "monarca-pensador".

DOM PEDRO

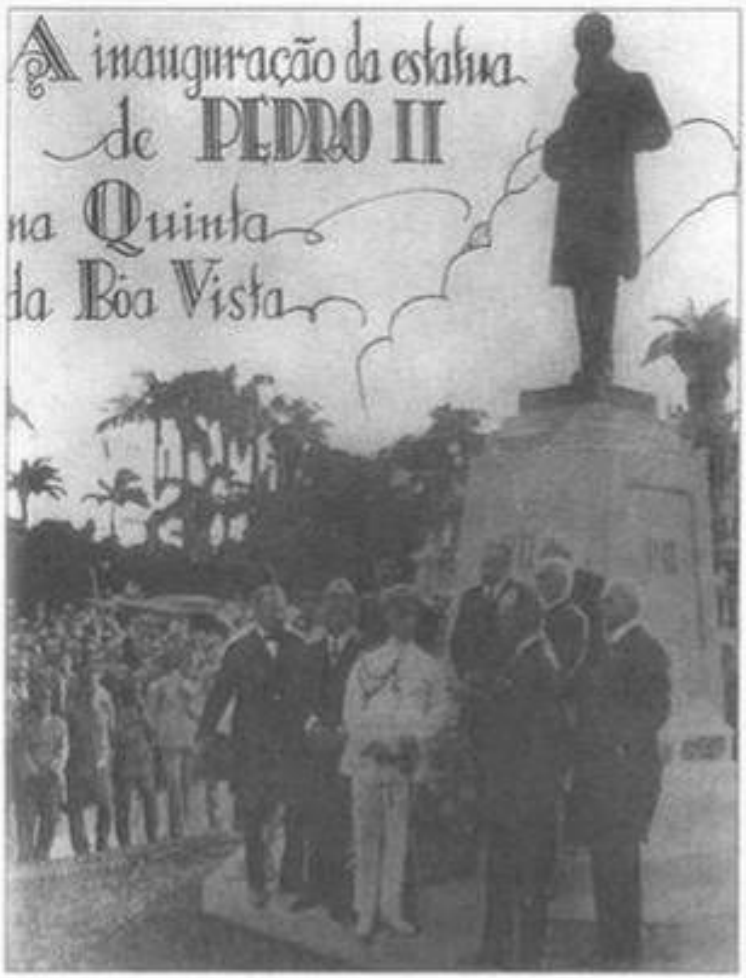


Medalha referente ao monumento em homenagem a Pedro II. MMP

Homenagem dos fundadores alemães de Petrópolis. Haack, 24/1/1932. MMP

Molde: relevo em gesso. MMP

Na mesma época, uma nova estátua de d. Pedro é inaugurada na Quinta da Boa Vista: nela o monarca aparece como cidadão, bem no meio da praça Barba branca, olhar calmo, a calvície de um monarca maduro... nas imagens d. Pedro é de novo o "pai da pátria".


A inauguração da estatua
de PEDRO II
na Quinta
da Boa Vista

Em Paris, no ano de 1927, o Hotel Bedford, aproveitando o ensejo de uma reforma e a crescente popularidade de quem fora seu mais ilustre hóspede, associa-se com alguns brasileiros simpatizantes da monarquia, residentes na França, e elabora uma placa comemorativa em que se relacionavam títulos e associações científicas a que d. Pedro pertencera em vida. Para acompanhar a reabertura do hotel, é preparada uma pequena solenidade à "memória de D. Pedro II, Imperador do Brasil". Vistos em conjunto, cada um desses episódios lembra peças de um mesmo jogo de tabuleiro.

Le Comité Brésilien organisateur d'un hommage

à la mémoire de Dom PEDRO II, Empereur du Brésil,

prie ....

de lui faire l'honneur d'assister à l'inauguration de la plaque commémorative qui sera posée à l'Hôtel Bedford, 17, Rue de l'Arcade, le ..... à ..... heures précises.

LE COMITÉ.

R. S. V. P. à l'Ambassade du Brésil,
45, Avenue Montaigne

Convite elaborado pelo Hotel Bedford para inauguração da placa em homenagem a d. Pedro II. CPCL

Era como se a iconografia oficial da República não pudesse mais deixar de incorporar a representação do ex-imperador. Na ilustração seguinte a alegoria feminina diz: "Que teus restos mortais venham descansar afinal na pátria que tanto amaste". Dessa vez é o ícone da jovem República que dá as boas-vindas a d. Pedro, o qual, convertido em símbolo, é dessa maneira descontextualizado do regime que deveras dirigiu.

P.III

Mas foi só em 5 de dezembro de 1939, com a presença do presidente Getúlio Vargas, que se inaugurou a capela mortuária em Petrópolis. Sobre o túmulo esculpido por Leão Veloso estendiam-se os corpos de d. Pedro II e da imperatriz, feitos em mármore. À frente, os vitrais (segundo desenho de Carlos Osvald) representavam a ascensão e queda do reinado. Mais ao lado o poema-lamento de d. Pedro, o qual pede "a justiça de Deus na voz da História". Nesse cenário, ideal para o teatro de consagração, eis que d. Pedro, pelas mãos de um presidente forte como Getúlio Vargas, volta como um rei popular, um herói nacional, que como tal não tem nem data, nem local, nem condição.

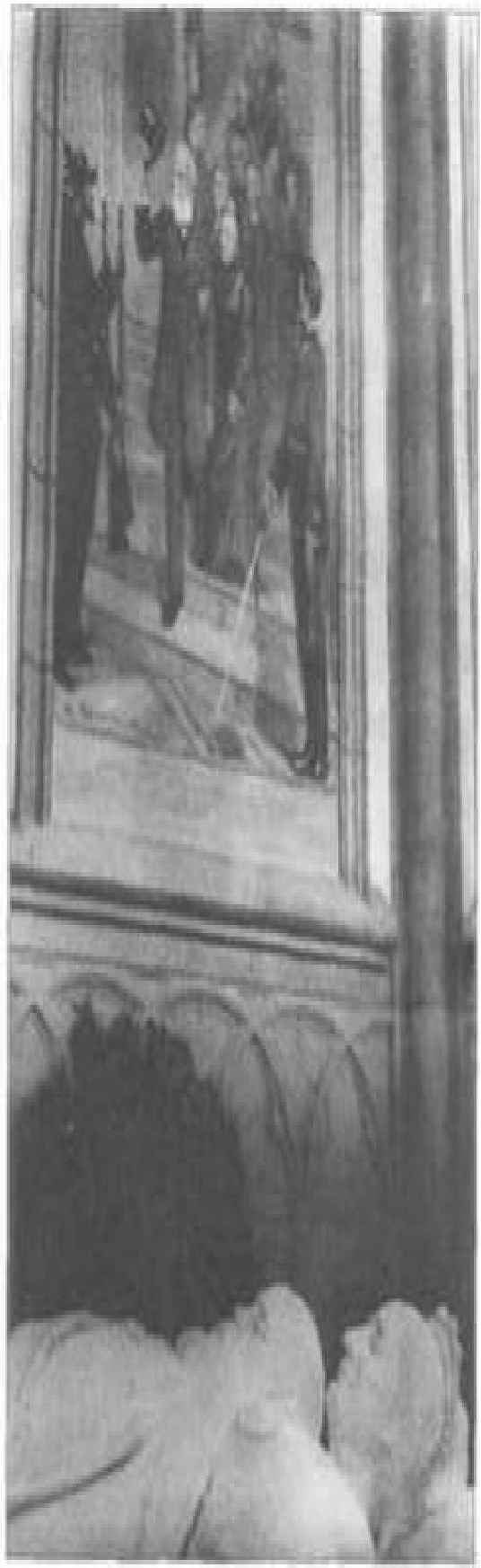
A [illegible] última [illegible] o [illegible] da [illegible] dos [illegible] de d. Pedro II e d. Thereza Christina, [illegible] imperadores do Brasil, [illegible] dia para o [illegible] de [illegible], a cidade [illegible] que [illegible] de [illegible] e à qual tanto [illegible] Sua Majestade.

[illegible] da Cathedral, onde se [illegible] as urnas funerarias com os [illegible] dos imperadores. [illegible] em que [illegible] os [illegible]. 2 — Os soldados do 1.º de Cavallaria condusindo a urna da Imperatriz á sahida da Cathedral. 3 — A retirada da urna de d. Pedro II da Cathedral pelos soldados do 1.º de Cavallaria.

Traslado dos corpos de d. Pedro e de Teresa Cristina para a igreja matriz de Petrópolis. Na segunda foto vemos a saída dos caixões da Igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, onde fica o Panteão da Casa de Bragança. MMP

Cenas da inumação de d. Pedro II, no mausoléu da Catedral de Petrópolis;

estão presentes Getúlio Vargas, o cardeal d. Leme e o príncipe d. Pedro de Orléans e Bragança com seus cinco filhos. MMP



Com o retorno do corpo do ex-monarca e dos herdeiros da família imperial, a despeito do regime republicano, Petrópolis voltou a ser, de alguma maneira, a cidade de Pedro. E certo que o Museu Imperial — criado com o objetivo explícito de "retratar a história da vida brasileira sob o regime monárquico" — fora inaugurado já em 1940, mais uma vez mediante um decreto de Getúlio Vargas.[20] No entanto, só a partir de então é que a memória ganhava um lugar e o último imperador, como no quadro da última ilustração, regressava ao país de que apenas se despedira.

D. Pedro não conheceu Getúlio, muito menos sua famosa carta de despedida, mas também "saía da vida, para entrar na História". Na verdade, no caso de d. Pedro II, não se sabe bem se foi a "história" ou o "mito" que o redimiu, ou melhor, se foi a história que virou mito e vice-versa. Nessa narrativa tão cercada por teatros e rituais da corte tropical, é difícil perceber onde pára a vida e começa a representação, ou se, algumas vezes, as duas caminham juntas.

> A água está doida! até os peixinhos fogem dela!
>
> Até as pedras estremecem!
>
> Até d. Pedro II tem medo da cachoeira. [1927]
>
> Nos bancos da praça conversas acesas,
>
> Apertos, beijocas, talvezes.
>
> D. Pedro II espia do alto,
>
> As barbas tão alvas,
>
> Tão alvas nem sei,
>
> E os pais passeiam, parece que dançam,
>
> Que dançam ciranda em torno do rei. ["Retreta do Vinte", 1930]

Terra de Deus! Terra de minha bisavó

Que dançou uma valsa com d. Pedro II. [Nordeste, anônimo, 1930]

Estátua de d. Pedro década de 30. Na memória, o monarca ilustrado. MMP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“SE O POVO FORMA O CORPO,

O REI, A CABEÇA”

Sem milagres ainda não se é rei de verdade. Marc Bloch, Os reis taumaturgos

Em 1890, o escritor português Eça de Queirós, ao visitar o ex-imperador em Paris, em poucas palavras definiu a estranha distância existente entre o monarca e seus ex-súditos: "[...] O estudo de monumentos fenícios e de textos hebraicos não basta para atrair, no Brasil, essa útil corrente de simpatia intelectual; o Imperador só seria popular se tivesse publicado uma coleção de líricos. Acresce que ele parecia o menos brasileiro de todos os brasileiros; e um rei só alcança o verdadeiro amor, quando em si encarna as qualidades e defeitos de seu povo".[1]

Longe dos súditos, d. Pedro havia muito tempo pouco se parecia com eles. Não era mais o mesmo rei "que nascera brasileiro" e que havia dialogado com seu contexto. Já não existia aquele d. Pedro que se associara à representação do silvícola usando a murça de penas de papo de tucano, que distribuíra títulos tupi aos nobres, que ajudara a promover uma literatura, um estilo pictórico e um gênero musical que tinham no indígena romântico da floresta sua maior idealização. O monarca que havia se pintado de popular ao participar das festas, que não faltara aos debates às sextas-feiras com o rei Obá, que incentivara os negros-cantores da Fazenda de Santa Cruz, não morava mais no Brasil. Nos últimos anos do reinado fazia falta o monarca tropical, que se fizera caracterizar em meio a palmeiras, muitas frutas e animais.

Mesmo o "cidadão Pedro de Alcântara", que viajava pela Europa com sua valise — economizava no ritual, mas caprichava na propaganda de seu reino exótico —, era, ainda assim, uma personagem simpática, apesar de mais afastada no imaginário dos súditos.

Verniz ou não, o fato é que as marcas simbólicas da realeza eram muito fortes e resistiram ao fim do sistema ou mesmo às alterações da personalidade do próprio d. Pedro. O segundo imperador foi mais popular que o regime monárquico, não só graças ao contexto que lhe era favorável como também em virtude de uma imagem pública bem talhada e de uma releitura do imaginário popular que de tão anterior a d. Pedro II, no limite, independia de sua pessoa física. Paradoxalmente, a partir de seu exílio sua representação mistificada pareceu se impor à sua própria pessoa. Em 1922

(por ocasião do centenário) ou em 1939 (com a vinda dos corpos) eram diferentes leituras da realeza que conviviam: seu lado mais oficial e instrumental, sua feição mítica em que d. Pedro vira um rei sagrado e religioso ao lado de outras realezas das festas populares. Como diz o historiador Marc Bloch: "O milagre real vira uma concepção particular de poder político supremo".[2] Estamos falando, portanto, de símbolos e representações que além de sobreviver à estrutura sócio-econômica, na qual foram concebidos, eram partilhados coletivamente, mesmo que reapropriados segundo padrões nem sempre idênticos.

Pela última vez deixemos Machado de Assis narrar. No caso, trata-se do diálogo travado entre Bentinho e o agregado José Dias, no romance Dom Casmurro. Enquanto o jovem tentava convencer José Dias de que "seu caminho não era o seminário", eis que surge o imperador:

> Em caminho encontramos o Imperador que vinha da Escola de Medicina. O ônibus em que íamos parou, como todos os veículos; os passageiros desciam à rua e tiravam o chapéu, até que o coche imperial passasse. Quando tornei ao meu lugar, trazia uma idéia fantástica, a idéia de ir ter com o Imperador, contar-lhe tudo e pedir-lhe a intervenção [...] "Sua majestade pedindo mamãe cede", pensei comigo.
>
> Vi então o Imperador escutando-me, refletindo e acabando por dizer sim, que iria falar a minha mãe; eu beijava-lhe a mão com lágrimas. E logo me achei em casa, à espera, até que ouvi os batedores e o piquete de cavalaria; é o Imperador! é o Imperador! Toda a gente chegava às janelas para vê-lo passar, mas não passava, o coche parava à nossa porta, o Imperador apeava-se e entrava. Grande alvoroço na vizinhança. "O Imperador entrou em casa de D. Glória! [...] A nossa família saía a recebê-lo; minha mãe era a primeira que lhe beijava a mão. Então o Imperador, todo risonho, sem entrar na sala ou entrando [...] pedia a minha mãe que me não fizesse padre — e ela, lisonjeada e obediente, prometia que não.
>
> — A medicina — por que lhe não manda ensinar medicina? [...]

— Mande ensinar-lhe medicina; é uma bonita carreira e nós temos aqui bons professores. Nunca foi à nossa Escola? É uma bela Escola. Já temos médicos de primeira ordem, que podem ombrear com os melhores de outras terras [...]

Então o Imperador dava outra vez a mão a beijar e saía, acompanhado de todos nós, a rua cheia de gente, as janelas atopetadas, um silêncio de assombro; o Imperador entrava no coche, inclinava-se e fazia um gesto de adeus, dizendo ainda: "A medicina, a nossa Escola...".

E o coche partia entre invejas e agradecimentos [...] Consolei-me por instantes, digamos minutos, até destruir-se o plano e voltar-me para as caras sem sonhos dos meus companheiros.[3]

Matéria de ficção, ou melhor, de alusão e invenção dentro de um romance de ficção, o imperador é antes de mais nada o lugar da imaginação e de uma grande representação. É ele o sábio mecenas que acompanha as escolas do país, o amigo íntimo da casa, um conselheiro em temas de destino, um amuleto em casos de sorte.

Na verdade o capítulo de Machado de Assis, chamado "O Imperador", é mais uma vez um bom pretexto para refletir sobre as múltiplas maneiras e mecanismos como se constrói a imagem pública da realeza e, por outro lado, para perceber suas formas de penetração, enraizamento e recepção.

Artífice e parte, ao mesmo tempo, dos jogos simbólicos que se travavam em torno de sua pessoa (seja pela crítica, seja pela exaltação), o fato é que foi ganhando lugar no imaginário nacional a figura de um rei que, tal qual um fetiche, no limite independia de sua atuação. Sua representação tornou-se maior do que a própria pessoa, na medida em que a "idealização" se sobrepunha à própria realidade.

Havia uma certa circularidade cultural na compreensão da monarquia brasileira, um toma-lá-dá-cá que não se limitava a uma suposta intenção maquiavélica desse monarca, a qual pouco importa avaliar. Na verdade, o que interessa reconhecer é a existência de um universo de significação comum que possibilitou que grupos diversos se reconhecessem, de

maneiras variadas mas com base em estruturas semelhantes. As festas populares seriam o outro lado dos manuais de etiqueta, porém em ambos os espaços a realeza tinha seu lugar, representava uma referência. As sumidades carnavalescas se desviavam do próprio caminho para passar pelo Paço, assim como merece destaque uma exótica comitiva que, desejando se apresentar para o ritual do "beija-mão", manifestou esse desejo à polícia, que emitiu o seguinte parecer: "É necessário que V. S. Mande a essa intendência um inferior de Cavalaria [...] para acompanhar certa porção de Índios, que querem ter a honra de Beijar a Mão de Sua Majestade [...]" (grifos meus).[4]

Assim, se é fato que o discurso das elites encontrava eco nos grupos populares, ou é evidente a construção de certa cultura política no projeto do Segundo Reinado, é redutor, no entanto, explicar o sucesso do monarca somente em virtude da sua intenção consciente e particular.[5] Vincular a emissão da imagem à competência exclusiva do imperador, e dos grupos dirigentes que o cercavam, seria limitar, portanto, as possibilidades de releitura existentes em qualquer processo de comunicação. Se o imaginário popular se nutriu da realeza, e de certa maneira se "europeizou", também é possível supor o oposto: a monarquia brasileira se impregnou de elementos da cultura local.

É nesse sentido que se procurou indagar mais acerca da memória produzida sobre d. Pedro do que exclusivamente acerca de sua história, tão desvendada por uma série de biografias, mais ou menos laudatórias. Conforme diz o historiador Robert Darnton, trata-se de fazer "novas perguntas para velhos temas e questões".[6] De outra forma, como explicar que um monarca como esse tenha ficado na lembrança de maneira tão recorrente: um ancião de barbas brancas? Como entender que a memória histórica oficial tenha destacado as amantes do pai de d. Pedro II mas não as suas próprias? De que modo é possível interpretar o fato de um imperador de atitudes tão dissimuladas passar para a história apenas como um sábio e curioso mecenas? Talvez a resposta esteja menos na "história" de d. Pedro — na comprovação documental e biográfica — e mais presa à sua memória, e à reelaboração de determinadas imagens em detrimento de

outras. Trata-se de uma memória que dependeu de algumas lembranças e diversos esquecimentos. Como afirma Paula Montero,[7] o que interessa muitas vezes é "a própria memória, e não sua contribuição para a História". Na verdade, parte-se da história em direção ao mito, privilegiando a forma como a memória se apropria da história para neutralizá-la, ou torná-la, ela própria, um mito.

Com efeito, a produção mitológica durante muito tempo foi associada às sociedades arcaicas, por oposição à ciência e à história, que fariam par com as sociedades modernas. O debate distinguia, dessa maneira, os dois conceitos como se se tratassem de pares opostos de uma mesma equação. Claude Lévi-Strauss retomou o tema, negando a hierarquia que implicitamente se estabelecia entre mito e história, porém mostrando como se tratava de domínios distintos.[8] Dito de outra maneira, enquanto à história corresponderia o eixo da diacronia, o mito guardaria uma lógica sincrônica, apreendida sobretudo pela repetição e pela reiteração.[9]

Mas se a distinção é correta para pensarmos em modelos a-históricos, como introduzi-la no interior de sociedades com história? Como pensar nesses mitos políticos contemporâneos que dialogam com o contexto mas que também revelam um movimento marcado por reiterações? Enfim, como de um lado notar que "as representações são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais e discursivas)",[10] sem abrir mão de uma análise das imagens que se repetem, a despeito do contexto em que se inserem?

O desafio seria talvez, tomando de empréstimo um conceito caro à Nova História, reconhecer a existência de valores de permanência mental na "longa duração",[11] que sobrevivem à infra-estrutura mais imediata e dialogam, ressignificados, em outros contextos.[12] É na articulação entre a "estrutura social" e certa "estrutura cultural", como diz Chartier,[13] que se deve buscar essa "ordem de permanências", a qual não corresponderia nem à imagem reflexa do espelho, nem a uma engrenagem mecânica vazia de significado. Levar a sério os universos simbólicos produzidos por uma sociedade é de alguma maneira insistir não exclusivamente nos

fundamentos sociais da vida simbólica — como propôs E. Durkheim em "As formas elementares da vida religiosa" —, mas antes nos "fundamentos simbólicos da vida social"; na relevância das estruturas simbólicas no desvendamento das construções do poder político.

Talvez seja M. Sahlins quem mais tenha se aproximado contemporaneamente da noção de estrutura histórica e tentado superar a dicotomia que separa "acontecimento" e "estrutura". Por meio da noção de "estrutura da conjuntura" — a qual explicita um conjunto de relações históricas que ao mesmo tempo que reproduzem velhas categorias culturais, lhes dão novos valores retirados do contexto pragmático —, Sahlins revela como cada sociedade carrega cosmologias particulares: transforma em "eventos" apenas alguns acontecimentos particularmente carregados de significado.[14] Mas o autor vai mais longe: analisa como o encontro entre duas culturas acarreta, a despeito do domínio político de uma sobre a outra, a alteração de ambas. A atenção se desloca desse modo para a dinâmica cultural, isto é, para a contínua reelaboração entre emissor e receptor e sua constante superação. Debate político, sobretudo em um momento em que as teorias insistiam em modelos da "comunicação de massa", a cultura surge como uma via de mão dupla, cuja recepção é sempre relativa. A estrutura é, portanto, ao mesmo tempo, perene e histórica, na medida em que "cada reprodução implica sua própria transformação" .[15]

É nesse sentido que percebemos, como afirmava o antropólogo Franz Boas,[16] "que o olho que vê é órgão da tradição", já que ninguém vê exatamente o que quer, ou livremente altera conteúdos, dialogando apenas com as situações novas. Cada contexto traz consigo categorias disponíveis e partilhadas, que correspondem "não às audácias do passado, mas aos limites do pensável",[17] às referências que são próprias a cada cultura. Em outros termos, cada cultura carrega sentidos que lhe são anteriores, que remetem a classificações e ordens, no limite, preexistentes.[18]

Estabelece-se, dessa maneira, não uma evolução, mas uma complementaridade entre mito e história. Assim, os mitos políticos

contemporâneos se pareceriam um pouco com os mitos sagrados, ao carregar matéria do passado, conservando níveis explicativos para o presente.[19] Falariam da compreensão que determinada sociedade traz de si própria e de sua história, contudo a atualizariam para o presente recuperando as representações que produz, seus valores, ou descrevendo seus costumes.

No entanto, não basta dissolver tais mitos ou mostrar suas potencialidades políticas para fins de dominação e manipulação. "Historicizar a cultura" significa, de algum modo, vincular a cultura à história, quando muito melhor seria buscar explicar como ambas são material e simbolicamente inseparáveis.[20]

No nosso caso, interessa não só entender a imposição externa e intencional da monarquia por parte das elites, como também quais eram os elementos que favoreciam a boa recepção da corte portuguesa, mesmo em uma conjuntura de crise do sistema colonial e do Antigo Regime. Como demonstra Rodrigo Bentes Monteiro, na América portuguesa "o mito do rei atuaria como grande fator catalisador e mobilizador das forças sociais. Imensamente carismático, o poder real de natureza divina ganhava ênfase através da objetivação de poderes realizados pelos colonizadores, na legitimidade das festas e cerimônias apresentadas".[21]

É assim que viajava literalmente na bagagem de d. João VI a representação do corpo duplo do rei. Em 1790, o bacharel Francisco Antônio de Novais Campos oferecia ao príncipe-regente um manuscrito intitulado Príncipe perfeito — Emblemas de d. João Solórzano. O manuscrito foi incorporado ao acervo da Biblioteca Real, trazido ao Brasil em 1807 e só aberto ao público em 1814.[22] Entre vários sonetos encontra-se o "emblema e ofício do rei a cabeça". Nele vemos a doutrina dos dois corpos do rei, reapresentada com uma nova interpretação: o povo forma o corpo, o rei, a cabeça. (Ver fig. 28 do caderno-cor 2.)

Mas em terras tropicais a versão seria alterada: na conformação de um ritual local, muitas vezes o povo era o corpo e o rei a cabeça, e outras vezes o rei era o corpo e o povo a cabeça. Aqui a explicitação da autoridade

combinava com a importância das festas barrocas, como momentos de teatralização da realeza. Por meio das congadas — e do "rei do Congo" — ou da festa do Divino, quando a cada ano se elegia um novo "Imperador", percebia-se como coroas e cetros, bem ao estilo da tradição européia ocidental, misturavam-se aos elementos que lembravam a estética africana. A monarquia tropical combinava, também, com a influência de um ideário sebastianista — na mística do rei ausente —,[23] ou nas palavras de Fernando Pessoa: "no Atlântico que continua no seu lugar, até simbolicamente. E há sempre Império desde que haja Imperador".[24]

"No país das festas", o monarca foi incorporado ao calendário de celebrações e feriados. Nesse grande "festar", d. Pedro II surge e surgia como figura recorrente, ora eleito em razão do brilho de sua realeza, ora destacado como "um filho da terra", ora lembrado por meio de um retrato, ora celebrado oficialmente, como em sua sagração, ora jogado em um tempo que não tem mais datas nem donos.

Quando D. Pedro Segundo
Foi jogador do Brasil,
Apostador varonil
Da loteria do mundo,
Me disse Mané Raimundo
Seu cabo eleitoral
Que brincou um carnaval
Com a Princesa Isabel
No tempo do coronel
Pedro Álvares Cabral.[25]

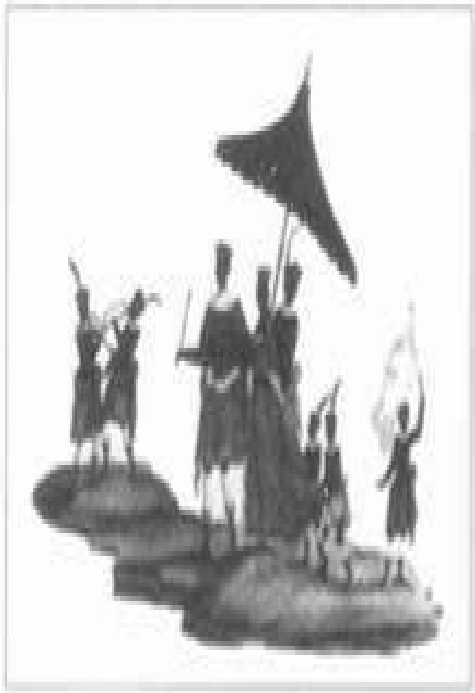
Zé Limeira, livro de cordel de J. Barros, 1996.
Coleção particular

Dessa maneira, enquanto o poder monárquico pode ser entendido como um instrumento dinástico, sua popularidade está ligada, porém, como disse o historiador Marc Bloch,[26] à forma como é recebido. O problema fundamental é entender como um fenômeno elaborado por meios restritos situados no alto da hierarquia cultural e social (estamos falando não só das elites como do rei e de seu círculo de intelectuais e artistas) pode atingir ou atingiu as massas. Em questão acham-se teorias e práticas da elite de um lado, crenças e mentalidades populares de outro. A relação entre essas duas esferas está no âmago da compreensão dos "milagres régios" e da eficácia de seu poder. Os mesmos objetos sagrados — o cetro, a coroa, a

espada, o anel — utilizados no aparato político são retraduzidos por essas estruturas e grupos locais e dessa forma adquirem novas identidades históricas. Tradição, folclore e símbolos são "transportados à história"; à história que as elites elaboram, mas também a uma história que antecede à cronologia oficial.

Vinculada desde os seus primórdios às duas esferas — à origem mágica e à origem histórica —, a realeza faz do ritual e do cerimonial gestos políticos, mas ao fazê-lo insere-se na dimensão do sagrado, de uma história que lhes é anterior. Como diz Bloch, "já herdeiros de longo passado de veneração, ficaram os reis definitivamente marcados pelo sinal divino".[27]

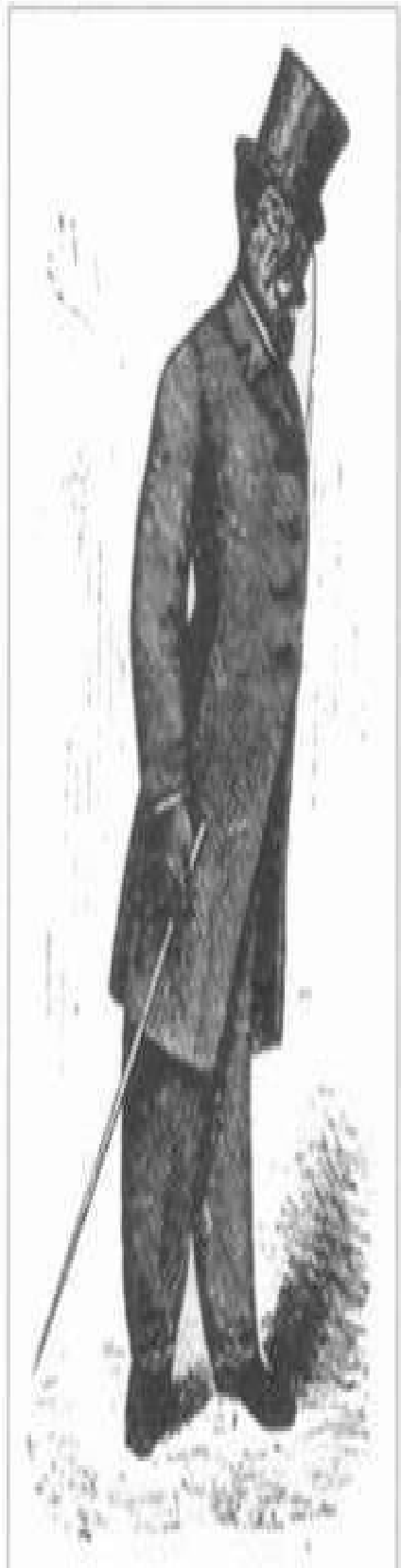
Seja por meio da festa do Divino, seja através da folia de Reis — com os seus reis magos; das congadas e seu rei do Congo; das cavalhadas com o rei Artur; do Rei Bamba da festa do Ticumbi; da festa do Quilombo em Alagoas, em que os caboclos roubam a rainha dos pretos; ou do Maracatu em Recife, quando a rainha do Maracatu desfila ao lado da dama do Paço e de d. Henrique —, o imaginário que envolve a realeza está em questão, retraduzido por tantos reis e rainhas pretos, mulatos e mestiços.[28] Trata-se de dar lugar à compreensão desses "hábitos de pensamento" e mentalidades anteriores à vinda da corte, que nesse sentido dialogam ou não com as "maquinações das elites", mas que, com certeza, retraduzem e atualizam d. Pedro como um monarca tropical.



Nesses momentos destacados, se de um lado se reafirma e se dá

visibilidade ao poder — com sua pompa, seus rituais e o carisma da figura real —, de outro se inicia uma viagem rumo à releitura popular. Assim como por meio das festas oficiais de celebração evidenciam-se a dissimulação e o aspecto de representação desse sistema, é preciso dizer que o ritual não se limita, contudo, ao puro "fingimento e jogo de aparências". É certo que a afirmação da monarquia, em uma América republicana, era matéria de difícil manejo, assim como é evidente que o brilho do ritual ofuscava as grandes contradições do sistema e que a realeza era fértil na produção de símbolos de cultura política. Mas apenas a compreensão política do ritual não desconstrói o mito, ou melhor, explica o fato imediato porém não a persistência e a popularidade.

É nos seus encontros com o rei Obá e outras personalidades populares do Rio de Janeiro da época, no seu apoio e presença em uma série de festas populares, que percebemos como d. Pedro construía seu reinado, mas este era construído cotidianamente.



O elegante príncipe Obá, tal como era visto nas ruas da corte. Em Morais Filho, 1901. CGJM

É como "homem" que d. Pedro cai, mas foi como "mito" que voltou. Como uma reiteração da teoria de Giesey, "o rei morto é que parece viver — por meio de sua efígie realista —, o rei vivo parece não mais existir".[29] Na verdade, a história afirma um "drama", e é pelo mito que se reconta a história. Afinal, talvez a monarquia não tenha sido apenas "um acidente feliz", como queria Rui Barbosa.

Derrubado e mantido no exílio, com a sua morte é o "fantasma" do rei destituído ou a "idealização popular" que perturba o imaginário social até sua volta. Nele, d. Pedro é ainda "o pai dos brancos", mas também o "senhor de todas as festas", junto com Isabel, "a eterna redentora". Foi Silvio Romero quem premonitoriamente, e com uma grande pitada de ironia, resumiu a sina da monarquia em nosso país. Segundo esse autor, o Brasil se converteria, algum dia, num verdadeiro Império mulato: "O primeiro Imperador caiu porque não era nato; o segundo há de sê-lo porque não é mulato".[30]

Não é só pela exceção que se confirma a regra. No caso brasileiro, a realeza parecia dialogar com realidades múltiplas e dialógicas. Muito antes do homem, d. Pedro já era rei.

Casa do beato Pedro Batista em Santa Brígida, Bahia

Até hoje presente nos lencinhos bem guardados, nas lembranças de família, nos livros escolares e até mesmo nos cartões telefônicos, d. Pedro como herói nacional é quase um parente distante. Na parede do beato Pedro Batista, em Santa Brígida, na Bahia, o nosso rei divide espaço com Getúlio Vargas, seu irmão na "memória popular".

Já na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em Salvador, é bem acima da figura do consagrado político baiano Antônio Carlos Magalhães e próxima ao altar que se encontra a imagem de d. Pedro II.

Sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia: d. Pedro acima; o político Antônio C. Magalhães abaixo

Como mito, d. Pedro "é bom para pensar" — parodiando o famoso

dito de Lévi-Strauss —[31] e continua eternamente velho na imaginação popular. Na releitura de um pintor anônimo dos anos 30, a mesma cena oficial, tantas vezes divulgada nos jornais de época, reaparece. Trata-se do dramático momento da entrega do telegrama que anunciava o fim do Império. Dessa feita, d. Pedro está ainda mais velho, e atrás dos militares um anjo feminino observa o evento. Com efeito, no caso são as asas da imaginação popular que tomam a cena. Nelas, "rei morto é rei posto".

Recriação da famosa cena da entrega. do telegrama que comunica o final da

monarquia; aos fundos, um anjo se aproxima do monarca. Anônimo, óleo sobre tela, década de 30. CEA

CRONOLOGIA

ALGUMAS DATAS NA HISTÓRIA DE D. PEDRO

1825 2 de dezembro. Nasce Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, mais conhecido como Pedro de Alcântara.

10 de dezembro. Batizado de d. Pedro.

Portugal e Inglaterra reconhecem a independência do Brasil.

Guerra da Cisplatina entre Brasil e Argentina pela província Cisplatina.

1826 11 de dezembro. Morre a mãe de d. Pedro de Alcântara, d. Leopoldina.

2 de agosto. Reconhecimento solene de Pedro de Alcântara.

1828 Fim da Guerra da Cisplatina.

1829 16 de outubro. Chega ao Rio a segunda esposa de d. Pedro I, d. Amélia de Leuchtenberg.

11 de dezembro. Extinção do Banco do Brasil.

1831 7 de abril. Abdicação de d. Pedro I. Escolhida a Regência Trina Provisória.

8 de abril. Tutoria de José Bonifácio de Andrada e Silva.

9 de abril. Aclamação de d. Pedro II.

13 de abril. Partida de d. Pedro I para a Europa.

17 de junho. Escolhida a Regência Trina Permanente.

1833 15 de dezembro. José Bonifácio é substituído na tutoria de d. Pedro pelo marquês de Itanhaém.

1834 24 de setembro. Falece em Lisboa d. Pedro I.

Reforma da Carta Outorgada pelo Ato Adicional.

1835 Eclosão da Cabanagem (Pará), Farroupilha (Rio Grande do Sul), Revolta dos Malês (Bahia).

12 de outubro. Diogo Feijó é eleito regente do Império.

1837 19 de setembro. Demissão de Feijó e substituição interina por Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda).

Novembro. Eclosão da Revolta da Sabinada na Bahia.

2 de dezembro. Fundação do Colégio Pedro II.

1838 Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

6 de abril. Falecimento de José Bonifácio.

22 de abril. Olinda é eleito regente do Império.

Fim da Sabinada na Bahia.

1839 Primeiro anúncio do daguerreótipo na corte.

1840 Fim da Cabanagem.

23 de julho. Golpe da Maioridade. O "quero já".

24 de julho. Gabinete da Maioridade. Aureliano Coutinho é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

12 de dezembro. Bento Lisboa parte para Viena a fim de negociar o casamento do imperador e de suas irmãs.

Introdução do daguerreótipo no Brasil.

1841 23 de março. Queda do Gabinete da Maioridade; formação do novo Ministério.

18 de julho. Ritual da sagração e coroação de d. Pedro II.

Esmagada a Revolta da Balaiada.

1842 10 de maio. Revolução dos liberais em São Paulo.

20 de maio. Bento Lisboa assina contrato de casamento entre d. Pedro e a princesa Teresa Cristina de Nápoles.

10 de julho. Revolução dos liberais em Minas Gerais.

1843 20 de janeiro. Gabinete Honório Hermeto (marquês de Paraná).

1° de maio. Casamento no Rio de Janeiro de d. Francisca com o príncipe de Joinville (François d'Orléans).

30 de maio. Casamento em Nápoles (por procuração) do imperador com Teresa Cristina Maria de Bourbon (princesa das Duas Sicílias).

3 de setembro. Chegada da imperatriz ao Rio de Janeiro, na fragata Constituição.

844 28 de abril. Casamento de d. Januária com o conde d'Áquila (Luigi di Borbone das Duas Sicílias), no Rio de Janeiro.

22 de outubro. Partida dos condes d'Áquila para a Europa.

1845 23 de fevereiro. Nascimento do príncipe imperial d. Afonso.

1° de março. Termina a Guerra dos Farrapos.

6 de agosto. Partida do imperador para as províncias do sul.

8 de agosto. Votação do Bill Aberdeen, no Parlamento inglês, medida unilateral que garantia à Marinha britânica o direito de invadir navios negreiros.

1846 26 de abril. Volta do imperador à corte.

29 de julho. Nascimento da princesa Isabel.

1847 11 de junho. Falecimento do príncipe d. Afonso.

13 de julho. Nascimento da princesa Leopoldina.

20 de julho. Criação da presidência do Conselho de Ministros.

Chegada dos primeiros imigrantes à fazenda de café do senador Vergueiro.

Viagem do imperador às províncias fluminenses.

1848 19 de julho. Nascimento do príncipe d. Pedro Afonso.

29 de setembro. Subida dos conservadores ao poder. Primeiro Gabinete do marquês de Olinda.

Estoura Revolução Praieira (Pernambuco).

Queda de Luís Filipe de Orléans na França.

1849 6 de outubro. Queda do marquês de Olinda. Monte Alegre é o novo presidente do Conselho.

Fim da Revolução Praieira.

1850 10 de janeiro. Falece o príncipe d. Pedro Afonso.

4 de setembro. Final do tráfico de escravos. Lei Eusébio de Queirós.

30 de setembro. Rompimento de relações com o governo de Rosas.

Epidemia de febre amarela.

Promulgação da Lei de Terras.

Publicação do Código Comercial.

Fundação de Blumenau.

1851 Líder uruguaio Oribe é derrotado por tropas brasileiras.

Fundação de Joinville.

1852 5 de fevereiro. Derrota de Rosas em Monte Caseros.

Primeiro telégrafo brasileiro.

Iluminação a gás da cidade do Rio de Janeiro.

Navegação no rio Amazonas.

1853 Marquês de Paraná organiza o Gabinete da Conciliação.

1854 Varnhagen publica História geral do Brasil.

30 de abril. Inauguração da estrada de ferro que liga a corte a Petrópolis.

Primeiro cabo submarino transatlântico.

1855 17 de outubro. Falece a Condessa de Belmonte (aia e governanta de d. Pedro II).

1856 Caxias assume a chefia do Gabinete da Conciliação.

31 de dezembro. Convite a Barral: dama da imperatriz e aia das princesas.

Revolta dos imigrantes parceiros de Vergueiro na fazenda de Ibicaba.

1857 4 de maio. Segundo Gabinete Olinda, após a maioridade.

1858 Abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II.

12 de dezembro. Gabinete Abaeté (conservador).

1859 10 de agosto. Gabinete Ângelo Ferraz (barão de Uruguaiana) e fim da Conciliação.

2 de outubro. D. Pedro visita províncias do norte.

1860 11 de fevereiro. Volta do imperador à corte.

25 de fevereiro. O novo representante inglês, W. D. Christie, apresenta credenciais.

1861 2 de março. Primeiro Gabinete Caxias (conservador).

1862 24 de maio. Primeiro Gabinete Zacarias (liberal).

30 de maio. Terceiro Gabinete Olinda (liberal).

30 de dezembro. Navios ingleses atacam barcos brasileiros. Questão Christie.

Brasil participa da Exposição Universal de Londres.

1863 11 de março. Christie volta para a Inglaterra.

5 de julho. Ruptura com a Inglaterra.

Maximiliano é imperador do México.

1864 15 de janeiro. Segundo Gabinete Zacarias (liberal).

4 de agosto. Ultimatum ao governo de Montevidéu.

31 de agosto. Gabinete Furtado (liberal).

2 de setembro. Chegam ao Rio o conde D'Eu (Gastão d'Orléans) e o duque de Saxe (Auguste von Saxe-Coburgo-Gotha), pretendentes das princesas imperiais.

15 de outubro. Casamento do conde D'Eu com a princesa Isabel.
1º de dezembro. Início das operações contra o governo uruguaio.

15 de dezembro. A princesa Leopoldina casa-se com o duque de Saxe.

27 de dezembro. Invasão de Mato Grosso pelo Exército paraguaio de Solano López.

1865 Rendição de Montevidéu.

1° de maio. Tratado da Tríplice Aliança: Uruguai, Brasil, Argentina.

12 de maio. Quarto Gabinete Olinda (liberal).

11 de junho. Batalha de Riachuelo.

10 de julho. D. Pedro parte para o cenário da guerra.

11 de setembro. O imperador chega a Uruguaiana.

23 de setembro. Reatamento de relações com a Inglaterra.

9 de novembro. Volta do imperador ao Rio de Janeiro.

1866 24 de maio. Batalha de Tuiuti.

3 de agosto. Terceiro Gabinete Zacarias (liberal).

Novembro. Caxias chega ao Paraguai.

1867 Junho. Fuzilamento de Maximiliano, primo de d. Pedro, no México.

Inauguração da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

Surto de cólera.

Exposição Universal de Viena.

1868 13 de janeiro. Caxias assume o comando do Exército.

19 de fevereiro. Passagem de Humaitá.

16 de julho. Gabinete Itaboraí: conservadores voltam ao poder.

11 de dezembro. Batalha de Avaí.

Morre o mordomo do Paço, Paulo Barbosa.

1869 1° de janeiro. Ocupação da cidade de Assunção.

19 de janeiro. Caxias retira-se da guerra.

16 de abril. O conde D'Eu assume o comando da guerra.

Gobineau chega ao Brasil como ministro da França junto à corte.

1870 1° de março. Morte de Solano López em Cerro Corá. Fim da Guerra do Paraguai.

29 de setembro. Gabinete São Vicente (conservador).

3 de dezembro. Manifesto dos liberais republicanos é publicado no

jornal A República.

Fundadas no Rio de Janeiro a Sociedade de Libertação e a Sociedade

Emancipadora do Elemento Servil.

Carlos Gomes termina a ópera musical O Guarani.

1871 7 de fevereiro. Morte em Viena da filha de d. Pedro: d. Leopoldina, duquesa de Saxe.

7 de março. Gabinete Rio Branco (conservador).

25 de maio. Partida do imperador para a Europa e o Oriente.

28 de setembro. Lei do Ventre Livre.

10 de novembro. Em Alexandria o imperador recebe notícia da promulgação da Lei do Ventre Livre.

1872 17 de janeiro. Fundação do Partido Republicano.

30 de março. O imperador chega ao Rio de Janeiro.

1873 Julho. I Congresso Republicano em Itu.

Falecimento em Lisboa da duquesa de Bragança, ex-imperatriz d. Amélia.

Bispos de Olinda e do Pará interditam as irmandades ligadas à maçonaria.

1874 22 de junho. Cabo submarino liga o Brasil à Europa.

Questão religiosa. Prisão e condenação dos bispos de Olinda e Pará.

Movimento sedicioso nas províncias de Pernambuco e Paraíba, mais conhecido como "O Quebra-Quilos".

1875 25 de junho. Segundo Gabinete Caxias (conservador).

15 de outubro. Nasce o neto do imperador, d. Pedro, príncipe do Grão-Pará.

Falência do banco de Mauá e do Banco Nacional.

Gabinete Caxias anistia bispos condenados.

Começa a circular o jornal A Província de São Paulo.

1876 26 de março. Segunda viagem ao exterior: Europa, Oriente e Estados Unidos da América.

É publicada pela primeira vez a Revista Ilustrada de Angelo Agostini.

Exposição Universal da Filadélfia.

1877 Seca no Nordeste.

26 de setembro. D. Pedro volta ao Brasil.

12 de dezembro. Falece José de Alencar.

Reforma eleitoral.

1878 Subida dos liberais. Gabinete Sinimbu (liberal).

29 de junho. Varnhagen falece em Viena.

1880 Revolta do Vintém no Rio de Janeiro.

7 de março. Morre o duque de Caxias.

28 de março. Primeiro Gabinete Saraiva.

9 de agosto. Nasce o príncipe d. Antônio (filho da princesa Isabel).

1° de novembro. Falece o visconde do Rio Branco.

Inauguração da telefonia no Brasil.

Fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

1882 21 de janeiro. Gabinete Martinho Campos (liberal).

Caso do "Roubo das jóias da Coroa".

Falece Gobineau.

1883 3 de julho. Gabinete Paranaguá (liberal).

Início da Questão Militar.

Fundação da Confederação Abolicionista.

Castro Alves publica o livro Os escravos, e Joaquim Nabuco, O abolicionismo.

1884 Março. Extinta a escravidão no Ceará.

6 de junho. Gabinete Dantas (liberal).

Julho. Fim da escravidão no Amazonas.

1885 6 de maio. Gabinete Saraiva (liberal).

20 de agosto. Conservadores sobem com Gabinete Cotegipe (volta dos conservadores).

28 de setembro. Lei dos Sexagenários.

Novo surto de cólera na corte.

1886 Fundação da Sociedade Promotora da Imigração.

1887 30 de junho. Terceira viagem do imperador ao estrangeiro: terceira regência da princesa Isabel.

Primeira linha férrea no Espírito Santo.

Igreja manifesta-se oficialmente a favor da abolição da escravidão.

1888 10 de março. Gabinete João Alfredo (conservador).

13 de maio. Lei Áurea. Abolição da escravidão.

22 de agosto. Volta do imperador à corte.

1889 Exposição Universal de Paris.

7 de junho. Liberais sobem com o Gabinete Ouro Preto.

15 de junho. Atentado contra d. Pedro II no Rio de Janeiro.

9 de novembro. Baile da Ilha Fiscal.

15 de novembro. Proclamação da República.

17 de novembro. Banimento da família imperial.

7 de dezembro. Desembarque da família imperial em Portugal.

28 de dezembro. Morre Teresa Cristina.

1890 Decreto oficial do banimento.

20 de janeiro. Concurso para o Hino da República.

Tratado das Missões entre Brasil e Argentina.

Convocação da Constituinte.

22 de junho. Projeto da Constituinte é apresentado ao Ministério.

15 de setembro. Eleições para as Constituintes federais.

15 de novembro. Instalada a Constituinte.

1891 14 de janeiro. Morre a Condessa de Barral.

20 de janeiro. Crise no governo Deodoro. Demissão do Primeiro

Gabinete republicano.

14 de fevereiro. Promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

25 de fevereiro. Deodoro é eleito presidente e Floriano Peixoto é seu vice.

3 de novembro. Deodoro decreta o fechamento do Congresso.

5 de dezembro. Morre d. Pedro de Alcântara em Paris.

1892 Morre Deodoro da Fonseca.

1893 Início da Revolta Federalista no Rio Grande do Sul.

3 de setembro. Prudente de Morais é indicado candidato à sucessão presidencial.

6 de setembro. Revolta da Armada no Rio de Janeiro.

25 de setembro. É decretado estado de sítio em quatro estados da federação e mais o Distrito Federal.

1894 Brasil rompe relações com Portugal.

1° de março. Prudente de Morais é eleito presidente.

1895 Prudente de Morais indulta soldados do Exército.

29 de junho. Morre Floriano Peixoto.

1896 Primeira expedição contra Canudos.

Fundação da Academia Brasileira de Letras.

1897 Terceira expedição contra Canudos.

Destruição do Arraial de Canudos.

1898 Eleição de Campos Sales.

1900 Início da Política dos Governadores.

1902 1° de março. Eleição de Rodrigues Alves.

1904 Novembro. Revolta da Vacina.

1905 15 de novembro. Afonso Pena é eleito presidente da República.

1908 Morre Machado de Assis.

1909 14 de junho. Morre Afonso Pena e assume Nilo Peçanha.

1910 Fim da monarquia em Portugal.

15 de novembro. Hermes da Fonseca assume a presidência. Novembro.

Revolta da Chibata.

1914 Hermes da Fonseca solicita estado de sítio para o Rio de Janeiro.

Venceslau Brás assume a presidência.

1916 Venceslau Brás aprova proposta do IHGB e acorda que os corpos de d. Pedro de Alcântara e d. Teresa Cristina retornariam ao

Brasil em 1922.

1917 Brasil entra na Guerra Mundial.

Greve geral operária em São Paulo.

1918 17 de janeiro. Morre Rodrigues Alves (eleito presidente).

25 de fevereiro. Epitácio Pessoa é empossado.

1920 3 de setembro. Decreto n° 4120 admite a presença da família real no Brasil.

1922 Centenário da Independência.

Chegada dos corpos do casal imperial.

1° de março. É eleito Artur Bernardes.

5 de julho. Sublevação do Forte de Copacabana e da Escola Militar.

1924 Início do movimento revolucionário em São Paulo.

Início da Coluna Prestes.

Revolta do Encouraçado São Paulo.

Confronto entre Coluna Prestes e tropas federais. Avanço da Coluna.

1925 2 de dezembro. Comemoração, no Brasil, do centenário de nascimento de d. Pedro II.

1926 Posse de Washington Luís na presidência.

1930 Eleições presidenciais com a vitória de Júlio Prestes.

26 de julho. Assassinato de João Pessoa no Recife.

3 de outubro. Eclode movimento militar no Rio Grande do Sul.

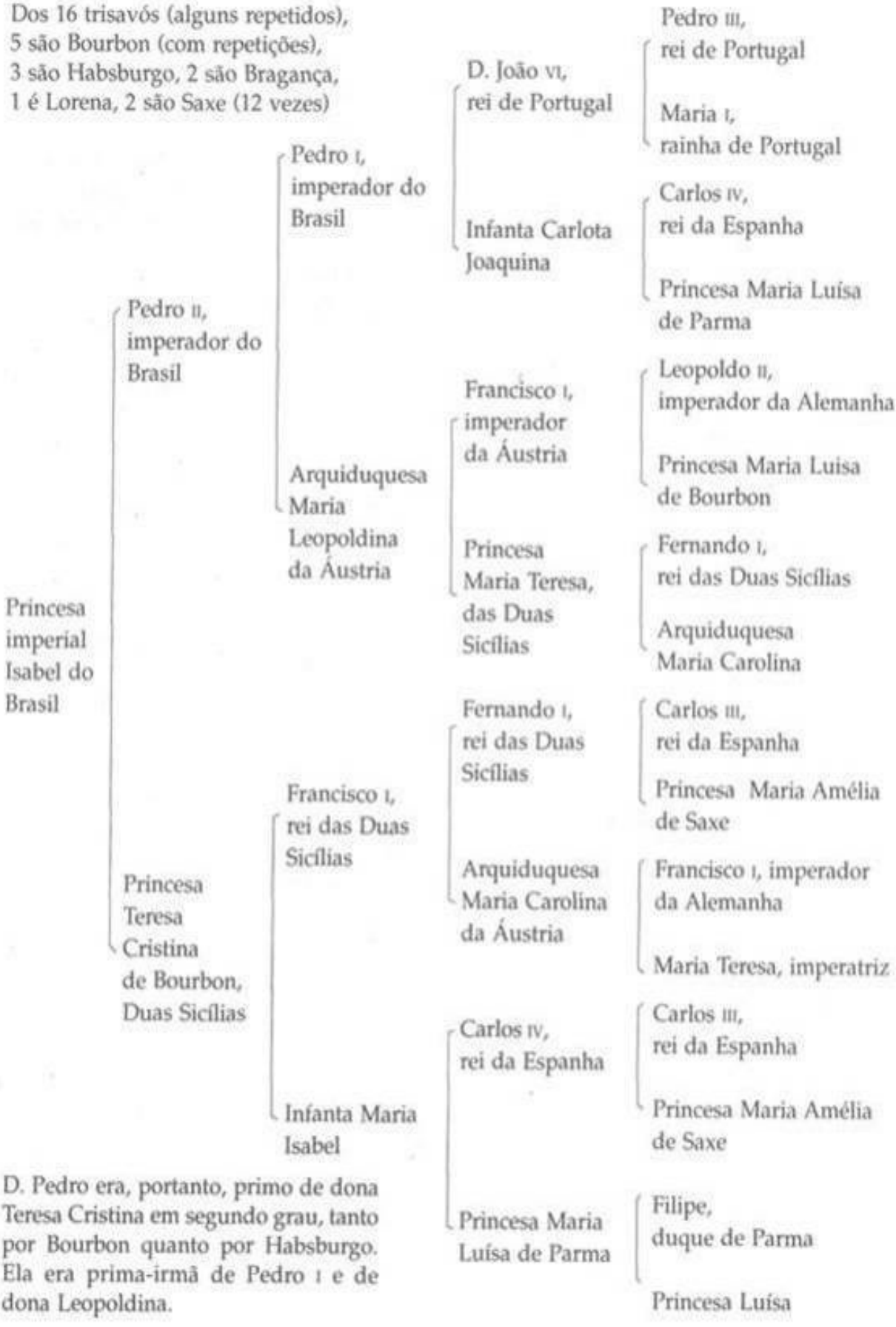
3 de novembro. Getúlio Vargas recebe o poder de junta governativa.

1939 5 de dezembro. Inauguração da capela mortuária em Petrópolis com a presença de Getúlio Vargas.

(*) Esta cronologia foi elaborada durante o desenvolvimento da pesquisa e acabou servindo como referência para o trabalho. Não é, por certo, exaustiva, pretendendo apenas recuperar datas relevantes à construção da memória histórica de d. Pedro II. É por isso mesmo que os eventos vão se tornando mais e mais reduzidos a partir da proclamação da República e com a morte do último monarca brasileiro.

GENEALOGIAS*

Dos 16 trisavós (alguns repetidos),
5 são Bourbon (com repetições),
3 são Habsburgo, 2 são Bragança,
1 é Lorena, 2 são Saxe (12 vezes)



D. Pedro era, portanto, primo de dona Teresa Cristina em segundo grau, tanto por Bourbon quanto por Habsburgo. Ela era prima-irmã de Pedro I e de dona Leopoldina.

(*) Material organizado pelo professor Antonio Candido, a quem sou grata.

Gastão d'Orléans, conde D'Eu (1842-1922)
Luís, duque de Nemours (1814-96)
Princesa Vitória de Saxe-Coburgo-Gotha (1785-1851)
Luís Filipe I, rei da França (1773-1850)
Princesa Maria Amélia de Bourbon-Sicílias (1782-1866)
Príncipe Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha (1785-1851)
Princesa Antonieta de Koháry (1797-1862)
Luís Filipe, duque de Orléans (1747-93)
Princesa Luísa de Bourbon-Penthièvre
Fernando I, rei das Duas Sicílias (1751-1825)
Arquiduquesa Maria Carolina da Áustria
Francisco, duque de Saxe-Saalfeld-Coburgo (1750-1806)
Condessa Agostinha de Reuss-Lebenstein e Eberdorf (1757-1831)
Antônio, príncipe de Koháry
Luís Filipe, duque de Orléans (1725-85)
Princesa Luísa Henriqueta de Bourbon-Conti
Duque de Penthièvre
Carlos III, rei da Espanha (1716-88)
Princesa Maria Amélia de Saxe
Francisco I, imperador da Áustria
Maria Teresa, imperatriz da Áustria

Henrique IV
= Maria de Médicis

|

Luís XIII
= Ana d'Áustria

|

Filipe, duque de Orléans
= Carlota do Palatinado

|

Filipe, duque de Orléans
= Francisca de Bourbon (mlle. de Blois)

|

Luís, duque de Orléans
= Augusta de Baden

|

Luís Filipe, duque de Orléans (Égalité)
= Luísa de Bourbon-Penthièvre

|

Luís Filipe I
= Maria Amélia de Bourbon-Sicílias

|

Luís, duque de Nemours
= Vitória de Saxe-Coburgo-Gotha

|

Gastão, conde D'Eu
= Isabel de Bragança

|

Pedro, príncipe do Grão-Pará
= Elizabeth Dobrzensky de Dobrzenicz

|

Pedro Gastão de Orléans e Bragança
= Esperança de Bourbon-Sicílias

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina. A fabricação do imortal - Memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.

AIMONE, Linda. Les expositions universelles - 1851-1900. Paris, Belin, 1993.

ALCOTT, Louise May. Boas esposas. 3ª ed. São Paulo, Nacional, 1946.

ALENCAR, José de. O Guarani. (1857). São Paulo, Ática, 1995.

_____Iracema. (1865). São Paulo, Ática, 1996.

_____A pata da gazela. (1870). São Paulo, Ática, 1995.

_____O tronco do ipê. (1871). São Paulo, Ática, 1995.

_____Ubirajara. (1874). São Paulo, Ática, 1990.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "L'Empire du Brésil". In DUVERGER, Maurice (org.). Lê concept d'empire. Paris, PUF, 1980.

_____ "Le commerce des vivants - Traites d'esclaves et 'pax lusitana' dans L'Atlantique Sud". Tese de doutorado. Paris, Université de Paris x, 1986.

_____ (org.). História da vida privada no Brasil. Dir. Fernando A. Novais. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional.

Almanaque brasileiro ilustrado. Rio de Janeiro, Ed. Antônio Manuel dos Reis, 1881.

AMARAL, Leo do. O imperador. São Paulo, Editora O Pensamento, 1913.

AMOROSO, Marta Rosa. "Mudanças de hábito - Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos (século XIX)". São Paulo, mimeo, 1997.

ANDERSEN, Hans. The Penguin complete fairy tales and stories. Londres, Viking Penguin, 1985.

ANDRADE, Ana Maria. "Crônica fotográfica do Rio de Janeiro". In CANDIDO, Antonio, et alii. A crônica. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

ANDRADE, Mário de. Danças dramáticas do Brasil. São Paulo, Martins, 1959.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. (1711). Belo Horizonte; São Paulo, Itatiaia; Edusp, 1982.

APOSTOLIDES, Jean-Marie. O rei-máquina - Espetáculo e política no tempo de Luís XIV. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

ARAÚJO, Emanoel. Rafael Bordalo Pinheiro - O português tal e qual. O caricaturista. São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1996.

ARAUJO, Joaquim Aurélio Barreto. O erro do imperador. Rio de Janeiro, G. Leuzinger, 1886.

ARAUJO, Roberto Assumpção. Retratos da família imperial do Brasil em Viena. Rio de Janeiro, MEC, 1956.

ARENDT, Hannah. The Origins of totalitarism. Nova York, Harvest Books, 1973.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XIX - Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro; São Paulo, Contraponto; Unesp, 1994.

ASSIS, Machado de. Iaiá Garcia. (1878). Rio de Janeiro; Belo Horizonte, Garnier, 1988.

_____Papéis avulsos. (1882). Rio de Janeiro; Belo Horizonte, Garnier, 1989.

_____Histórias sem data. (1884). Rio de Janeiro; Belo Horizonte, Garnier, 1989.

_____Dom Casmurro. (1899). Rio de Janeiro; Belo Horizonte, Garnier, 1988.

_____Esaú e Jacó. (1904). Rio de Janeiro; Belo Horizonte, Garnier, 1988.

_____Relíquias da Casa Velha. (1906). Rio de Janeiro; Belo Horizonte, Garnier, 1990.

_____Crônicas escolhidas. São Paulo, Folha de S.Paulo; Ática, 1994.

Ata da 6ª sessão ordinária aos 16 dias do mês de março de 1872, sob a presidência do sr. coronel Bernardo Ferraz de Abreu. Petrópolis, Câmara Municipal; Museu Imperial.

AULER, Guilherme. A construção do Palácio de Petrópolis. Petrópolis, Vozes, mar.-abr. 1952.

_____"O mobiliário do Palácio de Petrópolis". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28/7/1857.

AUMONT, Jacques. A imagem. Campinas, Papirus, 1995.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe (1859). Belo Horizonte; São Paulo, Itatiaia; Edusp, 1980.

AVILA, Carmem. Boas maneiras - Manual de civilidade. 3ª ed. S. 1., s. e., 1936.

AZAMBUJA, Gabriel d'. Les contemporains - Dom Pedro II, empereur du Brésil. S. 1., s. e., s. d.

AZEREDO, Carlos Magalhães. "D. Pedro II - traços de sua phisionomia". In GALVÃO, Ruiz (org.). Contribuições para a biographia de d. Pedro II.

Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925.

AZEVEDO, Artur. Vidas alheias. Porto Alegre, s. e., 1901.

BACZO, Bronislaw. Les imaginaires sociaux. Paris, Payot, 1984.

BAKHTIN, Mikhail. Cultura popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo, Hucitec, 1987.

_____A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo; Brasília, Hucitec; Ed. da UnB, 1988.

BANDEIRA, L. A. Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata. Brasília; São Paulo, Ed. da UnB; Ensaio, 1995.

BARBEY, Jean. Âtre roi - Le roi et son gouvernement en France de Clovis à Louis XVI. Paris, Fayard, 1992.

BARDI, Pietro Maria (org.). Arte no Brasil. São Paulo, Abril, 1982.

BARROS, João Rego. "Reminiscências de há 50 annos, de um cadete do 1° regimento de cavalaria". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1925, t. 98, vol. 152.

BARROSO, Gustavo. Ao som da viola. (1921). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949.

BARTHES, Roland. Image, music, text. Nova York, Farrar, Strauss and Giroux, 1991.

BELLUZZO, Ana Maria de Morais (org.). O Brasil dos viajantes. São Paulo, Fundação Odebrecht; Metalivros, 1994.

BENEDICT, Burt. The anthropology of world's fairs. Califórnia, University Press, 1992.

BESOUCHET, Lídia. D. Pedro II e o século XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

BINZER, Ina von. Os meus romanos. (1881). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

BLOCH, Marc. Os reis taumaturgos - O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. (1924). São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

BOAS, Franz. Anthropology and modern life. (1928). Nova York, Dover Publications, Inc., 1962.

BORDONOVE, Georges. Les rois qui ont fait la France - Les Bourbons: Louis-Philippe. Paris, Pygmalion, 1990.

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo, Cultrix, 1972.

BOULANGER, Ernesto Aleixo. Armorial brasiliense. Rio de Janeiro, s. e., 1860.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é folclore. São Paulo, Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Théo. Folguedos natalinos - Cavalhada. Maceió, Universidade

Federal de Alagoas; Museu Théo Brandão, s. d.

_____Folguedos natalinos - Maracatu. Maceió, Universidade Federal de Alagoas; Museu Théo Brandão, s. d.

_____Folguedos natalinos - Quilombo. Maceió, Universidade Federal de Alagoas; Museu Théo Brandão, s. d.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico. (1947). Lisboa, D. Quixote, 1995.

BRUN, Diego Abente. "La guerra de la Triple Alianza - Tres modelos explicativos". Revista Paraguaya de Sociologia. S. 1., 1989, ano 26, n° 74.

BUARQUE, Felício. Origens republicanas. Recife, Francisco Soares Quintas, 1894.

BURKE, Peter. A fabricação do rei - A construção da imagem pública de Luís XIV. (1985). Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

CALDEIRA, Jorge. Mauá - Empresário do Império. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

CALMON, Pedro. O rei filósofo. São Paulo, Nacional, 1938.

_____História do Brasil na poesia do povo. Rio de Janeiro, Bloch, 1973.

_____História de d. Pedro II. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, 5 vols.

CÂMARA, Gerardo Brito Raposo da. A cidade imperial - Elevação do Petrópolis a cidade; o papel do coronel Veiga. Geopolítica dos municípios: Petrópolis, 100 anos da cidade. Rio de Janeiro, s. e., 1957.

CAMARGO, Mônica Junqueira de, & MENDES, Ricardo. Fotografia. São Paulo, Secret. Municipal de Cultura, 1992.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. O senhor d. Pedro II, imperador do Brasil. Porto, Thyp. Pereira, 1871.

CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. São Paulo, Martins, 1959.

_____"A literatura durante o Império". In HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1976, vol. 7.

_____O método crítico de Silvio Romero. São Paulo, Edusp, 1988.

_____"O romantismo". São Paulo, mimeo, 1990.

_____"A culpa dos reis - mando e transgressão no Ricardo II". In NOVAES, Adauto (org.). Ética. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CANNADINE, David. Aspects of aristocracy. Londres, Penguin, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem - A elite política

imperial. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

_____ Os bestializados - O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____Teatro de sombras - A política imperial. Rio de Janeiro, Vértice; IUPERJ, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas - O imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____"República-mulher: entre Maria e Mariane". In CANDIDO, Antonio, et alii. A crônica. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

_____A construção da ordem - A elite política imperial; Teatro de sombras - A política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro, UFRJ; Relume-Dumará, 1996.

_____Pontos e bordados - Escritos de história e política. Belo Horizonte, Ed. Da UFMG, 1998.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século - André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro, Revan; IUPERJ-UCAM, 1998.

CASTRO, José da Gama e. Memória sobre a nobreza no Brasil por hum brasileiro. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1841.

CASTRO, Zaíde M., & COUTO, Aracy do P. Folias de reis. Cadernos de Folclore n° 16. Rio de Janeiro, MEC, 1977.

Catálogo da Exposição dos Modelos dos Brasões de Armas da Nobreza e Fidalguia. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1965.

CAVALCANTE, João Curvello. Relatórios sobre a Fazenda de Santa Cruz e Quinta da Boa Vista. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892.

CELSO, Afonso. Oito anos de Parlamento - Poder pessoal de d. Pedro II. São Paulo, Melhoramentos, 1928.

CESTARI, Luciana. "D. Pedro e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". Relatório de iniciação científica. São Paulo, FAPESP, 1994.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____Cidade febril - Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. "Distinction et divulgation: la civilité et ses livres". In Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime. Paris, Seuil, 1987.

_____A história cultural - Entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

_____ "Novos caminhos da historiografia francesa". São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, mimeo, 1993.

CHATEAUBRIAND, Assis. "Um professor de elites". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional,

1928, t. 98, vol. 152.

CHIAVENATTO, Julio José. Genocídio americano - A Guerra do Paraguai. São Paulo, Brasiliense, 1979.

CLARKE, Graham (org.). The portrait in photography. Londres, Reaktion Books, 1992.

CLIFFORD, James, & MARCUS, George. Writing culture. Califórnia, University Press, 1986.

COARACY, Vivaldo. Memórias da cidade do Rio de janeiro. 3- ed. Belo Horizonte; São Paulo, Edusp, 1988.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

Constituição política do Império do Brasil. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1937.

Contribuição para a biografia de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Imprensa Nacional, 1925.

COSTA, Angela Marques da. "Valete, dama e rei - O castelo de cartas de d. Pedro II, ou [...] Como ser nobre no Brasil". Relatório de aperfeiçoamento. São Paulo, CNPq, 1996.

_____"Pedra e poder - Os palácios de d. Pedro II". Relatório de aperfeiçoamento. São Paulo, CNPq, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República - Momentos decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977.

COSTA, Sérgio Corrêa da. As quatro coroas de d. Pedro I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles - O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo, Hucitec, 1996.

CRISTIANO Jr. Escravos brasileiros do século XIX. São Paulo, Ex-Libris, 1988.

CUNHA, Joaquim Pedro. Elogio histórico de sua magestade o imperador d. Pedro II. Lisboa, Thyp. Universal, 1893.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. "Fisionotipo e fisionotraço - Métodos práticos para desenhar retratos". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1984, sep.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros estrangeiros. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____Antropologia do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____ "Política indigenista no século XIX". In História dos índios no Brasil. São Paulo, FAPESP; Companhia das Letras, 1992.

_____"Legislação indigenista no século XIX". São Paulo, Comissão Pró-índio; Edusp, 1992.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. "Você me conhece". Projeto História n ° 16. São Paulo, PUC, 1997.

CUNHA, Rui Vieira da. Estudo da nobreza brasileira. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1966, 2 vols.

_____Figuras e fatos da nobreza brasileira. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

D'ALG, Louise. La science du monde. Paris, Librarie de la Famille, 1877.

DA MATTA, Roberto. Ensaios de antropologia estrutural. Petrópolis, Vozes, 1973.

_____Carnavais, malandros e heróis. (1978). Rio de Janeiro, Guanabara, 1990.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

_____O beijo de Lamourette - Mídia, cultura e revolução. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. (1870). Introd. Sérgio Buarque de HOLANDA. São Paulo, Edusp, 1980.

DEBRET, Jean Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil. Paris, F. Didot Frères, 1835.

_____Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. (1823). São Paulo, Edusp, 1978.

Decretos da Casa Real e Imperial - 1809-1889. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, s. d.

DELGADO, Alexandre Miranda. O imperador magnânimo. Rio de Janeiro, s. e., 1992.

DELUMEAU, Jean. Mille ans de bonheur - Une histoire du paradis. Paris, Fayard, 1995.

Descripcção do edifício construído para solemnidade de coroação e sagração de S. M. O Imperador o senhor D. Pedro II. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1825.

DIAS, Gonçalves. Poesias completas. 2ª ed. São Paulo, Saraiva, 1957.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "A interiorização da metrópole". In MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1922 - Dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1982.

_____Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DIESBACH, Guislain. Les Secrets du Gotha. Paris, René Julliard, 1964.

DOLHNIKOFF, Miriam. "O projeto nacional de José Bonifácio". Novos Estudos-Cebrap, n° 146. São Paulo, s. e., 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. (org.). José Bonifácio - Projetos para o Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. Col. Retratos do Brasil.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. O conflito do Paraguai - A grande guerra do Brasil. São Paulo, Ática, 1996.

DORE, Helen. A arte dos retratos. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.

DÓRIA, Escragnolle. "Reminiscencias do Palácio de São Christovam". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1925, t. 96, vol. 152.

_____"A fazenda de Santa Cruz". Revista da Semana. Rio de Janeiro, 22/4/1933.

DORNAS FILHO, João. "D. Pedro II e o inventor do telefone". Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 1951.

DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico. Campinas, Papirus, 1994.

DUCHET, Michèle. Anthropologie et histoire au siècle des lumières. Paris, Maspero, 1971.

DUQUESNE, Jacques. Exposition Universelle - 1900. Paris, Les Editions, 1991.

DURAND, José Carlos. Arte, privilégio e distinção. São Paulo, Perspectiva; Edusp, 1989. D

URKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. (1901). São Paulo, Ed. Paulinas, 1989.

DUVERGER, Maurice. "Le concept d'empire". In idem (org.). Le concept d'empire. Paris, PUF, 1980.

EDWARDS, Elizabeth (org.). Anthropology and photography — 1860-1920. Yale, University Press, 1992.

EFEGÊ, João Francisco Gomes. Figuras e coisas do Carnaval carioca. Rio de Janeiro, Funarte, 1982.

EL FAR, Alessandra. "Entre a coroa e a cartola - A representação de d. Pedro II nos jornais paulistas e cariocas de 1825 a 1891". Relatório de iniciação científica. São Paulo, FAPESP, 1994.

_____ "A encenação da imortalidade". Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1997.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. "Esfinges e heroínas - A condição da mulher letrada na transição do fim de século". Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1997.

ELIAS, Norbert. La société de cour. Paris, Calmann-Lévy, 1974.

_____A sociedade da corte. Lisboa, Presença Editorial, 1983.

_____O processo civilizador - Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

ENDER, Thomas. Brasilien expedition. S. 1., s. e., 1817.

ERIBON, Didier, & LÉVI-STRAUSS, Claude. De près et le loin. Paris, Odile Jacob, 1988.

EULALIO, Alexandre. Remate de males. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.

EWBANK, Thomas. A vida no Brasil ou Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras. (1855). São Paulo; Belo Horizonte, Edusp; Itatiaia, 1976.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. 4ª ed. Porto Alegre, Globo, 1977.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo, Edusp, 1995.

FERNANDES, João. "Petrópolis em 1844". Tribuna de Petrópolis, 6/8/1933.

FERNANDES, Juvenal. Carlos Gomes - Do sonho à conquista. São Paulo, IMESP, 1994.

FERREZ, Gilberto. A fotografia no Brasil (1840-1900). Rio de Janeiro, Funarte, 1985.

_____O Paço da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fundação Pró-Memória, 1985.

FIALHO, Anfrisio. Dom Pedro II empereur du Brésil. Bruxelas, Thyp. de Mlle. Weissenbruch, 1876.

FLEIUSS, Max. "D. Pedro n: seu nascimento, seus irmãos". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, t. 98, vol. 152.

_____"Nascimento, primeiros anos e educação". In Contribuições para a biographia de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928.

FLETCHER, James Cooley, & KIDDER, D. P. O Brasil e os brasileiros. (1857). São Paulo; Rio de Janeiro, PoA; Nacional, 1941.

FONSECA, Rubem. O selvagem da ópera. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir - História da violência nas prisões. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1979.

FRADIQUE, Mendes. História do Brasil pelo método confuso. Rio de Janeiro, Editora e Livraria Leite Ribeiro, 1927.

FRANCASTEL, Pierre. A realidade figurativa. São Paulo, Perspectiva, 1993.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. A Câmara dos Deputados - Síntese histórica. Brasília, s. e., 1978.

FRAZER, James George. O ramo de ouro. (1890). São Paulo, Círculo do Livro, 1983.

FREIRE, Laudelino de Oliveira. Pedro II e a arte no Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917.

FREITAS, Benedicto. Santa Cruz - Fazenda jesuítica, real, imperial. Rio de

Janeiro, s. e., 1985-87, 3 vols.

FREITAS, Newton. Los Braganza. Buenos Aires, Emecê, 1943.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933.

_____"Dom Pedro II julgado por alguns estrangeiros seus contemporâneos". In Conferências do Museu Imperial. Petrópolis, s. e., 1970.

_____"Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical". In O perfil de Euclides da Cunha e outros perfis. (1944). Rio de Janeiro, Record, 1987.

_____Açúcar. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FROCHTENGARTEN, Fernando. "Cara e coroa - As duas faces do imperador". Relatório de iniciação científica. São Paulo, CNPq, 1996.

FRY, Peter. Para inglês ver. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FUNCHAL, marquês de. Títulos nobiliárquicos. S. 1., s. e., 1859.

GALBREATH, D. L., & JÉQUIER, Léon. Manuel du blason. Lausanne, Spes, 1977.

GAMA, José de Saldanha da. "História da imperial Fazenda de Santa Cruz". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1875, t. 38.

GARCIA, Antônio José Nunes. O senhor dom Pedro Segundo. Rio de Janeiro, s. e., 1985.

GEERTZ, Clifford. Interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Guanabara, 1973.

_____Local knowledge - Further essays in interpretative anthropology. Nova York, Basic Books, 1983.

_____Negara - Um Estado-Teatro no século XIX. Lisboa, Difel, 1980.

_____Guia do viajante no Rio de Janeiro - plantas, estradas de ferro. Rio de Janeiro, G. Leuzinger e Filhos, 1884.

GERBI, Antonello. La disputa del Nuevo Mundo. México, Fondo de Cultura Económica, 1982.

GIESEY, Ralph E. Le roi ne meurt jamais. Paris, Flammarion, 1987.

GINZBURG, Cario. O queijo e os vermes - O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____Mitos, emblemas, sinais - Morfologia e história. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. Indagações sobre Piero. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

_____História noturna - Decifrando o sabá. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GOBINEAU, Arthur de. Les Pléiades. Paris, s. e., 1875.

GOMES, Plínio Freire. "Notas sobre a mediação entre o erudito e o popular - contribuições para uma história dialógica". São Paulo, apost., 1991.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. O imperador itinerante. Recife, Secret. da Educação, 1978.

GRAHAM, Maria. Diário de uma viagem ao Brasil - Segunda visita, 1822. São Paulo, Nacional, 1956.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1997.

GREENHALGH, Paul. Ephemeral vistas - The expositions universelles, great exhibitions and world's fairs, 1851-1939. Manchester, University Press, 1988.

GUIMARÃES, Argeu de Segadas Machado. Pedro II na Escandinávia e na Rússia. Rio de Janeiro, J. Leite, s. d.

_____Em torno do casamento de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Zelio Valdeverde, 1942.

_____D. Pedro II nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos. Rio de Janeiro, Vértice, 1988.

GURGEL, Amaral. O neto de Marco Aurélio (d. Pedro II). São Paulo, Empresa Editora, 1994.

HABSBURGO, Ferdinando Maximiliano de. Bahia 1860 - Esboços de viagem. (Viena, 1861). Rio de Janeiro; Salvador, Tempo Brasileiro; Fund. Cultural do Est. da Bahia, 1982.

HAMBURGER, Ester Império. "Representação brasileira nas feiras mundiais - 1862/1939". São Paulo, mimeo, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma - A modernidade na selva. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

_____"Os negativos da história". In CANDIDO, Antonio, et alii. A crônica. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

HASKELL, Francis. History and its images. Yale, University Press, 1993.

HERMANN, Jacqueline. No reino do desejado - A construção do sebastianismo em Portugal. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

HIRSCH, Irene. "A baleia traduzida - Traduções de Herman Melville". In Cadernos de literatura em tradução. São Paulo, Humanitas, 1997.

HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil monárquico 4 e 5 - O Império e a República. 2ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo, Difel, 1977.

_____Raízes do Brasil. (1936). Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

_____ Visão do paraíso - Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1986.

HORACE, Napoleon Raisson. Code de la conversation - Manuel complet du langage, élégant et polides. Paris, J. P. Ronet, Librarie, Editeur, 1829.

HOWARD, Maurice. The Tudor image. Londres, Tate Gallery, 1995.

HUGO, Victor. Choses vues - 1870-1885. Paris, Gallimard, 1972.

HUIZINGA, Joan. Homo ludens - O jogo como elemento da cultura. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1990.

IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil - 1500-1964. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

Infância e adolescência de d. Pedro II - Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário de nascimento. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1925.

ITANHAÉM, marquês de. Contas dadas á Assemblea Geral pelo marques de Itanhaem, encarregado da tutela de SMI e de suas augustas irmãs, precedidas de um relatório explicativo. Rio de Janeiro, Typ. Commercial de P. Gueffier, 1834. Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras.

JAPUR, Jorge. Manual de boas maneiras. 2ª ed. S. L, s. e., 1914.

JOUBERT, Pierre. Nouveau guide de l'héraldique. Ouest France, Rennes, 1985.

KANTOROWICZ, Ernst. Les deux corps du roi. Paris, Gallimard, 1989.

KARASCH, Mary. Slave life in Rio de Janeiro - 1808-1850. Princeton, University Press, 1987.

KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Províncias do norte). (1845). São Paulo, Martins, 1943.

KOSERITZ, Carl von. Imagens do Brasil. (1883). São Paulo, Martins; Edusp, 1972.

KOSTER, Henry. Viagens ao nordeste do Brasil. (Londres, 1816). São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre, Nacional, 1942.

LACOMBE, Américo Jacobina. Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis. Petrópolis, Typ. Ypiranga, 1939.

_____Nobreza brasileira - Notas prévias aos "Apontamentos" [...]

de Silva Maia. Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, 1940.

_____O mordomo do imperador. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1994.

LACOMBE, Lourenço L. Uma cerimônia na corte em 1864. Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, 1941, vol. 2.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. O Estado monárquico - França: 1460-1610. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

LAGO, coronel Laurênio. Nobiliarquia brasileira - Titulares do sexo feminino. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1949.

LANGER, mme. d. Le protocole mondaine. Paris, Montgredien et C. Librairie, 1887.

LE GOFF, Jacques, & NORA, Pierre. História - Novas abordagens. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

LECLERC, Max. Cartas do Brasil (1889-1890). São Paulo, Nacional, 1942. Brasiliana, vol. 215.

LEITE, Miriam Moreira. "Documentação fotográfica, potencialidades e limitações". In CANDIDO, Antonio, et alii. A crônica. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

_____Retratos de família. São Paulo, Edusp, 1993.

LEMOINE, Bertrand. La tour de Monsieur Eiffel. Paris, Gallimard, 1989.

LEMOS, Carlos. Cozinhas etc. São Paulo, Perspectiva, 1976.

LEVASSEUR, E. Album de viés du Brésil. Paris, s. e., 1889.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

_____Estruturas elementares do parentesco. Rio de Janeiro, Vozes, 1976.

_____Mito e significado. Lisboa, Edições 70, 1989.

_____História de lince. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

LIMA, Alberto, & AULER, Guilherme. Paço de S. Cristóvão - Rio de Janeiro: 1817-1880. Petrópolis, Vitor P. Brumlik (ed.), 1965, vol. 2. Col. IV Centenário.

LIMA, Oliveira. O Império brasileiro. São Paulo, Melhoramentos, 1927.

LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

_____O movimento de independência, 1821-1822. 6ª ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

LIMA, Rossini Tavares de. Folguedos populares do Brasil. São Paulo, Ricordi, 1962.

_____Abecê do folclore. 5- ed. São Paulo, Ricordi, 1972.

LISBOA, Karen M. "A nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius". Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1995.

_____A nova Atlântida de Spix e Martius - Natureza e civilização na "Viagem pelo Brasil (1817-1820)". São Paulo, Hucitec, 1997.

LUCCOCK, John. Notes on Rio de Janeiro and the Southern parts of Brazil taken during a residence of ten years in that Country from 1808 to 1818, Londres, 180.

LYRA, Heitor. História de d. Pedro II. (1938-40). São Paulo; Belo Horizonte, Edusp; Itatiaia, 1977, 3 vols.

MACEDO, Gervasio do Rego. "A sociedade do Rio de Janeiro". Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, 1886.

MACEDO, Valéria Mendonça de. "O Brasil do XIX: entre santos e cetros - O imaginário da realeza nas festas brasileiras do século XIX". Relatório de iniciação científica. São Paulo, CNPq, 1996.

MACHADO, Julio Cesar. O outro d. Pedro II. Rio de Janeiro, Bramante Editora, 1996.

MACHADO, Maria Helena P. T. "Para uma história da sensibilidade - Couto Magalhães e a trajetória privada de um personagem público do Império". Revista Eclética. São Paulo, USP, 1997, nº 2.

_____"Um mitógrafo no Império - A construção de mitos da história nacionalista do século XIX". São Paulo, ms., 1997.

_____"Um país em busca de moldura - O pensamento de Couto de Magalhães, O selvagem e Os sertões". In MONTEIRO, John Manuel, & AZEVEDO, Francisca L. Nogueira (orgs.). Confronto de culturas - Conquista, resistência, transformação. São Paulo, Edusp, 1997.

_____(org.). José Vieira Couto de Magalhães - Diário íntimo. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. Col. Retratos do Brasil.

MADARIAGA, Salvador de. Bolivar. 2ª ed. México, Editorial Hermes, 1953.

MAGALHÃES JR., Raimundo. D. Pedro II e a Condessa de Barral. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1956.

_____O Império em chinelos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957.

MAGALHÃES, Couto de. O selvagem. (1913). Belo Horizonte; São Paulo, Itatiaia; Edusp, 1975.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. A Confederação dos Tamoyos. 3ª ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1864.

MAIA, José Antônio da Silva. Apontamentos de legislação para uso dos procuradores da Coroa e Fazenda Nacional. S. 1., Tip. Americana, 1846.

MAIA, Manuel Augusto Velho da Mota. O conde de Mota Maia - Médico e amigo dedicado de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Alves, 1937.

MAIO, Marcos Chor, & VENTURA, Ricardo (orgs.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro, Fiocruz; CCBB, 1996.

MALERBA, Jurandir. "A corte no exílio - Interpretação do Brasil joanino (1808-1821)". Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1997.

Manual da civilidade brasileira, contendo as leis da decência e do bom-tom; máximas e preceitos de bem viver na sociedade e regras para bem escrever cartas. Rio de Janeiro, Livr. de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia., 1848.

Mappa da totalidade da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 30 de junho de 1849. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

MARINHO, José Antonio. A declaração de maioridade. Rio de Janeiro, Typ. da Associação do Despertador, 1840.

MARQUES, A. H. de Oliveira. História de Portugal. Portugal, Imprensa Nacional, 1991.

MARQUES, Maria Eduarda C. M. (org.). A Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

MARRAS, Stélio A. "Sobre a boa sociedade de Machado de Assis". Relatório de iniciação científica. São Paulo, CNPq, 1996.

MATHIAS, Herculano Gomes. D. Pedro II. São Paulo, Ediouro, 1984.

MATOSO, Ernesto. Cousas do meu tempo. Bordeaux, Imprim. Gounouilhou, 1916.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O tempo Saquarema. São Paulo, Hucitec, 1987.

MATTOSO, José. A nobreza portuguesa. Lisboa, Presença, 1976.

MAUAD, Ana Maria. "Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado". In ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil. Dir. Fernando A. Novais. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol. 2: Império: a corte e a modernidade nacional.

MAURO, Frédéric. O Brasil no tempo de dom Pedro II - 1831-1889. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

MAYER, Arno J. A força da tradição - A persistência do Antigo Regime: 1848-1914. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

MEDEIROS, Sérgio (trad. e org.). Alfredo d'Escragnolle Taunay — A Retirada da Laguna, episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Col. Retratos do Brasil.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE (org.). Poesias completas de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Guanabara, 1932.

MEGHREBLIAN, Caren Ann. "Art, politics and historical perception in imperial Brazil -1854-1884". Dissertação de mestrado. Michigan, 1994.

MENDES, Oscar. Quem foi d. Pedro II. Rio de Janeiro, Artes Gráficas, 1930.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. Quem foi d. Pedro II - Golpeando de frente o "saudosismo". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929.

MENEZES, Paulo Braga de. "Introdução". In Catálogo da Exposição dos Modelos dos Brasões de Armas da Nobreza e Fidalguia. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1965.

MIRAGLIA, Paula. "Celebrações da modernidade - O Brasil vai às exposições universais". Relatório de iniciação científica. São Paulo, FAPESP, 1996.

MONTAGU, James Augustus. A guide to the study of heraldry. Londres, Pickering, 1840.

MONTAIGNE. Os canibais. São Paulo, Abril, 1980. Col. Os Pensadores.

MONTEIRO, Aristides. Os timbres nos brasões de armas brasileiros dos 1° e 2° reinados. Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, s. d., vols. 42-3.

MONTEIRO, John Manuel, & AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. Confronto de culturas — Conquista, resistência, transformação. Rio de Janeiro; São Paulo, Expressão e Cultura; Edusp, 1997.

MONTEIRO, Mozart. "A infância do imperador". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, t. 98, vol. 152.

_____"A vida amorosa de d. Pedro II". O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1962.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. "História e mito - O príncipe perfeito chega ao Brasil". São Paulo, apost., 1995.

MONTERO, Paula. O V Centenário - Entre o mito e a história. Petrópolis, Vozes, 1996.

MONTES, Maria Lucia. '"Complexo de Zé Carioca': notas sobre um jogo estimulante - Entre as armadilhas da 'identidade mestiça' e a 'malandragem' na cultura brasileira". São Paulo, apost., 1994.

_____O universo mágico do barroco brasileiro. São Paulo, FINEP; Pinacoteca, 1998.

MONTEVERDE, Emilio. Manual encyclopedico. Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.

MORAES FILHO, Mello. Festas e tradições populares do Brazil. (1893). 2ª ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1946.

_____Festas e tradições populares. 3ª ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1946.

MOREL, Marco. "Le roi, le peuple et la nation". In MATTOSO, Katia M. de Queirós (org.). Cahiers du Brésil contemporain. Paris, Imprim. Hérault, 1994.

MOSSÉ, Benjamim. Dom Pedro II empereur du Brésil. Paris, Librairie de Firmin-Didot, 1889.

Motivos, fins e systemas da obra. São Paulo, s. e., 1865.

MOURA, Carlo Eugênio Marcondes. Retratos quase inocentes. São Paulo, Nobel, 1983.

Museu Histórico Nacional. São Paulo, Banco Safra, 1989.

Museu Imperial. São Paulo, Banco Safra, 1992.

Museu Nacional de Belas-Artes. São Paulo, Banco Safra, 1985.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. (1883). São Paulo, Nacional, 1938.

_____Um estadista do Império. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1975.

_____Minha formação. (1949). Porto Alegre, Ed. Paraula, 1995.

NAVA, Pedro. Balão cativo - Memórias 2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

NAVES, Rodrigo. A forma difícil - Ensaios sobre arte brasileira. São Paulo, Ática, 1996.

NEEDELL, Jeffrey D. Belle Époque tropical - Sociedade e cultura de elite no Rio de janeiro. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Guilhermina de Azambuja. Entretenimentos sobre os deveres de civilidade colecionados para uso da puericia brasileira de ambos os sexos. Rio de Janeiro, Tip. Cinco de Março, 1875.

NICOULIN, Martin. A gênese de Nova Friburgo - Emigração e colonização no Brasil: 1817-1827. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo, Hucitec, 1979.

_____& MOTA, Carlos Guilherme. A independência política do Brasil. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Filinto. Impressão de viagem. Lisboa, s. e., 1890.

Paço Imperial: roteiro para visita histórica. MEC; IPHAN, 1995.

Palácio Itamaraty. São Paulo, Banco Safra, 1993.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1995.

Parecer. Comissão de Contas - 1837. Deputado Rafael de Carvalho. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras.

PARR, Catherine. L'usage et le bon ton de nos jours. 2ª ed. Paris, Rueff Éditeurs, 1892.

PATROCÍNIO, José do. Campanha abolicionista - Coletânea de artigos. Introd. José Murilo de Carvalho; Notas Marcus Vinícius T. Ribeiro. Rio de Janeiro, FBN, 1996.

PAULA, Sergio Goes de. Um monarca da fuzarca - Três versões para um escândalo da corte. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.

PAULINO, Roseli Figaro. "Entre um rei, queijos e gatos: um estudo de

recepção". São Paulo, mimeo, 1995.

PAUPÉRIO, Artur Machado. "O governo municipal e a monarquia". In Geopolítica dos municípios: Petrópolis, 100 anos da cidade. Rio de Janeiro, 1957.

PEDRO II, dom. Conselhos à regente por dom Pedro II. Introd. e notas João Camilo de Oliveira Torres. Rio de Janeiro, Livr. São José, s. d.

_____Diário do imperador nº 4. (s. d.). Museu Imperial, Petrópolis, ms.

_____Diário do imperador (1840-41). Museu Imperial, Petrópolis, ms.

_____Diário da viagem ao Alto Nilo (1856). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1909, t. 72, parte II.

_____Diário do imperador d. Pedro II (1860). Museu Imperial, Petrópolis, ms.

_____Diário da viagem ao Espírito Santo (1860). Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, 1956, vol. XVII.

_____Digressão a Santa Cruz - 1860. Diário n° 17. Museu Imperial, Petrópolis, ms.

_____Diário de viagem de 1861. Museu Imperial, Petrópolis, ms.

_____Diário do imperador (1862). Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, 1956, vol. XVII.

_____Conselhos políticos de d. Pedro II a sua filha Isabel. Ms., 1871.

_____Diários da década de 1880. Museu Imperial, Petrópolis, ms.

_____Sonetos do exílio. Paris, s. e., 1898.

_____Poesias e traduções - Homenagem de seus netos. Petrópolis, Typ. do Correio Imperial, 1939.

_____Viagem a Pernambuco em 1859. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952.

_____Diário da viagem ao Norte do Brasil. Salvador, Universidade da Bahia; Progresso Editora, 1953.

_____Poemas completos de d. Pedro II. Rio de Janeiro, Guanabara, 1953.

PENA, Martins. Comédias. São Paulo, Ediouro, s. d.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O carnaval das letras. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca, 1994.

PESSOA, Fernando. Mensagem e outros poemas afins seguidos de Fernando Pessoa e a idéia de Portugal. Sintra, Publicações Europa-América, s. d.

"Petrópolis e a proclamação da República". Tribuna de Petrópolis, 15/11/1944.

PICCHIO, Luciana Stegagno. La letteratura brasiliana. Milão, Sansoni, 1972.

PIERRE, Boitard. Novo manual do bom-tom, contendo modernismos, preceitos de civilidade, política, conduta e maneiras em todas as circunstâncias da vida indispensáveis à mocidade e adultos para serem benquistos e caminharem sem tropeço pela carreira do mundo. 2ª ed. Rio de Janeiro, E. H. Laembert, 1872.

PIMENTEL, João Maria Pereira Botelho do Amaral. A sciencia da civilização - Curso elementar de educação religiosa, individual e cultural. Porto, Liv. Internacional de E. Chardon, 1877.

PIMENTEL, Mesquita. D. Pedro II. Petrópolis, Papel Silva, 1925.

Pinacoteca do Estado. São Paulo, Banco Safra, 1994.

PINHEIRO, Rafael Bordalo. Apontamento da viagem do imperador na Europa. Lisboa, s. e., 1872.

_____Apontamentos sobre a picaresca viagem do imperador de Rasilb pela Europa. Lisboa, 1872 (fac-símile, Pinacoteca, 1996).

PINHO, José Wanderley de Araujo. Cartas do imperador. São Paulo, Nacional, 1933.

_____Salões e damas do Segundo Reinado. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1942.

_____"Dom Pedro II em Petrópolis". Geopolítica dos municípios: Petrópolis, 100 anos da cidade. Rio de Janeiro, 1957.

POLIANO, Luiz Marquês. Ordens honoríficas no Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

POMIAN, Krzysztof. "Coleção". In Memória - História. Portugal, Imprensa Nacional, 1984.

POMPÉIA, Raul. Obras. Org. Afrânio COUTINHO. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. (1933). São Paulo, Brasiliense, 1945.

_____Evolução política do Brasil. (1933). 11ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

PRADO, Decio de Almeida. Teatro de Anchieta a Alencar. São Paulo, Perspectiva, 1993.

PUNTONI, Pedro. "Gonçalves de Magalhães e a historiografia do Império". Novos Estudos-Cebrap. São Paulo, 1996, nº 45.

RABAÇAL, Alfredo João. As congadas do Brasil. São Paulo, Secret. da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.

RABAÇO, Henrique José. História de Petrópolis - Antecedentes históricos e a povoação. Petrópolis, Instituto Histórico, 1985.

RAEDERS, Georges Pierre Henri. D. Pedro II e os sábios franceses. Rio de Janeiro, Atlântica Editora, s. d.

_____D. Pedro II e conde Gobineau - Correspondências inéditas. São Paulo, Nacional, 1938.

RAFFARD, Henri. "Jubileu de Petrópolis". Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1895, t. LVIII.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. "A distinção e suas normas - Leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade. Rio de Janeiro, século XIX". Acervo. Rio de Janeiro, jan.-dez. 1995, vol. 8, nos 1-2, pp. 139-52.

RANGEL, Alberto do Rego. A educação do príncipe. Rio de Janeiro, Agir, 1945.

RCM. O cozinheiro imperial. São Paulo, Best-Seller, 1996.

REAL, José Alberto Homem da Cunha Corte. Viagem dos imperadores do Brasil em Portugal. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.

Registro de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si, que devem seus aluguéis - 1862-1868. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, cód. 1122, vol. 9.

REIS, João José. "Quilombos e revoltas escravas no Brasil". Revista da USP, Dossiê Povo Negro - 300 anos. São Paulo, USP, 1996, n° 28.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. "O domínio da imaginação - Reflexões sobre a dimensão simbólica do poder". São Paulo, mimeo, 1995.

Relatório e sinopse dos trabalhos da Câmara do Senhores Deputados, 1869-1889. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1869-89.

REVEL, Jacques. "Os usos da civilidade". In História da vida privada. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, vol. 3.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Os símbolos do poder. Brasília, Ed. da UnB, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. A etiqueta no Antigo Regime - Do sangue à doce vida. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____A última razão dos reis. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

RIBEYROLLES, Charles. Brazil pittoresco. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859.

RIEUSSEYROUX, L. Alquiré. La science des circonstances de la vie. 5ª ed. Paris, F. Ebhart, 1901.

RIO BRANCO, Miguel. Correspondências entre d. Pedro e o barão de Rio Branco. São Paulo, Nacional, 1957.

RODRIGUEZ, Francisco. O retrato brasileiro. Rio de Janeiro, Fund. Joaquim Nabuco, 1983.

ROMERO, Silvio. O naturalismo em literatura. São Paulo, Lucta, 1882.

ROMERO, Silvio. O evolucionismo e o positivismo no Brasil. Rio de Janeiro, s. e., 1888.

_____Doutrina contra doutrina. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alvares & C, 1895.

_____História da literatura brasileira. (1888). Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.

_____Cantos populares do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.

ROQUETE, J. I. Código do bom-tom ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX. Org. Lilia Moritz SCHWARCZ. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Col. Retratos do Brasil.

ROSA, José Maria. La Guerra del Paraguay. Buenos Aires, s. e., 1974.

RUGENDAS, J. Moritz. Voyage pittoresque dans le Brésil. Paris, Engelman, 1834.

SABOIA, Vicente Candido Figueiredo. O senhor d. Pedro II Imperador do Brasil. Londres, Livr. Nacional, 1871.

_____O senhor d. Pedro II. Rio de Janeiro, Lithotypographia, 1896.

SAHLINS, Marshall. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

_____Historical metaphors and mythical realities. Michigan, University Press, 1981.

_____Ilhas de história. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

SAINT MARTIN, Monique de. "Nobreza em França - Tradição como crença". In Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Relume-Dumará, 1992.

SALLES, Ricardo. "Nostalgia imperial". Rio de Janeiro, mimeo, s. d.

_____Guerra do Paraguai - escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Francisco Marques dos. O leilão do Paço de São Cristovão. Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, 1940, vol. 1.

_____As duas últimas festas da monarquia. Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, 1941, vol. 2.

SARAIVA, José Hermano. História de Portugal. Lisboa, Gráfica Europa, 1993.

SCHNEIDER, Norbert. The art of the portrait. Londres, Benedikt Tashen, 1994.

SCHNOOR, Eduardo, & CASTRO, Hebe Maria Mattos de (orgs.). Resgate - Uma janela para o Oitocentos. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

SCHORSKE, Carl E. Viena fin-de-siècle - Política e cultura. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SCHULZ, John. O Exército na política - Origens da intervenção militar: 1850-

1894. São Paulo, Edusp, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em branco e negro - Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

_____ O espetáculo das raças - Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____"Entre amigas: relações de boas vizinhanças". Revista da USP. São Paulo, 1994, n° 23.

_____"Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra". Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, s. e., 1995, ano 10, n° 29.

_____& QUEIROZ, Renato (orgs.). Raça e diversidade. São Paulo, Edusp; Estação Ciência, 1996.

SCHWARZ, Roberto. Que horas são?. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. (Leipzig, 1835). Rio de Janeiro, Martins, 1942.

SERRANO, Carlos Moreira Henriques. "O poder político no reino Ngoyo". Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____(org.). História da vida privada no Brasil 3 - República: da Belle Époque à era do rádio. Dir. Fernando A. Novais. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, vol. 3.

SILVA, Alberto da Costa e. "O Brasil, a África e o Atlântico". Revista STVDIA. Lisboa, 1994, sep. n° 52.

SILVA, Eduardo. Barões e escravidão - Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

_____"A República comemora o Império - Um aspecto ideológico da crise dos anos 20". Revista Rio de Janeiro. Niterói, UFF, 1986.

_____The life and times of a Brazilian free man of colour. Londres, Verso, 1993.

SILVA, Francisco Gomes da. O Chalaça - Memórias. Rio de Janeiro, s. e., 1939.

SILVA, João Manuel Pereira da. Le Bresil sous l'empereur dom Pedro II. Paris, s. e., 1858.

SILVA, Paula Pinto e. "Entre tampas e panelas". São Paulo, Relatório FAPESP, 1998.

SISSON, S. A. Galeria dos Brasileiros Ilustres. São Paulo, Martins Editora S. A., 1859.

SOARES, Antônio Joaquim Macedo. Nobiliarquia fluminense, ou Genealogia

das principais e mais antigas famílias da corte e província do Rio de Janeiro, de 1862 a 1878. Rio de Janeiro, s. e., 1947, 2 vols.

SODRÉ, Alcindo de Azevedo. Aspectos da vida municipal - Crônicas petropolitanas. Petrópolis, Prefeit. Municipal, Comissão do Centenário, vol. 2, 1939.

_____Dom Pedro II em Petrópolis. Petrópolis, Anuário do Museu Imperial, 1940, vol. 1.

_____Abrindo um cofre - Cartas de dom Pedro II à Condessa de Barral. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1956.

SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

_____As razões da Independência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

SONTAG, Susan. On photography. Nova York, Doubleday, 1993.

SOUBLIN, Jean. O defensor perpétuo do Brasil - Memórias imaginárias do último imperador do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

SOUSA, Otávio Tarqüínio de. A vida de d. Pedro I. São Paulo; Belo Horizonte, Edusp; Itatiaia, 1988.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. "Pátria coroada - O Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831". Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz - Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

_____Inferno atlântico - Demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SPIX, Johann Baptist von, & MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. S. a. Brasil - Histórias, costumes e lendas. São Paulo, Editora Três, s. d.

_____Viagem pelo Brasil. (1823). Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, vol. I.

_____Viagem pelo Brasil. (Munique, 1828). Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, vol. II.

STAROBINSKI, Jean. 1789 - Os emblemas da razão. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

_____A invenção da liberdade. São Paulo, Ed. da Unesp, 1994.

STOCKING, George. Victorian anthropology. Nova York, Free Press, 1987.

STRONG, Roy. Art and power. Nova York, The Boydell Press, 1995.

SUETÔNIO. O antigo regime ~ Homens e coisas. Rio de Janeiro, Cunha e Irmãos, 1896.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. Reminiscências. São Paulo, Melhoramentos, 1923.

_____O grande imperador. São Paulo, Melhoramentos, 1932.

_____Pedro II. São Paulo, Nacional, 1933.

TÁVORA, Araken. Pedro II através da caricatura. São Paulo, Bloch, 1975.

_____D. Pedro II e seu mundo através da caricatura. Rio de Janeiro, Editora Documenta, 1976.

TEIXEIRA, Mucio Scoevola Lopes. O imperador visto de perto. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1937.

TORAL, André. "Iconografia da guerra". Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1998.

_____Adiós, chamigo brasilero. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TORRES, João Camilo de Oliveira. A democracia coroada. Rio de Janeiro, Nacional, 1957.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. "Estrutura familiar e simbologia na nobreza brasonada - Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, século XIX". Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1989.

_____Princípios de heráldica. Rio de Janeiro, s. e., 1993.

TRACHTENBERG, Alan (org.). Classic essays on photography. New Haven, Leete's Island Books, Inc, 1980.

TURNER, Victor. O processo ritual - estrutura e antiestrutura. Petrópolis, Vozes, 1974.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil. Belo Horizonte; São Paulo, Itatiaia; Edusp, 1981.

VASCONCELLOS, Smith de. Archivo nobiliarchico brasileiro. Lausanne, La Concorde, 1918.

VASCONCELOS, J. Leite. A barba em Portugal - Um estudo de etnografia comparativa. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

VASQUEZ, Pedro. Dom Pedro II e a fotografia. Rio de Janeiro, Internacional de Seguros, s. d.

_____Fotógrafos pioneiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Dazibao, 1990.

VENTURA, Roberto. Estilo tropical - História cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

VERARDI, C. Novo manual do bom-tom. 6ª ed. Rio de Janeiro, Laemmert, 1900.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo - Do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII e XIX. Salvador, Corrupio, 1987.

VIANNA, Helio. Letras imperiais. Rio de Janeiro, MEC, S. d.

_____D. Pedro I e d. Pedro II - Acréscimos às suas biografias. São Paulo, Nacional, 1966.

VIEIRA, António. História do futuro. (1718). Lisboa, Imprensa Nacional, 1982.

WHEATCROFT, Andrew. The Habsburgs. Londres, Viking, 1995.

WILLIAMS, Mary. Dom Pedro the magnanimous emperour of Brazil. Chapei Hill, Carolina do Norte, University Press, 1937.

WIND, Edgard. A eloqüência dos símbolos. São Paulo, Edusp, 1997.

WOLFF, Egon. D. Pedro II e os judeus. Rio de Janeiro, B'nai B'rith, 1983.

WOODFORD, Susan. Looking at pictures. Cambridge, University Press, 1995.

ZANINI, Walter. História geral da arte no Brasil. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1983.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.). Nobreza de Portugal e do Brasil. Lisboa; Rio de Janeiro, Editoral Enciclopédia Ltda., 1960, 2 vols.

(*) Devido ao grande número de documentos, bibliografia básica e secundária, referências iconográficas e à sua difícil classificação, optou-se por apresentar esta relação sem divisões temáticas.

NOTAS

INTRODUÇÃO. D. PEDRO II É PAI DOS BRANCOS

(1) Existem algumas variantes desse mito. Concentramo-nos na versão canela coletada por NIMUENDAJU e J. SCHULTZ, cits. por R. DA MATTA, Ensaios de antropologia estrutural. Para uma análise mais detida desse mito ver idem, ibidem, pp. 20-3.

(2) A narrativa encontra-se reescrita e resumida. Podem-se verificar diferenças na grafia do nome da personagem central: Auké ou Aukê.

(3) M. C. da CUNHA, no ensaio "Lógica do mito e da ação — O movimento messiânico canela de 1963", em Antropologia do Brasil, retoma o debate de Lévi-Strauss sobre as relações entre mitos e ritos, tendo como base o movimento que em 1963 levantou índios Ramkokumekra-Canela do estado do Maranhão. No desenrolar dos fatos, uma versão do mesmo mito, o da origem do homem branco, é reencenada. Nesse caso, a irmã de Aukê é que centraliza a narrativa. Também Lévi-Strauss, em História de lince, retoma o mito de Aukê mostrando como, apesar das variações, todas as versões insistem no "lado maravilhoso de uma gravidez durante a qual a criança no ventre conversa com a mãe, como o filho de Maíra-Ata entre os Tupinambás; ou melhor ainda, sai do corpo materno e retorna à vontade" (p. 59). Nas diferentes narrativas repete-se, também, o lado apavorante da personagem, que retorna sob a forma de diversos animais. A punição e a transformação de Aukê em branco estão também presentes nas diversas versões. Nelas encontramos a insistência em que, ao ser privado de todos os bens culturais e reservá-los aos brancos, Aukê tornou-se, por sua vez, o "Branco por excelência", senhor e distribuidor de suas riquezas. Diz Lévi-Strauss: "Graças a seus poderes mágicos, cuja origem desconhecemos, Aukê ressuscitado ou, ao que parece, intocado pela fogueira reaparece como senhor dos tesouros dos brancos" (p. 59). Como vemos, as diferentes versões ajudam a retomar a importância do relato e a relevância da

associação entre Aukê e d. Pedro II.

(4) J. J. REIS, "Quilombos e revoltas escravas no Brasil", Revista da USP, São Paulo, 1996, n° 28, p. 24.

(5) R. A. LALLEMANT, Viagens pelas províncias da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe (1859), p. 22.

(6) J. J. REIS, op. cit., p. 62.

(7) A. da Costa e SILVA, "O Brasil, a África e o Atlântico", Revista STVUIA, Lisboa, 1994, sep. n° 52, p. 196.

(8) Idem, ibidem, p. 197.

(9) Idem, ibidem.

(10) P. VERGER, Fluxo e refluxo, p. 8. M. C. da Cunha, por sua vez, analisa um caso contrário. Libertos brasileiros retornaram à África, durante o século XIX, e em Lagos constituíram uma comunidade onde eram conhecidos como "os brasileiros"; Negros estrangeiros.

(11) J. J. REIS, op. cit., p. 32.

(12) M. BLOCH, Os reis taumaturgos.

(13) No desfile de Carnaval do Rio de Janeiro de 1995, por exemplo, o samba-enredo da escola Imperatriz Leopoldinense falava das desventuras de nosso monarca d. Pedro II, que trouxe dromedários do Oriente na tentativa de substituir os bem adaptados burros nordestinos. "Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube lá no Ceará" não só mereceu o primeiro lugar, como o espetáculo inteiro foi pródigo em imperatrizes, reis, princesas e cortes. A escola de samba Viradouro, de Niterói, apresentou um tema histórico — "O rei e os três espantos de Debret" —, abordando o célebre episódio em que d. João VI, ameaçado por Napoleão, transfere a corte para o Rio de Janeiro. A presença da simbologia imperial no imaginário do Carnaval carioca é notória e não se resume a um ano em especial. Ao contrário, vários elementos alusivos à monarquia e à nobreza podem ser encontrados na própria formação das escolas; L. V. de Sousa REIS, "O domínio da imaginação", p. 20.

(14) G. FREYRE, "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de

sol tropical", em O perfil de Euclides da Cunha e outros perfis.

(15) Segundo M. DUVERGER, "Le concept d'empire", em idem (org.), Le concept d'empire, p. 5, o termo império estaria ligado à idéia de um território vasto onde convivem muitos povos. Além disso, o império faria parte de uma monarquia, sistema político em que o poder supremo é assumido por um só titular, designado por hereditariedade e ungido de um caráter sacro. Essa definição clássica tornou-se apenas formal, uma vez que vários impérios não fizeram jus às três grandes caracterizações: realeza, território amplo, convivência entre povos diferentes. De toda forma, a noção de "império" diferencia-se da de realeza ao vincular o território à cultura, ao consenso e, no caso brasileiro, à civilização.

(16) Segundo M. MORAES FILHO, Festas e tradições populares do Brasil, José Bonifácio teria preferido o título de imperador ao de rei "por aquele ser mais conhecido e amado pelo Povo, no hábito do Imperador do Divino" (grifos meus, p. 55).

(17) S. de MADARIAGA, Bolivar.

(18) Na interpretação de F. IGLÉSIAS, Trajetória política do Brasil, Bolívar, francamente republicano a princípio, adota aos poucos certas medidas monárquicas. Esse é o caso também da Constituição proposta para a Bolívia, em maio de 1862, na qual se defendia uma continuidade no poder quase hereditária (p. 119).

(19) Com o apoio de Napoleão III, os conservadores implantaram a monarquia no México em 1864. Napoleão III retirou, porém, suas tropas dali em 1866, inviabilizando o regime e levando à ascensão de Juárez, líder das forças liberais. O episódio será retomado mais adiante neste volume.

(20) F. IGLÉSIAS, op. cit., p. 121.

(21) Apesar de não se conhecerem histórias de represálias ao regime brasileiro, pelo menos no que tange ao processo de abertura de relações diplomáticas, o reconhecimento da independência brasileira por parte dos Estados Unidos da América foi mais lento, tendo demorado um ano, enquanto a oficialização da independência das demais nações latino-americanas foi quase imediata.

(22) A expressão vem de F. BRAUDEL em O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico.

(23) A referência, nesse caso, é ao conceito cunhado por E. HOBSBAWM em A invenção das tradições, que chama a atenção para o fato de que em momentos de ruptura "[...] inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta" (pp. 12-3).

(24) Foi A. MAYER quem utilizou essa expressão em A força da tradição, quando apontou para a persistência do Antigo Regime na Europa de finais do século XIX. Segundo o autor, foi só a partir da Primeira Grande Guerra que se vislumbrou uma nova sociedade, mais desvinculada do sistema de prestígios e da etiqueta da corte.

(25) J. M. de CARVALHO, A formação das almas.

(26) Quando Pedro I abdicou, em 1831, Francisco Manuel da Silva compôs a melodia do hino, que, em primeira execução, na partida da família imperial para Portugal, apareceu com letra de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Em 1841, na coroação de Pedro II, esse hino foi executado novamente, com outra letra, de autor desconhecido. Durante o Segundo Reinado foi tocado em solenidades civis e militares, mas sem letra, tendo sido adotado por consenso, sem nenhum ato que o oficializasse. Era também executado no exterior, como, por exemplo, na abertura da Exposição Universal da Filadélfia, em 9 de maio de 1876, na presença do imperador d. Pedro II e do general Grant.

(27) A. CANDIDO, "O romantismo", p. 53. J. M. de CARVALHO, op. cit., chama atenção para esses mesmos elementos da simbologia patriótica brasileira. Destaca como a bandeira hasteada no dia 15 de novembro de 1889 se inspirava no modelo da bandeira norte-americana e tinha sido confeccionada pelos sócios do Clube Lopes Trovão, republicano. Continha faixas horizontais verdes e amarelas e, à esquerda, no alto, um quadrilátero de fundo negro pontilhado de estrelas brancas. Coube aos positivistas contestar a filiação política dessa bandeira, argumentando a favor dos elos entre o presente e o passado. Conservam-se, portanto, o verde e o amarelo, as formas e elementos como as estrelas e a cruz.

(28) A. CANDIDO, op. cit., p. 54.

(29) S. B. de HOLANDA, Raízes do Brasil, p. 1132.

(30) B. BACZO, Les imaginaires sociaux.

(31) Alusão ao título do livro do antropólogo M. SAHLINS, Historical metaphors and mythical realities.

(32) Gostaria de destacar, logo de início, que a intenção deste trabalho não é realizar uma ampla e detalhada biografia de d. Pedro II, tampouco uma história política do Império. O objetivo é, antes, compreender e apanhar momentos e aspectos privilegiados na construção da figura pública de d. Pedro II. Nesse sentido, enquanto alguns capítulos são sobretudo cronológicos e biográficos, outros são mais verticais e se detêm em determinados aspectos específicos (avançando além de um só período histórico).

É preciso esclarecer, ainda, que este texto contou com o material e as interpretações produzidas pelos alunos que vêm trabalhando comigo desde 1994. Alessandra El Far (Bolsa de Iniciação Científica da FAPESP, 1994) analisou os jornais da época; Luciana Cestari (Bolsa de Iniciação Científica da FAPESP, 1994) trabalhou com as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Stélio Marras (Bolsa de Iniciação Científica do CNPq, 1996) estudou a sociedade da corte; Valéria Mendonça de Macedo (Bolsa de Iniciação Científica do CNPq, 1995-96) pesquisou o universo das festas populares; Fernando Frochtengarten (Bolsa de Iniciação Científica do CNPq, 1996) analisou a personalidade de d. Pedro II, Paula Miraglia (Bolsa de Iniciação Científica da FAPESP, 1996) pesquisou as exposições universais, Angela Marques da Costa (Bolsa de Aperfeiçoamento do CNPq, 1995-96) estudou a lógica da nobreza brasileira e também as moradias da família real, e Paula Pinto e Silva, mais recentemente ("Entre tampas e panelas"), vem realizando um original levantamento sobre a culinária colonial e padrões de conduta. Por fim Inês de Castro, do Laboratório de Antropologia Social da USP, foi uma presença fundamental na reprodução de fotos e imagens, durante toda a pesquisa.

1. "A ROUPA NOVA DO REI": REFLEXÕES SOBRE A REALEZA

(1) Esta é uma versão do famoso conto de Hans Christian Andersen (1805-75). Conhecida pelo nome de "The emperor's new clothes", essa pequena história teria sido provavelmente escrita em torno de 1835, data da primeira publicação de Andersen. Para maiores detalhes ver The Penguin complete fairy tales and stories of Hans Andersen.

(2) Essa não é, por certo, uma interpretação usual do conto, que é em geral vinculado à "herança popular". No caso, a criança representava o povo, alheio ao ritual que se montava.

(3) N. ELIAS, La société de cour.

(4) Idem, ibidem, p. 13.

(5) Idem, ibidem, p. 72.

(6) Idem, ibidem, p. 93.

(7) E. KANTOROWICZ, Les deux corps du roi.

(8) Idem, ibidem, p. 37.

(9) A. CANDIDO "A culpa dos reis", em A. NOVAES (org.), Ética, p. 92.

(10) M. BLOCH, Os reis taumaturgos, p. 278.

(11) Idem, ibidem, p. 279.

(12) J. BARBEY, Âtre roi, p. 10.

(13) M. SAHLINS, em Cultura e razão prática, mostra como muitas de nossas práticas são movidas por razões de ordem simbólica, a despeito do predomínio das explicações racionais.

(14) C. LÉVI-STRAUSS, Antropologia estrutural, p. 208.

(15) O objetivo de Frazer no capítulo sobre "os reis divinos" parece ter sido vincular a monarquia divina a determinados estágios de civilização. Apesar dos pressupostos datados, a obra se mantém atual em razão do

amplo levantamento que realiza. Não foi à toa que Lévi-Strauss buscou em Frazer dados para seu modelo estrutural. (Ver, nesse sentido, D. ERIBON, e C. LÉVI-STRAUSS, De près et de loin.)

(16) J. G. FRAZER, O ramo de ouro, p. 52.

(17) J. BARBEY, op. cit., p. 17.

(18) É preciso destacar que nessa definição do caráter simbólico e mágico da realeza não se pretende voltar à Antiguidade. É no período moderno que se localizam as bases dessa discussão.

(19) C. GEERTZ, Local knowledge, p. 124.

(20) Idem, Negara, p. 139.

(21) Outros autores argumentaram sobre a importância do aspecto teatral dos rituais. Ver também J. HUIZINGA, Homo ludens.

(22) R. J. RIBEIRO, A última razão dos reis, p. 9.

(23) J. STAROBINSKI, A invenção da liberdade, p. 21.

(24) P. BURKE, A fabricação do rei, p. 19. No entanto, apesar de anunciar que a construção da imagem pública do rei é um fenômeno alargado, que não envolve apenas o príncipe e sua corte, mas uma comunidade mais abrangente, no desenvolvimento da obra, quando fala de recepção Burke a entende sobretudo como consumo, audiência. Ou seja, ao afirmar que "os comunicadores da época tinham três alvos em particular: as classes altas francesas, a posteridade e os estrangeiros" (p. 67), o autor passa a realizar um importante levantamento daqueles que tiveram acesso às mensagens da Coroa. No entanto, permanece o desafio de como entender a absorção dessas mensagens por parte do conjunto da população.

(25) M. SAHLINS, Ilhas de história, p. 15.

(26) Idem, ibidem, p. 19.

(27) Pode-se estabelecer um paralelo com a análise de C. GINZBURG quando esse autor, tomando de empréstimo o conceito de dialogismo de M. BAKHTIN (Cultura popular na Idade Média e no Renascimento), encontra, por meio das estranhas teorias de Menocchio, um simpático moleiro de Friuli, a chave para a compreensão das formulações teóricas e paralelas

aos autos da inquisição: "[...] Mais do que o texto, portanto, parece-nos importante a chave de sua leitura, a rede que Menocchio de maneira inconsciente interpunha entre ele e a página impressa — um filtro que fazia enfatizar certas passagens enquanto ocultava outras, que exagerava o significado de uma palavra, isolando-a do contexto, que agia sobre a memória de Menocchio deformando a sua leitura"; O queijo e os vermes, p. 89. O que Ginzburg encontra, dessa maneira, é a reelaboração de categorias e crenças relativas à feitiçaria que no contexto inquisitorial ganham espaço de mediação entre a assim chamada cultura erudita (clerical, no caso) e a cultura popular.

(28) J. LE GOFF e P. NORA, História.

(29) C. GINZBURG, Indagações sobre Piero, p. 24.

(30) É essa a questão que distancia autores como Warburg e seus seguidores, para quem a obra de arte tem importância capital como fonte de reconstrução histórica, de interpretações mais identificadas à escola de Gombrich que atenta, sobretudo, para a comunicação direta que se estabelece entre as obras e que leva todos os quadros a dever mais a outros quadros do que à observação direta da realidade; C. GINZBURG, op. cit. E. WIND (A eloqüência dos símbolos, p. 79) demonstra, também, como para Warburg qualquer tentativa de desprender a imagem de sua relação com a poesia, com a religião, com o culto e a arte dramática significaria suprimir seu elemento vital. Nesse tipo de análise mais formalista importa o que "a obra faz" e não seu aporte ao contexto.

(31) E. PANOFSKY, Significados nas artes visuais, p. 53.

(32) Parte significativa desse material ainda está em processo de recuperação e classificação.

2. NASCE UM IMPÉRIO NOS TRÓPICOS

(1) M. O. L. da Silva DIAS, "A interiorização da metrópole", em C. G.

MOTA (org.), 1922.

(2) Foi Caio PRADO JR. que em Evolução política do Brasil apontou o ano de 1808 como o grande marco rumo à emancipação política brasileira. Fernando NOVAIS e Carlos Guilherme MOTA, em A independência política do Brasil, mostraram, por sua vez, como a saída da família real pode ser considerada um golpe político de perfil estratégico.

(3) Segundo R. FAORO (OS donos do poder), entre os serviços administrativos criados a partir de 1808 destacam-se: o Conselho de Estado, o Conselho Superior Militar e de Justiça, a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Organizou-se o Erário Régio, o Conselho da Fazenda e o Arquivo Militar do Brasil. Foram instaladas a mesa do Desembargo do Paço e da Consciência da Ordem e a Casa de Suplicação do Brasil.

(4) Montigny e Debret são artistas integrantes da Missão Francesa que chegou à Colônia em 1816 e fundou, anos mais tarde, a Academia Imperial de Belas-Artes. A Missão foi responsabilizada pela entrada do academicismo no Brasil.

(5) Para um desenvolvimento desse tópico ver, entre outros, D. João VI no Brasil de O. LIMA. Além disso, para uma boa análise dos rituais da corte portuguesa nesse contexto, sugiro a leitura de J. MALERBA, "A corte no exílio".

(6) M. E. de Barros RIBEIRO, OS símbolos do poder, p. 31.

(7) J. M. de CARVALHO, A construção da ordem; Teatro de sombras.

(8) Os receios com relação ao desmembramento eram, nesse momento, absolutamente fundamentados. "No início do século XIX a colônia espanhola dividia-se administrativamente em quatro vice-reinados, quatro capitanias gerais e 13 que no meio do século se tinham transformado em 17 países independentes. Em contraste, as 18 capitanias gerais da colônia portuguesa, existentes em 1820 (excluída a Cisplatina), formavam já em 1825, vencida a Confederação do Equador, um único país independente", idem, ibidem, p. 11.

(9) J. M. de CARVALHO, op. cit, p. 20.

(10) L. F. de ALENCASTRO, "L'Empire du Brésil", em M. DUVERGER (org.), Le concept d'empire, p. 302.

(11) I. R. MATTOS, O tempo Saquarema, p. 88.

(12) L. F. de ALENCASTRO, op. cit., p. 303.

(13) Ver adiante, neste volume, uma análise mais detalhada sobre a pressão inglesa pela abolição do tráfico de escravos no Brasil.

(14) Para um desenvolvimento da análise da atuação de Bonifácio no contexto da independência ver M. DOLHNIKOFF, José Bonifácio.

(15) R. SALLES, "Nostalgia imperial", p. 74.

(16) R. NAVES, A forma difícil, p. 35.

(17) Idem, ibidem, p. 44.

(18) J. B. DEBRET, Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, p. 326. É interessante pensar como Debret seria, alguns anos mais tarde, criticado por sócios do IHGB que concordavam com a iconografia oficial mas reagiam à forma como o artista representaria a escravidão no Brasil. Já se iniciava a imagem oficial de um "Império indígena", sim, mas não africano.

(19) Idem, ibidem, pp. 327-9.

(20) R. SALLES, op. cit., p. 75.

(21) Essa não seria a primeira vez que a figura do indígena seria associada ao Brasil. Nos leques chineses enviados às Constituintes portuguesas em 1820, a então colônia aparecia ligada à imagem do silvícola. Também anos depois, na Revolução de 2 de julho de 1823, na Bahia, o Império seria retratado por meio do indígena. E não esqueçamos que o continente como um todo, já no século XVI, surgia representado de tal maneira. Ver, nesse sentido, M. C. da CUNHA, "Política indigenista no século XIX", em História dos índios no Brasil, A. M. de Morais BELLUZZO (org.), O Brasil dos viajantes, e L. M. SCHWARCZ e R. QUEIROZ (orgs.), Raça e diversidade.

(22) R. NAVES, op. cit., p. 37.

(23) M. KARASCH, Slave life in Rio de janeiro, p. 335.

(24) Não é intenção deste capítulo esgotar a produção iconográfica do Primeiro Reinado. O objetivo é, antes, mostrar como não é só a partir de d. Pedro II que se inaugura toda uma ritualística original. Para um desenvolvimento do período ver I. L. F. S. C. SOUZA, "Pátria coroada", e R. SALLES, "Nostalgia imperial", entre outros.

3. O ÓRFÃO DA NAÇÃO: "O CÉU SABE O QUE FAZ"

(1) Gostaria de destacar, mais uma vez, que em razão da pouca autonomia de d. Pedro, nesse contexto, optei por tornar o capítulo mais breve que os demais.

(2) São inúmeros os textos que apontam para o "fantasma da descentralização". Em vista da experiência latino-americana recente, que transformara poucos vice-reinados em várias nações independentes, as elites nacionais optavam pela saída monárquica como forma de garantir a unidade territorial do país. (Ver capítulo anterior e S. B. de HOLANDA, O Brasil monárquico 5, C. PRADO JR., História econômica do Brasil, F. IGLÉSIAS, Trajetória política do Brasil, entre outros.)

(3) R. DA MATTA, Carnavais, malandros e heróis, p. 191.

(4) É interessante nesse sentido o poema publicado no periódico A Luz da Verdade, por ocasião do sexagésimo aniversário de d. Pedro II, em 2 de dezembro de 1885: "Que é o dois de dezembro admirado,/ que D. Pedro nascera e de seu povo amado,/ é do Brasil penhor sagrado".

(5) Programmas para as funcções do nascimento e baptismo de S. A. O Príncipe Imperial, Publicações do Arquivo Nacional, 1925.

(6) L. BESOUCHET, D. Pedro II e o século XIX, p. 41.

(7) Para ter uma idéia das relações de parentesco entre a família imperial brasileira e outras casas reais, inclusive em momentos futuros, ver genealogia em anexo e também L. BESOUCHET, op. cit.

(8) Seria preciso aprofundar a análise dos impasses vivenciados por

d. Pedro I, nos primeiros anos após a emancipação política. Para tanto indico, entre outros, o livro de S. C. da COSTA, AS quatro coroas de d. Pedro I, que trata da figura de d. Pedro I; J. M. de CARVALHO, A construção da ordem; Teatro de sombras, e O. LIMA, O movimento de independência, 1821-1822.

(9) Constituição política do Império do Brasil. Carta de Lei de 27 de março de 1824 — título V — do imperador, cap. I: "Do poder moderador".

(10) A. CELSO, Oito anos de Parlamento, p. 197.

(11) Foram garantidos impostos de 15% na alfândega, um juizado especial para o julgamento de cidadãos portugueses e o pagamento de um empréstimo de 2 milhões de libras feito à Inglaterra.

(12) Trecho da carta ao Bom Schaffer, citada por P. CALMON, História de d. Pedro II, p. 14.

(13) A marquesa de Santos passaria para a história como "a amante de d. Pedro", porém na memória popular guardaria uma representação dúbia: a "santa prostituta" — a protetora dos desviantes —, mas também a "benfeitora". Até hoje, em seu jazigo, que fica no Cemitério da Consolação, em São Paulo, são depositadas flores em nome da marquesa. O jazigo (onde se destaca explicitamente que "não se permitem fotografias") também está sempre decorado com homenagens de admiradores anônimos.

(14) D. Maria da Glória, filha de d. Pedro I e herdeira legítima do trono, fora impedida de assumir a sucessão por seu tio d. Miguel, o qual abolira a Constituição e se estabelecera no trono de Portugal em regime absolutista. (Sobre o tema ver, entre outros, J. H. SARAIVA, História de Portugal.)

(15) Não se encontram explicações sobre a escolha de d. Pedro I, o qual retirou José Bonifácio do exílio político que o próprio imperador decretara. Tudo parece indicar que d. Pedro não via incoerência alguma na manutenção dos dois reinos: a dinastia estava acima da representação. A atuação de Bonifácio como tutor seria, porém, breve. Já em 1834 a tutoria passou para as mãos de Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, marquês de Itanhaém, pertencente a rica família da corte e de

Minas Gerais. É também paradoxal a forte influência da figura de Napoleão sobre d. Pedro I. Afinal, o imperador francês era responsabilizado pela fuga da corte portuguesa para o Brasil.

(16) A Assembléia Geral elegeu, em 1831, a Regência Tríplice, que governou até 1835. Em seguida Feijó é eleito regente do Império, e em 1838 é a vez de Olinda.

(17) L. BESOUCHET, op. cit., p. 46.

(18) M. SAHLINS, Historical metaphors and mythical realities.

(19) Nos jornais veiculava-se essa mesma imagem: "O inocente menino imperador, sustentado pelo Amor e Honra dos Brasileiros", afirmava a Aurora Fluminense de 18 de julho de 1831; "O imperador órfão, filho querido da nação", dizia o Correio Paulistano de 26 de outubro de 1832.

(20) Aurora Fluminense, 11/4/1831.

(21) Para maiores informações sobre a representação do imperador na imprensa, ver relatório de A. EL FAR, "Entre a coroa e a cartola".

(22) Cultura Política, 1942.

(23) Coleção Tobias Montero, FBN.

(24) Feijó é sem dúvida uma das figuras mais fortes do Império, e merece, ainda, um bom estudo histórico que contemple a relevância de sua atuação.

(25) Em razão da nova proximidade entre Bonifácio e d. Pedro I e do medo da restauração, o antigo tutor é substituído pelo marquês de Itanhaém e exilado em Paquetá.

(26) Coleção Tobias Montero, FBN, 1834.

(27) No dia 7 de abril de 1835 vencia a eleição Diogo Antônio Feijó.

(28) J. CALDEIRA, Mauá, p. 148.

(29) Idem, ibidem.

(30) H. LYRA, História de d. Pedro II, p. 64.

(31) Não são poucos os estudos que vêm se dedicando a esse

período. Optamos, no entanto, por destacar sobretudo os momentos de maior atuação pessoal de d. Pedro II na política nacional.

4. O PEQUENO GRANDE REI

(1) Aurora Fluminense, 18/1/1838.

(2) H. LYRA, História de d. Pedro II, p. 68.

(3) Coleção Tobias Montero, FBN.

(4) O. LIMA, O Império brasileiro.

(5) A voz estridente e fina do monarca o acompanharia durante toda a vida e seria objeto de chacota nos momentos finais de seu reinado.

(6) A Regeneração, 18/8/1840.

(7) A Phenix, 19/8/1840.

(8) O pleito eleitoral de 1840 (anterior ao golpe), quando se inverteu o procedimento, ficou mais conhecido como "eleições do cacete", expressão usada, também, por ocasião da primeira eleição liberal, logo após o Golpe da Maioridade. O governo central, com o intuito de controlá-las, nomeou novos presidentes de província, removeu juizes de direito e chefes de polícia, e suspendeu os oficiais superiores da Guarda Nacional, substituindo-os por outros. Ver nesse sentido a excelente análise do jogo eleitoral elaborada por R. GRAHAM, Clientelismo e política no Brasil do século XIX.

(9) Disposições para a sagração de S. M. o imperador. A. M. da Costa ("Pedra e poder") ajudou na pesquisa sobre "o ritual da maioridade".

(10) P. CALMON, História do Brasil na poesia do povo, p. 191.

(11) Arquivo Nacional, Fundo Casa Imperial, papéis relativos à sagração e coroação de d. Pedro II.

(12) Os dados utilizados para a descrição da "Varanda" foram extraídos do documento "Descrição do edifício construído para a solenidade

da coroação e sagração de S. M. o imperador o senhor d. Pedro II", em Publicações do Arquivo Nacional, 1925.

(13) Na Galeria do Amazonas: fr. Carlos, Caldas, fr. Velloso, fr. Gaspar da Madre de Deus, R. Pitta, J. B. de Andrada e Silva, Prudencio do Amaral, capitão-mor Clemente Pereira, Rodovalho, Desterro, Paraguassu, Caramuru, Vallentim, C. de Linhares, J. Marco Pereira, Estácio Goulart, A. G. da Silva Pontes, fr. Leandro, Alvarenga, Henrique Dias, José Leandro, Manoel da Cunha, C. de Bobadella, padre Nóbrega, Anchieta, Marcos Portugal, J. Vellasques, Leandro Joaquim, J. M. de Noronha, Ararigboia, Tibiriçá, Jozé Basílio da Gama, J. da Silva, Mem de Sá, J. F. Vieira, J. P. Ramos, J. M. de Figueiredo, Canto, F. de Macedo Brito, Roza Maria de Siqueira.

Na Galeria do Prata: P. Cabral, S. C. de Sá, Bueno, de Gusmão, Gonzaga, B. L. de Gusmão, Hypolito, J. de Moraes, Maneco, Camara, visconde de Cairu, Abreo, Balthazar da Silva Lisboa, Pizarro, Coroado, R. P. Bandeira, Camarão, Durão, padre Angelo, Mello Franco, Paes Leme, M. de Souza, José de Oliveira, D. Marcos Teixeira, general Marques, S. X. Veiga Cabral, R. F. de Almeida Serra, F. J. de Lacerda, Calderon, Jose Maurício, Azeredo Coutinho, Sampaio, padre Antonio Vieira, Claudio Manoel da Costa.

(14) Coleção Conde de Valença, Museu Paulista.

(15) O corpo da serpe lembra um crocodilo com asas de morcego e cabeça de águia. É designada comumente "serpe alada". Em Portugal aparece nas armas nacionais e simboliza a vigilância e os bons valores morais; V. L. B. TOSTES, Princípios de heráldica. A coroa vinha do ritual de Carlos Magno; na verdade, já os soberanos bizantinos portavam um círculo de ouro adornado com pérolas e pedras preciosas. Em sua origem, simbolizava as virtudes religiosas de quem a usava. O óleo santo elevava os soberanos acima das multidões.

(16) A. MAYER, A força da tradição, p. 139.

(17) Nas antigas monarquias inglesas e francesas a coroação acontecia no interior da igreja católica, o que atribuía aos reis não só a soberania política como também um caráter sagrado e religioso. O óleo bento derramado em determinadas partes do corpo, a unção régia,

santificava o corpo do rei, ao mesmo tempo que justificava os milagres realizados; A. MAYER, op. cit.

(18) Essas informações foram extraídas de jornais da época, que não se cansavam de descrever os ricos detalhes da cerimônia. Ver, nesse sentido, Jornal do Commercio de 15 de julho de 1841 e caderno-cor constante neste livro.

(19) O costume do beija-mão viera de Portugal e representava a obediência e a servilidade da corte, que com esse gesto se curvava ao monarca. D. João VI o incorporou ao ritual brasileiro: toda noite, por volta das oito horas, com exceção dos feriados e domingos, o rei recebia o público numa sala designada para esse propósito, no Palácio de São Cristóvão. D. Pedro aboliria o beija-mão na década de 70, após uma de suas viagens à Europa.

(20) Coleção Tobias Montero, FBN.

(21) Data: 18/7/1891; ms. I,1,19,28, FBN.

(22) H. LYRA, op. cit., p. 73.

5. O GRANDE IMPERADOR

(1) Em outro capítulo explicitaremos com mais vagar a lógica da nobreza titular no Brasil. Nesse contexto, o que mais importa destacar é seu caráter vitalício porém não hereditário. O título recebido por Lima e Silva — barão sem grandeza — é o mais baixo na hierarquia. Após a Guerra do Paraguai, Caxias seria elevado a duque.

(2) Voltaremos a esse tema mais adiante, neste mesmo capítulo.

(3) Cartas de d. Pedro II a Paulo Barbosa, FBN.

(4) Paulo Barbosa, Coleção Tobias Montero, FBN.

(5) O Almanak Laemmert foi se transformando, aos poucos, na grande referência da corte. Em 1839 Eduardo Laemmert fundava a Folhinha,

e cinco anos depois, o Almanak. Este último cobriu até a Primeira República. E digno de nota o fato de que até 1902 o periódico continuava a publicar a "relação dos brasileiros condecorados pelas ordens honoríficas do extinto Império".

(6) A Phenix, 13/4/1843.

(7) J. MALERBA, "A corte no exílio".

(8) Coleção Tobias Montero, FBN.

(9) H. LYRA, História de d. Pedro II, p. 109; J. SOUBLIN, O defensor perpétuo do Brasil, p. 54.

(10) A. de Azevedo SODRÉ, Abrindo um cofre, p. 11.

(11) O casamento de d. Januária, a partir de então Condessa d'Áquila, não foi, segundo os biógrafos, tão feliz como o de sua irmã. As desavenças entre o marido de d. Januária e d. Pedro II começam logo no primeiro ano de convivência, quando Áquila insiste em voltar para Nápoles. Além disso, no futuro d. Pedro teria que pagar por muitas dívidas assumidas pelo cunhado, na tentativa de manter a reputação da irmã, que tinha em alta conta. Sobre essas e outras disputas entre o imperador e o conde d'Áquila, ver H. LYRA, op. cit.

(12) J. CALDEIRA, Mauá, p. 194.

(13) G. FREYRE, "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical", em O perfil de Euclides da Cunha e outros perfis.

6. VIDA DE CORTE: A BOA SOCIEDADE

(1) A luta contra o tráfico inicia-se em 1807, a partir do momento em que a Inglaterra o proíbe entre seus súditos e começa uma longa campanha para eliminá-lo em outros países sujeitos à sua influência. O Estado brasileiro já nasce sob essa pressão, visto que vários tratados — 1810, 1815, 1817 — tinham sido impostos a Portugal. Em 1826 é assinado

um tratado em que o tráfico era considerado pirataria. Até 1830, no entanto, o governo quase só resistiu às pressões, fazendo tratados que sabia que não cumpriria. Entre 1839 e 1842 multiplicam-se as apreensões de navios negreiros, até que em 1850 a pressão externa se torna insuportável.

(2) Sobre a importância e os efeitos dessa Segunda Revolução Industrial e a crescente penetração norte-americana no curso do século XIX ver, entre outros, N. SEVCENKO (org.), História da vida privada no Brasil 3, República, e G. ARRIGHI, O longo século XIX.

(3) L. F. de ALENCASTRO, "Le commerce des vivants", p. 494.

(4) Idem, ibidem, p. 502.

(5) O debate sobre a Lei de Terras e a resistência dos grandes proprietários duraria até o final do Império. As posições dos especialistas são, porém, divergentes. Para L. F. de ALENCASTRO a medida visava expulsar os pequenos agricultores ligados à subsistência e impedir a aquisição de terras pelos futuros imigrantes (op. cit., p. 530). Já J. M. de CARVALHO mostra, contrariamente, que os objetivos da medida eram vender terra pública para trazer imigrantes e substituir paulatinamente o trabalho escravo; A construção da ordem; Teatro de sombras.

(6) J. M. de CARVALHO mostra como a Lei de Terras aprovada em 18 de setembro de 1850 acabou arrastando-se até o final do Império, diante da incapacidade do governo em vencer resistências. Como conseqüência dessa dificuldade, fracassaria a meta da lei, qual seja, a atração de imigrantes, mais voltados para os Estados Unidos; op. cit., pp. 303-22.

(7) Para a obtenção de mais dados sobre o tema sugiro a leitura de S. CHALHOUB, Cidade febril.

(8) J. CALDEIRA, Mauá, p. 241.

(9) A. CELSO, Oito anos de Parlamento, p. 207.

(10) Logo após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico de escravos no país, foi liberado um grande capital, até então empatado na contratação de mão-de-obra escrava. Boa parte desse

capital passa a ser aplicada no setor industrial, sobretudo nos transportes. Mauá simboliza o perfil do novo setor, que vê na modernização do país uma questão fundamental. Nascido em 1813 e educado por um inglês, Mauá foi uma figura central no interior do surto industrial que ocorre nesse contexto no Brasil. Para mais informações ver J. CALDEIRA, op. cit.

(11) A nova estrada era denominada pelo Correio Paulistano de "trilhos da civilização"; sem dúvida, uma referência ao grau de investimento não só material como simbólico nas estradas de ferro nesse contexto.

(12) J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 316. O destino da mão-de-obra imigrante só se resolveria quando a partir da década de 70 o governo passa a financiá-la e retira dos fazendeiros a iniciativa exclusiva. Ver, nesse sentido, a introdução de S. B. de HOLANDA a T. DAVATZ, Memórias de um colono no Brasil.

(13) Em O espetáculo das raças analisei o impacto das teorias raciais na seleção de grupo prioritário de imigrantes brancos. Para outros dados ainda sugiro a leitura de M. C. MAIO e R. VENTURA (orgs.), Raça, ciência e sociedade.

(14) L. F. de ALENCASTRO, op. cit., p. 515.

(15) M. de ASSIS, Histórias sem data, p. 98.

(16) J. CALDEIRA, Op. Cit, p. 262.

(17) H. LYRA, História de d. Pedro II.

(18) Pode-se chegar a uma melhor noção dos elevados preços da corte tendo em conta que a arrecadação diária ("jornal") de vendedoras ambulantes variava, em São Paulo, na segunda metade do século, de 280 a 350 réis, ao passo que artesãos homens (carpinteiros, alfaiates e soldados) recebiam Seiscentos réis por dia (cf. M. O. L. da Silva DIAS, Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX).

(19) H. LYRA, op. cit., p. 63.

(20) J. de ALENCAR, A pata da gazela, p. 13.

(21) Idem, ibidem, p. 17.

(22) M. de ASSIS, op. cit., p. 118.

(23) Idem, ibidem, p. 120.

(24) J. W. de Araujo PINHO, Salões e damas do Segundo Reinado, p. 125.

(25) J. de ALENCAR, O tronco do ipê, p. 14.

(26) Idem, ibidem, p. 114.

(27) Idem, ibidem, p. 133.

(28) I. R. MATTOS, O tempo Saquarema, p. 51.

(29) J. W. de Araujo PINHO, op. cit., p. 96.

(30) J. de ALENCAR, A pata da gazela, p. 63.

(31) M. PENA, Comédias, pp. 73-4.

(32) Idem, ibidem, p. 45.

(33) Idem, ibidem, p. 78.

(34) Idem, ibidem, p. 255.

(35) Idem, ibidem, p. 44.

(36) Idem, ibidem, p. 25.

(37) Idem, ibidem, p. 141.

(38) J. W. de Araujo PINHO, op. cit., p. 5.

(39) Idem, ibidem, p. 10.

(40) Coleção Tobias Montero, FBN.

(41) M. PENA, op. cit., p. 46.

(42) M. de ASSIS, Relíquias da Casa Velha, p. 17.

(43) Idem, ibidem, p. 27.

(44) L. F. de ALENCASTRO, História da vida privada no Brasil 2, Império.

(45) Almanak Laemmert, 1851, pp. 231-40.

(46) L. F. de ALENCASTRO, op. cit.

(47) E. SILVA, The life and times of a Brazilian free man of colour,

p. 103.

(48) Segundo L. F. de ALENCASTRO, op. cit., outras cidades brasileiras tinham proporção ainda maior de cativos. É o caso de Niterói (onde, em 1833, quatro quintos da população eram escravos), de Campos (59% eram cativos) e de Salvador, que apresentava uma população de menor porte: cerca de 81 mil habitantes em 1855.

(49) A população total dessas capitais para esses anos era 354 396; 1 083 039; 1 398 097; J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 104.

(50) Idem, ibidem, p. 84.

(51) Idem, ibidem, p. 210.

(52) Idem, ibidem, p. 56.

(53) Para um aprofundamento sobre a história das instituições superiores de ensino durante o Império ver, entre outros, J. M. de CARVALHO, op. cit., e L. M. SCHWARCZ, O espetáculo das raças.

(54) Instituição predileta de d. Pedro II, o perfil desse colégio será abordado em outro momento.

(55) Segundo J. M. de CARVALHO, op. cit., para as famílias de menores recursos as saídas seriam as carreiras eclesiástica, militar ou técnica.

(56) Idem, ibidem, p. 77.

(57) S. ROMERO, Doutrina contra doutrina, p. XXXVIII.

(58) Na caracterização do Executivo e do Legislativo utilizei-me, sobretudo, do estudo de J. M. de CARVALHO, op. cit. Com efeito, em sua análise o autor deslinda os grupos com quem o monarca trabalhou e a própria estrutura política do Segundo Reinado. Para uma outra importante análise sobre os arranjos políticos e o clientelismo existente no Brasil, sugiro a leitura de R. GRAHAM, Clientelismo e política no Brasil do século XIX.

(59) Idem, ibidem, p. 49.

(60) Dentro dos ministérios destaca-se a atuação da Pasta da

Fazenda, uma espécie de escola para a futura candidatura como presidente do Conselho. Além dessa figura política destacam-se os presidentes de província, que não eram obrigatoriamente vinculados ao Estado que representavam, mas significavam, segundo R. GRAHAM, "a primeira autoridade das províncias", op. cit., p. 86.

(61) H. LYRA, op. cit., p. 78.

(62) J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 84.

(63) A. CELSO, op. cit., p. 21.

(64) M. de ASSIS, Papéis avulsos, p. 74.

(65) I. R. MATTOS, op. cit., p. 103.

(66) Idem, ibidem, p. 105.

(67) J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 186.

(68) O partido progressista, por sua vez, teria surgido em torno de 1864, como resultado do Movimento de Conciliação de 1853. Compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos, e se dissolveu em 1868, com parte de seus representantes indo formar o novo partido liberal.

(69) O partido conservador jamais apresentou programa oficial.

(70) J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 374.

(71) I. R. MATTOS, op. cit.

(72) A. CELSO, op. cit., p. 114.

(73) Em suas observações, A. A. de Melo FRANCO assim descreveu o interior do edifício: "O plenário era um salão com arcada, suportada por pilares até o teto, com capacidade para 200 ou 300 pessoas. Nos ângulos havia quatro pequenas tribunas especiais e debaixo delas quatro outras, com mesa para taquígrafos, que ficavam em condições de ver e ouvir tudo o que se passava. Os deputados sentavam-se em dois bancos seguidos, semicirculares [...] Ao fundo alçado via-se o Trono, encimado pelas armas do Império. Na ausência do Imperador, que pouco comparecia, o Trono se mantinha coberto por suas cortinas pendentes do dossel. Na frente e abaixo do trono ficava a Mesa, na qual assentava-se o presidente, ladeado pelos

secretários [...]"; A Câmara dos Deputados, p. 63.

(74) A. CELSO, op. cit., p. 123.

(75) A partir de 1858, separados de vez, os dois partidos governariam alternadamente e mediante a grande manipulação de d. Pedro II, que se aproveitava da oscilação para estar à frente de todos. D. Pedro governou de 1858 a 1862 com os ministérios visconde de Abaeté (12/12/1858), Ferraz (10/8/1859); Caxias (2/3/1861). Durante esse último Ministério vários conservadores aliaram-se à oposição liberal e garantiram a ascensão do partido: Zacarias, Olinda, Nabuco, Saraiva e outros. Governaram os liberais de 1862 a 1868 com os ministérios Zacarias de Góes de Vasconcello (24/5/1862), marquês de Olinda (31/5/1862), Zacarias (15/1/1864), Furtado (31/8/1864), Olinda (12/5/1865), Zacarias (3/8/1866). Voltaram os conservadores de 1868 a 1878 com os ministérios visconde de Itaboray (16/7/1868), marquês de São Vicente (21/9/1870), visconde de Rio Branco (7/3/1871), duque de Caxias (25/3/1875). Os liberais governaram de 1878 a 1885 com os ministérios Sinimbu (5/1/1878), Saraiva (28/3/ 1880), Martinho de Campos (21/1/1882), Lafayette (24/5/1883), Paranaguá (3/7/ 1883), Dantas (6/6/1884), Saraiva (6/5/1885). De 1885 a 1889 presidiram os destinos do governo dois ministérios conservadores: o do barão de Cotegipe (20/8/1885) e o do conselheiro João Alfredo (10/3/1888). Em 7 de junho de 1889 voltaram os liberais com o Ministério do visconde de Ouro Preto. Na opinião de R. GRAHAM, O esforço do clientelismo começava, de certa forma, com o próprio imperador. "Ao nomear o gabinete, ele ocupava um lugar no topo da 'grande pirâmide' [...] De 1840 a 1889, d. Pedro II sempre aconselhado pelo Conselho de Estado, dissolveu o Congresso onze vezes; e sete congressos cumpririam seu mandato completo de 4 anos. Houve, portanto, um total de 18 eleições nacionais durante seu reinado", Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Diz Graham ainda que apesar de ser difícil precisar exatamente a proporção de adultos livres votantes, seu número, para todo o Brasil, chegava a 50,6%, já que o valor estipulado para votar não era tão alto e analfabetos não estavam excluídos de tal atividade.

(76) Esse exemplar da obra de Magalhães, que faz parte da

biblioteca particular de d. Pedro II, encontra-se no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora.

7. "UM MONARCA NOS TRÓPICOS": O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, A ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS-ARTES E O COLÉGIO PEDRO II

(1) A Ilustração Luso-Brasileira, 1858, p. 258.

(2) RIHGB, 1839. Interessante destacar que o primeiro concurso promovido pelo IHGB fora vencido por um naturalista estrangeiro, Von Martius. Ver L. M. SCHWARCZ, O espetáculo das raças.

(3) Para uma idéia mais pormenorizada sobre o estabelecimento sugiro a leitura da obra de M. L. S. GUIMARÃES, Nação e civilização nos trópicos, e de meu livro O espetáculo das raças. Também M. A. R. de CARVALHO destaca o perfil de "Escola Palatina" do IHGB, totalmente compromissado com a organização de uma memória para o Estado imperial; O quinto século. É preciso destacar, também, a influência do modelo da Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada em 1779.

(4) P. BURKE, A fabricação do rei, analisa a particularidade do governo do monarca francês Luís XIV, que se cercou de toda uma elite intelectual para garantir a perpetuação de sua própria glorificação. É necessário enfatizar, ainda, que, nesse momento contrastivo, vinculou-se a metrópole portuguesa à tradição clássica. Sabe-se, porém, que o romantismo é fortíssimo em Portugal e lá também se ajusta a uma procura da especificidade.

(5) RIHGB, vol. I, p. 68.

(6) Idem, vol. II, p. 561.

(7) Idem, pp. 574-82.

(8) A. CANDIDO, "O romantismo". O contexto intelectual era, por certo, marcado pela ambigüidade. A antiga insistência na questão da

escravidão, presente nas páginas da Revista Niterói, fora substituída pela estrutura oficial do indianismo. Temos aí pistas sobre a construção de uma verdadeira "política literária".

(9) No artigo "As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro", em Raça e diversidade, que organizei com Renato QUEIROZ, tive oportunidade de desenvolver um pouco a "percepção curiosa da diferença" do século XVI. Se se tendeu a edenizar a natureza, diante dos homens o estranhamento foi muito maior. Ver, nesse sentido, L. de Mello e SOUZA, O diabo e a terra de Santa Cruz, S. B. de HOLANDA, Visão do paraíso, e A. GERBI, La disputa del Nuevo Mundo.

(10) A. CANDIDO, op. cit., p. 12.

(11) Grande admirador de Magalhães, esse autor participou de um importante trabalho de reconstrução histórica sobre a Inconfidência Mineira.

(12) Macedo é basicamente lembrado por seu romance de costumes A Moreninha, o primeiro grande êxito de público da literatura brasileira. Além de ter sido romancista, Macedo dedicou-se à dramaturgia, poesia e crônica. Foi também secretário do IHGB e autor da obra Vítimas e algozes, que, ao introduzir o "cenário de escravidão", destoava do perfil oficial do grupo.

(13) Varnhagen não apenas escreveu monografias baseadas em documentação primária, como localizou textos inéditos e elaborou, entre os anos de 1854 e 1857, História geral do Brasil, uma grande obra em dois volumes, na qual construiu o primeiro modelo para se pensar a história nacional; um cânone factual da nossa história. Ao contrário da maioria de seu grupo, Varnhagen tinha uma concepção anti-romântica do indígena, apresentando-o como selvagem, cruel, desprovido de crenças humanizadas, o que, a seu ver, justificava as ações impiedosas dos colonizadores. Também Alfredo Taunay trazia uma visão distante do romantismo do grupo. Ver nesse caso a excelente análise de M. A. R. de CARVALHO, op. cit.

(14) Além desses, outros nomes, como Álvares de Azevedo, Casimira de Abreu, Fagundes Varela, Almeida Seabra e Castro Alves, participaram da instituição, mas sem estabelecer uma relação tão próxima

com d. Pedro. Na verdade, existiam fissuras nessa produção intelectual, dentro e fora do grupo, e um intenso debate. Concentrei-me, porém, na visão oficial e palaciana, e nesse sentido o grupo se manifesta em uníssono.

(15) A. CANDIDO, Op. Cit.

(16) Nos anos 80, e após o exílio do monarca, alguns chargistas e críticos questionarão a capacidade que d. Pedro teria de se comunicar em língua tupi. De toda maneira, os registros da guerra relatam a conversação que o imperador teria travado com um prisioneiro paraguaio. Pesquisas recentes têm revelado, também, como a política indianista do Segundo Reinado erguia-se sobre os pilares da catequese e da civilização, pautando-se em um conjunto de princípios que giravam em torno da conversão, educação e assimilação branda dos indígenas. Nos projetos de instrução aparecem as finalidades das escolas: a conversão pelo trabalho e a pragmática assimilacionista. Interessante é que esse tipo de política foi aplicada em um aldeamento no Paraná, cujo nome nos aproxima de um santo e do monarca: São Pedro de Alcântara. Sobre o tema, ver M. R. AMOROSO, "Mudanças de hábito"; M. C. da CUNHA, "Política indigenista no século XIX", em História dos índios no Brasil, e "Legislação indigenista no século XIX", e M. DOLHNIKOFF, "O projeto nacional de José Bonifácio", Novos Estudos-Cebrap, nº 146.

(17) P. PUNTONI, "Gonçalves de Magalhães e a historiografia do Império", Novos Estudos-Cebrap, nº 45.

(18) D. J. G. de MAGALHÃES, A Confederação dos Tamoyos, p. 76.

(19) Idem, ibidem, pp. 180-1.

(20) Idem, ibidem, p. 181.

(21) Idem, ibidem, p. 183.

(22) Idem, ibidem, p. 197.

(23) Idem, ibidem, p. 325.

(24) Idem, ibidem, p. 328.

(25) Arquivo IHGB.

(26) H. LYRA, História de d. Pedro II.

(27) O Protesto, fev. e mar. 1877.

(28) Ver, nesse sentido, A. EL FAR, "A encenação da imortalidade".

(29) O título da poesia, traduzido literalmente da língua tupi, é "O que há de ser morto", ou "O que é digno de ser morto".

(30) G. DIAS, Poesias completas, p. 522.

(31) Idem, ibidem, p. 525.

(32) Idem, ibidem.

(33) J. de ALENCAR, Iracema, p. 84. Sobre a posição de Alencar com relação à escravidão ver J. M. de CARVALHO, Pontos e bordados, p. 54.

(34) Idem, ibidem, p. 175.

(35) Idem, Ubirajara, p. 11. Ubirajara, "senhor da lança": de ubira, "vara", e jara, "senhor".

(36) Idem, ibidem, p. 12.

(37) Idem, O Guarani, p. 27. Para uma outra análise de O Guarani sugiro a leitura de Pontos e bordados, de J. M. de CARVALHO, p. 91.

(38) Idem, ibidem, p. 45.

(39) Idem, ibidem, p. 97.

(40) Idem, ibidem, p. 157.

(41) Idem, ibidem, p. 218.

(42) Idem, ibidem, p. 280.

(43) Idem, ibidem, p. 285. Como se pode notar, o indianismo produz uma espécie de mitologia arcaica. Os nativos do passado é que são os verdadeiros heróis nacionais.

(44) Os Bragança tinham uma respeitável tradição musical. D. João VI desenvolveu atividades junto à Capela Imperial e estimulou cursos de música na Fazenda de Santa Cruz, para escravos-cantores de música sacra. D. Pedro I era músico e compositor mediano. D. Pedro II, por sua vez, estudou piano e teoria musical e incentivou essa arte. A primeira ópera

escrita em português — Marília de Itamaracá — foi regida pelo maestro Gianinni no Teatro Lírico Fluminense, em 1855. Prova da penetração do nacionalismo romântico nessa área é a defesa de que as óperas deveriam ser cantadas em português.

(45) N. ELIAS, A sociedade da corte.

(46) P. PUNTONI, op. cit., p. 129.

(47) M. de ASSIS, Crônicas escolhidas.

(48) D. J. G. de MAGALHÃES, op. cit., p. 353.

(49) Idem/ibidem, pp. 353-4.

(50) Não se pode esquecer que nesse momento a pressão pelo fim da escravidão tornava-se cada vez mais forte. No entanto, a despeito do contexto político adverso, o Brasil seria o último país a abolir a escravidão, fazendo-o somente em 1888, depois de Estados Unidos e Cuba. É nesse sentido que se compreende também a expressão "geração vacilante", usada por Antonio Candido para denominar esse grupo. Não era fácil afirmar a civilização diante desse Império escravocrata.

(51) L. F. de ALENCASTRO, "L'Empire du Brésil", em M. DUVERGER (org.), Le concept d'empire, p. 307.

(52) Não se poderia fazer aqui um balanço sobre a produção e a importância da Academia. O objetivo é, antes, mostrar sua relevância dentro do projeto de d. Pedro II.

(53) Na verdade, a Academia foi criada em 1816, momento da vinda para o Brasil da Missão Artística Francesa, da qual faziam parte artistas renomados como: Jean Baptiste Debret, pintor de quadros históricos; Nicolas A. Taunay, paisagista; Auguste Taunay, escultor; Auguste H. V. Grandjean de Montigny, arquiteto, entre outros. Aderiram à Missão, algum tempo depois, os irmãos Zeférin e Marc Ferrez, gravador o primeiro e escultor o segundo, que chegaram ao Brasil em 1817. Em 1820 a escola é transformada, por decreto, em Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, e no final do mesmo ano passa a se chamar Academia de Artes. Em 1827, finalmente, outro decreto mudou o nome do

estabelecimento para Academia Imperial de Belas-Artes. Dos fundadores restavam apenas Debret e Montigny, assim como Félix E. Taunay e os irmãos Ferrez, que a princípio não faziam parte da Missão Francesa.

(54) A literatura especializada vem se contrapondo a essa dicotomia entre academicismo e barroco. O que existe de fato, com a introdução da Academia, é a imposição de um novo modelo, em que se destaca, agora, o indivíduo. Ver, entre outros, M. L. MONTES, O universo mágico do barroco brasileiro.

(55) A República chamou Rodolfo Bernardelli para dirigir a Academia. Foi elaborada então a reforma de 1890, que a transformou em Escola Nacional de Belas-Artes, em um movimento contínuo de alteração de nomes e personagens. Voltaremos ao tema mais adiante.

(56) O imperador auxiliou um total de 24 artistas brasileiros no exterior, entre os quais se destacam nomes como Pedro Américo e José Ferraz de Almeida Júnior.

(57) D. J. G. de MAGALHÃES, op. cit., pp. 353-4.

(58) Silvio Romero é um dos grandes adversários do romantismo. Em sua opinião, o gênero corresponderia à mera cópia e de forma alguma dialogaria com a realidade mestiça do país. Ver S. ROMERO, O naturalismo em literatura e História da literatura brasileira.

(59) Mais adiante desenvolveremos análise detalhada sobre o papel desse tipo de imprensa a partir da década de 70.

(60) J. CALDEIRA, Mauá, p. 20.

(61) Revista da Semana, 28/11/1925.

(62) Apesar de seus objetivos, muitas vezes apenas patrióticos e laudatórios, o IHGB e sua revista cumpriram um papel relevante no sentido de incentivar as primeiras pesquisas e de publicar monografias etnográficas.

(63) Diário de 1861.

(64) J. M. de CARVALHO, A construção da ordem; Teatro de sombras, p. 260.

(65) L. F. de ALENCASTRO, História da vida privada no Brasil 2, Império.

(66) M. H. P. T. MACHADO, "Para uma história da sensibilidade", Revista Eclética, 1997, n° 2.

8. COMO SER NOBRE NO BRASIL

(1) Os três capítulos que se seguem — sobre a nobreza, os palácios imperiais e as festas populares — são mais temáticos e, por isso mesmo, não se limitam a um só período do Império de d. Pedro II.

(2) A relação de titulações por governante — d. João VI, d. Pedro I, d. Pedro II e princesa Isabel — que apresentaremos aqui segue, entre outros, os dados levantados pela ampla pesquisa realizada pelos profissionais do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Apesar de esse trabalho estar em vias de publicação e ser, portanto, ainda inédito, tive acesso aos seus resultados por meio da intervenção de José Gabriel da Costa Pinto, um dos organizadores do projeto, a quem agradeço. Gostaria de esclarecer ainda que este capítulo analisa a auto-representação da nobreza brasileira e não sua história como um todo. Para isso seria preciso voltar a um processo longínquo em que a nobreza passa por momentos diferentes que podem ser divididos em: feudal, antigo regime e constitucional.

(3) O número de titulares do Império é questão polêmica. Em 1918, o tema foi tratado pelo barão de Vasconcelos e pelo barão Smith de Vasconcellos no Arquivo nobiliárquico, que concluía afirmando a existência de 1029 nobres. Essa obra pioneira foi retomada em dois momentos: no volume 6 do Anuário do Museu Imperial (1945), que estabeleceu a relação de barões do Império, e na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo de 1939. Em 1960, Carlos Rheingantz faz novo levantamento e afirma que seriam 1221 os títulos de nobreza conferidos pelos dois monarcas e pela princesa imperial regente. A. E. M. ZUQUETE (coord.), Nobreza de Portugal e do Brasil, enumera 1200 títulos. Na Exposição de Modelos de Brasão e

Cartas de Fidalguia (1965), indicavam-se 960 títulos. V. L. B. TOSTES, Princípios de heráldica, p. 120, fala em 1211 titulares, a saber: três duques, 47 marqueses, 51 condes, 146 viscondes com grandeza, 89 viscondes sem grandeza, 135 barões com grandeza, 740 sem grandeza. Seguimos neste trabalho o levantamento ainda inédito feito pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro sobre a nobreza brasileira.

(4) J. C. de Oliveira TORRES, A democracia coroada.

(5) J. da Gama e CASTRO, Memória sobre a nobreza no Brasil por um brasileiro, p. 93.

(6) M. de SAINT MARTIN, "Nobreza em França", em Revista Brasileira de Ciências Sociais.

(7) N. ELIAS, A sociedade da corte, p. 103.

(8) A referência no caso é ao processo de enfraquecimento da nobreza na França, quando esse estamento passa a viver em Versalhes e a depender diretamente do monarca. Deve ficar claro, também, como a "nobreza" européia passou por momentos e características distintas. Nossa referência é, porém, ao modelo do período moderno e, depois, pós-napoleônico.

(9) N. ELIAS, op. cit., p. 56.

(10) Idem, ibidem, p. 83.

(11) Não há a intenção de esgotar o tema. Apenas de descrever brevemente o modelo português de forma a poder destacar as singularidades brasileiras.

(12) R. V. da CUNHA, Estudo da nobreza brasileira.

(13) Simultaneamente, trinta homens descendentes de fidalgos do reino de Leão estabeleceram-se ao norte de Portugal. Chamados de "ricos-homens", eram poderosos: à fidalguia de nascimento somaram a autoridade e o prestígio de exercer cargos públicos. Origina-se aí, com bases e influências espanholas, a nobreza lusitana.

(14) Dava-se esse título ao primeiro magistrado ou chefe das repúblicas de Gênova e Veneza. O primeiro duque veneziano foi nomeado

em 697; ver V. L. B. TOSTES, Princípios de heráldica.

(15) Segundo V. L. B. TOSTES, op. cit., p. 13, a heráldica determina, produz e estuda os brasões, interpreta as origens e o significado simbólico e social da família, grupo, nação ou instituição.

(16) Idem, ibidem.

(17) Mais precisamente, foi durante a terceira cruzada que Filipe II, rei da França, e Henrique II, rei da Inglaterra, decidiram que cada grupo se faria representar por cores específicas, o que facilitaria o reconhecimento: os franceses usariam a cor branca; os ingleses, a verde; os flamengos, a vermelha.

(18) Havia também as diferenças (que são as particularidades que cada descendente estabelece em relação a seu ancestral) e as quebras, que modificavam o significado original e mostravam a situação do indivíduo na família. Era dessa maneira, portanto — por meio das bandas e contrabandas —, que se distinguia, por exemplo, um filho legítimo de um adulterino (o qual colocava um filete em contrabanda endentado nos esmaltes azul, verde e vermelho).

(19) A simbologia das figuras remonta aos tempos medievais, e seus significados têm interpretação variada. Os mais constantes dizem respeito a alguns animais, como o leão, o leopardo e a serpe, que aludem à força e ao triunfo nas guerras; já os peixes, ondas e naus referem-se aos sucessos no mar. As estrelas representam verdade, luz, claridade; as luas, vitórias contra os mouros. Os castelos mostram que foram ganhos ou defendidos com esforço próprio. As bandas, faixas, palas, barras e aspas dizem respeito às vitórias em batalhas, assim como os machados, as espadas e outros instrumentos. Chaves se relacionam à dignidade dos pontífices, e as águias, à dos imperadores. Ainda, por alusão à linhagem e ao nome, entram em cena animais e plantas: sardinha, carneiro, pinheiro, oliveira. Ver A. J. M. SOARES, Nobiliarquia fluminense.

(20) Como se pode notar, o assunto é amplo e, sobretudo, falta uma bibliografia recente a sistematizá-lo. Sendo nosso objetivo introduzi-lo a título de ilustração da originalidade brasileira, nos servimos da bibliografia

existente. Entre outros destacamos V. L. B. TOSTES, Princípios de heráldica, o melhor trabalho de organização.

(21) F. G. da SILVA, O Chalaça, p. 96.

(22) Vale lembrar que a abolição dos ditos privilégios já fora decretada em Portugal, bem antes da independência.

(23) H. LYRA, História de d. Pedro II, vol. I, p. 82.

(24) A organização diferia da de Portugal, onde havia três reis de armas: de Portugal Principal, de Algarve e da Índia. Em 1814, introduzia-se o rei de armas da América, Ásia e África.

(25) Ocuparam o cargo no Brasil: Félix José da Silva — antigo varredor dos reais paços e mestre examinado no ofício de carpinteiro, era passavante sob d. João VI, a cuja aclamação assistira, e ainda encabeçaria os arautos nas coroações de Pedro I e Pedro II; José Maria da Silva Rodrigues; Manuel dos Santos Carramona; Ernesto Aleixo Boulanger (interino, ficou até a queda do Império).

(26) J. A. da Silva MAIA, Apontamentos de legislação para uso dos procuradores da Coroa e Fazenda Nacional.

(27) Em 1811, Antônio Bernardo Cardoso Pessanha de Castelo Branco iniciou a escrituração do Livro 1º do registro dos brasões e armas da nobreza e fidalguia do reino e suas conquistas. A ele, que foi nomeado por d. João e trabalhou na obra até 1830, se seguiram, de 1830 a 1846, Joaquim de Azevedo Lobo Pessanha e Vilhegas Castelo Branco (filho); de 1846 a 1848, Carlos Ribeiro de Planitz, barão; de 1848 a 1854, Possidônio Carneiro da Fonseca Costa; de 1854 a 1864, Luís Garcia Soares de Bivar; de 1864 a 1874, Luís Aleixo Boulanger, e de 1874 a 1889, Ernesto Aleixo Boulanger, substituindo o pai.

(28) Regulamento para a cobrança do imposto do selo a que se refere o decreto 7540 de 15 de novembro de 1879.

(29) Tratamentos do Brasil imperial: Alteza (tratamento vocativo dos príncipes da Casa Imperial), Parente (para parentes da Casa Real), Dom (para membros de determinadas famílias), Excelência e Senhoria

(tratamentos anexos a certos cargos).

(30) Código Criminal de 1830 (lei de 16 de dezembro), IV, VII, arts. 301 e 302: prisão por dez a sessenta dias e multa correspondente à metade do tempo. Lei 2033 de 20 de setembro de 1871.

(31) Os conselheiros eram considerados uma espécie de aristocracia intelectual: antigos ministros de Estado e presidentes de províncias, ministros do Supremo Tribunal, chefes das grandes repartições, diplomatas de carreira e professores das faculdades superiores. Ver R. GRAHAM, Clientelismo e política no Brasil do século XIX.

(32) V. L. B. TOSTES, "Estrutura familiar e simbologia na nobreza brasonada". Apesar de o estudo da autora tratar apenas das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, que apresenta ligeira variação na ordem do perfil da ocupação dos agraciados, tudo indica não haver alterações significativas em termos nacionais.

(33) Dos nobres de São Paulo e do Rio de Janeiro, 24% foram fazendeiros-militares; 20% fazendeiros-parlamentares e 9% fazendeiros-parlamentares-militares; idem, ibidem, p. 101.

(34) Os motivos para a concessão de títulos ficavam muitas vezes discriminados no Livro de Registros, como no caso da elevação do visconde de Baependi, em que consta a seguinte anotação: "por serviços que prestou por ocasião da epidemia de cólera-morbo".

(35) Como já tivemos oportunidade de comentar, é difícil precisar mais esse número.

(36) Lei de 14 de junho de 1831, art. 19, 4°.

(37) S. B. de HOLANDA, Raízes do Brasil, p. 122.

(38) Os títulos poderiam ser escalados progressivamente; os de duque, marquês e conde continham grandeza; já os de barões e viscondes poderiam ou não ter acrescentado a eles o grau de grandeza.

(39) Barão em 1841, conde em 45, e marquês em 52, Luís Alves de Lima e Silva seria agora o duque de Caxias, num bom exemplo de titulação progressiva. Receberam o título de duquesas também as filhas de Pedro I e

da marquesa de Santos: duquesa de Goiás, aos dois anos de idade, Maria Isabel de Alcântara Brasileira, e duquesa do Ceará, outra filha do casal, que morreu com um ano e não teve o título registrado.

(40) Os dados apresentados neste capítulo foram extraídos de L. LAGO, Nobiliarquia brasileira, e A. E. M. ZUQUETE (coord.), Nobreza de Portugal e do Brasil.

(41) Foi nomeada dama da imperatriz assim que esta chegou ao Brasil, em 1846, e a acompanhou durante 43 anos, até sua morte no exílio, em 1889. Títulos decretados em 1877 e 1888, pela princesa Isabel, na qualidade de regente e em nome do imperador.

(42) Título concedido em 1872, "em atenção aos distintos serviços que prestou, concorrendo com avultada quantia para continuação das obras do Hospício Pedro II".

(43) "Em lembrança dos relevantes serviços prestados ao estado e à humanidade por seu falecido marido", que era o senador José Clemente Pereira. Recebeu o título em 13 de março de 1854, três dias após a morte do marido.

(44) "Em atenção aos serviços prestados à religião e ao estado."

(45) L. LAGO, op. cit., p. 7.

(46) Idem, ibidem, p. 16.

(47) M. de ASSIS, Esaú e Jacó, p. 148.

(48) O estudo de V. L. B. TOSTES, op. cit., traz ainda a informação de que os casamentos entre nobres deveriam obrigatoriamente ter a licença e aprovação do imperador, que respondia à carta de solicitação do noivo ou dos pais dos noivos, por alvará.

(49) H. LYRA, op. cit., vol. I, p. 152.

(50) V. L. B. TOSTES, op. cit. As cartas transcritas a seguir, cujos originais se encontram no Arquivo Nacional, também foram extraídas desse trabalho da autora.

(51) Dados compilados com base no trabalho de A. E. M. ZUQUETE, op. cit.

(52) A relação de brasões levantada por Smith de VASCONCELLOS, no Arquivo nobiliárquico brasileiro, não é, por certo, total e exaustiva. No entanto, como nossa intenção é sobretudo exemplificar, o perfil parece-nos suficiente.

(53) Segundo L. L. LACOMBE, Uma cerimônia na corte em 1864, p. 62, as regras eram pouco conhecidas, não havia publicações oficiais ou particulares sobre o assunto, e os heraldistas oficiais, do cartório da nobreza, eram poucos e mal informados.

(54) O Almanak Laemmert, em 1888, traz anunciados os serviços de Leopoldo Heck, pintor heráldico e gravador da Casa Imperial, que atendia à rua da Assembléia, 36.

(55) Como faremos referência a uma série de elementos, resolvemos definir alguns vocábulos empregados na heráldica brasileira. Esmaltes e figuras são os atributos que compõem as armas heráldicas. O escudo é a base que serve de suporte à figuração. O brasão é o desenho das armas inscritas na área formatada do escudo, e o abrasonamento é a descrição textual da composição do brasão. As armas são os emblemas heráldicos aplicados nos diversos suportes: escudos, mobiliários, roupas etc.

(56) Dos brasões dos titulados das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo — segundo a análise de V. L. B. TOSTES, op. cit. —, 80% eram compostos de figuras geométricas.

(57) Segundo V. L. B. TOSTES, op. cit., p. 162, nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, os atributos heráldicos estrangeiros predominam em 80% dos brasões; estrangeiros misturados com nacionais em 14% e figuras totalmente brasileiras em 5%.

(58) Como limite, defendiam-se as privativas insígnias imperiais: os ramos de café e fumo em aspa, o cetro, a mão da Justiça. Mesmo assim, o fidalgo-cavaleiro da Casa Imperial Teodoro Teixeira Gomes obteve, em 1878, um novo quartel em seu brasão, com os ramos invertidos. Os mesmos ramos também aparecem nas armas de Manuel Luís Ribeiro, barão do Castelo, em 1882; R. V. da CUNHA, Estudo da nobreza brasileira.

(59) J. CALDEIRA, em sua biografia sobre o barão de Mauá, enfatiza com razão a atuação destacada deste como "empresário do Império". É interessante notar, entretanto, que Mauá não só aceitou o título de barão que recebeu (por sinal o mais baixo na hierarquia das titulações), como fez um brasão próprio, a despeito dos altos custos desse tipo de empreitada.

(60) No jazigo da família do barão de Antonina, no Cemitério da Consolação, na cidade de São Paulo, pode ser encontrado seu brasão reproduzido. Nele o indígena recebe as leis e a cruz das mãos de uma figura heráldica estilizada: o leão. Na atitude submissa do nativo, em sua cabeça baixa e resignada, vemos a própria leitura da elite sobre essas populações.

(61) S. B. de HOLANDA, Raízes do Brasil, p. 32, afirma sobre a cultura ibérica: "É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente, desde tempos imemoriais".

(62) Idem, ibidem, p. 32.

(63) J. M. de CARVALHO, A construção da ordem; Teatro de sombras.

(64) Idem, ibidem, p. 238.

(65) Idem, ibidem.

(66) S. B. de HOLANDA, op. cit., t. 4, p. 332.

(67) E. SILVA, Barões e escravidão, p. 40.

(68) Idem, ibidem.

(69) Boa parte deste texto, que vai até o final do capítulo 8, foi publicado com algumas alterações na edição por mim organizada do livro Código do bom-tom, de autoria de J. I. Roquette.

(70) N. ELIAS, em O processo civilizador, trabalha com dois conceitos opostos: Kul-tur (mais próprio do contexto alemão) e civilização (que, nesse momento, refere-se aos modelos francês e inglês). O autor revela como enquanto o primeiro conceito singulariza as nações, na medida em que se refere ao que é particular e popular, o segundo transforma-se,

em meados do século XIX, em um termo que unifica os povos e expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Civilização é, portanto, um nome abrangente, que comporta vários significados: tecnologia, maneiras, conhecimento científico, idéias, religião, costumes; enfim, resume determinada situação política e cultural e faz par com a noção de progresso.

(71) Para uma análise mais detalhada do Código do bom-tom sugiro a leitura da edição dessa obra, por mim organizada.

(72) J. I. ROQUETTE, Manual do bom-tom, p. 69.

(73) Idem, ibidem, p. 36.

(74) Idem, ibidem, p. 203.

(75) Idem, ibidem, p. 205.

(76) Idem, ibidem, p. 110.

(77) N. R. HORACE, Code de la conversation, p. 68.

(78) J. I. ROQUETTE, Op. Cit., p. 79.

(79) J. LUCCOCK, Notes on Rio de janeiro.., pp. 81-4.

(80) N. R. HORACE, op. cit., p. 212.

(81) Idem, ibidem, p. 284.

(82) J. I. ROQUETTE, op. cit., pp. 285-7.

(83) M. do Carmo T. RAINHO, "A distinção e suas normas", Acervo, 1995, vol. 8, nºs 1 e 2, p. 140.

(84) Idem, ibidem, p. 141.

(85) G. FREYRE, Casa-grande & senzala, p. 433.

(86) Idem, Açúcar, p. 167.

(87) P. P. e SILVA, "Entre tampas e panelas", p. 20.

(88) C. LEMOS, Cozinhas etc, p. 43.

(89) Paula Pinto e SILVA vem trabalhando, no momento, exatamente com receituários privados.

9. AS RESIDÊNCIAS DE D. PEDRO

(1) N. ELIAS, A sociedade da corte, p. 31.

(2) Arts. 114 e 115, cap. III, Constituição política do Império do Brasil, 25/3/1824.

(3) Em 1743, foi concluída a obra realizada pelo engenheiro José Fernandes Alpoim, por determinação do governador da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela: era a nova Casa dos Governadores, com feições de uma casa senhorial portuguesa. Em 1763, com a transferência da sede do governo geral para o Rio de Janeiro, a Casa torna-se o Palácio dos Vice-Reis. Data dessa época dos vice-reis a construção do cais, todo de cantaria lavrada e com três escadas para o mar, além de um novo chafariz — obra do Mestre Valentim da Fonseca e Silva —, que abastecia os navios e as moradias próximas, e que permanece até hoje na atual praça Quinze de Novembro. Após a proclamação da República, o Paço foi utilizado como sede do Departamento de Correios e Telégrafos. Em 1938, foi tombado pelo Patrimônio Histórico. Restaurado de 1982 a 1985, é hoje um centro cultural.

(4) V. COARACY, Memórias da cidade do Rio de Janeiro, p. 18. No Dicionário Aurélio: "Paço: [do lat. palatiu, 'palácio'.] [...] Palácio real ou episcopal [...] Edifício suntuoso, nobre [...] [Sentido figurado] A corte; os cortesãos [...]".

(5) D. Maria I era a mãe de d. João e rainha de Portugal; impedida de governar por distúrbios mentais, era chamada "a Louca"; faleceu no Rio de Janeiro em 1817 e o príncipe regente foi então aclamado rei. A expressão "Maria vai com as outras" tem origem nesse período, quando a rainha era vista pelas ruas da cidade com as damas da corte, que a levavam para passear.

(6) Ainda assim, muita gente ficou sem acomodação, numa cidade

sem estrutura para tão súbita mudança. Utilizou-se então o decreto de Aposentadoria Real, expediente que possibilitava aos fidalgos, por favor do soberano, requisitar para si qualquer casa que lhes aprouvesse. Feita a intimação, escreviam-se com um giz na porta do prédio selecionado as letras PR (Príncipe Regente), que o povo então traduzia por "Ponha-se na Rua".

(7) A princesa Carlota Joaquina, junto com as filhas, conservou suas instalações no Paço, além de residir em uma casa em Botafogo e em uma chácara em Mata-Porcos, atual bairro do Estácio, onde passava o verão.

(8) Relato feito pelo oficial alemão Carlos Schlichthorst, que viveu no Brasil de 1824 a 1826.

(9) AN, doc. 50, pc. 3, cx. 12. Dec. de 20 de agosto de 1840, arts. 2, 3 e 4.

(10) FBN, Mss., Coleção D. Pedro II, I-35,10,41.

(11) AN, doc. 60, pc. 6, cx. 12.

(12) Idem, doc. 34, pc. 1, cx. 13.

(13) Eram quatro as companhias do ramo: Botanical Garden, São Cristóvão, Vila Isabel e Cia. de Carris Urbanos. Os itinerários das linhas eram distinguidos por uma tabuleta escrita e por uma lanterna com luz colorida e diferenciada para cada percurso. Os bonds eram popularmente chamados de "vacas de leite", em alusão aos sons das campainhas dos animais empregados para a tração dos veículos, e também de "jabuti", numa referência à forma dos carros; Guia do viajante no Rio de Janeiro.

(14) AN, Fundo Casa Imperial, doc. 87A, pc. 6, cx. 12.

(15) Idem, Fundo Casa Imperial, doc. 25, pc. 1, cx. 13. Gastou-se com os serviços do armador da Capela Imperial, obras e objetos: veludo, cetins, sedas, feitios, forros e guarnecimentos dos caixões, coroas de prata dourada, tochas e archotes de cera, galões de ouro de várias larguras, franjas, cordões e brasões de armas bordados a ouro.

(16) AN, doc. 871, pc. 6, cx. 12.

(17) Costuma-se citar o escultor austríaco Pettrich, o pintor

francês Biard, o napolitano Cicarelli. Conta-se que, numa reforma, apareceu um esqueleto humano emparedado numa das salas do Paço, dando o que falar, até que o caso foi elucidado: um pintor cujo ateliê funcionara ali usara o esqueleto para adquirir noções de anatomia.

(18) FBN, Mss., I-35,6,76.

(19) Inventário do Imperial Paço da Cidade e Tesouro em 1854. O documento pertence à coleção de d. Pedro Gastão de Orléans e Bragança, e foi citado por G. FERREZ, O Paço da cidade do Rio de Janeiro. Outro documento similar é o inventário realizado em 1831, que também descreve cada um dos cômodos do Paço, sua função e utilidade, mobiliário, peças, objetos e utensílios; não abrange, porém, o período do Segundo Reinado; AN, cód. 572, doc. 42.

(20) Impressões do contemporâneo padre Luís Gonçalves dos Santos, cit. por A. LIMA e G. AULER, Paço de São Cristóvão.

(21) Ali existira uma capela, no começo do século XVII, sob a invocação de são Cristóvão: daí o nome da região.

(22) Direito garantido pela Constituição de 1823, cap. III, art. 115: "Os palácios e terrenos nacionais possuídos atualmente pelo Sr. D. Pedro I, ficarão sempre pertencendo a seus sucessores, e a Nação cuidará nas aquisições e construções que julgar convenientes para decência e recreio do Imperador e sua família".

(23) J. C. CAVALCANTE, Relatórios sobre a Fazenda de Santa Cruz e Quinta da Boa Vista.

(24) James Henderson, Luccock e Pohl, em A. LIMA e G. AULER, op. cit.

(25) Os dados encontrados sobre as reformas do palácio são contraditórios e incompletos. Ainda assim, procuramos traçar um perfil seqüencial das transformações mais conhecidas que ocorreram, mas o importante, neste contexto, é vislumbrar no palácio um potente símbolo da monarquia e o quanto ele é trabalhado e utilizado como tal. Os dados aqui apresentados foram extraídos principalmente de A. LIMA e G. AULER, op. cit., e H. LYRA, História de d. Pedro II.

(26) Observações de Maria Graham e Carlos Schlichthorst, em A. LIMA e G. AULER, op. cit.

(27) Manuel de Araújo Porto Alegre, sempre presente, era oficial da Casa Imperial, tendo ocupado sucessivos cargos como arquiteto e diretor de obras. Ele se dedicava também à pintura, e boa parte da sua produção enfeitava as paredes do palácio.

(28) E. DÓRIA, "Reminiscências do Palácio de São Cristóvão", RIHGB, 1925, t. 96, vol. 152.

(29) F. M. dos SANTOS, O leilão do Paço de São Cristóvão.

(30) "Alegrias e tristezas", ms., cit. por H. LYRA, op. cit., vol..

(31) J. R. BARROS, "Reminiscências de há 50 anos, de um cadete do 1° regimento de cavalaria", RIHGB, 1925, t. 98, vol. 152.

(32) Idem, ibidem.

(33) Idem, ibidem.

(34) A. LIMA e G. AULER, op. cit.

(35) Para informações detalhadas sobre as origens e demarcações da fazenda, ver J. de Saldanha da GAMA, "História da imperial Fazenda de Santa Cruz", RIHGB, 1875, t. 38.

(36) "3ª — Não se mande despir Religiosos no Refeitório para receberem açoites, por ser contra a honestidade; se for o caso, manda-se fazê-lo na cela, conforme a ordem do Provincial"; B. FREITAS, Santa Cruz, vol. I, p. 34.

(37) Dados de B. FREITAS, Santa Cruz.

(38) "[...] fizeram construir uma grande esfera oca, de madeira leve, que ora se fecha e ora se abre pelas duas metades, ficando ainda unidas pela linha posterior, com a superfície pintada de verde e guarnecida de estrelas douradas, e os bordos ornamentados com raios salientes e de áureo brilho. No momento em que os sacerdotes chegavam ao altar abria-se esta magnífica concha, e o Santíssimo Sacramento ostentava-se esplêndido no seio de uma rica custódia alumiada por 72 velas de cera, distribuídas por todos os degraus do trono!"; J. de Saldanha da GAMA, op.

cit., p. 211.

(39) "[...] a festa consistia em uma brilhante iluminação à giorno do perímetro ocupado por aquele eloqüente monumento: lampiões e archotes às centenas; danças populares e frenéticas, cânticos profanos e religiosos, era no templo, e durante a noite em face do imponente sinal da redenção. Esse costume o tempo não fez desaparecer, porque ainda hoje se celebra a festa da Santa Cruz no dia assinalado do mês de maio [...]"; idem, ibidem.

(40) Evitamos entrar na polêmica discussão sobre a existência do conservatório, orientando-me aqui pelas pesquisas realizadas por Benedicto Freitas.

(41) Não teve sucesso a iniciativa do conde de Linhares para transformá-la em granja-modelo, com plantações de chá, aproveitando a mão-de-obra de colonos chineses trazidos de Macau; H. LYRA, op. cit., vol. I, p. 287.

(42) O Paiz, 10/10/1908, cit. por B. FREITAS, op. cit., vol. I, p. 140.

(43) As festas de Santa Cruz, em maio de 1818, consumiram vinte arrobas de cera em velas e brandões; B. FREITAS, op. cit., vol. II, p. 135.

(44) Idem, ibidem.

(45) M. GRAHAM, Diário de uma viagem ao Brasil.

(46) D. João instituiu a modalidade do canto sacro gregoriano como cadeira no Seminário São Joaquim, extinta depois por Pedro I, que a substituiu por aulas de geografia, francês e eloqüência, a seu ver mais produtivas que a "real cantoria"; B. FREITAS, Op. Cit., vol. I, p. 129.

(47) Idem, ibidem, p. 130.

(48) Idem, ibidem, p. 131.

(49) Idem, ibidem, p. 130.

(50) Padre José Maurício e os irmãos portugueses Marcos e Simão Portugal. Posteriormente, com a reorganização da banda, novos mestres se destacaram: Inácio Pinheiro da Silva, o reorganizador, Carlos José Maria, João Targine das Chagas (1849), Francisco de Sant'Ana (1852), José Joaquim Goiano e Joaquim de Araújo Cintra (1856). De 1860 a 1862 a banda foi

regida pelo chamado Escravo Mestre. Em 64, o mestre era José Martins Leandro Filgueiras. Em 72, Joaquim Antônio da Silva Gandres, que também era regente da orquestra e apresentou, no Palácio de Santa Cruz, a ópera de Carlos Gomes O Guarani. Manuel dos Santos Ventura assumiu em 1875.

(51) B. FREITAS, op. cit., vol. I, p. 148. O autor fala em dois modelos de fardamento: um de verão, outro de gala, mas só descreve o citado.

(52) Horner (1841-42), em G. FERREZ, op. cit.

(53) B. FREITAS, op. cit., vol. I, p. 151.

(54) Diário do imperador d. Pedro II, 1860.

(55) J. de ALENCAR, O tronco do ipê, p. 100.

(56) M. de ITANHAÉM, Contas dadas à Assembléia Geral...

(57) Deputado Rafael de Barros, cit. por B. FREITAS, op. cit., p. 189.

(58) Relatório da Comissão de Contas — 1837, FBN.

(59) Diário do imperador d. Pedro II, 1860.

(60) J. C. CAVALCANTE, Op. cit.

(61) Registro de escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz alugados a diversos e a si, que devem seus aluguéis — 1862-1868, AN.

(62) M. de ITANHAÉM, op. cit.

(63) D. Pedro Afonso, nascido em 1848 e herdeiro do trono, morreu na Fazenda de Santa Cruz em 10 de janeiro de 1850, quando a família lá passava o verão.

(64) Carta de d. Maroca, mulher do conselheiro Soares Brandão, de agosto de 1885, em H. LYRA, op. cit., vol. II, p. 63. Segundo o autor, a princesa realizava um ou dois grandes bailes por ano ali.

(65) Almanak Laemmert, 1888.

(66) Diário do imperador d. Pedro II, 1860.

(67) J. FERNANDES, "Petrópolis em 1844", Tribuna de Petrópolis, 6/8/1933.

(68) D. Pedro I queria comprar essa fazenda, mas a herdeira não a

vendeu.

(69) Art. 14 da lei 108, de 26 de maio de 1840: "A Assembléia Legislativa autoriza a despender até a quantia de 14:000$000 para remir a Fazenda do Córrego Seco, sita no Alto da Serra da Estrela, que, no inventário do falecido Imperador o sr. D. Pedro I, foi lançada aos credores. A referida Fazenda ficará pertencendo a S. M. o Imperador e aos seus sucessores, ficando incorporada aos Próprios Nacionais"; A. de Azevedo SODRÉ, Dom Pedro II em Petrópolis.

(70) Dec. de 16 de março de 1843.

(71) A. J. LACOMBE, Paulo Barbosa e a fundação de Petrópolis, p. 39. Paulo Barbosa ocupou a mordomia da Casa Imperial de 1833 a 1846, como vimos, indo então em cargo diplomático para a Europa. Reassumiu em 1855 e exerceu a mordomia até a sua morte, em 1868.

(72) Representação feita à Assembléia Constituinte e Legislativa do Império em 1823.

(73) A. J. LACOMBE, Op. Cit.

(74) O major Koeler e Paulo Barbosa pertenciam ao Imperial Corpo de Engenheiros e eram muito amigos. Koeler era ainda incumbido das obras públicas do governo provincial.

(75) A. J. LACOMBE, op. cit., p. 58.

(76) Até hoje, os moradores da região central de Petrópolis e dos bairros Quitandinha, Mosela, Itamarati, pagam à Companhia Imobiliária de Petrópolis, da família Orléans e Bragança, a enfiteuse perpétua e o laudêmio, que equivalia a 2,5% do valor da propriedade. Em 1975, a Companhia Imobiliária possuía 26 385 cartas de aforamento e ocorriam em média de mil a 1500 vendas de imóveis por ano. "Príncipe Dom Pedro diz que enfiteuse não é privilégio", Jornal do Brasil, 7/9/75.

(77) H. J. RABAÇO, História de Petrópolis, p. 93.

(78) G. AULER, A construção do Palácio de Petrópolis.

(79) H. J. RABAÇO, op. cit.

(80) O presidente da província era então Aureliano Coutinho, que

também facilitou a vinda dos colonos alemães e a sustentação da colônia. Juntamente com Paulo Barbosa, Aureliano exerceu enorme influência sobre Pedro II e o processo político do país, forçando a maioridade. Formavam a chamada "facção áulica", e costumavam se reunir na casa de Barbosa, em São Cristóvão, situada ao lado do rio Joana — daí o "Club da Joana". Parece bem claro que Petrópolis foi criada pelo desejo e poder desses homens, que contaram com Koeler para executar seu projeto.

(81) Leis provinciais 397, de 20 maio de 1846, e 961, de 29 de setembro de 1857.

(82) A. M. PAUPÉRIO, "O governo municipal e a monarquia", em Geopolítica dos municípios.

(83) N. ELIAS, op. cit., p. 31.

(84) A. de Azevedo SODRÉ, op. cit.

(85) Idem, ibidem.

(86) Carta a Barbosa, 1866, FBN, gav. 4.

(87) Coleção Tobias Montero, FBN.

(88) G. AULER, op. cit.

(89) N. ELIAS, op. cit.

(90) Para um aprofundamento do tema ver S. CHALHOUB, Cidade febril.

(91) Ms., 8/4/1851, Coleção Tobias Montero, FBN.

(92) Ata da 6ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis aos 16 de março de 1872.

(93) O Futuro, periódico literário, 1867, MMP.

(94) A. de Azevedo SODRÉ, Aspectos da vida municipal, p. 87.

(95) Idem, ibidem, p. 89.

(96) O Mercantil, 1889.

(97) J. W. de Araujo PINHO, Salões e damas do Segundo Reinado, p. 121.

10. O IMPÉRIO DAS FESTAS E AS FESTAS DO IMPÉRIO

(1) G. FREYRE, Casa-grande & senzala.

(2) Para um aprofundamento da construção do sebastianismo em Portugal, do século XV ao XVII, sugiro a leitura de J. HERMANN, NO reino do desejado.

(3) No livro O espetáculo das raças fiz um apanhado das teorias raciais do século XIX e do impacto dessas idéias em muitas das descrições dos viajantes da época.

(4) C. GEERTZ, Interpretação das culturas, p. 35.

(5) Luís da Câmara Cascudo é o tradutor da obra de Henry KOSTER Viagens ao nordeste do Brasil (1942), cuja edição inglesa data de 1816, além de autor das notas e da biografia.

(6) H. KOSTER, op. cit., pp. 54-5.

(7) Para uma visão mais abrangente sobre a obra de Martius ver K. M. LISBOA, "A nova Atlântida ou o gabinete naturalista dos doutores Spix e Martius".

(8) J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, Viagem pelo Brasil, vol. I, p. 248.

(9) Corneille de Pauw editara, no ano de 1768, um livro que se constituiu em um grande ataque à tese de Rousseau sobre "o bom selvagem". Em Recherches sur les américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l'históire de l'espèce humaine, De Pauw defendia a idéia de que os americanos não eram um povo infantil, como queria o naturalista Buffon (1749), mas decaído e degenerado. Sobre o tema ver M. DUCHET, Anthropologie et histoire au siècle des lumières, e A. GERBI, La disputa del Nuevo Mundo.

(10) J. B. von SPIX e C. E P. von MARTIUS, op. cit., p. 248.

(11) C. SEIDLER, Dez anos no Brasil, p. 223.

(12) Não se pode esquecer que o que mais agradava a Fletcher era que d. Pedro, apesar de ter adotado o catolicismo como religião oficial do Império, não proibia nem impedia os cultos protestantes no país.

(13) Em 1864 Maximiliano tornar-se-ia imperador do México e, três anos depois, seria julgado e fuzilado pelas tropas republicanas.

(14) C. SEIDLER, op. cit., pp. 304, 306.

(15) D. P. KIDDER, Reminiscências de viagens e permanência no Brasil, pp. 31, 36.

(16) V. COARACY, Memórias da cidade do Rio de Janeiro, pp. 49-50.

(17) D. P. KIDDER, op. cit., p. 236.

(18) Idem, ibidem, p. 90.

(19) C. von KOSERITZ, Imagens do Brasil, pp. 176-7.

(20) J. C. FLETCHER e D. P. KIDDER, O Brasil e os brasileiros, p. 114.

(21) D. P. KIDDER, Op. Cit., pp. 80-1.

(22) J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, op. cit., vol. I, p. 152.

(23) J. C. FLETCHER e D. P. KIDDER, op. cit., pp. 160-1.

(24) Idem, ibidem, pp. 167-8.

(25) D. P. KIDDER, op. cit., pp. 116-7.

(26) H. KOSTER, op. cit., p. 500.

(27) D. P. KIDDER, op. cit., pp. 58-9.

(28) Idem, ibidem, pp. 116-7.

(29) M. de ANDRADE, Danças dramáticas do Brasil, p. 19.

(30) Um grande número de estudos tem se dedicado à análise das irmandades. No ano deste livro basta destacar a importância de sua atuação na esfera religiosa não oficial.

(31) H. KOSTER, op. cit., p. 68.

(32) J. C. FLETCHER e D. P. KIDDER, op. cit, pp. 122-3.

(33) H. KOSTER, op. cit., p. 318.

(34) J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, op. cit., vol. I, p. 66.

(35) H. KOSTER, op. cit., pp. 237-8.

(36) Idem, ibidem, p. 272.

(37) C. SEIDLER, op. cit., p. 45.

(38) Idem, ibidem, p. 46.

(39) H. KOSTER, op. cit., p. 298.

(40) M. MORAES FILHO, Festas e tradições populares do Brasil, pp. 47, 49-50.

(41) J. C. FLETCHER e D. P. KIDDER, op. cit., p. 64.

(42) C. SEIDLER, op. cit., p. 42.

(43) D. Pedro II estava visitando a Bahia e tinha ido, dias antes, até a Igreja do Bonfim. Maximiliano conta que o imperador se recusara a utilizar as típicas "cadeirinhas" de Salvador, em que negros trajados a rigor carregavam as pessoas, tendo preferido subir a pé a ladeira do Bonfim.

(44) F. M. de HABSBURGO, Bahia 1860, pp. 128-9, 130-1.

(45) J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, op. cit., vol. I, p. 152.

(46) C. von KOSERITZ, op. cit., pp. 69-70.

(47) J. C. FLETCHER e D. P. KIDDER, op. cit, pp. 173-4.

(48) M. MORAES FILHO, op. cit, p. 69.

(49) Apud idem, ibidem, p. 43.

(50) V. COARACY, op. cit., pp. 149-50.

(51) Idem, ibidem.

(52) J. C. FLETCHER e D. P. KIDDER, op. cit, pp. 171-2.

(53) M. MORAES FILHO, op. cit., pp. 39-40, 42-4.

(54) Idem, ibidem, pp. 117-8, 126.

(55) Os viajantes referem-se à aclamação de d. João VI como rei de Portugal e do Brasil em fevereiro de 1818. O monarca já exercia a regência do reino havia muitos anos, uma vez que a rainha — d. Maria, a Louca — não gozava de sanidade mental. Com o falecimento dela em março de 1816, d. João é coroado.

(56) J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, Viagem pelo Brasil, vol. II, pp. 46-7.

(57) Segundo Câmara Cascudo (apud M. MORAES FILHO, op. cit., p. 44), esse ritual tem origens européias e remotas. É popular em Portugal desde o século XV, e suas manifestações na França e na Espanha são ainda anteriores. No Brasil, os primeiros relatos datam do século XVII, tendo se transformado em uma festa conhecida a partir do século XVIII. Nesse caso, a festa remonta a um ambiente medieval, com roupas quentes e de veludo, tudo isso em meio ao calor e às cores dos trópicos.

(58) Idem, ibidem, vol. II, pp. 188-9.

(59) R. AVÉ-LALLEMANT, Viagens pelas províncias da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe (1859), pp. 108-9.

(60) H. KOSTER, op. cit., p. 416.

(61) A. J. RABAÇAL, As congadas do Brasil.

(62) S. ROMERO, Cantos populares do Brasil, vol. I, pp. 53-4, apud A. J. RABAÇAL, op. cit., pp. 64-5.

(63) C. Cascudo em H. KOSTER, op. cit., pp. 331-2.

(64) C. SEIDLER, op. cit., p. 204.

(65) J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, Viagem pelo Brasil, vol. I, p. 160.

(66) Idem, ibidem.

(67) C. SEIDLER, op. cit., p. 237.

(68) J. C. FLETCHER e D. P. KIDDER, Op. cit., p. 22.

(69) R. AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 61.

(70) J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, Viagem pelo Brasil, vol.

II, p. 67.

(71) V. COARACY, op. cit., p. 132.

(72) H. KOSTER, op. cit., p. 281.

(73) Idem, ibidem, pp. 272, 273, 274 e 275.

(74) J. C. FLETCHER e D. P. KIDDER, op. cit., pp. 164-5.

(75) M. MORAES FILHO, Op. cit., p. 34.

(76) M. C. P. da CUNHA, "Você me conhece", Projeto História, 1997, nº 16.

(77) O "Club Democrático" (1866), "Os Fenianos" (1865). Ver M. C. P. da CUNHA, op. cit.

(78) Coleção D. Pedro II e Barral, FBN.

(79) H. KOSTER, op. cit., pp. 354-5.

(80) Segundo Cascudo são inúmeras as referências, em Portugal, à realização dessa festa: "Teófilo Braga (O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições, Lisboa, 1885, pág. 313 do 2º volume) informa a existência da eleição do Rei de Congo como festa popular em Portugal. João Pedro Ribeiro comenta a festa de uma N. S. do Rosário, que era popular no Porto. Acabou-se porém já no Porto outra mascarada em que se representava A CORTE DEL REI DO CONGO, com seu rei e rainha e imaginária corte, com que os pretos se persuadiam render culto à sua Padroeira, a Senhora do Rosário, função muito apetecida dos rapazes, e que durava três dias de Julho"; C. CASCUDO, apud H. KOSTER, op. cit., p. 365.

(81) J. B. von SPIX e C. F. P. von MARTIUS, op. cit., pp. 46, 48.

(82) M. MORAES FILHO, op. cit, pp. 226, 228.

(83) R. AVÉ-LALLEMANT, Op. cit., p. 48.

(84) Rabaçal utiliza-se da pesquisa de Artur Ramos, em Folclore negro no Brasil (Rio de Janeiro; São Paulo, Liv. Casa do Estudante do Br., 1954), para sintetizar a história da rainha Ginga: "Soberana africana no século XVII". Segundo Ramos, "em 1558, povos nômades teriam se apossado de terras ao sul do reino do Congo e fundado a dinastia dos Ginga,

estabelecida finalmente em Angola. Algumas gerações mais tarde, a irmã do rei dos Ginga, a rainha Ginga, assumiu o poder e resistiu ferozmente ao domínio português no século XVII. Em 1621, a rainha teria chefiado uma embaixada, que deveria dialogar com o governador João Correia de Sousa, em Luanda, e este, impressionado com a vivacidade de espírito e a imponência física de Ginga, a apadrinhou, batizando-a com o nome cristão de dona Ana de Sousa. Em 1623, com seu filho assassinado por seu irmão, abandonou o catolicismo e reiniciou a campanha contra os portugueses. Mas no ano de 1656, depois que Portugal reconquistou Angola, Ginga foi reconduzida ao cristianismo e se casou religiosamente no ano seguinte"; pp. 53-4, apud A. J. RABAÇAL, op. cit., pp. 80-1. O autor encontrou os documentos nos Arquivos de Angola, Luanda, Museu de Angola, Oficina da Imprensa Nacional, out. 1944, 2ª s., vol. II, n° 8, p. 142.

(85) M. de ANDRADE, op. cit., p. 20.

(86) C. von KOSERITZ, op. cit., p. 150.

(87) O próprio termo Obá, em iorubá, quer dizer "rei".

(88) M. MORAES FILHO, Op. Cit, pp. 311-2.

(89) Idem, ibidem, p. 312.

(90) Para um excelente desenvolvimento sobre essa importante personagem ver E. SILVA, The life and times of a Brazilian free man of colour.

(91) M. MORAES FILHO, Op. cit., p. 301.

(92) J. C. FLETCHER e D. P. KIDDER, op. cit., p. 150.

(93) H. KOSTER, op. cit., pp. 499-500.

(94) D. P. KIDDER, op. cit., pp. 93-4.

(95) J. B. von SPIX e C. F. P. MARTIUS, Viagem pelo Brasil, vol. I, p. 248.

(96) V. COARACY, op. cit., p. 371.

(97) J. M. de CARVALHO, Os bestializados, p. 38.

(98) O casamento da princesa Isabel com o conde D'Eu seria longo.

Ela faleceria na França, em 1921, e ele em 1922, a bordo do Massilia, navio que o trazia em visita ao Brasil pela primeira vez após a proclamação da República. Leopoldina faleceria em Viena, sete anos depois do casamento, deixando quatro filhos. O duque de Saxe não se casaria novamente e morreria em 1907.

(99) Este calendário foi basicamente idealizado e realizado por Valéria Mendonça de Macedo. A ela, a quem agradeço, devo esse material indispensável. Como fontes, foram utilizados almanaques; manuscritos enviados à corte do Rio de Janeiro durante o século XIX — encontrados no MIP, no IHGB e no ACRJ —, e obras de autores, nacionais e estrangeiros, do período. Preferimos não citar as fontes para facilitar a leitura. Por fim, é preciso esclarecer que reunimos aqui os rituais, o que não quer dizer que tenham ocorrido em todos os anos.

(100) Debret dá uma outra data para a procissão: na segunda quinta-feira da Quaresma. A diferença de período em que escreveram pode justificar a mudança, ou então, além da procissão em fevereiro, havia uma festa em junho.

11. A GUERRA DO PARAGUAI: O "VOLUNTÁRIO NÚMERO UM"

(1) Na elaboração deste capítulo foram fundamentais as sugestões e críticas de André Toral, que, nos estudos que vem fazendo da Guerra do Paraguai, privilegia as caricaturas produzidas pelos diferentes países envolvidos no litígio. Ver Adiós, chamigo brasilero.

(2) F. F. M. DORATIOTO, O conflito do Paraguai, p. 7.

(3) Mais à frente trataremos especialmente das exposições universais e da participação brasileira nesses certames.

(4) H. LYRA, História de d. Pedro II, vol. I, p. 207.

(5) Idem, ibidem.

(6) Com o final da Guerra de Secessão, os Estados Unidos voltam

seu interesse para o continente americano e as pressões políticas compelem a França a se retirar do México.

(7) H. LYRA, op. cit., vol. I.

(8) Não será possível recuperar, neste trabalho, todos os melindres e impasses na região do Prata e da própria Guerra do Paraguai. O objetivo é antes demonstrar o impacto de tais eventos na imagem pública de d. Pedro II. Para um desenvolvimento do tema sugiro, entre outros, F. F. M. DORATIOTO, op. cit.; R. SALLES, Guerra do Paraguai; A. TORAL, op. cit.; J. SCHULZ, O Exército na política; L. A. M. BANDEIRA, O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata, e W. P. COSTA, A espada de Dâmocles. Também importantes são os testemunhos de Alfredo Taunay. Sugiro nesse sentido as análises de M. A. R. de CARVALHO sobre essa personagem e a introdução de S. MEDEIROS à obra A Retirada da Laguna.

(9) F. F. M. DORATIOTO, op. cit., p. 14.

(10) J. NABUCO, Um estadista do Império, p. 98.

(11) O. LIMA, O Império brasileiro, p. 69.

(12) H. LYRA, op. cit., vol. I.

(13) Entre os autores que seguiram essa interpretação destaco J. J. CHIAVENATTO, Genocídio americano.

(14) Para uma análise mais desenvolvida dessas três interpretações ver F. F. M. DORATIOTO, op. cit., e D. A. BRUN, "La guerra de la Triple Alianza", Revista Paraguaya de Sociologia, 1989, ano 26, n° 74.

(15) F. F. M. DORATIOTO, op. cit., pp. 13-5.

(16) H. LYRA, op. cit., vol. I, p. 235.

(17) F. F. M. DORATIOTO, op. cit., p. 22.

(18) R. SALLES, op. cit.

(19) Sobre a evolução do Exército brasileiro ver J. SCHULZ, op. cit., entre outros. É preciso destacar ainda que, segundo R. SALLES, op. cit., o engajamento forçado era, na época, a forma usual de abastecer o Exército e

não uma característica exclusiva do recrutamento brasileiro.

(20) M. de ASSIS, Iaiá Garcia, p. 27.

(21) Idem, ibidem, p. 28.

(22) Idem, ibidem, p. 72.

(23) Idem, Relíquias da Casa Velha.

(24) Idem, ibidem, p. 117.

(25) Coleção Tobias Montero, FBN.

(26) Carta a Paranaguá, FBN.

(27) Em razão da contínua subida e queda de gabinetes durante o Segundo Reinado, não foi possível indicar, no texto, cada vez que uma guinada desse tipo ocorria. Para uma visão mais minuciosa ver Cronologia.

(28) MIP.

(29) Para um desenvolvimento desse tema ver H. LYRA, op. cit., vol. I.

(30) MIP.

(31) Vários analistas destacam o fato de que López governava o Paraguai como se fosse sua fazenda particular. Teria inclusive se preparado para fugir com parte dos já frágeis cofres públicos paraguaios.

(32) F. F. M. DORATIOTO, op. cit., p. 94.

(33) Idem, ibidem.

(34) Em Buenos Aires, em 16 de abril de 1865, o general Mitre anunciou à multidão: "Em 24 horas aos quartéis, em três semanas em Corrientes, em três meses em Asunción"; J. M. ROSA, La Guerra del Paraguay, p. 216.

(35) Como dissemos, as avaliações numéricas das baixas variam muito de autor para autor. O certo é que o Paraguai até os dias de hoje se ressente, em seu perfil populacional, das mortes durante a guerra. É preciso esclarecer ainda que não se pretendeu aqui analisar a Guerra do Paraguai de maneira exaustiva. Ao contrário, procuramos abordá-la somente

privilegiando a influência desse evento na política imperial.

(36) Coleção Tobias Montero, FBN.

(37) N. W. SODRÉ, História militar do Brasil, p. 137.

(38) Muitos escravos foram levados para a guerra na condição de libertos, porém os reconduziram ao cativeiro após o fim do confronto. Essa situação produziu uma reação pública, sobretudo por meio dos jornais.

(39) A Lei Rio Branco (mais conhecida como Lei do Ventre Livre) serviu também como manobra política para acalmar a oposição. A medida libertava os escravos que nascessem após a data de sua promulgação — havidos como ingênuos — mas não suas mães. Por isso mesmo os menores ficavam com a mãe até os oito anos, quando o senhor optava ou por receber do Estado uma indenização — no valor de 600 mil — ou por utilizar os serviços do menor até este completar 21 anos. Eram evidentes as vantagens dos senhores, que além do mais tinham por prática alterar a idade dos cativos na matrícula de nascimento.

(40) H. LYRA, op. cit., vol. II, p. 164.

(41) Idem, ibidem.

(42) As revistas ilustradas, sobretudo a de Angelo Agostini, oscilaram em sua postura durante a guerra, acompanhando os ânimos da população. No primeiro ano, a Revista Ilustrada apresentou uma posição ufanista; depois criticou e ironizou os generais brasileiros; por fim, acabou novamente elogiando os "bravos combatentes nacionais". Ver nesse sentido A. TORAL, op. cit.

(43) A barba parece de fato ter sido um elemento de cultura política fundamental. Em 1881 publicou-se A barba em Portugal — Estudo de etnografia comparativa, uma pesquisa sobre formas e usos da barba.

12. UM MONARCA-CIDADÃO

(1) L. BESOUCHET, D. Pedro II e o século XIX, p. 127.

(2) J. M. de CARVALHO, A construção da ordem; Teatro de sombras, p. 347.

(3) A lei previa a liberdade dos recém-nascidos, mas permitia, igualmente, a sua permanência na condição de libertos nas fazendas. Conhecem-se, também, as possibilidades de burla que a medida oferecia.

(4) J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 290.

(5) Formado, em seus primeiros momentos, por profissionais liberais ligados a setores urbanos, sobretudo paulistas, o Partido Republicano organizaria seu primeiro congresso em julho de 1873 e seria reforçado em 1888 por adeptos de "última hora": fazendeiros fluminenses que, descontentes com a abolição sem indenização, engrossam as fileiras da oposição à monarquia.

(6) Em princípios de 1869, Gobineau assumiu o posto de ministro da França na corte do Brasil. Quando encontrou pela primeira vez o imperador, ele trazia uma carta de recomendação da amiga mútua, a Condessa de Barral, mas a missiva não era necessária, já que o monarca conhecia a obra de Gobineau (sobretudo Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas, cujo primeiro volume fora publicado em 1862). A amizade entre esses dois homens se estreitará e Gobineau será um companheiro fiel nas viagens de d. Pedro II ao exterior. Voltaremos ao tema. Ver G. P. H. RAEDERS, D. Pedro II e os sábios franceses.

(7) Correio Paulistano, 28/8/1870.

(8) Idem, 15/10/1859.

(9) M. MOREL, "Le roi, le peuple et la nation", em K. M. de Queirós MATTOSO (org.), Cahiers du Brésil contemporain, p. 75.

(10) S. B. de HOLANDA, O Brasil monárquico 5, p. 78.

(11) Nessa época, José de Alencar escreve Cartas de Erasmo (1866), em que criticava o poder extremado de d. Pedro II.

(12) J. C. de Oliveira TORRES, A democracia coroada, p. 102.

(13) S. B. de HOLANDA, op. cit., p. 69.

(14) No final da Guerra do Paraguai, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou um projeto que objetivava a construção de uma estátua eqüestre de d. Pedro II. Este, no entanto, pediu que o projeto fosse arquivado e se aplicasse o dinheiro na construção de edifícios e escolas. Ver Jornal do Commercio, 19/3/1870.

(15) I. HIRSCH, "A baleia traduzida", em Cadernos de literatura em tradução, pp. 93-4.

(16) É preciso ressaltar que esse conjunto de imagens se refere a um período de quinze anos, o que explica o fato de o monarca estar mais envelhecido em algumas delas. No entanto, como a intenção é destacar uma nova simbologia, julgamos estratégico dispor as representações como um bloco.

(17) Mais adiante nos deteremos exclusivamente nesse aspecto, qual seja, a importância da fotografia a partir do final da década de 60 no Brasil.

(18) G. FREYRE, "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical", em O perfil de Euclides da Cunha e outros perfis, p. 86.

(19) R. ABREU, A fabricação do imortal, p. 62.

13. A REVOLUÇÃO DO DAGUERREÓTIPO ENTRE NÓS

(1) P. VASQUEZ, Dom Pedro II e a fotografia.

(2) Idem, ibidem, p. 14.

(3) Apud A. TRACHTENBERG (org.), Classic essays on photography, p. 37.

(4) Idem, ibidem, p. 11.

(5) M. M. LEITE, Retratos de família.

(6) Segundo L. da Fonseca F. da CUNHA, "Fisionotipo e fisionotraço", RIHGB, 1984, a partir de meados do século XIX, as técnicas de pintura

tentaram se igualar à fotografia, na rapidez. O fisionotipo consistia em uma caixa de madeira que era colocada sobre um tripé, vazada e protegida por um vidro, na qual se manobrava um pantógrafo vertical. Já na técnica do fisionômetro fazia-se um molde de gesso para ajudar na tarefa.

(7) Para uma visão mais ampla sobre o papel da fotografia durante o Segundo Reinado ver, entre outros, P. VASQUEZ, Dom Pedro II e a fotografia, e A. M. MAUAD, "Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado", em L. F. de ALENCASTRO (org.), História da vida privada no Brasil 2, Império.

(8) Apud A. M. MAUAD, op. cit.

(9) L. BESOUCHET, D. Pedro II e o século XIX, p. 445.

(10) A. M. MAUAD, op. cit.

14. UM MONARCA ITINERANTE

(1) H. LYRA, História de d. Pedro II, p. 171.

(2) Programma para o recebimento de Suas Majestades Imperiais no regresso de sua viagem às províncias de S. Pedro, Santa Catarina e São Paulo. Typ. Nacional, 18/3/1846. AN, cód. 572, doc. 85.

(3) Ver nesse sentido capítulo 7.

(4) É preciso sublinhar que essas são apenas algumas passagens da brochura, que é bem maior.

(5) As Farpas, fev. 1872.

(6) Mais adiante descreveremos a importância da Condessa na vida da família imperial. Além disso, para uma visão mais detalhada da viagem, ver L. BESOUCHET, D. Pedro II e o século XIX, e P. CALMON, História de d. Pedro II.

(7) L. BESOUCHET, op. cit., p. 203.

(8) Para um maior desenvolvimento sobre a relação de Gobineau com o Brasil e também com d. Pedro II ver G. P. H. RAEDERS, D. Pedro II e conde Gobineau e D. Pedro II e os sábios franceses.

(9) Idem, D. Pedro II e conde Gobineau, p. 106.

(10) Documentos raros, FBN.

(11) No livro O espetáculo das raças tive oportunidade de discutir com mais vagar as posições de Gobineau, que, segundo H. ARENDT, The Origins of totalitarism, trazia consigo e em sua obra o pessimismo da nobreza decadente de finais do século XIX. É interessante notar, porém, que as teorias raciais desenvolvidas por esse autor repercutiram, no período, mais no Brasil do que no exterior.

(12) A. de GOBINEAU, Les Pléiades, p. 303.

(13) Idem, ibidem, p. 308.

(14) P. CALMON, op. cit., vol. II, p. 1072.

(15) New York, 1876.

(16) Interessantes, nesse sentido, são as páginas do diário do imperador de 1876.

(17) L. BESOUCHET, op. cit, p. 287. O telefone seria precocemente instalado no Brasil, já na década de 80.

(18) C. de MAGALHÃES, O selvagem, p. 13.

(19) M. H. P. T. MACHADO, "Para uma história da sensibilidade", Revista Eclética, nº 2, 1997.

(20) Para uma análise mais aprofundada dessa e de outras obras do general Couto de Magalhães sugiro a leitura dos ensaios de M. H. P. T. MACHADO, "Para uma história da sensibilidade", Revista Eclética, nº 2, 1997; "Um mitógrafo no Império", "Um país em busca de moldura", em J. M. MONTEIRO e F. L. N. AZEVEDO (orgs.), Confronto de culturas, e M. H. P. T. MACHADO (org.), Diário íntimo.

(21) H. LYRA, op. cit., p. 131.

(22) New York, 10/7/1876, Coleção Tobias Montero, FBN.

(23) Etnofilax, 20/9/1876.

(24) Dizia-se que d. Pedro, sem qualquer cerimônia, tomava ônibus e trens, além de apertar a mão dos transeuntes.

(25) Ver nesse sentido G. P. H. RAEDERS, D. Pedro II e os sábios franceses.

(26) H. LYRA, op. cit., vol. I, p. 174.

(27) J. W. de Araujo PINHO, Salões e damas do Segundo Reinado, p. 173.

(28) Coleção Tobias Montero, FBN.

(29) Idem.

(30) FBN, 18/11/1883.

(31) Idem, 22/11/1884. A correspondência da Barral pode ser encontrada não só na Biblioteca Nacional como na coleção privada de Guita e José Mindlin. Alguns trabalhos foram feitos exclusivamente sobre a relação do monarca com a viscondessa. Entre eles destaco A. MONTEIRO, OS timbres nos brasões de armas brasileiros dos 1° e 2° reinados, e A. de Azevedo SODRÉ, Abrindo um cofre.

(32) FBN, gav. 5.

(33) R. MAGALHÃES JR., D. Pedro II e a Condessa de Barral, p. 326.

(34) N. ELIAS, A sociedade da corte, p. 20.

(35) Sobre o tema ver A. de Azevedo SODRÉ, op. cit., e M. S. L. TEIXEIRA, O imperador visto de perto.

15. EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: FESTAS DO TRABALHO, FESTAS DO PROGRESSO

(1) Este capítulo deve muito à pesquisa realizada por Paula Miraglia, com financiamento da FAPESP, sob minha orientação, acerca da participação brasileira nas exposições universais.

(2) C. von KOSERITZ, Imagens do Brasil, pp. 117-8.

(3) Muitos desses inventos constam do acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

(4) Existe uma polêmica sobre a participação brasileira nessa exposição. F. F. HARDMAN, Trem fantasma, afirma que o Brasil participou, pela primeira vez, em 1862, em Londres; B. BENEDICT, The anthropology of world's fairs, e P. GREENHALGH, Ephemeral vistas, porém, registram a participação do Brasil já em 1851.

(5) Guide Bleu et du Petit Journal, Exp. de 1889, MMP.

(6) E. I. HAMBURGER, "Representação brasileira nas feiras mundiais".

(7) G. STOCKING, Victorian anthropology.

(8) F. F. HARDMAN, Op. cit.

(9) Guide Bleu et du Petit Journal, Exp. de 1889, MMP.

(10) P. MIRAGLIA, "Celebrações da modernidade", p. 15.

(11) Na Exposição de 1851 participaram apenas as colônias britânicas. Já da Exposição de Paris de 1855 tomaram parte outras colônias e países mais afastados do circuito europeu.

(12) 2/12/1862, MMP.

(13) 1867, MMP.

(14) Relatório brasileiro da Exposição de 1876, MMP.

(15) Para uma relação mais completa das medalhas recebidas pelo Brasil ver P. MIRAGLIA, Op. Cit.

(16) Esse documento, assim como boa parte das obras produzidas para a Exposição de 1889, pode ser encontrado no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora.

(17) Essa exposição foi motivo de polêmica entre os diretores de museus brasileiros, já que os demais estabelecimentos (como o Museu Paulista e o Museu Goeldi) se queixaram do uso indevido dos materiais e documentos. Para uma visão mais aprofundada ver entre outros L. M.

SCHWARCZ, O espetáculo das raças.

(18) Guide Bleu et du Petit Journal, Exp. de 1889, p. 170, MMP.

(19) journal Exposition de Paris, 3/10/1889, n° 23, p. 178, MMP.

(20) Idem, p. 179.

(21) G. FREYRE, "Dom Pedro Utopia e Paixão - , imperador cinzento de uma terra de sol tropical", em O perfil de Euclides da Cunha e outros perfis.

16. A MONARQUIA VAI CAIR

(1) M. de ASSIS, Relíquias da Casa Velha, pp. 263-4.

(2) Idem, ibidem, p. 269.

(3) Idem, ibidem, p. 271.

(4) Data de 1870 a fundação, no Rio de Janeiro, da Sociedade de Libertação e da Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. Em 3 de dezembro de 1870 é publicado no jornal A República o "Manifesto republicano". Em 1872 é fundado o Partido Republicano, e em 1873 se realiza a famosa Convenção de Itu, lembrada como o primeiro congresso republicano brasileiro.

(5) Estabelecidas pela Constituição como um dever, as sessões parlamentares deveriam ser abertas e encerradas com um discurso do monarca.

(6) C. von KOSERITZ, Imagens do Brasil, pp. 32-4.

(7) Idem, ibidem, p. 29.

(8) Essas informações se encontram em notas separadas da Coleção Tobias Montero, FBN.

(9) Coleção Tobias Montero, FBN.

(10) O famoso "grupo boêmio", que se reunia nas confeitarias da

corte, tecia sérias críticas ao monarca e ao grupo de escritores que se encontravam em torno de d. Pedro II. Para uma visão mais aprofundada ver A. EL FAR, "A encenação da imortalidade".

(11) Coleção Tobias Montero, FBN.

(12) Nascida em 1819, Vitória sucedeu a seu tio em 1837, e reinou primeiramente como rainha e depois como imperatriz pelo resto do século XIX.

(13) F. M. de HABSBURGO, Bahia 1860, p. 123.

(14) M. Amoroso Lima, 13/3/1920, Coleção Tobias Montero, FBN.

(15) I. von BINZER, Os meus romanos, p. 52.

(16) C. GEERTZ, Local knowledge, p. 125.

(17) J. NABUCO, Minha formação, p. 28.

(18) N. ELIAS, La société de cour.

(19) I. M. de CARVALHO, A construção da ordem; Teatro de sombras, p. 212.

(20) De acordo com o censo de 1872, o norte do país contava apenas com 33,7% dos escravos, contra 59% das quatro províncias cafeicultoras (incluindo a corte) e 7,3% das demais províncias do sul e do centro-oeste.

(21) J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 214.

(22) J. NABUCO, O abolicionismo, p. 184.

(23) J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 214.

(24) E. ARAÚJO, Rafael Bordalo Pinheiro.

(25) A. TÁVORA, Pedro II através da caricatura, pp. 149-50, relaciona uma série de publicações do gênero da época, como: Lanterna Mágica (1844), Marmota da Corte (1849), Brasil Ilustrado (1855), A Semana Ilustrada (1862), Diabo Coxo (1864), Bazar Volante (1867), O Mosquito (1869), a Comédia Social (1870), Mephistópheles (1874), O Mequetrefe (1875 até 1893), Revista Ilustrada (1876), entre outras.

(26) Muitos dos grandes periódicos da época faziam verdadeiras campanhas em prol de assinaturas que garantiriam sua estabilidade. Tive oportunidade de desenvolver uma análise do tema no livro Retrato em branco e negro. Para uma compreensão mais aprofundada do papel da imprensa satírica ver, entre outros, A. TÁVORA, op. cit., e E. ARAÚJO, op. cit.

(27) Mas a estabilidade não era característica de todos os jornais satíricos, que geralmente duravam pouco. Em 1878, por exemplo, apenas O Mequetrefe, a Revista Ilustrada e A Semana Ilustrada continuavam a ser publicados.

(28) J. F. G. EFEGÊ, Figuras e coisas do Carnaval carioca, p. 71.

(29) Correio Paulistano, 28/1/1872. Sobre o tema ver A. EL FAR, "Entre a coroa e a cartola".

(30) S. G. de PAULA, em Um monarca da fuzarca, não só interpreta o evento, como resgata boa parte das matérias que acompanharam "o caso do roubo das jóias da Coroa".

(31) Para maiores detalhes sobre o "escândalo" ver S. G. de PAULA, Um monarca da fuzarca, L. BESOUCHET, D. Pedro II e o século XIX, P. CALMON, História de d. Pedro II.

(32) C. LÉVI-STRAUSS, Antropologia estrutural.

(33) G. FREYRE, "Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical", em O perfil de Euclides da Cunha e outros perfis, p. 123.

(34) 19/5/1882, Coleção Tobias Montero, FBN.

(35) J. M. de CARVALHO, A construção da ordem; Teatro de sombras, p. 291.

(36) Coleção Tobias Montero, FBN.

(37) Província de São Paulo, mar. 1888.

(38) 20/6/1888, Coleção Tobias Montero, FBN.

(39) Formado em engenharia civil e em mineralogia, d. Pedro Augusto (órfão desde os cinco anos de idade) só perderia o direito à

sucessão com o nascimento de d. Pedro de Alcântara, filho da princesa Isabel. No entanto, os sinais da loucura iriam agravar-se sobretudo após a morte do imperador, quando é internado no sanatório de Tulin, na Áustria. Pedro Augusto, depois de tentativa de suicídio, ficaria internado até 1934, quando falece, aos 68 anos.

(40) Coleção Tobias Montero, FBN.

(41) P. CALMON, O rei filósofo, p. 1398.

(42) Os jornais antiescravistas surgiam nessa época em larga escala: Jornal do Commercio, A Onda, A Abolição, Oitenta e Nove, A Redenção (dirigido por Antônio Bento, líder dos Calfazes), A Vida Semanária, Vila da Redenção, A Liberdade, O Alliot, A Gazeta da Tarde (dirigido por José do Patrocínio), A Terra da Redenção, O Amigo do Escravo, A Luta, O Federalista, bem como dezenas de panfletos e pasquins.

(43) Como vimos, essa lei favorecia de tal maneira os latifundiários escravistas que até os abolicionistas mais moderados se opuseram a ela. Além de estabelecer que os escravos de sessenta anos deveriam dar mais três anos de trabalho gratuito ao senhor, previa o pagamento de indenização aos proprietários de escravos pela sua libertação; como vimos, também instituía uma multa de quinhentos a mil-réis aos que ajudassem escravos fugitivos.

(44) Ademais, não se pode esquecer que a escravidão já fora abolida em províncias como Ceará e Amazonas, em março e julho de 1884, respectivamente.

(45) I. R. MATTOS, O tempo Saquarema, p. 69.

(46) Coleção Tobias Montero, FBN.

(47) A figura de José do Patrocínio é uma das mais interessantes do Império. Entusiasta da posição da monarquia com relação à abolição, grande difusor do "isabelismo" e mentor da Guarda Negra, Patrocínio foi, em seguida, um republicano ardoroso. Nunca desculpado, porém, pelos republicanos, terminou seus dias isolado e mais conhecido como o mentor do projeto de um belo balão que jamais voou. Outra personagem relevante é André Rebouças, líder abolicionista que se auto-exilou junto com a família

imperial após 1889. Para uma importante análise sugiro o livro de M. A. R. de CARVALHO, O quinto século.

(48) L. BESOUCHET, op. cit, p. 495.

(49) P. CALMON, História de d. Pedro II, vol. IV, p. 1415.

(50) Coleção Tobias Montero, FBN.

(51) P. CALMON, op. cit., p. 1435. Para uma cobertura mais detalhada das três viagens de d. Pedro II ao exterior ver também L. BESOUCHET, op. cit., e F. da Cruz GOUVÊA, O imperador itinerante.

(52) L. BESOUCHET, op. cit., p. 502.

(53) J. M. de CARVALHO defende exatamente essa idéia em Os bestializados, p. 29.

17. A REPÚBLICA NÃO PODE MAIS ESPERAR A MORTE DO VELHO IMPERADOR

(1) P. CALMON, História de d. Pedro II, vol. IV, p. 1504.

(2) Ao que parece, apesar de formalmente a autoria ser de Mossé, a biografia teria sido escrita pelo próprio barão do Rio Branco.

(3) F. OLIVEIRA, Impressão de viagem.

(4) Muito se tem dito sobre o papel do Partido Republicano Paulista na proclamação da República. De fato, desde a década de 70, São Paulo assumira uma posição de destaque no cenário econômico do país, sem, no entanto, contar com uma representação política que lhe correspondesse.

(5) L. BESOUCHET, D. Pedro II e o século XIX, p. 520.

(6) J. M. de CARVALHO, Os bestializados, p. 29.

(7) H. LYRA, História de d. Pedro II, vol. III, p. 387.

(8) M. SAHLINS, Ilhas de história. Utilizo aqui os conceitos desse antropólogo, que define um "evento" como um "fato culturalmente

significado".

(9) Adriano do Vale seria solto, sem julgamento, logo no primeiro mês após a República ser proclamada.

(10) A formação do Partido Republicano data, como vimos, da década de 70, momento da famosa Convenção de Itu e da publicação do "Manifesto republicano". É nesse momento, porém, que os cafeicultores descontentes do Vale do Paraíba — os chamados "republicanos de última hora" — aderem ao partido e com sua presença transformam o movimento em um elemento de pressão ainda mais forte. Sobre o tema ver R. FAORO, OS donos do poder, e S. B. de HOLANDA, O Brasil monárquico, entre outros.

(11) J. M. de CARVALHO, A construção da ordem; Teatro de sombras, p. 384.

(12) M. de ASSIS, Esaú e Jacó, p. 180.

(13) Gazeta de Notícias, 12/11/1889.

(14) P. CALMON, op. cit., vol. V, p. 1562.

(15) Coleção Tobias Montero, FBN.

(16) Para uma excelente análise do baile ver J. M. de CARVALHO, op. cit., pp. 388-910.

(17) Para um desenvolvimento da questão religiosa, ver, entre outros, H. LYRA, op. cit.

(18) P. CALMON, Op. Cit., e H. LYRA, Op. cit.

(19) H. LYRA, op. cit., vol. III, p. 281.

(20) Ver também J. M. de CARVALHO, OS bestializados, que usou o termo no título de seu livro.

(21) Na verdade, a "agenda da proclamação" é objeto de controvérsia, envolvendo interpretações distintas da maior ou menor "maturidade" do movimento. Optamos, porém, por destacar a percepção que envolve a atuação de d. Pedro, já que é este o nosso objeto.

(22) P. CALMON, O rei filósofo, p. 203.

(23) L. BESOUCHET, op. cit., p. 542.

(24) Boa parte das biografias documentam a frase acima. No entanto, como se tem comentado à exaustão, os limites entre fato e ficção ficam tenuemente demarcados em razão do tom reverenciai da maioria desses trabalhos.

(25) Casa de Rui Barbosa.

(26) Gazeta de Notícias.

(27) M. de ASSIS, op. cit., 138.

(28) Idem, ibidem, p. 142.

18. O EXÍLIO E A MORTE DE UM IMPERADOR: NOVAMENTE O MÁRTIR DA NAÇÃO

(1) Mais uma vez, o objetivo desta última parte do livro não é caracterizar os impasses da República Velha, e sim destacar as vicissitudes do processo que acabou culminando com a volta dos corpos de d. Pedro II e sua consorte.

(2) Revista Sul-Americana, 15/11/1889, ano I, n° 21.

(3) Apud P. CALMON, História de d. Pedro II, vol. V, p. 1644.

(4) Apud idem, ibidem, p. 1728.

(5) Casa de Rui Barbosa.

(6) J. M. de CARVALHO, Os bestializados, p. 26.

(7) Idem, ibidem, p. 30.

(8) A. AZEVEDO, Vidas alheias, p. 273.

(9) L. F. de ALENCASTRO (org.), História da vida privada no Brasil, Império.

(10) Para uma análise mais circunstanciada do uso de Tiradentes como figura cívica durante a República sugiro a leitura da obra de J. M. de CARVALHO, A formação das almas.

(11) Essa mesma seleção de obras cujo tema é Tiradentes foi elaborada por J. M. de CARVALHO e publicada no livro A formação das almas.

(12) A Semana, 24/4/1892.

(13) Ver capítulo 8, sobre a nobreza brasileira.

(14) N. SEVCENKO (org.), História da vida privada no Brasil, República.

(15) A Semana, 24/7/1892.

(16) Na introdução deste livro analisamos com mais vagar as alterações no hino e na bandeira nacionais nesse contexto.

(17) M. de Lourdes ELEUTÉRIO, "Esfinges e heroínas", analisa a formação de um universo literário feminino, no contexto, ao mesmo tempo que a discussão do voto feminino entra em pauta. No entanto, este é ainda um grupo muito restrito.

(18) J. M. de CARVALHO, op. cit., p. 80.

(19) F. FROCHTENGARTEN, em seu relatório "Cara e coroa — As duas faces do imperador", desenvolve com mais vagar uma análise sobre a polêmica na historiografia da época.

(20) H. LYRA, História de d. Pedro II.

(21) Essa parece ser uma situação paralela ao famoso evento da fuga de Luís XVI, na França. Ettore Scola, em Casanova e a Revolução (La nuit de Varennes), coloca na boca da personagem de seu filme — Restif de la Bretonne — o seguinte comentário: "Um rei que foge é a cada minuto menos rei".

(22) Angela Marques da Costa ajudou-me na pesquisa sobre o leilão de 1890.

(23) Todos os dados aqui apresentados sobre os leilões foram extraídos do trabalho de F. M. dos SANTOS, O leilão do Paço de São Cristóvão: aí se encontram relacionados todos os objetos leiloados, além de seus preços e dos nomes dos compradores.

(24) Jornal do Brasil, 22/6/1924.

(25) J. C. CAVALCANTE, Relatórios sobre a Fazenda de Santa Cruz e Quinta da Boa Vista.

(26) "Bethencourt da Silva, lente de arquitetura da Academia de Belas-Artes, aposentado em abril de 1888, era o engenheiro das obras do Ministério do Interior, incumbido de preparar o rico salão provisório no modelo da Câmara de Versalhes, para as reuniões da Assembléia Constituinte. Este salão, de magnífico efeito [...] importou em trezentos e tantos contos; era de papelão pintado, sarrafos e colunas em estilo clássico, feitas de papel amassado. Coisa provisória pela economia que se precisava fazer; muito cara porém pelo ridículo e precariedade de tudo quanto não é definitivo. Bania-se o feio e forte e mais barato pela sedução ao falso gosto, pela cenografia aparatosa e vã"; F. M. dos SANTOS, op. cit., p. 177.

(27) F. M. dos SANTOS, op. cit., pp. 178 e 192. Os principais compradores foram o barão de Itacurussá, Martins Machado, J. J. Guimarães, Dias de Castro, comendador Quintela, José Joaquim da Assunção, Alves Brito, Goulart, Álvaro Caminha, Clapp, Cláudio Silva, Antônio Vaz de Carvalho, Bethencourt da Silva, Luís Machado, Castro Maia; idem, ibidem, p. 180.

(28) H. LYRA, op. cit., p. 164.

(29) Para uma noção completa dos jornais estrangeiros que deram cobertura ao enterro ver P. CALMON, O rei filósofo e História de d. Pedro II, H. LYRA, História de d. Pedro II, M. A. V. da Mota MAIA, O conde de Mota Maia, B. MOSSÉ, Dom Pedro II empereur du Brésil, e outros.

(30) Referência à expressão do antropólogo M. SAHLINS.

(31) Museu Parreiras, Niterói.

19. UM FANTASMA CHAMADO D. PEDRO

(1) Segundo Tobias Montero boa parte da coleção do imperador foi composta de livros que ele mais ganhava do que lia. Vários deles lhe eram enviados na esperança de o remetente receber em troca algumas comendas ou, no melhor dos casos, um título de nobreza. Na correspondência de d. Pedro II, guardada na FBN, podem ser encontrados inúmeros exemplos de doações de obras, nacionais e estrangeiras, ao imperador do Brasil.

(2) Devo as observações acerca do IHGB a Luciana Cestari, que durante o ano de 1994 pesquisou a presença de d. Pedro II nessa instituição.

(3) J. NABUCO, Minha formação, pp. 29, 129, 173-4 e 210.

(4) A. CELSO, Oito anos de Parlamento, ao descrever a vida política do Império, comenta que Nabuco representava uma grande exceção no ambiente tedioso do Congresso. Interessante é perceber que três grandes nomes do abolicionismo — André Rebouças, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco — terminam suas vidas afastados da República. É certo que Nabuco assumiria o posto de embaixador; mas esse cargo acabaria representando uma espécie de exílio voluntário.

(5) Apud L. de Mello e SOUZA, Inferno atlântico.

(6) Kosmos, nov. 1904, n° 11.

(7) "Artigo 1° Fica o Governo Federal autorizado a providenciar a transladação dos corpos de D. Pedro de Alcântara e de T. Cristina ex-imperadores do Brasil. Artigo 2° fica autorizado a mandar construir um panteão onde sejam depositados depois 25 anos post-mortem os restos mortais."

(8) Existiam duas coroas: a primeira pertenceu a d. Pedro I e era de propriedade da nação; a segunda é que teria sido custeada com os bens da própria família real. Ambas se encontram hoje em dia no Museu Imperial de Petrópolis.

(9) Ocorrido nos primeiros anos da República, o episódio de Canudos ajuda a redimensionar o acirramento da questão social que abalava as cidades brasileiras na época. Canudos, ou Belo Monte, como Conselheiro gostava de chamá-la, apesar de sua experiência breve, converteu-se em

poucos anos na segunda maior cidade da Bahia, com uma população estimada em cerca de 20 mil a 30 mil habitantes. Sobre a percepção e a importância de Canudos nesse contexto sugiro a análise de J. M. de CARVALHO, Pontos e bordados, pp. 101-3. No ensaio o autor aborda também os impasses das políticas sanitaristas que levaram à Revolta da Vacina anos mais tarde.

(10) R. ABREU, em A fabricação do imortal, elabora interessante análise sobre o museu e outras coleções, nesse contexto.

(11) Idem, ibidem, p. 187.

(12) Casa de Rui Barbosa.

(13) O centenário da Independência virou ensejo para várias celebrações, desde a semana modernista de 22 até debates na imprensa e nas escolas.

(14) O Globo, 2/12/1925.

(15) Coleção Tobias Montero, FBN.

(16) F. Pessoa, Coleção Tobias Montero, FBN.

(17) E. SILVA, "A República comemora o Império", Revista Rio de Janeiro, 1986.

(18) Idem, ibidem.

(19) Para uma análise mais detalhada da polêmica ver idem, ibidem.

(20) Horta (MI, 1992) escreve que a idéia partiu de Alcindo Sodré em 1922. Em 1938, foi criado o Museu Histórico da Cidade, instalado provisoriamente no Palácio de Cristal, quando o Palácio Imperial também é tombado. O palácio seria transformado em museu a partir de 29 de março de 1940, por meio do decreto-lei n° 2096.

(1) L. BESOUCHET, D. Pedro II e o século XIX, p. 573.

(2) M. BLOCH, Os reis taumaturgos, p. 21.

(3) M. de ASSIS, Dom Casmurro, cap. XXIX.

(4) Esse estranho pedido foi encontrado e descrito por J. MALERBA, "A corte no exílio".

(5) Se essa fosse a hipótese central deste trabalho, seria necessário estudar com mais afinco a cultura, a personalidade e as influências que teriam tecido a personalidade do monarca.

(6) R. DARNTON, O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa.

(7) P. MONTERO, O V Centenário, p. 5.

(8) Segundo C. LÉVI-STRAUSS, a narrativa mítica seria da ordem da estrutura significante e inconsciente, enquanto o discurso histórico estaria vinculado de modo mais imediato ao contexto e teria seu significado alterado cotidianamente na ação.

(9) A estrutura mítica reporia, portanto, em espiral, as contradições da sociedade, trabalhando com oposições binárias fundamentais, que escapariam à compreensão do indivíduo em seu contexto, uma vez que seriam sempre universais. E preciso explicitar que Lévi-Strauss não trabalha com a noção freudiana de inconsciente, portanto, com uma estrutura e símbolos plenos de significados. Ao contrário, trata-se de uma estrutura operatória apenas significante, vazia de significados, que estaria mais próxima do modelo lacaniano. O conceito de "estrutura" está ligado, para Lévi-Strauss, por outro lado, ao seu projeto teórico, que pretende refletir sobre a unidade do gênero humano, segundo uma perspectiva humanista que postula a existência de um "espírito humano", esse sim universal. No entanto, para os objetivos desta conclusão, é suficiente apenas anunciar a teoria, já que pretendemos insistir no debate sobre os mitos em sociedades modernas e com mudanças (ver C. LÉVI-STRAUSS, Antropologia estrutural,

Estruturas elementares do parentesco e Mito e significado, entre outros).

(10) R. CHARTIER, A história cultural, p. 27.

(11) O conceito é normalmente atribuído a F. BRAUDEL, que em seu artigo para a revista dos Annales, datado de 1958, e no livro O Mediterrâneo (1947) trabalhou com a noção de "temporalidades distintas". A longa duração corresponderiam as permanências, imobilidades, repetições e regularidades no processo histórico.

(12) Dessa maneira, quem sabe seja preciso que a "antropologia cultural" se faça menos "história da cultura" na medida em que, para além da necessária referência ao contexto e às dimensões políticas — que revelam como a história é o estudo dos processos com os quais se constrói sentido —, poder-se-ia pensar como, desmontados os "mitos de fundação", desconstruídas as categorias culturais (cujo significado é correlato à ação), restam valores não redutíveis ao seu significado mais imediato.

(13) R. CHARTIER, op. cit., p. 66.

(14) Defensor da "interpretação simbólica da cultura", M. SAHLINS critica a visão utilitarista desta última e a noção implícita de intencionalidade.

(15) M. SAHLINS, Ilhas de história, p. 86.

(16) F. BOAS, Anthropology and modern life, p. 89.

(17) R. CHARTIER, op. cit., p. 40.

(18) M. C. da CUNHA, Antropologia do Brasil, p. 14.

(19) R. GIRARDET, Mitos e mitologias políticas, p. 12.

(20) M. L. MONTES, "'Complexo de Zé Carioca': notas sobre um jogo estimulante".

(21) R. B. MONTEIRO, "História e mito", p. 24.

(22) O manuscrito, ricamente ilustrado, pode ser encontrado na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional (I.14,1,11) e em 1985 foi impresso em edição fac-similada da FBN.

(23) A. VIEIRA, em História do futuro (1718), complementa a mística sebastianista comentando como um Rei Humano, elevado à categoria de Imperador do Quinto Império, governaria em um Mundo Novo.

(24) F. PESSOA, Mensagem e outros poemas afins seguidos de Fernando Pessoa e a idéia de Portugal, p. 155.

(25) J. BARROS, Zé Limeira, livro de cordel, 1996.

(26) M. BLOCH, op. cit.

(27) Idem, ibidem, p. 80.

(28) M. L. MONTES vem trabalhando com o tema, procurando entender as festas nacionais na lógica da sincronia e buscando dialogar com processos e "permanências" mais gerais. Ver nesse sentido seu trabalho sobre o barroco, O universo mágico do barroco brasileiro.

(29) R. E. GIESEY, discípulo de Kantorowicz, estuda o cerimonial de sepultamento dos reis franceses na época da Renascença, entre a morte de Carlos VI e a de Henrique IV.

(30) S. ROMERO, O evolucionismo e o positivismo no Brasil, p. XXXIX.

(31) C. LÉVI-STRAUSS, Mito e significado.

JORNAIS E PERIÓDICOS

CITADOS

A Ilustração Luso-Brasileira (RJ)

A Phenix (RJ)

A Noite (RJ)

A Regeneração (RJ)

A Semana (RJ)

A Semana Ilustrada (RJ)

Almanak Laemmert (RJ)

As Farpas (Lisboa)

Aurora Fluminense (RJ)

Bazar Volante (RJ)

Cabichuí (Assunção, Paraguai)

Charivari (Porto)

Correio Mercantil (RJ)

Correio Paulistano (SP)

Cultura Política (RJ)

D. Quixote (RJ)

El Centinella (Assunção, Paraguai)

Etnofilax (Grécia)

Gazeta de Notícias (RJ)

Jornal D. Pedro I (RJ)

Jornal D. Pedro II (RJ)

Jornal do Commercio (RJ)

Kosmos (RJ)

L'Illustration (Paris)

Mequetrefe (RJ)

O Antonio Maria

Bazar Volante (RJ)

O Besouro (RJ)

O Correio das Damas (Lisboa)

O Mosquito (RJ)

O Protesto (RJ)

Periódico Literário do Rio de Janeiro

Província de São Paulo

Revista da Semana (RJ)

Revista do IHGB (RJ)

Revista do Museu Imperial de Petrópolis (Petrópolis)

Revista Ilustração Brasileira

Revista Ilustrada (RJ)

Revista Sul-Americana (RJ)

Vida Fluminense (RJ)

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

As imagens constantes na FBN, e a ela pertencentes, foram adquiridas sob a forma de microfilmes e reveladas por Inês de Castro, do Laboratório de Antropologia da Universidade de São Paulo. São de Inês de Castro, ainda, as reproduções das imagens pertencentes às coleções particulares de Emanoel Araújo, Pedro Correa do Lago, e ao acervo da Fundação Maria Luísa e Oscar Americano. De sua autoria são também algumas reproduções de obras do Museu Paulista.

Vicente de Mello fotografou as imagens do acervo do IHGB, algumas imagens do Museu de Belas-Artes do Rio de Janeiro, e as imagens da coleção Roberto Menezes de Moraes, RJ.

Ivson reproduziu alguns documentos retirados de coleções particulares.

As imagens do Museu Imperial são de autoria de Raul Lopes e Rômulo Fialdini.

As ilustrações pertencentes ao Museu Mariano Procópio foram produzidas pelo laboratório da própria instituição.

As fotografias do Museu do Itamaraty são de Rômulo Fialdini.

Luiz Hossaka reproduziu a obra do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.

Todo esse vasto acervo pôde ser reproduzido graças ao apoio e financiamento da FAPESP e, depois, do CNPq.

MUITOS AGRADECIMENTOS

A cada dia que passa tenho a impressão de que aumenta o número de pessoas envolvidas, de alguma maneira, com este trabalho. Se até hoje não sei definir o que é uma livre-docência — e afinal este livro é produto desse processo —, sei, sim, que no meu caso significou entender como se constrói um trabalho de equipe.

Graças à FAPESP (1994-96) e ao CNPq (1996-98), contei não só com apoio financeiro para viagens e para a reprodução da iconografia, como pude contratar uma série de alunos, cuja participação mostrou-se essencial para o bom andamento da pesquisa. Começo, portanto, por aqueles que "fazem jus" a uma página, ou muitas, de agradecimento; por ordem de entrada, Alessandra El Far, Luciana Cestari, Valéria Mendonça de Macedo, Stélio Marras, Fernando Frochtengarten e Paula Miraglia participaram da pesquisa em diferentes momentos, tendo todos recebido bolsa de iniciação científica. Sem eles este trabalho não ganharia a velocidade que ganhou e seria de fato muito menos interessante, tanto do ponto de vista intelectual como humano.

Outros orientandos e alunos foram se juntando ao "grupo Pedro II": título que acabou virando nome afetivo de equipe. João Batista Felix, Ilana Goldstein, Heloísa Pires de Lima, Ivan Marsiglia, Fraya Frehse e Paula Pinto e Silva não pararam de, cada um a sua maneira, dar sugestões e conselhos.

A tese contou com muitos leitores amigos e grandes "caneteiros": Guita Debert, Paula Montero, Sylvia C. Novaes, Teresa Bracher, Helô Prieto, Letícia V. Reis, Paulo Cesar de Azevedo e André Toral foram críticos implacáveis, no melhor sentido da expressão. Isso sem falar de Maria Teresa Sadek (a Teca) e de Maria Lúcia Montes, que são, acima de tudo, grandes e queridas incentivadoras, e da Tessie, um grande colo. Agradeço ainda os comentários do grupo Pensamento Social no Brasil, que se reúne na Anpocs.

Fernando A. Novais, em pleno sábado, repassou pequenos e grandes detalhes. Antonio Candido me introduziu nas genealogias, nos brasões e nos "pares do Segundo Reinado". Uma vez me disse que "o que não soubesse, inventaria" (é preciso dizer que nunca foi necessário). Além de Manuela C. da Cunha, que presidiu os trabalhos e esteve por perto durante toda a pesquisa, outros professores fizeram parte da banca de concurso de livre-docência na Universidade de São Paulo: Ivone Maggie, Peter Fry, Nicolau Sevcenko e José Murilo de Carvalho. Agradeço a todos pelas críticas e sugestões, e em especial a José Murilo, que, após o ritual, se dispôs a refletir sobre questões de fundo que percorrem a pesquisa. Este livro deve muito a ele.

Vários colecionadores tiveram a gentileza de abrir suas coleções e indicar documentos. Agradeço especialmente a Pedro Correa do Lago — acima de tudo um leitor arguto e crítico — e também a Emanuel Araújo, Eduardo Schnoor e José Mindlin. A d. Pedro Gastão devo o reconhecimento por sua colaboração.

Encontrei muito boa acolhida nos diferentes acervos em que trabalhei; menciono apenas alguns. No Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, conheci novos companheiros de trabalho: Rita de Cássia A. Procópio, Ângela Camargo Cavalcante, dr. Artur Arcuri. Vanda Arantes do Vale foi quem me abriu os olhos para a importância dessa instituição. Em Petrópolis, Lena Oswaldo Cruz fez muito mais por este trabalho do que é possível imaginar: foi uma anfitriã generosa e mostrou-se uma pesquisadora de mão-cheia. Minha estadia na "cidade de Pedro" não podia ser melhor, pois lá estava, junto comigo, Ornar R. Thomaz, meu grande amigo, que me apoiou sempre que pôde. Maria de Fátima Moraes Argon, do Museu Imperial, facilitou ao máximo o conhecimento e a obtenção dos documentos. A estadia na Biblioteca Nacional acabou sendo longa, e foram muitas as seções que percorri. Agradeço a toda a equipe e sobretudo a Lucia Nolasco, que me ensinou como se monta esse quebra-cabeça. No IEB, Marita é sempre uma presença das mais queridas. José Gabriel da Costa Pinto ajudou-me a conhecer o Arquivo Nacional e a "nobreza brasileira".

Na "corte" do Rio de Janeiro contei com a amizade de uma linda

família: os Zahar. Orgulho-me de ter partilhado de tantos almoços no refeitório da editora, tudo emoldurado pelo sobe-e-desce dos aviões do Aeroporto Santos Dumont. Crica, dona de uma paciência e de uma amizade sem fim, passou horas ouvindo sobre minhas "descobertas". André me introduziu nos sebos cariocas, e Nana nas especificidades contemporâneas da cidade. Jorge leu até as aulas que preparei para o concurso. Infelizmente para todos, nos deixou antes de conhecer este livro.

Ivson, Vicente de Mello, Raul Lopes e sobretudo Inês de Castro (mais do que uma técnica, uma conselheira sensível) fotografaram a maior parte das imagens que estão neste volume.

Os funcionários do Departamento de Antropologia — Edinaldo, Celso, Ivanete, Rose e principalmente Soraya — me ajudaram de todas as maneiras. Contei com o apoio do Laboratório de Antropologia da Universidade de São Paulo, onde revelei muitas das imagens.

Na Companhia das Letras descobri — mais uma vez — amigos de verdade. Márcia Copola leu, releu e leu mais uma vez a tese e este livro, sempre com o maior carinho (os erros que ficaram são, porém, todos meus). Gisela, Rita, Teco e, em especial, Elisa e Fabiana me ajudaram com grande profissionalismo a montar o material, que não parava de crescer. Maria Emília supervisionou tudo, e até a Caren — e por fim a Denise — tiveram que pegar uma sobra. Além deles, Hélio de Almeida, Nelson e Sylvia Mielnik (amiga de infância que recuperei com este trabalho) me ensinaram que editar uma obra com setecentas imagens não é mesmo tão simples como parece; scanner, zip drive e outros equipamentos afins são da intimidade desses senhores, que sabem tudo sobre técnica e amizade. Fernanda Carvalho, que não tinha nada a ver com a história, entrou nela quase sem querer e fez de tudo um pouco. Cuidou sobretudo das referências iconográficas, o grande quebra-cabeça deste livro.

Meu crédito anda um pouco baixo com a família, portanto nada como "encerar a estima". Muito obrigada, Lelé e Noni — que leram a tese e estiveram comigo em todos os momentos —, e também Titi, Omi, Baba, Vovô, Beto, Ju, Sérgio, Tio Manny e Tia Silvia, Ginho e Ciu e, é claro, meus sobrinhos todos: Rafa, Rê, Bruce, Nana, Luiza, Fê e Mauro. E quase

esqueço: Marta e Ilda já não agüentavam mais ter que dizer que eu não estava em casa.

Falta ainda o "Batman" desta tese — ou o "Robin", dependendo da hora e do lugar. Sobre Angela Marques da Costa, preciso dizer que foi presença constante: amiga, excelente profissional, sempre de olho em todos os detalhes. Termino este trabalho querendo começar muitos outros ao lado dela.

Esta pesquisa — pasmem — teve dois orientadores que mal sabem que o foram. Heloisa Pontes esteve ao meu lado desde o projeto inicial e pela primeira vez — em nossa já longa e forte história em comum — disse que a tese estava pronta antes, muito antes que eu imaginasse. Luiz foi o mais crítico, severo e ao mesmo tempo carinhoso dos orientadores. Tenho mesmo muita sorte. Não contente com o trabalho que normalmente lhe dou, inventou uma festa-surpresa que contou até com um convidado inesperado: d. Pedro II, não podendo estar presente à comemoração por razões históricas, enviou gentil mensagem junto com o bolo de aniversário.

LILIA MORITZ SCHWARCZ é professora livre-docente no Departamento de Antropologia na Universidade de São Paulo (USP). E autora de Retrato em branco e negro — jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX (1987) e O espetáculo das raças — Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX (1993), além de ter organizado as coletâneas Raça e diversidade, com Renato Queiroz, e Negras

imagens, com Letícia Vidor Reis, ambas de 1997. Organizou também Contrastes da intimidade contemporânea, quarto volume da Coleção História da Vida Privada no Brasil, de cujo conselho editorial é presidente.